ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 200
Brasília - DF, quarta-feira, 18 de outubro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 30
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 31
Ministério da Cultura 35
Ministério da Defesa 41
Ministério da Educação 41
Ministério da Fazenda 50
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 111
Ministério da Integração Nacional 139
Ministério da Justiça e Segurança Pública 141
Ministério da Saúde 146
Ministério das Cidades 181
Ministério das Relações Exteriores 187
Ministério de Minas e Energia 187
Ministério do Desenvolv imento Social 197
Ministério do Meio Ambiente 197
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 197
Ministério do Trabalho 198
Ministério do Turismo 206
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 208
Ministério Público da União 209
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 211

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.493, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O órgão federal responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) divulgará também, se possível anualmente, o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Art. 2º O cálculo do PIV levará em consideração:

I - iniciativas nacionais e internacionais semelhantes;

II - (VETADO).

§ 1º O cálculo do PIV deverá possibilitar a convergência com sistemas de contas econômicas ambientais adotados em outros países, permitindo sua comparabilidade.

§ 2º A metodologia para o cálculo do PIV deverá ser amplamente discutida com a sociedade e as instituições públicas, incluindo o Congresso Nacional, antes de um sistema de contas econômicas ambientais ser oficialmente adotado no Brasil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Dyogo Henrique de Oliveira
José Sarney Filho

Atos Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 797**, de 23 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 17 de outubro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.171, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º O ensino no Exército compreende os seguintes graus:

I - fundamental, de qualificação profissional - destinado à qualificação de pessoal para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias de soldados e cabos;

II - médio - destinado à qualificação profissional dos militares que ingressaram na carreira nesse nível, para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias das graduações de sargentos e subtenentes e dos postos dos integrantes do Quadro Auxiliar de Oficiais; e

III - superior:

a) destinado à qualificação de pessoal com formação inicial em nível tecnológico para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias das graduações de sargentos e subtenentes e dos integrantes do Quadro Auxiliar de Oficiais; e

b) destinado à qualificação de pessoal com formação inicial em nível de bacharelado ou de licenciatura para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias de oficiais e de oficiais-generais." (NR)

"Art. 7º O ensino preparatório e assistencial obedece à legislação federal pertinente à educação básica, ressalvadas as suas peculiaridades." (NR)

"Art. 8º .....
.....

Parágrafo único. Na hipótese de grande relevância para o serviço da instituição, a ser definida em ato do Chefe do Estado-Maior do Exército, o militar formado em uma linha de ensino militar poderá realizar cursos das modalidades de especialização e de extensão integrantes das demais linhas de ensino militar." (NR)

"Art. 10. .....
.....

II - Departamento de Educação e Cultura do Exército, órgão de direção setorial, responsável pelas Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar, competindo-lhe planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram essas Linhas;

III - Departamento de Ciência e Tecnologia, órgão de direção setorial, responsável pela Linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico, competindo-lhe planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram essa Linha;
....." (NR)

"Art. 15. O Sistema de Ensino do Exército proporcionará a educação continuada, após a formação, por meio da oferta de cursos, estágios e programas de aperfeiçoamento, de preparação, de extensão, de especialização profissional e de pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu**, conforme o grau de ensino e as necessidades da carreira militar." (NR)

"Art. 17. Os graus e os títulos de nível superior do Sistema de Ensino do Exército têm validade e reconhecimento nacional, hipótese em que é admitida a equivalência de estudo ao nível de educação superior, na forma do art. 83 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996." (NR)

"Art. 18. Os cursos e os programas do Sistema de Ensino do Exército outorgam as seguintes graduações, titulações, certificações e diplomações:

I - os cursos de formação certificam a habilitação de militares à ocupação de cargos, ao desempenho de funções de menor complexidade em cada segmento da carreira militar e à prestação do serviço militar inicial e às suas prorrogações;

II - os cursos de nível médio conferem diplomação de médio técnico ou certificação de pós-técnico, em função dos projetos pedagógicos, dos pré-requisitos de matrícula e das suas correlações com os níveis funcionais militares;

III - os cursos de graduação conferem diplomação de tecnólogo, de bacharel e de licenciado, em função dos projetos pedagógicos, das suas durações e das correlações com os níveis funcionais militares;

IV - os cursos de extensão certificam a ampliação dos conhecimentos e as técnicas adquiridas em cursos anteriores, necessários para a ocupação de determinados cargos e para o desempenho de determinadas funções;

V - os cursos de especialização profissional conferem o certificado de especialização profissional, sem equivalência de estudos com outros sistemas de ensino civis;

VI - os cursos com a equivalência de estudos à modalidade de pós-graduação **lato sensu** conferem a certificação de especialização;

VII - os cursos com a equivalência de estudos à modalidade de pós-graduação **stricto sensu** conferem a diplomação de mestre profissional, de mestre acadêmico ou de doutor em decorrência do nível de aprofundamento da pesquisa científica e do tipo de trabalho científico exigido pelo curso; e

VIII - os programas conduzidos para militares e civis, com título de doutor, conferem o certificado de pós-doutor, de acordo com ato específico do Estado-Maior do Exército.

§ 1º A equivalência de estudos, a validade e o reconhecimento nacional dos certificados e dos diplomas, correspondentes aos cursos de educação profissional técnica de nível médio, existem desde que o aluno conclua, com aproveitamento, o curso regular e o estágio profissional supervisionado correspondente e preencha as demais exigências contidas nos regulamentos e nos regimentos dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A equivalência de estudos, a validade e o reconhecimento nacional dos certificados e dos diplomas, correspondentes aos cursos de nível de educação superior, existem desde que o aluno conclua o curso com aproveitamento, apresente o trabalho científico exigido para o nível da graduação ou da pós-graduação e preencha as demais exigências contidas nos regulamentos e nos regimentos dos estabelecimentos de ensino.

§ 3º A aprovação dos programas de cursos é de responsabilidade dos órgãos de direção setoriais responsáveis pela gestão de cada linha de ensino militar.

§ 4º Os cursos do Sistema de Ensino do Exército a serem conduzidos após a graduação serão identificados como cursos de especialização profissional ou de pós-graduação **lato sensu** ou **stricto senso** por suas portarias de criação.

§ 5º Os cursos de aperfeiçoamento, de especialização, exceto de especialização profissional, e de extensão para sargentos, subtenentes e integrantes do Quadro de Auxiliar de Oficiais deverão possibilitar a oferta de créditos de disciplinas já cursadas para outros programas com equivalência de estudo de pós-graduação **lato sensu**.

§ 6º Os cursos de aperfeiçoamento, de especialização, exceto de especialização profissional, e de altos estudos militares para oficiais deverão possibilitar a oferta de créditos de disciplinas já cursadas para programas com equivalência de estudo de pós-graduação **lato sensu** ou **stricto sensu**." (NR)

"Art. 29. A formação de oficial da reserva de 2ª classe é realizada nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR, e nos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva - NPOR, sob a responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

§ 1º A formação de Engenheiros Militares da reserva de 2ª classe é realizada mediante condições estabelecidas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia.
....." (NR)

"Art. 45. Os órgãos de direção setorial e de direção operacional do Comando do Exército, integrantes do Sistema de Ensino do Exército, poderão editar normas complementares para a condução do ensino, da pesquisa e da instrução sob suas responsabilidades diretas, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os art. 32, art. 39 e art. 40 do Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999.

Brasília, 17 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

DECRETO Nº 9.172, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do **caput** do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º, **caput**, inciso XIII, da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, com o objetivo de disponibilizar os resultados do Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal e de outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil.

§ 1º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações será responsável pela implementação e pela manutenção do Sirene, conforme o disposto no inciso XIII do **caput** do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º O Sirene tem por missão conferir segurança e transparência ao processo de confecção do Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, e servir de insumo à tomada de decisão nas ações governamentais relativas à mudança do clima.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal - levantamento, para fins de quantificação e contabilização, das emissões de gases de efeito estufa, de acordo com as diretrizes de elaboração dos inventários nacionais previstas em decisão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

II - Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil - relatórios das estimativas de emissões previstas no parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010;

III - inventário organizacional - levantamento, para fins de quantificação e contabilização, das emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa de empreendimentos realizados e submetidos ao Sirene, de acordo com critérios e procedimentos definidos neste Decreto e em seu regulamento;

IV - organização inventariante - organização legalmente constituída e reconhecida pela legislação brasileira, responsável pela realização e pela submissão ao Sirene do seu inventário organizacional; e

V - organismos de verificação - organizações competentes acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que poderão certificar inventários organizacionais, conforme as especificações de norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de acordo com a regulamentação vigente.

Art. 3º O Sirene será mantido com dados referentes a emissões e remoções de gases de efeito estufa, de acordo com as estimativas previstas nos seguintes documentos:

I - Comunicação Nacional do Brasil e outros relatórios elaborados para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de acordo com os critérios estabelecidos por aquela Convenção-Quadro e por suas Conferências das Partes, que incluam o Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal;

II - Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, de que trata o art. 11 do Decreto nº 7.390, de 2010; e

III - inventários organizacionais previstos no art. 4º.

Art. 4º As organizações inventariantes que realizem inventários organizacionais, nos termos deste Decreto e de seu regulamento, poderão promover sua inserção, de forma voluntária, no Sirene.

Art. 5º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações divulgará, anualmente, os resultados consolidados dos dados coletados pelo Sirene, relativos à mensuração, ao relato e à verificação de emissões de gases de efeito estufa.

Parágrafo único. O Sirene disponibilizará resultados de emissões desagregados, à medida que a obtenção dos dados e a preservação do sigilo industrial permitirem.

Art. 6º As estimativas de emissões e de remoções antrópicas de gases de efeito estufa a que se refere o art. 3º serão disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a quem caberá:

I - propor, definir e revisar as metodologias para estimar emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa, em consulta aos demais Ministérios e órgãos pertinentes;

II - divulgar os fatores de emissão de dióxido de carbono para energia elétrica distribuída pelo Sistema Interligado Nacional;

III - articular e harmonizar diretrizes e premissas para elaboração e relato de inventários subnacionais de emissões de gases de efeito estufa; e

IV - elaborar as estimativas de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º;

V - aprimorar a metodologia de cálculo da projeção de emissões; e

VI - propor a revisão da legislação pertinente, quando necessário.

Art. 7º Para garantir a confiabilidade e a atualização periódica dos dados de atividades e de fatores de emissão adequados para o País, serão consideradas as informações geradas pelas seguintes fontes:

I - Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas - PBMC;

II - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

III - Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Agência Nacional de Aviação Civil - Anac;

V - Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

VI - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe;

VII - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

VIII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; e

IX - outras instituições que possam fornecer dados de atividades e de fatores de emissão específicos para o País, atualizados e pertinentes ao exercício da metodologia a ser aplicada na elaboração das estimativas de emissões e de remoções de gases de efeito estufa.

Art. 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações editará os atos necessários para o cumprimento do disposto neste Decreto, visando a garantir padronização e qualidade dos dados, especialmente em relação:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - à definição das metodologias a que se refere o art. 6º;

II - às características e à forma de funcionamento do Sirene;

III - aos parâmetros de integração de dados entre as organizações inventariantes, os organismos de verificação e o Sirene;

IV - ao cronograma para apresentação, aos procedimentos para inclusão no Sirene e às diretrizes de verificação dos inventários organizacionais de que trata o art. 4º;

V - às orientações e aos requisitos de avaliação dos inventários organizacionais por organismos de verificação; e

VI - a outros aspectos técnicos que considerar pertinentes.

Art. 9º O Decreto nº 7.390, de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....

Parágrafo único. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações será responsável por elaborar, revisar e publicar as estimativas de emissões e de remoções nacionais antrópicas de gases de efeito estufa de que trata o **caput** e por aprimorar a metodologia de cálculo da projeção de emissões, em consulta aos demais Ministérios e órgãos pertinentes, e poderá, ainda, sempre que considerar necessário, propor a revisão do disposto neste Decreto." (NR)

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, resolve

CONCEDER

a Medalha de Ordem do Mérito Médico a:

I - na classe de Comendador:

AUREO AUGUSTO CARIBÉ DE AZEVEDO;
CARMEN LUIZA CORREA FERNANDES;
ELISABETO RIBEIRO GONÇALVES;
JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE; e
SILDO GONZAGA TOMAZ; e

II - na classe de Grande-Oficial:

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA;
FLORENTINO DE ARAUJO CARDOSO FILHO;
MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA;
MARIA INÊS PORDEUS GADELHA;
MÔNICA ALMEIDA NERI;
RAUL CUTAIT; e
VANESSA VAN DER LINDEN MOTA.

Brasília, 17 de outubro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Antonio Carlos Figueiredo Nardis

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 405, de 17 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado em Brasília, em 25 de outubro de 2011.

Nº 406, de 17 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017.

Nº 407, de 17 de outubro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1ª do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 38, de 2015 (nº 2.900/11 na Câmara dos Deputados), que "Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso II do art. 2º

"II - o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU)."

Razões do veto

"O Índice de Riqueza Inclusiva (IRI) é um índice sintético, caracterizando-se não como uma estatística, mas como um modelo de avaliação estruturado sobre determinado quadro conceitual e, como tal, não recomendado como parte de um conjunto de estatísticas oficiais. Ademais, sua eventual adoção dificultaria o melhor aproveitamento, determinado pelo projeto de lei, de outras iniciativas nacionais e internacionais, ou a convergência com sistemas de contas econômicas ambientais adotados em outros países, que permitirão a comparabilidade do PIV".

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

RETIFICAÇÃO

No título da NORMA DE EXECUÇÃO Nº 117, de 16 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 199 de 17 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 04, **onde se lê:** "... NORMA DE EXECUÇÃO Nº 117, de 16 de outubro de 2017...", **leia-se:** "...NORMA DE EXECUÇÃO Nº 118, de 16 de outubro de 2017 ...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 9, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 de 01 de fevereiro de 2017.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural de matrícula nº 262, com a área de 130,6800 (cento e trinta hectares e sessenta e oito ares) hectares, localizado no município de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, conforme Termo de Transferência da Secretaria do Patrimônio da União - SPU ao patrimônio do INCRA, constante do Processo nº 04972.005301/2014-05, RIP do Imóvel 8011.00002.500-2.

Considerando a existência da cláusula quarta do referido Termo de Transferência pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU ao patrimônio do INCRA, de que "Deverá o INCRA, respeitar e consolidar as ocupações existentes no imóvel, reconhecidas, cadastradas e inscritas por esta SPU/SC sob os RIPs 8011000000280 e 8011000000360".

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise do processo administrativo INCRA n° 54210.001642/2016-65 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1°. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado com capacidade para 08 (oito) famílias.

Art. 2º As áreas de uso atual dos ocupantes identificados no Termo de Transferência da SPU serão destacadas do Projeto de Assentamento para posterior regularização, em conformidade com a Instrução Normativa do INCRA nº 80/2014, que fixa os procedimentos para legitimação de posse em terras públicas rurais do INCRA, fora da Amazônia Legal.

Art. 3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(10)F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos.

Art. 4º. Criar o Projeto de Assentamento, na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, "COMUNA AMARILDO DE SOUZA", código SIPRA n°_SC0388000, área 130,6800 (cento e trinta hectares e sessenta e oito ares) hectares, localizado no município Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 5º Providenciar a comunicação à Prefeitura Municipal sobre a criação deste Projeto de Assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico).

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILTON TADEU GARCIA
Substituto

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Altera para 0% (zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, tendo em vista a deliberação de sua 151ª reunião, ocorrida em 11 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando as Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10, 57/10 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC e a Resolução CAMEX nº 66, de 14 de agosto de 2014, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 0% (zero por cento) até 30 de junho de 2019, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8517.62.39	Ex 010 - Módulos de interface para comunicação entre PC/Central de injeção eletrônica (ECU), com 1 porta para ECU do tipo ETK, 2 portas para ECU do tipo XETK ou rede "ETHERNET" 10/100 Base-T com protocolo TCP/IP para comunicação com outros módulos, 2 portas para dispositivos ligados em rede CAN, 2 portas para dispositivos ligados em rede LIN, faixa de alimentação de 6 a 32VDC, consumo de 500mA em modo operação e 20mA em modo de repouso, ambos a 14,4V, proteção contra tensão reversa e contra picos de energia.
8543.70.99	Ex 156 - Conjuntos de lâmpadas de cura UV LED, dimensões do conjunto de LED: largura 20 a 25mm, comprimento 60 a 270mm, tendo como pico de radiação de 4 a 16W/cm², com energia total UV de até 864W, emissão de luz UV com comprimento de onda entre 365 e 405nm, com controle de interface PLC integrado, sistema de refrigeração a ar integrado por meio de "coolers".
9032.89.81	Ex 002 - Reguladores de pressão EPSE, para utilização em bancada de teste de estanqueidade de Válvula Protetora Multi Circuitos, com capacidade para regulagem da pressão de 0 até 28bar, tensão de entrada de 0 a 10V, 2 manômetros para indicação das pressões de cada canal, reservatório de 0,4 litros, conexão elétrica, conexão pneumática e válvula proporcional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Altera para 0% (zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, tendo em vista a deliberação de sua 151ª reunião, ocorrida em 11 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando as Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC, os Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006, e a Resolução CAMEX nº 66, de 14 de agosto de 2014, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 0% (zero por cento) até 30 de junho de 2019, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8402.11.00	Ex 001 - Caldeiras aquatubulares com sistema de combustão de leito fluidizado borbulhante (LFB) do tipo AFBC (Atmospheric Fluidized Bed Combustion) específica para queima de carvão (combustível sólido com umidade total =15%) com bocais de fluidização forjados de aço inox, câmaras de distribuição de ar compartimentadas para operação parcial, capacidade de geração de vapor de 85.000kg/h, pressão de vapor de 81kgf/cm², temperatura do vapor de 525°C ±5°C e temperatura da água na entrada do economizador de 205°C; desaerador tipo bandeja para distribuição de vapor; tanque com capacidade equivalente a 15min de operação em temperatura de operação de 155°C; 2 motobombas de água de alimentação de 575kW e estação de controle dotada de válvulas pneumáticas e elétricas; 2 ventiladores de tiro forçado (FD FAN) 265kW com acionamento elétrico e talha manual; 2 ventiladores para alimentação de carvão (PA FAN) 90kW com acionamento elétrico e talha manual; 2 ventiladores de tiro induzido com acionamento elétrico e talha manual; silo de carvão com revestimento interno para capacidade equivalente a 18h e 5 transportadores de corrente com acionamento elétrico e inversor para controle da alimentação de carvão; silo de calcário com válvula rotativa; silo de material do leito com válvula pneumática; economizador com tremonha; pré-aquecedor de ar com tremonha; balão de vapor, superaquecedores; evaporadores; tubulações; painel da parede d´água; estação de controle de temperatura de saída do vapor; estruturas metálicas; silenciadores; um tanque de purga contínua e um tanque de purga intermitente com respectivas; trocadores de calor para resfriamento de amostras; 3 resfriadores de cinzas; queimador a diesel para partida com sistema de ignição e estação de controle; 2 skids de sistema de dosagem química de baixa e alta pressão.
8402.11.00	Ex 002 - Caldeiras aquatubulares recuperadoras de calor (HRSG), destinadas a geração de vapor para turbo geradores a vapor, com capacidade nominal de produção de 445,7t/h à pressão de 4,8MP, com regime de operação por circulação natural, recuperação do calor dos gases provenientes da turbina a gás, 3 níveis de pressão (LP, IP, HP), queima suplementar, sistema de controle de temperatura do vapor, dispositivos de proteção contra incêndio, instrumentações, bombas, e painel elétrico.
8404.20.00	Ex 001 - Condensadores de superfície de 2 passos, utilizados em sistema ciclo-combinado de recuperação de condensado, com função de desaeração de condensado, feixe tubular em titânio, vazão de vapor a condensar de 1.269t/h, capacidade térmica de 810.600kJ/h, temperatura do condensado de 39,7°C, velocidade de entrada da água de resfriamento de 2,3m/s, temperatura da água de resfriamento de 26,5°C (entrada) e 37,4°C (saída), dotados de: sistema de vácuo, bombas de condensado, instrumentação, válvulas de controle e tubulação de condução.
8408.10.90	Ex 115 - Motores marítimos de pistão, de ignição por compressão (ciclo Diesel), 4 tempos, para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 6 cilindros, potência de 1.000HP (735kW) no eixo virabrequim a 2.400rpm e deslocamento volumétrico de 12,78litros.
8408.90.90	Ex 007 - Motores diesel estacionários, 4 tempos, refrigerados à água, injeção direta, com potência nominal igual ou superior a 11,0kW mas igual ou inferior a 35kW, com rotação igual ou superior a 1.500rpm mas igual ou inferior a 3.000rpm e cilindrada igual ou superior a 1,331L mas igual ou inferior a cilindrada de 2,19L.
8408.90.90	Ex 019 - Motores diesel estacionários, 4 tempos, refrigerados a água, turbo alimentados, injeção direta, com potência nominal igual ou superior a 21,3kW, mas inferior ou igual a 41,2kW, com rotação igual ou superior a 1.500rpm mas inferior ou igual a 3.000rpm e cilindrada de 1,995 litros.
8413.50.90	Ex 067 - Bombas de pistões horizontalmente opostos, com carne assimétrico de velocidade constante, acionado por motor elétrico corrente alternada a prova de explosão, com deslocamento volumétrico entre 0 a 1 litro por rotação, e pressão de fluido de até 20bar (290psi).
8413.50.90	Ex 068 - Bombas de fundo de subsuperfície volumétrica alternativa, com pistão, camisa, gaiola, válvulas de pé e passeio, componentes conforme padrão API 11AX, utilizadas em conjunto com unidade de bombeio mecânico, padrão API 11E, e bombas hidráulicas para aplicação para elevação de petróleo em poços de 200 a 4.500m, deslocamento volumétrico variável com vazões de 1 a 700m³/d.
8413.60.11	Ex 019 - Bombas de engrenagens internas de alta pressão, de deslocamento volumétrico de 25cm³/ rotação ou superior, rotação máxima de 2.000rpm ou superior e pressão máxima contínua de 250bar ou superior.
8413.81.00	Ex 040 - Máquinas de mistura, transporte e bombeamento de grãos secos e semi-secos com tamanho máximo de grão de 16mm e capacidade de entrega (despejo dos grãos) variando de 3,5 a 5,00m³/hora à uma pressão de trabalho máxima de 8bar, alcance máximo de entrega (despejo dos grãos) é de até 200m na horizontal e 150m na vertical, acionamento por motor diesel e tanque de combustível com capacidade para 60; equipamento montado sobre chassis rebocável equipado com sistema de freios.
8413.91.90	Ex 006 - Admissões de bomba centrífuga submersível modelo separador de gás dotada de corpo cilíndrico de 4 e 5,38", com flange nas extremidades para acoplamento na bomba, eixo axial com estrias para acoplamento, furos nas extremidades da carcaça para admissão do fluido e saída de gás.
8414.80.12	Ex 016 - Compressores de ar do tipo parafuso de 2 estágios, isentos de óleo com pressão máxima de 8,6 ou 10,4bar, sistema de refrigeração a água com resfriadores de aço inox integrados ao equipamento, montados sobre "skid" com carenagem, com sistema de acionamento de elevada precisão com engrenagens AGMA Q13/DIN classe 5, motor com potência superior a 930HP e IP55 TEFC, filtro de ar integrado à máquina, inversor de frequência integrado ao equipamento, módulo de controle; vazão máxima igual ou superior a 7.200m³/h e inferior a 8.900m³/h.
8414.80.39	Ex 001 - Unidades compressoras para argônio e xenônio, do tipo diafragma e montada em "skid", com 2 estágios de compressão, acionadas por motor elétrico; vazão de 3SCFM, pressão de entrada da mistura de 39.7psia, pressão de saída de 914.7psia; trocador de calor à montante do compressor, interestágio e de descarga; filtros de remoção de óleo; sistema de lubrificação com bomba de óleo, filtro de óleo; "Chiller" com bomba de água integrada conectado ao sistema de distribuição de mistura água/glicol para resfriamento do compressor; tubulação com conexões e acessórios; instrumentação cabeada até caixas de passagem.
8419.32.00	Ex 032 - Secadores de esteira para microchips de madeira operando com baixas temperaturas, com temperatura ambiente até 0°C, controlados por um programador logico programável (PLC), com dimensões de 18.600 x 2.500 x 5.200mm, com pressão ambiente de 900mbar, umidade máxima ambiente de 70%, com tapete central em poliéster, isolado com lã de rocha e com laminas de cobertura, 6 trocadores de calor de placas retas com aletas, 2 exaustores elétricos acoplados no secador, sonda para controle continuo do teor de umidade do produto na entrada e saída do produto, com carregamento e descarregamento automático do microchip, com detectores e sensores de faíscas.
8419.39.00	Ex 095 - Secadores verticais para secagem de revestimentos cerâmicos prensados, com largura útil dos cestos de carga igual a 2.300mm, profundidade útil dos cestos de 1.350mm, com 33 cestos, sendo cada cesto com 11 planos de carga, totalizando 363 planos de carga e transporte dos revestimentos cerâmicos.
8419.81.90	Ex 052 - Combinações de máquinas, automáticas e contínuas, para produção de amendoim torrado utilizado na fabricação de chocolates recheados, com capacidade igual ou superior a 1.500kg/h, compostas de: estação de descarga de "big-bags" e classificação de amendoim cru, com funil receptor, transportador/elevador de rosca, esteira de pesagem com capacidade máxima igual a 4.000kg/h e peneira transportadora vibratória com orifícios de 4,7mm de diâmetro; estação de pré-tratamento do amendoim com 3 zonas; estação de fritura do amendoim, com sistema de aquecimento e recirculação do óleo com queimador automático para diesel ou gás natural, sistema contínuo de remoção de impurezas do óleo, tanques de óleo fresco e usado; túnel de refrigeração do amendoim de dupla fase (fase 1 de 150°C para 50°C, fase 2 de 50°C para 25°C); estação de detecção e descarte de metais, com transportador/elevador de rosca; estação de acúmulo intermediário e carregamento de "big-bags", com transportador/elevador de rosca; unidade de desidratação de fumaça; estruturas metálicas para montagem e integralização; sistema de extinção de incêndio; controladas e monitoradas por um sistema de automação de processo.
8419.89.99	Ex 211 - Unidades de arrefecimento horizontais destinadas a refrigeração de água de suprimento do turbo gerador a vapor, com capacidade máxima de 317.000btu/min, formada por 28 células de dimensão total de 225.200mm de comprimento x 38.200mm de largura x 17.640mm de altura interligadas e montadas em estruturas de plástico reforçado com fibra (FRP) com boca de ventilação de 34" de diâmetro cada, vazão da água aquecida de 19m³/s, temperatura máxima de 52°C, pressão máxima de 862kPa, dotadas de: bombas de água resfriada com vazão de 10m³/s cada, tubulações, sistema de monitoramento e painel elétrico.
8419.90.90	Ex 005 - Módulos estruturados, fabricados em aço inoxidável ou duplex, com dimensões máximas de 2,4 x 2,4 x 12,5m, compostos por placas metálicas soldadas a laser, montadas em forma de blocos, com área de troca térmica entre 140 e 2.120m², com coletores, distribuidores e suportes, próprios para realizar troca térmica em evaporadores de licor negro.
8422.30.29	Ex 396 - Máquinas encapsuladoras automáticas rotativas para abertura, enchimento e fechamento de cápsulas de gelatina dura com produtos farmacêuticos em forma de pó, grânulos ou pellets, com capacidade produtiva máxima de até 175.000cápsulas/hora, dotadas de: estações de alimentação e seleção de cápsulas vazias; estação de orientação e abertura de cápsulas vazias; estação de seleção e rejeição de cápsula vazia não aberta; estações de dosagem; estação de fechamento; estações de ejeção de cápsulas cheias; estações livres; sistema de vácuo para separação de cápsulas; sistema de controle em processo do peso das cápsulas cheias; unidade de seleção e limpeza de cápsulas cheias; jogo de ferramentais para dosagem e enchimento de cápsulas tamanhos "0", "1", "2", "3", com discos de dosagem, pinos de compactação e deslizantes; gabinete em aço inox com computador industrial, controlador lógico programável (CLP) e interface homem máquina (IHM).
8422.40.90	Ex 706 - Máquinas automáticas para desempilhar, transportar e termoselar bandejas rígidas pré-formadas de PP ou PET para porcionados diversos, com câmara para aplicação de vácuo e gás no interior da embalagem, com capacidade de produção entre 10 e 120embalagens/min, dotadas de: dispensador de bandejas e esteira(s) motorizada(s) para transporte (entrada, posicionamento e saída) controlado e sincronizado de bandejas, termoseladora servomecânica de bandejas com área de selagem com 1.200mm de comprimento e 330mm de largura, adaptável a diversas dimensões de bandejas configuradas em fila única ou dupla, dotada de sistema de selagem que não produz sobras/aparas de filme em operacionalização com embalagem tipo "skin", suportado por bomba a vácuo principal de alto oxigênio de 300m³/h e bomba de reforço de alto oxigênio de 1.000m³/h, para uso com filmes lisos ou impressos, dotadas de controlador lógico programável (CLP) e painel de controle.
8422.40.90	Ex 707 - Máquinas automáticas para encaixotamento de sacos de salgadinhos tipo "snacks" (Batata Chips) de 45 a 153g, para carregamento de produtos em caixas de papelão tipo "RSC", com controlador lógico programável (CLP) e tela sensível ao toque, dimensões máximas da caixa de 588 x 388 x 270mm, compreendendo de 12 a 36 sacos por caixa e capacidade de produção de até 7,5caixas/minuto, dotadas de cabeçote à vácuo para coleta de produtos, robô de dois eixos para abastecimento de produtos pelo topo das caixas, caixas de arranjo intermediárias, esteiras transportadoras de produtos, esteiras de aceleração de entrada e dispositivos de contagem e agrupamento de produtos, por meio de duas esteiras com múltiplos berços, e dispositivo de identificação de caixas com produtos faltantes.
8422.40.90	Ex 708 - Máquinas automáticas para embalar rolo de filme de PVC, com duas linhas separadas (esteiras) de entrada de produto com sistema inteligente para ordenação, posicionamento, transporte e descarte, capacidade produtiva para encartuchar até 45peças/minuto, com dimensão nominal do cartucho ajustável de 38 até 60mm na largura, 280 até 500mm no comprimento e 38 até 60mm na altura, potência de 8,0kW, pressão de ar comprimido de 0,6 a 0,8Mpa e consumo de 150NL/minuto; magazine de alimentação manual de cartuchos com sistema de ventosa para abertura; conjunto eletropneumático para inserção dos produtos dentro dos cartuchos; conjunto pressurizado com pistola para injeção de adesivo "hot-melt" para fechamento dos cartuchos e esteira para condução do produto acabado até a saída da máquina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8422.40.90	Ex 709 - Combinações de máquinas para envase de produtos em pó de baixa fluidez em saches de 4 soldas com 48mm de largura x 80mm de altura e dosagem de 5g, compreendendo a formação dos saches, envase e selagem simultânea de 10 embalagens de saches e empilhamento, com capacidade de produção de até 800saches/minuto, compostas de: 1 envasadora automática de 10 pistas, altura de até 3,15m, comprimento de até 3,10m e largura de até 2,5m, com servo motores brushless (sem escova), 1 sistema para alinhamento automático e suporte da bobina, com fotocélula e motor, 1 desbobinador de filme para bobinas de diâmetro máximo de 800mm e gramatura máxima de 78,60g/m^2, acionados por servo motores de 1,6kW e redução de 1:69.05, com sensor de ângulo tipo potenciômetro, 1 unidade de envase com tremonha em aço inoxidável, volume útil igual a 0,034m^3, pá agitadora de aço inoxidável com frequência de agitação de até 45ciclos/minuto, dosador oscilante com ajuste micrométrico para doses de 3g até 7g, com 1 conjunto de 10 canecas de aço inoxidável, com servo motor de 1,6kW, par de blocos de selagem verticais com 11 áreas de selagem e rotação de até 25rpm acionados por servo motor de 1,6kW, par de blocos de selagem horizontais com 2 áreas de selagem e rotação média de até 45rpm acionados por servo motor de 1,6kW, 1 sistema de pré-aquecimento do material de acondicionamento e termorreguladores eletrônicos para a termo-selagem, sistemas de corte, um com facas rotativas para "easy open" com rotação média de até 22,5rpm acionadas por servo motor potência entre 1,6 e 1,9kW, um de corte horizontal para separação de saches com faca rotativa de rotação média igual ou superior a 90rpm acionada por servo motor potência entre 1,6 e 1,9kW e controle automático de descarte, 1 unidade de exaustão com aspirador de pó com motor potência entre 2,2 e 2,55kW, altura até 1,7m x comprimento até 1,25m x largura até 0,75m, 1 modem para conexão de controle e acesso remoto, 1 gabinete elétrico em aço inoxidável AISI 304, 2 dispositivos para evitar ondulação e manter constante a tensão do filme, rolos de vedação longitudinais; 1 unidade de empilhamento com sistema de vibração para distribuição de pó regularmente dentro dos saches com sistema "pick-and-place" e velocidade até 90 ciclos/minuto com 5 garras de alumínio acionadas por cilindros pneumáticos, esteira de pinos com inclinação de até 10°, sistema de pinos para formação das pilhas de duplas de saches de 6 camadas acionado por servo motor de 0,66kW e sistema de vibração com compactador ativado pneumaticamente por cilindros de dupla ação e com moto ativador elétrico entre 0,035 e 0,037kW.
8423.30.11	Ex 021 - Máquinas para preparação e dosagem de produtos químicos para fabricação de borracha (natural e sintética) com capacidade para dosagem de 2 a 6 produtos e com tempo de ciclo de aproximadamente de 100 segundos para cada 10kg, compostas por: 1 conjunto de esteiras transportadoras, 2 a 6 tanques de abastecimento, 2 a 6 tanques de armazenagem, 3 a 7 balanças de pesagem com capacidade para 35kg, sistema de transporte dos produtos químicos em 2 a 6 roscas dosadoras ou por esteiras vibratórias e 5 a 15 containers de captação do produto químico pesado nas balanças e dosadores com precisão de 5g para alimentação por esteira vibratória e de 10g para roscas alimentadoras, estruturas fabricados em aço INOX polido para área de contato com os produtos químicos.
8423.89.00	Ex 059 - Sistemas de pesagem exclusivo para utilização em forno vazador para ferro fundido, alimentação elétrica de 24VDC e isolamento (face frontal) IP40, com quadro móvel superior, incluindo quatro rodas apoiadas sobre mancais de medição com células de carga, unidade avaliadora com interface analógica de 4 a 20mA, incluindo caixa de terminais para interconexão das células de carga com display de 5 dígitos, altura dos dígitos 25mm.
8424.89.90	Ex 304 - Máquinas para retirada de filme foto polimérico na fabricação de placas de circuito impresso, de ação continua, por meio de bicos dispersores "spray" de solução KaOH ou solução formulada, com sistema automático de reposição da solução, câmara de lavagem com ou sem câmara de secagem.
8424.89.90	Ex 305 - Máquinas de corrosão química para retirada de estanho depositado sobre trilhas de cobre em placas de circuito impresso, com uso de spray de ácido nítrico ou solução formulada, compostas de: esteira de transporte, câmara de corrosão, câmara de lavagem e câmara de secagem, com velocidade variável de acordo com a camada de estanho.
8424.89.90	Ex 306 - Máquinas para aplicação de películas de revestimento a base de água e de solventes orgânicos em comprimidos farmacêuticos, em regime de bateladas ou em ensaios de revestimento, por pulverização, dotadas de: 1 caçamba para produção, totalmente perfurada, com diâmetro de 39" (990mm) e volume máximo de 150 litros; 1 caçamba para ensaios de revestimento, totalmente perfurada, com diâmetro de 24" (610mm) e volume máximo de 20 litros; bomba peristáltica; 4 pistolas pulverizadoras projetadas com tecnologia que evita a formação de resíduos e a necessidade de limpeza dos bicos em processo, sendo 3 para produção e 1 para ensaios; sistema de recirculação da solução de revestimento; unidade de tratamento do ar admitido por filtragem, controle de vazão e temperatura; sistema de exaustão com coletor de pó, silenciador e tubulação de aço inox 304; sistema automático de limpeza Wash-In-Place (WIP); painel de operador com interface homem-máquina e painel elétrico com controlador programável
8424.90.90	Ex 034 - Conjuntos de barras de pulverização com lados simetricamente opostos e braços distintos, com acionamento hidráulico e largura total de 40m; estrutura tubular de alumínio soldado e perfil inferior extrudado e puncionado com formas de oblongos.
8425.39.10	Ex 016 - Puxadores hidráulicos rebocáveis sobre 2 rodas, para lançamento de 1 cabo com diâmetro máximo de 16mm, em redes de transmissão de energia elétrica, tração máxima de 45kN à velocidade de 2km/h, velocidade máxima de lançamento de 5km/h à tração de 17,5kN, com roda-guia de diâmetro de 400mm, massa 2.000kg, motor diesel de 48kW refrigerado a água, transmissão hidráulica com circuito fechado para variação contínua de velocidade em ambos os sentidos de rotação, sistema de pré-ajuste de tração, freio hidráulico negativo auto-atuante, dinamômetro hidráulico com ponto de ajuste e controle automático da tração máxima, sistema de resfriamento do óleo hidráulico, instrumentos de controle para o sistema hidráulico e o motor diesel, eixo rígido para reboque à velocidade máxima de 30km/h com freio de estacionamento mecânico, enrolador automático de carretel incorporado com auto-carregamento e enrolamento de nível automático, estabilizador de lâmina frontal com atuação mecânica, ponto de ligação à terra.
8425.39.10	Ex 017 - Puxadores hidráulicos rebocáveis sobre duas rodas, para lançamento de um cabo com diâmetro máximo de 32mm, em redes de transmissão de energia elétrica, tração máxima de 240kN à velocidade de 2,5km/h, velocidade máxima de lançamento 4,5km/h à tração de 130kN, roda-guia de diâmetro de 800mm, massa de 9.500kg, motor diesel de 280kW refrigerado a àgua, transmissão hidráulica com circuito hidráulico fechado para variação contínua de velocidade em ambos sentidos de rotação, sistema de pré-ajuste de tração, com freio hidráulico negativo auto-atuante, sistema de freio pneumático para a carreta, dinamômetro hidráulico com ponto de ajuste e controle automático de tração máxima, sistema de resfriamento do óleo hidráulico, instrumentos de controle para o sistema hidráulico e o motor diesel, eixo rígido para reboque à velocidade máxima de 30km/h com freio de estacionamento mecânico, bobinador automático de carretel incorporado com autocarregamento e enrolamento de nível automático, estabilizador de lâmina frontal com atuação hidráulica, ponto de ligação à terra, garra de tração de cabo com atuação hidráulica para operação de mudança de carretel, dois dispositivos auxiliares para suporte e posicionamento do carretel.
8427.10.19	Ex 134 - Empilhadeiras elétricas autopropulsadas, contrabalanceadas, com bateria de fosfato de ferro-lítio (LiFePO4), integrada ao equipamento, sem retirada da bateria para a sua recarga por meio de entrada para recarga na lateral do equipamento, com capacidade máxima de movimentação de carga entre 2.000 e 3.500kg, com torres de elevação em 3 versões, altura de elevação dos garfos entre 2.085 e 7.170mm, distância do centro da carga de 500mm, com ou sem garfos.
8427.10.90	Ex 086 - Plataformas de trabalhos aéreo, projetadas para um ocupante, não pantográficas, autopropulsadas sobre rodas de tração 4 x 2 com velocidade máxima de translação de 95m/min, com haste telescópica hidráulica de coluna vertical, com altura máxima de trabalho (plataforma e operador) de 5.350mm, com acionamento da haste por motor elétrico alimentada por 4 baterias recarregáveis de 6V e capacidade de 180Ah, para serem utilizadas entre corredores de prateleiras de supermercados e depósitos, mesa superior para mercadorias com peso máximo de 113kg e base para sustentação do operador com peso menor ou igual a 130kg.
8427.10.90	Ex 111 - Plataformas de trabalhos aéreos, com coluna principal retrátil, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis autopropulsadas sobre rodas de tração 4 x 2, controladas por "joystick" e CLP, com elevação vertical máxima da plataforma de até 2,210m (completamente estendida), capacidade de um ocupante, inclinação máxima de deslocamento completamente retraída 35%, capacidade de carga sobre o cesto de até 180kg, munidas ou não de dispositivo para aplicação de painéis em tetos.
8427.10.90	Ex 151 - Plataformas de trabalhos aéreos, tipo tesoura, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis a partir de carregador bivolt unicamente, autopropulsadas sobre rodas, com 2 rodas motrizes com sistema de tração elétrica ou hidráulica e 2 rodas direcionais, controladas por "joystick", com elevação máxima vertical da plataforma igual ou superior a 4,57m, mas inferior ou igual a 11,97m, equipadas com deck extensível da plataforma com alcance máximo horizontal igual ou superior a 0,70m, mas inferior ou igual a 0,91m, com capacidade máxima de carga sobre a plataforma igual ou superior a 227kg, mas inferior ou igual a 350kg.
8427.20.90	Ex 208 - Plataformas de trabalhos aéreos, com lança principal telescópica, com braço articulante "Jib", acionadas por motor a diesel, autopropulsadas sobre rodas com tração 4 x 4, eixo oscilante, controlada por "joystick", com elevação máxima vertical da plataforma inferior ou igual a 41,15m, com capacidade máxima de carga sobre o cesto da plataforma inferior ou igual a 226,8kg sem restrição de trabalho.
8427.20.90	Ex 209 - Plataformas de trabalhos aéreos, com lança principal articulada ou telescópica, com ou sem braço articulante "Jib", acionadas por motor a diesel ou bicombustível ou híbrido (diesel e elétrico), autopropulsadas sobre rodas com tração 4 x 4 ou 4 x 2, eixo oscilante, controladas por "joystick", com elevação máxima vertical da plataforma igual ou superior a 18,36m, mas inferior ou igual a 26,21m, com capacidade máxima de carga sobre o cesto da plataforma igual ou inferior a 227kg sem restrição de trabalho.
8427.20.90	Ex 210 - Plataformas de trabalhos aéreos, com lança principal articulada, com braço articulante "Jib", acionadas por motor a diesel ou bicombustível ou híbrido (diesel e elétrico), autopropulsadas sobre rodas com tração 4 x 4, eixo oscilante e transmissão hidrostática, controladas por "joystick", com elevação máxima vertical da plataforma igual ou superior a 10,28m, mas inferior ou igual a 10,31m, com capacidade máxima de carga sobre o cesto da plataforma de 227kg.
8428.39.90	Ex 170 - Combinações de máquinas automáticas para triagem, transporte e preparação de paletes de garrafas de vidro e etiquetagem de paletes, controlados por softwares especialmente desenvolvidos e integrados em controlador lógico programável (CLP), compostas de: 3 sistemas de transportadores com capacidade de 622garrafas/min, com diâmetro das garrafas até 130mm, e altura até 350mm e 1 sistema de paletização com formação de camadas, com velocidade de até 3camadas/minuto, alturas entre 100 e 350mm em paletes de madeira de 1.200 x 1.000mm e com altura final dos paletes de até 3.000mm, dotado de braços giratórios com cabeçote universal de pega, transporte e acomodação das camadas para transferência dos paletes, separadores, molduras de reforço e arranjos de camadas de garrafas
8428.39.90	Ex 171 - Equipamentos automáticos para transporte vertical e horizontal de caixas (sistema de armazenamento e recuperação de pedidos AS/RS), com capacidade de processamento de até 1.200caixas/hora, dotados de: 6 elevadores; 40 carrinhos ("shuttles") de deslocamento horizontal sobre guias; 1 ponto de indução de ação contínua (transportadores); componentes elétricos e eletrônicos, controle via "software" e controlador lógico programável, com ou sem mezaninos e estruturas metálicas.
8428.90.90	Ex 144 - Máquinas para movimentação de cargas, tipo magazine, de alimentação, para armazenar, organizar, transportar, empilhar e desempilhar painéis (chapas) de madeira, em vários níveis, verticais e horizontais, por meio do carro ponte modular, com ventosas a vácuo, controlados por controle numérico PC de interface.
8428.90.90	Ex 432 - Bastidores para silos de fundo plano com diâmetro de 5 metros, utilizados na extração de material pastoso com alta concentração de sólidos, com capacidade de extração horária de até 15m^3/h; acionados por cilindro hidráulico de alta pressão 220bar.
8428.90.90	Ex 433 - Mesas giratórias indexadoras horizontais ou verticais, com diâmetros de 560, 710, 920, ou 1.120mm, equipadas com motor elétrico trifásico de indução rotor de gaiola de esquilo, potência de 4,3 a 8,7HP ou 3,26 a 6,5kW, para posicionamento e movimentação de peças em linhas de produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8428.90.90	Ex 434 - Máquinas de movimentação vertical descontinua para realizar a transferência de produtos farmacêuticos entre recipientes, com calibração granulométrica por moagem e tamisação durante a transferência, capacidade máxima de carga de 800kg (recipiente e produto), capacidade de processamento de até 1.950kg/h, com coluna fixa de acionamento eletro-hidráulico para deslocamento vertical por corrente de rolos, sistema de segurança por corrente redundante e válvula de retenção; dispositivo eletro-hidráulico para inversão
	de posição do recipiente em 180°, pivô de engrenagem externa acionado por motor hidráulico, pinhão e freio de retenção; funil de descarga com grampos para fixação do recipiente, cone simétrico de 90° e válvula rotativa de descarga; suporte do moinho; moinho de peneira cônica, para moagem e tamisação de produto seco; telas cônicas intercambiáveis; chaves de segurança; válvula borboleta de saída; placa de vedação e painel de operador.
8428.90.90	Ex 435 - Mesas giratórias indexadoras horizontais ou verticais, com diâmetros de 560, 710, 920, ou 1.120mm, para posicionamento e movimentação de peças em linhas de produção.
8432.31.90	Ex 003 - Transplantadoras de plantio direto de legumes e vegetais, autopropulsadas, 1 linha de plantio (2 linhas em ida e volta), rendimento de até 3.000plantas/hora, 4 rodas, acionadas por motor a gasolina.
8433.90.90	Ex 010 - Sistemas automáticos para amarração e nós em fardos de fenos e palhas com fios naturais ou sintéticos (desmontados), dotados de 2 dispositivos nosadores completos e 2 discos dentados, com furação de diâmetro de 35mm para encaixe do eixo, utilizados exclusivamente nas máquinas enfardadeiras de fenos e palha
8436.10.00	Ex 033 - Misturadores verticais para ração animal, autopropulsados, com capacidade de carga máxima igual ou superior a 13m^3, mas inferior ou igual a 33m^3, com sistema misturador helicoidal cônico vertical dotados de 1 ou 2 ou 3 roscas verticais de aço ou aço carbono, com ou sem proteção de aço inoxidável, com facas ajustáveis de aço com ou sem revestimento de tungsténio, com rotação máxima igual ou superior a 21,4rpm, mas inferior ou igual a 40,1rpm, acionados por motor turbo diesel igual ou superior a 175HP, mas
	inferior ou igual a 245HP, equipados com contra faca manual ou hidráulica, com mecanismo de autocarregamento dotado por fresa cilíndrica de movimentação circular com duplo sentido de carregamento, acoplado à esteira transportadora com alcance máximo igual ou superior a 5,03m, mas inferior ou igual a 5,70m, com mecanismo de descarregamento da ração por portas de descargas ou esteira normal ou esteira estendida, com transmissão hidrostática e acionamento do controle total da fresa carregadora por
	"joystick".
8438.10.00	Ex 133 - Fatiadoras automáticas em aço inoxidável para pães, com espessura ajustável das fatias retangulares e/ou circulares entre 3 e 30mm, para peças retangulares de produto com dimensões máximas de 300 x 380 x 150mm, ou para peças circulares com diâmetro máximo de 300mm, com velocidade nominal máxima de 100ciclos/minuto, munida com sistema de autoatendimento de comando intuitivo de precisões de velocidade e posicionamento.
8438.40.00	Ex 011 - Combinações de máquinas automáticas para fabricação de cerveja em escala de planta piloto, com capacidade de 250litros/batelada; compostas de: moinho para malte de 2 eixos ajustáveis com capacidade de 220kg/h; módulo de brasagem com tina de mistura com capacidade de 433 litros, tina clarificação com capacidade de 510 litros, acabamento de cobre em chapa única, tanque de água quente com capacidade de 279 litros e resfriador de mosto com capacidade 300litros/hora; módulo de fermentação e maturação com 4
	tanques fechados com capacidade 311hl, 1 tanque aberto com capacidade 350hl com sistema auto limpante CIP ("Clean in Place"); sistema de Controle configurado para produção de diversos tipos de cerveja.
8438.50.00	Ex 304 - Máquinas automáticas para remoção de pele e gorduras de origem animal, em aço inox, com esteiras de abastecimento e desabastecimento de produtos, ambas com guarda de proteção em inox, regulagem para variação de espessura da pele e gordura retirada, largura de trabalho de 520mm, motor de 2,2kW, comando elétrico 24V, rolo superior de borracha com ajuste pneumático que permite trabalhar com vários tipos de carne, rolo de arraste multidentado em aço especial de alta resistência e triplo rolamento.
8441.10.90	Ex 082 - Cortadoras de chapas de papelão tipo cinza, para corte transversal e longitudinal, incluindo mesa de alimentação manual com guia lateral, saída em escama, sistema de picotar as aparas laterais com esteira de transporte das aparas, largura máxima do papelão de 1.400mm, espessura de 1 a 4mm, com capacidade de processamento de até 120metros/min.
8441.10.90	Ex 083 - Cortadeiras automáticas para corte de materiais flexíveis tais como, papéis, papel de parede, lonas, vinil autoadesivo, filmes, telas, sintéticos (tecidos, malhas, materiais têxteis e outros materiais porosos exigem um forro), largura de recorte entre 135 até 158cm, velocidade de recorte até 113cm/s na diagonal, conectividade USB e Ethernet (LAN).
8441.30.90	Ex 061 - Máquinas para extração dos 4 cantos de chapas de papelão, operadas por servo motores, com esteira de transporte das aparas, para uso na fabricação de caixas rígidas, capacidade máxima de 40ciclos/min, formato máximo de 735 x 525 x 4mm.
8441.80.00	Ex 094 - Máquinas semiautomáticas para escavar espaços redondos em papelão, aplicar e fixar 1 ou 2 pares de imãs redondos (magnéticos) neste espaço escavado, utilizando cola quente para fixação, destinado ao processo de manufatura de caixas, capas de cadernos, agendas e artigos similares, com fechamento magnético, com capacidade máxima de 40ciclos/min, formato máximo de 735 x 525 x 4mm.
8443.39.10	Ex 179 - Máquinas impressoras digitais de produção, por jato de tinta "inkjet", 4 cores (CMYK), bobina a bobina, para a impressão de rótulos e etiquetas, com resoluções de 1.600 x 1.600dpi e 800 x 1.600dpi, velocidade máxima de impressão de 18m/min e mínima de 9m/min, largura máxima de 250mm.
8443.39.10	Ex 242 - Máquinas de impressão industrial por jato de tinta piezoelétrico, utilizando tecnologia de impressão de gotas com tamanho variável de 6 a 42 picolitros, operando com 42 cabeças de impressão, com 7 canais de cores, inclusive branco e cores claras (ciano e magenta), com sistema automático de limpeza das cabeças de impressão, com velocidade máxima de impressão em modo expresso igual a 155m^2/h, utilizando tinta à base de solvente orgânico não volátil (sem hexanediol diacrilato), com processo de cura ultravioleta, com unidade controladora interna, mesa plana "flatbed", com 7 zonas de vácuo para fixação da mídia, para impressão em mídias rígidas e flexíveis, de tamanho máximo de 2,51 x 3,06m (largura x comprimento) e espessura máxima de 5,08cm, com sistema antiestático, com 2 zonas de impressão independentes ("dual mode"), com 5 pinos pneumáticos em cada zona de impressão (totalizando 10), garantindo o registro preciso de impressão frente e verso.
8443.39.10	Ex 243 - Máquinas de impressão digital com tecnologia de impressão por jato de tinta com cabeças piezoelétricas com resolução de até 1.200 x 600dpi com cura por lâmpadas UV com duplo obturador e controle independente selecionado pelo usuário com 3 níveis de regulagem, com capacidade de produzir impressões em frente e verso, fosco/brilhante e efeitos texturizados, com sistema de movimentação de mídia por correia a vácuo para fluxo contínuo de maneira que se carregue, imprima e colete mídia simultaneamente, para
	alimentação de materiais rígidos com até 250 x 305cm e peso máximo da chapa de 68kg e materiais flexíveis com até 250cm de largura, com um diâmetro de rolo de até 23cm e peso de até 81kg, com opção para 6 cores (CMYKLcLm) ou 4 cores (CMYK) mais branco com tintas que não requerem ventilação especial; velocidade de impressão de até 85m^2/h.
8443.39.10	Ex 244 - Máquinas de impressão digital com tecnologia de impressão por jato de tinta com cabeças piezoelétricas com resolução de até 1.200 x 600dpi com cura por lâmpadas UV com duplo obturador e controle independente selecionado pelo usuário com 3 níveis de regulagem, com capacidade de produzir impressões em frente e verso, fosco/brilhante e efeitos texturizados, com sistema de movimentação de mídia por correia a vácuo para fluxo contínuo de maneira que se carregue, imprima e colete mídia simultaneamente, para
	alimentação de materiais rígidos com até 163 x 305cm e peso máximo da chapa de 68kg e materiais flexíveis com até 163cm de largura, com diâmetro de rolo de até 23cm e peso de até 81kg, com opção para 6 cores (CMYKLcLm) ou 4 cores (CMYK) mais branco, com tintas que não requerem ventilação especial; velocidade de impressão de até 38,9m^2/h.
8443.91.99	Ex 064 - Máquinas automáticas para rebobinar de forma contínua filmes plásticos, com velocidade máxima de operação de 200m/min, capazes de rebobinar filmes em bobinas com largura de até 660mm, diâmetro máximo de 800mm, peso máximo de 340kg e diâmetro interno do canudo de 152mm, tensão de trabalho de 22 a 311N, dotadas de rebobinador duplo com eixo em balanço e mandris expansíveis pneumaticamente, controle de tensão por rolo compensador e sistema de troca automática de bobinas a 200m/min
	(máxima velocidade), dotadas de unidade de corte longitudinal do filme continuamente ajustável com 14 facas rotativas, conjunto de painéis de controle IHM e com controlador lógico programável (CLP).
8445.40.29	Ex 005 - Combinações de máquinas para bobinamento e termofixação de fios torcidos compostas de: zona de carregamento de bobinas com 4 níveis de execução em cada um dos dois lados para 48 bobinas em cada lado, 6 rolos alimentadores para retirada de tensão dos fios enrolador combinado para fio liso com 6 bobinadores e velocidade variável entre 300 e 700m/min e fio frisé com 6 unidades de torção falsa com velocidade variável entre 35 e 200m/min, câmara de termofixação para vapor superaquecido com controle de vapor
	entre 115 e 220°C, 6 canais de processamento de fios com motores individuais, zona de armazenamento de até 45" com 6m com alimentação por injetor e equipamento para bobinamento de fios com velocidade de até 750m/min para 36 pontas 3 níveis de execução com 6 eixos por nível.
8451.40.10	Ex 004 - Máquina de limpeza contínua com solvente para o tratamento de tecidos planos e malhas, sendo estes de fibras sintéticas ou mesclados com fibras sintéticas, com filtros de carvão ativo e sistema de recuperação do solvente por destilação, com capacidade de limpeza de até 5kg/minuto.
8453.10.90	Ex 100 - Fulões de polipropileno para caleiro, curtimento, recurtimento e engraxe de couros e peles, com diâmetro igual ou superior a 1,2m e largura igual ou superior a 1m, com tecnologia de construção tubular externa sem solda e em Polipropileno.
8456.30.19	Ex 043 - Máquinas-ferramenta para cortar, por eletroerosão a fio, peças metálicas com peso igual ou superior a 500kg, imersas em meio líquido, com dimensão da mesa de trabalho igual ou superior a 640 x 540mm com inserção automática do fio, com comando numérico computadorizado, com motor linear tubular nos eixos X e Y, com conexão por fibra ótica entre servo motor e servo driver nos eixos X e Y.
8457.10.00	Ex 250 - Centros de usinagem vertical de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), para controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 650, 400 e 305mm, respectivamente, avanço rápido de 50m/min em X, Y e Z, velocidade de rosqueamento de até 6.000rpm, tamanho da mesa de 800 x 400mm, em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de até 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 10.000rpm
	e torque máximo de 40Nm, tempo de troca de palete de 3,4s, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade para 14 ou 22 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,7s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo entre 0,006 e 0,02mm e repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com a opção de conter 4° eixo sobre sua mesa.
8457.10.00	Ex 251 - Centros de usinagem vertical de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), para controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 650, 400 e 305mm, respectivamente, avanço rápido de 50m/min em X, Y e Z, velocidade de rosqueamento de até 6.000rpm, tamanho da mesa de 800 x 400mm, em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de até 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 10.000rpm
	e torque máximo de 92Nm, tempo de troca de palete de 3,4s, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade para 14 ou 22 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca de até 1,7s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo entre 0,006 e 0,02mm e repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com a opção conter 4° eixo sobre sua mesa.
8457.10.00	Ex 252 - Centros de usinagem vertical de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), para controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 650, 400 e 305mm, respectivamente, avanço rápido de 50m/min em X, Y e Z, velocidade de rosqueamento de até 6.000rpm, tamanho da mesa de 800 x 400mm, em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de até 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 16.000rpm,
	tempo de troca de palete de 3,4s, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade para 14 ou 22 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,7s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo entre 0,006 e 0,02mm e repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com a opção conter 4° eixo sobre sua mesa.
8457.10.00	Ex 322 - Centros de usinagem vertical de dupla coluna, tipo portal, para usinagem de metais, com comando numérico computadorizado (CNC) capazes de fresar, furar e rosquear, com curso nominal de trabalho dos eixos X de 1.340 a 2.540mm, Y 1.200mm e Z de 700mm, velocidade de deslocamento de Eixo X de 30 a 40m/min, Eixo Y de 40m/min e Eixo Z de 24m/min, Avanço de Trabalho de 1 a 15.000m/min, mesa de trabalho de aço medindo no comprimento de 1.200 a 2.400mm e largura de 1.120mm, dotada de cabeçote

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	de fresamento com cone, rotação do eixo de 100 até 12.000/24.000rpm, potência do motor de AC 22/25HP a 30/33HP, precisão de posicionamento de ±0,003mm, compostos de sistema de arrefecimento e tanque de 600L, transportador de cavaco, tela LCD colorida.
8458.11.99	Ex 139 - Tornos de comando numérico computadorizado monofuso, com os movimentos dos carros Z e X neste único fuso (cursos de 240 e 245mm,respectivamente), com 6.000rpm, com sistema de carga e descarga automático tipo "gantry loader" e tempo de carga de 5,5s, torre com 12 estações para ferramentas (podendo ou não conter eixo Y), 6 estáticas e 6 acionadas (atingindo 4.000rpm e 2,5kW de potência, permitindo furações de diâmetro máximo de 13mm e rosqueamento M8), com tempo de posicionamento de 0,2s
	(posição mais próxima) e eixo C interpolável e indexável em 0,001°.
8458.11.99	Ex 140 - Tornos de comando numérico computadorizado de alta precisão (circularidade 0,3 mícron, rugosidade RZ 0,9 mícron e dureza 60 Rockwell C), com sistema de carga e descarga automático tipo "gantry loader", com tempo de carga de 3,5s, com 2 fusos com 8.000rpm, diâmetro máximo de fixação 40m e torque máximo de 2,2kW, com 15m/min de deslocamento nos eixos X e Z e 1 ou 2 gangs móveis com 5 estações para ferramentas de torneamento estáticas cada uma.
8458.11.99	Ex 162 - Tornos de rodeio, horizontal, com comando numérico computadorizado (CNC) e sistemas e controles automáticos para correção de perfis de roda gastos e execução de novos perfis e reperfilamento de rodas montadas no eixo simultaneamente, com largura da bitola compreendida entre 1.000 e 1.435mm, diâmetro da roda compreendida entre 600 e 1.400mm, peso máximo admissível de até 45.000daN por eixo da locomotiva, sem fuso, com 4 ferramentas fixas (duas internas e duas externas), potência total instalada de até
	110kW, com triturador e transportador de cavacos acoplado e carro suporte para usinagem de rodeiros individuais.
8459.61.00	Ex 022 - Máquinas codificadoras de chaves, dotadas de fresas montadas sobre fuso de precisão e 2 carros transversais, comando numérico computadorizado (CNC), alimentação por magazine vertical, descarregamento automático, com codificação de corte a seco e uma chave por ciclo, códigos de combinação processados por software, codificação para modelos "standard", corrigida, interpolada ou de matriz, em 15 posições da chave, sem limite de profundidade e com capacidade de produção de 1.500chaves/hora.
8460.39.00	Ex 032 - Máquinas para afiar brocas com comprimentos acima de 140mm e diâmetro entre 2 e 20mm, dotadas de 2 discos de afiação com rebolos oscilantes de duplo abrasivo e de suporte de apoio para o posicionamento de brocas nos ângulos corretos.
8460.90.90	Ex 091 - Máquinas automáticas para polimento em úmido para chapas em inox de largura 2.100mm, com controle automático de pressão da lixa sobre o material, com controle eletrônico via um controlador lógico programável (PLC), com filtro exaustor para recuperação da névoa, com dois motores de 90kW controlados por dois inversores de velocidade, com tanque para recolher o líquido lubrificante e de refrigeração, com dois tensionadores de lixas, com dois rolos para movimentar a lixa abrasiva, tubulação de
	lubrificação centralizada com bomba elétrica, com medidor de temperatura da chapa, dispositivos de prensagem na entrada e na saída de rolos emborrachados.
8461.50.90	Ex 011 - Máquinas automáticas para produção de perfil de degrau de escada doméstica com operações de corte de comprimento com disco de serra circular de alta rotação, corte retangular para perfil dianteiro e furação circular múltipla por puncionamento nas duas extremidades, tempo de ciclo de 5 segundos por degrau, capacidade de ajuste de comprimento de corte de degrau para escadas domésticas de 2 a 8 degraus, construídas com acionamentos pneumáticos, hidráulicos, comando através de controlador lógico
	programável (CLP) e consola táctil para gestão processo produtivo.
8462.10.90	Ex 118 - Máquinas conformadoras universais, para produção de rebites, com controlador lógico programável (CLP), 5 matrizes, capacidade máxima de corte de 8mm (diâmetro), capacidade máxima de produção de 350peças/min, força de prensagem de 500kN, motor com potência máxima de 26kW, dispositivo computadorizado para ajuste do comprimento de corte, dispositivo para alimentação e extração de peças por meio de pinças de movimentos lineares, esteiras para peças acabadas e sucata.
8462.49.00	Ex 042 - Máquinas automáticas para perfurar tubos por puncionamento, dotadas de controlador lógico programável (CLP), dispositivo radial para tubos de diâmetro externo compreendido de 40 a 130mm, diâmetro interno compreendido de 12 a 70mm.
8462.49.00	Ex 044 - Máquinas semiautomáticas para produção de escadas paralelas com unidade de expansão interior de perfil de degrau e unidade de rebordeamento orbital de perfil de degrau, comprimento de perfil de 1.000 até 6.000mm, sistema de avanço automático de escada por meio das várias unidades de operação, capacidade de ajuste da distância de degraus entre 250 e 300mm, capacidade de ajuste de largura para produção de escada entre 300 e 500mm, capacidade de produção de escadas paralelas com tempo de ciclo 25s/m,
	equipadas com unidades de fixação automática de perfil lateral e sistema automático de lubrificação com depósito centralizado e válvulas de pulverização das unidades de operação, construídas com acionamentos pneumáticos (pressão pneumática de 6bar), hidráulicos (pressão hidráulica de 160bar), comando por meio de controlador lógico programável (CLP) e consola táctil para gestão de processo produtivo.
8462.99.90	Ex 051 - Máquinas automáticas para a produção de perfil traseiro de escada doméstica com operações de dobragem de extremidade de perfil e consequente esmagamento e furação por puncionamento, unidades de furação através de fresa com capacidade de ajuste de posição das ferramentas e unidade de puncionamento perpendicular ao perfil na extremidade oposta, capacidade de produção de perfil traseiro para escadas domésticas de 2 até 8 degraus com um tempo de ciclo de 15 segundos, equipadas com unidades de fixação
	automática de perfil e sistema automático de lubrificação com depósito centralizado e válvulas de pulverização das fresas, construída com acionamentos pneumáticos, hidráulicos, comando através de controlador lógico programável (CLP) e consola táctil para gestão processo produtivo.
8462.99.90	Ex 052 - Máquinas automáticas para a produção de perfil dianteiro de escada doméstica com operações de dobragem, furação múltipla por puncionamento, furação por fresa, abertura de rasgo por lâmina e furação perpendicular por puncionamento, capacidade de produção de perfil frontal para escadas domésticas de 2 até 8 degraus com um tempo de ciclo de 14 segundos, equipadas com unidades de fixação automática de perfil e sistema automático de lubrificação com depósito centralizado e válvulas de pulverização das
	fresas, construída com acionamentos pneumáticos, hidráulicos, comando através de controlador lógico programável (CLP) e consola táctil para gestão processo produtivo.
8463.20.99	Ex 027 - Máquinas para fazer roscas em peças metálicas, por laminagem por pentes planos, com capacidade de produção igual ou inferior a 159 unidades/minuto, de diâmetro rosca igual ou superior a 3 milímetros.
8464.90.90	Ex 118 - Combinações de máquinas para cortar, esquadrejar e biselar revestimento cerâmico tipo porcelanato sem a utilização de água, com capacidade produtiva igual ou superior a 6.000m²/dia, para a produção de formatos de até 1.200 x 1.200mm compostas de: 3 unidades de esquadrejamento/bi selamento, 1 unidade de corte e quebra, 1 unidade transportadora com girador de correias a 90° e comprimento 4.500mm, 1 unidade giradora com cilindro pneumático e comprimento de 5.000mm, 1 unidade transportadora com
	comprimento de 1.900mm, 1 unidade transportadora com comprimento de 1.200mm, 1 unidade coletora de pó com capacidade de 50.000m³/h incluindo tubulações de interligação entre o coletor de pó e as unidades de esquadrejamento/bi selamento e quadros elétricos.
8467.89.00	Ex 011 - Ferramentas hidráulica portáteis para operações de grafagem e rebordeamento em tubos e chapas metálicas de aço carbono e aço inoxidável de 2 a 4mm, dotadas por pinça hidráulica portátil com força de compressão de 30kN com porta ferramenta em metal duro, ferramentas superior e inferior em metal duro, com empunhadura ambidestra e acionamento bimanual, conectada por mangueira de alta pressão flexível a unidade eletrônica de controle e alimentação hidráulica móvel, com pressão continuamente
	ajustável por seletor entre 30 e 500bar, bomba com 2,6L/min, potência de 3,1kW e ciclo ajustável continuo máximo de 150golpes/min.
8474.10.00	Ex 057 - Peneiras vibratórias de separação granulométrica de rochas naturais ou material reciclado, autopropelidas sobre esteiras, com acionamento hidráulico, com correia transportadora para transbordo, com capacidade máxima de alimentação igual ou superior a 200t/h.
8474.20.10	Ex 030 - Moinhos modulares horizontais para moagem de matéria-prima para produção de pasta cerâmica em ciclo contínuo com capacidade total para 60.000 litros, e capacidade efetiva de 54.500 litros, potência instalada 400kW, peso do cilindro completo (sem revestimeto) 30.000kg, comprimento da câmara 6.700mm, com diâmetro externo do tambor de 3.500mm, dotados de câmara de moagem com alimentação contínua da barbotina por meio de bomba, com processamento via úmido com bolas.
8474.80.90	Ex 123 - Equipamentos para produção de moldes e machos de areia a partir de modelos virtuais tridimensionais, por meio da deposição sequencial e aglutinação seletiva de camadas de areias, com caixa de impressão de dimensões úteis de 1.800 x 1.000 x 700mm, dotados de 1 célula de processamento unitário com uma caixa de impressão; 4 contenedores de areia nova; 1 contenedor de areia recuperada; 1 separador de areia reciclada com capacidade de 1.000 litros; 1 aspirador industrial de areia de 12,5kW; 1
	separador de areia residual com capacidade de 600 litros e 1 Fonte de alimentação ininterrupta de 15kVA.
8477.20.10	Ex 205 - Combinações de máquinas para produção de mangueiras gotejadoras, compostas de: 1 extrusora com diâmetro da rosca de 60mm, com comprimento de 30 vezes o diâmetro, para processamento de polietileno, com capacidade máxima de extrusão de 140 metros de mangueira por minuto; 1 dosador gravimétrico automático para alimentação da extrusora, com capacidade para dosar 4 tipos de diferentes materiais, com capacidade de alimentação de até 400kg/h; 1 coextrusora acionada por motor de 3kW com rosca,
	diâmetro de 20mm e L/D 24, para inserir duas faixas coloridas de 1mm de largura cada ao longo da mangueira sobre a mangueira em duas cores; 1 cabeçote de extrusão, instalado na extrusora em ângulo de 90° no sentido de fluxo de matéria prima, permitindo a inserção do gotejador e montagem das ferramentas de extrusão, com parafusos para ajuste de espessura da mangueira; 1 máquina (unidade) para selecionar, posicionar, acumular e insertar o gotejador na mangueira de polietileno no espaçamento cometo e sincronizado,
	com capacidade de inserir e soldar até 700gotejadores/minuto dentro da mangueira em produção; 1 banho de vácuo, composto de 1 banheira para refrigeração do tubo, com função de controlar o diâmetro da mangueira produzida, bombas de água para circulação da água e bomba de vácuo; 1banho de resfriamento com banheira para entrada de água gelada para refrigeração da mangueira gotejadora processada; 1 furador de mangueira gotejadora com uma broca, com capacidade de fazer até 700 (furos) operações por minuto
	associado com câmera para controle de qualidade do furo; 2 puxadores tipo caterpiliar da mangueira extrusada, com velocidade mecânica de 0 até 150m por minuto, com tensão das correias ajustadas por sistema pneumático, sendo um instalado antes e outro depois da unidade de perfuração; 1 Acumulador vertical de mangueira gotejadora para garantir tensão constante desta mangueira na estação de bobinamento; 1 bobinador manual com 2 estações de trabalho para enrolar a mangueira em bobinas; 1 gabinete central composto
	por painel de controle geral e sincronismo de todos os equipamentos envolvidos; 1 Jogo de cabos elétricos múltiplos conectando o gabinete central aos equipamentos da linha de produção.
8477.59.11	Ex 021 - Prensas mecânicas do tipo coluna com diâmetro externo de 65,5 polegadas, para vulcanização de pneumáticos radiais para caminhões e ônibus, com diâmetro de aro de 15,00 a 24,50 polegadas e diâmetro externo do pneu vulcanizado de 780 a 1.300 milímetros (30,71 a 51,18 polegadas), com sistema de ajuste de altura para acomodação de moldes com faixa de espessura de 10,00 a 25,00 polegadas (254 a 635 milímetros); 2 cavidades com controles de operação independentes; medidores de pressão e temperatura;
	força de fechamento (pressão de aperto) máxima de 4.226kN (950.000 libras) constituídas por: 1 corpo único, compreendendo base da prensa, tubulações, cilindros e válvulas, inclusos todos os componentes; travessa superior com hastes para alinhamento e travamento; motor elétrico e redutor para abertura e fechamento da prensa; dispositivo de aquecimento e pressurização, com elementos para ajuste de moldes, inclusos válvulas hidropneumáticas, sonda para coleta de temperatura e fixações; braços para carregamento
	e descarregamento de pneus da prensa; centro mecanismo para alimentação de nitrogênio e vapor; painel pneumático; painéis de automação com Controlador Lógico Programável (CLP), operando em 127VAC monofásico, sistema de controle e monitoramento da vulcanização e painel de controle e operação com Interface Homem Máquina (IHM).
8477.59.90	Ex 097 - Máquinas automáticas, constituídas por corpo único, para moldar termoplásticos em 4 etapas de trabalho (plastificação/injeção da pré-forma, condicionamento térmico, estiramento/sopro simultâneo e extração do produto), preparadas para trabalhar com molde de injeção e de sopro de uma fileira entre 1 e 12 cavidades cada um, dotadas de 1 unidade de injeção com rosca de diâmetro entre 75 e 84mm ou com 2 unidades de injeção com roscas de diâmetro de 75mm, e força de fechamento do molde de injeção entre 511 e

	1.472kN, com ou sem dispositivo integrado para o corte dos pontos de injeção das pré-formas, com sistema para reciclagem de ar do sopro primário e dispositivo para retirada das embalagens.
8477.59.90	Ex 104 - Máquinas automáticas constituídas por corpo único, para moldar termoplásticos em 4 etapas de trabalho (plastificação/injeção da pré-forma, condicionamento térmico, estiramento/sopro simultâneo e extração do produto), preparadas para trabalhar com molde de injeção e de sopro de duas fileiras entre 8 e 36 cavidades cada um, com 1 unidade de injeção com rosca de diâmetro entre 44 e 84mm, e força de fechamento do molde de injeção entre 687 e 1.472kN, com ou sem dispositivo integrado para o corte dos pontos de
	injeção das pré-formas, com sistema para reciclagem de ar do sopro primário e dispositivo para retirada das embalagens.
8477.59.90	Ex 105 - Máquinas automáticas constituídas por corpo único, para moldar termoplásticos em 4 etapas de trabalho (plastificação/injeção da pré-forma, condicionamento térmico, estiramento/sopro simultâneo e extração do produto), preparadas para trabalhar com molde de injeção e de sopro de três fileiras, entre 36 e 48 cavidades cada um, contando com 1 unidade de injeção com rosca de diâmetro entre 75 e 95mm, e força de fechamento do molde de injeção de 1.472kN, com ou sem dispositivo integrado para o corte dos pontos
	de injeção das pré-formas, com sistema para reciclagem de ar do sopro primário e dispositivo para retirada das embalagens.
8477.59.90	Ex 106 - Máquinas granuladoras por sistema de imersão em água refrigerada, com capacidade de produção de até 1.000kg/h de "micropellets" de resina de polietileno com diâmetro nominal de 0,5mm, contendo peletizador submerso, sistema de circulação de água com tanque, trocador de calor, bomba de água, sistema de nível automático e fluxostato digital; secador centrífugo, separador de aglomerados, exaustor com suporte, válvula diversora e painel de controle com tela IHM e controlador lógico programável.
8477.80.90	Ex 432 - Combinações de máquinas para produção de manta de aço revestido de borracha para fabricação de pneus, composta de: 1 desbobinador com freio a disco de 380 de diâmetro e controle eletro pneumático e deslocamento de ângulo automático de 50 a 90°, 01 unidade acumuladora, 1 unidade automática de transporte de materiais com sistema magnético, 1 unidade de corte e transporte de materiais, 1 sistema de junção automática para manta com ângulo de corte 90°, 1 acumulador de material para manta com ângulo de
	corte de 90°, 1 sistema de perfuração de manta a quente com controle de temperatura para manta com ângulo de corte com 90°, 01 bobinador de manta com angulo de corte de 90°, 1 sistema de junção de manta com ângulo diferentes de 90°, 1 acumulador de manta com ângulos diferente de 90°, 1 unidade de aplicação de fitas de borracha na manta, 1 unidade bobinadora de manta para corte diferentes de 90°, compostas por equipamento elétrico de controle e comando dotado de controlador lógico programável (CLP), interface homem-
	máquina com tela sensível ao toque, com câmeras para controle de processo e um tempo de ciclo de +-6s a 16s conforme material a ser cortado.
8477.80.90	Ex 433 - Combinações de máquinas automatizadas de aplicação de tiras de borracha com largura de 20 a 30mm ou de 100 a 120mm, nas bordas ou na linha de centro de mantas compostas por borracha e manta metálica, com a velocidade de até aproximadamente 50m/minuto, compostas de: 1 unidade de desconstituição de bobinas; 1 unidade aplicadora de tiras de borracha nas bordas ou na linha de centro da manta; 1 unidade transportadora de manta por meio de rolos; 1 unidade de constituição de bobinas
8479.10.90	Ex 062 - Máquinas varredeiras autopropelidas à diesel, com operador a bordo, com caçamba basculante com capacidade de 850 litros, sistema de filtragem com 4 estágios, faixa de limpeza da escova principal de 127cm e com a escova lateral a largura total de varrição passa a ser de 168cm, troca da escova principal e da lateral sem necessidade de ferramentas, altura de descarga de 183cm.
8479.10.90	Ex 063 - Máquinas varredeiras autopropelidas, com operador a bordo, com caçamba basculante com capacidade igual ou superior a 310 litros, sistema de controle de pó com 3 estágios de filtragem, faixa de limpeza da escova principal igual ou superior a 91cm com uma escova lateral a largura total de varrição será igual ou superior a 127cm, mas inferior ou igual a 159cm, com o opcional de uma segunda escova lateral a largura total de varrição será superior a 157cm, altura de descarga de 152,5cm, troca da escova principal e lateral
	sem necessidade de ferramentas.
8479.82.10	Ex 164 - Combinações de máquinas para processamento e homogeneização de materiais líquidos, sólidos e semissólidos para produção de produtos cosméticos, com faixa de viscosidade e tamanho de partículas específicas de até 150nm, com capacidade mínima de 4L e máxima de 45L, com tanques misturadores com sistema de fechamento automático por válvulas pilotadas, gerenciadas por controladores lógicos programáveis (CLPs) e software supervisório, compostas de 1 tanque misturador com capacidade de trabalho de
	15 e 45 litros, agitador em forma de âncora de raspadores laterais em PTFE, pulverizadores de limpeza (spray balls), misturador de alto cisalhamento com taxa de cisalhamento de até 100.000/s, sistema de aquecimento e resfriamento jaquetado, sistema de pressão positiva e negativa para dosagem direta de 4 a 7 ingredientes, plataforma de operação, bombas de transferência, painel de operação com interface homem-máquina (IHM), sistema de limpeza CIP "Clean in Place", Sistema PIG de drenagem por fluxo de
	produto (água ou fluido), sistema de vácuo com bomba de vácuo de anel líquido, construído em aço inox 316L.
8479.82.90	Ex 139 - Moinhos micronizadores de energia fluida do tipo espiral, capazes de operarem com pressão de gás máxima de 12bar, para finura de aproximadamente 0,5 à 10 micrometros (variável em função das propriedades dos produtos a serem processados), taxa de alimentação de aproximadamente 50 à 1.500g/h (variável em função das propriedades dos produtos a serem processados), com alimentador gravimétrico de dupla rosca e controle automático do fluxo de massa por meio de célula de carga, filtro de
	cartuchos de duplo estágio com sistema automático de limpeza.
8479.82.90	Ex 140 - Extrusoras para massa de sabonete com capacidade de produção de 5.000kg/hora, sob pressão de 25 a 30bar para compactar massa de sabão por meio de uma placa de orifício de formato cilíndrico com diâmetro de 10mm e comprimento entre 20 e 50mm, dotadas de 2 sistemas de regulagem de temperatura tipo "turboflow" e sistema de controle elétrico com duas placas de controle.
8479.89.12	Ex 097 - Combinações de máquinas para dosagem de gel separador em tubos plásticos destinados à produção de tubos de coleta de sangue, com capacidade de produção de até 24.000pcs/hora, unidade de controle CI com sistema "Bekhoff" e programação de "softwares" de controle integrados, compostas de: máquina para orientação e alimentação de 10 tubos; máquina de carregamento e posicionamento de tubos; máquina para verificação de qualidade de tubos, com câmeras instaladas na parte superior e lateral; 2
	dispositivos de dosagem de gel, para 10 tubos cada; máquina hidráulica de alimentação de gel dos dispositivos de dosagem; dispositivo de garras para saída em embalagem em mesa giratória ou para transferência do módulo seguinte; dispositivo de inserção para 2 suportes controlado por um sistema de servomotor e um sistema de grades; dispositivo para desempilhamento e alimentação de suportes; dispositivo de saída; dispositivo trocador do carregador de peças.
8479.89.99	Ex 020 - Máquinas para verificação de estanqueidade em mangueiras e/ou tubulações de ar-condicionado automotivo com unidade de pressão de vácuo preliminar e de 300 a 650mba e câmara para teste de pressão com gás hélio a 40bar, IHM para programação de tempos de atuação e ajustes de pressões de teste e vácuo, com unidade "Phoenix" de medição de concentração atmosférica na câmara de teste, unidade com espectrômetro de massa para variação de percentual de gás hélio em até 8 pontos diferentes e sistema eletrônico para detecção máxima de 2,6E-6mbarl/sec com max Δp 10barml/s, com bloco de válvula com conexões especiais para capilares pneumáticos de ø interno 0,2 a 0,5mm e sistema de limpeza por sopro de ar e exaustão da câmara.
8479.89.99	Ex 036 - Unidades automatizadas de preparação de lâminas para a realização de esfregaços de amostras de sangue e integração com o analisador de imagens de células para hematologia, com capacidade de armazenamento de até 1.000 amostras e velocidade de aproximadamente 120amostras/hora.
8479.89.99	Ex 037 - Combinações de máquinas para recuperação de gases com dimetilformamida provenientes da produção de laminados sintéticos de poliuretano, compostas de: 2 torres de dissolução de gases de 4 estágios de absorção cada, com 17,5m de altura e 2,40m de diâmetro cada, construídas em aço inox 304 com revestimento interno em politetrafluoretileno (PTFE) anticorrosivo a ácidos e alcalinos, com sistema de alimentação automático de água e sprays pressurizados; 2 tanques coletores de gases feito
	em aço inox 304 e revestimento interno em politetrafluoretileno (PTFE) anticorrosivo a ácidos e alcalinos, com filtragem de partículas sólidas; 2 turbinas centrífugas com motor à prova de explosão 55kW, velocidade 1.250rpm, fluxo de ar 156.000m³/h, pressão máxima 3.202Pa; 10 bombas centrífugas de 5,5kW, velocidade 1.450rpm, capacidade 25m³/h, 2 centrais de comando e 2 painéis de controle elétrico; 3 tanques de aço inox 304 com capacidade de 500m³ para armazenamento de efluentes com DMF, 1 tanque de aço
	inox 304 com capacidade de 100m³ para armazenamento de solvente DMF destilado, 2 tanques de aço inox 304 com capacidade de 50m³ para armazenamento de solvente DMF destilado; 1 sistema para destilação de solvente Dimetilformamida (DMF) construído em aço inox 304, com 1 torre cilíndrica de 1,60m diâmetro x 26,2m de altura, 1 torre cilíndrica de 1,4m diâmetro x 26,2m de altura, 1 torre cilíndrica de 1,4m diâmetro x 35,7m de altura, 1 torre cilíndrica de 0,8m diâmetro x 22,5m de altura, 1 torre cônica de 1,2m/0,8m
	diâmetro x 20,53m de altura, 5 condensadores, 4 dispositivos de ebulição, 1 aquecedores de efluentes, 1 aquecedor de água, 1 tanque de evaporação, 1 resfriador de água, 2 separadores de gás e líquido, 1 separador a vácuo de gás e líquido; 1 sistema de bombeamento, 1 central de comando e painéis de controle elétrico; 1 estação de resfriamento de água com 2 turbinas com potência total de 74kW; 1 sistema de aquecimento central de fluido térmico de 4.000.000kcal.
8479.89.99	Ex 038 - Aplicadores de uretano para garfos com comprimentos não inferiores a 140mm e não superiores a 400mm a serem utilizados em sistemas de direção automotivas, dotada de posicionador, aplicador com pegador deslizante com rotação de 420°, bomba de pistão de uretano e bomba de diafragma para compostos químicos em inox, ciclo de aplicação de 5s e ciclo de produção de 15s, controle PLC e IHM.
8479.89.99	Ex 039 - Máquinas rebobinadeiras automáticas para fracionar filme de PVC (uso doméstico), com velocidade constante, capacidade produtiva de 13 a 16pçs/minuto com 30cm de largura x 30m de comprimento, bobina mãe com máximo de 500mm de diâmetro externo e 76,2mm de diâmetro interno, espessura do filme de 7 a 18µm, tubete em papelão com enrolamento em espiral, diâmetro interno de 25 a 40mm e comprimento de 290 até 470mm, velocidade de rebobinamento de até 600m/minuto, com até 40ciclos/minuto,
	tolerância no comprimento de +/-50mm em velocidade constante, pressão de ar comprimido de 0,6 a 0,8Mpa e potência absorvida de 10kW no máximo; contendo um contentor de tubetes com alimentação manual e dispositivo agitador automático para ordenação e alinhamento na entrada do carrossel; conjunto carrossel de 6 posições com troca automática de tubetes e movimento de reversão para criação do destaque da ponta do filme; dispositivo eletropneumático com faca dentada para corte do filme; um eixo
	pneumático expansivo para alojamento da bobina mãe com alimentação e troca manual e tensionamento automático; operações controladas por CLP e modem para serviço remoto.
8479.89.99	Ex 040 - Máquinas rebobinadeiras automáticas para fracionar filme de PVC (uso doméstico), com velocidade constante, capacidade produtiva de 17 a 23pçs/minuto com 30cm de largura x 30m de comprimento, bobina mãe com máximo de 500mm de diâmetro externo e 76,2mm de diâmetro interno, espessura do filme de 7 a 18µm, tubete em papelão com enrolamento em espiral, diâmetro interno de 23 a 40mm e comprimento de 290 até 470mm, velocidade de rebobinamento de até 800m/minuto, com até 45 ciclos/min
	(dispositivo de enrolamento da ponta do filme ligado), tolerância no comprimento de +/-50mm em velocidade constante, pressão de ar comprimido de 0,6 a 0,8Mpa, potência absorvida de 20kW no máximo; contendo um contentor de tubetes com alimentação manual e dispositivo agitador automático para ordenação e alinhamento na entrada do carrossel; conjunto carrossel de 6 posições com troca automática de tubetes e movimento de reversão para criação do destaque da ponta do filme; dispositivo eletropneumático com
	faca dentada para corte do filme; dois eixos pneumático expansivo para alojamento da bobina mãe com alimentação manual, troca/reinicio de processo e tensionamento automático; operações controladas por CLP e modem para serviço remoto.
8479.89.99	Ex 041 - Máquinas automáticas para aplicação de etiquetas adesivas com número de série em placas de circuito impresso (PCB), com capacidade de movimentação em 4 eixos simultâneos e aplicação simultânea de 2 etiquetas adesivas em placas com dimensões entre 50 x 130mm e 550 x 460mm e espessura de 0,4 a 5mm, dotadas de braço robotizado com capacidade máxima de carga de 5kg, eixos X, Y e Z acionados por servomotores, curso dos eixos X e Y de 700mm e curso do eixo Z de 40mm, repetibilidade dos eixos X e Y de
	±0,02mm e do eixo Z de ±0,04mm, velocidade dos eixos X e Y de 1.000mm/s; dispositivo alimentador automático de etiquetas adesivas posicionadas em rolos; dispositivo aplicador de etiquetas adesivas nas placas (PCB), com bicos aplicadores duplos de etiquetas por meio de vácuo, câmera de vídeo industrial para leitura dos pontos fiduciais da placa (PCB), leitor de código 2D e de código de barras das etiquetas, motor de acionamento responsável pela rotação do eixo R em ±360° e repetibilidade de ±0,5°, medidor de pressão negativa;

	transportador de placas (PCB), com ajuste automático da largura de acordo com as dimensões da placa; painel de operações com tela sensível ao toque ("touchscreen"), teclado e programa ("software") dedicado; painel de controle com "drivers" de comunicação e computador industrial.
8479.89.99	Ex 042 - Tensionadores hidráulicos rebocáveis sobre duas rodas para lançamento de um, dois, três ou quatro condutores reunidos em redes de transmissão de energia elétrica, tração máxima do tensionador de 140kN à velocidade máxima de 5km/h, repuxo com velocidade máxima de 1,8km/h em tração máxima, diâmetro da roda-guia de 1.500mm, diâmetro máximo do cabo condutor de 40mm, massa de 6.200kg, motor diesel de 48kW refrigerado a água, transmissão em circuito hidráulico, freio hidráulico negativo autoatuante,
	dinamômetro hidráulico com ponto de ajuste e controle automático da tração máxima, sistema de resfriamento do óleo hidráulico, contador eletrônico de metros, instrumentos de controle para o sistema hidráulico e o motor diesel, eixo rígido para reboque à velocidade máxima de 30km/h com freio de estacionamento mecânico, gerador de potência hidráulica para controle de até 4 suportes de carretel com ou sem cabeçote hidráulico, estabilizador de lâmina frontal com atuação hidráulica, ponto de ligação à terra,
	4 garras de tração do cabo condutor com atuação hidráulica, 4 dispositivos auxiliares para suporte e posicionamento do carretel, sistema de freio pneumático para a carreta e arranjo eletrônico para conexão de várias máquinas e para sincronização de lançamento de linhas.
8479.89.99	Ex 043 - Tensionadores hidráulicos rebocáveis sobre duas rodas para lançamento de um ou dois cabos ou condutores múltiplos em redes de transmissão de energia elétrica, tração máxima do tensionador de 40kN à velocidade máxima de 5km/h, repuxo com velocidade máxima de 0,8km/h em tração máxima , diâmetro da roda-guia de 1.500mm, diâmetro máximo do cabo condutor de 34mm, massa de 2.600kg, motor diesel de 25kW refrigerado a água, transmissão hidráulica em circuito aberto, freio hidráulico negativo autoatuante,
	dinamômetro hidráulico, sistema de resfriamento do óleo hidráulico, contador mecânico de metros, eixo rígido para reboque à velocidade máxima de 30km/h com freio de estacionamento mecânico, caixa de câmbio com 3 posições de operação, gerador de potência hidráulica para controlar até 2 suportes de carretel separados com motor hidráulico, estabilizador de lâmina frontal com atuação mecânica, ponto de ligação à terra, garra de tração de cabo condutor com atuação hidráulica para operação de mudança de
	carretel, dois dispositivos auxiliares para suporte e posicionamento do carretel.
8479.89.99	Ex 044 - Equipamentos para limpeza de peças metálicas, em ambiente a vácuo, utilizando como meio de limpeza hidrocarbonetos ou solventes a base de álcool modificado, com câmara de aço inoxidável dotada de armação para cesto, com dimensões de 200 x 500 x 150mm, para peças com peso total de até 30kg.
8479.89.99	Ex 048 - Máquinas automáticas para desdentar (tirar dentes de) fitas de "fecho ecler" de nylon, monofásica ou trifásica, com produção média de 2.000 a 3.000 peças de 20 a 50cm/hora, potência de 1.8 a 2.2kW, voltagem de 220V e frequência de 50 ou 60HZ.
8479.89.99	Ex 049 - Máquina Automática para colocação de caixa e pino no terminal inferior das fitas dos fechos ecler, trifásica, com produção média de 1.500 peças de 50cm/hora, potência de 0.65kW, voltagem de 380V e frequência de 50 ou 60HZ.
8479.90.90	Ex 017 - Cintas de roletes, fabricadas em aço especial 1 (17NiCRMo 6-4), com largura de dobras 2 e 10, utilizadas em prensas de painéis de madeira.
8481.80.97	Ex 002 - Válvulas borboleta, com diâmetro de 8, 10 ou 14 polegadas, dupla excêntrica, com corpo e disco, para conexão entre flanges (tipo lug ou wafer), face com ressalto ou plana, extremidades flangeadas, classe de pressão 150lbs, fluido: água do mar, operadas por volante com caixa redutora ou por alavanca, sede em RTFE ou em PTFE reforçado com 25% carbono, testadas a fogo, haste em monel, com temperatura de operação de -46 ~ +75°C.
8483.40.10	Ex 110 - Caixas de transmissão, tipo "Powershift" com 2 fases, frente e ré com relação de 1,225 em ambos os sentidos, com potência máxima de entrada de 55kW e rotação máxima de 3.200rpm, com válvula selecionadora tipo solenoide e ruído máximo de 90dB a 1.200rpm, para veículos de movimentação de carga equipados com sistema de elevação, tipo empilhadeiras.
8483.40.10	Ex 194 - Caixas de redução 1:9,67, com força de travamento nominal de 107kN ou superior, potência 80,25kW ou superior, para acionamento da unidade de fechamento, com acionamento linear por meio de pinhão-cremalheira, aplicado em máquinas para moldar por injeção.
8483.40.10	Ex 195 - Caixas de redução planetárias de duas velocidades, com reduções de 1:1 e 1:3,83 ou 1:2 e 1:9,88, rotação máxima de entrada de 4.000rpm ou superior e torque nominal de saída de 825Nm ou superior utilizadas em máquina ferramenta.
8483.40.10	Ex 196 - Caixas de engrenagens para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com 3 estágios de multiplicação sendo os dois primeiros de engrenagens planetárias e o outro de engrenagens helicoidais de eixos paralelos, com rotação nominal de entrada de 12,47 revoluções por minuto (rpm), com relação de multiplificação de velocidade de 1:120,284 com torque nominal de entrada de 2.004kNm e com torque máximo de entrada de 4.004kNm.
8483.40.10	Ex 198 - Caixas de transmissão para empilhadeiras a combustão ou GNV, com velocidade de entrada do óleo de 800 a 2.700rpm, temperatura do óleo entre 18 a 90°C, pressão da bomba de transmissão de 158 a 213psi, transmissão eletrônica de 1 velocidade, embreagem dianteira integrada no conjunto do eixo de entrada, conversores de torque de tração e velocidade.
8483.40.90	Ex 197 - Cabeçotes multiplicadores com velocidade de 2.000 a 35.000rpm, com acionamento mecânico para aplicação e montagem em centros de usinagem ou fresadora CNC, com sistema de transmissão executado por conjunto de engrenagens planetário e conexão de mandril do tipo ISO, BT ou HSK.
8501.52.90	Ex 008 - Motores elétricos submersíveis, de corrente alternada, 3.600rpm, 30 a 90Hz, trifásicos, de 2 polos, potência abaixo de 75kW, voltagem de 400 a 4.200V, com cápsula cilíndrica compensadora de pressão, para acionamento de bomba centrífuga submersa, próprios para instalação dentro de poços para exploração e produção de petróleo.
8503.00.90	Ex 015 - Rotores ou estatores de torque-motor síncrono, com potência nominal de 13kW ou superior; rotação nominal de 6.000rpm e torque nominal de 120Nm ou superior.
8514.40.00	Ex 003 - Equipamentos para digestão, dissolução, síntese e hidrólise de materiais em laboratório por micro-ondas, com potência máxima de 1.900W, com cavidade de micro-ondas com volume de até 70 litros, trava de segurança da porta com liberação programada por temperatura, com ou sem câmera de vídeo para visualização da cavidade durante as digestões, com capacidade para até 44 amostras (posições), com volumes de 100ml, dotados de vasos para alívio de pressão por meio de válvulas, temperatura máxima de
	aquecimento de 300°C e pressões de até 100bar, sistema de arrefecimento reduzindo a temperatura de 180 para 40°C em aproximadamente 10min, ajustam a quantidade de radiação micro-ondas conforme a quantidade de vasos utilizados, com controle individual de temperatura interna de todos os vasos por sensor infravermelho ou por termopar em vaso de referência, com ou sem controle por terminal colorido de tela sensível ao toque com conexões USB, com metodologias de digestão pré-configuradas para criação de
	novos métodos, construídos em aço inox e revestidos de fluorpolímero, resistentes a ácido e solventes.
8543.30.00	Ex 031 - Eletrolisadores bipolares para produção sequencial de soda cáustica, gás cloro e hidrogênio gasoso, por eletrólise de salmoura, montadas, ou não, em "skids" modulares, com capacidade de produção de 3,38t/dia de soda cáustica, 3t/dia de gás cloro e 994,5Nm^3/dia de gás hidrogênio, todos à base 100%, compostos de: sistema de eletrólise da salmoura com eletrolisador bipolar operando por membrana; 24 células eletrolíticas com ou sem anodos e catodos; coletores de anolito e catolito; tanque de catolito; tanque
	de vedação hidráulica para gás cloro; tanque de vedação hidráulica para hidrogênio gasoso; tubulações; sistema de medição e monitoramento de voltagem com Controlador Lógico Programável (PLC) com sistema de supervisão HMI e conjunto de válvulas para interconexão dos "skids".
8602.10.00	Ex 023 - Combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária, para locomotiva diesel-elétrica com potência bruta de 4.500HP, constituídas de: motor a diesel com seu respectivo dispositivo de controle e conduites, 16 cilindros em "V", 4 tempos, com potência bruta de 4.500HP a 1.050rpm; silenciador, fabricado em aço e telas de aço-liga, projetado para suportar gases de escape em altas temperaturas; painel microprocessado com interface à rede Arcnet e Ethernet, concentrador de entradas e saídas
	de sinais digitais, analógicos de frequência para controle da locomotiva; conjunto de 2 painéis de controle "smart display" com interface homem-máquina microprocessados para integração, visualização de dados, programação de parâmetros de monitoramento, computação distribuída integrada aos outros computadores embarcados e comando de todos os painéis e sistemas ligados às redes de comunicação da locomotiva; conjunto de painéis responsáveis por receber, traduzir e transmitir os sinais de comando provenientes
	do sensor de velocidade da locomotiva via protocolo Arcnet; unidade de comando microprocessado de injeção eletrônica para o motor a diesel, com interface às redes de comando e controle da locomotiva; conjunto de 2 painéis eletrônicos para controle dos motores elétricos auxiliares da locomotiva, integrados à rede Arcnet; painel microprocessado para comando, monitoramento, diagnóstico e controle do sistema de freio eletrônico da locomotiva; painel microprocessado com sistema redundante de
	transmissão e recepção de sinais de rádio para controle de locomotivas remotas; central de comando eletropneumático e válvula de controle do sistema de freio eletrodinâmco destinado à transmissão dos sinais elétricos para o sistema de controle e sinais pneumáticos para os cilindros de freio da composição; conjunto de 3 painéis de controle dos sistemas de carregamento de bateria, alternador principal/auxiliar integrado a rede Arcnet; fonte de alimentação de potência para painéis e equipamentos eletrônicos, com tensão de entrada
	entre +25 e +85Vdc, corrente de entrada de até 400mA e saídas de +5V, -15V, +15V, +24V e -24V; sistema para gravação de eventos operacionais da locomotiva, fabricado conforme norma FRA 229.135, com capacidade de registrar os principais parâmetros das últimas 48 horas de operação da locomotiva, destinado à detecção de falhas e investigação de causas de acidentes; dispositivo com função exclusiva de comunicação via rádio sobre as condições de acoplamento da composição e disponibilização dessas informações para
	os demais subsistemas da locomotiva via rede; conjunto com 3 painéis retificadores de corrente elétrica, incluindo diodos de potência com corrente média direta de 3.900A a uma temperatura de junção de 175°C , capaz de resistir a 150 mil ciclos de variação de temperatura de até 90°C , destinado à conversão da corrente alternada em contínua e à alimentação dos circuitos de inversão de frequência; equipamento de comando-mestre da locomotiva, incluindo a aceleração, frenagem eletrodinâmica e direção de movimento;
	dispositivo de inversão de circuitos de alimentação do alternador principal para partida do motor a diesel; conjunto de 36 módulos IGBTs com tensão e corrente nominais de 2,5kV e 1.200A, com capacidade de operação entre -40 e 67°C, acompanhados de capacitores de potência, interligações e dispositivos de comando destinados à montagem em conjunto conversor de tensão e frequência, para alimentação dos motores de tração; conjunto de resistores de potência e dispositivos de comando projetados para suportar altas
	temperaturas decorrentes da frenagem eletrodinâmica da locomotiva através da conversão da energia cinética em energia elétrica; componentes para aplicação em truques ferroviários incluindo sistema de suspensão, e amortecedores, cilindros de freio, e conjunto interface entre plataforma da locomotiva e o truque; ventilador com hélices fabricadas em aço, com diâmetro externo total de 72 polegadas, projetado para o sistema de arrefecimento do motor a diesel; 1 conjunto resfriador de óleo do tipo tubo-casco,
	projetado para resfriamento do óleo lubrificante do motor a diesel, com núcleo fabricado em tubos de cobre sem costura, resistente à pressão aproximada de 255PSI; secador de ar constituído de duas torres, circuito de memória, flange e trocador de calor tipo ar-ar com aletas em alumínio.
8607.30.00	Ex 010 - Dispositivos de centralização para uso exclusivo em engates automáticos de veículos ferroviários, com atuação mecânica por meio de molas prato e posição de montagem inferior ou superior, diretamente ligado ao ponto de articulação do engate.
9014.80.10	Ex 015 - Ecossondas multifeixes de banda larga de alta resolução, com largura de feixe de 1x1 graus para a frequência de 400kHz, taxa máxima de emissão de 50Hz; compostas por: 1 ou 2 transdutores transmissores e receptores integrados, com frequência de operação de 200 a 400kHz, alcançando uma profundidade máxima de 520 metros; 1 unidade de processamento com tensão de alimentação de 100/240VAC e 1 estação operacional com tela para apresentação de dados.
9015.80.90	Ex 038 - Equipamentos acústicos para medição de velocidade e direção da corrente de água, em 2 ou 3 dimensões, pelo método acústico "doppler", com quantidade de transdutores igual ou superior a 3, mas inferior ou igual a 9, com frequência de funcionamento igual ou superior a 250kHz, mas inferior ou igual a 3.000kHz, com alcance máximo de perfilamento inferior ou igual a 180 metros, com bússola, com sensor de inclinação, com alimentação via bateria interna e/ou alimentação externa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9018.50.90	Ex 056 - Equipamentos autorefratores e ceratômetros para determinar as características de refração e de ceratometria do olho humano, por meio de avaliação de refração, com valor de cilindro, esférico e eixo para cada olho, curvatura corneana e medição do diâmetro da córnea, medição dos diâmetros da íris e pupila e modulo para lentes de contato com faixa de medição de dioptria de esférico de -25D até +22D e cilindro de 0 a +10D, com impressora térmica integrada, porta serial para conexão com computador externo, apoio
	de queixo motorizado e monitor TFT ajustável de 6,4 polegadas, cabo de alimentação elétrica, olho teste, rolo de papel para impressora, tampa de proteção contra poeira e fusíveis.
9022.14.11	Ex 003 - Mamógrafos digitais com detector de contagem de fótons com resolução de 50im ou superior e capacidade de imagem espectral de disparo único com redução de exposição à radiação radiológica entre 18 e 50%, dotados por gabinete motorizado com rotação de -100 a +180°, conjunto de detectores em lâminas de silício cristalino, tubo de raio-X com voltagem máxima de 40kVp, velocidade de rotação de ânodo de 10.800rpm e gerador de alta voltagem.
9027.10.00	Ex 116 - Equipamentos para análise de emissões de gases de escape de motores, por sistema de amostragem direta, podendo ser configurado para uma ampla gama de aplicações, com componentes para análise de CO de 0 a 50 até 0 a 5.000ppm, CO_2 de 0 a 0.5 até 0 a 20vol%, $NO/NO_x/NO_2$ de 0 até 10.000ppm, TCH de 0 até 60.000ppmC, CO_2 EGR de 0 até 20vol%, dotados de módulos aquecidos tipo forno para algumas análises, linhas aquecidas, filtros aquecidos, pré-filtros e regulador de pressão.
9027.50.30	Ex 001 - Instrumentos de medição de índice de refração não automático, por medição da luz refletida por meio de um sensor ótico, com cálculo direto da concentração de soluções por meio de tabelas e fórmulas, com medição e controle da temperatura por efeito de "Peltier", com faixa de medição compreendida de 1,3200 a 1,7000 e 1,32000 a 1,58000, resolução de 0,0001 e 0,00001, faixa de medição de temperatura compreendida de 5 a 100°C e 5 a 75°C e resolução da temperatura de 0,1 e 0,01°C.
9027.50.90	Ex 116 - Máquinas automatizadas para realização de testes de imunologia, por meio de fotometrica, com tecnologia de eletroquimioluminescência (ECL), velocidade de até 300testes/h, capacidade máxima para carregamento de 300 amostras, 48 canais de reagentes e detecção de coágulos em amostras.
9027.50.90	Ex 117 - Aparelhos automatizados de bancada para amplificação, sequenciamento e análise de amostras com capacidade de gerar entre 15 e 120Gb por corrida por meio da tecnologia SBS - sequenciamento por síntese com capacidade de leitura de entre 300pb (2 x 150pb) e 600pb (2 x 300pb) dos fragmentos de DNA de forma totalmente automatizada, e tempo de corrida com variação compreendido entre 4 e 60h.
9027.80.99	Ex 311 - Aparelhos automáticos para contagem das células sanguíneas com determinação de células vermelhas, de plaquetas e de leucócitos (neutrófilos, células medianas e linfócitos) por meio de Citrometria de Fluxo Florescente, Impedância e Foco Hidrodinâmico e Método de Sulfato Lauril de Sódio livre de cianeto, com velocidade máxima de até 100 análises por hora e 5 canais de medição.
9027.80.99	Ex 312 - Transmissores multiparâmetros e multicanais de variáveis analíticas, com comunicação digital para sensores digitais, para aplicações industriais, disponibilizados com invólucros de proteção IP65 ou IP66, podendo ter 1, 2 ou 4 canais, com tensão de alimentação 100 a 240VAC e 20 a 30VDC, e operação clara com todos os diagnósticos dos sensores digitais na tela do transmissor, em tela sensível ao toque, possui porta USB e com comunicação 4 - 20mA e/ou comunicação Profibus DP, com 2, 4 ou 8 reles.
9030.33.90	Ex 013 - Analisadores de circuitos elétricos, portáteis, digitais, para avaliação de grandezas elétricas de ativos como motores, transformadores e geradores, com multifunção operando como analisadores de energia elétrica, medidores de potência elétrica e mecânica, além de tensão, corrente e resistência do isolamento.
9030.39.90	Ex 014 - Máquinas automáticas de medição de valores elétricos para pilhas/baterias tamanho R6 com capacidade de 600pilhas R6/min, com técnica de medição multi-canal para aumento da precisão, unidade OCV margem de erro +-2mV, unidade CCV margem de erro +-2mV, unidade SI margem de erro +-0.2ª; dotadas por sistema com alimentador automático antes da medição e depois da medição com separação organizada das pilhas/baterias qualificadas e não qualificadas; sistema com elevador de transferência para
	estação de medição de valores elétricos em sistema continuo rotativo; unidade de medição de valores elétricos das pilhas/baterias que compara os dados da medição com os padrões definidos em sendo iguais ou superiores são aprovados e seguem para o transportador de saída e abaixo dos padrões definidos são rejeitadas e direcionadas para o transportador diferenciado, e controlador lógico programável (PLC) "touchscreen" interconectado para gerenciamento centralizado, módulo coletor de dados para análise de qualidade das pilhas,
	trifásico, dimensões C x L x A: 4.800, 1.104, 2.283mm.
9030.84.90	Ex 019 - Analisadores e gravadores de transientes por meio de sensores de ultrassom para medição de alongamento, torque, ângulo de rotação e rpm em aperto de parafusos, simultaneamente, em até 4 canais, dotados de "software" para análise estatística de pontos escolhidos até 10.000 arquivos, coleta de dados baseada em tempo ou ângulo, exibição de até 4 gráficos individuais em tempo real; conexão a PC por meio de porta USB1.0, alimentação 110/230Vac, 4 canais de entrada para extensômetro, 4 canais de entrada
	analógica de alto nível, 4 canais de entrada codificados em quadratura (Encoder) com alimentação de 5V, 4 entradas e saídas digitais.
9031.49.90	Ex 264 - Equipamentos detectores de defeitos (marcas e/ou furos repetitivos) em superfícies de folhas de alumínio durante o processo de laminação, largura máxima das folhas de 2.200mm, velocidade de laminação de 2.000m/min, com eficiência de detecção compreendida de 80 a 95%, dotados de sensor a laser e unidade de deslocamento linear acionado por correias.
9031.49.90	Ex 357 - Equipamentos automáticos para inspeção não destrutiva de pneumático por sherografia a laser (detecção de imperfeições na estrutura dos pneus, quando submetidos a esforços induzidos), com sistema de inspeção para pneus com aros de 10 a 26 polegadas, com transportadores de alimentação e descarga por braço articulado com roletes, com sistema completo de vácuo variando de 20 a 120mbar, sendo alimentado eletricamente por tensão trifásica de 380V, corrente elétrica de 20A e frequência de 60Hz, com pressão
	mínima de trabalho de 7bar.
9031.49.90	Ex 358 - Equipamentos de medição ótica 3D de microcoordenadas e superfícies (rugosidade) sem contato, com variação de foco e sistema de iluminação coaxial de LED com uso de objetivas para fotografia controlada por computador; com sistema de monitoramento automático de temperatura, vibração, corrente e voltagem; mesa de deslocamento de peças com curso de 100x100x100mm.
9031.49.90	Ex 359 - Sistemas automáticos de inspeção superficial "on-line" das superfícies superior e inferior da tira de aço laminado, com largura mínima de 610mm e máxima 1.700mm a uma velocidade menor ou igual a 457mpm; dotados por câmeras inteligentes, sistema de iluminação LED, sistema de medição de largura, terminais de operação e qualidade (Thin Client), servidor do sistema de inspeção; servidor para arquivamento de dados, servidor de vídeo (visualização ao vivo), painel de interligação e softwares (para processamento e
	tratamento de imagens, biblioteca de dados com arquivamento das informações de defeitos).
9031.49.90	Ex 360 - Equipamentos de visão robótica para automação industrial utilizados na montagem de vidros automotivos (vidros dianteiros, traseiros e laterais) em carroceria de veículos automóveis, com sensor provido de câmera, iluminação e projetor de luz LED integrados, dotados de 1 ou mais sensores posicionados para medição de diferentes partes da carroceria em produção e informar sua posição no espaço para um ou mais robôs, com distância de posicionamento entre 100 e 1.500mm e precisão dimensional máxima de
	0,01mm, contendo sistema composto "hardware" (computador, teclado, mouse, monitor, sensor de visão, cabos, elementos de fixação) e "software" dedicado.
9031.49.90	Ex 361 - Máquinas para inspeção não destrutiva, contínua e automática, da superfície de tarugos e tubos de aços laminados a quente em diâmetros de 50 a 220mm nas sessões redondas e quadradas, com comprimento mínimo de 4 metros por meio da medição, por 4 câmeras infravermelho tipo 6,36 x 512 pixels, 50/60Hz sem refrigeração posicionadas a 90° do gradiente de temperatura gerado por bobina indutiva com frequência entre 100 e 200kHz em 168kVA.
9031.49.90	Ex 362 - Equipamentos inspetores automáticos de comprimidos, programável e conectável "online" à compressora para realizar o controle e ajuste automático do peso do comprimido, emitir advertências sobre limites de qualidade e interromper o processo em caso de risco à qualidade, com capacidade de inspecionar e registrar no relatório de lote produtivo da compressora os seguintes parâmetros dos comprimidos: espessura (faixa de medição de 1 a 17mm e precisão de ±0,05mm), dureza (faixa de medição de 4 a 400N,
	precisão de ±2N), diâmetro (faixa de medição de 3 a 18mm ou de 3 a 30mm, se em modo manual, e precisão de ± 0,05mm) e peso (faixa de medição de 10mg a 50g, com precisão de ±2mg em ambiente instável), dotados de amostrador de comprimidos do desempoeirador, estrela de transporte e unidade de centralização de comprimidos oblongos.
9031.80.99	Ex 849 - Dispositivos para aquisição e processamento de sinais acústicos, utilizados para medição de ruídos operacionais externos de veículos automotores, com módulos de processamento externo (exterior do veículo) e interno (interior do veículo) com dispositivo para recepção e processamento de sinais com 6 canais LAN-XI e micro processadores portáteis, microfones, sensores de presença por fotocélula, radar de velocidade, estação meteorológica, emissor de sinal (Wireless), sensor de posicionamento do acelerador,
	tacômetro.
9031.80.99	Ex 850 - Equipamentos portáteis para análise contínua de óleo em água em área de propósitos gerais e área classificada por meio de fluorescência com sonda e análise espectral integradas; bateria recarregável; comunicação via "bluetooth" e internet sem fio; armazenamento de dados local; tela sensível ao toque.
9031.90.10	Ex 002 - Módulos conversores de sinal de entrada analógico e saída digital para medição e aquisição de dados em sistemas automotivos, dotados de 4 ou 8 canais de entrada eletricamente isolados, capacidade de medição de sinais de entrada com níveis de ±100mV a ±60V, taxa de amostragem de 0,5Hz a 10kHz ou 0,5Hz a 100kHz, temperatura de operação de -40 a 120°C, classe de proteção IP67.
9406.90.20	Ex 004 - Construções pré-fabricadas com estrutura de aço e paredes, pisos e teto essencialmente desta matéria, destacáveis, com isolamento sonoro, térmico e prova d"agua, projetados para proteção elétrica e controle do turbogerador a vapor (ST) e controle do sistema da planta, dotadas de instalações elétricas, comunicações, cabos elétricos, dispositivos de proteção, sistema de climatização (HVAC) e dispositivos de proteção contra incêndio.

Art. 2º Alterar o Ex-tarifário nº 004 da NCM 8414.80.32, constante da Resolução CAMEX nº 7, de 26 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8414.80.32	Ex 004 - Compressores do tipo parafuso lubrificado, segundo os critérios da norma API 619, para comprimir gases do tipo CO_2 ou amônia, com sistema de controle da capacidade interno por válvula deslizante, selo mecânico com dupla selagem, carcaça e parafusos em ferro fundido, pressão de descarga entre 0,98 e 50barg, deslocamento volumétrico superior a 400m^3/h e inferior a 22.220m^3/h.

Art. 3º Alterar os Ex-Tarifários nº 088 da NCM 8441.80.00 e nº 098 da NCM 8479.89.99, constantes da Resolução CAMEX nº 34, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de abril de 2016, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8441.80.00	Ex 088 - Máquinas automáticas para corte de materiais rígidos e flexíveis, tais como papel, papel fotográfico, papel térmico, papel magnético, cartolina, vinil e tecido, com área máxima de corte de até 8 x 12inches (20,32 x 30,48cm), com ou sem a utilização de uma esteira de corte e de 20,5cm x 3m, com uma mídia alinhada, espessura máxima de corte de 0,8mm, dotadas de lâmina de corte intercambiável no cabeçote com 10 ajustes de profundidade, sensor óptico para identificação de imagem pré-impressa para recorte e
	conexão USB para comunicação com máquina automática de processamento de dados.
8479.89.99	Ex 098 - Máquinas automáticas para corte de materiais rígidos e flexíveis, tais como papel, papel fotográfico, papel térmico, papel magnético, cartolina, vinil e tecido, com opção de esboço de desenho e escrita por meio de caneta, área padrão de corte de 12 x 12inches (30,48 x 30,48cm) e máxima de 12inches x 10feet (30,48cm x 3,04m), com ou sem uma mídia alinhada, espessura de corte de até 2,0mm com lâmina opcional de corte profundo, dotadas de lâmina de corte intercambiável no cabeçote com 10 ajustes de profundidade e
	compartimento para armazenamento de lâminas extras, sensor óptico para identificação de imagem pré-impressa para recorte, painel colorido touch screen e conexão USB para comunicação com máquina automática de processamento de dados.

Art. 4º Alterar o Ex-tarifário n º 030 da NCM 8460.39.00, constante da Resolução CAMEX nº 28, de 29 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8424.30.90	Ex 067 - Máquinas automáticas de jateamento de serra circular pastilhada de "cermet" e metal duro, para serras de diâmetro externo de 220 até 800mm, sistema de carregamento e descarregamento automáticos, jateamento através de granalha de aço, bicos de jateamento de 5 até 10mm de diâmetro, pressão de 6 a 8bar, com 4 eixos pneumáticos e 1 motor na estação de serra, com potência total de 2kVA

Art. 5º Alterar o Ex-tarifário nº 135 da NCM 8479.82.90, constante da Resolução CAMEX nº 38, de 5 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8479.82.90	Ex 135 - Combinações de máquinas para secagem de resinas plásticas moídas, por sistema de fricção e secagem via fluxo de ar quente contínuo, com capacidade de secagem de até 2.500kg/h, com separação inicial da água por fricção, com inserção no sistema de alta rotação, com painel de controle computadorizado PLC, compostas de: 1 pré-secador contínuo, com rotor interno de no máximo 3.000mm de comprimento e 600mm de diâmetro, com pás intercambiáveis e reutilizáveis nas 4 faces, velocidade de no máximo
	1.200rpm, motor de acionamento de até 37kW, cesto interno com tela de 2mm ou 5mm, portas de inspeção e manutenção localizadas em ambos os lados e com roscas de alimentação e extração; 1 ou 2 secadores mecânicos com rotor interno de no máximo 1.200mm de diâmetro e 2.000mm ou 2.560mm de comprimento, velocidade de no máximo 1.200rpm, cesto interno em aço inox com tela de 2,5mm, motor de acionamento de no máximo 90kW, portas de inspeção e manutenção localizadas em ambos os lados,
	dispositivo de limpeza contínua da tela com motor de acionamento de 0,75kW, ciclone de extração do material com potência de no máximo 11kW ou 22kW; 1 ou 2 secadores térmicos com válvula rotativa para alimentação do material ao sistema, motor de 2,2kW, agitador em espiral com 30m de comprimento, registro de ar quente com no máximo 250kW, ciclone de extração do material com potência de no máximo 11kW ou 22kW.

Art. 6º Alterar os Ex-Tarifários nº 007 da NCM 8407.21.90, nº 062 da NCM 8417.90.00, nº 366 da NCM 8428.90.90, nº 014 da NCM 8479.10.10, nº 002 da NCM 8515.90.00, nº 002 da NCM 8701.95.90 e nº 007 da NCM 9022.14.19, constantes da Resolução CAMEX nº 51, de 5 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8407.21.90	Ex 007 - Motores marítimos de pistão, de ignição por centelha, de fixação externa na popa do casco, com 6 cilindros em V, com sistema de arrefecimento por água, dotados de sistema de injeção eletrônica, com 3.352cm^3 de cilindrada, com comando de válvulas tipo DOHC com VCT e 24 válvulas (admissão e descarga), 4 tempos, potência máxima na hélice de 200 a 250HP a 5.500rpm, equipados com sistema de carga de 44A, com 2 opções de tamanho de rabeta (X e U).
8417.90.00	Ex 062 - Rolos de apoio construídos em ferro fundido ou aço para sustentação de forno rotativo, para produção de "clínquer" e calcinação de materiais diversos, com diâmetro externo igual ou superior a 1.500mm, largura igual ou superior a 700mm, diâmetro interno igual ou superior a 550mm, podendo ou não conter eixo montado, construídos em aço, com comprimento igual ou superior a 2.500mm.
8428.90.90	Ex 366 - Magazines automáticos robotizados com configuração de um ou mais módulos, para armazenamento e manipulação de doses unitárias e/ou embalagens originais e separação individual/combinada (prescrições) de medicamentos, com sistema de armazenamento em espirais e/ou caixas , com "software" de gerenciamento completo responsável pelo controle de estoque (quantidade, validade e reabastecimento), armazenamento automático dos pacotes de doses unitárias abastecidos nos pinos de
	carregamento e/ou caixas de armazenamento e separação de medicamentos das espirais e/ou caixas por meio de um robô cartesiano, capazes de gerenciar prescrições por paciente, por setor e por horário, montagem das prescrições em automático, com ou sem sistema de clipagem, para clipar combinação de vários medicamentos com a impressão da respectiva prescrição, com sistema de esteira e/ou de gavetas para a entrega dos medicamentos solicitados e prescrições.
8479.10.10	Ex 014 - Pavimentadoras autopropulsadas, com movimentação sobre esteiras de borracha maciças; silo de recebimento de material com capacidade de 13t, largura de 3.265mm e altura de alimentação de 594mm (silo de material baixo); mesa compactadora para aplicação de camadas asfálticas com aquecimento elétrico, abertura de pavimentação entre 3 e 9m, podendo conter ou não abertura de pavimentação entre 3 e 6m através de abertura hidráulica da mesa, e abertura máxima de pavimentação de até 9m através do uso de
	extensões mecânicas acopladas à lateral da mesa
8515.90.00	Ex 002 - Pinças de solda automática, de ação direta ou indireta com ou sem articulação, operando com atuador servo elétrico refrigerado a água ou ar, transformador de solda tipo MFDC (média frequência), com ou sem carenagem de proteção rígida e fixação lateral ao suporte ou robô de operação.
8701.95.90	Ex 002 - Tratores agrícolas, com articulação central, dotados de motor diesel com potência igual ou superior a 370HP e tração 4 x 4.
9022.14.19	Ex 007 - Sistemas móveis para aquisição e visualização de imagens diagnósticas por raios-X, em procedimentos cirúrgicos, dotados de: arco móvel em "C" com capacidade de rotação de +180 a -180°; intensificador de imagens de 9 polegadas ou superior; tanque de raios-X; colimador com diâmetro do feixe mínimo na janela de entrada inferior a 5cm; gerador de raios-x com frequência de 40kHz e operando com tensão no tubo de raios X de 40 a 110kV;interruptor manual; estação móvel de visualização com força operacional para
	movimentação por piso rígido inferior a 90N; monitor de exames; monitor de referência; com ou sem impressora.

Art. 7º Alterar os Ex-Tarifários nº 295 da NCM 8424.89.90, nº 318 da NCM 8457.10.00 e nº 348 da NCM 9031.49.90 constantes da Resolução CAMEX nº 69, de 21 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8424.89.90	Ex 295 - Máquinas lavadoras contínuas de resinas plásticas moídas, por sistema fricção e separação de contaminantes via fluxo de água contínuo e fricção, com capacidade de limpeza de no máximo 2.500kg/h, com controle de alimentação por meio de velocidade das roscas de entrada e saída, com separação de contaminantes por meio de fricção contínua das pás com o material moído, com ou sem painel e controle computadorizado, posicionados em ângulo de até 45°, com rotor interno com comprimento de 2.300 ou 3.000mm e diâmetro de 460, 560 ou 660mm, com pás aparafusadas no rotor e intercambiáveis e reutilizáveis nas 4 faces, velocidade de rotação de no máximo 1.200rpm, motor de acionamento de 22 ou 30 ou 37kW, cesto interno para peneiramento dos contaminantes com tela de 3 ou 5mm, volume de água de 2 a 5m3/h, portas de inspeção e manutenção localizados em ambos lados e com ou sem roscas de alimentação e extração
8457.10.00	Ex 318 - Centros de usinagem horizontal de 3 ou 4 eixos, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar perfis de alumínio e PVC nos 5 lados da peça, com ajuste automático das pinças, com comando numérico computadorizado (CNC), com curso em X = 4.240mm, Y = 900mm ou 910mm e Z = 610mm, avanço rápido de no máximo 120m/min, 80m/min e 80m/min nos eixos X, Y, Z, respectivamente, tamanho da mesa X igual ou superior a 4.150mm, eixo-árvore com rotação máxima de 24.000rpm.
9031.49.90	Ex 348 - Combinações de máquinas automáticas para verificação do balanceamento dinâmico de pneumáticos com peso máximo de 150kg, diâmetro do talão compreendidos entre 17,5 a 24,5" (polegadas), largura do pneu máxima 500mm, compostas de: 1 transportador de entrada dotado de dispositivo automático de lubrificação de talão, 1 estação de acoplamento, insuflação e aferição do desequilíbrio dos pneus com rotação de aproximadamente 500rpm, 1 medidor de desvio radial, lateral e da variação de saliências
	na parte lateral dos pneumáticos através de sensor laser, 1 transportador de saída com dispositivo de marcação dos pneus, 1 painel de controle com CLP e 1 painel de comando com IHM.

Art. 8º Alterar o Ex-tarifário nº 015 da NCM 8421.22.00, constante da Resolução CAMEX nº 78, de 21 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8421.22.00	Ex 015 - Combinações de máquinas, para filtração e clarificação de cerveja maturada com sistemas de velas e dosagem de aditivo com capacidade de até 1.500L/h, compostas de: 1 filtro de velas contendo até 10 velas; 7 skids de dosagem de aditivos filtrantes; 1 skid de dosagem de terra infusória; blendador; carbonatador; nitrogenador; filtro polidor; 2 bombas centrífugas e 8 bombas de pistão; com seus acessórios e instrumentos de controle.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Homologa compromisso de preço e prorroga direito **antidumping** definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico, originárias da República Popular da China.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 151ª reunião, realizada em 11 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, § 4°, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento nos arts. 4°, § 1°, e 6° da Lei n° 9.019, de 30 de março de 1995, no art. 2°, incisos I e II, do Decreto n° 8.058, de 26 de julho de 2013, e no art. 2°, incisos XV e XVII, do Decreto n° 4.732, de 10 de junho de 2003,

Considerando o que consta dos autos do Processo MDIC/SECEX 52272.002019/2016-60, resolve **ad referendum** do Conselho:

Art. 1° Prorrogar a aplicação do direito **antidumping** definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico, comumente classificadas nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Em US$/t

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping
China	TTCA Co. Ltd.	861,50
	Weifang Ensign Industry Co. Ltd.	861,50
	RZBC Co., Ltd.	861,50
	Anhui BBCA International Co. Ltd.	835,32
	Anhui BBCA Pharmaceutical Co., Ltd.	
	Anhui Koyo Imp. & Exp. Co. Ltd.	
	Augmentus Ltd. China	
	Changle Victor Trading Co. Ltd.	
	Changsha Newsky Chemical Co. Ltd.	
	Dalian Platinum Chemicals Co. Ltd.	
	Farmasino Pharmaceuticals (Jiangsu) Co. Ltd.	
	Foodchem International Corporation	
	Gansu Xuejing Biochemical Co. Ltd.	
	Gansu Xuejing Imp & Exp Co., Ltd	
	Hainan Zhongxin Chemical Co. Ltd.	
	Hangzhou Ruijiang Chemical Co. Ltd.	
	Huangshi Xinghua Biochemical Co. Ltd.	
	Huber Group	
	Hugestone Enterprise Co. Ltd.	
	Hunan Dongting Citric Acid Chemicals Co. Ltd.	
	Jiali Bio Group (Qingdao) Ltd.	
	Jiangsu Gadot Nuobei Biochemical Co. Ltd.	
	Jiangsu Lemon Chemical & Technology Co.	
	Juxianhongde Citriccid Co. Ltd.	
	Kelco Chemicals Co.Ltd.	
	Laiwu Taihe Biochemistry Co. Ltd.	
	Lianyungang Mupro Imp. & Exp. Co. Ltd.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lianyungang Samin Food Additives Co. Ltd.	
Lianyungang Shuren Scientific Creation Imp. & Exp. Co. Ltd.	
Lianyungang Zhong Fu Imp & Exp. Co. Ltd.	
Linyi Yingtai Economic and Trading Co. Ltd.	
Nantong Feiyu Fine Chemical Co. Ltd.	
New Step Industry Co. Ltd.	
Natiprol Lianyungang Co	
Norbright Industry Co. Ltd.	
Qingdao Century Longlive Intl. Trade Co. Ltd.	
Qingdao Sun Chemical Corporation Ltd.	
Reephos Chemical Co. Ltd.	
Shangai Fenhe International Co. Ltd.	
Shanghai Trustin Chemical Co. Ltd.	
Shenzhen Sed Industry Co. Ltd.	
Shihezi City Changyun Biochemical Co. Ltd.	
Sigma-Aldrich China Inc.	
Sinochem Ningbo Ltd.	
Sinochem Qingdao Co. Ltd.	
Tianjin Chengyi International Trading Co. Ltd.	
TTCA Co. Ltd. West	
Wenda Co Ltd	
Yixing Zhenfen Medical Chemical Co. Ltd.	
Yixing-Union Biochemical Co. Ltd.	
Zhangzhou Hongbin Import & Export Trading Co. Ltd.	
Zhejiang Chemicals Import & Export Corporation	
Zhejiang Chun-An Foreign Trade Co. Ltd.	
Zhejiang Medicines and Health Products Imp. & Exp. Co. Ltd.	
Demais	861,50

Art. 2° Homologar compromisso de preço, nos termos dos Anexos I e II, aplicável às importações brasileiras do produto especificado no art. 1° desta Resolução, quando originárias da República Popular da China, sempre que fabricado pelas empresas COFCO Biochemical (Anhui), COFCO Biochemical (Maanshan) Co. Ltd. e RZBC (Juxian) Co. Ltd. e exportado por essas mesmas empresas ou pela RZBC Import & Export.

Art. 3° Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo III.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS PEREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

ANEXO I

Termo de Compromisso de Preços

Processo: MDIC/SECEX/DECOM 52272.002019-2016-60
Empresas: COFCO Biochemical (Anhui) Co., Ltd. e COFCO Biochemical (Maanshan) Co., Ltd.

1. As empresas COFCO Biochemical (Anhui) Co., Ltd., COFCO Biochemical (Maanshan) Co., Ltd. (doravante "COFCO"), nos termos do art. 67 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, se comprometem a exportar para o Brasil o ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas (ACSM), abrangidos pelo presente Compromisso, a preços não inferiores ao estabelecido neste documento.

2. Em contrapartida, o Governo Brasileiro não aplicará direito antidumping definitivo sobre as exportações para o Brasil do produto ACSM fabricado e exportado pelas empresas, no âmbito do processo administrativo MDIC/SECEX 52272.002019-2016-60, relativo à revisão de final de período da medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico, comumente classificadas nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Contudo, caso a COFCO descumpra as disposições estabelecidas neste documento, considerar-se-á violado o Compromisso de Preços na sua totalidade, e será aplicado o direito antidumping definitivo calculado e publicado pela CAMEX, de acordo com artigo 71 do Decreto no 8.058, de 2013.

3. A partir da data da publicação deste Compromisso de Preços no Diário Oficial da União (D.O.U.), as exportações realizadas pela COFCO para o Brasil de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas por elas fabricados e originárias da China serão regidas pelas disposições deste Compromisso.

4. Para mercadorias cuja data de embarque constante no conhecimento de embarque (Bill of Lading) seja anterior à de publicação deste Compromisso de Preços no D.O.U., mas cujo desembaraço ocorra em momento posterior ao da publicação da Resolução CAMEX de prorrogação do direito antidumping, não será exigido o cumprimento dos preços aqui acordados e sim o preço do compromisso de preços anteriormente em vigor.

5. Visando a permitir maior facilidade de comunicação ao longo do período de vigência desse Compromisso de Preços, o DECOM poderá utilizar as informações abaixo para contato:

Razão Social (exportador): COFCO Biochemical (Anhui) Co., Ltd. (Anhui Biochemical)
Endereço: No.1 COFCO Avenue, COFCO Anhui City 233010, Anhui Province, PRC.
Telefone: +86-552-4928850
Website: http://www.zlahsh.com
Contato: Qian Li
Endereço Eletrônico: liqian@cofco.com
Telefone: +86-187 1226 9599

Representante Legal: Carolina Saldanha-Ures
Cargo: Advogada
Endereço: Av. 9 de Julho, 4939, Torre Europa, cj. 101, São Paulo, SP - CEP 01407-200
Telefone: (11) 3168-0650
Endereço eletrônico: ad@sideraconsult.com

A - Do Escopo do Produto Abrangido pelo Compromisso

6. Os produtos abrangidos pelo presente Compromisso de Preços são: ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas, comumente classificados nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, fabricados e exportados para o Brasil diretamente pelas empresas COFCO Biochemical (Anhui) Co., Ltd. e COFCO Biochemical (Maanshan) Co.

B - Dos Preços a serem observados

7. O preço de exportação CIF em porto brasileiro não será inferior ao preço atualmente em vigor de US$ 1.257,32/t (mil duzentos e cinquenta e sete dólares estadunidenses e trinta e dois centavos por tonelada).

8. O preço CIF de exportação, previsto no parágrafo 7 deverá estar líquido de descontos, abatimentos e quaisquer outras deduções ou bonificações que a empresa produtora/exportadora conferir ao importador brasileiro.

9. O prazo de pagamento de cada uma das vendas realizadas conforme o parágrafo 7 não deve ser superior a 60 (sessenta) dias da data do conhecimento de embarque.

10. Para a conversão dos preços de venda do produto em questão, da moeda que consta na fatura de venda ou na fatura de revenda, para dólar estadunidense, será utilizada a taxa de câmbio média de venda, expedida pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data de emissão da respectiva fatura.

11. Caso o pagamento realizado pelo cliente exceda o prazo fixado no parágrafo 9: (i) da fatura comercial emitida para o primeiro comprador independente no Brasil; (ii) da fatura de revenda; ou (iii) de outra forma contratualmente acordada, o preço a ser comparado com o preço mínimo de importação acordado será reduzido proporcionalmente.

12. A redução de que trata o parágrafo anterior será de 1% sobre o preço líquido de venda para cada mês adicional de prazo utilizado, em base *pro rata* relativamente ao número total de dias efetivamente transcorridos até o pagamento.

C - Do Ajuste do Preço do Compromisso

13. Tendo em conta que o preço mínimo estabelecido tem por objetivo possibilitar a exportação da mercadoria sem causar dano à indústria doméstica, este será ajustado, a cada trimestre, a partir da data de entrada em vigor do presente Compromisso.

14. O ajuste do preço mínimo será realizado com base na variação da média do preço *nearby* do açúcar nº11 na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (ICE), do trimestre imediatamente posterior ao último ajuste em relação ao trimestre imediatamente anterior ao referido ajuste. A escolha do açúcar deve-se ao fato de ser a principal matéria-prima principal utilizada para a fabricação do produto no Brasil.

15. O ajuste será realizado a partir da seguinte fórmula:

Novo preço = Preço anterior do ácido cítrico x {1+ 40% x [(Média do Preço Açúcar #11 do trimestre N - Média do Preço do Açúcar #11 trimestre (N-1))/Preço Açúcar #11 médio do trimestre (N-1)]}

16. O primeiro ajuste será realizado em novembro de 2017 e determinado pela variação da média de preços do açúcar do trimestre agosto-setembro-outubro em relação à média de preços do trimestre maio-junho-julho.

17. O ajuste do preço deverá ser publicado no Diário Oficial da União, por meio de Circular SECEX, sendo o novo preço aplicável às mercadorias com a data de conhecimento de embarque a partir de 10 dias após a publicação da referida Circular.

18. COFCO declara sua ciência e concordância de que o Compromisso firmado não autoriza a realização de algumas vendas diretas, ou por intermédio de trading companies, em valor igual, superior ou inferior ao preço mínimo estabelecido, com pagamento do direito antidumping.

19. Caso existam, no Brasil, partes relacionadas à empresa, esta está ciente de que nas vendas realizadas ao primeiro comprador independente no Brasil, as faturas de revenda deverão ser ajustadas, de forma a alcançar o preço líquido de venda firmado neste Compromisso. A empresa também assume a obrigação em nome de terceiro de fazer com que suas partes relacionadas atendam aos requisitos deste Compromisso.

D - Da Documentação de Exportação

20. COFCO compromete-se a garantir que os embarques do produto em questão para o Brasil, sob os termos do presente Compromisso, sejam acompanhados por uma fatura comercial emitida pela exportadora.

21. COFCO está ciente de que o não recolhimento do direito antidumping para as vendas do produto em questão está subordinado à apresentação da fatura comercial correspondente às autoridades aduaneiras do Brasil.

22. Entende, ainda, que o não recolhimento do direito antidumping pelos importadores brasileiros está condicionado à correspondência precisa entre a descrição completa do produto na fatura comercial e os produtos fisicamente apresentados às autoridades aduaneiras brasileiras.

23. Compromete-se também a não emitir qualquer fatura comercial ou fatura de revenda incluindo:

÷ quaisquer vendas do produto em questão que não estejam em conformidade com quaisquer das obrigações deste Compromisso.

÷ produtos não incluídos no compromisso de preços em conjunto com produtos incluídos neste compromisso.

E - Do Monitoramento do Compromisso

24. O presente Compromisso será monitorado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM.

25. Para fins de monitoramento da adequada aplicação do Compromisso de Preços de acordo com os parâmetros previstos nas seções B, C e D deste Termo, a COFCO fornecerá ao DECOM informações referentes às exportações para o Brasil do Produto Objeto deste Compromisso para o período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de junho e entre 1º de julho e 31 de dezembro de cada ano civil. COFCO se compromete a apresentar relatório em formato de planilha eletrônica .xlsx ou outro formato que venha a substitui-la contendo dados detalhados dessas operações, em formato a ser determinado pelo DECOM, em até 30 dias a contar do final de cada período.

26. COFCO está ciente de que o referido relatório deve ser protocolado via Sistema Decom Digital (SDD) e apresentar todas as vendas realizadas ao Brasil, mesmo as que não se enquadrem na definição do produto abrangido pelo presente Compromisso.

27. Concorda que o preço mínimo de importação estabelecido nos itens B e C seja transmitido à RFB, a fim de permitir a verificação do cumprimento do presente Compromisso.

28. Compromete-se a cooperar no fornecimento de todas as informações consideradas necessárias pelas autoridades brasileiras com o propósito de assegurar o cumprimento deste Compromisso e a permitir que técnicos do DECOM realizem investigação in loco para verificação da veracidade de todas as informações e dados fornecidos.

29. COFCO se compromete a fornecer quaisquer dados, informações e documentos adicionais solicitados, dentro do prazo fornecido pelo DECOM, para fins de fiscalização do cumprimento do compromisso de preços acordado.

30. Está ciente de que o produto em questão poderá, quando liberado para livre circulação no Brasil, estar sujeito a verificações e controles específicos em relação a este Compromisso por parte da RFB.

F - Das Consultas

31. COFCO compromete-se a realizar reuniões e entendimentos com o Departamento de Defesa Comercial, seja a pedido do grupo ou a pedido do DECOM, sobre quaisquer dificuldades ou dúvidas, técnicas ou não, que possam surgir durante a implementação e posterior aplicação do presente Compromisso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32. Caso, após a aceitação deste compromisso, a COFCO tenha a intenção de estabelecer uma parte relacionada no Brasil, e/ou estabelecer uma parte relacionada na China que venha a exportar o produto objeto deste compromisso, ela se compromete a informar o Governo Brasileiro imediatamente para que seja feita a inclusão/alteração nos termos aqui acordados, a critério do Governo Brasileiro.

G - Do Descumprimento do Compromisso

33. COFCO se compromete a não violar qualquer disposição deste Compromisso de Preços na venda do Produto Objeto do Compromisso de Preços para o Brasil. Adicionalmente, não obstante as demais obrigações, a COFCO se compromete a não:

÷ Conceder descontos, abatimentos ou quaisquer outros benefícios aos seus clientes, diretamente ou indiretamente ligados à venda do Produto Objeto do Compromisso de Preços, que implique em um preço inferior ao acordado;

÷ Pagar comissão que implique em preço inferior ao acordado;

÷ Apresentar descrições enganosas ou falsas das quantidades, características ou qualidades de qualquer venda do produto objeto do Compromisso de Preços;

÷ Prestar declarações enganosas ou falsas sobre a classificação aduaneira do produto Objeto do Compromisso de Preços;

÷ Prestar declarações enganosas ou falsas sobre a origem do Produto Objeto do Compromisso de Preços ou sobre a identidade do produtor/exportador;

÷ Exportar mercadoria ao amparo deste Compromisso de Preços não fabricada pela COFCO;

÷ Efetuar acerto de dívida relacionada a qualquer operação de exportação para o Brasil do Produto Objeto do Compromisso de Preços por meio de quaisquer acordos de compensação, através de troca direta ou qualquer outra forma de pagamento que não dinheiro ou método equivalente;

÷ Emitir fatura comercial cujos preços líquidos de venda não estejam em conformidade com os preços compromissados;

÷ Emitir fatura comercial ou fatura de revenda para as quais a transação financeira subjacente (por exemplo, o valor efetivamente recebido do comprador após quaisquer ajustes das notas de crédito/débito e similares) não esteja em conformidade com o valor nominal da fatura comercial; e

÷ Envolver-se em práticas de circunvenção.

÷ Mudar o seu padrão de comércio para o Brasil quando não exista um motivo ou justificativa econômica que não seja a imposição de medidas antidumping e/ou prejudicar o efeito corretivo das medidas e/ou dissimular a existência de tal mudança no momento da assinatura do Compromisso;

÷ Alterar as características físicas do produto em questão sem motivo ou justificativa econômica apenas para que não seja enquadrado no âmbito das medidas antidumping.

÷ Envolver-se em práticas que caracterizem repasse financeiro direto ou indireto ao importador.

÷ Exportar o produto objeto do compromisso por meio de países intermediários, devendo o embarque destes produtos originar-se sempre diretamente da China para o Brasil.

F - Da Duração do Compromisso

34. O presente Compromisso de Preços entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União do ato pertinente à sua homologação, e vigerá por um período de 5 (cinco) anos ou enquanto estiver em vigor o direito antidumping, ressalvando-se o disposto nos arts. 3º e 71º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Este Compromisso de Preços se manterá vigente durante quaisquer revisões que possam ocorrer.

ANEXO II

Termo de Compromisso de Preços

Processo: MDIC/SECEX nº 52272.002019/2016-60
Empresas: RZBC (Juxian) Co., Ltd. e RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. As empresas RZBC (Juxian) Co., Ltd. e RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd. (doravante nominadas conjuntamente como "Empresas Chinesas"), nos termos do artigo 67 do Decreto 8.058, de 26 de julho de 2013, se comprometem a exportar o produto descrito na Cláusula 2.1 para o Brasil a preços não inferiores ao estabelecido na Cláusula 3.1.

1.2. Em contrapartida, o Governo Brasileiro calculará, mas não aplicará direito antidumping definitivo sobre o produto descrito na Cláusula 2.1, fabricado e exportado pelas empresas RZBC (Juxian) Co., Ltd. e RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd., no âmbito do processo administrativo MDIC/SECEX nº 52272.002019/2016-60, relativo à revisão de final de período da medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas, comumente classificadas nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China.

1.3 O direito antidumping definitivo calculado em sede de determinação final será aplicado em caso de descumprimento do termo de compromisso de preços por parte das Empresas Chinesas.

1.4. As informações das Empresas Chinesas e de seus representantes legais encontram-se detalhadas abaixo:

Razão Social: RZBC (Juxian) Co., Ltd.
Endereço: Floor 22st Building A, Liangyou Junhao Grand Hotel,No 66 Lvzhou South Road, Rizhao, Shandong Province, República Popular da China.
Telefone: 0086-633-2163567
Endereço eletrônico: http://www.rzbc.com/
Representante Legal: Rodrigo Gomes Maia
Endereço: Avenida Rio Branco, 89, sala 901. Centro. Rio de Janeiro - RJ.
Telefone: (21) 2233-9322
Endereço eletrônico: rma@noronhaadvogados.com.br

Razão Social: RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd.
Endereço: Floor 22st Building A, Liangyou Junhao Grand Hotel,No 66 Lvzhou South Road, Rizhao, Shandong Province, República Popular da China.
Telefone: 0086-633-2163567
Endereço eletrônico: http://www.rzbc.com/
Representante Legal: Rodrigo Gomes Maia
Endereço: Avenida Rio Branco, 89, sala 901. Centro. Rio de Janeiro - RJ.
Telefone: (21) 2233-9322
Endereço eletrônico: rma@noronhaadvogados.com.br

1.5. As Empresas Chinesas informam o número do processo administrativo relativo à investigação de revisão de dumping nas exportações do produto objeto do compromisso de preços, qual seja: MDIC/SECEX nº 52272.002019/2016-60.

2. PRODUTO E ORIGEM

2.1. As Empresas Chinesas apresentam a descrição do produto objeto do compromisso de preços, bem como os itens da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) em que se classificam: Ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio, citrato de cálcio e suas misturas, comumente classificadas nos itens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, fabricado pela empresa RZBC (Juxian) Co., Ltd. e exportado para o Brasil, diretamente ou via a *trading company* RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd.

2.2. As Empresas Chinesas informam que o país de origem das importações brasileiras dos produtos objeto do compromisso de preços (acima descritos) é a República Popular da China.

3. PREÇO

3.1. A RZBC (Juxian) Co., Ltd. se compromete a praticar, em suas vendas diretas ou realizadas através da empresa *trading* relacionada RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd., o Preço Mínimo de **US$ 1.257,32/t (mil duzentos e cinquenta e sete dólares e trinta e dois centavos por tonelada)**, na condição CIF, correspondente ao Preço Mínimo atualmente em vigor, atualizado por meio da Circular SECEX nº 45, de 08 de Agosto de 2017, publicada no dia 09 de Agosto de 2017. O preço CIF de exportação deverá estar líquido de descontos, abatimentos e quaisquer outras deduções ou bonificações que a empresa produtora/exportadora conferir ao importador brasileiro.

3.2. Tendo em vista que o Preço Mínimo estabelecido tem por objetivo possibilitar a exportação da mercadoria sem causar dano à indústria doméstica, o mesmo será ajustado a cada trimestre.

3.3. Por se tratar de renovação de Compromisso de Preços em vigor e considerando que o Preço Mínimo atual será mantido, o ajuste no preço ocorrerá 3 (três) meses após a última atualização, que ocorreu por meio da Circular SECEX nº 45, de 08 de Agosto de 2017, publicada no dia 09 de Agosto de 2017.

3.4. O ajuste do preço mínimo será realizado com base na variação da média do preço *nearby* do açúcar nº 11 na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (ICE), do trimestre imediatamente posterior ao último ajuste em relação ao trimestre imediatamente anterior ao referido ajuste. A escolha do açúcar deve-se ao fato de ser a principal matéria-prima utilizada pela Indústria Doméstica para a fabricação do produto no Brasil.

3.5. O ajuste será realizado a partir da seguinte fórmula:

Novo preço = Preço anterior do ácido cítrico x {1+ 40% x [(Média do Preço Açúcar #11 do trimestre N - Média do Preço do Açúcar #11 trimestre (N-1))/Preço Açúcar #11 média do trimestre (N-1)]}

3.6. O ajuste do preço deverá ser publicado no D.O.U., por meio de Circular SECEX, sendo o novo preço aplicável às mercadorias cuja data do conhecimento de embarque seja 10 (dez) dias posterior à data de publicação da referida Circular.

3.7. As Empresas Chinesas informam sua ciência e concordância de que as empresas não incluídas no âmbito do presente Compromisso estarão sujeitas ao direito antidumping definitivo e declaram que o Compromisso não autoriza a realização de algumas vendas diretas, ou por intermédio de *trading companies*, em valor igual, superior ou inferior ao preço mínimo estabelecido, com pagamento do direito antidumping.

3.8. Em relação à Cláusula 3.1, as Empresas Chinesas informam que o pagamento dos débitos relativos a qualquer operação de exportação para o Brasil, será realizado no prazo máximo de 60 dias da data do conhecimento de embarque.

3.9. As Empresas Chinesas estão cientes de que, para a conversão dos preços de venda do produto em questão, da moeda que consta na fatura comercial ou da fatura de revenda, para dólar estadunidense, será utilizada a taxa de câmbio média, expedida pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data de emissão da respectiva fatura.

3.10. Além disso, as Empresas Chinesas concordam que caso o pagamento realizado por seu cliente exceda o prazo fixado na Cláusula 3.8: ***(i)*** da fatura comercial emitida para o primeiro comprador independente no Brasil; ***(ii)*** da fatura de revenda; ou ***(iii)*** de outra forma contratualmente acordada, o preço a ser comparado com o preço mínimo de importação acordado será reduzido proporcionalmente.

3.11. A redução de que trata o item anterior será de 1% sobre o preço líquido de venda para cada mês adicional de crédito concedido, em base *pro rata* relativamente ao número total de dias efetivamente transcorridos até o pagamento.

4. DOCUMENTAÇÃO DE EXPORTAÇÃO

4.1. As Empresas Chinesas comprometem-se a garantir que os embarques do produto em questão para o Brasil, sob os termos do presente Compromisso de Preços, sejam acompanhados por uma fatura comercial emitida pela exportadora.

4.2. As Empresas Chinesas estão cientes de que o não recolhimento do direito antidumping para as vendas do produto em questão estará subordinado à apresentação da fatura comercial correspondente às autoridades aduaneiras do Brasil.

4.3. A Empresas Chinesas entendem, ainda, que o não recolhimento do direito antidumping pelos importadores brasileiros está condicionado à correspondência precisa entre a descrição completa do produto na fatura comercial e os produtos fisicamente apresentados às autoridades aduaneiras brasileiras.

4.4. As Empresas Chinesas comprometem-se a não emitir qualquer fatura comercial ou fatura de revenda incluindo:

4.4.1. Bens não abrangidos pelo presente acordo e/ou produtos com valores inferiores ao Preço Mínimo de Importação estabelecido na Cláusula 3.

4.4.2. Quaisquer vendas do Produto em questão que não estejam em conformidade com quaisquer das obrigações desta Proposta de Compromisso de Preços.

5. MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

5.1. As Empresas Chinesas estão cientes de que o Compromisso de Preços será monitorado pela autoridade brasileira responsável. A fim de facilitar o monitoramento do Compromisso, as Empresas Chinesas se comprometem a apresentar informações referentes às exportações para o Brasil do produto objeto deste Compromisso para o período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de junho e entre 1º de julho e 31 de dezembro de cada ano civil.

5.2. As Empresas Chinesas se comprometem a apresentar relatório contendo dados detalhados dessas operações, em até 30 (trinta) dias a contar do final de cada período. O relatório a ser apresentado será protocolado no Sistema Decom Digital no formato de planilha eletrônica (.xlsx ou outro formato que o venha a substituir).

5.3. As Empresas Chinesas estão cientes de que o referido relatório deve apresentar todas as vendas realizadas ao Brasil, mesmo as que não se enquadrem na definição do produto abrangido pelo presente compromisso.

5.4. As Empresas Chinesas concordam que os preços mínimos de importação estabelecidos na Cláusula 3.1 e 3.5 sejam transmitidos às autoridades aduaneiras, a fim de permitir a verificação do cumprimento do presente Compromisso.

5.5. As Empresas Chinesas comprometem-se a cooperar no fornecimento de todas as informações consideradas necessárias pela autoridade brasileira com o propósito de assegurar o cumprimento do Compromisso e permitir que este R. Departamento realize verificações *in loco* para verificação da veracidade de todas as informações e dados fornecidos.

5.6. As empresas chinesas estão cientes de que o produto em questão poderá, quando liberado para livre circulação no Brasil, estar sujeito a verificações e controles específicos em relação a este Compromisso por parte da Receita Federal do Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. CONSULTAS

6.1. As Empresas Chinesas comprometem-se a realizar reuniões e entendimentos com o Departamento de Defesa Comercial, seja a pedido das próprias empresas ou a pedido do DECOM, sobre quaisquer dificuldades ou dúvidas, técnicas ou não, que possam surgir durante a implementação e posterior aplicação do Compromisso.

6.2. Caso, após a aceitação deste compromisso, as Empresas Chinesas pretendam estabelecer uma parte relacionada no Brasil, as mesmas comprometem-se a consultar o DECOM imediatamente.

7. VIOLAÇÕES DO COMPROMISSO

7.1. As Empresas Chinesas se comprometem, desde já, a não violar qualquer das disposições desta Proposta de Compromisso de Preços.

7.2 As Empresas Chinesas se comprometem, também, a:

I - não conceder descontos, abatimentos, ou qualquer outro benefício aos seus clientes, quer direta ou indiretamente ligados a uma venda do produto em questão, que implique preço compromissado inferior ao acordado;

II - não pagar comissão que implique preço compromissado inferior ao acordado;

III - não apresentar descrições enganosas ou falsas das quantidades, características ou qualidades de qualquer venda do produto em questão;

IV - não prestar declarações enganosas ou falsas sobre a classificação aduaneira do produto em questão;

V - não prestar declarações enganosas ou falsas sobre a origem do produto em questão ou sobre a identidade do produtor/exportador;

VI - não exportar mercadoria ao amparo deste Compromisso não fabricada pela RZBC (Juxian) Co., Ltd.;

VII - não efetuar acerto de dívida relacionada a qualquer operação de exportação para o Brasil por meio de quaisquer acordos de compensação, através de troca direta, ou qualquer outra forma de pagamento que não dinheiro ou método equivalente;

VIII - não emitir fatura comercial ou nota fiscal de revenda cujos preços líquidos de venda não estejam em conformidade com os preços compromissados;

IX - não emitir fatura comercial ou nota fiscal de revenda para as quais a transação financeira subjacente (por exemplo, o valor efetivamente recebido do comprador após quaisquer ajustes das notas de crédito/débito e similares) não esteja em conformidade com o valor nominal da fatura comercial;

X - não se envolver em práticas de circunvenção;

XI - não emitir fatura comercial na qual estejam incluídos, ao mesmo tempo, bens incluídos e não incluídos no compromisso de preços;

XII - não mudar o seu padrão de comércio para o Brasil quando não exista um motivo ou justificativa econômica que não seja a imposição de medidas antidumping e/ou prejudicar o efeito corretivo das medidas e/ou dissimular a existência de tal mudança no momento da assinatura do Compromisso;

XIII - não alterar as características físicas do produto em questão sem motivo ou justificativa econômica apenas para que não seja enquadrado no âmbito das medidas antidumping;

XIV - fornecer quaisquer dados, informações e documentos adicionais solicitados, dentro do prazo fornecido pelo DECOM, para fins de fiscalização do cumprimento do compromisso de preços acordado;

XV - não exportar o produto objeto do compromisso por meio de países intermediários, e embarcar estes produtos sempre originariamente e diretamente da China; e

XVI - não se envolver em prática que se caracterize em repasse financeiro direto ou indireto ao importador.

8. DA PARTICIPAÇÃO DA TRADING COMPANY

8.1 A empresa RZBC Imp. & Exp. Co. Ltd. compromete-se a exportar ao Brasil apenas os produtos fabricados pela empresa produtora relacionada, RZBC (Juxian) Co., Ltd., e a comprovar a origem do produto importado, apresentando, para tanto, a ordem de compra e nota fiscal de compra, bem como qualquer outra documentação exigida pelo DECOM.

9. OUTRAS DISPOSIÇÕES E ENTRADA EM VIGOR

9.1. A partir da data de publicação no D.O.U. deste Compromisso de Preços, as exportações para o Brasil realizadas pela RZBC (Juxian) Co., Ltd., diretamente ou por meio da empresa *trading* relacionada RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd., serão regidas pelas disposições deste Compromisso.

9.2. Para as exportações cuja respectiva data de embarque constante no conhecimento de embarque seja anterior à data de publicação no D.O.U. deste Compromisso de Preços, não serão exigidos os termos aqui propostos, mas, sim, os termos do Compromisso de Preços homologado pela Resolução CAMEX nº 52, de 24 de julho de 2012, publicada no D.O.U. de 25 de julho de 2012.

9.3. O presente Compromisso de Preços entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União do ato pertinente à sua homologação, e vigerá por um período de 5 (cinco) anos ou enquanto estiver em vigor o direito antidumping, ressalvando-se o disposto nos arts. 3º e 71º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

9.4. Este Compromisso de Preços se manterá vigente durante quaisquer revisões que possam ocorrer.

ANEXO III

1 DOS ANTECEDENTES

1.1 Da investigação original

No dia 12 de agosto de 2010, a Associação Brasileira da Indústria de Ácido Cítrico e Derivados, doravante denominada peticionária ou ABIACID, em nome das empresas Tate & Lyle Brasil S.A. (Tate ou, simplesmente, "T&L") e Cargill Agrícola S.A. ("Cargill"), protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico (ACSM), originárias da República Popular da China, doravante denominada China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 25, de 18 de novembro de 2010, e verificada a existência de indícios suficientes da prática de dumping nas exportações para o Brasil de ACSM da China e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 14, de 6 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 7 de abril de 2011.

Por meio do Parecer nº 30, de 14 de outubro de 2011, constatou-se, preliminarmente, a existência de dumping e de dano decorrente de tal prática.

Em 26 de janeiro de 2012, por meio da publicação da Resolução CAMEX nº 6, de 25 de janeiro de 2012, foi aplicado direito antidumping provisório às importações brasileiras de ACSM originárias da China.

O prazo de duração da investigação da prática de dumping, dano e nexo de causalidade nas exportações para o Brasil de ACSM, originárias da China, foi prorrogado por até seis meses, a partir de 7 de abril de 2012, por meio da Circular SECEX nº 10, de 16 de março de 2012, publicada no D.O.U de 19 de março de 2012.

Em 25 de abril de 2012, as empresas chinesas COFCO Biochemical (Anhui) Co. Ltd. (COFCO Anhui), BBCA Maanshan Biochemical Co. Ltd. (BBCA), Natiprol Lianyungang Co. Ltd. (Natiprol), RZBC Group, Weifang Ensign Industry Co. Ltd. (Weifang), TTCA Co. Ltd. (TTCA) e Wenda Co. Ltd. (Wenda), juntamente com a China Chamber of Commerce of Metals, Minerals and Chemical Importers and Exporters (CCCMC), protocolaram proposta de compromisso de preço, nos termos do art. 35 do Decreto nº 1.602, de 1995.

Essa proposta foi reapresentada em 15 de maio de 2012, conforme detalhado no item seguinte, e deu origem ao compromisso de preços atualmente em vigor para as empresas COFCO Anhui, RZBC Co. Ltd. (RZBC), RZBC (JUXIAN) Co. Ltd. (RZBC JUXIAN) e BBCA.

Conforme informações apresentadas pela COFCO Anhui, a BBCA alterou seu nome para COFCO Biochemical (Maanshan) Co., Ltd., doravante denominada COFCO Maanshan. Esta última é uma subsidiária controlada pela COFCO Anhui.

Em 25 de julho de 2012, foi publicada no D.O.U. a Resolução CAMEX nº 52, de 24 de julho de 2012, a qual encerrou a investigação com aplicação de direito antidumping definitivo, por até cinco anos, às importações brasileiras originárias da China de ACSM fabricado pelas empresas não incluídas no compromisso de preços. Esse direito antidumping variou de US$ 835,32/t a US$ 861,50/t.

Para as empresas que celebraram o compromisso com o Governo Brasileiro, foram suspensos os procedimentos de investigação com vistas a uma determinação final e não foi aplicado direito antidumping definitivo.

1.2 Do compromisso de preços

As empresas interessadas em celebrar compromisso de preços apresentaram proposta inicial em 25 de abril de 2012.

Em 9 de maio de 2012, informou-se às empresas que o compromisso deveria ser suficiente para eliminar o efeito prejudicial decorrente do dumping e que os preços e termos dele constantes deveriam ser tornados públicos, de modo a observar o princípio da transparência do processo administrativo. Ademais, foi mencionado que a proposta apenas poderia ser apresentada em nome das empresas produtoras/exportadoras.

Em 15 de maio de 2012, as empresas produtoras/exportadoras chinesas apresentaram nova proposta, tendo sido informadas, em 4 de junho de 2012, que, como o direito provisório havia sido calculado como o montante mínimo necessário para neutralizar os efeitos danosos do dumping, o preço mínimo a ser acordado não poderia ser inferior ao valor médio CIF das importações no período de análise de dumping acrescido de montante equivalente ao direito provisório em vigor. Com base nisso, foi proposto no compromisso um preço mínimo de importação de US$ 1.600,00/t (mil e seiscentos dólares estadunidenses por tonelada), na condição CIF.

As empresas também foram novamente informadas de que o compromisso abrangeria apenas as produtoras do produto objeto da investigação, quais sejam, COFCO Anhui, COFCO Maanshan (à época, BBCA), Grupo RZBC, TTCA e Weifang, não incluindo as **trading companies** Natiprol e Wenda. Estas somente poderiam se beneficiar do referido compromisso de preços se exportassem o produto fabricado por qualquer das empresas anteriormente mencionadas.

Assim, acordados os termos do compromisso de preço, decidiu-se pela recomendação de sua homologação e consequente suspensão dos procedimentos, sem o prosseguimento de investigação antidumping com relação às exportações das empresas COFCO Ahnui, COFCO Maanshan (à época BBCA), RZBC, TTCA e Weifang para o Brasil.

O compromisso de preços entrou em vigor na data da publicação da Resolução CAMEX nº 52, de 2012, e, assim como o direito antidumping, ficaria em vigor pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados da data dessa publicação, podendo ser revogado em caso de violação dos termos avençados.

O preço mínimo observado pelas produtoras/exportadoras participantes do compromisso foi estabelecido na condição CIF (**cost, insurance and freight**), líquido de descontos, abatimentos e quaisquer deduções ou bonificações conferidos pelas empresas produtoras/exportadoras ao importador brasileiro.

O valor inicial do compromisso foi fixado em US$ 1.600,00/t (mil e seiscentos dólares estadunidenses por tonelada), ajustado trimestralmente com base na variação da média do preço **nearby** do açúcar nº 11 na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (ICE), do trimestre imediatamente posterior ao último ajuste em relação ao trimestre imediatamente anterior ao referido ajuste. A escolha do açúcar deveu-se ao fato de ser a principal matéria-prima utilizada para a fabricação do produto no Brasil. Apresenta-se, a seguir, a fórmula utilizada para o reajuste do preço:

÷ Novo preço = Preço anterior do ácido cítrico x {1+ 40% x [(Média do Preço Açúcar #11 do trimestre N - Média do Preço do Açúcar #11 trimestre (N-1))/Preço Açúcar #11 médio do trimestre (N-1)]}

Em 8 de agosto de 2012, a empresa chinesa RZBC JUXIAN interpôs pedido de reconsideração, por intermédio do qual solicitou ao Conselho de Ministros da CAMEX que a incluísse como participante do compromisso de preços homologado por meio da Resolução CAMEX nº 52, de 2012. Segundo a empresa, seu nome teria deixado de ser incluído no compromisso por um lapso, pois a respectiva proposta teria sido apresentada por todas as empresas do grupo RZBC, quais sejam, RZBC Co. Ltd. (RZBC), RZBC (JUXIAN) Co. Ltd. (RZBC JUXIAN) e RZBC Import & Export Co. Ltd., sendo as duas primeiras produtoras e a última **trading company**.

De modo a esclarecer a participação da empresa, foi publicada, em 10 de setembro de 2012, a Resolução CAMEX nº 67, de 6 de setembro de 2012, explicitando que a empresa RZBC JUXIAN estava incluída no compromisso de preço firmado com o Governo Brasileiro, nos termos constantes do Anexo I da Resolução CAMEX nº 52, de 2012.

A fim de verificar o cumprimento dos termos acordados, com base no item "E" do Termo de Compromisso de Preços ("do monitoramento e da comunicação"), foram conduzidas verificações **in loco** nas produtoras/exportadoras participantes nas datas a seguir arroladas:

÷ Wenda: 7 e 8 de julho de 2015;
÷ Natiprol: 10 de julho de 2015;
÷ TTCA: 13 e 14 de julho de 2015;
÷ Weifang: 15 e 16 de julho de 2015;
÷ COFCO: 3 e 4 de agosto de 2015; e
÷ RZBC Import & Export Co. Ltd.: 6 e 7 de agosto de 2015.

Como resultado das verificações, concluiu-se que todas as empresas verificadas, com exceção da COFCO Anhui e da RZBC Import & Export Co. Ltd., violaram os termos acordados. Por conseguinte, por meio da Resolução CAMEX nº 38, de 20 de abril de 2016, publicada no D.O.U. de 22 de abril de 2016, foram adotadas as seguintes medidas:

÷ encerrou-se o compromisso para a Natiprol, a TTCA, a Weifang e a Wenda;
÷ aplicou-se direito definitivo às empresas Natiprol e Wenda, no montante de US$ 835,32/t; e
÷ restabeleceu-se a investigação e aplicou-se direito provisório para a TTCA (equivalente a US$ 602,43/t) e a Weifang (fixado em US$ 569,01/t).

Já em 24 de junho de 2016, quando da publicação da Resolução CAMEX nº 57, de 23 de junho de 2016, foi encerrada a investigação e aplicado direito antidumping definitivo para as empresas TTCA e Weifang, equivalente a, respectivamente, US$ 803,61/t e US$ 823,04/t.

O compromisso de preços permaneceu em vigor para as empresas COFCO Anhui, RZBC, RZBC JUXIAN e COFCO Maanshan. Além disso, continua a se beneficiar de suas cláusulas a RZBC Import & Export Co. Ltd., quando exportar ACSM fabricado por uma das quatro produtoras para as quais o compromisso continua vigente.

1.3 Das investigações de origem

As importações de ACSM originárias da Índia representaram, durante o período de análise de dano da investigação original (janeiro de 2006 a dezembro de 2010), no máximo [CONFIDENCIAL]% do total importado do produto objeto da investigação/similar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Após a aplicação da medida antidumping por meio da Resolução CAMEX nº 52, de 2012, as importações de ACSM declaradamente originárias da Índia passaram a representar, em P2 e P3 da revisão em tela (abril de 2012 a março de 2013 e abril de 2013 a março de 2014), respectivamente, [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]% do volume total importado, saltando de uma quantidade de [CONFIDENCIAL] t em P1 para [CONFIDENCIAL] t em P2 e [CONFIDENCIAL] t em P3.

Parcela dessas importações foi objeto de investigação de origem não preferencial, com fulcro na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e na Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 2.270, de 16 de outubro de 2012.

Como resultado, foi desqualificada a origem Índia para alguns produtos classificados nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), informados como produzidos pelas empresas Salicylates and Chemicals PVT LTD., Posy Pharmachem PVT LTD., Suja Chem e Global Impex, conforme a seguir detalhado:

÷ Global Impex: produtos "ácido cítrico" e "citrato de sódio" (Portaria SECEX nº 52, de 23 de dezembro de 2013);

÷ Suja Chem: produto "ácido cítrico" (Portaria SECEX nº 53, de 23 de dezembro de 2013);

÷ Posy Pharmachem PVT LTD.: produtos "ácido cítrico" e "citrato de sódio" (Portaria SECEX nº 6, de 24 de fevereiro de 2014); e

÷ Salicylates and Chemicals PVT LTD.: produtos "ácido cítrico" e "citrato de sódio" (Portaria SECEX nº 15, de 29 de abril de 2014).

Em P4 e P5 da revisão em foco (abril de 2014 a março de 2016), após a finalização das investigações de origem não preferencial mencionadas, [CONFIDENCIAL].

2 DA REVISÃO

2.1 Da petição

Em 29 de julho de 2016, de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, a ABIACID protocolou no Sistema DECOM Digital (SDD), petição para revisão de final de período, com o fim de prorrogar a medida antidumping aplicada às importações brasileiras de ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico, quando originárias da China, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

Após o exame preliminar da petição, em 9 de setembro de 2016, solicitaram-se às empresas que compõem a indústria doméstica, Cargill e Tate, informações complementares àquelas fornecidas na petição. Diante do prazo de resposta (23 de setembro de 2016), as produtoras pediram sua postergação, que foi concedida em 22 de setembro de 2016, juntamente com as confirmações das verificações **in loco**. As empresas apresentaram tais informações tempestivamente no dia 28 de setembro de 2016.

Não obstante, tendo em vista a necessidade de conciliação de alguns dados, em virtude da adoção de critérios contábeis distintos pelas duas empresas, estas requereram, também em 28 de setembro de 2016, prazo adicional de sete dias para apresentação dos dados completamente conciliados. Em atenção à solicitação, comunicou-se às empresas que o prazo para apresentação dos dados finais solicitados fora prorrogado para o dia 5 de outubro de 2016.

Em 5 de outubro de 2016, foram apresentados os dados conciliados. No entanto, foi solicitado pelas empresas prazo adicional de dois dias para apresentação dos dados referentes ao faturamento bruto obtido com a comercialização de outros produtos, não enquadrados no conceito de produto similar doméstico. A requerida prorrogação foi concedida.

Por fim, em 7 de outubro de 2016, a Cargill e a Tate protocolaram seus dados de vendas, incluindo os demais produtos, além do ACSM.

2.2 Do início da revisão

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 55, de 24 de novembro de 2016, e tendo sido verificada a existência de elementos suficientes que justificavam a abertura, a revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 71, de 24 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 28 de novembro de 2016.

2.3 Das notificações de início de revisão e da solicitação de informações às partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados do início da revisão a peticionária (ABIACID), os produtores domésticos do produto similar (Cargill e Tate), os produtores/exportadores estrangeiros e os importadores brasileiros do produto objeto da revisão, bem como o governo da China.

Os importadores e produtores/exportadores foram identificados por meio dos dados detalhados de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Em atenção ao § 4º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foram disponibilizados aos produtores/exportadores e ao governo da China, por meio eletrônico, cópia do texto completo não confidencial da petição que deu origem à revisão, bem como das respectivas informações complementares.

Conforme o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi informado na notificação de início aos importadores conhecidos e aos produtores/exportadores conhecidos que os respectivos questionários estavam disponíveis no sítio eletrônico da investigação (http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/140-investigacoes-em-curso/2126-acido-citrico-2). Ademais, foi informado o prazo de 30 dias, contado da data de ciência da correspondência, para resposta do questionário. Tal prazo expirou em 4 de janeiro de 2017 para os importadores brasileiros e em 9 de janeiro de 2017 para os produtores/exportadores.

Em virtude de o número de produtores/exportadores chineses identificados ser expressivo, o que tornaria impraticável eventual determinação de margem individual de dumping, a autoridade investigadora, consoante previsão contida no art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e no art. 6.10 do Acordo Antidumping da Organização Mundial do Comércio, selecionou os produtores/exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do produto objeto da investigação da China para o Brasil.

Dessa forma, foram selecionados para responderem ao questionário os produtores/exportadores COFCO Biochemical (Anhui) Co. Ltd. (COFCO Anhui), RZBC (Juxian) Co. Ltd. (RZBC Juxian), RZBC Co. Ltd. (RZBC), TTCA Co. Ltd. (TTCA) e Weifang Ensign Industry Co. Ltd. (Weifang), que corresponderam a [CONFIDENCIAL]% das exportações de ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico da China para o Brasil no período de investigação de continuação ou retomada de dumping.

Com relação à seleção dos produtores/exportadores da China, foi comunicado ao Governo e aos produtores/exportadores desse país que respostas voluntárias ao questionário do produtor/exportador não seriam desencorajadas, porém não garantiriam cálculo da margem de dumping individualizada. Foram também informados de que o prazo para eventuais respostas voluntárias seria o mesmo concedido aos produtores/exportadores selecionados, mas sem a possibilidade de prorrogação. Na mesma ocasião, o governo e os produtores/exportadores foram informados que poderiam se manifestar a respeito da seleção realizada, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da notificação de início da investigação, em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e com o art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014. Cabe mencionar que a seleção definida não foi objeto de contestação.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no § 3º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas foram informadas de que se pretendia utilizar a Colômbia como país substituto de economia de mercado para o cálculo do valor normal da China, já que esta não foi considerada, para fins da investigação em tela, país de economia de mercado. Conforme o § 3º desse artigo, dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias, contado da data de início da investigação, os exportadores ou o peticionário poderiam se manifestar a respeito da escolha do terceiro país e, caso não concordassem com esta, poderiam sugerir terceiro país alternativo.

Também foram notificados do início da investigação o governo da Colômbia e a empresa colombiana Sucroal S.A. (Sucroal), produtora do produto similar indicada pela ABIACID na petição de início da investigação. Na ocasião, também foi encaminhado o endereço eletrônico por meio do qual poderia ser obtido o questionário de terceiro país.

2.4 Do recebimento das informações solicitadas

2.4.1 Do produtor nacional

ABIACID, Tate e Cargill forneceram suas informações na petição de início da presente revisão e quando da apresentação de suas informações complementares.

2.4.2 Dos importadores

As empresas APTI Alimentos Ltda. e Prati-Donaduzzi & Cia Ltda. solicitaram prorrogação do prazo para restituição do questionário do importador tempestivamente e acompanhada de justificativa, segundo o disposto no § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, e apresentaram suas respostas ao questionário do importador, tempestivamente, dentro do prazo estendido concedido. Foram solicitadas à Prati-Donaduzzi & Cia Ltda. informações complementares. O importador protocolou a resposta tempestivamente em 20 de junho de 2107.

A empresa Indústria Química Anastácio S.A. apresentou tempestivamente sua resposta ao questionário. Foram solicitadas ao importador informações complementares, cuja resposta foi protocolada tempestivamente em 16 de fevereiro de 2017.

Os demais importadores não solicitaram extensão do prazo nem apresentaram resposta ao questionário do importador.

2.4.3 Dos produtores/exportadores

Após solicitação de prorrogação de prazo para restituição do questionário do produtor/exportador de forma tempestiva e acompanhada de justificativa, conforme § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, em 6 de fevereiro de 2017 os produtores chineses COFCO Anhui e RZBC Juxian apresentaram tempestivamente sua resposta ao questionário enviado.

O questionário apresentado pela COFCO Anhui continha, também, informações relativas à empresa relacionada COFCO Maanshan. De forma semelhante, o questionário apresentado pela RZBC Juxian continha informações relativas à **trading company** relacionada RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd.

Em 14 de março de 2017 foram solicitadas à COFCO Anhui e à RZBC Juxian informações complementares à resposta do questionário do produtor/exportador.

Ambas as empresas solicitaram, em 3 de abril de 2017, prorrogação do prazo inicialmente concedido para apresentação das informações complementares (5 de abril de 2017). Esse prazo foi prorrogado para o dia 17 de abril de 2017, data na qual as respostas aos pedidos de informações complementares foram protocoladas tempestivamente pelas empresas.

Cabe mencionar que não houve resposta aos questionários enviados aos demais produtores e não foram apresentadas respostas de maneira voluntária por produtores/exportadores não selecionados.

2.4.4 Do terceiro país de economia de mercado

A Sucroal apresentou sua resposta ao questionário de terceiro país em 9 de janeiro de 2017. A autoridade investigadora solicitou informações complementares em 31 de janeiro de 2017. A produtora colombiana apresentou a resposta tempestivamente em 22 de fevereiro de 2017.

2.5 Do terceiro país economia de mercado

A China, para fins da revisão conduzida pela autoridade investigadora, não foi considerada um país de economia de mercado. Por essa razão, aplicou-se a regra do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, que estabelece que, nos casos de país que não seja considerado economia de mercado, o valor normal será determinado com base no preço de venda do produto similar em país substituto, no valor construído do produto similar em um país substituto, no preço de exportação do produto similar de um país substituto para outros países, exceto o Brasil, ou em qualquer outro preço razoável.

A Colômbia foi indicada como o mercado a ser adotado para fins de apuração do valor normal da China, em virtude de se tratar de relevante produtora de ACSM e contar com mercado consumidor representativo. Além disso, de acordo com dados extraídos pela ABIACID do **UN Comtrade Database**, a Colômbia seria o terceiro maior exportador de ACSM para o Brasil entre P1 e P5 (abril de 2011 a março de 2016) e o quarto maior exportador mundial em 2014, denotando relevante posição no mercado internacional, com atuação mediante preços competitivos.

Entendeu-se apropriada a escolha da Colômbia como país substituto da China, à luz do que estatui o § 1º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, a qual já havia sido utilizada como país substituto quando da investigação original. Isso porque, conforme apontado no tópico 6 (das importações e do mercado brasileiro), a Colômbia, durante o período de análise de continuação/retomada do dumping (abril de 2015 a março de 2016), foi a terceira maior exportadora de ACSM para o Brasil.

Ademais, consoante dados extraídos do sítio eletrônico do **Trade Map** para os itens 2918.14 e 2918.15 do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), o país esteve, durante o período de análise de continuação/retomada do dumping, entre os maiores exportadores mundiais do produto similar (quinto maior exportador).

Por fim, levou-se em consideração a disponibilidade de dados primários de vendas internas na Colômbia, fornecidos pela empresa Sucroal, relativos ao produto similar colombiano.

2.5.1 Das manifestações acerca do terceiro país economia de mercado

Em manifestação protocolada em 6 de fevereiro de 2017, a RZBC solicitou alteração do terceiro país economia de mercado e sugeriu que a autoridade investigadora utilizasse a Tailândia e apurasse o valor normal a partir das exportações de ACSM da Tailândia para os Estados Unidos da América (EUA).

Para justificar seu pleito, o produtor/exportador alegou que a Tailândia foi o quarto maior exportador do produto sob investigação para o Brasil em P5 e que, ao analisar a tendência das importações brasileiras de ACSM, seria possível notar que, mesmo não ocorrendo importações originárias da Tailândia em P1, a partir de P2 estas teriam apresentado tendência de alta. Por outro lado, as exportações da Colômbia para o Brasil teriam sido reduzidas à medida que as exportações tailandesas aumentaram. Com relação às exportações da Tailândia, a RZBC apresentou dados extraídos do sítio eletrônico do **Trade Map** que demonstrariam que este país seria o segundo maior exportador de ACSM do mundo, enquanto a Colômbia ocuparia a terceira colocação. Dessa forma, alegou a produtora/exportadora que, para substituir a China, a maior exportadora, a autoridade investigadora deveria escolher a segunda maior exportadora ao invés da terceira. Alegou ainda que a Tailândia teria sido escolhida pelos EUA como terceiro país de economia de mercado no âmbito da revisão do direito aplicado às importações de ACSM originárias do Canadá e da China e solicitou que a autoridade investigadora brasileira seguisse a prática da autoridade estadunidense.

A RZBC alegou ainda que não teria sido disponibilizado detalhamento acerca da base de dados apresentada pela indústria doméstica para fins de apuração do valor normal, o que teria prejudicado o contraditório e a ampla defesa. Solicitou, então, que fosse determinada a publicidade da base de dados apresentada pela empresa colombiana Sucroal, para que as demais partes interessadas tivessem condições de oferecer contraditório.

Ademais, alegou a empresa chinesa que a Sucroal seria a nova denominação da Sucromiles S.A., empresa que pertencia ao grupo Tate & Lyle durante os procedimentos da investigação original e que fora vendida em 2012, e que a própria Tate teria declarado que continuaria a distribuir os produtos da Sucromiles em outros mercados. Requereu, então, que fossem solicitados esclarecimentos à Tate quanto ao relacionamento desta com a Sucroal.

Em 9 de maio de 2017 a indústria doméstica manifestou-se acerca da escolha do terceiro país economia de mercado alegando que a sugestão da Colômbia como terceiro país economia de mercado satisfaria os critérios do Regulamento Brasileiro, além de ter sido considerada apropriada na investigação original.

Segundo a ABIACID, a escolha da Colômbia seria adequada pois: (1) o ACSM é uma **commodity** e não haveria diferença significativa entre os produtos de diferentes origens; (2) a Colômbia seria relevante produtor e exportador do produto, contando com alto volume de exportações para o Brasil e para o mundo; (3) o mercado interno colombiano seria relevante, com vendas na ordem de 3.622.765,58kg em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

P5; e (4) a metodologia adotada pela autoridade investigadora para apuração do valor normal teria colocado em base de igualdade este e o preço de exportação.

A ABIACID alegou ainda que a Tailândia não deveria ser considerada adequada no que tange ao volume de exportação para o Brasil, pois em P5 as importações da Colômbia teriam representado quase o dobro das importações da Tailândia. No mesmo sentido, o fato de a Tailândia ser o segundo maior exportador de ACSM não a tornaria automaticamente país substituto mais adequado que a Colômbia, pois o volume de exportação para os principais mercados consumidores mundiais é apenas um dos critérios citados no art. 15, §1º, inciso I do Regulamento Brasileiro. Ademais, alegou a ABIACID que, em 2003, o governo da Índia teria estabelecido direitos antidumping sobre as importações de ácido cítrico da Tailândia.

Com relação ao suposto vínculo entre a Sucroal e a Tate, a ABIACID alegou que este foi dissolvido em 2012, quando a Tate vendeu sua participação na Sucroal para o Grupo Ardila Lulle.

Por fim, a ABIACID alegou que a realização da verificação **in loco** na produtora colombiana garantiria a veracidade e a confiabilidade dos dados apresentados e que as informações prestadas pela empresa foram juntadas aos autos em suas versões confidencial e restrita, garantindo assim o direito ao contraditório e à ampla defesa por parte da RZBC.

2.5.2 Dos comentários acerca das manifestações

Acerca da sugestão de utilização da Tailândia como terceiro país economia de mercado, destaca-se que a Colômbia atende com elevado grau de adequação aos requisitos elencados no art. 15, § 1º e incisos do Regulamento Brasileiro pois, além de o país ser o terceiro maior exportador de ACSM para o Brasil, tendo em vista o recebimento da resposta ao questionário do produtor colombiano Sucroal, as informações a serem utilizadas para o cálculo do valor normal foram verificadas em sítio e apresentam a disponibilidade e grau de desagregação necessários ao bom andamento investigação.

Cabe relembrar que não se dispõe de informações de vendas específicas para o produto similar no mercado interno da Tailândia ou de exportações daquele mercado para terceiros países. Assim, a utilização de dados de exportação, com base em codificação do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) poderia implicar distorções relevantes no valor normal, quando comparado ao apurado com base nos dados da Sucroal, uma vez que nos mesmos códigos em que se classifica o produto similar também são classificados outros produtos não sujeitos à revisão, como ésteres e outros sais.

A alegação de que as importações Brasileiras de ACSM oriundas da Colômbia apresentariam tendência de redução enquanto as originárias da Tailândia estariam crescendo tampouco justifica a modificação do país substituído, haja vista que, de abril de 2015 a março de 2016, as importações originárias da primeira ainda superaram as da última.

Ademais, a escolha da Tailândia como terceiro país em investigação antidumping conduzida por autoridade investigadora de outro país não vincula a autoridade brasileira, visto que devem ser observadas as características particulares de cada investigação.

Acerca do detalhamento da base de dados apresentada pela indústria doméstica para fins de início da revisão, considera-se prejudicado o argumento, pois a Sucroal apresentou resposta ao questionário do terceiro país, disponibilizando os resumos restritos dos dados, tal como ordenado pelo Regulamento Brasileiro. Os pedidos de confidencialidade da Sucroal foram considerados justificados, ressalvadas as considerações constantes do pedido de informações complementares, não havendo, portanto, prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa. Neste ponto, merece destaque o fato de que diversas informações apresentadas pela própria RZBC, em sua base de dados de exportações para o Brasil, também foram apresentadas de modo confidencial, o que foi aceito, com as ressalvas constantes do pedido de informações complementares.

Com relação ao suposto relacionamento entre Tate e Sucroal, destaca-se que este seria irrelevante para o cálculo do valor normal, pois este foi calculado com base nas vendas da Sucroal no mercado interno, e não em vendas da Sucroal para a Tate. Normalmente, a existência de relacionamento entre partes interessadas estrangeiras ou entre estas e importadores brasileiros é levada em consideração, quando do cálculo da margem de dumping, para fins de utilização da faculdade disposta no Artigo 2.3 do Acordo Antidumping ou, ainda, para apuração do custo de produção, no caso de construção do valor normal. Isso porque transações entre partes relacionadas podem envolver preço diferenciado daquele usualmente praticado sob condições de mercado. No caso sob análise, todavia, o suposto relacionamento entre a Sucroal e a Tate não impactaria no cálculo do valor normal, uma vez que, consoante afirmado, este não envolveu transações entre as duas empresas. Sendo assim, pelas razões expostas, considera-se que são descabidos de fundamento os pedidos apresentados pela RZBC para alterar a escolha do terceiro país economia de mercado.

Com relação às alegações da ABIACID, destaca-se que estas estão em consonância com o posicionamento da autoridade investigadora constante da Circular SECEX nº 33, de 8 de junho de 2017. Ademais, trata-se de questão superada, pois conforme disposto no §4º, art. 15, do Regulamento Brasileiro, a decisão final a respeito do terceiro país economia de mercado consta da determinação preliminar, cuja publicidade foi dada pela Circular SECEX supracitada.

2.5.3 Da decisão final a respeito do terceiro país economia de mercado

Tendo em vista o disposto nos tópicos anteriores, mantém-se a decisão de considerar a Colômbia como o país substituto para determinação do valor normal da China.

2.6 Das verificações in loco

2.6.1 Da indústria doméstica

Fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999 e no art. 37 da Constituição Federal de 1988, e da celeridade processual, constante do inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna, foram realizadas verificações **in loco** dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente ao início da revisão.

Em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, solicitou-se anuência para a realização de verificação **in loco** dos dados apresentados pela Cargill e pela Tate, em Uberlândia - MG e Santa Rosa de Viterbo - SP, respectivamente, no período de 17 a 21 de outubro de 2016.

Após as confirmações de anuência pelas empresas, protocoladas em 21 de setembro de 2016, foram realizadas as verificações **in loco**, no período proposto, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas na petição de revisão de final de período e nas respostas ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos nos roteiros previamente encaminhados às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca dos processos produtivos de ACSM e das estruturas organizacionais das empresas.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, as versões restritas dos relatórios das verificações **in loco** foram juntadas aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidências dos procedimentos de verificação foram recebidos em bases confidenciais.

2.6.2 Dos produtores/exportadores e do terceiro país economia de mercado

Com base no § 1º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, equipe da autoridade investigadora brasileira realizou verificação **in loco** nos produtores/exportadores chineses e do produtor/exportador colombiano, com o objetivo de confirmar e obter melhor detalhamento das informações prestadas pelas empresas no curso da investigação.

A verificação na Sucroal ocorreu no período de 10 a 12 de abril de 2017 em Cali, Colômbia. Por sua vez as verificações nos produtores/exportadores chineses ocorreram no período de 17 a 19 de maio de 2017 na RZBC Juxian e RZBC Imp & Exp e no período de 22 a 24 de maio de 2017 na COFCO Anhui.

Destaque-se que nas empresas chinesas também foram verificados os dados relativos ao compromisso de preços firmado pelas empresas conforme disposto no art. 28 da seção E do termo de compromisso de preços presente no Anexo I da resolução CAMEX nº 52, de 2012.

Menciona-se que, em conformidade com a instrução constante do § 1º do art. 52 do Regulamento Brasileiro, o governo da China foi notificado da realização de verificação **in loco** nos produtores/exportadores chineses.

Foram cumpridos os procedimentos previstos nos roteiros de verificação, encaminhados previamente à produtora colombiana Sucroal e aos produtores/exportadores chineses COFCO Anhui e RZBC Juxian, tendo sido verificados os dados apresentados na resposta ao questionário e em sua informação complementar. Os dados dos produtores/exportadores constantes deste documento levam em consideração os resultados das verificações **in loco**.

As versões restritas dos relatórios de verificações **in loco** constam dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

2.7 Da determinação preliminar

Com base no Parecer DECOM nº 22, de 7 de junho de 2017, nos termos do § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013, por meio da Circular SECEX nº 33, de 8 de junho de 2017, publicada no D.O.U. de 9 de junho de 2017, a SECEX tornou pública a conclusão por uma determinação preliminar positiva de probabilidade de continuação do dumping e de retomada do dano à indústria doméstica dele decorrente, na hipótese de extinção da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 52, de 2012.

2.7.1 Da proposta de compromisso de preços

Em 14 de março de 2017, a RZBC Juxian manifestou interesse na manutenção do Compromisso de Preços vigente e informou que apresentaria proposta de renovação de acordo com o prazo estabelecido no art. 67, § 6º do Regulamento Brasileiro. No mesmo sentido, em 22 de março de 2017, a COFCO Anhui e a COFCO Maanshan solicitaram que o compromisso de preços fosse mantido até o final do processo de revisão e que, caso a autoridade investigadora decidisse pela prorrogação da medida antidumping, que o compromisso fosse renovado.

Em 4 de julho de 2017 foram apresentadas propostas de compromisso de preços em nome do Grupo RZBC e do Grupo COFCO. As propostas seguem a linha do compromisso de preços em vigor, homologado pela resolução CAMEX nº 52, de 2012, e possuem atualizações pontuais que são descritas a seguir.

As principais alterações propostas pela COFCO em relação ao compromisso em vigor foram:

÷ Inserção de cláusula que comanda que para mercadorias cuja data de embarque constante no conhecimento de embarque seja anterior à da publicação do compromisso de preços no D.O.U., seja aplicado o preço do compromisso de preços anteriormente em vigor

÷ Foi calculado um novo preço mínimo para o compromisso da seguinte forma:

7. Para fins de apuração do preço de exportação proposto, a COFCO se baseou na metodologia de cálculo da subcotação, constante do Parecer de Determinação Preliminar da autoridade investigadora. Para tanto, partiu-se do preço médio de exportação de ACSM do Grupo COFCO para o Brasil, apurado na condição FOB, no montante de US$ 1.039,83/t.

8. Em seguida, efetuou-se a conversão do preço de exportação em Dólares Estadunidenses para Reais, utilizando-se a taxa de câmbio média de P5 (R$ 3,59), resultando no montante de R$ 3.732,99/t.

9. Para fins de apuração do preço CIF, somou-se ao preço FOB os valores de frete (R$ 97,62/t) e seguro (R$ 1,31/t), divulgados na tabela de comparação entre o preço provável das exportações de ACSM para o Brasil (a partir das exportações da China para o Taipé Chinês) e o produto similar nacional, perfazendo um valor CIF de R$ 3.831,92/t.

10. Em seguida, para fins de apurar o preço CIF internalizado, foram somados a este preço os valores referentes ao Imposto de Importação, AFRMM, às despesas de internação (2,8%4), conforme valores constantes da mesma tabela de comparação, alcançando o valor de R$ 4.423,45/t.

11. Prosseguindo-se com os cálculos, apurou-se a diferença entre o preço de venda da indústria doméstica em P5, de R$ 4.690,74/t, e o preço CIF internalizado no mercado brasileiro, perfazendo o valor de R$ 267,29. Este montante foi somado ao preço CIF em reais, resultando no montante de R$ 4.099,21/t.

12. Finalmente, o valor acima foi convertido de Reais para Dólares Estadunidenses utilizando-se a taxa de câmbio média de P5 (R$ 3,59), resultando no montante de US$ 1.141,84/t.

13. Portanto, o preço de exportação CIF em porto brasileiro não será inferior a US$ 1.141,84 (mil cento e quarenta e um dólares e oitenta e quatro centavos) por tonelada.

÷ Modificação no mecanismo de atualização de preços de forma que o novo preço fosse aplicado apenas às mercadorias embarcadas 30 dias após a publicação da Circular que atualiza o preço.

÷ Atualização no mecanismo de monitoramento: o relatório de acompanhamento semestral seria apresentado em até 40 dias do final de cada período de monitoramento (1º de janeiro a 30 de julho e 1º de julho a 31 de dezembro) e o relatório seria protocolado via SDD.

÷ O Grupo COFCO se comprometeria a não conceder descontos, abatimentos ou quaisquer outros benefícios a seus clientes, diretamente ou indiretamente ligados à venda do ACSM, que implique em preço em inferior ao acordado. Da mesma forma, estaria vedado o pagamento de comissões que impliquem em preço inferior ao acordado.

Por sua vez, as principais alterações propostas pela RZBC em relação ao compromisso em vigor foram:

÷ Inserção de cláusula que comanda que para mercadorias cuja data de embarque constante no conhecimento de embarque seja anterior à da publicação do compromisso de preços no D.O.U., seja aplicado o preço do compromisso de preços anteriormente em vigor

÷ Foi calculado novo preço mínimo para o compromisso da seguinte forma:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO PREÇO MÍNIMO DE EXPORTAÇÃO	
Preço FOB (US$/t)	*985,07*
Taxa de câmbio média de P5	*3,59*
Preço FOB (R$/t)	*3.536,40*
Frete China - Brasil (R$/t)	*97,62*
Seguro China - Brasil (R$/t)	*1,31*
Preço CIF (R$/t)	*3.635,33*
Imposto de Importação (R$/t)	*436,24*
AFRMM (R$/t)	*24,41*
Despesas de Internação	*101,79*
CIF Internado (R$/t)	*4.197,77*
Preço da Indústria Doméstica (R$/t)	*4.690,74*
Subcotação (R$/t)	*492,97*
Preço Mínimo de Exportação CIF (R$/t)	*4.128,31*
Preço Mínimo de Exportação CIF (US$/t)	*1.149,95*

÷ Modificação no mecanismo de atualização de preços de forma que o novo preço fosse aplicado apenas às mercadorias embarcadas 10 dias após a publicação da Circular que atualiza o preço.

÷ Atualização no mecanismo de monitoramento: o relatório de acompanhamento semestral seria apresentado em até 30 dias do final de cada período de monitoramento (1º de janeiro a 30 de julho e 1º de julho a 31 de dezembro).

÷ O Grupo RZBC se comprometeria a não conceder descontos, abatimentos ou quaisquer outros benefícios a seus clientes, diretamente ou indiretamente ligados à venda do ACSM, que implique em preço inferior ao acordado. Da mesma forma, estaria vedado o pagamento de comissões que impliquem em preço inferior ao acordado.

As empresas chinesas foram notificadas da recusa à proposta de compromisso de preço em razão das deficiências apontadas nas propostas apresentadas, conforme prevê a Portaria SECEX nº 36, de 2013. Foi concedido prazo até 11 de agosto para que fosse apresentada manifestação acerca da recusa à proposta protocolada.

As propostas de compromisso de preços não foram aceitas, principalmente, pelos seguintes motivos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

÷ As medidas antidumping impostas foram suficientes para neutralizar o dano à indústria doméstica, o compromisso de preços está sendo eficaz e não haveria motivos para calcular um novo preço mínimo;

÷ Não foi considerado apropriado o pedido de suspensão da revisão solicitado pelas empresas chinesas;

÷ Os compromissos não continham cláusula proibindo as empresas de se envolver em prática que se caracterizasse em repasse financeiro direto ou indireto ao importador;

÷ Os compromissos não continham cláusula vetando a exportação do produto objeto do compromisso por meio de países intermediários;

÷ A proposta da COFCO não listava individualmente as empresas signatárias do compromisso, incluía prazo demasiadamente longo para a aplicação dos reajustes do compromisso e para a entrega do relatório de acompanhamento semestral;

÷ A proposta da RZBC não continha cláusula obrigando a empresa a protocolar os relatórios de acompanhamento semestral no Sistema Decom Digital no formato de planilha eletrônica.

Caso o compromisso de preços venha a ser violado pelas empresas, serão aplicados direitos antidumping definitivos calculados com base nos dados da investigação original, após verificações **in loco**, conforme tabelas a seguir:

RZBC (Juxian)

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.713,53	772,84	940,70	121,7

COFCO Anhui

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.692,03	843,02	849,01	100,7

COFCO Manshann

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.692,03	843,02	849,01	100,7

Em 11 de agosto de 2017 as duas produtoras/exportadoras chinesas protocolaram novas propostas de compromisso de preços que continham alterações que solucionaram as deficiências apontadas pela autoridade investigadora indicadas anteriormente.

Em 18 de setembro de 2017 a RZBC protocolou nova proposta de compromisso de preços com o mesmo conteúdo da proposta protocolada em 11 de agosto de 2017, porém com alterações pontuais no sentido de harmonizar sua proposta com aquela protocolada pela COFCO.

2.7.2 Das manifestações acerca da proposta de compromisso de preços

Em manifestação protocolada em 20 de julho de 2017, a ABIACID manifestou-se contra a aceitação das propostas de compromisso de preços solicitadas pelos produtores/exportadores chineses. Em breve resumo da conduta dos produtores/exportadores chineses, a associação ponderou que (1) a margem de dumping apurada para fins de determinação preliminar mostraria que os exportadores chineses continuaram a praticar dumping mesmo durante a vigência do direito; (2) com exceção de RZBC e COFCO, os demais produtores/exportadores descumpriram compromisso de preços firmado com a autoridade investigadora; (3) investigação conduzida pelo Departamento de Negociações Internacionais concluiu que foram realizadas importações de ACSM sob falsa indicação de que a origem seria indiana; (4) em maio de 2016 a União Europeia revogou compromisso de preços firmado com as empresas chinesas Weifang e TTCA pois tais empresas estariam envolvidas em ações de circunvenção. Dessa forma, alegou a ABIACID, que os descumprimentos dos exportadores chineses seriam uma conduta habitual.

Acerca dos motivos pelos quais a autoridade investigadora não deveria aceitar o compromisso de preços, a associação argumentou que os cinco anos de aplicação da medida contra exportações de ACSM teriam sido marcados por tentativas de se esquivar dos direitos impostos ou das obrigações acordadas. Estaria clara a má fé dos exportadores chineses e restaria evidente que não haveria a segurança necessária de que não seriam cometidas novas violações em caso de renovação do compromisso de preços. Dessa forma, a falta de confiabilidade levaria à ineficácia de qualquer compromisso firmado e que este risco não estaria presente na aplicação de direitos antidumping.

A ABIACID afirmou que o compromisso seria impraticável tendo em vista o grande número de exportadores investigados e citou o parágrafo 11 do art. 67 do Regulamento Brasileiro que dispõe que, na avaliação de homologação ou recusa de oferta de compromisso de preços, a autoridade investigadora deve levar em consideração o número de ofertas de compromissos de preços. Assim, a aceitação de duas propostas de compromissos seria temerária e implicaria em elevados custos de monitoramento.

Com relação aos preços propostos pelos produtores/exportadores chineses, a ABIACID manifestou discordância quanto aos preços mínimos propostos pela COFCO e pela RZBC, que alcançaram os montantes de US$ 1.141,84/t (mil, cento e quarenta e um dólares estadunidenses e oitenta e quatro centavos por tonelada) e de US$ 1.149,95/t (mil, cento e quarenta e nove dólares estadunidenses e noventa e cinco centavos por tonelada), respectivamente. Argumentou a associação que os preços propostos são inferiores ao preço do compromisso atualmente em vigor, o que se resulta em uma diferença de US$ 223,69/t (duzentos e vinte e três dólares estadunidenses e sessenta e nove centavos por tonelada) em relação ao preço proposto pela COFCO e de US$ 215,58 (duzentos e quinze dólares estadunidenses e cinquenta e oito centavos) em relação ao preço proposto pela RZBC.

Para a ABIACID a redução não poderia ser aceita, pois devido à fórmula de ajuste empregada, os preços do compromisso já teriam sido reduzidos desde sua assinatura. Ademais, os preços propostos seriam inferiores ao valor normal calculado para fins de determinação preliminar, o que teria como resultado a continuação na prática de dumping. Por fim, alegou ainda que os preços propostos pelas exportadoras estão subcotados em relação ao preço praticado pela indústria doméstica na venda do produto similar, pois o preço médio de P5 convertido para dólares estadunidenses com a utilização da taxa de câmbio média do período atingiu o valor de US$ 1.306,61/t (mil, trezentos e seis dólares estadunidenses e sessenta e um centavos por tonelada).

Em 24 de julho de 2017 a COFCO Anhui protocolou manifestação reforçando o pedido de aceitação do compromisso de preços. A produtora/exportadora argumentou que tem cumprido integralmente o compromisso em vigor, que está colaborando desde o início da revisão, prestando todas as informações solicitadas.

A produtora/exportadora rebateu as alegações da ABIACID acerca da continuação do dumping alegando que não haveria premissa na legislação antidumping de que a aceitação de um compromisso estaria condicionada à não apuração de dumping. Com relação à violação do compromisso de preços argumentou que as duas empresas, COFCO e RZBC, nada teriam a ver nem com o descumprimento do compromisso nem com as práticas de circunvenção por parte das outras empresas chinesas. Ademais, em relação ao histórico de descumprimentos no exterior, não haveria menção ao nome da COFCO.

Com relação à aceitação de duas propostas de compromissos, a COFCO alegou que o compromisso de preços em vigor é um só para todas as empresas, fato que já visaria reduzir os custos e permitiria praticidade no monitoramento realizado pela autoridade investigadora.

Por fim, argumentou também que a ideia de eficácia de que trata o artigo 8.3 Acordo Antidumping se referiria à hipótese de que as exportações do produto investigado não deveriam causar dano à indústria doméstica afetada. A base do preço, portanto, não teria origem no dumping calculado, mas nos valores que permitiriam que os concorrentes pudessem operar no país sem serem afetados negativamente pelos preços dos produtos investigados. Assim, nesse sentido, o valor relevante seria a subcotação e não o valor normal construído.

Em 1º de setembro de 2017, a RZBC Juxian e a RZBC Imp. & Exp. protocolaram manifestação conjunta na qual reiteraram a solicitação de que a proposta de compromisso de preços fosse aceita e discordaram da utilização dos dados da investigação original para o cálculo do direito definitivo no caso de descumprimento do compromisso de preços. Segundo as empresas, os dados da investigação original estariam desatualizados, pois refletiriam transações realizadas há mais de cinco anos. Solicitaram então que, para o cenário de não renovação e de violação do compromisso, que fossem utilizados os dados apurados na revisão de final de período. Ademais, pleitearam a aplicação do **lesser duty**, suficiente para impedir a retomada do dano.

Em 1º de setembro de 2017, a ABIACID protocolou suas alegações finais acerca das propostas de compromisso de preços e reiterou sua solicitação de que estas fossem recusadas. Após breve resumo do histórico do compromisso de preços em vigor, reiterou seus argumentos de que a conduta e o histórico dos exportadores chineses resultariam em falta de confiabilidade e segurança quanto ao cumprimento dos termos porventura acordados, o que comprometeria a eficácia dos compromissos. Citou ainda o art 3º da Portaria SECEX nº 36, de 2013, que determina que ofertas de compromissos de preços consideradas ineficazes ou impraticáveis poderão ser recusadas. Alegou também que o risco de perda de eficácia não estaria presente na aplicação de direitos antidumping, que dispensariam a necessidade de se instituir medidas de controle e monitoramento dos exportadores.

Segundo a ABIACID, em P3 e em P4 a eficácia do compromisso foi temporariamente reduzida em função do descumprimento deste por parte de alguns produtores/exportadores chineses. A oscilação das importações não teria decorrido do preço praticado, mas da decisão de revogação do compromisso para quatro dos seis comitentes. O arrefecimento das importações, portanto, teria ligação com o monitoramento realizado e guardaria forte ligação com a revogação do compromisso e com o fechamento das oportunidades de circunvenção.

A associação alegou também que as propostas não deveriam ser aceitas pois replicariam o preço compromissado atualmente vigente. Observou que os preços do compromisso teriam sido reduzidos de US$ 1.600,00/t (mil e seiscentos dólares estadunidenses por tonelada) para US$ 1.257,32/t (mil duzentos e cinquenta e sete dólares estadunidenses e trinta e dois centavos por tonelada) e solicitou então que, caso o compromisso fosse renovado, que fosse aplicado o preço original e que fosse revisada a fórmula de ajuste.

Com relação aos preços vigentes no âmbito do compromisso, ainda alegou que a variação deste dar-se-ia exclusivamente em função do preço do açúcar no mercado internacional e que a queda no preço do açúcar teria resultado em redução do preço compromissado.

2.7.3 Dos comentários acerca das manifestações

Acerca dos argumentos da ABIACID, apesar de alguns produtores/exportadores chineses terem violado o compromisso e também se envolvido em práticas de circunvenção em outros mercados, não há elementos de prova suficientes para considerar que COFCO e RZBC tenham se envolvido em tais práticas ou que suas ações estariam imbuídas de má-fé. Foram realizadas duas verificações **in loco** nessas empresas com o objetivo de verificar o cumprimento do compromisso de preços e não foram encontrados indícios de irregularidades. Com relação ao número de ofertas de compromissos, no caso em concreto, é possível considerar que firmar compromisso de preços com apenas duas empresas mostra-se muito menos oneroso do que o compromisso original, que abrangia cinco produtoras e três **trading companies**.

No que se refere às demais considerações da ABIACID acerca dos preços contidos nas propostas, considerou-se o argumento prejudicado tendo em vista a recusa das propostas de compromisso de preços comunicada às empresas chinesas.

Com relação às alegações da COFCO pela aceitação do compromisso de preços, faz-se referência às deficiências apontadas no item 2.8 deste documento que motivaram a recusa das propostas apresentadas.

Com relação ao pedido da RZBC para que o direito antidumping a ser aplicado em caso de violação do compromisso fosse apurado com base na margem de dumping apurada na revisão e, ainda, que fosse aplicado o **lesser duty**, esclarece-se que não é viável que a apuração do direito seja realizada com base na margem de dumping apurada para fins de revisão, pois o preço de exportação não reflete adequadamente o comportamento do exportador, visto que os preços foram fortemente influenciados pelo compromisso de preços em vigor.

Acerca das alegações finais da ABIACID, não é possível considerar o compromisso de preços em vigor ineficaz ou impraticável pois, conforme será tratado posteriormente, este atingiu o objetivo de neutralizar o dano sofrido pela indústria doméstica em decorrência das importações objeto de dumping. Com relação à falta de confiabilidade dos produtores/exportadores que solicitaram a prorrogação do compromisso, destaque-se que foram efetuadas duas verificações **in loco** na COFCO Anhui e na RZBC e que em nenhuma das duas foram encontradas irregularidades que resultassem em encerramento do compromisso para essas empresas.

Com relação à flutuação das importações, não é possível estabelecer uma correlação inequívoca entre os volumes importados entre P3 e P5 e os eventos ocorridos no âmbito do compromisso de preços, descritos no item 1.2 deste documento, visto que há outros fatores capazes de ter influenciado o volume de importações que não foram levados em conta na análise. Dessa forma, não é possível atribuir o comportamento das importações apenas à revogação do compromisso de preços para quatro empresas chinesas.

Com relação à solicitação de restabelecimento do preço original do compromisso e de alteração na fórmula de ajuste, reitera-se que mesmo com a queda nos preços do compromisso, este ainda foi suficiente para neutralizar o dano sofrido pela indústria doméstica, de modo que a medida está sendo eficaz e razão pela qual não há motivos para que seja calculado novo preço mínimo a ser cumprido.

2.7.4 Da conclusão sobre os compromissos de preços

Com base nas propostas trazidas e considerando a melhora nos indicadores apresentados pela indústria doméstica ao longo do período de revisão, conforme item 7.12 deste documento, considerou-se que as propostas submetidas atenderam ao disposto no art. 67 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, bem como à Portaria SECEX nº 36, de 2013.

2.8 Do encerramento da fase de instrução

De acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 62 do Decreto nº 8.058, de 2013, no dia 21 de agosto de 2017 teria se encerrado o prazo de instrução da revisão em epígrafe. Nesta data completaram-se os 20 dias após a divulgação dos fatos essenciais para que as partes interessadas apresentassem suas manifestações finais por escrito. Porém, devido a instabilidades ocorridas no SDD, nos termos do art. 8º, parágrafo único da Portaria Secex nº 8 de 29 de julho de 2015, o prazo para as manifestações finais foi automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à normalização do sistema, o que ocorreu somente no dia 1º de setembro de 2017. ABIACID, RZBC Juxian e RZBC Imp. & Exp. apresentaram manifestações acerca de compromisso de preço e indicadores de dano.

Cabe registrar que, atendidas as condições estabelecidas na Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, por meio do SDD, as partes interessadas tiveram acesso no decorrer da revisão a todas as informações não confidenciais constantes do processo, tendo sido dada oportunidade para que defendessem amplamente seus interesses.

2.9 Da prorrogação da revisão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Com base na previsão constante do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, no dia 8 de setembro de 2017, foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 47, de 6 de setembro de 2017, que prorrogou por até dois meses, a partir de 28 de setembro de 2017, o prazo para conclusão da revisão sob comento.

3 DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1 Do produto objeto da revisão

O produto objeto da revisão (sujeito ao compromisso de preços firmado e ao direito antidumping aplicado) é o ácido cítrico, o citrato de sódio, o citrato de potássio, o citrato de cálcio e suas misturas, exportados da China para o Brasil.

O ACSM é normalmente comercializado nas seguintes formas:

a) ácido cítrico: ácido cítrico anidro ($C_6H_8O_7$) e mono-hidrato de ácido cítrico ($C_6H_8O_7$ H_2O);

b) citrato de sódio: citrato de sódio anidro ou citrato trissódico anidro ($Na_3C_6H_5O_7$), de-hidrato de citrato de sódio ou de-hidrato de citrato trissódico ($Na_3C_6H_5O_72H_2O$) e citrato monossódico ($NaH_2C_6H_5O_7$);

c) citrato de potássio: mono-hidrato de citrato de potássio ou mono-hidrato de citrato tripotássico ($K_3C_6H_5O_7$ H2O) e citrato de monopotássio ($KH_2C_6H_5O_7$); e

d) citrato de cálcio: o citrato tricálcico ($Ca_3(C_6H_5O_7)_2$), citrato dicálcico mono-hidratado ($Ca_2H_2(C_3H_5O_7)2H_2O$) e tetra-hidrato de citrato tricálcico ($Ca_3(C_6H_5O_7)_2$ $4H_2O$).

O ácido cítrico, o citrato de sódio e o citrato de potássio apresentam-se na forma de cristais inodoros, translúcidos. Estes cristais são normalmente comercializados em três formas de apresentação, a saber: em grânulos, grânulos finos e pó. O ácido cítrico também se apresenta na forma de solução. Os próprios consumidores de ácido cítrico podem adquirir o produto seco e transformá-lo em solução ou contratar um conversor independente para fazê-lo. Tais produtos têm apenas pequenas diferenças moleculares, que não alteram significativamente seu uso ou características essenciais.

O ácido cítrico é produzido pela fermentação de glicose, a partir de um substrato, tal como açúcar, milho, melaço, batata doce, mandioca ou trigo. Ele pode ser produzido tanto na forma de mono-hidrato como na forma de anidro. Ambas as formas são isoladas e purificadas por meio de recristalizações sucessivas.

O citrato de sódio é um pó branco granular cristalino com um agradável sabor ácido, sendo vendido apenas em sua forma seca. O citrato de sódio é produzido pela mistura de borra de ácido cítrico com hidróxido de sódio (ou carbonato de sódio) e, em seguida, cristalizando-se o citrato de sódio resultante.

O citrato de potássio é produzido pela reação de borra de ácido cítrico com hidróxido de potássio (ou carbonato de potássio), sendo vendido somente em sua forma seca.

O citrato de cálcio bruto é um produto intermediário produzido no estágio de recuperação e refino (segundo estágio) da produção de ácido cítrico, quando é utilizado o método de cal/ácido sulfúrico, empregado pela maioria dos produtores chineses. Sua única função é ser convertido em ácido cítrico. O citrato de cálcio bruto pode ser transferido para outra instalação, para transformação posterior em ácido cítrico refinado.

As misturas de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio e citrato de cálcio incluem as misturas dos produtos entre si, bem como com outros ingredientes, tais como açúcar, em que sua(s) forma(s) em estado puro constitui(em) 40% (quarenta por cento) ou mais, em peso, da mistura.

O ácido cítrico é produzido em um processo de dois estágios. No primeiro estágio, os açúcares são fermentados por meio do emprego de organismos de fermentação, como fungos ou leveduras. No segundo estágio, o ácido cítrico bruto é recuperado e refinado.

O citrato de sódio e o citrato de potássio, por sua vez, são produzidos por reação de borra de ácido cítrico com uma solução contendo determinados compostos de sódio ou de potássio (por exemplo, hidróxido de sódio ou hidróxido de potássio). A produção de citrato de sódio e citrato de potássio é realizada por meio de alguns dos mesmos fatores de produção (equipamentos e mão-de-obra) utilizados na fabricação do ácido cítrico.

Especificamente no que tange ao processo produtivo empregado pelos produtores chineses que participaram da investigação original, a qual deu origem às medidas antidumping aplicadas, para a produção de ácido cítrico, primeiramente, o milho deve ser considerado como ingrediente principal a ser moído em pequenos grãos pelo moinho. Em seguida, os grãos devem ser liquidificados com amilase no liquidificador e esperar a dextrose nos ingredientes para serem fermentados em ácido cítrico em frascos de fermentação com a enzima diastase. Na etapa seguinte, os ingredientes líquidos devem ser pressionados a fim de se separarem em ácido cítrico e subprodutos, como hifas e dextrose, com ajuda de perlita no filtro da máquina.

Encerrada tal etapa, o ácido cítrico líquido separado deve ser neutralizado com carbonato de cálcio e acidose com ácido sulfúrico para reduzir a impureza. Em sequência, o ácido cítrico líquido deve ser finamente deduzido do pigmento, colóides, íons metálicos e ácido sulfúrico, sob a ajuda de perlita, carbonato e soda. Por fim, o ácido cítrico líquido deve ser cristalizado em sólido. Se a temperatura estiver acima de 36,6 ºC, o resultado será o ácido cítrico anidro, caso contrário, será o ácido cítrico monohidratado.

Para a produção de citrato de sódio, o ácido cítrico deve ser neutralizado com um líquido refrigerante e ser filtrado com diatomita.

De acordo com informações fornecidas pela ABIACID, o ácido cítrico, o citrato de sódio e o citrato de potássio são produtos químicos utilizados na produção e formulação de uma grande variedade de produtos. O maior segmento de utilização final do mercado brasileiro é o de alimentos e bebidas (em especial, refrigerantes), seguido pelo segmento de aplicações industriais (particularmente, detergentes e produtos de limpeza domésticos) e aplicações farmacêuticas (incluindo produtos de beleza e para higiene bucal/cosméticos).

O ácido cítrico é utilizado na indústria alimentícia e de bebidas como um acidulante, conservante e intensificador de sabor, por causa de seu sabor ácido, alta solubilidade, acidez e capacidade de tamponamento. É comumente utilizado em bebidas gaseificadas e não gaseificadas, bebidas na forma de pó seco, vinhos e **coolers**, refrigerantes à base de vinho, compotas, geleias, conservas, gelatinas, doces, alimentos congelados e conservas de frutas e legumes. O ácido cítrico é usado também em produtos farmacêuticos e cosméticos, bem como em detergentes domésticos para lavar roupa, produtos para dar acabamento em metais, limpadores, produtos para tratamentos têxteis, entre outras aplicações industriais.

O citrato de sódio, além de ter aplicações semelhantes às do ácido cítrico, é usado em queijos e produtos lácteos para melhorar as propriedades emulsificantes, a textura e as propriedades de fusão, agindo como um conservante e um agente de envelhecimento. Tal produto também tem aplicações farmacêuticas, como diurético e expectorante em xaropes para tosse. Em produtos de limpeza para uso doméstico, atua como um agente tamponante e sequestrador de íons de metal.

O citrato de potássio é usado como antiácido, diurético, expectorante e como alcalinizante sistêmico e urinário. Em aplicações industriais, o citrato de potássio pode ser usado em eletro-polimento e como um agente tamponante. Em alimentos e bebidas, o citrato de potássio tem substituído o citrato de sódio como um meio para reduzir o teor de sódio em produtos sem sal ou com baixo teor de sal.

Embora existam algumas aplicações ou usos finais em que o citrato de sódio ou o citrato de potássio sejam preferidos, há uma série de aplicações e usos finais em que o ácido cítrico pode ser usado em vez do citrato de sódio ou do citrato de potássio. Há relativamente poucos substitutos para o ácido cítrico e determinados sais de ácido cítrico.

3.1.1 Do produto fabricado pela COFCO Anhui e pela COFCO Maanshan

De acordo com informações fornecidas no questionário do produtor/exportador, bem como na resposta ao pedido de informações complementares, o processo produtivo do ACSM não varia de acordo com o mercado de destino da COFCO Anhui e da COFCO Maanshan.

Há, basicamente, três tipos de ACSM fabricados pelas empresas e vendidos no mercado interno chinês e exportado para o Brasil ou para terceiros países, conforme tabela a seguir.

[CONFIDENCIAL]

Com relação ao processo produtivo, este começa com [CONFIDENCIAL].

3.1.2 Do produto fabricado pela RZBC JUXIAN

De acordo com informações fornecidas no questionário do produtor/exportador, a RZBC JUXIAN pode produzir monóxido de ácido cítrico, ácido cítrico anidro, tripotássio citrato, citrato trisódico e citrato tricálcico.

Não há diferenciação do processo produtivo de acordo com o mercado de destino.

A fabricação do ácido cítrico envolve duas etapas principais, a saber: [CONFIDENCIAL].

3.2 Do produto fabricado no Brasil

O produto similar doméstico é definido como o ácido cítrico, o citrato de sódio, e o citrato de potássio.

A partir de informações prestadas pela indústria doméstica na petição inicial e nas informações complementares e verificado durante o procedimento em sítio, observou-se que não houve, de P1 a P5, produção nem venda de misturas de ácido cítrico, citrato de sódio e citrato de potássio, entre si ou com outros produtos.

Ainda, conforme será detalhado adiante, o método utilizado pela indústria doméstica na fase de recuperação e refino é o de extração por solvente, que não resulta na produção de citrato de cálcio.

O produto similar doméstico apresenta-se nas mesmas formas e possui os mesmos usos e aplicações daqueles descritos no tópico 3.1.

Da mesma forma que o produto objeto da revisão, a fabricação de ácido cítrico pela indústria doméstica passa por um processo de dois estágios. No primeiro estágio, os açúcares são fermentados por meio do emprego de organismos de fermentação. No segundo estágio, o ácido cítrico bruto é recuperado e refinado.

O processo de fermentação envolve a ação de cepas específicas de organismos tais como o fungo **Aspergillus niger** ou a levedura **Candida lipolytica** ou **Candida guilliermondii** em um substrato. Uma vez que o substrato é transformado em glicose, ele é fermentado em ácido cítrico bruto pelo organismo. A produção de ácido cítrico pode ser otimizada por meio do controle cuidadoso das condições de fermentação, tais como temperatura, acidez ou alcalinidade, ar ou oxigênio dissolvido, e taxa de agitação da mistura. Cada reação de fermentação é feita em lotes, em grandes tanques, podendo levar 120 (cento e vinte) horas para alcançar um rendimento aproximado de ácido cítrico de 83% (oitenta e três por cento), com base no peso do açúcar.

Os produtores podem fermentar o substrato por um dentre três métodos diferentes: método de "panela rasa", método de "tanque profundo" ou por meio de método de estado sólido. O ácido cítrico foi originalmente produzido usando uma panela rasa ou uma tecnologia de cultura em superfície líquida, com a fermentação microbiana ocorrendo na superfície do líquido. A produção mais moderna de ácido cítrico utiliza um tanque profundo ou um processo de cultura submersa, em que a reação é constantemente agitada ou mexida com ar, a fim de permitir que o organismo cresça em toda a mistura. A indústria doméstica somente utiliza o método de tanque profundo. O processo de cultura submersa é favorecido devido à economia dos rendimentos mais elevados, embora as condições de reação tenham que ser mais rigidamente controladas. Já a fermentação em estado sólido, segundo a indústria doméstica, é usada somente no Japão.

No Brasil, os principais substratos utilizados na fermentação são o açúcar e a dextrose.

O segundo estágio da produção, recuperação e refino é normalmente realizado por um dentre três processos comuns: o método de cal/ácido sulfúrico, o método de extração com solvente ou o método de troca iônica. Todos esses três processos são compatíveis tanto com o processo de "panela rasa", quanto com o processo de fermentação em tanque profundo.

No processo de refino de cal/ácido sulfúrico, adiciona-se hidróxido de cálcio (cal) ao caldo de fermentação para precipitar borra de citrato de cálcio, formando o citrato de cálcio bruto. Após ser separado por filtração, o citrato de cálcio é lavado para remoção de impurezas solúveis. O citrato é então misturado com ácido sulfúrico para produção de ácido cítrico/borra de carvão e gesso (sulfato de cálcio). Em seguida, o ácido cítrico é purificado por evaporação, cristalização, centrifugação e secagem.

O segundo método de refinação comumente utilizado é o processo de extração com solvente. Esse processo não envolve a produção de citrato de cálcio ou gesso. Em vez disso, os solventes separam a borra de ácido cítrico a partir da biomassa gasta. Os processos posteriores de evaporação, cristalização, centrifugação e secagem assemelham-se aos utilizados no processo de cal/ácido sulfúrico. Cumpre esclarecer que esse é o método adotado pelas empresas que compõem a indústria doméstica no Brasil (Tate e Cargill).

O terceiro método de refino, de troca iônica, é um desenvolvimento recente. Nesse método, a borra é passada através de uma camada de resina baseada em polímero. Os elementos minerais iônicos, tais como o cálcio e magnésio, aderem à resina, removendo-os assim da borra de ácido cítrico. As etapas seguintes são semelhantes às dos outros dois processos. Este processo não é utilizado no Brasil.

Todos os três métodos de refino produzem ácido cítrico. A temperatura utilizada para o processo de cristalização determina se a forma hídrica ou de anidro será produzida. Os produtores podem vender o ácido cítrico ou convertê-lo em sais.

O citrato de sódio e o citrato de potássio, por sua vez, são produzidos por reação de borra de ácido cítrico com uma solução contendo determinados compostos de sódio ou de potássio (por exemplo, hidróxido de sódio ou hidróxido de potássio).

O ácido cítrico, o citrato de sódio e o citrato de potássio podem ser produzidos em instalações de fabricação sobrepostas, pelos mesmos empregados, no mínimo no que tange aos estágios iniciais de produção. O mesmo equipamento pode eventualmente ser utilizado para produzir tanto o citrato de sódio como o citrato de potássio, sendo que apenas custos mínimos e algumas horas seriam necessárias para trocar o equipamento de produção de citrato de sódio para citrato de potássio, ou vice-versa. O capital do equipamento usado para converter ácido cítrico em citrato de sódio ou de potássio é relativamente baixo. Conversores independentes podem produzir citratos, usando o ácido cítrico acabado como entrada.

3.3 Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da revisão é usualmente classificado nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), cujas descrições são apresentadas na tabela a seguir:

Classificação e Descrição do ACSM

NCM	Descrição
2918	Ácidos carboxílicos que contenham funções oxigenadas suplementares e seus anidridos, halogenetos, peróxidos e perácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados.
2918.14.00	Ácido cítrico
2918.15.00	Sais e ésteres do ácido cítrico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Registre-se que, embora o subitem 2918.14.00 englobe somente o produto objeto da revisão, o subitem 2918.15.00 compreende, além do ACSM, outros sais e ésteres do ácido cítrico, como citrato de amônio e de magnésio, dentre outros.

A alíquota do Imposto de Importação (II) para os mencionados subitens permaneceu em 12% durante todo o período de análise de continuação/retomada do dano (abril de 2011 a março de 2016).

Cabe destacar que os referidos subitens são objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do II incidente sobre o produto objeto da revisão:

Subitem: 2918.14.00

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária (%)
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100,0
Bolívia	ACE 36 - Mercosul-Bolívia	100,0
Chile	ACE 35 - Mercosul-Chile	100,0
Colômbia	ACE 59 - Mercosul - Colômbia	100,0
Cuba	APTR 04 - Cuba - Brasil	28,0
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	100,0
Israel	ALC - Mercosul-Israel	100,0
México	APTR04 - México - Brasil	20,0
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100,0
Peru	ACE 58 - Mercosul-Peru	100,0
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100,0
Venezuela	APTR 04 - Venezuela - Brasil	28,0

Subitem 2918.15.00

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária (%)
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100,0
Israel	ALC - Mercosul-Israel	87,5
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100,0
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100,0

3.4 Da similaridade

O § 1ª do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2ª do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da medida antidumping e o produto similar produzido pela indústria doméstica possuem características semelhantes (composição química e características físicas), são destinados aos mesmos usos e aplicações (principalmente indústria alimentícia e segmentos de aplicações industriais e farmacêuticas) e concorrem no mesmo mercado, apresentando alto grau de substitutibilidade, sendo o preço o fator primordial de concorrência. Apesar de as rotas produtivas do produto objeto da medida antidumping e do produto similar apresentarem diferenças, não há prejuízo quanto à similaridade.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise precedente, ratifica-se a conclusão alcançada na investigação original de que o ACSM produzido pela indústria doméstica é similar ao produto objeto da medida antidumping.

4 DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo indústria doméstica deverá ser interpretado como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico ou, quando não for possível reuni-los em sua plenitude, como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Segundo a ABIACID, as empresas Cargill e Tate constituem-se como os únicos produtores domésticos de ACSM.

Desse modo, para fins de análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de ACSM da Cargill e da Tate, as quais responderam por 100% da produção de ACSM no país em P5, conforme informação da ABIACID.

5 DA CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção da medida levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1 Da continuação do dumping para efeito do início da revisão

Para fins do início desta revisão, a avaliação de existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de abril de 2015 a março de 2016.

De acordo com os dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, assim como a depuração realizada quando do início da revisão, as importações brasileiras de ACSM originárias da China, nesse período, somaram [CONFIDENCIAL] toneladas.

5.1.1 Do valor normal

O art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, prevê, no caso de país que não seja considerado economia de mercado, que o valor normal será determinado com base:

(i) no preço de venda do produto similar em um país substituto;

(ii) no valor construído do produto similar em um país substituto;

(iii) no preço de exportação de produto similar de um país substituto para outros países, exceto o Brasil; ou

(iv) em qualquer outro preço razoável, inclusive o preço pago ou a pagar pelo produto similar no mercado interno brasileiro, devidamente ajustado, se necessário, para incluir margem de lucro razoável, sempre que nenhuma das hipóteses anteriores seja viável e desde que devidamente justificado.

Uma vez que a China, para fins da revisão em epígrafe, não foi considerada um país de economia de mercado, adotou-se, como país substituto, para fins de apuração do valor normal, a Colômbia, conforme decisão constante do item 2.5.

Assim, para fins de início da revisão, o valor normal da China foi calculado a partir do preço de venda do produto similar na Colômbia, obtido por meio da base de dados fornecida pela empresa Sucroal.

A Sucroal, segundo os dados fornecidos pela ABIACID, praticou, durante o período de análise de continuação/retomada do dumping, vendas no mercado interno colombiano em três condições de venda, a saber: EXW (**ex works**), CPT (**carriage paid to**) e CIP (**carriage and insurance paid to**).

Dada a condição de economia não de mercado da China efetuou-se a comparação do valor normal na condição CPT com o preço de exportação na condição FOB, tendo sido essas condições consideradas equivalentes para fins de início da revisão.

Os valores em CPT foram convertidos de pesos colombianos (COP) para dólares estadunidenses (US$) por meio da taxa de câmbio oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data de cada venda, respeitadas as condições estabelecidas pelo art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

A fim de converter os preços das operações realizadas na condição EXW da Sucroal para a condição CPT, acresceu-se valor a título de frete, obtido a partir do montante médio pago, por tonelada, nas vendas efetuadas na condição CPT. Esse frete correspondeu a COP [CONFIDENCIAL]/t.

Já para converter as vendas na condição CIP para CPT, deduziu-se percentual a título de seguro interno. Esse percentual ([CONFIDENCIAL]%) foi obtido a partir dos dados reportados pela Sucroal na investigação original que foram utilizados para o cálculo do valor normal por ocasião das determinações preliminar e final (ácido cítrico anidro e citrato de sódio).

A tabela a seguir apresenta o valor normal calculado conforme anteriormente descrito.

Valor normal - vendas no mercado interno da Colômbia

País Substituto	Valor Total (US$)	Volume de Venda (t)	Valor Normal CPT (US$/t)
Colômbia	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	1.414,90

O valor normal da China alcançou, para fins de início da revisão, o montante de **US$ 1.414,90/t** (mil, quatrocentos e quatorze dólares estadunidenses e noventa centavos por tonelada), na condição CPT.

5.1.2 Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da revisão, é o recebido, ou a receber, pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da revisão.

Sendo assim, com base nos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB, foram apurados os preços médios das importações brasileiras de ACSM ocorridas entre abril de 2015 e março de 2016. Para a aferição desse preço, os dados disponibilizados, na condição FOB, pela RFB foram depurados com base nas informações contidas no tópico 6.1.

Conforme mencionado, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável ao valor normal apurado conforme item anterior.

A tabela a seguir informa o preço médio de exportação da China para o Brasil, na condição de comércio FOB, conforme metodologia explicada anteriormente:

Preço de Exportação

País de Exportação	Valor Exportado (US$)	Volume Exportado (t)	Preço de Exportação (US$/t)
China	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	1.224,54

Portanto, com vistas ao início desta revisão, o preço de exportação de ACSM apurado da China para Brasil equivaleu a **US$ 1.224,54/t** (mil, duzentos e vinte e quatro dólares estadunidenses e cinquenta e quatro centavos por tonelada), na condição FOB.

Recorde-se, contudo, que ao longo do período utilizado para a determinação do preço de exportação esteve em vigor compromisso de preços que, inclusive, posteriormente, foi comprovadamente violado, fato que certamente influencia a análise do comportamento dos preços dos produtores/exportadores durante a totalidade do período de revisão. Isto não obstante, mesmo se considerando os preços declarados do compromisso, constatou-se a continuação de dumping.

5.1.3 Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Apresenta-se a seguir a tabela contendo apuração da margem de dumping absoluta e relativa da China para fins de início de revisão.

Margem de Dumping

País	Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
China	1.414,90	1.224,54	190,37	15,5

5.2 Da continuação do dumping para efeito da determinação preliminar

Para fins de determinação preliminar, a avaliação de existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de abril de 2015 a março de 2016.

A apuração preliminar da margem de dumping foi fundamentada nas informações prestadas pelos produtores/exportadores COFCO (Anhui e Maanshan) e RZBC (JUXIAN e Imp. & Exp. Co., Ltd.) nas suas respostas ao questionário do produtor/exportador, assim como na resposta ao questionário do terceiro país e nas informações complementares fornecidas pela produtora colombiana Sucroal. A seguir está exposta a metodologia utilizada para obtenção do valor normal, do preço de exportação e da respectiva margem de dumping dos produtores/exportadores chineses.

5.2.1 Do Grupo COFCO

A COFCO Anhui e a COFCO Maanshan apresentaram resposta tempestiva ao questionário do produtor/exportador, conforme já mencionado, fazendo jus, portanto, a margem individual de dumping, nos termos do inciso II do art. 28 do Regulamento Brasileiro.

Tendo em vista que as empresas reportaram os dados de exportação de ACSM de fabricação própria, [CONFIDENCIAL], apurou-se margem de dumping para as duas empresas em conjunto, doravante denominadas Grupo COFCO.

5.2.1.1 Do valor normal

Para fins de determinação preliminar, o valor normal da China foi calculado a partir do preço de venda do produto similar na Colômbia, obtido por meio da base de dados fornecidos pela empresa Sucroal.

5.2.1.1.1 Do teste de vendas para partes relacionadas

Conforme o estabelecido no § 6º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, as transações entre partes associadas ou relacionadas serão consideradas operações comerciais normais se o preço médio ponderado de venda da parte interessada para sua parte associada ou relacionada não for superior ou inferior a no máximo três por cento do preço médio ponderado de venda da parte interessada para todas as partes que não tenham tais vínculos entre si.

Assim, a fim de verificar se as vendas no mercado interno colombiano para partes relacionadas se qualificaram ou não como operações comerciais normais, para fins de apuração do valor normal chinês, realizou-se teste de vendas para partes relacionadas.

Considerando todo o período de investigação de probabilidade de continuação/retomada do dumping e os ajustes descritos na determinação preliminar, verificou-se que, em média, o preço de venda para partes relacionadas foi [CONFIDENCIAL] que aquele praticado para partes não relacionadas. Assim, em módulo, esse percentual superou a proporção de 3%, prevista no já mencionado § 6º, do art. 14 do Regulamento Brasileiro.

Dessa forma, as operações de vendas para partes relacionadas não foram consideradas operações comerciais normais e, portanto, foram descartadas do cálculo do valor normal.

5.2.1.1.2 Da apuração do valor normal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tendo em vista que a China não é considerada, para fins da revisão em epígrafe, um país de economia de mercado, apurou-se o valor normal na condição CPT, de modo a possibilitar uma justa comparação com o preço de exportação, o qual foi calculado na condição FOB

Conforme metodologia minuciada no parecer de determinação preliminar, o valor normal médio ponderado do Grupo COFCO, na condição **CPT** alcançou **US$ 1.820,86/t** (mil, oitocentos e vinte dólares estadunidenses e oitenta e seis centavos por tonelada).

5.2.1.2 Do preço de exportação

O preço de exportação do Grupo COFCO foi apurado com base na sua resposta ao questionário do produtor/exportador**.** Preliminarmente, o preço de exportação de ACSM do Grupo COFCO para o Brasil alcançou o valor de **US$ 1.039,83/t** (mil e trinta e nove dólares e três estadunidenses e oitenta e três centavos por tonelada).

5.2.1.3 Da margem de dumping

Tendo em vista os dados apresentados anteriormente, apurou-se preliminarmente margem de dumping do Grupo COFCO, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.820,86	1.039,83	781,03	75,1%

5.2.2 Da RZBC

A RZBC apresentou resposta tempestiva ao questionário do produtor/exportador, conforme já mencionado, fazendo jus, portanto, a margem individual de dumping, nos termos do inciso II do art. 28 do Regulamento Brasileiro.

5.2.2.1 Do valor normal

Para o cálculo do valor normal da RZBC foram efetuados os mesmos procedimentos descritos os itens 5.2.1.1.1 e 5.2.1.1.2 deste documento. Ademais, foram considerados os binômios CODIP-Categoria de Cliente e a ponderação dos resultados obtidos para cada binômio se deu pelos volumes exportados pela RZBC para o Brasil de cada binômio.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado da RZBC, na condição **CPT** alcançou **US$ 1.734,99/t** (mil, setecentos e trinta e quatro dólares estadunidenses e noventa e nove centavos por tonelada).

5.2.2.2 Do preço de exportação

O preço de exportação da RZBC foi apurado com base na sua resposta ao questionário do produtor/exportador. Preliminarmente, o preço de exportação de ACSM da RZBC para o Brasil alcançou o valor de **US$ 985,07/t** (novecentos e oitenta e cinco dólares estadunidenses e sete centavos por tonelada).

5.2.2.3 Da margem de dumping

Tendo em vista os dados apresentados anteriormente, apurou-se margem de dumping da RZBC, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.734,99	985,07	749,92	76,1%

5.3 Da continuação do dumping para efeito da determinação final

Para fins de determinação final, a avaliação da existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de abril de 2015 a março de 2016.

A apuração da margem de dumping foi fundamentada nas informações prestadas pelos produtores/exportadores COFCO (Anhui e Maanshan) e RZBC (JUXIAN e Imp. & Exp. Co., Ltd.) e pela produtora colombiana Sucroal nas suas respostas ao questionário do produtor/exportador e no questionário do terceiro país, nas informações complementares e nos ajustes realizados após resultados das verificações **in loco** realizadas nessas empresas. A seguir está exposta a metodologia utilizada para obtenção do valor normal, do preço de exportação e da respectiva margem de dumping dos produtores/exportadores chineses.

5.3.1 Do Grupo COFCO

5.3.1.1 Do Valor Normal

O valor normal da China foi calculado a partir do preço de venda do produto similar na Colômbia. Os cálculos apresentados neste tópico levam em conta a resposta ao questionário do terceiro país, as informações complementares e os resultados da verificação **in loco** realizada na Sucroal.

5.3.1.1.1 Do teste de vendas para partes relacionadas

Conforme o estabelecido no § 6º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, as transações entre partes associadas ou relacionadas serão consideradas operações comerciais normais se o preço médio ponderado de venda da parte interessada para sua parte associada ou relacionada não for superior ou inferior a no máximo três por cento do preço médio ponderado de venda da parte interessada para todas as partes que não tenham tais vínculos entre si.

A fim de verificar se as vendas no mercado interno colombiano para partes relacionadas se qualificaram ou não como operações comerciais normais, para fins de apuração do valor normal chinês, realizou-se teste de vendas para partes relacionadas. Para tanto, comparou-se o preço de vendas para partes relacionadas, na condição [CONFIDENCIAL], com o preço para cliente não relacionados, na mesma condição.

O cotejo levou em consideração o binômio CODIP - categoria de cliente em que se classificaram as operações comerciais. As diferenças apuradas para cada binômio foram, ao final, ponderadas pelos respectivos volumes de vendas para partes relacionadas, alcançando-se uma diferença média ponderada. Esta foi dividida pelo preço médio de vendas para partes relacionadas, encontrando-se o percentual de diferença médio.

A Sucroal, segundo os dados por ela fornecidos, praticou, durante o período de análise de continuação/retomada do dumping, vendas no mercado interno colombiano em [CONFIDENCIAL] condições de venda, a saber: [CONFIDENCIAL].

A fim de converter os preços das operações realizadas na condição [CONFIDENCIAL] da Sucroal para a condição [CONFIDENCIAL], deduziu-se do preço líquido de tributos o frete interno reportado para cada venda. Já para as vendas realizadas na condição [CONFIDENCIAL], deduziu-se, além do frete interno o valor do seguro interno.

Tendo em vista que o frete originalmente reportado pela empresa fora o frete estimado do sistema para provisão de gastos quando do cadastro da fatura, o frete interno de todas as faturas de vendas realizadas nas condições de venda [CONFIDENCIAL] foi ajustado para refletir o frete médio baseado nos valores reais desembolsados pela Sucroal, utilizando-se o valor de COP [CONFIDENCIAL]/kg

Já quanto ao seguro interno, embora tenha sido solicitado, a Sucroal não reportou os valores incorridos com essas despesas. A título de melhor informação disponível, adotou-se o percentual de [CONFIDENCIAL]% sobre o preço de venda, obtido a partir dos dados reportados pela Sucroal na investigação original.

Segundo as informações complementares, a condição de venda para as faturas [CONFIDENCIAL] havia sido informada incorretamente como "[CONFIDENCIAL]". Esta foi, portanto, ajustada para a condição em que realmente foram negociadas as transações ("[CONFIDENCIAL]"). Para as faturas [CONFIDENCIAL], a Sucroal não reportou qualquer quantidade ou valor de venda. Em suas informações complementares, a empresa informou tratar-se de [CONFIDENCIAL]. Assim os [CONFIDENCIAL] foram computados conforme informado nas informações complementares.

Cabe ainda mencionar que em sua resposta ao questionário do terceiro país a Sucroal não havia considerado como produto similar o ácido cítrico para uso industrial e que os dados relativos à venda deste produto foram coletados durante o procedimento de verificação **in loco** e considerados para fins de cálculo do valor normal em sede de determinação final.

Considerando todo o período de investigação de probabilidade de continuação/retomada do dumping e os ajustes anteriores, verificou-se que, em média, o preço de venda para partes relacionadas foi [CONFIDENCIAL] que aquele praticado para partes não relacionadas. Assim, em módulo, esse percentual superou a proporção de 3%, prevista no já mencionado § 6º, do art. 14 do Regulamento Brasileiro.

Dessa forma, as operações de vendas para partes relacionadas não foram consideradas operações comerciais normais e, portanto, foram descartadas do cálculo do valor normal.

5.3.1.1.2 Da apuração do valor normal

Tendo em vista que a China não é considerada, para fins da revisão em tela, um país de economia de mercado, apurou-se o valor normal na condição CPT, de modo a possibilitar uma justa comparação com o preço de exportação, o qual foi calculado na condição FOB, conforme será detalhado adiante.

Com relação ao valor do frete, adotou-se metodologia idêntica à descrita no item anterior, com a desconsideração do valor reportado para as faturas emitidas com as condições de venda [CONFIDENCIAL] e a utilização do frete médio efetivo verificado na Sucroal, que correspondeu a COP [CONFIDENCIAL]/kg. A fim de converter os preços das operações realizadas na condição [CONFIDENCIAL] da Sucroal para a condição [CONFIDENCIAL], adicionou-se ao preço líquido de tributos o frete interno médio praticado nas vendas da Sucroal (COP [CONFIDENCIAL]/kg). Já para as vendas realizadas na condição [CONFIDENCIAL], deduziu-se o valor do seguro interno ([CONFIDENCIAL]% sobre o preço de venda). Dessa forma, foram realizados os mesmos ajustes mencionados no item anterior quanto aos valores de frete, às condições de venda e aos [CONFIDENCIAL].

Para a conversão dos montantes em pesos colombianos para dólares estadunidenses, foi adotada a taxa de câmbio vigente na data de cada venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Para o cálculo do valor normal, foram considerados os binômios CODIP-Categoria de Cliente. A ponderação dos resultados obtidos para cada binômio se deu pelos volumes exportados pelo Grupo COFCO para o Brasil de cada binômio.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado do Grupo COFCO, na condição **CPT** alcançou **US$ 1.818,81/t** (mil, oitocentos e dezoito dólares estadunidenses e oitenta e um centavos por tonelada).

5.3.1.2 Do preço de exportação

O grupo COFCO exportou seus produtos por meio de quatro canais de distribuição: (1) [CONFIDENCIAL]; (2) [CONFIDENCIAL]; (3) [CONFIDENCIAL]; e (4) [CONFIDENCIAL].

Dessa forma, para as vendas realizadas pelo canal (1), o preço de exportação, na condição FOB, foi apurado deduzindo-se do preço bruto, em dólares estadunidenses, o valor referente ao frete internacional no caso das operações que utilizaram o termo de comércio [CONFIDENCIAL]. Para o canal (2) foi utilizada a mesma metodologia do canal 1, pois [CONFIDENCIAL].

No caso das vendas realizadas por meio do canal (3) o preço bruto de venda foi ajustado para [CONFIDENCIAL]. De tal maneira, inicialmente foram deduzidos do preço bruto de venda da COFCO Anhui os valores referentes ao frete internacional, obtendo-se assim o preço de exportação em base FOB. Posteriormente foram deduzidos [CONFIDENCIAL].

Para as vendas do canal (4), foi utilizado o preço de venda para a **trading company** [CONFIDENCIAL]**,** reportado no questionário do produtor/exportador.

Frise-se que foram desconsideradas as exportações para o Brasil que, embora reportadas, não ocorreram durante o período de análise de probabilidade de continuação/retomada do dumping.

Dessa forma, o preço de exportação, apurado na condição FOB, foi ponderado em relação à quantidade de ACSM exportada levando em conta o respectivo CODIP e a categoria de cliente. Sendo assim, o preço de exportação de ACSM do Grupo COFCO para o Brasil alcançou o valor de **US$ 1.038,02/t** (mil e trinta e oito dólares estadunidenses e dois centavos por tonelada).

5.3.1.3 Da margem de dumping

Tendo em vista os dados apresentados anteriormente, apurou-se margem de dumping do Grupo COFCO, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.818,81	1.038,02	780,79	75,2%

5.3.2 Da RZBC

5.3.2.1 Do valor normal

Para o cálculo do valor normal da RZBC foram efetuados os mesmos procedimentos descritos os itens 5.3.1.1.1 e 5.3.1.1.2 deste documento. Ademais, foram considerados os binômios CODIP-Categoria de Cliente e a ponderação dos resultados obtidos para cada binômio se deu pelos volumes exportados pela RZBC para o Brasil de cada binômio.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado da RZBC, na condição **CPT** alcançou **US$ 1.731,95/t** (mil, setecentos e trinta e um dólares estadunidenses e noventa e cinco centavos por tonelada).

5.3.2.2 Do preço de exportação

Conforme consta dos autos, a RZBC exporta seus produtos por três canais de distribuição: (1) [CONFIDENCIAL]; (2) [CONFIDENCIAL]; e (3) [CONFIDENCIAL].

Dessa forma, para as vendas realizadas pelo canal (1), o preço de exportação, na condição FOB, foi apurado deduzindo-se do preço bruto, em dólares estadunidenses, o valor referente ao frete internacional no caso das operações que utilizaram o termo de comércio [CONFIDENCIAL] e o valor do frete e seguro internacionais no caso das operações que utilizaram o termo de comércio [CONFIDENCIAL].

Para as vendas pelo canal (2), o preço bruto de venda foi ajustado para [CONFIDENCIAL]. De tal maneira, inicialmente foram deduzidos do preço bruto de venda [CONFIDENCIAL] os valores referentes ao frete e seguro internacionais, obtendo-se assim o preço de exportação em base FOB. Posteriormente foram deduzidos [CONFIDENCIAL].

Destaque-se que, como resultado da verificação **in loco** conduzida na RZBC, o valor de compra da fatura [CONFIDENCIAL] foi ajustado de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL].

Para as vendas realizadas por meio do canal (3), foi utilizado o preço de venda à **[CONFIDENCIAL]**, reportado no questionário do produtor/exportador.

Dessa forma, o preço de exportação, apurado na condição FOB, foi ponderado em relação à quantidade de ACSM exportada levando em conta o respectivo CODIP e a categoria de cliente. Sendo assim, o preço de exportação de ACSM da RZBC para o Brasil alcançou o valor de **US$ 982,84/t** (novecentos e oitenta e dois dólares estadunidenses e oitenta e quatro centavos por tonelada).

5.3.2.3 Da margem de dumping

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tendo em vista os dados apresentados anteriormente, apurou-se margem de dumping da RZBC, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.731,95	982,84	749,10	76,2%

5.4 Do desempenho exportador da China para fins de determinação final

Com o intuito de comprovar o potencial exportador da China, a ABIACID apresentou parcela do relatório denominado Corn Products China News (http://www.cnchemicals.com/), de 2009, elaborado pelo CCM Data & Business Intelligence. Essa mesma parte do documento também havia sido apresentada juntamente com a petição inicial à investigação original que culminou com a aplicação das medidas antidumping atualmente em vigor.

Tendo em vista se tratar de fonte de informação não gratuita, solicitou-se, durante as verificações **in loco** na indústria doméstica, que o documento fosse acessado na presença da equipe verificadora, a fim de atestar a correção dos dados nele contidos, o que, todavia, não foi atendido até o fim dos procedimentos. Dessa forma, o relatório apresentado não foi considerado, com fulcro no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013, em virtude de não se tratar de informação verificável.

Não obstante, a fim de analisar o desempenho exportador da China, consoante estabelecido pelo art. 103, II, do Regulamento Brasileiro, foram consultados dados de exportação do país, a partir do sítio eletrônico do Trade Map (http://www.trademap.org/).

De acordo com as informações disponibilizadas pela ferramenta, a China aumentou suas exportações de ACSM para o mundo, no período de abril de 2011 a março de 2016 (P1 a P5), em 25%. A tabela a seguir demonstra a evolução de tais exportações, obtidas a partir dos itens 2918.14 e 2918.15, do SH.

Volume de Exportações Chinesas

em toneladas

	P1	P2	P3	P4	P5
Volume exportado	772.557,6	897.621,4	910.141,7	923.602,9	966.024,6

Como se observa e considerando os dados apresentados nos itens 6.2 e 7.4, o volume de exportações da China em P5 (966.024,6 t) foi [CONFIDENCIAL] vezes superior ao tamanho do mercado brasileiro no mesmo período ([CONFIDENCIAL] t). Já em relação à produção do produto similar doméstico da Cargill e da Tate em P5 ([CONFIDENCIAL] t), as exportações da China para o resto do mundo revelaram-se [CONFIDENCIAL] vezes superior.

Demais disto, de acordo com parecer elaborado pelo USITC (United States International Trade Comission), no âmbito da revisão do direito antidumping e da medida compensatória aplicada às importações de ácido cítrico e determinados sais de citratos, originárias do Canadá e da China, juntado aos autos pela ABIACID, a indústria chinesa representaria mais de dois terços da capacidade global de fabricação do produto (informações de 2013). Ainda, quatro dos cinco maiores fabricantes do produto seriam chineses e operariam somente na China. A versão púbica do aludido parecer foi acessada, a partir do sítio eletrônico do USITC, a fim de verificar a exatidão das informações prestadas, as quais foram confirmadas.

Considerando-se somente as empresas produtoras que responderam o questionário do produtor/exportador (COFCO Anhui, COFCO Maanshan e RZBC) e levando em conta os dados verificados **in loco** nos produtores/exportadores chineses, a capacidade instalada para fabricação do ACSM corresponde a [CONFIDENCIAL] t, o que já equivale a [CONFIDENCIAL] vezes a demanda brasileira em P5. Levando-se em conta a capacidade ociosa, essas produtoras somam volume de [CONFIDENCIAL] t, o que corresponde a [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro.

Em 4 de julho de 2017, a ABIACID apresentou ainda, publicação denominada "Corn Products China News", de 29 de janeiro de 2016, elaborada pela CCM Data & Business Intelligence, com o intuito de fornecer maiores subsídios para a análise do potencial e desempenho exportador da China. Em que pese o documento haver sido apresentado em bases confidenciais, os trechos relativos ao produto objeto da investigação/similar constaram do resumo restrito.

Segundo a publicação, o ácido cítrico chinês seria fortemente direcionado às exportações. Em 2015, 82% da produção, que atingiu 980 mil toneladas, foi destinada ao mercado externo. No entanto, a imposição de medidas antidumping por parte da União Europeia, dos EUA, da Índia e da África do Sul teria ocasionado impacto significante sobre a indústria chinesa. De 2009 a 2015, a taxa de crescimento das exportações teria declinado de 15% para 3%.

Embora fosse esperado que as imposições de medidas antidumping ocasionassem aumento no preço de exportação, este, na verdade, diminuiu. Nesse sentido, os dados de novembro de 2015 revelariam queda de 10,7% no preço de exportação em relação a 2014.

Ademais, a aplicação das medidas antidumping teria freado o ritmo de crescimento das exportações e, em conjunto com a elevação acentuada da capacidade produtiva chinesa, resultou em "**serious overcapacity**". De 2009 a 2015, a capacidade chinesa para a produção de ácido cítrico teria se expandido de 980.000 t/ano para 1.680.000 t/ano (71,7%), enquanto o volume de exportações teria crescido num ritmo de 23%.

A par dos dados anteriores, pode-se inferir que, caso a China direcione pequena parcela de sua capacidade produtiva para o Brasil, já poderá ocasionar significativo impacto no mercado brasileiro e, em especial, sobre a indústria doméstica.

5.5 Das alterações nas condições de mercado

Não foram apresentadas evidências de alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países, além daquelas já abordadas em outros tópicos, como, por exemplo, aplicações de medidas de defesa comercial por outros países contra as importações oriundas da China.

5.6 Da aplicação de medidas de defesa comercial

Durante o período de análise de continuação/retomada do dano, de abril de 2011 a março de 2016, houve imposição de direito antidumping contra importações de ACSM oriundas da China pela União Econômica Eurasiática (somente contra ácido cítrico), Colômbia (somente contra citrato de sódio), Índia (somente contra citrato de sódio) e Ucrânia (somente contra ácido cítrico).

A Índia aplicou, também, medida de salvaguarda contra as importações de citrato de sódio durante o citado período.

Ademais, os Estados Unidos da América (EUA) prorrogaram a vigência de medida antidumping e de medida compensatória contra as importações originárias da China de ácido cítrico e determinados sais de citratos.

A Tailândia prorrogou a vigência de medida antidumping aplicada às importações de ácido cítrico originárias da China.

Por fim, a União Europeia (UE) prorrogou a vigência da medida antidumping aplicada às importações originárias da China de ácido cítrico e citrato de sódio (citrato trissódico di-hidratado).

Dessa forma, considerando as barreiras existentes à entrada do produto chinês em mercados estrangeiros, a retirada das medidas antidumping pelo Brasil sobre as importações originárias da China de ACSM poderia causar um direcionamento de exportações, antes destinadas a esses países, para o Brasil.

5.7 Das manifestações sobre a continuação ou retomada do dumping

Em manifestação protocolada em 24 de julho de 2017, a ABIACID, após breve exposição do histórico do processo, discorreu sobre a margem de dumping calculada pela autoridade investigadora para fins de determinação preliminar e apresentou os dados divulgados quando da publicação da determinação preliminar, alegando que, dada a elevada margem de dumping presente nas importações brasileiras de ACSM originário da China, não haveria outra conclusão que não a da continuação do dumping caso o direito aplicado não seja prorrogado.

Sobre o potencial exportador da China no mercado de ACSM, a ABIACID alegou que as provas por ela apresentadas durante a instrução processual demonstrariam potencial exportador chinês ainda maior do que o indicado para fins de início do processo e significativamente superior ao tamanho do mercado brasileiro.

Baseando-se em dados do relatório **Corn Products China News**, de 2016, a associação alegou que a produção de ACSM na China, que era de 980 mil toneladas em 2009, teria atingido o marco de 1,68 milhão de toneladas no ano de 2015, fazendo com que a China fosse a maior produtora de ACSM no mundo. Apesar disso, as exportações não teriam crescido tanto quanto a capacidade produtiva, o que teria resultado em aumento excessivo do estoque do produto no mercado chinês. Segundo dados apresentados pela ABIACID, apesar do aumento de 71% na capacidade de produção, as exportações cresceram apenas 23% de 2009 a 2015. Dessa forma, existiria um volume excedente do produto, com grande probabilidade de ser direcionado para o Brasil.

Segundo a ABIACID, a redução da proporção das exportações de ACSM realizadas pela China, quando em comparação ao crescimento de sua capacidade produtiva poderia ser explicada pelo fato de que foram impostos diversos direitos antidumping sobre o produto chinês. A associação apresentou tabela confeccionada com dados do TradeMap para demonstrar que alguns dos países que aplicaram medidas de defesa comercial contra o ACSM chinês (União Econômica Eurasiática, Colômbia, Índia, Ucrânia, Estados Unidos, Tailândia, União Europeia e África do Sul) seriam grandes importadores do ácido cítrico originário da China. Segundo a manifestação, apenas o volume direcionado a esses países somados (177.753 toneladas) já equivaleria a mais do que o dobro do mercado brasileiro em P5 e considerando que as exportações a esses países seriam reduzidas com a imposição das medidas, haveria preocupação relativa ao seu direcionamento ao mercado brasileiro.

Em suas alegações finais protocoladas em 1ª de setembro de 2017, a ABIACID observou que, apesar de na investigação original as margens de dumping terem variado entre 71,8% e 121,7%, mesmo com a aplicação da medida e celebração do compromisso de preços, os produtores/exportadores chineses continuaram praticando dumping nas suas exportações para o Brasil. Analisando os dados relativos ao cálculo da margem de dumping divulgados nos fatos essenciais sob análise pela autoridade investigadora, a ABIACD chegou à conclusão de que há continuidade na prática de dumping, que as margens são elevadas e que em caso de não renovação dos direitos as importações poderiam voltar a causar dano igualmente elevado à indústria doméstica.

Acerca do potencial exportador da China, foram analisados os mesmos dados que constam do item 5.4 deste documento e concluiu que apesar do aumento expressivo das exportações de ACSM da China para o mundo, a sua capacidade de produção aumentou ainda mais o que, combinado com a imposição de medidas de defesa comercial contra o produto ao redor do mundo, gerou quadro de sobre capacidade no mercado.

Com relação à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, a ABIACID observou que existem consideráveis barreiras à entrada do produto chinês em mercados estrangeiros. Dessa forma, a retirada das medidas antidumping impostas pelo Brasil levaria muito provavelmente ao redirecionamento de exportações ao Brasil. Este cenário seria agravado pelo fato de que alguns dos países que aplicaram medidas de defesa comercial contra o ACSM chinês estarem entre os maiores importadores do produto.

A associação apresentou quadro com dados extraídos do sítio do Trademap e concluiu que o volume direcionado aos países que aplicaram medidas de defesa comercial contra o produto equivale a mais do que o dobro do mercado brasileiro em P5, o que justificaria a preocupação de direcionamento destas exportações ao mercado brasileiro.

5.8 Dos comentários acerca das manifestações

Acerca das manifestações da ABIACID, destaca-se que todos os documentos apresentados durante a fase probatória foram analisados e considerados para fins de elaboração deste documento. Ademais, por conterem argumentos alinhados com o disposto nos itens anteriores e com as conclusões da autoridade investigadora, não há necessidade de contra argumentação.

5.9 Da conclusão a respeito da continuação ou retomada do dumping

Ante o exposto, concluiu-se que caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente haverá continuação da prática de dumping nas exportações de ACSM da china para o Brasil.

Além de se haver constatado que os produtores/exportadores chineses continuaram a praticar dumping durante a vigência do direito antidumping, o elevado potencial exportador da China, bem como a imposição de medidas antidumping por outros países completam as disposições estabelecidas nos incisos do art. 103 do Regulamento Brasileiro e indicam a necessidade de se prorrogar o direito antidumping atualmente em vigor.

6 DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro do produto sujeito à medida antidumping. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de abril de 2011 a março de 2016, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2011 a março de 2012;
P2 - abril de 2012 a março de 2013;
P3 - abril de 2013 a março de 2014;
P4 - abril de 2014 a março de 2015; e
P5 - abril de 2015 a março de 2016.

6.1 Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de ACSM importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes aos itens tarifários 2918.14.00 e 2918.15.00, fornecidos pela RFB.

Na NCM 2918.15.00 são classificadas importações de outros produtos distintos do produto objeto da medida antidumping. Por esse motivo, realizou-se depuração das informações constantes dos dados oficiais, de forma a se obterem os valores referentes ao produto objeto da medida antidumping. Foram desconsiderados os produtos que não correspondiam às descrições apresentadas no item 3.1, como citrato de etila, citrato de ferro, citrato de magnésio, citrato de amônio, dentre outros.

6.1.1 Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes do total de importações de ACSM, após depuração, no período de análise de continuação/retomada de dano:

Importações

Em números-índice de toneladas

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	33,4	56,8	43,7	34,8
Total sob Análise	**100,0**	**33,4**	**56,8**	**43,7**	**34,8**
Canadá	-	100,0	641,3	937,9	458,1
Colômbia	100,0	**113,6**	**13,3**	**27,8**	**46,9**

Índia	100,0	587.500,0	475.500,0	0,0	0,0
Tailândia	-	100,0	1.150,0	2.571,5	1.679,2
Demais Países*	100,0	297,7	284,5	307,6	226,6
Origem não confirmada	-	-	100,0	-	-
Total Exceto sob Análise	**100,0**	**163,1**	**159,1**	**211,9**	**145,4**
Total Geral	**100,0**	**50,1**	**70,0**	**65,4**	**49,1**

*Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos (Holanda), Peru, Reino Unido, Suécia, Suíça e Taipé Chinês.

Mencione-se que os volumes atribuídos à "origem não confirmada" representam as importações com origem desqualificada, em decorrência das investigações de origem não preferencial mencionadas no item 1.3.

O volume das importações objeto da medida antidumping diminuiu 66,6% de P1 para P2 e apresentou crescimento no período seguinte, de P2 para P3, de 70,3%. Nos demais períodos, as importações apresentaram queda de 23% de P3 para P4 e de 20,4% de P4 para P5. Ao final da série, de P1 a P5, apresentou queda de 65,2%.

Já o volume importado de outras origens oscilou durante todo o período, apresentando aumento de 63,1% de P1 para P2, seguido de queda de 2,4% de P2 para P3, com posterior aumento de 33,1% de P3 para P4 e nova queda de 31,4% de P4 para P5. Ao analisar os extremos da série, o volume importado das outras origens aumentou 45,4%.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de ACSM caíram 49,9% de P1 para P2, cresceram 39,7% de P2 para P3 e apresentaram queda de 6,5% de P3 para P4 e de 25% de P4 para P5. De P1 a P5 houve decréscimo de 50,9% no volume total de importações de ACSM.

Ressalta-se ainda que as importações sob investigação apresentaram o seguinte comportamento na participação no total geral importado: queda de [CONFIDENCIAL] pontos percentuais (p.p.) de P1 a P2; aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e novo aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. No acumulado de P1 a P5, a participação das importações sob investigação no total geral importado caiu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.2 Do valor e do preço das importações

Considerando que o frete e o seguro têm impacto relevante sobre o preço de concorrência dos produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise dos valores das importações foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações de ACSM no período de investigação de continuação/retomada de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais

Em números-índice de mil US$ CIF

China	100,0	37,3	72,4	53,0	36,9
Total sob Análise	**100,0**	**37,3**	**72,4**	**53,0**	**36,9**
Canadá	-	100,0	629,6	843,7	366,0
Colômbia	100,0	**112,7**	**18,6**	**29,3**	**35,9**
Índia	100,0	**234.495,4**	**189.869,2**	**113,8**	**53,8**
Tailândia	-	100,0	1.103,0	2.161,8	1.221,9
Demais Países*	100,0	170,6	170,8	171,3	120,1
Origem não confirmada	-	-	100,0	-	-
Total Exceto sob Análise	**100,0**	**149,0**	**134,7**	**162,6**	**100,1**
Total Geral	**100,0**	**60,2**	**85,2**	**75,6**	**49,9**

*Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos (Holanda), Peru, Reino Unido, Suécia, Suíça e Taipé Chinês.

Verificou-se o seguinte comportamento do valor importado da origem investigada: redução de 62,7% de P1 para P2, aumento de 94,1% de P2 para P3 e reduções de 26,7% de P3 para P4 e de 30,4% de P4 para P5. Se considerados os extremos da série de análise, o valor acumulado das importações diminuiu 63,1%.

Em contrapartida, verificou-se que a evolução dos valores importados das outras origens apresentou os seguintes aumentos: 49% de P1 para P2 e 20,7% de P3 para P4. Houve quedas de 9,6% de P2 para P3 e 38,5% de P4 para P5. Considerando todo o período de análise de continuação ou retomada do dano, evidenciou-se aumento de 0,1% nos valores importados dos demais países.

O valor total das importações brasileiras de ACSM, comparativamente ao período imediatamente anterior, recuou 39,8% em P2, aumentou 41,4% em P3 e voltou a decrescer 11,3% em P4 e 34% em P5. Em P5, esse valor recuou 50,1% quando comparado a P1.

Preço das Importações Totais

Em números-índice de US$/t CIF

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	111,8	127,5	121,4	106,1
Total sob Análise	**100,0**	**111,8**	**127,5**	**121,4**	**106,1**
Canadá	-	100,0	98,2	90,0	79,9
Colômbia	100,0	**99,2**	**139,9**	**105,7**	**76,4**
Índia	100,0	**30,0**	**30,0**	**681,0**	**227,9**
Tailândia	-	100,0	95,9	84,1	72,8
Demais Países*	100,0	57,3	60,0	55,7	53,0
Origem não confirmada	-	-	100,0	-	-
Total Exceto sob Análise	**100,0**	**91,3**	**84,6**	**76,7**	**68,8**
Total Geral	**100,0**	**120,2**	**121,7**	**115,5**	**101,6**

*Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos (Holanda), Peru, Reino Unido, Suécia, Suíça e Taipé Chinês.

O preço médio CIF das importações da origem investigada apresentou a seguinte evolução: crescimento de P1 para P2 (+11,8%) e de P2 para P3 (+14%) e queda de P3 para P4 (-4,8%) e de P4 para P5 (-12,6%). Ao final da série, de P1 a P5, ocorreu elevação de 6,1%.

Observou-se que o preço médio CIF das exportações chinesas apresentou comportamento delimitado pelo compromisso de preços em vigor, uma vez que o termo firmado estabelece condições específicas na composição do preço do produto objeto da medida antidumping, conforme mencionado no item 1.2.

O preço CIF médio por tonelada dos outros fornecedores estrangeiros apresentou quedas durante todo o período: 8,7% de P1 para P2, 7,3% de P2 para P3, 9,3% de P3 para P4 e 10,3% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, de P1 para P5 houve queda de 31,2% no preço dos produtos importados das demais origens.

6.2 Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de ACSM foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno pela indústria doméstica, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Mercado Brasileiro

Em números-índice de toneladas

Período	Vendas da Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	149,5	33,4	163,1	103,7
P3	157,8	56,8	159,1	117,3
P4	163,7	43,7	211,9	118,4
P5	167,4	34,8	145,4	112,8

Ressalta-se que as vendas internas de ACSM da indústria doméstica apresentadas na tabela anterior incluem apenas as vendas de fabricação própria. As revendas de produtos importados não foram incluídas na coluna relativa às vendas internas, tendo em vista já constarem dos dados relativos às importações.

Observou-se que o mercado brasileiro de ACSM apresentou aumento em todos os períodos à exceção de P5: 3,7% de P1 para P2, 13,2% de P2 para P3 e 0,9% de P3 para P4. De P4 para P5 houve redução de 4,7%. Ao analisar o período completo da revisão (P1 a P5), houve aumento do mercado brasileiro de 12,8%.

6.3 Do consumo nacional aparente

Para dimensionar o consumo nacional aparente (CNA) de ACSM, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela indústria doméstica, líquidas de devoluções, as disponibilizadas após o beneficiamento [CONFIDENCIAL] (industrialização para terceiros), o consumo cativo e as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Consumo Nacional Aparente

Em números-índice de toneladas

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas (Industr.)	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Consumo cativo	Consumo Nacional Aparente
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	149,5	125,5	33,4	163,1	105,0	104,8
P3	157,8	117,3	56,8	159,1	91,1	117,2
P4	163,7	123,8	43,7	211,9	117,4	118,6
P5	167,4	118,3	34,8	145,4	189,5	113,3

As vendas internas de ACSM da indústria doméstica apresentadas na tabela anterior incluem apenas as vendas de fabricação própria. As revendas de produtos importados não foram incluídas na coluna relativa às vendas internas, tendo em vista já constarem dos dados relativos às importações.

De maneira semelhante ao vislumbrado com o mercado brasileiro, observou-se que o consumo nacional aparente de ACSM apresentou crescimento de 4,8% de P1 para P2, de 11,9% de P2 para P3 e de 1,2% de P3 para P4. De P4 para P5 houve queda de 4,5%. Durante todo o período de investigação de continuação/retomada do dano, de P1 a P5, o CNA cresceu 13,3%.

6.4 Da evolução das importações

6.4.1 Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de ACSM.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro

Em números-índice de porcentagem

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens
P1	100,0	100,0	100,0
P2	144,2	32,2	156,7
P3	134,5	48,4	135,0
P4	138,2	36,9	178,3
P5	148,2	30,9	128,3

Observou-se que a participação das importações objeto da medida antidumping no mercado brasileiro diminuiu de P1 para P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.), de P3 para P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Por outro lado, essa participação apresentou aumento de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Ao se considerar a totalidade do período de análise de continuação/retomada de dano, constatou-se redução de [CONFIDENCIAL] p.p.

Quanto às importações das demais origens, sua participação no mercado brasileiro aumentou de P1 para P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P3 para P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e diminuiu de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Ao longo de todo o período de análise de continuação/retomada do dano, a participação das importações das demais origens no mercado brasileiro cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.4.2 Da participação das importações no consumo nacional aparente

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no CNA de ACSM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Participação das Importações no CNA

Em números-índice de porcentagem

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens
P1	100,0	100,0	100,0
P2	142,7	31,8	157,1
P3	134,4	48,3	137,5
P4	137,8	36,7	180,4
P5	147,6	30,7	130,4

Observou-se que a participação das importações objeto da medida antidumping no CNA diminuiu de P1 para P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.), de P3 para P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Por outro lado, essa participação apresentou aumento de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Ao se considerar a totalidade do período de análise de continuação/retomada de dano, constatou-se redução de [CONFIDENCIAL] p.p.

Quanto às importações das demais origens, sua participação no CNA aumentou de P1 para P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P3 para P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e diminuiu de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Ao longo de todo o período de análise de continuação/retomada do dano, a participação das importações das demais origens no CNA cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.4.3 Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir indica a relação entre o volume total importado de ACSM da origem investigada e a produção nacional de ACSM.

Importações Investigadas e Produção Nacional

Em números-índice de toneladas

Período	Produção Nacional (A)	Importações Origem Investigada (B)	[(B)/(A)] (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	103,2	33,4	32,3
P3	104,5	56,8	54,2
P4	104,4	43,7	41,7
P5	100,7	34,8	34,6

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de ACSM cresceu somente de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Dessa forma, nos demais períodos, foi registrado comportamento de queda: de P1 para P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.), de P3 para P4 [CONFIDENCIAL] p.p.), de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e, ao longo do período de análise, de P1 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.).

6.5 Da conclusão a respeito das importações

Com base nos dados anteriormente apresentados, concluiu-se que:

a) as importações de ACSM originárias da China apresentaram queda de 65,2% de P1 para P5, com a maior queda tendo sido observada de P1 para P2 (66,6%). Considerando-se apenas de P4 para P5, as importações da origem investigada caíram 20,4%;

b) observou-se elevação de 6,1% do preço CIF, em dólares estadunidenses por tonelada, de P1 para P5, muito embora na transição de P4 para P5, tenha sido constatada a maior retração nesse preço (-12,6%);

c) a participação das importações sujeitas à medida antidumping no mercado brasileiro apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5. A diminuição mais significativa ocorreu de P1 para P2, quando este indicador caiu [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando apenas o período de P4 para P5, a participação das importações investigadas no mercado brasileiro caiu [CONFIDENCIAL] p.p.; e

d) comportamento semelhante ocorreu com a participação das importações investigadas no consumo nacional aparente. De P1 para P5 esta participação caiu [CONFIDENCIAL] p.p. Já de P4 para P5, observou-se queda de [CONFIDENCIAL] p.p.

Dessa forma, com exceção do intervalo de P2 para P3, único com crescimento das importações sujeitas à medida, as importações originárias da China apresentaram queda tanto em termos de volume quanto de participação no mercado brasileiro e no CNA, o que indica que os produtos chineses só possuíam competitividade destacada no mercado brasileiro em função da prática de preços de dumping. Essa diminuição permitiu que a indústria doméstica aumentasse a participação de suas vendas no mercado brasileiro, que passou de [CONFIDENCIAL]% em P1 para [CONFIDENCIAL]% em P5.

Cabe ressaltar que, de P1 a P5, o ACSM originário da China foi importado a preços CIF médios inferiores aos importados das demais origens, em que pese a influência do compromisso de preços sobre os valores analisados.

7 DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção da medida levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva da medida e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

Os indicadores da indústria doméstica foram analisados considerando os mesmos períodos utilizados na análise das importações e refletem os resultados alcançados pelas linhas de produção de ACSM dos produtores domésticos Cargill e Tate, que foram responsáveis, no período de revisão, pela totalidade da produção nacional do produto similar produzido no Brasil.

Foram realizados ajustes nos dados reportados pela Cargill e pela Tate na petição e nas respostas ao pedido de informações complementares tendo em conta os resultados das verificações **in loco** após as correções iniciais. Os ajustes necessários, bem como os elementos que os motivaram, encontram-se explicitados nos relatórios das verificações **in loco**, juntados aos autos do processo desta revisão.

Para fins de determinação final procedeu-se a nova revisão dos dados da Tate a partir das informações colhidas durante da verificação **in loco**, o que provocou alterações marginais nos seguintes dados: referentes ao volume de vendas, despesas e faturamento. As alterações se deveram principalmente à forma de separação entre as vendas de fabricação integral e aquelas cujo produto foi produzido sob regime de **tolling**.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, os valores correntes foram corrigidos com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - IPA-OG.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste parecer.

Considerando que os preços e custos de produção do ACSM comercializado são influenciados mormente pela quantidade de ácido ou sais nele contido, em detrimento do volume de água, e a fim de evitar distorções no exame das variações de quantidades e preços de P1 a P5, as análises aqui evidenciadas levam em consideração os volumes de ACSM em base seca, ou seja, excluindo-se o volume de água incluído no produto, quando vendido em forma de solução líquida.

Faz-se exceção a essa regra somente para apreciação do volume de produção utilizado no cálculo do grau de ocupação da capacidade instalada, o qual foi mensurado em unidade de medida denominada ACAE (ácido cítrico anidro embalado), conforme explicitado no item 7.3 seguinte.

7.1 Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de ACSM de fabricação própria, líquidas de devoluções:

Vendas da Indústria Doméstica

Em números-índice de toneladas

Período	Vendas Totais	Vendas no Mercado Interno	Participação no Total (%)	Vendas no Mercado Externo	Participação no Total (%)
P1	100,0	100,0	100,0	[CONF.]	100,0
P2	117,5	149,5	127,3	[CONF.]	61,2
P3	115,4	157,8	136,8	[CONF.]	47,6
P4	116,0	163,7	141,1	[CONF.]	41,4
P5	110,5	167,4	151,5	[CONF.]	26,6

Com relação ao volume de vendas de ACSM destinado ao consumo no mercado interno no Brasil, observou-se aumento em todos os períodos: 49,5% de P1 a P2; 5,6% de P2 a P3; 3,7% de P3 a P4 e 2,2% de P4 a P5. De P1 a P5, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou aumento de 67,4%.

Durante o período investigado, as vendas do produto em questão ao mercado externo registraram quedas sucessivas de [CONFIDENCIAL]% de P1 para P2; de [CONFIDENCIAL]% de P2 para P3; de [CONFIDENCIAL]% de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL]% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, houve queda de [CONFIDENCIAL]% nas vendas do produto para o mercado externo.

Com relação às vendas totais da indústria doméstica, observou-se o seguinte comportamento: aumentos de 17,5% de P1 para P2 e de 0,5% de P3 para P4 e quedas de 1,8% de P2 para P3 e de 4,8% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, houve aumento de 10,5% nas vendas totais da indústria doméstica.

7.2 Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro e no consumo nacional aparente

As tabelas a seguir apresentam as participações das vendas internas da indústria doméstica no mercado interno brasileiro e no CNA.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

Em números-índice de toneladas

Período	Vendas no Mercado Interno	Mercado Brasileiro	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	149,5	103,7	144,2
P3	157,8	117,3	134,5
P4	163,7	118,4	138,3
P5	167,4	112,8	148,3

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de ACSM aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, e apresentou novos aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Assim, ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento nessa participação de [CONFIDENCIAL] p.p.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no CNA (em t)

Em números-índice de toneladas

Período	Vendas no Mercado Interno	Consumo Nacional Aparente	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	149,5	104,8	142,7
P3	157,8	117,2	134,6
P4	163,7	118,6	138,0
P5	167,4	113,3	147,7

De forma similar ao que ocorreu com relação ao mercado brasileiro, a participação das vendas da indústria doméstica no CNA aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, e apresentou novos aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Assim, ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento nessa participação de [CONFIDENCIAL] p.p.

7.3 Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Os volumes de produção e de capacidade instalada expressos neste item referem-se ao produto em base ACAE (ácido cítrico anidro embalado). Essa unidade de medida considera a concentração de ácido cítrico contido ou consumido para a fabricação do produto similar doméstico em suas diversas modalidades de comercialização (ácido cítrico anidro e líquido, citrato de sódio e citrato de potássio).

A mensuração em base ACAE faz-se necessária para fins de cálculo da capacidade instalada e do seu grau de ocupação porque as diferentes subdivisões do produto similar doméstico (ácido cítrico líquido e anidro e citratos) possuem concentrações diversas de ácido cítrico. Além disso, os citratos que compõem o produto similar doméstico são fabricados a partir do ácido cítrico, dependendo da produção deste último para a sua manufatura.

Assim, a conversão dos volumes de produção em base ACAE permite mensurar tanto o volume de produção quanto a capacidade instalada em termos de ácido cítrico anidro.

Encontra-se incorporado ao volume de produção apresentado o ACSM fabricado sob o regime de industrialização para terceiros. Isso porque, embora em tais operações [CONFIDENCIAL] seja recebido do cliente, e não adquirido pela indústria doméstica, seu processamento utiliza todo o maquinário instalado, ocupando a capacidade efetiva de produção, assim como o produto similar integralmente fabricado pela Cargill e pela Tate. Assim, seu volume de produção deve ser computado para verificação do grau de ocupação da capacidade instalada e da ociosidade existente.

Para o cálculo da capacidade instalada as empresas procederam da seguinte forma:

÷Cargill: para cálculo da capacidade instalada nominal, a Cargill utilizou os dados dos estudos realizados para implementação do projeto de ampliação da fábrica de ácido cítrico e citratos, cujo início ocorreu em meados de novembro de 2014. Para calcular a capacidade efetiva, a Cargill adotou como ponto de partida a capacidade nominal (que considera o uso de 100% de açúcar da cana) descontando dois fatores redutores: (i) uso da dextrose de milho que, quando comparada com o açúcar, gera perdas de rendimento e eficiência e (ii) paradas programadas.

÷Tate: quanto à capacidade instalada da Tate, importa mencionar, primeiramente, que esta foi reportada com base no seu potencial para a produção de ácido cítrico. A empresa considerou como equivalentes suas capacidades nominal e efetiva, as quais foram calculadas a partir do volume e desempenho de seus fermentadores, assim como dos percentuais de rendimento das fases de fermentação e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

recuperação. A Tate possui [CONFIDENCIAL] fermentadores operando conjuntamente. Sua operação está programada de modo que, [CONFIDENCIAL].

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade efetiva.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

Em números-índice de toneladas - base ACAE

Período	Capacidade Instalada Efetiva (A)	Produção de ACSM (B)	Grau de Ocupação (%) (C) = (B /A)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,3	100,3	100,0
P3	99,8	102,7	102,9
P4	100,7	102,8	102,1
P5	103,8	98,0	94,4

A capacidade instalada aumentou 0,3% de P1 a P2, diminuiu 0,5% de P2 a P3, e apresentou novos aumentos de 0,8% de P3 a P4 e de 3,1% de P4 a P5. Ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento da capacidade instalada em 3,8%.

A produção da indústria doméstica de ACSM em base ácido (ACAE), incluindo o material fruto de industrialização, apresentou sua única queda de P4 para P5, quando diminuiu 4,6%. Nos demais períodos houve crescimento de 0,3% em P2, 2,5% em P3 e 0,02% em P4, sempre em relação ao período anterior. Ao longo de todo período, constatou-se queda na produção de ACSM, em base ACAE, de 2%.

O grau de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica permaneceu estável de P1 para P2, aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e registrou quedas subsequentes de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Considerando os extremos da série, de P1 para P5, constatou-se queda de [CONFIDENCIAL] p.p.

7.4 Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período investigado, considerando um estoque inicial, em P1, de [CONFIDENCIAL] t. Tendo em vista o resultado da verificação **in loco** conduzida na Tate, conforme consta do respectivo relatório, os volumes de importação para a empresa foram extraídos dos dados de importação detalhados fornecidos pela RFB.

A rubrica "Outras Entradas/Saídas" refere-se a variações de estoque oriundas de variabilidade de umidade e densidade dos produtos a granel e líquido, registro de volume reprocessado e registros de quebra ou de inventário.

Mencione-se que o volume de estoque da Tate foi verificado em base comercializada. Assim, a fim de converter as quantidades verificadas para base seca, foi calculado o volume em estoque de ácido cítrico líquido, por meio da dedução do volume vendido do respectivo volume produzido. O estoque de ácido cítrico líquido assim calculado foi convertido para base seca, por meio da aplicação de percentual de [CONFIDENCIAL]%, o qual foi confirmado durante o procedimento de verificação na empresa. O resultado alcançado foi somado aos volumes de ácido cítrico anidro e dos citratos que compõem o produto similar doméstico.

Estoque Final

Em números-índice de toneladas

Período	Produção	Vendas (Industrialização)	Vendas Mercado Interno	Vendas Mercado Externo	Importações (-) Revendas	Consumo Cativo	Outras Entradas/ Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]	100,0
P2	101,8	125,5	149,5	71,9	[CONF.]	105,0	[CONF.]	59,0
P3	105,0	117,3	157,8	55,0	[CONF.]	91,1	[CONF.]	50,6
P4	105,0	123,8	163,7	48,0	[CONF.]	117,4	[CONF.]	32,1
P5	99,9	118,3	167,4	29,4	[CONF.]	189,5	[CONF.]	27,0

O estoque final de ACSM apresentou quedas durante todo o período de revisão: 41% em P2, 14,3% em P3, 36,5% em P4 e 15,8% em P5, sempre em relação ao período anterior. Considerando-se todo o período de P1 a P5, o volume do estoque final da indústria doméstica diminuiu 73%. Acerca do volume importado, a Tate realizou vendas de ácido cítrico importado da Colômbia, origem não investigada e não sujeita à medida antidumping. Segundo a empresa, "T&L adquiriu o produto investigado de empresa que contava com participação do Grupo Tate & Lyle (Sucroal S.A., antiga Sucromiles S.A.), em razão de tal participação ter sido vendida, restando a T&L comprar o estoque do produto".

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de revisão.

Relação Estoque Final/Produção

Em números-índice de toneladas

Período	Estoque Final (A)	Produção + Industrialização (B)	Relação A/B (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	59,0	101,8	58,0
P3	50,6	105,0	48,1
P4	32,1	105,0	30,6
P5	27,0	99,9	27,1

A relação estoque final/produção diminuiu em todos os períodos. As quedas registradas foram de [CONFIDENCIAL] p.p. em P2, [CONFIDENCIAL] p.p. em P3, [CONFIDENCIAL] p.p. em P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Avaliando-se os extremos da série (de P1 para P5), a relação estoque final/produção registrou queda de [CONFIDENCIAL] p.p.

7.5 Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir, elaboradas a partir dos dados confirmados durante as verificações **in loco** na Cargill e na Tate, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de ACSM pela indústria doméstica. Para a apuração do número de empregados e, consequentemente, da massa salarial desses funcionários, as empresas adotaram os seguintes critérios:

÷ Cargill: [CONFIDENCIAL].

÷ Tate: a empresa não efetuou rateio para a alocação dos empregados. A classificação dos funcionários entre as áreas de produção direta, indireta, administração e vendas foi realizada por meio do centro de custo.

Número de Empregados

Em números-índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	97,6	97,6	94,3	93,9
Administração e Vendas	100,0	104,3	104,3	102,9	95,7
Total	100,0	98,7	98,7	95,7	94,2

Observou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção registrou diminuição em todos os períodos: 2,3% em P2, 1,5% em P3, 2,1% em P4 e 0,3% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção diminuiu 6%.

Em relação aos empregados envolvidos nos setores administrativo e de vendas, foram observados aumentos de 4,3% de P1 para P2 e de 1,4% de P2 para P3. Posteriormente foram observadas quedas de 2,7% de P3 para P4 e de 6,9% de P4 para P5. O número de empregados desses setores variou negativamente em 4,3%, de P1 para P5.

Em relação ao número total de empregados houve diminuição em todos os períodos: 1,2% em P2, 1% em P3, 2,2% em P4 e 1,5% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. O número total de empregados variou negativamente em 5,7%, de P1 para P5.

Produtividade por Empregado

Em números-índice

Período	Número de empregados ligados à produção	Produção + Industrialização (t)	Produção por empregado envolvido na produção (t)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	97,6	101,8	104,3
P3	96,3	105,0	109,1
P4	94,3	105,0	111,4
P5	93,9	99,9	106,5

A produtividade por empregado ligado à produção apresentou queda apenas de P4 para P5, quando diminuiu 4,4%. Nos demais períodos os incrementos foram de 4,2% em P2, de 4,6% em P3 e de 2,1% em P4, sempre em relação ao período anterior. Assim, considerando-se todo o período de revisão (de P1 para P5), a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 6,4%.

Massa Salarial

	P1	P2	P3	P4	P5
Produção	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Administração e Vendas	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Na apuração da massa salarial para as áreas de produção, de administração e de vendas, foram utilizados os mesmos critérios adotados no cálculo do número de empregados referente a tais áreas.

A massa salarial dos empregados da linha de produção apresentou aumentos sucessivos de 3% de P1 para P2, de 14,6% de P2 para P3 e de 4,7% de P3 para P4. Em sentido oposto, de P4 para P5 este indicador sofreu redução de 5,7%. Considerando os extremos da série, de P1 para P5, a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção teve aumento de 16,6%.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas sofreu reduções de 11,1% de P1 para P2, de 5% de P2 para P3 e de 3,3% de P4 para P5. A única variação positiva da série ocorreu de P3 para P4 quando foi observado aumento de 14,3%. Considerando todo o período de revisão (de P1 para P5), a massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas teve redução de 6,7%.

Por sua vez, a massa salarial total apresentou a seguinte evolução: queda de 2,2% em P2, aumento de 8,1% em P3, novo aumento de 7,5% em P4 seguido de queda de 5% em P5, sempre em relação ao período anterior. De P1 para P5 a massa salarial total registrou aumento de 8%.

7.6 Do Demonstrativo de Resultado

7.6.1 Da receita líquida

A receita líquida da indústria doméstica refere-se às vendas líquidas de ACSM de produção própria no mercado interno, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas de frete interno.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica

Em números-índice de mil R$ atualizados

		Mercado Interno		Mercado Externo	
Período	Receita Total	Valor	% total	Valor	% total
P1	Confidencial	100,0	Confidencial	100,0	Confidencial
P2	Confidencial	155,3	Confidencial	82,2	Confidencial
P3	Confidencial	161,5	Confidencial	63,3	Confidencial
P4	Confidencial	163,2	Confidencial	63,8	Confidencial
P5	Confidencial	196,0	Confidencial	44,7	Confidencial

A receita líquida referente às vendas no mercado interno apresentou crescimento em todos os períodos: 55,3% em P2, 4% em P3, 1% em P4 e 20,1% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar todo o período de investigação de continuação/retomada dano, a receita líquida obtida com as vendas de ACSM no mercado interno cresceu 96%.

No tocante à receita líquida obtida com as exportações do produto similar, foram verificadas quedas de [CONFIDENCIAL]% de P1 para P2, de [CONFIDENCIAL]% de P2 para P3 e de [CONFIDENCIAL]% de P4 para P5. Apenas de P3 para P4 foi observado aumento de [CONFIDENCIAL]%. De P1 para P5, observou-se queda de [CONFIDENCIAL]% na receita líquida advinda da exportação de ACSM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em relação à receita líquida total, à exceção de P2 para P3, quando a receita líquida total apresentou queda de [CONFIDENCIAL]%, nos demais intervalos, houve crescimento nas seguintes proporções: [CONFIDENCIAL]% de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]% de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL]% de P4 para P5. De P1 a P5, houve aumento de [CONFIDENCIAL]% no total da receita líquida obtida com as vendas de ACSM, considerando-se os mercados interno e externo.

7.6.2 Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de ACSM.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica

Em números-índice de R$ atualizados/t

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	Confidencial
P2	103,9	Confidencial
P3	102,4	Confidencial
P4	99,7	Confidencial
P5	117,1	Confidencial

De P1 para P2, o preço médio do produto similar nacional de fabricação própria vendido no mercado interno aumentou 3,9%. No período subsequente, de P2 para P3, esse preço diminuiu 1,4%, seguido de nova redução de 2,6% de P3 para P4. De P4 para P5, houve aumento de 17,4%. Considerando os extremos da série, o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno aumentou 17,1%.

Por sua vez, o preço de venda obtido com as vendas para o mercado externo apresentou aumentos em todos os períodos: [CONFIDENCIAL]% em P2, [CONFIDENCIAL]% em P3, [CONFIDENCIAL]% em P4 e [CONFIDENCIAL]% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P1 para P5 este aumentou [CONFIDENCIAL]%.

7.6.3 Dos resultados e margens

As tabelas a seguir exibem a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de ACSM de fabricação própria no mercado interno.

Durante a verificação **in loco** na Tate, foi solicitada a segregação do CPV associado exclusivamente às vendas do ACSM integralmente fabricado pela empresa, excluindo, portanto, as vendas resultantes de industrialização para terceiros. Estas últimas têm seu custo de produção (e consequentemente seu CPV) fortemente [CONFIDENCIAL].

Todavia, quando da segregação efetuada pela empresa, verificou-se que os custos de produção são [CONFIDENCIAL]. Essa metodologia é refletida, quando do registro da venda, no CPV contabilizado.

Considerando que a [CONFIDENCIAL] nas operações de industrialização para terceiros é refletida no preço de venda (o preço médio de venda dos produtos fabricados sob esse regime chegou a ser até [CONFIDENCIAL] que o preço médio dos produtos integralmente fabricados pela Tate), e visando a tornar a análise do CPV compatível com o preço de venda praticado, o custo dos produtos vendidos da Tate utilizado na presente análise foi recalculado por meio da multiplicação do custo unitário de produção no regime de fabricação integral pela quantidade vendida, líquida de devolução, no mesmo regime.

No que se refere às despesas e receitas operacionais, foram utilizados os seguintes critérios de rateio:

÷ Cargill: com relação às despesas gerais e administrativas, a empresa [CONFIDENCIAL]. Segundo consta da petição, estas foram rateadas para os mercados interno, externo e revenda com base no volume de venda/faturado. Para as despesas e receitas financeiras, a empresa considerou [CONFIDENCIAL].

÷ Tate: a empresa rateou suas despesas totais de cada período, exclusivamente com o produto similar, utilizando como critério a participação do faturamento bruto de cada uma das seguintes categorias no somatório das três categorias, em conjunto: vendas de fabricação própria no mercado interno, vendas de fabricação própria no mercado externo e revendas nos mercados interno e externo. No entanto, considerando que o faturamento bruto é influenciado por valores que, em tese, não afetam o montante de despesas incorrido, como tributos, julgou-se mais apropriado recalcular as despesas operacionais atribuídas ao produto similar doméstico, rateando-as de acordo com os faturamentos líquidos obtidos nas categorias anteriormente mencionadas. As tabelas a seguir refletem esse recálculo.

Demonstração de Resultados

Em números-índice de mil R$ atualizados

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	155,3	161,5	163,2	196,0
CPV	100,0	149,0	153,4	152,2	177,5
Resultado Bruto	100,0	202,0	221,3	245,2	332,9
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	125,6	131,8	200,9	204,1
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	121,3	141,5	155,0	194,0
Despesas com Vendas	100,0	140,3	134,9	145,6	152,3
Resultado financeiro (RF)	100,0	95,5	10,3	562,8	357,2
Outras Despesas/Receitas Operacionais (OD)	(100,0)	(60,9)	(30,5)	166,9	(36,6)
Resultado Operacional	100,0	479,6	547,0	406,3	801,7
Resultado Operacional s/ RF	100,0	384,2	413,7	445,2	691,3
Resultado Operacional s/ RF e OD	100,0	417,8	453,5	508,8	759,4

Margens de Lucro

Em números-índice de porcentagem

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	130,1	137,0	150,2	169,9
Margem Operacional	100,0	308,9	338,7	248,9	409,1
Margem Operacional s/ RF	100,0	247,4	256,1	272,7	352,7
Margem Operacional s/ RF e OD	100,0	269,1	280,8	311,7	387,5

As outras despesas e receitas operacionais incluem rubricas como [CONFIDENCIAL].

O resultado bruto com a venda de ACSM no mercado interno apresentou aumentos de 102% em P2, 9,6% em P3, 10,8% em P4 e 35,8% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao se observar os extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 232,9% maior do que o resultado bruto verificado em P1.

A margem bruta da indústria doméstica apresentou aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Considerando-se os extremos da série, a margem bruta obtida em P5 aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. com relação a P1.

A indústria doméstica operou com lucro operacional em todos os períodos. No resultado operacional entre os períodos, houve melhoras de 379,6% de P1 para P2, e de 14,1% de P2 a P3, seguida por piora de 25,7% de P3 a P4 e melhora de 97,3% de P4 a P5. Para o período de P1 a P5, a indústria doméstica registrou melhora de 701,7% em seu resultado operacional.

De maneira semelhante, a margem operacional registrou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2, seguida de aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Ao se considerar todo o período analisado, a indústria doméstica apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional.

Ao se levar em conta o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras, observou-se aumento em todos os períodos: 284,2% em P2, 7,7% em P3, 7,6% em P4 e 55,3% em P5, sempre em relação ao período anterior. Verificou-se que o resultado operacional apresentou aumento de 591,3% de P1 a P5.

Em relação à margem operacional sem receitas e despesas financeiras, foram observados aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Quando se considera os extremos da série, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5.

Ao se levar em conta o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras despesas e receitas, foram verificados sucessivos aumentos: 317,8% em P2, 8,5% em P3, 12,2% em P4 e 49,2% em P5. Se considerados os extremos da série, de P1 para P5, o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras receitas e despesas operacionais apresentou aumento de 659,4%.

Em relação à margem operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras despesas e receitas, houve aumentos sucessivos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. De P1 para P5 observou-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p.

Demonstração de Resultados

Em números-índice de R$/t atualizados

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	103,9	102,4	99,7	117,1
CPV	100,0	99,7	97,3	93,0	106,1
Resultado Bruto	100,0	135,1	140,3	149,8	198,9
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	84,0	83,5	122,7	121,9
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	81,1	89,7	94,7	115,9
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	93,8	85,5	89,0	91,0
Despesas/Receitas Financeiras (RF)	100,0	63,9	6,5	343,8	213,4
Outras Despesas/Receitas Operacionais (OD)	(100,0)	(40,8)	(19,4)	102,0	(21,9)
Resultado Operacional	100,0	320,8	346,7	248,2	479,0
Resultado Operacional s/ RF	100,0	257,0	262,2	272,0	413,1
Resultado Operacional s/ RF e OD	100,0	279,5	287,4	310,8	453,7

Verificou-se que o CPV unitário diminuiu em P2 (-0,3%), em P3 (-2,4%) e em P4 (-4,4%) e subiu em P5 (+14,1%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando os extremos da série, o CPV unitário aumentou 6,1%.

Com relação ao resultado bruto unitário, verificaram-se aumentos de 35,1% de P1 para P2, de 3,8% de P2 para P3, de 6,8% de P3 para P4 e de 32,8% de P4 para P5. De P1 para P5 o indicador apresentou aumento de 98,9%.

Em relação às despesas operacionais unitárias, observaram-se quedas de 16% de P1 para P2, de 0,6% de P2 para P3, aumento de 46,9% de P3 para P4 e nova queda de 0,6% de P4 para P5. Com efeito, as despesas operacionais por tonelada aumentaram 21,9% de P1 para P5.

Considerando o CPV e as despesas operacionais, ambos unitários e tomados em conjunto, observou-se queda em P2 ([CONFIDENCIAL]%), em P3 ([CONFIDENCIAL]%) e em P4 ([CONFIDENCIAL]%) com posterior aumento de [CONFIDENCIAL]% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se os extremos da série, houve queda de [CONFIDENCIAL]%, de P1 para P5.

O resultado operacional unitário apresentou aumento de 220,8% de P1 para P2, aumento de 8,1% de P2 para P3, seguido por queda de 28,4% de P3 para P4 e novo aumento de 93% de P4 para P5, acumulando aumento de 379,0% de P1 para P5.

O resultado operacional unitário excluindo-se o resultado financeiro apresentou aumentos em todos os períodos da série: 157% em P2, 2% em P3, 3,7% em P4 e 51,9% em P5, sempre em relação ao período anterior. Considerando-se os extremos da série, houve aumento de 313,1% de P1 para P5.

O resultado operacional unitário excluindo-se o resultado financeiro e outras despesas e outras receitas apresentou sucessivos aumentos de 179,5% em P2, 2,8% em P3, 8,1% em P4 e 46% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se os extremos da série, houve aumento de 353,7% de P1 para P5.

7.7 Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1 Dos custos

Com relação ao custo de produção, as empresas adotaram a seguinte metodologia para o seu registro:

÷ Cargill: durante o processo produtivo os custos incorridos na produção [CONFIDENCIAL]. No que se refere ao custo das matérias-primas, [CONFIDENCIAL], os custos com açúcar foram ajustados para refletir o preço de mercado. Ajuste semelhante foi feito em relação à dextrose, que é produzida pela própria Cargill em planta situada no mesmo complexo industrial e cujo preço de transferência foi ajustado para refletir o preço da dextrose no mercado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

÷ Tate: quando é iniciada a fabricação de algum produto, é gerada uma requisição pelo departamento de produção, solicitando ao almoxarifado os materiais necessários (matérias-primas, insumos etc.). Em virtude dessa solicitação, é efetuado lançamento contábil de [CONFIDENCIAL]. Os demais custos de fabricação, além daqueles provenientes do almoxarifado (água, vapor, energia, estação de tratamento etc.), são registrados nas respectivas contas [CONFIDENCIAL]. À medida que os produtos são acabados, são registrados no estoque pelo [CONFIDENCIAL]. Ao final do mês, os custos acumulados nas contas de custos[CONFIDENCIAL].

No que se refere à Tate, destaque-se que foi necessário segregar o custo referente aos produtos integralmente fabricados pela empresa daqueles referentes às operações de industrialização, a partir do [CONFIDENCIAL], de modo a se evitarem distorções na análise do indicador para fins de exame de continuação/retomada de dano. Isso porque, em sua contabilidade, os custos com a aquisição de [CONFIDENCIAL].

Para tanto, os custos efetivos de aquisição de [CONFIDENCIAL] incorridos pela produtora foram integralmente atribuídos ao regime de fabricação integral de ACSM. O mesmo ocorreu com os custos de compra de [CONFIDENCIAL].

Os demais custos incorridos foram rateados entre os regimes de fabricação integral e industrialização para terceiros, de acordo com as respectivas quantidades produzidas.

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação (integral) de ACSM pela indústria doméstica.

Custo de Produção

Em números-índice de R$/t atualizados

Período	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	100,2	95,6	91,2	108,1
1.1 - Matéria-prima	100,0	93,3	84,8	78,7	87,4
1.2 - Outros insumos	100,0	129,1	142,3	133,5	153,3
1.3 - Utilidades	100,0	99,1	93,0	90,2	130,4
1.4 - Outros custos variáveis	100,0	97,8	92,5	101,8	98,3
2 - Custos Fixos	100,0	101,4	108,3	113,9	121,9
2.1 - Mão de obra direta	100,0	101,2	114,1	120,2	119,0
2.2 - Depreciação	100,0	88,1	89,3	103,0	156,5
2.3 - Vapor	100,0	109,4	122,4	147,2	160,7
2.4 - Energia	100,0	92,3	45,7	54,7	61,3
2.5 - Outros custos fixos	100,0	109,1	123,3	117,9	128,5
Custo de Produção (1+2)	**100,0**	**100,4**	**97,7**	**94,9**	**110,3**

O custo de produção por tonelada do produto similar doméstico apresentou crescimentos de 0,4% de P1 para P2 e de 16,2% de P4 para P5. Nos demais períodos foram observadas quedas de 2,7% de P2 para P3 e de 2,8% de P3 para P4. Dessa forma, considerando-se os extremos da série, observou-se aumento de 10,3% do custo de produção do produto similar doméstico.

7.7.2 Da relação custo de produção/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de revisão, referente ao ACSM.

Participação do Custo no Preço de Venda

Em números-índice de R$ atualizados/t e de porcentagem

Período	Preço de Venda Mercado Interno (A)	Custo de Produção (B)	Relação (%) (B/A)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	103,9	100,4	96,7
P3	102,4	97,7	95,4
P4	99,7	94,9	95,2
P5	117,1	110,3	94,2

Observou-se que a relação custo de produção/preço diminuiu em todos os períodos de análise: [CONFIDENCIAL] p.p de P1 a P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Ao se considerar todo o período (P1 a P5), a relação custo de produção/preço diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

7.8 Do fluxo de caixa

As tabelas a seguir demonstram o fluxo de caixa da indústria doméstica. Devido ao fato de os dados da Cargill terem sido reportados com base em anos fechados e os da Tate com base nos períodos de revisão, foi necessário segregar a análise do fluxo de caixa. Os valores se referem ao fluxo de caixa das empresas como um todo e não especificamente ao produto similar.

Fluxo de Caixa Cargill

Em números-índice de mil R$ atualizados

Período	2011	2012	2013	2014	2015
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	54,6	534,5	282,0	20,8
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-100,0	-26,6	-41,7	-49,4	-55,7
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	17,9	-17,4	-35,8	39,9
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	17,4	105,8	-56,9	3,4

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa apresentou valores positivos em todos os períodos à exceção de P4. Nesse sentido, constataram-se as seguintes variações: queda de 82,6% de P1 para P2, aumento de 507,8% de P2 para P3, queda de 153,8% de P3 para P4 e aumento de 106% de P4 para P5. De P1 para P5 observou-se queda de 96,6% no fluxo de caixa da Cargill.

Fluxo de Caixa Tate

Em números-índice de mil R$ atualizados

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-100,0	55,4	69,4	185,2	73,8
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-100,0	-153,3	-319,1	-432,6	-268,3
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	-	-	-	-
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	-100,0	11,3	-12,5	54,9	1,7

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa oscilou significativamente ao longo do período de revisão. Nesse sentido, constataram-se as seguintes variações: aumentos de P1 para P2 (111,3%) e de P3 para P4 (538,4%) e quedas de P2 para P3 (210,4%) e de P4 para P5 (97%). Ao analisar os extremos da série, de P1 para P5, houve variação positiva de 101,7% no fluxo de caixa.

7.9 Do retorno sobre investimentos

De forma semelhante ao item anterior, a análise do retorno dos investimentos também teve de ser segregada, devido ao fato de os dados da Cargill terem sido reportados com base em anos fechados e os da Tate com base nos períodos de revisão.

Retorno sobre Investimentos Cargill

Em números-índice de mil R$ atualizados

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	181,8	170,7	214,8	185,6
Ativo Total (B)	100,0	97,0	104,1	109,5	158,5
Retorno (A/B) (%)	**100,0**	**187,5**	**164,0**	**196,2**	**117,1**

A taxa de retorno sobre investimentos da Cargill aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, para, em sequência, apresentar queda na ordem de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. De P3 para P4 foi observado crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. e de P4 para P5 nova queda de [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando a totalidade do período de revisão, houve crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. do indicador em questão.

Retorno sobre Investimentos Tate

Em números-índice de mil R$ atualizados

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	418,4	603,6	627,3	937,0
Ativo Total (B)	100,0	115,2	131,6	145,6	137,7
Retorno (A/B) (%)	100,0	363,1	458,6	430,7	680,6

A taxa de retorno sobre investimentos da Tate aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 para, em sequência, apresentar queda na ordem de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, seguida de novo aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Considerando a totalidade do período de investigação de dano, houve crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. do indicador em questão.

7.10 Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, a metodologia usualmente adotada envolve o cálculo dos índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, e não exclusivamente para o produto similar. O índice de liquidez geral indica a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Contudo, devido ao fato de a estrutura dos [CONFIDENCIAL] da Tate não permitir a realização do cálculo dos índices supracitados e devido [CONFIDENCIAL], não foi possível, no presente caso, proceder dessa forma. Apesar disso, destaque-se que conforme informações prestadas na petição e nas informações complementares, as empresas não tiveram dificuldades de captar recursos durante o período de análise.

7.11 Do crescimento da indústria doméstica

Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de vendas no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica cresceu no período de revisão. O volume de vendas para o mercado interno foi incrementado em 67,4% de P1 para P5, frente a expansão do mercado brasileiro de 12,8% e do CNA de 13,3% no mesmo intervalo.

Com isso, a indústria doméstica logrou aumentar sua participação no mercado brasileiro e no CNA em, respectivamente, [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., de P1 a P5.

7.12 Da conclusão acerca dos indicadores da indústria doméstica

Da análise dos indicadores da indústria doméstica, constatou-se que, embora a produção tenha permanecido praticamente estável entre P1 e P5 (aumento de 0,7%) e caído 3,5% de P4 para P5, o volume de vendas internas da indústria doméstica cresceu 67,4% de P1 para P5 e 2,2% de P4 para P5. Por seu turno, o mercado brasileiro do produto cresceu 12,8% de P1 para P5 e sofreu contração de 4,7% de P4 para P5. Com isso, a participação das vendas internas no mercado aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Já a participação das vendas da indústria doméstica no consumo nacional aparente aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5.

Ressalte-se que, de P1 a P5, o grau de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica equivaleu a, no mínimo, [CONFIDENCIAL]% (em P5), chegando a alcançar [CONFIDENCIAL]% em P3.

O nível de estoques, por sua vez, apresentou quedas de 73% de P1 para P5 e de 15,8% de P4 para P5, fazendo com que a relação estoque final/produção (incluindo produção sob regime de industrialização) melhorasse em [CONFIDENCIAL] p.p. e em [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, nos mesmos períodos.

Ainda em relação às vendas internas, verificou-se que, de P1 para P5, a receita líquida cresceu de forma mais acentuada (+96%) que o volume vendido (+67,4%), devido ao aumento do preço médio (+17,1%) de tais vendas nesse mesmo intervalo. Igualmente, de P4 para P5, a receita líquida nas vendas internas aumentou (+20,1%) em proporção maior que a quantidade vendida (+2,2%), em função de o preço médio das vendas internas ter apresentado aumento (+17,4%).

Conquanto o custo de produção unitário tenha aumentado de P1 para P5 e de P4 para P5 (10,3% e 16,2%, respectivamente), os incrementos observados nos mesmos períodos nos preços de venda foram superiores, o que fez com que a relação custo de produção/preço apresentasse melhoras de [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente.

O CPV unitário, seguindo a tendência do custo de produção, majorou-se de P1 a P5 (6,1%) e de P4 para P5 (14,1%). Todavia, mais uma vez, dado que as majorações no preço de venda foram superiores, observaram-se melhoras no resultado bruto unitário da empresa de 98,9% (de P1 para P5) e de 32,8% (de P4 para P5).

Essas elevações no resultado bruto revelaram-se significativamente superiores às constatadas nas despesas operacionais, o que levou o resultado operacional a crescer 379% de P1 para P5 e 93% de P4 para P5. Ao se desconsiderarem, primeiramente, as despesas e receitas financeiras e, em seguida, as outras despesas e receitas operacionais, os incrementos observados de P1 para P5 e de P4 para P5, respectivamente, foram de 313,1% e 51,9% (resultado operacional, exceto resultado financeiro) e 353,7% e 46% (resultado operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais).

Na mesma direção, as margens de lucro bruta, operacional, operacional exceto resultado financeiro e operacional exceto resultado financeiro e outras receitas e despesas operacionais aumentaram, de P1 para P5, [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente. De P4 para P5, esses aumentos foram de [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p.

Como se denota, durante o período de análise de continuação/retomada de dano, houve significativa melhora nos indicadores de desempenho da indústria doméstica, especialmente no que tange aos seus volumes de venda, participação no mercado brasileiro e no CNA, faturamento e rentabilidade.

Com isso, é possível inferir que as medidas antidumping impostas foram suficientes para neutralizar o dano à indústria doméstica causado pelas importações objeto de dumping.

8 DA CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Para fins de análise de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica, foram levados em consideração dados dos produtores domésticos Cargill e Tate, conforme apresentados na petição e verificados **in loco**, além das respostas ao questionário do importador.

8.1 Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva da medida

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas à medida, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência desta.

Em face do exposto no item 7, concluiu-se que, ao longo da vigência da medida antidumping, o dano à indústria doméstica cessou. De P1 para P5, as vendas da indústria doméstica no mercado interno aumentaram 67,3%, principalmente devido ao incremento de 49,5% ocorrido de P1 para P2. Os indicadores da indústria doméstica apresentaram melhora no período, sendo que o preço subiu 17,2% de P1 para P5, em proporção superior ao aumento dos custos de produção no mesmo período, que foi de 10,3%.

Nessa linha, no que diz respeito aos indicadores financeiros, a indústria doméstica teve melhora em todos os seus resultados e margens em razão da melhora na relação custo/preço, além de ter operado durante todo o período de análise de probabilidade de retomada ou continuação de dano com lucros operacionais, seja considerando ou desconsiderando o resultado financeiro ou as outras despesas/receitas operacionais.

8.2 Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas à medida, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência desta e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Ante ao exposto no item 6, concluiu-se que durante o período de vigência da medida antidumping, as importações de ACSM originárias da China diminuíram tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo. Em termos absolutos, a China exportou [CONFIDENCIAL] t de ACSM em P5 (abril de 2015 a março de 2016), sendo que exportou [CONFIDENCIAL] t em P1 (abril de 2011 a março de 2012), o que representou, portanto, queda de 65,2% de P1 para P5. A representatividade das importações originárias da China no mercado brasileiro caiu: passou de [CONFIDENCIAL]% em P1 para [CONFIDENCIAL]% em P5. Essa tendência de queda também foi observada na relação entre as importações sujeitas ao direito antidumping e ao compromisso de preços e a produção nacional, que passou de [CONFIDENCIAL]% em P1 para [CONFIDENCIAL]% em P5.

Cabe ressaltar que o volume exportado pela China para o mundo, o qual aumentou de cerca de setecentas e setenta e duas mil toneladas em P1 para cerca de novecentas e sessenta e seis mil toneladas em P5, conforme detalhado no item 5.4, equivaleu, em P5, a quase [CONFIDENCIAL] o mercado brasileiro do mesmo período, que totalizou aproximadamente [CONFIDENCIAL] toneladas.

Não se pode deixar de mencionar, também, que durante o período de análise de dano da investigação original e, portanto, anteriormente à imposição das medidas antidumping, as importações a preços de dumping originárias da China cresceram 221,5%.

Ante o exposto e considerando a atual situação de sobrecapacidade produtiva da China, caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente os produtores/exportadores chineses retomarão as exportações do produto objeto da medida antidumping para o Brasil em quantidades substanciais, de forma que a indústria doméstica voltará, por meio dos efeitos do dumping, a sofrer dano decorrente de tais importações.

8.3 Do preço provável das importações com dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas à medida, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim buscou-se avaliar o efeito das importações sujeitas à medida sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, que ocorre quando as importações objeto da medida antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da China, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB. Observou-se que o preço médio CIF das exportações chinesas de ACSM apresentou comportamento delimitado pelo compromisso de preço, uma vez que o termo firmado estabelece condições específicas na composição do preço do produto objeto da medida antidumping, conforme detalhado no item 1.2.

Em seguida, foram adicionados os valores das despesas de internação, apuradas a partir das respostas ao questionário do importador, aplicando-se o percentual de 2,9% sobre o valor CIF de cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB. Somaram-se ainda os seguintes valores obtidos a partir dos dados fornecidos pela RFB: (i) Imposto de Importação; (ii) Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, cujo percentual de 25% fora aplicado sobre os valores do frete internacional de cada uma das operações de importação pertinentes constantes dos dados da RFB; e (iii) o valor unitário, em reais, do direito antidumping recolhido durante cada período.

Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo e aquelas realizadas ao amparo do regime especial de **drawback**. Por fim, os preços internados do produto originário da China foram atualizados com base no IPA-OG-PI, a fim de se obter os valores presentes em reais e compará-los com os preços da indústria doméstica, também atualizados.

Destaque-se que a cada uma das operações de importação que constam dos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB foi atribuído um CODIP baseado na descrição do produto e uma categoria de cliente, obtida da seguinte forma: para os importadores que responderam ao questionário do importador ou que adquiriram produtos de produtores chineses que responderam ao questionário do produtor/exportador, foi utilizada a categoria de cliente contida no questionário; para os demais, a categoria de cliente foi apurada levando-se em consideração a classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), consultado por meio do sítio da RFB.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os preços da indústria doméstica foram apurados pela razão entre o faturamento líquido (excluído o frete sobre vendas), em reais corrigidos, e a quantidade vendida, em toneladas no mercado interno no período de revisão, por CODIP e por categoria de cliente, conforme dados verificados **in loco** na Cargill e na Tate.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de revisão.

Comparação entre os preços do produto com indícios de dumping e do produto similar nacional

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF R$/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Imposto de Importação R$/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
AFRMM R$/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Direito Antidumping R$/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Despesas de Internação R$/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
CIF Internado R$/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
CIF Internado R$ atualizados/(t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Preço Ind. Doméstica números-índice de R$ atualizados/(t)	100,0	108,4	101,9	100,4	123,7
Subcotação números-índice de R$ atualizados/(t)	100,0	(51,5)	(62,2)	(90,0)	(59,8)

Ao analisar a tabela constatou-se que durante o período de revisão o preço médio CIF internado (R$/t) no Brasil do produto importado da origem objeto da medida antidumping esteve subcotado em P1 em relação ao preço da indústria doméstica. É importante rememorar que o direito antidumping provisório da investigação original somente foi aplicado em 26 de janeiro de 2012. Logo, durante praticamente dez dos doze meses de P1 (abril de 2011 a março de 2012), a indústria doméstica esteve desprotegida pela ausência de aplicação de medida antidumping, o que, dado os efeitos do dumping, ocasionou a subcotação verificada. Nos demais períodos o direito antidumping aplicado, bem como o compromisso de preços, neutralizaram a subcotação observada.

É possível notar depressão de preços da indústria doméstica de P2 a P3 e de P3 a P4, a qual, todavia, não pode ser atribuída às importações sujeitas à medida, haja vista que estas nem sequer entraram subcotadas no mercado brasileiro em P3 e em P4. Verificou-se ainda que a relação custo de produção/preço se contraiu sucessivamente durante todo o período de análise, tendo acumulado queda de [CONFIDENCIAL] p.p. no período, não se constatando, portanto, a ocorrência de supressão do preço da indústria doméstica. De P1 a P5, a indústria doméstica acumulou incremento de 17,2% em seu preço de venda.

Ressalte-se que o preço de importação apresentado no quadro anterior apresentava os efeitos do compromisso de preço firmado. Dessa forma, em que pese não ter havido subcotação de P2 a P5, não é possível concluir pela inaptidão das importações a preços de dumping para causar dano à indústria doméstica, caso extintas as medidas antidumping em vigor. Ao revés, observa-se que, em P1 desta revisão e em todo o período de análise de dano da investigação original (com exceção de P3), as importações de ACSM originárias da China estiveram significativamente subcotadas em relação ao preço praticado pela indústria doméstica. Essa subcotação ocasionou a depressão e a supressão dos preços durante o período de análise de dano da investigação original.

Considerando a influência do compromisso de preços no preço de exportação da China para o Brasil, buscou-se, ainda, averiguar qual seria o preço provável da China para o Brasil, caso fosse extinta a medida antidumping, a partir das exportações daquele país para outros mercados estrangeiros. De acordo com dados extraídos do Trade Map, o mercado de destino das exportações chinesas que mais se aproximou do Brasil, em termos de volume vendido de ACSM, em P5, foi a Colômbia. No entanto, descartou-se o preço praticado para esse país, uma vez que há direito antidumping vigente aplicado pela Colômbia contra as importações chinesas de citrato de sódio.

Assim, utilizou-se o segundo destino das exportações chinesas mais próximo do Brasil, em termos de volume vendido de ACSM, qual seja, Taipé Chinês. O preço praticado para aquele destino, na condição FOB, correspondeu a US$ 708,45/t em P5.

Esse preço foi internalizado no mercado brasileiro e comparado com o preço da indústria doméstica no período, de acordo com a mesma metodologia explicada anteriormente. Ressalte-se, no entanto, que o frete e seguro internacionais foram calculados para as exportações da China para o Brasil, a partir dos dados da RFB. Já o Imposto de Importação foi calculado a partir da alíquota efetiva verificada nas mesmas importações em P5. A tabela abaixo sintetiza os cálculos efetuados

Comparação entre o preço provável das exportações de ACSM para o Brasil (a partir das exportações da China para Taipé Chinês) e o produto similar nacional

	P5
Preço FOB da China para Taipé Chinês US$/(t)	708,45
Taxa de câmbio média de P5	3,59
Preço FOB da China para Taipé Chinês R$/(t)	2.543,70
Frete China - Brasil R$/(t)	[CONF.]
Seguro China - Brasil R$/(t)	[CONF.]
CIF R$/(t)	[CONF.]
Imposto de Importação R$/(t)	[CONF.]
AFRMM R$/(t)	[CONF.]
Direito Antidumping R$/(t)	[CONF.]
Despesas de Internação R$/(t)	[CONF.]
CIF Internado R$/(t)	[CONF.]
Preço Ind. Doméstica R$/(t)	[CONF.]
Subcotação R$/(t)	[CONF.]

O exercício anterior mostra que, caso o direito seja retirado, a China tenderia a praticar preço próximo ao praticado ao Taipé Chinês e, dessa forma, entraria subcotado no mercado brasileiro, causando dano à indústria doméstica.

Conclui-se, a partir do disposto anteriormente, que, na ausência dos efeitos do compromisso de preços ou do direito antidumping, as exportações de ACMS da China para o Brasil, provavelmente, voltariam a ingressar no mercado brasileiro subcotadas em relação ao preço da indústria doméstica. Assim, é provável que, caso sejam extintas as medidas em vigor, os preços dos produtos importados da China diminuam e voltem a causar dano à indústria doméstica.

8.4 Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, buscou-se avaliar o impacto das importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Conforme já analisado, constatou-se que a aplicação da medida antidumping acabou por extinguir o dano à indústria doméstica, tendo as importações do produto objeto da medida antidumping sofrido queda de 65,2% ao longo do período de vigência do direito. Desse modo, pode-se concluir que tais importações não impactaram negativamente os indicadores da indústria doméstica durante o período de vigência da medida antidumping.

No entanto, ao se examinar o potencial exportador da China, explicitado no item 5.4, concluiu-se que seu volume exportado para o mundo, além de haver crescido 25% de P1 a P5, revelou-se, no último período (P5), significativamente superior ao mercado brasileiro e ao consumo nacional aparente. De modo análogo, considerando-se somente as empresas produtoras que responderam o questionário do produtor/exportador (COFCO Anhui, COFCO Maanshan e RZBC), a capacidade instalada para fabricação do ACSM corresponde a [CONFIDENCIAL] vezes a demanda brasileira em P5. Some-se a isso o fato de que a China se encontra em situação de significante sobrecapacidade para a produção de ácido cítrico.

Esses fatores indicam que, caso a medida antidumping seja extinta, as exportações chinesas destinadas ao Brasil a preços de dumping, muito provavelmente, voltarão a atingir volumes significativos, tanto em termos absolutos quanto em relação ao consumo e à produção, a exemplo do verificado na investigação original, o que acarretará a retomada do dano à indústria doméstica.

8.5 Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas à medida, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

O mercado brasileiro expandiu-se em 12,8% de P1 a P5. Presumindo-se a mesma taxa de expansão para os próximos cinco anos, tem-se ao final do período um consumo interno de aproximadamente [CONFIDENCIAL] mil toneladas. Tal consumo permanecerá bem inferior ao volume exportado pela China em P5, de 966.024,6 toneladas e à capacidade instalada das produtoras chinesas que responderam o questionário ([CONFIDENCIAL] t) ou à capacidade instalada divulgada pelo estudo da CCM Data & Business Intelligence (1.680.000 t/ano em 2015). Isso demonstra que o direcionamento de uma pequena parcela desse potencial exportador para o Brasil muito provavelmente seria suficiente para levar à retomada do dano à indústria doméstica caso as medidas fossem extintas. Não se pode esquecer, também, que, em direção oposta às suas exportações para o Brasil, que se retraíram 65,2% de P1 a P5, dados os efeitos das medidas impostas, as exportações da China para o mundo cresceram 25% de P1 a P5, segundo dados extraídos do Trade Map.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ademais, conforme explicitado no item 5.5, houve imposição de medidas de defesa comercial contra importações de ACSM oriundas da China por outros mercados ao longo do período de revisão, o que reforça o argumento de que caso as medidas antidumping sejam extintas, parte das exportações chinesas a preços de dumping voltarão a provocar dano à indústria doméstica.

8.6 Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas à medida, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

As importações de ACSM oriundas de outras origens representaram tão somente [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro e [CONFIDENCIAL]% do consumo nacional aparente em P5.

Adicionalmente, não foram observados progressos tecnológicos ou impactos de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos – já que a alíquota efetiva do imposto de importação para o produto objeto da medida antidumping se manteve em 12% durante todo o período de revisão. Ademais, tampouco se observaram práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e à concorrência entre eles. Da mesma forma, não houve contração na demanda, tampouco participação significativa do consumo cativo da indústria doméstica no consumo nacional aparente, além de a aquisição de ACSM importado pela indústria doméstica não ter tido impacto significante.

Finalmente, as exportações da indústria doméstica caíram de P1 a P5 (70,6%). Não obstante, o volume total de vendas da Tate e da Cargill, considerados os mercados interno e externo em conjunto, aumentou 10,4% no mesmo período. Com isso, infere-se que não houve impacto da redução das exportações nos custos fixos, tampouco priorização do mercado externo em detrimento do interno.

Ante o exposto, concluiu-se que, caso a medida antidumping não seja renovada, o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica não afastará eventual dano a ser retomado em razão de tais importações.

8.7 Das manifestações sobre a continuação ou retomada do dano

Em suas alegações finais protocoladas em 1º de setembro de 2017, a ABIACID, ao analisar e discorrer sobre o conteúdo do item 8.3 deste documento, chegou à conclusão de que, na ausência dos efeitos do direito antidumping, as exportações de ACSM da China para o Brasil certamente voltariam a ingressar no mercado brasileiro subcotadas com relação ao preço do produto nacional, o que ocasionaria prejuízos à indústria doméstica e ao mercado brasileiro de ACSM.

Acerca da continuação ou retomada do dano, a ABIACID, ao analisar o comportamento das importações e dos indicadores da indústria doméstica, concluiu que as medidas impostas teriam sido eficazes em combater o dano imposto à indústria doméstica. Observou ainda que a queda das importações teria levado à diminuição da participação no mercado brasileiro das importações objeto da medida antidumping, o que em conjunto com o crescimento do mercado brasileiro de ACSM fez com que aumentasse a participação da indústria doméstica no mercado. Por fim, analisando os indicadores presentes nos itens 7 deste documento, a ABIACID chegou à mesma conclusão que a autoridade investigadora, qual seja, de que durante o período de análise de continuação/retomada do dano, houve significativa melhora nos indicadores de desempenho da indústria doméstica.

8.8 Dos comentários acerca das manifestações

Acerca da manifestação da ABIACID, por conter argumentos alinhados com o disposto nos itens anteriores e com as conclusões da autoridade investigadora, não há necessidade de contra argumentação.

8.9 Da conclusão a respeito da continuação ou retomada do dano

Concluiu-se que caso a medida antidumping não seja prorrogada as exportações de ACSM da China para o Brasil, realizadas a preços de dumping, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo. Isso, muito provavelmente, levará à retomada do dano à indústria doméstica, considerando ainda a elevada capacidade de produção e de exportação chinesas.

9 DO CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING DEFINITIVO

Conforme dispõe o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, o prazo de aplicação de um direito antidumping poderá ser prorrogado, desde que demonstrado que a extinção desse direito levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano decorrente de tal prática.

No caso em tela, ficou caracterizada a continuação de dumping nas exportações de ACSM da china para o Brasil, durante o período de revisão de dumping, bem como a probabilidade de retomada de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Tendo em vista a melhora dos indicadores apresentados pela indústria doméstica ao longo do período de revisão, considerou-se que o compromisso de preço firmado e o direito antidumping aplicado às importações se mostraram suficientes para neutralizar os efeitos danosos causados pelas exportações chinesas a preço de dumping.

Adicionalmente, cabe ressaltar que, nos termos do §2º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação do direito antidumping, se a margem de dumping calculada para o período da revisão não refletir o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão, o direito poderá ser prorrogado sem alteração.

No presente processo, tem-se que o preço das exportações do Grupo COFCO e do Grupo RZBC ao longo do período de revisão foi sempre muito próximo ao piso estabelecido pelo compromisso de preço, sendo que a função do compromisso é apenas estabelecer um valor mínimo, não havendo impedimentos à empresa signatária para realizar exportações para o Brasil a preços superiores ao compromissado. Dessa forma, chegou-se à conclusão de que o compromisso de preços foi eficaz em evitar que os preços das exportações do produto objeto da medida antidumping fossem ainda mais baixos, conclusão corroborada pelo fato de terem sido verificados, ao longo do período de revisão, preços de exportação da China para outros destinos inferiores aos das exportações para o Brasil.

Considerou-se, portanto, que o comportamento das exportações dos produtores/exportadores signatários do compromisso foi pautado estritamente por este compromisso, e diferiu do comportamento verificado nas exportações para outros destinos. Nesse sentido, conclui-se que a margem de dumping calculada para o período de revisão não reflete o comportamento dos produtores/exportadores durante a totalidade do período de revisão, conforme previsto no §2º do art. 107 do Regulamento Brasileiro.

10 DA RECOMENDAÇÃO

Consoante análise precedente, ficou demonstrado que a extinção do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de ACSM, originárias da China, muito provavelmente levará à continuação do dumping e à retomada do dano à indústria doméstica dele decorrente.

Assim, nos termos do art. 106 c/c art. 107 do Regulamento Brasileiro, propõe-se o encerramento da investigação, com a prorrogação da medida antidumping aplicada a este produto, por um período de até cinco anos conforme quadro abaixo. Em relação aos produtores/exportadores COFCO Anhui, COFCO Manshan e RZBC, propõe-se a homologação de compromisso de preço, conforme cláusulas constantes dos Anexos V e VI.

Em US$/t

Produtor/Exportador	Direito Antidumping
TTCA Co. Ltd.	861,50
Weifang Ensign Industry Co. Ltd.	861,50
RZBC Co., Ltd.	861,50
Anhui BBCA International Co. Ltd.	835,32
Anhui BBCA Pharmaceutical Co., Ltd.	
Anhui Koyo Imp. & Exp. Co. Ltd.	
Augmentus Ltd. China	
Changle Victor Trading Co. Ltd.	
Changsha Newsky Chemical Co. Ltd.	
Dalian Platinum Chemicals Co. Ltd.	
Farmasino Pharmaceuticals (Jiangsu) Co. Ltd.	
Foodchem International Corporation	
Gansu Xuejing Biochemical Co. Ltd.	
Gansu Xuejing Imp & Exp Co., Ltd	
Hainan Zhongxin Chemical Co. Ltd.	
Hangzhou Ruijiang Chemical Co. Ltd.	
Huangshi Xinghua Biochemical Co. Ltd.	
Huber Group	
Hugestone Enterprise Co. Ltd.	
Hunan Dongting Citric Acid Chemicals Co. Ltd.	
Jiali Bio Group (Qingdao) Ltd.	
Jiangsu Gadot Nuobei Biochemical Co. Ltd.	
Jiangsu Lemon Chemical & Technology Co.	
Juxianhongde Citriccid Co. Ltd.	
Kelco Chemicals Co.Ltd.	
Laiwu Taihe Biochemistry Co. Ltd.	
Lianyungang Mupro Imp. & Exp. Co. Ltd.	
Lianyungang Samin Food Additives Co. Ltd.	
Lianyungang Shuren Scientific Creation Imp. & Exp. Co. Ltd.	
Lianyungang Zhong Fu Imp & Exp. Co. Ltd.	
Linyi Yingtai Economic and Trading Co. Ltd.	
Nantong Feiyu Fine Chemical Co. Ltd.	
New Step Industry Co. Ltd.	
Natiprol Lianyungang Co	
Norbright Industry Co. Ltd.	
Qingdao Century Longlive Intl. Trade Co. Ltd.	
Qingdao Sun Chemical Corporation Ltd.	
Reephos Chemical Co. Ltd.	
Shangai Fenhe International Co. Ltd.	

Shanghai Trustin Chemical Co. Ltd.	
Shenzhen Sed Industry Co. Ltd.	
Shihezi City Changyun Biochemical Co. Ltd.	
Sigma-Aldrich China Inc.	
Sinochem Ningbo Ltd.	
Sinochem Qingdao Co. Ltd.	
Tianjin Chengyi International Trading Co. Ltd.	
TTCA Co. Ltd. West	
Wenda Co Ltd	
Yixing Zhenfen Medical Chemical Co. Ltd.	
Yixing-Union Biochemical Co. Ltd.	
Zhangzhou Hongbin Import & Export Trading Co. Ltd.	
Zhejiang Chemicals Import & Export Corporation	
Zhejiang Chun-An Foreign Trade Co. Ltd.	
Zhejiang Medicines and Health Products Imp. & Exp. Co. Ltd.	
Demais	861,50

RESOLUÇÃO Nº 83, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Torna pública a extinção do direito **antidumping** definitivo aplicado às importações brasileiras de borrachas E-SBR, originárias da União Europeia.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, tendo em vista a deliberação em sua 151ª reunião, realizada em 11 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5°, § 4°, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no art. 6° da Lei n° 9.019, de 30 de março de 1995, no art. 2°, inciso XV, do Decreto n° 4.732, de 10 de junho de 2003 e no art. 3°, § 2º, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013,

Considerando o que consta da Nota Técnica nº 35/2017/SAIN/MF-DF e as conclusões do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP, em reunião realizada em 04 de outubro de 2017, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Tornar pública a extinção do direito **antidumping** aplicado e suspenso pela Resolução CAMEX nº 110/2015, com suspensão prorrogada por um ano pela Resolução CAMEX nº 96/2016, às importações brasileiras de borracha de estireno-butadieno polimerizada em emulsão a frio (E-SBR), originárias da União Europeia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando a aprovação dos pedidos de redução tarifária pelo Gecex em suas 145ª e 148ª reuniões, realizadas, respectivamente, em 15 de fevereiro de 2017 e em 4 de julho de 2017;

Considerando o disposto nas Diretrizes nº 48 e nº 50, ambas de 28 de setembro de 2017, da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM, e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve**, ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 3 meses, conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
3907.90.90	Outros Ex 001 - Copolímero de ácido tereftálico, ciclohexanodimetanol e etileno glicol, com viscosidade inerente superior ou igual a 0,54 e inferior ou igual a 0,80 Ex 002 - Copolímero de ácido tereftálico, ciclohexanodimetanol e ácido isoftálico, com viscosidade inerente superior ou igual a 0,54 e inferior ou igual a 0,80 Ex 003 - Copolímero de ácido tereftálico, ciclohexanodimetanol e tetrametilciclobutanodiol, com viscosidade inerente superior ou igual a 0,54 e inferior ou igual a 0,80.	850 toneladas

Art. 2º Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 12 meses, conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
5303.10.10	Juta	7.000 toneladas

Art. 3º As alíquotas correspondentes aos códigos 3907.90.90 e 5303.10.10 da NCM, constantes do Anexo I da Resolução nº 125, de 2016, ficam assinaladas com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 4º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

Ministério da Agricultura,

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 101, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 1908, de 13 de novembro de 2015, publicada no DOU de 16 de novembro de 2015, e considerando o processo 21018.003574/2017-77 , resolve:

Art. 1º - HABILITAR sob o nº 153/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) FABIANO MARTINS DOS SANTOS inscrito(a) no CRMV ES nº 0875 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para a saída de animais de Eventos Agropecuários e Suínos nos municípios do Estado do Espírito Santo, observando as normas e dispositivos legais em vigor .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 78, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROTOCOLO
Vitis L.	Sheegene 3	21806.000112/2009-10
Vitis L.	Sheegene 13	21806.000199/2011-31
Oncidium Sw.	Sanguine Green Gold	21806.000343/2014-82
Rosa L.	Selstrawberry	21806.000026/2016-28
Malus Mill. (porta-enxerto)	G 814	21806.000027/2016-72
Phaseolus vulgaris L. (feijão comum)	Awauna UEM	21806.000085/2016-04
Phalaenopsis Blume	Phaldancip	21806.000206/2016-18
Sorghum Moench	CBT280	21806.000223/2016-47
Prunus Persica (L.) Batsch	BRS RubraMoore	21806.000230/2016-49
Glycine max (L.) Merr.	CZ15B92IPRO	21806.000093/2017-23

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

Coordenador

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 89, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Fastac Duo, registro nº 10913, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de pastagem.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Solist 430 SC, registro nº 11609, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos Microsphaera difusa e Septoria glycines na cultura da soja.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Odin 430 SC, registro nº 17408, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos *M*icrosphaera diffusa e Septoria Glycines na cultura da soja.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Trichodermax EC, registro nº 12511, conforme processo n° 21000.012161/2017-72.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Paraquat Técnico De Sangosse, registro nº 27016, da empresa De Sangosse Agroquímica Ltda. - sito à Rua Raymundo Ramos Ferreira, 136- CEP: 81.350-040 - Curitiba/PR, para a empresa Tide do Brasil Ltda. - sito à Rua Antônio Carlos Berta, 475, Cj. 802 - CEP: 91340-020 - Porto Alegre/RS.

6. De acordo com o Artigo 22, § 1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Paraquat Técnico De Sangosse, registro nº 27016, para a marca comercial Paraquat Técnico Tide.

7. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Glifosato Técnico FT, processo nº 21000.003154/2011-94, da empresa Allierbrasil Agro Ltda. - sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP: 01307-013 - São Paulo/SP, para a empresa Proregistros Registros de Produtos Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40, sala 502 - CEP: 91303-330 - Porto Alegre/RS.

8. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agrovant Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- CNPJ nº 05.830.454/0001-03 - Jaboticabal/SP, a importar os produtos Trishul 750 SP, registro nº 20817, Thiodi registro nº 22717 e Dessicash, registro nº 3515.

9. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A. CNPJ nº 08.938.255/0001-00 - São Paulo/SP, Filiais: CNPJ nº 08.938.255/0008-88 - Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ nº 08.938.255/0009-69-Rondonópolis/MT, a importar o produto Manfil 800 WP, registro nº 6313.

10. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ nº 61.142.550/0013-73 - Cambé/PR, a importar o produto Fluazinam Técnico ISK, registro nº 7595, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Frowncide 500 SC, registro nº 7695.

11. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A. - CNPJ nº 08.938.255/0001-00 - São Paulo/SP, filiais CNPJ nº 08.938.255/0009-69-Rondonópolis/MT, CNPJ nº 08.938.255/0008-88 - Luis Eduardo Magalhães - BA, a importar os produtos Take 750 SP, registro nº 20717; Trishul 750 SP, registro nº 20817; Thiodi, registro nº 22717; e Fason, registro nº 12712.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Fezam Gold, registro nº 8215, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do café.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 07.057.944/0001-44 - Piracicaba/SP, a importar o produto Tupan 720 WG, registro nº 9315.

14. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Dessicash 200 SL, registro nº 25216, e Diquash 200 SL, registro nº 3516, da empresa Allierbrasil Agro Ltda. - sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP: 01307-013 - São Paulo/SP para a empresa Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda. - sito à Rua da Consolação 222, Conj. 608, CEP: 01302-000 - São Paulo/SP.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Cropchem Ltda. - CNPJ nº 03.625.679/0001-00 - Porto Alegre/RS, filiais CNPJ nº 03.625.679/0003-64 - Cambé/PR,CNPJ nº 03.625.679/0004-45 - Carazinho/RS, a importar os produtos Fate 750 SP, registro nº 20917; Thiodi 350 FS, registro nº 19817; e Dessicash 200 SL, registro nº 25216.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Flutriafol Técnico Cheminova JSC, registro nº 1517, no produto formulado Authority, registro nº 8212.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Azoxistrobin Técnico, registro nº 1598, no produto formulado Authority, registro nº 8212.

18. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Pride, registro nº 4316.

19. De acordo com o Artigo 22§ 2º, Inciso II do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do importador Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, no produto Aquila, registro nº 2303.

20. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Alazine 500 SC, registro nº 7600.

21.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tundra Agroindustrial Ltda. - CNPJ nº 18.272.938/0001-26 - Londrina/PR, a importar o produto Glifosato Técnico Rainbow, registro nº 11411, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Gliforte, registro nº 8514.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÃO

No DOU de 16 de setembro de 2016, em Ato nº 49, de 15 de setembro de 2016, Seção 1, item 7, onde se lê: ... foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP, leia-se: ... foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP no produto Hexin 500 SC, registro nº 11612.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 491 - Processo nº 53516.006157/2009-41
Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 207/2017/SEI/IF (SEI nº 1856366), integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento; b) receber o requerimento protocolizado sob SEI nº 1192707, como exercício do direito de petição, e indeferir; e, c) não conhecer do documento protocolizado sob SEI nº 1650310, em face da ocorrência de preclusão consumativa.

Nº 492 - Processo nº 53524.007991/2009-55
Recorrente/Interessado: AXTELECOM INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 201/2017/(SEI nº 1824346), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 493 - Processo nº 53500.004435/2007-33
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 212/2017/SEI/IF (SEI nº 1872161), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) não conhecer do Recurso de Ofício tendo em vista que o valor dos créditos tributários ora exonerados é inferior ao limite de alçada estabelecido na Portaria nº 1.125/2014.

Nº 494 - Processo nº 53500.014874/2015-64
Recorrente/Interessado: ALGAR CELULAR S.A., ALGAR MULTIMÍDIA S.A., IMAGE TELECOM TV VÍDEO CABO LTDA., ALGAR TELECOM S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 189/2017/SEI/OR (SEI nº 1795764), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento, para rever a decisão do Coordenador do GIESB proferida na 12ª Reunião do Grupo, de modo que a diferença entre os custos de implementação e operação do SOIA e o valor arrecadado com o VOI e o VSS seja dividida entre as Prestadoras detentoras de PMS nos termos do rateio dos custos pela contratação da Entidade Supervisora das Ofertas de Atacado (ESOA).

Nº 495 - Processo nº 53500.016168/2015-57
Recorrente/Interessado: RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 228/2017/SEI/OR (SEI nº 1940002), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 496 - Processo nº 53532.001784/2004-83
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 136/2017/SEI/OR (SEI nº 1613036), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado, protocolizado sob o SEI nº 1187872, em observância ao direito de petição e indeferi-lo; e, b) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 497 - Processo nº 53500.004234/2007-36
Recorrente/Interessado: TRANSTAXI TURISMO ME

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 79/2017/SEI/LM (SEI nº 1740985), com os acréscimos de fundamentação propostos pelo Conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas, nos termos do Voto nº 23/2017/SEI/IF (SEI nº 1790983), ambos integrante deste acórdão, rever de ofício a decisão contida no Despacho nº 2.870/2009-CD, para extinguir os lançamentos efetuados para o exercício de 2001.

Nº 498 - Processo nº 53500.023907/2012-14
Recorrente/Interessado: ECHOSTAR 45 TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de quatro votos, nos termos da Análise nº 46/2017/SEI/LM (SEI nº 1541546), com os acréscimos do Conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas, nos termos do Voto nº 29/2017/SEI/IF (SEI nº 1948294), ambos integrante deste acórdão: a) negar provimento ao pedido de prorrogação do prazo para entrada em operação do segmento espacial relativo às Bandas S e Ka na posição orbital 45º Oeste; b) deferir o pedido de restrição de acesso da Carta registrada sob o SEI nº 1900934.; e, c) indeferir o pedido constante do documento registrado sob o SEI nº 1960160, tendo em vista a restrição de acesso deferida à Carta registrada sob o SEI nº 1900934, por meio da alínea "b" deste Acórdão.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO
DE SÃO PAULO

ATOS DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 671, de 03 de novembro de 2016, nos artigos 139 e 169 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 12.957 - PROCESSO: 53504.012726/2016-56

NOME, FISTEL, VALIDADE: ADELINO DIONISIO DE OLIVEIRA, 80105244929, 4/19/2016; ADEMILSON CARLOS ROSSI, 80105238368, 4/28/2016; ADEMIR PEDRO DOS ANJOS, 80105224731 4/24/2016; AIDANO DE SOUZA, 80105155403, 4/10/2016; ALEXANDRE BARDELA, 80105160660, 4/10/2016; ALTAIR JOSÉ MARQUES FILHO, 80105176230, 10/04/2016; AMAURY BERALDO DE ALMEIDA, 80105167088, 28/04/2016; ANDERSON QUEIROZ DE OLIVEIRA, 80105190225, 4/3/2016; ANTONIO CARLOS POLLI, 80105186201, 4/17/2016; ANTÔNIO LUCENA FILHO, 80105235776, 4/13/2016; ANTONIO PEREIRA LEITE, 80105242470, 4/24/2016; APOLINÁRIO FERNANDES DOS SANTOS, 80105215406, 4/10/2016; ARNALDO AZEVEDO CARRIJO NETO, 80105163929, 4/5/2016; AVELINO LAVRINI SOARES, 80105170542, 4/10/2016; BENEDITO GOULART, 80105221120, 4/20/2016; CARLOS ALEXANDRE CACHIOLO, 80105176400, 4/10/2016; CARLOS ROBERTO TROVO, 80105213373, 4/20/2016; CICERO NUNES DE OLIVEIRA, 80105259284, 4/25/2016; CLAUDEMAR RENATO ZIRONDI, 80105221392, 4/17/2016; CLAUDEMIR PLINA, 80105175773, 4/17/2016; CLAUDINOR CANISELLA, 02024047653, 4/26/2016; CLAUDIO MENDES, 80105199958, 4/5/2016; CLAUDIOCREPALDI, 80105243442, 4/20/2016; COSMO PEREIRA DOS SANTOS, 80105231517, 4/20/2016; CRISTIANO PINHA GUEDES, 80105274321, 28/04/2016; DANIEL LEANDRO, 80105157015, 4/5/2016; DANILO LEUTWILER GABAS, 80105216550, 4/12/2016; DEJAIR DAVELLI, 80105190578, 4/3/2016; DEVAILTON EVANGELISTA DOS SANTOS; 80105181234, 4/20/2016; DONIZETE ANTONIO PARIS CABANILLAS, 80105205940, 4/7/2016; ÉDERSON CAETANO DA SILVA, 80105194646, 4/4/2016; EDILSON RENATO DE OLIVEIRA, 80105173649, 4/17/2016; ERIBERTO ATHAYDE JUNIOR, 80105242128, 4/27/2016; ERICK DA SILVA ROSSINI, 80105225622, 4/11/2016; EWANDRO MARQUES FERREIRA, 80105172677, 4/19/2016; EZIO VIEIRA PINTO, 80105175269, 4/17/2016; FÁBIO ROBERTO QUIERELLI, 80105224570, 24/04/2016; FRANCISCO DO CARMO SILVA, 80105175854, 4/17/2016; FRANCISCO IVAN DINIZ, 80105235423, 4/13/2016; FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS FILHO, 80105259101, 4/25/2016; GABRIEL CACERES, 80105147486, 4/4/2016; GERALDO MARIANO DA SILVA, 80105220906, 4/20/2016; GILSON CARMO DA CRUZ, 80105164496, 4/17/2016; GUSTAVO SIGISMUND VON BULOW, 80105268275, 4/26/2016; IVALDO ALVES DA SILVA, 80105232084, 4/13/2016; JAMIL ANTONIO BALAN, 80105176150, 4/10/2016; JEAN CARLOS DIAS, 80105176583, 4/10/2016; JOÃO BATISTA DA SILVA, 80105162019, 4/10/2016; JOÃO SIDNEI DOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SANTOS SOARES, 80105200557, 4/10/2016; JOAO THEODORO SOBRINHO , 80105191973 , 4/4/2016 ; JORGE LUIZ DA PAZ, 80105173991, 4/10/2016; JOSÉ ANTONIO BERNARDO, 80105262749, 4/25/2016; JOSÉ ANTÔNIO LOSANO, 80105226009, 4/24/2016; JOSÉ APARECIDO MELO DOS SANTOS, 80105151599, 4/10/2016; JOSÉ CARLOS LENHARO, 80105213292, 4/24/2016; JOSE EDUARDO DAMIAO MIRANDA, 80105204706, 4/18/2016; JOSÉ ERIVALDO DA SILVA, 80105220310, 4/17/2016; JOSÉ IRANILDO TEOBALDO DOS SANTOS, 80105211320, 4/10/2016; JOSÉ LAILTON RIBEIRO, 80105190810, 10/04/2016, 10/04/2016; JOSÉ LUIZ ANDRIETTA, 80105175692, 4/28/2016; JOSE LUIZ LANCONI, 80105235938, 4/28/2016; JOSE MANOEL SOARES, 50005247802, 4/28/2016; JOSE ROBERTO RUIZ, 80105231860, 4/24/2016; JUCELINO ANSELMO PEREIRA COSTA, 80105240850, 4/18/2016; LEANDRO ANTONIO CORREA, 80105200638, 4/11/2016; LEANDRO SANTANA DE MACEDO, 80105062499, 4/25/2016; LUCIANO LEANDRO OLIVEIRA, 80105245224, 4/19/2016; LUIZ AUGUSTO BARRICHELLO NETO, 80105184764, 4/17/2016; LUIZ DA NOBREGA GOMES, 80105188832, 4/3/2016; MARCELO LUIZ FERNANDES, 80105229962, 4/19/2016; MARCIO PASCUTI, 80105196770, 4/17/2016; MARCOS ANTONIO SANTOS, 80105201014, 4/17/2016; MARCOS LANDIM, 80105091243, 4/17/2016; MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA, 80105192864, 4/5/2016; MAURO ROSA SENCIEL, 80105225894, 4/12/2016; NILSON ANGELO, 80105176311, 4/17/2016; NILTON CESAR FRANCO DA SILVEIRA, 80105086320, 4/25/2016; NIVALDO RIBEIRO, 80160002583, 4/20/2016; PAULO CESAR CALDERARO, 80105261858, 4/28/2016; PAULO CESAR GUERREIRO, 80105184098, 4/28/2016; PAULO SERGIO ROSSI, 80105239410, 4/19/2016; RINALDO FRANCISCO SILVA, 80105204978, 4/18/2016; ROGERIO DIAS, 80160002311, 4/5/2016; RONALDO CESAR CAMASSOLA, 80105048666, 19/04/2016, ROSALVO APOLONAR GOMES, 80105079626, 24/04/2016; SERGIO ANTONIO BARBOSA, 80105086240, 4/25/2016; SILVIO DIAS DO NASCIMENTO, 80105234370, 4/17/2016; VALMIR APARECIDO MARTINS, 80105035688, 4/19/2016; VALTER BROZIO, 80105173720, 4/10/2016; WAGNER BELINI, 80105202258, 4/5/2016; WILLIAN SAPUPPO, 80105200123, 4/10/2016;

Nº 12.973 - PROCESSO 53504.012727/2016-09

ADÃO APARECIDO INÁCIO DOS SANTOS, 26918670808,80105222283,5/19/2016; ADEMIR DE JESUS RUBIO, 06064488883, 80105274674, 5/25/2016; AGNOELSON NUNES DOS SANTOS, 97844829591,80105341703, 5/19/2016; AIRTON JOSÉ DA SILVA, 10856152862,80105322237,5/25/2016; ALEXANDRE BARBOSA DOS SANTOS, 16086343888,80105299901, 11/05/2016; ALEXANDRE GARCIA OLIVATTO, 08383031882, 80105341614, 5/16/2016; AMARO FRANCELINO DA SILVA, 06501117887, 80105310220, 5/25/2016; AMÉRICO DO NASCIMENTO, 28869525830, 80105322407, 5/25/2016; ANDERSON TOGNATO FERREIRA, 22697064800, 80105313084,5/25/2016; ANDRÉ GALVÃO FURTADO, 27197388830, 80105287571, 5/3/2016; ANDRÉ LUIS GUANDALINI, 09608629861, 80105261939, 5/8/2016; ANTONIO AUGUSTO WATANABE, 06977043865, 80105171000, 5/8/2016; ANTÔNIO CARLOS ALVES DA MOTA, 16463289817, 80105306460, 5/25/2016; ANTÔNIO DA SILVA JUNIOR, 69872767734, 80105340219, 5/16/2016; ANTONIO LUIZ CAMARGO CARDOSO, 79785204804, 80105299740, 5/25/2016; ANTÔNIO PECORARI, 65846087868, 80105321346, 5/25/2016; APARECIDO ZENARO, 46338586615, 80105263800, 5/16/2016; ARTUR GIABANI FILHO, 79153208820, 80105341371, 5/25/2016; AUGUSTO SALVIANO FERNANDES,08197142831, 80105278238, 25/05/2016; CARLOS ALBERTO FERNANDES, 17888755836, 80105276456, 5/8/2016; CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE, 13689318807, 80105246549, 5/2/2016; CARLOS LAEDIS MENDES VIEIRA, 47799951672, 80105280992, 5/25/2016; CARLOS ROBERTO VICENTINI, 07071678847, 80105240001, 5/25/2016; CHISO LUIZ SAKAKI, 05505661807, 80105264520, 5/8/2016; CONCEICAO SOUZA ALMEIDA, 00639881866, 80101983824,5/10/2016; DARCY DE ALMEIDA, 07478917887, 80105312606, 5/25/2016; DAVI CEBIDANES, 15483059875, 80105063380,5/5/2016; DJALMA SOUZA DOS SANTOS, 06296395825, 80105251038, 5/25/2016; EDDILBERTO MENDONZA JARA, 70491402872, 80105305901, 5/25/2016; EDEMILSON MENDES, 15496501814,80105183601,5/2/2016; EDER RODRIGO DE OLIVEIRA, 29056663828,80105272620,08/05/2016; EDSON BARBOSA DE LIMA FILHO, 12971501809, 80105239925, 5/2/2016; EDSON CAIVANO FILHO, 77863194849, 80105250902, 5/25/2016; EDSON SIENA, 09621039851, 80105239259, 5/8/2016; EDUARDO DA SILVA, 16749836895, 80105274593, 5/11/2016; ELISEU PEREIRA DE LACERDA, 02370085134, 80105329401,5/11/2016; EMERSON REZENDE, 02825594857, 80105282936,5/8/2016; ERCILIO FAZAN, 27680959820, 80105403660, 5/31/2016; ESDRAS CARNEIRO DE OLIVEIRA NETO, 30927198835, 80105322075, 5/11/2016; EVANDRO GERALDO, 21844233863, 80105182206, 5/11/2016; EVERSON ALVES CORDEIRO, 28009704806, 80105339040, 5/22/2016; EVERSON CASTALDO, 07705869888, 80105282340, 5/3/2016; FERNANDO ALEXANDRE DE SOUZA, 03565127899, 80105345016, 5/18/2016; FERNANDO BISPO DO NASCIMENTO, 17325469837, 80105341452, 5/18/2016; FLAVIO AUGUSTO BATISTA PIACENZA, 04953255895, 80105280801, 5/8/2016; GILBERTO PAIVA ARRAIS, 03085402802, 80105264601, 5/3/2016; GIMENIS JOSÉ DE SOUZA, 59667818934, 80105240346, 5/3/2016; HAMILTON DE JESUS, 95939202853, 80105313327, 5/25/2016; HENRIQUE DONIZETI APARECIDO DOS REIS, 18644756842, 80105278157, 11/05/2016; IRCEU MUNHOZ, 39822834853, 80105276707, 5/8/2016; IVAN CARLOS JUSTINO VIANA, 16720435817, 80105262234, 5/8/2016; JAMES ALBERTO PEREIRA, 09926067808, 80105271063, 5/16/2016; JOÃO GALVÃO NETO, 48680702820, 80105261777, 5/8/2016; JOÃO LUIZ DE SOUZA, 01507571828, 80105305065, 5/25/2016; JOÃO PAULO TEIXEIRA, 08072047655, 80105339989, 15/05/2016; JOÃO PEREIRA MARTINS, 49267728920, 80105300500, 5/11/2016; JOÃO RUZZENE SOBRINHO, 42817579887, 80105236233, 5/25/2016; JOSÉ ALEXANDRE DOMINGUES, 16973479839, 80105273945, 5/11/2016; JOSÉ ANDRÉ COLAZANTE, 13967697819, 80105303445, 5/25/2016; JOSÉ BATISTA DOS SANTOS, 31071767887, 80105289604 ,5/8/2016; JOSE ELIO ROCHA, 27193365134, 80105316504, 5/10/2016; JOSÉ HENRIQUE DA SILVA JUNIOR, 22701561884, 80105350958, 18/05/2016; JOSÉ JORGE DE FREITAS, 85176133849, 80105341290, 5/18/2016; JOSÉ JULIANO FERRUZZI NIGRE, 10508739802, 80105319449, 5/25/2016; JOSÉ NILSON SPOSITO, 00959826807, 80105405795, 5/30/2016; JOSÉ PEGORARO, 46064702915, 80104569859, 5/4/2016; JOSE PERCILIO SANTANA, 63779188872, 80105310140, 5/25/2016; JOSÉ SALES FILHO, 69081670891, 80105309648, 5/25/2016; JOSÉ SANTOS GONÇALVES, 31596932953, 80105273007, 5/8/2016; JOSE VALTER BARRETO, 06959002850, 80105283312, 5/8/2016; JOSÉ VICENTE JUNIOR, 94947767804, 80105305570, 5/25/2016; KINCHAGACHEVIL ALVES PINHEIRO, 26814083850, 80105339717, 15/05/2016; LEANDRO PEREIRA DO ESPIRITO SANTO, 32173895818, 80105269328, 5/3/2016; LUIZ ANTONIO PARAZZI, 17253543815, 80105278661, 5/8/2016; LUIZ APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR, 13855421870, 80105283584, 5/11/2016; LUIZ CARLOS BARBOSA, 77511310800, 80105248754, 5/11/2016; LUIZ CLAUDIO SERTÃO MEIRA, 11641176881, 80105175501, 5/8/2016; LUIZ RUIZ FILHO, 30540534900, 80105344125, 5/16/2016; MARCELO GAGLIARDI COLABONO, 10571806880, 80105262153, 08/05/2016; MÁRCIO DE OLIVEIRA AGUIAR, 32237461880, 80105222100, 5/2/2016; MARCIO FRANCISCO, 16002002812, 80105250732, 08/05/2016; MARCIO RIBEIRO, 14496455854, 80105249300, 10/05/2016, 10/05/2016; MARCIO RIOS VIEIRA, 16526323871, 80105186970, 5/2/2016; MARCOS GOMES CAVALHEIRO, 27047319859, 80105299820, 5/25/2016; MÁRIO MEDEIROS CARDOSO, 19175701200, 80105252352, 5/2/2016; MAURI APARECIDO FIGUEIREDO, 15996454831, 80105240184,5/2/2016; MAURO CESAR RAMALHO DE MASCARENHAS, 05718344850, 80105282855, 5/11/2016; MAURO MOREIRA LANDIN, 89949161800, 80105260533, 5/3/2016; NARCISO DE OLIVEIRA ANTUNES, 19761528871, 80105299154, 5/5/2016; NATALICIO CANDIDO DE BARROS, 00170906876, 80105240699, 5/11/2016; OSCAR DE AQUINO FILHO, 03544693801, 80105318981, 5/25/2016; OSMAR APARECIDO VENDRAMIN, 10700292896, 80105264873, 5/8/2016; OSMAR EMÍDIO DOS SANTOS, 05455012886, 80105238872, 5/8/2016; PAULO JOSÉ BARBOSA, 14584677832, 80105252000, 5/2/2016; PAULO PINTO SAMPAIO, 04609321874, 80105275727, 5/25/2016; PAULO ROBERTO MENDES, 09824643800, 80105309729, 5/25/2016; PAULO SÉRGIO RIBEIRO, 04799094823, 80105272892, 5/11/2016; PEDRO MARQUES, 05696588883, 80105307947, 5/5/2016; RAFAEL ADÉCIO MARIM, 34193254879, 80105382213, 5/25/2016; REGINALDO FORMIGA DE SOUZA, 16750704824, 0105269085, 5/3/2016; RICARDO ZELANTE DO COUTO ROSA, 08869578852, 80105088706, 5/19/2016; ROBERTO CARLOS DA SILVA, 97491004920, 80105262072, 11/05/2016; ROBERTO MARQUES SODATT PEREIRA DA SILVA, 28662230806, 80105269166, 5/3/2016; ROBERVAL APARECIDO DA SILVA SANCHES, 14136467869, 80105328430, 5/19/2016; ROGÉRIO DA SILVA LIMA, 06167658862, 80105305731, 5/25/2016; ROGÉRIO JOSÉ DA SILVA, 24385409404, 80105339121, 5/25/2016; RONALDO ALVES FERNANDES, 13504261803, 80105271144, 5/5/2016; RONALDO FRANCISCO VALERIO, 20053870883, 80105309800, 5/25/2016; RONALDO THEODORO, 16190134874, 80105357022, 5/19/2016; RONIE PETERSON NUNES, 26891096898, 80105300420, 5/25/2016; RUBENS DI GENOVA, 06497257861, 80105249050, 5/8/2016; SANTO AMADO RIBEIRO, 62724320891, 80105318124, 5/25/2016; SEBASTIÃO ANTONIO ROMERA, 02040039899, 80105238791, 5/8/2016; SEBASTIÃO LUIZ DOS SANTOS, 85080624868, 80105323985, 5/25/2016; SEBASTIÃO VIEIRA BRANDÃO, 21960414836, 80105327891, 25/05/2016; SÉRGIO NUNES, 05367346820, 80105220744, 5/8/2016; SIDNEY PEREIRA DA SILVA, 91974534120, 80105330507, 5/30/2016; VALMIR DOS SANTOS SAMPAIO, 64980421504, 80105276103, 5/16/2016; WELLITON LARA SEIXAS, 31023875861, 80105218170, 5/11/2016; WILSON PEREIRA, 98173235872, 80105295329, 5/5/2016; WLADIMIR MANOCCHI, 04214751884, 80105322660, 5/12/2016;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 13.018, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 671, de 03 de novembro de 2016, nos artigos 139 e 169 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Processo: 53504.0127282016-45

NOME DA ENTIDADE, CPF, FISTEL, VALIDADE: ADÃO ANTÔNIO BONFIM, 79833144853, 80105376329, 6/23/2016; ADILSON GOMES DE SOUZA, 28599096800, 80105307270, 6/14/2016; ADRIANO DAL ROVERI, 26792481807, 80105355674, 6/23/2016; AGNALDO AIACE CICATTI ZACCHI, 05083771888, 80105351334, 6/23/2016; AILTON FERREIRA DE ATAIDE, 10489268854, 80105247006, 6/16/2016; ALAN KARDEC FIGUEIREDO, 80582273668, 80105389811, 6/5/2016; ALBERTO TADEU ALVES DA SILVA, 81124651420, 80105311030, 6/23/2016; ALBERTO VICHOSK DA SILVA, 26975624860, 80105270768, 6/16/2016; ALDO RODNEI CHERUBIM, 09363545857, 80105319872, 6/14/2016; ALESSANDRO FERNANDES DA SILVA, 27213945840, 80105337854, 6/16/2016; AMAURI CAMARGO, 10200157809, 80105351253, 6/23/2016; ANDRÉ ANTONIO BARRIVIEIRA, 08075622898, 80105273350, 6/16/2016; ANDRE DIONIZIO DA SILVA, 30566828863, 80105456438, 20/06/2016; ANDRÉ GONÇALVES, 20508114896, 80105440353, 6/13/2016; ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA, 28606517801, 80105246387, 6/16/2016; ANDRÉ SACCONATO, 20658844873, 80105310069, 6/23/2016; ANIVALDO JOSE FELIPE, 01519943822, 80105359319, 6/23/2016; ANTONIO AUGUSTO RODRIGUES, 82534748815, 80105088021, 6/20/2016; ANTONIO CABRERA DA SILVA, 00606617809, 80105264440, 6/16/2016; ANTÔNIO CARLOS MENDES BARBOSA, 02707080810, 80105378020, 6/23/2016; ANTÔNIO CARLOS ZACARIOTO, 00493159860, 80105324019, 6/23/2016; ANTONIO CHIMELO SOBRINHO JUNIOR, 96934212800, 80105306207, 6/16/2016; ANTÔNIO DE CASSIA BUENO DA SILVA, 86516493804, 80105336297, 6/23/2016; ANTONIO IRINEUDO MAGALHÃES, 35881224868, 80105328600, 6/16/2016; ANTONIO SERGIO VERISSIMO, 05819301854, 80105352900, 6/23/2016; APARECIDO MARCOS DANIEL, 06986415826, 80105328510, 6/16/2016; ARMANDO ALTAFINI, 79331416849, 80105298263, 6/23/2016; ATAIDE BISPO DE SANTANA JUNIOR, 19225233809, 80105413704, 6/23/2016; BARTIRA ACACIO KASAHARA, 11647205204, 80105413895, 6/2/2016; BRAS LUIS SILVA, 01883664829, 80105424587, 6/23/2016; CARLOS ALBERTO FERNANDES, 25308805814, 80105282421, 6/23/2016; CESAR AUGUSTO RUIZ, 27523003877, 80105372684, 6/23/2016; CICERO LOPES DA SILVA, 04314437855, 80105423181, 6/7/2016; CLAUDOMIR ZAMPRONIO, 51222906872, 80105347221, 6/14/2016; DANIEL CLERO DOS SANTOS, 11380258871, 80105329673, 6/13/2016; DANIEL DE OLIVEIRA, 02219712893, 80105482781, 6/27/2016; DELSO AUGUSTO JUNIOR, 21633543854, 80105327700, 6/23/2016; DENILSON JOSÉ DE CAMPOS, 28150862803, 80105380512, 6/23/2016; DEVANIR ALVES PRIMO, 00459983881, 80105309486, 6/23/2016; DIRCEU BARBOSA, 01635321840, 80105418773, 6/23/2016; EDNILSON DO NASCIMENTO, 26076364858, 80105304760, 6/23/2016; EDSON GOMES DE SOUZA, 26865662806, 80105277932, 6/16/2016; EDSON JOSÉ GONÇALVES, 27231524800, 80105353205, 6/23/2016; EDSON LUIZ RAUBER, 01864559926, 80105304506, 6/5/2016; EDSON ROBERTO DA SILVA,90838289991, 80105450235, 6/19/2016; EDUARDO JOSÉ ARAUJO, 17247172860, 80105414271, 6/23/2016; EDUARDO MARTINS FILHO, 07689440827, 80105310735, 6/23/2016; ELIAS VIEIRA SILVA, 14568218810, 80105309214, 6/23/2016; EMERSON FRANCISCO ROSA, 18148910804, 80105307190, 6/16/2016; EVANDRO DE ALMEIDA MILET, 03863242807, 80105372250, 6/23/2016; EVERALDO PAIÃO, 15494680819, 80105349003, 6/8/2016; FABIANO DE LIMA, 25349950819, 80105368903, 6/23/2016 ; FABIO TEIXEIRA GUERREIRO, 19042840862, 80105432172, 6/23/2016; FERNANDO CESAR LEITES GONZALEZ, 21337171883, 80108508960, 6/5/2016; FLAVIO DANIEL FRANÇA, 29008401800, 80105311111, 6/23/2016; FLÁVIO FERREIRA DA SILVA,27765526880, 80160002745, 6/16/2016; FRANCIS DANIEL CONES, 06665449807, 80105348970, 6/23/2016; FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DE SOUZA ALVES, 17950015268, 80105474924, 6/26/2016; FRANCISCO LUIS MALETTA, 20533467870, 80105431281, 6/9/2016; GENÉSIO DE SOUZA FILHO, 73456179804, 80105361054, 6/23/2016; GENI FERREIRA DE OLIVEIRA, 00904894894, 80105353469, 6/23/2016; GILMAR SILVA DE ALMEIDA, 14694408810, 80105314803, 6/1/2016; HELIO ROBERTO DE OLIVEIRA, 17813088883, 80105276294, 6/16/2016; IRINEU SANTO ESCARDOELLI, 74389491849, 80105328782, 6/23/2016; JAILTON ANTÔNIO SANTOS, 51810255520, 80105252948, 6/16/2016; JEFFERSON FRANCISCO FIRMINO DE SOUZA, 38196233884, 80105429031, 6/23/2016; JEUDER YOSHIO TOKUDA, 16197685850, 80105341533, 6/23/2016; JOÃO BATISTA BRIENZO, 88831078887, 80105328359, 6/16/2016; JOÃO BOSCO CAMARGO ACOSTA, 05888771821, 80105361135, 6/23/2016; JOÃO BRUNO CORRÊA, 06131369852, 80105452955, 6/30/2016; JOÃO CARLOS DE ARO PERAL, 72337710815, 80105324361, 6/16/2016; JOÃO ISMAEL PONTES, 73675377849, 80105353116, 6/23/2016; JOCIMAR COUTO SENA, 84293829768, 80105419826, 6/30/2016; JOSÉ ADILSON DE OLIVEIRA, 09744984830, 80105360082, 6/23/2016; JOSÉ ALENCAR FILHO, 18813987811, 80105430714, 6/23/2016; JOSÉ APARECIDO DE SOUZA FAQUIM,00013116894, 80105329754, 6/16/2016; JOSE APARECIDO TEIXEIRA DE CARVALHO, 01576610837, 80105327620, 6/16/2016; JOSÉ CARLOS BARBALHO, 40075699834, 80105432334, 6/23/2016; JOSÉ CLALDEVAL BEZERRA, 06972557860, 80105328944, 6/16/2016; JOSÉ DOLENC FILHO, 96575727891, 80105452289,30/06/2016; JOSÉ IZIDRO DA SILVA, 09938199828, 80160004365, 6/30/2016 ; JOSÉ LEITE DA SILVA FILHO, 05510653892, 80105432253, 6/23/2016 ; JOSE MUNHOZ MANXINI, 48334200900, 80105310573, 6/16/2016; JOSÉ RAIMUNDO DE SOUZA, 21496062833, 80105358509, 6/23/2016; JOSÉ TOZZI, 54200199815, 80105351415, 6/23/2016; JULIO DANIEL BELINKY DE ANDRADE E GOUVEIA, 07578833898,

80105451126, 6/20/2016; LAUDELINO ROSA, 16879228968, 80105355240, 6/23/2016; LAURO PERES, 04881385828, 80105347060, 6/14/2016; LUCIANO SEMEÃO DA SILVA, 17128526803, 80105329916, 16/06/2016; MAERCIO DE SOUZA, 08773781851, 80105306622, 6/23/2016; MARCOS AURELIO DE ALMEIDA, 11494518821, 80105309303, 6/23/2016; MARCOS PEREIRA JESUINO, 31963459806, 80105450901, 6/20/2016; MÁRIO ANTÔNIO POMPEU, 04542616835, 80105309990, 6/23/2016; NILSON PRATES, 11064685897, 80105310492, 6/23/2016; NILTO NUNES, 01986993876, 80105360678, 6/23/2016; OSCAR OMAR FARES JUNIOR, 01728317843, 80105309133, 6/16/2016; OSVALDO AIRTON MALTAROLO, 32363664949 ,80105261505, 6/14/2016; PAULO ROBERTO CARDOSO, 04385367892, 80105305146, 6/16/2016; PAULO VITOR PEREIRA DE MORAIS, 34635575845, 80105370800,6/23/2016; PEDRO SANTOS DE MELO CARVALHO, 36928076860, 80105378615, 6/12/2016; RAIMUNDO FLAVIO MARQUES, 29145770875, 80105328863, 6/16/2016; RAUL OSCAR FETTER, 29145827818, 80105306894, 6/16/2016; RENATO GALDINO MACHADO, 27526314806, 80105476544, 6/22/2016; RICARDO AUGUSTO RAMOS BARBOSA, 28621202867, 80105495174, 6/30/2016; ROBSON ESCOBAR PIVOTTO, 10276542827, 80105438103, 6/13/2016; SANDRO FLÁVIO ERNESTO SIMÃO, 22666199851, 80105287067, 6/16/2016; SEVERINO NAPOLEÃO BISPO GOMES, 85677280887, 80105367842, 6/23/2016; SILVIO BARBOSA DA SILVA, 16944636808, 80105440515, 6/21/2016; SKIO SAMMI, 03147835804, 80160002907, 6/16/2016; TADEU FAUSTINO DE ASSIS, 69035547853, 80105349194, 6/23/2016; VAGNER JOSÉ ALVES DE GODOI, 08711804807, 80105339393, 6/16/2016; VALDIR RUFINO, 02378803850, 80105354511, 6/23/2016; VALDIR VERSANO DA SILVA, 04527793837, 80105343153, 6/23/2016; VALMIR DE JESUS OLIVEIRA, 35092653515, 80105427500, 6/7/2016; VANER LUIZ NOGUEIRA DA SILVA, 08085209896, 80105373494, 6/23/2016; WAGNER DINIZ LOPES DE ARAÚJO, 12254328808, 80105432504, 6/23/2016; WALDEMAR MACEDO, 88894002853, 80105356131, 6/23/2016; WILSON ALVES, 03874717828, 80105359742, 6/23/2016; ZOROASTRO VIEIRA LIGO, 01662514883, 80105342262, 6/23/2016;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 12.421, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Processo nº 53528.003983/2017-18.

Expede autorização a ROBSON CATELLAN, CNPJ nº 83041621053, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 12.422, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Expede autorização a SÃO JOÃO ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 56.814.395/0003-82 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 12.645, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

Expede autorização a GEANE SILVEIRA MOLINA CORREA EIRELI - ME, CNPJ nº 14.031.562/0001-07 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 12.651, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a RÁDIO PIONEIRA STÉREO LTDA, CNPJ nº 91.043.687/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 12.949, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a AEROJET MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.391.212/0001-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 13.042, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a REDE POPULAR DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 87.978.771/0001-36 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente 1

ATO Nº 13.043, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Expede autorização a JEFERSON LUIS CABRAL DUARTE - ME, CNPJ nº 09.263.853/0001-90 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 13.079, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO CAMPO MAIOR DE QUIXERAMOBIM LTDA, CNPJ nº 07.545.429/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATOS DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao)

Nº 13.062 - REAL - REGENERAÇÃO AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 07.347.138/0001-00;

Nº 13.068 - RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A., CNPJ nº 33.453.598/0081-08.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 12.910, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Expede autorização à LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A., CNPJ nº 17.250.558/0001-28 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.934, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Expede autorização à TERMINAL QUIMICO DE ARATU S/A TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0015-60 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.975, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53508.004865/2017-57.

Expede autorização à SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO, CNPJ nº 42498659000160, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS
Gerente
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 17 de outubro de 2017

296ª - RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.006915/2017	860.011.914-68	EDUARDO JORGE DA SILVA FONSECA	17/10/2022
920.006917/2017	913.435.421-20	HENRIQUE FONSECA ELIAS DE OLIVEIRA	17/10/2022
920.006921/2017	087.867.927-84	IVO SANTANA CALDAS	17/10/2022
920.006922/2017	297.049.818-99	JULIANA BELO DINIZ	17/10/2022
920.006923/2017	924.442.026-00	MAURO LUCIO FRANCO	17/10/2022
920.006924/2017	006.732.925-09	VICTOR CAROZO GOIS DE OLIVEIRA	17/10/2022
920.006925/2017	674.476.782-87	ANTONIO DA SILVA SILVEIRA	17/10/2022
920.006927/2017	441.844.258-87	FRANK PATRICK MISSELL	17/10/2022
920.006929/2017	116.262.767-06	GUILHERME RODRIGUES LIMA	17/10/2022
920.006930/2017	666.788.030-00	LUCIANO DA SILVA SELISTRE	17/10/2022
920.006931/2017	012.167.163-15	MARIA CELIA PIRES COSTA	17/10/2022
920.006932/2017	991.772.341-20	MARIANA COSTA BERNARDES	17/10/2022
920.006933/2017	005.986.649-71	OSCAR RODRIGUES DOS SANTOS	17/10/2022
920.006934/2017	033.316.946-81	RUTH CALDEIRA DE MELO	17/10/2022
920.006935/2017	677.802.960-91	TARCISIO ABREU SAURIM	17/10/2022
920.006936/2017	220.649.128-19	EDGAR APARECIDO SANCHES	17/10/2022
920.006940/2017	049.540.016-50	ALEXANDRE SANTOS BRANDAO	17/10/2022

297ª - RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000093/2004	296.978.832-20	PAULO CESAR DE FACCIO CARVALHO	17/10/2022
920.001238/2004	332.145.907-82	FATIMA MARIA DE SOUZA MOREIRA	17/10/2022
920.002723/2007	144.667.888-12	ANDRE LOPES CARVALHO	17/10/2022

CARLOS ROBERTO FORTNER

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 16 de outubro de 2017

Nº 1.700 - A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, considerando o que consta do Processo Administrativo nº 53900.004237/2016-58, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 22837/2017/SEI-MCTIC, resolve:

INDEFERIR o pedido de transferência de autorização formulado pela Prefeitura Municipal de Alto, executante do serviço de retransmissão de televisão em caráter primário, no município de Altos, estado do Piauí, tendo em vista o não atendimento ao disposto no Decreto nº 5.371 de 17 de fevereiro de 2005.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.732 - A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
01250.006827/2017	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL SÃO JUDAS TADEU	TVE, FME	Itaúna	MG	Conhece e nega	1732

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.035532/2012	Fundação Nossa Senhora do Rocio	OC, OM, FM	Curitiba	PR	Multa	117.465,62	Art. 38, "c" e art. 71 da Lei nº. 4.117/1962	Portaria DECEF n° 5862, de 13/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.001484/2013	Sobral - Sociedade Brito de Radiodifusão Ltda	OM	Teixeira de Freitas	BA	Multa	6.004,20	Art. 38, "b" e art. 62 da Lei nº 4.117/1962 .	Portaria DECEF n° 5905, de 13/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 6.003, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e n° 562, de 23 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta no processo nº 53504.010158/2013-14, na forma prevista no art. 50, § 1°, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:
Art. 1º Aplicar à RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA, executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na frequência de 1160 kHz, na localidade de Votorantim/SP, a penalidade de multa no valor de R$ 8.636,00 (oito mil, seiscentos e trinta e seis reais), e lhe atribuir 4 (quatro) pontos, com fundamento no art. 62 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, em razão da prática da infração capitulada no art. 2º da Portaria MC nº 26, de 15 de fevereiro de 1996.
Art. 2º Anular a Portaria n° 1.175, de 31 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 2014, que aplicou a penalidade de multa a essa entidade.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.433/SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 201 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.056696/2017-04, resolve:
Art. 1º Retificar as coordenadas geográficas do sistema irradiante da estação transmissora da Fundação Cultural Ebenezer instalada na Rua Alfredo Nasser, N°108 - Blandina. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 317/2000 publicada no Diário Oficial da União em 02 de agosto de 2000, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 450/2001, publicado no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 2001, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53670.00434/1998.
Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 17°49"16"S e longitude em 50°35"52"W.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 4 de outubro de 2017

Nº 1.488/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.046793/2013-01, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO PARAÍBA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de CAJAZEIRAS, estado de PARAÍBA, utilizando o canal digital nº 19 (dezenove), nos termos da Nota Técnica nº 20037/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

Em 22 de setembro de 2017

Nº 1.496/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.063253/2012-01, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de GUAÍRA, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 25 (vinte e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 20155/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.539/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.037577/2017-44, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação digital em caráter secundário com a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de TATUÍ, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 20840/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 4.727/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.017079/2014-34, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 15554/2014/SEI-MC, resolve:
Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Guariba, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Guariba, estado de São Paulo, utilizando o canal 36- (trinta e seis decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Record de Franca S/A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Franca, estado de São Paulo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 5 de outubro de 2017

Nº 1.672/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.047291/2017-77, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO MINEIRA DO SUL LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Passa Quatro-MG, utilizando o canal n.º 236 (duzentos e trinta e seis), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 22771/2017/SEI-MCTIC.

Em 11 de outubro de 2017

Nº 1.696/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.013813/2017-37, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da GASPAR RADIODIFUSAO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itiquira - MT, utilizando o canal n.º 255 (duzentos e cinquenta e cinco), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 23010/2017/SEI-MCTIC.

Em 13 de outobro de 2017

Nº 1.702/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.060621/2017-10, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIOJORNAL DE AMAMBAÍ LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Amambaí-MS, utilizando o canal n.º 233 (duzentos e trinta e três), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 23052/2017/SEI-MCTIC.

Em 11 de outubro de 2017

Nº 1.704/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.013818/2017-60, resolve:
Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da GASPAR RADIODIFUSAO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São José do Rio Claro - MT, utilizando o canal n.º 259 (duzentos e cinquenta e nove), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 23079/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 321-E, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 2 de 02 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação dos selecionados, regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Game Connection Europe", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 2 de 02 de janeiro de 2017, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2017 GAME CONNECTION EUROPE	
RELAÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Thiago Wanderley de Freitas
2	Tiago Franco de Melo

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA IVANOV

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 37 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2014 e pela Portaria nº 98 de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2017, seção 2, fls. 7, decide:

Art. 1º. Tornar público os vinte e sete finalistas do Prêmio Literário da Biblioteca Nacional de 2017 (em ordem alfabética), conforme o Edital publicado no DOU de 23/06/2017, seção 3, fls.13, de acordo resolução das comissões instituídas para julgar as nove categorias:

I - A comissão de Conto, composta por Beatriz Jaguaribe, Flávia Schlee Eyler e Rogério Pereira, deliberou que são finalistas:

a) Giovana Madalosso, com a obra "A teta racional" da Editora Grua.

b) Marcelo Moutinho, com a obra " Ferrugem" da Editora Record.

c) Marcilio França Castro, com a obra "Histórias Naturais" da Editora Companhia das Letras.

II - A comissão de Ensaio Literário, composta por Ivan Marques, Luiz Costa Lima e

Maria Lúcia Faria, deliberou que são finalistas:

a) Cláudia Maria de Vasconcelos, com a obra "O livro Samuel Beckett e seus duplos: espelhos, abismos e outras vertigens literárias" da Editora Iluminuras.

b) Fabio Cesar Alves, com a obra "Armas de papel: Graciliano Ramos, as Memórias do cárcere e o Partido Comunista Brasileiro" da Editora 34.

c) Thiago Mio Salla, com a obra "Graciliano Ramos e a cultura política: mediação editorial e construção do sentido" da Editora EDUSP.

III - A comissão de Ensaio Social, composta por Antonio Paulo Rezende, Marcos Veneu e Ronaldo Vainfas, deliberou que são finalistas:

a) Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, com a obra "Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política" da Editora Civilização Brasileira.

b) Leneide Duarte-Plon com a obra " A tortura como arma de guerra" da Editora Civilização Brasileira.

c) Rafael Marqueses e Ricardo Salles com a obra "Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos", da Editora Civilização Brasileira.

IV - A comissão de Literatura Infantil, composta por Carolina Sanches, Roger Mello e

Rona Hanning, deliberou que são finalistas:

a) Eucanaã Ferraz, com a obra "Cada coisa" da Editora Companhia das Letrinhas.

b) Eva Furnari, com a obra "Drufs" da Ed. Melhoramentos.

c) Leo Cunha e André Neves, com a obra " Um dia, um rio" da Ed. Pulo do Gato

V - A comissão de Literatura Juvenil, composta por Gabriela Gibrail, Henrique Rodrigues e Patrícia Lacerda, deliberou que são finalistas:

a) Ivan Jaf, com a obra " A sobrancelha é o bigode do olho" da Editora Melhoramentos.

b) João Anzanello Carrascoza, com a obra "Tempo justo" da Editora SM.

c) Tiago de Melo Andrade, com a obra " Nandi, o boi da Índia" da Editora Melhoramentos.

VI - A comissão de Poesia, composta por Manoel Ricardo de Lima, Ricardo Aleixo e Sérgio Martagão Gesteira, deliberou que são finalistas:

a) Ana Estaregui, com a obra "Coração de Boi" da Editora 7 Letras.

b) Fábio Weintraub, com a obra " falso trajeto", da Editora Patuá.

c) Sérgio Medeiros, com a obra " A idolatria poética ou a febre de imagens" da Editora Iluminuras.

VII - A comissão de Projeto Gráfico, composta por Evelyn Grumach, Francisco Homem de Melo e Washington Lessa, deliberou que são finalistas:

a) Elaine Ramos, com a obra " Mauro Restiffe" da Editora Cobogó.

b) Gabriela Marques de Castro, Paulo André Chagas e Gustavo Marcheti (Bloco Gráfico) com a obra "O momento presente", de Anri Sala, da Editora IMS.

c) Gustavo Marcheti (Bloco Gráfico), com a obra " Espírito de tudo" de Rosangela Rennó, da Editora Cobogó.

VIII - A comissão de Romance, composta por Beatriz Resende, José Luis Jobim e Márcio Souza, deliberou que são finalistas:

a) Alberto Mussa, com a obra "A hipótese humana" da Editora Record.

b) J. P. Cuenca, com a obra "Descobri que estava morto" da Tusquets Editores.

c) Ricardo Lísias, com a obra " A vista particular" da Editora Alfaguara.

IX - A comissão de Tradução, composta por Heloisa Jahn, Lawrence Flores Pereira e

Paulo Werneck, deliberou que são finalistas:

a) Rogério Bettoni, com a obra "Jaqueta Branca ou O mundo em um navio de guerra", de Herman Melville, Editora Carambaia.

b) José Cavalcante de Souza, com a obra "Fedro", de Platão, Editora 34.

c) Cecília Rosas, com a obra " A guerra não tem rosto de mulher", de Svetlana Aleksiévitch, Editora Companhia das Letras.

Art. 3º. Os vencedores serão conhecidos na Cerimônia de entrega do Prêmio, na sede da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro no dia 28 de novembro de 2017.

Art. 4º. Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

HELENA SEVERO

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 8, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a divulgação dos pedidos de reconsideração das inscrições inabilitadas no Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões da Comissão Técnica de Habilitação designada pela Portaria n.º 06, publicada no Boletim Administrativo, de 26 de setembro de 2017, que procedeu a análise documental das inscrições enviadas por via postal e pelo SalicWeb ao Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2017, Seção 3, páginas 19 a 21, em conformidade com o item 9 e seus subitens.

Art. 2º Divulgar, com base no item 9.4 do Edital, a relação dos pedidos de reconsideração.

Art.3º De acordo com o item 9.5, o pedido de reconsideração deve estar devidamente assinado pelo candidato, e ainda, conforme estabelecido no item 9.6 do Edital, o pedido de reconsideração que tenha por finalidade exclusiva encaminhar documentação, constante no item 8.10 e subitens 8.10.1, 8.10.2, 8.10.3 e 8.10.4, que não foi entregue no prazo previsto de inscrição, será indeferido, observando-se ainda o Edital n.º 4, de 27 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de julho de 2017, Seção 3, página 12, que prorrogou o prazo de inscrição até o dia 28 de agosto de 2017.

Art. 4º Os pedidos de reconsideração enviados fora do prazo não foram analisados.

I - Mestres e Mestras (pessoa física):

Nº	Candidato	CPF	Proposta	Município	UF	Deferido/Indeferido	Motivo
1	Edmar Barbosa Bonfim	582.172.157-15	256332	João Pessoa	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a", após verificação pela Central de Tecnologia da Informação, verificou-se que o arquivo enviado está corrompido.
2	Marcus Vinicius Riente	105.723.377-36	252616	Rio de Janeiro	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
3	Carlos Teodório dos Santos	016.604.657-45	254491	Nova Iguaçu	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
4	Roger Avanzi	043.871.985-91	259195	São Paulo	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
5	Verônica Tamaoki	065.817.439-01	257469	São Paulo	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b" e em conformidade com o item 9.6.
6	Mário Pereira Teles	133.476.246-53	Postal	Divinópolis	MG	INDEFERIDO	Permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, mais de uma inscrição por candidato em categorias distintas, em desacordo com o item 8.3.
7	Antônio Carlos da Silva	278.238.065-68	Postal	Salvador	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem o compromisso sobre o uso dos recursos, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
8	Aécio Rodrigues de Oliveira	991.448.598-72	Postal	Crato	CE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato efetuou duas inscrições em categorias distintas, em desacordo com o item 8.4.
9	Benedito Marques dos Santos	585.247.625-00	Postal	Japaratuba	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato efetuou duas inscrições em categorias distintas e enviou a inscrição fora do prazo e/ou forma estabelecidos no Edital, em desacordo com os itens 8.3 e 9.2.
10	José Agostinho da Fonseca Neto	028.620.002-30	260071	Santarém	PA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
11	Márcio Roberto da Silva Rosa	133.955.638-39	256341	Guarujá	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, pois o candidato efetuou duas inscrições em categorias distintas, em desacordo com o item 8.4.
12	Kelly Thaisy Bezerra Cabral	085.554.014-10	266743	Pesqueira	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata não enviou nenhuma documentação exigida pelo Edital, em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6 e ainda em desacordo com o item 9.5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13	Geórgia da Cunha Marques	080.285.626-80	267009	Arraias	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata enviou os Anexos 1 e 4 sem assinatura, em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
14	Florentina Pereira dos Santos	552.866.401-25	267067	Alto Paraíso de Goiás	GO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
15	Almah Mamudy da Silva Zacarias	473.274.642-04	267092	Manaus	AM	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou nenhuma documentação exigida pelo Edital, em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c". Além disso, o Anexo 6 não foi assinado, em desacordo com o item 9.5.
16	Maria Aparecida Ivanov	051.267.828-60	256852	São Sebastião	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
17	José Santos Araújo	252.281.375-72	257403	São Cristóvão	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 4 sem assinatura, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
18	Pedro Carlos de Lima	466.215.634-34	257115	Nísia Floresta	RN	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou os Anexos 1 e 4 com assinatura de outra pessoa, em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b". Além disso, o Anexo 6 também é assinado por outra pessoa.
19	Marcelo dos Santos Honório	058.655.014-37	257056	São Gonçalo do Amarante	RN	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
20	Maria Cristina de Alencar Rheinschmitt	061.558.475-68	267124	Salvador	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata não enviou o material complementar, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c", apenas um link que não permitiu o acesso.
21	Francisco Cazuza da Silva Sobrinho	022.955.184-07	267102	Poço de José de Moura	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 4 sem assinatura, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
22	Jucilene dos Santos Negreiro	884.789.984-20	254403	Campina Grande	PB	INDERERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
23	Anne Karolynne Santos de Negreiros	075.664184-59	256433	Campina Grande	PB	INDERERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
24	Rafael de Oliveira Rodrigues	345.615.538-83	Postal	Guarujá	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem os compromissos, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
25	Milton Alves Lima	377.042.066-72	Postal	Baependi	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
26	Gilberto Saldanha de Oliveira	399.851.722-72	Postal	Marituba	PA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b". O anexo está em branco e sem assinatura.
27	Emília dos Santos	872.963.903-44	Postal	Catanhede	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou um CD em branco, desta forma não há materiais que comprovem a realização da iniciativa, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "C". O anexo está em branco e sem assinatura.
28	Maria de Fátima Pereira Soraio	079.046.074-25	Postal	Sousa	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou um CD em branco, desta forma não há materiais que comprovem a realização da iniciativa, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "C". O anexo está em branco e sem assinatura. A candidata foi premiada no Edital de Culturas Ciganas, em desacordo com o item 1.4.
29	Almir Simões Pereira	624.467.467-72	Postal	Duque de Caxias	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
30	Carlos Alberto Moreira Dias	676.047.654-91	Postal	João Pessoa	PB	DEFERIDO	Após nova análise da inscrição, foi verificado que o candidato enviou o Anexo 1 completo. Dessa forma, a inscrição está "Habilitada".
31	Catarina Paula Correia Santos	767.070.243-53	Postal	Icatu	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem os compromissos e o anexo 4, também oral em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a" e "b", apenas o anexo 1ou 2 poderiam ser enviados em formato oral de acordo com o item 8.8.
32	Francisca Dalvania Pereira Soraio	085.949.874-39	Postal	Sousa	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. A candidata foi premiada no Edital de Culturas Ciganas, em desacordo com o item 1.4.
33	João Nicodemos de Araújo Neto	015.664.996-52	Postal	João Pessoa	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
34	Francisca Maria de Oliveira	384.148.135-34	Postal	Biritinga	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
35	Geraldo dos Santos Maia	090.527.714-72	Postal	Santa Cruz	RN	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
36	Fernanda Lopes Machado	012.264.021-78	267184	Águas Claras	DF	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. Em desacordo com o item 1.4.
37	Lourdes Valadares da Silva	041.293.187-72	Postal	Vassouras	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5. O Anexo 6 não foi assinado, em desacordo com o item 9.5.
38	Janete Lainha Coelho	158.948.355-34	Postal	Ilhéus	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
39	Alberto Gonçalves da Silva	267.007.864-87	257151	Tracunhaém	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a assinatura do anexo 1 é divergente da indicação do cabeçalho, também não enviou o anexo 4, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.

II - Pessoa Jurídica:

Nº	Candidato	CNPJ	Proposta	Município	UF	Deferido/Indeferido	Motivo
1	Sociedade Cultural e Religiosa de Minas Gerais - SCRMG	15.621.747/0001-34	257933	Contagem	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
2	APAE de Blumenau	82.656.554/0001-06	256703	Blumenau	SC	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou os Anexos 1 e 4, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d".
3	Associação Cultural Teatro de Retalhos	22.280.278/0001-00	254548	Arcoverde	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
4	Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão	09.031.436/0001-12	266547	Vitória de Santo Antão	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
5	Associação Cultural de Juripiranga-PB (Studio X)	09.484.996/0001-22	252899	Juripiranga	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, nem material complementar, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a", "b" e "e", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
6	Instituto Sócio Cultural do Samba Imperador da Ilha - Banda do Buggy	08.312.263/0001-48	256353	Guarujá	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o dirigente também se candidatou ao Edital, em desacordo com o item 8.4.
7	Sociedade Filarmônica 19 de Setembro	05.262.619/0001-98	267188	Ibipeba	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
8	Associação Cultural Boi Maracatu	15.545.753/0001-50	Postal	Arcoverde	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
9	Instituto Jatobás	07.362.917/0001-66	266574	Pardinho	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
10	Associação Quilombola Rincão dos Fernandes	14.414.040/0001-94	258102	Uruguaiana	RS	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, nem os Anexos 1 e 4, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c" e "d", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
11	Associação da Quadrilha Junina Poeirinha do Sertão	19.972.319/0001-07	255741	Laranjeiras	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
12	Associação Cultural do Sítio Logradouro - Grupo Maria Bonita	07.945.668/0001-50	255855	Umari	CE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem a última folha contendo as informações sobre o uso dos recursos, em desacordo com o item 8.10.2, alínea "c".
13	Associação Quartum Crescente	01.664.180/0001-79	266830	Mauá	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
14	Associação do Bloco Enterro do Zé Pereira	26.821.534/0001-72	256572	Ritápolis	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, nem o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
15	Grupo Folclórico Camarás - Boi Camarás	05.908.525/0001-43	267007	Camaragibe	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o formulário de inscrição (Anexo 1) foi enviado pelo candidato, porém, incompleto faltando os itens referentes as informações sobre o uso do recurso, questão 17.

16	Instituto Ylúguerê de Educação, Política e Cultura Afro-Brasileira	24.951.534/0001-61	266754	São Luís	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o formulário de inscrição (Anexo 1) foi enviado pelo candidato, porém, incompleto faltando os itens referentes as informações sobre o uso do recurso, em desacordo com o item 8.10.2, alínea "c".
17	Grupo Pele de Fulô	16.925.717/0001-84	258055	Natal	RN	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
18	Nação de Maracatu Porto Rico	10.052.454/0001-60	258152	Recife	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
19	Associação São Jorge Filho da Goméia	02.732.028/0001-49	256190	Lauro de Freitas	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata nem do estatuto e o Anexo 4 foi assinado em desconformidade com o exigido no edital, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
20	Cooperativa de Trabalho Agrícola Assistência Técnica e Serviços - COOATES	03.997.641/0001-50	267161	Porto Alegre	RS	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, verificou-se a presença de material complementar por meio de links indicados no Anexo 1. No entanto, permanece o resultado expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 7.1, alínea "c".
21	Comunidade Kolping Nossa Senhora do Carmo	08.212.336/0001-20	266882	Ribeirão das Neves	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou cópia do estatuto. No entanto, verificou-se que o signatário dos Anexos 1 e 4 não é o dirigente máximo indicado no Anexo 1, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d".
22	Associação Nordeste Brasileira de Educação e Cultura - Externato São Francisco de Assis	10.970.689/0010-21	257351	Aracaju	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, os anexos 1 e 4, não são assinados pelo dirigente máximo da instituição, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d". A procuração apresentada é exclusivamente para fins bancários e não para todos os atos da instituição, não tendo validade para o Edital.
23	Associação Cultural Desportiva Magia da Juventude	24.299.617/0001-18	262740	Pedra Branca do Amapari	AP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, os anexos 1 e 4, não são assinados pelo dirigente máximo da instituição, em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d". Não há foi apresentada procuração.
24	Ação Animatógrafho de Promoção e Integração Cultural e Social	05.075.785/0001-85	259624	Niterói	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a ata enviada pelo candidato não possui assinatura, não tendo validade jurídica. De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novo documento.
25	Centro Sócio-Cultural de Promoção à Cidadania - Carcará	06.871.227/0001-99	Postal	Cabo de Santo Agostinho	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou cópia da ata eleição ou termo de posse do dirigente em exercício, em desacordo com o item 8.10.2, alínea "b". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novo documento.
26	Associação de Capoeira Muleki é Tu	09.393.245/0001-09	Postal	Cachoeira	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 1.4.
27	Grupo de Agentes Culturais Barrica e Bicho Terra	00.982.681/0001-30	Postal	São Luis	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. O candidato não enviou cópia da ata, do estatuto e anexo 4 em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a", "b" e "d". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
28	Ponto de Cultura Caiçaras	19.606.859/000177	Postal	Cananeia	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. O candidato não enviou cópia da ata e do estatuto. No cabeçalho do anexo 1, os dados do cabeçalho divergem da assinatura do anexo 1, desta forma, pela ausência da ata de eleição ou termo de posse não foi possível comprovar quem é o dirigente em exercício. De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
29	Companhia de Ritmos e Danças Populares	09.177.344/0001-45	Postal	Fortaleza	CE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. O candidato enviou o anexo 1 e o anexo 4, porém os mesmos estão sem assinatura, não tendo validade jurídica em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "c" e "d". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
30	Associação de Mulheres de Nazaré da Mata - AMUNAM	12.813.226/0001-90	Postal	Nazaré da Mata	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. A Sra. Eliane Rodrigues de Andrade Ferreira, que assina o anexo 1, não é mais presidente da associação, segundo consta na ata enviada, desta forma o documento não tem validade jurídica. O documento deve estar assinado pelo dirigente em exercício, item 8.10.2, alínea "c". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
31	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	05.330.436/0001-62	Postal	Fortaleza	CE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. Pela documentação apresentada o Sr. Clovis Coelho Catunda Filho, designado como vice-presidente, é vedado pelo item 7.1, aliena "f", inciso iii.
32	Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus - ZIRARTC	02.351.731/0001-07	Postal	Pesqueira	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. O candidato não enviou cópia da ata e do estatuto. Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
33	Associação Quilombola Os Rufino	20.335.074/0001-96	Postal	Pombal	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. O candidato não enviou cópia da ata e do estatuto. Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
34	Associação de Moradores de Silvanópolis/TO	04.478.571/0001-97	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017. O candidato não enviou cópia da ata e do estatuto. Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b". De acordo com o item 9.6, não é possível o envio de novos documentos.
35	Cooperativa de Trabalho Catarse - Coletivo de Comunicação e Produção Cultural Ltda.	07.236.218/0001-99	Postal	Porto Alegre	RS	DEFERIDO	Após nova análise da inscrição, verificou-se a que o candidato não possui fins lucrativos, dessa forma, a inscrição está "Habilitada".

III - Grupos/Comunidades:

Nº	Candidato	CPF	Proposta	Município	UF	Deferido/Indeferido	Motivo
1	Maria da Conceição de Matos Peixoto	716.691.167-00	266928	Goiânia	GO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
2	Zorenilton Tavares Reis	051.199.073-18	256566	Gilbués	PI	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, verificou-se a presença de material complementar por meio de links indicados no Anexo 1. No entanto, permanece o resultado expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, pois o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
3	Wildo Lucena Borges	026.901.684-80	Postal	Ibimirim	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
4	Tarsila Manuela de Souza Barros	070.601.084-16	257625	Petrolina	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 assinado por outra pessoa, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
5	Cristiano Barbosa de Oliveira	860.823.101-87	267197	Niquelândia	GO	DEFERIDO	Após nova análise da inscrição, verificou-se a presença do Anexo 1 completo. Dessa forma, a inscrição está "Habilitada".
6	Anderson Vieira de Camargo	251.779.658-05	256924	Guarujá	SP	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou os Anexos 3 e 4, em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
7	Leandro Diéguiz Gonçalves	054.398.579-23	256705	Guaraqueçaba	PR	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
8	Isabel Cristina de Souza Duarte	825.855.047-00	257072	Nilópolis	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o Anexo 4 foi assinado por outra pessoa que não a representante indicada, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
9	Aurélio Bonfim Teixeira Sousa	388.863.161-00	259392	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou os Anexos 1, 3 e 4, em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c" Não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
10	Thayane Aleixo Macedo	171.980.187-85	258235	Rio de Janeiro	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, a candidata indicada como representante do Grupo era menor de idade quando assinou os documentos referentes à inscrição.
11	Marinalva do Nascimento	379.230.355-53	258112	Valença	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou os Anexos 3 e 4 de forma incompleta, em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
12	Manoel Antonio Mariete Mamede	176.137.525-34	258039	Valença	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou os Anexos 3 e 4 de forma incompleta, em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
13	Helena Cristina Moura Pereira	738.291.534-49	267201	Cuité	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 de forma incompleta, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
14	Edivaldo Barbosa dos Santos	883.196.284-15	257392	Lagoa Grande	PE	DEFERIDO	Após nova análise da inscrição, verificou-se a presença de todos os documentos de forma legível. Dessa forma, a inscrição está "Habilitada".
15	Rogério Santos da Silva	870.739.192-72	257717	Marapanim	PA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 3 de forma incompleta e não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c".
16	Waldeck de Souza Lima Júnior	039.867.794-85	256936	Fernando de Noronha	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
17	Michel Fábio de Souza	035.303.499-17	267221	Joinvile	SC	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato está em desacordo com o item 1.4.
18	Karina França de Menezes	088.076.466-09	257982	Rio Manso	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem assinatura e uso dos recursos, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a" Não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19	Cláudia Maria Ramos Santos	588.357.245-04	Postal	Japaratuba	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem assinatura, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
20	Miguel Ferreira da Silva	585.044.864-00	Postal	Pombal	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
21	Juliana Clabunde dos Santos	269.483.358-61	253331	Cubatão	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 3 sem o CPF dos membros, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
22	William de Souza Franco	093.323.936-05	Postal	Carlos Chagas	MG	INDEFERIDO	Constatou-se o equívoco na citação do item, porém após nova análise da inscrição, o candidato foi inabilitado por estar em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "c", enviou a autorização de uso de imagem (Anexo 4). Não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6. O candidato permanece inabilitado.
23	Lucilene Santos da Silva Oliveira	038.905.764-94	Postal	Cabo de Santo Agostinho	PE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
24	Juliano Cézar Bernardo Oliveira	113.615.746-82	Postal	Carangola	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4 nem cópia dos materiais que comprovem a realização da iniciativa, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c" e "d" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
25	Marco Antônio Honório	941.076.617-68	Postal	Duque de Caxias	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
26	Eduardo Pereira da Silva	040.986.006-92	Postal	Cachoeira de Pajeú	MG	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou o Anexo 1 sem assinatura, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
27	Cláudia Prado da Rosa	556.817.600-06	Postal	Florianópolis	SC	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, iniciativa não realizada. Edital nº 3, de 6 de junho de 2017.
28	José Clenilson dos Santos	686.109.554-00	Postal	Santa Cruz	RN	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou o Anexo 4, em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c", não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
29	Luiz Antônio de Abreu Coelho Novo	907.670.477-53	Postal	Rio de Janeiro	RJ	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato está em desacordo com o item 1.4.
30	Suely Alves Pereira	006.279.911-81	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o nome indicado no cabeçalho da autorização de uso de imagem (Anexo 4) é diferente do signatário (representante) indicado no formulário de inscrição (Anexo 1), não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
31	Eva Rodrigues Campos	009.189.798-03	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
32	Leomara Soares Barbosa da Silva	734.492.291-68	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
33	Luzimaria Soares Barbosa Nunes	002.838.151-32	Postal	Dianópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
34	Antonio Barbosa	043.270.201-68	Postal	Dianópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
35	Angela Maria Rodrigues Bomfim	485.436.911-68	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
36	Marina Custodia Neres	387.770.881-15	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
37	Maria Evaneth Pinheiro Sirqueira	861.078.951-91	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
38	Antonio de Souza e Silva	821.777.321-15	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
39	Maria Ferreira dos Santos	265.827.161-15	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
40	Alcilene Ferreira dos Santos	036.866.101-12	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
41	Jocilene Rodrigues Pereira	849.116.701-34	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
42	Anilton Correia de Assunção	024.314.821-62	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
43	Emival Moreira Duarte	825.960.181-87	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
44	Jorge Alberto Clementino Amorim	040.237.761-30	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
45	Sebastião Pereira da Silva	207.516.213-15	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
46	Daiane Araújo Bomfim	053.702.221-00	Postal	Silvanópolis	TO	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, em desacordo com o item 8.5.
47	Vera Lúcia Lima Souza	012.337.615-79	254456	Lamarão	BA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017 em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c", o candidato não enviou o anexo 3 e o anexo 4, não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.

IV - HERDEIROS DE MESTRES E MESTRAS IN MEMORIAM:

Nº	Candidato	CPF	Proposta	Município	UF	Deferido/Indeferido	Motivo
1	Mário Pereira Teles	133.476.246-53	Postal	Divinópolis	MG	INDEFERIDO	Permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, mais de uma inscrição por candidato em categorias distintas, em desacordo com o item 8.3.
2	Eliza Antônia de Carvalho Soares	138.693.838-60	Postal	Franca	SP	INDEFERIDO	Formulário sem assinatura, em desacordo com o item 9.5.
3	Benedito Marques dos Santos	585.247.625-00	Postal	Japaratuba	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato efetuou duas inscrições em categorias distintas e enviou a inscrição fora do prazo e/ou forma estabelecidos no Edital, em desacordo com os itens 8.3 e 9.2.
4	Manoele Espírito Santo dos Santos	000.259.382-31	267074	Belém	PA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o portfólio não mostra a continuidade do trabalho por parte do herdeiro indicado.
5	Maria Acácia dos Santos	267.397.045-20	257835	São Cristóvão	SE	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou a certidão de óbito e o portfólio não mostra a continuidade do trabalho por parte do herdeiro indicado, em desacordo com os itens 8.10.4, alíneas "c" e "e".
6	Lúcia de Fátima Ferreira Santos	203.544.444-68	267003	João Pessoa	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou a Carta de autorização dos herdeiros (Anexo 5) e nem a autorização de uso de imagem (Anexo 4) em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "b" e "d" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
7	Cibele Silva Laurentino	018.640.104-36	256296	Campina Grande	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o portfólio não mostra a continuidade do trabalho por parte do herdeiro indicado, em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
8	Suzan Monteverde Martins	004.687.412-75	257001	Manaus	AM	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato enviou a carta de autorização dos herdeiros (Anexo 5) porém, o documento não cita o nome do mestre *in memoriam*.
9	Digna Maria dos Santos	996.495.944-34	266581	Campina Grande	PB	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o portfólio não mostra a continuidade do trabalho por parte do herdeiro indicado, em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
10	Nadir Olga Cruz	251.795.433-04	Postal	São Luis	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou a carta de autorização dos herdeiros (Anexo 5) em desacordo com o item 8.10.4, alínea "b" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
11	Raimunda Silva de Oliveira	279.055.433-15	Postal	São Luis	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o candidato não enviou a Certidão de Óbito nem a autorização de uso de imagem (Anexo 4) em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "c" e "d" não sendo possível o envio de documentos em conformidade com o item 9.6.
12	Lucilene Maria da Conceição	674.155.394-00	Postal	João Pessoa	PB	INDEFERIDO	Constatou-se o equívoco na citação do item, porém após nova análise da inscrição, o candidato permanece inabilitado, uma vez que enviou a autorização de uso de imagem (Anexo 4) sem assinatura, em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "d". Não sendo possível o envio do documento em conformidade com o item 9.6.
13	Martinha Cruz dos Santos	125.401.453-53	Postal	Icatu	MA	INDEFERIDO	Após nova análise da inscrição, permanece o expresso na Portaria nº 07, de 27/09/2017, o portfólio não mostra a continuidade do trabalho por parte do herdeiro indicado, em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA FERNANDA PINTO ALBUQUERQUE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 9, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 7, de 27 de setembro de 20017, contento a divulgação das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 7, de 27 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de setembro de 2017, Seção 1, páginas 12 a 41, referente à divulgação das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2017, Seção 3, páginas 19 a 21, em conformidade com o item 9 e seus subitens.

Art. 2º Alterar o motivo da inabilitação:

95	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	05.330.436/0001-62	Fortaleza	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "b" e item 7.1, alínea "f", inciso "iii".

Art. 2º Excluir da lista de habilitados e incluir na lista de inabilitados:

30	Associação Comunitária Sócio Cultural de Major Sales	07.815.380/0001-61	Major Sales	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
189	Cleumara Monte Verdes Bentes	605.243.082-68	Parintins	AM	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
353	Geraldo Mendes	471.174.353-72	São Luis	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
399	Isabele de Aguiar Corrêa	054.687.697-86	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
724	Maria Fernandes de Carlos Oliveira	039.435.184-34	Alexandria	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
783	Moisaniel Nascimento	563.589.543-34	Axixá	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".

Art. 3º Aos candidatos inabilitados será facultado o direito de pedido de reconsideração à Comissão Técnica de Habilitação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data de publicação do resultado desta fase no Diário Oficial da União - DOU, obrigatoriamente por meio de formulário (Anexo 6) que será disponibilizado no portal eletrônico www.cultura.gov.br.

Art.4º De acordo com o item 9.5, o pedido de reconsideração deve estar devidamente assinado pelo candidato, e ainda, conforme estabelecido no item 9.6 do Edital, o pedido de reconsideração que tenha por finalidade exclusiva encaminhar documentação, constante no item 8.10 e subitens 8.10.1, 8.10.2, 8.10.3 e 8.10.4, que não foi entregue no prazo previsto de inscrição, será indeferido, observando-se ainda o Edital n.º 4, de 27 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de julho de 2017, Seção 3, página 12, que prorrogou o prazo de inscrição até o dia 28 de agosto de 2017.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA FERNANDA PINTO ALBUQUERQUE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 626, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176299 - 60! Doc Musical - Turnê
Reder entretenimento Ltda ME
CNPJ/CPF: 07.113.090/0001-76
Processo: 01400026695201766
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.746.267,60
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe nova temporada e turnê por 3 cidades do espetáculo 60! Década de arromba!, consolidando o sucesso do gênero Doc. Musical, tornando-se essencial na medida que proporcionará amplo e diversificado acesso do público ao espetáculo. A realização do projeto visa ao oferecer ao público a oportunidade de conhecer mais acerca da história mundial, partindo de um recorte conduzido pelas canções que marcaram a época, além de valorizar a memória, instigar o interesse dos espectadores, e ampliar o raio de impacto ao produto.

176256 - Carnaval - Industria Criativa que demanda tecnologia!
Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo
CNPJ/CPF: 56.089.030/0001-70
Processo: 01400026605201737
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.423.274,99
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto cultural tem por objetivo,apoiar a realização do desfile de carnaval de 2018 , das 22 escolas de samba de SP, associadas a Liga SP, inserindo tecnologia, modernidade e mais segurança na construção dos CARROS ALEGORICOS . Esta iniciativa visa integrar de forma respeitosa, a sabedoria empírica que caracteriza o segmento carnavalesco, à necessidade de evolução dos métodos construtivos das alegorias, artefatos culturais que caracterizam as festividades carnavalescas e tanto encantam o publico. Fortalecendo a cadeia produtiva e proporcionando um carnaval com mais segurança para todos.

176260 - Carnaval de SP - Escolas de Samba do Grupo de Acesso.
Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo
CNPJ/CPF: 56.089.030/0001-70
Processo: 01400026624201763
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.442.200,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto cultural tem objetivo apoiar a realização do desfile de carnaval no ano de 2018, das 08 escolas do Grupo de Acesso da cidade de SP, que desfilam no domingo de carnaval.

176481 - Dançando o Brasil
Tais Mello dos Santos Maia
CNPJ/CPF: 645.426.700-82
Processo: 01400027228201753
Cidade: Estrela - RS;
Valor Aprovado: R$ 117.821,38
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a circulação do espetáculo "Dançando o Brasil", estrelado pela Cia de Show da Artte Escola de Dança, contemplando diversas cidades gaúchas, em especial a Região Turística do Vale do Taquari.

176449 - MARLENE DIETRICH - NOVA TURNÊ
Minouskine Produções Artísticas Ltda. ME
CNPJ/CPF: 09.224.768/0001-13
Processo: 01400026963201740
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.391.669,22
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Continuidade de temporada e turnê do musical MARLENE DIETRICH - AS PERNAS DO SÉCULO. O espetáculo conta a história desta mulher, que foi a grande diva do cinema internacional nos anos 30, 40 e 50. Em cena, 4 atores/cantores recriam os universos e personagens que ainda habitam as lembranças de Marlene.

176261 - MINHA PRAIA É BRINCAR
BUREAU DE CULTURA E TURISMO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.848.554/0001-60
Processo: 01400026629201796
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 198.282,56
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Minha Praia é Brincar" traz como essência a vivência e a experiência do brincar de forma lúdica e interativa. O projeto ocorrerá no mês de janeiro, na Praia de Boa Viagem, no horário das 15:00 às 19:00 horas, direcionado para todos os públicos. O evento contará com uma programação diversificada com brincadeiras tradicionais, oficinas, contação de história, apresentações de teatro de mamulengo, grupos de teatro de rua, dança, feirinha de brinquedos populares, artesanato, além de uma exposição interativa de brinquedos tradicionais pernambucanos.

176452 - O Abajur Lilás
Giras Produções LTDA
CNPJ/CPF: 12.270.168/0001-04
Processo: 01400026976201719
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 447.070,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e apresentação da peça O Abajur Lilás, de Plínio Marcos.

175942 - O SEXO OPOSTO - UMA COMÉDIA DE DAVID TRISTAM
Coisas Nossas Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.787.332/0001-84
Processo: 01400026055201756
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 801.350,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a PRODUÇÃO, MONTAGEM e TEMPORADA da comédia inglesa O SEXO OPOSTO, de DAVID TRISTAM. Com texto e autor inéditos no Brasil, o espetáculo se apresenta como uma ótima comédia, daquelas que não provocam o tipo de "riso fácil", mas aquele repleto de questionamentos. Isso posto, o projeto visa ABARCAR UM VASTO PUBLICO ALVO, do intelectual, de gosto artístico refinado, ao popular, que busca por diversão e entretenimento. Além disso estão inclusas no projeto algumas medidas que contribuem com a questão de ACESSIBLIDADE e FORMAÇÃO DE PÚBLICO, como contrapartidas da produção para a utilização dos possíveis aportes adquiridos.

176512 - Passeio Noturno
FERNANDA DE SOUSA GANDES - ME
CNPJ/CPF: 10.309.181/0001-96
Processo: 01400027462201781
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 529.555,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar remontagem e segunda temporada de apresentações do espetáculo itinerante de teatro de rua "Passeio Noturno". A itinerância ocorre dentro de um ônibus coletivo personalizado e adaptado para o espetáculo. As cenas ocorrem com o veiculo em movimento por cinco pontos estratégicos do centro histórico de Cuiabá e em pontos externos da rua. Além das apresentações, o projeto contará com palestras exclusivas para rede pública de ensino.

176532 - Plano Anual - Espaço Cultural Dagaz 2018
Associação Cultural para o Desenvolvimento de Tecnologias Humanas
CNPJ/CPF: 11.290.496/0001-00
Processo: 01400027561201762
Cidade: Volta Redonda - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.353.000,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do Plano Anual de Atividades do Espaço Cultural Dagaz, que oferta atividades sistemáticas de teatro, dança, circo, música e capoeira de forma regular; atividades pontuais de capacitação, contação de histórias, cineclube em escolas e espaços públicos, além de ações de incentivo à leitura, oficinas de artesanato e sustentabilidade no território do Grande Santo Agostinho, localizado no município de Volta Redonda - RJ. Todas as ações são gratuitas e contemplam crianças, jovens e adultos e utilizam a cultura como setor essencial para o desenvolvimento social mais sustentável das comunidades, tencionando para uma sociedade mais equitativa.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
176103 - AMAZÔNIA JAZZ BAND VISITA O BRASIL
Academia Paraense de Música
CNPJ/CPF: 04.226.577/0001-77
Processo: 01400026326201773
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 379.956,80
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentações musicais do grupo paraense, - Amazônia Jazz Band - tendo, como contrapartida social, Palestras para Formação de Plateia para estudantes de escolas públicas e/ou entidades associativas de música e arte. Nas palestras serão abordados temas sobre a linguagem e origens do jazz, descrição dos instrumentos da Banda, composições que serão apresentadas a assimilação da lingugem jazzística em composições de autores paraenses.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

176499 - BH Instrumental
VEREDAS PRODUCOES EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 00.614.034/0001-76
Processo: 01400027357201741
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.151.529,78
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O objetivo da proposta é a realização de mais uma edição do BH INSTRUMENTAL com a execução de espetáculos de música instrumental em praças públicas, com acesso gratuito a toda população dando assim continuidade ao projeto. Os shows acontecem uma vez por mês sempre aos sábados no horário de 20 horas, trazendo grandes instrumentistas para as apresentações. Para esta nova edição continuaremos com o edital público de concorrência para que grupos instrumentais locais possam se inscrever para abrirem os shows antes das atrações principais.

175956 - EDUCACAO MUSICAL CORAL VOZES DA AMAZONIA
VOZES DA AMAZÔNIA
CNPJ/CPF: 10.489.553/0001-03
Processo: 01400026106201740
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 580.400,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Consiste na execução de atividades planejadas para o Coral Vozes da Amazônia, de forma a propiciar aos seus integrantes, melhor técnica vocal, conhecimento de teoria musical e ainda a viabilização de eventos diversos durante o período de realização do projeto, oferecendo espetáculos cuidadosamente elaborados, promovendo qualidade de vida e dignidade tanto ao público como aos artistas que neles se apresentam. Além disso, visa realizar concertos didáticos, com o objetivo de agregar conhecimentos sobre a cultura musical, despertar talentos para o canto coral, desenvolver a disciplina, o trabalho em equipe e a formação de platéias.

175961 - FESTIVAL JOBIM NO JARDIM BOTANICO
ADNET MUSICA EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA.-ME
CNPJ/CPF: 39.509.492/0001-80
Processo: 01400026153201793
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.771.490,80
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Festival de música inspirado na obra de Tom Jobim. Serão shows gratuitos, durante 2 meses, divididos em 4 categorias: Novos artistas, Jazz, Nomes consagrados convidam e Musica de câmara. A curadoria será de Mario Adnet e Paulo Jobim.

176503 - Plano Anual SABRA 2018
Sociedade Artística Brasileira Sabra
CNPJ/CPF: 19.442.344/0001-89
Processo: 01400027373201734
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.024.210,40
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Disponibilizar o ensino gratuito de música tendo em vista a manutenção das atividades de uma Escola de Música, uma Orquestra Sinfônica Jovem, Grupos Instrumentais de Câmara, dois Corais Adultos e dois Corais Infanto-juvenis, além de proporcionar o aperfeiçoamento de professores de música atuantes na rede pública de ensino. Será realizada a elaboração, revisão, edição e distribuição gratuita de partes instrumentais e reduções para canto e piano de obras de domínio público, de compositores brasileiros dos séculos XVIII e XIX.

176458 - Um recital que percorre a linha do tempo
ARTESALIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 09.570.274/0001-90
Processo: 01400027007201785
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 130.416,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar dois recitais de piano que mostrem ao público presente, através das obras interpretadas, a trajetória da música desde o século XVII até o século XX, atravessando o Barroco, o Classicismo, O Romantismo, o Modernismo e pós Modernismo. O pianista Alvaro Siviero explicará à plateia as características de cada período musical e os compositores que se destacaram em cada uma dessas fases.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
175945 - Personalidades - Vida e obra na construção da identidade nacional - Visão Essencial
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Processo: 01400026059201734
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 863.446,09
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Difusão ao grande público das obras e pensamento de grandes artistas contemporâneos das artes visuais, resgatando o panorama cultural do país e contribuindo para o acesso da sociedade aos bens artísticos nacionais e à sua história através de exposição de artes visuais (produto principal), tendo como tema "Visão Essencial" - formalismo construtivo que domina as imagens, pontuadas pela geometria e beleza, equilíbrio e leveza. Produto gerado pela exposição: Livro (produto secundário). Ações paralelas: ação educativa (Formação de plateia) em áreas com alta vulnerabilidade social como medida de contrapartida social.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
175464 - Plano Anual Paço do Frevo 2018
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTAO IDG
CNPJ/CPF: 04.393.475/0003-08
Processo: 01400024535201782
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 3.517.197,60
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta proposta apresenta as atividades a serem realizadas no Paço do Frevo em 2018, contemplando as áreas de exposições, programação cultural, pesquisa e documentação, acessibilidade e programação educativa, além de considerar a manutenção e conservação do equipamento cultural.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
175857 - As aventuras de TUTULI - O livro
MARCELO LORO
CNPJ/CPF: 080.030.608-26
Processo: 01400025691201761
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 196.409,18
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto foi criado para difundir e incentivar a leitura e aprendizado entre as crianças da Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental, resgatando a contação de histórias oral. Consiste na distribuição do livro "Que barulho é esse papai?" do autor (livro impresso e e-book), e criação de um novo livro "Que bicho é esse papai?" (e-book). Entre a distribuição ("Que barulho é esse papai?"), do livro impresso, esta previsto a quantidade de 3000 IMPRESSÕES, que serão distribuidos de forma gratuita em escolas publicas do estado de SP e hospitais, além de atender aos parceiros e apoiadores do projeto e uma parte para venda promocional (detalhes no plano de distribuição). Além dos livros impressos, os leitores poderão adquirir os livros em formato e-book (livro digital). Previsão do projeto: 10 meses. Ao final, terá sido estimulada a cultura, integração entre pais, alunos e professores.

176262 - CINETEATRO SÃO LUIZ, 60 ANOS - PUBLICAÇÃO
GENTIL BARREIRA EPP
CNPJ/CPF: 07.766.488/0001-01
Processo: 01400026630201711
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 404.190,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto trata da publicação de um livro comemorativo dos 60 anos de fundação do histórico Cineteatro São Luiz, lugar de grande valor simbólico, patrimonial e afetivo, verdadeiro marco na memória de várias gerações de cinéfilos cearenses. Inaugurado pelo seu idealizador, o cearense Luiz Severiano Ribeiro, em 1958, o Cineteatro São Luiz, situado no centro histórico de Fortaleza, foi tombado pela Coordenadoria de Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Ceará (1991) e posteriormente adquirido pelo Governo do Ceará (2011), passando então por um minucioso processo de reforma e restauração, sendo reinaugurado em 2015, de onde veio a se consolidar como um espaço acessível e diversificado quanto àsua programação, voltada tanto para o cinema quanto para outras linguagens artísticas, como o teatro, a dança e a música, o que o fez atrair um público de mais de 250 mil espectadores em menos de 2 anos de atividades.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
175739 - Plano Anual - Casa da Cultura Paraty 2018
Associação Paraty Cultural
CNPJ/CPF: 06.143.830/0001-54
Processo: 01400025211201761
Cidade: Parati - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.926.072,12
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Plano Anual da Casa da Cultura de Paraty para 2018, contemplando as áreas de patrimônio cultural, música e artes visuais, propondo uma programação cultural, ações educativas, divulgação, e manutenção do equipamento cultural. Visa dar continuidade, a melhoria da qualidade e a diversificação das atividades oferecidas à população e visitantes.

176447 - Plano Anual - Museu do Amanhã 2018
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - IDG
CNPJ/CPF: 04.393.475/0004-99
Processo: 01400026961201751
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 27.490.047,59
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Plano anual de atividades do Museu do Amanhã em 2018. Compreende a produção e manutenção de exposições e acervos, ações educativas e de relacionamento comunitário, programação cultural, palestras e manutenção do equipamento cultural.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
175810 - O Novo Sempre Vem
VIA COMUNICAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.050.505/0001-23
Processo: 01400025413201711
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 317.622,50
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "O Novo Sempre Vem" consiste numa mostra de arte e cultura realizada no Centro Cultural Belchior, recém-inaugurado na cidade de Fortaleza-CE, em homenagem ao multiartista cearense Antônio Carlos Belchior.

175828 - CD instrumental Ronivaldo Jacó- Na pista ll
RONIVALDO JACO DA SILVA
CNPJ/CPF: 637.968.131-00
Processo: 01400025518201762
Cidade: Jataí - GO;
Valor Aprovado: R$ 54.353,25
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo viabilizar recursos para realizar a gravação do álbum instrumental do Cantor e músico Ronivaldo Jacó CD - "Na Pista ll", a obra será composta de 10 canções, sendo uma parte de autoria própria e outras regravações de artistas goianos.

176342 - DIONY SANTOS, CANTA MODA DE VIOLA E FORRO NO VALE DE JEQUITINHONHA
JOSE LUIZ LOPES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 106.791.376-96
Processo: 01400026770201799
Cidade: Santa Maria do Suaçuí - MG;
Valor Aprovado: R$ 194.082,75
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a produção de um mini documentário sobre a origem da viola caipira e também 01 show de moda de viola com artistas locais. O cantor sertanejo Diony Santos que começou sua carreira musical ainda menino, aos 12 anos, e vem se destacando no cenário musical da região como cantor de música caipira e forró regional. O vídeo do mini documentário visa apresentar a importância da arte e o movimento que a viola caipira possui no cenário musical regional e também no Brasil.

176258 - DMX - Digital Music Experience 2018 (festival)
M Z A MUSICA E PRODUCOES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 32.162.919/0001-78
Processo: 01400026619201751
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.175.861,25
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O DMX - Digital Music Experience é o maior encontro de música digital e tecnologia do país, com palestras, debates, festival de novos talentos na web e uma homenagem para os melhores da música digital do ano, que acontecerá em 2018, com transmissão ao vivo, via streaming, para o mundo todo.

176535 - PORTO DRAGÃO DO MAR
INSTITUTO DRAGAO DO MAR
CNPJ/CPF: 02.455.125/0001-31
Processo: 01400027565201741
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 979.380,00
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Porto Dragão do Mar é uma ação que expandirá a atuação do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, mediante a circulação regional e nacional da produção musical contemporânea do Estado do Ceará. Serão realizados espetáculos musicais dos mais variados gêneros musicais (rock, pop, choro, instrumental, jazz e música popular), em todas as regiões do país, atuando em 3 eixos, REGIONALIZAÇÃO,NACIONALIZAÇÃO e CIRCUITO FESTIVAIS NACIONAIS. Será viabilizada a participação de representantesdo Movimento Musical Cearense na Semana Internacional de Música de São Paulo (SIM).

176265 - Yentl
F. BONELLA CUNHA PROJETOS CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 09.117.895/0001-13
Processo: 01400026637201732
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 745.149,01
Prazo de Captação: 18/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e circulação do espetáculo cênico-musical Yentl com a cantora lírica, bailarina e atriz Daniela De Carli e grupo de câmara (quinteto de cordas, piano, flauta, clarinete, trompete, trombone e percussão). Com direção cênica da coreógrafa Eva Schul e direção musical de Edu Martins, a montagem será baseada no filme/musical Yentl (1983), dirigido por Barbra Streisand, com músicas do compositor francês Michel Legrand.

PORTARIA Nº 627, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Apresentação de artigo no congresso Internacional de Cinema de AVANCA - Pronac nº 13-3865, na Portaria nº 625 de 16/10/2017, publicada no D.O.U. nº 199 de 17/10/2017, Seção 1, página 9.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 628, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar público o(s) projeto(s) cultural(is) referente(s) ao Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, relacionado(s) no anexo abaixo, que teve/tiveram sua(s) APROVAÇÃO(ÕES) quanto à prestação de contas do projeto no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 8º do art. 4 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso V do Art. 10 do Decreto nº 5.671 de 2006, conforme anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	OBJETO
13-3865	Apresentação de artigo no congresso Internacional de Cinema de AVANCA	Leonardo da Silva Souza	052.717.446-71	Esta proposta visa o requerimento de recursos para a viagem até a conferência internacional de cinema de AVANCA em Portugal para apresentação do artigo aprovado para a apresentação e publicação do congresso que se dará em julho de 2013 entre os dias 24 e 28. O artigo, cujo título é "Relações entre cinema, pintura e agentes computacionais autônomos", foi desenvolvido na pesquisa como professor da escola de Arte de Tecnologia de Belo Horizonte (Oi Kabum!) Mantida pela ONG Associação Imagem Comunitária. A pesquisa que será apresentada estará concorrendo à premiação de publicações em cinema e exporá o estado da arte nas pesquisas brasileiras sobre tecnologias contemporâneas e cinema relacionando estudos de autores brasileiros como Arlindo Machado, André Parente e Rogério Luz com o pensamento que vem sendo desenvolvido nas universidades do mundo inteiro. A contrapartida é uma oficina com tema tecnologia cinema e pintura para professores do proj. Reinventando o ensino médio que participo.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

COMANDO DE PREPARO

II COMANDO AÉREO REGIONAL

BASE AÉREA DE NATAL

GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL

PORTARIA GAP-NT Nº 163/GAP-NT_ARC, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova sanções administrativas à empresa O2 SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ 34.561.704/0001-55.

O ORDENADOR DE DESPESAS DO GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67302.007005/2017-96, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa após o PAAI em que foi propiciada a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, sem justificativas que possam excluir sua culpabilidade, as seguintes sanções administrativas de multas moratória, compensatória, por não cumprir a obrigação assumida de entregar 09 (nove) aparelhos de ar condicionados, marca Elgin, constantes na Nota de Empenho nº 2017NE800125 e, Nota de Empenho 2017NE800231, oriunda do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/GAP-NT/2017, no valor de R$ 11.700,00 (onze mil, setecentos reais), suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Comando da Aeronáutica, pelo prazo de 24 (vinte quatro) meses, e Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC) do Comando da Aeronáutica, conforme a Cláusula 4ª, da Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto, no item 4.1, Cláusula 6ª, das Obrigações da Contratada, item 6.1, subitens 6.1.1 e 6.1.4 e, descumprir a Cláusula 10ª, das Sanções Administrativas, no item 10.1, subitem 10.1.1, 10.1.2, item 10.2, subitens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.4 10.2.5, do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/GAP-NT/2017, PAG 67703.001532/2016-93, como também, o Art. 86 e 87, da lei nº 8.666/93, e Portaria nº 1527/GC6, item 8.1.17, de 12 de setembro de 2014, do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ten Cel Int CARLOS JOSÉ RODRIGUES

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

BASE DE HIDROGRAFIA DA MARINHA EM NITERÓI

PORTARIA Nº 191/DHN, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Concede Licenca de Operacao para Servico de Trafego de Embarcacoes (VTS) no porto de Vitoria.

O DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGACAO, no uso das atribuicoes que lhe confere o disposto na NORMAM-26 DHN (2 Revisao), resolve:

Art. 1º - Conceder a Companhia Docas do Espirito Santo(CODESA) a Licenca de Operacao de um Servico de Trafego de Embarcacoes para fornecer informacoes aos navegantes na area maritima adjacente a baia de Vitoria e aguas interiores, contendo a area do Porto Organizado portos e terminais do Complexo Portuario de Tubarao e Praia Mole, seus canais de acesso, areas internas e externas do canal de acesso, bacias de manobra areas de espera e fundeadouros.

Art. 2º - A Autoridade Portuaria devera comunicar ao Agente da Autoridade Maritima quaisquer ocorrencias que afetem a operacao do servico, para que sejam adotadas as providencias julgadas cabiveis.

Art. 3º - Anualmente, deverao ser conduzidas visitas tecnicas por representantes da Autoridade Maritima, a fim de verificar a qualidade dos servicos prestados e o bom andamento do servico como um todo, em conformidade com a sua categoria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicacao em DOU.

Vice-Almirante MARCOS SAMPAIO OLSEN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.321, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Divulga a relação de instituições e entidades da sociedade civil responsáveis pela indicação de especialistas a serem considerados na composição das comissões técnicas das edições de 2019 e 2020 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e em observância ao disposto no Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica divulgada, na forma do Anexo, a relação das instituições e entidades da sociedade civil que indicarão os especialistas das diferentes áreas do conhecimento a serem considerados na composição das comissões técnicas das edições de 2019 e 2020 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, e a avaliação e disponibilização de obras didáticas de educação infantil, dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental.

Art. 2º A comissão técnica do PNLD 2019 será composta por vinte e sete membros, sendo três para educação infantil, três para cada um dos componentes curriculares dos anos iniciais do ensino fundamental (Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática) e três para Projetos Integradores.

Art. 3º A Comissão Técnica do PNLD 2020 será composta por vinte e sete membros, sendo três para cada um dos componentes curriculares dos anos finais do ensino fundamental (Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática) e três para Projetos Integradores.

Art. 4º As entidades relacionadas deverão protocolizar, junto à Secretaria de Educação Básica - SEB, até o dia 6 de novembro de 2017, as indicações de que trata o art. 12 do Decreto nº 9.099, de 2017, com a especificação das etapas de ensino e áreas do conhecimento correspondentes aos especialistas indicados.

Parágrafo único. A indicação deverá vir acompanhada das seguintes informações:

I - currículo resumido dos indicados, com ênfase na especialidade objeto da indicação;

II - declaração de não prestar pessoalmente serviço ou consultoria aos titulares de direito autoral inscritos no processo;

III - declaração de não possuir cônjuge ou parente até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, entre os titulares de direito autoral inscritos no processo; e

IV - declaração de não estar em situação que configure impedimento ou conflito de interesse.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

ENTIDADES A SEREM CONSULTADAS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO: PNLD 2019 E PNLD 2020

1.Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC

2.Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED

3.União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME

4.União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME

5.Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCEE

6.Conselho Nacional de Educação - CNE

7.Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior -ANDIFES

8.Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF

9.Academia Brasileira de Ciências - ABC

10.Academia Brasileira de Educação - ABE

11.Academia Brasileira de Letras - ABL

12.Associação Brasileira de Avaliação Educacional - ABAVE

13.Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED

14.Associação Brasileira de Ensino de Biologia - SBEnBio

15.Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC

16.Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB

17.Associação Nacional de História - ANPUH

18.Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE

19.Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED

20.Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS

21.Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG

22.Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE

23.Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE

24.Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE

25.Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB

26.Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

27.Sociedade Brasileira de Física - SBF

28.Sociedade Brasileira de Matemática - SBM

29.Sociedade Brasileira de Química - SBQ

30.Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

31.União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES

32.União Nacional dos Estudantes - UNE

33.Instituto da Matemática Pura e Aplicada - IMPA

34.Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35.Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP
36.Movimento Nacional Inter fóruns de Educação Infantil - MIEIB
37.Rede Nacional Primeira Infância - RNPI
38.Instituto da Infância - IFAN
39.Educação e Mobilização Social - AVANTE
40.Cidade Escola Aprendiz
41.Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN
42.Instituto Chapada de Educação e Pesquisa - ICEP
43.Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal - FMCSV
44.Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC
45.Comunidade Educativa CEDAC - CE-CEDAC
46.Todos Pela Educação - TPE

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 17 de outubro de 2017

Processo nº: 23001.000228/2017-41
Interessado: ESCOLA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SÃO JORGE
Assunto: Revisão Administrativa. Anulação de despacho ministerial.

Com base no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com fulcro na Nota Técnica nº 14/2017/COREAD/DIREG/SERES, de 08 de agosto de 2017, e nas Notas Jurídicas nº 1384/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 29 de agosto de 2017, e 1693/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 09 de outubro de 2017, aprovada pelo Despacho nº 3408/2017CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 09 de outubro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, torna sem efeito o Despacho de 13 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2017, Seção 1, pág. 12, que homologou o Parecer CNE/CP nº 7/2016.

Processo nº: 23123.001850/2010-14
Interessado: ORGANIZAÇÃO HÉLIO ALONSO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

Vistos os autos do processo em referência, com fulcro no Parecer nº 01226/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 6 de outubro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e NEGO-LHE provimento, mantendo, na íntegra, a decisão constante da Portaria nº 1.007, de 9 de dezembro de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 10 de dezembro de 2015, que indeferiu o pedido de renovação do CEBAS.

Processo nº: 71000.069589/2011-70
Interessado: ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01179/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 6 de outubro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e NEGO-LHE provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 499, de 16 de setembro de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19 de setembro de 2016, que indeferiu o pedido de renovação do CEBAS.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 248/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, do qual é parte integrante, propõe a aprovação de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, conforme consta do Processo nº 23001.000110/2015-51.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CEB nº 5/2017, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, o qual esclarece que as horas letivas referentes às atividades não presenciais/a distância devem ser levadas em consideração para fins de controle da frequência nos cursos técnicos de nível médio que prevejam atividades não presenciais no limite de até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, havendo suporte tecnológico e atendimento por docentes e tutores, cabendo à escola dispor em seu regimento e regulamento próprio a metodologia de apuração da frequência, conforme consta do Processo nº 23001.000375/2017-11.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 186/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu de recurso interposto contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria SERES nº 404, de 16 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 17 de agosto de 2016, autorizando o aumento de 40 (quarenta) vagas, perfazendo um total de 140 (cento e quarenta) vagas, do curso de graduação em Medicina, bacharelado, ministrado pela Faculdade Atenas, situada na Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 60, bairro Lavrado, no município de Paracatu, estado de Minas Gerais, mantida pelo Centro Educacional Hyarte - ML Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23000.015867/2012-15.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 279/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, afastando os efeitos do Despacho SERES nº 6, de 26 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 27 de janeiro de 2017, assegurando a continuidade da tramitação do processo de autorização para oferta do curso de Medicina, bacharelado, formulado pelo Centro Universitário Euro-Americano - UNIEURO, mantido pelo Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia - EUROAM, com sede em Brasília, no Distrito Federal, conforme os autos do processo SAPIENS nº 20050007067, correspondente ao SIDOC nº 23000.012889/2005-96, com a migração do mencionado pedido de autorização para o sistema e-MEC, aproveitando-se os atos já praticados, devendo a tramitação ser retomada com a remessa dos autos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, para avaliação, conforme consta do Processo MEC nº 23001.000157/2017-87.

MENDONÇA FILHO

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 201, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre os valores de bolsas de estudo e auxílios pagos no país e no exterior no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES e revoga a Portaria CAPES nº 60, de 04 de maio de 2015.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, considerando a autorização contida no § 4º do art. 2º da Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992 e

CONSIDERANDO proporcionar o desenvolvimento das ações de fomento e internacionalização da educação superior brasileira

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 23038.016851/2017-07, resolve:

Art. 1º Os valores de bolsas de estudo e auxílios pagos no país e no exterior no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES - DRI ficam regulamentados na forma desta Portaria e seus anexos.

Art. 2º São entendidos como bolsas e auxílios, na forma prevista nos regulamentos dos programas e nos instrumentos de seleção:

I - As mensalidades, destinadas a contribuir com as despesas de manutenção do bolsista, conforme anexo I desta Portaria;

II - O auxílio instalação, destinado a contribuir com as despesas iniciais de acomodação do bolsista no país de destino, corresponde ao valor de uma mensalidade conforme tabela 1 do anexo II desta Portaria e pago de acordo com o previsto no regulamento do programa ou instrumentos de seleção aplicáveis.

III - O auxílio deslocamento, destinado a contribuir com as despesas de viagem e correspondente ao valor aproximado para aquisição de bilhetes aéreos de ida e volta até o local de estudos ou pesquisa, em classe econômica e tarifa promocional, nos termos do art. 3º e conforme as tabelas 2 e 3 do anexo II desta Portaria;

IV - O auxílio seguro saúde, destinado a contribuir com a contratação de seguro-saúde com cobertura no país de destino, concedido no valor fixo mensal indicado na tabela 4 do anexo II desta Portaria, proporcionalmente ao período de vigência da bolsa, a depender do regulamento do programa ou do instrumento de seleção, em forma de anuidade ou repassado diretamente ao parceiro no exterior que proverá o seguro diretamente ao bolsista;

V - O adicional dependente, destinado a contribuir com a manutenção dos dependentes do bolsista no exterior, quando previsto no regulamento do programa ou no instrumento de seleção, pago no valor fixado na tabela 5 do anexo II desta Portaria;

VI - As taxas acadêmicas e administrativas obrigatórias, relativas ao período de vigência da bolsa, poderão ser pagas pela CAPES, quando previsto no regulamento do programa ou no instrumento de seleção, e nos casos que não forem isentas pela instituição de destino.

§1º O auxílio instalação para bolsas estrangeiros no país será pago em valor fixo, independentemente da modalidade.

§2º Nos casos em que as instituições de destino no exterior exijam, para admissão, um seguro saúde específico, cujo valor seja superior ao pago pela CAPES, este poderá ser suplementado ao bolsista ou repassado diretamente à instituição, conforme o regulamento do programa ou o instrumento de seleção e a critério da CAPES.

§3º A definição dos indivíduos considerados dependentes será estabelecida nos regulamentos aplicáveis.

Art. 3º As bolsas e auxílios no exterior serão pagos nas moedas praticadas no local de destino do bolsista, observado o seguinte:

I - dólar norte-americano para os Estados Unidos ou demais países cuja moeda local não é utilizada pela CAPES;

II - euro para Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Polônia, Portugal, República Tcheca, Vaticano, territórios de países da Comunidade Europeia que utilizam o euro, Timor Leste e, a depender do acordo firmado, países do continente africano;

III -coroa sueca para a Suécia;

IV - coroa dinamarquesa para a Dinamarca;

V - coroa norueguesa para a Noruega;

VI - franco suíço para a Suíça;

VII- libras esterlinas para o Reino Unido da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia, País de Gales) e Irlanda do Norte;

VIII - dólar canadense para o Canadá;

IX- dólar australiano para a Austrália;

X - iene para o Japão;

XI - real para o Brasil.

Art. 4º No âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais, os benefícios poderão ser custeados pela CAPES ou pelos parceiros, podendo haver concessão de bolsa parcial, reduzida, suplementar ou apenas de auxílios, a depender do regulamento do programa ou do instrumento de seleção.

Art. 5º Os prazos e os componentes das bolsas a serem pagos em cada caso serão definidos nos regulamentos dos programas e instrumentos de seleção.

Art. 6º Salvo as exceções previstas em lei ou em normas especiais da CAPES, é vedado o acúmulo de bolsas e benefícios para a mesma finalidade e o mesmo nível, devendo o candidato declarar a recepção de outras bolsas concedidas por órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal e requerer sua suspensão ou cancelamento, de modo que não haja acúmulo de bolsas durante o período de estudos ou pesquisa.

Parágrafo único. Não se enquadram na situação do caput as candidaturas para bolsa parcial, de forma a suplementar outros financiamentos ou bolsas recebidos de outras instituições.

Art. 7º Os casos omissos nesta portaria serão analisados pela Diretoria responsável pelo programa com o qual se relacione a omissão.

Art. 8º As tabelas com a equivalência entre as modalidades antigas e as modalidades previstas no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais - DRI constam no anexo III desta Portaria.

Art. 9. Fica revogada a Portaria CAPES nº 60, de 04 de maio de 2015.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

ANEXO I

VALORES DAS MENSALIDADES PARA OS PROGRAMAS

TABELA 1 - PAGAS NO EXTERIOR

MODALIDADE	Dólar Americano	Euro	Libra	Dólar Canadense	Dólar Australiano	Iene	Coroa Sueca	Coroa Dinamarquesa	Coroa Norueguesa	Franco Suíço
	US$	C>r-6pt<=	£	CAN	A$	¥	SEK	DKK	NOK	CHF
Cátedra	5.000,00	3.500,00	3.500,00	-	-	-	31.620,00	26.120,00	28.410,0	4.270,00
Professor Visitante no Exterior Sênior	2.300,00	2.300,00	1.900,00	3.060,00	3.420,00	311.300,00	20.780,00	17.160,00	18.670,00	2.810,00
Professor Visitante no Exterior Júnior	2.100,00	2.100,00	1.700,00	2.660,00	3.000,00	270.700,00	18.980,00	15.670,00	17.050,00	2.570,00
Pós-Doutorado										
Doutorado Pleno	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.470,00	1.650,00	148.890.00	11.750,00	9.700,00	10.550,00	1.590,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Doutorado Sanduíche										
Mestrado Pleno										
Mestrado Sanduíche										
Capacitação										
Aperfeiçoamento Linguístico										
Assistente de Ensino Linguístico no Exterior										
Desenvolvimento Tecnológico (II a IV)										
Desenvolvimento Tecnológico (I)	870,00	870,00	870,00	984,00	1.300,00	99.642,00	7.860,00	6.490,00	7.060,00	1.060,00
Graduação Plena										
Graduação Sanduíche										

TABELA 2 - PAGAS NO PAÍS	
MODALIDADE	VALORES EM REAL (R$)
Professor Visitante no Brasil	14.000,00
Jovem Talento com Experiência no Exterior	8.000,00
Pós-Doutorado para Residentes no Exterior	4.100,00
Doutorado Pleno para Estrangeiro no Brasil	2.200,00
Doutorado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil	
Mestrado Pleno para Estrangeiro no Brasil	1.500,00
Mestrado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil	
Graduação Plena para Estrangeiro no Brasil	830,00
Graduação Sanduíche para Estrangeiro no Brasil	
Assistente Estrangeiro de Ensino Linguístico no Brasil	2.200,00

ANEXO II

TABELAS DE VALORES PARA OS AUXÍLIOS

TABELA 1 - AUXÍLIO INSTALAÇÃO - BOLSAS NO EXTERIOR										
MODALIDADE	Dólar Americano	Euro	Libra	Dólar Canadense	Dólar Australiano	Iene	Coroa Sueca	Coroa Dinamarquesa	Coroa Norueguesa	Franco Suíço
	US$	C>r-6pt<=	£	CAN	A$	¥	SEK	DKK	NOK	CHF
Cátedra	5.000,00	3.500,00	3.500,00	-	-	-	31.620,00	26.120,00	28.410,0	4.270,00
Professor Visitante no Exterior Sênior	2.300,00	2.300,00	1.900,00	3.060,00	3.420,00	311.300,00	20.780,00	17.160,00	18.670,00	2.810,00
Professor Visitante no Exterior Júnior	2.100,00	2.100,00	1.700,00	2.660,00	3.000,00	270.700,00	18.980,00	15.670,00	17.050,00	2.570,00
Pós-Doutorado										
Doutorado Pleno	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.470,00	1.650,00	148.890.00	11.750,00	9.700,00	10.550,00	1.590,00
Doutorado Sanduíche										
Mestrado Pleno										
Mestrado Sanduíche										
Capacitação										
Aperfeiçoamento Linguístico										
Assistente de Ensino Linguístico no Exterior										
Desenvolvimento Tecnológico (II a IV)										
Desenvolvimento Tecnológico (I)	870,00	870,00	870,00	984,00	1.300,00	99.642,00	7.860,00	6.490,00	7.060,00	1.060,00
Graduação Plena										
Graduação Sanduíche										
AUXÍLIO INSTALAÇÃO - BOLSAS NO PAÍS										
VALOR EM REAL (R$)					2.200,00					

TABELA 2- AUXÍLIO DESLOCAMENTO - ORIGEM BRASIL										
Região Geográfica	Dólar Americano	Euro	Libra	Dólar Canadense	Dólar Australiano	Iene	Coroa Sueca	Coroa Dinamarquesa	Coroa Norueguesa	Franco Suíço
	US$	C>r-6pt<=	£	CAN	A$	¥	SEK	DKK	NOK	CHF
África	1.891,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
América Central	1.323,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
América do Norte	1.604,00	-	-	1.744,00	-	-	-	-	-	-
América do Sul	736,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia	2.521,00		-	-	-	256.588,00	-	-	-	-
Europa	1.706,00	1.255,00	1.022,00	-	-	-	11.339,00	9.366,00	10.187,00	1.532,00
Oceania	3.121,00	-	-	-	3.383,00	-	-	-	-	-

TABELA 3 - AUXÍLIO DESLOCAMENTO - DESTINO BRASIL	
Região Geográfica	Valores em Real (R$)
África	7.012,00
América Central	5.667,00
América do Norte	6.196,00
América do Sul	4.032,00
Ásia	7.152,00
Europa	6.134,00
Oceania	9.694,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 4 - AUXÍLIO SEGURO SAÚDE*											
CONDIÇÃO FAMILIAR	Dólar Americano	Euro	Libra	Dólar Canadense	Dólar Australiano	Iene	Coroa Sueca	Coroa Dinamarquesa	Coroa Norueguesa	Franco Suíço	Real
	US$	C>r-6pt<=	£	CAN	A$	¥	SEK	DKK	NOK	CHF	R$
Solteiro	90,00	90,00	90,00	100,00	110,00	9.480,00	810,00	670,00	730,00	110,00	400,00
1 dependente	120,00	120,00	120,00	145,00	160,00	13.535,00	1.080,00	900,00	970,00	150,00	-
2 dependentes	150,00	150,00	150,00	180,00	200,00	16.919,00	1.360,00	1.120,00	1.220,00	180,00	-

*Concedido em parcela única ou anualmente no caso de bolsa de estudos com mais de um ano.

TABELA 5 - ADICIONAL DEPENDENTE										
CONDIÇÃO FAMILIAR	Dólar Americano	Euro	Libra	Dólar Canadense	Dólar Australiano	Iene	Coroa Sueca	Coroa Dinamarquesa	Coroa Norueguesa	Franco Suíço
	US$	C>r-6pt<=	£	CAN	A$	¥	SEK	DKK	NOK	CHF
1 dependente	200,00	200,00	200,00	270,00	300,00	27.070,00	1.800,00	1.490,00	1.620,00	240,00
2 dependentes	400,00	400,00	400,00	540,00	600,00	54.140,00	3.600,00	2.980,00	3.240,00	480,00

*Ao bolsista e dependente que residam no Brasil, a Capes pagará a primeira remessa do adicional dependente no Brasil. As demais parcelas seguirão o calendário de pagamentos de mensalidades.

ANEXO III - TABELAS DE EQUIVALÊNCIA DE MODALIDADES DE BOLSAS DA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MODALIDADES ANTIGAS	MODALIDADES ATUAIS NO EXTERIOR
Cátedra	Cátedra
Estágio Sênior	Professor Visitante no Exterior Sênior
Professor Visitante no Exterior	
Pesquisador Visitante no Exterior	
Articulador Pedagógico	Modalidade descontinuada
Estágio Docente	Professor Visitante no Exterior Júnior
Estágio Pós-Doutoral (com vínculo empregatício)	
Estágio Pós-Doutoral (sem vínculo empregatício)	Pós-Doutorado
Doutorado Pleno CsF	Doutorado Pleno
Doutorado Sanduíche CsF	Doutorado Sanduíche
Mestrado Profissional	Mestrado Pleno
-	Mestrado Sanduíche
Capacitação	Capacitação
Capacitação Educação Básica	
-	Graduação Plena
Graduação Sanduíche CsF	Graduação Sanduíche
-	Assistente de Ensino Linguístico no Exterior
-	Desenvolvimento Tecnológico
-	Aperfeiçoamento Linguístico

MODALIDADES ANTIGAS	MODALIDADES ATUAIS NO PAÍS
Escola de Altos Estudos	Modalidade descontinuada
Professor Visitante Especial (CsF)	Professor Visitante no Brasil
Professor Visitante do Exterior Sênior	
Professor Visitante do Exterior Júnior	
Jovens Talentos A (CsF)	Jovem Talento com Experiência no Exterior
Jovens Talentos B (CsF)	
Pós-Doutorado	Pós-Doutorado para Residentes no Exterior
Doutorado Pleno	Doutorado Pleno para Estrangeiro no Brasil
Doutorado Sanduíche	Doutorado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil
Mestrado Pleno	Mestrado Pleno para Estrangeiro no Brasil
Mestrado Sanduíche	Mestrado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil
Graduação Plena	Graduação Plena para Estrangeiro no Brasil
Graduação Sanduíche	Graduação Sanduíche para Estrangeiro no Brasil
Iniciação Científica (CsF)	Modalidade descontinuada
Iniciação Tecnológica Industrial (CsF)	Modalidade descontinuada
-	Assistente Estrangeiro de Ensino Linguístico no Brasil

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre os valores do adicional localidade pagos pela CAPES no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO a autorização contida no § 4º do art. 2º da Lei 8.405, de 9 de janeiro de 1992

CONSIDERANDO proporcionar o desenvolvimento das ações de fomento e internacionalização da educação superior brasileira

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 23038.017021/2017-99, resolve:

Art. 1º Os valores de adicional localidade pagos no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da Capes ficam regulamentados na forma desta Portaria e seus anexos.

Art. 2º O adicional localidade será concedido ao bolsista cujo estudo e/ou pesquisa seja realizado em instituição sediada nas cidades consideradas de alto custo listadas no anexo I desta portaria.

Art. 3º O adicional localidade será pago mensalmente durante todo o período de duração da bolsa de estudos, sendo mantido até o termo final da concessão, ainda que no curso de sua vigência a cidade seja retirada da referida lista.

Art. 4 º O valor do adicional localidade e a relação de cidades consideradas de alto custo poderão ser excepcionados em razão do interesse da ação institucional.

Art. 5º Os casos omissos nesta portaria serão analisados pela Diretoria responsável pelo programa com o qual se relacione a omissão.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

ANEXO I

TABELA DE VALORES PARA O ADICIONAL LOCALIDADE E RELAÇÃO DAS CIDADES CONSIDERADAS DE ALTO CUSTO

VALOR DO ADICIONAL LOCALIDADE									
Dólar Americano	Euro	Libra	Dólar Canadense	Dólar Australiano	Iene	Coroa Sueca	Coroa Dinamarquesa	Coroa Norueguesa	Franco Suíço
US$	C>r-6pt<=	£	CAN	A$	¥	SEK	DKK	NOK	CHF
400,00	400,00	400,00	452,00	507,00	45.812,00	3.610,00	3.000,00	3.250,00	500,00

RELAÇÃO DE CIDADES CONSIDERADAS DE ALTO CUSTO PARA FINS DE PAGAMENTO DO AUXÍLIO ADICIONAL LOCALIDADE

EUA	
CIDADE	ESTADO
Baltimore	Maryland
Berkeley	California
Bethesda	Maryland
Boston	Massachusetts
Cambridge	Massachusetts
Chicago	illinois
College Park	Maryland
Coral Gables	Florida
Culver City	California
Evanston	Illinois
Fremont	California
Fullerton	California
Hoboken	New Jersey
Irvine	California
La Jolla	California
Little Ferry	New Jersey
Long Beach	California
Los Angeles	California
Madison	New Jersey
Menlo Park	California
Miami	Florida
New Haven	Connecticut
New york City	New york
Newark	New Jersey
Oakland	California
Pasadena	California
Pompano Beach	Florida
Princeton	New Jersey
Rosemont	Illinois
San Diego	California
San Francisco	California
San Mateo	California
Santa Ana	California
Stanford	California
Stony Brook	New york
Waltham	Massachusetts
Washington	District of Columbia

CANADÁ	
CIDADE	ESTADO
Abbotsford	British Columbia
Burnaby	British Columbia
Calgary	Alberta
Chicoutimi, Saguenay	Quebec
Edmonton	Alberta
Fredericton	New Brunswick

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Greater Sudbury	Ontario
Guelph	Ontario
Halifax	Nova Scotia
Hamilton	Ontario
Kamloops	British Columbia
Kingston	Ontario
Langley	British Columbia
Lethbridge	Alberta
London	Ontario
Montreal	Quebec
Nanaimo	British Columbia
Oshawa	Ontario
Ottawa	Ontario
Peterborough	Ontario
Quebec	Quebec
Regina	Saskatchewan
Richmond	British Columbia
Saskatoon	Saskatchewan
St.Catharines	Ontario
St.John"s	Newfoundland and Labrador
Surrey	British Columbia
Thunder Bay	Ontario
Toronto	Ontario
Vancouver	British Columbia
Victoria	British Columbia
Waterloo	Ontario
Windsor	Ontario
Winnipeg	Manitoba
Wolfville	Nova Scotia

FRANÇA	
CIDADE	ESTADO
Amiens	Region Picardie
Bondy	Region Île-de-France
Cachan	Region Île-de-France
Cergy	Region Île-de-France
Cergy-Pontoise	Region Île-de-France
Champs-sur- Marne	Region Île-de-France
Chatenay-Malabry	Region Île-de-France
Créteil	Region Île-de-France
Évry	Region Île-de-France
Fontenay-aux-Roses	Region Île-de-France
Gif-sur-Yvette	Region Île-de-France
Guyancourt	Region Île-de-France
Ivry-sur-Seine	Region Île-de-France
Le Chesnay	Region Île-de-France
Maisons-Alfort	Region Île-de-France
Malakoff	Region Île-de-France
Nanterre	Region Île-de-France
Nogent-sur-Marne	Region Île-de-France
Orsay	Region Île-de-France
Palaiseau	Region Île-de-France
Paris	Region Île-de-France
Rueil-Malmaison	Region Île-de-France
Saclay	Region Île-de-France
Saint-Aubin-en-Bray	Picardie
Saint-Denis	Region Île-de-France
Saint-Ouen	Region Île-de-France
Saint-Quentin-en-Yvelines	Region Île-de-France
Sceaux	Region Île-de-France
Versailles	Region Île-de-France
Villejuif	Region Île-de-France
Villetaneuse	Region Île-de-France

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IRLANDA	
CIDADE	ESTADO
Corcaigh	Munster
Dublin	Leinster
Gaillimh	Connaught
Limerick	Munster

ITÁLIA	
CIDADE	ESTADO
Firenze	Regione Toscana
Milano	Regione Lombardia
Roma	Regione Lazio

JAPÃO	
CIDADE	ESTADO
Nagoya-shi	Chubu
Osaka-shi	Osaka-fu
Tokyo	Kanto-chiho

NORUEGA	
CIDADE	ESTADO
Ålesund	More og Romsdal
As	Akershus
Bergen	Hordaland
Bodø	Nordland
Gjøvik	Oppland
Grimstad	AusT-Agder
Horten	Vestfold
Kjeller	Akershus
Kristiansand	Vest - Agder
Molde	More og Romsdal
Oslo	Oslo County
Stavanger	Rogaland
Tønsberg	Vestfold
Tromsø	Troms
Trondheim	Sar - Trandelag

NOVA ZELÂNDIA	
CIDADE	ESTADO
Auckland	Auckland
Christchurch	Canterbury
Dunedin	Otago
Hamilton	Waikato
Palmerston North	Manawatu - Wanganui
Wellington	Wellington

REINO UNIDO	
CIDADE	ESTADO
Egham	England
Surrey	England
London	England
Richmond	England
Uxbridge	England

SUÍÇA	
CIDADE	ESTADO
Dübendorf	Kanton Zurich
Genève	Romandia
Meyrin	Canton de Genève
Zürich	Kanton Zürich

SUÉCIA	
CIDADE	ESTADO
Djursholm	Stockholms Laen
Göteborg	Vaestra Goetalands Laen
Halmstad	Hallands Laen
Huddinge kommun	Stockholms Laen
Jönköping	Joenkoepings Laen
Kalmar	Kalmar
Kista	Stockholms Laen

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Linköping	Oestergoetlandes Laen
Luleå	Norrbotten
Lund	Skane
Malmö	Skane
Onsala	Halland
Stockholm	Stockholms Laen
Umeå	Vasterbotten
Uppsala	Uppsala

AUSTRÁLIA	
CIDADE	ESTADO
Brisbane	State of Queensland
Canberra	Australian Capital Territory
Caulfield	State of Victoria
Clayton	State of Victoria
Frankston East	State of Victoria
Melbourne	State of Victoria
Perth	Western Australia
Sydney	State of New South Wales

ALEMANHA	
CIDADE	ESTADO
Berlin	Land Berlin
Frankfurt am Main	Land Hessen
Freising	Freistaat Bayern
München	Freistaat Bayern
Offenbach am Main	Land Hessen
Stuttgart	Baden-Wuerttemberg
Tübingen	Baden-Wuerttemberg

OUTROS PAÍSES	
CIDADE	PAÍS
Amstardam	Holanda
Caracas	Venezuela
Cingapura	Cingapura
Dili	Timor Leste
Luanda	Angola
Moscow	Rússia
Hong Kong	Hong Kong
Beijing	China
Wien	Austria
Seul	Coreia do Sul
Suwon	Coreia do Sul
Tel Aviv	Israel
Kongens Lyngby	Dinamarca
Roskilde	Dinamarca
København	Dinamarca

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 2.439, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16.06.2017, resolve:

PRORROGAR por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público para provimento de cargos na Carreira de Magistério Superior, objeto do Edital nº 025, de 16/05/2016, publicado no DOU de 17/05/2016, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação	Prazo de validade inicial	Prazo de validade final
ISB/Coari	Nutrição e Ciências de Alimentos	Portaria GR nº 2.914 de 07/11/2016 e publicado no DOU em 14/11/2016	14/11/2017	14/11/2018

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 40, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 07/2017-CCS/UFPI, de 22/08/2017, publicado na Seção 3, do DOU, de 25/08/2017 e considerando o Processo nº. 23111.021045/2017-12; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, com lotação no Departamento Materno Infantil, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial TP-20 (vinte) horas semanais, na área de Ginecologia, habilitando a candidata CARLA LARISSA MONTEIRO RAMOS (1ª colocada), classificando a mesma para contratação.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRIATO CAMPELO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.603, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.003073/2016-52; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Farmácia/ Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 007/2017, publicado no D.O.U. em 31/03/2017 e no Correio de Sergipe em 01/04/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Farmácia Hospitalar, Assistência Farmacêutica e Farmacoepidemiologia
Disciplinas	II Ciclo de Farmácia (Prática de Ensino Farmacêutico na Comunidade I e II e optativas), III Ciclo de Farmácia (Prática de Ensino Farmacêutico na Comunidade III e IV e optativas), IV Ciclo de Farmácia (Prática de Ensino Farmacêutico na Comunidade V e VI e optativas), V Ciclo de Farmácia (Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e optativas)
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: IZADORA MENEZES DA CUNHA BARROS - 78,82 2º LUGAR: ELISDETE MARIA SANTOS DE JESUS - 68,70
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROSALVO FERREIRA SANTOS
REITOR
em exercício

PORTARIA Nº 1.604, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.026636/2016-85, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Odontologia/Campus Universitário Prof. João Cardoso Nascimento Júnior, objeto do Edital nº. 007/2017, publicado no D.O.U. em 31/03/2017 e no Correio de Sergipe em 01/04/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Odontologia Social I e II e Clínica Integrada I e II
Disciplinas	Odontologia Social I e II e Clínica Integrada I e II
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: REGIANE CRISTINA DO AMARAL - 85,88 2º LUGAR: MARCIA YURI KAWAUCHI - 63,65
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROSALVO FERREIRA SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 1.191, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 12.04.2017, publicado no Diário Oficial da União, Edição nº 72, de 13.04.2017, Seção 2, página 01,

Considerando a necessidade de dar maior celeridade às decisões e ações administrativas, em busca da elevação dos níveis de efetividade, eficiência, eficácia e economicidade, e, ainda,

Considerando que é facultado às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos, desde que não haja impedimento legal, nos termos da Lei nº 9.784/1999, resolve:

Art. 1º - DELEGAR COMPETÊNCIA ao Pró-Reitor de Administração e, na ausência deste, ao Substituto do Pró-reitor de Administração, para, em seu nome:

I. Autorizar a realização de despesas em geral, incluindo as relativas à folha de pagamento de pessoal, bem como de pagamento destas, no âmbito da Reitoria e do Instituto, quando for o caso;

II. Autorizar a realização de concorrências, convites, tomadas de preços, pregões, adesão a atas de registro de preços, e, ainda, do regime diferenciado de contratações - RDC, por conta das dotações previstas no orçamento da Reitoria e dos campideste Instituto Federal;

III. Homologar os atos praticados pelo pregoeiro e adjudicar e homologar o resultado de concorrências, convites, tomadas de preços e do regime diferenciado de contratações - RDC, no âmbito da Reitoria e do Instituto, quando for o caso;

IV. Decidir sobre recursos apresentados pelos licitantes no decorrer dos processos licitatórios;

V. Decidir sobre penalidades aplicadas em processos de sanção administrativa, em primeira instância;

VI. Autorizar a concessão de suprimentos de fundo, bem como determinar a baixa de responsabilidades, no âmbito da Reitoria;

VII. Acompanhar a execução orçamentária, visar e supervisionar processos de empenho da Reitoria e determinar providências de ordem econômica e financeira que julgar necessárias;

VIII. Promover e acompanhar a arrecadação de receitas em geral;

IX. Apurar dívidas de terceiros para com a Reitoria, adotando as medidas necessárias a sua regularização;

X. Apurar dívidas da Reitoria para com terceiros;

XI. Autorizar viagens de servidores, a serviço deste Instituto Federal, obedecidas as formalidades legais, bem como autorizar servidores a conduzir veículos oficiais, quando necessário;

XII. Celebrar contratos decorrentes de licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade, bem como autorizar prorrogações, acréscimos e supressões, no âmbito da Reitoria e deste Instituto Federal, quando couber;

XIII. Autorizar a movimentação orçamentária e financeira dos recursos disponíveis deste Instituto Federal e reformular, quando convier, o orçamento da Reitoria e deste Instituto Federal;

XIV. Celebrar contratos de câmbio e seus respectivos aditivos e averbações;

XV. Dispensar ou declarar a situação de inexigibilidade de licitação no âmbito de competência da Reitoria, incluídos oscampi que não possuem delegação de competência específica para tanto;

XVI. Assinar acordos, convênios, ajustes e demais instrumentos de natureza administrativa;

XVII. Elaborar e consolidar, junto ao Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do Instituto Federal;

XVIII. Supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados aos campi, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio do Instituto Federal.

Art. 2º- Para melhor cumprimento destas disposições, o Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais concede, ainda, plenos poderes ao Titular da presente delegação para subdelegar a outros servidores as competências previstas nos incisos de I a V e de IX a XI do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º- CONVALIDAR os atos praticados pelo Pró-Reitor de Administração do dia 26.04.2017 até a presente data.

Ar. 4º- REVOGA-SE disposições em contrário.

CHARLES OKAMA DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PORTARIA Nº 1.082, DE 16 OUTUBRO DE 2017

O Reitor pro tempore da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, designado pela Portaria nº 722/2017, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao titular do cargo de Secretário de Implantação de Campus - SECIC, código CD-2, e ao seu substituto legal em suas ausências e impedimentos legais, para praticarem os atos administrativos abaixo enumerados.

CAPÍTULO I

DA GESTÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS

Art. 2º Compete à SECIC, com relação à gestão de espaços físicos próprios e locados da Universidade Federal da Integração Latino-Americana:

I - Receber demandas para novos espaços;

II - Elaborar propostas e projetos para atendimento de novas demandas;

III - Elaborar propostas para melhorias de espaços já destinados e/ou em uso;

IV - Encaminhar as propostas para aprovação e negociar com as áreas impactadas e/ou envolvidas;

V - Elaborar desenhos técnicos e estudos com relação à layout, conforto ambiental, acessibilidade, acústica, dentre outros relacionados à arquitetura e engenharia;

VI - Planejar e propor espaços e estruturas compartilhadas, visando racionalização de uso dos espaços próprios e locados;

VII - Fiscalizar e avaliar imóveis para fins de locação, aquisição ou outro interesse da universidade, sob demanda ou por necessidade da Secretaria;

VIII - Especificar tecnicamente os materiais referentes à infraestrutura predial, como por exemplo, forros, divisórias, mobiliário etc. e estimar quantitativamente o uso e planejamento de aquisições, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura - PROAGI.

IX - Reavaliar, propor melhorias e desenvolver propostas de uso racional de espaços compartilhados.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 3º Compete, também, ao Secretário de Implantação de Campus e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, assinar Portarias, Instruções Normativas, Editais, e Certidões no âmbito da Secretaria de Implantação de Campus, bem como autorizar a publicação destes no Boletim de Serviço e na Imprensa.

Art. 4º Revogar a Portaria UNILA nº 966/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 173 de 09 de setembro de 2014, p. 30 e 31.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO OLIVEIRA VIEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

PORTARIA Nº 268, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A REITORA PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11 da Lei nº 12.825, de 5 de junho de 2013, e a Portaria MEC Nº 575, de 28 de junho de 2013, resolve:

Homologar os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, para exercício nos municípios de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória, de acordo com distribuição das vagas nos respectivos campi, conforme Edital 01/2017, publicado no DOU de 25/07/2017, Seção 3, pág. 59 a 65, retificado em 26/07/2017, DOU de 26/07/2017, Seção 3, pág. 60, em 04/08/2017, DOU de 07/08/2017, Seção 3, pág. 61, e em 15/08/2017, DOU de 16/08/2017, Seção 3, pág. 67.

UNIDADE: CENTRO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE, CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS - BARREIRAS

Área do Conhecimento: Farmácia/Análises Clínicas/Estágio Supervisionado. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.013278/2017-20. 1º GUSTAVO ROBERTO VILLAS BOAS; 2º RIVIA MARA MORAIS E SILVA; 3º ANA CAROLINA JANDOTTI.

Área do Conhecimento: Clínica Médica/Saúde da Família e Saúde da Comunidade. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Auxiliar. Regime de Trabalho: 20h. Processo: 23520.013275/2017-96. 1º LIVIA DE VASCONCELLOS GONZAGA KNUPP; 2º FABIANA CRISTINA RIBEIRO ZSCHABER PIRES.

Área do Conhecimento: Clínica Médica/Ginecologia e Obstetrícia/Saúde da Mulher. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Auxiliar. Regime de Trabalho: 20h. Processo: 23520.013276/2017-31. 1º IVONETE ALMEIDA SOUZA MARTINS; 2º PERES EMBIRUÇU BARRETO JUNIOR; 3º LUISA LAGE DE OLIVEIRA; 4º GUSTAVO RODRIGUES DA CUNHA.

UNIDADE: CENTRO DAS CIÊNCIAS EXTAS E DAS TECNOLOGIAS, CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS - BARREIRAS

Área do Conhecimento: Computação/Métodos Numéricos. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.012282/2017-71. 1º MAYKSOEL MEDEIROS DE FREITAS; 2º ANDRE LUIZ CARVALHO OTTONI; 3º SILVANA SANTOS AMORIM.

Área do Conhecimento: Matemática. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.012281/2017-26. 1º SARA RUTH PIRES BISPO; 2º SAMARA COSTA LIMA; 3º EDWIN OSWALDO SALINAS REYES.

Área do Conhecimento: Ciência e Tecnologia. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Adjunto A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.012280/2017-81. 1º GABRIELA SILVA CERQUEIRA; 2º MARCIO INOMATA CAMPOS; 3º LEILA OLIVEIRA SANTOS.

UNIDADE: CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE BOM JESUS DA LAPA

Área do Conhecimento: Computação. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.013321/2017-57. 1º LEANDRO BRITO SANTOS; 2º CARLOS HENRIQUE GOMES FERREIRA; 3º JOSUALDO JUNIOR DIAS DA SILVA; 4º JEAN NUNES RIBEIRO ARAUJO; 5º EDEN PEREIRA DA SILVA; 6º MYDIÃ FALCÃO FREITAS.

Área do Conhecimento: Administração. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Professor Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.013324/2017-91. 1º JANAYNNA DE MOURA FERRAZ.

IRACEMA SANTOS VELOSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 753, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.059562/2017-79 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 56/DDP/PRODEGESP/2017, de 21 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 183, Seção 3, de 22/09/2017.

Área/Subárea de conhecimento: Ensino/ Ensino de Língua Portuguesa

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Chirley Domingues	9,15
2º	Ana Kelly Borba da Silva Brustolin	7,67

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 432, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. nº 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 70, incisos I e II, da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995, e considerando a solicitação do Ministério das Comunicações e os termos da Nota Técnica nº 123/COGPC/SEAE/MF, de 29 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar revisão das tarifas dos serviços postais e telégraficos nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, sob a forma de recomposição, a contar da data de publicação de sua aprovação pelo Ministério das Comunicações, nos termos do art. 32 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, constituindo-se em uma parcela de 6,121% por prazo indeterminado e outra parcela de 4,094% a vigorar por 64 meses, a qual deverá observar os limites constantes do Anexo a esta Portaria e o disposto na Portaria MF nº 244, de 25 de março de 2010, bem como na Portaria nº 934, de 09 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

Tarifas Máximas Autorizadas para cada serviço, constituindo-se no teto de preço, conforme item 7.4 do Anexo e Art. 4º da Portaria MF nº 244/2010.

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,8348
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,5557
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,5387
Acima de 100 a 150 g	R$ 4,3251
Acima de 150 a 200 g	R$ 5,1117
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,8981
Acima de 250 a 300 g	R$ 6,7499
Acima de 300 a 350 g	R$ 7,5364
Acima de 350 a 400 g	R$ 8,3229
Acima de 400 a 450 g	R$ 9,1093
Acima de 450 a 500 g	R$ 9,8956

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Não-Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,2449
Acima de 20 a 50 g	R$ 1,9659
Acima de 50 a 100 g	R$ 2,6212
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,3420
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,0630
Acima de 200 a 250 g	R$ 4,7838
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,5048
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,1602
Acima de 350 a 400 g	R$ 6,8810
Acima de 400 a 450 g	R$ 7,6018
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,3229

Faixas de Peso (em gramas)	FAC - Franqueamento Autorizado de Cartas - Tarifas
Até 20 g	R$ 1,6251
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,2280
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,1848
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,8533
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,4956
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,2558
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,8849
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,6452
Acima de 350 a 400 g	R$ 7,3005
Acima de 400 a 450 g	R$ 8,0476
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,7161

Telegrama Nacional		
Meio de Acesso	Telegrama	Tarifa por página
Agência	Pré-Pago	R$ 11,1408
Telefone	Fonado	R$ 9,2796
Internet	Internet	R$ 7,6937

Telegrama Internacional	
Grupos de Países	Tarifa por palavra
Grupo I	R$ 1,4153
Grupo II	R$ 1,5072
Grupo III	R$ 1,5858
Grupo IV	R$ 2,2936
Grupo V	R$ 2,8308

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 3,0801	R$ 3,2111	R$ 3,5387	R$ 4,2595	R$ 4,5217
Acima de 20 a 50	R$ 5,5048	R$ 5,6358	R$ 6,1602	R$ 7,3398	R$ 8,3883
Acima de 50 a 100	R$ 8,1262	R$ 8,5194	R$ 9,5680	R$ 11,1408	R$ 15,4662
Acima de 100 a 250	R$ 16,3836	R$ 16,9735	R$ 21,2333	R$ 23,0028	R$ 32,7020
Acima de 250 a 500	R$ 30,9327	R$ 31,8501	R$ 37,1584	R$ 41,5494	R$ 52,1662
Acima de 500 a 1.000	R$ 51,3141	R$ 53,0836	R$ 63,7004	R$ 70,7783	R$ 91,9462
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 71,6302	R$ 74,2518	R$ 90,1768	R$ 99,9416	R$ 131,7919
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 91,9462	R$ 95,4851	R$ 116,7187	R$ 129,1049	R$ 171,5720

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 1,5072	R$ 1,5727	R$ 1,8348	R$ 2,0314	R$ 2,2280
Acima de 20 a 50	R$ 2,5557	R$ 2,8178	R$ 3,2765	R$ 3,8009	R$ 4,5873
Acima de 50 a 100	R$ 4,3906	R$ 4,7838	R$ 5,5702	R$ 6,3567	R$ 7,6674
Acima de 100 a 250	R$ 10,1578	R$ 11,0753	R$ 11,9272	R$ 13,8279	R$ 16,1871
Acima de 250 a 500	R$ 19,0052	R$ 20,3158	R$ 22,0853	R$ 26,0830	R$ 30,9327
Acima de 500 a 1.000	R$ 36,2409	R$ 38,0105	R$ 40,6974	R$ 48,6272	R$ 57,4745
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 53,4768	R$ 55,7050	R$ 60,1615	R$ 71,6302	R$ 84,0165
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 70,7783	R$ 73,3996	R$ 79,5600	R$ 94,6332	R$ 110,5583

ANEXO II

Tarifas Máximas Autorizadas para cada serviço, constituindo-se no teto de preço, conforme item 7.4 do Anexo e Art. 4º da Portaria MF nº 244/2010 (valores arredondados).

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,85
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,55
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,55
Acima de 100 a 150 g	R$ 4,35
Acima de 150 a 200 g	R$ 5,10
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,90
Acima de 250 a 300 g	R$ 6,75
Acima de 300 a 350 g	R$ 7,55
Acima de 350 a 400 g	R$ 8,30
Acima de 400 a 450 g	R$ 9,10
Acima de 450 a 500 g	R$ 9,90

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Não-Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,25
Acima de 20 a 50 g	R$ 1,95
Acima de 50 a 100 g	R$ 2,60
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,35
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,05
Acima de 200 a 250 g	R$ 4,80
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,50
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,15
Acima de 350 a 400 g	R$ 6,90
Acima de 400 a 450 g	R$ 7,60
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,30

Faixas de Peso (em gramas)	FAC - Franqueamento Autorizado de Cartas - Tarifas
Até 20 g	R$ 1,63
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,23
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,18
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,85
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,50
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,26
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,88
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,65
Acima de 350 a 400 g	R$ 7,30
Acima de 400 a 450 g	R$ 8,05
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,72

Telegrama Nacional		
Meio de Acesso	Telegrama	Tarifa por página
Agência	Pré-Pago	R$ 11,14
Telefone	Fonado	R$ 9,28
Internet	Internet	R$ 7,69

Telegrama Internacional	
Grupos de Países	Tarifa por palavra
Grupo I	R$ 1,42
Grupo II	R$ 1,51
Grupo III	R$ 1,59
Grupo IV	R$ 2,29
Grupo V	R$ 2,83

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 3,10	R$ 3,20	R$ 3,55	R$ 4,25	R$ 4,50
Acima de 20 a 50	R$ 5,50	R$ 5,65	R$ 6,15	R$ 7,35	R$ 8,40
Acima de 50 a 100	R$ 8,15	R$ 8,50	R$ 9,55	R$ 11,15	R$ 15,45
Acima de 100 a 250	R$ 16,40	R$ 16,95	R$ 21,25	R$ 23,00	R$ 32,70
Acima de 250 a 500	R$ 30,95	R$ 31,85	R$ 37,15	R$ 41,55	R$ 52,15
Acima de 500 a 1.000	R$ 51,30	R$ 53,10	R$ 63,70	R$ 70,80	R$ 91,95
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 71,65	R$ 74,25	R$ 90,20	R$ 99,95	R$ 131,80
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 91,95	R$ 95,50	R$ 116,70	R$ 129,10	R$ 171,55

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 1,50	R$ 1,55	R$ 1,85	R$ 2,05	R$ 2,25
Acima de 20 a 50	R$ 2,55	R$ 2,80	R$ 3,30	R$ 3,80	R$ 4,60
Acima de 50 a 100	R$ 4,40	R$ 4,80	R$ 5,55	R$ 6,35	R$ 7,65
Acima de 100 a 250	R$ 10,15	R$ 11,10	R$ 11,95	R$ 13,85	R$ 16,20
Acima de 250 a 500	R$ 19,00	R$ 20,30	R$ 22,10	R$ 26,10	R$ 30,95
Acima de 500 a 1.000	R$ 36,25	R$ 38,00	R$ 40,70	R$ 48,65	R$ 57,45
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 53,50	R$ 55,70	R$ 60,15	R$ 71,65	R$ 84,00
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 70,80	R$ 73,40	R$ 79,55	R$ 94,65	R$ 110,55

ANEXO III

Tarifas Máximas Autorizadas para cada serviço, constituindo-se no teto de preço, conforme item 7.4 do Anexo e Art. 4º da Portaria MF nº 244/2010

TARIFA REVISÃO 2017			PESO(kg)	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	excedente
Serviço	Origem	Destino	até 1	1 até2	2 até	3 até 4	4 até 5	5 até 6	6 até 7	7 até 8	8 até 9	9 até 10	10 até 11	11 até 12	12 até 13	13 até 14	14 até 15	Kg ou fração
Cap	AC	AL	61,4693	113,2642	165,0501	216,8363	268,6222	320,4082	372,1947	423,9805	475,7667	527,5528	579,3388	631,1251	682,9113	734,6972	786,4833	77,6786
Cap	AC	AM	26,2342	42,8186	59,3908	75,9632	92,5354	109,1076	125,6799	142,2520	158,8243	175,3967	191,9690	208,5414	225,1135	241,6858	258,2580	24,8666
Cap	AC	AP	50,5038	91,3326	132,1531	172,9735	213,7941	254,6145	295,4351	336,2557	377,0760	417,8965	458,7170	499,5374	540,3578	581,1784	621,9991	61,2305
Cap	AC	BA	57,5586	105,4642	153,3593	201,2544	249,1494	297,0445	344,9394	392,8347	440,7297	488,6246	536,5197	584,4149	632,3099	680,2049	728,0999	71,8422
Cap	AC	CE	58,0894	106,5077	154,9156	203,3239	251,7317	300,1397	348,5476	396,9557	445,3636	493,7718	542,1797	590,5874	638,9956	687,4034	735,8114	72,6203
Cap	AC	DF	46,2591	82,8609	119,4544	156,0476	192,6409	229,2343	265,8279	302,4212	339,0147	375,6081	412,2015	448,7948	485,3881	521,9815	558,5751	54,8987
Cap	AC	ES	56,4191	103,1473	149,8750	196,6029	243,3306	290,0585	336,7861	383,5139	430,2417	476,9695	523,6970	570,4250	617,1527	663,8806	710,6082	70,0912
Cap	AC	GO	44,0976	78,5455	112,9810	147,4167	181,8523	216,2878	250,7235	285,1592	319,5948	354,0303	388,4660	422,9017	457,3374	491,7730	526,2088	51,6617
Cap	AC	MA	49,8949	90,1300	130,3491	170,5684	210,7874	251,0065	291,2257	331,4448	371,6638	411,8831	452,1022	492,3212	532,5404	572,7596	612,9786	60,3282
Cap	AC	MG	50,5431	91,4210	132,2947	173,1683	214,0418	254,9151	295,7887	336,6623	377,5358	418,4093	459,2830	500,1564	541,0298	581,9034	622,7771	61,3187
Cap	AC	MS	28,5727	47,4879	66,3948	85,3017	104,2084	123,1153	142,0223	160,9291	179,8361	198,7430	217,6497	236,5567	255,4637	274,3704	293,2772	28,3687
Cap	AC	MT	30,9114	52,1571	73,3987	94,6402	115,8818	137,1229	158,3646	179,6060	200,8476	222,0892	243,3306	264,5721	285,8137	307,0550	328,2965	31,8707
Cap	AC	PA	44,5299	79,3765	114,2189	149,0616	183,9039	218,7462	253,5886	288,4311	323,2737	358,1159	392,9584	427,8008	462,6433	497,4857	532,3281	52,2632
Cap	AC	PB	67,4632	125,2553	183,0374	240,8190	298,6010	356,3827	414,1646	471,9464	529,7283	587,5100	645,2918	703,0737	760,8556	818,6374	876,4193	86,6812
Cap	AC	PE	62,8646	116,0585	169,2416	222,4251	275,6085	328,7918	381,9751	435,1586	488,3418	541,5252	594,7085	647,8917	701,0752	754,2585	807,4419	79,7834
Cap	AC	PI	51,0147	92,3762	133,7272	175,0784	216,4294	257,7806	299,1314	340,4826	381,8337	423,1847	464,5358	505,8870	547,2380	588,5891	629,9398	62,0262
Cap	AC	PR	47,7920	85,9029	123,9997	162,0965	200,1932	238,2900	276,3867	314,4834	352,5802	390,6769	428,7736	466,8704	504,9669	543,0638	581,1606	57,1447
Cap	AC	RJ	53,7071	97,7352	141,7571	185,7788	229,8004	273,8222	317,8438	361,8657	405,8873	449,9089	493,9306	537,9524	581,9740	625,9960	670,0177	66,0411
Cap	AC	RN	64,6922	119,7194	174,7422	229,7652	284,7878	339,8105	394,8333	449,8560	504,8785	559,9015	614,9243	669,9469	724,9695	779,9923	835,0150	82,5424
Cap	AC	RO	17,8433	25,9988	34,1522	42,3057	50,4593	58,6127	66,7664	74,9196	83,0730	91,2266	99,3801	107,5336	115,6871	123,8405	131,9940	12,2387
Cap	AC	RR	33,2498	56,8263	80,4023	103,9784	127,5547	151,1306	174,7070	198,2830	221,8592	245,4353	269,0114	292,5874	316,1637	339,7397	363,3159	35,3726
Cap	AC	RS	51,1916	92,7299	134,2580	175,7859	217,3137	258,8416	300,3698	341,8976	383,4254	424,9535	466,4815	508,0092	549,5372	591,0650	632,5931	62,2914
Cap	AC	SC	50,8968	92,1110	133,3206	174,5302	215,7396	256,9492	298,1587	339,3682	380,5780	421,7873	462,9970	504,2066	545,4162	586,6259	627,8352	61,8139
Cap	AC	SE	59,2290	108,7717	158,3114	207,8513	257,3914	306,9313	356,4712	406,0111	455,5509	505,0908	554,6310	604,1708	653,7106	703,2508	752,7905	74,3184
Cap	AC	SP	51,2899	92,9068	134,5231	176,1396	217,7561	259,3723	300,9886	342,6049	384,2212	425,8375	467,4539	509,0705	550,6868	592,3030	633,9195	62,4330
Cap	AC	TO	50,6413	91,6335	132,6130	173,5928	214,5722	255,5520	296,5315	337,5114	378,4910	419,4706	460,4502	501,4297	542,4095	583,3893	624,3687	61,4777
Int	AC	AL	63,4940	117,2967	171,0988	224,9013	278,7037	332,5060	386,3084	440,1107	493,9130	547,7156	601,5178	655,3201	709,1227	762,9250	816,7273	80,7031
Int	AC	AM	28,2625	46,8513	65,4395	84,0281	102,6168	121,2053	139,7939	158,3822	176,9707	195,5593	214,1480	232,7363	251,3248	269,9135	288,5018	27,8912
Int	AC	AP	52,5287	95,3653	138,2021	181,0389	223,8753	266,7121	309,5488	352,3856	395,2224	438,0592	480,8957	523,7325	566,5692	609,4060	652,2427	64,2547
Int	AC	BA	59,5854	109,4967	159,4080	209,3193	259,2306	309,1422	359,0533	408,9649	458,8761	508,7874	558,6988	608,6100	658,5215	708,4328	758,3441	74,8666
Int	AC	CE	60,1159	110,5403	160,9643	211,3888	261,8128	312,2374	362,6614	413,0854	463,5101	513,9341	564,3584	614,7828	665,2070	715,6313	766,0555	75,6447
Int	AC	DF	48,2837	86,8935	125,5030	164,1127	202,7224	241,3320	279,9419	318,5513	357,1611	395,7705	434,3802	472,9898	511,5995	550,2090	588,8189	57,9231
Int	AC	ES	58,4358	107,1800	155,9239	204,6678	253,4120	302,1560	350,9000	399,6439	448,3880	497,1320	545,8760	594,6201	643,3642	692,1080	740,8520	73,1156
Int	AC	GO	46,1258	82,5778	119,0297	155,4818	191,9337	228,3855	264,8374	301,2893	337,7411	374,1933	410,6451	447,0967	483,5487	520,0005	556,4525	54,6861
Int	AC	MA	51,9272	94,1626	136,3979	178,6333	220,8686	263,1043	305,3395	347,5749	389,8103	432,0458	474,2810	516,5165	558,7518	600,9871	643,2225	63,3526
Int	AC	MG	52,5640	95,4537	138,3435	181,2333	224,1231	267,0129	309,9024	352,7925	395,6820	438,5720	481,4616	524,3516	567,2411	610,1311	653,0207	64,3430
Int	AC	MS	30,5971	51,5203	72,4434	93,3667	114,2898	135,2131	156,1363	177,0591	197,9825	218,9054	239,8287	260,7518	281,6750	302,5980	323,5214	31,3932
Int	AC	MT	32,9319	56,1895	79,4473	102,7051	125,9629	149,2207	172,4785	195,7359	218,9937	242,2519	265,5095	288,7672	312,0250	335,2829	358,5405	34,8951
Int	AC	PA	46,5505	83,4089	120,2679	157,1267	193,9851	230,8440	267,7026	304,5612	341,4201	378,2787	415,1373	451,9959	488,8546	525,7132	562,5721	55,2876
Int	AC	PB	69,4899	129,2878	189,0860	248,8842	308,6823	368,4804	428,2785	488,0765	547,8745	607,6727	667,4710	727,2690	787,0670	846,8651	906,6632	89,7056
Int	AC	PE	64,8913	120,0908	175,2906	230,4902	285,6898	340,8896	396,0889	451,2886	506,4881	561,6876	616,8872	672,0871	727,2866	782,4862	837,6860	82,8076
Int	AC	PI	53,0416	96,4086	139,7760	183,1433	226,5107	269,8779	313,2453	356,6128	399,9800	443,3472	486,7146	530,0820	573,4493	616,8168	660,1840	65,0506
Int	AC	PR	49,8224	89,9354	130,0483	170,1615	210,2746	250,3875	290,5006	330,6133	370,7265	410,8396	450,9526	491,0656	531,1786	571,2914	611,4046	60,1690
Int	AC	RJ	55,7299	101,7678	147,8057	193,8437	239,8817	285,9197	331,9577	377,9956	424,0336	470,0717	516,1097	562,1477	608,1855	654,2235	700,2616	69,0652
Int	AC	RN	66,7129	123,7520	180,7912	237,8301	294,8690	351,9081	408,9472	465,9862	523,0249	580,0640	637,1030	694,1422	751,1809	808,2202	865,2590	85,5668
Int	AC	RO	19,8615	30,0312	40,2011	50,3708	60,5406	70,7100	80,8800	91,0498	101,2195	111,3891	121,5589	131,7287	141,8985	152,0682	162,2379	15,2629
Int	AC	RR	35,2665	60,8589	86,4512	112,0436	137,6359	163,2284	188,8208	214,4133	240,0057	265,5977	291,1902	316,7826	342,3751	367,9675	393,5600	38,3971
Int	AC	RS	53,2182	96,7625	140,3068	183,8509	227,3951	270,9390	314,4834	358,0276	401,5718	445,1159	488,6601	532,2044	575,7486	619,2926	662,8368	65,3156
Int	AC	SC	52,9176	96,1435	139,3692	182,5951	225,8209	269,0467	312,2725	355,4983	398,7244	441,9501	485,1759	528,4019	571,6276	614,8535	658,0793	64,8384
Int	AC	SE	61,2480	112,8042	164,3604	215,9165	267,4727	319,0288	370,5851	422,1412	473,6977	525,2536	576,8098	628,3660	679,9223	731,4783	783,0347	77,3426
Int	AC	SP	53,3065	96,9395	140,5717	184,2047	227,8372	271,4700	315,1024	358,7349	402,3678	446,0004	489,6330	533,2655	576,8982	620,5307	664,1635	65,4570
Int	AC	TO	52,6700	95,6660	138,6619	181,6576	224,6538	267,6495	310,6453	353,6413	396,6373	439,6332	482,6290	525,6248	568,6210	611,6169	654,6127	64,5023
Cap	AL	AC	61,4693	113,2642	165,0501	216,8363	268,6222	320,4082	372,1947	423,9805	475,7667	527,5528	579,3388	631,1251	682,9113	734,6972	786,4833	77,6786
Cap	AL	AM	54,2572	98,8316	143,4019	187,9720	232,5418	277,1119	321,6817	366,2517	410,8220	455,3918	499,9620	544,5318	589,1019	633,6719	678,2419	66,8545
Cap	AL	AP	39,7546	69,8259	99,8931	129,9599	160,0269	190,0940	220,1612	250,2283	280,2954	310,3625	340,4294	370,4966	400,5637	430,6307	460,6977	45,1002
Cap	AL	BA	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	AL	CE	19,9459	30,2257	40,5017	50,7777	61,0535	71,3293	81,6052	91,8809	102,1570	112,4328	122,7085	132,9846	143,2603	153,5361	163,8121	15,4133
Cap	AL	DF	31,7564	53,8550	75,9456	98,0359	120,1263	142,2169	164,3070	186,3977	208,4880	230,5785	252,6692	274,7595	296,8499	318,9405	341,0308	33,1352
Cap	AL	ES	28,5727	47,4879	66,3948	85,3017	104,2084	123,1153	142,0223	160,9291	179,8361	198,7430	217,6497	236,5567	255,4637	274,3704	293,2772	28,3598
Cap	AL	GO	31,3239	52,9705	74,6012	96,2319	117,8624	139,4931	161,1237	182,7545	204,3849	226,0155	247,6463	269,2767	290,9072	312,5379	334,1684	32,4455
Cap	AL	MA	27,0399	44,4103	61,7783	79,1468	96,5150	113,8830	131,2511	148,6192	165,9874	183,3556	200,7239	218,0919	235,4602	252,8283	270,1963	26,0519
Cap	AL	MG	30,9114	52,1571	73,3987	94,6402	115,8818	137,1229	158,3646	179,6060	200,8476	222,0892	243,3306	264,5721	285,8137	307,0550	328,2965	31,8619
Cap	AL	MS	38,0644	66,4479	94,8168	123,1862	151,5552	179,9246	208,2935	236,6627	265,0319	293,4013	321,7701	350,1393	378,5085	406,8777	435,2470	42,5532
Cap	AL	MT	43,4094	77,1482	110,8762	144,6045	178,3326	212,0608	245,7891	279,5172	313,2453	346,9734	380,7019	414,4301	448,1582	481,8863	515,6146	50,5918
Cap	AL	PA	33,4462	57,2331	81,0036	104,7747	128,5452	152,3159	176,0863	199,8571	223,6278	247,3983	271,1692	294,9400	318,7106	342,4812	366,2517	35,6554
Cap	AL	PB	16,5460	23,4164	30,2789	37,1413	44,0035	50,8661	57,7285	64,5907	71,4531	78,3154	85,1778	92,0402	98,9026	105,7648	112,6273	10,2932
Cap	AL	PE	15,9171	22,1608	28,4039	34,6475	40,8907	47,1344	53,3775	59,6209	65,8641	72,1074	78,3507	84,5942	90,8374	97,0809	103,3242	9,3646
Cap	AL	PI	24,9963	40,3426	55,6768	71,0109	86,3449	101,6795	117,0136	132,3478	147,6818	163,0161	178,3504	193,6845	209,0189	224,3530	239,6873	23,0008
Cap	AL	PR	43,5864	77,5018	111,4070	145,3119	179,2171	213,1220	247,0269	280,9321	314,8369	348,7422	382,6471	416,5522	450,4573	484,3625	518,2675	50,8573
Cap	AL	RJ	34,6255	59,5854	84,5410	109,4967	134,4525	159,4080	184,3638	209,3193	234,2750	259,2306	284,1865	309,1422	334,0977	359,0533	384,0091	37,4331
Cap	AL	RN	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	AL	RO	55,1613	100,6535	146,1430	191,6329	237,1228	282,6124	328,1020	373,5918	419,0815	464,5711	510,0608	555,5506	601,0405	646,5301	692,0196	68,2342
Cap	AL	RR	55,2006	100,7242	146,2316	191,7391	237,2462	282,7539	328,2612	373,7686	419,2758	464,7834	510,2909	555,7982	601,3054	646,8129	692,3204	68,2607
Cap	AL	RS	51,2899	92,9068	134,5231	176,1396	217,7561	259,3723	300,9886	342,6049	384,2212	425,8375	467,4539	509,0705	550,6868	592,3030	633,9195	62,4240
Cap	AL	SC	45,0408	80,4202	115,7932	151,1660	186,5391	221,9121	257,2852	292,6583	328,0315	363,4044	398,7776	434,1503	469,5233	504,8964	540,2694	53,0592
Cap	AL	SE	16,5460	23,4164	30,2789	37,1413	44,0035	50,8661	57,7285	64,5907	71,4531	78,3154	85,1778	92,0402	98,9026	105,7648	112,6273	10,2932
Cap	AL	SP	38,3789	67,0844	95,7896	124,4949	153,2002	181,9053	210,6106	239,3158	268,0210	296,7261	325,4313	354,1367	382,8418	411,5470	440,2521	43,0573
Cap	AL	TO	38,1039	66,5539	94,9937	123,4337	151,8736	180,3136	208,7536	237,1934	265,6331	294,0731	322,5130	350,9530	379,3928	407,8326	436,2726	42,6595
Int	AL	AC	63,4940	117,2967	171,0988	224,9013	278,7037	332,5060	386,3084	440,1107	493,9130	547,7156	601,5178	655,3201	709,1227	762,9250	816,7273	80,7031
Int	AL	AM	56,2780	102,8643	149,4506	196,0368	242,6233	289,2094	335,7955	382,3821	428,9681	475,5544	522,1406	568,7271	615,3131	661,8997	708,4858	69,8790
Int	AL	AP	41,7751	73,8585	105,9417	138,0251	170,1085	202,1917	234,2750	266,3586	298,4417	330,5248	362,6085	394,6918	426,7750	458,8583	490,9416	48,1247
Int	AL	BA	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	AL	CE	21,9664	34,2582	46,5505	58,8425	71,1348	83,4266	95,7190	108,0112	120,3032	132,5955	144,8875	157,1796	169,4717	181,7638	194,0559	18,4377

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	AL	DF	33,7809	57,8875	81,9943	106,1009	130,2075	154,3145	178,4210	202,5277	226,6346	250,7411	274,8479	298,9547	323,0614	347,1681	371,2749	36,1596
Int	AL	ES	30,5971	51,5203	72,4434	93,3667	114,2898	135,2131	156,1363	177,0591	197,9825	218,9054	239,8287	260,7518	281,6750	302,5980	323,5214	31,3841
Int	AL	GO	33,3561	57,0032	80,6500	104,2969	127,9438	151,5908	175,2376	198,8844	222,5312	246,1782	269,8249	293,4717	317,1185	340,7655	364,4124	35,4699
Int	AL	MA	29,0584	48,4431	67,8272	87,2118	106,5961	125,9806	145,3650	164,7496	184,1338	203,5185	222,9026	242,2874	261,6715	281,0560	300,4402	29,0764
Int	AL	MG	32,9319	56,1895	79,4473	102,7051	125,9629	149,2207	172,4785	195,7359	218,9937	242,2519	265,5095	288,7672	312,0250	335,2829	358,5405	34,8862
Int	AL	MS	40,0949	70,4803	100,8657	131,2511	161,6365	192,0219	222,4075	252,7930	283,1783	313,5636	343,9492	374,3346	404,7199	435,1055	465,4908	45,5777
Int	AL	MT	45,4362	81,1806	116,9251	152,6696	188,4139	224,1584	259,9028	295,6473	331,3918	367,1363	402,8805	438,6250	474,3696	510,1140	545,8584	53,6161
Int	AL	PA	35,4787	61,2658	87,0525	112,8395	138,6266	164,4134	190,2004	215,9873	241,7742	267,5611	293,3481	319,1350	344,9219	370,7090	396,4958	38,6799
Int	AL	PB	18,5703	27,4490	36,3279	45,2064	54,0850	62,9637	71,8422	80,7208	89,5992	98,4780	107,3566	116,2353	125,1138	133,9926	142,8711	13,3175
Int	AL	PE	17,9336	26,1935	34,4529	42,7125	50,9719	59,2318	67,4913	75,7510	84,0105	92,2700	100,5297	108,7893	117,0489	125,3084	133,5683	12,3889
Int	AL	PI	27,0246	44,3750	61,7254	79,0759	96,4265	113,7769	131,1274	148,4778	165,8283	183,1788	200,5291	217,8796	235,2303	252,5806	269,9311	26,0252
Int	AL	PR	45,6133	81,5344	117,4558	153,3769	189,2983	225,2196	261,1410	297,0619	332,9835	368,9048	404,8260	440,7475	476,6687	512,5900	548,5112	53,8815
Int	AL	RJ	36,6460	63,6179	90,5898	117,5620	144,5337	171,5057	198,4776	225,4495	252,4213	279,3936	306,3652	333,3374	360,3090	387,2811	414,2530	40,4574
Int	AL	RN	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	AL	RO	57,1801	104,6860	152,1920	199,6981	247,2039	294,7100	342,2160	389,7218	437,2277	484,7339	532,2398	579,7457	627,2519	674,7577	722,2638	71,2585
Int	AL	RR	57,2331	104,7570	152,2805	199,8042	247,3277	294,8514	342,3751	389,8987	437,4224	484,9460	532,4695	579,9931	627,5168	675,0406	722,5642	71,2850
Int	AL	RS	53,3065	96,9395	140,5717	184,2047	227,8372	271,4700	315,1024	358,7349	402,3678	446,0004	489,6330	533,2655	576,8982	620,5307	664,1635	65,4486
Int	AL	SC	47,0634	84,4527	121,8420	159,2313	196,6204	234,0097	271,3991	308,7883	346,1776	383,5668	420,9560	458,3457	495,7346	533,1240	570,5134	56,0835
Int	AL	SE	18,5703	27,4490	36,3279	45,2064	54,0850	62,9637	71,8422	80,7208	89,5992	98,4780	107,3566	116,2353	125,1138	133,9926	142,8711	13,3175
Int	AL	SP	40,3956	71,1171	101,8387	132,5597	163,2815	194,0028	224,7244	255,4458	286,1674	316,8888	347,6102	378,3317	409,0532	439,7747	470,4962	46,0818
Int	AL	TO	40,1302	70,5865	101,0425	131,4988	161,9550	192,4111	222,8673	253,3235	283,7794	314,2357	344,6920	375,1483	405,6044	436,0605	466,5167	45,6839
Cap	AM	AC	26,2342	42,8186	59,3908	75,9632	92,5354	109,1076	125,6799	142,2520	158,8243	175,3967	191,9690	208,5414	225,1135	241,6858	258,2580	24,8579
Cap	AM	AL	54,2572	98,8316	143,4019	187,9720	232,5418	277,1119	321,6817	366,2517	410,8220	455,3918	499,9620	544,5318	589,1019	633,6719	678,2419	66,8545
Cap	AM	AP	35,9814	62,2914	88,5912	114,8909	141,1910	167,4909	193,7909	220,0905	246,3903	272,6903	298,9900	325,2897	351,5898	377,8895	404,1893	39,4495
Cap	AM	BA	47,7525	85,8323	123,9113	161,9902	200,0693	238,1485	276,2273	314,3067	352,3856	390,4645	428,5437	466,6229	504,7017	542,7809	580,8599	57,1181
Cap	AM	CE	44,5496	79,4297	114,3074	149,1853	184,0632	218,9409	253,8186	288,6963	323,5742	358,4519	393,3300	428,2077	463,0855	497,9634	532,8408	52,3162
Cap	AM	DF	38,3395	66,9959	95,6482	124,3004	152,9524	181,6046	210,2567	238,9090	267,5611	296,2132	324,8655	353,5175	382,1697	410,8220	439,4739	42,9778
Cap	AM	ES	51,5650	93,4727	135,3720	177,2716	219,1709	261,0701	302,9695	344,8689	386,7681	428,6676	470,5669	512,4662	554,3655	596,2649	638,1642	62,8483
Cap	AM	GO	37,0427	64,4138	91,7750	119,1359	146,4971	173,8580	201,2190	228,5799	255,9411	283,3020	310,6633	338,0240	365,3853	392,7461	420,1073	41,0412
Cap	AM	MA	35,2741	60,8942	86,5044	112,1145	137,7244	163,3343	188,9446	214,5546	240,1647	265,7747	291,3849	316,9949	342,6049	368,2150	393,8251	38,4147
Cap	AM	MG	47,7920	85,9029	123,9997	162,0965	200,1932	238,2900	276,3867	314,4834	352,5802	390,6769	428,7736	466,8704	504,9669	543,0638	581,1606	57,1447
Cap	AM	MS	39,0863	68,4816	97,8768	127,2716	156,6667	186,0617	215,4567	244,8517	274,2465	303,6416	333,0365	362,4316	391,8268	421,2214	450,6166	44,0919
Cap	AM	MT	31,9136	54,1735	76,4229	98,6725	120,9222	143,1718	165,4215	187,6712	209,9208	232,1705	254,4201	276,6696	298,9191	321,1689	343,4184	33,3739
Cap	AM	PA	28,2583	46,8513	65,4395	84,0281	102,6168	121,2053	139,7939	158,3822	176,9707	195,5593	214,1480	232,7363	251,3248	269,9135	288,5018	27,8824
Cap	AM	PB	51,6437	93,5965	135,5489	177,5015	219,4539	261,4063	303,3586	345,3110	387,2633	429,2159	471,1680	513,1208	555,0731	597,0253	638,9779	62,9283
Cap	AM	PE	51,6830	93,7204	135,7436	177,7667	219,7898	261,8128	303,8361	345,8592	387,8825	429,9058	471,9288	513,9519	555,9750	597,9981	640,0213	63,0342
Cap	AM	PI	37,8091	65,9525	94,0920	122,2310	150,3703	178,5095	206,6488	234,7882	262,9272	291,0666	319,2057	347,3451	375,4842	403,6236	431,7628	42,2085
Cap	AM	PR	49,9929	90,3245	130,6499	170,9749	211,3004	251,6254	291,9509	332,2760	372,6012	412,9266	453,2518	493,5771	533,9022	574,2275	614,5528	60,4875
Cap	AM	RJ	51,1130	92,5532	133,9926	175,4321	216,8716	258,3112	299,7505	341,1901	382,6294	424,0690	465,5087	506,9481	548,3874	589,8270	631,2665	62,1588
Cap	AM	RN	50,1306	90,5898	131,0389	171,4878	211,9370	252,3861	292,8351	333,2843	373,7332	414,1824	454,6312	495,0805	535,5294	575,9786	616,4276	60,6732
Cap	AM	RO	20,4764	31,2693	42,0583	52,8469	63,6356	74,4243	85,2133	96,0021	106,7907	117,5796	128,3682	139,1571	149,9459	160,7345	171,5232	16,1828
Cap	AM	RR	19,1988	28,7400	38,2730	47,8062	57,3394	66,8723	76,4054	85,9384	95,4713	105,0044	114,5373	124,0706	133,6037	143,1365	152,6696	14,2991
Cap	AM	RS	56,3994	103,1118	149,8219	196,5323	243,2423	289,9522	336,6623	383,3724	430,0824	476,7926	523,5028	570,2126	616,9228	663,6328	710,3429	70,0647
Cap	AM	SC	53,9820	98,2837	142,5703	186,8575	231,1447	275,4315	319,7186	364,0057	408,2926	452,5797	496,8666	541,1538	585,4406	629,7277	674,0146	66,4301
Cap	AM	SE	49,4428	89,2281	129,0050	168,7818	208,5590	248,3359	288,1129	327,8898	367,6667	407,4438	447,2207	486,9975	526,7746	566,5516	606,3287	59,6651
Cap	AM	SP	49,9733	90,2891	130,5966	170,9043	211,2119	251,5195	291,8269	332,1344	372,4422	412,7496	453,0574	493,3649	533,6725	573,9799	614,2873	60,4610
Cap	AM	TO	43,2723	76,8829	110,4873	144,0917	177,6959	211,3004	244,9049	278,5090	312,1134	345,7178	379,3221	412,9266	446,5310	480,1352	513,7397	50,4062
Int	AM	AC	28,2625	46,8513	65,4395	84,0281	102,6168	121,2053	139,7939	158,3822	176,9707	195,5593	214,1480	232,7363	251,3248	269,9135	288,5018	27,8824
Int	AM	AL	56,2780	102,8643	149,4506	196,0368	242,6233	289,2094	335,7955	382,3821	428,9681	475,5544	522,1406	568,7271	615,3131	661,8997	708,4858	69,8790
Int	AM	AP	38,0080	66,3241	94,6402	122,9563	151,2725	179,5883	207,9044	236,2204	264,5368	292,8528	321,1689	349,4851	377,8013	406,1172	434,4332	42,4738
Int	AM	BA	49,7693	89,8647	129,9599	170,0555	210,1506	250,2461	290,3413	330,4369	370,5319	410,6272	450,7227	490,8178	530,9131	571,0087	611,1039	60,1425
Int	AM	CE	46,5682	83,4621	120,3564	157,2504	194,1444	231,0385	267,9325	304,8267	341,7206	378,6147	415,5088	452,4029	489,2969	526,1909	563,0851	55,3408
Int	AM	DF	40,3604	71,0285	101,6970	132,3654	163,0340	193,7022	224,3708	255,0390	285,7075	316,3757	347,0443	377,7127	408,3810	439,0495	469,7178	46,0021
Int	AM	ES	53,5895	97,5053	141,4208	185,3366	229,2523	273,1678	317,0833	360,9988	404,9144	448,8303	492,7459	536,6613	580,5769	624,4924	668,4081	65,8729
Int	AM	GO	39,0689	68,4466	97,8237	127,2009	156,5782	185,9557	215,3329	244,7101	274,0876	303,4648	332,8419	362,2193	391,5967	420,9739	450,3511	44,0655
Int	AM	MA	37,3003	64,9269	92,5532	120,1795	147,8057	175,4321	203,0584	230,6846	258,3112	285,9373	313,5636	341,1901	368,8163	396,4429	424,0690	41,4390
Int	AM	MG	49,8224	89,9354	130,0483	170,1615	210,2746	250,3875	290,5006	330,6133	370,7265	410,8396	450,9526	491,0656	531,1786	571,2914	611,4046	60,1690
Int	AM	MS	41,1028	72,5143	103,9255	135,3366	166,7483	198,1594	229,5705	260,9817	292,3931	323,8042	355,2155	386,6267	418,0381	449,4494	480,8603	47,1163
Int	AM	MT	33,9398	58,2059	82,4717	106,7377	131,0036	155,2694	179,5352	203,8014	228,0671	252,3329	276,5989	300,8648	325,1308	349,3967	373,6624	36,3985
Int	AM	PA	30,2789	50,8836	71,4885	92,0933	112,6979	133,3029	153,9077	174,5123	195,1170	215,7220	236,3266	256,9313	277,5364	298,1411	318,7459	30,9067
Int	AM	PB	53,6605	97,6291	141,5977	185,5666	229,5353	273,5037	317,4724	361,4411	405,4097	449,3784	493,3473	537,3157	581,2845	625,2533	669,2218	65,9525
Int	AM	PE	53,7135	97,7529	141,7923	185,8317	229,8713	273,9105	317,9501	361,9893	406,0287	450,0681	494,1076	538,1469	582,1863	626,2260	670,2653	66,0586
Int	AM	PI	39,8295	69,9851	100,1406	130,2961	160,4515	190,6071	220,7625	250,9182	281,0735	311,2290	341,3846	371,5402	401,6958	431,8511	462,0067	45,2328
Int	AM	PR	52,0156	94,3572	136,6986	179,0401	221,3814	263,7230	306,0646	348,4062	390,7477	433,0892	475,4307	517,7721	560,1137	602,4552	644,7966	63,5120
Int	AM	RJ	53,1299	96,5859	140,0413	183,4971	226,9530	270,4086	313,8643	357,3201	400,7759	444,2317	487,6874	531,1432	574,5989	618,0548	661,5103	65,1831
Int	AM	RN	52,1571	94,6226	137,0876	179,5530	222,0183	264,4836	306,9489	349,4142	391,8797	434,3448	476,8101	519,2756	561,7410	604,2062	646,6715	63,6977
Int	AM	RO	22,4967	35,3017	48,1069	60,9120	73,7172	86,5221	99,3270	112,1321	124,9370	137,7420	150,5471	163,3523	176,1573	188,9623	201,7674	19,2073
Int	AM	RR	21,2232	32,7728	44,3218	55,8713	67,4205	78,9700	90,5190	102,0684	113,6178	125,1670	136,7162	148,2655	159,8150	171,3643	182,9133	17,3235
Int	AM	RS	58,4181	107,1447	155,8708	204,5972	253,3235	302,0499	350,7761	399,5025	448,2288	496,9551	545,6815	594,4077	643,1342	691,8606	740,5868	73,0891
Int	AM	SC	56,0128	102,3160	148,6192	194,9226	241,2258	287,5293	333,8325	380,1358	426,4390	472,7423	519,0455	565,3490	611,6525	657,9552	704,2587	69,4545
Int	AM	SE	51,4674	93,2605	135,0538	176,8470	218,6402	260,4333	302,2265	344,0198	385,8132	427,6063	469,3995	511,1928	552,9860	594,7791	636,5724	62,6894
Int	AM	SP	51,9978	94,3219	136,6456	178,9694	221,2934	263,6170	305,9407	348,2646	390,5884	432,9123	475,2362	517,5600	559,8839	602,2076	644,5314	63,4853
Int	AM	TO	45,2948	80,9155	116,5361	152,1565	187,7773	223,3979	259,0185	294,6392	330,2597	365,8804	401,5011	437,1216	472,7423	508,3629	543,9835	53,4306
Cap	AP	AC	50,5038	91,3326	132,1531	172,9735	213,7941	254,6145	295,4351	336,2557	377,0760	417,8965	458,7170	499,5374	540,3578	581,1784	621,9991	61,2305
Cap	AP	AL	39,7546	69,8259	99,8931	129,9599	160,0269	190,0940	220,1612	250,2283	280,2954	310,3625	340,4294	370,4966	400,5637	430,6307	460,6977	45,1002
Cap	AP	AM	35,9814	62,2914	88,5912	114,8909	141,1910	167,4909	193,7909	220,0905	246,3903	272,6903	298,9900	325,2897	351,5898	377,8895	404,1893	39,4495
Cap	AP	BA	41,1498	72,6203	104,0845	135,5489	167,0133	198,4776	229,9419	261,4063	292,8704	324,3347	355,7989	387,2633	418,7278	450,1920	481,6564	47,1961
Cap	AP	CE	32,3067	54,9515	77,5903	100,2289	122,8680	145,5064	168,1453	190,7839	213,4225	236,0615	258,7001	281,3390	303,9776	326,6164	349,2552	33,9576
Cap	AP	DF	39,1844	68,6940	98,1951	127,6963	157,1973	186,6982	216,1994	245,7006	275,2017	304,7026	334,2038	363,7051	393,2062	422,7073	452,2083	44,2513
Cap	AP	ES	49,2460	88,8390	128,4213	168,0039	207,5861	247,1687	286,7508	326,3333	365,9157	405,4981	445,0806	484,6631	524,2454	563,8279	603,4101	59,3733
Cap	AP	GO	37,7107	65,7757	93,8264	121,8773	149,9280	177,9788	206,0299	234,0805	262,1313	290,1822	318,2329	346,2835	374,3346	402,3853	430,4363	42,0759
Cap	AP	MA	28,9069	48,1423	67,3674	86,5927	105,8180	125,0433	144,2685	163,4936	182,7191	201,9442	221,1694	240,3948	259,6199	278,8451	298,0704	28,8376
Cap	AP	MG	47,0844	84,5235	121,9480	159,3727	196,7973	234,2219	271,6466	309,0716	346,4960	383,9208	421,3455	458,7700	496,1946	533,6195	571,0440	56,1366
Cap	AP	MS	46,1411	82,6132	119,0829	155,5525	192,0219	228,4914	264,9612	301,4307	337,9004	374,3698	410,8396	447,3092	483,7786	520,2483	556,7179	54,7040
Cap	AP	MT	42,0931	74,4952	106,8968	139,2985	171,7002	204,1018	236,5035	268,9055	301,3070	333,7088	366,1103	398,5121	430,9137	463,3153	495,7171	48,6020

Cap	AP	PA	17,9806	26,2996	34,6123	42,9247	51,2373	59,5500	67,8627	76,1754	84,4880	92,8008	101,1133	109,4260	117,7388	126,0513	134,3640	12,4686
Cap	AP	PB	39,9509	70,2151	100,4767	130,7384	160,9998	191,2614	221,5231	251,7847	282,0464	312,3081	342,5696	372,8311	403,0929	433,3545	463,6162	45,3920
Cap	AP	PE	40,6783	71,6653	102,6521	133,6388	164,6256	195,6125	226,5993	257,5858	288,5725	319,5595	350,5461	381,5329	412,5198	443,5065	474,4934	46,4798
Cap	AP	PI	27,5903	45,4892	63,3880	81,2868	99,1853	117,0843	134,9830	152,8819	170,7804	188,6794	206,5782	224,4768	242,3756	260,2742	278,1730	26,8477
Cap	AP	PR	55,7114	101,7501	147,7879	193,8261	239,8640	285,9021	331,9401	377,9780	424,0159	470,0539	516,0919	562,1302	608,1678	654,2060	700,2440	69,0566
Cap	AP	RJ	52,3117	94,9584	137,6005	180,2429	222,8850	265,5271	308,1693	350,8115	393,4537	436,0959	478,7380	521,3802	564,0224	606,6646	649,3068	63,9628
Cap	AP	RN	38,4967	67,3320	96,1610	124,9899	153,8192	182,6480	211,4773	240,3062	269,1352	297,9643	326,7933	355,6223	384,4513	413,2801	442,1092	43,2431
Cap	AP	RO	43,5472	77,4487	111,3360	145,2235	179,1109	212,9980	246,8855	280,7730	314,6603	348,5476	382,4349	416,3224	450,2097	484,0969	517,9843	50,8306
Cap	AP	RR	36,5708	63,4586	90,3422	117,2260	144,1092	170,9927	197,8760	224,7598	251,6432	278,5265	305,4102	332,2937	359,1772	386,0608	412,9441	40,3248
Cap	AP	RS	62,9629	116,2353	169,5072	222,7789	276,0504	329,3224	382,5941	435,8659	489,1377	542,4095	595,6811	648,9530	702,2249	755,4966	808,7683	79,9074
Cap	AP	SC	58,9739	108,2940	157,6041	206,9142	256,2241	305,5343	354,8441	404,1539	453,4641	502,7740	552,0840	601,3939	650,7040	700,0140	749,3238	73,9645
Cap	AP	SE	40,5014	71,3116	102,1212	132,9314	163,7412	194,5513	225,3610	256,1710	286,9809	317,7908	348,6007	379,4107	410,2205	441,0305	471,8405	46,2144
Cap	AP	SP	52,8226	95,9843	139,1394	182,2946	225,4495	268,6047	311,7596	354,9148	398,0699	441,2249	484,3801	527,5351	570,6902	613,8453	657,0004	64,7322
Cap	AP	TO	44,2744	78,8991	113,5116	148,1240	182,7367	217,3491	251,9615	286,5739	321,1867	355,7989	390,4114	425,0243	459,6366	494,2490	528,8618	51,9181
Int	AP	AC	52,5278	95,3682	138,2085	181,0489	223,8890	266,7291	309,5694	352,4094	395,2499	438,0901	480,9303	523,7705	566,6108	609,4510	652,2911	64,2600
Int	AP	AL	41,7787	73,8694	105,9605	138,0512	170,1421	202,2329	234,3239	266,4146	298,5054	330,5966	362,6872	394,7783	426,8690	458,9598	491,0507	48,1360
Int	AP	AM	38,0056	66,3232	94,6412	122,9588	151,2770	179,5946	207,9121	236,2301	264,5479	292,8656	321,1834	349,5012	377,8190	406,1368	434,4544	42,4761
Int	AP	BA	43,1739	76,6601	110,1461	143,6323	177,1185	210,6045	244,0906	277,5769	311,0629	344,5491	378,0351	411,5211	445,0074	478,4935	511,9796	50,2289
Int	AP	CE	34,3503	59,0131	83,6756	108,3382	133,0008	157,6634	182,3261	206,9888	231,6511	256,3137	280,9764	305,6391	330,3017	354,9643	379,6269	36,9934
Int	AP	DF	41,2087	72,7298	104,2507	135,7717	167,2926	198,8135	230,3344	261,8556	293,3767	324,8976	356,4186	387,9395	419,4605	450,9814	482,5025	47,2808
Int	AP	ES	51,2899	92,8921	134,4942	176,0965	217,6987	259,3009	300,9030	342,5053	384,1074	425,7096	467,3119	508,9139	550,5162	592,1185	633,7206	62,4028
Int	AP	GO	39,7349	69,8017	99,8683	129,9353	160,0020	190,0688	220,1353	250,2022	280,2692	310,3358	340,4026	370,4693	400,5363	430,6029	460,6697	45,0996
Int	AP	MA	30,9310	52,1743	73,4174	94,6608	115,9040	137,1474	158,3905	179,6336	200,8768	222,1203	243,3635	264,6069	285,8500	307,0933	328,3366	31,8643
Int	AP	MG	49,1282	88,5688	128,0092	167,4497	206,8905	246,3309	285,7713	325,2120	364,6524	404,0928	443,5335	482,9740	522,4146	561,8551	601,2954	59,1605
Int	AP	MS	48,1654	86,6627	125,1600	163,6571	202,1544	240,6516	279,1489	317,6460	356,1433	394,6406	433,1379	471,6353	510,1325	548,6298	587,1269	57,7454
Int	AP	MT	44,1171	78,5466	112,9759	147,4053	181,8346	216,2640	250,6937	285,1230	319,5523	353,9816	388,4111	422,8406	457,2698	491,6993	526,1286	51,6437
Int	AP	PA	20,0244	30,3609	40,6979	51,0345	61,3712	71,7078	82,0444	92,3811	102,7178	113,0547	123,3911	133,7279	144,0645	154,4014	164,7381	15,5045
Int	AP	PB	41,9751	74,2625	106,5498	138,8374	171,1247	203,4121	235,6994	267,9868	300,2741	332,5617	364,8490	397,1364	429,4239	461,7109	493,9985	48,4308
Int	AP	PE	42,7023	75,7168	108,7313	141,7457	174,7602	207,7745	240,7893	273,8037	306,8183	339,8327	372,8472	405,8617	438,8764	471,8907	504,9052	49,5214
Int	AP	PI	29,6143	49,5408	69,4677	89,3941	109,3208	129,2474	149,1739	169,1005	189,0271	208,9537	228,8805	248,8070	268,7337	288,6601	308,5867	29,8895
Int	AP	PR	57,7551	105,8228	153,8904	201,9579	250,0256	298,0929	346,1605	394,2278	442,2956	490,3629	538,4305	586,4980	634,5656	682,6332	730,7007	72,1009
Int	AP	RJ	54,3359	99,0039	143,6716	188,3393	233,0071	277,6748	322,3428	367,0107	411,6784	456,3461	501,0141	545,6819	590,3498	635,0177	679,6855	67,0015
Int	AP	RN	40,5404	71,3934	102,2461	133,0990	163,9519	194,8047	225,6576	256,5103	287,3631	318,2159	349,0690	379,9215	410,7745	441,6275	472,4800	46,2788
Int	AP	RO	45,5909	81,4942	117,3976	153,3007	189,2042	225,1072	261,0106	296,9138	332,8170	368,7202	404,6237	440,5268	476,4301	512,3332	548,2367	53,8546
Int	AP	RR	38,5951	67,5026	96,4096	125,3171	154,2244	183,1319	212,0390	240,9463	269,8538	298,7611	327,6682	356,5758	385,4831	414,3903	443,2976	43,3606
Int	AP	RS	64,9869	120,2862	175,5855	230,8849	286,1840	341,4833	396,7826	452,0818	507,3810	562,6803	617,9796	673,2790	728,5782	783,8778	839,1768	82,9485
Int	AP	SC	61,0173	112,3472	163,6766	215,0065	266,3362	317,6659	368,9955	420,3253	471,6548	522,9846	574,3141	625,6436	676,9735	728,3030	779,6329	76,9939
Int	AP	SE	42,5254	75,3628	108,2006	141,0382	173,8759	206,7135	239,5513	272,3888	305,2263	338,0639	370,9017	403,7393	436,5771	469,4146	502,2519	49,2559
Int	AP	SP	54,8666	100,0452	145,2239	190,4027	235,5814	280,7604	325,9391	371,1179	416,2967	461,4753	506,6541	551,8329	597,0115	642,1904	687,3691	67,7678
Int	AP	TO	46,3183	82,9485	119,5790	156,2092	192,8396	229,4700	266,1005	302,7308	339,3610	375,9916	412,6218	449,2522	485,8825	522,5127	559,1434	54,9451
Cap	BA	AC	57,5586	105,4642	153,3593	201,2544	249,1494	297,0445	344,9394	392,8347	440,7297	488,6246	536,5197	584,4149	632,3099	680,2049	728,0999	71,8422
Cap	BA	AL	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	BA	AM	47,7525	85,8323	123,9113	161,9902	200,0693	238,1485	276,2273	314,3067	352,3856	390,4645	428,5437	466,6229	504,7017	542,7809	580,8599	57,1181
Cap	BA	AP	41,1498	72,6203	104,0845	135,5489	167,0133	198,4776	229,9419	261,4063	292,8704	324,3347	355,7989	387,2633	418,7278	450,1920	481,6564	47,1961
Cap	BA	CE	25,0946	40,5193	55,9421	71,3645	86,7874	102,2099	117,6327	133,0553	148,4778	163,9003	179,3230	194,7456	210,1685	225,5911	241,0137	23,1335
Cap	BA	DF	25,4876	41,3154	57,1269	72,9387	88,7507	104,5624	120,3740	136,1858	151,9976	167,8091	183,6208	199,4327	215,2446	231,0560	246,8678	23,7173
Cap	BA	ES	22,1665	34,6652	47,1519	59,6384	72,1251	84,6118	97,0984	109,5850	122,0719	134,5586	147,0452	159,5321	172,0187	184,5051	196,9919	18,7296
Cap	BA	GO	25,3304	40,9792	56,6139	72,2488	87,8838	103,5188	119,1536	134,7884	150,4233	166,0582	181,6932	197,3280	212,9628	228,5977	244,2326	23,4518
Cap	BA	MA	29,4770	49,2918	69,1010	88,9095	108,7185	128,5273	148,3363	168,1453	187,9543	207,7629	227,5720	247,3808	267,1898	286,9985	306,8075	29,7129
Cap	BA	MG	23,6993	37,7250	51,7502	65,7757	79,8012	93,8264	107,8519	121,8773	135,9029	149,9280	163,9535	177,9788	192,0042	206,0299	220,0552	21,0379
Cap	BA	MS	33,5642	57,4453	81,3222	105,1990	129,0757	152,9524	176,8293	200,7062	224,5830	248,4596	272,3363	296,2132	320,0899	343,9668	367,8435	35,8148
Cap	BA	MT	38,3001	66,9430	95,5776	124,2120	152,8463	181,4808	210,1152	238,7499	267,3840	296,0187	324,6530	353,2878	381,9221	410,5565	439,1910	42,9513
Cap	BA	PA	34,4684	59,2671	84,0636	108,8600	133,6566	158,4529	183,2494	208,0459	232,8426	257,6389	282,4354	307,2321	332,0286	356,8251	381,6213	37,1943
Cap	BA	PB	21,2821	32,9142	44,5343	56,1544	67,7743	79,3943	91,0144	102,6343	114,2546	125,8745	137,4945	149,1147	160,7345	172,3545	183,9746	17,4296
Cap	BA	PE	19,4937	29,3414	39,1751	49,0089	58,8425	68,6762	78,5100	88,3435	98,1774	108,0112	117,8449	127,6787	137,5123	147,3459	157,1796	14,7501
Cap	BA	PI	25,1141	40,5545	55,9952	71,4355	86,8757	102,3160	117,7563	133,1968	148,6373	164,0772	179,5176	194,9581	210,3982	225,8385	241,2789	23,1600
Cap	BA	PR	36,0208	62,3622	88,6974	115,0328	141,3679	167,7031	194,0382	220,3736	246,7087	273,0439	299,3791	325,7145	352,0496	378,3849	404,7199	39,5022
Cap	BA	RJ	27,5116	45,3655	63,2113	81,0569	98,9026	116,7481	134,5940	152,4395	170,2855	188,1309	205,9767	223,8223	241,6680	259,5137	277,3595	26,7681
Cap	BA	RN	22,5596	35,4610	48,3544	61,2480	74,1414	87,0349	99,9284	112,8219	125,7154	138,6088	151,5022	164,3958	177,2893	190,1825	203,0761	19,3399
Cap	BA	RO	51,3881	93,1191	134,8414	176,5641	218,2864	260,0089	301,7314	343,4539	385,1763	426,8991	468,6213	510,3439	552,0662	593,7888	635,5113	62,5834
Cap	BA	RR	54,2966	98,9202	143,5434	188,1663	232,7896	277,4124	322,0354	366,6587	411,2819	455,9046	500,5279	545,1509	589,7739	634,3969	679,0200	66,9342
Cap	BA	RS	43,7832	77,8909	111,9907	146,0902	180,1897	214,2895	248,3889	282,4885	316,5881	350,6877	384,7873	418,8868	452,9866	487,0859	521,1858	51,1491
Cap	BA	SC	38,1234	66,5896	95,0469	123,5045	151,9621	180,4196	208,8774	237,3349	265,7924	294,2498	322,7075	351,1651	379,6227	408,0804	436,5379	42,6861
Cap	BA	SE	17,2537	24,8490	32,4368	40,0243	47,6118	55,1992	62,7868	70,3739	77,9617	85,5493	93,1366	100,7242	108,3118	115,8994	123,4869	11,3809
Cap	BA	SP	31,2649	52,8645	74,4598	96,0550	117,6504	139,2456	160,8408	182,4361	204,0311	225,6264	247,2217	268,8169	290,4121	312,0073	333,6028	32,3923
Cap	BA	TO	31,8547	54,0495	76,2285	98,4071	120,5862	142,7650	164,9440	187,1228	209,3018	231,4807	253,6594	275,8382	298,0173	320,1963	342,3751	33,2680
Int	BA	AC	59,5854	109,4967	159,4080	209,3193	259,2306	309,1422	359,0533	408,9649	458,8761	508,7874	558,6988	608,6100	658,5215	708,4328	758,3441	74,8666
Int	BA	AL	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	BA	AM	49,7693	89,8647	129,9599	170,0555	210,1506	250,2461	290,3413	330,4369	370,5319	410,6272	450,7227	490,8178	530,9131	571,0087	611,1039	60,1425
Int	BA	AP	43,1724	76,6531	110,1334	143,6141	177,0947	210,5751	244,0557	277,5364	311,0170	344,4973	377,9780	411,4584	444,9391	478,4196	511,9001	50,2205
Int	BA	CE	27,1131	44,5520	61,9908	79,4297	96,8685	114,3074	131,7465	149,1853	166,6244	184,0632	201,5020	218,9409	236,3799	253,8186	271,2576	26,1578
Int	BA	DF	27,5200	45,3478	63,1756	81,0036	98,8316	116,6597	134,4879	152,3159	170,1439	187,9720	205,7998	223,6278	241,4558	259,2839	277,1119	26,7417
Int	BA	ES	24,1948	38,6975	53,2006	67,7035	82,2066	96,7094	111,2122	125,7154	140,2183	154,7212	169,2239	183,7270	198,2301	212,7328	227,2358	21,7539
Int	BA	GO	27,3607	45,0118	62,6628	80,3141	97,9653	115,6165	133,2675	150,9186	168,5697	186,2208	203,8719	221,5231	239,1742	256,8253	274,4765	26,4761
Int	BA	MA	31,4994	53,3244	75,1495	96,9748	118,7997	140,6249	162,4503	184,2752	206,1005	227,9257	249,7507	271,5759	293,4013	315,2261	337,0515	32,7371
Int	BA	MG	25,7158	41,7574	57,7992	73,8407	89,8824	105,9241	121,9656	138,0074	154,0491	170,0908	186,1324	202,1740	218,2156	234,2572	250,2992	24,0620
Int	BA	MS	35,5849	61,4777	87,3709	113,2642	139,1571	165,0501	190,9431	216,8363	242,7293	268,6222	294,5154	320,4082	346,3012	372,1947	398,0876	38,8391
Int	BA	MT	40,3248	70,9755	101,6262	132,2770	162,9277	193,5784	224,2294	254,8798	285,5307	316,1812	346,8320	377,4827	408,1334	438,7842	469,4350	45,9757
Int	BA	PA	36,4868	63,2996	90,1123	116,9251	143,7381	170,5504	197,3633	224,1762	250,9890	277,8015	304,6143	331,4271	358,2399	385,0526	411,8654	40,2188
Int	BA	PB	23,3103	36,9468	50,5830	64,2194	77,8555	91,4918	105,1283	118,7645	132,4007	146,0372	159,6735	173,3098	186,9461	200,5822	214,2188	20,4540
Int	BA	PE	21,5240	33,3739	45,2241	57,0739	68,9239	80,7737	92,6237	104,4740	116,3236	128,1738	140,0236	151,8736	163,7237	175,5736	187,4235	17,7745
Int	BA	PI	27,1306	44,5874	62,0438	79,5004	96,9570	114,4135	131,8700	149,3269	166,7835	184,2399	201,6967	219,1532	236,6097	254,0663	271,5230	26,1845
Int	BA	PR	38,0433	66,3948	94,7464	123,0977	151,4492	179,8006	208,1520	236,5035	264,8552	293,2066	321,5582	349,9094	378,2609	406,6124	434,9640	42,5268
Int	BA	RJ	29,5362	49,3979	69,2599	89,1220	108,9838	128,8456	148,7078	168,5697	188,4317	208,2935	228,1555	248,0175	267,8793	287,7413	307,6034	29,7925
Int	BA	RN	24,5838	39,4936	54,4034	69,3129	84,2229	99,1324	114,0422	128,9519	143,8618	158,7713	173,6812	188,5909	203,5006	218,4103	233,3201	22,3642
Int	BA	RO	53,4128	97,1515	140,8903	184,6291	228,3679	272,1067	315,8452	359,5841	403,3229	447,0614	490,8002	534,5390	578,2776	622,0166	665,7552	65,6078
Int	BA	RR	56,3135	102,9528	149,5920	196,2315	242,8707	289,5101	336,1493	382,7888	429,4279	476,0674	522,7067	569,3462	615,9854	662,6249	709,2640	69,9585
Int	BA	RS	45,8074	81,9235	118,0394	154,1551	190,2710	226,3868	262,5027	298,6187	334,7345	370,8503	406,9663	443,0821	479,1979	515,3139	551,4296	54,1735
Int	BA	SC	40,1480	70,6217	101,0957	131,5696	162,0435	192,5173	222,9912	253,4650	283,9389	314,4127	344,8865	375,3605	405,8341	436,3081	466,7820	45,7104

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	BA	SE	19,2778	28,8818	38,4854	48,0892	57,6931	67,2967	76,9004	86,5044	96,1082	105,7118	115,3158	124,9192	134,5231	144,1271	153,7307	14,4054
Int	BA	SP	33,2855	56,8971	80,5086	104,1200	127,7314	151,3431	174,9546	198,5659	222,1776	245,7891	269,4004	293,0121	316,6235	340,2351	363,8464	35,4169
Int	BA	TO	33,8869	58,0820	82,2774	106,4725	130,6674	154,8627	179,0576	203,2529	227,4481	251,6432	275,8382	300,0336	324,2286	348,4239	372,6189	36,2923
Cap	CE	AC	58,0894	106,5077	154,9156	203,3239	251,7317	300,1397	348,5476	396,9557	445,3636	493,7718	542,1797	590,5874	638,9956	687,4034	735,8114	72,6115
Cap	CE	AL	19,9459	30,2257	40,5017	50,7777	61,0535	71,3293	81,6052	91,8809	102,1570	112,4328	122,7085	132,9846	143,2603	153,5361	163,8121	15,4133
Cap	CE	AM	44,5496	79,4297	114,3074	149,1853	184,0632	218,9409	253,8186	288,6963	323,5742	358,4519	393,3300	428,2077	463,0855	497,9634	532,8408	52,3162
Cap	CE	AP	32,3067	54,9515	77,5903	100,2289	122,8680	145,5064	168,1453	190,7839	213,4225	236,0615	258,7001	281,3390	303,9776	326,6164	349,2552	33,9576
Cap	CE	BA	25,0946	40,5193	55,9421	71,3645	86,7874	102,2099	117,6327	133,0553	148,4778	163,9003	179,3230	194,7456	210,1685	225,5911	241,0137	23,1335
Cap	CE	DF	34,8809	60,0805	85,2661	110,4519	135,6373	160,8229	186,0085	211,1944	236,3799	261,5655	286,7508	311,9366	337,1222	362,3077	387,4932	37,7781
Cap	CE	ES	37,2784	64,8913	92,5000	120,1085	147,7174	175,3260	202,9345	230,5432	258,1518	285,7605	313,3691	340,9778	368,5864	396,1951	423,8037	41,4125
Cap	CE	GO	33,8197	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Cap	CE	MA	18,6882	27,6967	36,6994	45,7015	54,7040	63,7065	72,7088	81,7113	90,7137	99,7161	108,7185	117,7209	126,7235	135,7257	144,7283	13,5031
Cap	CE	MG	37,6911	65,7051	93,7027	121,7004	149,6982	177,6959	205,6936	233,6913	261,6892	289,6870	317,6849	345,6825	373,6803	401,6779	429,6757	41,9961
Cap	CE	MS	42,1519	74,6545	107,1447	139,6345	172,1246	204,6148	237,1050	269,5951	302,0850	334,5752	367,0656	399,5556	432,0458	464,5358	497,0261	48,7346
Cap	CE	MT	44,0189	78,3686	112,7158	147,0629	181,4102	215,7574	250,1046	284,4519	318,7989	353,1459	387,4932	421,8403	456,1877	490,5348	524,8821	51,5203
Cap	CE	PA	26,0969	42,5180	58,9311	75,3441	91,7571	108,1703	124,5834	140,9964	157,4094	173,8227	190,2355	206,6488	223,0620	239,4748	255,8881	24,6192
Cap	CE	PB	17,9415	26,2112	34,4708	42,7302	50,9898	59,2493	67,5088	75,7685	84,0281	92,2878	100,5473	108,8071	117,0665	125,3262	133,5857	12,3889
Cap	CE	PE	18,5112	27,3428	36,1685	44,9942	53,8196	62,6452	71,4708	80,2964	89,1220	97,9474	106,7731	115,5987	124,4242	133,2499	142,0755	13,2378
Cap	CE	PI	17,1947	24,7076	32,2067	39,7058	47,2050	54,7040	62,2028	69,7021	77,2012	84,7003	92,1993	99,6985	107,1975	114,6965	122,1955	11,2482
Cap	CE	PR	49,8949	90,1300	130,3491	170,5684	210,7874	251,0065	291,2257	331,4448	371,6638	411,8831	452,1022	492,3212	532,5404	572,7596	612,9786	60,3282
Cap	CE	RJ	42,6432	75,6097	108,5594	141,5093	174,4592	207,4092	240,3593	273,3092	306,2591	339,2092	372,1591	405,1091	438,0592	471,0090	503,9591	49,4244
Cap	CE	RN	17,1161	24,5482	31,9767	39,4052	46,8334	54,2618	61,6900	69,1185	76,5469	83,9752	91,4035	98,8316	106,2601	113,6885	121,1166	11,1421
Cap	CE	RO	51,5650	93,4727	135,3720	177,2716	219,1709	261,0701	302,9695	344,8689	386,7681	428,6676	470,5669	512,4662	554,3655	596,2649	638,1642	62,8483
Cap	CE	RR	47,5366	85,4077	123,2746	161,1415	199,0081	236,8750	274,7418	312,6088	350,4753	388,3424	426,2090	464,0758	501,9427	539,8096	577,6765	56,7998
Cap	CE	RS	57,5586	105,4642	153,3593	201,2544	249,1494	297,0445	344,9394	392,8347	440,7297	488,6246	536,5197	584,4149	632,3099	680,2049	728,0999	71,8422
Cap	CE	SC	52,4099	95,1706	137,9189	180,6673	223,4155	266,1640	308,9122	351,6606	394,4087	437,1569	479,9054	522,6536	565,4020	608,1501	650,8987	64,1220
Cap	CE	SE	20,9873	32,3128	43,6322	54,9515	66,2709	77,5903	88,9095	100,2289	111,5485	122,8680	134,1871	145,5064	156,8259	168,1453	179,4645	16,9786
Cap	CE	SP	45,1980	80,7386	116,2707	151,8030	187,3351	222,8673	258,3995	293,9315	329,4638	364,9961	400,5281	436,0605	471,5927	507,1249	542,6571	53,2979
Cap	CE	TO	40,4618	71,2585	102,0507	132,8428	163,6351	194,4272	225,2196	256,0121	286,8040	317,5964	348,3884	379,1807	409,9728	440,7650	471,5574	46,1879
Int	CE	AC	60,1159	110,5403	160,9643	211,3888	261,8128	312,2374	362,6614	413,0854	463,5101	513,9341	564,3584	614,7828	665,2070	715,6313	766,0555	75,6359
Int	CE	AL	21,9664	34,2582	46,5505	58,8425	71,1348	83,4266	95,7190	108,0112	120,3032	132,5955	144,8875	157,1796	169,4717	181,7638	194,0559	18,4377
Int	CE	AM	46,5682	83,4621	120,3564	157,2504	194,1444	231,0385	267,9325	304,8267	341,7206	378,6147	415,5088	452,4029	489,2969	526,1909	563,0851	55,3408
Int	CE	AP	34,3293	58,9841	83,6392	108,2940	132,9490	157,6041	182,2589	206,9142	231,5690	256,2241	280,8792	305,5343	330,1889	354,8441	379,4991	36,9822
Int	CE	BA	27,1131	44,5520	61,9908	79,4297	96,8685	114,3074	131,7465	149,1853	166,6244	184,0632	201,5020	218,9409	236,3799	253,8186	271,2576	26,1578
Int	CE	DF	36,9112	64,1131	91,3149	118,5169	145,7189	172,9207	200,1225	227,3243	254,5263	281,7280	308,9297	336,1316	363,3334	390,5355	417,7373	40,8024
Int	CE	ES	39,2989	68,9239	98,5487	128,1738	157,7986	187,4235	217,0484	246,6732	276,2983	305,9231	335,5480	365,1730	394,7979	424,4228	454,0476	44,4369
Int	CE	GO	35,8501	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Int	CE	MA	20,7107	31,7292	42,7477	53,7666	64,7852	75,8038	86,8226	97,8413	108,8600	119,8787	130,8974	141,9162	152,9347	163,9535	174,9722	16,5276
Int	CE	MG	39,7235	69,7376	99,7516	129,7655	159,7797	189,7933	219,8075	249,8217	279,8353	309,8495	339,8636	369,8776	399,8916	429,9058	459,9197	45,0206
Int	CE	MS	44,1803	78,6870	113,1931	147,6995	182,2061	216,7124	251,2190	285,7252	320,2314	354,7380	389,2443	423,7506	458,2572	492,7634	527,2697	51,7593
Int	CE	MT	46,0375	82,4010	118,7645	155,1279	191,4913	227,8549	264,2184	300,5818	336,9453	373,3088	409,6722	446,0358	482,3993	518,7626	555,1260	54,5447
Int	CE	PA	28,1209	46,5505	64,9797	83,4089	101,8387	120,2679	138,6972	157,1267	175,5560	193,9851	212,4146	230,8440	249,2733	267,7026	286,1322	27,6436
Int	CE	PB	19,9676	30,2436	40,5193	50,7952	61,0712	71,3470	81,6229	91,8985	102,1746	112,4504	122,7264	133,0022	143,2779	153,5538	163,8297	15,4133
Int	CE	PE	20,5335	31,3754	42,2172	53,0592	63,9010	74,7428	85,5846	96,4265	107,2683	118,1100	128,9519	139,7939	150,6357	161,4774	172,3192	16,2624
Int	CE	PI	19,2247	28,7400	38,2555	47,7707	57,2862	66,8015	76,3168	85,8323	95,3477	104,8630	114,3782	123,8936	133,4090	142,9243	152,4395	14,2726
Int	CE	PR	51,9272	94,1626	136,3979	178,6333	220,8686	263,1043	305,3395	347,5749	389,8103	432,0458	474,2810	516,5165	558,7518	600,9871	643,2225	63,3526
Int	CE	RJ	44,6758	79,6419	114,6081	149,5743	184,5406	219,5068	254,4731	289,4395	324,4055	359,3717	394,3379	429,3042	464,2705	499,2366	534,2030	52,4490
Int	CE	RN	19,1364	28,5809	38,0257	47,4702	56,9147	66,3594	75,8038	85,2486	94,6933	104,1377	113,5823	123,0268	132,4715	141,9162	151,3607	14,1664
Int	CE	RO	53,5895	97,5053	141,4208	185,3366	229,2523	273,1678	317,0833	360,9988	404,9144	448,8303	492,7459	536,6613	580,5769	624,4924	668,4081	65,8729
Int	CE	RR	49,5570	89,4404	129,3235	169,2063	209,0894	248,9725	288,8556	328,7386	368,6220	408,5048	448,3880	488,2712	528,1541	568,0372	607,9203	59,8241
Int	CE	RS	59,5854	109,4967	159,4080	209,3193	259,2306	309,1422	359,0533	408,9649	458,8761	508,7874	558,6988	608,6100	658,5215	708,4328	758,3441	74,8666
Int	CE	SC	54,4387	99,2033	143,9678	188,7323	233,4969	278,2616	323,0260	367,7906	412,5551	457,3198	502,0841	546,8488	591,6134	636,3780	681,1424	67,1465
Int	CE	SE	23,0095	36,3454	49,6809	63,0167	76,3523	89,6877	103,0235	116,3590	129,6948	143,0303	156,3662	169,7017	183,0374	196,3729	209,7086	20,0031
Int	CE	SP	47,2227	84,7708	122,3195	159,8681	197,4164	234,9648	272,5131	310,0618	347,6102	385,1586	422,7073	460,2558	497,8041	535,3525	572,9012	56,3222
Int	CE	TO	42,4826	75,2913	108,0996	140,9078	173,7164	206,5249	239,3334	272,1420	304,9504	337,7588	370,5675	403,3758	436,1844	468,9927	501,8012	49,2123
Cap	DF	AC	46,2591	82,8609	119,4544	156,0476	192,6409	229,2343	265,8279	302,4212	339,0147	375,6081	412,2015	448,7948	485,3881	521,9815	558,5751	54,8896
Cap	DF	AL	31,7564	53,8550	75,9456	98,0359	120,1263	142,2169	164,3070	186,3977	208,4880	230,5785	252,6692	274,7595	296,8499	318,9405	341,0308	33,1352
Cap	DF	AM	38,3395	66,9959	95,6482	124,3004	152,9524	181,6046	210,2567	238,9090	267,5611	296,2132	324,8655	353,5175	382,1697	410,8220	439,4739	42,9778
Cap	DF	AP	39,1844	68,6940	98,1951	127,6963	157,1973	186,6982	216,1994	245,7006	275,2017	304,7026	334,2038	363,7051	393,2062	422,7073	452,2083	44,2513
Cap	DF	BA	25,4876	41,3154	57,1269	72,9387	88,7507	104,5624	120,3740	136,1858	151,9976	167,8091	183,6208	199,4327	215,2446	231,0560	246,8678	23,7173
Cap	DF	CE	34,8809	60,0805	85,2661	110,4519	135,6373	160,8229	186,0085	211,1944	236,3799	261,5655	286,7508	311,9366	337,1222	362,3077	387,4932	37,7781
Cap	DF	ES	24,7015	39,7413	54,7746	69,8082	84,8418	99,8754	114,9089	129,9423	144,9758	160,0094	175,0430	190,0765	205,1101	220,1436	235,1772	22,5499
Cap	DF	GO	15,8779	22,0722	28,2625	34,4529	40,6432	46,8334	53,0237	59,2140	65,4042	71,5945	77,7847	83,9752	90,1654	96,3556	102,5459	9,2850
Cap	DF	MA	31,7958	53,9080	76,0164	98,1243	120,2326	142,3405	164,4489	186,5567	208,6651	230,7730	252,8814	274,9894	297,0975	319,2057	341,3139	33,1620
Cap	DF	MG	18,0594	26,4584	34,8421	43,2255	51,6088	59,9922	68,3756	76,7590	85,1425	93,5258	101,9093	110,2927	118,6762	127,0595	135,4427	12,5747
Cap	DF	MS	21,8324	34,0107	46,1790	58,3475	70,5157	82,6839	94,8522	107,0205	119,1891	131,3574	143,5257	155,6939	167,8623	180,0306	192,1988	18,2520
Cap	DF	MT	23,3061	36,9468	50,5830	64,2194	77,8555	91,4918	105,1283	118,7645	132,4007	146,0372	159,6735	173,3098	186,9461	200,5822	214,2188	20,4540
Cap	DF	PA	32,8175	55,9597	79,0935	102,2276	125,3614	148,4955	171,6294	194,7636	217,8975	241,0313	264,1654	287,2992	310,4333	333,5674	356,7012	34,7006
Cap	DF	PB	35,2544	60,8410	86,4160	111,9907	137,5652	163,1400	188,7147	214,2895	239,8640	265,4386	291,0136	316,5881	342,1628	367,7376	393,3122	38,3617
Cap	DF	PE	34,3701	59,0903	83,7983	108,5063	133,2144	157,9225	182,6306	207,3387	232,0465	256,7545	281,4626	306,1707	330,8786	355,5868	380,2949	37,0616
Cap	DF	PI	29,0052	48,3369	67,6681	86,9996	106,3309	125,6623	144,9935	164,3251	183,6563	202,9875	222,3191	241,6504	260,9817	280,3131	299,6444	28,9965
Cap	DF	PR	25,4286	41,1738	56,9147	72,6557	88,3967	104,1377	119,8787	135,6196	151,3607	167,1017	182,8426	198,5837	214,3248	230,0657	245,8067	23,6110
Cap	DF	RJ	22,9525	36,2392	49,5217	62,8042	76,0870	89,3696	102,6521	115,9348	129,2172	142,4999	155,7824	169,0649	182,3477	195,6301	208,9128	19,9234
Cap	DF	RN	35,8440	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Cap	DF	RO	37,7502	65,8466	93,9324	122,0188	150,1050	178,1912	206,2775	234,3632	262,4496	290,5358	318,6221	346,7084	374,7942	402,8805	430,9667	42,1286
Cap	DF	RR	46,2591	82,8609	119,4544	156,0476	192,6409	229,2343	265,8279	302,4212	339,0147	375,6081	412,2015	448,7948	485,3881	521,9815	558,5751	54,8896
Cap	DF	RS	33,0141	56,3488	79,6773	103,0058	126,3342	149,6629	172,9913	196,3198	219,6482	242,9768	266,3054	289,6338	312,9625	336,2909	359,6195	34,9923
Cap	DF	SC	28,8479	48,0361	67,2082	86,3806	105,5526	124,7250	143,8971	163,0694	182,2414	201,4135	220,5857	239,7577	258,9300	278,1022	297,2744	28,7577

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	DF	SE	28,2977	46,9219	65,5458	84,1698	102,7937	121,4173	140,0413	158,6650	177,2893	195,9131	214,5369	233,1609	251,7847	270,4086	289,0324	27,9354
Cap	DF	SP	22,0093	34,3643	46,7096	59,0548	71,4001	83,7451	96,0904	108,4356	120,7807	133,1260	145,4712	157,8164	170,1615	182,5069	194,8520	18,5175
Int	DF	TO	22,1077	34,5414	46,9750	59,4086	71,8422	84,2760	96,7094	109,1431	121,5765	134,0102	146,4438	158,8776	171,3111	183,7448	196,1783	18,6499
Int	DF	AC	48,2837	86,8935	125,5030	164,1127	202,7224	241,3320	279,9419	318,5513	357,1611	395,7705	434,3802	472,9898	511,5995	550,2090	588,8189	57,9140
Int	DF	AL	33,7809	57,8875	81,9943	106,1009	130,2075	154,3145	178,4210	202,5277	226,6346	250,7411	274,8479	298,9547	323,0614	347,1681	371,2749	36,1596
Int	DF	AM	40,3604	71,0285	101,6970	132,3654	163,0340	193,7022	224,3708	255,0390	285,7075	316,3757	347,0443	377,7127	408,3810	439,0495	469,7178	46,0021
Int	DF	AP	41,2089	72,7265	104,2438	135,7612	167,2787	198,7959	230,3133	261,8307	293,3481	324,8655	356,3827	387,8999	419,4175	450,9348	482,4521	47,2758
Int	DF	BA	27,5200	45,3478	63,1756	81,0036	98,8316	116,6597	134,4879	152,3159	170,1439	187,9720	205,7998	223,6278	241,4558	259,2839	277,1119	26,7417
Int	DF	CE	36,9112	64,1131	91,3149	118,5169	145,7189	172,9207	200,1225	227,3243	254,5263	281,7280	308,9297	336,1316	363,3334	390,5355	417,7373	40,8024
Int	DF	ES	26,7238	43,7737	60,8235	77,8730	94,9229	111,9729	129,0228	146,0723	163,1223	180,1722	197,2217	214,2717	231,3214	248,3712	265,4209	25,5742
Int	DF	GO	17,8982	26,1048	34,3115	42,5180	50,7246	58,9311	67,1375	75,3441	83,5508	91,7571	99,9639	108,1703	116,3768	124,5834	132,7898	12,3092
Int	DF	MA	33,8162	57,9408	82,0649	106,1894	130,3137	154,4383	178,5625	202,6870	226,8113	250,9358	275,0603	299,1845	323,3089	347,4334	371,5577	36,1860
Int	DF	MG	20,0916	30,4911	40,8907	51,2904	61,6900	72,0897	82,4892	92,8892	103,2887	113,6885	124,0881	134,4879	144,8875	155,2871	165,6869	15,5991
Int	DF	MS	23,8588	38,0433	52,2279	66,4124	80,5972	94,7815	108,9660	123,1509	137,3352	151,5198	165,7045	179,8891	194,0737	208,2582	222,4428	21,2763
Int	DF	MT	25,3267	40,9792	56,6318	72,2842	87,9367	103,5895	119,2420	134,8946	150,5471	166,1997	181,8523	197,5048	213,1574	228,8097	244,4624	23,4784
Int	DF	PA	34,8421	59,9922	85,1425	110,2927	135,4427	160,5930	185,7434	210,8935	236,0437	261,1939	286,3442	311,4945	336,6447	361,7948	386,9452	37,7250
Int	DF	PB	37,2827	64,8738	92,4648	120,0555	147,6465	175,2376	202,8284	230,4194	258,0105	285,6013	313,1923	340,7835	368,3744	395,9651	423,5560	41,3859
Int	DF	PE	36,3985	63,1228	89,8470	116,5715	143,2956	170,0201	196,7445	223,4685	250,1930	276,9174	303,6416	330,3660	357,0901	383,8144	410,5390	40,0860
Int	DF	PI	31,0217	52,3692	73,7172	95,0646	116,4121	137,7597	159,1072	180,4552	201,8028	223,1501	244,4977	265,8456	287,1930	308,5408	329,8885	32,0211
Int	DF	PR	27,4490	45,2064	62,9637	80,7208	98,4780	116,2353	133,9926	151,7498	169,5072	187,2644	205,0217	222,7789	240,5362	258,2936	276,0504	26,6355
Int	DF	RJ	24,9730	40,2718	55,5706	70,8694	86,1682	101,4669	116,7658	132,0646	147,3636	162,6624	177,9613	193,2599	208,5590	223,8576	239,1564	22,9479
Int	DF	RN	37,8665	66,0586	94,2511	122,4433	150,6357	178,8279	207,0202	235,2126	263,4047	291,5970	319,7893	347,9819	376,1738	404,3663	432,5586	42,2881
Int	DF	RO	39,7767	69,8790	99,9815	130,0837	160,1863	190,2886	220,3912	250,4937	280,5962	310,6986	340,8009	370,9034	401,0059	431,1084	461,2107	45,1532
Int	DF	RR	48,2837	86,8935	125,5030	164,1127	202,7224	241,3320	279,9419	318,5513	357,1611	395,7705	434,3802	472,9898	511,5995	550,2090	588,8189	57,9140
Int	DF	RS	35,0367	60,3813	85,7260	111,0708	136,4157	161,7602	187,1051	212,4501	237,7947	263,1396	288,4842	313,8291	339,1738	364,5187	389,8632	38,0168
Int	DF	SC	30,8801	52,0686	73,2570	94,4456	115,6340	136,8224	158,0108	179,1991	200,3876	221,5762	242,7647	263,9531	285,1415	306,3299	327,5183	31,7822
Int	DF	SE	30,3142	50,9544	71,5945	92,2347	112,8748	133,5151	154,1551	174,7956	195,4357	216,0758	236,7159	257,3560	277,9961	298,6363	319,2765	30,9597
Int	DF	SP	24,0355	38,3971	52,7586	67,1198	81,4813	95,8427	110,2044	124,5657	138,9271	153,2885	167,6501	182,0116	196,3729	210,7343	225,0957	21,5417
Int	DF	TO	24,1240	38,5738	53,0237	67,4736	81,9235	96,3733	110,8232	125,2732	139,7230	154,1728	168,6229	183,0726	197,5225	211,9724	226,4224	21,6746
Cap	ES	AC	56,4191	103,1473	149,8750	196,6029	243,3306	290,0585	336,7861	383,5139	430,2417	476,9695	523,6970	570,4250	617,1527	663,8806	710,6082	70,0912
Cap	ES	AL	28,5727	47,4879	66,3948	85,3017	104,2084	123,1153	142,0223	160,9291	179,8361	198,7430	217,6497	236,5567	255,4637	274,3704	293,2772	28,3598
Cap	ES	AM	51,5650	93,4727	135,3720	177,2716	219,1709	261,0701	302,9695	344,8689	386,7681	428,6676	470,5669	512,4662	554,3655	596,2649	638,1642	62,8483
Cap	ES	AP	49,2460	88,8390	128,4213	168,0039	207,5861	247,1687	286,7508	326,3333	365,9157	405,4981	445,0806	484,6631	524,2454	563,8279	603,4101	59,3733
Cap	ES	BA	22,1665	34,6652	47,1519	59,6384	72,1251	84,6118	97,0984	109,5850	122,0719	134,5586	147,0452	159,5321	172,0187	184,5051	196,9919	18,7296
Cap	ES	CE	37,2784	64,8913	92,5000	120,1085	147,7174	175,3260	202,9345	230,5432	258,1518	285,7605	313,3691	340,9778	368,5864	396,1951	423,8037	41,4125
Cap	ES	DF	24,7015	39,7413	54,7746	69,8082	84,8418	99,8754	114,9089	129,9423	144,9758	160,0094	175,0430	190,0765	205,1101	220,1436	235,1772	22,5499
Cap	ES	GO	26,1949	42,7125	59,2140	75,7156	92,2171	108,7185	125,2199	141,7216	158,2231	174,7244	191,2262	207,7276	224,2294	240,7305	257,2320	24,7520
Cap	ES	MA	40,3636	71,0817	101,7855	132,4892	163,1930	193,8968	224,6007	255,3042	286,0082	316,7121	347,4156	378,1195	408,8234	439,5268	470,2308	46,0552
Cap	ES	MG	17,5285	25,3974	33,2502	41,1028	48,9559	56,8086	64,6614	72,5143	80,3671	88,2197	96,0726	103,9255	111,7783	119,6311	127,4840	11,7788
Cap	ES	MS	26,0969	42,5180	58,9311	75,3441	91,7571	108,1703	124,5834	140,9964	157,4094	173,8227	190,2355	206,6488	223,0620	239,4748	255,8881	24,6192
Cap	ES	MT	45,1392	80,6324	116,1114	151,5908	187,0697	222,5490	258,0282	293,5070	328,9862	364,4656	399,9445	435,4238	470,9032	506,3819	541,8613	53,2182
Cap	ES	PA	43,4882	77,2899	111,0886	144,8875	178,6864	212,4853	246,2843	280,0832	313,8820	347,6811	381,4799	415,2786	449,0778	482,8768	516,6757	50,6979
Cap	ES	PB	33,4856	57,3039	81,1099	104,9161	128,7221	152,5281	176,3340	200,1401	223,9464	247,7522	271,5584	295,3642	319,1702	342,9763	366,7823	35,7087
Cap	ES	PE	31,8153	53,9610	76,1046	98,2482	120,3917	142,5350	164,6787	186,8222	208,9659	231,1090	253,2526	275,3962	297,5397	319,6834	341,8268	33,2149
Cap	ES	PI	34,7235	59,7976	84,8595	109,9213	134,9830	160,0448	185,1065	210,1685	235,2303	260,2918	285,3537	310,4156	335,4773	360,5391	385,6008	37,5924
Cap	ES	PR	25,1927	40,7316	56,2604	71,7892	87,3179	102,8467	118,3754	133,9043	149,4329	164,9617	180,4905	196,0193	211,5479	227,0766	242,6054	23,2926
Cap	ES	RJ	17,1356	24,6018	32,0652	39,5290	46,9927	54,4563	61,9200	69,3838	76,8476	84,3111	91,7750	99,2387	106,7023	114,1659	121,6297	11,1952
Cap	ES	RN	35,2544	60,8410	86,4160	111,9907	137,5652	163,1400	188,7147	214,2895	239,8640	265,4386	291,0136	316,5881	342,1628	367,7376	393,3122	38,3617
Cap	ES	RO	51,6043	93,5434	135,4780	177,4131	219,3478	261,2825	303,2171	345,1519	387,0866	429,0212	470,9560	512,8907	554,8256	596,7603	638,6950	62,9017
Cap	ES	RR	60,1724	110,6994	161,2122	211,7248	262,2374	312,7503	363,2629	413,7756	464,2881	514,8009	565,3135	615,8262	666,3390	716,8516	767,3642	75,7685
Cap	ES	RS	32,1888	54,7040	77,2187	99,7339	122,2488	144,7635	167,2787	189,7933	212,3086	234,8234	257,3382	279,8532	302,3679	324,8831	347,3981	33,7720
Cap	ES	SC	26,4111	43,1724	59,9214	76,6707	93,4196	110,1690	126,9178	143,6671	160,4163	177,1652	193,9145	210,6636	227,4126	244,1618	260,9111	25,1233
Cap	ES	SE	25,8020	41,9168	58,0291	74,1414	90,2538	106,3662	122,4788	138,5912	154,7034	170,8159	186,9283	203,0407	219,1532	235,2656	251,3779	24,1681
Cap	ES	SP	20,3194	30,9687	41,6159	52,2632	62,9107	73,5578	84,2052	94,8522	105,4997	116,1466	126,7941	137,4413	148,0887	158,7360	169,3832	15,9704
Cap	ES	TO	32,8569	56,0482	79,2350	102,4221	125,6092	148,7964	171,9834	195,1702	218,3571	241,5442	264,7312	287,9182	311,1053	334,2923	357,4795	34,7801
Int	ES	AC	58,4358	107,1800	155,9239	204,6678	253,4120	302,1560	350,9000	399,6439	448,3880	497,1320	545,8760	594,6201	643,3642	692,1080	740,8520	73,1156
Int	ES	AL	30,5971	51,5203	72,4434	93,3667	114,2898	135,2131	156,1363	177,0591	197,9825	218,9054	239,8287	260,7518	281,6750	302,5980	323,5214	31,3841
Int	ES	AM	53,5895	97,5053	141,4208	185,3366	229,2523	273,1678	317,0833	360,9988	404,9144	448,8303	492,7459	536,6613	580,5769	624,4924	668,4081	65,8729
Int	ES	AP	51,2727	92,8715	134,4701	176,0687	217,6675	259,2660	300,8648	342,4635	384,0622	425,6608	467,2596	508,8582	550,4568	592,0556	633,6541	62,3976
Int	ES	BA	24,1948	38,6975	53,2006	67,7035	82,2066	96,7094	111,2122	125,7154	140,2183	154,7212	169,2239	183,7270	198,2301	212,7328	227,2358	21,7539
Int	ES	CE	39,2989	68,9239	98,5487	128,1738	157,7986	187,4235	217,0484	246,6732	276,2983	305,9231	335,5480	365,1730	394,7979	424,4228	454,0476	44,4369
Int	ES	DF	26,7238	43,7737	60,8235	77,8730	94,9229	111,9729	129,0228	146,0723	163,1223	180,1722	197,2217	214,2717	231,3214	248,3712	265,4209	25,5742
Int	ES	GO	28,2271	46,7448	65,2628	83,7806	102,2984	120,8162	139,3338	157,8518	176,3693	194,8873	213,4049	231,9229	250,4408	268,9583	287,4763	27,7761
Int	ES	MA	42,3942	75,1142	107,8343	140,5543	173,2743	205,9945	238,7145	271,4344	304,1544	336,8746	369,5945	402,3149	435,0347	467,7545	500,4748	49,0796
Int	ES	MG	19,5607	29,4299	39,2989	49,1680	59,0372	68,9062	78,7754	88,6443	98,5134	108,3826	118,2517	128,1209	137,9898	147,8588	157,7278	14,8032
Int	ES	MS	28,1209	46,5505	64,9797	83,4089	101,8387	120,2679	138,6972	157,1267	175,5560	193,9851	212,4146	230,8440	249,2733	267,7026	286,1322	27,6436
Int	ES	MT	47,1697	84,6648	122,1603	159,6557	197,1510	234,6465	272,1420	309,6373	347,1327	384,6280	422,1235	459,6191	497,1145	534,6097	572,1051	56,2425
Int	ES	PA	45,5072	81,3222	117,1373	152,9524	188,7677	224,5830	260,3980	296,2132	332,0286	367,8435	403,6589	439,4739	475,2892	511,1043	546,9196	53,7223
Int	ES	PB	35,5140	61,3364	87,1589	112,9810	138,8034	164,6256	190,4479	216,2700	242,0923	267,9149	293,7372	319,5595	345,3818	371,2039	397,0264	38,7330
Int	ES	PE	33,8338	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Int	ES	PI	36,7523	63,8301	90,9081	117,9863	145,0643	172,1425	199,2204	226,2984	253,3767	280,4546	307,5326	334,6107	361,6887	388,7667	415,8449	40,6167
Int	ES	PR	27,2193	44,7642	62,3091	79,8541	97,3992	114,9442	132,4892	150,0344	167,5793	185,1242	202,6692	220,2142	237,7593	255,3042	272,8493	26,3169
Int	ES	RJ	19,1542	28,6340	38,1141	47,5941	57,0739	66,5539	76,0340	85,5138	94,9937	104,4740	113,9539	123,4337	132,9139	142,3935	151,8736	14,2196
Int	ES	RN	37,2827	64,8738	92,4648	120,0555	147,6465	175,2376	202,8284	230,4194	258,0105	285,6013	313,1923	340,7835	368,3744	395,9651	423,5560	41,3859
Int	ES	RO	53,6250	97,5760	141,5271	185,4780	229,4290	273,3802	317,3310	361,2818	405,2328	449,1839	493,1348	537,0858	581,0370	624,9878	668,9386	65,9260
Int	ES	RR	62,2028	114,7319	167,2609	219,7898	272,3188	324,8476	377,3765	429,9058	482,4345	534,9635	587,4922	640,0213	692,5502	745,0793	797,6082	78,7930
Int	ES	RS	34,2054	58,7365	83,2675	107,7989	132,3300	156,8613	181,3924	205,9234	230,4547	254,9858	279,5172	304,0483	328,5797	353,1108	377,6420	36,7965
Int	ES	SC	28,4393	47,2050	65,9701	84,7356	103,5012	122,2664	141,0318	159,7972	178,5625	197,3280	216,0935	234,8588	253,6240	272,3895	291,1550	28,1478
Int	ES	SE	27,8205	45,9491	64,0777	82,2066	100,3352	118,4638	136,5926	154,7212	172,8499	190,9785	209,1072	227,2358	245,3646	263,4930	281,6219	27,1927
Int	ES	SP	22,3377	35,0012	47,6646	60,3282	72,9918	85,6553	98,3189	110,9825	123,6459	136,3097	148,9733	161,6365	174,3001	186,9637	199,6271	18,9950
Int	ES	TO	34,8773	60,0805	85,2838	110,4873	135,6903	160,8938	186,0971	211,3004	236,5035	261,7068	286,9101	312,1134	337,3168	362,5200	387,7232	37,8044
Cap	GO	AC	44,0976	78,5455	112,9810	147,4167	181,8523	216,2878	250,7235	285,1592	319,5948	354,0303	388,4660	422,9017	457,3374	491,7730	526,2088	51,6530
Cap	GO	AL	31,3239	52,9705	74,6012	96,2319	117,8624	139,4931	161,1237	182,7545	204,3849	226,0155	247,6463	269,2767	290,9072	312,5379	334,1684	32,4455
Cap	GO	AM	37,0427	64,4138	91,7750	119,1359	146,4971	173,8580	201,2190	228,5799	255,9411	283,3020	310,6633	338,0240	365,3853	392,7461	420,1073	41,0412
Cap	GO	AP	37,7107	65,7757	93,8264	121,8773	149,9280	177,9788	206,0299	234,0805	262,1313	290,1822	318,2329	346,2835	374,3346	402,3853	430,4363	42,0759
Cap	GO	BA	25,3304	40,9792	56,6139	72,2488	87,8838	103,5188	119,1536	134,7884	150,4233	166,0582	181,6932	197,3280	212,9628	228,5977	244,2326	23,4518
Cap	GO	CE	33,8197	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Cap	GO	DF	15,8779	22,0722	28,2625	34,4529	40,6432	46,8334	53,0237	59,2140	65,4042	71,5945	77,7847	83,9752	90,1654	96,3556	102,5459	9,2850
Cap	GO	ES	26,1949	42,7125	59,2140	75,7156	92,2171	108,7185	125,2199	141,7216	158,2231	174,7244	191,2262	207,7276	224,2294	240,7305	257,2320	24,7520

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	GO	MA	31,3832	53,1121	74,8312	96,5499	118,2693	139,9885	161,7071	183,4264	205,1454	226,8645	248,5836	270,3025	292,0216	313,7406	335,4596	32,5782
Cap	GO	MG	19,0026	28,3509	37,6896	47,0279	56,3664	65,7051	75,0434	84,3820	93,7204	103,0589	112,3975	121,7358	131,0743	140,4128	149,7512	14,0072
Cap	GO	MS	24,9568	40,2364	55,4998	70,7634	86,0265	101,2901	116,5536	131,8170	147,0808	162,3439	177,6075	192,8712	208,1345	223,3979	238,6614	22,8948
Cap	GO	MT	23,6798	37,6896	51,6971	65,7051	79,7127	93,7204	107,7283	121,7358	135,7436	149,7512	163,7589	177,7667	191,7743	205,7819	219,7898	21,0109
Cap	GO	PA	32,2280	54,8100	77,3781	99,9461	122,5139	145,0821	167,6501	190,2181	212,7860	235,3541	257,9220	280,4898	303,0579	325,6259	348,1938	33,8515
Cap	GO	PB	34,5273	59,4086	84,2760	109,1431	134,0102	158,8776	183,7448	208,6121	233,4793	258,3467	283,2137	308,0810	332,9483	357,8156	382,6829	37,3003
Cap	GO	PE	33,2105	56,7379	80,2609	103,7840	127,3069	150,8302	174,3531	197,8760	221,3996	244,9223	268,4456	291,9684	315,4916	339,0147	362,5377	35,2841
Cap	GO	PI	28,8282	47,9830	67,1375	86,2919	105,4467	124,6010	143,7557	162,9100	182,0646	201,2190	220,3736	239,5278	258,6824	277,8368	296,9916	28,7312
Cap	GO	PR	25,4482	41,2268	57,0032	72,7796	88,5560	104,3322	120,1085	135,8851	151,6615	167,4376	183,2140	198,9903	214,7669	230,5432	246,3196	23,6641
Cap	GO	RJ	23,3850	37,0883	50,7777	64,4669	78,1562	91,8456	105,5350	119,2244	132,9139	146,6031	160,2924	173,9818	187,6712	201,3606	215,0497	20,5335
Cap	GO	RN	34,7435	59,8330	84,9125	109,9919	135,0716	160,1510	185,2303	210,3099	235,3893	260,4686	285,5483	310,6278	335,7071	360,7868	385,8661	37,6187
Cap	GO	RO	36,5316	63,4057	90,2716	117,1373	144,0032	170,8688	197,7346	224,6007	251,4664	278,3322	305,1980	332,0639	358,9296	385,7954	412,6612	40,2984
Cap	GO	RR	45,8465	82,0119	118,1631	154,3145	190,4656	226,6170	262,7679	298,9191	335,0704	371,2217	407,3731	443,5241	479,6756	515,8267	551,9778	54,2264
Cap	GO	RS	33,0531	56,4372	79,8187	103,2004	126,5819	149,9636	173,3450	196,7266	220,1081	243,4898	266,8715	290,2527	313,6346	337,0161	360,3974	35,0720
Cap	GO	SC	28,5531	47,4525	66,3416	85,2308	104,1200	123,0093	141,8985	160,7877	179,6765	198,5659	217,4553	236,3445	255,2335	274,1229	293,0121	28,3333
Cap	GO	SE	28,3566	47,0634	65,7579	84,4527	103,1473	121,8420	140,5364	159,2313	177,9259	196,6204	215,3151	234,0097	252,7043	271,3991	290,0938	28,0415
Cap	GO	SP	22,4417	35,1957	47,9477	60,6996	73,4517	86,2035	98,9555	111,7076	124,4596	137,2116	149,9636	162,7155	175,4675	188,2194	200,9713	19,1275
Cap	GO	TO	22,2451	34,8067	47,3643	59,9214	72,4789	85,0363	97,5938	110,1512	122,7085	135,2660	147,8232	160,3808	172,9384	185,4957	198,0532	18,8358
Int	GO	AC	46,1258	82,5778	119,0297	155,4818	191,9337	228,3855	264,8374	301,2893	337,7411	374,1933	410,6451	447,0967	483,5487	520,0005	556,4525	54,6774
Int	GO	AL	33,3561	57,0032	80,6500	104,2969	127,9438	151,5908	175,2376	198,8844	222,5312	246,1782	269,8249	293,4717	317,1185	340,7655	364,4124	35,4699
Int	GO	AM	39,0689	68,4466	97,8237	127,2009	156,5782	185,9557	215,3329	244,7101	274,0876	303,4648	332,8419	362,2193	391,5967	420,9739	450,3511	44,0655
Int	GO	AP	39,7413	69,8082	99,8754	129,9423	160,0094	190,0765	220,1436	250,2107	280,2778	310,3450	340,4118	370,4790	400,5460	430,6130	460,6800	45,1002
Int	GO	BA	27,3607	45,0118	62,6628	80,3141	97,9653	115,6165	133,2675	150,9186	168,5697	186,2208	203,8719	221,5231	239,1742	256,8253	274,4765	26,4761
Int	GO	CE	35,8501	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Int	GO	DF	17,8982	26,1048	34,3115	42,5180	50,7246	58,9311	67,1375	75,3441	83,5508	91,7571	99,9639	108,1703	116,3768	124,5834	132,7898	12,3092
Int	GO	ES	28,2271	46,7448	65,2628	83,7806	102,2984	120,8162	139,3338	157,8518	176,3693	194,8873	213,4049	231,9229	250,4408	268,9583	287,4763	27,7761
Int	GO	MA	33,4096	57,1447	80,8800	104,6154	128,3506	152,0859	175,8212	199,5565	223,2918	247,0269	270,7623	294,4977	318,2329	341,9682	365,7035	35,6024
Int	GO	MG	21,0291	32,3836	43,7384	55,0931	66,4479	77,8025	89,1575	100,5121	111,8669	123,2214	134,5763	145,9307	157,2857	168,6406	179,9952	17,0318
Int	GO	MS	26,9891	44,2688	61,5485	78,8285	96,1082	113,3877	130,6674	147,9472	165,2269	182,5069	199,7864	217,0663	234,3457	251,6254	268,9055	25,9191
Int	GO	MT	25,6981	41,7218	57,7461	73,7701	89,7939	105,8180	121,8420	137,8659	153,8901	169,9140	185,9379	201,9617	217,9857	234,0097	250,0336	24,0355
Int	GO	PA	34,2582	58,8425	83,4266	108,0112	132,5955	157,1796	181,7638	206,3481	230,9324	255,5166	280,1008	304,6850	329,2693	353,8535	378,4379	36,8757
Int	GO	PB	36,5575	63,4410	90,3245	117,2081	144,0917	170,9749	197,8585	224,7422	251,6254	278,5090	305,3924	332,2760	359,1597	386,0430	412,9266	40,3248
Int	GO	PE	35,2310	60,7705	86,3096	111,8489	137,3884	162,9277	188,4669	214,0064	239,5456	265,0850	290,6243	316,1637	341,7030	367,2422	392,7815	38,3086
Int	GO	PI	30,8448	52,0156	73,1862	94,3572	115,5278	136,6986	157,8694	179,0401	200,2108	221,3814	242,5521	263,7230	284,8939	306,0646	327,2354	31,7555
Int	GO	PR	27,4667	45,2593	63,0522	80,8445	98,6371	116,4299	134,2226	152,0151	169,8077	187,6006	205,3930	223,1855	240,9784	258,7709	276,5635	26,6885
Int	GO	RJ	25,4150	41,1208	56,8263	72,5318	88,2375	103,9430	119,6488	135,3544	151,0601	166,7658	182,4714	198,1769	213,8826	229,5884	245,2938	23,5579
Int	GO	RN	36,7700	63,8655	90,9611	118,0571	145,1528	172,2484	199,3441	226,4399	253,5357	280,6314	307,7272	334,8229	361,9187	389,0143	416,1101	40,6432
Int	GO	RO	38,5559	67,4383	96,3203	125,2025	154,0846	182,9665	211,8487	240,7305	269,6128	298,4948	327,3770	356,2589	385,1409	414,0229	442,9054	43,3227
Int	GO	RR	47,8769	86,0443	124,2120	162,3796	200,5468	238,7145	276,8819	315,0494	353,2170	391,3845	429,5518	467,7192	505,8870	544,0541	582,2217	57,2507
Int	GO	RS	35,0720	60,4697	85,8676	111,2654	136,6633	162,0611	187,4590	212,8566	238,2545	263,6524	289,0500	314,4481	339,8459	365,2438	390,6416	38,0964
Int	GO	SC	30,5795	51,4850	72,3904	93,2959	114,2014	135,1069	156,0122	176,9177	197,8232	218,7286	239,6343	260,5394	281,4448	302,3505	323,2560	31,3577
Int	GO	SE	30,3850	51,0959	71,8068	92,5176	113,2286	133,9396	154,6506	175,3614	196,0723	216,7832	237,4941	258,2051	278,9161	299,6269	320,3377	31,0657
Int	GO	SP	24,4602	39,2282	53,9964	68,7648	83,5331	98,3014	113,0694	127,8377	142,6060	157,3741	172,1425	186,9106	201,6789	216,4469	231,2153	22,1519
Int	GO	TO	24,2657	38,8391	53,4128	67,9867	82,5603	97,1338	111,7076	126,2812	140,8550	155,4285	170,0025	184,5759	199,1498	213,7233	228,2971	21,8601
Cap	MA	AC	49,8949	90,1300	130,3491	170,5684	210,7874	251,0065	291,2257	331,4448	371,6638	411,8831	452,1022	492,3212	532,5404	572,7596	612,9786	60,3282
Cap	MA	AL	27,0399	44,4103	61,7783	79,1468	96,5150	113,8830	131,2511	148,6192	165,9874	183,3556	200,7239	218,0919	235,4602	252,8283	270,1963	26,0519
Cap	MA	AM	35,2741	60,8942	86,5044	112,1145	137,7244	163,3343	188,9446	214,5546	240,1647	265,7747	291,3849	316,9949	342,6049	368,2150	393,8251	38,4147
Cap	MA	AP	28,9069	48,1423	67,3674	86,5927	105,8180	125,0433	144,2685	163,4936	182,7191	201,9442	221,1694	240,3948	259,6199	278,8451	298,0704	28,8376
Cap	MA	BA	29,4770	49,2918	69,1010	88,9095	108,7185	128,5273	148,3363	168,1453	187,9543	207,7629	227,5720	247,3808	267,1898	286,9985	306,8075	29,7129
Cap	MA	CE	18,6882	27,6967	36,6994	45,7015	54,7040	63,7065	72,7088	81,7113	90,7137	99,7161	108,7185	117,7209	126,7235	135,7257	144,7283	13,5031
Cap	MA	DF	31,7958	53,9080	76,0164	98,1243	120,2326	142,3405	164,4489	186,5567	208,6651	230,7730	252,8814	274,9894	297,0975	319,2057	341,3139	33,1620
Cap	MA	ES	40,3636	71,0817	101,7855	132,4892	163,1930	193,8968	224,6007	255,3042	286,0082	316,7121	347,4156	378,1195	408,8234	439,5268	470,2308	46,0552
Cap	MA	GO	31,3832	53,1121	74,8312	96,5499	118,2693	139,9885	161,7071	183,4264	205,1454	226,8645	248,5836	270,3025	292,0216	313,7406	335,4596	32,5782
Cap	MA	MG	38,2806	66,9077	95,5243	124,1412	152,7580	181,3748	209,9915	238,6083	267,2250	295,8418	324,4587	353,0754	381,6922	410,3090	438,9257	42,9247
Cap	MA	MS	45,6893	81,7289	117,7563	153,7838	189,8110	225,8385	261,8659	297,8933	333,9209	369,9483	405,9760	442,0031	478,0307	514,0581	550,0855	54,0406
Cap	MA	MT	38,2218	66,7839	95,3299	123,8760	152,4220	180,9679	209,5140	238,0600	266,6061	295,1520	323,6981	352,2441	380,7902	409,3364	437,8822	42,8186
Cap	MA	PA	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	MA	PB	26,7648	43,8798	60,9827	78,0855	95,1883	112,2914	129,3940	146,4971	163,5996	180,7025	197,8055	214,9083	232,0112	249,1140	266,2171	25,6539
Cap	MA	PE	27,0399	44,4103	61,7783	79,1468	96,5150	113,8830	131,2511	148,6192	165,9874	183,3556	200,7239	218,0919	235,4602	252,8283	270,1963	26,0519
Cap	MA	PI	17,4304	25,2029	32,9673	40,7316	48,4959	56,2604	64,0248	71,7892	79,5534	87,3179	95,0823	102,8467	110,6110	118,3754	126,1398	11,6461
Cap	MA	PR	48,0083	86,3628	124,7069	163,0515	201,3959	239,7403	278,0846	316,4289	354,7733	393,1175	431,4620	469,8063	508,1508	546,4952	584,8394	57,5163
Cap	MA	RJ	42,9578	76,2461	109,5319	142,8182	176,1042	209,3902	242,6762	275,9622	309,2480	342,5343	375,8204	409,1063	442,3924	475,6782	508,9642	49,9287
Cap	MA	RN	24,8784	40,0773	55,2699	70,4626	85,6553	100,8481	116,0407	131,2336	146,4262	161,6187	176,8117	192,0042	207,1972	222,3898	237,5824	22,7887
Cap	MA	RO	43,0165	76,3523	109,6737	142,9949	176,3164	209,6377	242,9592	276,2807	309,6018	342,9233	376,2447	409,5662	442,8875	476,2091	509,5303	49,9818
Cap	MA	RR	37,5536	65,4570	93,3489	121,2405	149,1323	177,0237	204,9156	232,8071	260,6988	288,5902	316,4819	344,3738	372,2654	400,1570	428,0486	41,8368
Cap	MA	RS	56,0848	102,5106	148,9200	195,3293	241,7388	288,1483	334,5576	380,9670	427,3764	473,7856	520,1956	566,6045	613,0139	659,4234	705,8328	69,6136
Cap	MA	SC	51,3096	92,9598	134,5940	176,2278	217,8622	259,4960	301,1301	342,7641	384,3983	426,0321	467,6662	509,3002	550,9344	592,5685	634,2025	62,4506
Cap	MA	SE	28,0029	46,3559	64,6967	83,0377	101,3786	119,7194	138,0603	156,4013	174,7422	193,0832	211,4241	229,7652	248,1059	266,4469	284,7878	27,5111
Cap	MA	SP	44,1565	78,6339	113,1048	147,5757	182,0468	216,5178	250,9890	285,4598	319,9307	354,4018	388,8729	423,3441	457,8148	492,2858	526,7571	51,7060
Cap	MA	TO	38,6541	67,6505	96,6386	125,6269	154,6152	183,6033	212,5915	241,5795	270,5678	299,5560	328,5443	357,5324	386,5206	415,5088	444,4970	43,4817
Int	MA	AC	51,9272	94,1626	136,3979	178,6333	220,8686	263,1043	305,3395	347,5749	389,8103	432,0458	474,2810	516,5165	558,7518	600,9871	643,2225	63,3526
Int	MA	AL	29,0584	48,4431	67,8272	87,2118	106,5961	125,9806	145,3650	164,7496	184,1338	203,5185	222,9026	242,2874	261,6715	281,0560	300,4402	29,0764
Int	MA	AM	37,3003	64,9269	92,5532	120,1795	147,8057	175,4321	203,0584	230,6846	258,3112	285,9373	313,5636	341,1901	368,8163	396,4429	424,0690	41,4390
Int	MA	AP	30,9333	52,1747	73,4164	94,6580	115,8994	137,1407	158,3822	179,6237	200,8653	222,1067	243,3484	264,5898	285,8313	307,0728	328,3144	31,8619
Int	MA	BA	31,4994	53,3244	75,1495	96,9748	118,7997	140,6249	162,4503	184,2752	206,1005	227,9257	249,7507	271,5759	293,4013	315,2261	337,0515	32,7371
Int	MA	CE	20,7107	31,7292	42,7477	53,7666	64,7852	75,8038	86,8226	97,8413	108,8600	119,8787	130,8974	141,9162	152,9347	163,9535	174,9722	16,5276
Int	MA	DF	33,8162	57,9408	82,0649	106,1894	130,3137	154,4383	178,5625	202,6870	226,8113	250,9358	275,0603	299,1845	323,3089	347,4334	371,5577	36,1860

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	MA	ES	42,3942	75,1142	107,8343	140,5543	173,2743	205,9945	238,7145	271,4344	304,1544	336,8746	369,5945	402,3149	435,0347	467,7545	500,4748	49,0796
Int	MA	GO	33,4096	57,1447	80,8800	104,6154	128,3506	152,0859	175,8212	199,5565	223,2918	247,0269	270,7623	294,4977	318,2329	341,9682	365,7035	35,6024
Int	MA	MG	40,3072	70,9402	101,5732	132,2061	162,8394	193,4724	224,1053	254,7385	285,3714	316,0045	346,6375	377,2705	407,9036	438,5366	469,1697	45,9491
Int	MA	MS	47,7177	85,7616	123,8052	161,8488	199,8925	237,9362	275,9801	314,0236	352,0672	390,1111	428,1547	466,1984	504,2421	542,2857	580,3293	57,0651
Int	MA	MT	40,2541	70,8165	101,3786	131,9411	162,5032	193,0655	223,6278	254,1901	284,7523	315,3147	345,8770	376,4392	407,0017	437,5637	468,1262	45,8430
Int	MA	PA	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	MA	PB	28,7932	47,9123	67,0312	86,1504	105,2697	124,3889	143,5079	162,6270	181,7462	200,8653	219,9842	239,1034	258,2227	277,3419	296,4609	28,6783
Int	MA	PE	29,0584	48,4431	67,8272	87,2118	106,5961	125,9806	145,3650	164,7496	184,1338	203,5185	222,9026	242,2874	261,6715	281,0560	300,4402	29,0764
Int	MA	PI	19,4546	29,2354	39,0160	48,7966	58,5773	68,3580	78,1385	87,9192	97,6999	107,4805	117,2611	127,0419	136,8224	146,6031	156,3835	14,6705
Int	MA	PR	50,0347	90,3954	130,7559	171,1167	211,4773	251,8378	292,1985	332,5589	372,9196	413,2801	453,6410	494,0015	534,3621	574,7226	615,0832	60,5406
Int	MA	RJ	44,9765	80,2787	115,5810	150,8831	186,1855	221,4876	256,7899	292,0924	327,3946	362,6970	397,9990	433,3014	468,6038	503,9059	539,2084	52,9530
Int	MA	RN	26,9009	44,1096	61,3187	78,5278	95,7366	112,9457	130,1543	147,3636	164,5726	181,7816	198,9903	216,1994	233,4086	250,6175	267,8263	25,8130
Int	MA	RO	45,0471	80,3848	115,7224	151,0601	186,3977	221,7354	257,0730	292,4107	327,7483	363,0860	398,4236	433,7615	469,0991	504,4363	539,7741	53,0060
Int	MA	RR	39,5818	69,4899	99,3978	129,3055	159,2136	189,1214	219,0295	248,9373	278,8451	308,7530	338,6609	368,5687	398,4768	428,3845	458,2926	44,8615
Int	MA	RS	58,1175	106,5431	154,9689	203,3945	251,8201	300,2459	348,6714	397,0973	445,5228	493,9484	542,3742	590,7997	639,2254	687,6510	736,0768	72,6380
Int	MA	SC	53,3421	96,9923	140,6426	184,2932	227,9433	271,5936	315,2440	358,8942	402,5445	446,1950	489,8451	533,4953	577,1458	620,7961	664,4463	65,4751
Int	MA	SE	30,0312	50,3884	70,7456	91,1027	111,4600	131,8170	152,1743	172,5316	192,8888	213,2457	233,6030	253,9600	274,3174	294,6747	315,0318	30,5355
Int	MA	SP	46,1790	82,6663	119,1536	155,6409	192,1280	228,6154	265,1026	301,5900	338,0772	374,5645	411,0517	447,5390	484,0261	520,5135	557,0010	54,7305
Int	MA	TO	40,6785	71,6830	102,6874	133,6918	164,6966	195,7008	226,7053	257,7097	288,7139	319,7186	350,7230	381,7276	412,7320	443,7365	474,7408	46,5062
Cap	MG	AC	50,5431	91,4210	132,2947	173,1683	214,0418	254,9151	295,7887	336,6623	377,5358	418,4093	459,2830	500,1564	541,0298	581,9034	622,7771	61,3098
Cap	MG	AL	30,9114	52,1571	73,3987	94,6402	115,8818	137,1229	158,3646	179,6060	200,8476	222,0892	243,3306	264,5721	285,8137	307,0550	328,2965	31,8619
Cap	MG	AM	47,7920	85,9029	123,9997	162,0965	200,1932	238,2900	276,3867	314,4834	352,5802	390,6769	428,7736	466,8704	504,9669	543,0638	581,1606	57,1447
Cap	MG	AP	47,0844	84,5235	121,9480	159,3727	196,7973	234,2219	271,6466	309,0716	346,4960	383,9208	421,3455	458,7700	496,1946	533,6195	571,0440	56,1366
Cap	MG	BA	23,6993	37,7250	51,7502	65,7757	79,8012	93,8264	107,8519	121,8773	135,9029	149,9280	163,9535	177,9788	192,0042	206,0299	220,0552	21,0379
Cap	MG	CE	37,6911	65,7051	93,7027	121,7004	149,6982	177,6959	205,6936	233,6913	261,6892	289,6870	317,6849	345,6825	373,6803	401,6779	429,6757	41,9961
Cap	MG	DF	18,0594	26,4584	34,8421	43,2255	51,6088	59,9922	68,3756	76,7590	85,1425	93,5258	101,9093	110,2927	118,6762	127,0595	135,4427	12,5747
Cap	MG	ES	17,5285	25,3974	33,2502	41,1028	48,9559	56,8086	64,6614	72,5143	80,3671	88,2197	96,0726	103,9255	111,7783	119,6311	127,4840	11,7788
Cap	MG	GO	19,0026	28,3509	37,6896	47,0279	56,3664	65,7051	75,0434	84,3820	93,7204	103,0589	112,3975	121,7358	131,0743	140,4128	149,7512	14,0072
Cap	MG	MA	38,2806	66,9077	95,5243	124,1412	152,7580	181,3748	209,9915	238,6083	267,2250	295,8418	324,4587	353,0754	381,6922	410,3090	438,9257	42,9247
Cap	MG	MS	22,4809	35,3017	48,1069	60,9120	73,7172	86,5221	99,3270	112,1321	124,9370	137,7420	150,5471	163,3523	176,1573	188,9623	201,7674	19,2073
Cap	MG	MT	30,2629	50,8661	71,4531	92,0402	112,6273	133,2144	153,8013	174,3885	194,9757	215,5628	236,1499	256,7369	277,3241	297,9113	318,4981	30,8801
Cap	MG	PA	41,0714	72,4612	103,8371	135,2131	166,5888	197,9646	229,3404	260,7166	292,0924	323,4682	354,8441	386,2198	417,5959	448,9717	480,3475	47,0634
Cap	MG	PB	35,4705	61,2835	87,0880	112,8926	138,6972	164,5018	190,3063	216,1112	241,9157	267,7202	293,5246	319,3296	345,1340	370,9387	396,7433	38,7066
Cap	MG	PE	34,4094	59,1432	83,8691	108,5947	133,3206	158,0462	182,7720	207,4976	232,2234	256,9492	281,6750	306,4008	331,1264	355,8523	380,5780	37,0883
Cap	MG	PI	33,8197	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Cap	MG	PR	21,6556	33,6568	45,6486	57,6400	69,6313	81,6229	93,6141	105,6057	117,5975	129,5885	141,5802	153,5716	165,5629	177,5545	189,5459	17,9865
Cap	MG	RJ	17,6857	25,6981	33,7099	41,7218	49,7339	57,7461	65,7579	73,7701	81,7820	89,7939	97,8060	105,8180	113,8299	121,8420	129,8540	12,0174
Cap	MG	RN	36,9836	64,3078	91,6155	118,9237	146,2316	173,5398	200,8476	228,1555	255,4637	282,7715	310,0796	337,3875	364,6956	392,0034	419,3114	40,9615
Cap	MG	RO	45,4535	81,2161	116,9780	152,7403	188,5024	224,2646	260,0268	295,7887	331,5508	367,3133	403,0752	438,8373	474,5993	510,3616	546,1237	53,6429
Cap	MG	RR	54,9256	100,1760	145,4181	190,6602	235,9021	281,1440	326,3866	371,6286	416,8708	462,1129	507,3546	552,5970	597,8389	643,0813	688,3232	67,8627
Cap	MG	RS	29,4770	49,2918	69,1010	88,9095	108,7185	128,5273	148,3363	168,1453	187,9543	207,7629	227,5720	247,3808	267,1898	286,9985	306,8075	29,7129
Cap	MG	SC	23,3653	37,0529	50,7246	64,3962	78,0677	91,7395	105,4113	119,0829	132,7544	146,4262	160,0979	173,7696	187,4412	201,1130	214,7846	20,5070
Cap	MG	SE	28,3763	47,0987	65,8111	84,5235	103,2358	121,9480	140,6603	159,3727	178,0850	196,7973	215,5096	234,2219	252,9344	271,6466	290,3588	28,0679
Cap	MG	SP	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	MG	TO	27,5116	45,3655	63,2113	81,0569	98,9026	116,7481	134,5940	152,4395	170,2855	188,1309	205,9767	223,8223	241,6680	259,5137	277,3595	26,7681
Int	MG	AC	52,5640	95,4537	138,3435	181,2333	224,1231	267,0129	309,9024	352,7925	395,6820	438,5720	481,4616	524,3516	567,2411	610,1311	653,0207	64,3342
Int	MG	AL	32,9319	56,1895	79,4473	102,7051	125,9629	149,2207	172,4785	195,7359	218,9937	242,2519	265,5095	288,7672	312,0250	335,2829	358,5405	34,8862
Int	MG	AM	49,8224	89,9354	130,0483	170,1615	210,2746	250,3875	290,5006	330,6133	370,7265	410,8396	450,9526	491,0656	531,1786	571,2914	611,4046	60,1690
Int	MG	AP	49,1150	88,5560	127,9970	167,4376	206,8787	246,3196	285,7605	325,2013	364,6422	404,0835	443,5241	482,9652	522,4059	561,8469	601,2876	59,1608
Int	MG	BA	25,7158	41,7574	57,7992	73,8407	89,8824	105,9241	121,9656	138,0074	154,0491	170,0908	186,1324	202,1740	218,2156	234,2572	250,2992	24,0620
Int	MG	CE	39,7235	69,7376	99,7516	129,7655	159,7797	189,7933	219,8075	249,8217	279,8353	309,8495	339,8636	369,8776	399,8916	429,9058	459,9197	45,0206
Int	MG	DF	20,0916	30,4911	40,8907	51,2904	61,6900	72,0897	82,4892	92,8892	103,2887	113,6885	124,0881	134,4879	144,8875	155,2871	165,6869	15,5991
Int	MG	ES	19,5607	29,4299	39,2989	49,1680	59,0372	68,9062	78,7754	88,6443	98,5134	108,3826	118,2517	128,1209	137,9898	147,8588	157,7278	14,8032
Int	MG	GO	21,0291	32,3836	43,7384	55,0931	66,4479	77,8025	89,1575	100,5121	111,8669	123,2214	134,5763	145,9307	157,2857	168,6406	179,9952	17,0318
Int	MG	MA	40,3072	70,9402	101,5732	132,2061	162,8394	193,4724	224,1053	254,7385	285,3714	316,0045	346,6375	377,2705	407,9036	438,5366	469,1697	45,9491
Int	MG	MS	24,5131	39,3344	54,1557	68,9769	83,7983	98,6196	113,4409	128,2620	143,0834	157,9048	172,7259	187,5473	202,3685	217,1898	232,0112	22,2315
Int	MG	MT	32,2950	54,8987	77,5018	100,1051	122,7085	145,3119	167,9152	190,5187	213,1220	235,7254	258,3288	280,9321	303,5357	326,1390	348,7422	33,9045
Int	MG	PA	43,1016	76,4938	109,8859	143,2779	176,6701	210,0622	243,4545	276,8464	310,2388	343,6307	377,0228	410,4150	443,8071	477,1993	510,5913	50,0880
Int	MG	PB	37,4951	65,3156	93,1366	120,9577	148,7787	176,5994	204,4203	232,2412	260,0622	287,8829	315,7038	343,5246	371,3454	399,1664	426,9875	41,7308
Int	MG	PE	36,4338	63,1756	89,9178	116,6597	143,4019	170,1439	196,8858	223,6278	250,3698	277,1119	303,8538	330,5956	357,3378	384,0799	410,8220	40,1127
Int	MG	PI	35,8501	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Int	MG	PR	23,6818	37,6896	51,6971	65,7051	79,7127	93,7204	107,7283	121,7358	135,7436	149,7512	163,7589	177,7667	191,7743	205,7819	219,7898	21,0109
Int	MG	RJ	19,7023	29,7307	39,7589	49,7873	59,8151	69,8438	79,8717	89,9000	99,9284	109,9565	119,9848	130,0129	140,0413	150,0696	160,0979	15,0418
Int	MG	RN	39,0160	68,3402	97,6646	126,9885	156,3128	185,6372	214,9614	244,2859	273,6100	302,9342	332,2584	361,5826	390,9069	420,2310	449,5554	43,9858
Int	MG	RO	47,4702	85,2486	123,0268	160,8054	198,5837	236,3620	274,1405	311,9188	349,6972	387,4756	425,2541	463,0324	500,8107	538,5894	576,3675	56,6671
Int	MG	RR	56,9502	104,2084	151,4666	198,7253	245,9837	293,2419	340,5003	387,7585	435,0168	482,2754	529,5336	576,7921	624,0503	671,3086	718,5673	70,8870
Int	MG	RS	31,4994	53,3244	75,1495	96,9748	118,7997	140,6249	162,4503	184,2752	206,1005	227,9257	249,7507	271,5759	293,4013	315,2261	337,0515	32,7371
Int	MG	SC	25,3974	41,0853	56,7732	72,4612	88,1491	103,8371	119,5250	135,2131	150,9008	166,5888	182,2766	197,9646	213,6524	229,3404	245,0286	23,5315
Int	MG	SE	30,4025	51,1312	71,8600	92,5884	113,3172	134,0457	154,7740	175,5030	196,2315	216,9599	237,6886	258,4172	279,1458	299,8745	320,6031	31,0924
Int	MG	SP	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	MG	TO	29,5362	49,3979	69,2599	89,1220	108,9838	128,8456	148,7078	168,5697	188,4317	208,2935	228,1555	248,0175	267,8793	287,7413	307,6034	29,7925
Cap	MS	AC	28,5727	47,4879	66,3948	85,3017	104,2084	123,1153	142,0223	160,9291	179,8361	198,7430	217,6497	236,5567	255,4637	274,3704	293,2772	28,3598
Cap	MS	AL	38,0644	66,4479	94,8168	123,1862	151,5552	179,9246	208,2935	236,6627	265,0319	293,4013	321,7701	350,1393	378,5085	406,8777	435,2470	42,5532
Cap	MS	AM	39,0863	68,4816	97,8768	127,2716	156,6667	186,0617	215,4567	244,8517	274,2465	303,6416	333,0365	362,4316	391,8268	421,2214	450,6166	44,0919
Cap	MS	AP	46,1411	82,6132	119,0829	155,5525	192,0219	228,4914	264,9612	301,4307	337,9004	374,3698	410,8396	447,3092	483,7786	520,2483	556,7179	54,7040
Cap	MS	BA	33,5642	57,4453	81,3222	105,1990	129,0757	152,9524	176,8293	200,7062	224,5830	248,4596	272,3363	296,2132	320,0899	343,9668	367,8435	35,8148
Cap	MS	CE	42,1519	74,6545	107,1447	139,6345	172,1246	204,6148	237,1050	269,5951	302,0850	334,5752	367,0656	399,5556	432,0458	464,5358	497,0261	48,7346
Cap	MS	DF	21,8324	34,0107	46,1790	58,3475	70,5157	82,6839	94,8522	107,0205	119,1891	131,3574	143,5257	155,6939	167,8623	180,0306	192,1988	18,2520
Cap	MS	ES	26,0969	42,5180	58,9311	75,3441	91,7571	108,1703	124,5834	140,9964	157,4094	173,8227	190,2355	206,6488	223,0620	239,4748	255,8881	24,6192
Cap	MS	GO	24,9568	40,2364	55,4998	70,7634	86,0265	101,2901	116,5536	131,8170	147,0808	162,3439	177,6075	192,8712	208,1345	223,3979	238,6614	22,8948
Cap	MS	MA	45,6893	81,7289	117,7563	153,7838	189,8110	225,8385	261,8659	297,8933	333,9209	369,9483	405,9760	442,0031	478,0307	514,0581	550,0855	54,0406
Cap	MS	MG	22,4809	35,3017	48,1069	60,9120	73,7172	86,5221	99,3270	112,1321	124,9370	137,7420	150,5471	163,3523	176,1573	188,9623	201,7674	19,2073
Cap	MS	MT	34,5667	59,4793	84,3820	109,2845	134,1871	159,0896	183,9924	208,8951	233,7975	258,7001	283,6027	308,5053	333,4080	358,3105	383,2131	37,3535
Cap	MS	PA	40,0295	70,3918	100,7418	131,0921	161,4422	191,7921	222,1422	252,4922	282,8424	313,1923	343,5423	373,8925	404,2423	434,5924	464,9425	45,5247
Cap	MS	PB	41,1498	72,6203	104,0845	135,5489	167,0133	198,4776	229,9419	261,4063	292,8704	324,3347	355,7989	387,2633	418,7278	450,1920	481,6564	47,1961
Cap	MS	PE	39,9704	70,2680	100,5650	130,8621	161,1591	191,4562	221,7531	252,0499	282,3470	312,6441	342,9408	373,2380	403,5349	433,8321	464,1290	45,4450
Cap	MS	PI	42,3878	75,1142	107,8343	140,5543	173,2743	205,9945	238,7145	271,4344	304,1544	336,8746	369,5945	402,3149	435,0347	467,7545	500,4748	49,0796
Cap	MS	PR	22,4024	35,1426	47,8769	60,6113	73,3457	86,0796	98,8140	111,5485	124,2826	137,0170	149,7512	162,4856	175,2200	187,9543	200,6884	19,1011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	MS	RJ	23,3061	36,9468	50,5830	64,2194	77,8555	91,4918	105,1283	118,7645	132,4007	146,0372	159,6735	173,3098	186,9461	200,5822	214,2188	20,4540
Cap	MS	RN	43,1739	76,6884	110,1865	143,6849	177,1832	210,6813	244,1793	277,6778	311,1760	344,6741	378,1724	411,6707	445,1689	478,6672	512,1655	50,2470
Cap	MS	RO	24,0334	38,3794	52,7233	67,0667	81,4105	95,7542	110,0983	124,4420	138,7855	153,1292	167,4733	181,8169	196,1608	210,5045	224,8483	21,5152
Cap	MS	RR	43,3312	76,9891	110,6463	144,3038	177,9613	211,6187	245,2762	278,9336	312,5910	346,2482	379,9057	413,5632	447,2207	480,8782	514,5355	50,4857
Cap	MS	RS	23,1883	36,6994	50,1939	63,6887	77,1833	90,6782	104,1731	117,6680	131,1627	144,6574	158,1525	171,6473	185,1420	198,6368	212,1318	20,2416
Cap	MS	SC	23,1489	36,6283	50,1056	63,5826	77,0598	90,5367	104,0139	117,4909	130,9682	144,4452	157,9225	171,3996	184,8766	198,3538	211,8310	20,2152
Cap	MS	SE	35,4705	61,2835	87,0880	112,8926	138,6972	164,5018	190,3063	216,1112	241,9157	267,7202	293,5246	319,3296	345,1340	370,9387	396,7433	38,7066
Cap	MS	SP	22,5399	35,4080	48,2661	61,1242	73,9822	86,8404	99,6985	112,5564	125,4147	138,2728	151,1306	163,9887	176,8470	189,7050	202,5631	19,2867
Cap	MS	TO	28,9855	48,2837	67,5797	86,8757	106,1717	125,4678	144,7635	164,0596	183,3556	202,6515	221,9477	241,2434	260,5394	279,8353	299,1314	28,9436
Int	MS	AC	30,5971	51,5203	72,4434	93,3667	114,2898	135,2131	156,1363	177,0591	197,9825	218,9054	239,8287	260,7518	281,6750	302,5980	323,5214	31,3841
Int	MS	AL	40,0949	70,4803	100,8657	131,2511	161,6365	192,0219	222,4075	252,7930	283,1783	313,5636	343,9492	374,3346	404,7199	435,1055	465,4908	45,5777
Int	MS	AM	41,1028	72,5143	103,9255	135,3366	166,7483	198,1594	229,5705	260,9817	292,3931	323,8042	355,2155	386,6267	418,0381	449,4494	480,8603	47,1163
Int	MS	AP	48,1600	86,6458	125,1318	163,6174	202,1032	240,5891	279,0750	317,5609	356,0467	394,5326	433,0184	471,5041	509,9900	548,4759	586,9619	57,7285
Int	MS	BA	35,5849	61,4777	87,3709	113,2642	139,1571	165,0501	190,9431	216,8363	242,7293	268,6222	294,5154	320,4082	346,3012	372,1947	398,0876	38,8391
Int	MS	CE	44,1803	78,6870	113,1931	147,6995	182,2061	216,7124	251,2190	285,7252	320,2314	354,7380	389,2443	423,7506	458,2572	492,7634	527,2697	51,7593
Int	MS	DF	23,8588	38,0433	52,2279	66,4124	80,5972	94,7815	108,9660	123,1509	137,3352	151,5198	165,7045	179,8891	194,0737	208,2582	222,4428	21,2763
Int	MS	ES	28,1209	46,5505	64,9797	83,4089	101,8387	120,2679	138,6972	157,1267	175,5560	193,9851	212,4146	230,8440	249,2733	267,7026	286,1322	27,6436
Int	MS	GO	26,9891	44,2688	61,5485	78,8285	96,1082	113,3877	130,6674	147,9472	165,2269	182,5069	199,7864	217,0663	234,3457	251,6254	268,9055	25,9191
Int	MS	MA	47,7177	85,7616	123,8052	161,8488	199,8925	237,9362	275,9801	314,0236	352,0672	390,1111	428,1547	466,1984	504,2421	542,2857	580,3293	57,0651
Int	MS	MG	24,5131	39,3344	54,1557	68,9769	83,7983	98,6196	113,4409	128,2620	143,0834	157,9048	172,7259	187,5473	202,3685	217,1898	232,0112	22,2315
Int	MS	MT	36,5928	63,5120	90,4308	117,3495	144,2685	171,1873	198,1063	225,0250	251,9438	278,8627	305,7818	332,7004	359,6195	386,5383	413,4571	40,3780
Int	MS	PA	42,0583	74,4243	106,7907	139,1571	171,5232	203,8896	236,2559	268,6222	300,9886	333,3548	365,7213	398,0876	430,4537	462,8201	495,1866	48,5491
Int	MS	PB	43,1724	76,6531	110,1334	143,6141	177,0947	210,5751	244,0557	277,5364	311,0170	344,4973	377,9780	411,4584	444,9391	478,4196	511,9001	50,2205
Int	MS	PE	41,9874	74,3005	106,6139	138,9271	171,2404	203,5537	235,8668	268,1802	300,4932	332,8065	365,1201	397,4331	429,7464	462,0598	494,3728	48,4694
Int	MS	PI	44,4103	79,1468	113,8830	148,6192	183,3556	218,0919	252,8283	287,5646	322,3009	357,0372	391,7734	426,5097	461,2461	495,9824	530,7189	52,1040
Int	MS	PR	24,4248	39,1751	53,9258	68,6762	83,4266	98,1774	112,9279	127,6787	142,4289	157,1796	171,9302	186,6807	201,4313	216,1818	230,9324	22,1254
Int	MS	RJ	25,3267	40,9792	56,6318	72,2842	87,9367	103,5895	119,2420	134,8946	150,5471	166,1997	181,8523	197,5048	213,1574	228,8097	244,4624	23,4784
Int	MS	RN	45,2064	80,7208	116,2353	151,7498	187,2644	222,7789	258,2936	293,8078	329,3224	364,8370	400,3515	435,8659	471,3805	506,8950	542,4095	53,2713
Int	MS	RO	26,0519	42,4117	58,7719	75,1319	91,4918	107,8519	124,2120	140,5717	156,9320	173,2920	189,6521	206,0120	222,3722	238,7321	255,0921	24,5395
Int	MS	RR	45,3478	81,0214	116,6951	152,3689	188,0426	223,7163	259,3899	295,0637	330,7372	366,4110	402,0848	437,7584	473,4321	509,1057	544,7797	53,5102
Int	MS	RS	25,2207	40,7316	56,2425	71,7539	87,2648	102,7757	118,2869	133,7980	149,3093	164,8201	180,3312	195,8423	211,3533	226,8645	242,3756	23,2662
Int	MS	SC	25,1674	40,6609	56,1544	71,6475	87,1411	102,6343	118,1277	133,6211	149,1147	164,6079	180,1015	195,5946	211,0880	226,5815	242,0748	23,2394
Int	MS	SE	37,4951	65,3156	93,1366	120,9577	148,7787	176,5994	204,4203	232,2412	260,0622	287,8829	315,7038	343,5246	371,3454	399,1664	426,9875	41,7308
Int	MS	SP	24,5662	39,4404	54,3149	69,1892	84,0636	98,9379	113,8122	128,6867	143,5609	158,4352	173,3098	188,1841	203,0584	217,9326	232,8071	22,3112
Int	MS	TO	31,0040	52,3162	73,6286	94,9409	116,2530	137,5652	158,8776	180,1897	201,5020	222,8143	244,1265	265,4386	286,7508	308,0633	329,3755	31,9679
Cap	MT	AC	30,9114	52,1571	73,3987	94,6402	115,8818	137,1229	158,3646	179,6060	200,8476	222,0892	243,3306	264,5721	285,8137	307,0550	328,2965	31,8619
Cap	MT	AL	43,4094	77,1482	110,8762	144,6045	178,3326	212,0608	245,7891	279,5172	313,2453	346,9734	380,7019	414,4301	448,1582	481,8863	515,6146	50,5918
Cap	MT	AM	31,9136	54,1735	76,4229	98,6725	120,9222	143,1718	165,4215	187,6712	209,9208	232,1705	254,4201	276,6696	298,9191	321,1689	343,4184	33,3739
Cap	MT	AP	42,0931	74,4952	106,8968	139,2985	171,7002	204,1018	236,5035	268,9055	301,3070	333,7088	366,1103	398,5121	430,9137	463,3153	495,7171	48,6020
Cap	MT	BA	38,3001	66,9430	95,5776	124,2120	152,8463	181,4808	210,1152	238,7499	267,3840	296,0187	324,6530	353,2878	381,9221	410,5565	439,1910	42,9513
Cap	MT	CE	44,0189	78,3686	112,7158	147,0629	181,4102	215,7574	250,1046	284,4519	318,7989	353,1459	387,4932	421,8403	456,1877	490,5348	524,8821	51,5203
Cap	MT	DF	23,3061	36,9468	50,5830	64,2194	77,8555	91,4918	105,1283	118,7645	132,4007	146,0372	159,6735	173,3098	186,9461	200,5822	214,2188	20,4540
Cap	MT	ES	45,1392	80,6324	116,1114	151,5908	187,0697	222,5490	258,0282	293,5070	328,9862	364,4656	399,9445	435,4238	470,9032	506,3819	541,8613	53,2182
Cap	MT	GO	23,6798	37,6896	51,6971	65,7051	79,7127	93,7204	107,7283	121,7358	135,7436	149,7512	163,7589	177,7667	191,7743	205,7819	219,7898	21,0109
Cap	MT	MA	38,2218	66,7839	95,3299	123,8760	152,4220	180,9679	209,5140	238,0600	266,6061	295,1520	323,6981	352,2441	380,7902	409,3364	437,8822	42,8186
Cap	MT	MG	30,2629	50,8661	71,4531	92,0402	112,6273	133,2144	153,8013	174,3885	194,9757	215,5628	236,1499	256,7369	277,3241	297,9113	318,4981	30,8801
Cap	MT	MS	34,5667	59,4793	84,3820	109,2845	134,1871	159,0896	183,9924	208,8951	233,7975	258,7001	283,6027	308,5053	333,4080	358,3105	383,2131	37,3535
Cap	MT	PA	35,8832	62,0968	88,3082	114,5197	140,7310	166,9428	193,1541	219,3654	245,5768	271,7882	297,9997	324,2110	350,4225	376,6338	402,8452	39,3169
Cap	MT	PB	46,2984	82,9139	119,5250	156,1363	192,7470	229,3583	265,9693	302,5804	339,1917	375,8027	412,4136	449,0245	485,6358	522,2468	558,8580	54,9161
Cap	MT	PE	46,2002	82,7193	119,2244	155,7292	192,2341	228,7392	265,2442	301,7491	338,2542	374,7589	411,2640	447,7688	484,2740	520,7789	557,2838	54,7568
Cap	MT	PI	36,9640	64,2547	91,5449	118,8352	146,1255	173,4157	200,7062	227,9964	255,2866	282,5770	309,8673	337,1575	364,4476	391,7381	419,0283	40,9351
Cap	MT	PR	28,3959	47,1344	65,8641	84,5942	103,3242	122,0540	140,7843	159,5142	178,2443	196,9741	215,7042	234,4342	253,1642	271,8944	290,6243	28,0946
Cap	MT	RJ	33,3284	57,0032	80,6678	104,3322	127,9970	151,6615	175,3260	198,9903	222,6552	246,3196	269,9841	293,6487	317,3132	340,9778	364,6422	35,4964
Cap	MT	RN	43,3115	76,9359	110,5580	144,1800	177,8020	211,4241	245,0463	278,6681	312,2905	345,9124	379,5342	413,1565	446,7784	480,4007	514,0226	50,4328
Cap	MT	RO	26,9614	44,2688	61,5663	78,8637	96,1610	113,4586	130,7559	148,0534	165,3508	182,6480	199,9456	217,2431	234,5403	251,8378	269,1352	25,9457
Cap	MT	RR	40,0492	70,4450	100,8302	131,2158	161,6012	191,9865	222,3722	252,7577	283,1426	313,5283	343,9138	374,2992	404,6846	435,0703	465,4554	45,5777
Cap	MT	RS	34,6255	59,5854	84,5410	109,4967	134,4525	159,4080	184,3638	209,3193	234,2750	259,2306	284,1865	309,1422	334,0977	359,0533	384,0091	37,4331
Cap	MT	SC	32,1689	54,6507	77,1305	99,6101	122,0894	144,5690	167,0487	189,5282	212,0078	234,4874	256,9668	279,4464	301,9262	324,4055	346,8851	33,7188
Cap	MT	SE	40,8156	71,9659	103,1118	134,2580	165,4038	196,5499	227,6956	258,8416	289,9874	321,1337	352,2797	383,4254	414,5715	445,7174	476,8633	46,7184
Cap	MT	SP	29,9679	50,2823	70,5865	90,8906	111,1945	131,4988	151,8030	172,1070	192,4111	212,7150	233,0194	253,3235	273,6276	293,9315	314,2357	30,4558
Cap	MT	TO	30,0270	50,3708	70,7100	91,0498	111,3891	131,7287	152,0682	172,4076	192,7470	213,0866	233,4262	253,7656	274,1053	294,4445	314,7839	30,5089
Int	MT	AC	32,9319	56,1895	79,4473	102,7051	125,9629	149,2207	172,4785	195,7359	218,9937	242,2519	265,5095	288,7672	312,0250	335,2829	358,5405	34,8862
Int	MT	AL	45,4362	81,1806	116,9251	152,6696	188,4139	224,1584	259,9028	295,6473	331,3918	367,1363	402,8805	438,6250	474,3696	510,1140	545,8584	53,6161
Int	MT	AM	33,9398	58,2059	82,4717	106,7377	131,0036	155,2694	179,5352	203,8014	228,0671	252,3329	276,5989	300,8648	325,1308	349,3967	373,6624	36,3985
Int	MT	AP	44,1096	78,5278	112,9457	147,3636	181,7816	216,1994	250,6175	285,0353	319,4533	353,8713	388,2894	422,7073	457,1250	491,5431	525,9608	51,6264
Int	MT	BA	40,3248	70,9755	101,6262	132,2770	162,9277	193,5784	224,2294	254,8798	285,5307	316,1812	346,8320	377,4827	408,1334	438,7842	469,4350	45,9757
Int	MT	CE	46,0375	82,4010	118,7645	155,1279	191,4913	227,8549	264,2184	300,5818	336,9453	373,3088	409,6722	446,0358	482,3993	518,7626	555,1260	54,5447
Int	MT	DF	25,3267	40,9792	56,6318	72,2842	87,9367	103,5895	119,2420	134,8946	150,5471	166,1997	181,8523	197,5048	213,1574	228,8097	244,4624	23,4784
Int	MT	ES	47,1697	84,6648	122,1603	159,6557	197,1510	234,6465	272,1420	309,6373	347,1327	384,6280	422,1235	459,6191	497,1145	534,6097	572,1051	56,2425
Int	MT	GO	25,6981	41,7218	57,7461	73,7701	89,7939	105,8180	121,8420	137,8659	153,8901	169,9140	185,9379	201,9617	217,9857	234,0097	250,0336	24,0355
Int	MT	MA	40,2541	70,8165	101,3786	131,9411	162,5032	193,0655	223,6278	254,1901	284,7523	315,3147	345,8770	376,4392	407,0017	437,5637	468,1262	45,8430
Int	MT	MG	32,2950	54,8987	77,5018	100,1051	122,7085	145,3119	167,9152	190,5187	213,1220	235,7254	258,3288	280,9321	303,5357	326,1390	348,7422	33,9045
Int	MT	MS	36,5928	63,5120	90,4308	117,3495	144,2685	171,1873	198,1063	225,0250	251,9438	278,8627	305,7818	332,7004	359,6195	386,5383	413,4571	40,3780
Int	MT	PA	37,9017	66,1296	94,3572	122,5849	150,8124	179,0401	207,2679	235,4955	263,7230	291,9509	320,1784	348,4062	376,6338	404,8614	433,0892	42,3411
Int	MT	PB	48,3191	86,9464	125,5738	164,2010	202,8284	241,4558	280,0832	318,7106	357,3378	395,9651	434,5924	473,2198	511,8471	550,4745	589,1019	57,9408
Int	MT	PE	48,2308	86,7520	125,2732	163,7943	202,3156	240,8365	279,3582	317,8795	356,4003	394,9217	433,4430	471,9640	510,4853	549,0065	587,5275	57,7813
Int	MT	PI	38,9807	68,2873	97,5938	126,9003	156,2069	185,5134	214,8199	244,1265	273,4330	302,7395	332,0461	361,3526	390,6590	419,9657	449,2725	43,9594
Int	MT	PR	30,4203	51,1666	71,9129	92,6592	113,4056	134,1517	154,8980	175,6444	196,3906	217,1370	237,8831	258,6296	279,3756	300,1220	320,8682	31,1191
Int	MT	RJ	35,3549	61,0358	86,7166	112,3975	138,0781	163,7589	189,4398	215,1207	240,8014	266,4822	292,1631	317,8438	343,5246	369,2054	394,8861	38,5208
Int	MT	RN	45,3301	80,9686	116,6067	152,2452	187,8835	223,5215	259,1600	294,7984	330,4369	366,0750	401,7134	437,3518	472,9898	508,6282	544,2667	53,4571
Int	MT	RO	28,9877	48,3014	67,6150	86,9288	106,2424	125,5562	144,8697	164,1835	183,4971	202,8107	222,1243	241,4380	260,7518	280,0654	299,3791	28,9700
Int	MT	RR	42,0759	74,4775	106,8791	139,2809	171,6826	204,0842	236,4859	268,8876	301,2893	333,6910	366,0926	398,4944	430,8960	463,2976	495,6993	48,6020
Int	MT	RS	36,6460	63,6179	90,5898	117,5620	144,5337	171,5057	198,4776	225,4495	252,4213	279,3936	306,3652	333,3374	360,3090	387,2811	414,2530	40,4574
Int	MT	SC	34,1877	58,6835	83,1792	107,6749	132,1708	156,6667	181,1625	205,6584	230,1542	254,6499	279,1458	303,6416	328,1375	352,6332	377,1292	36,7432
Int	MT	SE	42,8363	75,9985	109,1606	142,3228	175,4852	208,6475	241,8095	274,9718	308,1339	341,2962	374,4581	407,6207	440,7829	473,9450	507,1072	49,7428
Int	MT	SP	31,9945	54,3149	76,6355	98,9555	121,2759	143,5963	165,9166	188,2371	210,5575	232,8778	255,1981	277,5186	299,8389	322,1595	344,4797	33,4801
Int	MT	TO	32,0475	54,4034	76,7590	99,1148	121,4705	143,8263	166,1819	188,5377	210,8935	233,2492	255,6051	277,9608	300,3166	322,6722	345,0281	33,5330
Cap	PA	AC	44,5299	79,3765	114,2189	149,0616	183,9039	218,7462	253,5886	288,4311	323,2737	358,1159	392,9584	427,8008	462,6433	497,4857	532,3281	52,2632
Cap	PA	AL	33,4462	57,2331	81,0036	104,7747	128,5452	152,3159	176,0863	199,8571	223,6278	247,3983	271,1692	294,9400	318,7106	342,4812	366,2517	35,6554

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	PA	AM	28,2583	46,8513	65,4395	84,0281	102,6168	121,2053	139,7939	158,3822	176,9707	195,5593	214,1480	232,7363	251,3248	269,9135	288,5018	27,8824
Cap	PA	AP	17,9806	26,2996	34,6123	42,9247	51,2373	59,5500	67,8627	76,1754	84,4880	92,8008	101,1133	109,4260	117,7388	126,0513	134,3640	12,4686
Cap	PA	BA	34,4684	59,2671	84,0636	108,8600	133,6566	158,4529	183,2494	208,0459	232,8426	257,6389	282,4354	307,2321	332,0286	356,8251	381,6213	37,1943
Cap	PA	CE	26,0969	42,5180	58,9311	75,3441	91,7571	108,1703	124,5834	140,9964	157,4094	173,8227	190,2355	206,6488	223,0620	239,4748	255,8881	24,6192
Cap	PA	DF	32,8175	55,9597	79,0935	102,2276	125,3614	148,4955	171,6294	194,7636	217,8975	241,0313	264,1654	287,2992	310,4333	333,5674	356,7012	34,7006
Cap	PA	ES	43,4882	77,2899	111,0886	144,8875	178,6864	212,4853	246,2843	280,0832	313,8820	347,6811	381,4799	415,2786	449,0778	482,8768	516,6757	50,6979
Cap	PA	GO	32,2280	54,8100	77,3781	99,9461	122,5139	145,0821	167,6501	190,2181	212,7860	235,3541	257,9220	280,4898	303,0579	325,6259	348,1938	33,8515
Cap	PA	MA	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	PA	MG	41,0714	72,4612	103,8371	135,2131	166,5888	197,9646	229,3404	260,7166	292,0924	323,4682	354,8441	386,2198	417,5959	448,9717	480,3475	47,0634
Cap	PA	MS	40,0295	70,3918	100,7418	131,0921	161,4422	191,7921	222,1422	252,4922	282,8424	313,1923	343,5423	373,8925	404,2423	434,5924	464,9425	45,5247
Cap	PA	MT	35,8832	62,0968	88,3082	114,5197	140,7310	166,9428	193,1541	219,3654	245,5768	271,7882	297,9997	324,2110	350,4225	376,6338	402,8452	39,3169
Cap	PA	PB	33,6036	57,5337	81,4637	105,3935	129,3235	153,2532	177,1832	201,1130	225,0426	248,9725	272,9023	296,8324	320,7621	344,6920	368,6220	35,8944
Cap	PA	PE	34,2914	58,9133	83,5331	108,1527	132,7723	157,3918	182,0116	206,6312	231,2507	255,8703	280,4898	305,1095	329,7292	354,3489	378,9684	36,9287
Cap	PA	PI	20,8694	32,0652	43,2607	54,4563	65,6519	76,8476	88,0429	99,2387	110,4342	121,6297	132,8252	144,0208	155,2163	166,4119	177,6075	16,7929
Cap	PA	PR	48,5781	87,4948	126,4053	165,3155	204,2256	243,1359	282,0464	320,9567	359,8670	398,7776	437,6878	476,5979	515,5081	554,4187	593,3289	58,3650
Cap	PA	RJ	45,5909	81,5165	117,4381	153,3593	189,2807	225,2019	261,1232	297,0445	332,9658	368,8872	404,8083	440,7297	476,6512	512,5722	548,4936	53,8815
Cap	PA	RN	32,7390	55,8006	78,8461	101,8916	124,9370	147,9825	171,0282	194,0737	217,1193	240,1647	263,2104	286,2557	309,3010	332,3468	355,3922	34,5679
Cap	PA	RO	37,1606	64,6614	92,1464	119,6311	147,1161	174,6008	202,0858	229,5705	257,0553	284,5402	312,0250	339,5098	366,9949	394,4797	421,9645	41,2268
Cap	PA	RR	30,4005	51,1134	71,8246	92,5354	113,2462	133,9572	154,6681	175,3790	196,0900	216,8010	237,5118	258,2227	278,9336	299,6444	320,3552	31,0657
Cap	PA	RS	57,8732	106,1009	154,3145	202,5277	250,7411	298,9547	347,1681	395,3814	443,5950	491,8084	540,0218	588,2351	636,4487	684,6621	732,8753	72,3196
Cap	PA	SC	52,9801	96,3027	139,6169	182,9311	226,2454	269,5597	312,8739	356,1882	399,5025	442,8167	486,1310	529,4452	572,7596	616,0739	659,3881	64,9710
Cap	PA	SE	33,8197	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Cap	PA	SP	46,4361	83,2146	119,9848	156,7551	193,5254	230,2956	267,0657	303,8361	340,6063	377,3765	414,1470	450,9171	487,6874	524,4577	561,2279	55,1551
Cap	PA	TO	40,1868	70,7280	101,2549	131,7816	162,3086	192,8357	223,3623	253,8894	284,4165	314,9433	345,4703	375,9970	406,5240	437,0509	467,5778	45,7899
Int	PA	AC	46,5505	83,4089	120,2679	157,1267	193,9851	230,8440	267,7026	304,5612	341,4201	378,2787	415,1373	451,9959	488,8546	525,7132	562,5721	55,2876
Int	PA	AL	35,4787	61,2658	87,0525	112,8395	138,6266	164,4134	190,2004	215,9873	241,7742	267,5611	293,3481	319,1350	344,9219	370,7090	396,4958	38,6799
Int	PA	AM	30,2789	50,8836	71,4885	92,0933	112,6979	133,3029	153,9077	174,5123	195,1170	215,7220	236,3266	256,9313	277,5364	298,1411	318,7459	30,9067
Int	PA	AP	20,0031	30,3319	40,6609	50,9898	61,3187	71,6475	81,9766	92,3054	102,6343	112,9634	123,2923	133,6211	143,9502	154,2791	164,6079	15,4931
Int	PA	BA	36,4868	63,2996	90,1123	116,9251	143,7381	170,5504	197,3633	224,1762	250,9890	277,8015	304,6143	331,4271	358,2399	385,0526	411,8654	40,2188
Int	PA	CE	28,1209	46,5505	64,9797	83,4089	101,8387	120,2679	138,6972	157,1267	175,5560	193,9851	212,4146	230,8440	249,2733	267,7026	286,1322	27,6436
Int	PA	DF	34,8421	59,9922	85,1425	110,2927	135,4427	160,5930	185,7434	210,8935	236,0437	261,1939	286,3442	311,4945	336,6447	361,7948	386,9452	37,7250
Int	PA	ES	45,5072	81,3222	117,1373	152,9524	188,7677	224,5830	260,3980	296,2132	332,0286	367,8435	403,6589	439,4739	475,2892	511,1043	546,9196	53,7223
Int	PA	GO	34,2582	58,8425	83,4266	108,0112	132,5955	157,1796	181,7638	206,3481	230,9324	255,5166	280,1008	304,6850	329,2693	353,8535	378,4379	36,8757
Int	PA	MA	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	PA	MG	43,1016	76,4938	109,8859	143,2779	176,6701	210,0622	243,4545	276,8464	310,2388	343,6307	377,0228	410,4150	443,8071	477,1993	510,5913	50,0880
Int	PA	MS	42,0583	74,4243	106,7907	139,1571	171,5232	203,8896	236,2559	268,6222	300,9886	333,3548	365,7213	398,0876	430,4537	462,8201	495,1866	48,5491
Int	PA	MT	37,9017	66,1296	94,3572	122,5849	150,8124	179,0401	207,2679	235,4955	263,7230	291,9509	320,1784	348,4062	376,6338	404,8614	433,0892	42,3411
Int	PA	PB	35,6201	61,5663	87,5125	113,4586	139,4045	165,3508	191,2970	217,2431	243,1891	269,1352	295,0814	321,0274	346,9734	372,9196	398,8659	38,9186
Int	PA	PE	36,3099	62,9460	89,5818	116,2176	142,8535	169,4895	196,1255	222,7612	249,3969	276,0330	302,6688	329,3047	355,9406	382,5767	409,2125	39,9535
Int	PA	PI	22,8859	36,0978	49,3094	62,5212	75,7331	88,9450	102,1570	115,3688	128,5806	141,7923	155,0041	168,2159	181,4278	194,6395	207,8513	19,8174
Int	PA	PR	50,6007	91,5274	132,4537	173,3804	214,3070	255,2335	296,1601	337,0867	378,0133	418,9398	459,8665	500,7932	541,7196	582,6462	623,5728	61,3895
Int	PA	RJ	47,6118	85,5493	123,4869	161,4244	199,3619	237,2993	275,2371	313,1747	351,1122	389,0499	426,9875	464,9250	502,8625	540,8000	578,7375	56,9059
Int	PA	RN	34,7713	59,8330	84,8949	109,9565	135,0184	160,0801	185,1420	210,2037	235,2656	260,3273	285,3891	310,4510	335,5126	360,5744	385,6365	37,5924
Int	PA	RO	39,1927	68,6940	98,1951	127,6963	157,1973	186,6982	216,1994	245,7006	275,2017	304,7026	334,2038	363,7051	393,2062	422,7073	452,2083	44,2513
Int	PA	RR	32,4191	55,1462	77,8730	100,6004	123,3276	146,0549	168,7818	191,5094	214,2363	236,9633	259,6907	282,4179	305,1450	327,8720	350,5994	34,0902
Int	PA	RS	59,9036	110,1334	160,3631	210,5929	260,8227	311,0523	361,2818	411,5117	461,7413	511,9711	562,2008	612,4303	662,6600	712,8897	763,1196	75,3441
Int	PA	SC	55,0049	100,3352	145,6659	190,9964	236,3266	281,6573	326,9876	372,3181	417,6488	462,9793	508,3099	553,6403	598,9710	644,3015	689,6318	67,9953
Int	PA	SE	35,8501	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Int	PA	SP	48,4606	87,2472	126,0337	164,8201	203,6068	242,3932	281,1794	319,9663	358,7527	397,5393	436,3258	475,1123	513,8988	552,6854	591,4718	58,1793
Int	PA	TO	42,2172	74,7604	107,3034	139,8468	172,3899	204,9332	237,4763	270,0194	302,5627	335,1058	367,6492	400,1922	432,7352	465,2787	497,8217	48,8144
Cap	PB	AC	67,4632	125,2553	183,0374	240,8190	298,6010	356,3827	414,1646	471,9464	529,7283	587,5100	645,2918	703,0737	760,8556	818,6374	876,4193	86,6724
Cap	PB	AL	16,5460	23,4164	30,2789	37,1413	44,0035	50,8661	57,7285	64,5907	71,4531	78,3154	85,1778	92,0402	98,9026	105,7648	112,6273	10,2932
Cap	PB	AM	51,6437	93,5965	135,5489	177,5015	219,4539	261,4063	303,3586	345,3110	387,2633	429,2159	471,1680	513,1208	555,0731	597,0253	638,9779	62,9283
Cap	PB	AP	39,9509	70,2151	100,4767	130,7384	160,9998	191,2614	221,5231	251,7847	282,0464	312,3081	342,5696	372,8311	403,0929	433,3545	463,6162	45,3920
Cap	PB	BA	21,2821	32,9142	44,5343	56,1544	67,7743	79,3943	91,0144	102,6343	114,2546	125,8745	137,4945	149,1147	160,7345	172,3545	183,9746	17,4296
Cap	PB	CE	17,9415	26,2112	34,4708	42,7302	50,9898	59,2493	67,5088	75,7685	84,0281	92,2878	100,5473	108,8071	117,0665	125,3262	133,5857	12,3889
Cap	PB	DF	35,2544	60,8410	86,4160	111,9907	137,5652	163,1400	188,7147	214,2895	239,8640	265,4386	291,0136	316,5881	342,1628	367,7376	393,3122	38,3617
Cap	PB	ES	33,4856	57,3039	81,1099	104,9161	128,7221	152,5281	176,3340	200,1401	223,9464	247,7522	271,5584	295,3642	319,1702	342,9763	366,7823	35,7087
Cap	PB	GO	34,5273	59,4086	84,2760	109,1431	134,0102	158,8776	183,7448	208,6121	233,4793	258,3467	283,2137	308,0810	332,9483	357,8156	382,6829	37,3003
Cap	PB	MA	26,7648	43,8798	60,9827	78,0855	95,1883	112,2914	129,3940	146,4971	163,5996	180,7025	197,8055	214,9083	232,0112	249,1140	266,2171	25,6539
Cap	PB	MG	35,4705	61,2835	87,0880	112,8926	138,6972	164,5018	190,3063	216,1112	241,9157	267,7202	293,5246	319,3296	345,1340	370,9387	396,7433	38,7066
Cap	PB	MS	41,1498	72,6203	104,0845	135,5489	167,0133	198,4776	229,9419	261,4063	292,8704	324,3347	355,7989	387,2633	418,7278	450,1920	481,6564	47,1961
Cap	PB	MT	46,2984	82,9139	119,5250	156,1363	192,7470	229,3583	265,9693	302,5804	339,1917	375,8027	412,4136	449,0245	485,6358	522,2468	558,8580	54,9161
Cap	PB	PA	33,6036	57,5337	81,4637	105,3935	129,3235	153,2532	177,1832	201,1130	225,0426	248,9725	272,9023	296,8324	320,7621	344,6920	368,6220	35,8944
Cap	PB	PE	15,4652	21,2763	27,0777	32,8787	38,6799	44,4811	50,2823	56,0835	61,8847	67,6858	73,4871	79,2883	85,0892	90,8906	96,6915	8,7014
Cap	PB	PI	22,4809	35,3017	48,1069	60,9120	73,7172	86,5221	99,3270	112,1321	124,9370	137,7420	150,5471	163,3523	176,1573	188,9623	201,7674	19,2073
Cap	PB	PR	48,3227	86,9996	125,6623	164,3251	202,9875	241,6504	280,3131	318,9757	357,6384	396,3014	434,9640	473,6266	512,2893	550,9521	589,6147	57,9937
Cap	PB	RJ	39,3419	69,0299	98,7079	128,3859	158,0639	187,7421	217,4200	247,0978	276,7758	306,4536	336,1316	365,8096	395,4875	425,1657	454,8436	44,5164
Cap	PB	RN	15,9762	22,2847	28,5809	34,8773	41,1738	47,4702	53,7666	60,0628	66,3594	72,6557	78,9523	85,2486	91,5449	97,8413	104,1377	9,4442
Cap	PB	RO	57,3033	104,9337	152,5635	200,1932	247,8233	295,4527	343,0824	390,7122	438,3421	485,9718	533,6018	581,2314	628,8612	676,4911	724,1210	71,4443
Cap	PB	RR	54,9647	100,2642	145,5595	190,8548	236,1499	281,4448	326,7401	372,0353	417,3304	462,6257	507,9208	553,2159	598,5112	643,8062	689,1014	67,9421
Cap	PB	RS	55,2988	100,9189	146,5323	192,1457	237,7593	283,3727	328,9862	374,5997	420,2133	465,8268	511,4402	557,0537	602,6676	648,2812	693,8945	68,4199
Cap	PB	SC	49,9929	90,3245	130,6499	170,9749	211,3004	251,6254	291,9509	332,2760	372,6012	412,9266	453,2518	493,5771	533,9022	574,2275	614,5528	60,4875
Cap	PB	SE	18,0789	26,5117	34,9306	43,3492	51,7681	60,1866	68,6056	77,0244	85,4433	93,8618	102,2808	110,6994	119,1181	127,5368	135,9557	12,6276
Cap	PB	SP	42,3287	75,0081	107,6749	140,3420	173,0091	205,6759	238,3431	271,0100	303,6771	336,3439	369,0109	401,6779	434,3448	467,0118	499,6788	49,0001
Cap	PB	TO	40,8352	72,0013	103,1651	134,3287	165,4923	196,6559	227,8195	258,9831	290,1468	321,3103	352,4740	383,6377	414,8012	445,9651	477,1286	46,7448
Int	PB	AC	69,4899	129,2878	189,0860	248,8842	308,6823	368,4804	428,2785	488,0765	547,8745	607,6727	667,4710	727,2690	787,0670	846,8651	906,6632	89,6966
Int	PB	AL	18,5703	27,4490	36,3279	45,2064	54,0850	62,9637	71,8422	80,7208	89,5992	98,4780	107,3566	116,2353	125,1138	133,9926	142,8711	13,3175
Int	PB	AM	53,6605	97,6291	141,5977	185,5666	229,5353	273,5037	317,4724	361,4411	405,4097	449,3784	493,3473	537,3157	581,2845	625,2533	669,2218	65,9525
Int	PB	AP	41,9699	74,2475	106,5254	138,8034	171,0811	203,3592	235,6369	267,9149	300,1928	332,4705	364,7485	397,0264	429,3042	461,5823	493,8599	48,4162
Int	PB	BA	23,3103	36,9468	50,5830	64,2194	77,8555	91,4918	105,1283	118,7645	132,4007	146,0372	159,6735	173,3098	186,9461	200,5822	214,2188	20,4540

Int	PB	CE	19,9676	30,2436	40,5193	50,7952	61,0712	71,3470	81,6229	91,8985	102,1746	112,4504	122,7264	133,0022	143,2779	153,5538	163,8297	15,4133
Int	PB	DF	37,2827	64,8738	92,4648	120,0555	147,6465	175,2376	202,8284	230,4194	258,0105	285,6013	313,1923	340,7835	368,3744	395,9651	423,5560	41,3859
Int	PB	ES	35,5140	61,3364	87,1589	112,9810	138,8034	164,6256	190,4479	216,2700	242,0923	267,9149	293,7372	319,5595	345,3818	371,2039	397,0264	38,7330
Int	PB	GO	36,5575	63,4410	90,3245	117,2081	144,0917	170,9749	197,8585	224,7422	251,6254	278,5090	305,3924	332,2760	359,1597	386,0430	412,9266	40,3248
Int	PB	MA	28,7932	47,9123	67,0312	86,1504	105,2697	124,3889	143,5079	162,6270	181,7462	200,8653	219,9842	239,1034	258,2227	277,3419	296,4609	28,6783
Int	PB	MG	37,4951	65,3156	93,1366	120,9577	148,7787	176,5994	204,4203	232,2412	260,0622	287,8829	315,7038	343,5246	371,3454	399,1664	426,9875	41,7308
Int	PB	MS	43,1724	76,6531	110,1334	143,6141	177,0947	210,5751	244,0557	277,5364	311,0170	344,4973	377,9780	411,4584	444,9391	478,4196	511,9001	50,2205
Int	PB	MT	48,3191	86,9464	125,5738	164,2010	202,8284	241,4558	280,0832	318,7106	357,3378	395,9651	434,5924	473,2198	511,8471	550,4745	589,1019	57,9408
Int	PB	PA	35,6201	61,5663	87,5125	113,4586	139,4045	165,3508	191,2970	217,2431	243,1891	269,1352	295,0814	321,0274	346,9734	372,9196	398,8659	38,9186
Int	PB	PE	17,4917	25,3089	33,1265	40,9439	48,7613	56,5787	64,3962	72,2136	80,0310	87,8483	95,6660	103,4833	111,3006	119,1181	126,9356	11,7256
Int	PB	PI	24,5131	39,3344	54,1557	68,9769	83,7983	98,6196	113,4409	128,2620	143,0834	157,9048	172,7259	187,5473	202,3685	217,1898	232,0112	22,2315
Int	PB	PR	50,3530	91,0321	131,7112	172,3899	213,0689	253,7480	294,4270	335,1058	375,7849	416,4640	457,1427	497,8217	538,5007	579,1798	619,8588	61,0181
Int	PB	RJ	41,3683	73,0626	104,7570	136,4511	168,1453	199,8395	231,5338	263,2281	294,9222	326,6164	358,3105	390,0049	421,6991	453,3934	485,0873	47,5409
Int	PB	RN	18,0045	26,3169	34,6298	42,9425	51,2551	59,5677	67,8804	76,1931	84,5057	92,8183	101,1310	109,4435	117,7563	126,0693	134,3816	12,4686
Int	PB	RO	59,3202	108,9660	158,6122	208,2582	257,9044	307,5503	357,1964	406,8424	456,4885	506,1345	555,7804	605,4265	655,0726	704,7184	754,3646	74,4686
Int	PB	RR	56,9854	104,2969	151,6084	198,9197	246,2310	293,5426	340,8540	388,1655	435,4769	482,7882	530,0997	577,4110	624,7225	672,0338	719,3454	70,9667
Int	PB	RS	57,3217	104,9514	152,5812	200,2108	247,8407	295,4703	343,1002	390,7301	438,3597	485,9895	533,6195	581,2490	628,8789	676,5085	724,1384	71,4443
Int	PB	SC	52,0156	94,3572	136,6986	179,0401	221,3814	263,7230	306,0646	348,4062	390,7477	433,0892	475,4307	517,7721	560,1137	602,4552	644,7966	63,5120
Int	PB	SE	20,1092	30,5440	40,9792	51,4142	61,8493	72,2842	82,7193	93,1542	103,5895	114,0246	124,4596	134,8946	145,3296	155,7647	166,1997	15,6520
Int	PB	SP	44,3573	79,0404	113,7238	148,4070	183,0905	217,7737	252,4568	287,1402	321,8232	356,5068	391,1900	425,8729	460,5562	495,2396	529,9229	52,0243
Int	PB	TO	42,8539	76,0340	109,2137	142,3935	175,5736	208,7536	241,9333	275,1132	308,2932	341,4733	374,6529	407,8326	441,0128	474,1926	507,3725	49,7693
Cap	PE	AC	62,8646	116,0585	169,2416	222,4251	275,6085	328,7918	381,9751	435,1586	488,3418	541,5252	594,7085	647,8917	701,0752	754,2585	807,4419	79,7746
Cap	PE	AL	15,9171	22,1608	28,4039	34,6475	40,8907	47,1344	53,3775	59,6209	65,8641	72,1074	78,3507	84,5942	90,8374	97,0809	103,3242	9,3646
Cap	PE	AM	51,6830	93,7204	135,7436	177,7667	219,7898	261,8128	303,8361	345,8592	387,8825	429,9058	471,9288	513,9519	555,9750	597,9981	640,0213	63,0342
Cap	PE	AP	40,6783	71,6653	102,6521	133,6388	164,6256	195,6125	226,5993	257,5858	288,5725	319,5595	350,5461	381,5329	412,5198	443,5065	474,4934	46,4798
Cap	PE	BA	19,4937	29,3414	39,1751	49,0089	58,8425	68,6762	78,5100	88,3435	98,1774	108,0112	117,8449	127,6787	137,5123	147,3459	157,1796	14,7501
Cap	PE	CE	18,5112	27,3428	36,1685	44,9942	53,8196	62,6452	71,4708	80,2964	89,1220	97,9474	106,7731	115,5987	124,4242	133,2499	142,0755	13,2378
Cap	PE	DF	34,3701	59,0903	83,7983	108,5063	133,2144	157,9225	182,6306	207,3387	232,0465	256,7545	281,4626	306,1707	330,8786	355,5868	380,2949	37,0616
Cap	PE	ES	31,8153	53,9610	76,1046	98,2482	120,3917	142,5350	164,6787	186,8222	208,9659	231,1090	253,2526	275,3962	297,5397	319,6834	341,8268	33,2149
Cap	PE	GO	33,2105	56,7379	80,2609	103,7840	127,3069	150,8302	174,3531	197,8760	221,3996	244,9223	268,4456	291,9684	315,4916	339,0147	362,5377	35,2841
Cap	PE	MA	27,0399	44,4103	61,7783	79,1468	96,5150	113,8830	131,2511	148,6192	165,9874	183,3556	200,7239	218,0919	235,4602	252,8283	270,1963	26,0519
Cap	PE	MG	34,4094	59,1432	83,8691	108,5947	133,3206	158,0462	182,7720	207,4976	232,2234	256,9492	281,6750	306,4008	331,1264	355,8523	380,5780	37,0883
Cap	PE	MS	39,9704	70,2680	100,5650	130,8621	161,1591	191,4562	221,7531	252,0499	282,3470	312,6441	342,9408	373,2380	403,5349	433,8321	464,1290	45,4450
Cap	PE	MT	46,2002	82,7193	119,2244	155,7292	192,2341	228,7392	265,2442	301,7491	338,2542	374,7589	411,2640	447,7688	484,2740	520,7789	557,2838	54,7568
Cap	PE	PA	34,2914	58,9133	83,5331	108,1527	132,7723	157,3918	182,0116	206,6312	231,2507	255,8703	280,4898	305,1095	329,7292	354,3489	378,9684	36,9287
Cap	PE	PB	15,4652	21,2763	27,0777	32,8787	38,6799	44,4811	50,2823	56,0835	61,8847	67,6858	73,4871	79,2883	85,0892	90,8906	96,6915	8,7014
Cap	PE	PI	22,6772	35,7087	48,7259	61,7432	74,7604	87,7779	100,7950	113,8122	126,8295	139,8468	152,8640	165,8812	178,8987	191,9158	204,9332	19,5255
Cap	PE	PR	46,4558	83,2500	120,0377	156,8259	193,6139	230,4017	267,1898	303,9776	340,7655	377,5537	414,3415	451,1296	487,9173	524,7052	561,4932	55,1816
Cap	PE	RJ	37,2784	64,8913	92,5000	120,1085	147,7174	175,3260	202,9345	230,5432	258,1518	285,7605	313,3691	340,9778	368,5864	396,1951	423,8037	41,4125
Cap	PE	RN	17,0373	24,4248	31,8000	39,1751	46,5505	53,9258	61,3011	68,6762	76,0517	83,4266	90,8021	98,1774	105,5526	112,9279	120,3032	11,0626
Cap	PE	RO	60,5458	111,4421	162,3263	213,2104	264,0945	314,9785	365,8628	416,7469	467,6307	518,5149	569,3991	620,2832	671,1673	722,0515	772,9357	76,3259
Cap	PE	RR	55,9472	102,2276	148,4955	194,7636	241,0313	287,2992	333,5674	379,8350	426,1030	472,3710	518,6387	564,9067	611,1747	657,4424	703,7103	69,4015
Cap	PE	RS	54,3556	99,0440	143,7203	188,3963	233,0725	277,7486	322,4245	367,1010	411,7768	456,4530	501,1290	545,8052	590,4815	635,1576	679,8337	67,0137
Cap	PE	SC	48,0868	86,4866	124,8839	163,2815	201,6789	240,0762	278,4737	316,8710	355,2685	393,6660	432,0632	470,4609	508,8582	547,2555	585,6531	57,5954
Cap	PE	SE	17,9415	26,2112	34,4708	42,7302	50,9898	59,2493	67,5088	75,7685	84,0281	92,2878	100,5473	108,8071	117,0665	125,3262	133,5857	12,3889
Cap	PE	SP	41,1498	72,6203	104,0845	135,5489	167,0133	198,4776	229,9419	261,4063	292,8704	324,3347	355,7989	387,2633	418,7278	450,1920	481,6564	47,1961
Cap	PE	TO	39,7546	69,8259	99,8931	129,9599	160,0269	190,0940	220,1612	250,2283	280,2954	310,3625	340,4294	370,4966	400,5637	430,6307	460,6977	45,1002
Int	PE	AC	64,8913	120,0908	175,2906	230,4902	285,6898	340,8896	396,0889	451,2886	506,4881	561,6876	616,8872	672,0871	727,2866	782,4862	837,6860	82,7988
Int	PE	AL	17,9336	26,1935	34,4529	42,7125	50,9719	59,2318	67,4913	75,7510	84,0105	92,2700	100,5297	108,7893	117,0489	125,3084	133,5683	12,3889
Int	PE	AM	53,7135	97,7529	141,7923	185,8317	229,8713	273,9105	317,9501	361,9893	406,0287	450,0681	494,1076	538,1469	582,1863	626,2260	670,2653	66,0586
Int	PE	AP	42,6949	75,6976	108,7009	141,7039	174,7070	207,7098	240,7131	273,7162	306,7190	339,7221	372,7250	405,7282	438,7311	471,7343	504,7370	49,5042
Int	PE	BA	21,5240	33,3739	45,2241	57,0739	68,9239	80,7737	92,6237	104,4740	116,3236	128,1738	140,0236	151,8736	163,7237	175,5736	187,4235	17,7745
Int	PE	CE	20,5335	31,3754	42,2172	53,0592	63,9010	74,7428	85,5846	96,4265	107,2683	118,1100	128,9519	139,7939	150,6357	161,4774	172,3192	16,2624
Int	PE	DF	36,3985	63,1228	89,8470	116,5715	143,2956	170,0201	196,7445	223,4685	250,1930	276,9174	303,6416	330,3660	357,0901	383,8144	410,5390	40,0860
Int	PE	ES	33,8338	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Int	PE	GO	35,2310	60,7705	86,3096	111,8489	137,3884	162,9277	188,4669	214,0064	239,5456	265,0850	290,6243	316,1637	341,7030	367,2422	392,7815	38,3086
Int	PE	MA	29,0584	48,4431	67,8272	87,2118	106,5961	125,9806	145,3650	164,7496	184,1338	203,5185	222,9026	242,2874	261,6715	281,0560	300,4402	29,0764
Int	PE	MG	36,4338	63,1756	89,9178	116,6597	143,4019	170,1439	196,8858	223,6278	250,3698	277,1119	303,8538	330,5956	357,3378	384,0799	410,8220	40,1127
Int	PE	MS	41,9874	74,3005	106,6139	138,9271	171,2404	203,5537	235,8668	268,1802	300,4932	332,8065	365,1201	397,4331	429,7464	462,0598	494,3728	48,4694
Int	PE	MT	48,2308	86,7520	125,2732	163,7943	202,3156	240,8365	279,3582	317,8795	356,4003	394,9217	433,4430	471,9640	510,4853	549,0065	587,5275	57,7813
Int	PE	PA	36,3099	62,9460	89,5818	116,2176	142,8535	169,4895	196,1255	222,7612	249,3969	276,0330	302,6688	329,3047	355,9406	382,5767	409,2125	39,9535
Int	PE	PB	17,4917	25,3089	33,1265	40,9439	48,7613	56,5787	64,3962	72,2136	80,0310	87,8483	95,6660	103,4833	111,3006	119,1181	126,9356	11,7256
Int	PE	PI	24,7076	39,7413	54,7746	69,8082	84,8418	99,8754	114,9089	129,9423	144,9758	160,0094	175,0430	190,0765	205,1101	220,1436	235,1772	22,5499
Int	PE	PR	48,4784	87,2824	126,0868	164,8911	203,6952	242,4992	281,3034	320,1076	358,9118	397,7160	436,5204	475,3246	514,1286	552,9332	591,7373	58,2059
Int	PE	RJ	39,2989	68,9239	98,5487	128,1738	157,7986	187,4235	217,0484	246,6732	276,2983	305,9231	335,5480	365,1730	394,7979	424,4228	454,0476	44,4369
Int	PE	RN	19,0658	28,4570	37,8486	47,2403	56,6318	66,0234	75,4149	84,8064	94,1980	103,5895	112,9810	122,3725	131,7639	141,1557	150,5471	14,0871
Int	PE	RO	62,5744	115,4748	168,3752	221,2754	274,1758	327,0762	379,9765	432,8770	485,7772	538,6776	591,5780	644,4783	697,3785	750,2791	803,1794	79,3502
Int	PE	RR	57,9762	106,2601	154,5444	202,8284	251,1127	299,3967	347,6811	395,9651	444,2495	492,5335	540,8178	589,1019	637,3860	685,6703	733,9545	72,4257
Int	PE	RS	56,3841	103,0765	149,7689	196,4614	243,1537	289,8461	336,5386	383,2309	429,9233	476,6156	523,3081	570,0006	616,6928	663,3851	710,0775	70,0381

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	PE	SC	50,1056	90,5190	130,9328	171,3465	211,7601	252,1738	292,5874	333,0012	373,4149	413,8285	454,2422	494,6560	535,0696	575,4831	615,8969	60,6200
Int	PE	SE	19,9676	30,2436	40,5193	50,7952	61,0712	71,3470	81,6229	91,8985	102,1746	112,4504	122,7264	133,0022	143,2779	153,5538	163,8297	15,4133
Int	PE	SP	43,1724	76,6531	110,1334	143,6141	177,0947	210,5751	244,0557	277,5364	311,0170	344,4973	377,9780	411,4584	444,9391	478,4196	511,9001	50,2205
Int	PE	TO	41,7751	73,8585	105,9417	138,0251	170,1085	202,1917	234,2750	266,3586	298,4417	330,5248	362,6085	394,6918	426,7750	458,8583	490,9416	48,1247
Cap	PI	AC	51,0147	92,3762	133,7272	175,0784	216,4294	257,7806	299,1314	340,4826	381,8337	423,1847	464,5358	505,8870	547,2380	588,5891	629,9398	62,0262
Cap	PI	AL	24,9963	40,3426	55,6768	71,0109	86,3449	101,6795	117,0136	132,3478	147,6818	163,0161	178,3504	193,6845	209,0189	224,3530	239,6873	23,0008
Cap	PI	AM	37,8091	65,9525	94,0920	122,2310	150,3703	178,5095	206,6488	234,7882	262,9272	291,0666	319,2057	347,3451	375,4842	403,6236	431,7628	42,2085
Cap	PI	AP	27,5903	45,4892	63,3880	81,2868	99,1853	117,0843	134,9830	152,8819	170,7804	188,6794	206,5782	224,4768	242,3756	260,2742	278,1730	26,8477
Cap	PI	BA	25,1141	40,5545	55,9952	71,4355	86,8757	102,3160	117,7563	133,1968	148,6373	164,0772	179,5176	194,9581	210,3982	225,8385	241,2789	23,1600
Cap	PI	CE	17,1947	24,7076	32,2067	39,7058	47,2050	54,7040	62,2028	69,7021	77,2012	84,7003	92,1993	99,6985	107,1975	114,6965	122,1955	11,2482
Cap	PI	DF	29,0052	48,3369	67,6681	86,9996	106,3309	125,6623	144,9935	164,3251	183,6563	202,9875	222,3191	241,6504	260,9817	280,3131	299,6444	28,9965
Cap	PI	ES	34,7235	59,7976	84,8595	109,9213	134,9830	160,0448	185,1065	210,1685	235,2303	260,2918	285,3537	310,4156	335,4773	360,5391	385,6008	37,5924
Cap	PI	GO	28,8282	47,9830	67,1375	86,2919	105,4467	124,6010	143,7557	162,9100	182,0646	201,2190	220,3736	239,5278	258,6824	277,8368	296,9916	28,7312
Cap	PI	MA	17,4304	25,2029	32,9673	40,7316	48,4959	56,2604	64,0248	71,7892	79,5534	87,3179	95,0823	102,8467	110,6110	118,3754	126,1398	11,6461
Cap	PI	MG	33,8197	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Cap	PI	MS	42,3878	75,1142	107,8343	140,5543	173,2743	205,9945	238,7145	271,4344	304,1544	336,8746	369,5945	402,3149	435,0347	467,7545	500,4748	49,0796
Cap	PI	MT	36,9640	64,2547	91,5449	118,8352	146,1255	173,4157	200,7062	227,9964	255,2866	282,5770	309,8673	337,1575	364,4476	391,7381	419,0283	40,9351
Cap	PI	PA	20,8694	32,0652	43,2607	54,4563	65,6519	76,8476	88,0429	99,2387	110,4342	121,6297	132,8252	144,0208	155,2163	166,4119	177,6075	16,7929
Cap	PI	PB	22,4809	35,3017	48,1069	60,9120	73,7172	86,5221	99,3270	112,1321	124,9370	137,7420	150,5471	163,3523	176,1573	188,9623	201,7674	19,2073
Cap	PI	PE	22,6772	35,7087	48,7259	61,7432	74,7604	87,7779	100,7950	113,8122	126,8295	139,8468	152,8640	165,8812	178,8987	191,9158	204,9332	19,5255
Cap	PI	PR	44,4710	79,2883	114,0953	148,9023	183,7095	218,5164	253,3235	288,1307	322,9377	357,7446	392,5517	427,3588	462,1659	496,9730	531,7798	52,2101
Cap	PI	RJ	39,0078	68,3402	97,6646	126,9885	156,3128	185,6372	214,9614	244,2859	273,6100	302,9342	332,2584	361,5826	390,9069	420,2310	449,5554	43,9858
Cap	PI	RN	21,4394	33,2326	45,0118	56,7910	68,5701	80,3495	92,1286	103,9077	115,6871	127,4663	139,2456	151,0247	162,8040	174,5831	186,3623	17,6684
Cap	PI	RO	44,6281	79,5889	114,5373	149,4860	184,4346	219,3833	254,3316	289,2801	324,2286	359,1772	394,1258	429,0742	464,0229	498,9715	533,9200	52,4226
Cap	PI	RR	41,4446	73,2216	104,9868	136,7517	168,5167	200,2814	232,0465	263,8114	295,5765	327,3414	359,1065	390,8716	422,6364	454,4015	486,1663	47,6471
Cap	PI	RS	52,5278	95,3829	138,2375	181,0919	223,9464	266,8006	309,6548	352,5094	395,3639	438,2182	481,0726	523,9271	566,7814	609,6360	652,4903	64,2812
Cap	PI	SC	47,8116	85,9561	124,0881	162,2201	200,3526	238,4845	276,6167	314,7486	352,8810	391,0129	429,1448	467,2772	505,4094	543,5413	581,6734	57,1976
Cap	PI	SE	31,7958	53,9080	76,0164	98,1243	120,2326	142,3405	164,4489	186,5567	208,6651	230,7730	252,8814	274,9894	297,0975	319,2057	341,3139	33,1620
Cap	PI	SP	40,9730	72,2666	103,5542	134,8414	166,1289	197,4164	228,7038	259,9914	291,2786	322,5660	353,8535	385,1409	416,4287	447,7157	479,0034	46,9305
Cap	PI	TO	35,3918	61,1242	86,8404	112,5564	138,2728	163,9887	189,7050	215,4213	241,1373	266,8537	292,5699	318,2859	344,0023	369,7186	395,4344	38,5738
Int	PI	AC	53,0416	96,4086	139,7760	183,1433	226,5107	269,8779	313,2453	356,6128	399,9800	443,3472	486,7146	530,0820	573,4493	616,8168	660,1840	65,0506
Int	PI	AL	27,0246	44,3750	61,7254	79,0759	96,4265	113,7769	131,1274	148,4778	165,8283	183,1788	200,5291	217,8796	235,2303	252,5806	269,9311	26,0252
Int	PI	AM	39,8295	69,9851	100,1406	130,2961	160,4515	190,6071	220,7625	250,9182	281,0735	311,2290	341,3846	371,5402	401,6958	431,8511	462,0067	45,2328
Int	PI	AP	29,6069	49,5217	69,4369	89,3518	109,2668	129,1819	149,0969	169,0117	188,9268	208,8418	228,7568	248,6718	268,5870	288,5018	308,4169	29,8721
Int	PI	BA	27,1306	44,5874	62,0438	79,5004	96,9570	114,4135	131,8700	149,3269	166,7835	184,2399	201,6967	219,1532	236,6097	254,0663	271,5230	26,1845
Int	PI	CE	19,2247	28,7400	38,2555	47,7707	57,2862	66,8015	76,3168	85,8323	95,3477	104,8630	114,3782	123,8936	133,4090	142,9243	152,4395	14,2726
Int	PI	DF	31,0217	52,3692	73,7172	95,0646	116,4121	137,7597	159,1072	180,4552	201,8028	223,1501	244,4977	265,8456	287,1930	308,5408	329,8885	32,0211
Int	PI	ES	36,7523	63,8301	90,9081	117,9863	145,0643	172,1425	199,2204	226,2984	253,3767	280,4546	307,5326	334,6107	361,6887	388,7667	415,8449	40,6167
Int	PI	GO	30,8448	52,0156	73,1862	94,3572	115,5278	136,6986	157,8694	179,0401	200,2108	221,3814	242,5521	263,7230	284,8939	306,0646	327,2354	31,7555
Int	PI	MA	19,4546	29,2354	39,0160	48,7966	58,5773	68,3580	78,1385	87,9192	97,6999	107,4805	117,2611	127,0419	136,8224	146,6031	156,3835	14,6705
Int	PI	MG	35,8501	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Int	PI	MS	44,4103	79,1468	113,8830	148,6192	183,3556	218,0919	252,8283	287,5646	322,3009	357,0372	391,7734	426,5097	461,2461	495,9824	530,7189	52,1040
Int	PI	MT	38,9807	68,2873	97,5938	126,9003	156,2069	185,5134	214,8199	244,1265	273,4330	302,7395	332,0461	361,3526	390,6590	419,9657	449,2725	43,9594
Int	PI	PA	22,8859	36,0978	49,3094	62,5212	75,7331	88,9450	102,1570	115,3688	128,5806	141,7923	155,0041	168,2159	181,4278	194,6395	207,8513	19,8174
Int	PI	PB	24,5131	39,3344	54,1557	68,9769	83,7983	98,6196	113,4409	128,2620	143,0834	157,9048	172,7259	187,5473	202,3685	217,1898	232,0112	22,2315
Int	PI	PE	24,7076	39,7413	54,7746	69,8082	84,8418	99,8754	114,9089	129,9423	144,9758	160,0094	175,0430	190,0765	205,1101	220,1436	235,1772	22,5499
Int	PI	PR	46,4973	83,3206	120,1438	156,9674	193,7909	230,6139	267,4372	304,2605	341,0836	377,9073	414,7305	451,5540	488,3773	525,2005	562,0237	55,2346
Int	PI	RJ	41,0323	72,3729	103,7131	135,0538	166,3943	197,7346	229,0752	260,4157	291,7561	323,0969	354,4372	385,7779	417,1183	448,4586	479,7992	47,0103
Int	PI	RN	23,4695	37,2651	51,0604	64,8560	78,6516	92,4470	106,2424	120,0377	133,8333	147,6288	161,4244	175,2200	189,0154	202,8107	216,6063	20,6928
Int	PI	RO	46,6565	83,6215	120,5862	157,5510	194,5159	231,4807	268,4456	305,4102	342,3751	379,3398	416,3045	453,2695	490,2345	527,1991	564,1638	55,4467
Int	PI	RR	43,4730	77,2545	111,0356	144,8167	178,5979	212,3791	246,1603	279,9419	313,7229	347,5042	381,2853	415,0665	448,8479	482,6290	516,4103	50,6715
Int	PI	RS	54,5447	99,4156	144,2860	189,1568	234,0273	278,8982	323,7689	368,6395	413,5102	458,3808	503,2516	548,1224	592,9929	637,8637	682,7342	67,3056
Int	PI	SC	49,8403	89,9884	130,1368	170,2855	210,4337	250,5821	290,7304	330,8786	371,0272	411,1756	451,3239	491,4724	531,6209	571,7690	611,9174	60,2219
Int	PI	SE	33,8162	57,9408	82,0649	106,1894	130,3137	154,4383	178,5625	202,6870	226,8113	250,9358	275,0603	299,1845	323,3089	347,4334	371,5577	36,1860
Int	PI	SP	42,9956	76,2992	109,6028	142,9063	176,2103	209,5140	242,8176	276,1213	309,4250	342,7289	376,0323	409,3364	442,6400	475,9435	509,2473	49,9551
Int	PI	TO	37,4242	65,1567	92,8892	120,6216	148,3540	176,0863	203,8188	231,5514	259,2839	287,0162	314,7486	342,4812	370,2136	397,9460	425,6786	41,5983
Cap	PR	AC	47,7920	85,9029	123,9997	162,0965	200,1932	238,2900	276,3867	314,4834	352,5802	390,6769	428,7736	466,8704	504,9669	543,0638	581,1606	57,1447
Cap	PR	AL	43,5864	77,5018	111,4070	145,3119	179,2171	213,1220	247,0269	280,9321	314,8369	348,7422	382,6471	416,5522	450,4573	484,3625	518,2675	50,8573
Cap	PR	AM	49,9929	90,3245	130,6499	170,9749	211,3004	251,6254	291,9509	332,2760	372,6012	412,9266	453,2518	493,5771	533,9022	574,2275	614,5528	60,4875
Cap	PR	AP	55,7114	101,7501	147,7879	193,8261	239,8640	285,9021	331,9401	377,9780	424,0159	470,0539	516,0919	562,1302	608,1678	654,2060	700,2440	69,0566
Cap	PR	BA	36,0208	62,3622	88,6974	115,0328	141,3679	167,7031	194,0382	220,3736	246,7087	273,0439	299,3791	325,7145	352,0496	378,3849	404,7199	39,5022
Cap	PR	CE	49,8949	90,1300	130,3491	170,5684	210,7874	251,0065	291,2257	331,4448	371,6638	411,8831	452,1022	492,3212	532,5404	572,7596	612,9786	60,3282
Cap	PR	DF	25,4286	41,1738	56,9147	72,6557	88,3967	104,1377	119,8787	135,6196	151,3607	167,1017	182,8426	198,5837	214,3248	230,0657	245,8067	23,6110
Cap	PR	ES	25,1927	40,7316	56,2604	71,7892	87,3179	102,8467	118,3754	133,9043	149,4329	164,9617	180,4905	196,0193	211,5479	227,0766	242,6054	23,2926
Cap	PR	GO	25,4482	41,2268	57,0032	72,7796	88,5560	104,3322	120,1085	135,8851	151,6615	167,4376	183,2140	198,9903	214,7669	230,5432	246,3196	23,6641
Cap	PR	MA	48,0083	86,3628	124,7069	163,0515	201,3959	239,7403	278,0846	316,4289	354,7733	393,1175	431,4620	469,8063	508,1508	546,4952	584,8394	57,5163
Cap	PR	MG	21,6556	33,6568	45,6486	57,6400	69,6313	81,6229	93,6141	105,6057	117,5975	129,5885	141,5802	153,5716	165,5629	177,5545	189,5459	17,9865
Cap	PR	MS	22,4024	35,1426	47,8769	60,6113	73,3457	86,0796	98,8140	111,5485	124,2826	137,0170	149,7512	162,4856	175,2200	187,9543	200,6884	19,1011
Cap	PR	MT	28,3959	47,1344	65,8641	84,5942	103,3242	122,0540	140,7843	159,5142	178,2443	196,9741	215,7042	234,4342	253,1642	271,8944	290,6243	28,0946
Cap	PR	PA	48,5781	87,4948	126,4053	165,3155	204,2256	243,1359	282,0464	320,9567	359,8670	398,7776	437,6878	476,5979	515,5081	554,4187	593,3289	58,3650
Cap	PR	PB	48,3227	86,9996	125,6623	164,3251	202,9875	241,6504	280,3131	318,9757	357,6384	396,3014	434,9640	473,6266	512,2893	550,9521	589,6147	57,9937
Cap	PR	PE	46,4558	83,2500	120,0377	156,8259	193,6139	230,4017	267,1898	303,9776	340,7655	377,5537	414,3415	451,1296	487,9173	524,7052	561,4932	55,1816
Cap	PR	PI	44,4710	79,2883	114,0953	148,9023	183,7095	218,5164	253,3235	288,1307	322,9377	357,7446	392,5517	427,3588	462,1659	496,9730	531,7798	52,2101
Cap	PR	RJ	19,1203	28,5809	38,0257	47,4702	56,9147	66,3594	75,8038	85,2486	94,6933	104,1377	113,5823	123,0268	132,4715	141,9162	151,3607	14,1664
Cap	PR	RN	49,3838	89,0867	128,7750	168,4636	208,1520	247,8407	287,5293	327,2175	366,9062	406,5949	446,2834	485,9718	525,6603	565,3490	605,0373	59,5323
Cap	PR	RO	44,8444	80,0310	115,2095	150,3880	185,5666	220,7448	255,9234	291,1018	326,2803	361,4589	396,6373	431,8158	466,9942	502,1727	537,3511	52,7674
Cap	PR	RR	58,6791	107,6930	156,7021	205,7112	254,7207	303,7299	352,7394	401,7488	450,7581	499,7674	548,7767	597,7861	646,7952	695,8047	744,8140	73,5135
Cap	PR	RS	17,3519	25,0437	32,7196	40,3956	48,0715	55,7475	63,4233	71,0996	78,7754	86,4512	94,1272	101,8028	109,4790	117,1550	124,8309	11,5135
Cap	PR	SC	16,5658	23,4695	30,3672	37,2651	44,1626	51,0604	57,9585	64,8560	71,7539	78,6516	85,5493	92,4470	99,3448	106,2424	113,1402	10,3461
Cap	PR	SE	39,9509	70,2151	100,4767	130,7384	160,9998	191,2614	221,5231	251,7847	282,0464	312,3081	342,5696	372,8311	403,0929	433,3545	463,6162	45,3920
Cap	PR	SP	16,6443	23,6110	30,5619	37,5126	44,4633	51,4142	58,3650	65,3156	72,2666	79,2174	86,1682	93,1191	100,0699	107,0205	113,9715	10,4257
Cap	PR	TO	32,0707	54,4738	76,8651	99,2564	121,6473	144,0386	166,4297	188,8208	211,2119	233,6030	255,9942	278,3851	300,7762	323,1675	345,5584	33,5863
Int	PR	AC	49,8224	89,9354	130,0483	170,1615	210,2746	250,3875	290,5006	330,6133	370,7265	410,8396	450,9526	491,0656	531,1786	571,2914	611,4046	60,1690
Int	PR	AL	45,6133	81,5344	117,4558	153,3769	189,2983	225,2196	261,1410	297,0619	332,9835	368,9048	404,8260	440,7475	476,6687	512,5900	548,5112	53,8815
Int	PR	AM	52,0156	94,3572	136,6986	179,0401	221,3814	263,7230	306,0646	348,4062	390,7477	433,0892	475,4307	517,7721	560,1137	602,4552	644,7966	63,5120
Int	PR	AP	57,7285	105,7826	153,8367	201,8911	249,9452	297,9997	346,0538	394,1081	442,1624	490,2167	538,2708	586,3251	634,3794	682,4336	730,4879	72,0811
Int	PR	BA	38,0433	66,3948	94,7464	123,0977	151,4492	179,8006	208,1520	236,5035	264,8552	293,2066	321,5582	349,9094	378,2609	406,6124	434,9640	42,5268
Int	PR	CE	51,9272	94,1626	136,3979	178,6333	220,8686	263,1043	305,3395	347,5749	389,8103	432,0458	474,2810	516,5165	558,7518	600,9871	643,2225	63,3526

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	PR	DF	27,4490	45,2064	62,9637	80,7208	98,4780	116,2353	133,9926	151,7498	169,5072	187,2644	205,0217	222,7789	240,5362	258,2936	276,0504	26,6355
Int	PR	ES	27,2193	44,7642	62,3091	79,8541	97,3992	114,9442	132,4892	150,0344	167,5793	185,1242	202,6692	220,2142	237,7593	255,3042	272,8493	26,3169
Int	PR	GO	27,4667	45,2593	63,0522	80,8445	98,6371	116,4299	134,2226	152,0151	169,8077	187,6006	205,3930	223,1855	240,9784	258,7709	276,5635	26,6885
Int	PR	MA	50,0347	90,3954	130,7559	171,1167	211,4773	251,8378	292,1985	332,5589	372,9196	413,2801	453,6410	494,0015	534,3621	574,7226	615,0832	60,5406
Int	PR	MG	23,6818	37,6896	51,6971	65,7051	79,7127	93,7204	107,7283	121,7358	135,7436	149,7512	163,7589	177,7667	191,7743	205,7819	219,7898	21,0109
Int	PR	MS	24,4248	39,1751	53,9258	68,6762	83,4266	98,1774	112,9279	127,6787	142,4289	157,1796	171,9302	186,6807	201,4313	216,1818	230,9324	22,1254
Int	PR	MT	30,4203	51,1666	71,9129	92,6592	113,4056	134,1517	154,8980	175,6444	196,3906	217,1370	237,8831	258,6296	279,3756	300,1220	320,8682	31,1191
Int	PR	PA	50,6007	91,5274	132,4537	173,3804	214,3070	255,2335	296,1601	337,0867	378,0133	418,9398	459,8665	500,7932	541,7196	582,6462	623,5728	61,3895
Int	PR	PB	50,3530	91,0321	131,7112	172,3899	213,0689	253,7480	294,4270	335,1058	375,7849	416,4640	457,1427	497,8217	538,5007	579,1798	619,8588	61,0181
Int	PR	PE	48,4784	87,2824	126,0868	164,8911	203,6952	242,4992	281,3034	320,1076	358,9118	397,7160	436,5204	475,3246	514,1286	552,9332	591,7373	58,2059
Int	PR	PI	46,4973	83,3206	120,1438	156,9674	193,7909	230,6139	267,4372	304,2605	341,0836	377,9073	414,7305	451,5540	488,3773	525,2005	562,0237	55,2346
Int	PR	RJ	21,1523	32,6136	44,0743	55,5353	66,9959	78,4571	89,9178	101,3786	112,8395	124,3004	135,7612	147,2221	158,6828	170,1439	181,6046	17,1909
Int	PR	RN	51,4142	93,1191	134,8238	176,5286	218,2333	259,9383	301,6429	343,3477	385,0526	426,7573	468,4623	510,1669	551,8716	593,5766	635,2814	62,5567
Int	PR	RO	46,8689	84,0636	121,2581	158,4529	195,6478	232,8426	270,0372	307,2321	344,4268	381,6213	418,8159	456,0110	493,2056	530,4004	567,5951	55,7917
Int	PR	RR	60,6996	111,7252	162,7509	213,7766	264,8019	315,8277	366,8531	417,8787	468,9046	519,9300	570,9556	621,9811	673,0067	724,0321	775,0577	76,5378
Int	PR	RS	19,3840	29,0764	38,7683	48,4606	58,1528	67,8453	77,5371	87,2295	96,9217	106,6139	116,3060	125,9983	135,6903	145,3828	155,0748	14,5378
Int	PR	SC	18,5880	27,5021	36,4161	45,3301	54,2440	63,1581	72,0723	80,9860	89,9000	98,8140	107,7283	116,6420	125,5562	134,4701	143,3843	13,3704
Int	PR	SE	41,9699	74,2475	106,5254	138,8034	171,0811	203,3592	235,6369	267,9149	300,1928	332,4705	364,7485	397,0264	429,3042	461,5823	493,8599	48,4162
Int	PR	SP	18,6765	27,6436	36,6107	45,5777	54,5447	63,5120	72,4789	81,4459	90,4131	99,3801	108,3472	117,3144	126,2812	135,2484	144,2154	13,4503
Int	PR	TO	34,0993	58,5064	82,9139	107,3213	131,7287	156,1363	180,5436	204,9508	229,3583	253,7656	278,1730	302,5804	326,9876	351,3953	375,8027	36,6107
Cap	RJ	AC	53,7071	97,7352	141,7571	185,7788	229,8004	273,8222	317,8438	361,8657	405,8873	449,9089	493,9306	537,9524	581,9740	625,9960	670,0177	66,0322
Cap	RJ	AL	34,6255	59,5854	84,5410	109,4967	134,4525	159,4080	184,3638	209,3193	234,2750	259,2306	284,1865	309,1422	334,0977	359,0533	384,0091	37,4331
Cap	RJ	AM	51,1130	92,5532	133,9926	175,4321	216,8716	258,3112	299,7505	341,1901	382,6294	424,0690	465,5087	506,9481	548,3874	589,8270	631,2665	62,1588
Cap	RJ	AP	52,3117	94,9584	137,6005	180,2429	222,8850	265,5271	308,1693	350,8115	393,4537	436,0959	478,7380	521,3802	564,0224	606,6646	649,3068	63,9628
Cap	RJ	BA	27,5116	45,3655	63,2113	81,0569	98,9026	116,7481	134,5940	152,4395	170,2855	188,1309	205,9767	223,8223	241,6680	259,5137	277,3595	26,7681
Cap	RJ	CE	42,6432	75,6097	108,5594	141,5093	174,4592	207,4092	240,3593	273,3092	306,2591	339,2092	372,1591	405,1091	438,0592	471,0090	503,9591	49,4244
Cap	RJ	DF	22,9525	36,2392	49,5217	62,8042	76,0870	89,3696	102,6521	115,9348	129,2172	142,4999	155,7824	169,0649	182,3477	195,6301	208,9128	19,9234
Cap	RJ	ES	17,1356	24,6018	32,0652	39,5290	46,9927	54,4563	61,9200	69,3838	76,8476	84,3111	91,7750	99,2387	106,7023	114,1659	121,6297	11,1952
Cap	RJ	GO	23,3850	37,0883	50,7777	64,4669	78,1562	91,8456	105,5350	119,2244	132,9139	146,6031	160,2924	173,9818	187,6712	201,3606	215,0497	20,5335
Cap	RJ	MA	42,9578	76,2461	109,5319	142,8182	176,1042	209,3902	242,6762	275,9622	309,2480	342,5343	375,8204	409,1063	442,3924	475,6782	508,9642	49,9287
Cap	RJ	MG	17,6857	25,6981	33,7099	41,7218	49,7339	57,7461	65,7579	73,7701	81,7820	89,7939	97,8060	105,8180	113,8299	121,8420	129,8540	12,0174
Cap	RJ	MS	23,3061	36,9468	50,5830	64,2194	77,8555	91,4918	105,1283	118,7645	132,4007	146,0372	159,6735	173,3098	186,9461	200,5822	214,2188	20,4540
Cap	RJ	MT	33,3284	57,0032	80,6678	104,3322	127,9970	151,6615	175,3260	198,9903	222,6552	246,3196	269,9841	293,6487	317,3132	340,9778	364,6422	35,4964
Cap	RJ	PA	45,5909	81,5165	117,4381	153,3593	189,2807	225,2019	261,1232	297,0445	332,9658	368,8872	404,8083	440,7297	476,6512	512,5722	548,4936	53,8815
Cap	RJ	PB	39,3419	69,0299	98,7079	128,3859	158,0639	187,7421	217,4200	247,0978	276,7758	306,4536	336,1316	365,8096	395,4875	425,1657	454,8436	44,5164
Cap	RJ	PE	37,2784	64,8913	92,5000	120,1085	147,7174	175,3260	202,9345	230,5432	258,1518	285,7605	313,3691	340,9778	368,5864	396,1951	423,8037	41,4125
Cap	RJ	PI	39,0078	68,3402	97,6646	126,9885	156,3128	185,6372	214,9614	244,2859	273,6100	302,9342	332,2584	361,5826	390,9069	420,2310	449,5554	43,9858
Cap	RJ	PR	19,1203	28,5809	38,0257	47,4702	56,9147	66,3594	75,8038	85,2486	94,6933	104,1377	113,5823	123,0268	132,4715	141,9162	151,3607	14,1664
Cap	RJ	RN	40,8352	72,0013	103,1651	134,3287	165,4923	196,6559	227,8195	258,9831	290,1468	321,3103	352,4740	383,6377	414,8012	445,9651	477,1286	46,7448
Cap	RJ	RO	48,1654	86,6634	125,1493	163,6351	202,1210	240,6070	279,0928	317,5787	356,0644	394,5502	433,0360	471,5221	510,0080	548,4936	586,9794	57,7285
Cap	RJ	RR	57,6568	105,6411	153,6246	201,6081	249,5915	297,5752	345,5584	393,5422	441,5255	489,5092	537,4927	585,4760	633,4597	681,4431	729,4266	71,9747
Cap	RJ	RS	26,2342	42,8186	59,3908	75,9632	92,5354	109,1076	125,6799	142,2520	158,8243	175,3967	191,9690	208,5414	225,1135	241,6858	258,2580	24,8579
Cap	RJ	SC	20,0441	30,4378	40,8200	51,2020	61,5839	71,9659	82,3479	92,7299	103,1118	113,4938	123,8760	134,2580	144,6399	155,0218	165,4038	15,5725
Cap	RJ	SE	31,7958	53,9080	76,0164	98,1243	120,2326	142,3405	164,4489	186,5567	208,6651	230,7730	252,8814	274,9894	297,0975	319,2057	341,3139	33,1620
Cap	RJ	SP	17,1947	24,7076	32,2067	39,7058	47,2050	54,7040	62,2028	69,7021	77,2012	84,7003	92,1993	99,6985	107,1975	114,6965	122,1955	11,2482
Cap	RJ	TO	29,7911	49,9287	70,0557	90,1830	110,3104	130,4377	150,5648	170,6919	190,8194	210,9464	231,0738	251,2011	271,3284	291,4556	311,5826	30,1905
Int	RJ	AC	55,7299	101,7678	147,8057	193,8437	239,8817	285,9197	331,9577	377,9956	424,0336	470,0717	516,1097	562,1477	608,1855	654,2235	700,2616	69,0566
Int	RJ	AL	36,6460	63,6179	90,5898	117,5620	144,5337	171,5057	198,4776	225,4495	252,4213	279,3936	306,3652	333,3374	360,3090	387,2811	414,2530	40,4574
Int	RJ	AM	53,1299	96,5859	140,0413	183,4971	226,9530	270,4086	313,8643	357,3201	400,7759	444,2317	487,6874	531,1432	574,5989	618,0548	661,5103	65,1831
Int	RJ	AP	54,3323	98,9909	143,6494	188,3078	232,9662	277,6249	322,2832	366,9416	411,6000	456,2586	500,9169	545,5754	590,2338	634,8922	679,5507	66,9871
Int	RJ	BA	29,5362	49,3979	69,2599	89,1220	108,9838	128,8456	148,7078	168,5697	188,4317	208,2935	228,1555	248,0175	267,8793	287,7413	307,6034	29,7925
Int	RJ	CE	44,6758	79,6419	114,6081	149,5743	184,5406	219,5068	254,4731	289,4395	324,4055	359,3717	394,3379	429,3042	464,2705	499,2366	534,2030	52,4490
Int	RJ	DF	24,9730	40,2718	55,5706	70,8694	86,1682	101,4669	116,7658	132,0646	147,3636	162,6624	177,9613	193,2599	208,5590	223,8576	239,1564	22,9479
Int	RJ	ES	19,1542	28,6340	38,1141	47,5941	57,0739	66,5539	76,0340	85,5138	94,9937	104,4740	113,9539	123,4337	132,9139	142,3935	151,8736	14,2196
Int	RJ	GO	25,4150	41,1208	56,8263	72,5318	88,2375	103,9430	119,6488	135,3544	151,0601	166,7658	182,4714	198,1769	213,8826	229,5884	245,2938	23,5579
Int	RJ	MA	44,9765	80,2787	115,5810	150,8831	186,1855	221,4876	256,7899	292,0924	327,3946	362,6970	397,9990	433,3014	468,6038	503,9059	539,2084	52,9530
Int	RJ	MG	19,7023	29,7307	39,7589	49,7873	59,8151	69,8438	79,8717	89,9000	99,9284	109,9565	119,9848	130,0129	140,0413	150,0696	160,0979	15,0418
Int	RJ	MS	25,3267	40,9792	56,6318	72,2842	87,9367	103,5895	119,2420	134,8946	150,5471	166,1997	181,8523	197,5048	213,1574	228,8097	244,4624	23,4784
Int	RJ	MT	35,3549	61,0358	86,7166	112,3975	138,0781	163,7589	189,4398	215,1207	240,8014	266,4822	292,1631	317,8438	343,5246	369,2054	394,8861	38,5208
Int	RJ	PA	47,6118	85,5493	123,4869	161,4244	199,3619	237,2993	275,2371	313,1747	351,1122	389,0499	426,9875	464,9250	502,8625	540,8000	578,7375	56,9059
Int	RJ	PB	41,3683	73,0626	104,7570	136,4511	168,1453	199,8395	231,5338	263,2281	294,9222	326,6164	358,3105	390,0049	421,6991	453,3934	485,0873	47,5409
Int	RJ	PE	39,2989	68,9239	98,5487	128,1738	157,7986	187,4235	217,0484	246,6732	276,2983	305,9231	335,5480	365,1730	394,7979	424,4228	454,0476	44,4369
Int	RJ	PI	41,0323	72,3729	103,7131	135,0538	166,3943	197,7346	229,0752	260,4157	291,7561	323,0969	354,4372	385,7779	417,1183	448,4586	479,7992	47,0103
Int	RJ	PR	21,1523	32,6136	44,0743	55,5353	66,9959	78,4571	89,9178	101,3786	112,8395	124,3004	135,7612	147,2221	158,6828	170,1439	181,6046	17,1909
Int	RJ	RN	42,8539	76,0340	109,2137	142,3935	175,5736	208,7536	241,9333	275,1132	308,2932	341,4733	374,6529	407,8326	441,0128	474,1926	507,3725	49,7693
Int	RJ	RO	50,1939	90,6961	131,1982	171,7002	212,2024	252,7043	293,2066	333,7088	374,2109	414,7128	455,2147	495,7171	536,2193	576,7211	617,2235	60,7528
Int	RJ	RR	59,6739	109,6737	159,6735	209,6731	259,6729	309,6725	359,6727	409,6722	459,6720	509,6716	559,6714	609,6713	659,6710	709,6709	759,6705	74,9991
Int	RJ	RS	28,2625	46,8513	65,4395	84,0281	102,6168	121,2053	139,7939	158,3822	176,9707	195,5593	214,1480	232,7363	251,3248	269,9135	288,5018	27,8824
Int	RJ	SC	22,0722	34,4708	46,8689	59,2671	71,6653	84,0636	96,4619	108,8600	121,2581	133,6566	146,0549	158,4529	170,8512	183,2494	195,6478	18,5970
Int	RJ	SE	33,8162	57,9408	82,0649	106,1894	130,3137	154,4383	178,5625	202,6870	226,8113	250,9358	275,0603	299,1845	323,3089	347,4334	371,5577	36,1860
Int	RJ	SP	19,2247	28,7400	38,2555	47,7707	57,2862	66,8015	76,3168	85,8323	95,3477	104,8630	114,3782	123,8936	133,4090	142,9243	152,4395	14,2726
Int	RJ	TO	31,8177	53,9610	76,1046	98,2482	120,3917	142,5350	164,6787	186,8222	208,9659	231,1090	253,2526	275,3962	297,5397	319,6834	341,8268	33,2149
Cap	RN	AC	64,6922	119,7194	174,7422	229,7652	284,7878	339,8105	394,8333	449,8560	504,8785	559,9015	614,9243	669,9469	724,9695	779,9923	835,0150	82,5338
Cap	RN	AL	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	RN	AM	50,1306	90,5898	131,0389	171,4878	211,9370	252,3861	292,8351	333,2843	373,7332	414,1824	454,6312	495,0805	535,5294	575,9786	616,4276	60,6732
Cap	RN	AP	38,4967	67,3320	96,1610	124,9899	153,8192	182,6480	211,4773	240,3062	269,1352	297,9643	326,7933	355,6223	384,4513	413,2801	442,1092	43,2431
Cap	RN	BA	22,5596	35,4610	48,3544	61,2480	74,1414	87,0349	99,9284	112,8219	125,7154	138,6088	151,5022	164,3958	177,2893	190,1825	203,0761	19,3399
Cap	RN	CE	17,1161	24,5482	31,9767	39,4052	46,8334	54,2618	61,6900	69,1185	76,5469	83,9752	91,4035	98,8316	106,2601	113,6885	121,1166	11,1421
Cap	RN	DF	35,8440	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Cap	RN	ES	35,2544	60,8410	86,4160	111,9907	137,5652	163,1400	188,7147	214,2895	239,8640	265,4386	291,0136	316,5881	342,1628	367,7376	393,3122	38,3617
Cap	RN	GO	34,7435	59,8330	84,9125	109,9919	135,0716	160,1510	185,2303	210,3099	235,3893	260,4686	285,5483	310,6278	335,7071	360,7868	385,8661	37,6187
Cap	RN	MA	24,8784	40,0773	55,2699	70,4626	85,6553	100,8481	116,0407	131,2336	146,4262	161,6187	176,8117	192,0042	207,1972	222,3898	237,5824	22,7887
Cap	RN	MG	36,9836	64,3078	91,6155	118,9237	146,2316	173,5398	200,8476	228,1555	255,4637	282,7715	310,0796	337,3875	364,6956	392,0034	419,3114	40,9615
Cap	RN	MS	43,1739	76,6884	110,1865	143,6849	177,1832	210,6813	244,1793	277,6778	311,1760	344,6741	378,1724	411,6707	445,1689	478,6672	512,1655	50,2470
Cap	RN	MT	43,3115	76,9359	110,5580	144,1800	177,8020	211,4241	245,0463	278,6681	312,2905	345,9124	379,5342	413,1565	446,7784	480,4007	514,0226	50,4328
Cap	RN	PA	32,7390	55,8006	78,8461	101,8916	124,9370	147,9825	171,0282	194,0737	217,1193	240,1647	263,2104	286,2557	309,3010	332,3468	355,3922	34,5679
Cap	RN	PB	15,9762	22,2847	28,5809	34,8773	41,1738	47,4702	53,7666	60,0628	66,3594	72,6557	78,9523	85,2486	91,5449	97,8413	104,1377	9,4442
Cap	RN	PE	17,0373	24,4248	31,8000	39,1751	46,5505	53,9258	61,3011	68,6762	76,0517	83,4266	90,8021	98,1774	105,5526	112,9279	120,3032	11,0626
Cap	RN	PI	21,4394	33,2326	45,0118	56,7910	68,5701	80,3495	92,1286	103,9077	115,6871	127,4663	139,2456	151,0247	162,8040	174,5831	186,3623	17,6684

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	RN	PR	49,3838	89,0867	128,7750	168,4636	208,1520	247,8407	287,5293	327,2175	366,9062	406,5949	446,2834	485,9718	525,6603	565,3490	605,0373	59,5323
Cap	RN	RJ	40,8352	72,0013	103,1651	134,3287	165,4923	196,6559	227,8195	258,9831	290,1468	321,3103	352,4740	383,6377	414,8012	445,9651	477,1286	46,7448
Cap	RN	RO	67,1880	124,7069	182,2236	239,7403	297,2569	354,7733	412,2898	469,8063	527,3228	584,8394	642,3558	699,8725	757,3892	814,9056	872,4221	86,2745
Cap	RN	RR	53,5106	97,3463	141,1733	185,0004	228,8276	272,6547	316,4819	360,3090	404,1363	447,9637	491,7907	535,6179	579,4451	623,2723	667,0995	65,7403
Cap	RN	RS	55,3774	101,0779	146,7621	192,4465	238,1308	283,8152	329,4992	375,1837	420,8677	466,5520	512,2362	557,9206	603,6048	649,2890	694,9735	68,5260
Cap	RN	SC	51,8599	94,0741	136,2743	178,4742	220,6742	262,8741	305,0742	347,2741	389,4742	431,6742	473,8743	516,0743	558,2744	600,4742	642,6744	63,2996
Cap	RN	SE	20,9873	32,3128	43,6322	54,9515	66,2709	77,5903	88,9095	100,2289	111,5485	122,8680	134,1871	145,5064	156,8259	168,1453	179,4645	16,9786
Cap	RN	SP	44,8444	80,0310	115,2095	150,3880	185,5666	220,7448	255,9234	291,1018	326,2803	361,4589	396,6373	431,8158	466,9942	502,1727	537,3511	52,7674
Cap	RN	TO	42,3092	74,9728	107,6219	140,2713	172,9207	205,5699	238,2190	270,8686	303,5178	336,1671	368,8163	401,4657	434,1149	466,7643	499,4134	48,9734
Int	RN	AC	66,7129	123,7520	180,7912	237,8301	294,8690	351,9081	408,9472	465,9862	523,0249	580,0640	637,1030	694,1422	751,1809	808,2202	865,2590	85,5579
Int	RN	AL	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	RN	AM	52,1571	94,6226	137,0876	179,5530	222,0183	264,4836	306,9489	349,4142	391,8797	434,3448	476,8101	519,2756	561,7410	604,2062	646,6715	63,6977
Int	RN	AP	40,5193	71,3645	102,2099	133,0553	163,9003	194,7456	225,5911	256,4364	287,2816	318,1268	348,9723	379,8173	410,6626	441,5078	472,3533	46,2675
Int	RN	BA	24,5838	39,4936	54,4034	69,3129	84,2229	99,1324	114,0422	128,9519	143,8618	158,7713	173,6812	188,5909	203,5006	218,4103	233,3201	22,3642
Int	RN	CE	19,1364	28,5809	38,0257	47,4702	56,9147	66,3594	75,8038	85,2486	94,6933	104,1377	113,5823	123,0268	132,4715	141,9162	151,3607	14,1664
Int	RN	DF	37,8665	66,0586	94,2511	122,4433	150,6357	178,8279	207,0202	235,2126	263,4047	291,5970	319,7893	347,9819	376,1738	404,3663	432,5586	42,2881
Int	RN	ES	37,2827	64,8738	92,4648	120,0555	147,6465	175,2376	202,8284	230,4194	258,0105	285,6013	313,1923	340,7835	368,3744	395,9651	423,5560	41,3859
Int	RN	GO	36,7700	63,8655	90,9611	118,0571	145,1528	172,2484	199,3441	226,4399	253,5357	280,6314	307,7272	334,8229	361,9187	389,0143	416,1101	40,6432
Int	RN	MA	26,9009	44,1096	61,3187	78,5278	95,7366	112,9457	130,1543	147,3636	164,5726	181,7816	198,9903	216,1994	233,4086	250,6175	267,8263	25,8130
Int	RN	MG	39,0160	68,3402	97,6646	126,9885	156,3128	185,6372	214,9614	244,2859	273,6100	302,9342	332,2584	361,5826	390,9069	420,2310	449,5554	43,9858
Int	RN	MS	45,2064	80,7208	116,2353	151,7498	187,2644	222,7789	258,2936	293,8078	329,3224	364,8370	400,3515	435,8659	471,3805	506,8950	542,4095	53,2713
Int	RN	MT	45,3301	80,9686	116,6067	152,2452	187,8835	223,5215	259,1600	294,7984	330,4369	366,0750	401,7134	437,3518	472,9898	508,6282	544,2667	53,4571
Int	RN	PA	34,7713	59,8330	84,8949	109,9565	135,0184	160,0801	185,1420	210,2037	235,2656	260,3273	285,3891	310,4510	335,5126	360,5744	385,6365	37,5924
Int	RN	PB	18,0045	26,3169	34,6298	42,9425	51,2551	59,5677	67,8804	76,1931	84,5057	92,8183	101,1310	109,4435	117,7563	126,0693	134,3816	12,4686
Int	RN	PE	19,0658	28,4570	37,8486	47,2403	56,6318	66,0234	75,4149	84,8064	94,1980	103,5895	112,9810	122,3725	131,7639	141,1557	150,5471	14,0871
Int	RN	PI	23,4695	37,2651	51,0604	64,8560	78,6516	92,4470	106,2424	120,0377	133,8333	147,6288	161,4244	175,2200	189,0154	202,8107	216,6063	20,6928
Int	RN	PR	51,4142	93,1191	134,8238	176,5286	218,2333	259,9383	301,6429	343,3477	385,0526	426,7573	468,4623	510,1669	551,8716	593,5766	635,2814	62,5567
Int	RN	RJ	42,8539	76,0340	109,2137	142,3935	175,5736	208,7536	241,9333	275,1132	308,2932	341,4733	374,6529	407,8326	441,0128	474,1926	507,3725	49,7693
Int	RN	RO	69,2069	128,7397	188,2725	247,8051	307,3380	366,8707	426,4037	485,9366	545,4693	605,0021	664,5348	724,0675	783,6006	843,1333	902,6660	89,2989
Int	RN	RR	55,5353	101,3786	147,2221	193,0655	238,9090	284,7523	330,5956	376,4392	422,2828	468,1262	513,9697	559,8131	605,6565	651,5000	697,3434	68,7648
Int	RN	RS	57,4100	105,1106	152,8109	200,5114	248,2121	295,9125	343,6133	391,3137	439,0141	486,7146	534,4151	582,1157	629,8163	677,5169	725,2174	71,5503
Int	RN	SC	53,8903	98,1068	142,3228	186,5391	230,7553	274,9718	319,1882	363,4044	407,6207	451,8368	496,0531	540,2694	584,4857	628,7019	672,9183	66,3241
Int	RN	SE	23,0095	36,3454	49,6809	63,0167	76,3523	89,6877	103,0235	116,3590	129,6948	143,0303	156,3662	169,7017	183,0374	196,3729	209,7086	20,0031
Int	RN	SP	46,8689	84,0636	121,2581	158,4529	195,6478	232,8426	270,0372	307,2321	344,4268	381,6213	418,8159	456,0110	493,2056	530,4004	567,5951	55,7917
Int	RN	TO	44,3397	79,0051	113,6707	148,3363	183,0019	217,6675	252,3329	286,9985	321,6641	356,3296	390,9953	425,6608	460,3263	494,9920	529,6576	51,9978
Cap	RO	AC	17,8433	25,9988	34,1522	42,3057	50,4593	58,6127	66,7664	74,9196	83,0730	91,2266	99,3801	107,5336	115,6871	123,8405	131,9940	12,2299
Cap	RO	AL	55,1613	100,6535	146,1430	191,6329	237,1228	282,6124	328,1020	373,5918	419,0815	464,5711	510,0608	555,5506	601,0405	646,5301	692,0196	68,2342
Cap	RO	AM	20,4764	31,2693	42,0583	52,8469	63,6356	74,4243	85,2133	96,0021	106,7907	117,5796	128,3682	139,1571	149,9459	160,7345	171,5232	16,1828
Cap	RO	AP	43,5472	77,4487	111,3360	145,2235	179,1109	212,9980	246,8855	280,7730	314,6603	348,5476	382,4349	416,3224	450,2097	484,0969	517,9843	50,8306
Cap	RO	BA	51,3881	93,1191	134,8414	176,5641	218,2864	260,0089	301,7314	343,4539	385,1763	426,8991	468,6213	510,3439	552,0662	593,7888	635,5113	62,5834
Cap	RO	CE	51,5650	93,4727	135,3720	177,2716	219,1709	261,0701	302,9695	344,8689	386,7681	428,6676	470,5669	512,4662	554,3655	596,2649	638,1642	62,8483
Cap	RO	DF	37,7502	65,8466	93,9324	122,0188	150,1050	178,1912	206,2775	234,3632	262,4496	290,5358	318,6221	346,7084	374,7942	402,8805	430,9667	42,1286
Cap	RO	ES	51,6043	93,5434	135,4780	177,4131	219,3478	261,2825	303,2171	345,1519	387,0866	429,0212	470,9560	512,8907	554,8256	596,7603	638,6950	62,9017
Cap	RO	GO	36,5316	63,4057	90,2716	117,1373	144,0032	170,8688	197,7346	224,6007	251,4664	278,3322	305,1980	332,0639	358,9296	385,7954	412,6612	40,2984
Cap	RO	MA	43,0165	76,3523	109,6737	142,9949	176,3164	209,6377	242,9592	276,2807	309,6018	342,9233	376,2447	409,5662	442,8875	476,2091	509,5303	49,9818
Cap	RO	MG	45,4535	81,2161	116,9780	152,7403	188,5024	224,2646	260,0268	295,7887	331,5508	367,3133	403,0752	438,8373	474,5993	510,3616	546,1237	53,6429
Cap	RO	MS	24,0334	38,3794	52,7233	67,0667	81,4105	95,7542	110,0983	124,4420	138,7855	153,1292	167,4733	181,8169	196,1608	210,5045	224,8483	21,5152
Cap	RO	MT	26,9614	44,2688	61,5663	78,8637	96,1610	113,4586	130,7559	148,0534	165,3508	182,6480	199,9456	217,2431	234,5403	251,8378	269,1352	25,9457
Cap	RO	PA	37,1606	64,6614	92,1464	119,6311	147,1161	174,6008	202,0858	229,5705	257,0553	284,5402	312,0250	339,5098	366,9949	394,4797	421,9645	41,2268
Cap	RO	PB	57,3033	104,9337	152,5635	200,1932	247,8233	295,4527	343,0824	390,7122	438,3421	485,9718	533,6018	581,2314	628,8612	676,4911	724,1210	71,4443
Cap	RO	PE	60,5458	111,4421	162,3263	213,2104	264,0945	314,9785	365,8628	416,7469	467,6307	518,5149	569,3991	620,2832	671,1673	722,0515	772,9357	76,3259
Cap	RO	PI	44,6281	79,5889	114,5373	149,4860	184,4346	219,3833	254,3316	289,2801	324,2286	359,1772	394,1258	429,0742	464,0229	498,9715	533,9200	52,4226
Cap	RO	PR	44,8444	80,0310	115,2095	150,3880	185,5666	220,7448	255,9234	291,1018	326,2803	361,4589	396,6373	431,8158	466,9942	502,1727	537,3511	52,7674
Cap	RO	RJ	48,1654	86,6634	125,1493	163,6351	202,1210	240,6070	279,0928	317,5787	356,0644	394,5502	433,0360	471,5221	510,0080	548,4936	586,9794	57,7285
Cap	RO	RN	67,1880	124,7069	182,2236	239,7403	297,2569	354,7733	412,2898	469,8063	527,3228	584,8394	642,3558	699,8725	757,3892	814,9056	872,4221	86,2745
Cap	RO	RR	28,7498	47,8416	66,9253	86,0090	105,0930	124,1766	143,2603	162,3439	181,4278	200,5114	219,5952	238,6791	257,7629	276,8464	295,9303	28,6252
Cap	RO	RS	49,3444	89,0159	128,6867	168,3574	208,0284	247,6992	287,3700	327,0408	366,7117	406,3825	446,0535	485,7240	525,3948	565,0660	604,7368	59,5059
Cap	RO	SC	48,5781	87,4948	126,4053	165,3155	204,2256	243,1359	282,0464	320,9567	359,8670	398,7776	437,6878	476,5979	515,5081	554,4187	593,3289	58,3650
Cap	RO	SE	53,6482	97,6469	141,6331	185,6196	229,6059	273,5922	317,5787	361,5650	405,5511	449,5375	493,5240	537,5105	581,4967	625,4831	669,4696	65,9792
Cap	RO	SP	43,4491	77,2363	111,0177	144,7991	178,5803	212,3616	246,1426	279,9239	313,7052	347,4865	381,2678	415,0488	448,8303	482,6114	516,3927	50,6715
Cap	RO	TO	43,4882	77,2899	111,0886	144,8875	178,6864	212,4853	246,2843	280,0832	313,8820	347,6811	381,4799	415,2786	449,0778	482,8768	516,6757	50,6979
Int	RO	AC	19,8615	30,0312	40,2011	50,3708	60,5406	70,7100	80,8800	91,0498	101,2195	111,3891	121,5589	131,7287	141,8985	152,0682	162,2379	15,2541
Int	RO	AL	57,1801	104,6860	152,1920	199,6981	247,2039	294,7100	342,2160	389,7218	437,2277	484,7339	532,2398	579,7457	627,2519	674,7577	722,2638	71,2585
Int	RO	AM	22,4967	35,3017	48,1069	60,9120	73,7172	86,5221	99,3270	112,1321	124,9370	137,7420	150,5471	163,3523	176,1573	188,9623	201,7674	19,2073
Int	RO	AP	45,5777	81,4813	117,3848	153,2885	189,1921	225,0957	260,9996	296,9029	332,8065	368,7103	404,6138	440,5176	476,4209	512,3247	548,2284	53,8550
Int	RO	BA	53,4128	97,1515	140,8903	184,6291	228,3679	272,1067	315,8452	359,5841	403,3229	447,0614	490,8002	534,5390	578,2776	622,0166	665,7552	65,6078
Int	RO	CE	53,5895	97,5053	141,4208	185,3366	229,2523	273,1678	317,0833	360,9988	404,9144	448,8303	492,7459	536,6613	580,5769	624,4924	668,4081	65,8729
Int	RO	DF	39,7767	69,8790	99,9815	130,0837	160,1863	190,2886	220,3912	250,4937	280,5962	310,6986	340,8009	370,9034	401,0059	431,1084	461,2107	45,1532
Int	RO	ES	53,6250	97,5760	141,5271	185,4780	229,4290	273,3802	317,3310	361,2818	405,2328	449,1839	493,1348	537,0858	581,0370	624,9878	668,9386	65,9260
Int	RO	GO	38,5559	67,4383	96,3203	125,2025	154,0846	182,9665	211,8487	240,7305	269,6128	298,4948	327,3770	356,2589	385,1409	414,0229	442,9054	43,3227
Int	RO	MA	45,0471	80,3848	115,7224	151,0601	186,3977	221,7354	257,0730	292,4107	327,7483	363,0860	398,4236	433,7615	469,0991	504,4363	539,7741	53,0060
Int	RO	MG	47,4702	85,2486	123,0268	160,8054	198,5837	236,3620	274,1405	311,9188	349,6972	387,4756	425,2541	463,0324	500,8107	538,5894	576,3675	56,6671
Int	RO	MS	26,0519	42,4117	58,7719	75,1319	91,4918	107,8519	124,2120	140,5717	156,9320	173,2920	189,6521	206,0120	222,3722	238,7321	255,0921	24,5395
Int	RO	MT	28,9877	48,3014	67,6150	86,9288	106,2424	125,5562	144,8697	164,1835	183,4971	202,8107	222,1243	241,4380	260,7518	280,0654	299,3791	28,9700
Int	RO	PA	39,1927	68,6940	98,1951	127,6963	157,1973	186,6982	216,1994	245,7006	275,2017	304,7026	334,2038	363,7051	393,2062	422,7073	452,2083	44,2513
Int	RO	PB	59,3202	108,9660	158,6122	208,2582	257,9044	307,5503	357,1964	406,8424	456,4885	506,1345	555,7804	605,4265	655,0726	704,7184	754,3646	74,4686
Int	RO	PE	62,5744	115,4748	168,3752	221,2754	274,1758	327,0762	379,9765	432,8770	485,7772	538,6776	591,5780	644,4783	697,3785	750,2791	803,1794	79,3502
Int	RO	PI	46,6565	83,6215	120,5862	157,5510	194,5159	231,4807	268,4456	305,4102	342,3751	379,3398	416,3045	453,2695	490,2345	527,1991	564,1638	55,4467

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	RO	PR	46,8689	84,0636	121,2581	158,4529	195,6478	232,8426	270,0372	307,2321	344,4268	381,6213	418,8159	456,0110	493,2056	530,4004	567,5951	55,7917
Int	RO	RJ	50,1939	90,6961	131,1982	171,7002	212,2024	252,7043	293,2066	333,7088	374,2109	414,7128	455,2147	495,7171	536,2193	576,7211	617,2235	60,7528
Int	RO	RN	69,2069	128,7397	188,2725	247,8051	307,3380	366,8707	426,4037	485,9366	545,4693	605,0021	664,5348	724,0675	783,6006	843,1333	902,6660	89,2989
Int	RO	RR	30,7741	51,8742	72,9740	94,0741	115,1742	136,2743	157,3741	178,4742	199,5742	220,6742	241,7742	262,8741	283,9743	305,0742	326,1743	31,6496
Int	RO	RS	51,3612	93,0485	134,7355	176,4225	218,1096	259,7968	301,4838	343,1710	384,8580	426,5451	468,2322	509,9193	551,6065	593,2936	634,9807	62,5300
Int	RO	SC	50,6007	91,5274	132,4537	173,3804	214,3070	255,2335	296,1601	337,0867	378,0133	418,9398	459,8665	500,7932	541,7196	582,6462	623,5728	61,3895
Int	RO	SE	55,6768	101,6795	147,6818	193,6845	239,6873	285,6898	331,6925	377,6951	423,6975	469,7003	515,7029	561,7053	607,7082	653,7106	699,7133	69,0036
Int	RO	SP	45,4715	81,2692	117,0665	152,8640	188,6616	224,4591	260,2565	296,0541	331,8515	367,6492	403,4464	439,2441	475,0415	510,8392	546,6364	53,6960
Int	RO	TO	45,5072	81,3222	117,1373	152,9524	188,7677	224,5830	260,3980	296,2132	332,0286	367,8435	403,6589	439,4739	475,2892	511,1043	546,9196	53,7223
Cap	RR	AC	33,2498	56,8263	80,4023	103,9784	127,5547	151,1306	174,7070	198,2830	221,8592	245,4353	269,0114	292,5874	316,1637	339,7397	363,3159	35,3638
Cap	RR	AL	55,2006	100,7242	146,2316	191,7391	237,2462	282,7539	328,2612	373,7686	419,2758	464,7834	510,2909	555,7982	601,3054	646,8129	692,3204	68,2607
Cap	RR	AM	19,1988	28,7400	38,2730	47,8062	57,3394	66,8723	76,4054	85,9384	95,4713	105,0044	114,5373	124,0706	133,6037	143,1365	152,6696	14,2991
Cap	RR	AP	36,5708	63,4586	90,3422	117,2260	144,1092	170,9927	197,8760	224,7598	251,6432	278,5265	305,4102	332,2937	359,1772	386,0608	412,9441	40,3248
Cap	RR	BA	54,2966	98,9202	143,5434	188,1663	232,7896	277,4124	322,0354	366,6587	411,2819	455,9046	500,5279	545,1509	589,7739	634,3969	679,0200	66,9342
Cap	RR	CE	47,5366	85,4077	123,2746	161,1415	199,0081	236,8750	274,7418	312,6088	350,4753	388,3424	426,2090	464,0758	501,9427	539,8096	577,6765	56,7998
Cap	RR	DF	46,2591	82,8609	119,4544	156,0476	192,6409	229,2343	265,8279	302,4212	339,0147	375,6081	412,2015	448,7948	485,3881	521,9815	558,5751	54,8896
Cap	RR	ES	60,1724	110,6994	161,2122	211,7248	262,2374	312,7503	363,2629	413,7756	464,2881	514,8009	565,3135	615,8262	666,3390	716,8516	767,3642	75,7685
Cap	RR	GO	45,8465	82,0119	118,1631	154,3145	190,4656	226,6170	262,7679	298,9191	335,0704	371,2217	407,3731	443,5241	479,6756	515,8267	551,9778	54,2264
Cap	RR	MA	37,5536	65,4570	93,3489	121,2405	149,1323	177,0237	204,9156	232,8071	260,6988	288,5902	316,4819	344,3738	372,2654	400,1570	428,0486	41,8368
Cap	RR	MG	54,9256	100,1760	145,4181	190,6602	235,9021	281,1440	326,3866	371,6286	416,8708	462,1129	507,3546	552,5970	597,8389	643,0813	688,3232	67,8627
Cap	RR	MS	43,3312	76,9891	110,6463	144,3038	177,9613	211,6187	245,2762	278,9336	312,5910	346,2482	379,9057	413,5632	447,2207	480,8782	514,5355	50,4857
Cap	RR	MT	40,0492	70,4450	100,8302	131,2158	161,6012	191,9865	222,3722	252,7577	283,1426	313,5283	343,9138	374,2992	404,6846	435,0703	465,4554	45,5777
Cap	RR	PA	30,4005	51,1134	71,8246	92,5354	113,2462	133,9572	154,6681	175,3790	196,0900	216,8010	237,5118	258,2227	278,9336	299,6444	320,3552	31,0657
Cap	RR	PB	54,9647	100,2642	145,5595	190,8548	236,1499	281,4448	326,7401	372,0353	417,3304	462,6257	507,9208	553,2159	598,5112	643,8062	689,1014	67,9421
Cap	RR	PE	55,9472	102,2276	148,4955	194,7636	241,0313	287,2992	333,5674	379,8350	426,1030	472,3710	518,6387	564,9067	611,1747	657,4424	703,7103	69,4015
Cap	RR	PI	41,4446	73,2216	104,9868	136,7517	168,5167	200,2814	232,0465	263,8114	295,5765	327,3414	359,1065	390,8716	422,6364	454,4015	486,1663	47,6471
Cap	RR	PR	58,6791	107,6930	156,7021	205,7112	254,7207	303,7299	352,7394	401,7488	450,7581	499,7674	548,7767	597,7861	646,7952	695,8047	744,8140	73,5135
Cap	RR	RJ	57,6568	105,6411	153,6246	201,6081	249,5915	297,5752	345,5584	393,5422	441,5255	489,5092	537,4927	585,4760	633,4597	681,4431	729,4266	71,9747
Cap	RR	RN	53,5106	97,3463	141,1733	185,0004	228,8276	272,6547	316,4819	360,3090	404,1363	447,9637	491,7907	535,6179	579,4451	623,2723	667,0995	65,7403
Cap	RR	RO	28,7498	47,8416	66,9253	86,0090	105,0930	124,1766	143,2603	162,3439	181,4278	200,5114	219,5952	238,6791	257,7629	276,8464	295,9303	28,6252
Cap	RR	RS	69,3693	129,0935	188,8032	248,5128	308,2224	367,9321	427,6418	487,3514	547,0611	606,7708	666,4805	726,1900	785,8994	845,6093	905,3188	89,5639
Cap	RR	SC	63,1003	116,5361	169,9671	223,3979	276,8288	330,2597	383,6908	437,1216	490,5527	543,9835	597,4146	650,8455	704,2765	757,7074	811,1384	80,1459
Cap	RR	SE	53,5106	97,3463	141,1733	185,0004	228,8276	272,6547	316,4819	360,3090	404,1363	447,9637	491,7907	535,6179	579,4451	623,2723	667,0995	65,7403
Cap	RR	SP	58,1091	106,5609	155,0041	203,4476	251,8908	300,3342	348,7777	397,2208	445,6643	494,1076	542,5510	590,9944	639,4377	687,8810	736,3246	72,6645
Cap	RR	TO	51,0147	92,3762	133,7272	175,0784	216,4294	257,7806	299,1314	340,4826	381,8337	423,1847	464,5358	505,8870	547,2380	588,5891	629,9398	62,0262
Int	RR	AC	35,2665	60,8589	86,4512	112,0436	137,6359	163,2284	188,8208	214,4133	240,0057	265,5977	291,1902	316,7826	342,3751	367,9675	393,5600	38,3882
Int	RR	AL	57,2331	104,7570	152,2805	199,8042	247,3277	294,8514	342,3751	389,8987	437,4224	484,9460	532,4695	579,9931	627,5168	675,0406	722,5642	71,2850
Int	RR	AM	21,2232	32,7728	44,3218	55,8713	67,4205	78,9700	90,5190	102,0684	113,6178	125,1670	136,7162	148,2655	159,8150	171,3643	182,9133	17,3235
Int	RR	AP	38,5913	67,4913	96,3911	125,2907	154,1908	183,0905	211,9902	240,8898	269,7897	298,6892	327,5890	356,4889	385,3885	414,2885	443,1882	43,3492
Int	RR	BA	56,3135	102,9528	149,5920	196,2315	242,8707	289,5101	336,1493	382,7888	429,4279	476,0674	522,7067	569,3462	615,9854	662,6249	709,2640	69,9585
Int	RR	CE	49,5570	89,4404	129,3235	169,2063	209,0894	248,9725	288,8556	328,7386	368,6220	408,5048	448,3880	488,2712	528,1541	568,0372	607,9203	59,8241
Int	RR	DF	48,2837	86,8935	125,5030	164,1127	202,7224	241,3320	279,9419	318,5513	357,1611	395,7705	434,3802	472,9898	511,5995	550,2090	588,8189	57,9140
Int	RR	ES	62,2028	114,7319	167,2609	219,7898	272,3188	324,8476	377,3765	429,9058	482,4345	534,9635	587,4922	640,0213	692,5502	745,0793	797,6082	78,7930
Int	RR	GO	47,8769	86,0443	124,2120	162,3796	200,5468	238,7145	276,8819	315,0494	353,2170	391,3845	429,5518	467,7192	505,8870	544,0541	582,2217	57,2507
Int	RR	MA	39,5818	69,4899	99,3978	129,3055	159,2136	189,1214	219,0295	248,9373	278,8451	308,7530	338,6609	368,5687	398,4768	428,3845	458,2926	44,8615
Int	RR	MG	56,9502	104,2084	151,4666	198,7253	245,9837	293,2419	340,5003	387,7585	435,0168	482,2754	529,5336	576,7921	624,0503	671,3086	718,5673	70,8870
Int	RR	MS	45,3478	81,0214	116,6951	152,3689	188,0426	223,7163	259,3899	295,0637	330,7372	366,4110	402,0848	437,7584	473,4321	509,1057	544,7797	53,5102
Int	RR	MT	42,0759	74,4775	106,8791	139,2809	171,6826	204,0842	236,4859	268,8876	301,2893	333,6910	366,0926	398,4944	430,8960	463,2976	495,6993	48,6020
Int	RR	PA	32,4191	55,1462	77,8730	100,6004	123,3276	146,0549	168,7818	191,5094	214,2363	236,9633	259,6907	282,4179	305,1450	327,8720	350,5994	34,0902
Int	RR	PB	56,9854	104,2969	151,6084	198,9197	246,2310	293,5426	340,8540	388,1655	435,4769	482,7882	530,0997	577,4110	624,7225	672,0338	719,3454	70,9667
Int	RR	PE	57,9762	106,2601	154,5444	202,8284	251,1127	299,3967	347,6811	395,9651	444,2495	492,5335	540,8178	589,1019	637,3860	685,6703	733,9545	72,4257
Int	RR	PI	43,4730	77,2545	111,0356	144,8167	178,5979	212,3791	246,1603	279,9419	313,7229	347,5042	381,2853	415,0665	448,8479	482,6290	516,4103	50,6715
Int	RR	PR	60,6996	111,7252	162,7509	213,7766	264,8019	315,8277	366,8531	417,8787	468,9046	519,9300	570,9556	621,9811	673,0067	724,0321	775,0577	76,5378
Int	RR	RJ	59,6739	109,6737	159,6735	209,6731	259,6729	309,6725	359,6727	409,6722	459,6720	509,6716	559,6714	609,6713	659,6710	709,6709	759,6705	74,9991
Int	RR	RN	55,5353	101,3786	147,2221	193,0655	238,9090	284,7523	330,5956	376,4392	422,2828	468,1262	513,9697	559,8131	605,6565	651,5000	697,3434	68,7648
Int	RR	RO	30,7741	51,8742	72,9740	94,0741	115,1742	136,2743	157,3741	178,4742	199,5742	220,6742	241,7742	262,8741	283,9743	305,0742	326,1743	31,6496
Int	RR	RS	71,4001	133,1260	194,8520	256,5777	318,3038	380,0294	441,7555	503,4814	565,2074	626,9334	688,6592	750,3853	812,1108	873,8371	935,5629	92,5884
Int	RR	SC	65,1211	120,5686	176,0157	231,4630	286,9101	342,3573	397,8044	453,2518	508,6991	564,1463	619,5934	675,0406	730,4879	785,9350	841,3823	83,1705
Int	RR	SE	55,5353	101,3786	147,2221	193,0655	238,9090	284,7523	330,5956	376,4392	422,2828	468,1262	513,9697	559,8131	605,6565	651,5000	697,3434	68,7648
Int	RR	SP	60,1337	110,5933	161,0528	211,5126	261,9722	312,4320	362,8913	413,3509	463,8107	514,2702	564,7297	615,1897	665,6491	716,1088	766,5683	75,6891
Int	RR	TO	53,0416	96,4086	139,7760	183,1433	226,5107	269,8779	313,2453	356,6128	399,9800	443,3472	486,7146	530,0820	573,4493	616,8168	660,1840	65,0506
Cap	RS	AC	51,1916	92,7299	134,2580	175,7859	217,3137	258,8416	300,3698	341,8976	383,4254	424,9535	466,4815	508,0092	549,5372	591,0650	632,5931	62,2914
Cap	RS	AL	51,2899	92,9068	134,5231	176,1396	217,7561	259,3723	300,9886	342,6049	384,2212	425,8375	467,4539	509,0705	550,6868	592,3030	633,9195	62,4240
Cap	RS	AM	56,3994	103,1118	149,8219	196,5323	243,2423	289,9522	336,6623	383,3724	430,0824	476,7926	523,5028	570,2126	616,9228	663,6328	710,3429	70,0647
Cap	RS	AP	62,9629	116,2353	169,5072	222,7789	276,0504	329,3224	382,5941	435,8659	489,1377	542,4095	595,6811	648,9530	702,2249	755,4966	808,7683	79,9074
Cap	RS	BA	43,7832	77,8909	111,9907	146,0902	180,1897	214,2895	248,3889	282,4885	316,5881	350,6877	384,7873	418,8868	452,9866	487,0859	521,1858	51,1491
Cap	RS	CE	57,5586	105,4642	153,3593	201,2544	249,1494	297,0445	344,9394	392,8347	440,7297	488,6246	536,5197	584,4149	632,3099	680,2049	728,0999	71,8422
Cap	RS	DF	33,0141	56,3488	79,6773	103,0058	126,3342	149,6629	172,9913	196,3198	219,6482	242,9768	266,3054	289,6338	312,9625	336,2909	359,6195	34,9923
Cap	RS	ES	32,1888	54,7040	77,2187	99,7339	122,2488	144,7635	167,2787	189,7933	212,3086	234,8234	257,3382	279,8532	302,3679	324,8831	347,3981	33,7720
Cap	RS	GO	33,0531	56,4372	79,8187	103,2004	126,5819	149,9636	173,3450	196,7266	220,1081	243,4898	266,8715	290,2527	313,6346	337,0161	360,3974	35,0720
Cap	RS	MA	56,0848	102,5106	148,9200	195,3293	241,7388	288,1483	334,5576	380,9670	427,3764	473,7856	520,1956	566,6045	613,0139	659,4234	705,8328	69,6136
Cap	RS	MG	29,4770	49,2918	69,1010	88,9095	108,7185	128,5273	148,3363	168,1453	187,9543	207,7629	227,5720	247,3808	267,1898	286,9985	306,8075	29,7129
Cap	RS	MS	23,1883	36,6994	50,1939	63,6887	77,1833	90,6782	104,1731	117,6680	131,1627	144,6574	158,1525	171,6473	185,1420	198,6368	212,1318	20,2416
Cap	RS	MT	34,6255	59,5854	84,5410	109,4967	134,4525	159,4080	184,3638	209,3193	234,2750	259,2306	284,1865	309,1422	334,0977	359,0533	384,0091	37,4331
Cap	RS	PA	57,8732	106,1009	154,3145	202,5277	250,7411	298,9547	347,1681	395,3814	443,5950	491,8084	540,0218	588,2351	636,4487	684,6621	732,8753	72,3196
Cap	RS	PB	55,2988	100,9189	146,5323	192,1457	237,7593	283,3727	328,9862	374,5997	420,2133	465,8268	511,4402	557,0537	602,6676	648,2812	693,8945	68,4199
Cap	RS	PE	54,3556	99,0440	143,7203	188,3963	233,0725	277,7486	322,4245	367,1010	411,7768	456,4530	501,1290	545,8052	590,4815	635,1576	679,8337	67,0137
Cap	RS	PI	52,5278	95,3829	138,2375	181,0919	223,9464	266,8006	309,6548	352,5094	395,3639	438,2182	481,0726	523,9271	566,7814	609,6360	652,4903	64,2812
Cap	RS	PR	17,3519	25,0437	32,7196	40,3956	48,0715	55,7475	63,4233	71,0996	78,7754	86,4512	94,1272	101,8028	109,4790	117,1550	124,8309	11,5135
Cap	RS	RJ	26,2342	42,8186	59,3908	75,9632	92,5354	109,1076	125,6799	142,2520	158,8243	175,3967	191,9690	208,5414	225,1135	241,6858	258,2580	24,8579
Cap	RS	RN	55,3774	101,0779	146,7621	192,4465	238,1308	283,8152	329,4992	375,1837	420,8677	466,5520	512,2362	557,9206	603,6048	649,2890	694,9735	68,5260
Cap	RS	RO	49,3444	89,0159	128,6867	168,3574	208,0284	247,6992	287,3700	327,0408	366,7117	406,3825	446,0535	485,7240	525,3948	565,0660	604,7368	59,5059
Cap	RS	RR	69,3693	129,0935	188,8032	248,5128	308,2224	367,9321	427,6418	487,3514	547,0611	606,7708	666,4805	726,1900	785,8994	845,6093	905,3188	89,5639
Cap	RS	SC	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	RS	SE	48,4602	87,2295	125,9983	164,7672	203,5360	242,3049	281,0735	319,8425	358,6112	397,3800	436,1489	474,9177	513,6865	552,4554	591,2244	58,1528
Cap	RS	SP	22,0877	34,5060	46,9219	59,3380	71,7539	84,1698	96,5859	109,0013	121,4173	133,8333	146,2491	158,6650	171,0811	183,4971	195,9131	18,6233
Cap	RS	TO	39,4008	69,1361	98,8671	128,5982	158,3291	188,0604	217,7913	247,5225	277,2533	306,9844	336,7153	366,4463	396,1775	425,9084	455,6396	44,5963
Int	RS	AC	53,2182	96,7625	140,3068	183,8509	227,3951	270,9390	314,4834	358,0276	401,5718	445,1159	488,6601	532,2044	575,7486	619,2926	662,8368	65,3156
Int	RS	AL	53,3065	96,9395	140,5717	184,2047	227,8372	271,4700	315,1024	358,7349	402,3678	446,0004	489,6330	533,2655	576,8982	620,5307	664,1635	65,4486

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	RS	AM	58,4181	107,1447	155,8708	204,5972	253,3235	302,0499	350,7761	399,5025	448,2288	496,9551	545,6815	594,4077	643,1342	691,8606	740,5868	73,0891
Int	RS	AP	64,9797	120,2679	175,5560	230,8440	286,1322	341,4201	396,7079	451,9959	507,2840	562,5721	617,8602	673,1483	728,4363	783,7244	839,0123	82,9316
Int	RS	BA	45,8074	81,9235	118,0394	154,1551	190,2710	226,3868	262,5027	298,6187	334,7345	370,8503	406,9663	443,0821	479,1979	515,3139	551,4296	54,1735
Int	RS	CE	59,5854	109,4967	159,4080	209,3193	259,2306	309,1422	359,0533	408,9649	458,8761	508,7874	558,6988	608,6100	658,5215	708,4328	758,3441	74,8666
Int	RS	DF	35,0367	60,3813	85,7260	111,0708	136,4157	161,7602	187,1051	212,4501	237,7947	263,1396	288,4842	313,8291	339,1738	364,5187	389,8632	38,0168
Int	RS	ES	34,2054	58,7365	83,2675	107,7989	132,3300	156,8613	181,3924	205,9234	230,4547	254,9858	279,5172	304,0483	328,5797	353,1108	377,6420	36,7965
Int	RS	GO	35,0720	60,4697	85,8676	111,2654	136,6633	162,0611	187,4590	212,8566	238,2545	263,6524	289,0500	314,4481	339,8459	365,2438	390,6416	38,0964
Int	RS	MA	58,1175	106,5431	154,9689	203,3945	251,8201	300,2459	348,6714	397,0973	445,5228	493,9484	542,3742	590,7997	639,2254	687,6510	736,0768	72,6380
Int	RS	MG	31,4994	53,3244	75,1495	96,9748	118,7997	140,6249	162,4503	184,2752	206,1005	227,9257	249,7507	271,5759	293,4013	315,2261	337,0515	32,7371
Int	RS	MS	25,2207	40,7316	56,2425	71,7539	87,2648	102,7757	118,2869	133,7980	149,3093	164,8201	180,3312	195,8423	211,3533	226,8645	242,3756	23,2662
Int	RS	MT	36,6460	63,6179	90,5898	117,5620	144,5337	171,5057	198,4776	225,4495	252,4213	279,3936	306,3652	333,3374	360,3090	387,2811	414,2530	40,4574
Int	RS	PA	59,9036	110,1334	160,3631	210,5929	260,8227	311,0523	361,2818	411,5117	461,7413	511,9711	562,2008	612,4303	662,6600	712,8897	763,1196	75,3441
Int	RS	PB	57,3217	104,9514	152,5812	200,2108	247,8407	295,4703	343,1002	390,7301	438,3597	485,9895	533,6195	581,2490	628,8789	676,5085	724,1384	71,4443
Int	RS	PE	56,3841	103,0765	149,7689	196,4614	243,1537	289,8461	336,5386	383,2309	429,9233	476,6156	523,3081	570,0006	616,6928	663,3851	710,0775	70,0381
Int	RS	PI	54,5447	99,4156	144,2860	189,1568	234,0273	278,8982	323,7689	368,6395	413,5102	458,3808	503,2516	548,1224	592,9929	637,8637	682,7342	67,3056
Int	RS	PR	19,3840	29,0764	38,7683	48,4606	58,1528	67,8453	77,5371	87,2295	96,9217	106,6139	116,3060	125,9983	135,6903	145,3828	155,0748	14,5378
Int	RS	RJ	28,2625	46,8513	65,4395	84,0281	102,6168	121,2053	139,7939	158,3822	176,9707	195,5593	214,1480	232,7363	251,3248	269,9135	288,5018	27,8824
Int	RS	RN	57,4100	105,1106	152,8109	200,5114	248,2121	295,9125	343,6133	391,3137	439,0141	486,7146	534,4151	582,1157	629,8163	677,5169	725,2174	71,5503
Int	RS	RO	51,3612	93,0485	134,7355	176,4225	218,1096	259,7968	301,4838	343,1710	384,8580	426,5451	468,2322	509,9193	551,6065	593,2936	634,9807	62,5300
Int	RS	RR	71,4001	133,1260	194,8520	256,5777	318,3038	380,0294	441,7555	503,4814	565,2074	626,9334	688,6592	750,3853	812,1108	873,8371	935,5629	92,5884
Int	RS	SC	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	RS	SE	50,4770	91,2619	132,0471	172,8320	213,6173	254,4024	295,1873	335,9726	376,7575	417,5427	458,3278	499,1130	539,8981	580,6830	621,4681	61,1772
Int	RS	SP	24,1064	38,5385	52,9705	67,4028	81,8350	96,2672	110,6994	125,1318	139,5639	153,9962	168,4283	182,8604	197,2926	211,7248	226,1569	21,6479
Int	RS	TO	41,4215	73,1687	104,9161	136,6633	168,4106	200,1578	231,9053	263,6524	295,3998	327,1469	358,8942	390,6416	422,3889	454,1360	485,8834	47,6205
Cap	SC	AC	50,8968	92,1110	133,3206	174,5302	215,7396	256,9492	298,1587	339,3682	380,5780	421,7873	462,9970	504,2066	545,4162	586,6259	627,8352	61,8139
Cap	SC	AL	45,0408	80,4202	115,7932	151,1660	186,5391	221,9121	257,2852	292,6583	328,0315	363,4044	398,7776	434,1503	469,5233	504,8964	540,2694	53,0592
Cap	SC	AM	53,9820	98,2837	142,5703	186,8575	231,1447	275,4315	319,7186	364,0057	408,2926	452,5797	496,8666	541,1538	585,4406	629,7277	674,0146	66,4301
Cap	SC	AP	58,9739	108,2940	157,6041	206,9142	256,2241	305,5343	354,8441	404,1539	453,4641	502,7740	552,0840	601,3939	650,7040	700,0140	749,3238	73,9645
Cap	SC	BA	38,1234	66,5896	95,0469	123,5045	151,9621	180,4196	208,8774	237,3349	265,7924	294,2498	322,7075	351,1651	379,6227	408,0804	436,5379	42,6861
Cap	SC	CE	52,4099	95,1706	137,9189	180,6673	223,4155	266,1640	308,9122	351,6606	394,4087	437,1569	479,9054	522,6536	565,4020	608,1501	650,8987	64,1220
Cap	SC	DF	28,8479	48,0361	67,2082	86,3806	105,5526	124,7250	143,8971	163,0694	182,2414	201,4135	220,5857	239,7577	258,9300	278,1022	297,2744	28,7577
Cap	SC	ES	26,4111	43,1724	59,9214	76,6707	93,4196	110,1690	126,9178	143,6671	160,4163	177,1652	193,9145	210,6636	227,4126	244,1618	260,9111	25,1233
Cap	SC	GO	28,5531	47,4525	66,3416	85,2308	104,1200	123,0093	141,8985	160,7877	179,6765	198,5659	217,4553	236,3445	255,2335	274,1229	293,0121	28,3333
Cap	SC	MA	51,3096	92,9598	134,5940	176,2278	217,8622	259,4960	301,1301	342,7641	384,3983	426,0321	467,6662	509,3002	550,9344	592,5685	634,2025	62,4506
Cap	SC	MG	23,3653	37,0529	50,7246	64,3962	78,0677	91,7395	105,4113	119,0829	132,7544	146,4262	160,0979	173,7696	187,4412	201,1130	214,7846	20,5070
Cap	SC	MS	23,1489	36,6283	50,1056	63,5826	77,0598	90,5367	104,0139	117,4909	130,9682	144,4452	157,9225	171,3996	184,8766	198,3538	211,8310	20,2152
Cap	SC	MT	32,1689	54,6507	77,1305	99,6101	122,0894	144,5690	167,0487	189,5282	212,0078	234,4874	256,9668	279,4464	301,9262	324,4055	346,8851	33,7188
Cap	SC	PA	52,9801	96,3027	139,6169	182,9311	226,2454	269,5597	312,8739	356,1882	399,5025	442,8167	486,1310	529,4452	572,7596	616,0739	659,3881	64,9710
Cap	SC	PB	49,9929	90,3245	130,6499	170,9749	211,3004	251,6254	291,9509	332,2760	372,6012	412,9266	453,2518	493,5771	533,9022	574,2275	614,5528	60,4875
Cap	SC	PE	48,0868	86,4866	124,8839	163,2815	201,6789	240,0762	278,4737	316,8710	355,2685	393,6660	432,0632	470,4609	508,8582	547,2555	585,6531	57,5954
Cap	SC	PI	47,8116	85,9561	124,0881	162,2201	200,3526	238,4845	276,6167	314,7486	352,8810	391,0129	429,1448	467,2772	505,4094	543,5413	581,6734	57,1976
Cap	SC	PR	16,5658	23,4695	30,3672	37,2651	44,1626	51,0604	57,9585	64,8560	71,7539	78,6516	85,5493	92,4470	99,3448	106,2424	113,1402	10,3461
Cap	SC	RJ	20,0441	30,4378	40,8200	51,2020	61,5839	71,9659	82,3479	92,7299	103,1118	113,4938	123,8760	134,2580	144,6399	155,0218	165,4038	15,5725
Cap	SC	RN	52,2137	94,4280	136,6281	178,8279	221,0280	263,2281	305,4281	347,6279	389,8279	432,0279	474,2281	516,4280	558,6279	600,8281	643,0283	63,2996
Cap	SC	RO	48,5781	87,4948	126,4053	165,3155	204,2256	243,1359	282,0464	320,9567	359,8670	398,7776	437,6878	476,5979	515,5081	554,4187	593,3289	58,3650
Cap	SC	RR	63,1003	116,5361	169,9671	223,3979	276,8288	330,2597	383,6908	437,1216	490,5527	543,9835	597,4146	650,8455	704,2765	757,7074	811,1384	80,1459
Cap	SC	RS	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	SC	SE	42,0340	74,4068	106,7731	139,1394	171,5057	203,8719	236,2384	268,6047	300,9709	333,3374	365,7035	398,0699	430,4363	462,8023	495,1689	48,5491
Cap	SC	SP	16,6838	23,7173	30,7385	37,7603	44,7817	51,8034	58,8249	65,8466	72,8679	79,8896	86,9111	93,9324	100,9542	107,9757	114,9974	10,5319
Cap	SC	TO	34,9397	60,2219	85,4962	110,7701	136,0443	161,3183	186,5921	211,8663	237,1403	262,4143	287,6884	312,9625	338,2363	363,5104	388,7844	37,9106
Int	SC	AC	52,9176	96,1435	139,3692	182,5951	225,8209	269,0467	312,2725	355,4983	398,7244	441,9501	485,1759	528,4019	571,6276	614,8535	658,0793	64,8384
Int	SC	AL	47,0634	84,4527	121,8420	159,2313	196,6204	234,0097	271,3991	308,7883	346,1776	383,5668	420,9560	458,3457	495,7346	533,1240	570,5134	56,0835
Int	SC	AM	56,0128	102,3160	148,6192	194,9226	241,2258	287,5293	333,8325	380,1358	426,4390	472,7423	519,0455	565,3490	611,6525	657,9552	704,2587	69,4545
Int	SC	AP	61,0004	112,3267	163,6527	214,9791	266,3054	317,6315	368,9580	420,2840	471,6103	522,9364	574,2630	625,5893	676,9154	728,2417	779,5680	76,9891
Int	SC	BA	40,1480	70,6217	101,0957	131,5696	162,0435	192,5173	222,9912	253,4650	283,9389	314,4127	344,8865	375,3605	405,8341	436,3081	466,7820	45,7104
Int	SC	CE	54,4387	99,2033	143,9678	188,7323	233,4969	278,2616	323,0260	367,7906	412,5551	457,3198	502,0841	546,8488	591,6134	636,3780	681,1424	67,1465
Int	SC	DF	30,8801	52,0686	73,2570	94,4456	115,6340	136,8224	158,0108	179,1991	200,3876	221,5762	242,7647	263,9531	285,1415	306,3299	327,5183	31,7822
Int	SC	ES	28,4393	47,2050	65,9701	84,7356	103,5012	122,2664	141,0318	159,7972	178,5625	197,3280	216,0935	234,8588	253,6240	272,3895	291,1550	28,1478
Int	SC	GO	30,5795	51,4850	72,3904	93,2959	114,2014	135,1069	156,0122	176,9177	197,8232	218,7286	239,6343	260,5394	281,4448	302,3505	323,2560	31,3577
Int	SC	MA	53,3421	96,9923	140,6426	184,2932	227,9433	271,5936	315,2440	358,8942	402,5445	446,1950	489,8451	533,4953	577,1458	620,7961	664,4463	65,4751
Int	SC	MG	25,3974	41,0853	56,7732	72,4612	88,1491	103,8371	119,5250	135,2131	150,9008	166,5888	182,2766	197,9646	213,6524	229,3404	245,0286	23,5315
Int	SC	MS	25,1674	40,6609	56,1544	71,6475	87,1411	102,6343	118,1277	133,6211	149,1147	164,6079	180,1015	195,5946	211,0880	226,5815	242,0748	23,2394
Int	SC	MT	34,1877	58,6835	83,1792	107,6749	132,1708	156,6667	181,1625	205,6584	230,1542	254,6499	279,1458	303,6416	328,1375	352,6332	377,1292	36,7432
Int	SC	PA	55,0049	100,3352	145,6659	190,9964	236,3266	281,6573	326,9876	372,3181	417,6488	462,9793	508,3099	553,6403	598,9710	644,3015	689,6318	67,9953
Int	SC	PB	52,0156	94,3572	136,6986	179,0401	221,3814	263,7230	306,0646	348,4062	390,7477	433,0892	475,4307	517,7721	560,1137	602,4552	644,7966	63,5120
Int	SC	PE	50,1056	90,5190	130,9328	171,3465	211,7601	252,1738	292,5874	333,0012	373,4149	413,8285	454,2422	494,6560	535,0696	575,4831	615,8969	60,6200
Int	SC	PI	49,8403	89,9884	130,1368	170,2855	210,4337	250,5821	290,7304	330,8786	371,0272	411,1756	451,3239	491,4724	531,6209	571,7690	611,9174	60,2219
Int	SC	PR	18,5880	27,5021	36,4161	45,3301	54,2440	63,1581	72,0723	80,9860	89,9000	98,8140	107,7283	116,6420	125,5562	134,4701	143,3843	13,3704
Int	SC	RJ	22,0722	34,4708	46,8689	59,2671	71,6653	84,0636	96,4619	108,8600	121,2581	133,6566	146,0549	158,4529	170,8512	183,2494	195,6478	18,5970
Int	SC	RN	54,2440	98,4602	142,6765	186,8927	231,1090	275,3254	319,5418	363,7578	407,9742	452,1904	496,4068	540,6232	584,8394	629,0557	673,2718	66,3241
Int	SC	RO	50,6007	91,5274	132,4537	173,3804	214,3070	255,2335	296,1601	337,0867	378,0133	418,9398	459,8665	500,7932	541,7196	582,6462	623,5728	61,3895
Int	SC	RR	65,1211	120,5686	176,0157	231,4630	286,9101	342,3573	397,8044	453,2518	508,6991	564,1463	619,5934	675,0406	730,4879	785,9350	841,3823	83,1705
Int	SC	RS	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	SC	SE	44,0566	78,4392	112,8219	147,2044	181,5869	215,9696	250,3522	284,7348	319,1171	353,4997	387,8825	422,2650	456,6475	491,0302	525,4130	51,5734
Int	SC	SP	18,7120	27,7497	36,7876	45,8254	54,8631	63,9010	72,9387	81,9766	91,0144	100,0523	109,0900	118,1277	127,1656	136,2033	145,2413	13,5563
Int	SC	TO	36,9642	64,2547	91,5449	118,8352	146,1255	173,4157	200,7062	227,9964	255,2866	282,5770	309,8673	337,1575	364,4476	391,7381	419,0283	40,9351
Cap	SE	AC	59,2290	108,7717	158,3114	207,8513	257,3914	306,9313	356,4712	406,0111	455,5509	505,0908	554,6310	604,1708	653,7106	703,2508	752,7905	74,3096
Cap	SE	AL	16,5460	23,4164	30,2789	37,1413	44,0035	50,8661	57,7285	64,5907	71,4531	78,3154	85,1778	92,0402	98,9026	105,7648	112,6273	10,2932
Cap	SE	AM	49,4428	89,2281	129,0050	168,7818	208,5590	248,3359	288,1129	327,8898	367,6667	407,4438	447,2207	486,9975	526,7746	566,5516	606,3287	59,6651
Cap	SE	AP	40,5014	71,3116	102,1212	132,9314	163,7412	194,5513	225,3610	256,1710	286,9809	317,7908	348,6007	379,4107	410,2205	441,0305	471,8405	46,2144
Cap	SE	BA	17,2537	24,8490	32,4368	40,0243	47,6118	55,1992	62,7868	70,3739	77,9617	85,5493	93,1366	100,7242	108,3118	115,8994	123,4869	11,3809
Cap	SE	CE	20,9873	32,3128	43,6322	54,9515	66,2709	77,5903	88,9095	100,2289	111,5485	122,8680	134,1871	145,5064	156,8259	168,1453	179,4645	16,9786
Cap	SE	DF	28,2977	46,9219	65,5458	84,1698	102,7937	121,4173	140,0413	158,6650	177,2893	195,9131	214,5369	233,1609	251,7847	270,4086	289,0324	27,9354
Cap	SE	ES	25,8020	41,9168	58,0291	74,1414	90,2538	106,3662	122,4788	138,5912	154,7034	170,8159	186,9283	203,0407	219,1532	235,2656	251,3779	24,1681
Cap	SE	GO	28,3566	47,0634	65,7579	84,4527	103,1473	121,8420	140,5364	159,2313	177,9259	196,6204	215,3151	234,0097	252,7043	271,3991	290,0938	28,0415

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	SE	MA	28,0029	46,3559	64,6967	83,0377	101,3786	119,7194	138,0603	156,4013	174,7422	193,0832	211,4241	229,7652	248,1059	266,4469	284,7878	27,5111
Cap	SE	MG	28,3763	47,0987	65,8111	84,5235	103,2358	121,9480	140,6603	159,3727	178,0850	196,7973	215,5096	234,2219	252,9344	271,6466	290,3588	28,0679
Cap	SE	MS	35,4705	61,2835	87,0880	112,8926	138,6972	164,5018	190,3063	216,1112	241,9157	267,7202	293,5246	319,3296	345,1340	370,9387	396,7433	38,7066
Cap	SE	MT	40,8156	71,9659	103,1118	134,2580	165,4038	196,5499	227,6956	258,8416	289,9874	321,1337	352,2797	383,4254	414,5715	445,7174	476,8633	46,7184
Cap	SE	PA	33,8197	57,9937	82,1533	106,3131	130,4729	154,6326	178,7926	202,9523	227,1122	251,2719	275,4315	299,5916	323,7512	347,9108	372,0706	36,2392
Cap	SE	PB	18,0789	26,5117	34,9306	43,3492	51,7681	60,1866	68,6056	77,0244	85,4433	93,8618	102,2808	110,6994	119,1181	127,5368	135,9557	12,6276
Cap	SE	PE	17,9415	26,2112	34,4708	42,7302	50,9898	59,2493	67,5088	75,7685	84,0281	92,2878	100,5473	108,8071	117,0665	125,3262	133,5857	12,3889
Cap	SE	PI	31,7958	53,9080	76,0164	98,1243	120,2326	142,3405	164,4489	186,5567	208,6651	230,7730	252,8814	274,9894	297,0975	319,2057	341,3139	33,1620
Cap	SE	PR	39,9509	70,2151	100,4767	130,7384	160,9998	191,2614	221,5231	251,7847	282,0464	312,3081	342,5696	372,8311	403,0929	433,3545	463,6162	45,3920
Cap	SE	RJ	31,7958	53,9080	76,0164	98,1243	120,2326	142,3405	164,4489	186,5567	208,6651	230,7730	252,8814	274,9894	297,0975	319,2057	341,3139	33,1620
Cap	SE	RN	20,9873	32,3128	43,6322	54,9515	66,2709	77,5903	88,9095	100,2289	111,5485	122,8680	134,1871	145,5064	156,8259	168,1453	179,4645	16,9786
Cap	SE	RO	53,6482	97,6469	141,6331	185,6196	229,6059	273,5922	317,5787	361,5650	405,5511	449,5375	493,5240	537,5105	581,4967	625,4831	669,4696	65,9792
Cap	SE	RR	53,5106	97,3463	141,1733	185,0004	228,8276	272,6547	316,4819	360,3090	404,1363	447,9637	491,7907	535,6179	579,4451	623,2723	667,0995	65,7403
Cap	SE	RS	48,4602	87,2295	125,9983	164,7672	203,5360	242,3049	281,0735	319,8425	358,6112	397,3800	436,1489	474,9177	513,6865	552,4554	591,2244	58,1528
Cap	SE	SC	42,0340	74,4068	106,7731	139,1394	171,5057	203,8719	236,2384	268,6047	300,9709	333,3374	365,7035	398,0699	430,4363	462,8023	495,1689	48,5491
Cap	SE	SP	35,2935	60,9297	86,5574	112,1851	137,8129	163,4406	189,0682	214,6960	240,3240	265,9517	291,5795	317,2071	342,8349	368,4627	394,0903	38,4412
Cap	SE	TO	34,7235	59,7976	84,8595	109,9213	134,9830	160,0448	185,1065	210,1685	235,2303	260,2918	285,3537	310,4156	335,4773	360,5391	385,6008	37,5924
Int	SE	AC	61,2480	112,8042	164,3604	215,9165	267,4727	319,0288	370,5851	422,1412	473,6977	525,2536	576,8098	628,3660	679,9223	731,4783	783,0347	77,3339
Int	SE	AL	18,5703	27,4490	36,3279	45,2064	54,0850	62,9637	71,8422	80,7208	89,5992	98,4780	107,3566	116,2353	125,1138	133,9926	142,8711	13,3175
Int	SE	AM	51,4674	93,2605	135,0538	176,8470	218,6402	260,4333	302,2265	344,0198	385,8132	427,6063	469,3995	511,1928	552,9860	594,7791	636,5724	62,6894
Int	SE	AP	42,5180	75,3441	108,1703	140,9964	173,8227	206,6488	239,4748	272,3008	305,1275	337,9534	370,7794	403,6058	436,4318	469,2581	502,0841	49,2387
Int	SE	BA	19,2778	28,8818	38,4854	48,0892	57,6931	67,2967	76,9004	86,5044	96,1082	105,7118	115,3158	124,9192	134,5231	144,1271	153,7307	14,4054
Int	SE	CE	23,0095	36,3454	49,6809	63,0167	76,3523	89,6877	103,0235	116,3590	129,6948	143,0303	156,3662	169,7017	183,0374	196,3729	209,7086	20,0031
Int	SE	DF	30,3142	50,9544	71,5945	92,2347	112,8748	133,5151	154,1551	174,7956	195,4357	216,0758	236,7159	257,3560	277,9961	298,6363	319,2765	30,9597
Int	SE	ES	27,8205	45,9491	64,0777	82,2066	100,3352	118,4638	136,5926	154,7212	172,8499	190,9785	209,1072	227,2358	245,3646	263,4930	281,6219	27,1927
Int	SE	GO	30,3850	51,0959	71,8068	92,5176	113,2286	133,9396	154,6506	175,3614	196,0723	216,7832	237,4941	258,2051	278,9161	299,6269	320,3377	31,0657
Int	SE	MA	30,0312	50,3884	70,7456	91,1027	111,4600	131,8170	152,1743	172,5316	192,8888	213,2457	233,6030	253,9600	274,3174	294,6747	315,0318	30,5355
Int	SE	MG	30,4025	51,1312	71,8600	92,5884	113,3172	134,0457	154,7740	175,5030	196,2315	216,9599	237,6886	258,4172	279,1458	299,8745	320,6031	31,0924
Int	SE	MS	37,4951	65,3156	93,1366	120,9577	148,7787	176,5994	204,4203	232,2412	260,0622	287,8829	315,7038	343,5246	371,3454	399,1664	426,9875	41,7308
Int	SE	MT	42,8363	75,9985	109,1606	142,3228	175,4852	208,6475	241,8095	274,9718	308,1339	341,2962	374,4581	407,6207	440,7829	473,9450	507,1072	49,7428
Int	SE	PA	35,8501	62,0262	88,2021	114,3782	140,5543	166,7304	192,9065	219,0825	245,2584	271,4344	297,6105	323,7865	349,9626	376,1385	402,3149	39,2636
Int	SE	PB	20,1092	30,5440	40,9792	51,4142	61,8493	72,2842	82,7193	93,1542	103,5895	114,0246	124,4596	134,8946	145,3296	155,7647	166,1997	15,6520
Int	SE	PE	19,9676	30,2436	40,5193	50,7952	61,0712	71,3470	81,6229	91,8985	102,1746	112,4504	122,7264	133,0022	143,2779	153,5538	163,8297	15,4133
Int	SE	PI	33,8162	57,9408	82,0649	106,1894	130,3137	154,4383	178,5625	202,6870	226,8113	250,9358	275,0603	299,1845	323,3089	347,4334	371,5577	36,1860
Int	SE	PR	41,9699	74,2475	106,5254	138,8034	171,0811	203,3592	235,6369	267,9149	300,1928	332,4705	364,7485	397,0264	429,3042	461,5823	493,8599	48,4162
Int	SE	RJ	33,8162	57,9408	82,0649	106,1894	130,3137	154,4383	178,5625	202,6870	226,8113	250,9358	275,0603	299,1845	323,3089	347,4334	371,5577	36,1860
Int	SE	RN	23,0095	36,3454	49,6809	63,0167	76,3523	89,6877	103,0235	116,3590	129,6948	143,0303	156,3662	169,7017	183,0374	196,3729	209,7086	20,0031
Int	SE	RO	55,6768	101,6795	147,6818	193,6845	239,6873	285,6898	331,6925	377,6951	423,6975	469,7003	515,7029	561,7053	607,7082	653,7106	699,7133	69,0036
Int	SE	RR	55,5353	101,3786	147,2221	193,0655	238,9090	284,7523	330,5956	376,4392	422,2828	468,1262	513,9697	559,8131	605,6565	651,5000	697,3434	68,7648
Int	SE	RS	50,4770	91,2619	132,0471	172,8320	213,6173	254,4024	295,1873	335,9726	376,7575	417,5427	458,3278	499,1130	539,8981	580,6830	621,4681	61,1772
Int	SE	SC	44,0566	78,4392	112,8219	147,2044	181,5869	215,9696	250,3522	284,7348	319,1171	353,4997	387,8825	422,2650	456,6475	491,0302	525,4130	51,5734
Int	SE	SP	37,3181	64,9622	92,6062	120,2503	147,8941	175,5384	203,1821	230,8262	258,4701	286,1143	313,7582	341,4022	369,0462	396,6903	424,3344	41,4655
Int	SE	TO	36,7523	63,8301	90,9081	117,9863	145,0643	172,1425	199,2204	226,2984	253,3767	280,4546	307,5326	334,6107	361,6887	388,7667	415,8449	40,6167
Cap	SP	AC	51,2899	92,9068	134,5231	176,1396	217,7561	259,3723	300,9886	342,6049	384,2212	425,8375	467,4539	509,0705	550,6868	592,3030	633,9195	62,4240
Cap	SP	AL	38,3789	67,0844	95,7896	124,4949	153,2002	181,9053	210,6106	239,3158	268,0210	296,7261	325,4313	354,1367	382,8418	411,5470	440,2521	43,0573
Cap	SP	AM	49,9733	90,2891	130,5966	170,9043	211,2119	251,5195	291,8269	332,1344	372,4422	412,7496	453,0574	493,3649	533,6725	573,9799	614,2873	60,4610
Cap	SP	AP	52,8226	95,9843	139,1394	182,2946	225,4495	268,6047	311,7596	354,9148	398,0699	441,2249	484,3801	527,5351	570,6902	613,8453	657,0004	64,7322
Cap	SP	BA	31,2649	52,8645	74,4598	96,0550	117,6504	139,2456	160,8408	182,4361	204,0311	225,6264	247,2217	268,8169	290,4121	312,0073	333,6028	32,3923
Cap	SP	CE	45,1980	80,7386	116,2707	151,8030	187,3351	222,8673	258,3995	293,9315	329,4638	364,9961	400,5281	436,0605	471,5927	507,1249	542,6571	53,2979
Cap	SP	DF	22,0093	34,3643	46,7096	59,0548	71,4001	83,7451	96,0904	108,4356	120,7807	133,1260	145,4712	157,8164	170,1615	182,5069	194,8520	18,5175
Cap	SP	ES	20,3194	30,9687	41,6159	52,2632	62,9107	73,5578	84,2052	94,8522	105,4997	116,1466	126,7941	137,4413	148,0887	158,7360	169,3832	15,9704
Cap	SP	GO	22,4417	35,1957	47,9477	60,6996	73,4517	86,2035	98,9555	111,7076	124,4596	137,2116	149,9636	162,7155	175,4675	188,2194	200,9713	19,1275
Cap	SP	MA	44,1565	78,6339	113,1048	147,5757	182,0468	216,5178	250,9890	285,4598	319,9307	354,4018	388,8729	423,3441	457,8148	492,2858	526,7571	51,7060
Cap	SP	MG	17,8037	25,9457	34,0814	42,2172	50,3530	58,4889	66,6247	74,7604	82,8962	91,0321	99,1679	107,3034	115,4395	123,5752	131,7112	12,2032
Cap	SP	MS	22,5399	35,4080	48,2661	61,1242	73,9822	86,8404	99,6985	112,5564	125,4147	138,2728	151,1306	163,9887	176,8470	189,7050	202,5631	19,2867
Cap	SP	MT	29,9679	50,2823	70,5865	90,8906	111,1945	131,4988	151,8030	172,1070	192,4111	212,7150	233,0194	253,3235	273,6276	293,9315	314,2357	30,4558
Cap	SP	PA	46,4361	83,2146	119,9848	156,7551	193,5254	230,2956	267,0657	303,8361	340,6063	377,3765	414,1470	450,9171	487,6874	524,4577	561,2279	55,1551
Cap	SP	PB	42,3287	75,0081	107,6749	140,3420	173,0091	205,6759	238,3431	271,0100	303,6771	336,3439	369,0109	401,6779	434,3448	467,0118	499,6788	49,0001
Cap	SP	PE	41,1498	72,6203	104,0845	135,5489	167,0133	198,4776	229,9419	261,4063	292,8704	324,3347	355,7989	387,2633	418,7278	450,1920	481,6564	47,1961
Cap	SP	PI	40,9730	72,2666	103,5542	134,8414	166,1289	197,4164	228,7038	259,9914	291,2786	322,5660	353,8535	385,1409	416,4287	447,7157	479,0034	46,9305
Cap	SP	PR	16,6443	23,6110	30,5619	37,5126	44,4633	51,4142	58,3650	65,3156	72,2666	79,2174	86,1682	93,1191	100,0699	107,0205	113,9715	10,4257
Cap	SP	RJ	17,1947	24,7076	32,2067	39,7058	47,2050	54,7040	62,2028	69,7021	77,2012	84,7003	92,1993	99,6985	107,1975	114,6965	122,1955	11,2482
Cap	SP	RN	44,8444	80,0310	115,2095	150,3880	185,5666	220,7448	255,9234	291,1018	326,2803	361,4589	396,6373	431,8158	466,9942	502,1727	537,3511	52,7674
Cap	SP	RO	43,4491	77,2363	111,0177	144,7991	178,5803	212,3616	246,1426	279,9239	313,7052	347,4865	381,2678	415,0488	448,8303	482,6114	516,3927	50,6715
Cap	SP	RR	58,1091	106,5609	155,0041	203,4476	251,8908	300,3342	348,7777	397,2208	445,6643	494,1076	542,5510	590,9944	639,4377	687,8810	736,3246	72,6645
Cap	SP	RS	22,0877	34,5060	46,9219	59,3380	71,7539	84,1698	96,5859	109,0013	121,4173	133,8333	146,2491	158,6650	171,0811	183,4971	195,9131	18,6233
Cap	SP	SC	16,6838	23,7173	30,7385	37,7603	44,7817	51,8034	58,8249	65,8466	72,8679	79,8896	86,9111	93,9324	100,9542	107,9757	114,9974	10,5319
Cap	SP	SE	35,2935	60,9297	86,5574	112,1851	137,8129	163,4406	189,0682	214,6960	240,3240	265,9517	291,5795	317,2071	342,8349	368,4627	394,0903	38,4412
Cap	SP	TO	29,0249	48,3898	67,7388	87,0880	106,4370	125,7863	145,1351	164,4842	183,8331	203,1821	222,5312	241,8802	261,2295	280,5784	299,9276	29,0232
Int	SP	AC	53,3065	96,9395	140,5717	184,2047	227,8372	271,4700	315,1024	358,7349	402,3678	446,0004	489,6330	533,2655	576,8982	620,5307	664,1635	65,4486
Int	SP	AL	40,3956	71,1171	101,8387	132,5597	163,2815	194,0028	224,7244	255,4458	286,1674	316,8888	347,6102	378,3317	409,0532	439,7747	470,4962	46,0818
Int	SP	AM	51,9978	94,3219	136,6456	178,9694	221,2934	263,6170	305,9407	348,2646	390,5884	432,9123	475,2362	517,5600	559,8839	602,2076	644,5314	63,4853
Int	SP	AP	54,8453	100,0168	145,1881	190,3596	235,5307	280,7022	325,8736	371,0448	416,2164	461,3876	506,5589	551,7304	596,9017	642,0729	687,2445	67,7566
Int	SP	BA	33,2855	56,8971	80,5086	104,1200	127,7314	151,3431	174,9546	198,5659	222,1776	245,7891	269,4004	293,0121	316,6235	340,2351	363,8464	35,4169
Int	SP	CE	47,2227	84,7708	122,3195	159,8681	197,4164	234,9648	272,5131	310,0618	347,6102	385,1586	422,7073	460,2558	497,8041	535,3525	572,9012	56,3222
Int	SP	DF	24,0355	38,3971	52,7586	67,1198	81,4813	95,8427	110,2044	124,5657	138,9271	153,2885	167,6501	182,0116	196,3729	210,7343	225,0957	21,5417
Int	SP	ES	22,3377	35,0012	47,6646	60,3282	72,9918	85,6553	98,3189	110,9825	123,6459	136,3097	148,9733	161,6365	174,3001	186,9637	199,6271	18,9950
Int	SP	GO	24,4602	39,2282	53,9964	68,7648	83,5331	98,3014	113,0694	127,8377	142,6060	157,3741	172,1425	186,9106	201,6789	216,4469	231,2153	22,1519
Int	SP	MA	46,1790	82,6663	119,1536	155,6409	192,1280	228,6154	265,1026	301,5900	338,0772	374,5645	411,0517	447,5390	484,0261	520,5135	557,0010	54,7305
Int	SP	MG	19,8262	29,9781	40,1302	50,2823	60,4342	70,5865	80,7386	90,8906	101,0425	111,1945	121,3466	131,4988	141,6508	151,8030	161,9550	15,2276
Int	SP	MS	24,5662	39,4404	54,3149	69,1892	84,0636	98,9379	113,8122	128,6867	143,5609	158,4352	173,3098	188,1841	203,0584	217,9326	232,8071	22,3112
Int	SP	MT	31,9945	54,3149	76,6355	98,9555	121,2759	143,5963	165,9166	188,2371	210,5575	232,8778	255,1981	277,5186	299,8389	322,1595	344,4797	33,4801
Int	SP	PA	48,4606	87,2472	126,0337	164,8201	203,6068	242,3932	281,1794	319,9663	358,7527	397,5393	436,3258	475,1123	513,8988	552,6854	591,4718	58,1793
Int	SP	PB	44,3573	79,0404	113,7238	148,4070	183,0905	217,7737	252,4568	287,1402	321,8232	356,5068	391,1900	425,8729	460,5562	495,2396	529,9229	52,0243
Int	SP	PE	43,1724	76,6531	110,1334	143,6141	177,0947	210,5751	244,0557	277,5364	311,0170	344,4973	377,9780	411,4584	444,9391	478,4196	511,9001	50,2205
Int	SP	PI	42,9956	76,2992	109,6028	142,9063	176,2103	209,5140	242,8176	276,1213	309,4250	342,7289	376,0323	409,3364	442,6400	475,9435	509,2473	49,9551
Int	SP	PR	18,6765	27,6436	36,6107	45,5777	54,5447	63,5120	72,4789	81,4459	90,4131	99,3801	108,3472	117,3144	126,2812	135,2484	144,2154	13,4503
Int	SP	RJ	19,2247	28,7400	38,2555	47,7707	57,2862	66,8015	76,3168	85,8323	95,3477	104,8630	114,3782	123,8936	133,4090	142,9243	152,4395	14,2726
Int	SP	RN	46,8689	84,0636	121,2581	158,4529	195,6478	232,8426	270,0372	307,2321	344,4268	381,6213	418,8159	456,0110	493,2056	530,4004	567,5951	55,7917

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	SP	RO	45,4715	81,2692	117,0665	152,8640	188,6616	224,4591	260,2565	296,0541	331,8515	367,6492	403,4464	439,2441	475,0415	510,8392	546,6364	53,6960
Int	SP	RR	60,1337	110,5933	161,0528	211,5126	261,9722	312,4320	362,8913	413,3509	463,8107	514,2702	564,7297	615,1897	665,6491	716,1088	766,5683	75,6891
Int	SP	RS	24,1064	38,5385	52,9705	67,4028	81,8350	96,2672	110,6994	125,1318	139,5639	153,9962	168,4283	182,8604	197,2926	211,7248	226,1569	21,6479
Int	SP	SC	18,7120	27,7497	36,7876	45,8254	54,8631	63,9010	72,9387	81,9766	91,0144	100,0523	109,0900	118,1277	127,1656	136,2033	145,2413	13,5563
Int	SP	SE	37,3181	64,9622	92,6062	120,2503	147,8941	175,5384	203,1821	230,8262	258,4701	286,1143	313,7582	341,4022	369,0462	396,6903	424,3344	41,4655
Int	SP	TO	31,0569	52,4226	73,7876	95,1529	116,5182	137,8835	159,2491	180,6143	201,9797	223,3448	244,7101	266,0754	287,4408	308,8061	330,1714	32,0475
Cap	TO	AC	50,6413	91,6335	132,6130	173,5928	214,5722	255,5520	296,5315	337,5114	378,4910	419,4706	460,4502	501,4297	542,4095	583,3893	624,3687	61,4690
Cap	TO	AL	38,1039	66,5539	94,9937	123,4337	151,8736	180,3136	208,7536	237,1934	265,6331	294,0731	322,5130	350,9530	379,3928	407,8326	436,2726	42,6595
Cap	TO	AM	43,2723	76,8829	110,4873	144,0917	177,6959	211,3004	244,9049	278,5090	312,1134	345,7178	379,3221	412,9266	446,5310	480,1352	513,7397	50,4062
Cap	TO	AP	44,2744	78,8991	113,5116	148,1240	182,7367	217,3491	251,9615	286,5739	321,1867	355,7989	390,4114	425,0243	459,6366	494,2490	528,8618	51,9181
Cap	TO	BA	31,8547	54,0495	76,2285	98,4071	120,5862	142,7650	164,9440	187,1228	209,3018	231,4807	253,6594	275,8382	298,0173	320,1963	342,3751	33,2680
Cap	TO	CE	40,4618	71,2585	102,0507	132,8428	163,6351	194,4272	225,2196	256,0121	286,8040	317,5964	348,3884	379,1807	409,9728	440,7650	471,5574	46,1879
Cap	TO	DF	22,1077	34,5414	46,9750	59,4086	71,8422	84,2760	96,7094	109,1431	121,5765	134,0102	146,4438	158,8776	171,3111	183,7448	196,1783	18,6499
Cap	TO	ES	32,8569	56,0482	79,2350	102,4221	125,6092	148,7964	171,9834	195,1702	218,3571	241,5442	264,7312	287,9182	311,1053	334,2923	357,4795	34,7801
Cap	TO	GO	22,2451	34,8067	47,3643	59,9214	72,4789	85,0363	97,5938	110,1512	122,7085	135,2660	147,8232	160,3808	172,9384	185,4957	198,0532	18,8358
Cap	TO	MA	38,6541	67,6505	96,6386	125,6269	154,6152	183,6033	212,5915	241,5795	270,5678	299,5560	328,5443	357,5324	386,5206	415,5088	444,4970	43,4817
Cap	TO	MG	27,5116	45,3655	63,2113	81,0569	98,9026	116,7481	134,5940	152,4395	170,2855	188,1309	205,9767	223,8223	241,6680	259,5137	277,3595	26,7681
Cap	TO	MS	28,9855	48,2837	67,5797	86,8757	106,1717	125,4678	144,7635	164,0596	183,3556	202,6515	221,9477	241,2434	260,5394	279,8353	299,1314	28,9436
Cap	TO	MT	30,0270	50,3708	70,7100	91,0498	111,3891	131,7287	152,0682	172,4076	192,7470	213,0866	233,4262	253,7656	274,1053	294,4445	314,7839	30,5089
Cap	TO	PA	40,1868	70,7280	101,2549	131,7816	162,3086	192,8357	223,3623	253,8894	284,4165	314,9433	345,4703	375,9970	406,5240	437,0509	467,5778	45,7899
Cap	TO	PB	40,8352	72,0013	103,1651	134,3287	165,4923	196,6559	227,8195	258,9831	290,1468	321,3103	352,4740	383,6377	414,8012	445,9651	477,1286	46,7448
Cap	TO	PE	39,7546	69,8259	99,8931	129,9599	160,0269	190,0940	220,1612	250,2283	280,2954	310,3625	340,4294	370,4966	400,5637	430,6307	460,6977	45,1002
Cap	TO	PI	35,3918	61,1242	86,8404	112,5564	138,2728	163,9887	189,7050	215,4213	241,1373	266,8537	292,5699	318,2859	344,0023	369,7186	395,4344	38,5738
Cap	TO	PR	32,0707	54,4738	76,8651	99,2564	121,6473	144,0386	166,4297	188,8208	211,2119	233,6030	255,9942	278,3851	300,7762	323,1675	345,5584	33,5863
Cap	TO	RJ	29,7911	49,9287	70,0557	90,1830	110,3104	130,4377	150,5648	170,6919	190,8194	210,9464	231,0738	251,2011	271,3284	291,4556	311,5826	30,1905
Cap	TO	RN	42,3092	74,9728	107,6219	140,2713	172,9207	205,5699	238,2190	270,8686	303,5178	336,1671	368,8163	401,4657	434,1149	466,7643	499,4134	48,9734
Cap	TO	RO	43,4882	77,2899	111,0886	144,8875	178,6864	212,4853	246,2843	280,0832	313,8820	347,6811	381,4799	415,2786	449,0778	482,8768	516,6757	50,6979
Cap	TO	RR	51,0147	92,3762	133,7272	175,0784	216,4294	257,7806	299,1314	340,4826	381,8337	423,1847	464,5358	505,8870	547,2380	588,5891	629,9398	62,0262
Cap	TO	RS	39,4008	69,1361	98,8671	128,5982	158,3291	188,0604	217,7913	247,5225	277,2533	306,9844	336,7153	366,4463	396,1775	425,9084	455,6396	44,5963
Cap	TO	SC	34,9397	60,2219	85,4962	110,7701	136,0443	161,3183	186,5921	211,8663	237,1403	262,4143	287,6884	312,9625	338,2363	363,5104	388,7844	37,9106
Cap	TO	SE	34,7235	59,7976	84,8595	109,9213	134,9830	160,0448	185,1065	210,1685	235,2303	260,2918	285,3537	310,4156	335,4773	360,5391	385,6008	37,5924
Cap	TO	SP	29,0249	48,3898	67,7388	87,0880	106,4370	125,7863	145,1351	164,4842	183,8331	203,1821	222,5312	241,8802	261,2295	280,5784	299,9276	29,0232
Int	TO	AC	52,6700	95,6660	138,6619	181,6576	224,6538	267,6495	310,6453	353,6413	396,6373	439,6332	482,6290	525,6248	568,6210	611,6169	654,6127	64,4934
Int	TO	AL	40,1302	70,5865	101,0425	131,4988	161,9550	192,4111	222,8673	253,3235	283,7794	314,2357	344,6920	375,1483	405,6044	436,0605	466,5167	45,6839
Int	TO	AM	45,2948	80,9155	116,5361	152,1565	187,7773	223,3979	259,0185	294,6392	330,2597	365,8804	401,5011	437,1216	472,7423	508,3629	543,9835	53,4306
Int	TO	AP	46,3028	82,9316	119,5603	156,1894	192,8182	229,4467	266,0754	302,7042	339,3330	375,9618	412,5906	449,2193	485,8481	522,4768	559,1056	54,9426
Int	TO	BA	33,8869	58,0820	82,2774	106,4725	130,6674	154,8627	179,0576	203,2529	227,4481	251,6432	275,8382	300,0336	324,2286	348,4239	372,6189	36,2923
Int	TO	CE	42,4826	75,2913	108,0996	140,9078	173,7164	206,5249	239,3334	272,1420	304,9504	337,7588	370,5675	403,3758	436,1844	468,9927	501,8012	49,2123
Int	TO	DF	24,1240	38,5738	53,0237	67,4736	81,9235	96,3733	110,8232	125,2732	139,7230	154,1728	168,6229	183,0726	197,5225	211,9724	226,4224	21,6746
Int	TO	ES	34,8773	60,0805	85,2838	110,4873	135,6903	160,8938	186,0971	211,3004	236,5035	261,7068	286,9101	312,1134	337,3168	362,5200	387,7232	37,8044
Int	TO	GO	24,2657	38,8391	53,4128	67,9867	82,5603	97,1338	111,7076	126,2812	140,8550	155,4285	170,0025	184,5759	199,1498	213,7233	228,2971	21,8601
Int	TO	MA	40,6785	71,6830	102,6874	133,6918	164,6966	195,7008	226,7053	257,7097	288,7139	319,7186	350,7230	381,7276	412,7320	443,7365	474,7408	46,5062
Int	TO	MG	29,5362	49,3979	69,2599	89,1220	108,9838	128,8456	148,7078	168,5697	188,4317	208,2935	228,1555	248,0175	267,8793	287,7413	307,6034	29,7925
Int	TO	MS	31,0040	52,3162	73,6286	94,9409	116,2530	137,5652	158,8776	180,1897	201,5020	222,8143	244,1265	265,4386	286,7508	308,0633	329,3755	31,9679
Int	TO	MT	32,0475	54,4034	76,7590	99,1148	121,4705	143,8263	166,1819	188,5377	210,8935	233,2492	255,6051	277,9608	300,3166	322,6722	345,0281	33,5330
Int	TO	PA	42,2172	74,7604	107,3034	139,8468	172,3899	204,9332	237,4763	270,0194	302,5627	335,1058	367,6492	400,1922	432,7352	465,2787	497,8217	48,8144
Int	TO	PB	42,8539	76,0340	109,2137	142,3935	175,5736	208,7536	241,9333	275,1132	308,2932	341,4733	374,6529	407,8326	441,0128	474,1926	507,3725	49,7693
Int	TO	PE	41,7751	73,8585	105,9417	138,0251	170,1085	202,1917	234,2750	266,3586	298,4417	330,5248	362,6085	394,6918	426,7750	458,8583	490,9416	48,1247
Int	TO	PI	37,4242	65,1567	92,8892	120,6216	148,3540	176,0863	203,8188	231,5514	259,2839	287,0162	314,7486	342,4812	370,2136	397,9460	425,6786	41,5983
Int	TO	PR	34,0993	58,5064	82,9139	107,3213	131,7287	156,1363	180,5436	204,9508	229,3583	253,7656	278,1730	302,5804	326,9876	351,3953	375,8027	36,6107
Int	TO	RJ	31,8177	53,9610	76,1046	98,2482	120,3917	142,5350	164,6787	186,8222	208,9659	231,1090	253,2526	275,3962	297,5397	319,6834	341,8268	33,2149
Int	TO	RN	44,3397	79,0051	113,6707	148,3363	183,0019	217,6675	252,3329	286,9985	321,6641	356,3296	390,9953	425,6608	460,3263	494,9920	529,6576	51,9978
Int	TO	RO	45,5072	81,3222	117,1373	152,9524	188,7677	224,5830	260,3980	296,2132	332,0286	367,8435	403,6589	439,4739	475,2892	511,1043	546,9196	53,7223
Int	TO	RR	53,0416	96,4086	139,7760	183,1433	226,5107	269,8779	313,2453	356,6128	399,9800	443,3472	486,7146	530,0820	573,4493	616,8168	660,1840	65,0506
Int	TO	RS	41,4215	73,1687	104,9161	136,6633	168,4106	200,1578	231,9053	263,6524	295,3998	327,1469	358,8942	390,6416	422,3889	454,1360	485,8834	47,6205
Int	TO	SC	36,9642	64,2547	91,5449	118,8352	146,1255	173,4157	200,7062	227,9964	255,2866	282,5770	309,8673	337,1575	364,4476	391,7381	419,0283	40,9351
Int	TO	SE	36,7523	63,8301	90,9081	117,9863	145,0643	172,1425	199,2204	226,2984	253,3767	280,4546	307,5326	334,6107	361,6887	388,7667	415,8449	40,6167
Int	TO	SP	31,0569	52,4226	73,7876	95,1529	116,5182	137,8835	159,2491	180,6143	201,9797	223,3448	244,7101	266,0754	287,4408	308,8061	330,1714	32,0475
Local	TODAS	TODOS	12,3407	14,3610	16,3774	18,3935	20,4100	22,4261	24,4424	26,4584	28,4749	30,4911	32,5074	34,5238	36,5399	38,5559	40,5723	3,0240
Estadual	TODAS	TODOS	10,7490	12,3624	13,9719	15,5813	17,1909	18,8004	20,4100	22,0194	23,6286	25,2382	26,8477	28,4570	30,0666	31,6759	33,2855	2,4225

ANEXO IV

Tarifas Máximas Autorizadas para serviço de Malote, constituindo-se no teto de preço, conforme item 7.4 do Anexo e Art. 4º da Portaria MF nº 244/2010 (valores arredondados).

TARIFA REVISÃO 2017			PESO(kg)	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	excedente
Serviço	Origem	Destino	até 1	1 até2	2 até	3 até 4	4 até 5	5 até 6	6 até 7	7 até 8	8 até 9	9 até 10	10 até 11	11 até 12	12 até 13	13 até 14	14 até 15	Kg ou fração
Cap	AC	AL	61,47	113,26	165,05	216,84	268,62	320,41	372,19	423,98	475,77	527,55	579,34	631,13	682,91	734,70	786,48	77,68
Cap	AC	AM	26,23	42,82	59,39	75,96	92,54	109,11	125,68	142,25	158,82	175,40	191,97	208,54	225,11	241,69	258,26	24,87
Cap	AC	AP	50,50	91,33	132,15	172,97	213,79	254,61	295,44	336,26	377,08	417,90	458,72	499,54	540,36	581,18	622,00	61,23
Cap	AC	BA	57,56	105,46	153,36	201,25	249,15	297,04	344,94	392,83	440,73	488,62	536,52	584,41	632,31	680,20	728,10	71,84
Cap	AC	CE	58,09	106,51	154,92	203,32	251,73	300,14	348,55	396,96	445,36	493,77	542,18	590,59	639,00	687,40	735,81	72,62
Cap	AC	DF	46,26	82,86	119,45	156,05	192,64	229,23	265,83	302,42	339,01	375,61	412,20	448,79	485,39	521,98	558,58	54,90
Cap	AC	ES	56,42	103,15	149,88	196,60	243,33	290,06	336,79	383,51	430,24	476,97	523,70	570,42	617,15	663,88	710,61	70,09
Cap	AC	GO	44,10	78,55	112,98	147,42	181,85	216,29	250,72	285,16	319,59	354,03	388,47	422,90	457,34	491,77	526,21	51,66
Cap	AC	MA	49,89	90,13	130,35	170,57	210,79	251,01	291,23	331,44	371,66	411,88	452,10	492,32	532,54	572,76	612,98	60,33
Cap	AC	MG	50,54	91,42	132,29	173,17	214,04	254,92	295,79	336,66	377,54	418,41	459,28	500,16	541,03	581,90	622,78	61,32
Cap	AC	MS	28,57	47,49	66,39	85,30	104,21	123,12	142,02	160,93	179,84	198,74	217,65	236,56	255,46	274,37	293,28	28,37
Cap	AC	MT	30,91	52,16	73,40	94,64	115,88	137,12	158,36	179,61	200,85	222,09	243,33	264,57	285,81	307,06	328,30	31,87
Cap	AC	PA	44,53	79,38	114,22	149,06	183,90	218,75	253,59	288,43	323,27	358,12	392,96	427,80	462,64	497,49	532,33	52,26
Cap	AC	PB	67,46	125,26	183,04	240,82	298,60	356,38	414,16	471,95	529,73	587,51	645,29	703,07	760,86	818,64	876,42	86,68
Cap	AC	PE	62,86	116,06	169,24	222,43	275,61	328,79	381,98	435,16	488,34	541,53	594,71	647,89	701,08	754,26	807,44	79,78
Cap	AC	PI	51,01	92,38	133,73	175,08	216,43	257,78	299,13	340,48	381,83	423,18	464,54	505,89	547,24	588,59	629,94	62,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	AC	PR	47,79	85,90	124,00	162,10	200,19	238,29	276,39	314,48	352,58	390,68	428,77	466,87	504,97	543,06	581,16	57,14
Cap	AC	RJ	53,71	97,74	141,76	185,78	229,80	273,82	317,84	361,87	405,89	449,91	493,93	537,95	581,97	626,00	670,02	66,04
Cap	AC	RN	64,69	119,72	174,74	229,77	284,79	339,81	394,83	449,86	504,88	559,90	614,92	669,95	724,97	779,99	835,02	82,54
Cap	AC	RO	17,84	26,00	34,15	42,31	50,46	58,61	66,77	74,92	83,07	91,23	99,38	107,53	115,69	123,84	131,99	12,24
Cap	AC	RR	33,25	56,83	80,40	103,98	127,55	151,13	174,71	198,28	221,86	245,44	269,01	292,59	316,16	339,74	363,32	35,37
Cap	AC	RS	51,19	92,73	134,26	175,79	217,31	258,84	300,37	341,90	383,43	424,95	466,48	508,01	549,54	591,07	632,59	62,29
Cap	AC	SC	50,90	92,11	133,32	174,53	215,74	256,95	298,16	339,37	380,58	421,79	463,00	504,21	545,42	586,63	627,84	61,81
Cap	AC	SE	59,23	108,77	158,31	207,85	257,39	306,93	356,47	406,01	455,55	505,09	554,63	604,17	653,71	703,25	752,79	74,32
Cap	AC	SP	51,29	92,91	134,52	176,14	217,76	259,37	300,99	342,60	384,22	425,84	467,45	509,07	550,69	592,30	633,92	62,43
Cap	AC	TO	50,64	91,63	132,61	173,59	214,57	255,55	296,53	337,51	378,49	419,47	460,45	501,43	542,41	583,39	624,37	61,48
Int	AC	AL	63,49	117,30	171,10	224,90	278,70	332,51	386,31	440,11	493,91	547,72	601,52	655,32	709,12	762,93	816,73	80,70
Int	AC	AM	28,26	46,85	65,44	84,03	102,62	121,21	139,79	158,38	176,97	195,56	214,15	232,74	251,32	269,91	288,50	27,89
Int	AC	AP	52,53	95,37	138,20	181,04	223,88	266,71	309,55	352,39	395,22	438,06	480,90	523,73	566,57	609,41	652,24	64,25
Int	AC	BA	59,59	109,50	159,41	209,32	259,23	309,14	359,05	408,96	458,88	508,79	558,70	608,61	658,52	708,43	758,34	74,87
Int	AC	CE	60,12	110,54	160,96	211,39	261,81	312,24	362,66	413,09	463,51	513,93	564,36	614,78	665,21	715,63	766,06	75,64
Int	AC	DF	48,28	86,89	125,50	164,11	202,72	241,33	279,94	318,55	357,16	395,77	434,38	472,99	511,60	550,21	588,82	57,92
Int	AC	ES	58,44	107,18	155,92	204,67	253,41	302,16	350,90	399,64	448,39	497,13	545,88	594,62	643,36	692,11	740,85	73,12
Int	AC	GO	46,13	82,58	119,03	155,48	191,93	228,39	264,84	301,29	337,74	374,19	410,65	447,10	483,55	520,00	556,45	54,69
Int	AC	MA	51,93	94,16	136,40	178,63	220,87	263,10	305,34	347,57	389,81	432,05	474,28	516,52	558,75	600,99	643,22	63,35
Int	AC	MG	52,56	95,45	138,34	181,23	224,12	267,01	309,90	352,79	395,68	438,57	481,46	524,35	567,24	610,13	653,02	64,34
Int	AC	MS	30,60	51,52	72,44	93,37	114,29	135,21	156,14	177,06	197,98	218,91	239,83	260,75	281,68	302,60	323,52	31,39
Int	AC	MT	32,93	56,19	79,45	102,71	125,96	149,22	172,48	195,74	218,99	242,25	265,51	288,77	312,02	335,28	358,54	34,90
Int	AC	PA	46,55	83,41	120,27	157,13	193,99	230,84	267,70	304,56	341,42	378,28	415,14	452,00	488,85	525,71	562,57	55,29
Int	AC	PB	69,49	129,29	189,09	248,88	308,68	368,48	428,28	488,08	547,87	607,67	667,47	727,27	787,07	846,87	906,66	89,71
Int	AC	PE	64,89	120,09	175,29	230,49	285,69	340,89	396,09	451,29	506,49	561,69	616,89	672,09	727,29	782,49	837,69	82,81
Int	AC	PI	53,04	96,41	139,78	183,14	226,51	269,88	313,25	356,61	399,98	443,35	486,71	530,08	573,45	616,82	660,18	65,05
Int	AC	PR	49,82	89,94	130,05	170,16	210,27	250,39	290,50	330,61	370,73	410,84	450,95	491,07	531,18	571,29	611,40	60,17
Int	AC	RJ	55,73	101,77	147,81	193,84	239,88	285,92	331,96	378,00	424,03	470,07	516,11	562,15	608,19	654,22	700,26	69,07
Int	AC	RN	66,71	123,75	180,79	237,83	294,87	351,91	408,95	465,99	523,02	580,06	637,10	694,14	751,18	808,22	865,26	85,57
Int	AC	RO	19,86	30,03	40,20	50,37	60,54	70,71	80,88	91,05	101,22	111,39	121,56	131,73	141,90	152,07	162,24	15,26
Int	AC	RR	35,27	60,86	86,45	112,04	137,64	163,23	188,82	214,41	240,01	265,60	291,19	316,78	342,38	367,97	393,56	38,40
Int	AC	RS	53,22	96,76	140,31	183,85	227,40	270,94	314,48	358,03	401,57	445,12	488,66	532,20	575,75	619,29	662,84	65,32
Int	AC	SC	52,92	96,14	139,37	182,60	225,82	269,05	312,27	355,50	398,72	441,95	485,18	528,40	571,63	614,85	658,08	64,84
Int	AC	SE	61,25	112,80	164,36	215,92	267,47	319,03	370,59	422,14	473,70	525,25	576,81	628,37	679,92	731,48	783,03	77,34
Int	AC	SP	53,31	96,94	140,57	184,20	227,84	271,47	315,10	358,73	402,37	446,00	489,63	533,27	576,90	620,53	664,16	65,46
Int	AC	TO	52,67	95,67	138,66	181,66	224,65	267,65	310,65	353,64	396,64	439,63	482,63	525,62	568,62	611,62	654,61	64,50
Cap	AL	AC	61,47	113,26	165,05	216,84	268,62	320,41	372,19	423,98	475,77	527,55	579,34	631,13	682,91	734,70	786,48	77,68
Cap	AL	AM	54,26	98,83	143,40	187,97	232,54	277,11	321,68	366,25	410,82	455,39	499,96	544,53	589,10	633,67	678,24	66,85
Cap	AL	AP	39,75	69,83	99,89	129,96	160,03	190,09	220,16	250,23	280,30	310,36	340,43	370,50	400,56	430,63	460,70	45,10
Cap	AL	BA	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	AL	CE	19,95	30,23	40,50	50,78	61,05	71,33	81,61	91,88	102,16	112,43	122,71	132,98	143,26	153,54	163,81	15,41
Cap	AL	DF	31,76	53,86	75,95	98,04	120,13	142,22	164,31	186,40	208,49	230,58	252,67	274,76	296,85	318,94	341,03	33,14
Cap	AL	ES	28,57	47,49	66,39	85,30	104,21	123,12	142,02	160,93	179,84	198,74	217,65	236,56	255,46	274,37	293,28	28,36
Cap	AL	GO	31,32	52,97	74,60	96,23	117,86	139,49	161,12	182,75	204,38	226,02	247,65	269,28	290,91	312,54	334,17	32,45
Cap	AL	MA	27,04	44,41	61,78	79,15	96,52	113,88	131,25	148,62	165,99	183,36	200,72	218,09	235,46	252,83	270,20	26,05
Cap	AL	MG	30,91	52,16	73,40	94,64	115,88	137,12	158,36	179,61	200,85	222,09	243,33	264,57	285,81	307,06	328,30	31,86
Cap	AL	MS	38,06	66,45	94,82	123,19	151,56	179,92	208,29	236,66	265,03	293,40	321,77	350,14	378,51	406,88	435,25	42,55
Cap	AL	MT	43,41	77,15	110,88	144,60	178,33	212,06	245,79	279,52	313,25	346,97	380,70	414,43	448,16	481,89	515,61	50,59
Cap	AL	PA	33,45	57,23	81,00	104,77	128,55	152,32	176,09	199,86	223,63	247,40	271,17	294,94	318,71	342,48	366,25	35,66
Cap	AL	PB	16,55	23,42	30,28	37,14	44,00	50,87	57,73	64,59	71,45	78,32	85,18	92,04	98,90	105,76	112,63	10,29
Cap	AL	PE	15,92	22,16	28,40	34,65	40,89	47,13	53,38	59,62	65,86	72,11	78,35	84,59	90,84	97,08	103,32	9,36
Cap	AL	PI	25,00	40,34	55,68	71,01	86,34	101,68	117,01	132,35	147,68	163,02	178,35	193,68	209,02	224,35	239,69	23,00
Cap	AL	PR	43,59	77,50	111,41	145,31	179,22	213,12	247,03	280,93	314,84	348,74	382,65	416,55	450,46	484,36	518,27	50,86
Cap	AL	RJ	34,63	59,59	84,54	109,50	134,45	159,41	184,36	209,32	234,28	259,23	284,19	309,14	334,10	359,05	384,01	37,43
Cap	AL	RN	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	AL	RO	55,16	100,65	146,14	191,63	237,12	282,61	328,10	373,59	419,08	464,57	510,06	555,55	601,04	646,53	692,02	68,23
Cap	AL	RR	55,20	100,72	146,23	191,74	237,25	282,75	328,26	373,77	419,28	464,78	510,29	555,80	601,31	646,81	692,32	68,26
Cap	AL	RS	51,29	92,91	134,52	176,14	217,76	259,37	300,99	342,60	384,22	425,84	467,45	509,07	550,69	592,30	633,92	62,42
Cap	AL	SC	45,04	80,42	115,79	151,17	186,54	221,91	257,29	292,66	328,03	363,40	398,78	434,15	469,52	504,90	540,27	53,06
Cap	AL	SE	16,55	23,42	30,28	37,14	44,00	50,87	57,73	64,59	71,45	78,32	85,18	92,04	98,90	105,76	112,63	10,29
Cap	AL	SP	38,38	67,08	95,79	124,49	153,20	181,91	210,61	239,32	268,02	296,73	325,43	354,14	382,84	411,55	440,25	43,06
Cap	AL	TO	38,10	66,55	94,99	123,43	151,87	180,31	208,75	237,19	265,63	294,07	322,51	350,95	379,39	407,83	436,27	42,66
Int	AL	AC	63,49	117,30	171,10	224,90	278,70	332,51	386,31	440,11	493,91	547,72	601,52	655,32	709,12	762,93	816,73	80,70
Int	AL	AM	56,28	102,86	149,45	196,04	242,62	289,21	335,80	382,38	428,97	475,55	522,14	568,73	615,31	661,90	708,49	69,88
Int	AL	AP	41,78	73,86	105,94	138,03	170,11	202,19	234,28	266,36	298,44	330,52	362,61	394,69	426,78	458,86	490,94	48,12
Int	AL	BA	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	AL	CE	21,97	34,26	46,55	58,84	71,13	83,43	95,72	108,01	120,30	132,60	144,89	157,18	169,47	181,76	194,06	18,44
Int	AL	DF	33,78	57,89	81,99	106,10	130,21	154,31	178,42	202,53	226,63	250,74	274,85	298,95	323,06	347,17	371,27	36,16
Int	AL	ES	30,60	51,52	72,44	93,37	114,29	135,21	156,14	177,06	197,98	218,91	239,83	260,75	281,68	302,60	323,52	31,38
Int	AL	GO	33,36	57,00	80,65	104,30	127,94	151,59	175,24	198,88	222,53	246,18	269,82	293,47	317,12	340,77	364,41	35,47
Int	AL	MA	29,06	48,44	67,83	87,21	106,60	125,98	145,37	164,75	184,13	203,52	222,90	242,29	261,67	281,06	300,44	29,08
Int	AL	MG	32,93	56,19	79,45	102,71	125,96	149,22	172,48	195,74	218,99	242,25	265,51	288,77	312,02	335,28	358,54	34,89
Int	AL	MS	40,09	70,48	100,87	131,25	161,64	192,02	222,41	252,79	283,18	313,56	343,95	374,33	404,72	435,11	465,49	45,58
Int	AL	MT	45,44	81,18	116,93	152,67	188,41	224,16	259,90	295,65	331,39	367,14	402,88	438,63	474,37	510,11	545,86	53,62
Int	AL	PA	35,48	61,27	87,05	112,84	138,63	164,41	190,20	215,99	241,77	267,56	293,35	319,14	344,92	370,71	396,50	38,68
Int	AL	PB	18,57	27,45	36,33	45,21	54,09	62,96	71,84	80,72	89,60	98,48	107,36	116,24	125,11	133,99	142,87	13,32
Int	AL	PE	17,93	26,19	34,45	42,71	50,97	59,23	67,49	75,75	84,01	92,27	100,53	108,79	117,05	125,31	133,57	12,39
Int	AL	PI	27,02	44,38	61,73	79,08	96,43	113,78	131,13	148,48	165,83	183,18	200,53	217,88	235,23	252,58	269,93	26,03
Int	AL	PR	45,61	81,53	117,46	153,38	189,30	225,22	261,14	297,06	332,98	368,90	404,83	440,75	476,67	512,59	548,51	53,88
Int	AL	RJ	36,65	63,62	90,59	117,56	144,53	171,51	198,48	225,45	252,42	279,39	306,37	333,34	360,31	387,28	414,25	40,46
Int	AL	RN	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	AL	RO	57,18	104,69	152,19	199,70	247,20	294,71	342,22	389,72	437,23	484,73	532,24	579,75	627,25	674,76	722,26	71,26
Int	AL	RR	57,23	104,76	152,28	199,80	247,33	294,85	342,38	389,90	437,42	484,95	532,47	579,99	627,52	675,04	722,56	71,28
Int	AL	RS	53,31	96,94	140,57	184,20	227,84	271,47	315,10	358,73	402,37	446,00	489,63	533,27	576,90	620,53	664,16	65,45
Int	AL	SC	47,06	84,45	121,84	159,23	196,62	234,01	271,40	308,79	346,18	383,57	420,96	458,35	495,73	533,12	570,51	56,08
Int	AL	SE	18,57	27,45	36,33	45,21	54,09	62,96	71,84	80,72	89,60	98,48	107,36	116,24	125,11	133,99	142,87	13,32
Int	AL	SP	40,40	71,12	101,84	132,56	163,28	194,00	224,72	255,45	286,17	316,89	347,61	378,33	409,05	439,77	470,50	46,08
Int	AL	TO	40,13	70,59	101,04	131,50	161,96	192,41	222,87	253,32	283,78	314,24	344,69	375,15	405,60	436,06	466,52	45,68
Cap	AM	AC	26,23	42,82	59,39	75,96	92,54	109,11	125,68	142,25	158,82	175,40	191,97	208,54	225,11	241,69	258,26	24,86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	AM	AL	54,26	98,83	143,40	187,97	232,54	277,11	321,68	366,25	410,82	455,39	499,96	544,53	589,10	633,67	678,24	66,85
Cap	AM	AP	35,98	62,29	88,59	114,89	141,19	167,49	193,79	220,09	246,39	272,69	298,99	325,29	351,59	377,89	404,19	39,45
Cap	AM	BA	47,75	85,83	123,91	161,99	200,07	238,15	276,23	314,31	352,39	390,46	428,54	466,62	504,70	542,78	580,86	57,12
Cap	AM	CE	44,55	79,43	114,31	149,19	184,06	218,94	253,82	288,70	323,57	358,45	393,33	428,21	463,09	497,96	532,84	52,32
Cap	AM	DF	38,34	67,00	95,65	124,30	152,95	181,60	210,26	238,91	267,56	296,21	324,87	353,52	382,17	410,82	439,47	42,98
Cap	AM	ES	51,57	93,47	135,37	177,27	219,17	261,07	302,97	344,87	386,77	428,67	470,57	512,47	554,37	596,26	638,16	62,85
Cap	AM	GO	37,04	64,41	91,78	119,14	146,50	173,86	201,22	228,58	255,94	283,30	310,66	338,02	365,39	392,75	420,11	41,04
Cap	AM	MA	35,27	60,89	86,50	112,11	137,72	163,33	188,94	214,55	240,16	265,77	291,38	316,99	342,60	368,22	393,83	38,41
Cap	AM	MG	47,79	85,90	124,00	162,10	200,19	238,29	276,39	314,48	352,58	390,68	428,77	466,87	504,97	543,06	581,16	57,14
Cap	AM	MS	39,09	68,48	97,88	127,27	156,67	186,06	215,46	244,85	274,25	303,64	333,04	362,43	391,83	421,22	450,62	44,09
Cap	AM	MT	31,91	54,17	76,42	98,67	120,92	143,17	165,42	187,67	209,92	232,17	254,42	276,67	298,92	321,17	343,42	33,37
Cap	AM	PA	28,26	46,85	65,44	84,03	102,62	121,21	139,79	158,38	176,97	195,56	214,15	232,74	251,32	269,91	288,50	27,88
Cap	AM	PB	51,64	93,60	135,55	177,50	219,45	261,41	303,36	345,31	387,26	429,22	471,17	513,12	555,07	597,03	638,98	62,93
Cap	AM	PE	51,68	93,72	135,74	177,77	219,79	261,81	303,84	345,86	387,88	429,91	471,93	513,95	555,98	598,00	640,02	63,03
Cap	AM	PI	37,81	65,95	94,09	122,23	150,37	178,51	206,65	234,79	262,93	291,07	319,21	347,35	375,48	403,62	431,76	42,21
Cap	AM	PR	49,99	90,32	130,65	170,97	211,30	251,63	291,95	332,28	372,60	412,93	453,25	493,58	533,90	574,23	614,55	60,49
Cap	AM	RJ	51,11	92,55	133,99	175,43	216,87	258,31	299,75	341,19	382,63	424,07	465,51	506,95	548,39	589,83	631,27	62,16
Cap	AM	RN	50,13	90,59	131,04	171,49	211,94	252,39	292,84	333,28	373,73	414,18	454,63	495,08	535,53	575,98	616,43	60,67
Cap	AM	RO	20,48	31,27	42,06	52,85	63,64	74,42	85,21	96,00	106,79	117,58	128,37	139,16	149,95	160,73	171,52	16,18
Cap	AM	RR	19,20	28,74	38,27	47,81	57,34	66,87	76,41	85,94	95,47	105,00	114,54	124,07	133,60	143,14	152,67	14,30
Cap	AM	RS	56,40	103,11	149,82	196,53	243,24	289,95	336,66	383,37	430,08	476,79	523,50	570,21	616,92	663,63	710,34	70,06
Cap	AM	SC	53,98	98,28	142,57	186,86	231,14	275,43	319,72	364,01	408,29	452,58	496,87	541,15	585,44	629,73	674,01	66,43
Cap	AM	SE	49,44	89,23	129,01	168,78	208,56	248,34	288,11	327,89	367,67	407,44	447,22	487,00	526,77	566,55	606,33	59,67
Cap	AM	SP	49,97	90,29	130,60	170,90	211,21	251,52	291,83	332,13	372,44	412,75	453,06	493,36	533,67	573,98	614,29	60,46
Cap	AM	TO	43,27	76,88	110,49	144,09	177,70	211,30	244,90	278,51	312,11	345,72	379,32	412,93	446,53	480,14	513,74	50,41
Int	AM	AC	28,26	46,85	65,44	84,03	102,62	121,21	139,79	158,38	176,97	195,56	214,15	232,74	251,32	269,91	288,50	27,88
Int	AM	AL	56,28	102,86	149,45	196,04	242,62	289,21	335,80	382,38	428,97	475,55	522,14	568,73	615,31	661,90	708,49	69,88
Int	AM	AP	38,01	66,32	94,64	122,96	151,27	179,59	207,90	236,22	264,54	292,85	321,17	349,49	377,80	406,12	434,43	42,47
Int	AM	BA	49,77	89,86	129,96	170,06	210,15	250,25	290,34	330,44	370,53	410,63	450,72	490,82	530,91	571,01	611,10	60,14
Int	AM	CE	46,57	83,46	120,36	157,25	194,14	231,04	267,93	304,83	341,72	378,61	415,51	452,40	489,30	526,19	563,09	55,34
Int	AM	DF	40,36	71,03	101,70	132,37	163,03	193,70	224,37	255,04	285,71	316,38	347,04	377,71	408,38	439,05	469,72	46,00
Int	AM	ES	53,59	97,51	141,42	185,34	229,25	273,17	317,08	361,00	404,91	448,83	492,75	536,66	580,58	624,49	668,41	65,87
Int	AM	GO	39,07	68,45	97,82	127,20	156,58	185,96	215,33	244,71	274,09	303,46	332,84	362,22	391,60	420,97	450,35	44,07
Int	AM	MA	37,30	64,93	92,55	120,18	147,81	175,43	203,06	230,68	258,31	285,94	313,56	341,19	368,82	396,44	424,07	41,44
Int	AM	MG	49,82	89,94	130,05	170,16	210,27	250,39	290,50	330,61	370,73	410,84	450,95	491,07	531,18	571,29	611,40	60,17
Int	AM	MS	41,10	72,51	103,93	135,34	166,75	198,16	229,57	260,98	292,39	323,80	355,22	386,63	418,04	449,45	480,86	47,12
Int	AM	MT	33,94	58,21	82,47	106,74	131,00	155,27	179,54	203,80	228,07	252,33	276,60	300,86	325,13	349,40	373,66	36,40
Int	AM	PA	30,28	50,88	71,49	92,09	112,70	133,30	153,91	174,51	195,12	215,72	236,33	256,93	277,54	298,14	318,75	30,91
Int	AM	PB	53,66	97,63	141,60	185,57	229,54	273,50	317,47	361,44	405,41	449,38	493,35	537,32	581,28	625,25	669,22	65,95
Int	AM	PE	53,71	97,75	141,79	185,83	229,87	273,91	317,95	361,99	406,03	450,07	494,11	538,15	582,19	626,23	670,27	66,06
Int	AM	PI	39,83	69,99	100,14	130,30	160,45	190,61	220,76	250,92	281,07	311,23	341,38	371,54	401,70	431,85	462,01	45,23
Int	AM	PR	52,02	94,36	136,70	179,04	221,38	263,72	306,06	348,41	390,75	433,09	475,43	517,77	560,11	602,46	644,80	63,51
Int	AM	RJ	53,13	96,59	140,04	183,50	226,95	270,41	313,86	357,32	400,78	444,23	487,69	531,14	574,60	618,05	661,51	65,18
Int	AM	RN	52,16	94,62	137,09	179,55	222,02	264,48	306,95	349,41	391,88	434,34	476,81	519,28	561,74	604,21	646,67	63,70
Int	AM	RO	22,50	35,30	48,11	60,91	73,72	86,52	99,33	112,13	124,94	137,74	150,55	163,35	176,16	188,96	201,77	19,21
Int	AM	RR	21,22	32,77	44,32	55,87	67,42	78,97	90,52	102,07	113,62	125,17	136,72	148,27	159,82	171,36	182,91	17,32
Int	AM	RS	58,42	107,14	155,87	204,60	253,32	302,05	350,78	399,50	448,23	496,96	545,68	594,41	643,13	691,86	740,59	73,09
Int	AM	SC	56,01	102,32	148,62	194,92	241,23	287,53	333,83	380,14	426,44	472,74	519,05	565,35	611,65	657,96	704,26	69,45
Int	AM	SE	51,47	93,26	135,05	176,85	218,64	260,43	302,23	344,02	385,81	427,61	469,40	511,19	552,99	594,78	636,57	62,69
Int	AM	SP	52,00	94,32	136,65	178,97	221,29	263,62	305,94	348,26	390,59	432,91	475,24	517,56	559,88	602,21	644,53	63,49
Int	AM	TO	45,29	80,92	116,54	152,16	187,78	223,40	259,02	294,64	330,26	365,88	401,50	437,12	472,74	508,36	543,98	53,43
Cap	AP	AC	50,50	91,33	132,15	172,97	213,79	254,61	295,44	336,26	377,08	417,90	458,72	499,54	540,36	581,18	622,00	61,23
Cap	AP	AL	39,75	69,83	99,89	129,96	160,03	190,09	220,16	250,23	280,30	310,36	340,43	370,50	400,56	430,63	460,70	45,10
Cap	AP	AM	35,98	62,29	88,59	114,89	141,19	167,49	193,79	220,09	246,39	272,69	298,99	325,29	351,59	377,89	404,19	39,45
Cap	AP	BA	41,15	72,62	104,08	135,55	167,01	198,48	229,94	261,41	292,87	324,33	355,80	387,26	418,73	450,19	481,66	47,20
Cap	AP	CE	32,31	54,95	77,59	100,23	122,87	145,51	168,15	190,78	213,42	236,06	258,70	281,34	303,98	326,62	349,26	33,96
Cap	AP	DF	39,18	68,69	98,20	127,70	157,20	186,70	216,20	245,70	275,20	304,70	334,20	363,71	393,21	422,71	452,21	44,25
Cap	AP	ES	49,25	88,84	128,42	168,00	207,59	247,17	286,75	326,33	365,92	405,50	445,08	484,66	524,25	563,83	603,41	59,37
Cap	AP	GO	37,71	65,78	93,83	121,88	149,93	177,98	206,03	234,08	262,13	290,18	318,23	346,28	374,33	402,39	430,44	42,08
Cap	AP	MA	28,91	48,14	67,37	86,59	105,82	125,04	144,27	163,49	182,72	201,94	221,17	240,39	259,62	278,85	298,07	28,84
Cap	AP	MG	47,08	84,52	121,95	159,37	196,80	234,22	271,65	309,07	346,50	383,92	421,35	458,77	496,19	533,62	571,04	56,14
Cap	AP	MS	46,14	82,61	119,08	155,55	192,02	228,49	264,96	301,43	337,90	374,37	410,84	447,31	483,78	520,25	556,72	54,70
Cap	AP	MT	42,09	74,50	106,90	139,30	171,70	204,10	236,50	268,91	301,31	333,71	366,11	398,51	430,91	463,32	495,72	48,60
Cap	AP	PA	17,98	26,30	34,61	42,92	51,24	59,55	67,86	76,18	84,49	92,80	101,11	109,43	117,74	126,05	134,36	12,47
Cap	AP	PB	39,95	70,22	100,48	130,74	161,00	191,26	221,52	251,78	282,05	312,31	342,57	372,83	403,09	433,35	463,62	45,39
Cap	AP	PE	40,68	71,67	102,65	133,64	164,63	195,61	226,60	257,59	288,57	319,56	350,55	381,53	412,52	443,51	474,49	46,48
Cap	AP	PI	27,59	45,49	63,39	81,29	99,19	117,08	134,98	152,88	170,78	188,68	206,58	224,48	242,38	260,27	278,17	26,85
Cap	AP	PR	55,71	101,75	147,79	193,83	239,86	285,90	331,94	377,98	424,02	470,05	516,09	562,13	608,17	654,21	700,24	69,06
Cap	AP	RJ	52,31	94,96	137,60	180,24	222,89	265,53	308,17	350,81	393,45	436,10	478,74	521,38	564,02	606,66	649,31	63,96
Cap	AP	RN	38,50	67,33	96,16	124,99	153,82	182,65	211,48	240,31	269,14	297,96	326,79	355,62	384,45	413,28	442,11	43,24
Cap	AP	RO	43,55	77,45	111,34	145,22	179,11	213,00	246,89	280,77	314,66	348,55	382,43	416,32	450,21	484,10	517,98	50,83
Cap	AP	RR	36,57	63,46	90,34	117,23	144,11	170,99	197,88	224,76	251,64	278,53	305,41	332,29	359,18	386,06	412,94	40,32
Cap	AP	RS	62,96	116,24	169,51	222,78	276,05	329,32	382,59	435,87	489,14	542,41	595,68	648,95	702,22	755,50	808,77	79,91
Cap	AP	SC	58,97	108,29	157,60	206,91	256,22	305,53	354,84	404,15	453,46	502,77	552,08	601,39	650,70	700,01	749,32	73,96
Cap	AP	SE	40,50	71,31	102,12	132,93	163,74	194,55	225,36	256,17	286,98	317,79	348,60	379,41	410,22	441,03	471,84	46,21
Cap	AP	SP	52,82	95,98	139,14	182,29	225,45	268,60	311,76	354,91	398,07	441,22	484,38	527,54	570,69	613,85	657,00	64,73
Cap	AP	TO	44,27	78,90	113,51	148,12	182,74	217,35	251,96	286,57	321,19	355,80	390,41	425,02	459,64	494,25	528,86	51,92
Int	AP	AC	52,53	95,37	138,21	181,05	223,89	266,73	309,57	352,41	395,25	438,09	480,93	523,77	566,61	609,45	652,29	64,26
Int	AP	AL	41,78	73,87	105,96	138,05	170,14	202,23	234,32	266,41	298,51	330,60	362,69	394,78	426,87	458,96	491,05	48,14
Int	AP	AM	38,01	66,32	94,64	122,96	151,28	179,59	207,91	236,23	264,55	292,87	321,18	349,50	377,82	406,14	434,45	42,48
Int	AP	BA	43,17	76,66	110,15	143,63	177,12	210,60	244,09	277,58	311,06	344,55	378,04	411,52	445,01	478,49	511,98	50,23
Int	AP	CE	34,35	59,01	83,68	108,34	133,00	157,66	182,33	206,99	231,65	256,31	280,98	305,64	330,30	354,96	379,63	36,99
Int	AP	DF	41,21	72,73	104,25	135,77	167,29	198,81	230,33	261,86	293,38	324,90	356,42	387,94	419,46	450,98	482,50	47,28
Int	AP	ES	51,29	92,89	134,49	176,10	217,70	259,30	300,90	342,51	384,11	425,71	467,31	508,91	550,52	592,12	633,72	62,40
Int	AP	GO	39,73	69,80	99,87	129,94	160,00	190,07	220,14	250,20	280,27	310,34	340,40	370,47	400,54	430,60	460,67	45,10
Int	AP	MA	30,93	52,17	73,42	94,66	115,90	137,15	158,39	179,63	200,88	222,12	243,36	264,61	285,85	307,09	328,34	31,86
Int	AP	MG	49,13	88,57	128,01	167,45	206,89	246,33	285,77	325,21	364,65	404,09	443,53	482,97	522,41	561,86	601,30	59,16
Int	AP	MS	48,17	86,66	125,16	163,66	202,15	240,65	279,15	317,65	356,14	394,64	433,14	471,64	510,13	548,63	587,13	57,75
Int	AP	MT	44,12	78,55	112,98	147,41	181,83	216,26	250,69	285,12	319,55	353,98	388,41	422,84	457,27	491,70	526,13	51,64

Int	AP	PA	20,02	30,36	40,70	51,03	61,37	71,71	82,04	92,38	102,72	113,05	123,39	133,73	144,06	154,40	164,74	15,50
Int	AP	PB	41,98	74,26	106,55	138,84	171,12	203,41	235,70	267,99	300,27	332,56	364,85	397,14	429,42	461,71	494,00	48,43
Int	AP	PE	42,70	75,72	108,73	141,75	174,76	207,77	240,79	273,80	306,82	339,83	372,85	405,86	438,88	471,89	504,91	49,52
Int	AP	PI	29,61	49,54	69,47	89,39	109,32	129,25	149,17	169,10	189,03	208,95	228,88	248,81	268,73	288,66	308,59	29,89
Int	AP	PR	57,76	105,82	153,89	201,96	250,03	298,09	346,16	394,23	442,30	490,36	538,43	586,50	634,57	682,63	730,70	72,10
Int	AP	RJ	54,34	99,00	143,67	188,34	233,01	277,67	322,34	367,01	411,68	456,35	501,01	545,68	590,35	635,02	679,69	67,00
Int	AP	RN	40,54	71,39	102,25	133,10	163,95	194,80	225,66	256,51	287,36	318,22	349,07	379,92	410,77	441,63	472,48	46,28
Int	AP	RO	45,59	81,49	117,40	153,30	189,20	225,11	261,01	296,91	332,82	368,72	404,62	440,53	476,43	512,33	548,24	53,85
Int	AP	RR	38,60	67,50	96,41	125,32	154,22	183,13	212,04	240,95	269,85	298,76	327,67	356,58	385,48	414,39	443,30	43,36
Int	AP	RS	64,99	120,29	175,59	230,88	286,18	341,48	396,78	452,08	507,38	562,68	617,98	673,28	728,58	783,88	839,18	82,95
Int	AP	SC	61,02	112,35	163,68	215,01	266,34	317,67	369,00	420,33	471,65	522,98	574,31	625,64	676,97	728,30	779,63	76,99
Int	AP	SE	42,53	75,36	108,20	141,04	173,88	206,71	239,55	272,39	305,23	338,06	370,90	403,74	436,58	469,41	502,25	49,26
Int	AP	SP	54,87	100,05	145,22	190,40	235,58	280,76	325,94	371,12	416,30	461,48	506,65	551,83	597,01	642,19	687,37	67,77
Int	AP	TO	46,32	82,95	119,58	156,21	192,84	229,47	266,10	302,73	339,36	375,99	412,62	449,25	485,88	522,51	559,14	54,95
Cap	BA	AC	57,56	105,46	153,36	201,25	249,15	297,04	344,94	392,83	440,73	488,62	536,52	584,41	632,31	680,20	728,10	71,84
Cap	BA	AL	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	BA	AM	47,75	85,83	123,91	161,99	200,07	238,15	276,23	314,31	352,39	390,46	428,54	466,62	504,70	542,78	580,86	57,12
Cap	BA	AP	41,15	72,62	104,08	135,55	167,01	198,48	229,94	261,41	292,87	324,33	355,80	387,26	418,73	450,19	481,66	47,20
Cap	BA	CE	25,09	40,52	55,94	71,36	86,79	102,21	117,63	133,06	148,48	163,90	179,32	194,75	210,17	225,59	241,01	23,13
Cap	BA	DF	25,49	41,32	57,13	72,94	88,75	104,56	120,37	136,19	152,00	167,81	183,62	199,43	215,24	231,06	246,87	23,72
Cap	BA	ES	22,17	34,67	47,15	59,64	72,13	84,61	97,10	109,59	122,07	134,56	147,05	159,53	172,02	184,51	196,99	18,73
Cap	BA	GO	25,33	40,98	56,61	72,25	87,88	103,52	119,15	134,79	150,42	166,06	181,69	197,33	212,96	228,60	244,23	23,45
Cap	BA	MA	29,48	49,29	69,10	88,91	108,72	128,53	148,34	168,15	187,95	207,76	227,57	247,38	267,19	287,00	306,81	29,71
Cap	BA	MG	23,70	37,73	51,75	65,78	79,80	93,83	107,85	121,88	135,90	149,93	163,95	177,98	192,00	206,03	220,06	21,04
Cap	BA	MS	33,56	57,45	81,32	105,20	129,08	152,95	176,83	200,71	224,58	248,46	272,34	296,21	320,09	343,97	367,84	35,81
Cap	BA	MT	38,30	66,94	95,58	124,21	152,85	181,48	210,12	238,75	267,38	296,02	324,65	353,29	381,92	410,56	439,19	42,95
Cap	BA	PA	34,47	59,27	84,06	108,86	133,66	158,45	183,25	208,05	232,84	257,64	282,44	307,23	332,03	356,83	381,62	37,19
Cap	BA	PB	21,28	32,91	44,53	56,15	67,77	79,39	91,01	102,63	114,25	125,87	137,49	149,11	160,73	172,35	183,97	17,43
Cap	BA	PE	19,49	29,34	39,18	49,01	58,84	68,68	78,51	88,34	98,18	108,01	117,84	127,68	137,51	147,35	157,18	14,75
Cap	BA	PI	25,11	40,55	56,00	71,44	86,88	102,32	117,76	133,20	148,64	164,08	179,52	194,96	210,40	225,84	241,28	23,16
Cap	BA	PR	36,02	62,36	88,70	115,03	141,37	167,70	194,04	220,37	246,71	273,04	299,38	325,71	352,05	378,38	404,72	39,50
Cap	BA	RJ	27,51	45,37	63,21	81,06	98,90	116,75	134,59	152,44	170,29	188,13	205,98	223,82	241,67	259,51	277,36	26,77
Cap	BA	RN	22,56	35,46	48,35	61,25	74,14	87,03	99,93	112,82	125,72	138,61	151,50	164,40	177,29	190,18	203,08	19,34
Cap	BA	RO	51,39	93,12	134,84	176,56	218,29	260,01	301,73	343,45	385,18	426,90	468,62	510,34	552,07	593,79	635,51	62,58
Cap	BA	RR	54,30	98,92	143,54	188,17	232,79	277,41	322,04	366,66	411,28	455,90	500,53	545,15	589,77	634,40	679,02	66,93
Cap	BA	RS	43,78	77,89	111,99	146,09	180,19	214,29	248,39	282,49	316,59	350,69	384,79	418,89	452,99	487,09	521,19	51,15
Cap	BA	SC	38,12	66,59	95,05	123,50	151,96	180,42	208,88	237,33	265,79	294,25	322,71	351,17	379,62	408,08	436,54	42,69
Cap	BA	SE	17,25	24,85	32,44	40,02	47,61	55,20	62,79	70,37	77,96	85,55	93,14	100,72	108,31	115,90	123,49	11,38
Cap	BA	SP	31,26	52,86	74,46	96,06	117,65	139,25	160,84	182,44	204,03	225,63	247,22	268,82	290,41	312,01	333,60	32,39
Cap	BA	TO	31,85	54,05	76,23	98,41	120,59	142,76	164,94	187,12	209,30	231,48	253,66	275,84	298,02	320,20	342,38	33,27
Int	BA	AC	59,59	109,50	159,41	209,32	259,23	309,14	359,05	408,96	458,88	508,79	558,70	608,61	658,52	708,43	758,34	74,87
Int	BA	AL	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	BA	AM	49,77	89,86	129,96	170,06	210,15	250,25	290,34	330,44	370,53	410,63	450,72	490,82	530,91	571,01	611,10	60,14
Int	BA	AP	43,17	76,65	110,13	143,61	177,09	210,58	244,06	277,54	311,02	344,50	377,98	411,46	444,94	478,42	511,90	50,22
Int	BA	CE	27,11	44,55	61,99	79,43	96,87	114,31	131,75	149,19	166,62	184,06	201,50	218,94	236,38	253,82	271,26	26,16
Int	BA	DF	27,52	45,35	63,18	81,00	98,83	116,66	134,49	152,32	170,14	187,97	205,80	223,63	241,46	259,28	277,11	26,74
Int	BA	ES	24,19	38,70	53,20	67,70	82,21	96,71	111,21	125,72	140,22	154,72	169,22	183,73	198,23	212,73	227,24	21,75
Int	BA	GO	27,36	45,01	62,66	80,31	97,97	115,62	133,27	150,92	168,57	186,22	203,87	221,52	239,17	256,83	274,48	26,48
Int	BA	MA	31,50	53,32	75,15	96,97	118,80	140,62	162,45	184,28	206,10	227,93	249,75	271,58	293,40	315,23	337,05	32,74
Int	BA	MG	25,72	41,76	57,80	73,84	89,88	105,92	121,97	138,01	154,05	170,09	186,13	202,17	218,22	234,26	250,30	24,06
Int	BA	MS	35,58	61,48	87,37	113,26	139,16	165,05	190,94	216,84	242,73	268,62	294,52	320,41	346,30	372,19	398,09	38,84
Int	BA	MT	40,32	70,98	101,63	132,28	162,93	193,58	224,23	254,88	285,53	316,18	346,83	377,48	408,13	438,78	469,44	45,98
Int	BA	PA	36,49	63,30	90,11	116,93	143,74	170,55	197,36	224,18	250,99	277,80	304,61	331,43	358,24	385,05	411,87	40,22
Int	BA	PB	23,31	36,95	50,58	64,22	77,86	91,49	105,13	118,76	132,40	146,04	159,67	173,31	186,95	200,58	214,22	20,45
Int	BA	PE	21,52	33,37	45,22	57,07	68,92	80,77	92,62	104,47	116,32	128,17	140,02	151,87	163,72	175,57	187,42	17,77
Int	BA	PI	27,13	44,59	62,04	79,50	96,96	114,41	131,87	149,33	166,78	184,24	201,70	219,15	236,61	254,07	271,52	26,18
Int	BA	PR	38,04	66,39	94,75	123,10	151,45	179,80	208,15	236,50	264,86	293,21	321,56	349,91	378,26	406,61	434,96	42,53
Int	BA	RJ	29,54	49,40	69,26	89,12	108,98	128,85	148,71	168,57	188,43	208,29	228,16	248,02	267,88	287,74	307,60	29,79
Int	BA	RN	24,58	39,49	54,40	69,31	84,22	99,13	114,04	128,95	143,86	158,77	173,68	188,59	203,50	218,41	233,32	22,36
Int	BA	RO	53,41	97,15	140,89	184,63	228,37	272,11	315,85	359,58	403,32	447,06	490,80	534,54	578,28	622,02	665,76	65,61
Int	BA	RR	56,31	102,95	149,59	196,23	242,87	289,51	336,15	382,79	429,43	476,07	522,71	569,35	615,99	662,62	709,26	69,96
Int	BA	RS	45,81	81,92	118,04	154,16	190,27	226,39	262,50	298,62	334,73	370,85	406,97	443,08	479,20	515,31	551,43	54,17
Int	BA	SC	40,15	70,62	101,10	131,57	162,04	192,52	222,99	253,47	283,94	314,41	344,89	375,36	405,83	436,31	466,78	45,71
Int	BA	SE	19,28	28,88	38,49	48,09	57,69	67,30	76,90	86,50	96,11	105,71	115,32	124,92	134,52	144,13	153,73	14,41
Int	BA	SP	33,29	56,90	80,51	104,12	127,73	151,34	174,95	198,57	222,18	245,79	269,40	293,01	316,62	340,24	363,85	35,42
Int	BA	TO	33,89	58,08	82,28	106,47	130,67	154,86	179,06	203,25	227,45	251,64	275,84	300,03	324,23	348,42	372,62	36,29
Cap	CE	AC	58,09	106,51	154,92	203,32	251,73	300,14	348,55	396,96	445,36	493,77	542,18	590,59	639,00	687,40	735,81	72,61
Cap	CE	AL	19,95	30,23	40,50	50,78	61,05	71,33	81,61	91,88	102,16	112,43	122,71	132,98	143,26	153,54	163,81	15,41
Cap	CE	AM	44,55	79,43	114,31	149,19	184,06	218,94	253,82	288,70	323,57	358,45	393,33	428,21	463,09	497,96	532,84	52,32
Cap	CE	AP	32,31	54,95	77,59	100,23	122,87	145,51	168,15	190,78	213,42	236,06	258,70	281,34	303,98	326,62	349,26	33,96
Cap	CE	BA	25,09	40,52	55,94	71,36	86,79	102,21	117,63	133,06	148,48	163,90	179,32	194,75	210,17	225,59	241,01	23,13
Cap	CE	DF	34,88	60,08	85,27	110,45	135,64	160,82	186,01	211,19	236,38	261,57	286,75	311,94	337,12	362,31	387,49	37,78
Cap	CE	ES	37,28	64,89	92,50	120,11	147,72	175,33	202,93	230,54	258,15	285,76	313,37	340,98	368,59	396,20	423,80	41,41
Cap	CE	GO	33,82	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Cap	CE	MA	18,69	27,70	36,70	45,70	54,70	63,71	72,71	81,71	90,71	99,72	108,72	117,72	126,72	135,73	144,73	13,50
Cap	CE	MG	37,69	65,71	93,70	121,70	149,70	177,70	205,69	233,69	261,69	289,69	317,68	345,68	373,68	401,68	429,68	42,00
Cap	CE	MS	42,15	74,65	107,14	139,63	172,12	204,61	237,11	269,60	302,08	334,58	367,07	399,56	432,05	464,54	497,03	48,73
Cap	CE	MT	44,02	78,37	112,72	147,06	181,41	215,76	250,10	284,45	318,80	353,15	387,49	421,84	456,19	490,53	524,88	51,52
Cap	CE	PA	26,10	42,52	58,93	75,34	91,76	108,17	124,58	141,00	157,41	173,82	190,24	206,65	223,06	239,47	255,89	24,62
Cap	CE	PB	17,94	26,21	34,47	42,73	50,99	59,25	67,51	75,77	84,03	92,29	100,55	108,81	117,07	125,33	133,59	12,39
Cap	CE	PE	18,51	27,34	36,17	44,99	53,82	62,65	71,47	80,30	89,12	97,95	106,77	115,60	124,42	133,25	142,08	13,24
Cap	CE	PI	17,19	24,71	32,21	39,71	47,21	54,70	62,20	69,70	77,20	84,70	92,20	99,70	107,20	114,70	122,20	11,25
Cap	CE	PR	49,89	90,13	130,35	170,57	210,79	251,01	291,23	331,44	371,66	411,88	452,10	492,32	532,54	572,76	612,98	60,33
Cap	CE	RJ	42,64	75,61	108,56	141,51	174,46	207,41	240,36	273,31	306,26	339,21	372,16	405,11	438,06	471,01	503,96	49,42

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	CE	RN	17,12	24,55	31,98	39,41	46,83	54,26	61,69	69,12	76,55	83,98	91,40	98,83	106,26	113,69	121,12	11,14
Cap	CE	RO	51,57	93,47	135,37	177,27	219,17	261,07	302,97	344,87	386,77	428,67	470,57	512,47	554,37	596,26	638,16	62,85
Cap	CE	RR	47,54	85,41	123,27	161,14	199,01	236,88	274,74	312,61	350,48	388,34	426,21	464,08	501,94	539,81	577,68	56,80
Cap	CE	RS	57,56	105,46	153,36	201,25	249,15	297,04	344,94	392,83	440,73	488,62	536,52	584,41	632,31	680,20	728,10	71,84
Cap	CE	SC	52,41	95,17	137,92	180,67	223,42	266,16	308,91	351,66	394,41	437,16	479,91	522,65	565,40	608,15	650,90	64,12
Cap	CE	SE	20,99	32,31	43,63	54,95	66,27	77,59	88,91	100,23	111,55	122,87	134,19	145,51	156,83	168,15	179,46	16,98
Cap	CE	SP	45,20	80,74	116,27	151,80	187,34	222,87	258,40	293,93	329,46	365,00	400,53	436,06	471,59	507,12	542,66	53,30
Cap	CE	TO	40,46	71,26	102,05	132,84	163,64	194,43	225,22	256,01	286,80	317,60	348,39	379,18	409,97	440,77	471,56	46,19
Int	CE	AC	60,12	110,54	160,96	211,39	261,81	312,24	362,66	413,09	463,51	513,93	564,36	614,78	665,21	715,63	766,06	75,64
Int	CE	AL	21,97	34,26	46,55	58,84	71,13	83,43	95,72	108,01	120,30	132,60	144,89	157,18	169,47	181,76	194,06	18,44
Int	CE	AM	46,57	83,46	120,36	157,25	194,14	231,04	267,93	304,83	341,72	378,61	415,51	452,40	489,30	526,19	563,09	55,34
Int	CE	AP	34,33	58,98	83,64	108,29	132,95	157,60	182,26	206,91	231,57	256,22	280,88	305,53	330,19	354,84	379,50	36,98
Int	CE	BA	27,11	44,55	61,99	79,43	96,87	114,31	131,75	149,19	166,62	184,06	201,50	218,94	236,38	253,82	271,26	26,16
Int	CE	DF	36,91	64,11	91,31	118,52	145,72	172,92	200,12	227,32	254,53	281,73	308,93	336,13	363,33	390,54	417,74	40,80
Int	CE	ES	39,30	68,92	98,55	128,17	157,80	187,42	217,05	246,67	276,30	305,92	335,55	365,17	394,80	424,42	454,05	44,44
Int	CE	GO	35,85	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Int	CE	MA	20,71	31,73	42,75	53,77	64,79	75,80	86,82	97,84	108,86	119,88	130,90	141,92	152,93	163,95	174,97	16,53
Int	CE	MG	39,72	69,74	99,75	129,77	159,78	189,79	219,81	249,82	279,84	309,85	339,86	369,88	399,89	429,91	459,92	45,02
Int	CE	MS	44,18	78,69	113,19	147,70	182,21	216,71	251,22	285,73	320,23	354,74	389,24	423,75	458,26	492,76	527,27	51,76
Int	CE	MT	46,04	82,40	118,76	155,13	191,49	227,85	264,22	300,58	336,95	373,31	409,67	446,04	482,40	518,76	555,13	54,54
Int	CE	PA	28,12	46,55	64,98	83,41	101,84	120,27	138,70	157,13	175,56	193,99	212,41	230,84	249,27	267,70	286,13	27,64
Int	CE	PB	19,97	30,24	40,52	50,80	61,07	71,35	81,62	91,90	102,17	112,45	122,73	133,00	143,28	153,55	163,83	15,41
Int	CE	PE	20,53	31,38	42,22	53,06	63,90	74,74	85,58	96,43	107,27	118,11	128,95	139,79	150,64	161,48	172,32	16,26
Int	CE	PI	19,22	28,74	38,26	47,77	57,29	66,80	76,32	85,83	95,35	104,86	114,38	123,89	133,41	142,92	152,44	14,27
Int	CE	PR	51,93	94,16	136,40	178,63	220,87	263,10	305,34	347,57	389,81	432,05	474,28	516,52	558,75	600,99	643,22	63,35
Int	CE	RJ	44,68	79,64	114,61	149,57	184,54	219,51	254,47	289,44	324,41	359,37	394,34	429,30	464,27	499,24	534,20	52,45
Int	CE	RN	19,14	28,58	38,03	47,47	56,91	66,36	75,80	85,25	94,69	104,14	113,58	123,03	132,47	141,92	151,36	14,17
Int	CE	RO	53,59	97,51	141,42	185,34	229,25	273,17	317,08	361,00	404,91	448,83	492,75	536,66	580,58	624,49	668,41	65,87
Int	CE	RR	49,56	89,44	129,32	169,21	209,09	248,97	288,86	328,74	368,62	408,50	448,39	488,27	528,15	568,04	607,92	59,82
Int	CE	RS	59,59	109,50	159,41	209,32	259,23	309,14	359,05	408,96	458,88	508,79	558,70	608,61	658,52	708,43	758,34	74,87
Int	CE	SC	54,44	99,20	143,97	188,73	233,50	278,26	323,03	367,79	412,56	457,32	502,08	546,85	591,61	636,38	681,14	67,15
Int	CE	SE	23,01	36,35	49,68	63,02	76,35	89,69	103,02	116,36	129,69	143,03	156,37	169,70	183,04	196,37	209,71	20,00
Int	CE	SP	47,22	84,77	122,32	159,87	197,42	234,96	272,51	310,06	347,61	385,16	422,71	460,26	497,80	535,35	572,90	56,32
Int	CE	TO	42,48	75,29	108,10	140,91	173,72	206,52	239,33	272,14	304,95	337,76	370,57	403,38	436,18	468,99	501,80	49,21
Cap	DF	AC	46,26	82,86	119,45	156,05	192,64	229,23	265,83	302,42	339,01	375,61	412,20	448,79	485,39	521,98	558,58	54,89
Cap	DF	AL	31,76	53,86	75,95	98,04	120,13	142,22	164,31	186,40	208,49	230,58	252,67	274,76	296,85	318,94	341,03	33,14
Cap	DF	AM	38,34	67,00	95,65	124,30	152,95	181,60	210,26	238,91	267,56	296,21	324,87	353,52	382,17	410,82	439,47	42,98
Cap	DF	AP	39,18	68,69	98,20	127,70	157,20	186,70	216,20	245,70	275,20	304,70	334,20	363,71	393,21	422,71	452,21	44,25
Cap	DF	BA	25,49	41,32	57,13	72,94	88,75	104,56	120,37	136,19	152,00	167,81	183,62	199,43	215,24	231,06	246,87	23,72
Cap	DF	CE	34,88	60,08	85,27	110,45	135,64	160,82	186,01	211,19	236,38	261,57	286,75	311,94	337,12	362,31	387,49	37,78
Cap	DF	ES	24,70	39,74	54,77	69,81	84,84	99,88	114,91	129,94	144,98	160,01	175,04	190,08	205,11	220,14	235,18	22,55
Cap	DF	GO	15,88	22,07	28,26	34,45	40,64	46,83	53,02	59,21	65,40	71,59	77,78	83,98	90,17	96,36	102,55	9,29
Cap	DF	MA	31,80	53,91	76,02	98,12	120,23	142,34	164,45	186,56	208,67	230,77	252,88	274,99	297,10	319,21	341,31	33,16
Cap	DF	MG	18,06	26,46	34,84	43,23	51,61	59,99	68,38	76,76	85,14	93,53	101,91	110,29	118,68	127,06	135,44	12,57
Cap	DF	MS	21,83	34,01	46,18	58,35	70,52	82,68	94,85	107,02	119,19	131,36	143,53	155,69	167,86	180,03	192,20	18,25
Cap	DF	MT	23,31	36,95	50,58	64,22	77,86	91,49	105,13	118,76	132,40	146,04	159,67	173,31	186,95	200,58	214,22	20,45
Cap	DF	PA	32,82	55,96	79,09	102,23	125,36	148,50	171,63	194,76	217,90	241,03	264,17	287,30	310,43	333,57	356,70	34,70
Cap	DF	PB	35,25	60,84	86,42	111,99	137,57	163,14	188,71	214,29	239,86	265,44	291,01	316,59	342,16	367,74	393,31	38,36
Cap	DF	PE	34,37	59,09	83,80	108,51	133,21	157,92	182,63	207,34	232,05	256,75	281,46	306,17	330,88	355,59	380,29	37,06
Cap	DF	PI	29,01	48,34	67,67	87,00	106,33	125,66	144,99	164,33	183,66	202,99	222,32	241,65	260,98	280,31	299,64	29,00
Cap	DF	PR	25,43	41,17	56,91	72,66	88,40	104,14	119,88	135,62	151,36	167,10	182,84	198,58	214,32	230,07	245,81	23,61
Cap	DF	RJ	22,95	36,24	49,52	62,80	76,09	89,37	102,65	115,93	129,22	142,50	155,78	169,06	182,35	195,63	208,91	19,92
Cap	DF	RN	35,84	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Cap	DF	RO	37,75	65,85	93,93	122,02	150,10	178,19	206,28	234,36	262,45	290,54	318,62	346,71	374,79	402,88	430,97	42,13
Cap	DF	RR	46,26	82,86	119,45	156,05	192,64	229,23	265,83	302,42	339,01	375,61	412,20	448,79	485,39	521,98	558,58	54,89
Cap	DF	RS	33,01	56,35	79,68	103,01	126,33	149,66	172,99	196,32	219,65	242,98	266,31	289,63	312,96	336,29	359,62	34,99
Cap	DF	SC	28,85	48,04	67,21	86,38	105,55	124,73	143,90	163,07	182,24	201,41	220,59	239,76	258,93	278,10	297,27	28,76
Cap	DF	SE	28,30	46,92	65,55	84,17	102,79	121,42	140,04	158,66	177,29	195,91	214,54	233,16	251,78	270,41	289,03	27,94
Cap	DF	SP	22,01	34,36	46,71	59,05	71,40	83,75	96,09	108,44	120,78	133,13	145,47	157,82	170,16	182,51	194,85	18,52
Cap	DF	TO	22,11	34,54	46,98	59,41	71,84	84,28	96,71	109,14	121,58	134,01	146,44	158,88	171,31	183,74	196,18	18,65
Int	DF	AC	48,28	86,89	125,50	164,11	202,72	241,33	279,94	318,55	357,16	395,77	434,38	472,99	511,60	550,21	588,82	57,91
Int	DF	AL	33,78	57,89	81,99	106,10	130,21	154,31	178,42	202,53	226,63	250,74	274,85	298,95	323,06	347,17	371,27	36,16
Int	DF	AM	40,36	71,03	101,70	132,37	163,03	193,70	224,37	255,04	285,71	316,38	347,04	377,71	408,38	439,05	469,72	46,00
Int	DF	AP	41,21	72,73	104,24	135,76	167,28	198,80	230,31	261,83	293,35	324,87	356,38	387,90	419,42	450,93	482,45	47,28
Int	DF	BA	27,52	45,35	63,18	81,00	98,83	116,66	134,49	152,32	170,14	187,97	205,80	223,63	241,46	259,28	277,11	26,74
Int	DF	CE	36,91	64,11	91,31	118,52	145,72	172,92	200,12	227,32	254,53	281,73	308,93	336,13	363,33	390,54	417,74	40,80
Int	DF	ES	26,72	43,77	60,82	77,87	94,92	111,97	129,02	146,07	163,12	180,17	197,22	214,27	231,32	248,37	265,42	25,57
Int	DF	GO	17,90	26,10	34,31	42,52	50,72	58,93	67,14	75,34	83,55	91,76	99,96	108,17	116,38	124,58	132,79	12,31
Int	DF	MA	33,82	57,94	82,06	106,19	130,31	154,44	178,56	202,69	226,81	250,94	275,06	299,18	323,31	347,43	371,56	36,19
Int	DF	MG	20,09	30,49	40,89	51,29	61,69	72,09	82,49	92,89	103,29	113,69	124,09	134,49	144,89	155,29	165,69	15,60
Int	DF	MS	23,86	38,04	52,23	66,41	80,60	94,78	108,97	123,15	137,34	151,52	165,70	179,89	194,07	208,26	222,44	21,28
Int	DF	MT	25,33	40,98	56,63	72,28	87,94	103,59	119,24	134,89	150,55	166,20	181,85	197,50	213,16	228,81	244,46	23,48
Int	DF	PA	34,84	59,99	85,14	110,29	135,44	160,59	185,74	210,89	236,04	261,19	286,34	311,49	336,64	361,79	386,95	37,73
Int	DF	PB	37,28	64,87	92,46	120,06	147,65	175,24	202,83	230,42	258,01	285,60	313,19	340,78	368,37	395,97	423,56	41,39
Int	DF	PE	36,40	63,12	89,85	116,57	143,30	170,02	196,74	223,47	250,19	276,92	303,64	330,37	357,09	383,81	410,54	40,09
Int	DF	PI	31,02	52,37	73,72	95,06	116,41	137,76	159,11	180,46	201,80	223,15	244,50	265,85	287,19	308,54	329,89	32,02
Int	DF	PR	27,45	45,21	62,96	80,72	98,48	116,24	133,99	151,75	169,51	187,26	205,02	222,78	240,54	258,29	276,05	26,64
Int	DF	RJ	24,97	40,27	55,57	70,87	86,17	101,47	116,77	132,06	147,36	162,66	177,96	193,26	208,56	223,86	239,16	22,95
Int	DF	RN	37,87	66,06	94,25	122,44	150,64	178,83	207,02	235,21	263,40	291,60	319,79	347,98	376,17	404,37	432,56	42,29
Int	DF	RO	39,78	69,88	99,98	130,08	160,19	190,29	220,39	250,49	280,60	310,70	340,80	370,90	401,01	431,11	461,21	45,15
Int	DF	RR	48,28	86,89	125,50	164,11	202,72	241,33	279,94	318,55	357,16	395,77	434,38	472,99	511,60	550,21	588,82	57,91
Int	DF	RS	35,04	60,38	85,73	111,07	136,42	161,76	187,11	212,45	237,79	263,14	288,48	313,83	339,17	364,52	389,86	38,02
Int	DF	SC	30,88	52,07	73,26	94,45	115,63	136,82	158,01	179,20	200,39	221,58	242,76	263,95	285,14	306,33	327,52	31,78
Int	DF	SE	30,31	50,95	71,59	92,23	112,87	133,52	154,16	174,80	195,44	216,08	236,72	257,36	278,00	298,64	319,28	30,96
Int	DF	SP	24,04	38,40	52,76	67,12	81,48	95,84	110,20	124,57	138,93	153,29	167,65	182,01	196,37	210,73	225,10	21,54
Int	DF	TO	24,12	38,57	53,02	67,47	81,92	96,37	110,82	125,27	139,72	154,17	168,62	183,07	197,52	211,97	226,42	21,67
Cap	ES	AC	56,42	103,15	149,88	196,60	243,33	290,06	336,79	383,51	430,24	476,97	523,70	570,42	617,15	663,88	710,61	70,09
Cap	ES	AL	28,57	47,49	66,39	85,30	104,21	123,12	142,02	160,93	179,84	198,74	217,65	236,56	255,46	274,37	293,28	28,36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	ES	AM	51,57	93,47	135,37	177,27	219,17	261,07	302,97	344,87	386,77	428,67	470,57	512,47	554,37	596,26	638,16	62,85
Cap	ES	AP	49,25	88,84	128,42	168,00	207,59	247,17	286,75	326,33	365,92	405,50	445,08	484,66	524,25	563,83	603,41	59,37
Cap	ES	BA	22,17	34,67	47,15	59,64	72,13	84,61	97,10	109,59	122,07	134,56	147,05	159,53	172,02	184,51	196,99	18,73
Cap	ES	CE	37,28	64,89	92,50	120,11	147,72	175,33	202,93	230,54	258,15	285,76	313,37	340,98	368,59	396,20	423,80	41,41
Cap	ES	DF	24,70	39,74	54,77	69,81	84,84	99,88	114,91	129,94	144,98	160,01	175,04	190,08	205,11	220,14	235,18	22,55
Cap	ES	GO	26,19	42,71	59,21	75,72	92,22	108,72	125,22	141,72	158,22	174,72	191,23	207,73	224,23	240,73	257,23	24,75
Cap	ES	MA	40,36	71,08	101,79	132,49	163,19	193,90	224,60	255,30	286,01	316,71	347,42	378,12	408,82	439,53	470,23	46,06
Cap	ES	MG	17,53	25,40	33,25	41,10	48,96	56,81	64,66	72,51	80,37	88,22	96,07	103,93	111,78	119,63	127,48	11,78
Cap	ES	MS	26,10	42,52	58,93	75,34	91,76	108,17	124,58	141,00	157,41	173,82	190,24	206,65	223,06	239,47	255,89	24,62
Cap	ES	MT	45,14	80,63	116,11	151,59	187,07	222,55	258,03	293,51	328,99	364,47	399,94	435,42	470,90	506,38	541,86	53,22
Cap	ES	PA	43,49	77,29	111,09	144,89	178,69	212,49	246,28	280,08	313,88	347,68	381,48	415,28	449,08	482,88	516,68	50,70
Cap	ES	PB	33,49	57,30	81,11	104,92	128,72	152,53	176,33	200,14	223,95	247,75	271,56	295,36	319,17	342,98	366,78	35,71
Cap	ES	PE	31,82	53,96	76,10	98,25	120,39	142,54	164,68	186,82	208,97	231,11	253,25	275,40	297,54	319,68	341,83	33,21
Cap	ES	PI	34,72	59,80	84,86	109,92	134,98	160,04	185,11	210,17	235,23	260,29	285,35	310,42	335,48	360,54	385,60	37,59
Cap	ES	PR	25,19	40,73	56,26	71,79	87,32	102,85	118,38	133,90	149,43	164,96	180,49	196,02	211,55	227,08	242,61	23,29
Cap	ES	RJ	17,14	24,60	32,07	39,53	46,99	54,46	61,92	69,38	76,85	84,31	91,78	99,24	106,70	114,17	121,63	11,20
Cap	ES	RN	35,25	60,84	86,42	111,99	137,57	163,14	188,71	214,29	239,86	265,44	291,01	316,59	342,16	367,74	393,31	38,36
Cap	ES	RO	51,60	93,54	135,48	177,41	219,35	261,28	303,22	345,15	387,09	429,02	470,96	512,89	554,83	596,76	638,70	62,90
Cap	ES	RR	60,17	110,70	161,21	211,72	262,24	312,75	363,26	413,78	464,29	514,80	565,31	615,83	666,34	716,85	767,36	75,77
Cap	ES	RS	32,19	54,70	77,22	99,73	122,25	144,76	167,28	189,79	212,31	234,82	257,34	279,85	302,37	324,88	347,40	33,77
Cap	ES	SC	26,41	43,17	59,92	76,67	93,42	110,17	126,92	143,67	160,42	177,17	193,91	210,66	227,41	244,16	260,91	25,12
Cap	ES	SE	25,80	41,92	58,03	74,14	90,25	106,37	122,48	138,59	154,70	170,82	186,93	203,04	219,15	235,27	251,38	24,17
Cap	ES	SP	20,32	30,97	41,62	52,26	62,91	73,56	84,21	94,85	105,50	116,15	126,79	137,44	148,09	158,74	169,38	15,97
Cap	ES	TO	32,86	56,05	79,24	102,42	125,61	148,80	171,98	195,17	218,36	241,54	264,73	287,92	311,11	334,29	357,48	34,78
Int	ES	AC	58,44	107,18	155,92	204,67	253,41	302,16	350,90	399,64	448,39	497,13	545,88	594,62	643,36	692,11	740,85	73,12
Int	ES	AL	30,60	51,52	72,44	93,37	114,29	135,21	156,14	177,06	197,98	218,91	239,83	260,75	281,68	302,60	323,52	31,38
Int	ES	AM	53,59	97,51	141,42	185,34	229,25	273,17	317,08	361,00	404,91	448,83	492,75	536,66	580,58	624,49	668,41	65,87
Int	ES	AP	51,27	92,87	134,47	176,07	217,67	259,27	300,86	342,46	384,06	425,66	467,26	508,86	550,46	592,06	633,65	62,40
Int	ES	BA	24,19	38,70	53,20	67,70	82,21	96,71	111,21	125,72	140,22	154,72	169,22	183,73	198,23	212,73	227,24	21,75
Int	ES	CE	39,30	68,92	98,55	128,17	157,80	187,42	217,05	246,67	276,30	305,92	335,55	365,17	394,80	424,42	454,05	44,44
Int	ES	DF	26,72	43,77	60,82	77,87	94,92	111,97	129,02	146,07	163,12	180,17	197,22	214,27	231,32	248,37	265,42	25,57
Int	ES	GO	28,23	46,74	65,26	83,78	102,30	120,82	139,33	157,85	176,37	194,89	213,40	231,92	250,44	268,96	287,48	27,78
Int	ES	MA	42,39	75,11	107,83	140,55	173,27	205,99	238,71	271,43	304,15	336,87	369,59	402,31	435,03	467,75	500,47	49,08
Int	ES	MG	19,56	29,43	39,30	49,17	59,04	68,91	78,78	88,64	98,51	108,38	118,25	128,12	137,99	147,86	157,73	14,80
Int	ES	MS	28,12	46,55	64,98	83,41	101,84	120,27	138,70	157,13	175,56	193,99	212,41	230,84	249,27	267,70	286,13	27,64
Int	ES	MT	47,17	84,66	122,16	159,66	197,15	234,65	272,14	309,64	347,13	384,63	422,12	459,62	497,11	534,61	572,11	56,24
Int	ES	PA	45,51	81,32	117,14	152,95	188,77	224,58	260,40	296,21	332,03	367,84	403,66	439,47	475,29	511,10	546,92	53,72
Int	ES	PB	35,51	61,34	87,16	112,98	138,80	164,63	190,45	216,27	242,09	267,91	293,74	319,56	345,38	371,20	397,03	38,73
Int	ES	PE	33,83	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Int	ES	PI	36,75	63,83	90,91	117,99	145,06	172,14	199,22	226,30	253,38	280,45	307,53	334,61	361,69	388,77	415,84	40,62
Int	ES	PR	27,22	44,76	62,31	79,85	97,40	114,94	132,49	150,03	167,58	185,12	202,67	220,21	237,76	255,30	272,85	26,32
Int	ES	RJ	19,15	28,63	38,11	47,59	57,07	66,55	76,03	85,51	94,99	104,47	113,95	123,43	132,91	142,39	151,87	14,22
Int	ES	RN	37,28	64,87	92,46	120,06	147,65	175,24	202,83	230,42	258,01	285,60	313,19	340,78	368,37	395,97	423,56	41,39
Int	ES	RO	53,63	97,58	141,53	185,48	229,43	273,38	317,33	361,28	405,23	449,18	493,13	537,09	581,04	624,99	668,94	65,93
Int	ES	RR	62,20	114,73	167,26	219,79	272,32	324,85	377,38	429,91	482,43	534,96	587,49	640,02	692,55	745,08	797,61	78,79
Int	ES	RS	34,21	58,74	83,27	107,80	132,33	156,86	181,39	205,92	230,45	254,99	279,52	304,05	328,58	353,11	377,64	36,80
Int	ES	SC	28,44	47,21	65,97	84,74	103,50	122,27	141,03	159,80	178,56	197,33	216,09	234,86	253,62	272,39	291,15	28,15
Int	ES	SE	27,82	45,95	64,08	82,21	100,34	118,46	136,59	154,72	172,85	190,98	209,11	227,24	245,36	263,49	281,62	27,19
Int	ES	SP	22,34	35,00	47,66	60,33	72,99	85,66	98,32	110,98	123,65	136,31	148,97	161,64	174,30	186,96	199,63	19,00
Int	ES	TO	34,88	60,08	85,28	110,49	135,69	160,89	186,10	211,30	236,50	261,71	286,91	312,11	337,32	362,52	387,72	37,80
Cap	GO	AC	44,10	78,55	112,98	147,42	181,85	216,29	250,72	285,16	319,59	354,03	388,47	422,90	457,34	491,77	526,21	51,65
Cap	GO	AL	31,32	52,97	74,60	96,23	117,86	139,49	161,12	182,75	204,38	226,02	247,65	269,28	290,91	312,54	334,17	32,45
Cap	GO	AM	37,04	64,41	91,78	119,14	146,50	173,86	201,22	228,58	255,94	283,30	310,66	338,02	365,39	392,75	420,11	41,04
Cap	GO	AP	37,71	65,78	93,83	121,88	149,93	177,98	206,03	234,08	262,13	290,18	318,23	346,28	374,33	402,39	430,44	42,08
Cap	GO	BA	25,33	40,98	56,61	72,25	87,88	103,52	119,15	134,79	150,42	166,06	181,69	197,33	212,96	228,60	244,23	23,45
Cap	GO	CE	33,82	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Cap	GO	DF	15,88	22,07	28,26	34,45	40,64	46,83	53,02	59,21	65,40	71,59	77,78	83,98	90,17	96,36	102,55	9,29
Cap	GO	ES	26,19	42,71	59,21	75,72	92,22	108,72	125,22	141,72	158,22	174,72	191,23	207,73	224,23	240,73	257,23	24,75
Cap	GO	MA	31,38	53,11	74,83	96,55	118,27	139,99	161,71	183,43	205,15	226,86	248,58	270,30	292,02	313,74	335,46	32,58
Cap	GO	MG	19,00	28,35	37,69	47,03	56,37	65,71	75,04	84,38	93,72	103,06	112,40	121,74	131,07	140,41	149,75	14,01
Cap	GO	MS	24,96	40,24	55,50	70,76	86,03	101,29	116,55	131,82	147,08	162,34	177,61	192,87	208,13	223,40	238,66	22,89
Cap	GO	MT	23,68	37,69	51,70	65,71	79,71	93,72	107,73	121,74	135,74	149,75	163,76	177,77	191,77	205,78	219,79	21,01
Cap	GO	PA	32,23	54,81	77,38	99,95	122,51	145,08	167,65	190,22	212,79	235,35	257,92	280,49	303,06	325,63	348,19	33,85
Cap	GO	PB	34,53	59,41	84,28	109,14	134,01	158,88	183,74	208,61	233,48	258,35	283,21	308,08	332,95	357,82	382,68	37,30
Cap	GO	PE	33,21	56,74	80,26	103,78	127,31	150,83	174,35	197,88	221,40	244,92	268,45	291,97	315,49	339,01	362,54	35,28
Cap	GO	PI	28,83	47,98	67,14	86,29	105,45	124,60	143,76	162,91	182,06	201,22	220,37	239,53	258,68	277,84	296,99	28,73
Cap	GO	PR	25,45	41,23	57,00	72,78	88,56	104,33	120,11	135,89	151,66	167,44	183,21	198,99	214,77	230,54	246,32	23,66
Cap	GO	RJ	23,39	37,09	50,78	64,47	78,16	91,85	105,54	119,22	132,91	146,60	160,29	173,98	187,67	201,36	215,05	20,53
Cap	GO	RN	34,74	59,83	84,91	109,99	135,07	160,15	185,23	210,31	235,39	260,47	285,55	310,63	335,71	360,79	385,87	37,62
Cap	GO	RO	36,53	63,41	90,27	117,14	144,00	170,87	197,73	224,60	251,47	278,33	305,20	332,06	358,93	385,80	412,66	40,30
Cap	GO	RR	45,85	82,01	118,16	154,31	190,47	226,62	262,77	298,92	335,07	371,22	407,37	443,52	479,68	515,83	551,98	54,23
Cap	GO	RS	33,05	56,44	79,82	103,20	126,58	149,96	173,35	196,73	220,11	243,49	266,87	290,25	313,63	337,02	360,40	35,07
Cap	GO	SC	28,55	47,45	66,34	85,23	104,12	123,01	141,90	160,79	179,68	198,57	217,46	236,34	255,23	274,12	293,01	28,33
Cap	GO	SE	28,36	47,06	65,76	84,45	103,15	121,84	140,54	159,23	177,93	196,62	215,32	234,01	252,70	271,40	290,09	28,04
Cap	GO	SP	22,44	35,20	47,95	60,70	73,45	86,20	98,96	111,71	124,46	137,21	149,96	162,72	175,47	188,22	200,97	19,13
Cap	GO	TO	22,25	34,81	47,36	59,92	72,48	85,04	97,59	110,15	122,71	135,27	147,82	160,38	172,94	185,50	198,05	18,84
Int	GO	AC	46,13	82,58	119,03	155,48	191,93	228,39	264,84	301,29	337,74	374,19	410,65	447,10	483,55	520,00	556,45	54,68
Int	GO	AL	33,36	57,00	80,65	104,30	127,94	151,59	175,24	198,88	222,53	246,18	269,82	293,47	317,12	340,77	364,41	35,47
Int	GO	AM	39,07	68,45	97,82	127,20	156,58	185,96	215,33	244,71	274,09	303,46	332,84	362,22	391,60	420,97	450,35	44,07
Int	GO	AP	39,74	69,81	99,88	129,94	160,01	190,08	220,14	250,21	280,28	310,35	340,41	370,48	400,55	430,61	460,68	45,10
Int	GO	BA	27,36	45,01	62,66	80,31	97,97	115,62	133,27	150,92	168,57	186,22	203,87	221,52	239,17	256,83	274,48	26,48
Int	GO	CE	35,85	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Int	GO	DF	17,90	26,10	34,31	42,52	50,72	58,93	67,14	75,34	83,55	91,76	99,96	108,17	116,38	124,58	132,79	12,31
Int	GO	ES	28,23	46,74	65,26	83,78	102,30	120,82	139,33	157,85	176,37	194,89	213,40	231,92	250,44	268,96	287,48	27,78
Int	GO	MA	33,41	57,14	80,88	104,62	128,35	152,09	175,82	199,56	223,29	247,03	270,76	294,50	318,23	341,97	365,70	35,60
Int	GO	MG	21,03	32,38	43,74	55,09	66,45	77,80	89,16	100,51	111,87	123,22	134,58	145,93	157,29	168,64	180,00	17,03
Int	GO	MS	26,99	44,27	61,55	78,83	96,11	113,39	130,67	147,95	165,23	182,51	199,79	217,07	234,35	251,63	268,91	25,92
Int	GO	MT	25,70	41,72	57,75	73,77	89,79	105,82	121,84	137,87	153,89	169,91	185,94	201,96	217,99	234,01	250,03	24,04
Int	GO	PA	34,26	58,84	83,43	108,01	132,60	157,18	181,76	206,35	230,93	255,52	280,10	304,69	329,27	353,85	378,44	36,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	GO	PB	36,56	63,44	90,32	117,21	144,09	170,97	197,86	224,74	251,63	278,51	305,39	332,28	359,16	386,04	412,93	40,32
Int	GO	PE	35,23	60,77	86,31	111,85	137,39	162,93	188,47	214,01	239,55	265,08	290,62	316,16	341,70	367,24	392,78	38,31
Int	GO	PI	30,84	52,02	73,19	94,36	115,53	136,70	157,87	179,04	200,21	221,38	242,55	263,72	284,89	306,06	327,24	31,76
Int	GO	PR	27,47	45,26	63,05	80,84	98,64	116,43	134,22	152,02	169,81	187,60	205,39	223,19	240,98	258,77	276,56	26,69
Int	GO	RJ	25,42	41,12	56,83	72,53	88,24	103,94	119,65	135,35	151,06	166,77	182,47	198,18	213,88	229,59	245,29	23,56
Int	GO	RN	36,77	63,87	90,96	118,06	145,15	172,25	199,34	226,44	253,54	280,63	307,73	334,82	361,92	389,01	416,11	40,64
Int	GO	RO	38,56	67,44	96,32	125,20	154,08	182,97	211,85	240,73	269,61	298,49	327,38	356,26	385,14	414,02	442,91	43,32
Int	GO	RR	47,88	86,04	124,21	162,38	200,55	238,71	276,88	315,05	353,22	391,38	429,55	467,72	505,89	544,05	582,22	57,25
Int	GO	RS	35,07	60,47	85,87	111,27	136,66	162,06	187,46	212,86	238,25	263,65	289,05	314,45	339,85	365,24	390,64	38,10
Int	GO	SC	30,58	51,49	72,39	93,30	114,20	135,11	156,01	176,92	197,82	218,73	239,63	260,54	281,44	302,35	323,26	31,36
Int	GO	SE	30,39	51,10	71,81	92,52	113,23	133,94	154,65	175,36	196,07	216,78	237,49	258,21	278,92	299,63	320,34	31,07
Int	GO	SP	24,46	39,23	54,00	68,76	83,53	98,30	113,07	127,84	142,61	157,37	172,14	186,91	201,68	216,45	231,22	22,15
Int	GO	TO	24,27	38,84	53,41	67,99	82,56	97,13	111,71	126,28	140,85	155,43	170,00	184,58	199,15	213,72	228,30	21,86
Cap	MA	AC	49,89	90,13	130,35	170,57	210,79	251,01	291,23	331,44	371,66	411,88	452,10	492,32	532,54	572,76	612,98	60,33
Cap	MA	AL	27,04	44,41	61,78	79,15	96,52	113,88	131,25	148,62	165,99	183,36	200,72	218,09	235,46	252,83	270,20	26,05
Cap	MA	AM	35,27	60,89	86,50	112,11	137,72	163,33	188,94	214,55	240,16	265,77	291,38	316,99	342,60	368,22	393,83	38,41
Cap	MA	AP	28,91	48,14	67,37	86,59	105,82	125,04	144,27	163,49	182,72	201,94	221,17	240,39	259,62	278,85	298,07	28,84
Cap	MA	BA	29,48	49,29	69,10	88,91	108,72	128,53	148,34	168,15	187,95	207,76	227,57	247,38	267,19	287,00	306,81	29,71
Cap	MA	CE	18,69	27,70	36,70	45,70	54,70	63,71	72,71	81,71	90,71	99,72	108,72	117,72	126,72	135,73	144,73	13,50
Cap	MA	DF	31,80	53,91	76,02	98,12	120,23	142,34	164,45	186,56	208,67	230,77	252,88	274,99	297,10	319,21	341,31	33,16
Cap	MA	ES	40,36	71,08	101,79	132,49	163,19	193,90	224,60	255,30	286,01	316,71	347,42	378,12	408,82	439,53	470,23	46,06
Cap	MA	GO	31,38	53,11	74,83	96,55	118,27	139,99	161,71	183,43	205,15	226,86	248,58	270,30	292,02	313,74	335,46	32,58
Cap	MA	MG	38,28	66,91	95,52	124,14	152,76	181,37	209,99	238,61	267,23	295,84	324,46	353,08	381,69	410,31	438,93	42,92
Cap	MA	MS	45,69	81,73	117,76	153,78	189,81	225,84	261,87	297,89	333,92	369,95	405,98	442,00	478,03	514,06	550,09	54,04
Cap	MA	MT	38,22	66,78	95,33	123,88	152,42	180,97	209,51	238,06	266,61	295,15	323,70	352,24	380,79	409,34	437,88	42,82
Cap	MA	PA	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	MA	PB	26,76	43,88	60,98	78,09	95,19	112,29	129,39	146,50	163,60	180,70	197,81	214,91	232,01	249,11	266,22	25,65
Cap	MA	PE	27,04	44,41	61,78	79,15	96,52	113,88	131,25	148,62	165,99	183,36	200,72	218,09	235,46	252,83	270,20	26,05
Cap	MA	PI	17,43	25,20	32,97	40,73	48,50	56,26	64,02	71,79	79,55	87,32	95,08	102,85	110,61	118,38	126,14	11,65
Cap	MA	PR	48,01	86,36	124,71	163,05	201,40	239,74	278,08	316,43	354,77	393,12	431,46	469,81	508,15	546,50	584,84	57,52
Cap	MA	RJ	42,96	76,25	109,53	142,82	176,10	209,39	242,68	275,96	309,25	342,53	375,82	409,11	442,39	475,68	508,96	49,93
Cap	MA	RN	24,88	40,08	55,27	70,46	85,66	100,85	116,04	131,23	146,43	161,62	176,81	192,00	207,20	222,39	237,58	22,79
Cap	MA	RO	43,02	76,35	109,67	142,99	176,32	209,64	242,96	276,28	309,60	342,92	376,24	409,57	442,89	476,21	509,53	49,98
Cap	MA	RR	37,55	65,46	93,35	121,24	149,13	177,02	204,92	232,81	260,70	288,59	316,48	344,37	372,27	400,16	428,05	41,84
Cap	MA	RS	56,08	102,51	148,92	195,33	241,74	288,15	334,56	380,97	427,38	473,79	520,20	566,60	613,01	659,42	705,83	69,61
Cap	MA	SC	51,31	92,96	134,59	176,23	217,86	259,50	301,13	342,76	384,40	426,03	467,67	509,30	550,93	592,57	634,20	62,45
Cap	MA	SE	28,00	46,36	64,70	83,04	101,38	119,72	138,06	156,40	174,74	193,08	211,42	229,77	248,11	266,45	284,79	27,51
Cap	MA	SP	44,16	78,63	113,10	147,58	182,05	216,52	250,99	285,46	319,93	354,40	388,87	423,34	457,81	492,29	526,76	51,71
Cap	MA	TO	38,65	67,65	96,64	125,63	154,62	183,60	212,59	241,58	270,57	299,56	328,54	357,53	386,52	415,51	444,50	43,48
Int	MA	AC	51,93	94,16	136,40	178,63	220,87	263,10	305,34	347,57	389,81	432,05	474,28	516,52	558,75	600,99	643,22	63,35
Int	MA	AL	29,06	48,44	67,83	87,21	106,60	125,98	145,37	164,75	184,13	203,52	222,90	242,29	261,67	281,06	300,44	29,08
Int	MA	AM	37,30	64,93	92,55	120,18	147,81	175,43	203,06	230,68	258,31	285,94	313,56	341,19	368,82	396,44	424,07	41,44
Int	MA	AP	30,93	52,17	73,42	94,66	115,90	137,14	158,38	179,62	200,87	222,11	243,35	264,59	285,83	307,07	328,31	31,86
Int	MA	BA	31,50	53,32	75,15	96,97	118,80	140,62	162,45	184,28	206,10	227,93	249,75	271,58	293,40	315,23	337,05	32,74
Int	MA	CE	20,71	31,73	42,75	53,77	64,79	75,80	86,82	97,84	108,86	119,88	130,90	141,92	152,93	163,95	174,97	16,53
Int	MA	DF	33,82	57,94	82,06	106,19	130,31	154,44	178,56	202,69	226,81	250,94	275,06	299,18	323,31	347,43	371,56	36,19
Int	MA	ES	42,39	75,11	107,83	140,55	173,27	205,99	238,71	271,43	304,15	336,87	369,59	402,31	435,03	467,75	500,47	49,08
Int	MA	GO	33,41	57,14	80,88	104,62	128,35	152,09	175,82	199,56	223,29	247,03	270,76	294,50	318,23	341,97	365,70	35,60
Int	MA	MG	40,31	70,94	101,57	132,21	162,84	193,47	224,11	254,74	285,37	316,00	346,64	377,27	407,90	438,54	469,17	45,95
Int	MA	MS	47,72	85,76	123,81	161,85	199,89	237,94	275,98	314,02	352,07	390,11	428,15	466,20	504,24	542,29	580,33	57,07
Int	MA	MT	40,25	70,82	101,38	131,94	162,50	193,07	223,63	254,19	284,75	315,31	345,88	376,44	407,00	437,56	468,13	45,84
Int	MA	PA	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	MA	PB	28,79	47,91	67,03	86,15	105,27	124,39	143,51	162,63	181,75	200,87	219,98	239,10	258,22	277,34	296,46	28,68
Int	MA	PE	29,06	48,44	67,83	87,21	106,60	125,98	145,37	164,75	184,13	203,52	222,90	242,29	261,67	281,06	300,44	29,08
Int	MA	PI	19,45	29,24	39,02	48,80	58,58	68,36	78,14	87,92	97,70	107,48	117,26	127,04	136,82	146,60	156,38	14,67
Int	MA	PR	50,03	90,40	130,76	171,12	211,48	251,84	292,20	332,56	372,92	413,28	453,64	494,00	534,36	574,72	615,08	60,54
Int	MA	RJ	44,98	80,28	115,58	150,88	186,19	221,49	256,79	292,09	327,39	362,70	398,00	433,30	468,60	503,91	539,21	52,95
Int	MA	RN	26,90	44,11	61,32	78,53	95,74	112,95	130,15	147,36	164,57	181,78	198,99	216,20	233,41	250,62	267,83	25,81
Int	MA	RO	45,05	80,38	115,72	151,06	186,40	221,74	257,07	292,41	327,75	363,09	398,42	433,76	469,10	504,44	539,77	53,01
Int	MA	RR	39,58	69,49	99,40	129,31	159,21	189,12	219,03	248,94	278,85	308,75	338,66	368,57	398,48	428,38	458,29	44,86
Int	MA	RS	58,12	106,54	154,97	203,39	251,82	300,25	348,67	397,10	445,52	493,95	542,37	590,80	639,23	687,65	736,08	72,64
Int	MA	SC	53,34	96,99	140,64	184,29	227,94	271,59	315,24	358,89	402,54	446,20	489,85	533,50	577,15	620,80	664,45	65,48
Int	MA	SE	30,03	50,39	70,75	91,10	111,46	131,82	152,17	172,53	192,89	213,25	233,60	253,96	274,32	294,67	315,03	30,54
Int	MA	SP	46,18	82,67	119,15	155,64	192,13	228,62	265,10	301,59	338,08	374,56	411,05	447,54	484,03	520,51	557,00	54,73
Int	MA	TO	40,68	71,68	102,69	133,69	164,70	195,70	226,71	257,71	288,71	319,72	350,72	381,73	412,73	443,74	474,74	46,51
Cap	MG	AC	50,54	91,42	132,29	173,17	214,04	254,92	295,79	336,66	377,54	418,41	459,28	500,16	541,03	581,90	622,78	61,31
Cap	MG	AL	30,91	52,16	73,40	94,64	115,88	137,12	158,36	179,61	200,85	222,09	243,33	264,57	285,81	307,06	328,30	31,86
Cap	MG	AM	47,79	85,90	124,00	162,10	200,19	238,29	276,39	314,48	352,58	390,68	428,77	466,87	504,97	543,06	581,16	57,14
Cap	MG	AP	47,08	84,52	121,95	159,37	196,80	234,22	271,65	309,07	346,50	383,92	421,35	458,77	496,19	533,62	571,04	56,14
Cap	MG	BA	23,70	37,73	51,75	65,78	79,80	93,83	107,85	121,88	135,90	149,93	163,95	177,98	192,00	206,03	220,06	21,04
Cap	MG	CE	37,69	65,71	93,70	121,70	149,70	177,70	205,69	233,69	261,69	289,69	317,68	345,68	373,68	401,68	429,68	42,00
Cap	MG	DF	18,06	26,46	34,84	43,23	51,61	59,99	68,38	76,76	85,14	93,53	101,91	110,29	118,68	127,06	135,44	12,57
Cap	MG	ES	17,53	25,40	33,25	41,10	48,96	56,81	64,66	72,51	80,37	88,22	96,07	103,93	111,78	119,63	127,48	11,78
Cap	MG	GO	19,00	28,35	37,69	47,03	56,37	65,71	75,04	84,38	93,72	103,06	112,40	121,74	131,07	140,41	149,75	14,01
Cap	MG	MA	38,28	66,91	95,52	124,14	152,76	181,37	209,99	238,61	267,23	295,84	324,46	353,08	381,69	410,31	438,93	42,92
Cap	MG	MS	22,48	35,30	48,11	60,91	73,72	86,52	99,33	112,13	124,94	137,74	150,55	163,35	176,16	188,96	201,77	19,21
Cap	MG	MT	30,26	50,87	71,45	92,04	112,63	133,21	153,80	174,39	194,98	215,56	236,15	256,74	277,32	297,91	318,50	30,88
Cap	MG	PA	41,07	72,46	103,84	135,21	166,59	197,96	229,34	260,72	292,09	323,47	354,84	386,22	417,60	448,97	480,35	47,06
Cap	MG	PB	35,47	61,28	87,09	112,89	138,70	164,50	190,31	216,11	241,92	267,72	293,52	319,33	345,13	370,94	396,74	38,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	MG	PE	34,41	59,14	83,87	108,59	133,32	158,05	182,77	207,50	232,22	256,95	281,68	306,40	331,13	355,85	380,58	37,09
Cap	MG	PI	33,82	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Cap	MG	PR	21,66	33,66	45,65	57,64	69,63	81,62	93,61	105,61	117,60	129,59	141,58	153,57	165,56	177,55	189,55	17,99
Cap	MG	RJ	17,69	25,70	33,71	41,72	49,73	57,75	65,76	73,77	81,78	89,79	97,81	105,82	113,83	121,84	129,85	12,02
Cap	MG	RN	36,98	64,31	91,62	118,92	146,23	173,54	200,85	228,16	255,46	282,77	310,08	337,39	364,70	392,00	419,31	40,96
Cap	MG	RO	45,45	81,22	116,98	152,74	188,50	224,26	260,03	295,79	331,55	367,31	403,08	438,84	474,60	510,36	546,12	53,64
Cap	MG	RR	54,93	100,18	145,42	190,66	235,90	281,14	326,39	371,63	416,87	462,11	507,35	552,60	597,84	643,08	688,32	67,86
Cap	MG	RS	29,48	49,29	69,10	88,91	108,72	128,53	148,34	168,15	187,95	207,76	227,57	247,38	267,19	287,00	306,81	29,71
Cap	MG	SC	23,37	37,05	50,72	64,40	78,07	91,74	105,41	119,08	132,75	146,43	160,10	173,77	187,44	201,11	214,78	20,51
Cap	MG	SE	28,38	47,10	65,81	84,52	103,24	121,95	140,66	159,37	178,09	196,80	215,51	234,22	252,93	271,65	290,36	28,07
Cap	MG	SP	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	MG	TO	27,51	45,37	63,21	81,06	98,90	116,75	134,59	152,44	170,29	188,13	205,98	223,82	241,67	259,51	277,36	26,77
Int	MG	AC	52,56	95,45	138,34	181,23	224,12	267,01	309,90	352,79	395,68	438,57	481,46	524,35	567,24	610,13	653,02	64,33
Int	MG	AL	32,93	56,19	79,45	102,71	125,96	149,22	172,48	195,74	218,99	242,25	265,51	288,77	312,02	335,28	358,54	34,89
Int	MG	AM	49,82	89,94	130,05	170,16	210,27	250,39	290,50	330,61	370,73	410,84	450,95	491,07	531,18	571,29	611,40	60,17
Int	MG	AP	49,12	88,56	128,00	167,44	206,88	246,32	285,76	325,20	364,64	404,08	443,52	482,97	522,41	561,85	601,29	59,16
Int	MG	BA	25,72	41,76	57,80	73,84	89,88	105,92	121,97	138,01	154,05	170,09	186,13	202,17	218,22	234,26	250,30	24,06
Int	MG	CE	39,72	69,74	99,75	129,77	159,78	189,79	219,81	249,82	279,84	309,85	339,86	369,88	399,89	429,91	459,92	45,02
Int	MG	DF	20,09	30,49	40,89	51,29	61,69	72,09	82,49	92,89	103,29	113,69	124,09	134,49	144,89	155,29	165,69	15,60
Int	MG	ES	19,56	29,43	39,30	49,17	59,04	68,91	78,78	88,64	98,51	108,38	118,25	128,12	137,99	147,86	157,73	14,80
Int	MG	GO	21,03	32,38	43,74	55,09	66,45	77,80	89,16	100,51	111,87	123,22	134,58	145,93	157,29	168,64	180,00	17,03
Int	MG	MA	40,31	70,94	101,57	132,21	162,84	193,47	224,11	254,74	285,37	316,00	346,64	377,27	407,90	438,54	469,17	45,95
Int	MG	MS	24,51	39,33	54,16	68,98	83,80	98,62	113,44	128,26	143,08	157,90	172,73	187,55	202,37	217,19	232,01	22,23
Int	MG	MT	32,30	54,90	77,50	100,11	122,71	145,31	167,92	190,52	213,12	235,73	258,33	280,93	303,54	326,14	348,74	33,90
Int	MG	PA	43,10	76,49	109,89	143,28	176,67	210,06	243,45	276,85	310,24	343,63	377,02	410,42	443,81	477,20	510,59	50,09
Int	MG	PB	37,50	65,32	93,14	120,96	148,78	176,60	204,42	232,24	260,06	287,88	315,70	343,52	371,35	399,17	426,99	41,73
Int	MG	PE	36,43	63,18	89,92	116,66	143,40	170,14	196,89	223,63	250,37	277,11	303,85	330,60	357,34	384,08	410,82	40,11
Int	MG	PI	35,85	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Int	MG	PR	23,68	37,69	51,70	65,71	79,71	93,72	107,73	121,74	135,74	149,75	163,76	177,77	191,77	205,78	219,79	21,01
Int	MG	RJ	19,70	29,73	39,76	49,79	59,82	69,84	79,87	89,90	99,93	109,96	119,98	130,01	140,04	150,07	160,10	15,04
Int	MG	RN	39,02	68,34	97,66	126,99	156,31	185,64	214,96	244,29	273,61	302,93	332,26	361,58	390,91	420,23	449,56	43,99
Int	MG	RO	47,47	85,25	123,03	160,81	198,58	236,36	274,14	311,92	349,70	387,48	425,25	463,03	500,81	538,59	576,37	56,67
Int	MG	RR	56,95	104,21	151,47	198,73	245,98	293,24	340,50	387,76	435,02	482,28	529,53	576,79	624,05	671,31	718,57	70,89
Int	MG	RS	31,50	53,32	75,15	96,97	118,80	140,62	162,45	184,28	206,10	227,93	249,75	271,58	293,40	315,23	337,05	32,74
Int	MG	SC	25,40	41,09	56,77	72,46	88,15	103,84	119,53	135,21	150,90	166,59	182,28	197,96	213,65	229,34	245,03	23,53
Int	MG	SE	30,40	51,13	71,86	92,59	113,32	134,05	154,77	175,50	196,23	216,96	237,69	258,42	279,15	299,87	320,60	31,09
Int	MG	SP	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	MG	TO	29,54	49,40	69,26	89,12	108,98	128,85	148,71	168,57	188,43	208,29	228,16	248,02	267,88	287,74	307,60	29,79
Cap	MS	AC	28,57	47,49	66,39	85,30	104,21	123,12	142,02	160,93	179,84	198,74	217,65	236,56	255,46	274,37	293,28	28,36
Cap	MS	AL	38,06	66,45	94,82	123,19	151,56	179,92	208,29	236,66	265,03	293,40	321,77	350,14	378,51	406,88	435,25	42,55
Cap	MS	AM	39,09	68,48	97,88	127,27	156,67	186,06	215,46	244,85	274,25	303,64	333,04	362,43	391,83	421,22	450,62	44,09
Cap	MS	AP	46,14	82,61	119,08	155,55	192,02	228,49	264,96	301,43	337,90	374,37	410,84	447,31	483,78	520,25	556,72	54,70
Cap	MS	BA	33,56	57,45	81,32	105,20	129,08	152,95	176,83	200,71	224,58	248,46	272,34	296,21	320,09	343,97	367,84	35,81
Cap	MS	CE	42,15	74,65	107,14	139,63	172,12	204,61	237,11	269,60	302,08	334,58	367,07	399,56	432,05	464,54	497,03	48,73
Cap	MS	DF	21,83	34,01	46,18	58,35	70,52	82,68	94,85	107,02	119,19	131,36	143,53	155,69	167,86	180,03	192,20	18,25
Cap	MS	ES	26,10	42,52	58,93	75,34	91,76	108,17	124,58	141,00	157,41	173,82	190,24	206,65	223,06	239,47	255,89	24,62
Cap	MS	GO	24,96	40,24	55,50	70,76	86,03	101,29	116,55	131,82	147,08	162,34	177,61	192,87	208,13	223,40	238,66	22,89
Cap	MS	MA	45,69	81,73	117,76	153,78	189,81	225,84	261,87	297,89	333,92	369,95	405,98	442,00	478,03	514,06	550,09	54,04
Cap	MS	MG	22,48	35,30	48,11	60,91	73,72	86,52	99,33	112,13	124,94	137,74	150,55	163,35	176,16	188,96	201,77	19,21
Cap	MS	MT	34,57	59,48	84,38	109,28	134,19	159,09	183,99	208,90	233,80	258,70	283,60	308,51	333,41	358,31	383,21	37,35
Cap	MS	PA	40,03	70,39	100,74	131,09	161,44	191,79	222,14	252,49	282,84	313,19	343,54	373,89	404,24	434,59	464,94	45,52
Cap	MS	PB	41,15	72,62	104,08	135,55	167,01	198,48	229,94	261,41	292,87	324,33	355,80	387,26	418,73	450,19	481,66	47,20
Cap	MS	PE	39,97	70,27	100,57	130,86	161,16	191,46	221,75	252,05	282,35	312,64	342,94	373,24	403,53	433,83	464,13	45,45
Cap	MS	PI	42,39	75,11	107,83	140,55	173,27	205,99	238,71	271,43	304,15	336,87	369,59	402,31	435,03	467,75	500,47	49,08
Cap	MS	PR	22,40	35,14	47,88	60,61	73,35	86,08	98,81	111,55	124,28	137,02	149,75	162,49	175,22	187,95	200,69	19,10
Cap	MS	RJ	23,31	36,95	50,58	64,22	77,86	91,49	105,13	118,76	132,40	146,04	159,67	173,31	186,95	200,58	214,22	20,45
Cap	MS	RN	43,17	76,69	110,19	143,68	177,18	210,68	244,18	277,68	311,18	344,67	378,17	411,67	445,17	478,67	512,17	50,25
Cap	MS	RO	24,03	38,38	52,72	67,07	81,41	95,75	110,10	124,44	138,79	153,13	167,47	181,82	196,16	210,50	224,85	21,52
Cap	MS	RR	43,33	76,99	110,65	144,30	177,96	211,62	245,28	278,93	312,59	346,25	379,91	413,56	447,22	480,88	514,54	50,49
Cap	MS	RS	23,19	36,70	50,19	63,69	77,18	90,68	104,17	117,67	131,16	144,66	158,15	171,65	185,14	198,64	212,13	20,24
Cap	MS	SC	23,15	36,63	50,11	63,58	77,06	90,54	104,01	117,49	130,97	144,45	157,92	171,40	184,88	198,35	211,83	20,22
Cap	MS	SE	35,47	61,28	87,09	112,89	138,70	164,50	190,31	216,11	241,92	267,72	293,52	319,33	345,13	370,94	396,74	38,71
Cap	MS	SP	22,54	35,41	48,27	61,12	73,98	86,84	99,70	112,56	125,41	138,27	151,13	163,99	176,85	189,71	202,56	19,29
Cap	MS	TO	28,99	48,28	67,58	86,88	106,17	125,47	144,76	164,06	183,36	202,65	221,95	241,24	260,54	279,84	299,13	28,94
Int	MS	AC	30,60	51,52	72,44	93,37	114,29	135,21	156,14	177,06	197,98	218,91	239,83	260,75	281,68	302,60	323,52	31,38
Int	MS	AL	40,09	70,48	100,87	131,25	161,64	192,02	222,41	252,79	283,18	313,56	343,95	374,33	404,72	435,11	465,49	45,58
Int	MS	AM	41,10	72,51	103,93	135,34	166,75	198,16	229,57	260,98	292,39	323,80	355,22	386,63	418,04	449,45	480,86	47,12
Int	MS	AP	48,16	86,65	125,13	163,62	202,10	240,59	279,08	317,56	356,05	394,53	433,02	471,50	509,99	548,48	586,96	57,73
Int	MS	BA	35,58	61,48	87,37	113,26	139,16	165,05	190,94	216,84	242,73	268,62	294,52	320,41	346,30	372,19	398,09	38,84
Int	MS	CE	44,18	78,69	113,19	147,70	182,21	216,71	251,22	285,73	320,23	354,74	389,24	423,75	458,26	492,76	527,27	51,76
Int	MS	DF	23,86	38,04	52,23	66,41	80,60	94,78	108,97	123,15	137,34	151,52	165,70	179,89	194,07	208,26	222,44	21,28
Int	MS	ES	28,12	46,55	64,98	83,41	101,84	120,27	138,70	157,13	175,56	193,99	212,41	230,84	249,27	267,70	286,13	27,64
Int	MS	GO	26,99	44,27	61,55	78,83	96,11	113,39	130,67	147,95	165,23	182,51	199,79	217,07	234,35	251,63	268,91	25,92
Int	MS	MA	47,72	85,76	123,81	161,85	199,89	237,94	275,98	314,02	352,07	390,11	428,15	466,20	504,24	542,29	580,33	57,07
Int	MS	MG	24,51	39,33	54,16	68,98	83,80	98,62	113,44	128,26	143,08	157,90	172,73	187,55	202,37	217,19	232,01	22,23
Int	MS	MT	36,59	63,51	90,43	117,35	144,27	171,19	198,11	225,03	251,94	278,86	305,78	332,70	359,62	386,54	413,46	40,38
Int	MS	PA	42,06	74,42	106,79	139,16	171,52	203,89	236,26	268,62	300,99	333,35	365,72	398,09	430,45	462,82	495,19	48,55
Int	MS	PB	43,17	76,65	110,13	143,61	177,09	210,58	244,06	277,54	311,02	344,50	377,98	411,46	444,94	478,42	511,90	50,22
Int	MS	PE	41,99	74,30	106,61	138,93	171,24	203,55	235,87	268,18	300,49	332,81	365,12	397,43	429,75	462,06	494,37	48,47
Int	MS	PI	44,41	79,15	113,88	148,62	183,36	218,09	252,83	287,56	322,30	357,04	391,77	426,51	461,25	495,98	530,72	52,10
Int	MS	PR	24,42	39,18	53,93	68,68	83,43	98,18	112,93	127,68	142,43	157,18	171,93	186,68	201,43	216,18	230,93	22,13
Int	MS	RJ	25,33	40,98	56,63	72,28	87,94	103,59	119,24	134,89	150,55	166,20	181,85	197,50	213,16	228,81	244,46	23,48
Int	MS	RN	45,21	80,72	116,24	151,75	187,26	222,78	258,29	293,81	329,32	364,84	400,35	435,87	471,38	506,90	542,41	53,27
Int	MS	RO	26,05	42,41	58,77	75,13	91,49	107,85	124,21	140,57	156,93	173,29	189,65	206,01	222,37	238,73	255,09	24,54
Int	MS	RR	45,35	81,02	116,70	152,37	188,04	223,72	259,39	295,06	330,74	366,41	402,08	437,76	473,43	509,11	544,78	53,51
Int	MS	RS	25,22	40,73	56,24	71,75	87,26	102,78	118,29	133,80	149,31	164,82	180,33	195,84	211,35	226,86	242,38	23,27
Int	MS	SC	25,17	40,66	56,15	71,65	87,14	102,63	118,13	133,62	149,11	164,61	180,10	195,59	211,09	226,58	242,07	23,24
Int	MS	SE	37,50	65,32	93,14	120,96	148,78	176,60	204,42	232,24	260,06	287,88	315,70	343,52	371,35	399,17	426,99	41,73

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	MS	SP	24,57	39,44	54,31	69,19	84,06	98,94	113,81	128,69	143,56	158,44	173,31	188,18	203,06	217,93	232,81	22,31
Int	MS	TO	31,00	52,32	73,63	94,94	116,25	137,57	158,88	180,19	201,50	222,81	244,13	265,44	286,75	308,06	329,38	31,97
Cap	MT	AC	30,91	52,16	73,40	94,64	115,88	137,12	158,36	179,61	200,85	222,09	243,33	264,57	285,81	307,06	328,30	31,86
Cap	MT	AL	43,41	77,15	110,88	144,60	178,33	212,06	245,79	279,52	313,25	346,97	380,70	414,43	448,16	481,89	515,61	50,59
Cap	MT	AM	31,91	54,17	76,42	98,67	120,92	143,17	165,42	187,67	209,92	232,17	254,42	276,67	298,92	321,17	343,42	33,37
Cap	MT	AP	42,09	74,50	106,90	139,30	171,70	204,10	236,50	268,91	301,31	333,71	366,11	398,51	430,91	463,32	495,72	48,60
Cap	MT	BA	38,30	66,94	95,58	124,21	152,85	181,48	210,12	238,75	267,38	296,02	324,65	353,29	381,92	410,56	439,19	42,95
Cap	MT	CE	44,02	78,37	112,72	147,06	181,41	215,76	250,10	284,45	318,80	353,15	387,49	421,84	456,19	490,53	524,88	51,52
Cap	MT	DF	23,31	36,95	50,58	64,22	77,86	91,49	105,13	118,76	132,40	146,04	159,67	173,31	186,95	200,58	214,22	20,45
Cap	MT	ES	45,14	80,63	116,11	151,59	187,07	222,55	258,03	293,51	328,99	364,47	399,94	435,42	470,90	506,38	541,86	53,22
Cap	MT	GO	23,68	37,69	51,70	65,71	79,71	93,72	107,73	121,74	135,74	149,75	163,76	177,77	191,77	205,78	219,79	21,01
Cap	MT	MA	38,22	66,78	95,33	123,88	152,42	180,97	209,51	238,06	266,61	295,15	323,70	352,24	380,79	409,34	437,88	42,82
Cap	MT	MG	30,26	50,87	71,45	92,04	112,63	133,21	153,80	174,39	194,98	215,56	236,15	256,74	277,32	297,91	318,50	30,88
Cap	MT	MS	34,57	59,48	84,38	109,28	134,19	159,09	183,99	208,90	233,80	258,70	283,60	308,51	333,41	358,31	383,21	37,35
Cap	MT	PA	35,88	62,10	88,31	114,52	140,73	166,94	193,15	219,37	245,58	271,79	298,00	324,21	350,42	376,63	402,85	39,32
Cap	MT	PB	46,30	82,91	119,53	156,14	192,75	229,36	265,97	302,58	339,19	375,80	412,41	449,02	485,64	522,25	558,86	54,92
Cap	MT	PE	46,20	82,72	119,22	155,73	192,23	228,74	265,24	301,75	338,25	374,76	411,26	447,77	484,27	520,78	557,28	54,76
Cap	MT	PI	36,96	64,25	91,54	118,84	146,13	173,42	200,71	228,00	255,29	282,58	309,87	337,16	364,45	391,74	419,03	40,94
Cap	MT	PR	28,40	47,13	65,86	84,59	103,32	122,05	140,78	159,51	178,24	196,97	215,70	234,43	253,16	271,89	290,62	28,09
Cap	MT	RJ	33,33	57,00	80,67	104,33	128,00	151,66	175,33	198,99	222,66	246,32	269,98	293,65	317,31	340,98	364,64	35,50
Cap	MT	RN	43,31	76,94	110,56	144,18	177,80	211,42	245,05	278,67	312,29	345,91	379,53	413,16	446,78	480,40	514,02	50,43
Cap	MT	RO	26,96	44,27	61,57	78,86	96,16	113,46	130,76	148,05	165,35	182,65	199,95	217,24	234,54	251,84	269,14	25,95
Cap	MT	RR	40,05	70,44	100,83	131,22	161,60	191,99	222,37	252,76	283,14	313,53	343,91	374,30	404,68	435,07	465,46	45,58
Cap	MT	RS	34,63	59,59	84,54	109,50	134,45	159,41	184,36	209,32	234,28	259,23	284,19	309,14	334,10	359,05	384,01	37,43
Cap	MT	SC	32,17	54,65	77,13	99,61	122,09	144,57	167,05	189,53	212,01	234,49	256,97	279,45	301,93	324,41	346,89	33,72
Cap	MT	SE	40,82	71,97	103,11	134,26	165,40	196,55	227,70	258,84	289,99	321,13	352,28	383,43	414,57	445,72	476,86	46,72
Cap	MT	SP	29,97	50,28	70,59	90,89	111,19	131,50	151,80	172,11	192,41	212,72	233,02	253,32	273,63	293,93	314,24	30,46
Cap	MT	TO	30,03	50,37	70,71	91,05	111,39	131,73	152,07	172,41	192,75	213,09	233,43	253,77	274,11	294,44	314,78	30,51
Int	MT	AC	32,93	56,19	79,45	102,71	125,96	149,22	172,48	195,74	218,99	242,25	265,51	288,77	312,02	335,28	358,54	34,89
Int	MT	AL	45,44	81,18	116,93	152,67	188,41	224,16	259,90	295,65	331,39	367,14	402,88	438,63	474,37	510,11	545,86	53,62
Int	MT	AM	33,94	58,21	82,47	106,74	131,00	155,27	179,54	203,80	228,07	252,33	276,60	300,86	325,13	349,40	373,66	36,40
Int	MT	AP	44,11	78,53	112,95	147,36	181,78	216,20	250,62	285,04	319,45	353,87	388,29	422,71	457,13	491,54	525,96	51,63
Int	MT	BA	40,32	70,98	101,63	132,28	162,93	193,58	224,23	254,88	285,53	316,18	346,83	377,48	408,13	438,78	469,44	45,98
Int	MT	CE	46,04	82,40	118,76	155,13	191,49	227,85	264,22	300,58	336,95	373,31	409,67	446,04	482,40	518,76	555,13	54,54
Int	MT	DF	25,33	40,98	56,63	72,28	87,94	103,59	119,24	134,89	150,55	166,20	181,85	197,50	213,16	228,81	244,46	23,48
Int	MT	ES	47,17	84,66	122,16	159,66	197,15	234,65	272,14	309,64	347,13	384,63	422,12	459,62	497,11	534,61	572,11	56,24
Int	MT	GO	25,70	41,72	57,75	73,77	89,79	105,82	121,84	137,87	153,89	169,91	185,94	201,96	217,99	234,01	250,03	24,04
Int	MT	MA	40,25	70,82	101,38	131,94	162,50	193,07	223,63	254,19	284,75	315,31	345,88	376,44	407,00	437,56	468,13	45,84
Int	MT	MG	32,30	54,90	77,50	100,11	122,71	145,31	167,92	190,52	213,12	235,73	258,33	280,93	303,54	326,14	348,74	33,90
Int	MT	MS	36,59	63,51	90,43	117,35	144,27	171,19	198,11	225,03	251,94	278,86	305,78	332,70	359,62	386,54	413,46	40,38
Int	MT	PA	37,90	66,13	94,36	122,58	150,81	179,04	207,27	235,50	263,72	291,95	320,18	348,41	376,63	404,86	433,09	42,34
Int	MT	PB	48,32	86,95	125,57	164,20	202,83	241,46	280,08	318,71	357,34	395,97	434,59	473,22	511,85	550,47	589,10	57,94
Int	MT	PE	48,23	86,75	125,27	163,79	202,32	240,84	279,36	317,88	356,40	394,92	433,44	471,96	510,49	549,01	587,53	57,78
Int	MT	PI	38,98	68,29	97,59	126,90	156,21	185,51	214,82	244,13	273,43	302,74	332,05	361,35	390,66	419,97	449,27	43,96
Int	MT	PR	30,42	51,17	71,91	92,66	113,41	134,15	154,90	175,64	196,39	217,14	237,88	258,63	279,38	300,12	320,87	31,12
Int	MT	RJ	35,35	61,04	86,72	112,40	138,08	163,76	189,44	215,12	240,80	266,48	292,16	317,84	343,52	369,21	394,89	38,52
Int	MT	RN	45,33	80,97	116,61	152,25	187,88	223,52	259,16	294,80	330,44	366,08	401,71	437,35	472,99	508,63	544,27	53,46
Int	MT	RO	28,99	48,30	67,61	86,93	106,24	125,56	144,87	164,18	183,50	202,81	222,12	241,44	260,75	280,07	299,38	28,97
Int	MT	RR	42,08	74,48	106,88	139,28	171,68	204,08	236,49	268,89	301,29	333,69	366,09	398,49	430,90	463,30	495,70	48,60
Int	MT	RS	36,65	63,62	90,59	117,56	144,53	171,51	198,48	225,45	252,42	279,39	306,37	333,34	360,31	387,28	414,25	40,46
Int	MT	SC	34,19	58,68	83,18	107,67	132,17	156,67	181,16	205,66	230,15	254,65	279,15	303,64	328,14	352,63	377,13	36,74
Int	MT	SE	42,84	76,00	109,16	142,32	175,49	208,65	241,81	274,97	308,13	341,30	374,46	407,62	440,78	473,95	507,11	49,74
Int	MT	SP	31,99	54,31	76,64	98,96	121,28	143,60	165,92	188,24	210,56	232,88	255,20	277,52	299,84	322,16	344,48	33,48
Int	MT	TO	32,05	54,40	76,76	99,11	121,47	143,83	166,18	188,54	210,89	233,25	255,61	277,96	300,32	322,67	345,03	33,53
Cap	PA	AC	44,53	79,38	114,22	149,06	183,90	218,75	253,59	288,43	323,27	358,12	392,96	427,80	462,64	497,49	532,33	52,26
Cap	PA	AL	33,45	57,23	81,00	104,77	128,55	152,32	176,09	199,86	223,63	247,40	271,17	294,94	318,71	342,48	366,25	35,66
Cap	PA	AM	28,26	46,85	65,44	84,03	102,62	121,21	139,79	158,38	176,97	195,56	214,15	232,74	251,32	269,91	288,50	27,88
Cap	PA	AP	17,98	26,30	34,61	42,92	51,24	59,55	67,86	76,18	84,49	92,80	101,11	109,43	117,74	126,05	134,36	12,47
Cap	PA	BA	34,47	59,27	84,06	108,86	133,66	158,45	183,25	208,05	232,84	257,64	282,44	307,23	332,03	356,83	381,62	37,19
Cap	PA	CE	26,10	42,52	58,93	75,34	91,76	108,17	124,58	141,00	157,41	173,82	190,24	206,65	223,06	239,47	255,89	24,62
Cap	PA	DF	32,82	55,96	79,09	102,23	125,36	148,50	171,63	194,76	217,90	241,03	264,17	287,30	310,43	333,57	356,70	34,70
Cap	PA	ES	43,49	77,29	111,09	144,89	178,69	212,49	246,28	280,08	313,88	347,68	381,48	415,28	449,08	482,88	516,68	50,70
Cap	PA	GO	32,23	54,81	77,38	99,95	122,51	145,08	167,65	190,22	212,79	235,35	257,92	280,49	303,06	325,63	348,19	33,85
Cap	PA	MA	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	PA	MG	41,07	72,46	103,84	135,21	166,59	197,96	229,34	260,72	292,09	323,47	354,84	386,22	417,60	448,97	480,35	47,06
Cap	PA	MS	40,03	70,39	100,74	131,09	161,44	191,79	222,14	252,49	282,84	313,19	343,54	373,89	404,24	434,59	464,94	45,52
Cap	PA	MT	35,88	62,10	88,31	114,52	140,73	166,94	193,15	219,37	245,58	271,79	298,00	324,21	350,42	376,63	402,85	39,32
Cap	PA	PB	33,60	57,53	81,46	105,39	129,32	153,25	177,18	201,11	225,04	248,97	272,90	296,83	320,76	344,69	368,62	35,89
Cap	PA	PE	34,29	58,91	83,53	108,15	132,77	157,39	182,01	206,63	231,25	255,87	280,49	305,11	329,73	354,35	378,97	36,93
Cap	PA	PI	20,87	32,07	43,26	54,46	65,65	76,85	88,04	99,24	110,43	121,63	132,83	144,02	155,22	166,41	177,61	16,79
Cap	PA	PR	48,58	87,49	126,41	165,32	204,23	243,14	282,05	320,96	359,87	398,78	437,69	476,60	515,51	554,42	593,33	58,37
Cap	PA	RJ	45,59	81,52	117,44	153,36	189,28	225,20	261,12	297,04	332,97	368,89	404,81	440,73	476,65	512,57	548,49	53,88
Cap	PA	RN	32,74	55,80	78,85	101,89	124,94	147,98	171,03	194,07	217,12	240,16	263,21	286,26	309,30	332,35	355,39	34,57
Cap	PA	RO	37,16	64,66	92,15	119,63	147,12	174,60	202,09	229,57	257,06	284,54	312,02	339,51	366,99	394,48	421,96	41,23
Cap	PA	RR	30,40	51,11	71,82	92,54	113,25	133,96	154,67	175,38	196,09	216,80	237,51	258,22	278,93	299,64	320,36	31,07
Cap	PA	RS	57,87	106,10	154,31	202,53	250,74	298,95	347,17	395,38	443,60	491,81	540,02	588,24	636,45	684,66	732,88	72,32
Cap	PA	SC	52,98	96,30	139,62	182,93	226,25	269,56	312,87	356,19	399,50	442,82	486,13	529,45	572,76	616,07	659,39	64,97
Cap	PA	SE	33,82	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Cap	PA	SP	46,44	83,21	119,98	156,76	193,53	230,30	267,07	303,84	340,61	377,38	414,15	450,92	487,69	524,46	561,23	55,16
Cap	PA	TO	40,19	70,73	101,25	131,78	162,31	192,84	223,36	253,89	284,42	314,94	345,47	376,00	406,52	437,05	467,58	45,79
Int	PA	AC	46,55	83,41	120,27	157,13	193,99	230,84	267,70	304,56	341,42	378,28	415,14	452,00	488,85	525,71	562,57	55,29
Int	PA	AL	35,48	61,27	87,05	112,84	138,63	164,41	190,20	215,99	241,77	267,56	293,35	319,14	344,92	370,71	396,50	38,68
Int	PA	AM	30,28	50,88	71,49	92,09	112,70	133,30	153,91	174,51	195,12	215,72	236,33	256,93	277,54	298,14	318,75	30,91
Int	PA	AP	20,00	30,33	40,66	50,99	61,32	71,65	81,98	92,31	102,63	112,96	123,29	133,62	143,95	154,28	164,61	15,49
Int	PA	BA	36,49	63,30	90,11	116,93	143,74	170,55	197,36	224,18	250,99	277,80	304,61	331,43	358,24	385,05	411,87	40,22
Int	PA	CE	28,12	46,55	64,98	83,41	101,84	120,27	138,70	157,13	175,56	193,99	212,41	230,84	249,27	267,70	286,13	27,64
Int	PA	DF	34,84	59,99	85,14	110,29	135,44	160,59	185,74	210,89	236,04	261,19	286,34	311,49	336,64	361,79	386,95	37,73
Int	PA	ES	45,51	81,32	117,14	152,95	188,77	224,58	260,40	296,21	332,03	367,84	403,66	439,47	475,29	511,10	546,92	53,72
Int	PA	GO	34,26	58,84	83,43	108,01	132,60	157,18	181,76	206,35	230,93	255,52	280,10	304,69	329,27	353,85	378,44	36,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	PA	MA	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	PA	MG	43,10	76,49	109,89	143,28	176,67	210,06	243,45	276,85	310,24	343,63	377,02	410,42	443,81	477,20	510,59	50,09
Int	PA	MS	42,06	74,42	106,79	139,16	171,52	203,89	236,26	268,62	300,99	333,35	365,72	398,09	430,45	462,82	495,19	48,55
Int	PA	MT	37,90	66,13	94,36	122,58	150,81	179,04	207,27	235,50	263,72	291,95	320,18	348,41	376,63	404,86	433,09	42,34
Int	PA	PB	35,62	61,57	87,51	113,46	139,40	165,35	191,30	217,24	243,19	269,14	295,08	321,03	346,97	372,92	398,87	38,92
Int	PA	PE	36,31	62,95	89,58	116,22	142,85	169,49	196,13	222,76	249,40	276,03	302,67	329,30	355,94	382,58	409,21	39,95
Int	PA	PI	22,89	36,10	49,31	62,52	75,73	88,95	102,16	115,37	128,58	141,79	155,00	168,22	181,43	194,64	207,85	19,82
Int	PA	PR	50,60	91,53	132,45	173,38	214,31	255,23	296,16	337,09	378,01	418,94	459,87	500,79	541,72	582,65	623,57	61,39
Int	PA	RJ	47,61	85,55	123,49	161,42	199,36	237,30	275,24	313,17	351,11	389,05	426,99	464,93	502,86	540,80	578,74	56,91
Int	PA	RN	34,77	59,83	84,89	109,96	135,02	160,08	185,14	210,20	235,27	260,33	285,39	310,45	335,51	360,57	385,64	37,59
Int	PA	RO	39,19	68,69	98,20	127,70	157,20	186,70	216,20	245,70	275,20	304,70	334,20	363,71	393,21	422,71	452,21	44,25
Int	PA	RR	32,42	55,15	77,87	100,60	123,33	146,05	168,78	191,51	214,24	236,96	259,69	282,42	305,14	327,87	350,60	34,09
Int	PA	RS	59,90	110,13	160,36	210,59	260,82	311,05	361,28	411,51	461,74	511,97	562,20	612,43	662,66	712,89	763,12	75,34
Int	PA	SC	55,00	100,34	145,67	191,00	236,33	281,66	326,99	372,32	417,65	462,98	508,31	553,64	598,97	644,30	689,63	68,00
Int	PA	SE	35,85	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Int	PA	SP	48,46	87,25	126,03	164,82	203,61	242,39	281,18	319,97	358,75	397,54	436,33	475,11	513,90	552,69	591,47	58,18
Int	PA	TO	42,22	74,76	107,30	139,85	172,39	204,93	237,48	270,02	302,56	335,11	367,65	400,19	432,74	465,28	497,82	48,81
Cap	PB	AC	67,46	125,26	183,04	240,82	298,60	356,38	414,16	471,95	529,73	587,51	645,29	703,07	760,86	818,64	876,42	86,67
Cap	PB	AL	16,55	23,42	30,28	37,14	44,00	50,87	57,73	64,59	71,45	78,32	85,18	92,04	98,90	105,76	112,63	10,29
Cap	PB	AM	51,64	93,60	135,55	177,50	219,45	261,41	303,36	345,31	387,26	429,22	471,17	513,12	555,07	597,03	638,98	62,93
Cap	PB	AP	39,95	70,22	100,48	130,74	161,00	191,26	221,52	251,78	282,05	312,31	342,57	372,83	403,09	433,35	463,62	45,39
Cap	PB	BA	21,28	32,91	44,53	56,15	67,77	79,39	91,01	102,63	114,25	125,87	137,49	149,11	160,73	172,35	183,97	17,43
Cap	PB	CE	17,94	26,21	34,47	42,73	50,99	59,25	67,51	75,77	84,03	92,29	100,55	108,81	117,07	125,33	133,59	12,39
Cap	PB	DF	35,25	60,84	86,42	111,99	137,57	163,14	188,71	214,29	239,86	265,44	291,01	316,59	342,16	367,74	393,31	38,36
Cap	PB	ES	33,49	57,30	81,11	104,92	128,72	152,53	176,33	200,14	223,95	247,75	271,56	295,36	319,17	342,98	366,78	35,71
Cap	PB	GO	34,53	59,41	84,28	109,14	134,01	158,88	183,74	208,61	233,48	258,35	283,21	308,08	332,95	357,82	382,68	37,30
Cap	PB	MA	26,76	43,88	60,98	78,09	95,19	112,29	129,39	146,50	163,60	180,70	197,81	214,91	232,01	249,11	266,22	25,65
Cap	PB	MG	35,47	61,28	87,09	112,89	138,70	164,50	190,31	216,11	241,92	267,72	293,52	319,33	345,13	370,94	396,74	38,71
Cap	PB	MS	41,15	72,62	104,08	135,55	167,01	198,48	229,94	261,41	292,87	324,33	355,80	387,26	418,73	450,19	481,66	47,20
Cap	PB	MT	46,30	82,91	119,53	156,14	192,75	229,36	265,97	302,58	339,19	375,80	412,41	449,02	485,64	522,25	558,86	54,92
Cap	PB	PA	33,60	57,53	81,46	105,39	129,32	153,25	177,18	201,11	225,04	248,97	272,90	296,83	320,76	344,69	368,62	35,89
Cap	PB	PE	15,47	21,28	27,08	32,88	38,68	44,48	50,28	56,08	61,88	67,69	73,49	79,29	85,09	90,89	96,69	8,70
Cap	PB	PI	22,48	35,30	48,11	60,91	73,72	86,52	99,33	112,13	124,94	137,74	150,55	163,35	176,16	188,96	201,77	19,21
Cap	PB	PR	48,32	87,00	125,66	164,33	202,99	241,65	280,31	318,98	357,64	396,30	434,96	473,63	512,29	550,95	589,61	57,99
Cap	PB	RJ	39,34	69,03	98,71	128,39	158,06	187,74	217,42	247,10	276,78	306,45	336,13	365,81	395,49	425,17	454,84	44,52
Cap	PB	RN	15,98	22,28	28,58	34,88	41,17	47,47	53,77	60,06	66,36	72,66	78,95	85,25	91,54	97,84	104,14	9,44
Cap	PB	RO	57,30	104,93	152,56	200,19	247,82	295,45	343,08	390,71	438,34	485,97	533,60	581,23	628,86	676,49	724,12	71,44
Cap	PB	RR	54,96	100,26	145,56	190,85	236,15	281,44	326,74	372,04	417,33	462,63	507,92	553,22	598,51	643,81	689,10	67,94
Cap	PB	RS	55,30	100,92	146,53	192,15	237,76	283,37	328,99	374,60	420,21	465,83	511,44	557,05	602,67	648,28	693,89	68,42
Cap	PB	SC	49,99	90,32	130,65	170,97	211,30	251,63	291,95	332,28	372,60	412,93	453,25	493,58	533,90	574,23	614,55	60,49
Cap	PB	SE	18,08	26,51	34,93	43,35	51,77	60,19	68,61	77,02	85,44	93,86	102,28	110,70	119,12	127,54	135,96	12,63
Cap	PB	SP	42,33	75,01	107,67	140,34	173,01	205,68	238,34	271,01	303,68	336,34	369,01	401,68	434,34	467,01	499,68	49,00
Cap	PB	TO	40,84	72,00	103,17	134,33	165,49	196,66	227,82	258,98	290,15	321,31	352,47	383,64	414,80	445,97	477,13	46,74
Int	PB	AC	69,49	129,29	189,09	248,88	308,68	368,48	428,28	488,08	547,87	607,67	667,47	727,27	787,07	846,87	906,66	89,70
Int	PB	AL	18,57	27,45	36,33	45,21	54,09	62,96	71,84	80,72	89,60	98,48	107,36	116,24	125,11	133,99	142,87	13,32
Int	PB	AM	53,66	97,63	141,60	185,57	229,54	273,50	317,47	361,44	405,41	449,38	493,35	537,32	581,28	625,25	669,22	65,95
Int	PB	AP	41,97	74,25	106,53	138,80	171,08	203,36	235,64	267,91	300,19	332,47	364,75	397,03	429,30	461,58	493,86	48,42
Int	PB	BA	23,31	36,95	50,58	64,22	77,86	91,49	105,13	118,76	132,40	146,04	159,67	173,31	186,95	200,58	214,22	20,45
Int	PB	CE	19,97	30,24	40,52	50,80	61,07	71,35	81,62	91,90	102,17	112,45	122,73	133,00	143,28	153,55	163,83	15,41
Int	PB	DF	37,28	64,87	92,46	120,06	147,65	175,24	202,83	230,42	258,01	285,60	313,19	340,78	368,37	395,97	423,56	41,39
Int	PB	ES	35,51	61,34	87,16	112,98	138,80	164,63	190,45	216,27	242,09	267,91	293,74	319,56	345,38	371,20	397,03	38,73
Int	PB	GO	36,56	63,44	90,32	117,21	144,09	170,97	197,86	224,74	251,63	278,51	305,39	332,28	359,16	386,04	412,93	40,32
Int	PB	MA	28,79	47,91	67,03	86,15	105,27	124,39	143,51	162,63	181,75	200,87	219,98	239,10	258,22	277,34	296,46	28,68
Int	PB	MG	37,50	65,32	93,14	120,96	148,78	176,60	204,42	232,24	260,06	287,88	315,70	343,52	371,35	399,17	426,99	41,73
Int	PB	MS	43,17	76,65	110,13	143,61	177,09	210,58	244,06	277,54	311,02	344,50	377,98	411,46	444,94	478,42	511,90	50,22
Int	PB	MT	48,32	86,95	125,57	164,20	202,83	241,46	280,08	318,71	357,34	395,97	434,59	473,22	511,85	550,47	589,10	57,94
Int	PB	PA	35,62	61,57	87,51	113,46	139,40	165,35	191,30	217,24	243,19	269,14	295,08	321,03	346,97	372,92	398,87	38,92
Int	PB	PE	17,49	25,31	33,13	40,94	48,76	56,58	64,40	72,21	80,03	87,85	95,67	103,48	111,30	119,12	126,94	11,73
Int	PB	PI	24,51	39,33	54,16	68,98	83,80	98,62	113,44	128,26	143,08	157,90	172,73	187,55	202,37	217,19	232,01	22,23
Int	PB	PR	50,35	91,03	131,71	172,39	213,07	253,75	294,43	335,11	375,78	416,46	457,14	497,82	538,50	579,18	619,86	61,02
Int	PB	RJ	41,37	73,06	104,76	136,45	168,15	199,84	231,53	263,23	294,92	326,62	358,31	390,00	421,70	453,39	485,09	47,54
Int	PB	RN	18,00	26,32	34,63	42,94	51,26	59,57	67,88	76,19	84,51	92,82	101,13	109,44	117,76	126,07	134,38	12,47
Int	PB	RO	59,32	108,97	158,61	208,26	257,90	307,55	357,20	406,84	456,49	506,13	555,78	605,43	655,07	704,72	754,36	74,47
Int	PB	RR	56,99	104,30	151,61	198,92	246,23	293,54	340,85	388,17	435,48	482,79	530,10	577,41	624,72	672,03	719,35	70,97
Int	PB	RS	57,32	104,95	152,58	200,21	247,84	295,47	343,10	390,73	438,36	485,99	533,62	581,25	628,88	676,51	724,14	71,44
Int	PB	SC	52,02	94,36	136,70	179,04	221,38	263,72	306,06	348,41	390,75	433,09	475,43	517,77	560,11	602,46	644,80	63,51
Int	PB	SE	20,11	30,54	40,98	51,41	61,85	72,28	82,72	93,15	103,59	114,02	124,46	134,89	145,33	155,76	166,20	15,65
Int	PB	SP	44,36	79,04	113,72	148,41	183,09	217,77	252,46	287,14	321,82	356,51	391,19	425,87	460,56	495,24	529,92	52,02
Int	PB	TO	42,85	76,03	109,21	142,39	175,57	208,75	241,93	275,11	308,29	341,47	374,65	407,83	441,01	474,19	507,37	49,77
Cap	PE	AC	62,86	116,06	169,24	222,43	275,61	328,79	381,98	435,16	488,34	541,53	594,71	647,89	701,08	754,26	807,44	79,77
Cap	PE	AL	15,92	22,16	28,40	34,65	40,89	47,13	53,38	59,62	65,86	72,11	78,35	84,59	90,84	97,08	103,32	9,36
Cap	PE	AM	51,68	93,72	135,74	177,77	219,79	261,81	303,84	345,86	387,88	429,91	471,93	513,95	555,98	598,00	640,02	63,03
Cap	PE	AP	40,68	71,67	102,65	133,64	164,63	195,61	226,60	257,59	288,57	319,56	350,55	381,53	412,52	443,51	474,49	46,48
Cap	PE	BA	19,49	29,34	39,18	49,01	58,84	68,68	78,51	88,34	98,18	108,01	117,84	127,68	137,51	147,35	157,18	14,75
Cap	PE	CE	18,51	27,34	36,17	44,99	53,82	62,65	71,47	80,30	89,12	97,95	106,77	115,60	124,42	133,25	142,08	13,24
Cap	PE	DF	34,37	59,09	83,80	108,51	133,21	157,92	182,63	207,34	232,05	256,75	281,46	306,17	330,88	355,59	380,29	37,06
Cap	PE	ES	31,82	53,96	76,10	98,25	120,39	142,54	164,68	186,82	208,97	231,11	253,25	275,40	297,54	319,68	341,83	33,21
Cap	PE	GO	33,21	56,74	80,26	103,78	127,31	150,83	174,35	197,88	221,40	244,92	268,45	291,97	315,49	339,01	362,54	35,28
Cap	PE	MA	27,04	44,41	61,78	79,15	96,52	113,88	131,25	148,62	165,99	183,36	200,72	218,09	235,46	252,83	270,20	26,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	PE	MG	34,41	59,14	83,87	108,59	133,32	158,05	182,77	207,50	232,22	256,95	281,68	306,40	331,13	355,85	380,58	37,09
Cap	PE	MS	39,97	70,27	100,57	130,86	161,16	191,46	221,75	252,05	282,35	312,64	342,94	373,24	403,53	433,83	464,13	45,45
Cap	PE	MT	46,20	82,72	119,22	155,73	192,23	228,74	265,24	301,75	338,25	374,76	411,26	447,77	484,27	520,78	557,28	54,76
Cap	PE	PA	34,29	58,91	83,53	108,15	132,77	157,39	182,01	206,63	231,25	255,87	280,49	305,11	329,73	354,35	378,97	36,93
Cap	PE	PB	15,47	21,28	27,08	32,88	38,68	44,48	50,28	56,08	61,88	67,69	73,49	79,29	85,09	90,89	96,69	8,70
Cap	PE	PI	22,68	35,71	48,73	61,74	74,76	87,78	100,80	113,81	126,83	139,85	152,86	165,88	178,90	191,92	204,93	19,53
Cap	PE	PR	46,46	83,25	120,04	156,83	193,61	230,40	267,19	303,98	340,77	377,55	414,34	451,13	487,92	524,71	561,49	55,18
Cap	PE	RJ	37,28	64,89	92,50	120,11	147,72	175,33	202,93	230,54	258,15	285,76	313,37	340,98	368,59	396,20	423,80	41,41
Cap	PE	RN	17,04	24,42	31,80	39,18	46,55	53,93	61,30	68,68	76,05	83,43	90,80	98,18	105,55	112,93	120,30	11,06
Cap	PE	RO	60,55	111,44	162,33	213,21	264,09	314,98	365,86	416,75	467,63	518,51	569,40	620,28	671,17	722,05	772,94	76,33
Cap	PE	RR	55,95	102,23	148,50	194,76	241,03	287,30	333,57	379,84	426,10	472,37	518,64	564,91	611,17	657,44	703,71	69,40
Cap	PE	RS	54,36	99,04	143,72	188,40	233,07	277,75	322,42	367,10	411,78	456,45	501,13	545,81	590,48	635,16	679,83	67,01
Cap	PE	SC	48,09	86,49	124,88	163,28	201,68	240,08	278,47	316,87	355,27	393,67	432,06	470,46	508,86	547,26	585,65	57,60
Cap	PE	SE	17,94	26,21	34,47	42,73	50,99	59,25	67,51	75,77	84,03	92,29	100,55	108,81	117,07	125,33	133,59	12,39
Cap	PE	SP	41,15	72,62	104,08	135,55	167,01	198,48	229,94	261,41	292,87	324,33	355,80	387,26	418,73	450,19	481,66	47,20
Cap	PE	TO	39,75	69,83	99,89	129,96	160,03	190,09	220,16	250,23	280,30	310,36	340,43	370,50	400,56	430,63	460,70	45,10
Int	PE	AC	64,89	120,09	175,29	230,49	285,69	340,89	396,09	451,29	506,49	561,69	616,89	672,09	727,29	782,49	837,69	82,80
Int	PE	AL	17,93	26,19	34,45	42,71	50,97	59,23	67,49	75,75	84,01	92,27	100,53	108,79	117,05	125,31	133,57	12,39
Int	PE	AM	53,71	97,75	141,79	185,83	229,87	273,91	317,95	361,99	406,03	450,07	494,11	538,15	582,19	626,23	670,27	66,06
Int	PE	AP	42,69	75,70	108,70	141,70	174,71	207,71	240,71	273,72	306,72	339,72	372,73	405,73	438,73	471,73	504,74	49,50
Int	PE	BA	21,52	33,37	45,22	57,07	68,92	80,77	92,62	104,47	116,32	128,17	140,02	151,87	163,72	175,57	187,42	17,77
Int	PE	CE	20,53	31,38	42,22	53,06	63,90	74,74	85,58	96,43	107,27	118,11	128,95	139,79	150,64	161,48	172,32	16,26
Int	PE	DF	36,40	63,12	89,85	116,57	143,30	170,02	196,74	223,47	250,19	276,92	303,64	330,37	357,09	383,81	410,54	40,09
Int	PE	ES	33,83	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Int	PE	GO	35,23	60,77	86,31	111,85	137,39	162,93	188,47	214,01	239,55	265,08	290,62	316,16	341,70	367,24	392,78	38,31
Int	PE	MA	29,06	48,44	67,83	87,21	106,60	125,98	145,37	164,75	184,13	203,52	222,90	242,29	261,67	281,06	300,44	29,08
Int	PE	MG	36,43	63,18	89,92	116,66	143,40	170,14	196,89	223,63	250,37	277,11	303,85	330,60	357,34	384,08	410,82	40,11
Int	PE	MS	41,99	74,30	106,61	138,93	171,24	203,55	235,87	268,18	300,49	332,81	365,12	397,43	429,75	462,06	494,37	48,47
Int	PE	MT	48,23	86,75	125,27	163,79	202,32	240,84	279,36	317,88	356,40	394,92	433,44	471,96	510,49	549,01	587,53	57,78
Int	PE	PA	36,31	62,95	89,58	116,22	142,85	169,49	196,13	222,76	249,40	276,03	302,67	329,30	355,94	382,58	409,21	39,95
Int	PE	PB	17,49	25,31	33,13	40,94	48,76	56,58	64,40	72,21	80,03	87,85	95,67	103,48	111,30	119,12	126,94	11,73
Int	PE	PI	24,71	39,74	54,77	69,81	84,84	99,88	114,91	129,94	144,98	160,01	175,04	190,08	205,11	220,14	235,18	22,55
Int	PE	PR	48,48	87,28	126,09	164,89	203,70	242,50	281,30	320,11	358,91	397,72	436,52	475,32	514,13	552,93	591,74	58,21
Int	PE	RJ	39,30	68,92	98,55	128,17	157,80	187,42	217,05	246,67	276,30	305,92	335,55	365,17	394,80	424,42	454,05	44,44
Int	PE	RN	19,07	28,46	37,85	47,24	56,63	66,02	75,41	84,81	94,20	103,59	112,98	122,37	131,76	141,16	150,55	14,09
Int	PE	RO	62,57	115,47	168,38	221,28	274,18	327,08	379,98	432,88	485,78	538,68	591,58	644,48	697,38	750,28	803,18	79,35
Int	PE	RR	57,98	106,26	154,54	202,83	251,11	299,40	347,68	395,97	444,25	492,53	540,82	589,10	637,39	685,67	733,95	72,43
Int	PE	RS	56,38	103,08	149,77	196,46	243,15	289,85	336,54	383,23	429,92	476,62	523,31	570,00	616,69	663,39	710,08	70,04
Int	PE	SC	50,11	90,52	130,93	171,35	211,76	252,17	292,59	333,00	373,41	413,83	454,24	494,66	535,07	575,48	615,90	60,62
Int	PE	SE	19,97	30,24	40,52	50,80	61,07	71,35	81,62	91,90	102,17	112,45	122,73	133,00	143,28	153,55	163,83	15,41
Int	PE	SP	43,17	76,65	110,13	143,61	177,09	210,58	244,06	277,54	311,02	344,50	377,98	411,46	444,94	478,42	511,90	50,22
Int	PE	TO	41,78	73,86	105,94	138,03	170,11	202,19	234,28	266,36	298,44	330,52	362,61	394,69	426,78	458,86	490,94	48,12
Cap	PI	AC	51,01	92,38	133,73	175,08	216,43	257,78	299,13	340,48	381,83	423,18	464,54	505,89	547,24	588,59	629,94	62,03
Cap	PI	AL	25,00	40,34	55,68	71,01	86,34	101,68	117,01	132,35	147,68	163,02	178,35	193,68	209,02	224,35	239,69	23,00
Cap	PI	AM	37,81	65,95	94,09	122,23	150,37	178,51	206,65	234,79	262,93	291,07	319,21	347,35	375,48	403,62	431,76	42,21
Cap	PI	AP	27,59	45,49	63,39	81,29	99,19	117,08	134,98	152,88	170,78	188,68	206,58	224,48	242,38	260,27	278,17	26,85
Cap	PI	BA	25,11	40,55	56,00	71,44	86,88	102,32	117,76	133,20	148,64	164,08	179,52	194,96	210,40	225,84	241,28	23,16
Cap	PI	CE	17,19	24,71	32,21	39,71	47,21	54,70	62,20	69,70	77,20	84,70	92,20	99,70	107,20	114,70	122,20	11,25
Cap	PI	DF	29,01	48,34	67,67	87,00	106,33	125,66	144,99	164,33	183,66	202,99	222,32	241,65	260,98	280,31	299,64	29,00
Cap	PI	ES	34,72	59,80	84,86	109,92	134,98	160,04	185,11	210,17	235,23	260,29	285,35	310,42	335,48	360,54	385,60	37,59
Cap	PI	GO	28,83	47,98	67,14	86,29	105,45	124,60	143,76	162,91	182,06	201,22	220,37	239,53	258,68	277,84	296,99	28,73
Cap	PI	MA	17,43	25,20	32,97	40,73	48,50	56,26	64,02	71,79	79,55	87,32	95,08	102,85	110,61	118,38	126,14	11,65
Cap	PI	MG	33,82	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Cap	PI	MS	42,39	75,11	107,83	140,55	173,27	205,99	238,71	271,43	304,15	336,87	369,59	402,31	435,03	467,75	500,47	49,08
Cap	PI	MT	36,96	64,25	91,54	118,84	146,13	173,42	200,71	228,00	255,29	282,58	309,87	337,16	364,45	391,74	419.03	40,94
Cap	PI	PA	20,87	32,07	43,26	54,46	65,65	76,85	88,04	99,24	110,43	121,63	132,83	144,02	155,22	166,41	177,61	16,79
Cap	PI	PB	22,48	35,30	48,11	60,91	73,72	86,52	99,33	112,13	124,94	137,74	150,55	163,35	176,16	188,96	201,77	19,21
Cap	PI	PE	22,68	35,71	48,73	61,74	74,76	87,78	100,80	113,81	126,83	139,85	152,86	165,88	178,90	191,92	204,93	19,53
Cap	PI	PR	44,47	79,29	114,10	148,90	183,71	218,52	253,32	288,13	322,94	357,74	392,55	427,36	462,17	496,97	531,78	52,21
Cap	PI	RJ	39,01	68,34	97,66	126,99	156,31	185,64	214,96	244,29	273,61	302,93	332,26	361,58	390,91	420,23	449,56	43,99
Cap	PI	RN	21,44	33,23	45,01	56,79	68,57	80,35	92,13	103,91	115,69	127,47	139,25	151,02	162,80	174,58	186,36	17,67
Cap	PI	RO	44,63	79,59	114,54	149,49	184,43	219,38	254,33	289,28	324,23	359,18	394,13	429,07	464,02	498,97	533,92	52,42
Cap	PI	RR	41,44	73,22	104,99	136,75	168,52	200,28	232,05	263,81	295,58	327,34	359,11	390,87	422,64	454,40	486,17	47,65
Cap	PI	RS	52,53	95,38	138,24	181,09	223,95	266,80	309,65	352,51	395,36	438,22	481,07	523,93	566,78	609,64	652,49	64,28
Cap	PI	SC	47,81	85,96	124,09	162,22	200,35	238,48	276,62	314,75	352,88	391,01	429,14	467,28	505,41	543,54	581,67	57,20
Cap	PI	SE	31,80	53,91	76,02	98,12	120,23	142,34	164,45	186,56	208,67	230,77	252,88	274,99	297,10	319,21	341,31	33,16
Cap	PI	SP	40,97	72,27	103,55	134,84	166,13	197,42	228,70	259,99	291,28	322,57	353,85	385,14	416,43	447,72	479,00	46,93
Cap	PI	TO	35,39	61,12	86,84	112,56	138,27	163,99	189,71	215,42	241,14	266,85	292,57	318,29	344,00	369,72	395,43	38,57
Int	PI	AC	53,04	96,41	139,78	183,14	226,51	269,88	313,25	356,61	399,98	443,35	486,71	530,08	573,45	616,82	660,18	65,05
Int	PI	AL	27,02	44,38	61,73	79,08	96,43	113,78	131,13	148,48	165,83	183,18	200,53	217,88	235,23	252,58	269,93	26,03
Int	PI	AM	39,83	69,99	100,14	130,30	160,45	190,61	220,76	250,92	281,07	311,23	341,38	371,54	401,70	431,85	462,01	45,23
Int	PI	AP	29,61	49,52	69,44	89,35	109,27	129,18	149,10	169,01	188,93	208,84	228,76	248,67	268,59	288,50	308,42	29,87
Int	PI	BA	27,13	44,59	62,04	79,50	96,96	114,41	131,87	149,33	166,78	184,24	201,70	219,15	236,61	254,07	271,52	26,18
Int	PI	CE	19,22	28,74	38,26	47,77	57,29	66,80	76,32	85,83	95,35	104,86	114,38	123,89	133,41	142,92	152,44	14,27
Int	PI	DF	31,02	52,37	73,72	95,06	116,41	137,76	159,11	180,46	201,80	223,15	244,50	265,85	287,19	308,54	329,89	32,02
Int	PI	ES	36,75	63,83	90,91	117,99	145,06	172,14	199,22	226,30	253,38	280,45	307,53	334,61	361,69	388,77	415,84	40,62
Int	PI	GO	30,84	52,02	73,19	94,36	115,53	136,70	157,87	179,04	200,21	221,38	242,55	263,72	284,89	306,06	327,24	31,76
Int	PI	MA	19,45	29,24	39,02	48,80	58,58	68,36	78,14	87,92	97,70	107,48	117,26	127,04	136,82	146,60	156,38	14,67
Int	PI	MG	35,85	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Int	PI	MS	44,41	79,15	113,88	148,62	183,36	218,09	252,83	287,56	322,30	357,04	391,77	426,51	461,25	495,98	530,72	52,10
Int	PI	MT	38,98	68,29	97,59	126,90	156,21	185,51	214,82	244,13	273,43	302,74	332,05	361,35	390,66	419,97	449,27	43,96
Int	PI	PA	22,89	36,10	49,31	62,52	75,73	88,95	102,16	115,37	128,58	141,79	155,00	168,22	181,43	194,64	207,85	19,82
Int	PI	PB	24,51	39,33	54,16	68,98	83,80	98,62	113,44	128,26	143,08	157,90	172,73	187,55	202,37	217,19	232,01	22,23
Int	PI	PE	24,71	39,74	54,77	69,81	84,84	99,88	114,91	129,94	144,98	160,01	175,04	190,08	205,11	220,14	235,18	22,55
Int	PI	PR	46,50	83,32	120,14	156,97	193,79	230,61	267,44	304,26	341,08	377,91	414,73	451,55	488,38	525,20	562,02	55,23
Int	PI	RJ	41,03	72,37	103,71	135,05	166,39	197,73	229,08	260,42	291,76	323,10	354,44	385,78	417,12	448,46	479,80	47,01
Int	PI	RN	23,47	37,27	51,06	64,86	78,65	92,45	106,24	120,04	133,83	147,63	161,42	175,22	189,02	202,81	216,61	20,69
Int	PI	RO	46,66	83,62	120,59	157,55	194,52	231,48	268,45	305,41	342,38	379,34	416,30	453,27	490,23	527,20	564,16	55,45
Int	PI	RR	43,47	77,25	111,04	144,82	178,60	212,38	246,16	279,94	313,72	347,50	381,29	415,07	448,85	482,63	516,41	50,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	PI	RS	54,54	99,42	144,29	189,16	234,03	278,90	323,77	368,64	413,51	458,38	503,25	548,12	592,99	637,86	682,73	67,31
Int	PI	SC	49,84	89,99	130,14	170,29	210,43	250,58	290,73	330,88	371,03	411,18	451,32	491,47	531,62	571,77	611,92	60,22
Int	PI	SE	33,82	57,94	82,06	106,19	130,31	154,44	178,56	202,69	226,81	250,94	275,06	299,18	323,31	347,43	371,56	36,19
Int	PI	SP	43,00	76,30	109,60	142,91	176,21	209,51	242,82	276,12	309,43	342,73	376,03	409,34	442,64	475,94	509,25	49,96
Int	PI	TO	37,42	65,16	92,89	120,62	148,35	176,09	203,82	231,55	259,28	287,02	314,75	342,48	370,21	397,95	425,68	41,60
Cap	PR	AC	47,79	85,90	124,00	162,10	200,19	238,29	276,39	314,48	352,58	390,68	428,77	466,87	504,97	543,06	581,16	57,14
Cap	PR	AL	43,59	77,50	111,41	145,31	179,22	213,12	247,03	280,93	314,84	348,74	382,65	416,55	450,46	484,36	518,27	50,86
Cap	PR	AM	49,99	90,32	130,65	170,97	211,30	251,63	291,95	332,28	372,60	412,93	453,25	493,58	533,90	574,23	614,55	60,49
Cap	PR	AP	55,71	101,75	147,79	193,83	239,86	285,90	331,94	377,98	424,02	470,05	516,09	562,13	608,17	654,21	700,24	69,06
Cap	PR	BA	36,02	62,36	88,70	115,03	141,37	167,70	194,04	220,37	246,71	273,04	299,38	325,71	352,05	378,38	404,72	39,50
Cap	PR	CE	49,89	90,13	130,35	170,57	210,79	251,01	291,23	331,44	371,66	411,88	452,10	492,32	532,54	572,76	612,98	60,33
Cap	PR	DF	25,43	41,17	56,91	72,66	88,40	104,14	119,88	135,62	151,36	167,10	182,84	198,58	214,32	230,07	245,81	23,61
Cap	PR	ES	25,19	40,73	56,26	71,79	87,32	102,85	118,38	133,90	149,43	164,96	180,49	196,02	211,55	227,08	242,61	23,29
Cap	PR	GO	25,45	41,23	57,00	72,78	88,56	104,33	120,11	135,89	151,66	167,44	183,21	198,99	214,77	230,54	246,32	23,66
Cap	PR	MA	48,01	86,36	124,71	163,05	201,40	239,74	278,08	316,43	354,77	393,12	431,46	469,81	508,15	546,50	584,84	57,52
Cap	PR	MG	21,66	33,66	45,65	57,64	69,63	81,62	93,61	105,61	117,60	129,59	141,58	153,57	165,56	177,55	189,55	17,99
Cap	PR	MS	22,40	35,14	47,88	60,61	73,35	86,08	98,81	111,55	124,28	137,02	149,75	162,49	175,22	187,95	200,69	19,10
Cap	PR	MT	28,40	47,13	65,86	84,59	103,32	122,05	140,78	159,51	178,24	196,97	215,70	234,43	253,16	271,89	290,62	28,09
Cap	PR	PA	48,58	87,49	126,41	165,32	204,23	243,14	282,05	320,96	359,87	398,78	437,69	476,60	515,51	554,42	593,33	58,37
Cap	PR	PB	48,32	87,00	125,66	164,33	202,99	241,65	280,31	318,98	357,64	396,30	434,96	473,63	512,29	550,95	589.61	57,99
Cap	PR	PE	46,46	83,25	120,04	156,83	193,61	230,40	267,19	303,98	340,77	377,55	414,34	451,13	487,92	524,71	561,49	55,18
Cap	PR	PI	44,47	79,29	114,10	148,90	183,71	218,52	253,32	288,13	322,94	357,74	392,55	427,36	462,17	496,97	531,78	52,21
Cap	PR	RJ	19,12	28,58	38,03	47,47	56,91	66,36	75,80	85,25	94,69	104,14	113,58	123,03	132,47	141,92	151,36	14,17
Cap	PR	RN	49,38	89,09	128,78	168,46	208,15	247,84	287,53	327,22	366,91	406,59	446,28	485,97	525,66	565,35	605,04	59,53
Cap	PR	RO	44,84	80,03	115,21	150,39	185,57	220,74	255,92	291,10	326,28	361,46	396,64	431,82	466,99	502,17	537,35	52,77
Cap	PR	RR	58,68	107,69	156,70	205,71	254,72	303,73	352,74	401,75	450,76	499,77	548,78	597,79	646,80	695,80	744,81	73,51
Cap	PR	RS	17,35	25,04	32,72	40,40	48,07	55,75	63,42	71,10	78,78	86,45	94,13	101,80	109,48	117,16	124,83	11,51
Cap	PR	SC	16,57	23,47	30,37	37,27	44,16	51,06	57,96	64,86	71,75	78,65	85,55	92,45	99,34	106,24	113,14	10,35
Cap	PR	SE	39,95	70,22	100,48	130,74	161,00	191,26	221,52	251,78	282,05	312,31	342,57	372,83	403,09	433,35	463,62	45,39
Cap	PR	SP	16,64	23,61	30,56	37,51	44,46	51,41	58,37	65,32	72,27	79,22	86,17	93,12	100,07	107,02	113,97	10,43
Cap	PR	TO	32,07	54,47	76,87	99,26	121,65	144,04	166,43	188,82	211,21	233,60	255,99	278,39	300,78	323,17	345,56	33,59
Int	PR	AC	49,82	89,94	130,05	170,16	210,27	250,39	290,50	330,61	370,73	410,84	450,95	491,07	531,18	571,29	611,40	60,17
Int	PR	AL	45,61	81,53	117,46	153,38	189,30	225,22	261,14	297,06	332,98	368,90	404,83	440,75	476,67	512,59	548,51	53,88
Int	PR	AM	52,02	94,36	136,70	179,04	221,38	263,72	306,06	348,41	390,75	433,09	475,43	517,77	560,11	602,46	644,80	63,51
Int	PR	AP	57,73	105,78	153,84	201,89	249,95	298,00	346,05	394,11	442,16	490,22	538,27	586,33	634,38	682,43	730,49	72,08
Int	PR	BA	38,04	66,39	94,75	123,10	151,45	179,80	208,15	236,50	264,86	293,21	321,56	349,91	378,26	406,61	434,96	42,53
Int	PR	CE	51,93	94,16	136,40	178,63	220,87	263,10	305,34	347,57	389,81	432,05	474,28	516,52	558,75	600,99	643,22	63,35
Int	PR	DF	27,45	45,21	62,96	80,72	98,48	116,24	133,99	151,75	169,51	187,26	205,02	222,78	240,54	258,29	276,05	26,64
Int	PR	ES	27,22	44,76	62,31	79,85	97,40	114,94	132,49	150,03	167,58	185,12	202,67	220,21	237,76	255,30	272,85	26,32
Int	PR	GO	27,47	45,26	63,05	80,84	98,64	116,43	134,22	152,02	169,81	187,60	205,39	223,19	240,98	258,77	276,56	26,69
Int	PR	MA	50,03	90,40	130,76	171,12	211,48	251,84	292,20	332,56	372,92	413,28	453,64	494,00	534,36	574,72	615,08	60,54
Int	PR	MG	23,68	37,69	51,70	65,71	79,71	93,72	107,73	121,74	135,74	149,75	163,76	177,77	191,77	205,78	219,79	21,01
Int	PR	MS	24,42	39,18	53,93	68,68	83,43	98,18	112,93	127,68	142,43	157,18	171,93	186,68	201,43	216,18	230,93	22,13
Int	PR	MT	30,42	51,17	71,91	92,66	113,41	134,15	154,90	175,64	196,39	217,14	237,88	258,63	279,38	300,12	320,87	31,12
Int	PR	PA	50,60	91,53	132,45	173,38	214,31	255,23	296,16	337,09	378,01	418,94	459,87	500,79	541,72	582,65	623,57	61,39
Int	PR	PB	50,35	91,03	131,71	172,39	213,07	253,75	294,43	335,11	375,78	416,46	457,14	497,82	538,50	579,18	619,86	61,02
Int	PR	PE	48,48	87,28	126,09	164,89	203,70	242,50	281,30	320,11	358,91	397,72	436,52	475,32	514,13	552,93	591,74	58,21
Int	PR	PI	46,50	83,32	120,14	156,97	193,79	230,61	267,44	304,26	341,08	377,91	414,73	451,55	488,38	525,20	562,02	55,23
Int	PR	RJ	21,15	32,61	44,07	55,54	67,00	78,46	89,92	101,38	112,84	124,30	135,76	147,22	158,68	170,14	181,60	17,19
Int	PR	RN	51,41	93,12	134,82	176,53	218,23	259,94	301,64	343,35	385,05	426,76	468,46	510,17	551,87	593,58	635,28	62,56
Int	PR	RO	46,87	84,06	121,26	158,45	195,65	232,84	270,04	307,23	344,43	381,62	418,82	456,01	493,21	530,40	567,60	55,79
Int	PR	RR	60,70	111,73	162,75	213,78	264,80	315,83	366,85	417,88	468,90	519,93	570,96	621,98	673,01	724,03	775,06	76,54
Int	PR	RS	19,38	29,08	38,77	48,46	58,15	67,85	77,54	87,23	96,92	106,61	116,31	126,00	135,69	145,38	155,07	14,54
Int	PR	SC	18,59	27,50	36,42	45,33	54,24	63,16	72,07	80,99	89,90	98,81	107,73	116,64	125,56	134,47	143,38	13,37
Int	PR	SE	41,97	74,25	106,53	138,80	171,08	203,36	235,64	267,91	300,19	332,47	364,75	397,03	429,30	461,58	493,86	48,42
Int	PR	SP	18,68	27,64	36,61	45,58	54,54	63,51	72,48	81,45	90,41	99,38	108,35	117,31	126,28	135,25	144,22	13,45
Int	PR	TO	34,10	58,51	82,91	107,32	131,73	156,14	180,54	204,95	229,36	253,77	278,17	302,58	326,99	351,40	375,80	36,61
Cap	RJ	AC	53,71	97,74	141,76	185,78	229,80	273,82	317,84	361,87	405,89	449,91	493,93	537,95	581,97	626,00	670,02	66,03
Cap	RJ	AL	34,63	59,59	84,54	109,50	134,45	159,41	184,36	209,32	234,28	259,23	284,19	309,14	334,10	359,05	384,01	37,43
Cap	RJ	AM	51,11	92,55	133,99	175,43	216,87	258,31	299,75	341,19	382,63	424,07	465,51	506,95	548,39	589,83	631,27	62,16
Cap	RJ	AP	52,31	94,96	137,60	180,24	222,89	265,53	308,17	350,81	393,45	436,10	478,74	521,38	564,02	606,66	649,31	63,96
Cap	RJ	BA	27,51	45,37	63,21	81,06	98,90	116,75	134,59	152,44	170,29	188,13	205,98	223,82	241,67	259,51	277,36	26,77
Cap	RJ	CE	42,64	75,61	108,56	141,51	174,46	207,41	240,36	273,31	306,26	339,21	372,16	405,11	438,06	471,01	503,96	49,42
Cap	RJ	DF	22,95	36,24	49,52	62,80	76,09	89,37	102,65	115,93	129,22	142,50	155,78	169,06	182,35	195,63	208,91	19,92
Cap	RJ	ES	17,14	24,60	32,07	39,53	46,99	54,46	61,92	69,38	76,85	84,31	91,78	99,24	106,70	114,17	121,63	11,20
Cap	RJ	GO	23,39	37,09	50,78	64,47	78,16	91,85	105,54	119,22	132,91	146,60	160,29	173,98	187,67	201,36	215,05	20,53
Cap	RJ	MA	42,96	76,25	109,53	142,82	176,10	209,39	242,68	275,96	309,25	342,53	375,82	409,11	442,39	475,68	508,96	49,93
Cap	RJ	MG	17,69	25,70	33,71	41,72	49,73	57,75	65,76	73,77	81,78	89,79	97,81	105,82	113,83	121,84	129,85	12,02
Cap	RJ	MS	23,31	36,95	50,58	64,22	77,86	91,49	105,13	118,76	132,40	146,04	159,67	173,31	186,95	200,58	214,22	20,45
Cap	RJ	MT	33,33	57,00	80,67	104,33	128,00	151,66	175,33	198,99	222,66	246,32	269,98	293,65	317,31	340,98	364,64	35,50
Cap	RJ	PA	45,59	81,52	117,44	153,36	189,28	225,20	261,12	297,04	332,97	368,89	404,81	440,73	476,65	512,57	548,49	53,88
Cap	RJ	PB	39,34	69,03	98,71	128,39	158,06	187,74	217,42	247,10	276,78	306,45	336,13	365,81	395,49	425,17	454,84	44,52
Cap	RJ	PE	37,28	64,89	92,50	120,11	147,72	175,33	202,93	230,54	258,15	285,76	313,37	340,98	368,59	396,20	423,80	41,41
Cap	RJ	PI	39,01	68,34	97,66	126,99	156,31	185,64	214,96	244,29	273,61	302,93	332,26	361,58	390,91	420,23	449,56	43,99
Cap	RJ	PR	19,12	28,58	38,03	47,47	56,91	66,36	75,80	85,25	94,69	104,14	113,58	123,03	132,47	141,92	151,36	14,17
Cap	RJ	RN	40,84	72,00	103,17	134,33	165,49	196,66	227,82	258,98	290,15	321,31	352,47	383,64	414,80	445,97	477,13	46,74
Cap	RJ	RO	48,17	86,66	125,15	163,64	202,12	240,61	279,09	317,58	356,06	394,55	433,04	471,52	510,01	548,49	586,98	57,73
Cap	RJ	RR	57,66	105,64	153,62	201,61	249,59	297,58	345,56	393,54	441,53	489,51	537,49	585,48	633,46	681,44	729,43	71,97
Cap	RJ	RS	26,23	42,82	59,39	75,96	92,54	109,11	125,68	142,25	158,82	175,40	191,97	208,54	225,11	241,69	258,26	24,86
Cap	RJ	SC	20,04	30,44	40,82	51,20	61,58	71,97	82,35	92,73	103,11	113,49	123,88	134,26	144,64	155,02	165,40	15,57
Cap	RJ	SE	31,80	53,91	76,02	98,12	120,23	142,34	164,45	186,56	208,67	230,77	252,88	274,99	297,10	319,21	341,31	33,16
Cap	RJ	SP	17,19	24,71	32,21	39,71	47,21	54,70	62,20	69,70	77,20	84,70	92,20	99,70	107,20	114,70	122,20	11,25
Cap	RJ	TO	29,79	49,93	70,06	90,18	110,31	130,44	150,56	170,69	190,82	210,95	231,07	251,20	271,33	291,46	311,58	30,19
Int	RJ	AC	55,73	101,77	147,81	193,84	239,88	285,92	331,96	378,00	424,03	470,07	516,11	562,15	608,19	654,22	700,26	69,06
Int	RJ	AL	36,65	63,62	90,59	117,56	144,53	171,51	198,48	225,45	252,42	279,39	306,37	333,34	360,31	387,28	414,25	40,46
Int	RJ	AM	53,13	96,59	140,04	183,50	226,95	270,41	313,86	357,32	400,78	444,23	487,69	531,14	574,60	618,05	661,51	65,18
Int	RJ	AP	54,33	98,99	143,65	188,31	232,97	277,62	322,28	366,94	411,60	456,26	500,92	545,58	590,23	634,89	679,55	66,99
Int	RJ	BA	29,54	49,40	69,26	89,12	108,98	128,85	148,71	168,57	188,43	208,29	228,16	248,02	267,88	287,74	307,60	29,79
Int	RJ	CE	44,68	79,64	114,61	149,57	184,54	219,51	254,47	289,44	324,41	359,37	394,34	429,30	464,27	499,24	534,20	52,45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	RJ	DF	24,97	40,27	55,57	70,87	86,17	101,47	116,77	132,06	147,36	162,66	177,96	193,26	208,56	223,86	239,16	22,95
Int	RJ	ES	19,15	28,63	38,11	47,59	57,07	66,55	76,03	85,51	94,99	104,47	113,95	123,43	132,91	142,39	151,87	14,22
Int	RJ	GO	25,42	41,12	56,83	72,53	88,24	103,94	119,65	135,35	151,06	166,77	182,47	198,18	213,88	229,59	245,29	23,56
Int	RJ	MA	44,98	80,28	115,58	150,88	186,19	221,49	256,79	292,09	327,39	362,70	398,00	433,30	468,60	503,91	539,21	52,95
Int	RJ	MG	19,70	29,73	39,76	49,79	59,82	69,84	79,87	89,90	99,93	109,96	119,98	130,01	140,04	150,07	160,10	15,04
Int	RJ	MS	25,33	40,98	56,63	72,28	87,94	103,59	119,24	134,89	150,55	166,20	181,85	197,50	213,16	228,81	244,46	23,48
Int	RJ	MT	35,35	61,04	86,72	112,40	138,08	163,76	189,44	215,12	240,80	266,48	292,16	317,84	343,52	369,21	394,89	38,52
Int	RJ	PA	47,61	85,55	123,49	161,42	199,36	237,30	275,24	313,17	351,11	389,05	426,99	464,93	502,86	540,80	578,74	56,91
Int	RJ	PB	41,37	73,06	104,76	136,45	168,15	199,84	231,53	263,23	294,92	326,62	358,31	390,00	421,70	453,39	485,09	47,54
Int	RJ	PE	39,30	68,92	98,55	128,17	157,80	187,42	217,05	246,67	276,30	305,92	335,55	365,17	394,80	424,42	454,05	44,44
Int	RJ	PI	41,03	72,37	103,71	135,05	166,39	197,73	229,08	260,42	291,76	323,10	354,44	385,78	417,12	448,46	479,80	47,01
Int	RJ	PR	21,15	32,61	44,07	55,54	67,00	78,46	89,92	101,38	112,84	124,30	135,76	147,22	158,68	170,14	181,60	17,19
Int	RJ	RN	42,85	76,03	109,21	142,39	175,57	208,75	241,93	275,11	308,29	341,47	374,65	407,83	441,01	474,19	507,37	49,77
Int	RJ	RO	50,19	90,70	131,20	171,70	212,20	252,70	293,21	333,71	374,21	414,71	455,21	495,72	536,22	576,72	617,22	60,75
Int	RJ	RR	59,67	109,67	159,67	209,67	259,67	309,67	359,67	409,67	459,67	509,67	559,67	609,67	659,67	709,67	759,67	75,00
Int	RJ	RS	28,26	46,85	65,44	84,03	102,62	121,21	139,79	158,38	176,97	195,56	214,15	232,74	251,32	269,91	288,50	27,88
Int	RJ	SC	22,07	34,47	46,87	59,27	71,67	84,06	96,46	108,86	121,26	133,66	146,05	158,45	170,85	183,25	195,65	18,60
Int	RJ	SE	33,82	57,94	82,06	106,19	130,31	154,44	178,56	202,69	226,81	250,94	275,06	299,18	323,31	347,43	371,56	36,19
Int	RJ	SP	19,22	28,74	38,26	47,77	57,29	66,80	76,32	85,83	95,35	104,86	114,38	123,89	133,41	142,92	152,44	14,27
Int	RJ	TO	31,82	53,96	76,10	98,25	120,39	142,54	164,68	186,82	208,97	231,11	253,25	275,40	297,54	319,68	341,83	33,21
Cap	RN	AC	64,69	119,72	174,74	229,77	284,79	339,81	394,83	449,86	504,88	559,90	614,92	669,95	724,97	779,99	835,02	82,53
Cap	RN	AL	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	RN	AM	50,13	90,59	131,04	171,49	211,94	252,39	292,84	333,28	373,73	414,18	454,63	495,08	535,53	575,98	616,43	60,67
Cap	RN	AP	38,50	67,33	96,16	124,99	153,82	182,65	211,48	240,31	269,14	297,96	326,79	355,62	384,45	413,28	442,11	43,24
Cap	RN	BA	22,56	35,46	48,35	61,25	74,14	87,03	99,93	112,82	125,72	138,61	151,50	164,40	177,29	190,18	203,08	19,34
Cap	RN	CE	17,12	24,55	31,98	39,41	46,83	54,26	61,69	69,12	76,55	83,98	91,40	98,83	106,26	113,69	121,12	11,14
Cap	RN	DF	35,84	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Cap	RN	ES	35,25	60,84	86,42	111,99	137,57	163,14	188,71	214,29	239,86	265,44	291,01	316,59	342,16	367,74	393,31	38,36
Cap	RN	GO	34,74	59,83	84,91	109,99	135,07	160,15	185,23	210,31	235,39	260,47	285,55	310,63	335,71	360,79	385,87	37,62
Cap	RN	MA	24,88	40,08	55,27	70,46	85,66	100,85	116,04	131,23	146,43	161,62	176,81	192,00	207,20	222,39	237,58	22,79
Cap	RN	MG	36,98	64,31	91,62	118,92	146,23	173,54	200,85	228,16	255,46	282,77	310,08	337,39	364,70	392,00	419,31	40,96
Cap	RN	MS	43,17	76,69	110,19	143,68	177,18	210,68	244,18	277,68	311,18	344,67	378,17	411,67	445,17	478,67	512,17	50,25
Cap	RN	MT	43,31	76,94	110,56	144,18	177,80	211,42	245,05	278,67	312,29	345,91	379,53	413,16	446,78	480,40	514,02	50,43
Cap	RN	PA	32,74	55,80	78,85	101,89	124,94	147,98	171,03	194,07	217,12	240,16	263,21	286,26	309,30	332,35	355,39	34,57
Cap	RN	PB	15,98	22,28	28,58	34,88	41,17	47,47	53,77	60,06	66,36	72,66	78,95	85,25	91,54	97,84	104,14	9,44
Cap	RN	PE	17,04	24,42	31,80	39,18	46,55	53,93	61,30	68,68	76,05	83,43	90,80	98,18	105,55	112,93	120,30	11,06
Cap	RN	PI	21,44	33,23	45,01	56,79	68,57	80,35	92,13	103,91	115,69	127,47	139,25	151,02	162,80	174,58	186,36	17,67
Cap	RN	PR	49,38	89,09	128,78	168,46	208,15	247,84	287,53	327,22	366,91	406,59	446,28	485,97	525,66	565,35	605,04	59,53
Cap	RN	RJ	40,84	72,00	103,17	134,33	165,49	196,66	227,82	258,98	290,15	321,31	352,47	383,64	414,80	445,97	477,13	46,74
Cap	RN	RO	67,19	124,71	182,22	239,74	297,26	354,77	412,29	469,81	527,32	584,84	642,36	699,87	757,39	814,91	872,42	86,27
Cap	RN	RR	53,51	97,35	141,17	185,00	228,83	272,65	316,48	360,31	404,14	447,96	491,79	535,62	579,45	623,27	667,10	65,74
Cap	RN	RS	55,38	101,08	146,76	192,45	238,13	283,82	329,50	375,18	420,87	466,55	512,24	557,92	603,60	649,29	694,97	68,53
Cap	RN	SC	51,86	94,07	136,27	178,47	220,67	262,87	305,07	347,27	389,47	431,67	473,87	516,07	558,27	600,47	642,67	63,30
Cap	RN	SE	20,99	32,31	43,63	54,95	66,27	77,59	88,91	100,23	111,55	122,87	134,19	145,51	156,83	168,15	179,46	16,98
Cap	RN	SP	44,84	80,03	115,21	150,39	185,57	220,74	255,92	291,10	326,28	361,46	396,64	431,82	466,99	502,17	537,35	52,77
Cap	RN	TO	42,31	74,97	107,62	140,27	172,92	205,57	238,22	270,87	303,52	336,17	368,82	401,47	434,11	466,76	499,41	48,97
Int	RN	AC	66,71	123,75	180,79	237,83	294,87	351,91	408,95	465,99	523,02	580,06	637,10	694,14	751,18	808,22	865,26	85,56
Int	RN	AL	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	RN	AM	52,16	94,62	137,09	179,55	222,02	264,48	306,95	349,41	391,88	434,34	476,81	519,28	561,74	604,21	646,67	63,70
Int	RN	AP	40,52	71,36	102,21	133,06	163,90	194,75	225,59	256,44	287,28	318,13	348,97	379,82	410,66	441,51	472,35	46,27
Int	RN	BA	24,58	39,49	54,40	69,31	84,22	99,13	114,04	128,95	143,86	158,77	173,68	188,59	203,50	218,41	233,32	22,36
Int	RN	CE	19,14	28,58	38,03	47,47	56,91	66,36	75,80	85,25	94,69	104,14	113,58	123,03	132,47	141,92	151,36	14,17
Int	RN	DF	37,87	66,06	94,25	122,44	150,64	178,83	207,02	235,21	263,40	291,60	319,79	347,98	376,17	404,37	432,56	42,29
Int	RN	ES	37,28	64,87	92,46	120,06	147,65	175,24	202,83	230,42	258,01	285,60	313,19	340,78	368,37	395,97	423,56	41,39
Int	RN	GO	36,77	63,87	90,96	118,06	145,15	172,25	199,34	226,44	253,54	280,63	307,73	334,82	361,92	389,01	416,11	40,64
Int	RN	MA	26,90	44,11	61,32	78,53	95,74	112,95	130,15	147,36	164,57	181,78	198,99	216,20	233,41	250,62	267,83	25,81
Int	RN	MG	39,02	68,34	97,66	126,99	156,31	185,64	214,96	244,29	273,61	302,93	332,26	361,58	390,91	420,23	449,56	43,99
Int	RN	MS	45,21	80,72	116,24	151,75	187,26	222,78	258,29	293,81	329,32	364,84	400,35	435,87	471,38	506,90	542,41	53,27
Int	RN	MT	45,33	80,97	116,61	152,25	187,88	223,52	259,16	294,80	330,44	366,08	401,71	437,35	472,99	508,63	544,27	53,46
Int	RN	PA	34,77	59,83	84,89	109,96	135,02	160,08	185,14	210,20	235,27	260,33	285,39	310,45	335,51	360,57	385,64	37,59
Int	RN	PB	18,00	26,32	34,63	42,94	51,26	59,57	67,88	76,19	84,51	92,82	101,13	109,44	117,76	126,07	134,38	12,47
Int	RN	PE	19,07	28,46	37,85	47,24	56,63	66,02	75,41	84,81	94,20	103,59	112,98	122,37	131,76	141,16	150,55	14,09
Int	RN	PI	23,47	37,27	51,06	64,86	78,65	92,45	106,24	120,04	133,83	147,63	161,42	175,22	189,02	202,81	216,61	20,69
Int	RN	PR	51,41	93,12	134,82	176,53	218,23	259,94	301,64	343,35	385,05	426,76	468,46	510,17	551,87	593,58	635,28	62,56
Int	RN	RJ	42,85	76,03	109,21	142,39	175,57	208,75	241,93	275,11	308,29	341,47	374,65	407,83	441,01	474,19	507,37	49,77
Int	RN	RO	69,21	128,74	188,27	247,81	307,34	366,87	426,40	485,94	545,47	605,00	664,53	724,07	783,60	843,13	902,67	89,30
Int	RN	RR	55,54	101,38	147,22	193,07	238,91	284,75	330,60	376,44	422,28	468,13	513,97	559,81	605,66	651,50	697,34	68,76
Int	RN	RS	57,41	105,11	152,81	200,51	248,21	295,91	343,61	391,31	439,01	486,71	534,42	582,12	629,82	677,52	725,22	71,55
Int	RN	SC	53,89	98,11	142,32	186,54	230,76	274,97	319,19	363,40	407,62	451,84	496,05	540,27	584,49	628,70	672,92	66,32
Int	RN	SE	23,01	36,35	49,68	63,02	76,35	89,69	103,02	116,36	129,69	143,03	156,37	169,70	183,04	196,37	209,71	20,00
Int	RN	SP	46,87	84,06	121,26	158,45	195,65	232,84	270,04	307,23	344,43	381,62	418,82	456,01	493,21	530,40	567,60	55,79
Int	RN	TO	44,34	79,01	113,67	148,34	183,00	217,67	252,33	287,00	321,66	356,33	391,00	425,66	460,33	494,99	529,66	52,00
Cap	RO	AC	17,84	26,00	34,15	42,31	50,46	58,61	66,77	74,92	83,07	91,23	99,38	107,53	115,69	123,84	131,99	12,23
Cap	RO	AL	55,16	100,65	146,14	191,63	237,12	282,61	328,10	373,59	419,08	464,57	510,06	555,55	601,04	646,53	692,02	68,23
Cap	RO	AM	20,48	31,27	42,06	52,85	63,64	74,42	85,21	96,00	106,79	117,58	128,37	139,16	149,95	160,73	171,52	16,18
Cap	RO	AP	43,55	77,45	111,34	145,22	179,11	213,00	246,89	280,77	314,66	348,55	382,43	416,32	450,21	484,10	517,98	50,83
Cap	RO	BA	51,39	93,12	134,84	176,56	218,29	260,01	301,73	343,45	385,18	426,90	468,62	510,34	552,07	593,79	635,51	62,58
Cap	RO	CE	51,57	93,47	135,37	177,27	219,17	261,07	302,97	344,87	386,77	428,67	470,57	512,47	554,37	596,26	638,16	62,85
Cap	RO	DF	37,75	65,85	93,93	122,02	150,10	178,19	206,28	234,36	262,45	290,54	318,62	346,71	374,79	402,88	430,97	42,13
Cap	RO	ES	51,60	93,54	135,48	177,41	219,35	261,28	303,22	345,15	387,09	429,02	470,96	512,89	554,83	596,76	638,70	62,90
Cap	RO	GO	36,53	63,41	90,27	117,14	144,00	170,87	197,73	224,60	251,47	278,33	305,20	332,06	358,93	385,80	412,66	40,30
Cap	RO	MA	43,02	76,35	109,67	142,99	176,32	209,64	242,96	276,28	309,60	342,92	376,24	409,57	442,89	476,21	509,53	49,98
Cap	RO	MG	45,45	81,22	116,98	152,74	188,50	224,26	260,03	295,79	331,55	367,31	403,08	438,84	474,60	510,36	546,12	53,64
Cap	RO	MS	24,03	38,38	52,72	67,07	81,41	95,75	110,10	124,44	138,79	153,13	167,47	181,82	196,16	210,50	224,85	21,52
Cap	RO	MT	26,96	44,27	61,57	78,86	96,16	113,46	130,76	148,05	165,35	182,65	199,95	217,24	234,54	251,84	269,14	25,95
Cap	RO	PA	37,16	64,66	92,15	119,63	147,12	174,60	202,09	229,57	257,06	284,54	312,02	339,51	366,99	394,48	421,96	41,23
Cap	RO	PB	57,30	104,93	152,56	200,19	247,82	295,45	343,08	390,71	438,34	485,97	533,60	581,23	628,86	676,49	724,12	71,44
Cap	RO	PE	60,55	111,44	162,33	213,21	264,09	314,98	365,86	416,75	467,63	518,51	569,40	620,28	671,17	722,05	772,94	76,33
Cap	RO	PI	44,63	79,59	114,54	149,49	184,43	219,38	254,33	289,28	324,23	359,18	394,13	429,07	464,02	498,97	533,92	52,42

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	RO	PR	44,84	80,03	115,21	150,39	185,57	220,74	255,92	291,10	326,28	361,46	396,64	431,82	466,99	502,17	537,35	52,77
Cap	RO	RJ	48,17	86,66	125,15	163,64	202,12	240,61	279,09	317,58	356,06	394,55	433,04	471,52	510,01	548,49	586,98	57,73
Cap	RO	RN	67,19	124,71	182,22	239,74	297,26	354,77	412,29	469,81	527,32	584,84	642,36	699,87	757,39	814,91	872,42	86,27
Cap	RO	RR	28,75	47,84	66,93	86,01	105,09	124,18	143,26	162,34	181,43	200,51	219,60	238,68	257,76	276,85	295,93	28,63
Cap	RO	RS	49,34	89,02	128,69	168,36	208,03	247,70	287,37	327,04	366,71	406,38	446,05	485,72	525,39	565,07	604,74	59,51
Cap	RO	SC	48,58	87,49	126,41	165,32	204,23	243,14	282,05	320,96	359,87	398,78	437,69	476,60	515,51	554,42	593,33	58,37
Cap	RO	SE	53,65	97,65	141,63	185,62	229,61	273,59	317,58	361,57	405,55	449,54	493,52	537,51	581,50	625,48	669,47	65,98
Cap	RO	SP	43,45	77,24	111,02	144,80	178,58	212,36	246,14	279,92	313,71	347,49	381,27	415,05	448,83	482,61	516,39	50,67
Cap	RO	TO	43,49	77,29	111,09	144,89	178,69	212,49	246,28	280,08	313,88	347,68	381,48	415,28	449,08	482,88	516,68	50,70
Int	RO	AC	19,86	30,03	40,20	50,37	60,54	70,71	80,88	91,05	101,22	111,39	121,56	131,73	141,90	152,07	162,24	15,25
Int	RO	AL	57,18	104,69	152,19	199,70	247,20	294,71	342,22	389,72	437,23	484,73	532,24	579,75	627,25	674,76	722,26	71,26
Int	RO	AM	22,50	35,30	48,11	60,91	73,72	86,52	99,33	112,13	124,94	137,74	150,55	163,35	176,16	188,96	201,77	19,21
Int	RO	AP	45,58	81,48	117,38	153,29	189,19	225,10	261,00	296,90	332,81	368,71	404,61	440,52	476,42	512,32	548,23	53,86
Int	RO	BA	53,41	97,15	140,89	184,63	228,37	272,11	315,85	359,58	403,32	447,06	490,80	534,54	578,28	622,02	665,76	65,61
Int	RO	CE	53,59	97,51	141,42	185,34	229,25	273,17	317,08	361,00	404,91	448,83	492,75	536,66	580,58	624,49	668,41	65,87
Int	RO	DF	39,78	69,88	99,98	130,08	160,19	190,29	220,39	250,49	280,60	310,70	340,80	370,90	401,01	431,11	461,21	45,15
Int	RO	ES	53,63	97,58	141,53	185,48	229,43	273,38	317,33	361,28	405,23	449,18	493,13	537,09	581,04	624,99	668,94	65,93
Int	RO	GO	38,56	67,44	96,32	125,20	154,08	182,97	211,85	240,73	269,61	298,49	327,38	356,26	385,14	414,02	442,91	43,32
Int	RO	MA	45,05	80,38	115,72	151,06	186,40	221,74	257,07	292,41	327,75	363,09	398,42	433,76	469,10	504,44	539,77	53,01
Int	RO	MG	47,47	85,25	123,03	160,81	198,58	236,36	274,14	311,92	349,70	387,48	425,25	463,03	500,81	538,59	576,37	56,67
Int	RO	MS	26,05	42,41	58,77	75,13	91,49	107,85	124,21	140,57	156,93	173,29	189,65	206,01	222,37	238,73	255,09	24,54
Int	RO	MT	28,99	48,30	67,61	86,93	106,24	125,56	144,87	164,18	183,50	202,81	222,12	241,44	260,75	280,07	299,38	28,97
Int	RO	PA	39,19	68,69	98,20	127,70	157,20	186,70	216,20	245,70	275,20	304,70	334,20	363,71	393,21	422,71	452,21	44,25
Int	RO	PB	59,32	108,97	158,61	208,26	257,90	307,55	357,20	406,84	456,49	506,13	555,78	605,43	655,07	704,72	754,36	74,47
Int	RO	PE	62,57	115,47	168,38	221,28	274,18	327,08	379,98	432,88	485,78	538,68	591,58	644,48	697,38	750,28	803,18	79,35
Int	RO	PI	46,66	83,62	120,59	157,55	194,52	231,48	268,45	305,41	342,38	379,34	416,30	453,27	490,23	527,20	564,16	55,45
Int	RO	PR	46,87	84,06	121,26	158,45	195,65	232,84	270,04	307,23	344,43	381,62	418,82	456,01	493,21	530,40	567,60	55,79
Int	RO	RJ	50,19	90,70	131,20	171,70	212,20	252,70	293,21	333,71	374,21	414,71	455,21	495,72	536,22	576,72	617,22	60,75
Int	RO	RN	69,21	128,74	188,27	247,81	307,34	366,87	426,40	485,94	545,47	605,00	664,53	724,07	783,60	843,13	902,67	89,30
Int	RO	RR	30,77	51,87	72,97	94,07	115,17	136,27	157,37	178,47	199,57	220,67	241,77	262,87	283,97	305,07	326,17	31,65
Int	RO	RS	51,36	93,05	134,74	176,42	218,11	259,80	301,48	343,17	384,86	426,55	468,23	509,92	551,61	593,29	634,98	62,53
Int	RO	SC	50,60	91,53	132,45	173,38	214,31	255,23	296,16	337,09	378,01	418,94	459,87	500,79	541,72	582,65	623,57	61,39
Int	RO	SE	55,68	101,68	147,68	193,68	239,69	285,69	331,69	377,70	423,70	469,70	515,70	561,71	607,71	653,71	699,71	69,00
Int	RO	SP	45,47	81,27	117,07	152,86	188,66	224,46	260,26	296,05	331,85	367,65	403,45	439,24	475,04	510,84	546,64	53,70
Int	RO	TO	45,51	81,32	117,14	152,95	188,77	224,58	260,40	296,21	332,03	367,84	403,66	439,47	475,29	511,10	546,92	53,72
Cap	RR	AC	33,25	56,83	80,40	103,98	127,55	151,13	174,71	198,28	221,86	245,44	269,01	292,59	316,16	339,74	363,32	35,36
Cap	RR	AL	55,20	100,72	146,23	191,74	237,25	282,75	328,26	373,77	419,28	464,78	510,29	555,80	601,31	646,81	692,32	68,26
Cap	RR	AM	19,20	28,74	38,27	47,81	57,34	66,87	76,41	85,94	95,47	105,00	114,54	124,07	133,60	143,14	152,67	14,30
Cap	RR	AP	36,57	63,46	90,34	117,23	144,11	170,99	197,88	224,76	251,64	278,53	305,41	332,29	359,18	386,06	412,94	40,32
Cap	RR	BA	54,30	98,92	143,54	188,17	232,79	277,41	322,04	366,66	411,28	455,90	500,53	545,15	589,77	634,40	679,02	66,93
Cap	RR	CE	47,54	85,41	123,27	161,14	199,01	236,88	274,74	312,61	350,48	388,34	426,21	464,08	501,94	539,81	577,68	56,80
Cap	RR	DF	46,26	82,86	119,45	156,05	192,64	229,23	265,83	302,42	339,01	375,61	412,20	448,79	485,39	521,98	558,58	54,89
Cap	RR	ES	60,17	110,70	161,21	211,72	262,24	312,75	363,26	413,78	464,29	514,80	565,31	615,83	666,34	716,85	767,36	75,77
Cap	RR	GO	45,85	82,01	118,16	154,31	190,47	226,62	262,77	298,92	335,07	371,22	407,37	443,52	479,68	515,83	551,98	54,23
Cap	RR	MA	37,55	65,46	93,35	121,24	149,13	177,02	204,92	232,81	260,70	288,59	316,48	344,37	372,27	400,16	428,05	41,84
Cap	RR	MG	54,93	100,18	145,42	190,66	235,90	281,14	326,39	371,63	416,87	462,11	507,35	552,60	597,84	643,08	688,32	67,86
Cap	RR	MS	43,33	76,99	110,65	144,30	177,96	211,62	245,28	278,93	312,59	346,25	379,91	413,56	447,22	480,88	514,54	50,49
Cap	RR	MT	40,05	70,44	100,83	131,22	161,60	191,99	222,37	252,76	283,14	313,53	343,91	374,30	404,68	435,07	465,46	45,58
Cap	RR	PA	30,40	51,11	71,82	92,54	113,25	133,96	154,67	175,38	196,09	216,80	237,51	258,22	278,93	299,64	320,36	31,07
Cap	RR	PB	54,96	100,26	145,56	190,85	236,15	281,44	326,74	372,04	417,33	462,63	507,92	553,22	598,51	643,81	689,10	67,94
Cap	RR	PE	55,95	102,23	148,50	194,76	241,03	287,30	333,57	379,84	426,10	472,37	518,64	564,91	611,17	657,44	703,71	69,40
Cap	RR	PI	41,44	73,22	104,99	136,75	168,52	200,28	232,05	263,81	295,58	327,34	359,11	390,87	422,64	454,40	486,17	47,65
Cap	RR	PR	58,68	107,69	156,70	205,71	254,72	303,73	352,74	401,75	450,76	499,77	548,78	597,79	646,80	695,80	744,81	73,51
Cap	RR	RJ	57,66	105,64	153,62	201,61	249,59	297,58	345,56	393,54	441,53	489,51	537,49	585,48	633,46	681,44	729,43	71,97
Cap	RR	RN	53,51	97,35	141,17	185,00	228,83	272,65	316,48	360,31	404,14	447,96	491,79	535,62	579,45	623,27	667,10	65,74
Cap	RR	RO	28,75	47,84	66,93	86,01	105,09	124,18	143,26	162,34	181,43	200,51	219,60	238,68	257,76	276,85	295,93	28,63
Cap	RR	RS	69,37	129,09	188,80	248,51	308,22	367,93	427,64	487,35	547,06	606,77	666,48	726,19	785,90	845,61	905,32	89,56
Cap	RR	SC	63,10	116,54	169,97	223,40	276,83	330,26	383,69	437,12	490,55	543,98	597,41	650,85	704,28	757,71	811,14	80,15
Cap	RR	SE	53,51	97,35	141,17	185,00	228,83	272,65	316,48	360,31	404,14	447,96	491,79	535,62	579,45	623,27	667,10	65,74
Cap	RR	SP	58,11	106,56	155,00	203,45	251,89	300,33	348,78	397,22	445,66	494,11	542,55	590,99	639,44	687,88	736,32	72,66
Cap	RR	TO	51,01	92,38	133,73	175,08	216,43	257,78	299,13	340,48	381,83	423,18	464,54	505,89	547,24	588,59	629,94	62,03
Int	RR	AC	35,27	60,86	86,45	112,04	137,64	163,23	188,82	214,41	240,01	265,60	291,19	316,78	342,38	367,97	393,56	38,39
Int	RR	AL	57,23	104,76	152,28	199,80	247,33	294,85	342,38	389,90	437,42	484,95	532,47	579,99	627,52	675,04	722,56	71,28
Int	RR	AM	21,22	32,77	44,32	55,87	67,42	78,97	90,52	102,07	113,62	125,17	136,72	148,27	159,82	171,36	182,91	17,32
Int	RR	AP	38,59	67,49	96,39	125,29	154,19	183,09	211,99	240,89	269,79	298,69	327,59	356,49	385,39	414,29	443,19	43,35
Int	RR	BA	56,31	102,95	149,59	196,23	242,87	289,51	336,15	382,79	429,43	476,07	522,71	569,35	615,99	662,62	709,26	69,96
Int	RR	CE	49,56	89,44	129,32	169,21	209,09	248,97	288,86	328,74	368,62	408,50	448,39	488,27	528,15	568,04	607,92	59,82
Int	RR	DF	48,28	86,89	125,50	164,11	202,72	241,33	279,94	318,55	357,16	395,77	434,38	472,99	511,60	550,21	588,82	57,91
Int	RR	ES	62,20	114,73	167,26	219,79	272,32	324,85	377,38	429,91	482,43	534,96	587,49	640,02	692,55	745,08	797,61	78,79
Int	RR	GO	47,88	86,04	124,21	162,38	200,55	238,71	276,88	315,05	353,22	391,38	429,55	467,72	505,89	544,05	582,22	57,25
Int	RR	MA	39,58	69,49	99,40	129,31	159,21	189,12	219,03	248,94	278,85	308,75	338,66	368,57	398,48	428,38	458,29	44,86
Int	RR	MG	56,95	104,21	151,47	198,73	245,98	293,24	340,50	387,76	435,02	482,28	529,53	576,79	624,05	671,31	718,57	70,89
Int	RR	MS	45,35	81,02	116,70	152,37	188,04	223,72	259,39	295,06	330,74	366,41	402,08	437,76	473,43	509,11	544,78	53,51
Int	RR	MT	42,08	74,48	106,88	139,28	171,68	204,08	236,49	268,89	301,29	333,69	366,09	398,49	430,90	463,30	495,70	48,60
Int	RR	PA	32,42	55,15	77,87	100,60	123,33	146,05	168,78	191,51	214,24	236,96	259,69	282,42	305,14	327,87	350,60	34,09
Int	RR	PB	56,99	104,30	151,61	198,92	246,23	293,54	340,85	388,17	435,48	482,79	530,10	577,41	624,72	672,03	719,35	70,97
Int	RR	PE	57,98	106,26	154,54	202,83	251,11	299,40	347,68	395,97	444,25	492,53	540,82	589,10	637,39	685,67	733,95	72,43
Int	RR	PI	43,47	77,25	111,04	144,82	178,60	212,38	246,16	279,94	313,72	347,50	381,29	415,07	448,85	482,63	516,41	50,67
Int	RR	PR	60,70	111,73	162,75	213,78	264,80	315,83	366,85	417,88	468,90	519,93	570,96	621,98	673,01	724,03	775,06	76,54
Int	RR	RJ	59,67	109,67	159,67	209,67	259,67	309,67	359,67	409,67	459,67	509,67	559,67	609,67	659,67	709,67	759,67	75,00
Int	RR	RN	55,54	101,38	147,22	193,07	238,91	284,75	330,60	376,44	422,28	468,13	513,97	559,81	605,66	651,50	697,34	68,76
Int	RR	RO	30,77	51,87	72,97	94,07	115,17	136,27	157,37	178,47	199,57	220,67	241,77	262,87	283,97	305,07	326,17	31,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	RR	RS	71,40	133,13	194,85	256,58	318,30	380,03	441,76	503,48	565,21	626,93	688,66	750,39	812,11	873,84	935,56	92,59
Int	RR	SC	65,12	120,57	176,02	231,46	286,91	342,36	397,80	453,25	508,70	564,15	619,59	675,04	730,49	785,94	841,38	83,17
Int	RR	SE	55,54	101,38	147,22	193,07	238,91	284,75	330,60	376,44	422,28	468,13	513,97	559,81	605,66	651,50	697,34	68,76
Int	RR	SP	60,13	110,59	161,05	211,51	261,97	312,43	362,89	413,35	463,81	514,27	564,73	615,19	665,65	716,11	766,57	75,69
Int	RR	TO	53,04	96,41	139,78	183,14	226,51	269,88	313,25	356,61	399,98	443,35	486,71	530,08	573,45	616,82	660,18	65,05
Cap	RS	AC	51,19	92,73	134,26	175,79	217,31	258,84	300,37	341,90	383,43	424,95	466,48	508,01	549,54	591,07	632,59	62,29
Cap	RS	AL	51,29	92,91	134,52	176,14	217,76	259,37	300,99	342,60	384,22	425,84	467,45	509,07	550,69	592,30	633,92	62,42
Cap	RS	AM	56,40	103,11	149,82	196,53	243,24	289,95	336,66	383,37	430,08	476,79	523,50	570,21	616,92	663,63	710,34	70,06
Cap	RS	AP	62,96	116,24	169,51	222,78	276,05	329,32	382,59	435,87	489,14	542,41	595,68	648,95	702,22	755,50	808,77	79,91
Cap	RS	BA	43,78	77,89	111,99	146,09	180,19	214,29	248,39	282,49	316,59	350,69	384,79	418,89	452,99	487,09	521,19	51,15
Cap	RS	CE	57,56	105,46	153,36	201,25	249,15	297,04	344,94	392,83	440,73	488,62	536,52	584,41	632,31	680,20	728,10	71,84
Cap	RS	DF	33,01	56,35	79,68	103,01	126,33	149,66	172,99	196,32	219,65	242,98	266,31	289,63	312,96	336,29	359,62	34,99
Cap	RS	ES	32,19	54,70	77,22	99,73	122,25	144,76	167,28	189,79	212,31	234,82	257,34	279,85	302,37	324,88	347,40	33,77
Cap	RS	GO	33,05	56,44	79,82	103,20	126,58	149,96	173,35	196,73	220,11	243,49	266,87	290,25	313,63	337,02	360,40	35,07
Cap	RS	MA	56,08	102,51	148,92	195,33	241,74	288,15	334,56	380,97	427,38	473,79	520,20	566,60	613,01	659,42	705,83	69,61
Cap	RS	MG	29,48	49,29	69,10	88,91	108,72	128,53	148,34	168,15	187,95	207,76	227,57	247,38	267,19	287,00	306,81	29,71
Cap	RS	MS	23,19	36,70	50,19	63,69	77,18	90,68	104,17	117,67	131,16	144,66	158,15	171,65	185,14	198,64	212,13	20,24
Cap	RS	MT	34,63	59,59	84,54	109,50	134,45	159,41	184,36	209,32	234,28	259,23	284,19	309,14	334,10	359,05	384,01	37,43
Cap	RS	PA	57,87	106,10	154,31	202,53	250,74	298,95	347,17	395,38	443,60	491,81	540,02	588,24	636,45	684,66	732,88	72,32
Cap	RS	PB	55,30	100,92	146,53	192,15	237,76	283,37	328,99	374,60	420,21	465,83	511,44	557,05	602,67	648,28	693,89	68,42
Cap	RS	PE	54,36	99,04	143,72	188,40	233,07	277,75	322,42	367,10	411,78	456,45	501,13	545,81	590,48	635,16	679,83	67,01
Cap	RS	PI	52,53	95,38	138,24	181,09	223,95	266,80	309,65	352,51	395,36	438,22	481,07	523,93	566,78	609,64	652,49	64,28
Cap	RS	PR	17,35	25,04	32,72	40,40	48,07	55,75	63,42	71,10	78,78	86,45	94,13	101,80	109,48	117,16	124,83	11,51
Cap	RS	RJ	26,23	42,82	59,39	75,96	92,54	109,11	125,68	142,25	158,82	175,40	191,97	208,54	225,11	241,69	258,26	24,86
Cap	RS	RN	55,38	101,08	146,76	192,45	238,13	283,82	329,50	375,18	420,87	466,55	512,24	557,92	603,60	649,29	694,97	68,53
Cap	RS	RO	49,34	89,02	128,69	168,36	208,03	247,70	287,37	327,04	366,71	406,38	446,05	485,72	525,39	565,07	604,74	59,51
Cap	RS	RR	69,37	129,09	188,80	248,51	308,22	367,93	427,64	487,35	547,06	606,77	666,48	726,19	785,90	845,61	905,32	89,56
Cap	RS	SC	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	RS	SE	48,46	87,23	126,00	164,77	203,54	242,30	281,07	319,84	358,61	397,38	436,15	474,92	513,69	552,46	591,22	58,15
Cap	RS	SP	22,09	34,51	46,92	59,34	71,75	84,17	96,59	109,00	121,42	133,83	146,25	158,66	171,08	183,50	195,91	18,62
Cap	RS	TO	39,40	69,14	98,87	128,60	158,33	188,06	217,79	247,52	277,25	306,98	336,72	366,45	396,18	425,91	455,64	44,60
Int	RS	AC	53,22	96,76	140,31	183,85	227,40	270,94	314,48	358,03	401,57	445,12	488,66	532,20	575,75	619,29	662,84	65,32
Int	RS	AL	53,31	96,94	140,57	184,20	227,84	271,47	315,10	358,73	402,37	446,00	489,63	533,27	576,90	620,53	664,16	65,45
Int	RS	AM	58,42	107,14	155,87	204,60	253,32	302,05	350,78	399,50	448,23	496,96	545,68	594,41	643,13	691,86	740,59	73,09
Int	RS	AP	64,98	120,27	175,56	230,84	286,13	341,42	396,71	452,00	507,28	562,57	617,86	673,15	728,44	783,72	839,01	82,93
Int	RS	BA	45,81	81,92	118,04	154,16	190,27	226,39	262,50	298,62	334,73	370,85	406,97	443,08	479,20	515,31	551,43	54,17
Int	RS	CE	59,59	109,50	159,41	209,32	259,23	309,14	359,05	408,96	458,88	508,79	558,70	608,61	658,52	708,43	758,34	74,87
Int	RS	DF	35,04	60,38	85,73	111,07	136,42	161,76	187,11	212,45	237,79	263,14	288,48	313,83	339,17	364,52	389,86	38,02
Int	RS	ES	34,21	58,74	83,27	107,80	132,33	156,86	181,39	205,92	230,45	254,99	279,52	304,05	328,58	353,11	377,64	36,80
Int	RS	GO	35,07	60,47	85,87	111,27	136,66	162,06	187,46	212,86	238,25	263,65	289,05	314,45	339,85	365,24	390,64	38,10
Int	RS	MA	58,12	106,54	154,97	203,39	251,82	300,25	348,67	397,10	445,52	493,95	542,37	590,80	639,23	687,65	736,08	72,64
Int	RS	MG	31,50	53,32	75,15	96,97	118,80	140,62	162,45	184,28	206,10	227,93	249,75	271,58	293,40	315,23	337,05	32,74
Int	RS	MS	25,22	40,73	56,24	71,75	87,26	102,78	118,29	133,80	149,31	164,82	180,33	195,84	211,35	226,86	242,38	23,27
Int	RS	MT	36,65	63,62	90,59	117,56	144,53	171,51	198,48	225,45	252,42	279,39	306,37	333,34	360,31	387,28	414,25	40,46
Int	RS	PA	59,90	110,13	160,36	210,59	260,82	311,05	361,28	411,51	461,74	511,97	562,20	612,43	662,66	712,89	763,12	75,34
Int	RS	PB	57,32	104,95	152,58	200,21	247,84	295,47	343,10	390,73	438,36	485,99	533,62	581,25	628,88	676,51	724,14	71,44
Int	RS	PE	56,38	103,08	149,77	196,46	243,15	289,85	336,54	383,23	429,92	476,62	523,31	570,00	616,69	663,39	710,08	70,04
Int	RS	PI	54,54	99,42	144,29	189,16	234,03	278,90	323,77	368,64	413,51	458,38	503,25	548,12	592,99	637,86	682,73	67,31
Int	RS	PR	19,38	29,08	38,77	48,46	58,15	67,85	77,54	87,23	96,92	106,61	116,31	126,00	135,69	145,38	155,07	14,54
Int	RS	RJ	28,26	46,85	65,44	84,03	102,62	121,21	139,79	158,38	176,97	195,56	214,15	232,74	251,32	269,91	288,50	27,88
Int	RS	RN	57,41	105,11	152,81	200,51	248,21	295,91	343,61	391,31	439,01	486,71	534,42	582,12	629,82	677,52	725,22	71,55
Int	RS	RO	51,36	93,05	134,74	176,42	218,11	259,80	301,48	343,17	384,86	426,55	468,23	509,92	551,61	593,29	634,98	62,53
Int	RS	RR	71,40	133,13	194,85	256,58	318,30	380,03	441,76	503,48	565,21	626,93	688,66	750,39	812,11	873,84	935,56	92,59
Int	RS	SC	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	RS	SE	50,48	91,26	132,05	172,83	213,62	254,40	295,19	335,97	376,76	417,54	458,33	499,11	539,90	580,68	621,47	61,18
Int	RS	SP	24,11	38,54	52,97	67,40	81,83	96,27	110,70	125,13	139,56	154,00	168,43	182,86	197,29	211,72	226,16	21,65
Int	RS	TO	41,42	73,17	104,92	136,66	168,41	200,16	231,91	263,65	295,40	327,15	358,89	390,64	422,39	454,14	485,88	47,62
Cap	SC	AC	50,90	92,11	133,32	174,53	215,74	256,95	298,16	339,37	380,58	421,79	463,00	504,21	545,42	586,63	627,84	61,81
Cap	SC	AL	45,04	80,42	115,79	151,17	186,54	221,91	257,29	292,66	328,03	363,40	398,78	434,15	469,52	504,90	540,27	53,06
Cap	SC	AM	53,98	98,28	142,57	186,86	231,14	275,43	319,72	364,01	408,29	452,58	496,87	541,15	585,44	629,73	674,01	66,43
Cap	SC	AP	58,97	108,29	157,60	206,91	256,22	305,53	354,84	404,15	453,46	502,77	552,08	601,39	650,70	700,01	749,32	73,96
Cap	SC	BA	38,12	66,59	95,05	123,50	151,96	180,42	208,88	237,33	265,79	294,25	322,71	351,17	379,62	408,08	436,54	42,69
Cap	SC	CE	52,41	95,17	137,92	180,67	223,42	266,16	308,91	351,66	394,41	437,16	479,91	522,65	565,40	608,15	650,90	64,12
Cap	SC	DF	28,85	48,04	67,21	86,38	105,55	124,73	143,90	163,07	182,24	201,41	220,59	239,76	258,93	278,10	297,27	28,76
Cap	SC	ES	26,41	43,17	59,92	76,67	93,42	110,17	126,92	143,67	160,42	177,17	193,91	210,66	227,41	244,16	260,91	25,12
Cap	SC	GO	28,55	47,45	66,34	85,23	104,12	123,01	141,90	160,79	179,68	198,57	217,46	236,34	255,23	274,12	293,01	28,33
Cap	SC	MA	51,31	92,96	134,59	176,23	217,86	259,50	301,13	342,76	384,40	426,03	467,67	509,30	550,93	592,57	634,20	62,45
Cap	SC	MG	23,37	37,05	50,72	64,40	78,07	91,74	105,41	119,08	132,75	146,43	160,10	173,77	187,44	201,11	214,78	20,51
Cap	SC	MS	23,15	36,63	50,11	63,58	77,06	90,54	104,01	117,49	130,97	144,45	157,92	171,40	184,88	198,35	211,83	20,22
Cap	SC	MT	32,17	54,65	77,13	99,61	122,09	144,57	167,05	189,53	212,01	234,49	256,97	279,45	301,93	324,41	346,89	33,72
Cap	SC	PA	52,98	96,30	139,62	182,93	226,25	269,56	312,87	356,19	399,50	442,82	486,13	529,45	572,76	616,07	659,39	64,97
Cap	SC	PB	49,99	90,32	130,65	170,97	211,30	251,63	291,95	332,28	372,60	412,93	453,25	493,58	533,90	574,23	614,55	60,49
Cap	SC	PE	48,09	86,49	124,88	163,28	201,68	240,08	278,47	316,87	355,27	393,67	432,06	470,46	508,86	547,26	585,65	57,60
Cap	SC	PI	47,81	85,96	124,09	162,22	200,35	238,48	276,62	314,75	352,88	391,01	429,14	467,28	505,41	543,54	581,67	57,20
Cap	SC	PR	16,57	23,47	30,37	37,27	44,16	51,06	57,96	64,86	71,75	78,65	85,55	92,45	99,34	106,24	113,14	10,35
Cap	SC	RJ	20,04	30,44	40,82	51,20	61,58	71,97	82,35	92,73	103,11	113,49	123,88	134,26	144,64	155,02	165,40	15,57
Cap	SC	RN	52,21	94,43	136,63	178,83	221,03	263,23	305,43	347,63	389,83	432,03	474,23	516,43	558,63	600,83	643,03	63,30
Cap	SC	RO	48,58	87,49	126,41	165,32	204,23	243,14	282,05	320,96	359,87	398,78	437,69	476,60	515,51	554,42	593,33	58,37
Cap	SC	RR	63,10	116,54	169,97	223,40	276,83	330,26	383,69	437,12	490,55	543,98	597,41	650,85	704,28	757,71	811,14	80,15
Cap	SC	RS	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	SC	SE	42,03	74,41	106,77	139,14	171,51	203,87	236,24	268,60	300,97	333,34	365,70	398,07	430,44	462,80	495,17	48,55
Cap	SC	SP	16,68	23,72	30,74	37,76	44,78	51,80	58,82	65,85	72,87	79,89	86,91	93,93	100,95	107,98	115,00	10,53
Cap	SC	TO	34,94	60,22	85,50	110,77	136,04	161,32	186,59	211,87	237,14	262,41	287,69	312,96	338,24	363,51	388,78	37,91
Int	SC	AC	52,92	96,14	139,37	182,60	225,82	269,05	312,27	355,50	398,72	441,95	485,18	528,40	571,63	614,85	658,08	64,84
Int	SC	AL	47,06	84,45	121,84	159,23	196,62	234,01	271,40	308,79	346,18	383,57	420,96	458,35	495,73	533,12	570,51	56,08
Int	SC	AM	56,01	102,32	148,62	194,92	241,23	287,53	333,83	380,14	426,44	472,74	519,05	565,35	611,65	657,96	704,26	69,45
Int	SC	AP	61,00	112,33	163,65	214,98	266,31	317,63	368,96	420,28	471,61	522,94	574,26	625,59	676,92	728,24	779,57	76,99
Int	SC	BA	40,15	70,62	101,10	131,57	162,04	192,52	222,99	253,47	283,94	314,41	344,89	375,36	405,83	436,31	466,78	45,71
Int	SC	CE	54,44	99,20	143,97	188,73	233,50	278,26	323,03	367,79	412,56	457,32	502,08	546,85	591,61	636,38	681,14	67,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	SC	DF	30,88	52,07	73,26	94,45	115,63	136,82	158,01	179,20	200,39	221,58	242,76	263,95	285,14	306,33	327,52	31,78
Int	SC	ES	28,44	47,21	65,97	84,74	103,50	122,27	141,03	159,80	178,56	197,33	216,09	234,86	253,62	272,39	291,15	28,15
Int	SC	GO	30,58	51,49	72,39	93,30	114,20	135,11	156,01	176,92	197,82	218,73	239,63	260,54	281,44	302,35	323,26	31,36
Int	SC	MA	53,34	96,99	140,64	184,29	227,94	271,59	315,24	358,89	402,54	446,20	489,85	533,50	577,15	620,80	664,45	65,48
Int	SC	MG	25,40	41,09	56,77	72,46	88,15	103,84	119,53	135,21	150,90	166,59	182,28	197,96	213,65	229,34	245,03	23,53
Int	SC	MS	25,17	40,66	56,15	71,65	87,14	102,63	118,13	133,62	149,11	164,61	180,10	195,59	211,09	226,58	242,07	23,24
Int	SC	MT	34,19	58,68	83,18	107,67	132,17	156,67	181,16	205,66	230,15	254,65	279,15	303,64	328,14	352,63	377,13	36,74
Int	SC	PA	55,00	100,34	145,67	191,00	236,33	281,66	326,99	372,32	417,65	462,98	508,31	553,64	598,97	644,30	689,63	68,00
Int	SC	PB	52,02	94,36	136,70	179,04	221,38	263,72	306,06	348,41	390,75	433,09	475,43	517,77	560,11	602,46	644,80	63,51
Int	SC	PE	50,11	90,52	130,93	171,35	211,76	252,17	292,59	333,00	373,41	413,83	454,24	494,66	535,07	575,48	615,90	60,62
Int	SC	PI	49,84	89,99	130,14	170,29	210,43	250,58	290,73	330,88	371,03	411,18	451,32	491,47	531,62	571,77	611,92	60,22
Int	SC	PR	18,59	27,50	36,42	45,33	54,24	63,16	72,07	80,99	89,90	98,81	107,73	116,64	125,56	134,47	143,38	13,37
Int	SC	RJ	22,07	34,47	46,87	59,27	71,67	84,06	96,46	108,86	121,26	133,66	146,05	158,45	170,85	183,25	195,65	18,60
Int	SC	RN	54,24	98,46	142,68	186,89	231,11	275,33	319,54	363,76	407,97	452,19	496,41	540,62	584,84	629,06	673,27	66,32
Int	SC	RO	50,60	91,53	132,45	173,38	214,31	255,23	296,16	337,09	378,01	418,94	459,87	500,79	541,72	582,65	623,57	61,39
Int	SC	RR	65,12	120,57	176,02	231,46	286,91	342,36	397,80	453,25	508,70	564,15	619,59	675,04	730,49	785,94	841,38	83,17
Int	SC	RS	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	SC	SE	44,06	78,44	112,82	147,20	181,59	215,97	250,35	284,73	319,12	353,50	387,88	422,27	456,65	491,03	525,41	51,57
Int	SC	SP	18,71	27,75	36,79	45,83	54,86	63,90	72,94	81,98	91,01	100,05	109,09	118,13	127,17	136,20	145,24	13,56
Int	SC	TO	36,96	64,25	91,54	118,84	146,13	173,42	200,71	228,00	255,29	282,58	309,87	337,16	364,45	391,74	419.03	40,94
Cap	SE	AC	59,23	108,77	158,31	207,85	257,39	306,93	356,47	406,01	455,55	505,09	554,63	604,17	653,71	703,25	752,79	74,31
Cap	SE	AL	16,55	23,42	30,28	37,14	44,00	50,87	57,73	64,59	71,45	78,32	85,18	92,04	98,90	105,76	112,63	10,29
Cap	SE	AM	49,44	89,23	129,01	168,78	208,56	248,34	288,11	327,89	367,67	407,44	447,22	487,00	526,77	566,55	606,33	59,67
Cap	SE	AP	40,50	71,31	102,12	132,93	163,74	194,55	225,36	256,17	286,98	317,79	348,60	379,41	410,22	441,03	471,84	46,21
Cap	SE	BA	17,25	24,85	32,44	40,02	47,61	55,20	62,79	70,37	77,96	85,55	93,14	100,72	108,31	115,90	123,49	11,38
Cap	SE	CE	20,99	32,31	43,63	54,95	66,27	77,59	88,91	100,23	111,55	122,87	134,19	145,51	156,83	168,15	179,46	16,98
Cap	SE	DF	28,30	46,92	65,55	84,17	102,79	121,42	140,04	158,66	177,29	195,91	214,54	233,16	251,78	270,41	289,03	27,94
Cap	SE	ES	25,80	41,92	58,03	74,14	90,25	106,37	122,48	138,59	154,70	170,82	186,93	203,04	219,15	235,27	251,38	24,17
Cap	SE	GO	28,36	47,06	65,76	84,45	103,15	121,84	140,54	159,23	177,93	196,62	215,32	234,01	252,70	271,40	290,09	28,04
Cap	SE	MA	28,00	46,36	64,70	83,04	101,38	119,72	138,06	156,40	174,74	193,08	211,42	229,77	248,11	266,45	284,79	27,51
Cap	SE	MG	28,38	47,10	65,81	84,52	103,24	121,95	140,66	159,37	178,09	196,80	215,51	234,22	252,93	271,65	290,36	28,07
Cap	SE	MS	35,47	61,28	87,09	112,89	138,70	164,50	190,31	216,11	241,92	267,72	293,52	319,33	345,13	370,94	396,74	38,71
Cap	SE	MT	40,82	71,97	103,11	134,26	165,40	196,55	227,70	258,84	289,99	321,13	352,28	383,43	414,57	445,72	476,86	46,72
Cap	SE	PA	33,82	57,99	82,15	106,31	130,47	154,63	178,79	202,95	227,11	251,27	275,43	299,59	323,75	347,91	372,07	36,24
Cap	SE	PB	18,08	26,51	34,93	43,35	51,77	60,19	68,61	77,02	85,44	93,86	102,28	110,70	119,12	127,54	135,96	12,63
Cap	SE	PE	17,94	26,21	34,47	42,73	50,99	59,25	67,51	75,77	84,03	92,29	100,55	108,81	117,07	125,33	133,59	12,39
Cap	SE	PI	31,80	53,91	76,02	98,12	120,23	142,34	164,45	186,56	208,67	230,77	252,88	274,99	297,10	319,21	341,31	33,16
Cap	SE	PR	39,95	70,22	100,48	130,74	161,00	191,26	221,52	251,78	282,05	312,31	342,57	372,83	403,09	433,35	463,62	45,39
Cap	SE	RJ	31,80	53,91	76,02	98,12	120,23	142,34	164,45	186,56	208,67	230,77	252,88	274,99	297,10	319,21	341,31	33,16
Cap	SE	RN	20,99	32,31	43,63	54,95	66,27	77,59	88,91	100,23	111,55	122,87	134,19	145,51	156,83	168,15	179,46	16,98
Cap	SE	RO	53,65	97,65	141,63	185,62	229,61	273,59	317,58	361,57	405,55	449,54	493,52	537,51	581,50	625,48	669,47	65,98
Cap	SE	RR	53,51	97,35	141,17	185,00	228,83	272,65	316,48	360,31	404,14	447,96	491,79	535,62	579,45	623,27	667,10	65,74
Cap	SE	RS	48,46	87,23	126,00	164,77	203,54	242,30	281,07	319,84	358,61	397,38	436,15	474,92	513,69	552,46	591,22	58,15
Cap	SE	SC	42,03	74,41	106,77	139,14	171,51	203,87	236,24	268,60	300,97	333,34	365,70	398,07	430,44	462,80	495,17	48,55
Cap	SE	SP	35,29	60,93	86,56	112,19	137,81	163,44	189,07	214,70	240,32	265,95	291,58	317,21	342,83	368,46	394,09	38,44
Cap	SE	TO	34,72	59,80	84,86	109,92	134,98	160,04	185,11	210,17	235,23	260,29	285,35	310,42	335,48	360,54	385,60	37,59
Int	SE	AC	61,25	112,80	164,36	215,92	267,47	319,03	370,59	422,14	473,70	525,25	576,81	628,37	679,92	731,48	783,03	77,33
Int	SE	AL	18,57	27,45	36,33	45,21	54,09	62,96	71,84	80,72	89,60	98,48	107,36	116,24	125,11	133,99	142,87	13,32
Int	SE	AM	51,47	93,26	135,05	176,85	218,64	260,43	302,23	344,02	385,81	427,61	469,40	511,19	552,99	594,78	636,57	62,69
Int	SE	AP	42,52	75,34	108,17	141,00	173,82	206,65	239,47	272,30	305,13	337,95	370,78	403,61	436,43	469,26	502,08	49,24
Int	SE	BA	19,28	28,88	38,49	48,09	57,69	67,30	76,90	86,50	96,11	105,71	115,32	124,92	134,52	144,13	153,73	14,41
Int	SE	CE	23,01	36,35	49,68	63,02	76,35	89,69	103,02	116,36	129,69	143,03	156,37	169,70	183,04	196,37	209,71	20,00
Int	SE	DF	30,31	50,95	71,59	92,23	112,87	133,52	154,16	174,80	195,44	216,08	236,72	257,36	278,00	298,64	319,28	30,96
Int	SE	ES	27,82	45,95	64,08	82,21	100,34	118,46	136,59	154,72	172,85	190,98	209,11	227,24	245,36	263,49	281,62	27,19
Int	SE	GO	30,39	51,10	71,81	92,52	113,23	133,94	154,65	175,36	196,07	216,78	237,49	258,21	278,92	299,63	320,34	31,07
Int	SE	MA	30,03	50,39	70,75	91,10	111,46	131,82	152,17	172,53	192,89	213,25	233,60	253,96	274,32	294,67	315,03	30,54
Int	SE	MG	30,40	51,13	71,86	92,59	113,32	134,05	154,77	175,50	196,23	216,96	237,69	258,42	279,15	299,87	320,60	31,09
Int	SE	MS	37,50	65,32	93,14	120,96	148,78	176,60	204,42	232,24	260,06	287,88	315,70	343,52	371,35	399,17	426,99	41,73
Int	SE	MT	42,84	76,00	109,16	142,32	175,49	208,65	241,81	274,97	308,13	341,30	374,46	407,62	440,78	473,95	507,11	49,74
Int	SE	PA	35,85	62,03	88,20	114,38	140,55	166,73	192,91	219,08	245,26	271,43	297,61	323,79	349,96	376,14	402,31	39,26
Int	SE	PB	20,11	30,54	40,98	51,41	61,85	72,28	82,72	93,15	103,59	114,02	124,46	134,89	145,33	155,76	166,20	15,65
Int	SE	PE	19,97	30,24	40,52	50,80	61,07	71,35	81,62	91,90	102,17	112,45	122,73	133,00	143,28	153,55	163,83	15,41
Int	SE	PI	33,82	57,94	82,06	106,19	130,31	154,44	178,56	202,69	226,81	250,94	275,06	299,18	323,31	347,43	371,56	36,19
Int	SE	PR	41,97	74,25	106,53	138,80	171,08	203,36	235,64	267,91	300,19	332,47	364,75	397,03	429,30	461,58	493,86	48,42
Int	SE	RJ	33,82	57,94	82,06	106,19	130,31	154,44	178,56	202,69	226,81	250,94	275,06	299,18	323,31	347,43	371,56	36,19
Int	SE	RN	23,01	36,35	49,68	63,02	76,35	89,69	103,02	116,36	129,69	143,03	156,37	169,70	183,04	196,37	209,71	20,00
Int	SE	RO	55,68	101,68	147,68	193,68	239,69	285,69	331,69	377,70	423,70	469,70	515,70	561,71	607,71	653,71	699,71	69,00
Int	SE	RR	55,54	101,38	147,22	193,07	238,91	284,75	330,60	376,44	422,28	468,13	513,97	559,81	605,66	651,50	697,34	68,76
Int	SE	RS	50,48	91,26	132,05	172,83	213,62	254,40	295,19	335,97	376,76	417,54	458,33	499,11	539,90	580,68	621,47	61,18
Int	SE	SC	44,06	78,44	112,82	147,20	181,59	215,97	250,35	284,73	319,12	353,50	387,88	422,27	456,65	491,03	525,41	51,57
Int	SE	SP	37,32	64,96	92,61	120,25	147,89	175,54	203,18	230,83	258,47	286,11	313,76	341,40	369,05	396,69	424,33	41,47
Int	SE	TO	36,75	63,83	90,91	117,99	145,06	172,14	199,22	226,30	253,38	280,45	307,53	334,61	361,69	388,77	415,84	40,62
Cap	SP	AC	51,29	92,91	134,52	176,14	217,76	259,37	300,99	342,60	384,22	425,84	467,45	509,07	550,69	592,30	633,92	62,42
Cap	SP	AL	38,38	67,08	95,79	124,49	153,20	181,91	210,61	239,32	268,02	296,73	325,43	354,14	382,84	411,55	440,25	43,06
Cap	SP	AM	49,97	90,29	130,60	170,90	211,21	251,52	291,83	332,13	372,44	412,75	453,06	493,36	533,67	573,98	614,29	60,46
Cap	SP	AP	52,82	95,98	139,14	182,29	225,45	268,60	311,76	354,91	398,07	441,22	484,38	527,54	570,69	613,85	657,00	64,73
Cap	SP	BA	31,26	52,86	74,46	96,06	117,65	139,25	160,84	182,44	204,03	225,63	247,22	268,82	290,41	312,01	333,60	32,39
Cap	SP	CE	45,20	80,74	116,27	151,80	187,34	222,87	258,40	293,93	329,46	365,00	400,53	436,06	471,59	507,12	542,66	53,30
Cap	SP	DF	22,01	34,36	46,71	59,05	71,40	83,75	96,09	108,44	120,78	133,13	145,47	157,82	170,16	182,51	194,85	18,52
Cap	SP	ES	20,32	30,97	41,62	52,26	62,91	73,56	84,21	94,85	105,50	116,15	126,79	137,44	148,09	158,74	169,38	15,97
Cap	SP	GO	22,44	35,20	47,95	60,70	73,45	86,20	98,96	111,71	124,46	137,21	149,96	162,72	175,47	188,22	200,97	19,13
Cap	SP	MA	44,16	78,63	113,10	147,58	182,05	216,52	250,99	285,46	319,93	354,40	388,87	423,34	457,81	492,29	526,76	51,71
Cap	SP	MG	17,80	25,95	34,08	42,22	50,35	58,49	66,62	74,76	82,90	91,03	99,17	107,30	115,44	123,58	131,71	12,20
Cap	SP	MS	22,54	35,41	48,27	61,12	73,98	86,84	99,70	112,56	125,41	138,27	151,13	163,99	176,85	189,71	202,56	19,29
Cap	SP	MT	29,97	50,28	70,59	90,89	111,19	131,50	151,80	172,11	192,41	212,72	233,02	253,32	273,63	293,93	314,24	30,46
Cap	SP	PA	46,44	83,21	119,98	156,76	193,53	230,30	267,07	303,84	340,61	377,38	414,15	450,92	487,69	524,46	561,23	55,16
Cap	SP	PB	42,33	75,01	107,67	140,34	173,01	205,68	238,34	271,01	303,68	336,34	369,01	401,68	434,34	467,01	499,68	49,00
Cap	SP	PE	41,15	72,62	104,08	135,55	167,01	198,48	229,94	261,41	292,87	324,33	355,80	387,26	418,73	450,19	481,66	47,20
Cap	SP	PI	40,97	72,27	103,55	134,84	166,13	197,42	228,70	259,99	291,28	322,57	353,85	385,14	416,43	447,72	479,00	46,93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap	SP	PR	16,64	23,61	30,56	37,51	44,46	51,41	58,37	65,32	72,27	79,22	86,17	93,12	100,07	107,02	113,97	10,43
Cap	SP	RJ	17,19	24,71	32,21	39,71	47,21	54,70	62,20	69,70	77,20	84,70	92,20	99,70	107,20	114,70	122,20	11,25
Cap	SP	RN	44,84	80,03	115,21	150,39	185,57	220,74	255,92	291,10	326,28	361,46	396,64	431,82	466,99	502,17	537,35	52,77
Cap	SP	RO	43,45	77,24	111,02	144,80	178,58	212,36	246,14	279,92	313,71	347,49	381,27	415,05	448,83	482,61	516,39	50,67
Cap	SP	RR	58,11	106,56	155,00	203,45	251,89	300,33	348,78	397,22	445,66	494,11	542,55	590,99	639,44	687,88	736,32	72,66
Cap	SP	RS	22,09	34,51	46,92	59,34	71,75	84,17	96,59	109,00	121,42	133,83	146,25	158,66	171,08	183,50	195,91	18,62
Cap	SP	SC	16,68	23,72	30,74	37,76	44,78	51,80	58,82	65,85	72,87	79,89	86,91	93,93	100,95	107,98	115,00	10,53
Cap	SP	SE	35,29	60,93	86,56	112,19	137,81	163,44	189,07	214,70	240,32	265,95	291,58	317,21	342,83	368,46	394,09	38,44
Cap	SP	TO	29,02	48,39	67,74	87,09	106,44	125,79	145,14	164,48	183,83	203,18	222,53	241,88	261,23	280,58	299,93	29,02
Int	SP	AC	53,31	96,94	140,57	184,20	227,84	271,47	315,10	358,73	402,37	446,00	489,63	533,27	576,90	620,53	664,16	65,45
Int	SP	AL	40,40	71,12	101,84	132,56	163,28	194,00	224,72	255,45	286,17	316,89	347,61	378,33	409,05	439,77	470,50	46,08
Int	SP	AM	52,00	94,32	136,65	178,97	221,29	263,62	305,94	348,26	390,59	432,91	475,24	517,56	559,88	602,21	644,53	63,49
Int	SP	AP	54,85	100,02	145,19	190,36	235,53	280,70	325,87	371,04	416,22	461,39	506,56	551,73	596,90	642,07	687,24	67,76
Int	SP	BA	33,29	56,90	80,51	104,12	127,73	151,34	174,95	198,57	222,18	245,79	269,40	293,01	316,62	340,24	363,85	35,42
Int	SP	CE	47,22	84,77	122,32	159,87	197,42	234,96	272,51	310,06	347,61	385,16	422,71	460,26	497,80	535,35	572,90	56,32
Int	SP	DF	24,04	38,40	52,76	67,12	81,48	95,84	110,20	124,57	138,93	153,29	167,65	182,01	196,37	210,73	225,10	21,54
Int	SP	ES	22,34	35,00	47,66	60,33	72,99	85,66	98,32	110,98	123,65	136,31	148,97	161,64	174,30	186,96	199,63	19,00
Int	SP	GO	24,46	39,23	54,00	68,76	83,53	98,30	113,07	127,84	142,61	157,37	172,14	186,91	201,68	216,45	231,22	22,15
Int	SP	MA	46,18	82,67	119,15	155,64	192,13	228,62	265,10	301,59	338,08	374,56	411,05	447,54	484,03	520,51	557,00	54,73
Int	SP	MG	19,83	29,98	40,13	50,28	60,43	70,59	80,74	90,89	101,04	111,19	121,35	131,50	141,65	151,80	161,96	15,23
Int	SP	MS	24,57	39,44	54,31	69,19	84,06	98,94	113,81	128,69	143,56	158,44	173,31	188,18	203,06	217,93	232,81	22,31
Int	SP	MT	31,99	54,31	76,64	98,96	121,28	143,60	165,92	188,24	210,56	232,88	255,20	277,52	299,84	322,16	344,48	33,48
Int	SP	PA	48,46	87,25	126,03	164,82	203,61	242,39	281,18	319,97	358,75	397,54	436,33	475,11	513,90	552,69	591,47	58,18
Int	SP	PB	44,36	79,04	113,72	148,41	183,09	217,77	252,46	287,14	321,82	356,51	391,19	425,87	460,56	495,24	529,92	52,02
Int	SP	PE	43,17	76,65	110,13	143,61	177,09	210,58	244,06	277,54	311,02	344,50	377,98	411,46	444,94	478,42	511,90	50,22
Int	SP	PI	43,00	76,30	109,60	142,91	176,21	209,51	242,82	276,12	309,43	342,73	376,03	409,34	442,64	475,94	509,25	49,96
Int	SP	PR	18,68	27,64	36,61	45,58	54,54	63,51	72,48	81,45	90,41	99,38	108,35	117,31	126,28	135,25	144,22	13,45
Int	SP	RJ	19,22	28,74	38,26	47,77	57,29	66,80	76,32	85,83	95,35	104,86	114,38	123,89	133,41	142,92	152,44	14,27
Int	SP	RN	46,87	84,06	121,26	158,45	195,65	232,84	270,04	307,23	344,43	381,62	418,82	456,01	493,21	530,40	567,60	55,79
Int	SP	RO	45,47	81,27	117,07	152,86	188,66	224,46	260,26	296,05	331,85	367,65	403,45	439,24	475,04	510,84	546,64	53,70
Int	SP	RR	60,13	110,59	161,05	211,51	261,97	312,43	362,89	413,35	463,81	514,27	564,73	615,19	665,65	716,11	766,57	75,69
Int	SP	RS	24,11	38,54	52,97	67,40	81,83	96,27	110,70	125,13	139,56	154,00	168,43	182,86	197,29	211,72	226,16	21,65
Int	SP	SC	18,71	27,75	36,79	45,83	54,86	63,90	72,94	81,98	91,01	100,05	109,09	118,13	127,17	136,20	145,24	13,56
Int	SP	SE	37,32	64,96	92,61	120,25	147,89	175,54	203,18	230,83	258,47	286,11	313,76	341,40	369,05	396,69	424,33	41,47
Int	SP	TO	31,06	52,42	73,79	95,15	116,52	137,88	159,25	180,61	201,98	223,34	244,71	266,08	287,44	308,81	330,17	32,05
Cap	TO	AC	50,64	91,63	132,61	173,59	214,57	255,55	296,53	337,51	378,49	419,47	460,45	501,43	542,41	583,39	624,37	61,47
Cap	TO	AL	38,10	66,55	94,99	123,43	151,87	180,31	208,75	237,19	265,63	294,07	322,51	350,95	379,39	407,83	436,27	42,66
Cap	TO	AM	43,27	76,88	110,49	144,09	177,70	211,30	244,90	278,51	312,11	345,72	379,32	412,93	446,53	480,14	513,74	50,41
Cap	TO	AP	44,27	78,90	113,51	148,12	182,74	217,35	251,96	286,57	321,19	355,80	390,41	425,02	459,64	494,25	528,86	51,92
Cap	TO	BA	31,85	54,05	76,23	98,41	120,59	142,76	164,94	187,12	209,30	231,48	253,66	275,84	298,02	320,20	342,38	33,27
Cap	TO	CE	40,46	71,26	102,05	132,84	163,64	194,43	225,22	256,01	286,80	317,60	348,39	379,18	409,97	440,77	471,56	46,19
Cap	TO	DF	22,11	34,54	46,98	59,41	71,84	84,28	96,71	109,14	121,58	134,01	146,44	158,88	171,31	183,74	196,18	18,65
Cap	TO	ES	32,86	56,05	79,24	102,42	125,61	148,80	171,98	195,17	218,36	241,54	264,73	287,92	311,11	334,29	357,48	34,78
Cap	TO	GO	22,25	34,81	47,36	59,92	72,48	85,04	97,59	110,15	122,71	135,27	147,82	160,38	172,94	185,50	198,05	18,84
Cap	TO	MA	38,65	67,65	96,64	125,63	154,62	183,60	212,59	241,58	270,57	299,56	328,54	357,53	386,52	415,51	444,50	43,48
Cap	TO	MG	27,51	45,37	63,21	81,06	98,90	116,75	134,59	152,44	170,29	188,13	205,98	223,82	241,67	259,51	277,36	26,77
Cap	TO	MS	28,99	48,28	67,58	86,88	106,17	125,47	144,76	164,06	183,36	202,65	221,95	241,24	260,54	279,84	299,13	28,94
Cap	TO	MT	30,03	50,37	70,71	91,05	111,39	131,73	152,07	172,41	192,75	213,09	233,43	253,77	274,11	294,44	314,78	30,51
Cap	TO	PA	40,19	70,73	101,25	131,78	162,31	192,84	223,36	253,89	284,42	314,94	345,47	376,00	406,52	437,05	467,58	45,79
Cap	TO	PB	40,84	72,00	103,17	134,33	165,49	196,66	227,82	258,98	290,15	321,31	352,47	383,64	414,80	445,97	477,13	46,74
Cap	TO	PE	39,75	69,83	99,89	129,96	160,03	190,09	220,16	250,23	280,30	310,36	340,43	370,50	400,56	430,63	460,70	45,10
Cap	TO	PI	35,39	61,12	86,84	112,56	138,27	163,99	189,71	215,42	241,14	266,85	292,57	318,29	344,00	369,72	395,43	38,57
Cap	TO	PR	32,07	54,47	76,87	99,26	121,65	144,04	166,43	188,82	211,21	233,60	255,99	278,39	300,78	323,17	345,56	33,59
Cap	TO	RJ	29,79	49,93	70,06	90,18	110,31	130,44	150,56	170,69	190,82	210,95	231,07	251,20	271,33	291,46	311,58	30,19
Cap	TO	RN	42,31	74,97	107,62	140,27	172,92	205,57	238,22	270,87	303,52	336,17	368,82	401,47	434,11	466,76	499,41	48,97
Cap	TO	RO	43,49	77,29	111,09	144,89	178,69	212,49	246,28	280,08	313,88	347,68	381,48	415,28	449,08	482,88	516,68	50,70
Cap	TO	RR	51,01	92,38	133,73	175,08	216,43	257,78	299,13	340,48	381,83	423,18	464,54	505,89	547,24	588,59	629,94	62,03
Cap	TO	RS	39,40	69,14	98,87	128,60	158,33	188,06	217,79	247,52	277,25	306,98	336,72	366,45	396,18	425,91	455,64	44,60
Cap	TO	SC	34,94	60,22	85,50	110,77	136,04	161,32	186,59	211,87	237,14	262,41	287,69	312,96	338,24	363,51	388,78	37,91
Cap	TO	SE	34,72	59,80	84,86	109,92	134,98	160,04	185,11	210,17	235,23	260,29	285,35	310,42	335,48	360,54	385,60	37,59
Cap	TO	SP	29,02	48,39	67,74	87,09	106,44	125,79	145,14	164,48	183,83	203,18	222,53	241,88	261,23	280,58	299,93	29,02
Int	TO	AC	52,67	95,67	138,66	181,66	224,65	267,65	310,65	353,64	396,64	439,63	482,63	525,62	568,62	611,62	654,61	64,49
Int	TO	AL	40,13	70,59	101,04	131,50	161,96	192,41	222,87	253,32	283,78	314,24	344,69	375,15	405,60	436,06	466,52	45,68
Int	TO	AM	45,29	80,92	116,54	152,16	187,78	223,40	259,02	294,64	330,26	365,88	401,50	437,12	472,74	508,36	543,98	53,43
Int	TO	AP	46,30	82,93	119,56	156,19	192,82	229,45	266,08	302,70	339,33	375,96	412,59	449,22	485,85	522,48	559,11	54,94
Int	TO	BA	33,89	58,08	82,28	106,47	130,67	154,86	179,06	203,25	227,45	251,64	275,84	300,03	324,23	348,42	372,62	36,29
Int	TO	CE	42,48	75,29	108,10	140,91	173,72	206,52	239,33	272,14	304,95	337,76	370,57	403,38	436,18	468,99	501,80	49,21
Int	TO	DF	24,12	38,57	53,02	67,47	81,92	96,37	110,82	125,27	139,72	154,17	168,62	183,07	197,52	211,97	226,42	21,67
Int	TO	ES	34,88	60,08	85,28	110,49	135,69	160,89	186,10	211,30	236,50	261,71	286,91	312,11	337,32	362,52	387,72	37,80
Int	TO	GO	24,27	38,84	53,41	67,99	82,56	97,13	111,71	126,28	140,85	155,43	170,00	184,58	199,15	213,72	228,30	21,86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Int	TO	MA	40,68	71,68	102,69	133,69	164,70	195,70	226,71	257,71	288,71	319,72	350,72	381,73	412,73	443,74	474,74	46,51
Int	TO	MG	29,54	49,40	69,26	89,12	108,98	128,85	148,71	168,57	188,43	208,29	228,16	248,02	267,88	287,74	307,60	29,79
Int	TO	MS	31,00	52,32	73,63	94,94	116,25	137,57	158,88	180,19	201,50	222,81	244,13	265,44	286,75	308,06	329,38	31,97
Int	TO	MT	32,05	54,40	76,76	99,11	121,47	143,83	166,18	188,54	210,89	233,25	255,61	277,96	300,32	322,67	345,03	33,53
Int	TO	PA	42,22	74,76	107,30	139,85	172,39	204,93	237,48	270,02	302,56	335,11	367,65	400,19	432,74	465,28	497,82	48,81
Int	TO	PB	42,85	76,03	109,21	142,39	175,57	208,75	241,93	275,11	308,29	341,47	374,65	407,83	441,01	474,19	507,37	49,77
Int	TO	PE	41,78	73,86	105,94	138,03	170,11	202,19	234,28	266,36	298,44	330,52	362,61	394,69	426,78	458,86	490,94	48,12
Int	TO	PI	37,42	65,16	92,89	120,62	148,35	176,09	203,82	231,55	259,28	287,02	314,75	342,48	370,21	397,95	425,68	41,60
Int	TO	PR	34,10	58,51	82,91	107,32	131,73	156,14	180,54	204,95	229,36	253,77	278,17	302,58	326,99	351,40	375,80	36,61
Int	TO	RJ	31,82	53,96	76,10	98,25	120,39	142,54	164,68	186,82	208,97	231,11	253,25	275,40	297,54	319,68	341,83	33,21
Int	TO	RN	44,34	79,01	113,67	148,34	183,00	217,67	252,33	287,00	321,66	356,33	391,00	425,66	460,33	494,99	529,66	52,00
Int	TO	RO	45,51	81,32	117,14	152,95	188,77	224,58	260,40	296,21	332,03	367,84	403,66	439,47	475,29	511,10	546,92	53,72
Int	TO	RR	53,04	96,41	139,78	183,14	226,51	269,88	313,25	356,61	399,98	443,35	486,71	530,08	573,45	616,82	660,18	65,05
Int	TO	RS	41,42	73,17	104,92	136,66	168,41	200,16	231,91	263,65	295,40	327,15	358,89	390,64	422,39	454,14	485,88	47,62
Int	TO	SC	36,96	64,25	91,54	118,84	146,13	173,42	200,71	228,00	255,29	282,58	309,87	337,16	364,45	391,74	419,03	40,94
Int	TO	SE	36,75	63,83	90,91	117,99	145,06	172,14	199,22	226,30	253,38	280,45	307,53	334,61	361,69	388,77	415,84	40,62
Int	TO	SP	31,06	52,42	73,79	95,15	116,52	137,88	159,25	180,61	201,98	223,34	244,71	266,08	287,44	308,81	330,17	32,05
Local	TODAS	TODOS	12,34	14,36	16,38	18,39	20,41	22,43	24,44	26,46	28,47	30,49	32,51	34,52	36,54	38,56	40,57	3,02
Estadual	TODAS	TODOS	10,75	12,36	13,97	15,58	17,19	18,80	20,41	22,02	23,63	25,24	26,85	28,46	30,07	31,68	33,29	2,42

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E LOGÍSTICA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 9 de outubro de 2017

Registro nº: 10951.000006/2009-38
Interessado: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Assunto: Autorização para o exercício da opção de compra Make Whole Call (MWC), integral ou em parte, do Global 2019 Novo (Global 2019N), emitido em 13 de janeiro de 2009, no valor de até US$ 1.763.202.000,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e três milhões, duzentos e dois dólares dos Estados Unidos da América).
Despacho: Considerando os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento nas disposições do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, com suas alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, da mesma Casa Legislativa, autorizo a operação, observadas as formalidades de praxe.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de outubro de 2017

Processo administrativo sancionador CVM Nº RJ2017/1960
(SEI 19957.003946/2017-11)
ELETROSOM S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de Natal Acir Rosa, Diretor-presidente e presidente do conselho de administração da ELETROSOM S.A.- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, e outros, por infração aos art. 132 c/c art 123, art. 133, caput, e 176, caput, todos da Lei 6.404/76, art. 21, incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e X, art. 23, caput art. 24, § 1º, art. 25, § 2º, art. 28, inciso II, alínea "a", todos da Instrução CVM 480/09.
Assunto: Pedido de unificação de prazo para apresentação de defesas.

Acusados	Advogados
Antônio Acir Rosa	Flavio Galdino OAB/SP 256.441
Beatriz Rosa Camargo Mendonça	Flavio Galdino OAB/SP 256.441
Henrique Fernando Lucas	Igor Fonseca Santos Teixeira OAB/ MG 96.440
Luciano Candido Bozi	Flavio Galdino OAB/SP 256.441
Natal Acir Rosa	Flavio Galdino OAB/SP 256.441
Reginaldo José Soares Da Rosa	Flavio Galdino OAB/SP 256.441
Rodrigo Da Silva Oliveira Alves	Flavio Galdino OAB/SP 256.441

Trata-se de pedido de unificação de prazo para apresentação de defesas, formulado por Antônio Acir Rosa, Beatriz Rosa Camargo Mendonça, Luciano Candido Bozi, Natal Acir Rosa, Reginaldo José Soares da Rosa e Rodrigo da Silva Oliveira Alves em acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 13/11/2017 para todos os acusados no processo.

Em 13 de outubro de 2017

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2017/3190
(SEI 19957.006555/2017-41)
BI CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS IMOBILIARIOS
Objeto: Apurar a responsabilidade de (i) Reinaldo Zakalski da Silva, na qualidade de administrador da BI Cia Securitizadora de Créditos Imobiliários, por infração aos art. 21, V, da instrução CVM nº 480/09, e aos art. 142, IV, e 176, caput, da Lei 6.404/76; (ii) Alice Figueira Nunes, administradora da mesma companhia, por infração aos arts. 142, IV, e art. 176, caput, da Lei 6.404/76 e (iii) Gabriela Zakalski Nunes da Silva, administradora da mesma companhia, pela infração do art. 142, IV, da Lei 6.404/76.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
Alice Figueira Nunes	Não constituiu advogado
Gabriela Zakalski Nunes Muniz	Não constituiu advogado
Reinaldo Zakalski da Silva	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por Reinaldo Zakalski da Silva, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 22/11/2017, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentoS dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: IRPJ Falta/atraso na entrega da DCTF
Relator(a): EDUARDO MORGADO RODRIGUES
1 - Processo nº: 11707.720672/2013-27 - Recorrente: COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11707.720674/2013-16 - Recorrente: COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11707.720675/2013-61 - Recorrente: COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11707.720678/2013-02 - Recorrente: COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11707.720679/2013-49 - Recorrente: COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13027.000411/2009-95 - Recorrente: CENTRO DE CAPTACAO DE PESSOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13671.720012/2011-64 - Recorrente: AUTO POSTO VIA CAR GONCALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13671.720079/2011-07 - Recorrente: CENTRO DE FISIOTERAPIA DE ABAETE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13671.720081/2011-78 - Recorrente: AG MARTINHO CAMPOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
10 - Processo nº: 13982.000530/2010-73 - Recorrente: CONTAOESTE CONTABILIDADE S S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13982.000529/2010-49 - Recorrente: CONTAOESTE CONTABILIDADE S S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13982.000531/2010-18 - Recorrente: CONTAOESTE CONTABILIDADE S S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13982.000629/2010-75 - Recorrente: CONTAOESTE CONTABILIDADE S S LTAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13982.000630/2010-08 - Recorrente: CONTAOESTE CONTABILIDADE S S LTAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: IRPJ - CONHECIMENTO
Relator(a): EDUARDO MORGADO RODRIGUES
15 - Processo nº: 13603.720400/2012-30 - Recorrente: AUTO POSTO 13 DE MAIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: SIMPLES - Exclusão/Opção
Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
16 - Processo nº: 10640.000532/2010-45 - Recorrente: MIL TINTAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10640.720900/2011-56 - Recorrente: GRAFICA UBAENSE LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10650.720419/2013-11 - Recorrente: TELEMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10670.720441/2013-15 - Recorrente: GONCALVES & ARAUJO PRODUCOES & EVENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
20 - Processo nº: 18239.002944/2008-59 - Recorrente: COLEGIO BARONESA DA TAQUARA S/C LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10980.012174/2008-48 - Recorrente: MAISBOX COMERCIO DE PRODUTOS PLASTICOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10980.003101/2009-46 - Recorrente: CCB TRANSPORTES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11080.722067/2011-33 - Recorrente: ARTE CINCO CENTRO DE DANCAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11080.722217/2011-17 - Recorrente: M.CESA COMPONENTES PARA AR CONDICIONADO E REFRIGERACAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: SIMPLES - Opção
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
25 - Processo nº: 11080.725305/2011-62 - Recorrente: HELENA COLLEZIONI ATELIER DE ARTE E MODA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11080.729205/2011-13 - Recorrente: JOSE DE ALMEIDA RIBEIRO - M E - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10650.720268/2012-11 - Recorrente: TRANSPORTADORA LUANDRI LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13768.720076/2012-77 - Recorrente: NORTFIBRA - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10855.720889/2012-90 - Recorrente: BRASIL SUBCOM ATIVIDADES DE MERGULHO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10735.720861/2012-19 - Recorrente: EASY EMBRANET SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 18470.722636/2012-87 - Recorrente: VIATRANSTEL SERVICOS DE MANUTENCAO E TELECOMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13961.720121/2012-05 - Recorrente: EMISUL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SUL CATARINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13603.720486/2013-81 - Recorrente: SIGMA BONES PROMOCIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 15504.722131/2013-71 - Recorrente: VIX GESTAO CONTABIL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5 : SIMPLES - Opção
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
35 - Processo nº: 18470.721751/2013-15 - Recorrente: SEAPS SOCIEDADE EDUCACIONAL ANTONIO PINTO DE SOUZA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 18470.721954/2013-10 - Recorrente: CEFEM - CENTRO EDUCACIONAL FONSECA E MARTINS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10640.720584/2013-84 - Recorrente: ESCRITA CONTABILIDADE S/S LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13603.720675/2013-54 - Recorrente: JAIME BRAGA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10830.721285/2013-20 - Recorrente: PANAMBI SUDESTE LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 18186.721964/2013-52 - Recorrente: RESTAURANTE CHUCRUT SPAGHETTI LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 18470.724016/2013-63 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL DAS NEVES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 18470.721952/2014-01 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL DAS NEVES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13701.000608/2008-44 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL DAS NEVES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13135.720063/2013-25 - Recorrente: ANGELO RONCALHE DE CASTRO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
45 - Processo nº: 10768.001561/2010-98 - Recorrente: ESPLANADA BARRA MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: SIMPLES - Opção
Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
46 - Processo nº: 10840.720737/2011-75 - Recorrente: FCARABOLANTE APOIO OPERACIONAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13161.720177/2012-77 - Recorrente: REMPEL & CIA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13603.721109/2011-06 - Recorrente: CCR REGULARIZACOES EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13608.000169/2007-57 - Recorrente: GERSON MARTINS CALDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13840.720174/2015-37 - Recorrente: RLT MANUTENCAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDGAR BRAGANCA BAZHUNI
51 - Processo nº: 10120.721181/2015-93 - Recorrente: APLAUSO - ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10120.722449/2014-23 - Recorrente: DIVISAO JEANS EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10735.720770/2012-83 - Recorrente: RUMIFER ESCRITORIO DE CONTABILIDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10735.720900/2012-88 - Recorrente: JARDIM ESCOLA PARAISO DA EMILIA EIRELI ME - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10783.721784/2011-68 - Recorrente: R.R. MARCENARIA E ACABAMENTOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7 : SIMPLES - Opção
Relator(a): EDGAR BRAGANCA BAZHUNI
56 - Processo nº: 10935.722876/2013-46 - Recorrente: IRMAOS SIRTOLI & CIA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10980.002808/2009-35 - Recorrente: RCRISTO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11610.728439/2013-61 - Recorrente: RPM CONFECCAO DE ACESSORIOS E BRINDES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 12448.722391/2012-99 - Recorrente: GREI GRUPO DE EDUCACAO INTEGRADA LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13603.720648/2013-81 - Recorrente: FAUSTO MONTEIRO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13634.720157/2014-54 - Recorrente: FRANCISCO PEREIRA BARBOSA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13766.720161/2012-55 - Recorrente: RICAMAR MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 18470.721577/2015-72 - Recorrente: FASHION FLORES CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 18470.723437/2012-96 - Recorrente: BEIRA ALTA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 18470.723792/2012-65 - Recorrente: ALIMENTART 2003 ALIMENTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 15455.720025/2014-66 - Recorrente: FOCAL PONTE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.751, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a permissão de acesso do contribuinte aos serviços disponíveis no Atendimento Virtual (e-CAC) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o acesso do contribuinte aos serviços disponíveis no Atendimento Virtual (e-CAC) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) mediante outorga de poderes a pessoa física ou jurídica detentora de certificado digital.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas, detentoras ou não de certificado digital, poderão outorgar poderes a pessoas físicas ou jurídicas detentoras de certificado digital, por meio de procuração RFB ou procuração eletrônica, para utilização dos serviços disponíveis no e-CAC em nome do outorgante.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, considera-se:

I - e-CAC, ambiente virtual da RFB onde estão disponibilizados ao contribuinte diversos serviços protegidos por sigilo fiscal no formato digital;

II - procuração RFB, procuração emitida por meio do aplicativo disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>, na situação em que o outorgante não possui certificado digital; e

III - procuração eletrônica, procuração emitida por meio do e-CAC, na situação em que o outorgante e o outorgado possuem certificado digital.

Art. 3º Além da outorga de poderes de que trata o art. 2º, a opção do serviço "Processos Digitais" do sistema Procurações, disponível no endereço eletrônico informado no inciso II do parágrafo único do art. 2º, permite a outorga de poderes para representar o outorgante perante a RFB no cumprimento de formalidades relacionadas a processos digitais, podendo para tanto peticionar, impugnar, desistir, entre outros atos, inclusive juntar documentos em processo digital ou em dossiê digital.

§ 1º A representação a que se refere o caput compreende também a assinatura em documentos digitais que compõem processo digital ou dossiê digital, ou em documentos digitais juntados pelo representante, que tenham previsão de assinatura de ciência ou notificação.

§ 2º A opção "Restringir Procuração", disponível no serviço "Processos Digitais" mencionado no caput, limitará a atuação do outorgado aos processos digitais ou dossiês digitais indicados na procuração.

§ 3º Nos casos de comprovada indisponibilidade de sistema, a juntada de documentos em processo digital ou em dossiê digital que envolvam prazo de ciência ou prescrição de direito poderá ser feita diretamente em uma unidade de atendimento da RFB, pelo outorgado, no exercício da outorga concedida na procuração RFB ou na procuração eletrônica vigente.

Art. 4º A procuração RFB e a procuração eletrônica serão emitidas com prazo de validade de 5 (cinco) anos, salvo se fixado prazo menor pelo outorgante.

Art. 5º É vedado o substabelecimento da procuração RFB e da procuração eletrônica.

Art. 6º A procuração RFB será emitida, exclusivamente, a partir do aplicativo disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>, e conterá a hora, a data de emissão e o código de controle a ser utilizado no processo de validação da procuração em unidade de atendimento da RFB.

Art. 7º A procuração RFB deverá ser impressa e assinada, ou ter firma reconhecida em cartório, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de sua emissão:

I - pelo responsável da empresa perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no caso de pessoa jurídica;

II - pelo próprio contribuinte, no caso de pessoa física; ou

III - por procurador constituído por procuração pública específica, com poderes próprios para a realização da outorga de que trata o art. 2º.

§ 1º Na hipótese de não haver reconhecimento de firma em cartório na procuração RFB, os documentos originais de identificação do outorgante e do outorgado devem ser apresentados à RFB para conferência dos dados preenchidos na procuração, principalmente o cotejamento da assinatura, pelo servidor da RFB responsável pela recepção da procuração.

§ 2º No caso de a procuração RFB ser assinada por procurador constituído nos termos do inciso III do caput, deverão ser apresentados, juntamente com os documentos de identificação do outorgante e do outorgado a que se refere o § 1º, o original e uma cópia simples da procuração pública específica e o documento original de identificação do procurador, exceto se houver reconhecimento de firma em cartório na procuração RFB.

§ 3º A apresentação dos documentos de que tratam os §§ 1º e 2º poderá ser feita também por meio de cópias autenticadas em cartório, com dispensa de nova conferência com os originais.

§ 4º Para fins de auditoria, os documentos apresentados conforme previsto nos §§ 1º, 2º e 3º deverão ser arquivados, em formato digital, pela unidade de atendimento da RFB onde foram validados.

§ 5º A procuração RFB poderá ser cancelada por meio do aplicativo disponível no sítio da RFB na Internet, ou em uma unidade de atendimento da RFB.

Art. 8º A procuração eletrônica é emitida por meio do e-CAC, não sendo necessário que o outorgante e o outorgado compareçam a uma unidade de atendimento da RFB para sua validação.

Parágrafo único. A procuração eletrônica será cancelada exclusivamente por meio do e-CAC.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 10. Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 944, de 29 de maio de 2009.

PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

COORDENAÇÃO NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa física que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10100.008501/0317-05, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, o Despachante Aduaneiro JOSÉ RICARDO LANG FASANO, CPF 056.515.348-06.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa física que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10120.000093/0417-60, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, o Despachante Aduaneiro MAYKOL GUILHERME FIGUEIREDO TANNER, CPF 353.843.828-56.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa física que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10010.004171/0417-42, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, o Despachante Aduaneiro GUILHERME DELGADO DE PAULA, CPF 874.389.506-97.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa física que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10010.018421/0217-04, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, o Despachante Aduaneiro DAVID BRANDÃO TAVARES, CPF 022.262.218-08.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10120.004692/1215-19, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como DEPOSITÁRIO DE MERCADORIA SOB CONTROLE ADUANEIRO EM RECINTO ALFANDEGADO, a empresa MARIMEX DESPACHOS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.050.663/0009-06.

Art. 2º. Esta certificação se restringe ao CNPJ do estabelecimento referenciado no artigo 1º.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10120.000616/0916-19, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como TRASPORTADOR, a empresa MULTILOG ARMAZÉNS GERAIS E LOGÍSTICA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 11.101.147/0001-94.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

PORTARIA Nº 81, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre procedimentos operacionais relativos ao controle e despacho aduaneiro de remessa expressa internacional e à habilitação de empresa de transporte expresso internacional para o despacho aduaneiro de remessa expressa internacional.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 129 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Os procedimentos operacionais relativos à movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de remessas expressas internacionais e a prestação de informações no Siscomex Remessa, pelas empresas de transporte expresso internacional, serão promovidos nos termos, limites e condições estabelecidos nesta Portaria.

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por:

I - consignatário, a empresa de transporte expresso internacional porta a porta (empresa de courier), que promova o despacho aduaneiro de importação de remessa expressa transportada sob sua responsabilidade;

II - unidade de carga, a mala, o saco de couro, pano ou plástico, o contêiner, o pallet, a pré-lingada ou qualquer outro recipiente utilizado no transporte de remessas expressas pelas empresas de courier;

III - conhecimento courier, o conhecimento de carga courier, ou awb courier, documento sem formato específico emitido por empresa de transporte expresso internacional, que comprova o contrato de transporte entre ela e o remetente de remessa expressa e que deve ser emitido com observância dos requisitos para o transporte internacional e os previstos no art. 10 desta Portaria;

IV - mawb, o master air way bill, conhecimento de carga aérea do tipo master, emitido por companhia aérea de transporte internacional, que ampara o transporte de um conjunto de remessas expressas, composto por uma ou mais remessas, cada qual com seu conhecimento courier, sendo a empresa de courier consignatária na importação, ou embarcadora na exportação;

V - manifesto eletrônico, o manifesto de carga (documento consolidado), emitido por empresa de courier e informado no Siscomex Remessa, que contém as informações de cada remessa expressa transportada sob sua responsabilidade, por um veículo ou mensageiro internacional;

VI - presença de carga, a informação, de caráter obrigatório, prestada pela empresa de courier no Siscomex Remessa, que atesta a efetiva chegada da(s) remessa(s) expressa(s) de importação no recinto alfandegado;

VII - remessa DOC, a remessa expressa internacional que contenha exclusivamente documentos;

VIII - remessa NÃO DOC, a remessa expressa internacional que contenha pelo menos um bem que não se enquadre no conceito de documento;

IX - documento, qualquer mensagem, texto, informação ou dado, impresso e sem valor comercial, exceto prospectos, catálogos comerciais, anuários publicados por associações comerciais, propaganda turística e materiais semelhantes;

X - anuentes, os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal responsáveis por controles específicos no comércio exterior; e

XI - bens a serem submetidos a processo de industrialização, bens que se integram ao produto final no processo de industrialização, tais como matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem.

TÍTULO II

DA HABILITAÇÃO

Art. 3º O Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação de empresas de courier para a realização do despacho aduaneiro de remessa expressa internacional deverá mencionar o código de identificação da empresa, composto por três letras, a ser utilizado no Siscomex Remessa e no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes de Comércio Exterior (Sistema CAD-ADUANA), o qual será:

I - único para a empresa, mantido na renovação de habilitação ou na habilitação de distintos estabelecimentos;

II - distinto do de outra empresa habilitada; e

III - definido pela unidade da RFB responsável pela habilitação.

§ 1º A lista de códigos de empresas de courier, disponível no sítio da RFB na Internet, deverá ser consultada para a definição do código de que trata o caput.

§ 2º A unidade local da RFB responsável pela habilitação, quando da publicação do ADE, deverá:

I - encaminhar cópia extraída do D.O.U. ao chefe da Divisão de Controles Aduaneiros Especiais (Dicae) da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), via correio eletrônico; e

II - efetuar o cadastramento da empresa no Sistema CAD-ADUANA na condição de interveniente do tipo operador de remessa expressa, registrando as informações decorrentes do ADE.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se também aos ADE de renovação de habilitação.

§ 4º A Dicae deverá, a cada ADE recebido, atualizar a lista de empresas habilitadas e respectivos códigos no sítio da RFB.

TÍTULO III

DO CONTROLE DE CARGA NA IMPORTAÇÃO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 4º As remessas expressas internacionais destinadas a despacho aduaneiro em aeroporto no qual a empresa de courier estiver habilitada na modalidade comum deverão chegar ao País em unidades de carga distintas, acobertadas por mawb distintos, conforme se destinem a despacho aduaneiro a ser processado no Siscomex Remessa ou no Siscomex Importação.

§ 1º As remessas de que tratam o caput poderão chegar ao País na mesma unidade de carga, com a separação dos volumes no próprio recinto onde opere a empresa de courier, desde que:

I - autorizado em ato do titular da unidade local da RFB, com base em pedido fundamentado da empresa, condicionado à comprovação de que o recinto alfandegado disponha de área específica e compatível com o volume de remessas a serem separadas;

II - os conhecimentos de carga aérea individuais relativos às remessas que devam ser submetidas a despacho aduaneiro no Siscomex Importação sejam informados no Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (MANTRA), previamente à chegada do veículo transportador ao País; e

III - sejam obedecidos os procedimentos para armazenamento de carga e respectivo registro no MANTRA.

§ 2º O cumprimento das condições estabelecidas neste artigo não dispensa a observação aos controles e cautelas fiscais estabelecidos pela unidade local da RFB sobre o transporte dos volumes entre recintos e áreas de armazenagem do respectivo aeroporto, quando for o caso.

§ 3º O ato de que trata o inciso I do § 1º poderá ser cancelado a qualquer tempo caso a empresa não atenda as condições previstas neste artigo.

Art. 5º As unidades de carga contendo remessas destinadas a despacho aduaneiro no aeroporto de descarga do voo internacional deverão, após a descarga, ficar sob responsabilidade do administrador do Terminal de Carga Expressa (Tecex) ou do Terminal de Carga Aérea (Teca), conforme o caso, onde será realizado o despacho aduaneiro.

§ 1º O administrador do Tecex ou do Teca, conforme o caso, deverá efetuar o controle da entrada da carga no terminal, informando o número do respectivo mawb, seu peso bruto e a quantidade de volumes efetivamente aferidos em registros informatizados à disposição da fiscalização aduaneira.

§ 2º Na hipótese em que o terminal não seja administrado pela empresa de courier, as remessas que não forem submetidas a despacho aduaneiro no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua descarga e as que forem objeto de retenção por parte da fiscalização, deverão ser armazenadas por meio da utilização da Relação de Remessas Retidas (RRR), conforme modelo constante do Anexo I, preenchido em 3 (três) vias pela própria empresa de courier, transmitindo-se a guarda da mercadoria ao administrador do recinto, cujo representante legal deverá:

I - informar a data e horário do recebimento dos volumes;

II - assinar em todas as vias do formulário; e

III - devolver 2 (duas) vias do formulário para a empresa de courier, que por sua vez deverá entregar uma via à fiscalização aduaneira.

§ 3º Os registros em RRR deverão ser baixados por servidor integrante da Carreira Tributária e Aduaneira da RFB, por meio de registro da data e visto nos campos específicos da RRR, após o encaminhamento da remessa no Siscomex Remessa pelo Auditor-Fiscal da RFB.

§ 4º Nos aeroportos em que o terminal a que se refere o caput não opere de forma ininterrupta, será dado às unidades de carga o tratamento de carga pátio, devendo ser encaminhadas ao terminal em até (duas) horas após o início de seu funcionamento.

§ 5º O disposto no caput não impede, por motivo de força maior, assim reconhecido pelo titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o aeroporto, que as cargas sejam colocadas sob responsabilidade da administradora do referido aeroporto em recintos alfandegados sob sua administração.

Art. 6º As remessas expressas internacionais manifestadas para aeroporto diverso daquele da descarga do voo internacional, permanecerão sob controle aduaneiro, depois de descarregadas da aeronave, em local especialmente designado para armazenamento de cargas a serem redestinadas, na zona primária, aguardando o reembarque.

§ 1º No caso de reembarque por via de transporte distinta da aérea, deverão ser formalizados os procedimentos de trânsito aduaneiro previstos no art. 13.

§ 2º O prazo para permanência das unidades de carga no local a que se refere o caput será, no máximo, de 12 (doze) horas, contadas da chegada do voo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Vencido o prazo estabelecido no § 2º e não iniciados os procedimentos de reembarque da carga para o destino final, será determinado seu armazenamento nos termos do § 2º do art. 5º.

§ 4º Em casos devidamente justificados, o prazo de que trata o § 2º poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período, a critério do titular da unidade local da RFB.

§ 5º Na hipótese das operações previstas no caput, para fins de controle no Siscomex Remessa, deverá ser informada no manifesto eletrônico como unidade aduaneira de despacho, no atributo "uaDespacho", a unidade da RFB de jurisdição do recinto alfandegado de processamento do despacho aduaneiro de importação da remessa expressa.

Art. 7º As remessas DOC e NÃO DOC de um mesmo voo poderão ser encaminhadas ao País acobertadas por um único mawb.

Parágrafo único. Para fins de inspeção não invasiva, as remessas deverão ser apresentadas separadamente por espécie, DOC e NÃO DOC.

Art. 8º A remessa expressa internacional deverá chegar ao País acompanhada da fatura comercial, pró-forma ou documento de efeito equivalente.

CAPÍTULO II

DO MENSAGEIRO INTERNACIONAL

Art. 9º A unidade de carga transportada por mensageiro internacional, na importação, deverá ser apresentada à fiscalização aduaneira de bagagem pelo mensageiro que a estiver conduzindo, mediante utilização do canal "bens a declarar", no momento do seu desembarque no território nacional.

§ 1º O representante da empresa de courier autorizado a receber remessa trazida por mensageiro internacional deverá comparecer ao setor de bagagem por ocasião da chegada do voo, identificar-se, e apresentar:

I - Declaração de Remessas de Importação (DRI) consolidadora, que represente o total das remessas contidas na carga transportada pelo mensageiro; e

II - extrato da(s) DIR registrada(s) no Siscomex Remessa para as remessas integrantes da carga.

§ 2º A fiscalização aduaneira de bagagem:

I - reterá cópia do passaporte, ou outro documento de identificação, do mensageiro e do bilhete de passagem aérea;

II - promoverá o despacho da bagagem pessoal do mensageiro;

III - efetuará conferência aduaneira da DRI e respectiva(s) DIR, nos termos do art. 45 desta Portaria;

IV - fará a liberação da carga mediante assinatura nos campos específicos da DRI;

V - entregará a unidade de carga ao representante da empresa de courier, na presença do mensageiro, mediante recibo, retendo uma via da DRI, extratos da DIR e cópia do documento de identificação do representante; e

VI - encaminhará os documentos retidos na forma do inciso I e V à fiscalização aduaneira do recinto de registro da(s) DIR.

§ 3º Caso sejam constatadas ocorrências durante a conferência aduaneira de que trata o inciso III do § 2º, a remessa deverá ser encaminhada pela fiscalização aduaneira da bagagem diretamente ao recinto aduaneiro de despacho informado na DIR, para prosseguimento do despacho, nos termos do art. 46 desta Portaria.

§ 4º Na hipótese de não comparecimento do representante da empresa de courier em até 2 (duas) horas da chegada do voo, para as providências previstas no § 1º e no inciso V do § 2º, a carga deverá ser encaminhada pela fiscalização aduaneira da bagagem para armazenamento no Teca e o mensageiro liberado.

§ 5º Na hipótese de carga transportada por mensageiro internacional, o código "11111111111" deverá ser informado no atributo "numeroMaster" do elemento "remessa" no registro do manifesto e da DIR correspondente no Siscomex Remessa.

§ 6º O Auditor-Fiscal da RFB indicado pelo chefe da equipe aduaneira do recinto de registro da(s) DIR encerrará o lote específico relativo ao manifesto de que trata o § 5º após o recebimento dos documentos encaminhados na forma do inciso VI do § 2º.

§ 7º Os bens importados nos termos deste artigo deverão atender os limites e requisitos estabelecidos para despacho aduaneiro com utilização do Siscomex Remessa.

§ 8º O titular da unidade da RFB de jurisdição do aeroporto de desembarque de mensageiro internacional poderá estabelecer procedimento distinto do previsto neste artigo para a liberação de cargas destinadas a despacho por intermédio DIR em recintos localizados no aeroporto, garantida a pronta disponibilidade da carga para submissão a despacho aduaneiro.

Art. 10. A empresa de courier deverá solicitar ao titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o aeroporto de desembarque, na importação, ou de embarque, na exportação, autorização para a realização, no aeroporto, de operações de transporte de remessa expressa por meio de mensageiro internacional, indicando:

I - a modalidade de operação pretendida: importação, exportação ou ambas;

II - os representantes legais autorizados a retirar a carga do aeroporto, na importação; e

III - os recintos alfandegados para o despacho aduaneiro de remessa expressa onde serão processados os respectivos despachos aduaneiros.

§ 1º Cada unidade da RFB de jurisdição do recinto alfandegado indicado na forma do inciso III do caput deverá ser consultada, via mensagem eletrônica, sobre a existência ou não de óbices em relação à autorização das operações objeto do pleito da empresa.

§ 2º O titular da unidade da RFB mencionada no caput expedirá Ato Declaratório Executivo (ADE) no qual deverá constar a autorização com indicação da modalidade de operação, relação dos representantes autorizados a retirar a carga e os recintos de despacho aduaneiro das remessas.

§ 3º A autorização para a realização de operações na forma do § 2º será concedida em caráter precário podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse do controle aduaneiro.

Art. 11. A remessa expressa internacional deverá estar adequadamente embalada e identificada por conhecimento courier individual emitido por empresa de transporte expresso internacional, inclusive na hipótese das transportadas por mensageiro internacional e conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da empresa de transporte expresso internacional;

II - nome e endereço do remetente;

III - nome e endereço do destinatário;

IV - descrição dos bens;

V - valor dos bens e a correspondente moeda;

VI - quantidade de volumes; e

VII - peso bruto dos volumes.

§ 1º O conhecimento courier, observado o disposto no caput, terá liberdade de formato.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também à remessa expressa internacional na exportação.

CAPÍTULO III

DOS CHEQUES E TRAVELERS CHEQUES

Art. 12. A remessa expressa internacional contendo cheques e travelers cheques recebidos por instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, para cobrança ou liquidação internacional, deverá conter na embalagem elementos de identificação ostensiva do conteúdo, e seu despacho aduaneiro fica condicionado a:

I - ser informado, na respectiva declaração, tratar-se de operação de remessa de cheques e travelers cheques não tributável; e

II - ser o destinatário instituição autorizada a operar no mercado de câmbio.

§ 1º A empresa de courier deverá conferir no sítio do Banco Central do Brasil na Internet se o destinatário é instituição autorizada a operar no mercado de câmbio.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, no que for cabível, à remessa contendo cheques e travelers cheques para cobrança ou liquidação internacional na exportação, hipótese em que a conferência de que trata o § 1º será procedida em relação ao remetente.

TÍTULO IV

DA IMPORTAÇÃO

CAPÍTULO I

DO TRÂNSITO ADUANEIRO

Art. 13. As remessas expressas que cheguem ao País e que devam ser submetidas a despacho aduaneiro de importação em recinto alfandegado fora do aeroporto internacional de descarga serão submetidas ao regime especial de trânsito aduaneiro, com utilização de Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) de entrada comum e tratamento prioritário pela fiscalização aduaneira.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS DO DESPACHO ADUANEIRO

Art. 14. O registro de declaração aduaneira de importação no Siscomex Remessa relativa à remessa expressa internacional será promovido pela empresa de courier, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017 e nesta Portaria.

Art. 15. A mala diplomática está dispensada de despacho aduaneiro, devendo:

I - estar o conhecimento courier consignado à missão diplomática ou à repartição consular;

II - conter elementos de identificação ostensiva; e

III - ser informada na RRR e descrita como "mala diplomática", exclusivamente para fins de controle.

Art. 16. O registro de declaração aduaneira no Siscomex Importação relativa à remessa expressa internacional com base no regime comum de importação, no Regime de Tributação Simplificada (RTS) ou no Regime de Tributação Especial (RTE), observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, poderá ser realizado:

I - pela empresa de courier, mediante sua contratação pelo destinatário da remessa para a realização do serviço de despacho aduaneiro, quando se tratar de:

a) Declaração Simplificada de Importação (DSI), relativa a remessa contendo bens cujo valor total não seja superior a US$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, aos quais deva ser aplicado o RTS, dispensada a prévia habilitação do destinatário para operação no Siscomex Importação;

b) DSI relativa a remessa contendo bens cujo valor total não seja superior a US$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, importados com isenção pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou por cientistas, pesquisadores ou entidades sem fins lucrativos, devidamente credenciados pelo referido Conselho, em quantidade ou frequência que não revele destinação comercial, dispensada a prévia habilitação do destinatário para operação no Siscomex Importação; ou

c) Declaração de Importação (DI), registrada por empresa de courier habilitada na modalidade especial em nome do destinatário pessoa jurídica, relativa a remessa contendo bens aos quais deva ser aplicado o regime comum de importação, observados os requisitos previstos nos artigos 17 e 18.

II - ou pelo destinatário ou seu representante legal, observadas as normas de habilitação previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015.

§ 1º O destinatário deverá consultar, previamente à importação, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da empresa de courier para se informar sobre a amplitude e as condições da prestação dos serviços de despacho aduaneiro no Siscomex Importação pela empresa.

§ 2º Na hipótese das alíneas "a" e "b" do inciso I do caput, a empresa de courier não poderá registrar a declaração aduaneira de importação no recinto onde estiver habilitada na modalidade comum, devendo realizar o registro e submeter a remessa a despacho aduaneiro no Teca do respectivo aeroporto.

Art. 17. O registro de DI pela empresa de courier habilitada na modalidade especial, em nome do destinatário e importador pessoa jurídica da remessa, fica condicionado à prévia:

I - habilitação da empresa de courier e da empresa importadora a operar no Siscomex, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015; e

II - vinculação da empresa de courier à empresa importadora, no Siscomex.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, observada a legislação específica aplicável a cada caso, será permitido o registro das declarações de importação correspondentes ao despacho para:

I - consumo;

II - admissão em entreposto aduaneiro;

III - admissão temporária; e

IV - consumo e admissão temporária.

Art. 18. Para fins da vinculação a que se refere o inciso II do caput do art. 17, a empresa importadora deverá apresentar à unidade da RFB de fiscalização aduaneira, com jurisdição sobre o seu estabelecimento matriz, requerimento indicando:

I - o nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa de courier; e

II - o prazo ou operações para os quais a empresa de courier foi contratada.

§ 1º Parágrafo único. As alterações ocorridas nas informações referidas nos incisos I e II do caput deverão ser comunicadas à RFB, na mesma forma prevista neste artigo.

Art. 19. Na hipótese de utilização de DRI pela empresa de courier, serão apresentadas declarações distintas, de acordo com as seguintes espécies:

I - remessas DOC transportadas sob conhecimento de carga;

II - remessas NÃO DOC transportadas sob conhecimento de carga, sujeitas ou não a tributos;

III - remessas DOC transportadas por mensageiro internacional (on board courier); e

IV - remessas NÃO DOC transportadas por mensageiro internacional (on board courier).

§ 1º A DRI relativa a remessas NÃO DOC deverá estar acompanhada da Relação de Remessas de Importação (RRI).

§ 2º A DRI poderá ser formulada para uma remessa ou um conjunto de remessas da mesma espécie desde que objeto do mesmo mawb ou transportadas pelo mesmo mensageiro internacional.

§ 3º A DRI será instruída com os seguintes documentos:

I - conhecimento de carga mawb, por qualquer das suas vias originais, tendo como consignatário a empresa de courier; e

II - autorização de despacho de importação emitida pelos anuentes, em se tratando de bens sujeitos a controles específicos.

§ 4º Não se aplica o disposto no inciso I do § 3º para o caso de remessa transportada por mensageiro internacional.

§ 5º Restaurado o acesso ao sistema, a empresa de courier deverá providenciar o cumprimento das obrigações previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017 relativas às remessas processadas com base em DRI.

§ 6º A apresentação da DRI não exime o importador da responsabilidade por eventuais infrações que venham a ser apurados pela fiscalização, inclusive após a efetivação do registro da DIR.

§ 7º As remessas liberadas por meio de DRI terão seus tributos garantidos mediante assinatura de termo de responsabilidade constante da DRI e deverão ser recolhidos na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

Art. 20. Poderá ser promovido o despacho aduaneiro de remessa com base em formulário de DSI, quando a importação:

I - não se enquadre nas hipóteses de utilização de DIR ou o destinatário tenha feito opção pelo regime comum de importação; e

II - atenda aos requisitos do art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006.

Parágrafo único. Na hipótese de bens sujeitos à anuência dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, essa será registrada em campo próprio do formulário da DSI.

Art. 21. A empresa de courier deverá adotar solução operacional para que a remessa expressa internacional possa chegar ao país com indicação, quando for o caso, de:

I - opção do destinatário pelo regime de tributação especial para bagagem;

II - opção do destinatário pelo regime comum de importação;

III - sujeição da remessa ou de bens nela contidos ao tratamento tributário de isenção, não-incidência, ou imunidade; ou

IV - destinação comercial e classificação tarifária da Tabela Simplificada de Designação e de Codificação de Produtos (TSP) dos bens contidos na remessa.

Parágrafo único. A adoção da solução de que trata o caput deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Portaria, e ser amplamente divulgada ao público e operadores estrangeiros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 22. O registro de DIR pela empresa de courier no Siscomex Remessa para remessas contendo bens destinados à revenda ou a serem submetidos à operação de industrialização só poderá ser realizado após consulta prévia à tabela TSP no Simulador de Tratamento Administrativo - Importação, no Portal Siscomex, na qual constate a não exigência de licenciamento simplificado de importação.

Parágrafo único. A DIR registrada pela empresa de courier, com observância do disposto no caput, deverá atender aos seguintes requisitos:

I - a opção "S" (sim) deverá ser informada no atributo "destinacaoComercial" do elemento "remessa";

II - o código TSP deverá ser informado no início da descrição do bem, no atributo "descricao" do elemento "mercadoria", com o formato "TSPXXXX", onde XXXX é o código TSP correspondente; e

III - cada código TSP distinto deverá corresponder a um item do elemento "mercadoria".

Art. 23. O registro de DIR pela empresa de courier no Siscomex Remessa para remessas contendo bens importados por missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais, de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e pelos seus respectivos integrantes, nos termos do disposto no inciso IV do art. 38, e no inciso V do art. 43, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, fica condicionado à disponibilização pela empresa de courier de requisição do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1º A obtenção da requisição prevista no caput compete ao destinatário, mediante uso do formulário indicado no Anexo II da Instrução Normativa SRF nº 611, de 2006.

§ 2º Caso a remessa contenha bem sujeito a controle específico, e a manifestação favorável do anuente responsável não possa ser efetuada no Siscomex Remessa, esta deverá ser formalizada por meio de documento próprio emitido pelo anuente, ou no campo específico do formulário indicado no parágrafo anterior.

§ 3º O não atendimento dos requisitos indicados neste artigo implica na utilização das regras gerais do RTS para o despacho aduaneiro da remessa objeto de DIR.

Art. 24. O registro de DIR pela empresa de courier no Siscomex Remessa para remessas contendo bens no valor total superior a US$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, importados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, e por autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderá ser realizado após consulta à NCM no Simulador de Tratamento Administrativo - Importação, no Portal Siscomex, por meio da qual constate a não exigência de licenciamento de importação para os bens integrantes da remessa.

Parágrafo único. Constatado por meio da consulta prevista no caput que qualquer bem integrante da remessa necessite de licenciamento, o despacho aduaneiro deverá ser conduzido por meio de declaração de importação registrada no Siscomex Importação.

Art. 25. O registro de DIR pela empresa de courier no Siscomex Remessa para remessas contendo bens importados que se enquadrem nos incisos II a V do art. 42 e no inciso II do art. 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, fica condicionado à:

I - verificação pela empresa de courier do atendimento aos requisitos para reconhecimento da não incidência ou da isenção do Imposto de Importação; e

II - disponibilização da documentação comprobatória, quando for o caso.

Parágrafo único. Para bens integrantes de bagagem desacompanhada, deverão ser atendidos ainda os requisitos estabelecidos na legislação específica de bagagem de viajante, para reconhecimento dos regimes de tributação indicados no caput.

Art. 26. Para efeitos de aplicação da não-incidência de tributos de bens de origem estrangeira exportados temporariamente, por pessoas físicas, que retornem ao País, poderá ser solicitada a comprovação de sua nacionalização ou exportação temporária.

Art. 27. A declaração aduaneira registrada no Siscomex Importação relativa a bens que tenham ingressado no país como remessa expressa internacional e sob conhecimento courier será instruída com esse conhecimento, inclusive quando descaracterizada do despacho com base no Siscomex Remessa.

Parágrafo único. A empresa de courier poderá apresentar carta de correção do conhecimento courier, nos termos da legislação específica.

Seção I

Restrições ao Despacho

Art. 28. A remessa endereçada à pessoa física com evidências de destinar-se à pessoa jurídica e sujeita a registro de DIR no Siscomex Remessa deverá ter seu despacho aduaneiro realizado em nome da pessoa jurídica.

§ 1º Para os fins do caput, a pessoa física deverá ser intimada à:

I - indicar o CNPJ do destinatário;

II - demonstrar seu vínculo com a pessoa jurídica; e

III - apresentar manifestação da pessoa jurídica confirmando que a remessa lhe é destinada.

§ 2º Considera-se suficiente para demonstração do vínculo de que trata o inciso II do § 1º a condição da pessoa física de proprietário, sócio ou dirigente da pessoa jurídica.

§ 3º O disposto nesse artigo:

I - se aplica a remessas cujo despacho deva ser realizado com base em declaração registrada no Siscomex Importação, em recintos alfandegados onde podem ser processados esses tipos de declaração, com observância das regras gerais do despacho aduaneiro de importação; e

II - não altera o destinatário e seu endereço em relação às obrigações de entrega por parte empresa de courier decorrentes do conhecimento courier.

Art. 29. O despacho aduaneiro de materiais de natureza biológica humana, inclusive aqueles destinados à utilização em transplantes, acompanhamento e avaliação de pesquisa clínica, diagnóstico laboratorial clínico e destinado ao desenvolvimento ou aplicação em metodologia analítica só será processado se forem atendidos os requisitos normativos da ANVISA em relação ao licenciamento ou autorização da importação.

Parágrafo único. O interessado em realizar importação de material de que trata o caput deverá informar-se, previamente à expedição no exterior, se os requisitos estabelecidos pela ANVISA poderão ser por ele atendidos.

CAPÍTULO III

DO SISCOMEX REMESSA

Seção I

Do Acesso ao Siscomex Remessa

Art. 30. São usuários do Siscomex Remessa via web no controle de remessa expressa:

I - servidores da RFB;

II - servidores de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, responsáveis por controles específicos no comércio exterior; e

III - representantes legais da empresa de courier.

§ 1º Para utilização do sistema, o usuário externo à RFB deverá solicitar junto à unidade da RFB que jurisdiciona o local onde exerce sua atividade:

I - autorização de acesso aos sistemas informatizados da RFB, caso não possua, nos termos da Portaria Conjunta Coana/Cotec nº 61, de 26 de julho de 2017; e

II - habilitação ao seguinte perfil do Siscomex Remessa (sistema: REMESSA):

a) FSCANT-CRE, para os usuários indicados no inciso II do caput; e

b) RESPOP-CRE, para os usuários indicados no inciso III do caput.

§ 2º A empresa de courier poderá acessar o Siscomex Remessa via Estrutura Própria, hipótese que prescinde das providências previstas no § 1º.

Art. 31. Podem ser representantes legais da empresa de courier junto ao Siscomex Remessa para atuação via web:

I - dirigente;

II - empregado com vínculo empregatício exclusivo; e

III - despachante aduaneiro.

§ 1º O credenciamento de representantes da empresa de courier na condição de usuário do Siscomex Remessa via web será realizado nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012.

§ 2º O representante legal da empresa de courier terá acesso ao sistema via web exclusivamente por meio de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010.

Seção II

Das Disposições Gerais sobre Informações no Sistema

Art. 32. As regras para transmissão eletrônica das informações referidas nesta Portaria são as contidas no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

Art. 33. A empresa de courier deverá prestar informações à RFB no Siscomex Remessa, mediante o uso de certificação digital quando o acesso for via web, ou por Estrutura Própria, sobre:

I - as remessas expressas transportadas sob sua responsabilidade, por meio de manifesto eletrônico de remessa expressa;

II - a operação de importação, por meio da DIR, para fins de processamento do despacho aduaneiro de importação de remessa expressa;

III - a presença de carga das remessas transportadas sob sua responsabilidade e que efetivamente chegaram ao país;

IV - a comprovação de recolhimento dos tributos federais e, quando for o caso, das multas decorrentes da operação de importação;

V - as solicitações de devolução de remessa ao exterior; e

VI - os pedidos de revisão de lançamento de tributos ou multas ou de dados da declaração.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo deverão ser prestadas na forma prevista no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

Art. 34. A informação do manifesto eletrônico deve ser efetuada em até 2 (duas) horas antes do horário previsto para a chegada, ao País, do veículo transportador.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o titular da unidade da RFB de jurisdição do recinto onde opere a empresa de courier poderá alterar o prazo previsto em situações justificadas.

§ 2º O manifesto eletrônico poderá ser composto por um ou mais registros de remessas de uma empresa de courier, até o limite de 7.000 (sete mil).

§ 3º Caso o voo contenha mais de 7.000 (sete mil) remessas, a empresa de courier deverá informar o manifesto eletrônico de forma particionada.

§ 4º O chefe da equipe aduaneira no recinto poderá autorizar o particionamento do manifesto eletrônico em outros casos justificados.

§ 5º Os anuentes deverão ser previamente notificados do procedimento adotado referente ao particionamento previsto nos §§ 3º e 4º.

§ 6º O código de identificação de cada remessa no manifesto, informado no atributo "numeroRemessa" do elemento "remessa", deverá ser distinto, e não poderá se repetir em outro manifesto da empresa de courier dentro do prazo de 15 (quinze) dias da presença de carga da remessa manifestada inicialmente.

§ 7º Na hipótese de 2 (duas) remessas distintas identificadas pelo mesmo código dentro do prazo previsto no § 6º, a empresa de courier deverá adicionar a letra "D" ao final do código de uma delas para efeitos de informação do manifesto no Siscomex Remessa.

§ 8º Somente serão consideradas manifestadas, para efeitos legais, as remessas com manifesto eletrônico informado no Siscomex Remessa, observadas, ainda, outras normas estabelecidas na legislação específica.

Seção III

Das Informações para a DIR

Art. 35. O registro da DIR somente será efetivado pelo sistema quando:

I - for informado o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no CNPJ, ou o número do passaporte do destinatário da remessa;

II - for verificada a regularidade cadastral do CPF ou CNPJ do destinatário da remessa;

III - a remessa tiver sido devidamente informada no manifesto eletrônico, ou na respectiva presença de carga, no caso da divergência prevista no inciso II do art. 55 desta Portaria; e

IV - os dados informados estiverem na forma e condições estabelecidas no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

§ 1º Quando o destinatário da remessa for menor de idade ou estrangeiro e não possuir o número de inscrição no CPF, deverá ser informado respectivamente o CPF do responsável legal ou o número do passaporte.

§ 2º É facultativa a informação do CPF ou CNPJ do destinatário da remessa no caso de importação de documentos, livros, jornais ou periódicos, sem finalidade comercial.

§ 3º A empresa de courier deverá identificar, por meio da informação do CPF ou do CNPJ, o destinatário final das remessas sujeitas à pena de perdimento, salvo em casos devidamente justificados.

Art. 36. A DIR poderá ser registrada para a totalidade da unidade de carga com base em conhecimento courier, quando se tratar de unidade de carga contendo somente livros, jornais ou periódicos:

I - importados com finalidade comercial e destinados à empresa responsável por sua distribuição ou comercialização, identificada por um único CNPJ; ou

II - importados sem finalidade comercial, com conhecimento courier consignado à empresa de courier.

§ 1º No caso das remessas do inciso I do caput, a empresa de courier deverá informar o CNPJ da empresa destinatária e a finalidade comercial nos campos específicos da DIR.

§ 2º Na hipótese de constatação de irregularidades em uma ou mais remessas enquadradas no inciso II do caput e presentes na unidade de carga, a fiscalização aduaneira poderá determinar que a empresa de courier:

I - separe as remessas com irregularidades do restante da carga: e

II - informe as respectivas remessas individualmente na presença de carga no Siscomex Remessa.

Art. 37. A descrição dos bens na DIR será aceita nos idiomas português, inglês, ou espanhol.

Parágrafo único. A descrição dos bens na DIR deve ser completa, de modo a permitir sua perfeita identificação e caracterização.

Art. 38. Simples enganos ou omissões eventuais da fatura comercial ou documento de efeito equivalente poderão ser supridos pela empresa de courier no momento do registro da DIR, mediante consulta ao remetente ou destinatário.

Art. 39. O valor indicado no campo "Valor do Frete / Seguro" da DIR, correspondente ao atributo "frete", poderá ser 0.00 (zero) quando cumulativamente:

I - a empresa de courier não possuir informação relativa ao valor efetivamente pago a título de custo de transporte e seguro; e

II - o custo do transporte e do seguro estiver incluído no preço de aquisição dos bens ou no valor declarado pelo remetente.

Seção IV

Da Formação de Lotes

Art. 40. O registro da DIR será realizado por conjunto de remessas denominado lote.

§ 1º O lote compreenderá um ou mais registros de remessas de uma empresa a serem submetidos a despacho num mesmo recinto alfandegado, até o limite de 7.000 (sete mil).

§ 2º O lote eletrônico não equivale necessariamente a um agrupamento físico de remessas e poderá ser composto por remessas de manifestos distintos, observado o disposto no § 3º.

§ 3º O chefe da equipe aduaneira do recinto poderá:

I - decidir sobre a forma de distribuição do registro dos lotes ao longo do dia considerando os horários dos voos, as características do recinto, tipo e quantidade de remessa; e

II - estabelecer critérios de formação dos lotes, dentre os quais: país de origem, país de procedência, remetente, destinatário, mercadoria, faixa de valor, e tratamento tributário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 41. O Auditor-Fiscal da RFB ou os anuentes poderão determinar à empresa de courier que seja direcionada no Siscomex Remessa para a fiscalização pela RFB ou pelo respectivo órgão ou entidade anuente, por ocasião do registro, a DIR:

I - que atenda requisitos pré-definidos formalmente; ou

II - cuja remessa tenha sido indicada em decorrência de gerenciamento de risco.

Parágrafo único. Para fins do disposto nos incisos I e II do caput deverá ser encaminhada correspondência pela RFB ou pelos anuentes, conforme o caso, à empresa de courier.

Art. 42. O encerramento da seleção do lote no Siscomex Remessa:

I - só poderá ser realizado pelo Auditor-Fiscal da RFB;

II - impedirá novas seleções por parte da RFB ou dos anuentes; e

III - promoverá a liberação ou o desembaraço das remessas não selecionadas para fiscalização e indicará as selecionadas, as quais deverão ser segregadas pela empresa de courier e colocadas à disposição do Auditor-Fiscal da RFB ou de órgão ou entidade responsável pela seleção e fiscalização.

§ 1º O chefe da equipe aduaneira do recinto deverá estabelecer:

I - critérios de distribuição diária dos lotes entre os Auditores-Fiscais da RFB em exercício na atividade de despacho aduaneiro no recinto; e

II - tempo mínimo de permanência do lote disponível para a atividade de seleção pelos anuentes.

§ 2º O encerramento da seleção do lote será efetuado pelo Auditor-Fiscal da RFB responsável pela sua análise e seleção.

§ 3º O disposto no inciso II do caput não impede que o Auditor-Fiscal da RFB, a qualquer tempo, determine que se proceda à ação fiscal pertinente, se houver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a verificação de seu conteúdo, e realize os registros necessários referentes à DIR no sistema.

CAPÍTULO IV

DO DESPACHO ADUANEIRO COM BASE EM DIR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 43. As remessas não selecionadas para conferência aduaneira e aquelas selecionadas cuja fiscalização tenha sido concluída sem registro de ocorrência impeditiva de liberação serão atualizadas no Siscomex Remessa para as seguintes situações:

I - "Desembaraçada", podendo ser entregues imediatamente ao destinatário; ou

II - "Liberada", com incidência de crédito tributário, podendo ser entregues ao destinatário após o pagamento dos valores devidos.

Art. 44. A critério da RFB, a remessa poderá ser desmembrada quando parte dos bens:

I - for objeto de retenção ou apreensão por Auditor-Fiscal da RFB; ou

II - não tiver sua importação autorizada por decisão dos anuentes, e desde que não haja determinação de devolução da remessa ao exterior.

§ 1º A empresa de courier, quando solicitado pelo interessado, deverá apresentar requerimento de desmembramento da remessa ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho aduaneiro.

§ 2º Autorizado o desmembramento, o Auditor-Fiscal da RFB deverá retificar a DIR originalmente registrada de forma que represente a parcela da remessa com impedimento para continuidade do despacho aduaneiro.

§ 3º A DIR retificada na forma do § 2º deverá conter registro de ocorrência na qual seja informado o desmembramento e suas razões.

§ 4º Na hipótese de autorização do desmembramento, a parcela da remessa sem impedimento para continuidade do despacho aduaneiro será objeto de registro de nova DIR pela empresa de courier, com utilização do código de identificação de remessa original acrescido da letra "D" no final.

Seção II

Conferência Aduaneira

Art. 45. A DIR selecionada para conferência aduaneira será submetida a exame documental, podendo a remessa também ser submetida à verificação física invasiva ou não invasiva.

Art. 46. Constatada durante a conferência aduaneira uma ou mais ocorrências que impeçam o prosseguimento do despacho aduaneiro, este será interrompido pelo Auditor-Fiscal da RFB por meio de registro de exigência na respectiva DIR.

§ 1º As exigências serão incluídas no sistema por meio das ocorrências a seguir, disponíveis no Siscomex Remessa:

I - Retenção para Comprovação de Valor - RCV;

II - Retenção para Esclarecimentos - RPE;

III - Aguardando Laudo de Representante de Marca;

IV - Designação de Fiscalização para a ANVISA;

V - Designação de Fiscalização para o Vigiagro/MAPA;

VI - Multa(s) a recolher;

VII - Outros Motivos Retenção /Apreensão; e

VIII - Retificar Declaração.

§ 2º A fiscalização aduaneira detalhará a exigência no campo "Observação" da ocorrência, se necessário.

§ 3º A lista de ocorrências próprias dos anuentes encontra-se disponível no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

§ 4º O despacho poderá ser interrompido para coleta de amostra quando a fiscalização aduaneira identificar a necessidade de exame laboratorial com emissão de laudo técnico para perfeita identificação e qualificação dos bens integrantes da remessa.

Art. 47. A verificação física de remessas selecionadas para a fiscalização pelos anuentes será realizada na presença de funcionário da empresa de courier e o volume relativo à remessa deverá ser lacrado com fita indicativa de abertura pelo respectivo anuente.

Seção III

Do Pagamento do Imposto

Art. 48. O pagamento de valores devidos a título de Imposto de Importação e eventual multa por infração aduaneira, vinculados à DIR, será realizado pelo destinatário à empresa de courier na forma indicada pela empresa.

Parágrafo único. O demonstrativo previsto no art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017 deverá ser entregue ao destinatário:

I - no momento do pagamento de que trata o caput ou da entrega da remessa; e

II - mesmo que o pagamento tenha sido efetuado por pessoa distinta do destinatário.

Seção IV

Do Recolhimento do Crédito Tributário

Art. 49. O recolhimento do crédito tributário da União pela empresa de courier deverá ser realizado nas condições e prazos definidos na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

§ 1º Na hipótese de remessa cujo valor de qualquer componente do crédito tributário seja inferior a R$ 10,00 (dez reais), o respectivo valor deverá ser somado ao de outras remessas, de forma a alcançar ou superar aquele limite, para fins de recolhimento.

§ 2º Os recolhimentos deverão ser efetuados em nome da empresa de courier por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) distinto de acordo com os seguintes códigos de receita (campo 04 "Código de Receita"):

I - 1587 - Imposto Importação - Remessa Expressa;

II - 1558 - Multa Aduaneira - Remessa Expressa;

III - 1593 - Imposto Importação - Remessa Expressa - Lançamento de Ofício; e

IV - 1603 - Multa de Ofício - Imposto Importação - Remessa Expressa.

§ 3º Haverá incidência de multa e juros de mora previstos no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos recolhimentos efetuados espontaneamente pela empresa de courier fora dos prazos de que trata o caput.

§ 4º Quando tratar-se de recolhimento de multas, a totalidade do valor a recolher deverá ser informado no campo 07 "Valor do Principal" do DARF, sendo os campos 08 "Valor da Multa" e 09 "Valor dos Juros" exclusivos para a multa e juros de mora de que trata o § 3º.

§ 5º O campo 05 "Número de Referência" do DARF deverá ser informado com o código da unidade da RFB que jurisdiciona o recinto de despacho aduaneiro, acrescido do dígito verificador.

Art. 50. A retirada das remessas pela empresa de courier do recinto alfandegado deverá obedecer o disposto na legislação do Imposto sobre Operações relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) quanto à comprovação do recolhimento ou exoneração do ICMS.

Seção V

Do Pedido de Revisão de Declaração

Art. 51. O Pedido de Revisão de Declaração feito pelo destinatário e respectivos documentos de instrução deverão ser apresentados pela empresa de courier à RFB em documento físico, enquanto não disponível no Siscomex Remessa funcionalidade de anexação de documentos eletrônicos no formato Portable Document Format (PDF).

§ 1º Os pedidos deverão ser analisados pela fiscalização por ordem de data do registro do pedido no Siscomex Remessa.

§ 2º Excepciona-se da regra de que trata o § 1º a realização de análise e decisão de pedidos que contenham uma mesma matéria e possam ser trabalhados em lote.

§ 3º O prazo para a realização de análise e decisão de Pedido de Revisão não deverá ser superior a 1 (um) mês, cabendo ao titular da unidade da RFB de jurisdição do recinto onde opere a empresa de courier adotar as providências possíveis, dentre as quais a utilização de força-tarefa, para a garantia do prazo citado.

§ 4º A exigência fiscal de apresentação de documentos complementares suspende o prazo de que trata o § 3º, desde a data da emissão da exigência até a data de disponibilização pela empresa de courier dos documentos entregues pelo destinatário.

§ 5º O chefe da equipe aduaneira do recinto poderá autorizar a entrega pela empresa de courier dos documentos de trata o caput em meio eletrônico.

§ 6º Além do previsto neste artigo e no inciso II do § 2º do art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, o Pedido de Revisão deverá conter as seguintes informações:

I - identificação da remessa;

II - identificação do destinatário, com número de CPF, CNPJ ou Passaporte;

III - informações detalhadas dos bens importados;

IV - esclarecimentos sobre uso e finalidade da importação, tais como: uso próprio ou de terceiros, revenda ou processo de industrialização, retorno em garantia, bagagem desacompanhada, entre outros;

V - preço de aquisição ou de mercado dos bens constantes na remessa;

VI - custo do frete e seguro, quando não estiver incluído no preço de aquisição ou no valor declarado dos bens;

VII - forma de pagamento, tais como: à vista, cartão de crédito, Paypal, transferência bancária, entre outros, ou se não houve pagamento, com os devidos esclarecimentos;

VIII - outras informações que se façam necessárias para justificar a operação.

§ 7º O disposto no § 6º também aplica-se no caso de interrupção do despacho pela fiscalização aduaneira para atendimento de exigências de esclarecimentos a serem prestados pelo destinatário.

§ 8º A empresa de courier deverá disponibilizar formulário padronizado, inclusive no sítio da empresa na Internet, para fins de preenchimento das informações necessárias à correta instrução do Pedido de Revisão e do atendimento de exigências pelo destinatário.

CAPÍTULO V

DOS REGISTROS NO SISCOMEX REMESSA

Seção I

Da Retificação de DIR

Art. 52. As informações das DIR poderão ser retificadas pela empresa de courier:

I - mediante solicitação do destinatário;

II - em decorrência de inexatidão apurada pela própria empresa de courier; ou

III - por determinação da RFB.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II do caput os pedidos de autorização para retificação deverão ser apresentados por escrito pela empresa de courier à RFB, com provas das alegações e, se for o caso, do atendimento de eventuais controles específicos sobre a mercadoria, de competência de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

§ 2º A determinação de retificação pela RFB dar-se-á por intermédio da DIR mediante registro da ocorrência "Retificar Declaração" pela fiscalização aduaneira com indicação, no campo "Observação", dos dados a serem alterados.

§ 3º Não são retificáveis pela empresa de courier as DIR que se encontrem:

I - em situação final, exceto "Desembaraçada"; ou

II - na situação "Em Seleção".

§ 4º Não são retificáveis pela empresa de courier as informações:

I - do manifesto eletrônico, a partir da informação da presença de carga, ou da primeira DIR registrada; e

II - relativas à presença de carga, à comprovação do recolhimento dos tributos e multas e de outros campos do manifesto e da DIR indicados como não retificáveis no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

§ 5º Não se considera espontânea a retificação das informações após o registro da DIR.

Art. 53. A retificação da DIR, mediante alteração das informações prestadas, ou inclusão de outras, decorrentes de incorreções constatadas no curso da conferência aduaneira ou em procedimento de revisão aduaneira, serão formalizadas no Siscomex Remessa pelo Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo respectivo procedimento.

§1º Poderá ser realizada uma retificação aplicável a um conjunto de DIR, restrita aos campos do elemento "mercadoria" que passarão a ter as mesmas informações em todas as DIR do conjunto.

§ 2º O disposto no caput não impede que o Auditor-Fiscal da RFB requisite, nos casos justificados, que a empresa de courier providencie a retificação no Siscomex Remessa das informações prestadas na DIR.

Art. 54. A solicitação de retificação de informações, após a entrega da remessa e desembaraço da DIR, que implique na mudança do enquadramento da operação do regime de tributação simplificada para o regime comum de importação, quando cabível, deverá ser apresentada por meio de requerimento acompanhado de:

I - DI Preliminar registrada no Siscomex Importação;

II - fatura comercial ou documento de efeito equivalente;

III - comprovação do licenciamento de importação, quando necessário;

IV - comprovante do recolhimento do ICMS ou de sua exoneração; e

V - quando for o caso, DARFs de comprovação de recolhimento:

a) do Imposto de Importação; e

b) dos demais tributos e acréscimos legais devidos.

§ 1º O interessado deverá demonstrar que os bens objeto da DI preliminar estão vinculados à DIR utilizada no despacho aduaneiro, por meio, dentre outros, da apresentação de documento de compra contendo número de rastreamento, descrição completa do bem e nota fiscal de entrada, se for o caso.

§ 2º No campo informações complementares da DI deverá constar o número da DIR utilizada no despacho aduaneiro da remessa e a memória de cálculo dos tributos e acréscimos legais de que trata o inciso V do caput.

§ 3º Para efeito de cálculo dos tributos devidos, e dos juros e da multa de mora, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da DIR utilizada no despacho aduaneiro.

§ 4º O não recolhimento dos tributos e acréscimos legais até a data da apresentação do requerimento de que trata o caput, quando devidos, afasta os benefícios da denúncia espontânea de que trata o art. 138, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 5º Fica dispensado o procedimento de verificação física de que trata o art. 29 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, das mercadorias constantes da DI preliminar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 6º O Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo desembaraço da DI preliminar, ou outro designado pelo titular da unidade local, deverá registrar uma ocorrência na respectiva DIR no Siscomex Remessa, com a motivação da mudança de enquadramento da operação, informando o número da DI e a data do desembaraço, e cancelar a DIR através da opção "Cancelar DIR/Descaracterizar".

§ 7º A apresentação de DI preliminar na forma deste artigo não afasta a aplicação de penalidades aduaneiras eventualmente cabíveis, nem produzirá efeitos de regularização se os bens, ou seu proprietário, estiverem sob fiscalização da RFB.

Seção II

Das Divergências Operacionais

Art. 55. Serão consideradas como divergências operacionais pelo Siscomex Remessa:

I - a remessa manifestada não chegada ao País e cuja presença de carga não tenha sido registrada no sistema; e

II - a remessa sem informação de manifesto eletrônico e que tenha sido objeto de registro da presença de carga no sistema.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o registro da presença de carga de remessa expressa não contida em manifesto eletrônico, também denominada over, equivale automaticamente à declaração de acréscimo em relação ao manifesto eletrônico.

§ 2º No caso de problemas de ordem operacional, reconhecidos pela fiscalização aduaneira, que demandem o envio da remessa em voos distintos daquele para o qual foi manifestada, a chegada da remessa ou de seu último lote deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias seguintes ao da informação da respectiva presença de carga do voo para o qual foi originariamente manifestada.

§ 3º A informação da presença de carga da remessa, no caso previsto no § 2º deverá ser:

I - efetuada de forma manual por meio da RRR, até a chegada do último lote; e

II - registrada no sistema na sua totalidade após a chegada do último lote.

§ 4º Caso identifique que parte da remessa manifestada não chegará ao país dentro do prazo previsto no § 2º e caso haja interesse no prosseguimento do despacho, a empresa de courier deverá adotar as seguintes providências no Siscomex Remessa:

I - informar a presença de carga;

II - registrar a DIR com o número total de volumes constante no conhecimento courier;

III - descrever separadamente os volumes recebidos e os faltantes em itens distintos do elemento "mercadoria" da DIR; e

IV - direcionar a DIR para fiscalização pela RFB, através do campo Tratamento Administrativo, no atributo "tratamentoAdm" do elemento "mercadoria".

§ 5º Considera-se extraviada a mercadoria manifestada que não chegou ao país dentro do prazo disposto no § 2º, caso em que, não se enquadrando na hipótese do § 3º, a empresa de courier deverá solicitar a baixa do registro no sistema pela RFB, com os recolhimentos cabíveis.

Seção III

Do Gerenciamento dos Registros no Siscomex Remessa

Art. 56. São situações transitórias das DIR que requerem ação por parte da empresa de courier ou das equipes da RFB ou dos anuentes:

I - "Liberada", aguardando a informação da presença de carga, ou, no caso de remessa com lançamento tributário, aguardando informação do recolhimento integral no sistema;

II - "Em Seleção", fase entre o registro da DIR e o encerramento da seleção do lote;

III - "Em Fiscalização", selecionada para a RFB ou para os anuentes, enquanto não concluída a fiscalização;

IV - "Não Liberada", fiscalização concluída por anuente, com ocorrência impeditiva de liberação;

V - "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento", com lançamento tributário e informação do recolhimento integral no sistema pendente por mais de 60 dias da liberação;

VI - "Em Divergência por Abandono - Ocorrência sem Resolução", em fiscalização pela RFB, com ocorrência pendente de resolução por mais de 60 dias;

VII - "Em Devolução/Declaração Cancelada", fiscalização concluída com cancelamento da DIR e determinação de devolução ao exterior no sistema pela RFB; e

VIII - "Em Fiscalização por Revisão", em análise pela RFB do Pedido de Revisão de Declaração apresentado pelo destinatário, após liberação anterior da DIR com lançamento de crédito tributário.

Parágrafo único. São ainda situações transitórias dos registros manifestados no Siscomex Remessa, que requerem ação por parte da empresa de courier ou das equipes da RFB:

I - "Manifestada", aguardando o registro da DIR;

II - "Em Divergência de Manifesto", com divergências operacionais previstas no art. 55, após a informação de presença de carga das remessas que efetivamente chegaram no recinto alfandegado de um manifesto específico; e

III - "Em Divergência por Abandono - Falta de Declaração", aguardando o registro da DIR por mais de 90 (noventa) dias.

Art. 57. Em relação às situações transitórias a seguir a empresa de courier deverá, observados os prazos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017:

I - "Liberada", promover a cobrança do crédito tributário e informar a presença de carga ou o recolhimento no sistema;

II - "Em Fiscalização", disponibilizar a remessa para fiscalização pela RFB ou órgão ou entidade responsável, e proceder às providências cabíveis considerando as ocorrências registradas, dentre elas o envio de forma célere de exigências ao destinatário e a apresentação à fiscalização dos documentos e manifestações do destinatário relacionados à exigência;

III - "Não Liberada", analisar a decisão do anuente responsável e proceder às providências cabíveis considerando as ocorrências registradas, dentre elas solicitar autorização de devolução via sistema, requerer à RFB a descaracterização do despacho aduaneiro com base em DIR, a destruição da remessa ou a autorização de devolução quando não passível de autorização automática pelo sistema;

IV - "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento", efetuar e informar o recolhimento, se for o caso, ou solicitar a devolução via sistema ou ainda requerer à RFB a aplicação do abandono caso não haja pagamento e não seja possível devolução;

V - "Em Divergência por Abandono - Ocorrência sem Resolução", requerer ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho autorização para a devolução ou a conclusão da fiscalização com os elementos disponíveis;

VI - "Manifestada", promover o registro da DIR ou solicitar a devolução via sistema à RFB, nos casos de impossibilidade do registro;

VII - "Em Divergência de Manifesto", adotar os procedimentos previstos no art. 55; e

VIII - "Em Divergência por Abandono - Falta de Declaração", solicitar a devolução via sistema ou ainda requerer à RFB a aplicação do abandono caso não seja possível devolução.

§ 1º Os requerimentos à RFB deverão ser realizados por escrito.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, antes de findo o prazo para cumprimento de exigência, havendo manifestação do destinatário pelo abandono ou devolução, a empresa de courier deverá requerer ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho autorização para a devolução, se for o caso.

§ 3º Na hipótese de remessas "Em Fiscalização" por anuente, no caso de não atendimento da exigência pelo destinatário a empresa de courier deverá requerer à autoridade competente autorização para a devolução ou a conclusão da fiscalização com os elementos disponíveis.

Art. 58. São situações finais das DIR:

I - "Descaracterizada/Declaração Cancelada", fiscalização concluída com cancelamento da DIR e descaracterização do despacho aduaneiro por não cumprimento dos requisitos para realização do despacho com base em DIR;

II - "Em Perdimento", fiscalização concluída pela RFB com decisão pela propositura da aplicação da pena de perdimento;

III - "Abandonada", equivalente à situação em perdimento pelo motivo de abandono, decretado no sistema pela RFB em função da falta de informação de recolhimento integral do valor do lançamento tributário ou de ocorrência não resolvida, observados os prazos legais;

IV - "Destruída", fiscalização concluída pela RFB ou pelos anuentes, com registro de destruição realizado pela RFB no sistema;

V - "Devolvida/Declaração Cancelada", solicitação de devolução encaminhada ao sistema pela empresa de courier e a devolução permitida pelas regras de controle do sistema; e

VI - "Desembaraçada", liberada sem lançamento tributário ou com registro da informação do recolhimento integral no sistema.

§ 1º São ainda situações finais dos registros manifestados no Siscomex Remessa:

I - "Baixada - Presença de Carga em Outro Manifesto", registro baixado automaticamente pelo sistema devido à presença de carga da remessa em manifesto diferente do que ela foi manifestada, dentro do período de 15 dias do manifesto inicial;

II - "Baixada - Sem Presença de Carga", remessa sem informação de presença de carga, com o registro baixado manualmente pela RFB; e

III - "Devolvida", remessa sem DIR com solicitação de devolução encaminhada ao sistema pela empresa de courier e a devolução permitida pelas regras de controle do sistema.

§ 2º Toda situação final deverá ser motivada, exceto a "Desembaraçada".

Art. 59. O registro da DIR será cancelado pela fiscalização aduaneira nos casos de remessas:

I - baixadas no manifesto eletrônico, exceto se ficar comprovado que a mercadoria declarada ingressou no país;

II - descaracterizadas do despacho aduaneiro com base em DIR; ou

III - em devolução ou redestinação ao exterior.

Art. 60. A empresa de courier deverá realizar controle permanente sobre as remessas nas situações transitórias e adotar as providências ao seu cargo para que atinjam situação final.

§ 1º A empresa de courier deverá encaminhar até o dia 10 (dez) de cada mês relatório com o quantitativo de remessas em situações transitórias, conforme modelo e instruções de preenchimento constantes do Anexo II, via correio eletrônico, ao chefe da Dicae, da Coana, com cópia para o chefe da equipe aduaneira do recinto.

§ 2º O chefe da equipe aduaneira do recinto deverá avaliar o relatório apresentado e adotar providências junto aos respectivos responsáveis para que os despachos sejam finalizados, com a atualização dos registros para a devida situação final.

CAPÍTULO VI

DA DEVOLUÇÃO, REDESTINAÇÃO E DESTRUIÇÃO

Seção I

Da Devolução e da Redestinação

Art. 61. A devolução ou redestinação de remessa postal internacional ao exterior poderá ser determinada por autoridade competente ou permitida no interesse do destinatário, do remetente ou da própria empresa de courier, nos termos do art. 53 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

§ 1º Em qualquer hipótese, determinação ou permissão, o despacho aduaneiro de devolução ou redestinação fica condicionado à prévia solicitação de autorização para devolução ou redestinação apresentada formalmente à fiscalização aduaneira.

§ 2º A redestinação aplica-se a remessas que tenham chegado ao país com erro inequívoco ou comprovado de expedição, reconhecido pelo Auditor-Fiscal da RFB.

Art. 62. A solicitação de autorização de devolução ou redestinação de que trata o § 1º do art. 61 será feita por meio de:

I - envio de arquivo de solicitação de devolução ao Siscomex Remessa, quando tratar-se de remessa com presença de carga e que não tenha atingido uma situação final, ressalvado o disposto nos arts. 64 e 65 desta Portaria; ou

II - apresentação da Declaração de Remessas de Exportação (DRE), opção Devolução, e respectiva Relação de Remessas de Exportação (RRE), conforme modelo constante do Anexo III, nas demais hipóteses.

§ 1º O envio do arquivo de que trata o inciso I do caput representa ao mesmo tempo solicitação pela empresa de courier de cancelamento das DIR que não se encontram na situação cancelada;

§ 2º O despacho aduaneiro de devolução ou redestinação será realizado:

I - Na hipótese do inciso I do caput, com base em DRE, opção Devolução, representativa das remessas cuja devolução for autorizada pelo Siscomex Remessa, dispensada apresentação de RRE.

II - Na hipótese do inciso II do caput, com base em DRE, opção Devolução e respectiva RRE.

§ 3º Aplicam-se à DRE, opção Devolução, no que for cabível, as disposições relativas à seleção, conferência, e desembaraço aduaneiro previstas para a DRE, opção exportação pessoa física (CPF ou passaporte) ou pessoa jurídica (CNPJ).

Art. 63. Na hipótese do inciso I do caput do art. 62 a empresa de courier deverá indicar no arquivo de solicitação de devolução o número da DRE e o motivo da devolução.

§ 1º O arquivo deverá indicar o motivo da devolução, dentre os que seguem:

I - Erro inequívoco ou comprovado de expedição;

II - Não atendimento de exigência no prazo da legislação;

III - Não atendimento da modalidade/legislação;

IV - Não liberação pelos órgãos de controles específicos;

V - Outros motivos de devolução;

VI - Recusa ou impossibilidade de entrega; ou

VII - Divergências operacionais não reconhecidas pela fiscalização aduaneira.

§ 2º O Siscomex Remessa disponibilizará arquivo de processamento com um número Identificador de Devolução contendo as remessas cuja devolução foi autorizada.

§ 3º As remessas com devolução autorizada pelo sistema serão atualizadas para a situação:

I - "Devolvida/Declaração Cancelada", quando objeto de DIR registrada; ou

II - "Devolvida", quando sem registro de DIR.

Art. 64. A autorização automática de devolução pelo Siscomex Remessa ocorrerá quando a remessa estiver na situação:

I - "Liberada";

II - "Não Liberada";

III - "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento";

IV - "Em Divergência por Abandono - Sem Declaração";

V - "Manifestada"; e

VI - "Em Devolução/Declaração Cancelada".

§ 1º A autorização prevista no caput não será concedida quando as remessas nas situações dos incisos I a V apresentarem:

I - ocorrência da RFB não resolvida; ou

II - multa aplicada, sem o recolhimento informado no sistema.

§ 2º Para que a remessa objeto de DIR com ocorrência da RFB não resolvida seja atualizada para situação que atenda aos requisitos do caput e possa ser devolvida, se aplicável, a empresa de courier deverá apresentar ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pela ocorrência requerimento de cancelamento da DIR e liberação para devolução ao exterior.

§ 3º O atendimento do requerimento de que trata o § 2º, caracteriza-se pela alteração da situação da DIR para a situação transitória "Em Devolução/Declaração Cancelada".

Art. 65. A solicitação de autorização para devolução ao exterior, nos termos do inciso I do caput do art. 62, de remessa objeto de DIR na situação "Em Fiscalização" pela RFB ou pelos anuentes, deve ser precedida de requerimento apresentado pela empresa de courier:

I - de cancelamento da DIR e liberação para devolução ao exterior ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho aduaneiro; ou

II - de finalização da fiscalização mediante alteração da DIR para a situação "Não Liberada" ao anuente responsável pela exigência.

Parágrafo único. O Auditor-Fiscal da RFB, em relação ao requerimento a ele dirigido:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - poderá decidir pela devolução à origem, conclusão da fiscalização com os elementos disponíveis, ou adoção de outra providência prevista na legislação aduaneira ou de comércio exterior; e

II - deverá, na hipótese de deferimento, alterar a situação da DIR no Siscomex Remessa para a situação transitória "Em Devolução/Declaração Cancelada".

Art. 66. Será determinada de ofício pela RFB a devolução da remessa:

I - sujeita a multa, por infração fiscal, ainda não paga, quando houver vencido o prazo de guarda sem pagamento e os bens contidos na remessa forem desprovidos de valor comercial e de utilidade, ou cujo processo de apreensão, guarda e destinação pela RFB representar ônus superior ao resultado esperado da destinação, de acordo com análise da fiscalização; ou

II - em outras hipóteses previstas na legislação.

§ 1º Quando se tratar de remessa submetida a despacho aduaneiro com base em DIR, a determinação de devolução de ofício deverá ser acompanhada pela alteração da situação da DIR para a situação transitória "Em Devolução/Declaração Cancelada", efetuada pelo Auditor-Fiscal da RFB.

§ 2º A providência junto ao Siscomex Remessa de que trata o § 1º poderá ser promovida em lotes de até 100 (cem) remessas e deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias após a interrupção do despacho ou liberação da remessa com crédito tributário.

§ 3º Acima do prazo de 60 (sessenta) dias da interrupção ou liberação, a remessa terá sua situação alterada automaticamente pelo sistema para "Em Divergência por Abandono - Ocorrência Sem Resolução" ou "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento" conforme o caso, o que exigirá a baixa de tais divergências, pelo Auditor-Fiscal da RFB, previamente à providência de que trata o § 1º.

§ 4º O chefe da equipe aduaneira do recinto indicará o Auditor-Fiscal da RFB responsável pela análise e decisão em relação à devolução de ofício de que trata o inciso I do caput.

§ 5º Quando se tratar de remessa não vinculada à declaração de importação no Siscomex Remessa, a determinação de devolução será formalizada de acordo com controles locais estabelecidos pelo chefe da equipe aduaneira do recinto.

Art. 67. A empresa de courier deverá providenciar a devolução ao exterior ou redestinação de remessa expressa nas hipóteses e prazos previstos nos arts. 32 e 54 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

§ 1º Deverá também ser devolvida ao exterior a remessa com divergência operacional, nas hipóteses previstas no inciso II do caput do art. 55 ou no seu § 2º, não reconhecida pela fiscalização aduaneira.

§ 2º Não se aplicam às remessas desembaraçadas em despacho aduaneiro de importação, cuja respectiva entrega ao destinatário não foi possível, as disposições relativas ao despacho aduaneiro de devolução ao exterior.

Seção II

Da Destruição

Art. 68. O Auditor-Fiscal da RFB ou os anuentes poderão determinar a destruição de remessas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 1º A empresa de courier:

I - é responsável pela destruição, sem ônus para a Fazenda Nacional; e

II - deve providenciar a destruição da remessa no prazo de até 30 (trinta) dias da autorização ou determinação registrada no Siscomex Remessa ou da ciência da autorização ou determinação expressa em documento físico.

§ 2º O Auditor-Fiscal da RFB ou os anuentes poderão determinar a destruição, quando julgarem necessário, em prazo inferior ao previsto no inciso II do § 1º, ou, em casos justificados, autorizar a prorrogação deste prazo.

§ 3º A destruição determinada pela RFB far-se-á mediante a lavratura de termo, que será assinado por dois servidores da RFB e pelo representante da empresa de courier.

§ 4º À vista do termo de destruição lavrado por servidores da RFB ou pelos anuentes, o Auditor-Fiscal da RFB registrará a ocorrência pertinente no Siscomex Remessa, quando houver DIR registrada para a remessa, e alterará a situação final da DIR para "Destruída".

Título VI

da exportação

Art. 69. O despacho aduaneiro de exportação poderá ser promovido pela empresa de courier, dispensada habilitação do exportador, pessoa física ou jurídica, para operação no Siscomex, nas seguintes hipóteses:

I - remessas contendo bens no valor até US$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), mediante apresentação de DRE;

II - remessas contendo bens de qualquer valor, com base em Declaração Única de Exportação (DU-E), registrada pela empresa de courier na condição de declarante contratado pelo exportador para promover em seu nome o despacho de exportação, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017; ou

III - remessas contendo bens de qualquer valor, com base em declaração formulada no Siscomex Exportação (DE, DU-E), registrada pela empresa de courier na condição de operador logístico habilitado para a realização do despacho aduaneiro de exportação em nome de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.676, de 2 de dezembro de 2016, e observadas as normas específicas para cada tipo de declaração.

§ 1º Na hipótese prevista no art. 75 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017 o despacho aduaneiro de exportação poderá, alternativamente, ser realizado por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E), registrada em módulo próprio no Portal Siscomex.

§ 2º No recinto alfandegado onde a empresa de courier estiver habilitada na modalidade comum só poderá ser promovido o despacho aduaneiro de que trata o inciso I do caput, devendo os previstos nos demais incisos e no § 1º serem promovidos no Teca do respectivo aeroporto, ressalvado o disposto no § 4º do art. 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

§ 3º A empresa de courier poderá utilizar para o exercício das atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de que trata este artigo:

I - dirigente ou empregado com vínculo empregatício exclusivo; e

II - despachante aduaneiro.

§ 4º Para fins do § 3º, o procedimento de credenciamento e obtenção de habilitação para operar sistemas da RFB, quando aplicável, obedecerá a legislação específica.

Art. 70. O despacho aduaneiro de exportação com base no documento previsto no inciso I do caput do art. 69, não poderá ser realizado quando o tratamento administrativo aplicável às exportações indique a necessidade de anuência por órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável por controles específicos no comércio exterior para qualquer dos bens integrantes da remessa, ressalvado o disposto no § 2º do art. 66 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

Parágrafo único. A necessidade de anuência a que se refere o caput será verificada mediante consulta ao Simulador do Tratamento Administrativo de Exportação disponível no Portal Siscomex na Internet, pelo remetente e subsidiariamente pela empresa de courier.

Art. 71. O despacho aduaneiro das remessas expressas a serem transportadas por mensageiro internacional, na exportação, deverá ser realizado no recinto alfandegado onde a empresa de courier estiver habilitada.

§ 1º O despacho referido no caput obedecerá ao limite estabelecido no inciso I do caput do art. 69, bem como os demais requisitos para exportação de remessas expressas.

§ 2º Após o desembaraço, a empresa de courier poderá entregar a unidade de carga ao mensageiro para embarque ao exterior.

§ 3º Após a entrega da remessa ao destinatário no exterior, a empresa de courier deverá apresentar à fiscalização aduaneira responsável pelo despacho da DRE cópias do cartão de embarque do mensageiro e do comprovante de entrega da remessa.

§ 4º O titular da unidade da RFB de jurisdição do aeroporto de embarque poderá disciplinar procedimentos complementares ao disposto nesse artigo.

Art. 72. Na exportação de moedas comemorativas lançadas pelo Banco Central do Brasil, deverá ser considerado como valor do bem o preço de sua aquisição, e não o valor de face que possua.

Seção I

Da Exportação com Base em DRE

Art. 73. Na hipótese de utilização de DRE a empresa de courier deverá apresentar declarações distintas, de acordo com as seguintes espécies:

I - remessas DOC transportadas sob conhecimento courier:

II - remessas NÃO DOC transportadas sob conhecimento courier, sujeitas ou não a tributos;

III - remessas DOC transportadas por mensageiro internacional (on board courier); ou

IV - remessas NÃO DOC transportadas por mensageiro internacional (on board courier).

§ 1º A DRE relativa a remessas NÃO DOC deverá:

I - ser distinta para remetentes pessoa física ou jurídica; e

II - estar acompanhada de RRE.

§ 2º Não será registrada DRE relativa a remessas NÃO DOC cuja RRE contenha remessa sem a informação do número do CPF, CNPJ ou do passaporte do remetente.

§ 3º As remessas DOC, sem prejuízo da inspeção não invasiva e de seleção para conferência aduaneira, serão liberadas sem outras formalidades.

§ 4º O chefe da equipe aduaneira do recinto poderá:

I - decidir sobre a forma de distribuição do registro das DREs ao longo do dia considerando os horários dos voos, as características do recinto, tipo e quantidade de remessa; e

II - estabelecer outros critérios de formação das DREs além dos relacionados neste artigo.

Art. 74. O despacho aduaneiro de exportação com base em DRE será instruído com os seguintes documentos:

I - mawb emitido pela companhia aérea transportadora;

II - nota fiscal; e

III - outros, indicados em legislação específica.

§ 1º A nota fiscal não é exigível nas situações em que, comprovadamente, a legislação vigente dispense a emissão do documento.

§ 2º O exportador pessoa jurídica deverá apresentar nota fiscal eletrônica, exceto nas hipóteses em que a legislação de regência dispensar a apresentação do documento neste formato.

§ 3º Não se aplica o disposto no inciso I do caput para o caso de remessa transportada por mensageiro internacional.

Art. 75. A DRE deverá ser apresentada pela empresa de courier à RFB para registro, em 2 (duas) vias, no recinto onde está habilitada a operar, com antecedência mínima de 4 (quatro) horas em relação ao horário previsto para a entrega da carga à companhia aérea responsável pelo transporte internacional.

Parágrafo único. O titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o recinto disciplinará o procedimento previsto no caput, podendo alterar o prazo mínimo e determinar outro local de apresentação da DRE pela empresa de courier.

Art. 76. A seleção para conferência aduaneira das remessas NÃO DOC submetidas a despacho com base em DRE será assinalada no campo específico da RRE pelo Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho.

Parágrafo único. As remessas sujeitas a controle dos anuentes deverão estar indicadas no campo específico da RRE.

Art. 77. Constatada, durante a conferência aduaneira, ocorrência que impeça o prosseguimento do despacho aduaneiro, a remessa será retida mediante preenchimento da RRR, até o cumprimento da exigência.

§ 1º A remessa retida na forma do caput permanecerá sob custódia da empresa de courier e deverá ser mantida em local separado da área de despacho até o cumprimento da exigência fiscal.

§ 2º A ocorrência da conferência aduaneira e eventuais retenções deverão ser registradas no sistema de rastreamento da empresa.

§ 3º Aplica-se à conferência aduaneira na exportação, no que for cabível, o disposto nesta Portaria para a conferência aduaneira na importação.

Art. 78. A remessa expressa descaracterizada do despacho aduaneiro com base em DRE, será retida pelo Auditor-Fiscal da RFB, mediante preenchimento da RRR, e encaminhada ao recinto próprio para ser providenciado o despacho aduaneiro com base em declaração aduaneira registrada no Siscomex.

§ 1º Quando tratar-se de recinto no qual a empresa de courier estiver habilitada na modalidade especial, o despacho aduaneiro com base no Siscomex poderá ser realizado no próprio recinto, na área específica destinada ao tratamento de remessas sujeitas a despacho com base no Siscomex.

§ 2º Na hipótese prevista no caput a remessa poderá ser devolvida ao remetente, salvo se o conteúdo estiver sujeito à apreensão ou destruição.

Art. 79. As remessas não selecionadas para conferência aduaneira e aquelas selecionadas cuja fiscalização tenha sido concluída sem registro de ocorrência impeditiva serão desembaraçadas mediante registro da data, identificação e assinatura do Auditor-Fiscal da RFB, responsável pelo despacho, no campo específico da DRE.

§ 1º As remessas sujeitas a controle dos anuentes serão desembaraçadas após a liberação pelo respectivo órgão ou entidade.

§ 2º As remessas retidas em RRR serão consideradas desembaraçadas mediante baixa do respectivo registro pelo Auditor-Fiscal da RFB por meio de visto e data nos campos específicos da RRR.

§ 3º As remessas retidas em RRR com conclusão da fiscalização distinta do disposto no § 2º deverão ter o respectivo registro baixado pelo Auditor-Fiscal da RFB por meio de visto e data nos campos específicos da RRR, com a indicação da respectiva destinação.

§ 4º A empresa de courier só poderá providenciar a expedição das remessas de exportação após confirmação do desembaraço.

Art. 80. Na hipótese de despacho aduaneiro com base em DRE realizado em aeroporto distinto daquele do embarque para o exterior, ou em zona secundária, as remessas seguirão até o aeroporto onde será realizado o embarque em regime de trânsito aduaneiro com base em Declaração de Trânsito de Transferência (DTT).

Art. 81. É vedada a disponibilização da DRE e seus anexos aos remetentes.

Parágrafo único. A empresa de courier poderá disponibilizar aos remetentes comprovante de exportação com os dados contidos na DRE e seus anexos e específicos da remessa expressa de que trata o respectivo documento.

TÍTULO VII

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 82. Os valores recolhidos a título de tributo administrado pela RFB vinculado a uma DIR, poderão ser restituídos ao destinatário importador, em virtude de cancelamento ou retificação da DIR.

§ 1º O contribuinte deverá protocolar pedido de cancelamento ou retificação de DIR e a restituição do correspondente crédito tributário no CAC de qualquer unidade da RFB.

§ 2º O pedido deverá ser acompanhado de:

I - cópia do demonstrativo de que trata o art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, entregue pela empresa de courier ao destinatário relativo à DIR vinculada ao pedido;

II - comprovante de pagamento à empresa de courier (boleto bancário, tíquete do cartão de crédito, etc.);

III - fatura comercial da transação ou documento equivalente;

IV - comprovante de pagamento da transação ao exterior com vinculação explícita à remessa ou aos bens nela contidos;

V - outros documentos que auxiliem na comprovação do alegado pelo contribuinte, inclusive anúncio dos bens no sítio da Internet da empresa vendedora;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - cópia do passaporte com carimbos de entrada e saída no país onde residiu, cópia da passagem aérea de retorno, comprovante do consulado brasileiro do país onde residiu no qual conste período de residência, ou documento de efeito equivalente, caso tratar-se de DIR referente à remessa relativa a bagagem desacompanhada; e

VII - formulário "Pedido de Reconhecimento de Direito de Crédito Decorrente de Cancelamento ou de Retificação de Declaração de Importação e Reconhecimento de Direito", de que trata o art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017.

§ 3º O contribuinte deverá, ainda, juntar ao processo:

I - se pessoa física, CPF e cópia de documento de identidade; ou

II - se pessoa jurídica, cópia simples do contrato ou estatuto social, atualizado, e documento de identidade do signatário do pedido, com os documentos que lhe confiram poderes para realizar o pleito em nome da pessoa jurídica, caso os poderes não estejam expressos no contrato social ou estatuto.

§ 4º A unidade da RFB de atendimento deverá encaminhar o processo eletrônico para a unidade da RFB de despacho da DIR.

§ 5º A unidade da RFB de despacho:

I - analisará o pleito, promovendo, se for o caso, o cancelamento ou retificação da DIR;

II - verificará no Siscomex Remessa se há DARF vinculado à DIR, comprovando o recolhimento do crédito tributário; e

III - encaminhará o pedido ao setor ou à unidade competente para reconhecimento do direito creditório, a qual executará os procedimentos relativos à restituição, dentre eles a baixa do valor restituído no DARF original, no sistema SIEF.

TÍTULO VIII

ENTREGAS DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL

Art. 83. A decisão judicial não transitada em julgado que determine entrega da remessa livre de pagamento de tributos ou com recolhimento parcial poderá ter como parte obrigada a cumprir a decisão:

I - a União;

II - o titular da unidade da RFB que jurisdiciona o recinto alfandegado;

III - a empresa de courier; ou

IV - combinação entre as pessoas constantes dos incisos I a III.

§ 1º As decisões que se enquadrem nos incisos I, II e IV do caput devem ser encaminhadas ao titular da unidade da RFB que jurisdiciona o recinto para análise e manifestação.

§ 2º O titular da unidade da RFB encaminhará manifestação, quando for o caso, ao chefe da equipe aduaneira do recinto com determinação de entrega da remessa.

§ 3º O Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo cumprimento da determinação de que trata o § 2º adotará as seguintes providências:

I - determinará que a empresa de courier efetue a entrega da remessa ao interessado, em decorrência da decisão judicial, quando for o caso;

II - selecionará a ocorrência "Decisão Judicial - Entrega ou Retenção" no Siscomex Remessa, preenchendo o campo "Observação" da ocorrência com os dados do processo judicial e informando a data da entrega da remessa de acordo com os registros contidos no sistema de rastreamento da empresa de courier; e

III - encaminhará ao setor competente da unidade cópia da DIR e da tela de consulta ao sistema de rastreamento na qual conste a data da entrega da remessa, para acompanhamento do processo judicial.

§ 4º Quando se tratar de decisão que se enquadre no inciso III do caput, a empresa de courier deverá entregar cópia da decisão judicial ao chefe da equipe aduaneira do recinto para análise sumária por Auditor-Fiscal da RFB designado que adotará as seguintes providências:

I - comunicará formalmente à empresa de courier a existência ou não de óbices ou condicionamentos ao cumprimento da decisão; e

II - registrará ocorrência nos temos do inciso II do § 3º, quando ocorrer a entrega.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o chefe da equipe aduaneira do recinto deverá providenciar para que a comunicação à empresa de courier observe o prazo operacionalmente necessário para cumprimento da decisão judicial.

§ 6º No caso de liberação sem o recolhimento do crédito tributário informado na DIR, o Auditor-Fiscal da RFB deverá lavrar o competente auto de infração com suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

§ 7º A empresa de courier e a RFB devem acompanhar o processo e atualizar os registros conforme os desdobramentos da decisão judicial.

§ 8º O chefe da equipe aduaneira do recinto designará o Auditor-Fiscal da RFB responsável pelas atividades previstas neste artigo.

TÍTULO IX

DO ATENDIMENTO

Art. 84. Todo atendimento ao público relativo à situação de remessa expressa internacional será realizado pela empresa de courier.

§ 1º As informações relacionadas à logística da remessa, tais como localização, prazo de entrega, devolução, entre outras, são de responsabilidade exclusiva da empresa de courier.

§ 2º As informações de natureza tributária da remessa, tais como lançamentos, exigência fiscal, entre outras a cargo da RFB, serão prestadas por intermédio da empresa de courier.

§ 3º A empresa de courier contatará a RFB para obtenção das informações de que trata o § 2º, caso necessário.

§ 4º Para fins de obtenção das informações de que trata este artigo, o destinatário ou o remetente poderá utilizar:

I - o sistema de rastreamento da empresa de courier, no caso do § 1º; ou

II - o SAC da empresa de courier.

TÍTULO x

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 85. Para o cálculo dos limites de valor de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 16 e os incisos I e II do art. 69 será considerado o valor Free on Board (FOB) dos bens contidos na remessa.

Art. 86. A empresa de courier está obrigada a manter arquivado, em meio físico ou eletrônico, para cada remessa transportada, pelo prazo de 6 (seis) anos contados da chegada no País ou do embarque ao exterior, conforme o caso, a seguinte documentação:

I - respectivo mawb;

II - respectivo conhecimento de carga courier;

III - comprovante de sua entrega ao destinatário no País, na importação;

IV - respectiva declaração aduaneira e os formulários que a acompanha, exceto na hipótese de declaração registrada no Siscomex;

V - fatura comercial ou documento de efeito equivalente, na importação;

VI - RRR, quando utilizado;

VII - demais documentos apresentados no despacho aduaneiro pelo remetente ou destinatário, conforme o caso; e

VIII - registro que identifique a pessoa que entregou (exportação) ou recebeu a remessa (importação), seja no balcão da empresa ou em ato de coleta ou entrega, com indicação do número, tipo de documento e nome da pessoa.

Art. 87. Os formulários instituídos pela Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017 e por esta Portaria, quando utilizados, serão impressos no formato A4 (210 mm x 297 mm), na cor preta em papel ofsete de 75 mg/m2, dentro dos padrões normais de alvura.

Parágrafo único. O registro das declarações e o controle dos formulários serão efetivados com a atribuição de número sequencial e local, reiniciado anualmente, por unidade da RFB de despacho aduaneiro, a partir de 0001, precedido do correspondente ano utilizando-se 4 (quatro) dígitos.

Art. 88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 89. Ficam revogados a Portaria Coana nº 24, de 29 de março de 2016, a Portaria Coana nº 63, de 9 de setembro de 2016, o Ato Declaratório Executivo Coana nº 1, de 3 de janeiro de 2012, e o Ato Declaratório Executivo Coana nº 13, de 9 de junho de 2016.

JACKSON ALUIR CORBARI

ANEXO I

Receita Federal

RELAÇÃO DE REMESSAS RETIDAS, MULTI-LOTE PARCELADA E MALA DIPLOMÁTICA - RRR

EMPRESA:		CNPJ:	
TIPO:	[ ] Retenções [ ] Aguardando DIR [ ] Multi-Lote Parcelada [ ] Mala diplomática [ ] Carnê ATA	Folha nº (XX de YY)	

INFORMAÇÕES DO MANIFESTO/VOO

IMPORTAÇÃO (Sistema ou nº DIR):		NÚMERO MANIFESTO (*):		PAÍS DE ORIGEM:		DATA/HORÁRIO MANIFESTO (*):		UNIDADE ADUANEIRA DE ENTRADA (Código + Sigla)	
EXPORTAÇÃO (nº DRE)		NÚMERO VOO:				DATA/HORÁRIO VOO:			

ITEM	Nº REMESSA (AWB courier)	Nº DIR (*)	IDENTIFICAÇÃO FISCAL DO DESTINATÁRIO (IMP) / REMETENTE (EXP) (CPF / CNPJ / Passaporte)	NOME DESTINATÁRIO (IMP) / REMETENTE (EXP)	PESO BRUTO (Kg)	VALOR DA REMESSA (US$)	QUANTIDADE DE VOLUMES		LOTE COMPLETO?			MOTIVO	DATA REGISTRO / BAIXA	VISTO RFB	OBSERVAÇÕES
							TOTAL	RECEBIDOS	SIM	NÃO	MULTA Art. 702 III "c" Decreto 6.759/2009 (R$)				

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA DE COURIER (DATA, NOME E ASSINATURA)	REPRESENTANTE LEGAL DO OPERADOR AEROPORTUÁRIO/DEPOSITÁRIO (DATA E HORÁRIO (*), NOME E ASSINATURA)	AUDITOR-FISCAL DA RFB (CARIMBO COM NOME, DATA E ASSINATURA)

Modelo aprovado pela Instrução Coana nº 83, de 17 de outubro de 2017.

(*) informar quando objeto de registro no Siscomex Remessa. (*) Horário obrigatório

ANEXO II

Relatório de Remessas em Situações Transitórias no Siscomex Remessa

Receita Federal

Empresa de Courier: **Mês Relatório:**

Situação Registros	TOTAL	2016	2017	2018	2019
Manifestada	0				
Em Devolução / Declaração Cancelada	0				
Em Divergência de Manifesto	0				
Em Divergência por Abandono - Falta de Declaração	0				
Em Divergência por Abandono - Ocorrência sem Resolução	0				
Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento	0				
Em Fiscalização	0				
Em Fiscalização Por Revisão	0				
Em Seleção	0				
Liberada	0				
Não Liberada	0				
TOTAL Remessas em Situações Transitórias	0	0	0	0	0

Instruções de preenchimento:

1) O formulário deverá ser preenchido por Empresa de courier por UA de despacho.

2) O campo Mês Relatório deve ser preenchido com a indicação do mês de emissão e envio do formulário.

3) As colunas com o ano devem ser preenchidas com a quantidade de remessas que se encontram na situação transitória indicada em cada linha em cada ano, registradas no sistema até o último dia do mês anterior no Mês Relatório.

Modelo aprovado pela Portaria Cocna nº 81, de 17 de outubro de 2017.

ANEXO III

Receita Federal

RELAÇÃO DE REMESSAS DE EXPORTAÇÃO - RRE

EMPRESA:

MAWB Nº Observação:

DRE Nº

DATA: / /

FOLHA: ____ DE ____

SEL	Nº REMESSA	CPF/CNPJ/ PASSAPORTE	REMETENTE	QTDE. DE VOL.	PESO BRUTO KG	VALOR DA REMESSA US$	DESCRIÇÃO DA REMESSA	ANº	PAÍS DE DESTINO	DESTINATÁRIO	OBSERVAÇÕES

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA DE COURIER
(DATA, NOME E ASSINATURA)

AUDITOR-FISCAL DA RFB
(CARIMBO COM NOME, DATA E ASSINATURA).

(*) Indicação de anuência por parte de outros órgãos. Informar quando for o caso.

Modelo aprovado pela Portaria Cocna nº 81, de 17 de outubro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 82, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre procedimentos operacionais relativos ao controle e despacho aduaneiro de remessa postal internacional.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 129 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Os procedimentos operacionais relativos à movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de remessas postais internacionais e a prestação de informações no Siscomex Remessa, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), serão promovidos nos termos, limites e condições estabelecidos nesta Portaria.

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria entende-se por:

I - remessa, a remessa postal internacional que se enquadre nas características de remessa postal definidas pela legislação postal brasileira e permutada pela ECT com operador estrangeiro designado ou não designado;

II - anuentes, os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal responsáveis por controles específicos no comércio exterior;

III - União Postal Universal (UPU), organização intergovernamental da qual o Brasil é país-membro destinada a promover a regulação, orientação e desenvolvimento da atividade postal internacional;

IV - operador designado, qualquer entidade governamental ou não governamental designada oficialmente pelo país-membro da UPU para garantir a exploração dos serviços postais e cumprir com as obrigações relacionadas, decorrentes dos atos da UPU, em seu território;

V - Centro Internacional (Ceint), recinto alfandegado para movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de remessa postal internacional;

VI - mala ou mala postal, qualquer receptáculo fechado e com controle de identificação em que são transportadas as remessas;

VII - carga postal, carga que contenha exclusivamente remessas postais internacionais, estando ou não contidas em receptáculos de transporte;

VIII - bens a serem submetidos a processo de industrialização, bens que se integram ao produto final no processo de industrialização, tais como matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem;

IX - equipe aduaneira em exercício no Ceint, o Serviço, a Seção ou a Equipe da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no exercício da fiscalização aduaneira do recinto;

X - número de identificação do destinatário, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou o número do passaporte, no caso de estrangeiro;

XI - formulário de declaração para alfândega, documento que acompanha o objeto postal da origem até seu destino final contendo as informações necessárias ao desembaraço aduaneiro, prevista nos atos da UPU, que pode ser nos modelos CN-22, CN-23 ou CP-72;

XII - sistema S-NTS, sistema informatizado da RFB para o controle de trânsito aduaneiro simplificado de remessas postais internacionais;

XIII - Lista de Remessas, lista específica, eletrônica ou impressa, contendo a identificação de remessas em exportação, inclusive em devolução ao exterior, extraída de sistemas informatizados de controle de exportação da ECT; e

XIV - Convenção da UPU, norma postal internacional, promulgada pelo Decreto nº 84.774, de 6 de junho de 1980.

TÍTULO II

DOS DOCUMENTOS DE TRANSPORTE INTERNACIONAL

Art. 3º O transporte internacional de carga postal será feito ao amparo:

I - dos documentos de transporte previstos nos atos da UPU;

II - do conhecimento de transporte aéreo internacional, Air WayBill (AWB), modelo International Air Transportation Association (IATA);

III - do conhecimento de transporte marítimo internacional, Bill of Lading (BL); e

IV - Conhecimento Internacional de Transporte Rodoviário (CRT) e Manifesto Internacional de Carga Rodoviária/Declaração de Trânsito Aduaneiro (MIC/DTA).

Parágrafo único. A ECT poderá receber de ou enviar carga postal para operadores designados ou não designados.

TÍTULO III

DA INSPEÇÃO NÃO INVASIVA

Art. 4º Toda remessa, na importação ou exportação, deverá ser submetida à inspeção não invasiva.

§ 1º Os aparelhos de inspeção não invasiva, próprios ou alugados, deverão ser fornecidos pela ECT e suas especificações deverão atender os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no Ato Declaratório Executivo Coana nº 19, de 6 de outubro de 2014.

§ 2º A equipe de operação dos aparelhos de inspeção não invasiva, própria ou contratada, deverá ser fornecida pela ECT.

§ 3º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint poderá estabelecer critérios para execução da atividade de inspeção, podendo determinar inspeção por grupos de remessas segregadas por origem, por remetente, por tamanho de volume, dentre outros critérios.

TÍTULO IV

DA IMPORTAÇÃO

CAPÍTULO I

DO TRÂNSITO ADUANEIRO

Art. 5º A carga postal que chegar ao País amparada em documentos de transporte da UPU ou em BL ou AWB será movimentada entre o porto ou aeroporto internacional de chegada e o Ceint responsável pelo tratamento da carga em veículo exclusivo de carroceria fechada, sob responsabilidade da ECT, dispensado o regime especial de trânsito aduaneiro.

§ 1º Enquanto não disponível no Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (MANTRA) opção de informação de carga específica para o AWB que ampare carga postal, os transportadores deverão informar a chegada da carga no País mediante utilização da opção Master de Remessa Expressa (MREMEXPR, tipo 06), indicando o número do AWB com código TC9 de tratamento de carga.

§ 2º No caso do § 1º a ECT deverá registrar a recepção da carga no MANTRA, através das opções "MAN-COUR - REMESSAS EXPRESSAS DESCARACT." e "COUR-01 - REGISTRA RECEP. REM. EXPRESSAS", com a utilização do perfil MAN-COUR.

§ 3º A consignação do BL ou do AWB a qualquer Ceint (nome, endereço e CNPJ) constante do Anexo I desta Portaria é condição necessária e suficiente para a carga ser tratada nos termos deste artigo.

§ 4º O disposto no § 3º não impede o indeferimento pela fiscalização aduaneira do trânsito da carga para Ceint sempre que identificar que a carga não se reveste das características de carga postal.

§ 5º Dentre as características da carga postal, destacam-se sua composição em volumes endereçados a diversos destinatários, peso individual das remessas não superior a 50 kg, e presença de declaração para aduana (CN 22, CN 23 ou CP 72) aderida em cada volume, contendo a identificação do destinatário e descrição do conteúdo.

§ 6º O indeferimento do trânsito da carga implicará no seu armazenamento no Terminal de Carga Aérea (Teca) do próprio aeroporto para:

I - despacho aduaneiro, quando identificado que não se trata de carga postal; ou

II - atividades de fiscalização, quando houver elementos indicativos de infração aduaneira.

§ 7º Na hipótese do inciso II do § 6º quando os elementos indicativos de infração aduaneira atingirem apenas parte das remessas contidas na carga, poderá ser autorizada a remoção para Ceint da parte não atingida pelas irregularidades.

§ 8º Para os fins da execução do trânsito de que trata o caput, a carga será disponibilizada à representação da ECT no respectivo aeroporto.

§ 9º No Aeroporto Internacional de Guarulhos, o tratamento da carga para fins de trânsito para Ceint será executado no Terminal de Carga Aérea Internacional (GTCAI) da ECT naquele aeroporto, devendo ser observadas os procedimentos operacionais estabelecidos pelo titular da unidade local da RFB.

§ 10. O disposto neste artigo não se aplica às importações integrantes da sistemática Importa Fácil Ciência, que serão removidas ao Ceint de despacho por meio de Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), registrada no Siscomex Trânsito.

§ 11. O titular da unidade da RFB do aeroporto de chegada disciplinará os procedimentos operacionais relativos à movimentação da carga postal até o Ceint, na hipótese de Ceint localizado dentro do aeroporto de chegada.

Art. 6º O trânsito de que trata o caput do art. 5º será realizado:

I - mediante controle no sistema S-NTS, quando a unidade da RFB de jurisdição aduaneira do aeroporto de origem do trânsito for diferente da unidade de jurisdição aduaneira do Ceint de destino; ou

II - na forma disciplinada pelo titular da unidade da RFB de jurisdição aduaneira do aeroporto de origem do trânsito quando o Ceint de destino localizar-se na mesma jurisdição.

Parágrafo único. O veículo será lacrado com dispositivo da ECT, podendo a fiscalização aduaneira aplicar lacre da RFB ou proceder ao acompanhamento da carga.

Art. 7º A verificação, no destino, da tempestividade do trânsito, da integridade dos dispositivos de segurança aplicados, das condições físicas da unidade de carga e da contagem de volumes descarregados, será supervisionada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

§ 1º As atividades de que trata o caput deverão ser realizadas em área com ampla cobertura por câmeras que integrem sistema de monitoramento e vigilância do Ceint, conforme exigido pelo § 2º do art. 17 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

§ 2º As imagens geradas pelo sistema de monitoramento e vigilância poderão ser utilizadas na supervisão de que trata o caput.

§ 3º A realização das atividades previstas no caput:

I - dependerá de autorização ou determinação da fiscalização aduaneira, durante o horário de expediente da equipe aduaneira; e

II - poderá ser promovida pela ECT, para os trânsitos chegados ou disponíveis fora do horário ou dia de expediente da equipe aduaneira, que manterá registro próprio do resultado da verificação, mediante autorização do chefe da equipe aduaneira em atividade no Ceint.

§ 4º O chefe da equipe aduaneira em atividade no Ceint, ou seu substituto, poderá determinar que um ou mais trânsitos aduaneiros que se enquadrem na hipótese do inciso II do § 3º aguardem a presença da fiscalização aduaneira para que seja iniciada a verificação de que trata o caput.

§ 5º O registro da conclusão do trânsito no sistema S-NTS será providenciado por servidor designado pelo chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint, podendo ser utilizadas informações dos registros de controle de transporte da ECT, inclusive chancela eletrônica de horário de chegada do veículo em documento próprio, quando as informações não forem apuradas in loco pelo próprio servidor.

CAPÍTULO II

DA ABERTURA DE MALAS PROVENIENTES DO EXTERIOR

Art. 8º A abertura de malas será realizada sob autorização e supervisão do Auditor-Fiscal da RFB.

§ 1º Compete à ECT a abertura das malas.

§ 2º As malas contendo remessas postais expressas, Express Mail Service (EMS), serão tratadas com prioridade em relação às demais, devendo ser abertas no máximo até as 12 (doze) horas do dia útil seguinte ao da chegada no respectivo Ceint.

§ 3º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint poderá autorizar ou determinar a abertura de malas fora do prazo previsto no § 2º, em situações justificadas.

§ 4º Não serão abertas as malas em trânsito internacional ou com erro de destinação que cheguem ao País, salvo sob fundada suspeita ou quando seja impossível determinar seu destino, observadas as cautelas previstas nos atos da UPU quando se tratar de carga transportada ao amparo dos documentos previstos nos atos da UPU.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS DO DESPACHO ADUANEIRO DE REMESSAS

Art. 9º Serão desembaraçadas sem formalização de despacho aduaneiro as remessas constituídas de cartas, documentos, cartões-postais, impressos e as malas M.

§ 1º Poderão, ainda, ser desembaraçadas sem formalização de despacho aduaneiro:

I - livros, jornais ou periódicos;

II - as remessas de importação contendo bens enquadráveis na isenção mencionada no inciso II do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e

III - outras remessas de importação contendo bens não tributáveis e desprovidos de interesse fiscal, a critério do chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint.

§ 2º A dispensa de que trata o inciso I do § 1º não alcança as importações de bens destinados à revenda ou a serem submetidos à operação de industrialização.

§ 3º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint:

I - estabelecerá os procedimentos relativos ao controle de liberação das remessas de que trata este artigo; e

II - poderá estabelecer a obrigatoriedade de formalização de despacho aduaneiro de remessas enquadradas na hipótese do inciso II do § 1º, quando tratar-se de remessa EMS ou Colis Postaux.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. O registro de declaração aduaneira de importação no Siscomex Remessa relativa à remessa postal internacional será promovido exclusivamente pela ECT, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, e nesta Portaria.

Art. 11. O registro de declaração aduaneira no Siscomex Importação relativa à remessa postal internacional com base no regime comum de importação, no Regime de Tributação Simplificada (RTS) ou no Regime de Tributação Especial (RTE), observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, poderá ser realizado no Ceint onde a remessa se localize:

I - pela ECT, mediante sua contratação pelo destinatário da remessa para a realização do serviço de despacho aduaneiro, quando se tratar de:

a) Declaração Simplificada de Importação (DSI), relativa a remessa contendo bens cujo valor total não seja superior a US$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, aos quais deva ser aplicado o RTS, dispensada a prévia habilitação do destinatário para operação no Siscomex Importação;

b) DSI relativa a remessa contendo bens cujo valor total não seja superior a US$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, importados com isenção pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou por cientistas, pesquisadores ou entidades sem fins lucrativos, devidamente credenciados pelo referido Conselho, em quantidade ou frequência que não revele destinação comercial, dispensada a prévia habilitação do destinatário para operação no Siscomex Importação; ou

c) Declaração de Importação (DI), registrada em nome do destinatário pessoa jurídica, relativa a remessa contendo bens aos quais deva ser aplicado o regime comum de importação, observados os requisitos previstos nos arts. 12 e 13;

II - pelo destinatário ou seu representante legal, observadas as normas de habilitação previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. O destinatário deverá consultar, previamente à importação, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da ECT para se informar sobre a amplitude e as condições da prestação dos serviços de despacho aduaneiro no Siscomex Importação pela ECT.

Art. 12. O registro de DI pela ECT, em nome do destinatário e importador pessoa jurídica da remessa, fica condicionado à prévia:

I - habilitação da ECT e da empresa importadora a operar no Siscomex, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015; e

II - vinculação da ECT à empresa importadora, no Siscomex.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, observada a legislação específica aplicável a cada caso, será permitido o registro das declarações de importação correspondentes ao despacho para:

I - consumo;

II - admissão em entreposto aduaneiro;

III - admissão temporária; e

IV - consumo e admissão temporária.

Art. 13. Para fins da vinculação a que se refere o inciso II do caput do art. 12, a empresa importadora deverá apresentar à unidade da RFB de fiscalização aduaneira, com jurisdição sobre o seu estabelecimento matriz, requerimento indicando:

I - o nome do Ceint e seu número de inscrição no CNPJ; e

II - o prazo e operações para os quais a ECT foi contratada.

§ 1º As alterações ocorridas nas informações referidas nos incisos I e II do caput deverão ser comunicadas à RFB, na mesma forma prevista neste artigo.

§ 2º Para fins do inciso I do caput, os Ceint a serem considerados são os indicados no Anexo I desta Portaria.

Art. 14. Poderá ser promovido o despacho aduaneiro de remessa com base em formulário de DSI, quando a importação:

I - não se enquadre nas hipóteses de utilização de Declaração de Importação de Remessa (DIR) ou o destinatário tenha feito opção pelo regime comum de importação; e

II - atenda aos requisitos do art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006.

Parágrafo único. Na hipótese de bens sujeitos à anuência dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, essa será registrada em campo próprio do formulário de DSI.

Art. 15. A ECT deverá adotar solução operacional para que a remessa postal internacional possa chegar ao país com indicação, quando for o caso, de:

I - opção do destinatário pelo regime de tributação especial para bagagem;

II - opção do destinatário pelo regime comum de importação;

III - sujeição da remessa ou de bens nela contidos ao tratamento tributário de isenção, não incidência, ou imunidade; ou

IV - destinação comercial e classificação tarifária da Tabela Simplificada de Designação e de Codificação de Produtos (TSP) dos bens contidos na remessa.

Parágrafo único. A adoção da solução de que trata o caput deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta portaria, e ser amplamente divulgada ao público e operadores estrangeiros.

Seção I

Tratamento Administrativo e utilização do Siscomex Remessa

Art. 16. O registro de DIR pela ECT no Siscomex Remessa para remessas contendo bens destinados à revenda ou a serem submetidos à operação de industrialização só poderá ser realizado após consulta prévia à tabela TSP no Simulador de Tratamento Administrativo - Importação, no Portal Siscomex, na qual constate a não exigência de licenciamento simplificado de importação.

Parágrafo único. A DIR registrada pela ECT, com observância do disposto no caput, deverá atender aos seguintes requisitos:

I - a opção "S" (sim) deverá ser informada no atributo "destinacaoComercial" do elemento "remessa";

II - o código TSP deverá ser informado no início da descrição do bem, no atributo "descricao" do elemento "mercadoria", com o formato "TSPXXXX", onde XXXX é o código TSP correspondente; e

III - cada código TSP distinto deverá corresponder a um item do elemento "mercadoria".

Art. 17. O registro de DIR pela ECT no Siscomex Remessa para remessas contendo bens importados por missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais, de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e pelos seus respectivos integrantes, nos termos do disposto no inciso IV do art. 38, e no inciso V do art. 43, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, fica condicionado à disponibilização pela ECT de requisição do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1º A obtenção da requisição prevista no caput compete ao destinatário, mediante uso do formulário indicado no Anexo II da Instrução Normativa SRF nº 611, de 2006.

§ 2º Caso a remessa contenha bem sujeito a controle específico, e a manifestação favorável do anuente responsável não possa ser efetuada no Siscomex Remessa, esta deverá ser formalizada por meio de documento próprio emitido pelo anuente, ou no campo específico do formulário indicado no parágrafo anterior.

§ 3º O não atendimento dos requisitos indicados neste artigo implica na utilização das regras gerais do RTS para o despacho aduaneiro da remessa objeto de DIR.

Art. 18. O registro de DIR pela ECT no Siscomex Remessa para remessas contendo bens no valor total superior a US$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, importados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, e por autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderá ser realizado após consulta à NCM no Simulador de Tratamento Administrativo - Importação, no Portal Siscomex, por meio da qual constate a não exigência de licenciamento de importação para os bens integrantes da remessa.

Parágrafo único. Constatado por meio da consulta prevista no caput que qualquer bem integrante da remessa necessite de licenciamento, o despacho aduaneiro deverá ser conduzido por meio de declaração de importação registrada no Siscomex Importação.

Art. 19. O registro de DIR pela ECT no Siscomex Remessa para remessas contendo bens importados que se enquadrem nos incisos II a V do art. 42 e no inciso II do art. 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, fica condicionado à:

I - verificação pela ECT do atendimento aos requisitos para reconhecimento da não incidência ou da isenção do Imposto de Importação; e

II - disponibilização da documentação comprobatória, quando for o caso.

§ 1º Para bens integrantes de bagagem desacompanhada, deverão ser atendidos ainda os requisitos estabelecidos na legislação específica de bagagem de viajante, para reconhecimento dos regimes de tributação indicados no caput.

§ 2º Para efeitos de aplicação da não-incidência de tributos de bens de origem estrangeira exportados temporariamente, por pessoas físicas, que retornem ao País, poderá ser solicitada a comprovação de sua nacionalização ou exportação temporária.

Seção II

Restrições ao Despacho

Art. 20. A remessa endereçada à pessoa física com evidências de destinar-se à pessoa jurídica e sujeita a registro de DIR no Siscomex Remessa deverá ter seu despacho aduaneiro realizado em nome da pessoa jurídica.

§ 1º Para os fins do caput, a pessoa física deverá ser intimada à:

I - indicar o CNPJ do destinatário;

II - demonstrar seu vínculo com a pessoa jurídica; e

III - apresentar manifestação da pessoa jurídica confirmando que a remessa lhe é destinada.

§ 2º Considera-se suficiente para demonstração do vínculo de que trata o inciso II do § 1º a condição da pessoa física de proprietário, sócio ou dirigente da pessoa jurídica.

§ 3º O disposto nesse artigo:

I - se aplica a remessas cujo despacho deva ser realizado com base em declaração registrada no Siscomex Importação, em recintos alfandegados onde podem ser processados esses tipos de declaração, com observância das regras gerais do despacho aduaneiro de importação; e

II - não altera as disposições da legislação postal em relação ao destinatário e endereço de entrega constante da declaração para alfândega.

Art. 21. O despacho aduaneiro de materiais de natureza biológica humana, inclusive aqueles destinados à utilização em transplantes, acompanhamento e avaliação de pesquisa clínica, diagnóstico laboratorial clínico e destinado ao desenvolvimento ou aplicação em metodologia analítica só será processado se:

I - a importação pela via postal não for vedada pela legislação da ANVISA; e

II - forem atendidos os requisitos normativos da ANVISA em relação ao licenciamento ou autorização da importação.

Parágrafo único. O interessado em realizar importação de material de que trata o caput deverá informar-se, previamente à expedição no exterior, se os requisitos estabelecidos pela ANVISA poderão ser por ele atendidos.

CAPÍTULO IV

DO SISCOMEX REMESSA

Seção I

Do Acesso ao Siscomex Remessa

Art. 22. São usuários do Siscomex Remessa via web no controle de remessa postal:

I - servidores da RFB;

II - servidores de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, responsáveis por controles específicos no comércio exterior; e

III - representantes legais da ECT.

§ 1º Para utilização do sistema, o usuário externo à RFB deverá solicitar junto à unidade da RFB que jurisdiciona o local onde exerce sua atividade:

I - autorização de acesso aos sistemas informatizados da RFB, caso não possua, nos termos da Portaria Conjunta Coana/Cotec nº 61, de 26 de julho de 2017; e

II - habilitação ao seguinte perfil do Siscomex Remessa:

a) FSCANT-CRE, para os usuários indicados no inciso II do caput.

b) RESPOP-CRE, para os usuários indicados no inciso III do caput.

§ 2º A ECT poderá acessar o Siscomex Remessa via Estrutura Própria, hipótese que prescinde das providências previstas no § 1º.

Art. 23. Podem ser representantes legais da ECT junto ao Siscomex Remessa para atuação via web:

I - dirigente;

II - empregado com vínculo empregatício exclusivo; e

III - despachante aduaneiro.

§ 1º O credenciamento de representantes da ECT na condição de usuário do Siscomex Remessa via web será realizado nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012.

§ 2º O representante legal da ECT terá acesso ao sistema via web exclusivamente por meio de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010.

Seção II

Das Disposições Gerais sobre Informações no Sistema

Art. 24. As regras para transmissão eletrônica das informações referidas nesta Portaria são as contidas no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

Art. 25. A ECT deverá prestar informações à RFB no Siscomex Remessa, mediante o uso de certificação digital quando o acesso for via web, ou por Estrutura Própria, sobre:

I - a operação de importação, por meio da DIR, para fins de processamento do despacho aduaneiro de importação de remessa postal;

II - a comprovação de recolhimento dos tributos federais e, quando for o caso, das multas decorrentes da operação de importação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - as solicitações de devolução de remessa ao exterior; e

IV - os pedidos de revisão de lançamento de tributos ou multas ou de dados da declaração.

§ 1º As informações de que trata este artigo deverão ser prestadas na forma prevista no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

§ 2º A ECT deverá disponibilizar acesso à RFB por meio de consulta aos seus arquivos, inclusive àqueles informatizados, para controle de remessa postal, nos termos da Portaria RFB nº 3.518, de 2011.

Art. 26. O registro da DIR no Siscomex Remessa corresponderá, ao mesmo tempo, à informação do manifesto e da presença da carga no recinto alfandegado.

Parágrafo único. O código "11111111111" deverá ser informado no atributo "numeroMaster" do elemento "remessa" da DIR no Siscomex Remessa.

Seção III

Das Informações para a DIR

Art. 27. As informações necessárias ao registro da DIR serão as contidas no formulário de declaração para a alfândega emitido pelo remetente no exterior em observância aos atos da UPU.

§ 1º Para os fins do caput, serão utilizadas as informações recebidas eletronicamente dos operadores estrangeiros que reproduzam as informações contidas no formulário.

§ 2º Na ausência de informação recebida de determinado operador, ou ainda na impossibilidade de integração do arquivo contendo as informações eletrônicas descritas no parágrafo anterior, a ECT deverá produzir a informação eletrônica por meio de digitação do conteúdo dos formulários de que trata o caput.

§ 3º Simples enganos ou omissões eventuais dos formulários de declaração para a alfândega poderão ser supridos pela ECT no momento do registro da DIR, mediante consulta ao remetente ou destinatário.

§ 4º A descrição dos bens em idiomas estrangeiros nos formulários de que trata o caput poderá ser transcrita para a DIR desde que nos idiomas aceitos pela legislação postal brasileira, ou seja, inglês, espanhol e português.

Art. 28. A remessa será identificada pelo código de identificação da remessa, composto por 13 dígitos alfanuméricos, atribuído no país de procedência da remessa e utilizado no formulário de declaração para a alfândega que a acompanha.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput quanto à atribuição de código no exterior:

I - as remessas petit paquet simples, cujo código de identificação de remessa será atribuído pela ECT com utilização das letras "BR" nos dois dígitos finais; e

II - outras hipóteses de atribuição de códigos definidas nesta portaria.

§ 2º Para efeitos de registro no Siscomex Remessa, o código de identificação não poderá ser duplicado no período de 15 (quinze) dias.

§ 3º Na hipótese de ocorrência da duplicação de que trata o § 2º a ECT poderá atribuir código de identificação de remessa na forma do inciso I do § 1º.

Art. 29. É obrigatória a informação do número de identificação do destinatário da remessa em campo próprio da DIR.

§ 1º É facultada a informação do número de identificação do destinatário no caso de importação de documentos, livros, jornais ou periódicos, sem finalidade comercial.

§ 2º Fica autorizado, pelo prazo de 1 (um) ano, o registro de DIR pela ECT sem a informação de que trata o caput, exceto quando se tratar de DIR relativa à remessa destinada à pessoa jurídica.

§ 3º A ECT deverá adotar política permanente de incremento da quantidade de DIR registrada com a informação do número de identificação do destinatário, política na qual se inclui providências:

I - junto aos operadores designados e não designados para que o número de identificação do destinatário seja informado nos formulários de declaração para a alfândega, ou nas informações eletrônicas que os expressem, emitidos no exterior; e

II - para captação da informação junto aos destinatários, quando não disponível na forma do inciso I.

§ 4º Na hipótese de captação de informação na forma do inciso II do § 3º, após o registro da DIR, a ECT deverá informar o número de identificação do destinatário no Siscomex Remessa, após o desembaraço da DIR, mediante sua retificação, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da remessa.

§ 5º O disposto no § 2º não impede que a fiscalização aduaneira determine a retificação de DIR selecionada para conferência aduaneira visando inclusão do número de identificação do destinatário.

Art. 30. O conteúdo do campo "Frete Modo Pagamento" da DIR, deve ser indicado como:

I - "prepaid", quando o frete já estiver incluso no valor dos bens e neste caso, o valor informado do frete não será adicionado à base de cálculo do Imposto de Importação, por já estar nela incluído; ou

II - "collect", quando o frete não estiver incluso no valor dos bens e neste caso, o frete informado será adicionado à base de cálculo do Imposto de Importação.

§ 1º Nas aquisições do comércio eletrônico internacional na condição "frete zero", com o frete efetivo pago pelo exportador, considerar-se-á o valor do frete "incluso no valor dos bens".

§ 2º A ECT está dispensada do preenchimento do valor no atributo "frete" quando o modo de pagamento for prepaid, nos termos do inciso I do caput.

§ 3º Os fretes das remessas postais internacionais são pagos na origem pelo remetente, devendo os termos "prepaid" e "collect" serem usados para fins do preenchimento de DIR exclusivamente nas acepções dos incisos I e II do caput.

Seção IV

Da Formação de Lotes

Art. 31. O registro da DIR será realizado por conjunto de remessas denominado lote.

§ 1º O lote compreenderá um ou mais registros de remessas, até o limite de 7.000 (sete mil);

§ 2º O lote eletrônico não equivale necessariamente a um agrupamento físico de remessas.

§ 3º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint deverá decidir sobre a forma de distribuição do registro dos lotes ao longo do dia considerando a manifestação do chefe da equipe local da ECT, as características do recinto, tipo e quantidade de remessa.

§ 4º Os lotes poderão ser formados a partir de critérios estabelecidos pelo chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint e, na ausência de tais critérios, a critério da ECT.

§ 5º Dentre os critérios mencionados no § 4º poderão ser considerados, entre outras, país de origem, país de procedência, remetente, destinatário, operador (designado ou privado), tipo de serviço postal (EMS, prime, etc.), mercadoria, faixa de valor, e tratamento tributário.

§ 6º O registro de DIR será promovido depois da etapa de inspeção não invasiva.

Art. 32. O Auditor-Fiscal da RFB ou os anuentes poderão determinar à ECT que seja direcionada no Siscomex Remessa para a fiscalização pela RFB ou pelo respectivo órgão ou entidade anuente, por ocasião do registro, a DIR:

I - que atenda requisitos pré-definidos formalmente; ou

II - cuja remessa tenha sido separada em decorrência de gerenciamento de risco durante os trabalhos de inspeção não invasiva.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso I do caput deverá ser encaminhada correspondência pela RFB ou pelos anuentes, conforme o caso, à ECT.

Art. 33. O encerramento da seleção do lote no Siscomex Remessa:

I - só poderá ser realizado pelo Auditor-Fiscal da RFB;

II - impedirá novas seleções por parte da RFB ou dos anuentes; e

III - promoverá a liberação ou o desembaraço das remessas não selecionadas para fiscalização e indicará as selecionadas, as quais deverão ser segregadas pela ECT e colocadas à disposição do Auditor-Fiscal da RFB ou de órgão ou entidade responsável pela seleção e fiscalização.

§ 1º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint deverá estabelecer:

I - critérios de distribuição diária dos lotes entre os Auditores-Fiscais da RFB em exercício na atividade de despacho aduaneiro no recinto; e

II - tempo mínimo de permanência do lote disponível para a atividade de seleção pelos anuentes.

§ 2º O encerramento da seleção do lote será efetuado pelo Auditor-Fiscal da RFB responsável pela sua análise e seleção.

§ 3º Em casos devidamente justificados, o Auditor-Fiscal da RFB poderá deixar que o encerramento da seleção do lote seja realizado automaticamente pelo Siscomex Remessa.

§ 4º O disposto no inciso II do caput não impede que o Auditor-Fiscal da RFB, a qualquer tempo, determine que se proceda à ação fiscal pertinente, se houver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a verificação de seu conteúdo, e realize os registros necessários referentes à DIR no sistema.

CAPÍTULO V

DO DESPACHO ADUANEIRO COM BASE EM DIR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 34. As remessas não selecionadas para conferência aduaneira e aquelas selecionadas cuja fiscalização tenha sido concluída sem registro de ocorrência impeditiva de liberação serão atualizadas no Siscomex Remessa para as seguintes situações:

I - "Desembaraçada", podendo ser entregues imediatamente ao destinatário; ou

II - "Liberada", com incidência de crédito tributário, podendo ser entregues ao destinatário após o pagamento dos valores devidos.

Art. 35. A critério da RFB, a remessa poderá ser desmembrada quando parte dos bens:

I - for objeto de retenção ou apreensão pelo Auditor-Fiscal da RFB; ou

II - não tiver sua importação autorizada por decisão dos anuentes, e desde que não haja determinação de devolução da remessa ao exterior.

§ 1º Na hipótese em que parte da remessa tenha sido objeto de retenção pelo Auditor-Fiscal da RFB para apuração de autenticidade, a ECT deverá consultar o destinatário sobre o interesse na continuidade do despacho antes de concluída a apuração de autenticidade.

§ 2º Autorizado o desmembramento, o Auditor-Fiscal da RFB deverá retificar a DIR originalmente registrada de forma que represente a parcela da remessa com impedimento para continuidade do despacho aduaneiro.

§ 3º A DIR retificada na forma do § 2º deverá conter registro de ocorrência na qual seja informado o desmembramento e suas razões.

§ 4º Na hipótese de autorização do desmembramento, a parcela da remessa sem impedimento para continuidade do despacho aduaneiro será objeto de registro de nova DIR pela ECT, com base em código de identificação de remessa atribuído pela ECT com utilização das letras "BR" nos dois dígitos finais.

Seção II

Conferência Aduaneira

Art. 36. A DIR selecionada para conferência aduaneira será submetida a exame documental, podendo a remessa também ser submetida à verificação física invasiva ou não invasiva.

Art. 37. Durante a conferência, o Auditor-Fiscal da RFB poderá interromper o despacho e exigir do destinatário a apresentação de documentos relacionados à importação, na forma prevista no art. 38.

Art. 38. Constatada durante a conferência aduaneira uma ou mais ocorrências que impeçam o prosseguimento do despacho aduaneiro, este será interrompido pelo Auditor-Fiscal da RFB por meio de registro de exigência na respectiva DIR.

§ 1º As exigências serão incluídas no sistema por meio das ocorrências a seguir, disponíveis no Siscomex Remessa:

I - Retenção para Comprovação de Valor - RCV;

II - Retenção para Esclarecimentos - RPE;

III - Aguardando Laudo de Representante de Marca;

IV - Designação de Fiscalização para a ANVISA;

V - Designação de Fiscalização para o Vigiagro/MAPA;

VI - Multa(s) a recolher;

VII - Outros Motivos Retenção /Apreensão; e

VIII - Retificar Declaração.

§ 2º O detalhamento da exigência no campo "Observação" da ocorrência será repassado pelo sistema da ECT diretamente ao destinatário, por meio do Portal do Importador, na hipótese das ocorrências dos incisos I e II do § 1º.

§ 3º A fiscalização aduaneira detalhará a exigência no campo "Observação" da ocorrência, se necessário.

§ 4º A lista de ocorrências próprias dos anuentes encontra-se disponível no Manual do Operador do Siscomex Remessa.

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo, no que for cabível, às ocorrências identificadas pelos anuentes durante seu procedimento de fiscalização.

Art. 39. A verificação física de remessas selecionadas para a fiscalização pelos anuentes será realizada na presença de funcionário da ECT e o volume relativo à remessa deverá ser lacrado com fita indicativa de abertura pelo respectivo anuente.

Seção III

Da Remessa Liberada

Art. 40. A remessa objeto de DIR na situação transitória "Liberada", com o crédito tributário pendente de pagamento, poderá ser armazenada em local diverso do recinto alfandegado de despacho, a critério da ECT.

Parágrafo único. A ECT deverá comunicar prévia e formalmente à Coana os endereços utilizados para o armazenamento de que trata o caput.

Seção IV

Do Pagamento do Imposto

Art. 41. O pagamento de valores devidos a título de Imposto de Importação e eventual multa por infração aduaneira, vinculados à DIR, será realizado pelo destinatário à ECT por meio das opções de pagamento indicadas pela empresa.

Parágrafo único. A ECT deverá disponibilizar ao destinatário o documento Demonstrativo de Imposto e Serviços (DIS), cujo conteúdo deve atender o disposto no art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, para toda remessa efetivamente entregue e que tenha sido objeto de crédito tributário.

Seção V

Do Recolhimento do Crédito Tributário

Art. 42. O recolhimento do crédito tributário pela ECT deverá ser realizado na forma e no prazo definidos na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

§ 1º Na hipótese de remessa cujo valor de qualquer componente do crédito tributário seja inferior a R$ 10,00 (dez reais), o respectivo valor deverá ser somado ao de outras remessas, de forma a alcançar ou superar aquele limite, para fins de recolhimento.

§ 2º Os recolhimentos deverão ser efetuados em nome da ECT por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) distinto de acordo com os seguintes códigos de receita (campo 04 "Código de Receita"):

I - 3231 - Imposto Importação - Remessa Postal;

II - 3248 - Multa Aduaneira - Remessa Postal;

III - 3254 - Imposto Importação - Remessa Postal - Lançamento de Ofício; e

IV - 3283 - Multa de Ofício - Imposto Importação - Remessa Postal.

§ 3º O CNPJ a ser utilizado no DARF de recolhimento é o do Ceint onde ocorreu o despacho aduaneiro da remessa ou do grupo de remessas a que se refira, constante do Anexo I desta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º Haverá incidência de multa e juros de mora previstos no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos recolhimentos efetuados espontaneamente pela ECT fora dos prazos de que trata o caput.

§ 5º Quando tratar-se de recolhimento de multas, a totalidade do valor a recolher deverá ser informado no campo 07 "Valor do Principal" do DARF, sendo os campos 08 "Valor da Multa" e 09 "Valor dos Juros" exclusivos para a multa e juros de mora de que trata o § 4º.

§ 6º O campo 05 "Número de Referência" do DARF deverá ser informado com o código da unidade da RFB que jurisdiciona o recinto de despacho aduaneiro, acrescido do dígito verificador.

Seção VI

Do Pedido de Revisão de Declaração

Art. 43. O Pedido de Revisão de Declaração e respectivos documentos de instrução deverão ser apresentados pela ECT à RFB em documento físico, enquanto não disponível no Siscomex Remessa funcionalidade de anexação de documentos eletrônicos no formato Portable Document Format (PDF).

§ 1º Os pedidos deverão ser analisados pela fiscalização por ordem de data do registro do pedido no Siscomex Remessa.

§ 2º Excepciona-se da regra de que trata o § 1º a realização de análise e decisão de pedidos que contenham uma mesma matéria e possam ser trabalhados em lote.

§ 3º O prazo para a realização de análise e decisão de Pedido de Revisão não deverá ser superior a 1 (um) mês, devendo o chefe da unidade da RFB de jurisdição do Ceint adotar as providências possíveis, dentre as quais a utilização de força-tarefa, para a garantia do prazo citado.

§ 4º A exigência fiscal de apresentação de documentos complementares suspende o prazo de que trata o § 3º, desde a data da emissão da exigência até a data de disponibilização pela ECT dos documentos entregues pelo destinatário.

§ 5º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint poderá autorizar a entrega pela ECT dos documentos de trata o caput em meio eletrônico.

§ 6º Além do previsto neste artigo e no inciso II do § 2º do art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, o Pedido de Revisão deverá conter as seguintes informações:

I - identificação da remessa;

II - identificação do destinatário, com número de CPF, CNPJ ou Passaporte;

III - informações detalhadas dos bens importados;

IV - esclarecimentos sobre uso e finalidade da importação, tais como: uso próprio ou de terceiros, revenda ou processo de industrialização, retorno em garantia, bagagem desacompanhada, entre outros;

V - preço de aquisição ou de mercado dos bens constantes na remessa;

VI - custo do frete e seguro, quando não estiver incluído no preço de aquisição ou no valor declarado dos bens;

VII - forma de pagamento, tais como: à vista, cartão de crédito, Paypal, transferência bancária, entre outros, ou se não houve pagamento, com os devidos esclarecimentos; e

VIII - outras informações que se façam necessárias para justificar a operação.

§ 7º O disposto no § 6º também aplica-se no caso de interrupção do despacho pela fiscalização aduaneira para atendimento de exigências de esclarecimentos a serem prestados pelo destinatário.

§ 8º A ECT deverá disponibilizar formulário padronizado, inclusive no Portal do Importador no sítio da ECT na Internet, para fins de preenchimento das informações necessárias à correta instrução do Pedido de Revisão e do atendimento de exigências pelo destinatário.

CAPÍTULO VI

DOS REGISTROS NO SISCOMEX REMESSA

Seção I

Da Retificação de DIR

Art. 44. As informações das DIR poderão ser retificadas pela ECT:

I - mediante solicitação do destinatário;

II - em decorrência de inexatidão apurada pela própria ECT; ou

III - por determinação da RFB.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II do caput os pedidos de autorização para retificação deverão ser apresentados por escrito pela ECT à RFB, com provas das alegações e, se for o caso, do atendimento de eventuais controles específicos sobre a mercadoria, de competência de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

§ 2º A determinação de retificação pela RFB dar-se-á por intermédio da DIR mediante registro da ocorrência "Retificar Declaração" pela fiscalização aduaneira com indicação, no campo "Observação", dos dados a serem alterados.

§ 3º Não são retificáveis pela ECT as DIR que se encontrem:

I - em situação final, exceto "Desembaraçada"; ou

II - na situação "Em Seleção".

§ 4º Não são retificáveis as informações relativas à comprovação do recolhimento dos tributos e multas e de outros campos DIR indicados como não retificáveis no Manual do Operador do Siscomex Remessa .

§ 5º Não se considera espontânea a retificação das informações após o registro da DIR.

Art. 45. A retificação da DIR, mediante alteração das informações prestadas, ou inclusão de outras, decorrentes de incorreções constatadas no curso da conferência aduaneira ou em procedimento de revisão aduaneira, serão formalizadas no Siscomex Remessa pelo Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo respectivo procedimento.

§1º Poderá ser realizada uma retificação aplicável a um conjunto de DIR, restrita aos campos do elemento "mercadoria" que passarão a ter as mesmas informações em todas as DIR do conjunto.

§ 2º O disposto no caput não impede que o Auditor-Fiscal da RFB requisite, nos casos justificados, que a ECT providencie a retificação no Siscomex Remessa das informações prestadas na DIR.

Art. 46. A solicitação de retificação de informações, após a entrega da remessa e desembaraço da DIR, que implique na mudança do enquadramento da operação do regime de tributação simplificada para o regime comum de importação, quando cabível, deverá ser apresentada por meio requerimento acompanhado de:

I - DI Preliminar registrada no Siscomex Importação;

II - via original da fatura comercial ou documento de efeito equivalente;

III - comprovação do licenciamento de importação, quando necessário;

IV - comprovante do pagamento do ICMS ou de sua exoneração; e

V - quando for o caso, DARFs relativos à:

a) diferença de Imposto de Importação;

b) demais tributos e acréscimos legais devidos.

§ 1º O interessado deverá demonstrar que os bens objeto da DI preliminar estão vinculados à DIR utilizada no despacho aduaneiro, por meio, dentre outros, da apresentação de documento de compra contendo número de rastreamento, descrição completa do bem e nota fiscal de entrada, se for o caso.

§ 2º No campo informações complementares da DI deverá constar o número da DIR utilizada no despacho aduaneiro da remessa e a memória de cálculo dos tributos e acréscimos legais de que trata o inciso V do caput.

§ 3º Para efeito de cálculo dos tributos devidos, e dos juros e da multa de mora, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da DIR utilizada no despacho aduaneiro.

§ 4º O não recolhimento dos tributos e acréscimos legais até a data da apresentação do requerimento de que trata o caput, quando devidos, afasta os benefícios da denúncia espontânea de que trata o art. 138, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 5º Fica dispensado o procedimento de verificação física de que trata o art. 29 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, das mercadorias constantes da DI preliminar.

§ 6º O Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo desembaraço da DI preliminar, ou outro designado pelo titular da unidade local, deverá registrar uma ocorrência na respectiva DIR no Siscomex Remessa, com a motivação da mudança de enquadramento da operação, informando o número da DI e a data do desembaraço, e cancelar a DIR através da opção "Cancelar DIR/Descaracterizar".

§ 7º A apresentação de DI preliminar na forma deste artigo não afasta a aplicação de penalidades aduaneiras eventualmente cabíveis, nem produzirá efeitos de regularização se os bens, ou seu proprietário, estiverem sob fiscalização da RFB.

Seção II

Do Gerenciamento dos Registros no Siscomex Remessa

Art. 47. São situações transitórias das DIR que requerem ação por parte da ECT ou das equipes da RFB ou dos anuentes:

I - "Liberada", com lançamento tributário e aguardando informação do recolhimento integral no sistema;

II - "Em Seleção", fase entre o registro da DIR e o encerramento da seleção do lote;

III - "Em Fiscalização", selecionada para a RFB ou para os anuentes, enquanto não concluída a fiscalização;

IV - "Não Liberada", fiscalização concluída por anuente, com ocorrência impeditiva de liberação;

V - "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento", com lançamento tributário e informação do recolhimento integral no sistema pendente por mais de 60 dias da liberação;

VI - "Em Divergência por Abandono - Ocorrência sem Resolução", em fiscalização pela RFB, com ocorrência pendente de resolução por mais de 60 dias;

VII - "Em Devolução/Declaração Cancelada", fiscalização concluída com cancelamento da DIR e determinação de devolução ao exterior no sistema pela RFB; e

VIII - "Em Fiscalização por Revisão", em análise pela RFB do Pedido de Revisão de Declaração apresentado pelo destinatário, após liberação anterior da DIR com lançamento de crédito tributário.

Art. 48. Em relação às situações transitórias a seguir, a ECT deverá, observados os prazos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017:

I - "Liberada", promover a cobrança do crédito tributário e informar o recolhimento no sistema;

II - "Em Fiscalização", disponibilizar a remessa para fiscalização pela RFB ou órgão ou entidade responsável, e proceder às providências cabíveis considerando as ocorrências registradas, dentre elas o envio de forma célere de exigências ao destinatário e a apresentação à fiscalização dos documentos e manifestações do destinatário relacionados à exigência;

III - "Não Liberada", analisar a decisão do anuente responsável e proceder às providências cabíveis considerando as ocorrências registradas, dentre elas solicitar autorização de devolução via sistema, requerer à RFB a descaracterização do despacho com base em DIR, a destruição da remessa ou a autorização de devolução quando não passível de autorização automática pelo sistema;

IV - "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento", efetuar e informar o recolhimento, se for o caso, ou solicitar a devolução via sistema ou ainda requerer à RFB a aplicação do abandono caso não haja pagamento e não seja possível devolução; e

V - "Em Divergência por Abandono - Ocorrência sem Resolução", requerer ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho autorização para a devolução ou a conclusão da fiscalização com os elementos disponíveis.

§ 1º Os requerimentos à RFB deverão ser realizados por escrito.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, antes de findo o prazo para cumprimento de exigência, havendo manifestação do destinatário pelo abandono ou devolução, a ECT deverá requerer ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho autorização para a devolução, se for o caso.

§ 3º No caso de remessas "Em Fiscalização" por anuente, no caso de não atendimento da exigência pelo destinatário a ECT deverá requerer à autoridade competente autorização para a devolução ou a conclusão da fiscalização com os elementos disponíveis.

§ 4º A ECT deverá requerer à RFB a alteração da situação da remessa para "Abandonada", no Siscomex Remessa, ressalvadas as hipóteses de destruição de que trata o art. 63, para a remessa:

I - caída em refugo definitivo; ou

II - cuja devolução ao exterior esteja impossibilitada por motivo postal.

§ 5º A providência de que trata o § 4º deverá ser adotada pela ECT no prazo de 30 (trinta) dias da data em que ficar caracterizada a situação prevista nos incisos I ou II do referido parágrafo.

Art. 49. São situações finais das DIR:

I - "Descaracterizada/Declaração Cancelada", fiscalização concluída com cancelamento e descaracterização do despacho aduaneiro por não cumprimento dos requisitos para realização do despacho com base em DIR;

II - "Em Perdimento", fiscalização concluída pela RFB com decisão pela propositura da aplicação da pena de perdimento;

III - "Abandonada", equivalente à situação em perdimento pelo motivo de abandono, decretado no sistema pela RFB em função da falta de informação de recolhimento integral do valor do lançamento tributário ou de ocorrência não resolvida, observados os prazos legais;

IV - "Destruída", fiscalização concluída pela RFB ou pelos anuentes, com registro de destruição realizado pela RFB no sistema;

V - "Devolvida/Declaração Cancelada", solicitação de devolução encaminhada ao sistema pela ECT e a devolução permitida pelas regras de controle do sistema; e

VI - "Desembaraçada", liberada sem lançamento tributário ou com registro da informação do recolhimento integral no sistema.

Parágrafo único. Toda situação final deverá ser motivada, exceto a "Desembaraçada".

Art. 50. A ECT deverá realizar controle permanente sobre as remessas nas situações transitórias e adotar as providências a seu cargo para que atinjam situação final.

§ 1º A ECT deverá apresentar até o dia 10 de cada mês relatório com o quantitativo de remessas em situações transitórias, conforme modelo e instruções de preenchimento constantes do Anexo II, ao chefe da Divisão de Controles Aduaneiros Especiais (Dicae), da Coana, com cópia para o chefe da equipe aduaneira em exercício em cada Ceint.

§ 2º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint deverá avaliar o relatório apresentado e adotar providências junto aos representantes da ECT e dos demais órgãos ou entidades anuentes no Ceint para que os despachos sejam finalizados, com a atualização dos registros para a devida situação final.

TÍTULO V

DA DEVOLUÇÃO, REDESTINAÇÃO E DESTRUIÇÃO

Seção I

Da Devolução e da Redestinação

Art. 51. A devolução ou redestinação de remessa postal internacional ao exterior poderá ser determinada por autoridade competente ou permitida no interesse do destinatário, do remetente ou da própria ECT, nos termos do art. 53 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

§ 1º Em qualquer hipótese, determinação ou permissão, o despacho aduaneiro de devolução ou redestinação fica condicionado à prévia solicitação de autorização para devolução ou redestinação apresentada formalmente à fiscalização aduaneira.

§ 2º A redestinação aplica-se a remessa que tenha chegado ao país com erro inequívoco ou comprovado de expedição, reconhecido pelo Auditor-Fiscal da RFB.

Art. 52. A solicitação de autorização de devolução ou redestinação de que trata o § 1º do art. 51 será feita por meio de:

I - envio de arquivo de solicitação de devolução ao Siscomex Remessa, quando tratar-se de remessa com DIR registrada no Siscomex Remessa e que não tenha atingido uma situação final, observado o disposto nos arts. 54 e 55 desta Portaria; ou

II - apresentação da Lista de Remessas, para remessas que se encontrem nas situações previstas no caput art. 59.

Art. 53. A ECT deverá indicar no arquivo de solicitação de devolução o número do Mapa de Devolução emitido por intermédio do Sistema de Serviços Internacionais de Importação (SSII) da ECT, conforme modelo constante do Anexo III, e o motivo da devolução.

§ 1º O arquivo deverá indicar o motivo da devolução, dentre os que seguem:

I - Erro inequívoco ou comprovado de expedição;

II - Não atendimento de exigência no prazo da legislação;

III - Não atendimento da modalidade/legislação;

IV - Não liberação pelos órgãos de controles específicos;

V - Outros motivos de devolução;

VI - Recusa ou impossibilidade de entrega; ou

VII - Divergências operacionais não reconhecidas pela fiscalização aduaneira.

§ 2º O Siscomex Remessa disponibilizará arquivo de processamento com um número Identificador de Devolução contendo as remessas cuja devolução foi autorizada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º As remessas com devolução autorizada pelo sistema serão atualizadas no Siscomex Remessa para a situação "Devolvida/Declaração Cancelada".

Art. 54. A autorização automática de devolução pelo Siscomex Remessa ocorrerá quando a remessa estiver na situação:

I - "Liberada";

II - "Não Liberada";

III - "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento"; ou

IV - "Em Devolução/Declaração Cancelada".

§ 1º A autorização prevista no caput não será concedida quando as remessas nas situações dos incisos I a III do caput apresentarem:

I - ocorrência da RFB não resolvida; ou

II - multa aplicada, sem o recolhimento informado no sistema.

§ 2º Para que a remessa objeto de DIR com ocorrência da RFB não resolvida seja atualizada para situação que atenda os requisitos do caput e possa ser devolvida, se aplicável, a ECT deverá apresentar ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pela ocorrência requerimento de cancelamento da DIR e liberação para devolução ao exterior.

§ 3º O atendimento do requerimento de que trata o § 2º, caracteriza-se pela alteração da situação da DIR no Siscomex Remessa para a situação transitória "Em Devolução/Declaração Cancelada".

Art. 55. A solicitação de autorização para devolução ao exterior, nos termos do inciso I do art. 52, de remessa objeto de DIR na situação "Em Fiscalização" pela RFB ou pelos anuentes deve ser precedida de requerimento apresentado pela ECT:

I - de cancelamento da DIR e liberação para devolução ao exterior, ao Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho aduaneiro; ou

II - de finalização da fiscalização mediante alteração da DIR para a situação "Não Liberada", ao anuente responsável pela exigência.

Parágrafo único. O Auditor-Fiscal da RFB, em relação ao requerimento a ele dirigido:

I - poderá decidir pela devolução à origem, conclusão da fiscalização com os elementos disponíveis, ou adoção de outra providência prevista na legislação aduaneira ou de comércio exterior; e

II - deverá, na hipótese de deferimento, alterar a situação da DIR no Siscomex Remessa para a situação transitória "Em Devolução/Declaração Cancelada".

Art. 56. Será determinada de ofício pela RFB a devolução da remessa:

I - sujeita a multa, por infração fiscal, ainda não paga, quando houver vencido o prazo de guarda sem pagamento e os bens contidos na remessa forem desprovidos de valor comercial e de utilidade, ou cujo processo de apreensão, guarda e destinação pela RFB representar ônus superior ao resultado esperado da destinação, de acordo com análise da fiscalização;

II - nas hipóteses previstas no Decreto nº 1.789, de 12 de janeiro de 1996; ou

III - em outras hipóteses previstas na legislação.

§1º Poderá ser determinada de ofício pela RFB a devolução da remessa que chegar ao País:

a) sem o formulário de declaração para a alfândega;

b) com o formulário de declaração para a alfândega contendo dados incompletos do remetente ou destinatário; ou

c) com formulário de declaração para a alfândega cuja descrição do conteúdo esteja em branco ou com informações insuficientes para correta identificação dos bens na DIR.

§ 2º Consideram-se informações insuficientes para correta identificação dos bens na DIR, de que trata a alínea "c" do § 1º, descrições genéricas, tais como "amostras", "presentes", "partes e peças", "mercadoria sem valor comercial", "brindes", dentre outras.

§ 3º A ECT, antes do registro da respectiva declaração de importação, poderá suprir a falta de informações associada ao formulário de declaração para a alfândega, de que trata o § 1º, com o recebimento de documentos ou informações eletrônicas do operador postal estrangeiro, ou do destinatário.

§ 4º Exclui-se do disposto no § 1º a devolução de documentos, soros, vacinas, e medicamentos de difícil obtenção.

§ 5º Nas situações em que reiteradamente um remetente estrangeiro enviar bens com informações cuja forma ou conteúdo prejudique os controles aduaneiros, a RFB poderá oficiar a ECT para que solicite ao operador postal de origem que demande ao remetente os devidos ajustes na prestação de informações de remessas, sob pena de devolução dos respectivos objetos postais que vierem a ser recebidos.

Art. 57. No caso de remessa submetida a despacho aduaneiro com base em DIR, a determinação de devolução de ofício deverá ser acompanhada pela alteração da situação da DIR para a situação transitória "Em Devolução/Declaração Cancelada", efetuada pelo Auditor-Fiscal da RFB.

§ 1º A providência junto ao Siscomex Remessa de que trata o caput poderá ser promovida em lotes de até 100 (cem) remessas e deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias após a interrupção do despacho ou liberação da remessa com crédito tributário.

§ 2º Acima do prazo de 60 (sessenta) dias da interrupção ou liberação, a remessa terá sua situação alterada automaticamente pelo sistema para "Em Divergência por Abandono - Ocorrência Sem Resolução" ou "Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento" conforme o caso, o que exigirá a baixa de tais divergências, pelo Auditor-Fiscal da RFB, previamente à providência de que trata o caput.

§ 3º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint indicará o Auditor-Fiscal da RFB responsável pela análise e decisão em relação à devolução de ofício de que trata o inciso I do caput do art. 56.

§ 4º Quando se tratar de remessa não vinculada à declaração de importação no Siscomex Remessa ou no Siscomex Importação, a determinação de devolução será formalizada de acordo com controles locais estabelecidos pelo chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint.

Seção II

Do Despacho Aduaneiro de Devolução ou Redestinação

Art. 58. A remessa submetida a despacho aduaneiro de importação com base no Siscomex Remessa, que não tenha sido desembaraçada, e cuja autorização de devolução tenha sido emitida automaticamente pelo Siscomex Remessa, terá seu despacho aduaneiro de devolução realizado:

I - no Ceint onde ocorreu o despacho aduaneiro de importação da remessa; e

II - com base no Mapa de Devolução contendo o número Identificador de Devolução informado pelo Siscomex Remessa e ressalva indicando as remessas cuja devolução não foi autorizada pelo Siscomex Remessa.

Art. 59. O despacho aduaneiro de devolução ou redestinação ao exterior de remessa postal internacional, cujo despacho aduaneiro de importação no Siscomex Remessa ou no Siscomex Importação não tenha sido iniciado, ou a respectiva declaração tenha sido cancelada, será realizado:

I - no Ceint de jurisdição do despacho aduaneiro de importação; e

II - com base em Lista de Remessas.

Art. 60. A conferência aduaneira do Mapa de Devolução ou da Lista de Remessas poderá ser realizada por amostragem entre as remessas constantes do mapa.

Art. 61. O desembaraço aduaneiro será caracterizado por registro da data, identificação e assinatura do Auditor-Fiscal da RFB no respectivo mapa, na hipótese de Mapa de Devolução.

Seção III

Da Expedição

Art. 62. Concluído o desembaraço aduaneiro, a ECT adotará, sob supervisão do Auditor-Fiscal da RFB, os seguintes procedimentos:

I - quando tratar-se de carga a ser movimentada com base em documentos da UPU:

a) separação dos objetos em malas de acordo com o país de destino;

b) leitura dos objetos no sistema IPS, que enviará informações ao sistema SRO, indicando sua expedição ao país de destino;

c) lacração das malas com rótulos específicos definidos pela UPU, dentre eles CP84 para colis postaux e CN 35 para o petit paquet ou EMS, indicando o número da expedição, quantidade de itens e país de destino; e

d) agrupamento das malas e embarque em veículo com destino ao GTCAI do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

II - quando tratar-se de carga a ser movimentada com base em AWB:

a) separação dos objetos em malas de acordo com o operador consignatário da carga;

b) leitura dos objetos no sistema SRO indicando sua expedição ao país de destino;

c) lacração das malas com rótulos específicos, indicando o número da expedição, quantidade de itens e país de destino; e

d) agrupamento das malas e embarque em veículo com destino ao GTCAI do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Parágrafo único. O trânsito com destino ao GTCAI do Aeroporto Internacional de Guarulhos será realizado em veículo de carroceria fechada, sob responsabilidade da ECT, em viagem de transporte exclusivo de carga sob controle aduaneiro, dispensado o regime especial de trânsito aduaneiro, podendo a fiscalização aduaneira do Ceint de origem aplicar lacre da RFB ou proceder ao acompanhamento da carga.

Seção IV

Da Destruição

Art. 63. O Auditor-Fiscal da RFB ou os anuentes poderão determinar a destruição de remessas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 1º A ECT:

I - é responsável pela destruição, sem ônus para a Fazenda Nacional; e

II - deve providenciar a destruição da remessa no prazo de até 30 (trinta) dias da autorização ou determinação registrada no Siscomex Remessa ou da ciência da autorização ou determinação expressa em documento físico.

§ 2º O Auditor-Fiscal da RFB ou os anuentes poderão determinar a destruição, quando julgarem necessário, em prazo inferior ao previsto no inciso II do § 1º, ou, em casos justificados, autorizar a prorrogação deste prazo.

§ 3º Serão destruídas, por decisão do chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint, as remessas contendo bens:

I - deteriorados ou corrompidos;

II - em condições que não possibilitem seu aproveitamento ou consumo, caídos em refugo definitivo; ou

III - cujo valor econômico não justifique outra destinação, caídos em refugo definitivo.

§ 4º A destruição determinada pela RFB far-se-á mediante a lavratura de termo, que será assinado por dois servidores da RFB e pelo representante da ECT.

§ 5º À vista do termo de destruição de que trata o § 4º ou do termo de destruição emitido por anuente em conjunto com a ECT, o Auditor-Fiscal da RFB registrará a ocorrência pertinente no Siscomex Remessa, quando houver DIR registrada para a remessa, e alterará a situação final da DIR para "Destruída".

Título VI

da exportação

Art. 64. O despacho aduaneiro de exportação de remessas postais será centralizado no Ceint SP.

Parágrafo único. O titular da unidade aduaneira da RFB que jurisdiciona o Ceint SP poderá estabelecer procedimentos complementares aos previstos nesta Portaria, destinados a dar efetividade ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017 e na presente Portaria.

Art. 65. O despacho aduaneiro de exportação poderá ser promovido pela ECT, dispensada habilitação do exportador para operação no Siscomex, nas seguintes hipóteses:

I - remessas contendo bens no valor até US$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América), mediante apresentação da "Declaração para Alfândega" correspondente aos formulários da UPU, CN-22, CN-23 ou CP-72 e da Lista de Remessas;

II - remessas contendo bens no valor acima de US$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América) até US$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), mediante apresentação da Declaração de Exportação de Remessa Postal (DERP), conforme modelo contido no Anexo IV;

III - remessas contendo bens de qualquer valor, com base em Declaração Única de Exportação (DU-E), registrada pela ECT na condição de declarante contratado pelo exportador para promover em seu nome o despacho de exportação, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017; ou

IV - remessas contendo bens de qualquer valor, com base em declaração formulada no Siscomex Exportação (DE, DU-E), registrada pela ECT na condição de operador logístico habilitado para a realização do despacho aduaneiro de exportação em nome de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.676, de 2 de dezembro de 2016, e observadas as normas específicas para cada tipo de declaração.

§ 1º O exportador poderá promover o despacho de exportação de remessas contendo bens de qualquer valor, por meio de declaração registrada no Siscomex Exportação, observadas as normas específicas para cada tipo de declaração e a prévia habilitação para operação no Siscomex.

§ 2º Na hipótese prevista no art. 75 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, o despacho aduaneiro de exportação poderá, alternativamente, ser realizado por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E), registrada em módulo próprio no Portal Siscomex.

§ 3º A ECT poderá utilizar para o exercício das atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de que trata este artigo:

I - dirigente ou empregado com vínculo empregatício exclusivo; e

II - despachante aduaneiro.

§ 4º Para fins do § 3º, o procedimento de credenciamento e obtenção de habilitação para operar sistemas da RFB, quando aplicável, obedecerá a legislação específica.

Art. 66. O despacho aduaneiro de exportação com base nos documentos previstos nos incisos I e II do caput do art. 65 não poderá ser realizado quando o tratamento administrativo aplicável às exportações indique a necessidade de anuência por órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável por controles específicos no comércio exterior para qualquer dos bens integrantes da remessa, ressalvado o disposto no § 2º do art. 66 da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017.

Parágrafo único: A necessidade de anuência a que se refere o caput será verificada mediante consulta ao Simulador do Tratamento Administrativo de Exportação disponível no Portal Siscomex na Internet, pelo remetente e subsidiariamente pela ECT.

Art. 67. O despacho aduaneiro de exportação será instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal;

II - formulário de declaração para a alfândega; e

III - outros, indicados em legislação específica.

§ 1º A nota fiscal não é exigível nas situações em que, comprovadamente, a legislação vigente dispense a emissão do documento.

§ 2º O exportador pessoa jurídica deverá apresentar nota fiscal eletrônica, exceto nas hipóteses em que a legislação de regência dispensar a apresentação do documento neste formato.

Art. 68. Todas as remessas destinadas à exportação deverão ser submetidas à inspeção não invasiva, previamente à conferência aduaneira.

Art. 69. Aplica-se à conferência aduaneira de remessa na exportação, no que couber, o disposto para a remessa de importação, inclusive em relação às condições de abertura e fechamento dos volumes.

Art. 70. O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint disciplinará, em relação à Lista de Remessas:

I - o sistema específico da ECT, dentre os disponíveis, a ser utilizado como fonte de extração dos dados;

II - o formato de disponibilização, eletrônico ou impresso;

III - a formalização da seleção e do resultado da conferência aduaneira; e

IV - a formalização do desembaraço do lote de remessas compreendido pela lista.

§ 1º As remessas constantes da lista não selecionadas para conferência aduaneira serão consideradas desembaraçadas.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também ao despacho aduaneiro de devolução ao exterior efetuado com utilização de Lista de Remessas.

§ 3º O sistema Custom Declaration System (CDS), criado pela UPU, quando disponível, poderá ser utilizado como fonte de extração dos dados de que trata o inciso I do caput.

Art. 71. A seleção para conferência aduaneira das remessas submetidas a despacho com base em DERP será assinalada no campo específico da declaração pelo Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo despacho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 72. A remessa postal internacional objeto de despacho aduaneiro interrompido com exigência fiscal estará automaticamente retida até o cumprimento da exigência fiscal.

§ 1º A remessa retida na forma do caput permanecerá sob custódia da ECT e deverá ser mantida em local separado da área de despacho até o cumprimento da exigência fiscal.

§ 2º As informações relativas à ocorrência da conferência aduaneira e eventuais retenções deverá ser registrada em sistema da ECT para disponibilização ao remetente.

Art. 73. O desembaraço aduaneiro de remessa de exportação, será formalizado:

I - no Siscomex, quando tratar-se de despacho conduzido com base em declaração registrada no Siscomex;

II - na DERP, mediante registro da data, identificação e assinatura do Auditor-Fiscal da RFB no campo específico da declaração, para as remessas constantes da DERP não selecionadas para conferência aduaneira ou selecionadas cuja fiscalização tenha sido concluída sem registro de ocorrência impeditiva do prosseguimento do despacho; ou

III - de acordo com as disposições do inciso IV do art. 70, na hipótese de Lista de Remessas.

§ 1º As remessas sujeitas a controle dos anuentes, serão desembaraçadas após a liberação pelo respectivo órgão ou entidade.

§ 2º A ECT só poderá providenciar a expedição da remessa de exportação após confirmação da ocorrência do seu desembaraço.

Art. 74. O Auditor-Fiscal da RFB supervisionará a colocação das remessas nas malas destinadas ao exterior, podendo impedir a saída ou submeter à conferência aquelas com indícios de conter bem de exportação proibida ou sujeito a restrições especiais ou ainda cuja exportação não tenha sido submetida ao instrumento adequado de despacho.

Art. 75. É vedada a disponibilização da DERP e seus anexos aos remetentes.

Parágrafo único. A ECT poderá disponibilizar aos remetentes comprovante de exportação com os dados contidos na DERP e específicos da remessa postal de que trata o respectivo documento.

Seção I

Exportação de Remessa de Importação Desembaraçada

Art. 76. As disposições relativas ao despacho aduaneiro de devolução ao exterior não se aplicam às remessas desembaraçadas em despacho aduaneiro de importação, cuja respectiva entrega ao destinatário não foi possível.

§ 1º Na hipótese de encaminhamento ao exterior das remessas de que trata o caput e sob o abrigo da Convenção da UPU o despacho aduaneiro de exportação será:

I - centralizado no Ceint SP;

II - realizado com observância do disposto no art. 65; e

III - promovido pela ECT.

§ 2º A Lista de Remessas ou a DERP utilizada em função do disposto no § 1º deverá referir-se exclusivamente a remessas de que trata este artigo.

§ 3º Tratando-se de remessa de importação desembaraçada sem formalização de despacho, o despacho aduaneiro de exportação poderá ser, em qualquer hipótese, realizado com base em Lista de Remessas.

§ 4º A declaração aduaneira de importação correspondente à remessa exportada na forma deste artigo não será cancelada.

TÍTULO VII

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 77. Os valores recolhidos a título de tributo administrado pela RFB, vinculado a uma DIR, poderão ser restituídos ao destinatário importador, em virtude de cancelamento ou retificação da DIR.

§ 1º O contribuinte deverá protocolar pedido de cancelamento ou retificação de DIR e restituição do correspondente crédito tributário em Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) de qualquer unidade da RFB.

§ 2º O pedido deverá ser acompanhado de:

I - cópia do Demonstrativo de Impostos e Serviços (DIS) entregue pela ECT relativo à DIR vinculada ao pedido, junto com o comprovante de pagamento (boleto ou cartão de crédito);

II - fatura comercial da transação ou documento equivalente;

III - comprovante de pagamento da transação com vinculação explícita à remessa ou aos bens nela contidos;

IV - outros documentos que auxiliem na comprovação do alegado pelo contribuinte, inclusive anúncio dos bens no sítio da Internet da empresa vendedora;

V - cópia do passaporte com carimbos de entrada e saída no país onde residiu, cópia da passagem aérea de retorno, comprovante do consulado brasileiro do país onde residiu no qual conste período de residência, ou documento de efeito equivalente, caso tratar-se de DIR referente à remessa relativa a bagagem desacompanhada; e

VI - formulário "Pedido de Reconhecimento de Direito de Crédito Decorrente de Cancelamento ou de Retificação de Declaração de Importação e Reconhecimento de Direito", de que trata o art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017.

§ 3º O contribuinte deverá, ainda, juntar ao processo:

I - se pessoa física, CPF e cópia de documento de identidade; ou

II - se pessoa jurídica, cópia simples do contrato ou estatuto social, atualizado, e documento de identidade e do signatário do pedido, com os documentos que lhe confiram poderes para realizar o pleito em nome da pessoa jurídica, caso os poderes não estejam expressos no contrato social ou estatuto.

§ 4º A unidade da RFB de atendimento deverá encaminhar o processo eletrônico para a unidade da RFB de despacho, Alfândega de São Paulo, Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro ou Inspetoria da Receita Federal em Curitiba, conforme o caso.

§ 5º A unidade da RFB de despacho:

I - analisará o pleito, promovendo, se for o caso, o cancelamento ou retificação da DIR;

II - verificará no Siscomex Remessa se há DARF vinculado à DIR, comprovando o recolhimento do crédito tributário; e

III - encaminhará o pedido ao setor ou à unidade competente para reconhecimento do direito creditório, a qual executará os procedimentos relativos à restituição, dentre eles a baixa do valor restituído no DARF original, no sistema SIEF.

TÍTULO VIII

ENTREGAS DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL

Art. 78. A decisão judicial não transitada em julgado que determine entrega da remessa livre de pagamento de tributos ou com recolhimento parcial poderá ter como parte obrigada a cumprir a decisão:

I - a União;

II - o titular da unidade da RFB de jurisdição do Ceint;

III - a ECT; ou

IV - combinação entre as pessoas constantes nos incisos I a III.

§ 1º As decisões que se enquadrem nos incisos I, II e IV do caput devem ser encaminhadas ao titular da unidade da RFB que jurisdiciona o Ceint para análise e manifestação.

§ 2º O titular da unidade da RFB encaminhará manifestação, quando for o caso, ao chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint com determinação de entrega da remessa.

§ 3º O Auditor-Fiscal da RFB responsável pelo cumprimento da determinação de que trata o § 2º adotará as seguintes providências:

I - determinará que a ECT efetue a entrega da remessa ao interessado, em decorrência da decisão judicial, quando for o caso;

II - selecionará a ocorrência "Decisão Judicial - Entrega ou Retenção" no Siscomex Remessa, preenchendo o campo "Observação" da ocorrência com os dados do processo judicial e informando a data da entrega da remessa de acordo com os registros contidos no SRO; e

III - encaminhará ao setor competente da unidade cópia da DIR e da tela de consulta ao SRO na qual conste a data da entrega da remessa, para acompanhamento do processo judicial.

§ 4º Quando se tratar de decisão que se enquadre no inciso III do caput, a ECT deverá entregar cópia da decisão judicial ao chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint para análise sumária por Auditor-Fiscal da RFB designado que adotará as seguintes providências:

I - comunicará formalmente à ECT a existência ou não de óbices ou condicionamentos ao cumprimento da decisão; e

II - registrará ocorrência nos temos do inciso II do § 3º, quando ocorrer a entrega.

§ 5º Na hipótese de a comunicação que trata o inciso I do § 4º não seja fornecida à ECT até o dia útil anterior ao prazo estabelecido pela Justiça para o cumprimento da decisão, a ECT adotará as providências ao seu encargo relativas à decisão judicial independente da referida comunicação.

§ 6º Caso a remessa de que trata o caput deste artigo não tenha sido objeto de registro de DIR, a ECT deverá providenciar o registro com direcionamento para fiscalização pela RFB no Siscomex Remessa e indicação no quadro informações complementares de tratar-se de remessa entregue por conta de decisão judicial, indicando o número do processo e a data da entrega da remessa ao destinatário, se já disponível.

§ 7º No caso de entrega da remessa sem o recolhimento do crédito tributário informado na DIR, o Auditor-Fiscal da RFB deverá lavrar o competente auto de infração com suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

§ 8º A ECT e a RFB devem acompanhar o processo e atualizar os registros conforme os desdobramentos da decisão judicial.

§ 9º O chefe da equipe aduaneira em exercício no Ceint designará o Auditor-Fiscal da RFB responsável pelas atividades previstas neste artigo.

TÍTULO IX

DO ATENDIMENTO

Art. 79. O atendimento ao público relativo à situação de remessa postal internacional será realizado pela ECT.

§ 1º As informações relacionadas à logística da remessa, tais como localização, prazo de entrega, devolução, entre outras, são de responsabilidade exclusiva da ECT.

§ 2º As informações de natureza tributária da remessa, tais como tributação, exigência fiscal, entre outras, a cargo da RFB, serão prestadas por intermédio da ECT.

§ 3º A ECT contatará a RFB para obtenção das informações de que trata o § 2º, caso necessário.

§ 4º Para fins de obtenção das informações de que trata este artigo, o destinatário ou o remetente poderá utilizar:

I - o sistema de rastreamento da ECT, quando contratado, no caso do § 1º;

II - o Portal do Importador no sítio da ECT na Internet, quando se tratar de destinatário de remessa de importação, para informações previstas nos §§ 1º e 2º; ou

III - o SAC da ECT, por meio das opções indicadas na página "Fale com os Correios" disponível no sítio da ECT na Internet, para quaisquer informações.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 80. Para o cálculo dos limites de valor de que tratam o inciso II do § 1º do art. 9º, as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 11, dos incisos I e II do art. 65, e dos limites para enquadramento em DIR, será considerado o valor Free on Board (FOB) dos bens contidos na remessa.

Art. 81. Os formulários instituídos por esta Portaria, quando utilizados, serão impressos no formato A4 (210 mm x 297 mm), na cor preta em papel ofsete de 75 mg/m2, dentro dos padrões normais de alvura.

Parágrafo único. O registro das declarações e o controle dos formulários serão efetivados com a atribuição de número sequencial e local, reiniciado anualmente, por unidade da RFB de despacho aduaneiro, a partir de 0001, precedido do correspondente ano utilizando-se 4 (quatro) dígitos.

Art. 82. A ECT deverá apresentar até o dia 10 de cada mês, mapa estatístico com os quantitativos de remessas recebidas e tratadas no mês anterior, por Ceint, conforme modelo do Anexo V, ao chefe da Dicae, da Coana, com cópia para o chefe da equipe aduaneira em exercício em cada Ceint.

Art. 83. O Siscomex Remessa será implantado gradualmente, de acordo com o seguinte cronograma:

I - na data da entrada em vigor da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 2017, no Ceint SP;

II - em 6 de novembro de 2017, no Ceint PR; e

III - em 11 de dezembro de 2017, no Ceint RJ.

Art. 84. Enquanto não implantado o Siscomex Remessa no Ceint específico, aplicam-se as disposições da Instrução Normativa DPRF nº 101, de 11 de novembro de 1991, na tributação de remessas sujeitas ao RTS contendo bens no valor total de até US$ 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda.

Art. 85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JACKSON

ALUIR CORBARI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Relação de Ceints

CEINT	CNPJ	COD RECINTO (*)
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Centro Internacional de São Paulo Metropolitana - DR/SPM Rua Mergenthaler, 568, Bloco III, 5ºandar, Vila Leopoldina 05311-030 - São Paulo/SP	34.028.316/7105-85	0817900-0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Centro Internacional de Curitiba -DR/PR Rua Salgado Filho, 476, Jardim Amélia 83330-972 - Pinhais/PR	34.028.316/9148-22	0915200-8
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Centro Internacional do Rio de Janeiro -DR/RJ Endereço: Est. Galeão, s/n, Ilha do Governador 21941-510 - Rio de Janeiro/RJ	34.028.316/7189-93	0717700-3

(*) O código do recinto com o respectivo dígito verificador é de utilização obrigatória no preenchimento do campo "número de referência" do DARF.

ANEXO II

Relatório de Remessas em Situações Transitórias no Siscomex Remessa

Receita Federal

ECT / CEINT: **Mês Base:**

Situação Registros	TOTAL	Mês Base -1	Mês Base -2	< Mês Base -2
Em Devolução / Declaração Cancelada	0			
Em Divergência por Abandono - Ocorrência sem Resolução	0			
Em Divergência por Abandono - Sem Pagamento	0			
Em Fiscalização	0			
Em Fiscalização Por Revisão	0			
Em Seleção	0			
Liberada	0			
Não Liberada	0			
TOTAL Remessas em Situações Transitórias	**0**	**0**	**0**	**0**

Instruções de preenchimento:
1) O formulário deverá ser preenchido por CEINT.
2) O campo mês base deve ser preenchido com a indicação do mês anterior ao da emissão e envio do formulário.
3) O campo "mês base -1" deve ser preenchido com a quantidade de remessas com DIR registradas no mês base - 1, e que se encontram na situação transitória indicada em cada linha.
4) O campo "mês base -2" deve ser preenchido com a quantidade de remessas com DIR registradas no mês base - 2, e que se encontram na situação transitória indicada em cada linha.
5) O campo "<mês base -2" deve ser preenchido com a quantidade de remessas com DIR registradas "antes do mês base -2" e que se encontram na situação transitória indicada em cada linha.

A título de exemplo: Tem-se até o dia 10 de março para se enviar o relatório de fevereiro (mês base), que possuirá três colunas indicativas de pendências, a coluna de janeiro (mês base -1), a de dezembro (mês base -2), e a do período anterior a dezembro (<mês base -2).

Modelo aprovado pela Portaria Coana nº 82, de 17 outubro de 2017.

ANEXO III

SSII – Sistema de Serviços Internacionais de Importação
Mapa de Devolução Nº:99999/AAAA – **Data:**DD/MM/AAAAA – **Hora:**HH:MM
Situação do Mapa: Gerado – **Destino:**(País)– **Motivo:**Todos

Item	Nºda Remessa	Valor II R$	DIR	Motivo (status)

ANEXO IV

Receita Federal

DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE REMESSA POSTAL - DERP

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Serviço: [ ] EMS [ ] Colis [ ] Petit Paquet [ ] Outro _____

DERP Nº

DATA: / /

FOLHA: ___ DE ___

SEL	Nº REMESSA	CPF/CNPJ/ PASSAPORTE	REMETENTE	QTDE. DE VOL.	PESO BRUTO KG	VALOR DA REMESSA US$	DESCRIÇÃO DA REMESSA	DESTINATÁRIO	PAÍS DE DESTINO	ANUENTE (*)	OBSERVAÇÕES

REPRESENTANTE LEGAL DA ECT
(DATA, NOME E ASSINATURA)

AUDITOR-FISCAL DA RFB
(CARIMBO COM NOME, DATA E ASSINATURA).

(*) Indicação de anuência por parte de outros órgãos. Informar quando for o caso.

Modelo aprovado pela Portaria Coana nº 82, de 17 outubro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

MAPA: Estatística Postal Internacional Mensal

Receita Federal

Mês de Referência: Dias\mês

	CTCI São Paulo			CTCI Rio de Janeiro			CTCI Curitiba				ECT
	EMS	COLIS MARIT	∑ SP	Colis AÉREO	Colis SAL	∑ RJ	PPR	PPS	PRIME	∑ PR	∑ Total
Saldo remanescente em 31/12/2.0XX											
Recebidas no mês											
Liberadas no mês											
Saldo remanescente em 31/01/2.0XY	0	0	0	-	0	0	0	0	-	0	0
Correios											
RFB (para fiscalização)											
ANVISA (para fiscalização)											
Outros (Vigiagro, Exercito....)											

Fonte:

Objetos Devolvidos ao Exterior					
CTCIs	EMS	Prime	COLIS	PPR\PPS	∑total
Quantidade no Mês					

	CTCI São Paulo			CTCI Rio de Janeiro			CTCI Curitiba				ECT
	EMS	COLIS MARIT	∑ SP	Colis AÉREO	Colis SAL	∑ RJ	PPR	PPS	PRIME	∑ PR	∑ Total
Liberadas Média/dia no Mês	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Objetos Desembaraçados Sem Formalização de Despacho Aduaneiro											
	CTCI São Paulo			CTCI Rio de Janeiro			CTCI Curitiba				ECT
	EMS	COLIS MARIT	∑ SP	Colis AÉREO	Colis SAL	∑ RJ	PPR	PPS	PRIME	∑ PR	∑ Total
Quantidade no Mês	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Modelo aprovado pela Portaria Cotaa nº 82, de 17 outubro de 2017.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 486, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. ATIVIDADE COMERCIAL. REVENDA DE MERCADORIAS. FROTA PRÓPRIA. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO. CRÉDITO PRESUMIDO. SUBCONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE. APURAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE CRÉDITOS.

O serviço de transporte rodoviário de cargas é atividade prestada a terceiros que contratam o prestador para realização do serviço. Não se considera prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas a utilização de frota própria para a entrega de produtos revendidos por empresa comercial.

A apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins, calculados sobre encargos de depreciação de caminhões e tanques refrigerados é permitida em relação às atividades empresariais de locação de tais bens para terceiros, de produção de bens destinados à venda e de prestação de serviços, quando aludidos caminhões e tanques sejam utilizados diretamente em tais atividades.

Na hipótese da pessoa jurídica aferir receitas de transporte rodoviário de cargas com o uso de caminhões e tanques refrigerados que sejam também empregados em outras atividades que não permitam a apuração de créditos pelos encargos de depreciação, há que se proceder a rateio proporcional entre a receita bruta total obtida e a receita oriunda da atividade de serviços de transporte, caso a pessoa jurídica não mantenha controle que permita a apropriação direta, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração.

Na atividade de prestação de serviços de transporte rodoviários de cargas, caso haja subcontratação de pessoa física transportadora autônoma ou de empresas de transporte optantes pelo Simples Nacional, poderá a pessoa jurídica subcontratante descontar crédito presumido na forma prevista pelos §§ 19 e 20 do art. 3o da Lei nº 10.833, de 2003.

Na eventualidade de não haverem sido apurados nas épocas próprias, os créditos da não cumulatividade da Cofins poderão ser apurados extemporaneamente, cabendo efetivar os necessários registros e retificações de declarações e demonstrativos, como DCTF e Dacon, além da EFD-Contribuições, conforme aplicável. O prazo extintivo para a apuração de créditos é de cinco anos a contar da data em que poderiam ter sido apurados, tanto para apuração quanto para utilização mediante dedução de valores devidos ao mesmo título ou, se for o caso, e nas hipóteses expressamente previstas, compensação ou ressarcimento.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3o, caput e §§ 1o a 4o, 7o e 8o, e 19 e 20; Lei nº 11.442, de 2007.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. ATIVIDADE COMERCIAL. REVENDA DE MERCADORIAS. FROTA PRÓPRIA. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO. CRÉDITO PRESUMIDO. SUBCONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE. APURAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE CRÉDITOS.

O serviço de transporte rodoviário de cargas é atividade prestada a terceiros que contratam o prestador para realização do serviço. Não se considera prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas a utilização de frota própria para a entrega de produtos revendidos por empresa comercial.

A apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep, calculados sobre encargos de depreciação de caminhões e tanques refrigerados é permitida em relação às atividades empresariais de locação de tais bens para terceiros, de produção de bens destinados à venda e de prestação de serviços, quando aludidos caminhões e tanques sejam utilizados diretamente em tais atividades.

Na hipótese da pessoa jurídica aferir receitas de transporte rodoviário de cargas com o uso de caminhões e tanques refrigerados que sejam também empregados em outras atividades que não permitam a apuração de créditos pelos encargos de depreciação, há que se proceder a rateio proporcional entre a receita bruta total obtida e a receita oriunda da atividade de serviços de transporte, caso a pessoa jurídica não mantenha controle que permita a apropriação direta, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração.

Na atividade de prestação de serviços de transporte rodoviários de cargas, caso haja subcontratação de pessoa física transportadora autônoma ou de empresas de transporte optantes pelo Simples Nacional, poderá a pessoa jurídica subcontratante descontar crédito presumido na forma prevista pelos §§ 19 e 20 do art. 3o da Lei nº 10.833, de 2003.

Na eventualidade de não haverem sido apurados nas épocas próprias, os créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep poderão ser apurados extemporaneamente, cabendo efetivar os necessários registros e retificações de declarações e demonstrativos, como DCTF e Dacon, além da EFD-Contribuições, conforme aplicável. O prazo extintivo para a apuração de créditos é de cinco anos a contar da data em que poderiam ter sido apurados, tanto para apuração quanto para utilização mediante dedução de valores devidos ao mesmo título ou, se for ocaso, e nas hipóteses expressamente previstas, compensação ou ressarcimento.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3o, caput e §§ 1o a 4o, 7o e 8o; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3o, caput e §§ 1o, 19 e 20, c/c art. 15, II; Lei nº 11.442, de 2007.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: INEFICÁCIA - LITERALIDADE - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. COFINS. CRÉDITOS. NÃO CUMULATIVIDADE. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING).

Não produz efeitos a consulta quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei, ou quando não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3o, V; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3o, V; Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, VI e VIII; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, IX e XI.

FERNANDO MOMBELLLI
Coordenador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 496, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. DEPRECIAÇÃO. INCIDÊNCIA CONCENTRADA OU MONOFÁSICA. SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS.

Observados os requisitos legais pertinentes, a vedação de desconto de créditos da não cumulatividade da Cofins em relação a bens "não sujeitos ao pagamento" da contribuição estabelecida pelo inciso II do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, não se aplica aos bens que, cumulativamente:

a) sejam adquiridos pela pessoa jurídica para utilização como insumo; e

b) tenham sido objeto de cobrança concentrada ou monofásica da contribuição em etapa anterior da cadeia econômica, dado que tais bens estiveram "sujeitos ao pagamento" da contribuição esperada em toda a cadeia econômica deles de forma concentrada ou monofásica na etapa anterior escolhida pelo legislador para oneração.

Não geram direito ao desconto de crédito da não cumulatividade da Cofins os valores despendidos com seguros de qualquer espécie, monitoramento via satélite ou on-line, serviços de agenciamento de carga, despachantes e despachantes aduaneiros, serviços de inspeção veicular, entre outros, por não serem serviços diretamente utilizados na prestação de serviço de transporte.

Gera direito ao desconto de crédito da não cumulatividade da Cofins, calculado com a utilização da alíquota correspondente a 75% daquela constante no art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, a subcontratação de serviço de transporte de carga prestado por pessoa física transportador autônomo ou por pessoa jurídica transportador optante pelo Simples Nacional. Caso a Pessoa Jurídica subcontratada não seja optante pelo Simples Nacional, a alíquota para apuração dos créditos será a constante do dispositivo legal antes mencionado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: CF/88, art. 149, § 4º; Lei nº 10.485, de 2002, art. 1º e art. 3º, § 2º, II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 3º, II, e art. 3o; Lei nº 10.865, de 2004, art. 31; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 346, § 1º; Decreto nº 7.660, de 2011; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, caput e § 4º; ADI SRF nº 4, de 2007.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. DEPRECIAÇÃO. INCIDÊNCIA CONCENTRADA OU MONOFÁSICA. SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS.

Observados os requisitos legais pertinentes, a vedação de desconto de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep em relação a bens "não sujeitos ao pagamento" da contribuição estabelecida pelo inciso II do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, não se aplica aos bens que, cumulativamente:

c) sejam adquiridos pela pessoa jurídica para utilização como insumo; e

d) tenham sido objeto de cobrança concentrada ou monofásica da contribuição em etapa anterior da cadeia econômica, dado que tais bens estiveram "sujeitos ao pagamento" da contribuição esperada em toda a cadeia econômica deles de forma concentrada ou monofásica na etapa anterior escolhida pelo legislador para oneração.

Não geram direito ao desconto de crédito da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep os valores despendidos com seguros de qualquer espécie, monitoramento via satélite ou on-line, serviços de agenciamento de carga, despachantes e despachantes aduaneiros, serviços de inspeção veicular, entre outros, por não serem serviços diretamente utilizados na prestação de serviço de transporte.

Gera direito ao desconto de crédito da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep, calculado com a utilização da alíquota correspondente a 75% daquela constante no art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, a subcontratação de serviço de transporte de carga prestado por pessoa física transportador autônomo ou por pessoa jurídica transportador optante pelo Simples Nacional. Caso a Pessoa Jurídica subcontratada não seja optante pelo Simples Nacional, a alíquota para apuração dos créditos será a constante do dispositivo legal antes mencionado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: CF/88, art. 149, § 4º; Lei nº 10.485, de 2002, art. 1º e art. 3º, § 2º, II; Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º, § 3º, VI, e art. 3o; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3o, VI, VII e IX, e § 1º, III, c/c art. 15, II; Lei nº 10.865, de 2004, art. 31; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 346, § 1º; Decreto nº 7.660, de 2011; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, caput e § §§ 4º e 9º; ADI SRF nº 4, de 2007.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: Não produz efeitos a consulta formulada quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, VIII; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, XI.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.390, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.90 Mercadoria: Preparação alimentícia em pó, composta de proteína do soro do leite isolada hidrolisada, estabilizante citrato de potássio, espessantes goma carboximetilcelulose sódica (CMC) e goma xantana, edulcorante sucralose e aromas natural e artificial de baunilha, acondicionada em embalagem plástica contendo 1.343g, comercialmente denominada "suplemento proteico para atletas".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 21.06) e RGI 6 (texto da subposição 2106.90) e RGC 1 (texto do item 2106.90.90) constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.413, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3304.99.90 Mercadoria: Preparação obtida pela mistura de óleos essenciais e ceras, na forma de pomada, própria para o cuidado da pele na massagem corporal, contendo óleo de eucalipto (Eucalyptus Globulus Leaf Oil), óleo de cravo da índia (Eugenia Caryophyllus Leaf Oil), óleo de menta (Mentha Piperita-Peppermint Oil), óleo semente de sésamo - gergelim (Sesamum Indicum Seed Oil), ceras Alba e de Candelila (Euphorbia Cerifera - Candelilla - Wax), acondicionada para venda a retalho em lata de flandres.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.04), RGI 6 (texto da subposição 3304.99) e RGC 1 (texto do item 3304.99.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.414, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3304.99.90 Mercadoria: Preparação cosmética obtida pela mistura de óleos essenciais e extratos de frutas e sementes/raiz, tais como: óleo de cártamo (Carthamus Tinctorius (Safflower) Seed Oil), óleo de semente de girassol (Helianthus Annus [sunflower] Seed oil), óleo de caroço de damasco (Prunus Armeniaca Kernel oil), óleo da fruta baunilha (Vanilla Planifolia Fruit Oil), extrato de abacate (Persea Gratíssima (Avocado) Fruit Extract), extrato da raiz de valeriana (Valeriana Officinalis Root Extract), todos condicionantes, entre outros componentes, com a função de cuidar (hidratar) a pele do corpo, podendo ser usada na massagem e no banho, acondicionada para venda a retalho em frasco de plástico com válvula dosadora.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.04), RGI 6 (texto da subposição 3304.99) e RGC 1 (texto do item 3304.99.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.415, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3304.99.90 Mercadoria: Preparação cosmética obtida pela mistura de óleos essenciais, tais como óleo de semente de girassol (Helianthus Annus [sunflower] Seed oil), óleo de farelo de arroz (Oryza Sativa [Rice] Bran oil), óleo de jojoba (Simmondsia Chinensis [Jojoba] Seed Oil), condicionantes, Tocopherol, antioxidante, entre outros componentes, com a função de cuidar (hidratar) a pele do corpo, podendo ser usada na massagem e no banho, de imersão e de ducha, acondicionada para venda a retalho em frasco de plástico com válvula dosadora.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.04), RGI 6 (texto da subposição 3304.99) e RGC 1 (texto do item 3304.99.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.428, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8441.10.90 Mercadoria: Máquina eletrônica para cortar papel, podendo também trabalhar outros materiais em folhas delgadas como vinil e tecido, que opera conectada ao computador através de um cabo USB e executa os comandos de acordo com um software exclusivo, cortando o papel em área máxima de 30,5 cm X 30,5 cm (folha) ou 30,5 cm X 5 m (rolo), profundidade máxima de 0,5 mm e força máxima de 280 g/m². Acessoriamente, ao substituir a lâmina por uma caneta específica é possível desenhar (traçar) no material de base.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 da Seção XVI, da Nota 7 do Capítulo 84 e da posição 84.41), RGI 6 (texto da subposição 8441.10) e RGC 1 (texto do item 8441.10.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.429, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8441.10.90 Mercadoria: Máquina eletrônica para recortar, marcar em alto-relevo, traçar e pontilhar, principalmente, o papel, podendo também trabalhar outros materiais como metal, madeira, vinil e tecido, que opera conectada ao computador através de um cabo USB e executa os comandos de acordo com um software exclusivo, cortando o papel em área máxima de 21,6 cm X 15 cm, profundidade máxima de 2mm e força máxima de 210 g/m².

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 da Seção XVI, da Nota 7 do Capítulo 84 e da posição 84.41), RGI 6 (texto da subposição 8441.10) e RGC 1 (texto do item 8441.10.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.430, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8441.10.90 Mercadoria: Máquina eletrônica para cortar papel, podendo também trabalhar outros materiais em folhas delgadas como vinil e tecido, que opera conectada ao computador através de um cabo USB e executa os comandos de acordo com um software exclusivo, cortando o papel em área máxima de 20,3 cm X 30,5 cm (folha) ou 20,3 cm X 3 m (rolo), profundidade máxima de 0,8 mm e força máxima de 280 g/m². Acessoriamente, ao substituir a lâmina por uma caneta específica é possível desenhar (traçar) no material de base.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 da Seção XVI, da Nota 7 do Capítulo 84 e da posição 84.41), RGI 6 (texto da subposição 8441.10) e RGC 1 (texto do item 8441.10.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.431, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2710.19.94 Mercadoria: Óleo de petróleo, constituído de mistura de hidrocarbonetos alifáticos, saturados, cíclicos e acíclicos, variando de C15 a C18, com ponto inicial de destilação de 251 ºC e ponto final de destilação de 276 ºC.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 27.10), RGI 6 (texto da subposição de 1º nível 2710.1 e da subposição de 2º nível 2710.19) e RGC 1 (textos do item 2710.19.9 e do subitem 2710.19.94) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.432, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2710.19.94 Mercadoria: Óleo de petróleo, constituído de mistura de hidrocarbonetos alifáticos, saturados, cíclicos e acíclicos, variando de C15 a C21, com ponto inicial de destilação de 271 ºC e ponto final de destilação de 314 ºC.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 27.10), RGI 6 (texto da subposição de 1º nível 2710.1 e da subposição de 2º nível 2710.19) e RGC 1 (textos do item 2710.19.9 e do subitem 2710.19.94) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.433, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2710.19.94 Mercadoria: Óleo de petróleo, constituído de mistura de hidrocarbonetos alifáticos, saturados, cíclicos e acíclicos, variando de C11 a C15, com ponto inicial de destilação de 209 ºC e ponto final de destilação de 245 ºC.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 27.10), RGI 6 (texto da subposição de 1º nível 2710.1 e da subposição de 2º nível 2710.19) e RGC 1 (textos do item 2710.19.9 e do subitem 2710.19.94) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.434, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2710.12.60 Mercadoria: Óleo de petróleo, constituído de mistura de hidrocarbonetos alifáticos, saturados, cíclicos e acíclicos, variando de C7 a C12, com ponto inicial de destilação de 160 ºC e ponto final de destilação de 203 ºC.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 27.10), RGI 6 (texto da subposição de 1º nível 2710.1 e da subposição de 2º nível 2710.12) e RGC 1 (texto do item 2710.12.60) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.435, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9021.10.20 Mercadoria: Dispositivo destinado à fixação de sutura ao tecido ósseo, constituído de âncora de polímero bioabsorvível com sutura de poliéster trançado não-absorvível e insertor, para utilização em procedimentos cirúrgicos, a fim de tratar lesões articulares, luxações, fraturas, etc., fornecido em pacote individual esterilizado, denominado comercialmente "âncora de sutura".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.21), RGI 3 b), RGI 6 (texto da subposição 9021.10) e RGC 1 (texto do item 9021.10.20) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.436, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9102.12.20 Mercadoria: Relógio de pulso para desportistas, com mostrador digital e caixa de plástico sem reforço de fibra de vidro, resistente à água, acompanhado de uma fita torácica com o instrumento de monitoramento cardíaco, equipado com um sensor que recepciona os sinais de tal instrumento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 91.02), RGI 3 b), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 9102.1 e da subposição de segundo nível 9102.12) e RGC 1 (texto do item 9102.12.20) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.437, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2309.90.90 Mercadoria: Aditivo adsorvente de micotoxinas, utilizado como componente na alimentação de aves de corte, constituído predominantemente por argila do tipo bentonita ativada e contendo também carvão ativado de coco de babaçu e zeólita natural do tipo clinoptilolita ativada, apresentado em forma de pó fino acinzentado e embalado em sacos de 5, 10, 25 e 30 kg ou em big bags de ráfias de poliéster de 500 e 1.000 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 23.09), RGI 6 (texto da subposição 2309.90) e RGC 1 (texto do item 2309.90.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.439, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9102.12.20 Mercadoria: Relógio de pulso para prática desportiva, com mostrador digital e caixa de plástico sem reforço de fibra de vidro, com receptor de GPS (Sistema de Posicionamento Global), bússola, acelerômetro e medidor de batimentos cardíacos, capaz de medir distâncias percorridas, velocidades, batimentos cardíacos, tempo, calorias, voltas e monitoramento de zonas (intervalo mínimo e máximo) de ritmo (tempo por quilômetro).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 91.02), RGI 3 b), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 9102.1 e da subposição de segundo nível 9102.12) e RGC 1 (texto do item 9102.12.20) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.447, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Revisa Solução de Consulta nº 89, de 6 de maio de 2016. Código NCM: 8418.40.00, Ex 01 da Tipi Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário (com abertura frontal), de capacidade de 48 litros, tensão de 230 V, com velocidade de congelamento programável para otimizar a viabilidade celular antes do seu armazenamento criogênico, funcionando na faixa de temperatura de +50°C até -180°C.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18), RGI 6 (texto da subposição 8418.40.00) e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 01 do código 8418.40.00) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.448, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Revisa Solução de Consulta nº 152, de 22 de julho de 2016. Código NCM: 8418.40.00, Ex 01 da Tipi Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário (com abertura frontal), de capacidade de 34 litros, tensão de 220 V, com velocidade de congelamento programável para otimizar a viabilidade celular antes do seu armazenamento criogênico, funcionando na faixa de temperatura de +50°C até -180°C.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18), RGI 6 (texto da subposição 8418.40.00) e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 01 do código 8418.40.00) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.449, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Revisa Solução de Consulta nº 153, de 22 de julho de 2016. Código NCM: 8418.40.00, Ex 01 da Tipi Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário (com abertura frontal), de capacidade de 48 litros, tensão de 120 V, com velocidade de congelamento programável para otimizar a viabilidade celular antes do seu armazenamento criogênico, funcionando na faixa de temperatura de +50°C até -180°C.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18), RGI 6 (texto da subposição 8418.40.00) e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 01 do código 8418.40.00) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.450, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Revisa Solução de Consulta nº 154, de 22 de julho de 2016. Código NCM: 8418.40.00, Ex 01 da Tipi Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário (com abertura frontal), de capacidade de 34 litros, tensão de 120 V, com velocidade de congelamento programável para otimizar a viabilidade celular antes do seu armazenamento criogênico, funcionando na faixa de temperatura de +50°C até -180°C.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18), RGI 6 (texto da subposição 8418.40.00) e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 01 do código 8418.40.00) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.451, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8208.40.00 Mercadoria: Lâmina cortante retangular, de aço de alto carbono, própria para colheitadeiras de cana-de-açúcar, com dimensões de 6 mm x 90 mm x 267 mm e diversos furos alinhados em seu eixo central, para fixação da lâmina por aparafusamento, comercialmente denominada "faca cortante de base".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 82.08) e RGI 6 (texto da subposição 8208.40.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.452, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Mercadoria: Conjunto de artigos variados, composto por mais de 3.000 unidades, utilizado na instalação elétrica interna de aerogeradores de grande porte, constituído por abraçadeiras, bandejas para cabos, fixadores para bandejas, uniões para bandejas, entre outros artigos, apresentado em caixa com volume de 2,7 m³ e de peso aproximado de 400 kg, que não corresponde a um artigo por montar, nem a um sortido, nos sentidos determinados, respectivamente, pela Regra Geral Interpretativa (RGI) 2 a) e pela RGI 3 b), não pode ser considerado parte de aerogerador, conforme a Nota 2 da Seção XVI, para fins de classificação em um único código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH). Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 da Seção XVI), RGI 2 a) e RGI 3 b) constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.453, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Mercadoria: Conjunto de artigos variados, composto por mais de 1.000 unidades, utilizado na instalação elétrica interna de aerogeradores de grande porte, constituído por cabos, abraçadeiras, eletrocalhas, luminárias, entre outros artigos, apresentado em caixa com volume de 2,7 m³ e de peso aproximado de 400 kg, que não corresponde a um artigo por montar, nem a um sortido, nos sentidos determinados, respectivamente, pela Regra Geral Interpretativa (RGI) 2 a) e pela RGI 3 b), não pode ser considerado parte de aerogerador, conforme a Nota 2 da Seção XVI, para fins de classificação em um único código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH). Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 da Seção XVI), RGI 2 a) e RGI 3 b) constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.454, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8208.40.00 Mercadoria: Lâmina cortante retangular, de aço, própria para colhedoras de cana-de-açúcar.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 1, alínea "k", da Seção XVI e da posição 82.08) e RGI 6 (texto da subposição 8208.40) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.456, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.90.90 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em caminhonetes ou similares, com a codificação 205/75 R16 8PR 110/108 R.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 40.11), RGI 6 (texto da subposição 4011.90) e RGC 1 (texto do item 4011.90.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.458, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.90.90 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em caminhonetes ou similares, com a codificação 225/75 R16 121/120 Q.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 40.11), RGI 6 (texto da subposição 4011.90) e RGC 1 (texto do item 4011.90.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.464, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9018.39.99 Mercadoria: Instrumento descartável utilizado em cirurgia videolaparoscópica e em puncionamento, constituído por um obturador com ponta perfurante e uma cânula composta por válvula anti-refluxo, injetor lateral e tampa conversora, de policarbonato, apresentado em caixas contendo seis unidades, comercialmente denominado "Trocarte".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.18), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 9018.3 e da subposição de 2º nível 9018.39) e RGC 1 (textos do item 9018.39.9 e do subitem 9018.39.99) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara abandonada(s) e aplica a pena de perdimento de mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976 e na alínea "a" do inciso II do parágrafo 8º do art. 774 do Decreto nº 6.759/09, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Declarar abandonada(s) e aplicar a pena de perdimento às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-as disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

ANEXO I

Seq.	Processo	Termo de apreensão de mercadoria abandonada Nº	Edital de abandono Nº	Interessado(s)	CPF/CNPJ
01	10960.720115/2017-76	0130100-48328/2017	20170906	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
02	10960.720116/2017-11	0130100-49675/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
03	10960.720118/2017-18	0130100-49699/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
04	10960.720119/2017-54	0130100-49753/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
05	10960.720117/2017-65	0130100-49687/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
06	10960.720122/2017-78	0130100-49667/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
07	10960.720121/2017-23	0130100-49628/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
08	10960.720123/2017-12	0130100-49681/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
09	10960.720124/2017-67	0130100-49649/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
10	10960.720120/2017-89	0130100-49607/2017	20170914	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06

OLDESIO SILVA ANHESINI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993; e suas alterações e regulamentos; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 10183.724517/2017-05, resolve:

Art. 1°. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, nos exatos termos da Portaria nº 130, de 12 de maio de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, publicada no D.O.U. de 15 de maio de 2017.

EMPRESA: HIDROELETRICA BURITIZAL LTDA

CNPJ: 22.933.858/0001-41

PROJETO: CGH Buritizal (Autorizada pela Licença de Instalação nº 66677/2016, de 15 de dezembro de 2016, emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT)

SETOR FAVORECIDO: Energia;

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 05 de março de 2017 a 05 de março de 2019;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei

n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm - art57iart. 57, inciso I, da Medida Provisória nhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm - art57iohttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm - art57i 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda Nº	Interessado	CPF/CNPJ Nº
01	13150.720028/2017-41	0130151-29943/17	Adevair Batista da Silva	868.121.304-68
02	13150.720182/2017-13	0130151-38769/17	Manoel Cândido Neto	103.505.861-87
03	13150.720182/2017-13	0130151-38769/17	Maurício Gomes da Luz	032.037.041-02
04	13150.720183/2017-68	0130151-38108/17	Edna de Alencar Lopes	009.775.581-85
05	13150.720100/2017-31	0130151-21856/17	Leandro da Silveira	970.280.961-49
06	13150.720034/2017-07	0130151-10888/17	Arias Gonzales Nector	
07	13150.720034/2017-07	0130151-10888/17	Oscar Jim Mid Dach Kauffman	710.498.061-07
08	13150.720040/2017-56	0130151-21856/17	Anderson Jhonni Moreira Lopes	004.545.521-06
09	13150.720039/2017-21	0130151-21831/17	Cesar Alves Ramos	970.474.141-34
10	13150.720039/2017-21	0130151-21831/17	Anderson Jhonni Moreira Lopes	004.545.521-06
11	13150.720039/2017-21	0130151-21831/17	Joao Maria Adriano Moura	570.336.171-06

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Inclui Bebidas e Consolida Registro Especial de Bebidas

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 17/05/2012, e delegação de competência prevista no art. 1º inciso V da Portaria DRF/BEL nº 93, de 25/08/2017, publicada no DOU de 28 de agosto de 2017, e considerando ainda, o que consta do Processo Nº 10280.721.913/2017-74, declara:

Art. 1º - Incluído no Regime Especial de Bebidas, na atividade de Engarrafador, do estabelecimento da empresa L M PORTO - ME, CNPJ: 00.689.956/0001-42, sito à Passagem Carlos Xavier, 1627, ConJ. José Mauro, Curuçambá, Ananindeua/Pa, CEP: 67.146-164, o(s) produto(s)/marca(s) comercial(s)/capacidade(s), conforme relacionado abaixo:

NCM	PRODUTO	MARCA COMER	TIPO RECEP	CAPACIDADE
22089000	Bebida Alcólica Mista c/Jambú	Meu Garoto	Garrafa de Vidro	700 ml
22089000	Bebida Alcólica Mista c/Jambú	Meu Garoto	Garrafa de Vidro	275 ml
22089000	Bebida Alcólica Mista Jambú e Cupuaçu	Meu Garoto	Garrafa de Vidro	275 ml
22089000	Bebida Alcólica Mista Jambú e bacuri	Meu Garoto	Garrafa de Vidro	275 ml
22089000	Bebida Alcólica Mista Jambú e Açaí	Meu Garoto	Garrafa de Vidro	275 ml
22089000	Bebida Alcólica Mista Jambú e Cast. Pará	Meu Garoto	Garrafa de Vidro	275 ml

Este ato declaratório somente terá validade, após a sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEUNILDES BATISTA LEITE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concessão de Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária, na atividade específica de gráfica (GP).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL lotado no Serviço de Fiscalização da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém, no uso da competência delegada pelo Art. 5º, combinado com o Art. 13 da Portaria nº 107, de 20 de agosto de 2012, consubstanciado com o inciso X, do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e as alterações promovidas pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013. declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial GP-02101/0097, o estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, oficinas de impressão próprias, atividade específica de gráfica (GP), nos termos do artigo 1º, § 1º, inciso V da IN RFB Nº 976/2009, alterada pelas IN RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011, tendo em vista o que consta do processo nº 17734.721.735/2016-64.

NOME EMPRESARIAL: DOL - INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS, PORTAL DE INTERNET, GRÁFICA, EDITORA, PUBLICIDADE, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ Nº: 14.010.848/0001-06

Endereço: Rua Gaspar Viana, nº 773 a 778, Galpão 02, Reduto, CEP 66.053-090, Belém/PA.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO FERNANDO SILVA LEAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no DOU de 09.05.2016).

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6°, inciso V, da Portaria DRF Recife n° 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 40, Inciso II, 42 Inciso II e § 2°, da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Fiscal n° 19647-720.069/2017-32, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ n°17.683.106/0001-30 da empresa COMERCIAL SÍTIO NATUBA LTDA - ME, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 45 da supracitada Instrução Normativa.

EDUARDO JORGE VIEIRA DE ALMEIDA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso VII, e o art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º, da IN SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, à vista do que consta no processo administrativo nº 10480.725370/2017-16, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Em face da dispensa de pagamento de tributos, conforme o art. 124, parágrafo único, inciso II, do citado Decreto, liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo da marca HONDA, modelo/tipo FIT - base - HATBACK, cor cinza, ano de fabricação 2011, ano do modelo 2012, 4 portas, HP 117, cilindradas: 1497CC, transmissão: automática, combustível: gasolina, número de passageiros: 5, número do chassi JHMGE8H35CC022154, acessórios: ar condicionado, radio AM/FM, CD Player, objeto da Declaração de Importação nº 12/1595686-1, registrada em 29.08.2012, na Alfândega do Porto de Santos - SP, da Sra. XELAJU KORDA, CPF nº 235.665.268-00, para o Sr. RICARDO CARVALHO, CPF nº 190.665.958-33.

Este Ato Declaratório Executivo somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito, quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO AUGUSTO DE BARROS CAMPELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.728396/2017-14, declara:

Art. 1º- Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 17.262.213/0001-94, tendo por objeto o fornecimento de todos os materiais e a execução de todos os trabalhos necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento do empreendimento, na modalidade Empreitada Integral por Preço Fixo Global, nos termos do Edital e do Contrato de Concessão, observado os termos do Contrato firmado entre as partes e da Engenharia Básica aprovada pela ANEEL. Projeto localizado no Estado da Bahia, de titularidade da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 26.845.497/0001-32, matrícula CEI nº 70.014.20714/70, com previsão de conclusão em agosto/2020, aprovado pela Portaria nº 167, de 21 de junho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2017, Seção 1, página 44.

Art. 2º- A referida empresa participa do Consórcio Linhão BA-PI, inscrito no CNPJ sob o nº 28.608.536/0001-03.

Art. 3º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Cancelamento dos Registros Especiais da pessoa jurídica que menciona, para atividade comercial envolvendo Bebidas Alcoólicas

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1593, de 21 de dezembro de 1977 e na Instrução Normativa IN RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, alterada pela IN RFB nº 1518, de 27 de novembro de 2014, e pela IN RFB nº 1583, de 31 de agosto de 2015, e pela IN RFB 1673, de 23 de novembro de 2016, e, considerando o que consta no processo administrativo nº 13675.000.050/2001-95, declara:

Art. 1º O CANCELAMENTO DOS REGISTROS ESPECIAIS, para a atividade de produtor sob nº 06107/0165, concedido pelo ADE nº 52 de 28 de setembro de 2009, e para a atividade de engarrafador sob nº 06107/0166, concedido pelo ADE nº 53 de 28 de setembro de 2009, ambos emitidos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis-MG e publicados no D.O.U. de 30 de setembro de 2009, circunscrição à qual pertencia o domicílio fiscal do estabelecimento da pessoa jurídica CNPJ 03.859.404/0001-23, ORGANIZAÇÕES VIOTTI LTDA, atualmente estabelecida na circunscrição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem-MG.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 13 DE JULHO DE 2017

Concede inscrição no Registro Especial de Bebidas - IPI para empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10670.721034/2017-59, resolve declarar:

Art. 1º - INSCRITA no Registro Especial sob o nº 06108/00221/2017 a empresa AQUINOS AGUARDENTES LTDA, CNPJ nº 20.434.063/0001-63, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. A referida empresa exerce as atividades de produtora, engarrafadora e atacadista do produto Cachaça, Marca Angicana, código TIPI 2208.40.00, marca comercial que será vendida em recipiente de 670ml.

Art. 2º - O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, combinado com o inciso II, artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, considerando a competência que lhe confere o artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.722849/2017-85, declara:

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pelo regime de arrecadação de tributos e contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, denominado Simples Nacional, a partir de 03/02/2012, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

-Nome: VAN BARRETOS LTDA - ME

-CNPJ: 15.038.687/0001-21

-Descrição: Infração à legislação específica.

-Fundamento Legal: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, inciso VI.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos previstos no art. 76, inciso III, alínea a, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos nos períodos ora estabelecidos.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, combinado com o inciso II, artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, considerando a competência que lhe confere o artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.722852/2017-07, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pelo regime de arrecadação de tributos e contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, denominado Simples Nacional, a partir de 05/05/2014, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

-Nome: IVAN CARLOS DOS SANTOS EIRELI - ME

-CNPJ: 20.185.477/0001-04

-Descrição: Infração à legislação específica.

-Fundamento Legal: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, inciso VI.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos previstos no art. 76, inciso III, alínea a, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos nos períodos ora estabelecidos.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N º 13, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, combinado com o inciso II, artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, considerando a competência que lhe confere o artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.722850/2017-18, declara:

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pelo regime de arrecadação de tributos e contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, denominado Simples Nacional, a partir de 01/02/2017, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

-Nome: GR LOCADORA E FRETAMENTO LTDA - ME

-CNPJ: 15.019.016/0001-13

-Descrição: Infração à legislação específica.

-Fundamento Legal: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, inciso VI.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos previstos no art. 76, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos nos períodos ora estabelecidos.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, combinado com o inciso II, artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, considerando a competência que lhe confere o artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.722846/2017-41, declara:

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pelo regime de arrecadação de tributos e contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, denominado Simples Nacional, a partir de 01/11/2008, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

-Nome: AGENCIA BARRETOS COUNTRY TURISMO E TRANSPORTE LTDA - ME

-CNPJ: 08.170.299/0001-34

-Descrição: Infração à legislação específica.

-Fundamento Legal: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, inciso VI.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos previstos no art. 76, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos nos períodos ora estabelecidos.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, combinado com o inciso II, artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, considerando a competência que lhe confere o artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.722848/2017-31, declara:

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pelo regime de arrecadação de tributos e contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, denominado Simples Nacional, a partir de 01/10/2016, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

-Nome: ADRIANO SANDRIN TRANSPORTES - ME

-CNPJ: 11.268.897/0001-55

-Descrição: Infração à legislação específica.

-Fundamento Legal: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, inciso VI.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos previstos no art. 76, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos nos períodos ora estabelecidos.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303, combinado com o inciso II, artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, considerando a competência que lhe confere o artigo 33 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.722851/2017-54, declara:

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pelo regime de arrecadação de tributos e contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, denominado Simples Nacional, a partir de 01/09/2016, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

-Nome: SANTA LIGIA TRANSPORTE E LOCACOES LTDA - ME

-CNPJ: 12.940.957/0001-05

-Descrição: Infração à legislação específica.

-Fundamento Legal: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, inciso VI.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos previstos no art. 76, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos nos períodos ora estabelecidos.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a nulidade de atos praticados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, considerando o que consta do processo administrativo nº 15289.720163/2016-76 e com fundamento no inciso II do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º - São nulos os atos praticados no CNPJ referente as alterações contratuais da pessoa jurídica THREE STAR LOGÍSTICA - IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ nº 66.146.002/0001-00, registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo nas seções de 10/05/2014 e 10/09/2014, por constatação de vício.

Art. 2º - Este ADE produzirá efeitos a partir da vigência de cada ato anulado.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a nulidade de ato praticado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, considerando o que consta do processo administrativo nº 15289.720162/2016-21 e com fundamento no inciso II do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. Nulo o ato praticado no CNPJ referente a alteração contratual da pessoa jurídica GBT-TURISMO LTDA - ME, CNPJ nº 00.932.246/0001-00, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo na seção de 08/12/2011, por constatação de vício.

Art. 2º. Este ADE produzirá efeitos a partir da vigência do ato anulado.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a nulidade de atos praticados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, considerando o que consta do processo administrativo nº 15289.720161/2016-87 e com fundamento no inciso II do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º - São nulos os atos praticados no CNPJ referente as alterações contratuais da pessoa jurídica GBT - LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME, CNPJ nº 03.992.074/0001-40, registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo nas seções de 17/07/2012, 05/11/2012, 05/09/2013, 13/08/2014 e 03/12/2014, por constatação de vício.

Art. 2º - Este ADE produzirá efeitos a partir da vigência de cada ato anulado.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 227, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10530.724527/2016-64

CONTRIBUINTE: JUCILENE PEREIRA NUNES 26620674895

CNPJ: 15.552.258/0001-78

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

PORTARIA Nº 273, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A DELEGADA ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO (SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, 305 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, alterada pelas Portarias MF nº 512 de 2 de outubro de 2013, publicada no DOU de 4 de outubro de 2013, RFB nº 1403 de 3 de outubro de 2013, publicada no DOU de 4 de outubro de 2013, e Portaria MF nº 158 de 5 de maio de 2016, publicada no DOU de 6 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que o encerramento do horário de funcionamento desta Delegacia e de seu Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC Paulista, no dia 13 de outubro de 2017, deu-se antes do horário de funcionamento habitual, não sendo o respectivo dia considerado como de expediente normal, para os fins do parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 70.235/1972.

Art. 2º Diante disso, fica extensivo para a data de 16 de outubro de 2017 o prazo para eventuais protocolos, inclusive para os prazos fatais, contemplando-se todos os Centros de Atendimento ao Contribuinte desta Delegacia.

Art. 3º Esta Portaria vigora a partir de 13 de outubro de 2017.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 38 de 31 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União - D O U nº 152 de 9 de agosto de 2017, Seção I, página 75, onde se lê: " tendo em vista o disposto no artigo 42, § 2º da Instrução Normativa RFB n° 1.634 de 06 de maio de 2016, combinado com os artigos 81 § 5º e 82 da Lei nº 9430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09 e artigos 40, inciso II, 42, inciso II, § 3º, e 47, § 3º, inciso I, letra b da referida IN, declara:" leia-se: " tendo em vista o disposto no artigo 42, § 3º da Instrução Normativa RFB n° 1.634 de 06 de maio de 2016, combinado com os artigos 81, § 5º e 82 da Lei nº 9.430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09 e artigos 40, inciso II, 42, inciso I e 47, § 3º, inciso I, letra "b" da referida IN, declara:"

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009, 12.249/2010, 12.995/2014 e 13.043/2014.

A CHEFE DA EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS (EQESB) DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e, em observância à delegação de competência prevista no inciso II do artigo 2º da Portaria nº 148, de 07 de outubro de 2016, publicada no DOU de 11 de outubro de 2016 e, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 19985.724497/2017-01 resolve:

Art.1°- Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 27 de julho de 2007, com suas alterações, nos exatos termos da Portaria MME nº817, de 23 de setembro de 2010, publicada no D.O.U de 24/09/2010 e alterações posteriores .

PJ Titular	CONFLUÊNCIA ENERGIA S.A
A CNPJ	05.104205/0001-30
Nome do Projeto	PCH Confluência
Setor	Energia
Descrição Sucinta	Pequena Central Hidrelétrica para exploração do potencial localizado no Rio Marrecas, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, Município de Prudentópolis/Pr, e composta por: (i) 3 (três) unidades geradoras de 9.000 kW com capacidade instalada de 27.000 kW de Potência Instalada e 13.720 kW médios de Garantia Física, conforme revisão do Projeto Básico aprovada pela ANEEL através do Despacho nº 112, de 20 de janeiro de 2015 e; ii) alterar, de acordo com a Habilitação Técnica nº 15 A5-0051/EPE/2015, de 15 de abril de 2015, o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Confluência, que passará a ser constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão de 138 kV, com cerca de quarenta e cinco quilômetros e trazentos metros de extensão, em circuíto simples, interligando a Subestação Elevadora ao barramento de 138 kV da Subestação SE Pitanga de propriedade da COPEL; iii) alterar o cronograma de implantação da PCH Confluência, conforme previsto no Despacho ANEEL nº 1.434, de 31 de maio de 2016.
Logradouro	Município de Prudentópolis, Estado do Paraná.
Ato Autorizador	Autorizada pela Portaria MME nº 817, de 23 de setembro de 2017
Prazo para entrar em operação	27/03/2020

Art. 2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 3º - Concluída a participação da habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 4° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara, em atendimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº. 976 de 07 de dezembro de 2009, o CANCELAMENTO de registro no registro especial dos estabelecimentos que realizam operações com papel imune, à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº. 976 de 07 de dezembro de 2009, e art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, em conformidade com o que dispõe a Lei 11.945 de 04/06/2009, e considerando o que consta no processo administrativo nº 11060.722912/2017-02, declara:

Artigo 1º. Fica cancelado o registro nº UP-10103/00017, da pessoa jurídica JORNAL GAZETA CAÇAPAVANA LTDA. - ME, CNPJ nº 03.271.155/0001-50, com endereço na Rua 15 de Novembro, nº 487, sala 06, bairro Centro, Caçapava do Sul, RS, no Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune.

Artigo 2º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/STM nº 000057/2010 de 31/05/2010.

Artigo 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

CLAUDIR LUIS RUEDELL

PORTARIA Nº 225, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece procedimentos a serem observados no regime especial de Trânsito Aduaneiro Simplificado na jurisdição da DRF/Foz.

O DELEGADO DA RECEITA DO BRASIL FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR, no uso das atribuições legais, considerando as competências arroladas no artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações posteriores, e em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do art. 336 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009; Artigo 83 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002 e no Anexo I do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pelo Decreto 99.704, de 20 de novembro de 1990, considerando as peculiaridades da DRF/Foz do Iguaçu, resolve:

Art. 1º - O regime especial de Trânsito Aduaneiro Simplificado na jurisdição da DRF/Foz do Iguaçu permitirá o transporte de mercadorias, sob controle aduaneiro, entre:

I - O ponto de fronteira alfandegado da Ponte Internacional da Amizade (PIA) e o Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI), em qualquer sentido; e

II - O ponto de fronteira alfandegado da Ponte Internacional Tancredo Neves (PTN) e o Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI), em qualquer sentido.

Art. 2º - O Trânsito Aduaneiro Simplificado será concedido nos casos de transporte rodoviário de mercadorias:

I - procedentes do exterior, da PIA ou PTN, até o PSFI;

II - destinadas ao exterior, quando forem desembaraçadas para exportação ou reexportação, ou na conclusão dos trânsitos de passagem, do PSFI até a PIA ou a PTN.

Art. 3º - Serão considerados beneficiários do regime especial de Trânsito Aduaneiro Simplificado os transportadores nacionais habilitados pelo Ministério dos Transportes a operar transporte internacional rodoviário e os transportadores estrangeiros com permissão do Ministério dos Transportes para operar transporte internacional pela via rodoviária, por meio de seu representante no Brasil.

§1°. A identificação do beneficiário se dará pela empresa transportadora habilitada ao transporte internacional e responsável pela emissão do respectivo Manifesto Internacional de Carga Rodoviária/Declaração de Trânsito Aduaneiro (campo 1 do MIC/DTA).

Art. 4°. Considera-se solicitado o Trânsito Simplificado no momento de apresentação espontânea do MIC/DTA, acompanhado do veículo ou unidade transportadora, no ponto de entrada (PIA/PTN), no caso de importação, e, no caso de exportação, na sua saída do PSFI com destino ao exterior via PIA/PTN.

§1°. Para fins de aplicação dos artigos 72 e 73 do Decreto-lei nº 37/66, a solicitação do Trânsito Simplificado constitui termo de responsabilidade em relação às obrigações fiscais suspensas em decorrência de aplicação do regime.

OPERACIONALIZAÇÃO DO TRÂNSITO ADUANEIRO SIMPLIFICADO

Art. 5º - A operacionalização da abertura do Trânsito Aduaneiro Simplificado será processada com base no MIC/DTA, nos Pontos de Fronteira Alfandegados, nas seguintes condições:

I - O transportador deve parar espontaneamente o veículo e apresentar à fiscalização da Receita Federal a unidade de transporte de carga e seis vias do MIC/DTA referentes à carga, com base nas quais será concedido o Trânsito Aduaneiro Simplificado;

II - O servidor da Receita Federal que estiver de serviço no ponto de fronteira alfandegado deverá, primeiramente, confrontar as placas informadas no MIC/DTA com as placas físicas dos veículos, observado o disposto no inciso III;

III - não havendo divergência entre os dados das placas constantes no MIC/DTA e os do veículo transportador, o servidor deverá:

a) apor carimbo e assinatura no campo 41 do MIC (Alfândega de partida), consignando a data do efetivo início da operação de trânsito, em duas vias do MIC/DTA;

b) registrar o início do trânsito no sistema eletrônico de controle de trânsito aduaneiro, preenchendo todos os campos disponíveis na tela do sistema - placas do cavalo e carreta, nº do MIC/DTA etc.

c) reter uma via carimbada para controle da SRF e entregar as outras cinco vias ao motorista, as quais deverão ser apresentadas na portaria de acesso ao PSFI, no momento da chegada àquele recinto.

IV - não havendo divergência entre a placa do MIC/DTA e a do veículo, porém não sendo possível cadastrar as placas do veículo no sistema eletrônico em função de pendência no sistema, o servidor da SRF deverá registrar as placas corretas com a extensão ".PEND" nos campos próprios do sistema.

V - caso seja detectada alguma divergência entre a placa constante no MIC/DTA e o do veículo ou o MIC/DTA apresentar-se ilegível, iniciar o trânsito, devendo ser registrado no sistema eletrônico de controle de trânsito aduaneiro os dados efetivos do veículo que estiver iniciando o trânsito e consignada tal situação tanto no campo observações do MIC/DTA como também do sistema eletrônico, além de observar as instruções constantes do inciso III.

Art. 6º - O servidor que operacionalizar a abertura dos trânsitos simplificados nos Pontos de Fronteira Alfandegados deverá verificar se o veículo oferece condições de segurança fiscal e, havendo motivos, sugerir o acompanhamento fiscal até o PSFI.

Art. 7º - A via do MIC/DTA carimbada e retida para controle da SRF pelo servidor no artigo 5º, inciso III, alínea "c", ficará arquivada no respectivo Ponto de Fronteira Alfandegado pelo período de cinco anos.

Art. 8º - A alteração de dados de veículo no sistema, efetuada em decorrência de ressalva em MIC/DTA, autorizada por autoridade aduaneira competente, após formalizada a entrada do mesmo em território nacional, dentre outras, será admitida nas seguintes situações:

I - Inequívoco erro de digitação no sistema ou de preenchimento de MIC/DTA;

II - Motivo de força maior a ser avaliado pela chefia do PSFI, caso em que a alteração será autorizada por meio de despacho justificado daquela chefia. Neste caso deverá ser consignada tal situação no corpo do MIC/DTA e arquivada cópia da autorização de alteração de placa no local onde o trânsito aduaneiro simplificado foi iniciado;

III - Quando da baixa das pendências do sistema citadas no art. 5º, inciso IV, as consequentes correções de placas deverão ser efetuadas no próprio PSFI.

Parágrafo único - A alteração prevista no inciso I deverá ser efetuada por colaborador da concessionária mediante prévia autorização de autoridade aduaneira do local de descarga.

Art. 9º - No Porto Seco de Foz do Iguaçu o Trânsito Aduaneiro Simplificado só será considerado aberto e iniciado após as seguintes providências:

I - o desembaraço para exportação ou reexportação, no sistema SISCOMEX, da mercadoria nacional, nacionalizada ou objeto de regime aduaneiro especial;

II - a autorização da exportação da mercadoria, nos casos de operação dispensada de registro no SISCOMEX;

III - a aposição de carimbo e assinatura nas vias do MIC/DTA pela autoridade aduaneira responsável pelas providências referidas nos incisos I e II;

IV - no caso de despacho de exportação selecionado para o canal verde a aposição de carimbo e assinatura nas vias do MIC/DTA pelo colaborador da concessionária;

V - na conclusão dos trânsitos de passagem, a aposição de carimbo e assinatura nas vias do MIC/DTA pelo servidor competente;

Parágrafo único - o registro, pela concessionária que presta serviços no PSFI, da saída efetiva do veículo do recinto no sistema eletrônico consignará o momento exato de início do regime.

CONCLUSÃO DA OPERAÇÃO DE TRÂNSITO NO DESTINO

Art. 10 - Os procedimentos a serem adotados para a conclusão do Trânsito Aduaneiro Simplificado nos Pontos de Fronteira Alfandegados observarão o seguinte:

I - O transportador deve parar espontaneamente o veículo e apresentar à fiscalização duas vias do MIC/DTA;

II - O servidor da SRF de serviço no ponto de fronteira alfandegado deverá confrontar as placas constantes do MIC/DTA com as do veículo transportador, bem como verificar se as vias apresentam "Assinatura e Carimbo da Alfândega de Partida".

III - caso seja detectada divergência entre a placa do veículo transportador e a informação de placa constante no MIC/DTA, o trânsito simplificado não deverá ser concluído no sistema, devendo o veículo ser reenviado ao PSFI via abertura de novo trânsito simplificado, dessa vez de importação, e tal situação informada no campo "observação".

IV - não havendo divergência, o servidor da SRF de serviço no PFA deverá:

a) apor carimbo e assinatura no campo de "Observações/País de Partida", no verso de duas vias do MIC/DTA, consignando a data da conclusão do trânsito;

b) registrar a conclusão da operação de trânsito aduaneiro simplificado no respectivo sistema eletrônico;

c) reter uma via do MIC/DTA e devolver a outra ao motorista, que será destinada à transportadora e servirá de comprovante da conclusão da operação de trânsito aduaneiro.

V - Caso o tempo de trânsito do veículo esteja, sem motivo justificado, acima daqueles referidos no art. 18, inciso II, "a", para veículos com destino a PIA, e art. 18, IV, "a", para veículos com destino a PTN ou, ainda, esteja consideravelmente discrepante em relação ao tempo de trânsito de outros veículos que deram saída do PSFI pouco antes ou logo após o veículo em questão, o servidor procederá de acordo com o disposto no inciso III.

VI - A via do MIC/DTA destinada à transportadora por ocasião da conclusão do trânsito, conforme o inciso IV alínea "c", deverá ser conservada em arquivo pelo período de cinco anos.

VII - a via do MIC/DTA retida pelo servidor no inciso IV alínea "c", ficará arquivada no respectivo Ponto de Fronteira Alfandegado pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo único: além das previsões desse artigo, salvo motivo de força maior, justificado no campo "observação", o servidor no Ponto de Fronteira Alfandegado não reenviará veículos de exportação de volta ao PSFI.

Art. 11 - No Porto Seco de Foz do Iguaçu a conclusão do Trânsito Aduaneiro Simplificado observará:

I - O transportador entregará na portaria do PSFI duas vias do MIC/DTA das que lhe foram devolvidas no Ponto de Fronteira Alfandegado. A via carimbada e assinada pelo servidor da SRF deverá constar na folha da frente do conjunto de manifestos.

II - O funcionário da concessionária que presta serviços no PSFI, responsável pelo controle de entrada do recinto, deverá adotar as seguintes providências:

a) verificar se o veículo transportador coincide com o descrito nos documentos e registrar sua chegada no sistema eletrônico (SARA), preenchendo todos os campos disponíveis na tela do sistema: regime; peso documental e demais informações relevantes a serem preenchidas nesse momento de entrada do veículo na estação.

b) apor no MIC/DTA carimbado pelos servidores das pontes, etiqueta de protocolo necessário ao controle do processo na estação, bem como inserir nessa mesma via o boleto de pesagem.

c) caso o tempo de trânsito do veículo esteja, sem motivo justificado, acima daquele referido no art. 18, incisos I, "a" e III, "a", este fato deverá constar no campo observações do controle e entrada de saída e veículos - CESV, devendo o veículo permanecer bloqueado até manifestação da autoridade competente.

III - As vias do MIC/DTA a que se refere o inciso I deste artigo terão a seguinte destinação:

a) das duas vias entregues na portaria de entrada uma será destinada à concessionária, para que seja arquivada pelo prazo previsto em legislação, sendo outra entregue ao representante legal do importador, que deverá utilizá-la para instruir o Despacho de Importação;

SISTEMÁTICA A SER ADOTADA EM CASO DE INOPERÂNCIA DO SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE TRÂNSITO ADUANEIRO

Art. 12 - Em caso de inoperância do sistema eletrônico nos Pontos de Fronteira Alfandegados, mas com funcionamento normal no PSFI, os procedimentos a serem seguidos nos Pontos de Fronteira Alfandegados para concessão do regime de Trânsito Aduaneiro Simplificado são os mesmos constantes do art. 5º e respectivos incisos, com exceção da alínea "b" do inciso III, devendo, ainda, ser adotadas as seguintes providências:

I - o servidor da SRF de serviço no PFA preencherá a "Relação de Veículos que Iniciaram Trânsito Aduaneiro" contendo a relação dos veículos com carga cujo trânsito aduaneiro simplificado foi iniciado, obedecendo a estrita ordem cronológica de chegada dos veículos, contendo placa do cavalo; placa da carreta; número de MIC e horário de abertura do trânsito simplificado.

II - enquanto houver veículos com carga de importação ingressando no respectivo ponto de fronteira, a relação a que se refere o artigo anterior será remetida ao Supervisor de Importação do PSFI, ou à autoridade aduaneira em plantão, em intervalos não superiores a sessenta minutos;

Parágrafo único - A referida relação será encaminhada preferencialmente através de correio eletrônico oficial, alternativamente por meio de fac-símile ou entregue fisicamente, nessa última hipótese, carimbada por servidor da Receita Federal.

Art. 13 - Os procedimentos para a operacionalização da abertura do Trânsito Aduaneiro Simplificado a serem seguidos no PSFI, no caso de inoperância do sistema eletrônico nos Pontos de Fronteira Alfandegados são os mesmos constantes do art. 9º e respectivos incisos, com exceção do parágrafo único do citado artigo, devendo ainda serem adotadas as seguintes providências:

I - sob autorização prévia da chefia de equipe ou, na ausência desse, por autoridade aduaneira competente, a concessionária preencherá um formulário de "Relação de Veículos que Iniciaram Trânsito Aduaneiro" destinados para cada PFA onde o sistema estiver inoperante, contendo a relação dos veículos com carga cujo trânsito aduaneiro simplificado foi iniciado, obedecendo a estrita ordem cronológica de liberação dos veículos;

II - A relação que se refere o artigo anterior será carimbada e assinada pelo Chefe do PSFI, Supervisor da Exportação ou, na ausência de ambos, por autoridade aduaneira competente em plantão e funcionará como uma relação de comboio a ser entregue no Ponto de Fronteira Alfandegado;

Art. 14 - Os procedimentos para a conclusão da operação de Trânsito Aduaneiro Simplificado a serem seguidos nos Pontos de Fronteira Alfandegados em caso de inoperância do sistema informatizado são os mesmos constantes do artigo art. 10 e respectivos incisos, com exceção dos incisos III e IV, "b", devendo ainda ser adotadas as seguintes providências:

I - de posse da relação a que se refere o art. 13, inciso I, o servidor de serviço no PFA deverá concluir o trânsito simplificado, procedendo à baixa dos respectivos veículos com base nos MIC/DTA apresentados e na conferência dos veículos transportadores, fazendo constar nos campos próprios da referida relação os horários de chegada dos veículos e a expressão "TRÂNSITO CONCLUÍDO"; os veículos que porventura não se apresentarem para conclusão do trânsito deverão ser indicados na mesma relação.

II - caso seja detectada alguma divergência entre as placas constantes no MIC/DTA com as do veículo transportador ou se constatada a falta de alguma das providências previstas nos incisos III, IV, e V do art. 9º, o servidor supracitado não deverá concluir o trânsito, devendo ser solicitar o retorno do veículo ao PSFI.

III - caso o tempo de trânsito do veículo esteja, sem motivo justificado, acima daquele referido nos art. 18, inciso II "a" ou IV "a", ou, ainda, esteja consideravelmente discrepante em relação ao tempo de trânsito de outros veículos que deram saída da PSFI pouco antes ou logo após o veículo em questão, o servidor procederá de acordo com o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 15 - Os procedimentos de conclusão de Trânsito Aduaneiro Simplificado a serem seguidos no PSFI em caso de inoperância do sistema informatizado nos Pontos de Fronteira Alfandegados são os mesmos constantes do art. 11 e respectivos incisos, com exceção da parte final do inciso II "a", devendo ainda ser adotadas as seguintes providências:

I - a concessionária conferirá a lista de veículos recebida com os veículos que de fato entraram no Porto Seco registrando manualmente a chegada dos veículos procedentes do PFA onde o sistema se encontre inoperante, consignando todas as informações necessárias ao registro posterior no sistema eletrônico de controle de trânsito aduaneiro simplificado;

II - De posse da relação a que se refere o artigo 12, inciso I, o colaborador da concessionária deverá confrontá-la com os veículos que de fato entram na estação e, não havendo divergências com as informações físicas, incluir os veículos manualmente no sistema eletrônico de controle de trânsito.

III - Após as providências previstas no inciso anterior, a concessionária encaminhará lista dos veículos inseridos manualmente ao chefe do PSFI o qual autorizará sua inserção no sistema de controle quando de sua recuperação.

Art. 16 - A concessão do Trânsito Aduaneiro Simplificado, no caso de inoperância total do sistema eletrônico, nos Pontos de Fronteira Alfandegados ficará sujeita aos mesmos procedimentos constantes do art. 12 e respectivos incisos, e a conclusão aos constantes do art. 14 e incisos.

Art. 17 - Com referência à situação prevista no artigo anterior, os procedimentos a serem adotados no PSFI para operacionalização da abertura dos trânsitos simplificados são os mesmos constantes do art. 13 e respectivos incisos, e os procedimentos para sua conclusão dos trânsitos simplificados idênticos aos previstos no artigo 15 e respectivos incisos.

PRAZOS E ROTAS

Art. 18 - Os prazos e rotas a serem obrigatoriamente cumpridos pelos veículos são:

I - da Ponte Internacional da Amizade (PIA) para o Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI):

a) prazo: 30 (trinta) minutos;

b) rota: PIA - BR277 - PSFI;

II - Do Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI) para a Ponte Internacional da Amizade (PIA):

a) prazo: 30 (trinta) minutos;

b) rota: PSFI - BR277 - PIA;

III - Da Ponte Tancredo Neves (PTN) para o Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI):

a) prazo: 40 (quarenta) minutos;

b) Rota: PTN - Avenida das Cataratas - Avenida Paraná - rua Carlos Gomes - PSFI.

c) aos sábados, após 14 horas, domingos e feriados em que o porto não opere, a rota PTN - avenida das Cataratas - avenida Paraná - BR277 poderá ser utilizada.

Parágrafo único - O prazo e a rota prescrita podem ser desconsiderados pelo Chefe do PSFI, ou pelos Chefes de Equipe dos Pontos de Fronteira (PIA e PTN) em casos excepcionais e justificáveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - do Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI) para o ponto de fronteira alfandegado da Ponte Tancredo Neves (PTN):

a) prazo: 40 (trinta) minutos;

b) rota: PSFI - BR277 - Avenida Costa e Silva - Avenida Paraná - Avenida das Cataratas - PTN.

Parágrafo único - O prazo pode ser prorrogado ou desconsiderado pelo Chefe do PSFI, ou pelos Chefes de Equipe dos Pontos de Fronteira (PIA e PTN) em casos excepcionais e justificáveis.

RESPONSABILIDADES E GARANTIAS

Art. 19 - As obrigações fiscais, cambiais e outras, suspensas pela aplicação do regime de Trânsito Aduaneiro Simplificado, serão garantidas pelo beneficiário do regime, conforme art. 3°.

Art. 20 - O transportador que espontaneamente solicitar o regime disciplinado pela presente portaria estará ciente dos prazos, rotas e procedimentos a serem observados no trânsito aduaneiro simplificado, cabendo a esse a responsabilidade de orientar os seus prepostos.

Art. 21 - Vencido o prazo concedido para a operação de trânsito aduaneiro e não havendo comprovação da chegada do veículo, o Chefe do PSFI deverá intimar o beneficiário do trânsito aduaneiro simplificado para justificar o fato e tomará as medidas fiscais cabíveis.

Art. 22 - Qualquer atraso, mesmo por motivo de força maior, deve ser comunicado à concessionária que presta serviços no PSFI. Ela, por sua vez, deverá comunicar o Chefe do Porto, ou autoridade aduaneira em exercício, para que essa tome as devidas providências.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 23 - A inobservância das normas dispostas nesta Portaria, pelo beneficiário do regime ou seus prepostos, implicará aplicação das sanções previstas nas normas que versam sobre o regime de Trânsito Aduaneiro.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 - Será concedido o trânsito aduaneiro simplificado às transportadoras cujos veículos ofereçam condições de inviolabilidade da carga e possam ser lacrados, quando for o caso, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002.

Art. 25 - Os servidores lotados nos Pontos de Fronteira Alfandegados são competentes para a operacionalização da abertura dos Trânsitos Aduaneiros Simplificados bem como operacionalizar sua conclusão. No Porto Seco a abertura será iniciada automaticamente pelo sistema, no momento da saída dos veículos de exportação destinados às pontes. Já a conclusão se dará no momento de chegada do veículo na estação.

Art. 26 - Quando for verificada avaria, falta de mercadoria ou volume, o procedimento de vistoria ou a sua desistência será formalizada no PSFI, devendo ser tomadas as cautelas fiscais necessárias quando da conclusão do trânsito simplificado.

Art. 27 - A abertura de trânsitos aduaneiros destinados a outras unidades aduaneiras do país será operacionalizada no PSFI. Todas essas cargas terão seu trânsito simplificado iniciado nos Pontos de Fronteira Alfandegado da PIA e PTN e serão destinadas ao Porto Seco de Foz do Iguaçu, conforme disciplinado nessa portaria.

Art. 28 - Aplica-se ao Trânsito Aduaneiro Simplificado, no que couber, todas as normas complementares pertinentes ao regime de Trânsito Aduaneiro.

Art. 29 - A inobservância de quaisquer das determinações desta Portaria por parte dos intervenientes a ela subordinados implicará aplicação das sanções cabíveis.

Art. 30 - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2017, ficando revogadas as Portarias DRF/FOZ nº 445, de 11 de dezembro de 2001, e DRF/FOZ nº 181, de 09 de agosto de 2017.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 954, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000472/2016-84, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia da empresa Itaú Unibanco Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 07.221.678/0001-43 do Plano de Benefícios Franprev, CNPB nº 1983.0004-18, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 960, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.500091/2016-09, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia das empresas: Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 06.881.898/0001-30; IGA Participações S.A. - CNPJ 04.238.150/0001-99; Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 07.221.678/0001-43; e Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. - CNPJ 00.006.878/0001-34 do Plano de Aposentadoria Itaubank - CNPB nº 1997.0046-74, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 968, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000475/2016-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia da empresa Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 06.881.898/0001-30 do Plano Itaú BD - CNPB nº 2009.0025-47, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 969, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000473/2016-29, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia das empresas: Banco Itaú Veículos S.A. - CNPJ 61.190.658/0001-06; Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 06.881.898/0001-30; IGA Participações S.A. - CNPJ 04.238.150/0001-99; Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ 62.418.140/0001-31; Intrag Part. Administração e Participações Ltda. - CNPJ 52.637.139/0001-44; Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ 33.311.713/0001- 25; Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento CNPJ 07.221.678/0001-43; e Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. CNPJ 00.006.878/0001-34, do Plano de Aposentadoria Complementar - CNPB nº 1979.0040-56, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 970, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000471/2016-30, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia das empresas: Banco Itaú Veículos S.A. - CNPJ 61.190.658/0001-06; Itaú Administradora de Consórcios Ltda. - CNPJ 00.000.776/0001-01; Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 06.881.898/0001-30; IGA Participações S.A. - CNPJ 04.238.150/0001-99; Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ 62.418.140/0001-31; Intrag Part. Administração e Participações Ltda. - CNPJ 52.637.139/0001-44; Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ 33.311.713/0001- 25; Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento CNPJ 07.221.678/0001-43; e Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. CNPJ 00.006.878/0001-34, do Plano Itaubanco CD - CNPB nº 2009.0028-65, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 990, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.500101/2016-06, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia das empresas: Associação Cubo Coworking Itaú - CNPJ 42.267.898/0001-09; Banco Itauleasing S.A. - CNPJ 49.925.225/0001- 48; Cia Itaú de Capitalização - CNPJ 23.025.711/0001-16; Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 06.881.898/0001- 30; Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 07.221.678/0001-43; Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. - CNPJ 00.006.878/0001-34; Megbens Administração de Bens Ltda. - CNPJ 59.556.704/0001-98 e Unibanco Negócios Imobiliários Ltda. - CNPJ 66.180.076/0001-54, do Plano de Previdência Unibanco - Futuro Inteligente - CNPB 1997.0040-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 7.014, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do art. 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007 e considerando o que consta do processo Susep 15414.600376/2017-81, resolve:

Art. 1º Aprovar a transferência do controle direto de GUY CARPENTER & COMPANY CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ n. 26.606.166/0001-40, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, nos termos da 32ª alteração do contrato social, realizada em 3 de outubro de 2017.

Art. 2º Ratificar que o controle final de GUY CARPENTER & COMPANY CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA. continua sendo exercido por MARSH MCLENNAN COMPANIES INC., sociedade constituída e existente sob as leis dos Estados Unidos da América.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 7.015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 12 da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 26 da Resolução CNSP n. 330, de 9 de dezembro de 2015 e o que consta do processo Susep 15414.608596/2016-71, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos sócios de MEXBRIT BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ n. 06.913.526/0001-49, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos das alterações do Contrato Social realizadas em 21 de março e 19 de julho de 2017:

I - Criação de cargo e eleição de administrador; e

II - Alteração e consolidação do contrato social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 54, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX nº 52272.000119/2017-32 e do Parecer nº 35, de 13 de outubro de 2017, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial – DECOM desta Secretaria, e por não haver indícios suficientes de nexo de causalidade entre a prática de dumping nas exportações da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil do produto objeto desta circular, e o dano suportado pela indústria doméstica, decide:

1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de não aplicação de direito provisório na investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil de tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o anexo à presente circular.

2. Informar a decisão final do DECOM de usar a Tailândia como terceiro país de economia de mercado.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

A Circular SECEX nº 31, de 17 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 18 de abril de 2006, encerrou, sem a aplicação de medidas, considerando que não foi caracterizado dano material à indústria doméstica decorrente das exportações objeto de dumping, a investigação que se iniciou por meio da Circular SECEX nº 25, de 25 de abril de 2005, publicada no DOU de 27 de abril de 2005, para averiguar a existência de dumping e de dano dele decorrente, nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável austenítico, com costura, classificado no item 7306.40.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), quando originárias de Taipé Chinês.

Em 7 de março de 2012, por meio da Circular SECEX nº 6, de 6 de março de 2012, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável da China e Taipé Chinês, e de dano à indústria doméstica.

Tendo sido verificada a existência de dumping nessas exportações para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto nº art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU, de 29 de julho de 2013, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica, conforme a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 2013

Em US$/t

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo
China	Evertec (Foshan) Stainless Steel Appliances MFG Co.	679,08
	Fujian Casey Stainless Steel Co. Ltd.	679,08
	Irestal (Shanghai) Stainless Pipe Co., Ltd	679,08
	Shanghai Triround Stainless Steel Tube Co., Ltd	679,08
	Zhejiang Jiuli Hi-Tech Metals Co., Ltd.	0,00
	Demais empresas	679,08
Taipé Chinês	Froch Enterprise Co. Ltd.	911,71
	YC Inox Co. Ltd.	359,66
	Demais empresas	911,71

De acordo com a Resolução CAMEX nº 59, de 2013, o direito permanecerá em vigor por até 5 (cinco) anos, a partir de 29 de julho de 2013, ressalvadas as hipóteses de prorrogação previstas no Regulamento Brasileiro.

2. DO PROCESSO

2.1. Da petição

Em 31 de janeiro de 2017, as empresas Aperam Inox Tubos Brasil Ltda. e Marcegaglia do Brasil Ltda., doravante também denominadas, respectivamente, Aperam e Marcegaglia, ou, quando consideradas conjuntamente, somente peticionárias, protocolaram, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de investigação da prática de dumping nas exportações para o Brasil de tubos com costura, de aço inoxidável austenítico, graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Considerando-se a complexidade do pleito, aplicou-se a faculdade disposta no art. 194 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, para fins de se prorrogar o prazo de análise da petição constante do **caput** do art. 41 do mesmo regramento.

Em 24 de fevereiro de 2017, foram solicitadas à Aperam e à Marcegaglia, respectivamente, com base no § 2º do art. 41 do Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. As peticionárias solicitaram, em 10 de março de 2017, prorrogação do prazo inicial de resposta, o qual foi deferido. Houve protocolo tempestivo das informações complementares em 19 de março de 2017. A Marcegaglia, em 7 de abril de 2017, anexou aos autos comprovações atinentes à energia elétrica, cujos dados já haviam sido submetidos anteriormente. Em 8 de abril de 2017, a Aperam protocolou ajustes referentes à produção e custos respectivos tangentes a P2, P3 e P4.

2.2. Da notificação aos governos dos países exportadores

Em 19 de abril de 2017, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, os governos da Malásia, da Tailândia e do Vietnã foram notificados da existência de petição devidamente instruída, protocolada por meio do SDD, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

2.3. Do início da investigação

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 15, de 18 de abril de 2017, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de prática de dumping nas exportações de tubos de aço inoxidável da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

Dessa forma, com base no Parecer supramencionado, a presente investigação foi iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União – DOU – de 24 de abril de 2017.

2.4. Das notificações de início de investigação e da solicitação de informações às partes

Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados do início da investigação a indústria doméstica, as prestadoras de serviços de tubificação (situação em que o cliente fornece a bobina, contratando essas empresas apenas para prestação do serviço de transformação em tubo), identificados na petição de início da investigação, os importadores brasileiros, os produtores/exportadores estrangeiros do produto objeto da investigação, associações representativas dos produtores domésticos e dos processadores e distribuidores, bem como os governos da Malásia, da Tailândia e do Vietnã. Ressalta-se que os importadores e produtores/exportadores foram identificados por meio dos dados detalhados de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). As associações, por sua vez, foram identificadas na petição e por meio de consulta à internet.

Constava, da referida notificação, o endereço eletrônico em que poderia ser obtida a Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017, que deu início à investigação. Ademais, em atenção ao disposto no § 4º do citado artigo, foi disponibilizado, na notificação aos produtores/exportadores e aos governos dos países exportadores, texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação, bem como das respectivas informações complementares.

Em virtude de o número de produtores/exportadores identificados da Tailândia e do Vietnã ser expressivo, o que tornaria impraticável eventual determinação de margem individual de dumping, o Departamento, consoante previsão contida no art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e no art. 6.10 do Acordo Antidumping da Organização Mundial do Comércio, selecionou os produtores/exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do produto objeto da investigação dessas origens para o Brasil.

Dessa forma, foram selecionadas para responder ao questionário dos produtores/exportadores as empresas Eastern Metal Treinding Co., Ltd. e Thai-German Products Public Co., Ltd. (TGPRO), da Tailândia, responsáveis por 97,1% das importações de tubos de aço inoxidável originárias da Tailândia no período de investigação de dumping e Hoa Binh Production Trading Co., Ltd. (Inoxhoabinh Mill) (HBPTC), Inox Hoa Binh Joint Stock Company (Inoxhoabinh Mill) (HBJSC) e Vinlong Stainless Steel (Vietnam) Co., Ltd. (Vinlong), do Vietnã, responsáveis por 93,8% das importações de tubos de aço inoxidável originárias do Vietnã no mesmo período. Cumpre mencionar que Vinlong Stainless Steel (Vietnam) Co., Ltd. é a denominação corrente da Vinmay Stainless Steel (Vietnam) Co., Ltd., razão social esta constante dos dados de importação da RFB e que vigorou até 6 de outubro de 2016.

No caso da Malásia, não houve seleção de produtor/exportador, tendo sido solicitada resposta ao respectivo questionário de todos os fabricantes identificados da origem.

Com relação à seleção dos produtores/exportadores da Tailândia e do Vietnã, foi comunicado aos Governos e aos produtores/exportadores que respostas voluntárias ao questionário do produtor/exportador não seriam desencorajadas. Entretanto, também não garantiriam cálculo da margem de dumping individualizada. Na mesma ocasião, os governos e os produtores/exportadores foram informados que poderiam se manifestar a respeito da seleção realizada, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da notificação de início da investigação, em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e com o art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014. Cabe mencionar que a seleção definida não foi objeto de contestação.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no § 3º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas foram informadas de que se pretendia utilizar a Tailândia como país substituto de economia de mercado para o cálculo do valor normal do Vietnã, já que este não é considerado, para fins de investigação em defesa comercial, país de economia de mercado. Conforme o § 3º desse artigo, dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias, contado da data de início da investigação, os exportadores ou os peticionários poderiam se manifestar a respeito da escolha do terceiro país e, caso não concordassem com esta, poderiam sugerir terceiro país alternativo.

Conforme o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi informado na notificação de início, aos importadores conhecidos e aos produtores/exportadores conhecidos, que os respectivos questionários estavam disponíveis no sítio eletrônico da investigação, com prazo de restituição de 30 (trinta dias), contado da data de ciência da correspondência, qual seja 2 de maio de 2017 para os importadores e 8 de maio de 2017 para os produtores/exportadores.

Aos prestadores de serviço de tubificação, foi disponibilizado o endereço eletrônico onde poderia ser obtida circular de início da investigação e foi solicitada a descrição do processo produtivo dos tubos de aço inoxidável, com indicação das principais etapas do processo, bem como das matérias-primas, materiais secundários e utilidades empregados, os volumes de produção e venda. No caso de realização de serviço de industrialização para terceiros (**tolling**), também foi solicitada a descrição dessas operações. Por fim, foi requisitada apresentação de lista de clientes para os quais foram fornecidos/vendidos os tubos de aço inoxidável fabricados sob o regime de **tolling**.

2.5. Do recebimento das informações solicitadas

2.5.1. Dos produtores nacionais

As empresas Aperam Inox Tubos Brasil Ltda. e Marcegaglia do Brasil Ltda. apresentaram suas informações na petição de início da presente investigação, bem como nas respostas aos pedidos de informações complementares.

Conforme constou da Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União – DOU – de 24 de abril de 2017, Aperam e Marcegaglia apresentaram-se, na petição,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

como as únicas produtoras brasileiras de tubos de aço inoxidável no período de outubro de 2011 a setembro de 2016.

Com vistas a ratificar esse dado, solicitaram-se informações acerca dos fabricantes nacionais de tubos de aço inoxidável objeto deste processo, no período de outubro de 2011 a setembro de 2016, às seguintes entidades: Associação Brasileira, da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (ABITAM), Associação Brasileira do Aço Inoxidável (ABINOX), Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA) e Associação Brasileira dos Processadores e Distribuidores de Aços Inoxidáveis (APRODINOX).

Via correspondência eletrônica, recebida em 14 de março de 2017, a INDA informou apenas manter estatísticas relativas a distribuidores de aços planos ao carbono, não trazendo informações adicionais sobre quaisquer outros produtores domésticos de tubos de aço inoxidável.

Em 17 de março de 2017, via mensagem por correio eletrônico, a ABINOX esclareceu que, dentre seus associados, apenas a Aperam produz tubos de aço inoxidável. Informou ter conhecimento de que a Marcegaglia, não associada, também produziria o produto. A Associação aclarou que não dispõe das informações relativas à produção e à venda de tubos de aço inoxidável, tendo solicitado à Aperam esses dados para fins de resposta à comunicação.

A ABITAM não encaminhou resposta à solicitação mencionada.

Com relação à APRODINOX, embora tenha constado que a parte não teria respondido à solicitação até o encerramento do parecer de início desta investigação, retifica-se esta informação, haja vista que a associação, em 23 de março de 2017, encaminhou correspondência eletrônica informando reunir, em seu quadro associativo, processadores e distribuidores de aços inoxidáveis. Como consequência, esclareceu a inviabilidade de fornecer dados relacionados a produtores de tubos de aço inoxidável, que não compõem a entidade.

Na petição, Aperam e Marcegaglia fizeram constar que, anteriormente, havia duas outras produtoras nacionais, a Soluções Usiminas, que teria abandonado o mercado de tubos inoxidáveis, mantendo apenas a produção de tubos de outros tipos de aços, e a Dutex Maxitubos Ltda., hoje sob a razão social Maxitubos Inox Ltda., que teria deixado de produzir o produto similar, passando a oferecer apenas serviços de tubificação. As peticionárias citaram, ainda, outras empresas, que seriam prestadoras do serviço de transformação em tubo.

A esse respeito, foram encaminhadas comunicações às empresas mencionadas pelas peticionárias, solicitando informação sobre a produção e a venda de tubos de aço inoxidável, bem como descrição do processo produtivo (principais etapas do processo, matérias-primas, materiais secundários e utilidades empregados). Solicitou-se, ainda, no caso de realização de serviço de industrialização para terceiros (**tolling**), detalhamento dessas operações. As empresas em menção são as seguintes: Maxitubos Inox Ltda., Partners Indústria e Comércio de Tubos de Aço Inox e Metais Ltda., Tubevia Negócios Tubulares Ltda., CSM Tube do Brasil Ltda., Technology Industrial do Brasil Tubos Inoxidáveis e Cavsteel Produtos e Serviços Ltda.

Em mensagem por correio eletrônico, remetida em 20 de março de 2017, a Tubevia Negócios Tubulares Ltda. esclareceu não atuar mais na produção nem na comercialização de tubos de aço inoxidável. Em consulta à última alteração do contrato social da empresa sob a Junta Comercial do Estado de São Paulo, verificou-se que, em 31 de janeiro de 2011, houve alteração da redação da cláusula terceira para fins de se excluírem todas as atividades industriais e comerciais, vez que passou a dedicar-se "com exclusividade à prestação de serviços de intermediação e agenciamento de negócios em geral, exceto imobiliários, em especial com tubos de aço".

A Partners Indústria e Comércio de Tubos de Aço Inox e Metais Ltda., por sua vez, em correspondência protocolada em 21 de março de 2017, informou [CONFIDENCIAL]. A Partners informou que [CONFIDENCIAL]. A empresa informou as quantidades produzidas no período de investigação, quais sejam: [CONFIDENCIAL] t em P1, [CONFIDENCIAL] t em P2, [CONFIDENCIAL] t em P3, [CONFIDENCIAL] t em P4 e [CONFIDENCIAL] t em P5.

As demais empresas não encaminharam respostas à demanda em menção até a data de corte para elaboração deste documento.

Considerou-se, assim, para fins de início desta investigação, que a petição foi apresentada pela indústria doméstica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, e que as peticionárias possuem representatividade de [CONFIDENCIAL] % em P5.

Com efeito, os volumes indicados pela Partners Indústria e Comércio de Tubos de Aço Inox e Metais Ltda., referentes a [CONFIDENCIAL], não têm o condão de impactar na definição da representatividade das peticionárias. Iniciada a investigação, a empresa foi notificada em 26 de abril de 2017, e instada a apresentar as informações pertinentes detalhadas em bases restritas, mas não houve resposta.

Assim, para fins de determinação preliminar, haja vista a ausência de resposta da Partners Indústria e Comércio de Tubos de Aço Inox e Metais Ltda., cujos dados foram descartados, considerou-se que as peticionárias responderam pela totalidade da produção nacional de tubos de aço inoxidável em P5.

2.5.2. Dos importadores

A empresa Sianfer Ferro e Aço Ltda. protocolou tempestivamente resposta ao questionário do importador, considerado o prazo original concedido.

As empresas Inox-Tech Comércio de Aços Inoxidáveis Ltda., Jati-Serviços Comércio e Importação de Aços Ltda., T.C.A. Tubos e Conexões de Aço Ltda., Usina Metais Ltda., Janox Aço Inoxidável Ltda., Rei das Chapas Ltda., Elinox Central de Aço Inoxidável Ltda., Suprir Indústria de Metais Ltda. e Aço Inoxidável Artex Ltda. solicitaram a prorrogação do prazo para restituição do questionário do importador, tempestivamente e acompanhada de justificativa, segundo o disposto no § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013. À exceção da Inox-Tech Comércio de Aços Inoxidáveis Ltda. e da Usina Metais Ltda., que não encaminharam resposta ao questionário, as demais empresas mencionadas responderam à solicitação tempestivamente, considerando o prazo já prorrogado, de modo que seus dados e argumentos fornecidos foram considerados para fins de determinação preliminar.

Os demais importadores identificados não solicitaram extensão do prazo, nem apresentaram resposta ao questionário do importador.

2.5.3. Dos produtores/exportadores

Os produtores/exportadores selecionados TGPRO, da Tailândia; Pantech Stainless & Alloy Industries Sdn Bhd. (Pantech), da Malásia; e HBPTC, HBJSC e Vinlong, do Vietnã, solicitaram, tempestivamente e acompanhada de justificativa, segundo o disposto no § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, extensão de prazo para restituição do questionário do produtor/exportador e protocolaram suas respostas dentro do prazo prorrogado.

Diante da análise dos questionários, foram expedidas solicitações de informações complementares. Haja vista os prazos para restituição desses dados adicionais, no que se refere a TGPRO, HBPTC, HBJSC e Vinlong, se encerram após a data de corte para fins de determinação preliminar, os dados desses produtores/exportadores não incorporam as respostas aos pedidos de informações complementares.

A empresa tailandesa Eastern Metal Treinding Co., Ltd., a despeito de ter sido selecionada, não solicitou prorrogação, tampouco apresentou resposta ao questionário enviado.

Os produtores/exportadores malaios Roland Gensteel Industrial (Malaysia) Sdn. Bhd, Superinox Max Fittings Industry Sdn.Bhd e Superinox Pipe Industry Sdn. Bhd. não solicitaram prorrogação, tampouco apresentaram resposta ao documento enviado. Recorde-se que, no caso da Malásia, não houve seleção de produtor/exportador, tendo sido solicitada resposta ao respectivo questionário de todos os fabricantes identificados da origem.

Em 15 de maio de 2017, a empresa vietnamita TVL Co. Ltd. (TVL) solicitou sua qualificação como parte interessada no processo, com base no inciso III do §2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro. Informou ser exportadora do produto objeto da investigação para o Brasil, produto esse fabricado [CONFIDENCIAL]. Em resposta, em 18 de maio de 2017, solicitou-se a regularização da habilitação dos representantes legais da TVL, como condição para acesso aos autos do processo em epígrafe. Na ocasião, foi informado que "a empresa é considerada parte interessada com base no disposto no §2º do artigo 45 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013".

Entretanto, conforme se informou à empresa em 6 de junho de 2017, esse posicionamento foi revisto e decidiu-se por não considerar a TVL como parte interessada na investigação em tela. Restou, também, indeferido o pedido de prorrogação do prazo para resposta ao questionário do produtor/exportador. Considerando a faculdade elucidada no art. 45, § 2º, III, do Decreto nº 8.058, de 2013, segundo a qual serão consideradas partes interessadas os produtores ou exportadores estrangeiros que exportaram para o Brasil o produto objeto da investigação durante o período da investigação de dumping, esclareceu-se que, usualmente, se habilitam como partes interessadas os produtores estrangeiros que exportaram o produto objeto da investigação para o Brasil durante o período de análise de dumping. Assim, apenas em circunstâncias específicas os exportadores que não fabricaram o produto objeto da investigação seriam habilitados como partes interessadas, como no caso de relacionamento com o produtor ou em mercados em que a produção ocorre de modo fragmentado e a exportação se concentra somente em algumas empresas. Essa opção baseia-se no fato de que, salvo em situações específicas, a apuração da existência do dumping e a mensuração da margem de dumping se dará com base nos dados do produtor.

Em 28 de junho de 2017, a TVL submeteu rogativa de reconsideração do indeferimento do pedido de habilitação, tendo sido comunicada em 5 de julho de 2017, de que o posicionamento de se negar a habilitação estava mantido, de modo que a TVL não seria considerada parte interessada no caso em menção. Consoante reza o art. 19 do Decreto nº 8.058, de 2013, "caso o produtor não seja o exportador e ambos não sejam partes associadas ou relacionadas, o preço de exportação será, preferencialmente, o recebido, ou o preço a ser recebido, pelo produtor, por produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação". Dito isso, em não havendo relacionamento (nos termos do § 10 do art. 14 do mesmo diploma normativo) entre o fabricante o exportador do produto objeto da investigação – relacionamento este que, no caso, não havia sido objeto de comprovação até aquela data –, careceria de qualquer relevância para a apuração do preço de exportação as operações comerciais perpetradas pelo segundo. Outrossim, no que tange aos dados de exportação para terceiro país, estes se revestiriam de igual irrelevância para a investigação em tela. É que, em se tratando de origem não considerada como economia de mercado para fins de defesa comercial, como é o caso do Vietnã, não se utilizam as operações praticadas por empresas ali situadas para apuração do valor normal. Este deve, isto sim, ser apurado nos termos do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, o qual privilegia a utilização de dados de país substituto.

Em 7 de julho de 2017, a empresa protocolou resposta ao questionário do produtor/exportador, além de nova manifestação, afirmando haver relacionamento societário e de nível familiar entre a TVL e as empresas produtoras do produto objeto da investigação/similar no Vietnã [CONFIDENCIAL]. Informou, na ocasião, que [CONFIDENCIAL].

Em resposta, de 24 de julho de 2017, reafirmou-se que não teria sido comprovado o relacionamento entre a TVL e as empresas produtoras do produto objeto da investigação/similar no Vietnã. Com efeito, embora tenha sido afirmado que "tanto a HB Production quanto a TVL detém em seu quadro de acionistas uma mesma pessoa que possui mais de cinco por cento das ações das empresas", o documento que supostamente comprovaria essa composição acionária foi protocolado desacompanhado de tradução para o português, efetuada por Tradutor Público e Intérprete Comercial, em desatenção ao art. 18 do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, c/c art. 18 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, tendo seu conteúdo sido, por conseguinte, desconsiderado.

Assim, a empresa foi comunicada da manutenção do posicionamento de não se considerar a TVL como parte interessada no processo até que se comprove o relacionamento da empresa com as produtoras vietnamitas ou outro enquadramento nos incisos I a V do § 2º do art. 45 Decreto nº 8.058, de 2013. Foi também informado à empresa que sua a resposta ao questionário do produtor/exportador não seria considerada na elaboração da determinação preliminar da investigação em epígrafe. Comunicou-se a empresa de que essa resposta poderia ser utilizada para fins de determinação final desde que o relacionamento da TVL com as produtoras vietnamitas mencionadas fosse comprovado em momento que permita sua análise, solicitação de eventuais informações complementares e verificação dos dados submetidos sem prejudicar o cumprimento dos prazos processuais estabelecidos na legislação.

Em 1º de setembro de 2017, a HBJSC protocolou nos autos confidenciais do processo [CONFIDENCIAL]. Em decorrência dos documentos comprobatórios apresentados, nos termos do § 10 do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, considerou-se a TVL como empresa relacionada à HBJSC.

Mesmo tendo sido considerada como empresa relacionada à HBJSC e, por consequência, como parte interessada no âmbito da investigação, a resposta ao questionário da TVL não foi utilizada, em sede de determinação preliminar, para cálculo de margem individualizada de dumping da HBJSC e da HBPTC. Isso porque a empresa apresentou os documentos probatórios do relacionamento na data de corte para utilização das informações na determinação preliminar, não tendo havido tempo hábil para solicitação de informações complementares. Ademais, os dados relativos aos valores de exportação do produto objeto da investigação para o Brasil não foram apresentados de modo restrito.

A empresa vietnamita Tinh Anh protocolou resposta ao questionário do produtor/exportador em 7 de julho de 2017 e pedido de regularização de habilitação como parte interessada em 20 de julho de 2017.

Em 28 de julho de 2017, a empresa foi informada de que pendia de comprovação o relacionamento entre a Tinh Anh e as empresas produtoras do produto objeto da investigação/similar no Vitenã, HBJSC e HBPTC. Com efeito, o documento que supostamente poderia comprovar eventual

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

relacionamento em virtude de composição acionária ("**Certificate of Business Registration**") foi protocolado desacompanhado de tradução para o português, efetuada por Tradutor Público e Intérprete Comercial, em desatenção ao art. 18 do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, c/c art. 18 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, tendo seu conteúdo sido, por conseguinte, desconsiderado. Da comunicação também constou o fato de não ter sido comprovado relacionamento familiar entre a Tinh Anh e as produtoras vietnamitas HBJSC e HBPTC nem qualquer situação que caracterizasse relacionamento entre as empresas nos termos do art. 14, § 10, do Decreto nº 8.058, de 2013. Assim, informou-se que o Departamento não consideraria a Tinh Anh como parte interessada no processo até que se comprove o relacionamento da empresa com as produtoras vietnamitas ou outro enquadramento nos incisos I a V do § 2º do art. 45 Decreto nº 8.058, de 2013, de modo que a resposta ao questionário não seria considerada para fins desta determinação preliminar.

Nesse sentido, a Tinh Anh foi comunicada de que sua resposta poderá ser utilizada para fins de determinação final desde que o relacionamento da Tinh Anh com as produtoras vietnamitas mencionadas seja comprovado em momento que permita sua análise, solicitação de eventuais informações complementares e verificação dos dados submetidos sem prejudicar o cumprimento dos prazos processuais estabelecidos na legislação.

2.6. Das verificações in loco

Com base no § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram realizadas verificações **in loco** nas instalações da Marcegaglia em Garuva (SC), no período de 24 a 28 de abril de 2017, e da Aperam em Ribeirão Pires (SP, entre os dias 26 e 30 de junho de 2017, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa no curso da investigação.

Foram cumpridos os procedimentos previstos nos respectivos roteiros de verificação, encaminhados previamente às empresas, tendo sido verificados os dados apresentados na petição e em suas informações complementares.

Foram consideradas válidas as informações fornecidas pelas empresas ao longo da investigação, depois de realizadas as correções pertinentes. Os indicadores da indústria doméstica incorporam os resultados da verificação **in loco**.

A versão restrita do relatório de verificação **in loco** consta dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

As datas das verificações **in loco** no caso de produtores/exportadores constam discriminadas no item 2.8.

2.7. Do pedido de aplicação de direitos provisórios

A indústria doméstica defendeu, em 30 de agosto de 2017, a necessidade de aplicação de direito provisório e afirmou que estariam cumpridos todos os requisitos estabelecidos no art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013. Destacou, ademais, que, além do crescimento das importações investigadas de P1 a P5, as importações do produto objeto da investigação teriam continuado a crescer após P5. O quadro a seguir foi apresentado para ratificar suas alegações:

Importações Produto Investigado pós-P5 (Out/16-Jul/17)

	Peso (t)	**US$ CIF**	**US$ CIF/t**
Malásia	1.044,60	2.705.359,94	2.589,97
Tailândia	2.368,00	5.835.865,40	2.464,49
Vietnã	5.755,80	14.026.740,31	2.436,97
Países investigados	**9.168,30**	**22.567.965,65**	**2.461,51**
Total geral	**10.816,60**	**29.572.218,69**	

As importações após P5 teriam sido realizadas em volumes superiores e a preços CIF inferiores àqueles registrados em P5.

2.7.1. Das manifestações acerca da aplicação de direitos provisórios

Quanto à imposição de direito antidumping provisório, a APRODINOX asseverou, em 3 de agosto de 2017, que, a par de seus comentários, tocantes aos diversos requisitos para a aplicação da medida (como aumento das importações e nexo de causalidade), não haveria motivos para a adoção de tal medida.

2.7.2. Dos comentários acerca da aplicação de direitos provisórios

Sobre os requisitos para a aplicação de medida antidumping provisória, entende-se que (i) a investigação foi iniciada de acordo com as disposições da Seção III do Capítulo V do Decreto nº 8.058, de 2013, (ii) o ato que deu início da investigação (Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017) foi devidamente publicado (Diário Oficial da União de 24 de abril de 2017); e (iii) foi oferecida às partes interessadas oportunidade adequada para se manifestarem (informando-se as possibilidades de manifestação na circular de início da investigação e nas notificações encaminhadas às partes interessadas).

Não obstante, não se pôde concluir, preliminarmente, pela existência de nexo de causalidade entre as importações a preços de dumping e o dano suportado pela indústria doméstica, conforme será detalhado no item 8. Entende-se, portanto, ao que não se encontra preenchido o requisito para a aplicação de direito provisório exigido pelo inciso II do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013.

2.8. Da prorrogação da investigação

Com base na previsão constante do art. 72 do Decreto nº 8.058, de 2013, e considerando a indisponibilidade do SDD do dia 29 de maio de 2017 até o dia 1º de junho de 2017 e a partir do dia 18 de setembro de 2017, decorrente de problemas técnicos no servidor em que o sistema está hospedado, fica prorrogado por até oito meses, a partir de 24 de fevereiro de 2017, o prazo para conclusão desta investigação, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017, publicada no DOU de 24 de abril de 2017.

2.9. Dos prazos da investigação

São apresentados no quadro a seguir os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 do Regulamento Brasileiro. Recorde-se que tais prazos servirão de parâmetro para o restante da presente investigação:

Disposição legal Decreto nº 8.058, de 2013	**Prazos**	**Datas previstas**
Art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação	6 de dezembro de 2017
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	26 de dezembro de 2017
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	25 de janeiro de 2018
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	14 de fevereiro de 2018
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do Parecer de determinação final	1º de março de 2018

Esclareça-se que os prazos acima poderão ser modificados em decorrência de instabilidades no Sistema DECOM Digital.

Serão conduzidas verificações **in loco** nos produtores/exportadores da Malásia, da Tailândia e do Vietnã, conforme cronograma descrito a seguir: Empresa TVL: dias 23 e 24 de outubro de 2017; local Hanói, Vietnã; Empresa Tinh Anh: dias 25 e 26 de outubro de 2017; local Hanói, Vietnã; Empresa HBPTC: dia 27 de outubro de 2017; local Giai Pham Commune, Vietnã; Empresa HBJSC: dias 30 e 31 de outubro de 2017; local Giai Pham Commune, Vietnã; Empresa Vinlong: dias 2 e 3 de novembro de 2017; local Tan Lap 1 Commune, Vietnã; Empresa Pantech: entre os dias 6 e 10 de novembro de 2017, em Masai, Johor Bahru District, na Malásia; Empresa TGPRO: entre os dias 13 e 17 de novembro de 2017, em Bangkok, Tailândia.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação são tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegada) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), doravante denominados apenas como tubos de aço inoxidável, quando originários da Malásia, da Tailândia e do Vietnã.

As diversas microestruturas dos aços são função da quantidade dos elementos de liga presentes. Há, basicamente, dois grupos de elementos de liga: os que estabilizam a austenita (Ni, C, N e Mn) e os que estabilizam a ferrita (Cr, Si, Mo, Ti e Nb).

Os aços inoxidáveis são aqueles que contêm ferro-cromo (Fe-Cr) com pelo menos 10,5% de cromo e dividem-se em famílias, como: a) austeníticos, comumente de série 3XX ou 300, referentes a aços não magnéticos com estrutura cúbica de faces centradas, que contêm, basicamente, ligas de ferro, níquel e cromo na sua composição, sem prejuízo de poderem conter outros elementos; e b) ferríticos, comumente de série 4XX ou 400, correspondentes a aços magnéticos com estrutura cúbica de corpo centrado, que contêm, basicamente, ligas de ferro e cromo na sua composição, além de outros elementos possíveis, desprovidos de níquel e com características e aplicações bem específicas.

A adição de níquel como elemento de liga, em determinadas quantidades, permite transformar a estrutura ferrítica em austenítica, o que resulta em significativa alteração em diversas propriedades, como soldabilidade, resistência à corrosão e ductilidade.

Quanto ao processo de soldagem, nota-se que, na fabricação dos tubos de aço austenítico, são, comumente, empregadas solda Laser ou **TIG** (sigla para **Tungsten Inert Gas**), não sendo impeditivo a fabricação através de outros processos. Já os tubos de aço inoxidável ferrítico são, normalmente, fabricados por soldagem **High Frequency** (**HF**) sem adição de material, podendo, também, ser soldados por outros processos. A utilização de um ou outro tipo de soldagem depende, normalmente, da utilização que se pretende dar ao produto final, das normas de fabricação e das dimensões, como espessura. Além disso, a adição de material no processo de soldagem, prevista por algumas normas, não descaracteriza o produto objeto da investigação, nem prejudica a similaridade relativamente ao produto nacional.

Com efeito, os aços austeníticos são normalmente utilizados na indústria alimentícia, em aplicações criogênicas, ornamentais, aplicações em altas temperaturas, componentes náuticos, construção civil, equipamentos para indústrias químicas, petroquímicas, de açúcar e álcool, alimentícia, farmacêutica e de papel e celulose, baixelas e utensílios domésticos. Os ferríticos são, em geral, utilizados em sistemas de exaustão automotivo, cutelaria, eletrodomésticos, frigoríficos, sinalização visual (placas e fachadas).

Cada família é dividida em graus distintos, conforme a composição específica, implicando distintas utilizações. Internacionalmente, utiliza-se para a definição dos graus a nomenclatura do **American Iron and Steel Institute** (**AISI**) ou a **American Society for Testing and Materials** (**ASTM**). Os aços austeníticos investigados são de graus 304 e 316.

Segundo constou da petição, os tubos de aço inoxidável em referência são produzidos por conformação a frio de tiras, de chapas ou de bobinas de aço inoxidável austenítico, laminadas a quente e, quando necessário, a frio, e soldadas por processos elétricos automatizados na própria formação dos tubos. Produzidos, normalmente, com comprimentos de seis metros, podendo variar conforme o projeto. Os tubos devem apresentar superfície lisa e isenta de rebarbas, passando, para isso, por fases de acabamento.

Com relação ao fato de que, para a fabricação do produto objeto da investigação, podem ser utilizadas tiras, chapas ou bobinas de aço inoxidável tanto apenas laminadas a quente como também aquelas laminadas a frio, pontua-se que a utilização de processo de laminação a frio posterior à laminação a quente dependerá de sua necessidade para se atingir menores espessuras que possam ser demandadas para a utilização que será dada a essas tiras, chapas ou bobinas. Com efeito, a necessidade de laminação a frio para atingir espessuras menores dependerá do próprio processo produtivo da produtora das tiras, chapas ou bobinas, vez que, por exemplo, determinado produtor pode obter produto de espessura de 1,50 mm laminado a quente, enquanto outro pode necessitar que o produto passe pela laminação a frio para se atingir a mesma espessura de 1,50 mm.

Os tubos objeto da investigação são fabricados com os tipos de aço enquadrados, principalmente, nas seguintes normas **AISI**: a) TP-304; b) TP-304L; c) TP-304H; d) TP-316; e) TP-316L; f) TP-316H; e g) TP-316Ti.

Ponderou-se, na petição, que, embora a **AISI** seja a norma mais usual, há outras normas que podem ser utilizadas, as quais têm correspondência na norma **AISI**, conforme se sumariza no quadro a seguir:

Correspondências com a norma AISI – Grau 304

País	**Norma**	**Equivalências**		
EUA	AISI	304	304L	304H
EUA	ASTM/SAE	S30400	S30403	S30409

Alemanha	W.N.	1.4301 1.4303	1.4307 1.4306	14.948
Alemanha	DIN 17707	X5 CrNi 18 10 X5 CrNi 18 12	X 2 CrNi 18 11	
Espanha	UNE	X 6 CrNi 19-10	X 2 CrNi 19-10	X 6 CrNi 19-10
França	Afnor	Z 6 CN 18-09	Z 2 CN 18-10	
Grã-Bretanha	BSI	304 S 31 304 S 15	304 S 11	304 S 51
Suécia	SIS	2333	2352	
União Europeia	Euronorm	X 6 CrNi 18 10	X 3 CrNi 18 10	
Japão	JIS	SUS 304	SUS 304 L	SUS F 304 H
Rússia	GOST	08KH18N10 06KH18N11	03KH18N11	

Correspondências com a norma AISI – Grau 316

País	**Norma**	**Equivalências**		
EUA	AISI	316	316L	316Ti
EUA	ASTM/ SAE	S31600	S31603	S31635
Alemanha	W.N.	1.4401 1.4436	14.404	14.571
Alemanha	DIN 17707	X 5 CrNiMo 17 12 2	X 5 CrNiMo 17 12 2 X 5 CrNiMo 17 13 3	X 6 CrNiMoTi17 12 2
Espanha	UNE	X 6 CrNiMo 17-12-03	X 6 CrNiMo 17-12-03	X 6 CrNiMoTi 17-12-03
França	Afnor	Z 6 CND 17-11 Z 6 CND 17-12	Z 2 CND 17-12	Z6 CNDT 17-12
Grã-Bretanha	BSI	316 S 31 316 S 33	316 S 11	320 S 31
Suécia	SIS	2347 2343	2348	2350
União Européia	Euronorm	X 6 CrNiMo 17 12 2 X 6 CrNiMo 17 12 3	X 3 CrNiMo 17 12 2 X 6 CrNiMo 17 12 3	X 6 CrNiMoTi 17 12 2
Japão	JIS	SUS 316	SUS 316 L	SUS 316 Ti
Rússia	GOST			08KH17N13M2T 10KH17N13M2T

Informou-se que, após a indicação do grau “304” ou “316”, outras denominações podem ser utilizadas, como 304N, 304LN, 316N, 316LN, 316H, sem, entretanto, implicar descaracterização da similaridade relativa aos produtos listados anteriormente.

Os tubos também podem ser produzidos, independentemente da norma AISI do tipo do aço, segundo qualquer das normas **ASTM** seguintes: a) A-249; b) A-269; c) A-270; d) A-312; e) A-358; f) A-409; g) A-554; e h) A-778.

Com efeito, as listas das principais normas técnicas utilizadas internacionalmente na comercialização de tubos de aço inoxidável não são exaustivas, vez que, em todo o mundo, há entidades normatizadoras similares ao **AISI** e à **ASTM**, passíveis de estabelecer normas e/ou regulamentos técnicos para o produto objeto da investigação.

Informou-se que, a despeito de não haver obrigatoriedade estabelecida, seja nacional ou internacionalmente, fato é que produtores e consumidores do produto se utilizam das referências aos graus estabelecidos nas normas **AISI** para definição das características de composição química do aço inoxidável, ou, então, os correspondentes graus de outras normas. Assim, normalmente, registros contábeis, documentos comerciais e marcações no produto indicam o grau do aço segundo a norma **AISI** ou normas correlatas.

Segundo as peticionárias, caso, de forma atípica, algum produto vendido no mercado interno das origens investigadas não indique o grau do aço, a identificação do produto similar poderá ser realizada a partir de sua composição química, considerando os parâmetros estabelecidos nas citadas normas. Em geral, essa informação consta do certificado de qualidade, permitindo que seja verificado qual o grau do aço segundo a norma **AISI** ou correlacionada, mesmo que essa norma não seja expressamente indicada no certificado.

Pontuou-se que certos tubos sujeitos a algumas normas (**ASTM** A-249, A-269, A-270, A-312), após sua conformação e soldagem, devem passar por processo de tratamento térmico como forma de garantir suas características mecânicas e de resistência à corrosão.

No que tange aos usos e aplicações dos tubos de aço inoxidável, houve destaque para o fato de o produto ter, por finalidade, a condução de fluídos, sendo utilizados em estrutura de equipamentos para indústrias de papel e celulose, química e petroquímica, açúcar e álcool, bebidas e alimentos, resistências elétricas e refrigeração, náuticos, indústria automobilística, bens de capital em geral e na construção civil.

Dada a altíssima capacidade de resistência desses tubos, são utilizados em ambientes corrosivos normalmente submetidos a picos de altas e baixas temperaturas, e, pelo apelo visual, também são largamente empregados na indústria de móveis e arquitetônica.

Dutos para transferência de produtos, caldeiras, trocadores de calor, como aquecedores, condensadores e refrigeradores, processadores de alimentos e quaisquer estruturas metálicas situadas em ambientes corrosivos e sistemas de instrumentação são exemplos de equipamentos que se utilizam de tubos de aço inoxidável.

Identificaram-se na petição, relativamente ao processo produtivo do produto objeto da investigação, as seguintes etapas principais:

1. Recebimento da matéria-prima: fornecida em bobinas de aço inoxidável em pesos e larguras diversos;

2. Corte longitudinal das bobinas: em função dos diâmetros e espessuras produzidos, varia-se a largura das fitas para o abastecimento das formadoras, ou perfiladeiras, de tubos. Para transformação das bobinas em fitas, utilizam-se cortadoras longitudinais de bobinas, denominadas **slitter**, processo esse executado via corte a frio por facas paralelas rotativas que são ajustadas de acordo com a espessura do material. A tesoura normalmente possui desbobinador de bobinas, cabeçote de corte, **looping** para compensação de variação do comprimento das tiras cortadas e embobinador de fitas.

3. Fabricação dos tubos: para a transformação das fitas em tubos utilizam-se, normalmente, os seguintes processos:

3.a. Formação: transformação das fitas planas em tubos, por processo contínuo por meio de rolos conformadores. A máquina, normalmente denominada perfiladeira, é composta por um conjunto de rolos formadores que tem a função de dobrar o material plano e transformá-lo em circular. Na sequência, há o conjunto de rolos **fin-pass** que conformam o material de modo a ficar o mais redondo possível, mantendo o arranjo das duas extremidades da fita em posição para soldagem.

3.b. Soldagem: utilizam-se, comumente, os processos de soldagem por solda **TIG**, Plasma ou Laser. O conjunto é composto por pares de rolos e o cabeçote de soldagem, no qual é aplicada quantidade de energia suficiente para o aquecimento das bordas das fitas e, consequentemente, a fusão das mesmas.

3.c. Laminação do cordão de solda: realizada no caso de tubos de aço inoxidável que atendam às normas A-249 e A-270, podendo, também, ser solicitadas esporadicamente por clientes no caso das normas A-269 e A-312. Por esse processo, o tubo é prensado entre mandril interno e rolo externo para homogeneização da espessura.

4. Recozimento: tratamento térmico realizado a partir do aquecimento dos tubos até a temperatura definida por norma para homogeneização dos tamanhos dos grãos da estrutura do aço, que foram alterados em função da conformação e da soldagem. Esse processo pode ser feito por forno de recozimento contínuo, chamado processo secundário, ou em linha, denominado **Bright Annealing**. Os tubos de aço inoxidável são aquecidos a temperatura acima de 1.040ºC e resfriados rapidamente em água, no caso forno de recozimento contínuo, ou pela passagem do tubo em câmara com hidrogênio, no caso do processo **Bright Annealing**.

4.a. Após o recozimento contínuo: realização dos seguintes processos:

4.a.1. Endireitamento: realizado em equipamento com conjuntos de rolos desalinhados propositadamente para que os tubos, após passarem pela máquina, estejam dentro das medidas de tolerância quanto ao empenamento longitudinal;

4.a.2. Decapagem química: utilização de ácidos nítrico e fluorídrico para a remoção dos óxidos formados pelo aumento da temperatura durante o tratamento térmico. Os tubos são imersos na solução ácida e mantidos durante tempo pré-determinado. Retirados dos tanques de decapagem, são colocados em tanque para a neutralização da superfície dos tubos, feita com solução de água e soda cáustica e, posteriormente, lavados com água desmineralizada.

4.b. Após Bright Annealing: normalmente são dispensáveis as operações de endireitamento e de decapagem química, embora o cliente possa solicitar a decapagem química mesmo nesses casos.

O impacto mais relevante na rota produtiva é no **lead time** de produção, pois, no caso do **Bright Annealing**, o material pode ficar pronto na linha de conformação e soldagem, enquanto que no recozimento sem atmosfera controlada (**off line** ou não), o material deve passar por outra etapa de produção. Também é possível a configuração de tratamento térmico em linha, porém sem a proteção de atmosfera, de forma que o tubo sai da linha tratado e reto, necessitando apenas de decapagem.

5. Inspeção dos tubos: feita normalmente pelo processo **eddy-current** (equipamento que detecta problemas de porosidade, trincas e furos tanto no metal base quanto na solda), permitindo a detecção de problemas de furos passantes, defeitos internos e defeitos externos.

6. Identificação dos tubos: por impressão do tipo jato de tinta.

7. Embalagem: com formato padrão em sextavados, com a colocação de cintas de amarração e etiqueta de identificação do produto com os dados principais do pedido, norma, dimensões e quantidades do amarrado.

As peticionárias desconhecem a existência de outra rota de produção dos tubos de aço inoxidável objeto desta investigação.

De acordo com as respostas aos questionários do produtor/exportador e do importador, o produto objeto da investigação seria vendido por intermédio dos seguintes canais de distribuição: vendas diretas para as indústrias e consumidores finais ou por meio de distribuidores, autorizados ou não, para usuário final.

Ademais, no tocante à definição do produto objeto da investigação, esclarece-se que este engloba todos os com diâmetro externo a partir de 6mm. Ou seja, embora a descrição constante na Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017, no questionário do produtor/exportador, bem como a presente neste documente, a faixa de diâmetro do produto objeto da investigação tenha sido informada como “igual ou superior a 6 mm (1/4 polegada) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas)”, destaca-se que estão incluídos no escopo da investigação todos os tubos cujo diâmetro externo seja igual ou superior a 6 mm (desde que atendidas as demais características), independentemente de serem iguais ou superiores a 1/4 polegada (6,35 mm).

3.1.1. Da Malásia

3.1.1.1. Do produto fabricado pela Pantech

Em resposta ao questionário do produtor/exportador, a empresa malaia Pantech destacou que produz e vende tubos soldados de aço inoxidável enquadrados na normativa internacional **ASTM**/**ASME** A/SA312, nos graus TP304/304L e TP316/316L, com diâmetro nominal variando de ½ polegada até 16 polegadas e espessura entre “***Schedule 5s to Schedule 40s***”.

No tocante ao processo produtivo, o catálogo da companhia e a resposta ao questionário do produtor/exportador informaram que, primeiramente, ocorre o envio da matéria-prima [CONFIDENCIAL] para as máquinas [CONFIDENCIAL] na qual as bobinas são cortadas em fitas de acordo com os tamanhos requeridos. Na sequência, as fitas são transformadas em tubos, em máquinas conformadoras **on line**, que seguem para as etapas de: soldagem (utilizando-se da tecnologia **Tig-Plasma-Tig**), laminação do cordão de solda (para homogeneização da espessura em função da soldagem), recozimento **on line**, endireitamento, inspeção também **on line** por intermédio do teste **eddy-current** e corte. Os tubos cortados são então transportados para tanques para realização da decapagem química e, [CONFIDENCIAL], são performados testes hidrostáticos. Ao final, os tubos são inspecionados [CONFIDENCIAL].

A Pantech declarou, ainda, que não há diferença entre o produto vendido no mercado malaio, o exportado para terceiros países terceiros e o exportado para o Brasil.

3.1.2. Da Tailândia

3.1.2.1. Do produto fabricado pela TGPRO

Com base na resposta ao questionário do produtor/exportador, mais especificamente em seu catálogo de produto, identificou-se que a TGPRO confecciona tubos de aço inoxidável parametrizados

pelas normas internacionais: **ASTM** A-312 (para uso industrial geral); **ASTM** A-249 e **ASTM** A-269 (para uso em trocadores de calor e caldeiras); e **ASTM** A-270 (utilizado pela indústria farmacêutica e alimentícia). De acordo com informações trazidas aos autos, a produtora/exportadora tailandesa produz tubos com diâmetro variando entre 4,75 mm a 508 mm e espessura da parede máxima de 12,5 mm.

Acerca do processo produtivo, foram informadas 3 (três) tipos de rota de confecção, muito similares entre si, a depender na norma internacional de conformidade desejada para o tubo de aço inoxidável. Para os tubos de normativas [CONFIDENCIAL] o processo produtivo consiste nas seguintes etapas sequenciais: [CONFIDENCIAL]

Com relação aos tubos de norma [CONFIDENCIAL], o processo produtivo é bastante similar ao apresentado anteriormente, [CONFIDENCIAL].

Acerca dos tubos confeccionados de acordo com a norma [CONFIDENCIAL], seu processo produtivo também é similar aos mencionados anteriormente e consiste [CONFIDENCIAL].

Foi destacado ainda pela empresa tailandesa que inexiste diferença entre os produtos vendidos no mercado interno tailandês e os exportados, bem como não há distinção no processo produtivo a depender do mercado de destino dos tubos, mercado interno ou externo.

3.1.3. Do Vietnã

3.1.3.1. Do produto fabricado pela HBJSC e HBPTC

Em função das respostas ao questionário do produtor/exportador das empresas vietnamitas HB Production e HJ Joint Stock serem idênticas no tocante ao item III - Produto e Processo Produtivo, o produto objeto da investigação confeccionado por elas será tratado conjuntamente.

De acordo com informações constantes nos autos, as produtoras/exportadoras vietnamitas confeccionam tubos de aço inoxidável dos tipos SUS201 e SUS304, sendo somente o último produto objeto da investigação. Informou-se, ainda, que o produto do tipo SUS304 apresenta a seguinte composição química: Níquel (8-10%), Cromo (18-20%) e Manganês (2%) e é comercializado com diâmetro nominal variando entre 9,5 mm e 114 mm e espessura da parede entre 0,3 mm e 3 mm.

Acerca do processo produtivo, a resposta ao questionário do produtor/exportador destacou as seguintes etapas na confecção do produto objeto da investigação: Corte longitudinal - Conformação/Formação - Recozimento - Corte transversal - Decapagem - Polimento - Embalagem. A empresa informou que a matéria-prima é importada sob a forma de laminados a quente de aço inoxidável que são novamente laminados e temperados até atingirem a espessura demandada pela ordem de produção. Os tubos são então deslocados para a unidade de corte para serem cortados longitudinalmente e, na sequência, são submetidos aos processos de recozimento e de corte transversal. Os tubos cortados são então decapados e polidos e seguem para serem embalados.

As empresas declararam que não há diferença entre o produto vendido no mercado interno do Vietnã, o exportado para terceiros países terceiros e o exportado para o Brasil.

3.1.3.2. Do produto fabricado pela Vinlong

Consoante informações disponíveis na resposta ao questionário do produtor/exportador da empresa Vinlong, a empresa vietnamita informou que confecciona tubos de aço inoxidável com base na norma internacional **ASTM** A554, nos graus **AISI** 304 e 316, nas versões quadrada, retangular e circular, sendo somente o último considerado como produto objeto da investigação.

Os tubos circulares soldados de aço inoxidável da Vinlong possuem diâmetro externo que variam entre 8 mm e 254 mm e comprimento de 6000 mm ou 61000 mm. Foi destacado pela empresa que os tubos confeccionados por ela são comumente utilizados como: acessórios de banheiro, móveis, utensílios de cozinha, maçanetas, corrimãos, portas, janelas, parte de carros e barcos, equipamentos médicos, entre outros. Acerca da composição química dos aços utilizados, foi destacado que o aço de grau **AISI** 304 possui: Carbono (máximo 0,08%), Silício (máximo 1%), Manganês (máximo 2%), Fósforo (máximo 0,045%), Enxofre (máximo 0,03%, Níquel (mínimo 8% e máximo 11%) e Cromo (mínimo 18% e máximo 20%). Com relação ao grau **AISI** 316, a composição química do aço inoxidável informada foi: Carbono (máximo 0,08%), Silício (máximo 0,75%), Manganês (máximo 2%), Fósforo (máximo 0,045%), Enxofre (máximo 0,03%, Níquel (mínimo 10% e máximo 14%), Cromo (mínimo 16% e máximo 18%), Molibdênio (mínimo 2% e máximo 3%) e Nitrogênio (máximo 0,1%).

No tocante ao processo produtivo, a empresa apresentou fluxograma destacando as etapas de confecção do tubo de aço inoxidável, que se inicia com [CONFIDENCIAL].

A produtora/exportadora vietnamita pontuou que não há diferença entre o produto produzido para consumo no mercado interno do Vietnã, o exportado para terceiros países terceiros e vendido para o Brasil.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

As características físicas, normas utilizadas, usos e aplicações e canais de distribuição do produto similar são os mesmos do produto objeto da investigação, detalhados no item 3.1.

Haja vista a petição ter sido apresentada em nome da Aperam e da Marcegaglia, detalham-se as informações relativas ao produto similar produzido no Brasil em separado por empresa.

3.2.1. Aperam Inox Tubos Brasil Ltda.

A Aperam produz tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm.

O processo produtivo da empresa envolve etapas semelhantes àquelas descritas no item 3.1, com a especificidade de que a matéria-prima utilizada na produção é fornecida em bobinas de aço inoxidável em pesos de até 16 toneladas e larguras até 1.500 mm.

Destaca-se que as informações obtidas com relação ao produto similar confeccionado pela Aperam foram objeto de confirmação pela autoridade investigadora quando da realização da verificação **in loco**.

3.2.2. Marcegaglia do Brasil Ltda.

A Marcegaglia produz tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 15,87 mm e não superior a 168,28 mm, com espessura igual ou superior a 1,00 mm e igual ou inferior a 3,91 mm.

O processo produtivo da empresa envolve etapas semelhantes àquelas descritas no item 3.1, com as particularidades em destaque na sequência.

1. Recebimento da matéria-prima (bobinas de aço inoxidável);

2. Corte longitudinal das bobinas: a **slitter** possui a largura definida em função do diâmetro externo do tubo a ser produzido.

3. Desbobinador: além de desenrolar a **slitter** conforme consumo pela formadora, restringe eventual uso de uma **slitter** incorreta, pois, por estar atrelado ao sistema, este não permite o uso de código de **slitter** que não esteja cadastrado na estrutura do código do tubo que está sendo produzido.

4. Corte e emenda: descarta-se a última ponta da **slitter** que está sendo consumida e da que irá entrar na máquina, de modo que as duas pontas já cortadas no esquadro correto serão unidas com solda.

5. Acumulador fosso: permite que sejam acumulados alguns metros de fita, a fim de o operador ter tempo de fazer o corte e emenda sem a necessidade de parada da linha.

6. Fabricação dos tubos: para a transformação das fitas em tubos utilizam-se, normalmente, os seguintes processos:

6.a. Formação.

6.b. Soldagem.

6.c. Laminação do cordão de solda.

Caixas de lixa removem o restante do cordão de solda após o processo de laminação.

7. Pré-calibração: feita anteriormente ao forno de cozimento, com vistas a deixar o diâmetro externo do tubo próximo ao diâmetro externo final.

8. Recozimento / Túnel de resfriamento: o forno de recozimento tem a função de refinar a granulação do material e baixar sua dureza. No túnel de resfriamento, é rebaixada a temperatura do tubo após o recozimento, em uma atmosfera de gás Hidrogênio, a fim de se obter um recozimento brilhante.

9. Inspeção dos tubos (processo **eddy-current**): permite a detecção de problemas de furos ou partes com falta de solda e emenda da fita.

10. Calibração: tem a função de deixar o tubo com o diâmetro externo nominal final em função da Norma.

11. Cabeça turca: no caso de tubos redondos, corrige o flexamento (encurvamento) do tubo.

12. Planetária: faz o acabamento superficial em torno do tubo, homogeneizando a aparência externa.

13. Identificação dos tubos: por impressão do tipo jato de tinta no tubo com todas as informações do produto, como dimensões, material, norma, rastreabilidade, etc.

14. Serra circular: corta o tubo no comprimento desejado, geralmente no padrão de seis metros.

15. Biselamento: elimina das bocas do tubo as rebarbas e cantos vivos remanescentes do corte.

16. Embalagem: formam-se os fardos de tubos, conforme definido em instrução de fabricação, para seguirem para depósito em estoque.

A Marcegaglia apresentou fluxograma relativo ao processo envolvendo solda **laser**, para fins de ilustrar sua produção de tubos de aço inoxidável: [CONFIDENCIAL]

De maneira similar ao ocorrido na Aperam, as informações apresentadas pela Marcegaglia também foram objeto de verificação **in loco** pela autoridade investigadora.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da investigação é normalmente classificado no subitem tarifário 7306.40.00 da NCM, que, embora se refira exclusivamente a tubos de seção circular, inclui produtos de outros graus de aço inoxidável que não os dos grupos 304 e 316, estando, portanto, excluídos do escopo da investigação.

Além disso, esse subitem inclui tubos de graus 304 e 316, com diâmetro externo inferior a 6 mm (1/4 polegadas) ou superior a 2.032 mm (80 polegadas) e/ou que possuam espessura inferior a 0,40 mm ou superior a 12,70 mm, igualmente excluídos do escopo da investigação.

Constou da petição que o produto objeto da investigação pode, equivocadamente, ser classificado no subitem 7306.90.20 da NCM, que se refere a outros tubos de aço inoxidável.

As alíquotas do Imposto de Importação dos subitens tarifários 7306.40.00 e 7306.90.20 foram definidas em 14%, conforme Resoluções CAMEX nºs 43/2006 e 94/2011 e permaneceram nesse patamar durante todo o período de análise de dano.

Foram identificadas as seguintes preferências tarifárias:

Preferências Tarifárias

Subposição Sistema Harmonizado 7306.40

País	Acordo	Data do Acordo	Nomenclatura	Preferência (%)
Argentina	APTR04 - Argentina - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	20
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Bolívia	APTR04 - Brasil - Bolívia	28/12/1984	NALADI/SH 96	48
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolivia	28/05/1997	NALADI/SH	100
Chile	ACE35-Mercosul-Chile	19/11/1996	NALADI/SH	100
Colômbia	APTR04 - Colômbia - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	31/01/2005	NALADI/SH	60
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28
Cuba	ACE62-Mercosul-Cuba	26/03/2007	NALADI/SH	60
Equador	APTR04 - Equador - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	40
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	31/01/2005	NALADI/SH	69
México	APTR04 - México - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	20
Paraguai	APTR04 - Paraguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	48
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Peru	APTR04 - Peru - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	14
Peru	ACE 58 - Mercosul-Peru	29/12/2005	NALADI/SH	100
Uruguai	APTR04 - Uruguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Venezuela	APTR04 - Venezuela - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28

Preferências Tarifárias

Subposição Sistema Harmonizado 7306.90

País	Acordo	Data do Acordo	Nomenclatura	Preferência (%)
Argentina	APTR04 - Argentina - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	20
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Bolívia	APTR04 - Brasil - Bolívia	28/12/1984	NALADI/SH 96	48
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolivia	28/05/1997	NALADI/SH	100
Chile	ACE35-Mercosul-Chile	19/11/1996	NALADI/SH	100

Colômbia	APTR04 - Colômbia - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	31/01/2005	NALADI/SH	60
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28
Cuba	ACE62-Mercosul-Cuba	26/03/2007	NALADI/SH	100
Equador	APTR04 - Equador - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	40
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	31/01/2005	NALADI/SH	69
Israel	ALC-Mercosul-Israel	27/04/2010	NCM 2004	80
México	APTR04 - México - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	20
Paraguai	APTR04 - Paraguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	48
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Peru	APTR04 - Peru - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	14
Peru	ACE 58 - Mercosul-Peru	29/12/2005	NALADI/SH	100
Uruguai	APTR04 - Uruguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Venezuela	APTR04 - Venezuela - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28
Argentina	APTR04 - Argentina - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	20
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais deve ser avaliada a similaridade entre produto objeto da investigação e produto similar fabricado no Brasil. O § 2º do mesmo artigo instrui que esses critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva quanto à similaridade.

O produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil são, em geral, produzidos a partir das mesmas matérias-primas, vez que a definição do aço a ser utilizado na fabricação dos tubos de aço inoxidável está relacionada às características do tubo. Com efeito, tanto o aço utilizado na fabricação quanto os próprios tubos estão sujeitos a normas e especificações técnicas, de forma que, no processo produtivo de ambos os produtos, importado e nacional, são utilizadas as mesmas matérias-primas.

Conforme demanda dos clientes, tanto o produto objeto da investigação como o produto fabricado no Brasil seguem as mesmas normas internacionais.

O processo de produção do produto similar é o mesmo da maioria dos produtores identificados das origens investigadas. As normas internacionais abrangem certas etapas do processo, em especial no que diz respeito aos processos de soldagem, de modo que não há diferenças significativas entre o processo produtivo nas origens investigadas e no Brasil.

No que se refere aos usos e aplicações dos tubos de aço inoxidável, não há diferenças entre o produto objeto da investigação e aquele fabricado no Brasil, sendo ambos destinados às finalidades já anteriormente citadas.

Considerando-se o fato de tanto o produto objeto da investigação quanto o produto fabricado no Brasil estarem sujeitos a normas técnicas que definem suas principais características, há elevado grau de substituição entre esses produtos.

Por fim, conforme esclarecido nos itens 3.1 e 3.2, verificou-se nas respostas ao questionário do produtor/exportador, bem como pelas informações trazidas aos autos pelos importadores, que o produto objeto da investigação seria vendido por intermédio dos mesmos canais de distribuição que o produto fabricado no Brasil, quais sejam: vendas diretas para as indústrias e consumidores finais ou por meio de distribuidores, autorizados ou não, para usuário final.

3.4.1. Das manifestações acerca do produto e da similaridade

Em respostas aos questionários protocoladas em 25 e 26 de maio de 2017, respectivamente, as empresas Sianfer Ferro e Aço Ltda. e Aço Inoxidável Artex Ltda. afirmaram não haver diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica, sendo o preço o fator determinante para a escolha do primeiro em detrimento do segundo.

A empresa Elinox Central de Aço Inoxidável Ltda., por sua vez, protocolou resposta ao questionário em 19 de junho de 2017, oportunidade em que asseverou haver diferença de qualidade entre o produto objeto da investigação e o produzido pela indústria doméstica no que se refere ao acabamento. Afirmou que os fornecedores nacionais não fabricam o tubo ASTM 554 (tubos estruturais ou ornamentais) com o mesmo tipo de acabamento do produto importado. Ressaltou que, por serem tubos destinados à decoração, grande parte do mercado preferiria o tubo polido e o tubo fabricado no Brasil não atenderia a essas especificidades. A empresa acrescentou que [CONFIDENCIAL]. A Elinox também atestou que o produto importado da Tailândia teria preço inferior àquele praticado pela Aperam. A fim de ilustrar essa afirmação, a empresa afirmou que, em cotação realizada em maio de 2016, o preço praticado pela Aperam foi R$ 15,08/kg, enquanto o preço de fornecedor tailandês teria sido R$ 11,51/kg, já convertido para reais e com impostos, o que equivaleria a 31% de diferença.

A empresa Janox Aço Inoxidável Ltda., em resposta ao questionário protocolada em 19 de junho de 2017, afirmou que a indústria nacional não faria o polimento (400 e 600) exigido pelo mercado a que atende. Ademais, a empresa informou que não tem realizado cotação de tubos nas produtoras nacionais, tendo em vista que, anteriormente, as mesmas teriam tido dificuldades em atender ao seu pedido devido à quantidade requerida e que o fornecedor externo teria se disposto a atendê-la.

A Jati – Serviço Comércio e Importação de Aços Ltda., em resposta protocolada em 19 de junho de 2017, declarou que a opção pela importação se dá pelo fato de haver tubos redondos com costura que os produtores domésticos não produzem ou produzem com qualidade não aceitável no mercado, quais sejam:

- Tubos na norma A554 escovados não tem produção doméstica, exceto os diâmetros 25,40mm, 31,75mm, 38,10mm e 50,80mm que a Aperam Tubos oferece, porém com qualidade de acabamento não aceitável no mercado, além de não ter embalagem plástica individual para proteção e preços consideravelmente mais altos.

- Tubos na norma A554 polidos não tem produção doméstica na sua maioria, exceto nos diâmetros 25,40mm (espessuras 1,20 e 1,50mm), 31,75mm (espessuras 1,20 e 1,50mm), 38,10mm (espessuras 1,00, 1,20, 1,50 e 2,00mm) e 50,80mm (espessuras 1,00, 1,20, 1,50 e 2,00mm) que são produzidas pela Aperam Tubos.

Na sequência, a Jati indagou "como pode ser estabelecida relação direta de causalidade que justifica a aplicação do direito antidumping", haja vista cenário em que parte do produto importado seguiria determinada característica (norma) e não haveria produção doméstica ou, o produto doméstico, embora observasse tais características (norma), comportaria a diversidade que o mercado exige (espessura). Por fim, solicitou à autoridade investigadora que oficiasse a peticionária a prestar esclarecimento sobre esse tema.

A empresa Rei das Chapas Ltda., em resposta protocolada em 19 de junho de 2017, asseverou existir diferença no acabamento do produto importado e o produzido pela indústria doméstica. O produto importado seria "polido 600G espelhado" (conforme Norma ASTM A554 MT-304), enquanto o produto adquirido no mercado interno teria acabamento escovado. O polimento máximo do produto doméstico seria 321G, o que, para o cliente desse importador, seria considerado lixado. Tecnicamente, continuou a empresa, o produto produzido pela indústria doméstica não atenderia às exigências do mercado de decoração. De acordo com o importador Rei das Chapas, os aspectos financeiros e operacionais não seriam relevantes.

Em resposta ao questionário protocolada em 19 de junho de 2017, a empresa TCA Tubos e Conexões de Aço Ltda. afirmou que "os tubos ASTM A554 são produzidos no Brasil, mas como o polimento não é feito em linha, no mesmo processo de produção, o custo fica muito mais alto". De acordo com a empresa, desde meados de 2016, por meio de política chamada "Made in Brazil", a Aperam estaria produzindo algumas bitolas deste produto em parceria com terceiros e disponibilizando com preços e qualidade similares ao importado, iniciativa que a TCA considera ser interessante e potencialmente benéfica ao mercado. O importador, entretanto, entende que há pontos que precisariam ser melhorados e regulamentados, tais como: i) estabilidade desta política, já que não é a primeira vez que a Aperam se propõe a adotar tal política; ii) ampliação da linha de produtos, pois atualmente somente algumas poucas bitolas são produzidas dentro desta política com preços competitivos; iii) disponibilização da matéria-prima a preços similares para os demais fabricantes e não apenas para o grupo Aperam para que os mesmos possam também produzir a preços competitivos; e iv) investimento em equipamentos para que o acabamento seja feito em linha e assim possa haver redução de custos operacionais. A TCA declarou que adquire tubos ASTM A270 localmente, haja vista que a Marcegaglia disponibilizaria estes produtos com boa qualidade a preços competitivos. Afirmou, ainda, que os produtores nacionais, diferentemente dos produtores estrangeiros, estabelecem lotes mínimos para produção, o que em alguns casos inviabiliza a compra.

A APRODINOX se manifestou, em 3 de agosto de 2017, a respeito da definição do produto objeto da investigação, dentre outros aspectos. A associação alegou que, segundo informações de mercado, a Aperam Inox Tubos Brasil Ltda. não produziria o tubo de aço inoxidável regulamentado pela norma ASTM A-554, "em todos os diâmetros e espessuras exigidos pelo mercado, assim como as características (polido/escovado) exigidas pelo mercado". Por essa razão, figuraria entre os grandes importadores de tubos de aço inoxidável da norma ASTM A-554 das origens investigadas a Aperam Inox Serviços Brasil Ltda. Por se tratar de informação de mercado, a APRODINOX solicitou que se averiguasse (i) se a Aperam Inox Tubos Brasil Ltda. de fato produz todos os tipos de tubos, conforme exigido pelo mercado e (ii) se a Aperam Inox Serviços Brasil Ltda. realiza importações dos tubos da norma ASTM A-554.

Em se confirmando as informações trazidas aos autos pela APRODINOX, a associação questionou a necessidade de aplicação de eventual medida antidumping aos tubos fabricados conforme a norma ASTM A-554.

Em 30 de agosto de 2017, a indústria doméstica destacou trecho da resposta ao questionário do importador da Sianfer, segundo o qual não haveria diferença de qualidade entre o produto importado e o similar nacional, sendo a opção pelo primeiro determinada pelo preço.

Também salientou, na mesma oportunidade, afirmação da T.C.A, em sua resposta ao questionário do importador, de acordo com a qual o produto similar teria "boa qualidade e preços competitivos". Quanto à asserção da T.C.A, também constante de sua resposta ao questionário, de que o custo do produto similar doméstico seria mais elevado, em virtude de o polimento não ser efetuado em linha, a indústria doméstica manifestou sua discordância. Para a Aperam e a Marcegaglia, há, sim, realização de polimento em linha em seu processo produtivo. Somente no caso de granas maiores, o polimento seria realizado em procedimento à parte, de modo análogo ao que fazem os produtores/exportadores estrangeiros.

No que tange às observações trazidas pela Elinox, pela Janox e pelo Rei das Chapas, de que a indústria doméstica não produziria tubos com determinados acabamentos, a indústria doméstica teceu alguns comentários. A respeito, sublinhou que o polimento, isoladamente, não descaracterizaria a similaridade entre o produto objeto da investigação e o similar nacional, dada a existência de outras características comuns, como matéria-prima, composição química, características físicas e mecânicas, normas técnicas, processo produtivo, usos e aplicações e canais de distribuição. Ademais, para a maioria das aplicações dos tubos, nem sequer haveria a necessidade de polimento.

Mesmo assim, o segmento decorativo, caracterizado pelo maior rigor no que toca ao acabamento seria atendido pela indústria doméstica, a qual teria capacidade de fornecer tubos polidos. A fim de corroborar sua argumentação, a indústria doméstica transcreveu trecho do Parecer DECOM nº 22, de 11 de julho de 2013, relativo à investigação contra importações de tubos de aço inoxidável originárias da China e de Taipé Chinês, no qual a autoridade investigadora teria atestado a capacidade de a Aperam (única empresa que compunha a indústria doméstica naquela ocasião) produzir tubos polidos.

Adicionalmente, especificamente quanto aos tubos classificados na norma ASTM A-554 (tubos para aplicação estrutural, ornamental, para exaustão e outras em que a aparência, as propriedades mecânicas ou a resistência à corrosão sejam necessárias) a indústria doméstica seria capaz de suprir as necessidades de seus clientes. Isso seria demonstrado pela substituição do produto importado pelo produto similar doméstico quando indústria doméstica equipara seus preços àqueles influenciados pela prática de dumping. A fim de comprovar tal tese, foi apresentado cálculo de subcotação de P1 a P5, para tubos da norma ASTM A-554, acompanhado da evolução dos volumes de venda da indústria doméstica e das importações.

Exercício semelhante foi realizado para os tubos de que trata a norma ASTM A 312 (tubos para uso em altas temperaturas e em ambientes corrosivos).

As tabelas a seguir apresentam os resultados dos exercícios:

Subcotação – Tubos da Norma ASTM A-554

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF Internado (números-índices de R$ atualizados)	100,0	105,1	94,3	126,9	111,5
Preço Indústria Doméstica (números-índices de R$ atualizados)	100,0	97,1	94,9	110,5	100,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subcotação (números-índices de R$/t)	100,0	32,9	99,5	-21,7	8,0
Subcotação (números-índices de %)	100,0	33,3	104,5	-19,8	8,1

Volumes de Venda e Participação no Consumo Nacional Aparente – Tubos da Norma ASTM A-554

	P1	P2	P3	P4	P5
Volume importado – origens investigadas (números-índices de t)	100,0	1.114,2	5.969,1	10.646,2	4.612,3
Participação no CNA (números-índices de %)	100,0	900,0	4.400,0	10.657,1	9.714,3
Volume importado – demais no Brasil (números-índices de t)	100,0	106,9	76,5	12,8	5,5
Participação no CNA (números-índices de %)	100,0	92,6	60,4	13,8	12,4
Volume de vendas indústria doméstica (números-índices de t)	100,0	116,7	134,4	68,0	49,5
Participação no CNA (números-índices de %)	100,0	101,0	106,1	73,2	111,6
CNA (números-índices de t)	100,0	115,4	126,4	93,1	44,3

Subcotação – Tubos da Norma ASTM A312

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF Internado (números-índices de R$ atualizados)	100,0	99,3	91,2	120,3	110,7
Preço Indústria Doméstica (números-índices de R$ atualizados)	100,0	96,5	95,8	104,2	96,9
Subcotação (números-índices de R$/t)	100,0	72,1	135,3	-35,5	-22,3
Subcotação (números-índices de %)	100,0	74,0	140,4	-33,7	-23,1

Volumes de Venda e Participação no Consumo Nacional Aparente – Tubos da Norma ASTM A312

	P1	P2	P3	P4	P5
Volume importado – origens investigadas (números-índices de t)	100,0	235,7	1.047,5	2.270,7	623,6
Participação no CNA (números-índices de %)	100,0	209,5	995,2	2.157,1	942,9
Volume importado – demais no Brasil (t)	100,0	88,1	36,8	16,1	1,9
Participação no CNA (números-índices de %)	100,0	77,5	35,0	15,4	2,9
Volume de vendas indústria doméstica (números-índices de t)	100,0	130,9	127,0	95,9	99,8
Participação no CNA (números-índices de %)	100,0	115,0	120,4	91,0	150,3
CNA (números-índices de t)	100,0	113,7	105,3	105,4	66,3

Mencione-se que a subcotação, em termos percentuais, foi retificada, uma vez que a fórmula matemática utilizada para seu cálculo pela indústria doméstica continha erro.

Eventuais importações realizadas pela Aperam Inox Serviços Brasil Ltda. não seriam justificadas pela ausência de produto similar.

A indústria doméstica concluiu, citando alegações da Sianfer, da Elinox e da Artex, que a opção pelo produto importado decorreria da prática de dumping, que tornaria seu preço distorcidamente mais baixo.

A par das alegações apresentadas, a indústria doméstica pontuou que seria desnecessário qualquer pedido de informações sobre a sua produção de tubos da norma ASTM A-554, bem como seria descabida a exclusão dos tubos a que se refere a mencionada norma de eventual medida antidumping a ser aplicada.

3.4.2. Dos comentários acerca das manifestações

Quanto à existência ou não de produção de modelos específicos de tubos de aço inoxidável pela Aperam, deve-se rememorar que a indústria doméstica, no presente caso, foi definida, em observância ao Artigo 4.1 do Acordo Antidumping e ao art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, como as linhas de produção do produto similar doméstico, em conjunto, da Aperam e da Marcegaglia. Essas empresas, conforme será mencionado no item 4, constituem a totalidade da produção nacional do produto similar doméstico.

Uma vez firmado este conceito, deve-se ter em mente que os efeitos danosos das importações a preços de dumping devem ser avaliados com relação à indústria doméstica como um todo, conforme se depreende dos termos dos Artigos 3.4 e 3.5 do Acordo Antidumping, e não somente a uma das empresas que a compõe. Não é outro, aliás, o entendimento do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), consoante esposado no Painel do caso WT/DS184/R (**United States - Antidumping Measures on Certain Hot-Rolled Steel Products from Japan**). Confira-se:

Para. 7.188. In addressing Japan's claim that the US statute is inconsistent with the AD Agreement on its face, we must resolve two questions. First, we must determine what is required by the AD Agreement, that is, whether the investigating authority is in all cases required to make a determination of injury to the domestic industry as a whole. If so, we must then consider whether the primary focus on the merchant market with respect to market share and financial performance set out in the "captive production" provision of the US statute is inconsistent, on its face, with this requirement?

Para. 7.189. We consider that the definition of the domestic industry of Article 4.1 of the AD Agreement provides a clear answer to the first question. The domestic industry consists of the domestic producers as a whole of the like products, or of those producers whose collective output constitutes a major proportion of the total domestic production of those products. The terms "domestic industry" and domestic producers are also used interchangeably in Articles 3.1 and 3.4 of the Agreement. Article 3.1 of the AD Agreement provides that a determination of injury has to involve inter alia an objective examination of the "impact of these imports on domestic producers of such like products". Article 3.4 of the AD Agreement expands on this obligation and provides that the "examination of the impact of the dumped imports on the domestic industry concerned" shall include an evaluation of all relevant economic factors having a bearing on the state of the industry. Article 3.5 of the AD Agreement requires that a causal relationship be demonstrated "between the dumped imports and the injury to the domestic industry". We conclude that the requirement to make a determination of injury to the domestic industry read in light of the definition of the domestic industry of Article 4.1 of the AD Agreement, implies that the injury must be analysed with regard to domestic producers as a whole of the like product or to those whose collective output constitutes a major proportion of the total domestic production of those products.

Dessa forma, o que se deve avaliar, para fins de eventual exclusão de determinado produto ou modelo do escopo da investigação é (i) se há ou não produção de produto similar pela indústria doméstica, considerada em sua totalidade, e (ii) se o produto para o qual se requere a exclusão possui características (físicas, químicas, mercadológicas etc.) suficientemente distintas em relação ao fabricado pela indústria doméstica, a ponto de implicar a inaptidão da sua importação, ainda que a preço de dumping, para causar dano a essa indústria.

Em análise aos dados de venda da Aperam e da Marcegaglia, constatou-se, ao contrário do que afirma a APRODINOX, que houve, sim, vendas de tubos de aço inoxidável classificados na norma ASTM A-554 de fabricação própria. A tabela a seguir demonstra os volumes dessas vendas, por período, em comparação com os tubos classificados nas demais normas.

Volume de Vendas – Tubos da Norma ASTM 554 (em números-índices de t)

	P1	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**
ASTM 554 (a)	100,0	123,8	140,9	71,5	52,1
Demais normas (b)	100,0	99,6	101,6	81,5	74,1
Vendas totais (c) = (a) + (b)	100,0	102,3	106,0	80,3	71,6
Participação da norma ASTM 554 (d) = (a)/(c) (%)	100,0	121,1	132,5	88,6	72,8

Ademais, também foram verificadas vendas da indústria doméstica de tubos da norma ASTM A-554 com os acabamentos polido e escovado, conforme demonstra a tabela a seguir.

Volume de Vendas por Tipo de Acabamento (em números-índices de t)

Norma do tubo	**Acabamento**	**P1**	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**
ASTM A-554	Escovado	100,0	96,5	118,6	64,6	44,9
	Polido grana igual ou superior a 221 mas não superior a 320 (interno/externo/ambos)	100,0	179,2	12,5	-	-
	Polido grana igual ou superior a 321 (interno/externo/ambos)	-	-	-	-	100,0
	Sem acabamento	100,0	475,1	437,9	165,3	125,8
Demais normas	Decapado/ Recozimento Brilhante	100,0	370,4	1.456,6	735,4	745,4
	Escovado	100,0	84,6	106,5	86,7	104,2
	Polido grana igual ou superior a 180 mas não superior a 220 (interno/externo/ambos)	100,0	-	-	-	-
	Polido grana igual ou superior a 221 mas não superior a 320 (interno/externo/ambos)	100,0	615,8	826,3	-	-
	Sem acabamento	100,0	104,7	83,0	71,1	49,7

Quanto aos "diâmetros e espessuras exigidos pelo mercado", que supostamente não seriam fabricados pela indústria doméstica, a APRODINOX não especificou quais seriam essas dimensões nem que especificidade confeririam ao produto que afastariam a similaridade em relação aos tubos de aço inoxidável fabricados pela indústria doméstica. Dessa forma, restou prejudicada a análise requerida.

Finalmente, uma vez constatadas vendas pela indústria doméstica dos tubos mencionados pela APRODINOX (da norma ASTM A-554, com os acabamentos especificados) de fabricação própria, reputa-se prescindível a verificação das importações realizadas pela Aperam Serviços. Pelo mesmo motivo, entende-se não haver fundamento para a redução do escopo da investigação.

3.4.3. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

Tendo em conta a descrição detalhada contida no item 3.1, concluiu-se, para fins de determinação preliminar, que o produto objeto da investigação são os tubos de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, exportados por Malásia, Tailândia e Vietnã para o Brasil.

Conforme o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Considerando o exposto nos itens anteriores, concluiu-se, para fins de determinação preliminar, que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto da investigação.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico e instrui que, nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Conforme se mencionou no item 2.3, os volumes indicados pela Partners Indústria e Comércio de Tubos de Aço Inox e Metais Ltda., referentes a [CONFIDENCIAL], não têm o condão de impactar na definição da representatividade das peticionárias. Conforme se mencionou, tão logo iniciada a investigação, a empresa foi notificada e instada a apresentar as informações pertinentes detalhadas em bases restritas, mas não houve resposta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assim, dado terem sido descartados os dados apresentados pela Partners, nos termos do artigo em menção, para fins de análise de dano, definiram-se como indústria doméstica, as linhas de produção de tubos de aço inoxidável das empresas Aperam Inox Tubos do Brasil Ltda. e Marcegaglia do Brasil Ltda., que responderam por 100% da produção nacional do produto similar doméstico em P5.

5. DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de **drawback**, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

5.1. Do dumping para efeito do início da investigação

Para fins do início da investigação, utilizou-se o período de outubro de 2015 a setembro de 2016, a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável, originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã.

Ressalte-se que os endereços eletrônicos que serviram como fonte de informação para a construção do valor normal nas origens investigadas foram conferidos, de modo que se constatou a veracidade das informações apresentadas pelas peticionárias.

Ademais, quando necessário, foi efetuada conversão de valores em ringgits malaios (MYR) ou baths (THB) para dólares estadunidenses utilizando-se as respectivas paridades médias, para o período de outubro de 2015 a setembro de 2016, disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, as quais são apresentadas a seguir: MYR 4,15; THB 35,41. Para as conversões, foram observadas as disposições constantes do art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.1.1. Da Malásia

5.1.1.1. Do valor normal

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Para fins de início da investigação, apurou-se o valor normal construído na Malásia, já que não se dispõe, até o momento, de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. O valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal da Malásia, para fins de início da investigação, foi construído a partir das seguintes rubricas: matéria-prima; energia elétrica; mão de obra; insumos; manutenção; outros custos fixos; depreciação; despesas administrativas; despesas comerciais; despesas financeiras; e lucro.

Para fins de início da investigação, não foram consideradas as outras despesas e receitas operacionais. Tais despesas e receitas encontram-se disponíveis na demonstração financeira da empresa K Seng Seng Corporation Berhad (que foi utilizada como base para a obtenção dos percentuais relativos às despesas operacionais e à margem de lucro, conforme será detalhado mais adiante). Para fins de início da investigação, optou-se por adotar postura conservadora e desconsiderar outras despesas/receitas operacionais, para evitar distorções no valor normal ocasionadas por gastos alheios ao objeto social da empresa, já que ainda não se dispõe de detalhamento suficiente dos tipos de despesas e receitas, assim como dos respectivos valores, que as compõem.

Buscou-se diferenciar o valor normal construído por grau do aço utilizado (304 ou 316), consoante explicitado a seguir.

5.1.1.1.1. Da matéria-prima

O produto objeto da investigação é produzido por conformação a frio de tiras, chapas ou bobinas de aço inoxidável austenítico, as quais podem ser laminadas a quente e, posteriormente, a frio ou somente a quente. De acordo com as peticionárias, a principal matéria-prima utilizada na produção dos tubos com costura é a bobina de aço, dos graus 304 e 316.

Ainda segundo as peticionárias, não há fontes de informação que apresentem os preços das bobinas laminadas a quente e a frio no mercado interno da Malásia. As estatísticas de importação das bobinas neste país não são desagregadas por tipo de aço e sua utilização poderia estar sujeita a grandes distorções, conforme a composição dos graus diversos de aços inoxidáveis importados em tal país.

Dessa forma, a fim de obter o preço dessas bobinas para a construção do valor normal, consultou-se o sítio eletrônico da empresa MEPS (International) Ltd, fornecedora de informações sobre o mercado de aço, que disponibiliza, em bases mensais, preços praticados nas vendas de aço inoxidável dos graus 304 e 316 no mercado asiático.

A tabela a seguir apresenta os preços obtidos para as bobinas de aço inoxidável no mercado asiático, a partir da fonte mencionada, para o período de análise dumping (outubro de 2015 a setembro de 2016).

Preços das Bobinas de Aço (em US$/t)

Mês	Bobina laminada a quente - grau 304	Bobina laminada a frio - grau 304	Bobina laminada a quente - grau 316	Bobina laminada a frio - grau 316
out/15	1.785,00	1.965,00	2.722,00	2.937,00
nov/15	1.765,00	1.946,00	2.689,00	2.906,00
dez/15	1.674,00	1.859,00	2.559,00	2.778,00
jan/16	1.645,00	1.823,00	2.512,00	2.726,00
fev/16	1.617,00	1.791,00	2.469,00	2.670,00
mar/16	1.653,00	1.822,00	2.527,00	2.721,00
abr/16	1.730,00	1.898,00	2.628,00	2.823,00
mai/16	1.820,00	1.995,00	2.739,00	2.942,00
jun/16	1.729,00	1.899,00	2.638,00	2.841,00
jul/16	1.806,00	1.983,00	2.749,00	2.961,00
ago/16	1.853,00	2.032,00	2.810,00	3.027,00
set/16	1.850,00	2.017,00	2.804,00	3.006,00
Preço médio - grau 304 (quente + frio)		**1.831,54**	**Preço médio - grau 316 (quente + frio)**	**2.757,67**

Com vistas a confirmar os dados apresentados pelas peticionárias, constantes da tabela acima, acessou-se o sítio eletrônico da MEPS em 15 de fevereiro de 2017. Tendo em vista que a empresa constantemente atualiza os dados disponíveis para visualização de modo gratuito, somente se encontravam acessíveis naquela data os preços referentes ao período de novembro de 2015 a outubro de 2016. Para os meses checados, não houve divergência entre os dados disponibilizados pela MEPS e aqueles apresentados pelas peticionárias.

Ademais, foi apresentada pelas peticionárias impressão do sítio eletrônico da MEPS, contendo os dados de outubro de 2015 a setembro de 2016, acessado em 29 de janeiro de 2017.

Para o consumo das bobinas de aço inoxidável, foram utilizados os índices técnicos das duas empresas que compõem a indústria doméstica (Aperam e Marcegaglia), referentes aos três tubos mais vendidos por cada qual. Os índices técnicos representam a quantidade de aço necessária para a produção de uma tonelada do produto objeto da investigação/similar. A tabela a seguir demonstra esses índices.

Índices Técnicos de Consumo de Aço – Aperam

[CONFIDENCIAL]

Índices Técnicos de Consumo de Aço – Marcegaglia

[CONFIDENCIAL]

Cabe citar que, dentre os três tubos mais vendidos pela Marcegaglia do grau 304 encontrava-se o de código de [CONFIDENCIAL]. No entanto, tal tubo não foi utilizado para a composição do índice técnico, uma vez que, segundo a empresa, este se refere a [CONFIDENCIAL].

A partir dos dados anteriores, alcançaram-se os índices técnicos médios (média simples) de [CONFIDENCIAL] (aço grau 304) e [CONFIDENCIAL] (aço grau 316).

Considerando-se os preços médios das bobinas de aço e os respectivos índices de consumo, calcularam-se os seguintes custos com bobinas de aço inoxidável para a produção de uma tonelada do produto objeto da investigação/similar:

Grau do aço	Preço médio da bobina (US$/t) (a)	Índice técnico (b)	Custo (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	1.831,54	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
316	2.757,67	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

5.1.1.1.2. Da energia elétrica

Para a composição do custo com energia elétrica, verificou-se o preço praticado na Malásia, para o consumo (medido em kWh) e a demanda (medida em kW), para consumidores industriais. Esses valores puderam ser obtidos no sítio eletrônico da Energy Commission (EC), da Malásia, agência reguladora responsável sobre o setor elétrico no país. A seguir, apresentam-se os preços verificados, referentes a 1º de janeiro de 2016:

Preço de Energia Elétrica - Malásia

	Demanda	Consumo durante o horário de pico	Consumo fora do horário de pico
Valores em MYR/kW ou MYR/kWh	33,60	0,34	0,20
Paridade (MYR/US$)	4,15	4,15	4,15
Valores em US$/kW ou US$/kWh	8,09	0,08	0,05

Os preços anteriores correspondem à categoria de tarifa **E2 – Special Industrial Tariff**. A indústria doméstica justificou a escolha dessa categoria afirmando que, provavelmente, as empresas malaias "trabalham em tarifas de horário de pico e fora de pico, e considerando que, para uma empresa fazer a opção de ter a instalação com alta voltagem, teria que se tratar de empresa de grande porte, inclusive com subestações internas, brigada de incêndio e maior infra-estrutura, o que não acreditamos que seja o caso das produtoras do produto objeto da investigação".

Em seguida, foram apuradas as quantidades demanda e consumida de energia elétrica pelas peticionárias. Essas quantidades, obtidas a partir das faturas de energia elétrica da Aperam e da Marcegaglia, encontram-se listadas a seguir:

Demanda e Consumo de Energia Elétrica – Aperam

[CONFIDENCIAL]

Demanda e Consumo de Energia Elétrica – Marcegaglia

[CONFIDENCIAL]

No que tange às informações da Aperam, insta mencionar que foram acrescidas aos dados apresentados as quantidades de [CONFIDENCIAL], as quais, embora constassem das faturas de energia elétrica, não haviam sido computadas pela indústria doméstica.

Também foram desconsiderados os dados associados às rubricas [CONFIDENCIAL], constantes das faturas da Aperam. Essas rubricas haviam sido descartadas pela indústria doméstica, para fins de composição do índice técnico, no mês de agosto de 2016, porém haviam sido computadas em setembro de 2016, a título de [CONFIDENCIAL]. Assim, dada a inconsistência no tratamento dos dados e a ausência de informações mais precisas a respeito da sua natureza, optou-se, de modo conservador, por desconsiderá-los, para fins de início da investigação.

Quanto aos dados da Marcegaglia, ressalte-se que foram promovidas alterações nas seguintes quantidades, tendo em vista que divergiam do que constava das faturas de energia elétrica apresentadas: a) [CONFIDENCIAL] (diferença de 0,1%); e b) [CONFIDENCIAL] (diferença de 0,1%).

Para todos os dados de demanda e consumo de energia, foram fornecidas cópias das faturas de energia comprobatórias.

De modo a se calcular o índice técnico de demanda de energia elétrica, dividiu-se a quantidade total de kW demandados pela Aperam e pela Marcegaglia pelo volume total de produção, em toneladas, reportado pelas duas empresas, de outubro de 2015 a setembro de 2016, considerando não apenas o produto similar doméstico, mas também os demais produtos por elas fabricados. Observe-se que, embora [CONFIDENCIAL], não foi necessário realizar qualquer rateio da quantidade produzida para o cálculo do índice técnico da demanda, uma vez que as tarifas de energia disponíveis na Malásia não possuem tal distinção.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do índice técnico da demanda de energia elétrica.

Índice Técnico – Demanda de Energia Elétrica

[CONFIDENCIAL]

No caso do índice técnico de consumo de energia elétrica, tendo em vista que, na Malásia, há tarifas diferenciadas de acordo com o horário em que este se dá, foi necessário ratear a quantidade produzida pela indústria doméstica no horário de pico e fora do horário de pico, possibilitando, assim, a apuração de um índice técnico para cada período. Para tanto, considerou-se, conforme sugerido pelas peticionárias, que 3/16 da produção ocorreu no horário de pico, enquanto 13/16 ocorreu fora do horário de pico. Essa metodologia foi justificada pelas peticionárias pelo fato de o horário de pico utilizado para fins de tarifação de energia elétrica compreender o período de três horas. Ademais, levou-se em consideração um regime de produção em dois turnos (16 horas).

As tabelas a seguir apresentam os cálculos dos índices técnicos de consumo de energia elétrica.

Índice Técnico – Consumo de Energia Elétrica durante o Horário de Pico

[CONFIDENCIAL]

Índice Técnico – Consumo de Energia Elétrica fora do Horário de Pico

[CONFIDENCIAL]

Levando-se em conta o consumo e a demanda da indústria doméstica, assim como os preços praticados na Malásia, apuraram-se os seguintes custos com energia elétrica:

Custo com Energia Elétrica

	Preço (em US$/kW ou US$/kWh) (a)	**Índice técnico (b)**	**Custo (em US$/t) (c) = (a) x (b)**
Demanda	8,09	[CONFID.]	[CONFID.]
Consumo durante o horário de pico	0,08	[CONFID.]	[CONFID.]
Consumo fora do horário de pico	0,05	[CONFID.]	[CONFID.]
Total			[CONFID.]

5.1.1.1.3. Da mão de obra

Para o cálculo do custo com mão de obra na Malásia, incorrido na produção de tubos de aço inoxidável, verificou-se, em primeiro lugar, os salários médios praticados no setor industrial do país, conforme divulgado pelo sítio eletrônico do **Trading Economics**. A tabela a seguir apresenta os dados disponibilizados.

Salários Médios na Malásia

Mês de referência	**Salário médio mensal (MYR)**
out/15	3.055,40
nov/15	3.047,20
dez/15	3.260,70
jan/16	3.251,00
fev/16	3.210,00
mar/16	3.204,10
abr/16	3.142,10
mai/16	3.058,40
jun/16	3.181,60
jul/16	3.162,70
ago/16	3.191,20
set/16	3.251,80
Média	**3.168,02**

O valor médio mensal de salário no período analisado foi convertido para dólares estadunidenses pela paridade média mencionada no item 5 (MYR 4,15), alcançando-se o montante de US$ 762,56.

Para calcular o valor do salário por horas, considerou-se uma jornada de trabalho de 44 horas semanais e, ainda, que cada mês possui, em média, 4,2 semanas (30/7), resultando num total de 184,8 horas por mês.

Dividindo-se o salário mensal computado (US$ 762,56) pela quantidade média de horas por mês (184,8), alcançou-se o salário de US$ 4,13/h.

Para o índice técnico da mão de obra, ou seja, a quantidade de horas de trabalho necessárias para a produção de uma tonelada do produto objeto da investigação/similar, calculou-se a quantidade do produto similar produzida, de outubro de 2015 a setembro de 2016, por cada empregado da indústria doméstica. Em seguida, a partir do número de horas de trabalho contidas no período de um ano, verificou-se a quantidade de horas de trabalho necessárias para a produção de cada tonelada. A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados:

Índice Técnico – Mão de Obra

Volume de produção de tubos (t) (a)	[CONFID.]
Número de empregados (produção direta) (b)	[CONFID.]
Número de empregados (produção indireta) (c)	[CONFID.]
Número total de empregados na produção (d) = (a) + (b)	[CONFID.]
Volume de produção de tubos (t)/empregado (e) = (a) / (d)	[CONFID.]
Número de horas de trabalho por semana (f)	44
Número de semanas por mês (g)	4,2
Número de meses por ano (h)	12
Número de horas de trabalho por ano por empregado (i) = (f) x (g) x (h)	2.217,6
Quantidade de horas necessárias para a produção de 1t de tubo (j) = (i) / (e)	[CONFID.]

Dessa forma, o custo com mão de obra para a produção de 1 tonelada do produto objeto da investigação/similar na Malásia correspondeu à multiplicação do salário médio por hora no país (US$ 4,13) pelo índice técnico da indústria doméstica ([CONFIDENCIAL] h/t), correspondendo a US$ [CONFIDENCIAL]/t.

5.1.1.1.4. Dos insumos, da manutenção e dos outros custos fixos

O cálculo do custo com insumos, da manutenção e outros custos fixos foi realizado a partir da estrutura de custos da indústria doméstica. Verificou-se o percentual de representatividade de cada uma dessas rubricas no custo com matéria-prima da indústria doméstica. Esse percentual foi aplicado ao custo com matéria-prima na Malásia (considerando a média dos aços de graus 304 e 316), para a produção dos tubos de aço inoxidável, apresentado no item 5.1.1.1.

No caso da Marcegalia, dada a dificuldade de apuração de dados de custos de produção da empresa, utilizou-se sua estrutura de CPV, detalhada por rubrica.

As tabelas a seguir detalham os valores alcançados.

Percentuais de Representatividade dos Insumos, da Manutenção e dos Outros Custos Fixos no Custo com Matéria-Prima – Indústria Doméstica

[CONFIDENCIAL]

Custos com Insumos, Manutenção e Outros Custos Fixos na Malásia

[CONFIDENCIAL]

5.1.1.1.5. Da depreciação, das despesas administrativas, das despesas comerciais, das despesas financeiras e do lucro.

No caso da depreciação, das despesas administrativas, das despesas comerciais, das despesas financeiras e do lucro, foram considerados os dados apresentados no balanço anual de 2014 da empresa K Seng Seng Corporation Berhad, da Malásia, produtora de tubos de aço inoxidável.

Segundo as peticionárias, a escolha se justificou pelo fato de que, ao pesquisar pelos produtores conhecidos das origens investigadas, ou não estavam disponíveis as demonstrações financeiras das empresas, ou estavam excessivamente defasadas. Dessa forma, consideraram-se os dados desta empresa como representativos das demais produtoras/exportadoras de seu país.

Os percentuais correspondentes a cada uma dessas rubricas foram obtidos por meio da divisão de seus valores pelo valor do CPV da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Percentuais de Despesas e Lucro – Empresa K Seng Seng

	Valores (MYR)	**Percentuais (%)**
CPV	79.828.059,00	100,0
Depreciação	2.004.597,00	2,5
Despesas administrativas	6.757.200,00	8,5
Despesas comerciais	2.322.226,00	2,9
Despesas financeiras	1.529.103,00	1,9
Lucro	8.138.205,00	10,2

O valor do lucro na tabela anterior foi calculado por meio da dedução dos seguintes valores da receita operacional auferida pela empresa: CPV, despesas comerciais, despesas administrativas e despesas financeiras.

Pelos motivos já explicados no item 5.1.1, as outras despesas/receitas operacionais não foram levadas em consideração.

Ademais, não consta da demonstração da mencionada empresa a existência de receita financeira.

Após a obtenção dos percentuais anteriores, estes foram aplicados ao custo de produção na Malásia.

A depreciação foi aplicada ao custo de produção, anteriormente ao seu próprio cômputo, conforme demonstrado a seguir:

Depreciação e Custo após a Depreciação na Malásia (em US$/t)

[CONFIDENCIAL]

Já os percentuais das demais despesas e do lucro foram aplicados ao custo após a depreciação. Veja-se:

Despesas Operacionais e Lucro na Malásia (US$/t)

	Percentuais (%)	**Aço grau 304**	**Aço grau 316**
Custo após a depreciação	100,0	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas comerciais	2,9	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas administrativas	8,5	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas financeiras	1,9	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Lucro	10,2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

5.1.1.1.6. Do valor normal construído

Por fim, considerando os valores apresentados no item precedente, calculou-se o seguinte valor normal construído para a Malásia, por meio da soma do custo após a depreciação, as despesas operacionais e o lucro:

Valor Normal Construído na Malásia (US$/t)

[CONFIDENCIAL]

De acordo com os dados de importações fornecidos pela RFB, [CONFIDENCIAL]% do produto objeto da investigação importado da Malásia, de outubro de 2015 a setembro de 2016, corresponderam a tubos de aço inoxidável de grau 304. Já o restante ([CONFIDENCIAL]%) foi representado por tubos de aço do grau 316.

Ponderando-se os valores normais construídos para cada tipo de aço por esses percentuais, obtém-se o valor normal construído para a Malásia de US$ **3.517,31**/t (três mil, quinhentos e dezessete dólares estadunidenses e trinta e um centavos por tonelada), na condição **delivered**. Considerou-se, para fins de início da investigação, que o valor normal construído se encontra nessa condição, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado malaio. Ademais, essa opção revela-se mais conservadora, dado que prescinde da soma de valor de frete, resultando em valor normal menor.

5.1.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto investigado.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de aço inoxidável da Malásia para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, de outubro de 2015 a setembro de 2016. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme definição constante do item 3.1.

Obteve-se o preço de exportação apurado para a Malásia de **US$ 2.781,65/t** (dois mil, setecentos e oitenta e um dólares estadunidenses e sessenta e cinco centavos por tonelada), na condição FOB, cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

5.1.1.3. Da margem de dumping

Para fins de início da investigação, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável com o valor normal na condição **delivered**, uma vez que este inclui frete até o cliente, e aquele, frete até o porto de embarque.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a Malásia.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	**Preço de Exportação (US$/t)**	**Margem de Dumping Absoluta (US$/t)**	**Margem de Dumping Relativa (%)**
3.517,31	2.781,65	735,66	26,4

5.1.2. Da Tailândia

5.1.2.1. Do valor normal

Para fins de início da investigação, optou-se por apurar o valor normal construído na Tailândia. Isso porque não se dispõe de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. Além disso, o valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal da Tailândia, para fins de início da investigação, foi construído a partir da mesma metodologia utilizada para a Malásia. Inclusive, para fins de início da investigação, não foram consideradas as outras despesas e receitas operacionais. Tais despesas e receitas encontram-se disponíveis na demonstração financeira da empresa Lohakit Metal Public Company Limited (que foi utilizada como base para a obtenção dos percentuais relativos às despesas operacionais e à margem de lucro, conforme será detalhado mais adiante), mas não se dispõe de detalhamento suficiente dos tipos de despesas e receitas, assim como dos respectivos valores, que compõem essas outras despesas/receitas operacionais. Sua desconsideração evita distorções no valor normal ocasionadas por gastos alheios ao objeto social da empresa.

5.1.2.1.1. Da matéria-prima

Para o cálculo do custo com matéria-prima no mercado interno da Tailândia, utilizou-se a mesma metodologia descrita no item 5.1.1.1.

Também para o mercado da Tailândia, segundo as peticionárias, não há fontes de informação que apresentem os preços das bobinas laminadas a quente. Ainda que estejam disponíveis estatísticas de importação das bobinas neste país, tais estatísticas não são desagregadas por tipo de aço. Dessa forma, a utilização desta fonte de informação poderia estar sujeita a grandes distorções, conforme a composição dos graus diversos de aços inoxidáveis importados em tal país.

A tabela a seguir demonstra os custos com bobinas de aço inoxidável para a produção de uma tonelada do produto objeto da investigação/similar na Tailândia:

Grau do aço	Preço médio da bobina (US$/t) (a)	Índice técnico (b)	Custo (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	1.831,54	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
316	2.757,67	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

5.1.2.1.2. Da energia elétrica

Para a composição do custo com energia elétrica, verificou-se o preço praticado na Tailândia, para o consumo (medido em kWh) e a demanda (medida em kW), para grandes serviços gerais. Esses valores puderam ser obtidos por meio de publicação, referente ao ano de 2014, no sítio eletrônico da Embaixada da Tailândia em Abu Dhabi. A seguir, apresentam-se os preços verificados:

Preço de Energia Elétrica - Tailândia

	Demanda	Consumo durante o horário de pico	Consumo fora do horário de pico
Valores em US$/kW ou US$/kWh	6,56	0,12	0,07

Os preços correspondem à categoria de tarifa **Large General Services**, para voltagens inferiores a 22kV. A indústria doméstica justificou a escolha dessa categoria afirmando que, provavelmente, as empresas tailandesas "trabalham em tarifas de horário de pico e fora de pico, e considerando que, para uma empresa fazer a opção de ter a instalação com níveis de tensão acima de 22kV, teria que se tratar de empresa de grande porte, inclusive com subestações internas, brigada de incêndio e maior infraestrutura, o que não acreditamos que seja o caso das produtoras do produto objeto da investigação".

Em seguida, foram calculados os índices técnicos de demanda de energia elétrica e de consumo, este último durante o horário de pico e fora do horário de pico, a partir dos dados das faturas de energia da Aperam e da Marcegaglia. Para tanto, foi adotada a mesma metodologia descrita no item 5.1.1.2, tendo, portanto, sido alcançados os mesmos resultados.

Levando-se em conta o consumo e a demanda da indústria doméstica, assim como os preços praticados na Tailândia, apuraram-se os seguintes custos com energia elétrica:

Custo com Energia Elétrica

	Preço (em US$/kW ou US$/kWh) (a)	Índice técnico (b)	Custo (em US$/t) (c) = (a) x (b)
Demanda	6,56	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Consumo durante o horário de pico	0,12	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Consumo fora do horário de pico	0,07	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Total			[CONFIDENCIAL]

5.1.2.1.3. Da mão de obra

Para o cálculo do custo com mão de obra na Tailândia, incorrido na produção de tubos de aço inoxidável, verificou-se, em primeiro lugar, os salários médios praticados no setor industrial do país, conforme divulgado pelo sítio eletrônico do Trading Economics. A fonte em questão apresenta os dados em bases trimestrais. Assim, calculou-se a média dos salários disponíveis para o período compreendido entre outubro de 2015 e setembro de 2016.

Vale ressaltar que, conforme constava do sítio eletrônico sob comento quando da data se seu último acesso (7 de abril de 2017), os dados disponibilizados haviam sido atualizados até abril de 2017. Assim, os salários considerados para o cálculo do valor normal divergem daqueles apresentados anteriormente pelas peticionárias, os quais estavam atualizados até novembro de 2016.

A tabela a seguir apresenta os dados disponibilizados, conforme acesso em 7 de abril de 2017.

Salários Médios na Tailândia

Mês de referência	Salário médio mensal (THB)
out/15	12.307,26
jan/16	12.560,63
abr/16	12.274,31
jul/16	12.372,96
Média	**12.378,79**

O valor médio mensal de salário no período analisado foi convertido para dólares estadunidenses pela paridade média mencionada no item 5 (THB 35,41), alcançando-se o montante de US$ 349,60.

Para calcular o valor do salário por horas, considerou-se uma jornada de trabalho de 44 horas semanais e, ainda, que cada mês possui, em média, 4,2 semanas (30/7), resultando num total de 184,8 horas por mês.

Dessa forma, dividindo-se o salário mensal computado (US$ 349,60) pela quantidade média de horas por mês (184,8), alcançou-se o salário de US$ 1,89/h.

Quanto ao índice técnico da mão de obra, utilizou-se o mesmo valor calculado no item 5.1.1.3, obtido a partir dos dados de produção e emprego da indústria doméstica. Esse índice alcançou [CONFIDENCIAL] h/t.

Dessa forma, o custo com mão de obra para a produção de 1 tonelada do produto objeto da investigação/similar na Tailândia correspondeu à multiplicação do salário médio por hora no país (US$ 1,89) pelo índice técnico da indústria doméstica ([CONFIDENCIAL] h/t), correspondendo a US$ [CONFIDENCIAL]/t.

5.1.2.1.4. Dos insumos, da manutenção e dos outros custos fixos

O cálculo do custo com insumos, da manutenção e outros custos fixos foi realizado a partir da mesma metodologia e dos mesmos valores já apresentados no item 5.1.1.4, ou seja, com base na estrutura de custos da indústria doméstica. Com efeito, verificou-se o percentual de representatividade de cada uma dessas rubricas no custo com matéria-prima da indústria doméstica. Esse percentual foi, então, aplicado ao custo com matéria-prima no mercado asiático (considerando a média dos aços de graus 304 e 316), o qual foi adotado para a Tailândia, apresentado no item 5.2.1.1.

A tabela a seguir detalha os valores alcançados.

Custos com Insumos, Manutenção e Outros Custos Fixos na Tailândia

[CONFIDENCIAL]

5.1.2.1.5. Da depreciação, das despesas administrativas, das despesas comerciais, das despesas financeiras e do lucro.

No caso da depreciação, das despesas administrativas, das despesas comerciais, das despesas financeiras e do lucro, foram considerados os dados apresentados no relatório anual de 2015 da empresa Lohakit Metal Public Company Limited, da Tailândia, a qual é produtora de tubos de aço inoxidável.

Segundo as peticionárias, a escolha se justificou pelo fato de que, ao pesquisar pelos produtores conhecidos das origens investigadas, ou não estavam disponíveis as demonstrações financeiras das empresas, ou estavam excessivamente defasadas. Dessa forma, consideraram-se os dados desta empresa como representativos das demais produtoras/exportadoras de seu país.

Os percentuais correspondentes a cada uma dessas rubricas foram obtidos por meio da divisão de seus valores pelo valor do CPV da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Percentuais de Despesas e Lucro – Empresa Lohakit

	Valores (THB)	Percentuais (%)
CPV	2.858.659.741,00	100,0
Depreciação	91.621.652,00	3,2
Despesas administrativas	99.323.896,00	3,5
Despesas comerciais	75.202.471,00	2,6
Despesas financeiras	14.912.432,00	0,5
Lucro	128.752.907,00	4,5

Cabe ressaltar que, para o cálculo do lucro, a indústria doméstica havia proposto deduzir as despesas financeiras do lucro denominado "**profit before share of profit from investment in associate, finance cost and income tax expenses**", constante da demonstração de resultado do exercício da Lohakit.

Não obstante, considerou-se inapropriada tal metodologia, uma vez o lucro mencionado incluía receitas oriundas de dividendos, além de outras receitas, não oriundas de vendas de produtos.

Portanto, o valor do lucro na tabela anterior foi calculado por meio da dedução dos seguintes valores da receita com vendas e serviços auferida pela empresa: CPV, despesas comerciais, despesas administrativas e despesas financeiras.

Pelos motivos já explicados no item 5.1.1, as outras despesas/receitas operacionais não foram levadas em consideração.

Ademais, não consta da demonstração da mencionada empresa a existência de receita financeira.

Após a obtenção dos percentuais anteriores, estes foram aplicados ao custo de produção na Tailândia.

A depreciação foi aplicada ao custo de produção, anteriormente ao seu próprio cômputo, conforme demonstrado a seguir:

Depreciação e Custo após a Depreciação na Tailândia (em US$/t)

[CONFIDENCIAL]

Já os percentuais das demais despesas e do lucro foram aplicados ao custo após a depreciação. Veja-se:

Despesas Operacionais e Lucro na Tailândia (US$/t)

	Percentuais (%)	Aço grau 304	Aço grau 316
Custo após a depreciação	100,0	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas comerciais	2,6	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas administrativas	3,5	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas financeiras	0,5	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Lucro	4,5	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

5.1.2.1.6. Do valor normal construído

Por fim, considerando os valores apresentados no item precedente, calculou-se o seguinte valor normal construído para a Tailândia, por meio da soma do custo após a depreciação, as despesas operacionais e o lucro:

Valor Normal Construído na Tailândia (US$/t)

[CONFIDENCIAL]

De acordo com os dados de importações fornecidos pela RFB, [CONFIDENCIAL]% do produto objeto da investigação importado da Tailândia, de outubro de 2015 a setembro de 2016, corresponderam a tubos de aço inoxidável de grau 304. Já o restante ([CONFIDENCIAL]%) foi representado por tubos de aço do grau 316.

Assim, ponderando-se os valores normais construídos para cada tipo de aço por esses percentuais, obtém-se o valor normal construído para a Tailândia de US$ **2.916,66**/t (dois mil,

novecentos e dezesseis dólares estadunidenses e sessenta e seis centavos por tonelada), na condição **delivered**. Considerou-se, para fins de início da investigação, que o valor normal construído se encontra nessa condição, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado malaio. Ademais, essa opção revela-se mais conservadora, dado que prescinde da soma de valor de frete, resultando em valor normal menor.

5.1.2.2. Do preço de exportação

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de aço inoxidável da Tailândia para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de dumping. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme definição constante do item 3.1.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para a Tailândia de **US$ 2.448,25/t** (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito dólares estadunidenses e vinte e cinco centavos por tonelada), na condição FOB.

5.1.2.3. Da margem de dumping

Para fins de início da investigação, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável com o valor normal na condição **delivered**, uma vez que este inclui frete até o cliente, e aquele, frete até o porto de embarque.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a Tailândia.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
2.916,66	2.448,25	468,41	19,1

5.1.3. Do Vietnã

5.1.3.1. Do valor normal

O Vietnã, para fins de defesa comercial, não é considerado um país de economia predominantemente de mercado. Por essa razão, aplica-se, no presente caso, a regra do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, que estabelece que, no caso de país que não seja considerado economia de mercado, o valor normal será determinado com base no preço de venda do produto similar em país substituto, no valor construído do produto similar em um país substituto, no preço de exportação do produto similar de um país substituto para outros países, exceto o Brasil, ou em qualquer outro preço razoável.

Nesse sentido, as peticionárias indicaram o valor normal da Tailândia como alternativa a ser utilizada para apuração do valor normal vietnamita, justificando sua escolha em virtude de o volume de importação do produto objeto da investigação originário da Tailândia ser superior ao volume importado originário da Malásia, ainda que ambos os países apresentem características de desenvolvimento econômico similares. Além disso, afirmaram que a escolha da Tailândia como país substituto do Vietnã seria mais conservadora, tendo em vista que o valor normal construído para aquele país é inferior ao da Malásia.

Considerou-se a escolha apropriada, para fins de início da investigação, tendo em vista que, além dos motivos apontados, o volume de exportação do produto objeto da investigação do Vietnã para o Brasil é mais próximo do exportado pela Tailândia para o Brasil (do mesmo produto) que o exportado da Malásia para o Brasil. Levou-se em conta, ainda, que, consoante reza o § 2º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, "sempre que adequado, recorrer-se-á a país substituto sujeito à mesma investigação".

Cumpre ressaltar que o valor normal construído na Tailândia, para tubos de aço do grau 304, de um lado, e para tubos de aço do grau 316, de outro, foi ponderado de acordo com os respectivos volumes de tubos exportados do Vietnã para o Brasil, de cada tipo de aço.

De outubro de 2015 a setembro de 2016, [CONFIDENCIAL]% do produto objeto da investigação exportado do Vietnã para o Brasil correspondeu a tubos de aço inoxidável do grau 304. O restante ([CONFIDENCIAL]%) foi representado por tubos de aço do grau 316.

Assim, ponderando-se o valor normal construído na Tailândia de acordo com os percentuais mencionados anteriormente, alcançou-se o valor normal construído no Vietnã de US$ **2.829,85**/t (dois mil, oitocentos e vinte e nove dólares estadunidenses e oitenta e cinco centavos por tonelada), na condição **delivered**.

5.1.3.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto investigado.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de aço inoxidável do Vietnã para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, de outubro de 2015 a setembro de 2016. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme definição constante do item 3.1.

Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para o Vietnã de **US$ 2.398,26/t** (dois mil, trezentos e noventa e oito dólares estadunidenses e vinte e seis centavos por tonelada), na condição FOB.

5.1.3.3. Da margem de dumping

Para fins de início da investigação, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável com o valor normal na condição **delivered**, uma vez que este inclui frete até o cliente, e aquele, frete até o porto de embarque.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para o Vietnã.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
2.829,85	2.398,26	431,60	18,0

5.1.4. Da conclusão sobre os indícios de dumping para efeito de início da investigação

As margens de dumping apuradas nos itens 5.1.3, 5.2.3 e 5.3.3 demonstram a existência de indícios da prática de dumping nas exportações de tubos de aço inoxidável objeto da investigação da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil, realizadas no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

5.2. Do dumping para efeito de determinação preliminar

Para fins de determinação preliminar, utilizou-se o mesmo período analisado quando do início da investigação, qual seja, de outubro de 2015 a setembro de 2016, para verificar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã.

Conforme consta dos questionários disponibilizados às partes interessadas, as características utilizadas para conformação do CODIP foram as seguintes: Característica A – Grau do aço, Característica B – Norma do tubo, Característica C – Inspeção por raio x (sim ou não), Característica D – Diâmetro externo, Característica E – Espessura e Característica F – Acabamento superficial.

5.2.1. Da Malásia

5.2.1.1. Do produtor/exportador Pantech

Apresentam-se, nos tópicos subsequentes, o valor normal e preço de exportação do produtor/exportador Pantech, apurados em sede de determinação preliminar, calculados com base na sua resposta ao questionário do produtor/exportador.

Os cálculos desenvolvidos levaram em consideração os CODIPs em que se classificaram os produtos vendidos, assim como a categoria de cliente.

5.2.1.1.1. Do valor normal

O valor normal foi apurado com base nos dados fornecidos pela Pantech, relativos aos preços efetivamente praticados na venda do produto similar destinado ao consumo no mercado interno da Tailândia, consideradas apenas as operações comerciais normais, e aos seus custos de produção.

5.2.1.1.1. Do teste de vendas abaixo do custo

Conforme o estabelecido no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, efetuou-se teste de vendas abaixo do custo. Para tanto, comparou-se o preço de venda do produto similar no mercado malaio, na condição **ex fabrica** com o custo total de produção ajustado.

O custo total ajustado, utilizado no teste de vendas abaixo do custo, correspondeu à soma das seguintes rubricas: custo de manufatura; despesas gerais e administrativas; despesas financeiras; e outras despesas.

No que se refere ao custo de manufatura, pontua-se que a empresa reportou a mão de obra indireta juntamente com as despesas gerais e administrativas, o que resulta em subestimação daquele custo. De posse dos balancetes encaminhados via resposta a pedido de informações complementares, procedeu-se à segregação, dentre as despesas gerais e administrativas, dos valores relativos a mão de obra indireta, de modo a se recalcular o custo de manufatura. Considerou-se, para fins de determinação preliminar, que as rubricas '[CONFIDENCIAL]', '[CONFIDENCIAL]' e '[CONFIDENCIAL]' se referiam a mão de obra indireta. Calculou-se a representatividade destas rubricas, constantes dos balancetes, em relação à receita líquida da empresa, constante do demonstrativo auditado, e o percentual obtido ([CONFIDENCIAL] %) foi multiplicado pela receita de vendas do produto similar. O montante calculado foi alocado, nos dados de custos reportados, à rubrica mão de obra indireta, proporcionalmente ao volume produzido. Em consequência, para fins de obtenção da razão entre as despesas gerais e administrativas e o CPV, foram deduzidos os valores atinentes a mão de obra indireta, além das rubricas "[CONFIDENCIAL]" e "[CONFIDENCIAL]" que, conforme se mencionará a seguir, foram categorizadas como despesas indiretas de vendas.

Na apuração das despesas gerais e administrativas, financeiras e outras, a empresa desatendeu ao que determinam as instruções de preenchimento do questionário do produtor/exportador, segundo as quais os percentuais devem ser calculados pela razão entre as despesas e o CPV, conforme discriminados no demonstrativo financeiro da empresa. Tendo isso em mente, os percentuais mencionados foram recalculados, a partir dos importes constantes dos balancetes apresentados pela Pantech para o período de investigação de dumping. Esses percentuais, que equivaleram a [CONFIDENCIAL] %, [CONFIDENCIAL] % e [CONFIDENCIAL] %, para as despesas gerais, despesas financeiras e outras despesas, respectivamente, foram, então, multiplicados pelo custo de manufatura ajustado.

Assim, na realização do teste de vendas abaixo do custo, utilizou-se o custo total ajustado, incorrido no mês da venda, para a produção de tubos de aço inoxidável categorizadas no CODIP em que se classificou a mercadoria comercializada. Nos casos em que não houve produção de tubos classificados no mesmo CODIP no mês da venda, utilizou-se o custo total ajustado médio dos tubos classificadas no mesmo CODIP, porém produzidos no mês anterior ao da venda. Para vendas de tubos classificadas em CODIPs dos quais não houve produção no mês da venda nem no mês anterior, aplicou-se o custo total ajustado médio do CODIP em P5.

Considerando-se que nem todos os modelos vendidos no mercado interno em P5 foram produzidos em todos os meses do período, utilizou-se, para esses modelos, a média ponderada dos custos das mercadorias classificadas no grupo de CODIPs mais próximo, respeitada a ordem de prioridade evidenciada anteriormente (produção no mês da venda, produção no mês anterior e, finalmente, média de P5).

Já o preço **ex fabrica** empregado no teste consistiu no preço bruto de venda reportado, acrescido de receita de juros e deduzido das rubricas arroladas a seguir: despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para os clientes, seguro interno, taxa de manuseio); custo financeiro; despesa de manutenção de estoque; e despesas indiretas de venda.

Não foram reportados custos de embalagem.

Foram reportadas vendas a [CONFIDENCIAL].

A empresa explicou que tanto o frete interno quanto o seguro interno foram calculados com base no volume transportado por remessa. O frete interno não havia sido reportado para algumas transações, a despeito de os termos de venda serem CIP ou CIF. A rubrica foi ajustada, de modo que se alocou às vendas sem frete interno reportado um valor unitário calculado com base na média ponderada dos valores apresentados. O mesmo se procedeu relativamente às vendas CIP reportadas sem valor respectivo de seguro interno.

Para apuração do custo financeiro, a empresa valeu-se das seguintes equações, a depender se houve ou não atraso no pagamento:

- Custo financeiro unitário = (preço unitário bruto da operação) x (taxa de juros "em conta corrente") x (número de dias entre embarque e pagamento) ÷ 365, no caso de o pagamento ter ocorrido até a data acordada conforme condição de pagamento;

- Custo financeiro unitário = (preço unitário bruto da operação) x (taxa de juros "em conta corrente") x (número de dias equivalente à condição de pagamento) ÷ 365, no caso de o pagamento ter ocorrido com atraso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Utilizou-se taxa anual de [CONFIDENCIAL]% ou [CONFIDENCIAL]%, conforme a venda tenha ocorrido de outubro de 2015 até julho de 2016 ou entre agosto e setembro de 2016, respectivamente. Considerou-se que a taxa de juros empregada no cálculo não foi adequadamente demonstrada, vez que careceu de indicação de sua fonte/metodologia de apuração, a despeito de essa explanação ter sido solicitada via pedido de informações complementares. No que concerne às equações de que a empresa se valeu para a apuração do custo financeiro, verificou-se que a exportadora desconsiderou os dias de atraso no pagamento, além de não ter apresentado documentação comprobatória relativa a todos os empréstimos de curto prazo mantidos pela empresa ao longo de P5, sejam em moeda nacional, sejam em moeda estrangeira, bem como os respectivos juros devidos/pagos, taxas de juros e prazos para pagamento.

Deve-se pontuar que, para fins de ajuste nesta determinação preliminar, considerou-se data do embarque da mercadoria igual à data da fatura, nos casos em que não se reportou data de embarque, e, no caso de transações reportadas sem a respectiva data de pagamento, considerou-se esta como sendo a data de protocolo da resposta ao questionário.

Dessa forma, procedeu-se ao recálculo do custo de oportunidade em epígrafe, utilizando-se, desta feita, taxa de juros média calculada com base nos percentuais anuais, divulgados em bases mensais pelo **Bank Negara Malaysia – Central Bank of Malaysia**, para o período de outubro de 2015 a setembro de 2016. O resultado alcançado apontou taxa de juros anual de 3,19%. Esse percentual foi utilizado no cálculo do custo financeiro e da despesa de manutenção de estoque, tanto nas vendas para o mercado doméstico malaio quanto nas exportações para o Brasil. O prazo para pagamento correspondeu à diferença entre a data do recebimento do pagamento e a data de embarque.

Com relação à receita de juros, a empresa valeu-se da seguinte equação:

- Receita de juros unitária = (preço unitário bruto da operação) x (taxa de juros "em conta corrente") x (número de dias de atraso de pagamento, conforme condição acordada) ÷ 365.

A taxa de juros em referência, de 2,8% ou 2,6%, conforme a venda tenha ocorrido de outubro de 2015 até julho de 2016 ou entre agosto e setembro de 2016, respectivamente, conforme já mencionado, também foi objeto de ajuste, dado ter se mostrado inadequada. Refez-se o cálculo com utilização da taxa de juros anual de 3,19%, apurada conforme dados do **Bank Negara Malaysia – Central Bank of Malaysia**.

A despesa de manutenção de estoque, por sua vez, não foi reportada pela empresa, a despeito de ter sido solicitada sua apuração via pedido de informações complementares. Para fins de determinação preliminar, considerando que a supramencionada despesa reflete o custo de oportunidade incorrido ao se optar por manter ativo (mercadorias) estocado, com expectativa de obtenção futura de lucro, em detrimento das demais opções de exploração econômica do patrimônio, verifica-se que seu cálculo é relevante para fins de apuração da margem de dumping e deve tomar por base o valor de ativo mantido em estoque, o qual é mensurado por meio do custo de manufatura (líquido de qualquer despesa operacional).

Em decorrência, calculou-se o custo de oportunidade em menção por meio da seguinte equação matemática:

- Despesa de manutenção de estoque unitária = (custo unitário de manufatura ajustado) x (taxa de juros anual de curto prazo) x (prazo de giro de estoque em dias) ÷ 365

Utilizou-se como base de cálculo o custo de manufatura médio de tubos classificados no mesmo CODIP daquelas vendidas, apurado para o mês da venda, ajustado conforme se descreveu anteriormente.

Cabe, aqui, mencionar que, nos casos em que não houve, no mês da venda, produção de tubos classificados no mesmo CODIP, utilizou-se, para apuração da despesa de manutenção de estoque, os mesmos critérios já apontados anteriormente.

Ademais, também se utilizou, para o cálculo da despesa de manutenção de estoque, taxa de juros de 3,19%, apurada conforme dados do **Bank Negara Malaysia – Central Bank of Malaysia**.

O prazo médio de giro de estoque foi obtido a partir da fórmula:

- Giro de estoque = (volume médio em estoque) ÷ (volume diário de vendas)

O volume médio em estoque foi calculado por meio da divisão do volume de estoque final de P5 por 12 meses. Já o volume diário de vendas resultou da razão entre o volume total de produto objeto da investigação/similar malaio vendido (considerando-se vendas no mercado interno, para o Brasil e para terceiros países) no período de investigação de dumping por 365. O prazo médio de giro de estoque apurado equivaleu a [CONFIDENCIAL] dias. Esse prazo foi utilizado para o cálculo da despesa de manutenção tanto nas vendas para o mercado malaio quanto, posteriormente, nas exportações para o Brasil (para comparação entre o valor normal e o preço de exportação).

Não foram reportadas despesas indiretas de venda. Em resposta ao pedido de informações complementares, a empresa relatou, acerca dessas despesas, que estariam contempladas nas despesas gerais e administrativas: "**[...] The company does not have a separate sales office for pipes and fittings sales. Therefore, it is not possible to breakdown the salaries. The allocation method used currently is the sales value of products under investigation / total sales x total administrative and general expenses**". Ocorre que essas despesas, por definição, carecem da possibilidade de apropriação direta a produtos e mercados, de modo que se faz necessária sua estimativa, geralmente via rateio, para fins de sua alocação. Assim, a partir do balancete, apurou-se a representatividade, em termos de receita líquida, dos valores referentes às rubricas de despesas de venda e distribuição que não haviam sido consideradas na composição dos dados de vendas, quais sejam "[CONFIDENCIAL]" e "[CONFIDENCIAL]". O somatório dessas despesas foi dividido pela receita líquida constante das demonstrações auditadas, que diferiam em 1,1% a mais daquela apresentada no balancete. O percentual, equivalente a [CONFIDENCIAL]%, foi aplicado ao preço de venda para fins de obtenção das despesas indiretas de venda.

Cumpre notar que, relativamente às vendas no mercado interno, foram reportadas notas de crédito, relativas à comercialização de tubos. A exportadora fez a correlação entre essas notas e as respectivas operações de vendas, e, nos [CONFIDENCIAL] casos em que essa correlação não era possível (dado a operação de venda ou a nota de crédito respectiva estarem fora de P5), os volumes e valores constantes dessas notas foram alocados proporcionalmente ao volume e valor de cada venda para o mesmo cliente, do mesmo CODIP, no período.

Considerando todo o período de investigação de dumping e os ajustes mencionados anteriormente, verificou-se que [CONFIDENCIAL] t do produto similar foram vendidas no mercado interno da Malásia a preços inferiores ao custo unitário mensal. Esse volume representou [CONFIDENCIAL]% do volume total de vendas de fabricação própria, [CONFIDENCIAL] t.

Assim, o volume de vendas abaixo do custo unitário, considerada a totalidade dos modelos de tubos de aço inoxidável, representou proporção superior a 20% do volume vendido nas transações consideradas para a determinação do valor normal, o que, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, o caracteriza como quantidade substancial.

Ademais, constatou-se que houve vendas nessas condições durante todo o período da investigação, ou seja, em um período de 12 meses, caracterizando as vendas como tendo sido realizadas no decorrer de um período razoável de tempo, nos termos do inciso I do § 2º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Posteriormente, apurou-se que, do volume total de vendas abaixo do custo, [CONFIDENCIAL] t ([CONFIDENCIAL]%) superaram, no momento da venda, o custo unitário médio ponderado obtido no período da investigação, considerado para efeitos do inciso I do § 2º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, como período razoável, possibilitando eliminar os efeitos de eventuais sazonalidades na produção ou no consumo do produto. Essas vendas, portanto, foram consideradas na determinação do valor normal.

O volume restante, de [CONFIDENCIAL] t, foi considerado como tendo sido vendido a preços que não permitiram cobrir todos os custos dentro de um período razoável, conforme disposto no inciso III do § 2º art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Assim, do volume total de vendas do produto similar no mercado interno da Tailândia, [CONFIDENCIAL] t foram considerados como associados a operações comerciais normais por motivo de comparação entre o preço de venda e o custo de produção. Ressalte-se, conforme demonstrado no item seguinte, que nenhuma dessas operações foi considerada anormal e, portanto, desconsiderada da apuração do valor normal, por motivo diverso (transação entre partes relacionadas), nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.1.1.1.2. Do teste de vendas para partes relacionadas

Conforme o estabelecido no § 6º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, as transações entre partes associadas ou relacionadas serão consideradas operações comerciais normais se o preço médio ponderado de venda da parte interessada para sua parte associada ou relacionada não for superior ou inferior a no máximo três por cento do preço médio ponderado de venda da parte interessada para todas as partes que não tenham tais vínculos entre si.

Assim, a fim de verificar se as vendas no mercado interno malaio para partes relacionadas se qualificaram ou não como operações comerciais normais, para fins de apuração do valor normal, realizou-se teste de vendas para partes relacionadas. Para tanto, comparou-se o preço de vendas para partes relacionadas, no mesmo nível de comércio daquele utilizado para o teste de vendas abaixo do custo, com o preço para cliente não relacionados, na mesma condição.

O teste levou em consideração o binômio CODIP – categoria de cliente em que se classificaram as operações comerciais. As diferenças apuradas para cada binômio foram, ao final, ponderadas pelos respectivos volumes de vendas para partes relacionadas, alcançando-se, assim, uma diferença média ponderada. Esta foi, então, dividida pelo preço médio de vendas para partes relacionadas, encontrando-se o percentual de diferença médio.

Considerando todo o período de análise de dumping, verificou-se que, em média, o preço de venda para partes relacionadas foi [CONFIDENCIAL] % maior do que aquele praticado para partes não relacionadas. Assim, em módulo, esse percentual superou a proporção de 3%, prevista no já mencionado § 6º, do art. 14 do Regulamento Brasileiro.

Dessa forma, as operações de vendas para partes relacionadas foram consideradas operações comerciais normais e, portanto, mantidas na base de dados para fins de cálculo do valor normal.

5.2.1.1.1.3. Do teste de quantidade suficiente

Em atenção ao art. 13 do Decreto nº 8.058, de 2013, buscou-se averiguar se o volume de vendas no mercado interno de cada modelo/categoria de cliente representou quantidade suficiente para apuração do valor normal.

Em P5, foram realizadas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável classificadas nos seguintes CODIPs, [CONFIDENCIAL]: [CONFIDENCIAL].

A seguir, encontram-se especificadas as representatividades das vendas no mercado doméstico da Malásia (considerando apenas as operações comerciais normais) em relação às exportações para o Brasil, daqueles CODIPs cujo volume de venda no mercado interno constituiu quantidade suficiente para fins de apuração do valor normal, qual seja, 5% ou mais do volume exportado ao Brasil: [CONFIDENCIAL]

Para os demais modelos ([CONFIDENCIAL]), o volume de vendas em operações comerciais normais destinadas ao mercado malaio representou quantidade insuficiente para a determinação do valor normal.

5.2.1.1.1.4. Da apuração do valor normal

Como demonstrado no tópico anterior, para os modelos exportados para o Brasil em P5, houve CODIPs cujo volume de vendas no mercado interno malaio, em condições comerciais normais, mostrou-se suficiente para apuração do valor normal, o que não ocorreu para outros CODIPs. Nestes casos, a apuração do valor normal se deu com base no preço construído, a partir dos custos de produção.

No entanto, conforme será demonstrado adiante, reputou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais, haja vista a existência de concentração das exportações em mês específico de P5 a preços inferiores à média.

Assim, para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado interno malaio no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base nas vendas realizadas no mercado da Tailândia, em operações comerciais normais. Já para os binômios que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base no preço construído, a partir dos custos de produção.

5.2.1.1.1.4.1. Da apuração com base nas vendas no mercado malaio

Para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado malaio no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, calcularam-se os preços líquidos **ex fabrica** das vendas no mercado da origem exportadora (realizadas em condições normais). Esses preços corresponderam aos preços brutos de venda, com acréscimo da receita de juros e deduzidos das seguintes rubricas: despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para os clientes, seguro interno, taxa de manuseio); custo financeiro; despesa de manutenção de estoque.

A receita de juros, o custo financeiro e a despesa de manutenção de estoque foram apurados conforme descrito no tópico 5.2.1.1.1.1, assim como foram ajustados os valores reportados a título de frete e seguro internos, cuja descrição consta deste mesmo tópico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Como se denota, visando a garantir a justa comparação a que alude o art. 2.4 do Acordo Antidumping e o art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, optou-se, para fins do cálculo em epígrafe, por se deduzir do preço bruto, dentre as despesas de venda, apenas as diretas.

Como será visto adiante, o preço de exportação utilizado para o cálculo da margem de dumping também se encontra líquido das despesas de venda classificadas como diretas, quais sejam: frete interno, da unidade de produção/local de armazenagem para o porto de embarque, manuseio de carga e corretagem, frete internacional e outras despesas diretas de venda. Isso porque, não podendo ser diretamente atribuídas a mercados, as despesas indiretas de venda não têm o condão de afetar a comparabilidade entre o valor normal e o preço de exportação, não devendo, portanto, ser deduzidas dos preços praticados.

Para a conversão de valores, de Ringgit malaio (MYR) para dólares estadunidenses (US$), utilizou-se a taxa de câmbio vigente no dia da venda, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.1.1.1.4.2. Da apuração com base no custo de produção

Para o cálculo do valor normal construído (para os binômios CODIP-categoria de cliente que não foram vendidos no mercado malaio no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil), adicionaram-se, primeiramente, ao custo de manufatura de cada mês de P5 as seguintes despesas, alcançando-se, dessa forma, o custo total de produção: gerais e administrativas; e financeiras.

Conforme descrito no item 5.2.1.1.1.1, essas despesas, bem como o custo de manufatura, foram objeto de ajustes.

Ao custo total de produção, assim apurado, somou-se a margem de lucro calculada para o período, por meio da aplicação da seguinte equação:

- Valor normal construído = (custo total de produção) ÷ (1 – margem de lucro)

A margem de lucro utilizada foi obtida a partir dos dados relativos ao custo de produção e às vendas de tubos de aço inoxidável destinadas ao mercado malaio, considerando-se apenas as operações comerciais normais. Com efeito, do faturamento total bruto obtido com as vendas do produto similar no mercado da Malásia, adicionou-se a receita de juros e foram deduzidos os seguintes montantes, alcançando-se a receita líquida do período: despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para os clientes, seguro interno, taxa de manuseio); custo financeiro; despesa de manutenção de estoque.

Desse importe foi subtraído o custo total de produção, resultando no lucro total auferido, que representou [CONFIDENCIAL] % da receita líquida. Ressalte-se que, no cálculo da margem de lucro, foram desconsideradas as vendas abaixo do custo que não permitiram recuperação dentro de um período razoável de tempo, nos termos dos §§ 1º, 2º e 4º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013 e as vendas para partes relacionadas, em atenção aos §§ 5º e 6º do art. 14 do mesmo diploma normativo.

Para a conversão de valores, de MYR para US$, utilizou-se a taxa de câmbio média do mês da produção, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.1.1.1.4.3. Do valor normal médio ponderado

Considerando as metodologias acima detalhadas, apurou-se valor normal médio para a Pantech, com base na média ponderada dos valores encontrados para os CODIPs exportados para o Brasil em P5, [CONFIDENCIAL]. Utilizaram-se, como fator de ponderação, os volumes de cada CODIP exportados para o Brasil pela empresa em cada mês de P5.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado da Pantech, na condição **ex fabrica**, alcançou **US$ 2.383,66/t** (dois mil, trezentos e oitenta e três dólares estadunidenses e sessenta e seis centavos por tonelada).

5.2.1.1.2. Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela Pantech, relativos aos preços efetivos de venda do produto objeto da investigação ao mercado brasileiro.

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, foi calculado na condição **ex fabrica**.

Inicialmente, ressalta-se que as notas de crédito reportadas pela empresa se referiam a vendas realizadas em P4 para cliente específico, não tendo sido realizadas outras vendas para este em P5. A empresa listou essas vendas, que foram objeto de nota de crédito posteriormente, de modo que se verificou a compensação das operações, em termos de volume. O saldo dessas notas foi alocado às operações remanescentes, proporcionalmente ao valor.

Menciona-se que as informações relativas ao preço de exportação foram reportadas em moeda local, inclusive frete internacional.

Dos valores obtidos com as vendas do produto investigado ao mercado brasileiro, foram deduzidos os montantes referentes às seguintes rubricas: despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para o porto de embarque, seguro interno, manuseio de carga e corretagem, frete internacional); custo financeiro; despesa de manutenção de estoque.

Todos os valores, reportados em MYR, foram convertidos para US$ por meio da taxa de câmbio oficial, publicada pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data da venda, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Consoante informado no item 5.2.1.1.1.1, as despesas indiretas de venda não foram deduzidas da receita obtida com as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil.

Para apuração do preço **ex fabrica**, as despesas diretas de venda, quando cabíveis ajustes, o custo financeiro e a despesa de manutenção de estoque da empresa foram calculados com base na mesma metodologia empregada nas vendas destinadas ao mercado malaio, apresentada no item 5.2.1.1.1.1.

Considerando o exposto, o preço de exportação médio ponderado da Pantech, na condição **ex fabrica**, alcançou **US$ 2.071,48/t** (dois mil e setenta e um dólares estadunidenses e quarenta e oito centavos por tonelada).

5.2.1.1.3. Da margem de dumping

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos na condição **ex fabrica** em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro. A comparação levou em consideração o CODIP em que se classificaram os tubos vendidos/produzidos e a categoria de cliente.

Ademais, observou-se significativa concentração de exportações em mês específico de P5, a preços, aliás, inferiores à média do período. Com efeito, somente em [CONFIDENCIAL], a Pantech realizou [CONFIDENCIAL] % de suas exportações do produto objeto da investigação para o Brasil em P5. Em virtude disso, julgou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais.

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de **US$ 312,18/t** (trezentos e doze dólares estadunidenses e dezoito centavos por tonelada) nas exportações da Pantech para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de **15,1**%.

5.2.2. Da Tailândia

5.2.2.1. Do produtor/exportador TGPRO

Apresentam-se, nos tópicos subsequentes, o valor normal e preço de exportação do produtor/exportador TGPRO, apurados em sede de determinação preliminar, calculados com base na sua resposta ao questionário do produtor/exportador.

Os cálculos desenvolvidos levaram em consideração os CODIPs em que se classificaram os produtos vendidos, assim como a categoria de cliente. Mencione-se que se consideraram equivalentes as categorias de cliente [CONFIDENCIAL].

5.2.2.1.1. Do valor normal

O valor normal foi apurado com base nos dados fornecidos pela TGPRO, relativos aos preços efetivamente praticados na venda do produto similar destinado ao consumo no mercado interno da Tailândia, consideradas apenas as operações comerciais normais, e aos seus custos de produção.

5.2.2.1.1.1. Do teste de vendas abaixo do custo

Conforme o estabelecido no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, efetuou-se teste de vendas abaixo do custo. Para tanto, comparou-se o preço de venda do produto similar no mercado tailandês, na condição **ex fabrica** com o custo total de produção ajustado.

O custo total ajustado, utilizado no teste de vendas abaixo do custo, correspondeu à soma das seguintes rubricas: custo de manufatura; despesas gerais e administrativas; e despesas financeiras.

Na apuração das despesas gerais e administrativas e das financeiras, a empresa calculou percentuais com base em relação de rubricas e valores de receitas e despesas, as quais foram classificadas nas seguintes categorias: [CONFIDENCIAL]. O percentual atribuído às despesas gerais e administrativas ([CONFIDENCIAL] %) correspondeu à divisão dos valores classificados na categoria [CONFIDENCIAL]. Já o percentual das despesas financeiras ([CONFIDENCIAL] %) resultou da razão entre os montantes atribuídos às categorias [CONFIDENCIAL].

Tal metodologia desatende ao que determinam as instruções de preenchimento do questionário do produtor/exportador, segundo as quais os percentuais devem ser calculados pela razão entre as despesas e o CPV, "conforme discriminados no demonstrativo financeiro da empresa". Tendo isso em mente, os percentuais mencionados foram recalculados, a partir dos importes constantes dos demonstrativos financeiros apresentados pela TGPRO para os anos de 2015 e 2016. Esses percentuais, que equivaleram a [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, para as despesas gerais e administrativas em 2015 e 2016, respectivamente, e [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, para as despesas financeiras, nos mesmos anos, foram, então, multiplicados pelo custo de manufatura reportado.

No teste, buscou-se utilizar o custo total ajustado, incorrido no mês da venda, para a produção de tubos de aço inoxidável categorizadas no CODIP em que se classificou a mercadoria comercializada. Nos casos em que não houve produção de tubos classificados no mesmo CODIP no mês da venda, utilizou-se o custo total ajustado médio dos tubos classificadas no mesmo CODIP, porém produzidos no mês anterior ao da venda. Para vendas de tubos classificadas em CODIPs dos quais não houve produção no mês da venda nem no mês anterior, aplicou-se o custo total ajustado médio do CODIP em P5.

Alguns modelos não foram produzidos em nenhum mês de P5, embora tenham sido vendidos no mercado interno nesse período. Assim, para esses modelos, utilizou-se a média ponderada dos custos das mercadorias classificadas no grupo de CODIPs mais próximo, respeitada a ordem de prioridade evidenciada anteriormente (produção no mês da venda, produção no mês anterior e, finalmente, média de P5). Apresentam-se, a seguir, os grupos de CODIPs utilizados para os modelos não produzidos em P5. [CONFIDENCIAL]

Já o preço **ex fabrica** empregado no teste consistiu no preço bruto de venda reportado, deduzido das rubricas abaixo arroladas: desconto para pagamento antecipado; custo financeiro; despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção para o local de armazenagem, despesa de armazenagem, frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para os clientes); despesa de manutenção de estoque; e despesas indiretas de venda.

As outras despesas diretas de venda, embora reportadas, não foram deduzidas no preço bruto. Isso porque a TGPRO não forneceu planilha de cálculo demonstrando como foram calculados os percentuais utilizados para apurar tais despesas ([CONFIDENCIAL] % para 2015 e [CONFIDENCIAL] % para 2016), ao contrário do que determina o questionário do produtor/exportador.

Para apuração do custo financeiro, foi utilizada a seguinte equação para cada pagamento efetuado:

- Custo financeiro = (preço unitário bruto) x (taxa de juros anual de curto prazo) x (prazo para pagamento em dias) ÷ 365

A taxa de juros reportada ([CONFIDENCIAL] % a.a.) foi calculada pela empresa com base em suas despesas de juros incorridas durante o período de análise de dumping. Foi efetuada média considerando os empréstimos em THB e em US$. No entanto, observou-se que, enquanto para o cálculo da taxa anual atrelada aos empréstimos em THB a TGPRO considerou que um ano possui 365 dias, para os empréstimos em US$, a empresa levou em conta 360 dias. De modo a harmonizar as metodologias, ajustou-se a taxa reportada, considerando o número de dias no ano igual a 365 para todos os tipos de empréstimo. Com isso, a taxa de juros ajustada alcançou [CONFIDENCIAL] % a.a.

O prazo para pagamento correspondeu à diferença entre a data de cada pagamento efetivo e o respectivo embarque.

A despesa de manutenção de estoque, por sua vez, foi obtida por meio da seguinte equação matemática:

- Despesa de manutenção de estoque = (custo de manufatura) x (taxa de juros anual de curto prazo) x (prazo de giro de estoque em dias) ÷ 365

Considerando que, para algumas operações, o custo utilizado pela empresa no cálculo da despesa de manutenção de estoque não coincidiu com aquele calculado a partir de seus dados de custo de fabricação, utilizou-se este último, em detrimento do empregado como base de cálculo pela TGPRO.

Nos casos em que não houve, no mês da venda, produção de tubos classificados no mesmo CODIP, utilizaram-se, para apuração da despesa de manutenção de estoque, os mesmos critérios já apontados anteriormente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ademais, também se utilizou, para o cálculo da despesa de manutenção de estoque, a taxa de juros média calculada com base nas dívidas de curto prazo da empresa existentes de outubro de 2015 a setembro de 2015, a qual correspondeu a [CONFIDENCIAL] %.

Quanto ao prazo de giro de estoque, a TGPRO efetuou seu cálculo com base no seu valor médio de estoque e no custo dos produtos vendidos. Com efeito, a empresa, inicialmente, calculou a média entre os valores finais de estoque para o produto objeto da investigação/similar ao fim de cada mês do período de análise de dumping. Em seguida, foi apurado o CPV diário desses produtos, por meio da divisão do CPV total apurado para P5 por 365. Por fim, o valor médio de estoque foi dividido pelo valor diário do CPV. Dessa forma, alcançou-se prazo de giro de estoque de [CONFIDENCIAL] dias.

Com relação ao volume de vendas, deduziram-se da quantidade reportada os volumes informados no campo "[CONFIDENCIAL]".

Considerando todo o período de investigação de dumping e os ajustes acima, verificou-se que [CONFIDENCIAL] t do produto similar foram vendidos no mercado interno da Tailândia a preços inferiores ao custo unitário mensal. Esse volume representou [CONFIDENCIAL] % do volume total de vendas de fabricação própria, [CONFIDENCIAL] t.

Assim, o volume de vendas abaixo do custo unitário, considerada a totalidade dos modelos de tubos de aço inoxidável, representou proporção superior a 20% do volume vendido nas transações consideradas para a determinação do valor normal, o que, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, o caracteriza como quantidade substancial.

Ademais, constatou-se que houve vendas nessas condições durante todo o período da investigação, ou seja, em um período de 12 meses, caracterizando as vendas como tendo sido realizadas no decorrer de um período razoável de tempo, nos termos do inciso I do § 2o do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Posteriormente, apurou-se que, do volume total de vendas abaixo do custo, [CONFIDENCIAL] t ([CONFIDENCIAL] %) superaram, no momento da venda, o custo unitário médio ponderado obtido no período da investigação, considerado para efeitos do inciso I do § 2o do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, como período razoável, possibilitando eliminar os efeitos de eventuais sazonalidades na produção ou no consumo do produto. Essas vendas, portanto, foram consideradas na determinação do valor normal.

O volume restante, de [CONFIDENCIAL] t, foi considerado como tendo sido vendido a preços que não permitiram cobrir todos os custos dentro de um período razoável, conforme disposto no inciso III do § 2º art. 14 do Decreto no 8.058, de 2013.

Assim, do volume total de vendas do produto similar no mercado interno da Tailândia, [CONFIDENCIAL] t foram considerados como associados a operações comerciais normais por motivo de comparação entre o preço de venda e o custo de produção. Ressalte-se, no entanto, conforme demonstrado no item seguinte, que algumas operações foram consideradas anormais e, portanto, desconsideradas da apuração do valor normal, por motivo diverso (transação entre partes relacionadas), nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.2.1.1.2. Do teste de vendas para partes relacionadas

Conforme o estabelecido no § 6º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, as transações entre partes associadas ou relacionadas serão consideradas operações comerciais normais se o preço médio ponderado de venda da parte interessada para sua parte associada ou relacionada não for superior ou inferior a no máximo três por cento do preço médio ponderado de venda da parte interessada para todas as partes que não tenham tais vínculos entre si.

Assim, a fim de verificar se as vendas no mercado interno tailandês para partes relacionadas se qualificaram ou não como operações comerciais normais, para fins de apuração do valor normal, realizou-se teste de vendas para partes relacionadas. Para tanto, comparou-se o preço de vendas para partes relacionadas, no mesmo nível de comércio daquele utilizado para o teste de vendas abaixo do custo, com o preço para cliente não relacionados, na mesma condição.

O cotejo levou em consideração o binômio CODIP – categoria de cliente em que se classificaram as operações comerciais. As diferenças apuradas para cada binômio foram, ao final, ponderadas pelos respectivos volumes de vendas para partes relacionadas, alcançando-se, assim, uma diferença média ponderada. Esta foi, então, dividida pelo preço médio de vendas para partes relacionadas, encontrando-se o percentual de diferença médio.

Considerando todo o período de análise de dumping, verificou-se que, em média, o preço de venda para partes relacionadas foi [CONFIDENCIAL] que aquele praticado para partes não relacionadas. Assim, em módulo, esse percentual superou a proporção de 3%, prevista no já mencionado § 6º, do art. 14 do Regulamento Brasileiro.

Dessa forma, as operações de vendas para partes relacionadas não foram consideradas operações comerciais normais e, portanto, foram descartadas do cálculo do valor normal.

5.2.2.1.1.3. Do teste de quantidade suficiente

Em atenção ao art. 13 do Decreto nº 8.058, de 2013, buscou-se averiguar se o volume de vendas no mercado interno de cada modelo/categoria de cliente representou quantidade suficiente para apuração do valor normal.

Em P5, foram realizadas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável classificadas nos seguintes CODIPs, [CONFIDENCIAL]: [CONFIDENCIAL].

Abaixo, encontram-se especificadas as representatividades das vendas no mercado doméstico da Tailândia (considerando apenas as operações comerciais normais) em relação às exportações para o Brasil: [CONFIDENCIAL]

Como se denota, para todos os modelos, o volume de vendas em operações comerciais normais destinadas ao mercado tailandês representou quantidade suficiente para a determinação do valor normal, uma vez superior a 5% do volume de tubos de aço inoxidável exportado ao Brasil no período de análise de dumping.

5.2.2.1.1.4. Da apuração do valor normal

Como demonstrado no tópico anterior, para todos os modelos, houve volume de vendas no mercado interno tailandês, em condições comerciais normais, suficiente para apuração do valor normal.

No entanto, conforme será demonstrado adiante, reputou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais, haja vista a existência de concentração das exportações em mês específico de P5 a preços inferiores à média.

Assim, para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado interno tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base nas vendas realizadas no mercado da Tailândia, em operações comerciais normais. Já para os binômios que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base no preço construído, a partir dos custos de produção.

5.2.2.1.1.4.1. Da apuração com base nas vendas no mercado tailandês

Para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, calcularam-se os preços líquidos **ex fabrica** das vendas no mercado da origem exportadora (realizadas em condições normais). Esses preços corresponderam aos preços brutos de venda, deduzido das seguintes rubricas: desconto para pagamento antecipado; custo financeiro; despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção para o local de armazenagem, despesa de armazenagem, frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para os clientes); e despesa de manutenção de estoque.

Pelos mesmos motivos já explicados no item 5.2.2.1.1.1, não foram deduzidas as "outras despesas diretas de venda" para a apuração do preço **ex fabrica**.

O custo financeiro e a despesa de manutenção de estoque foram apurados conforme descrito no tópico 5.2.2.1.1.1.

Como se denota, visando a garantir a justa comparação a que alude o art. 2.4 do Acordo Antidumping e o art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, optou-se, para fins do cálculo em epígrafe, por se deduzir do preço bruto, dentre as despesas de venda, apenas as diretas.

Como será visto adiante, o preço de exportação utilizado para o cálculo da margem de dumping também se encontra líquido das despesas de venda classificadas como diretas, quais sejam: frete interno, da unidade de produção/local de armazenagem para o porto de embarque, manuseio de carga e corretagem, frete internacional e outras despesas diretas de venda. Isso porque, não podendo ser diretamente atribuídas a mercados, as despesas indiretas de venda não têm o condão de afetar a comparabilidade entre o valor normal e o preço de exportação, não devendo, portanto, ser deduzidas dos preços praticados.

Para a conversão de valores, de Bath tailandês (THB) para dólares estadunidenses (US$), utilizou-se a taxa de câmbio vigente no dia da venda, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.2.1.1.4.2. Da apuração com base no custo de produção

Para o cálculo do valor normal construído (para os binômios CODIP-categoria de cliente que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil), adicionaram-se, primeiramente, ao custo de manufatura de cada mês de P5 as seguintes despesas, alcançando-se, dessa forma, o custo total de produção: gerais e administrativas; e financeiras.

Essas despesas foram recalculadas, conforme descrito no item 5.2.2.1.1.1.

Ao custo total de produção, assim apurado, somou-se a margem de lucro calculada para o período, por meio da aplicação da seguinte equação:

- Valor normal construído = (custo total de produção) ÷ (1 – margem de lucro)

A margem de lucro utilizada foi obtida a partir dos dados relativos ao custo de produção e às vendas de tubos de aço inoxidável destinadas ao mercado tailandês, considerando-se apenas as operações comerciais normais. Com efeito, do faturamento total bruto obtido com as vendas do produto similar no mercado da Tailândia foram deduzidos os seguintes montantes, alcançando-se a receita líquida do período: desconto para pagamento antecipado; despesas diretas de venda (frete interno da unidade de produção para o local de armazenagem, despesa de armazenagem, frete interno da unidade de produção/local de armazenagem para os clientes); despesa de manutenção de estoque; e custo financeiro.

Consoante já explicado anteriormente, as "outras despesas diretas de venda" no mercado tailandês foram desconsideradas em virtude da insuficiência de informações apresentadas pela TGPRO acerca da sua forma de apuração.

Desse importe foi subtraído o custo total de produção, resultando no lucro total auferido, que representou [CONFIDENCIAL] % da receita líquida. Ressalte-se que, no cálculo da margem de lucro, foram desconsideradas as vendas abaixo do custo que não permitiram recuperação dentro de um período razoável de tempo, nos termos dos §§ 1º, 2º e 4º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013 e as vendas para partes relacionadas, em atenção aos §§ 5º e 6º do art. 14 do mesmo diploma normativo.

Para a conversão de valores, de THB para US$, utilizou-se a taxa de câmbio média do mês da produção, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.2.1.1.4.3. Do valor normal médio ponderado

Considerando as metodologias anteriormente detalhadas, apurou-se valor normal médio para a TGPRO, com base na média ponderada dos valores encontrados para os CODIPs exportados para o Brasil em P5, [CONFIDENCIAL]. Utilizaram-se, como fator de ponderação, os volumes de cada CODIP exportados para o Brasil pela empresa em cada mês de P5.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado da TGPRO, na condição **ex fabrica** alcançou **US$ 2.046,04/t** (dois mil e quarenta e seis dólares estadunidenses e quatro centavos por tonelada).

5.2.2.1.2. Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela TGPRO, relativos aos preços efetivos de venda do produto objeto da investigação ao mercado brasileiro.

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, foi calculado na condição **ex fabrica**.

Para tanto, dos valores obtidos com as vendas do produto investigado ao mercado brasileiro foram deduzidos os montantes referentes às seguintes rubricas: custo financeiro; despesas diretas de venda (frete interno do local de produção/armazenagem para o porto de embarque, manuseio de carga e corretagem, frete internacional, seguro internacional e outras despesas diretas de venda); despesa de manutenção de estoque; e custo de embalagem.

Todos os valores reportados em THB foram convertidos para US$ por meio da taxa de câmbio oficial, publicada pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data da venda, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Consoante informado no item 5.2.2.1.1.4.1, as despesas indiretas de venda não foram deduzidas da receita obtida com as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil.

Para apuração do preço **ex fabrica**, o custo financeiro e a despesa de manutenção de estoque da empresa foram calculados por meio da mesma metodologia empregada nas vendas destinadas ao mercado tailandês, apresentada no item 5.2.2.1.1.1.

Considerando o exposto, o preço de exportação médio ponderado da TGPRO, na condição **ex fabrica**, alcançou **US$ 1.948,07/t** (mil, novecentos e quarenta e oito dólares estadunidenses e sete centavos por tonelada).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.2.2.1.3. Da margem de dumping

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos na condição **ex fabrica** em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro. A comparação levou em consideração o CODIP em que se classificaram os tubos vendidos/produzidos e a categoria de cliente.

Ademais, observou-se significativa concentração de exportações em mês específico de P5, a preços, aliás, inferiores à média do período. Com efeito, somente em [CONFIDENCIAL], a TGPRO realizou [CONFIDENCIAL] % de suas exportações do produto objeto da investigação para o Brasil em P5. Essas exportações, foram realizadas ao preço médio de US$ [CONFIDENCIAL]/t, valor [CONFIDENCIAL] % inferior ao preço de exportação médio de P5 (US$ 1.948,07/t).

Em virtude disso, julgou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais.

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de **US$ 97,97** (noventa e sete dólares estadunidenses e noventa e sete centavos por tonelada) nas exportações da TGPRO para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de **5**%.

5.2.3. Do Vietnã

5.2.3.1. Dos produtores/exportadores HBJSC e HBPTC

A HBJSC e a HBPTC apresentaram respostas tempestivas ao questionário do produtor/exportador. Não obstante ao que fora afirmado anteriormente pelo Departamento, por ocasião da solicitação de informações complementares às respostas ao questionário, as empresas fazem jus a margem individual de dumping, nos termos do art. 27 do Regulamento Brasileiro, uma vez que foram apresentados os valores referentes às suas exportações para o Brasil.

As empresas foram colapsadas para fins de apuração da margem de dumping, sendo, portanto, atribuída uma única margem a ambas as produtoras.

Apresentam-se, nos tópicos subsequentes, o valor normal e preço de exportação dos produtores/exportadores HBJSC e HBPTC, apurados em sede de determinação preliminar, calculados com base na resposta ao questionário do produtor/exportador da empresa tailandesa TGPRO (valor normal) e na sua resposta ao questionário do produtor/exportador HBJSC (valor normal e preço de exportação). Ressalte-se que, em virtude de a HBPTC [CONFIDENCIAL], seus dados não foram utilizados no cálculo do preço de exportação.

Os cálculos desenvolvidos levaram em consideração os CODIPs em que se classificaram os produtos vendidos, assim como a categoria de cliente. Cumpre destacar que a HBJSC [CONFIDENCIAL].

5.2.3.1.1. Do valor normal

Tendo em vista que o Vietnã não é considerado, para fins de defesa comercial, país de economia predominantemente de mercado, apurou-se seu valor normal a partir dos dados fornecidos pelo produtor/exportador tailandês TGPRO, em função da Tailândia ter sido o país eleito como substituto do Vietnã, no presente processo, para fins de apuração do valor normal.

Dessa maneira, o valor normal foi apurado com base nos dados fornecidos pela TGPRO, relativos aos preços efetivamente praticados na venda do produto similar destinado ao consumo no mercado interno da Tailândia, consideradas apenas as operações comerciais normais, e aos seus custos de produção. Foram efetuados os mesmos testes descritos nos itens 5.2.2.1.1.1 e 5.2.2.1.1.2, para fins de apuração das operações comerciais normais.

Analogamente ao cálculo da margem de dumping para a TGPRO, considerou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais, haja vista a existência de concentração das exportações em meses específicos de P5, a preços inferiores à média.

Assim, para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado interno tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base nas vendas realizadas no mercado da Tailândia, em operações comerciais normais. Já para os binômios que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base no preço construído, a partir dos custos de produção.

5.2.3.1.1.1. Da apuração com base nas vendas no mercado interno tailandês

Para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que os produtos de origem vietnamita foram exportados para o Brasil, calcularam-se os preços líquidos na condição **delivered** das vendas, deduzindo-se dos preços brutos de venda reportados a rubrica [CONFIDENCIAL].

Como será visto adiante, o preço de exportação utilizado para o cálculo da margem de dumping foi calculado na condição FOB.

Para a conversão de valores, de Bath tailandês (THB) para dólares estadunidenses (US$), utilizou-se a taxa de câmbio vigente no dia da venda, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.3.1.1.2. Da apuração com base no custo de produção

O cálculo do valor normal construído levou em consideração metodologia similar à indicada no item 5.2.2.1.1.4.2, e foi utilizado para os binômios CODIP-categoria de cliente que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que os produtos de origem vietnamita foram exportados para o Brasil. Cumpre mencionar que a diferença na metodologia aplicada para o cálculo do valor normal construído da HBJSC e da HBPTC, por esse necessitar de estar na condição **delivered**, se deu no tocante ao acréscimo das despesas diretas de venda (frete interno da planta para o armazém, frete interno da planta/armazém para o cliente e despesa de armazenagem), além do custo financeiro e da despesa de manutenção de estoque ao custo total de produção.

5.2.3.1.1.3. Do valor normal médio ponderado

Considerando as metodologias detalhadas nos tópicos anteriores, apurou-se valor normal médio para a HBJSC e a HBPTC, com base na média ponderada dos valores da TGPRO encontrados para os mesmos CODIPs exportados para o Brasil em P5 pela HBJSC, levando-se em conta [CONFIDENCIAL]. Utilizaram-se, como fator de ponderação, os volumes de cada CODIP exportados para o Brasil pela HBJSC em cada mês de P5.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado da HBJSC e da HBPTC, na condição **delivered**, alcançou **US$ 2.345,49/t** (dois mil trezentos e quarenta e cinco dólares estadunidenses e quarenta e nove centavos por tonelada).

5.2.3.1.2. Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela HBJSC, relativos aos preços efetivos de venda do produto objeto da investigação ao mercado brasileiro.

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação foi calculado na condição FOB.

Para tanto, foram levados em conta os valores brutos obtidos com as vendas do produto investigado ao mercado brasileiro, quando reportados na condição FOB no Apêndice VII da resposta ao questionário do produtor/exportador. Destaque-se que foram consideradas todas as vendas reportadas no referido apêndice, seja das vendas da HBJSC estritamente, seja das vendas da HBJSC acreditadas pela TVL.

Considerando o exposto, o preço de exportação médio ponderado da HBJSC e da HBPTC, na condição FOB, alcançou **US$ 1.970,11/t** (um mil novecentos e setenta dólares estadunidenses e onze centavos por tonelada).

5.2.3.1.3. Da margem de dumping

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado, na condição **delivered**, obtido conforme o item 5.2.3.1.1.3 e a média ponderada do preço de exportação da HBJSC e da HBPTC, na condição FOB**,** em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro. A comparação levou em consideração o CODIP em que se classificaram os tubos vendidos/produzidos e a categoria de cliente.

Ademais, observou-se significativa concentração de exportações em meses específicos de P5, a preços inferiores à média do período. Com efeito, somente em [CONFIDENCIAL], a HBJSC destinou [CONFIDENCIAL] % de suas exportações do produto objeto da investigação para o Brasil em P5. Essas exportações foram realizadas ao preço médio de US$ [CONFIDENCIAL]/t, valor [CONFIDENCIAL] % inferior ao preço de exportação médio de P5 (US$ 1.970,11/t).

Em virtude disso, julgou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais.

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de **US$ 375,37/t** (trezentos e setenta e cinco dólares estadunidenses e trinta e sete centavos por tonelada) nas exportações da HBJSC e da HBPTC para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de **19,1**%.

5.2.3.2. Do produtor/exportador Vinlong

Apresentam-se, nos tópicos subsequentes, o valor normal e preço de exportação do produtor/exportador Vinlong, apurados em sede de determinação preliminar, calculados com base na resposta ao questionário do produtor/exportador da empresa tailandesa TGPRO (valor normal) e na sua resposta ao questionário do produtor/exportador (valor normal e preço de exportação).

Os cálculos desenvolvidos levaram em consideração os CODIPs em que se classificaram os produtos vendidos, assim como a categoria de cliente. Cumpre destacar que a Vinlong [CONFIDENCIAL].

5.2.3.2.1. Do valor normal

Tendo em vista que o Vietnã não é considerado, para fins de defesa comercial, país de economia predominantemente de mercado, apurou-se seu valor normal a partir dos dados fornecidos pelo produtor/exportador tailandês TGPRO, em função da Tailândia ter sido o país eleito como substituto do Vietnã, no presente processo, para fins de apuração do valor normal.

Dessa maneira, o valor normal foi apurado com base nos dados fornecidos pela TGPRO, relativos aos preços efetivamente praticados na venda do produto similar destinado ao consumo no mercado interno da Tailândia, consideradas apenas as operações comerciais normais, e aos seus custos de produção. Foram efetuados os mesmos testes descritos no item 5.2.2.1.1.1 e 5.2.2.1.1.2, para fins de apuração das operações comerciais normais.

Analogamente ao cálculo da margem de dumping para a TGPRO, considerou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais, haja vista a existência de concentração das exportações em meses específicos de P5, a preços inferiores à média.

Assim, para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado interno tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base nas vendas realizadas no mercado da Tailândia, em operações comerciais normais. Já para os binômios que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que foram exportados para o Brasil, a apuração do valor normal se deu com base no preço construído, a partir dos custos de produção.

5.2.3.2.1.1. Da apuração com base nas vendas no mercado interno tailandês

Para os binômios CODIP-categoria de cliente que foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que os produtos de origem vietnamita foram exportados para o Brasil, calcularam-se os preços líquidos na condição **delivered** das vendas, deduzindo-se dos preços brutos de venda reportados a rubrica [CONFIDENCIAL].

Como será visto adiante, o preço de exportação utilizado para o cálculo da margem de dumping foi calculado na condição FOB.

Para a conversão de valores, de Bath tailandês (THB) para dólares estadunidenses (US$), utilizou-se a taxa de câmbio vigente no dia da venda, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.2.3.2.1.2. Da apuração com base no custo de produção

O cálculo do valor normal construído levou em consideração metodologia similar à indicada no item 5.2.2.1.1.4.2, e foi utilizado para os binômios CODIP-categoria de cliente que não foram vendidos no mercado tailandês no mesmo mês em que os produtos de origem vietnamita foram exportados para o Brasil. Cumpre mencionar que a diferença na metodologia aplicada para o cálculo do valor normal construído da Vinlong, por esse necessitar de estar na condição **delivered**, se deu no tocante ao acréscimo das despesas diretas de venda (frete interno da planta para o armazém, frete interno da planta/armazém para o cliente e despesa de armazenagem), além do custo financeiro e da despesa de manutenção de estoque ao custo total de produção.

5.2.3.2.1.3. Do valor normal médio ponderado

Considerando as metodologias detalhadas nos tópicos anteriores, apurou-se valor normal médio para a Vinlong, com base na média ponderada dos valores da TGPRO encontrados para os mesmos CODIPs exportados para o Brasil em P5 pela Vinlong, levando-se em conta [CONFIDENCIAL]. Utilizaram-se, como fator de ponderação, os volumes de cada CODIP exportados para o Brasil pela Vinlong em cada mês de P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tendo em conta o exposto, o valor normal médio ponderado da Vinlong, na condição **delivered**, alcançou **US$ 2.629,61/t** (dois mil seiscentos e vinte e nove dólares estadunidenses e sessenta e um centavos por tonelada).

5.2.3.2.2. Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela Vinlong, relativos aos preços efetivos de venda do produto objeto da investigação ao mercado brasileiro. Com relação a data da venda, cumpre destacar que foi considerada como data da venda a data mais antiga levando-se em consideração as datas reportadas nos campos "Data da Fatura" (data de emissão da fatura) e "Data da Venda" (data de desembaraço da mercadoria na aduana vietnamita). Nesse sentido, foram consideradas somente as operações cuja data da venda, após o mencionado ajuste, pertenceria ao período de análise de dumping (P5).

Com vistas a proceder a uma justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação foi calculado na condição FOB.

Para tanto, foram levados em conta os valores brutos obtidos com as vendas do produto investigado ao mercado brasileiro, quando reportados na condição FOB no Apêndice VII da resposta ao questionário do produtor/exportador. Para as vendas realizadas na condição CFR (**Cost and Freight**), foram expurgados dos valores brutos reportados os respectivos montantes informados à título de frete internacional. Destaca-se que os valores informados como frete internacional, por terem sido reportados em VND (Dong do Vietnã) foram convertidos para dólares estadunidenses com base na taxa de câmbio vigente no dia da venda, obtida a partir dos dados oficiais, publicados pelo Banco Central do Brasil, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Considerando o exposto, o preço de exportação médio ponderado da Vinlong, na condição FOB, alcançou **US$ 2.173,93/t** (dois mil cento e setenta e três dólares estadunidenses e noventa e três centavos por tonelada).

5.2.3.2.3. Da margem de dumping

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado, na condição **delivered**, obtido conforme o item 5.2.3.2.1.3, e a média ponderada do preço de exportação da Vinlong, na condição FOB**,** em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro. A comparação levou em consideração o CODIP em que se classificaram os tubos vendidos/produzidos e a categoria de cliente.

Ademais, observou-se significativa concentração de exportações em meses específicos de P5, a preços inferiores à média do período. Com efeito, somente em [CONFIDENCIAL], a Vinlong destinou [CONFIDENCIAL] % de suas exportações do produto objeto da investigação para o Brasil em P5. Essas exportações foram realizadas ao preço médio de US$ [CONFIDENCIAL]/t, valor [CONFIDENCIAL] % inferior ao preço de exportação médio de P5 (US$ 2.173,93/t).

Em virtude disso, julgou-se apropriado efetuar a comparação entre o valor normal e o preço de exportação em bases mensais.

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de **US$ 455,68/t** (quatrocentos e cinquenta e cinco dólares estadunidenses e sessenta e oito centavos por tonelada) nas exportações da Vinlong para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de **21**%.

5.2.4. Da conclusão sobre o dumping para efeito de determinação preliminar

A partir das informações anteriormente apresentadas, constatou-se preliminarmente a existência de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável objeto da investigação da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil, realizadas no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Outrossim, observou-se que as margens de dumping apuradas não se caracterizaram como **de minimis**, nos termos do § 1º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013.

6. DAS IMPORTAÇÕES, DO CONSUMO NACIONAL APARENTE E DO MERCADO BRASILEIRO

Serão analisadas, neste item, as importações brasileiras, o consumo nacional aparente e o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de dano à indústria doméstica.

Considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de outubro de 2011 a setembro de 2016, dividido da seguinte forma: P1 – outubro de 2011 a setembro de 2012; P2 – outubro de 2012 a setembro de 2013; P3 – outubro de 2013 a setembro de 2014; P4 – outubro de 2014 a setembro de 2015; e P5 – outubro de 2015 a setembro de 2016.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de tubos de aço inoxidável importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes aos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da NCM, fornecidos pela RFB.

São classificadas nesses itens da NCM importações de tubos de aço ferrítico, tubos de aço de graus diversos do 304 e 316, tubos de seção quadrada, tubos com medidas (diâmetro externo e/ou espessura) diversas daquelas aplicáveis ao produto objeto da investigação, tubos sem costura, bem como de outros produtos, distintos do produto sob investigação.

Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, a fim de se obterem as informações referentes exclusivamente a tubos de aço inoxidável austenítico, de grau 304 ou 316, com costura, de seção circular, de espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, e diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas). A metodologia para depurar os dados consistiu em excluir aqueles produtos que não estavam em conformidade com os parâmetros descritos neste item.

6.1.1. Da avaliação cumulativa das importações

Nos termos do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013, os efeitos das importações investigadas foram tomados de forma cumulativa, uma vez verificado que: I) as margens relativas de dumping de cada uma das origens investigadas não foram **de minimis**, ou seja, não foram inferiores a 2% (dois por cento) do preço de exportação, nos termos do § 1º do citado artigo; II) os volumes individuais das importações originárias desses países não foram insignificantes, isto é, representaram mais que 3% (três por cento) do total importado pelo Brasil, nos termos do § 2º do mesmo artigo; e III) a avaliação cumulativa dos efeitos das importações foi considerada apropriada tendo em vista que: a) não há elementos nos autos da investigação indicando a existência de restrições às importações de tubos de aço inoxidável pelo Brasil que pudessem indicar a existência de condições de concorrência distintas entre os países investigados; e b) não foi evidenciada nenhuma política que afetasse as condições de concorrência entre o produto objeto da investigação e o similar doméstico. Tanto o produto importado quanto o produto similar concorrem no mesmo mercado, são fisicamente semelhantes e possuem elevado grau de substitutibilidade, sendo indiferente a aquisição do produto importado ou da indústria doméstica.

6.1.2. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de tubos de aço inoxidável no período de investigação de dano à indústria doméstica.

Importações totais

Em números-índices de toneladas

País	P1	P2	P3	P4	P5
Malásia	-	100,0	838,7	1.224,8	208,5
Tailândia	-	100,0	752,4	3.122,5	897,9
Vietnã	100,0	427,1	959,9	1.309,4	1.317,4
Total (origens investigadas)	100,0	598,3	2.336,7	4.713,0	2.149,0
China	100,0	114,2	48,3	17,0	5,3
Índia	100,0	559.033,3	480.400,0	181.600,0	39.533,3
Itália	100,0	77,6	59,7	93,7	44,5
Taipé Chinês	100,0	63,6	49,9	14,4	2,0
Uruguai	100,0	138,1	94,5	52,8	65,5
Outras[1]	100,0	83,9	77,7	30,1	11,1
Total (exceto investigadas)	100,0	92,6	63,5	24,9	7,8
Total Geral	100,0	101,6	103,9	108,2	45,8

[1] Demais Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Hong Kong, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Singapura, Suécia, Suíça, República Tcheca, Turquia e Ilhas Virgens Britânicas.

O volume das importações brasileiras de tubos de aço inoxidável das origens investigadas aumentou continua e significativamente até P4 – 498,3% de P1 para P2, 290,6% de P2 para P3, e 101,7% de P3 para P4 – e registrou queda de P4 para P5, de 54,4%. Assim, ao se considerar todo o período de análise, observou-se aumento acumulado no volume importado de 2.049%.

Observou-se que as importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã aumentaram consideravelmente sua participação no total importado pelo Brasil no período de análise de dano. Com efeito, representavam [CONFIDENCIAL]% do total importado em P1, o que cresceu para [CONFIDENCIAL]% em P2, [CONFIDENCIAL]% em P3, [CONFIDENCIAL]% em P4 e, em P5, alcançaram [CONFIDENCIAL]%, deslocando majoritária parte das outras origens do mercado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O volume importado de tubos de aço inoxidável das demais origens pelo Brasil, por sua vez, decresceu continuamente no período de análise de dano. Observaram-se quedas de 7,4%, 31,4%, 60,8% e 68,7%, respectivamente, de P1 para P2, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5. Relativamente a P1, as importações brasileiras das outras origens reduziram-se em 92,2% em P5.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de tubos de aço inoxidável cresceram continuamente de P1 até P4 (1,6% de P1 para P2, 2,3% de P2 para P3 e 4,2% de P3 para P4). De P4 para P5, as importações totais diminuíram 57,6%. Durante todo o período de investigação de dano, de P1 a P5, houve decréscimo de 54,9% no volume total de importações do produto.

Em tempo, cumpre recordar a existência de direito antidumping definitivo aplicado, a partir de 29 de julho de 2013 (último trimestre de P2), em consequência da publicação da Resolução CAMEX nº 59, de 24 de julho de 2013, sobre as importações brasileiras de tubos de aço inoxidável originárias de China e Taipé Chinês. Naquela ocasião, o volume importado destas origens investigadas em 2011 (o então denominado P5) chegava a [CONFIDENCIAL] t, cerca de [CONFIDENCIAL]% do total geral importado ([CONFIDENCIAL] t). Conforme consta da tabela anterior, verificou-se queda acumulada de 97% dessas importações em P5, comparativamente a P1.

6.1.3. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

Os quadros a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de tubos de aço inoxidável no período de investigação de dano à indústria doméstica.

Valor das importações totais

Em números-índices de Mil US$ CIF

País	P1	P2	P3	P4	P5
Malásia	-	100,0	801,0	1.224,0	183,1
Tailândia	-	100,0	656,7	2.902,1	683,9
Vietnã	100,0	430,5	821,0	1.163,9	925,2
Total (origens investigadas)	100,0	590,2	2.006,5	4.213,7	1.544,3
China	100,0	99,2	36,9	17,5	8,2
Índia	100,0	269.556,4	211.070,6	81.085,8	14.139,8
Itália	100,0	76,3	53,7	73,9	52,0
Taipé Chinês	100,0	54,3	39,9	12,6	1,3
Uruguai	100,0	131,3	90,5	41,1	44,6
Outras[1]	100,0	73,7	67,4	47,3	18,5
Total (exceto investigadas)	100,0	82,1	53,2	26,1	10,5
Total Geral	100,0	89,8	82,7	89,5	33,7

[1] Demais Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Hong Kong, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Singapura, Suécia, Suíça, República Tcheca, Turquia e Ilhas Virgens Britânicas.

Preço das importações totais

Em números-índices de US$ CIF / t

País	P1	P2	P3	P4	P5
Malásia	-	100,0	95,5	99,9	87,8
Tailândia	-	100,0	87,3	92,9	76,2
Vietnã	100,0	100,8	85,5	88,9	70,2
Total (origens investigadas)	100,0	98,6	85,9	89,4	71,9
China	100,0	86,9	76,3	102,9	153,5
Índia	100,0	54,4	49,5	50,3	40,3
Itália	100,0	98,3	90,0	78,8	117,0
Taipé Chinês	100,0	85,3	80,1	87,0	66,8
Uruguai	100,0	95,1	95,7	77,9	68,0
Outras[1]	100,0	87,9	86,7	157,0	167,5
Total (exceto investigadas)	100,0	88,7	83,8	105,1	134,2
Total Geral	100,0	88,4	79,7	82,7	73,5

[1] Demais Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Hong Kong, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Singapura, Suécia, Suíça, República Tcheca, Turquia e Ilhas Virgens Britânicas.

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada das importações de tubos de aço inoxidável das origens investigadas reduziu-se 28,1% em P5, comparativamente a P1. Com efeito, houve decréscimos de 1,4% de P1 para P2 e de 13% de P2 para P3, seguidos de 4,1% de aumento no intervalo seguinte, de P3 para P4. A redução do preço dessas importações foi retomada no último intervalo, de P4 para P5, quando houve queda de 19,6%.

O preço médio dos demais exportadores apresentou elevação em P5, relativamente a P1, de 34,2%. Observados os intervalos separadamente, verificaram-se quedas de 11,3% de P1 para P2 e de 5,5% de P2 para P3, a partir de quando foram observados aumentos de 25,4% e de 27,7%, respectivamente, de P3 para P4 e de P4 para P5.

Cabe ressaltar que o preço médio das importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã foi inferior ao preço médio das demais origens em todos os períodos. O preço médio das origens investigadas, que era [CONFIDENCIAL]% menor que o das demais origens em P1, tornou-se [CONFIDENCIAL] % menor em P5, fim da série analisada e período em que tal diferença é mais acentuada.

6.2. Do mercado brasileiro

Com vistas a se dimensionar o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas no mercado interno, líquidas de devoluções da indústria doméstica e as quantidades totais importadas apuradas com base nos dados oficiais da RFB, apresentadas no item 5.1.

Para fins de determinação preliminar, considerou-se que o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente se equivaleram, tendo em vista i) não ter sido identificado consumo cativo do produto similar doméstico e ii) não se dispor de informações, em bases restritas, referentes à prestação de serviço de tubificação.

Mercado Brasileiro

Em números-índices de toneladas

	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	102,3	598,3	92,6	101,9
P3	106,0	2.336,7	63,5	105,0
P4	80,3	4.713,0	24,9	94,2
P5	71,6	2.149,0	7,8	58,8

Observou-se, dessa maneira, que o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável cresceu nos dois primeiros intervalos – 1,9%, de P1 para P2, e 3%, de P2 para P3 – e se reduziu nos intervalos seguintes: 10,3%, de P3 para P4; e 37,5%, de P4 para P5. Durante todo o período de investigação, de P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou redução de 41,2%.

6.2.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro

Em números-índices de toneladas

	Mercado Brasileiro (A)	Importações origens investigadas (B)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origens (C)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	101,9	598,3	577,8	92,6	90,8
P3	105,0	2.336,7	2.177,8	63,5	60,5
P4	94,2	4.713,0	4.900,0	24,9	26,4
P5	58,8	2.149,0	3.577,8	7,8	13,3

Relativamente a P1, aumentou [CONFIDENCIAL]p.p., em P5, a participação das importações investigadas no mercado brasileiro. À exceção do interregno entre P4 e P5, quando ocorreu queda de [CONFIDENCIAL]p.p., houve aumento dessa participação de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4.

De outro lado, houve contínua redução da participação das outras importações durante todo o período analisado, com queda acumulada de [CONFIDENCIAL]p.p. em P5, comparativamente a P1. Com efeito, houve decréscimos de [CONFIDENCIAL]p.p., [CONFIDENCIAL]p.p., [CONFIDENCIAL]p.p. e [CONFIDENCIAL]p.p., respectivamente, de P1 para P2, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5.

6.2.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

Apresenta-se, na tabela a seguir, a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de tubos de aço inoxidável.

Relação entre as importações investigadas e a produção nacional

Em números-índices de toneladas

	Produção Nacional (A)	Importações origens investigadas (B)	Relação (%) (B/A)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	104,8	598,3	555,6
P3	112,0	2.336,7	2.038,9
P4	81,0	4.713,0	5.683,3
P5	80,4	2.149,0	2.611,1

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de tubos de aço inoxidável seguiu trajetória crescente até P4, com aumentos de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4. De P4 para P5, houve queda de [CONFIDENCIAL]p.p. Assim, ao considerar-se todo o período de análise, essa relação, que era de [CONFIDENCIAL]% em P1, passou a [CONFIDENCIAL]% em P5, representando aumento acumulado de [CONFIDENCIAL]p.p.

6.3. Das manifestações a respeito das importações, da produção nacional e do mercado brasileiro

Em manifestação protocolada em 3 de agosto de 2017, a APRODINOX defendeu que a análise do aumento das importações das origens investigadas não deveria tomar P1 por parâmetro, mas sim P3. Isso porque P1 e P2 da investigação em curso coincidiriam, em quase sua totalidade, com P4 e P5 da investigação conduzida contra as exportações originárias da China e de Taipé Chinês, para o mesmo produto, encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 24 de julho de 2013. Dessa forma, o aumento das importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã, de P1 a P5, em termos percentuais, seria resultado de uma comparação com base diminuta. Já o aumento em termos absolutos seria o resultado esperado do direito antidumping aplicado às importações originárias da China e de Taipé Chinês.

Tomando P3 como ponto inicial de análise, haveria queda absoluta das importações em P5. Comportamento semelhante também se verificaria de P4 para P5. Por outro lado, em termos de participação no mercado brasileiro, o aumento verificado nas importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã, de P3 para P5, teria ocorrido à custa da participação das demais origens, principalmente da China e de Taipé Chinês. Nesse mesmo intervalo, a indústria doméstica também teria aumentado sua participação no mercado brasileiro.

Em termos relativos, ou seja, em relação à produção e às vendas da indústria doméstica, o aumento da participação das importações das origens investigadas de P3 a P5 seria decorrência da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

contração do mercado brasileiro, a qual teria impactado os resultados da Marcegaglia e da Aperam. Já de P4 para P5, as relações importações investigadas/produção da indústria doméstica e importações investigadas/vendas da indústria doméstica teriam se retraído.

A associação concluiu, a partir as asserções anteriores, que, desconsiderando P1 e P2, as importações investigadas não teriam apresentado crescimento absoluto nem relativo.

Em 30 de agosto de 2017, a indústria doméstica se contrapôs ao ponto de vista da APRODINOX. Afirmou, primeiramente, que o aumento das importações de outras origens, após a imposição de uma medida antidumping, poderia ser algo, de fato, esperado e desejado, desde que decorrente de concorrência não distorcida por práticas desleais de comércio.

No que tange à evolução das importações de P3 para P5, a APRODINOX haveria omitido o "crescimento absurdo" observado de P3 para P4, tanto em termos absolutos, quanto em relação ao mercado brasileiro, enquanto as vendas da indústria doméstica teriam decrescido. Também se observaria crescimento das importações investigadas em relação ao total importado. No intervalo seguinte (de P4 para P5), o aumento de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro seria decorrência da redução de seus preços, o que a teria forçado a vender com prejuízo. Mesmo com a redução da participação das importações das origens investigadas no mercado brasileiro, essa participação, em P5, foi superior à observada em P3.

Assim, as importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã teriam, sim, deslocado a indústria doméstica e comprometido sua rentabilidade.

6.3.1. Dos comentários acerca das manifestações

Acerca das alegações trazidas aos autos pela APRODINOX quanto ao comportamento das importações, merece transcrição o dispositivo da legislação multilateral que rege a análise. Segundo o Artigo 3.2 do Acordo Antidumping, "**with regard to the volume of the dumped imports, the investigating authorities shall consider whether there has been a significant increase in dumped imports, either in absolute terms or relative to production or consumption in the importing Member**". Esse comando, reproduzido no art. 30, § 1º do Regulamento Brasileiro, encontra-se inserido no contexto de avaliação do dano à indústria doméstica (Artigo 3º do Acordo Antidumping – "**Determination of Injury**") e deve tomar tal exame por baliza.

Tendo isso em mente, busca-se definir idêntico período para o exame do comportamento das importações, de um lado, e do dano à indústria doméstica, de outro. Essa delimitação temporal da análise obedece ao § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, segundo o qual, o período de investigação de dano compreenderá, em regra, "sessenta meses, divididos em cinco intervalos de doze meses, sendo que o intervalo mais recente deverá coincidir com o período de investigação de dumping e os outros quatro intervalos compreenderão os doze meses anteriores aos primeiros, e assim sucessivamente".

Na presente investigação, o período de análise de dano e, por conseguinte, do comportamento das importações, foi definido, em atenção à legislação pátria, como o intervalo de outubro de 2011 a setembro de 2016, estratificado em cinco períodos idênticos de doze meses cada.

A APRODINOX propugna que os dois primeiros períodos de análise (outubro de 2011 a setembro de 2012 e outubro de 2012 a setembro de 2013) deveriam ser descartados da análise, uma vez que haveria à época, predominância das importações originárias da China e de Taipé Chinês, ainda não sujeitas a direito antidumping. Não obstante, a solução proposta pela entidade, além de não encontrar amparo legal, teria por efeito, justamente, ocultar o desvio de comércio havido daquelas origens para a Malásia, a Tailândia e o Vietnã.

O que se observou, a partir dos dados detalhados de importação, fornecidos pela RFB, foi a substituição gradativa das importações das origens sujeitas à medida antidumping pelas atualmente investigadas.

Por óbvio, a influência das demais origens na situação da indústria doméstica é objeto de análise para a conclusão a respeito do nexo de causalidade. Não obstante, isto não significa a redução do período de análise de dano ou de aumento das importações.

Ainda que se enfoque especificamente o período proposto pela APRODINOX (P3 a P5), não é possível alcançar a conclusão de que não houve aumento das importações das origens investigadas. De P3 a P5, tanto as vendas da indústria doméstica quanto as importações das origens investigadas se reduziram em termos absolutos. Isso se deveu, em grande medida, à contração do mercado brasileiro no período (44%). Contudo, observe-se que, enquanto as vendas da indústria doméstica declinaram 32,5% ([CONFIDENCIAL]t), as importações das origens investigadas somente se reduziram em 8,1% ([CONFIDENCIAL]t).

Some-se a isto o fato de que o aumento de participação no mercado brasileiro da indústria doméstica se deu à custa da compressão de todas as suas margens de lucro e aumento da relação CPV/preço. Logo, não se pode inferir, ao contrário do que afirma a associação, que o aumento de participação no mercado brasileiro das origens investigadas impactou somente as demais origens.

No que toca ao aumento das relações entre as importações das origens investigadas e a produção e as vendas da indústria doméstica, de P3 a P5, este não pode ser atribuído à contração do mercado. Essa contração, isolados os efeitos de outros fatores, afeta horizontalmente todos os fornecedores da mercadoria no mercado brasileiro, não tendo o condão de alterar as participações de cada qual. Já de P4 para P5, embora, de fato, ambas as relações tenham se retraído, seus níveis ainda permaneceram em patamar superior ao existente em P3 e em qualquer outro período de análise de dano, com exceção de P4. Dessa forma, a queda nas relações sob comento, exclusivamente de P4 para P5, não descaracteriza o aumento das importações requerido pelo Artigo 3.2 do Acordo Antidumping e pelo art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Ademais, o fato de o aumento percentual verificado de P1 a P5 no volume de importações (2.049%) decorrer de comparação com base diminuta demonstra, precisamente, a magnitude do aumento das importações, corroborando a existência do requisito demandado pelo § 1º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. A argumentação de que o aumento percentual deveria ser relativizado, dado que decorre de comparação com base diminuta, teria fundamento caso, apesar do aumento em termos percentuais, o volume de importações continuasse pouco significativo. No presente caso, todavia, o que se verificou foi que as origens investigadas passaram a ser as principais fontes de fornecimento externo do produto investigado.

Já no que se refere à alegação de que o aumento das importações das origens investigadas, em termos absolutos, seria o resultado esperado da aplicação da medida antidumping a China e a Taipé Chinês, entende-se que tal argumento não merece prosperar. Isso porque a imposição de uma medida antidumping visa à eliminação dos efeitos danosos da prática de dumping, e não necessariamente à redução ou eliminação das importações, em si, das origens por ela abrangidas. Caso as origens sujeitas à medida consigam ofertar preços competitivos mesmo após a neutralização dos efeitos do dumping, é possível que não se constate desvio de comércio para outros países exportadores. Entretanto, observou-se que após a imposição de medida antidumping às importações originárias da China e de Taipé Chinês, outras origens (Malásia, Tailândia e Vietnã), por meio da prática de dumping, passaram a ser competitivas no mercado brasileiro, o que provocou o desvio de comércio. Note-se, a título de corroboração, que como será detalhado no exercício desenvolvido no item 7.1.8, não fosse a prática de dumping, as exportações do produto objeto da investigação ingressariam no Brasil a preços superiores ao da indústria doméstica.

Quanto à alegação da indústria doméstica de que seu ganho de participação de mercado de P4 para P5 se deveria à redução de seus preços, de fato, a comparação do preço do produto objeto da investigação, na condição CIF internado, com o preço da indústria doméstica (apresentado e detalhado no tópico 7.4), especialmente considerando a defasagem temporal entre a data do embarque e do desembaraço da mercadoria proposta pela APRODINOX, revelou que essa redução (9,7%) foi mais significativa que a observada para o produto objeto da investigação (8,7%). Com isso, a subcotação, que representava [CONFIDENCIAL]% do preço da indústria doméstica em P4, passou a ser inexistente em P5 ([CONFIDENCIAL]%).

6.4. Da conclusão preliminar a respeito das importações

No período de investigação de dano, as importações a preços de dumping cresceram significativamente: a) em termos absolutos, tendo passado de [CONFIDENCIAL]t em P1 para [CONFIDENCIAL]t em P5 (aumento de [CONFIDENCIAL]t); b) relativamente ao mercado brasileiro, dado que a participação dessas importações passou de [CONFIDENCIAL]% em P1 para [CONFIDENCIAL]% em P5; e c) em relação à produção nacional, pois, em P1, representavam [CONFIDENCIAL]% desta produção e, em P5, já correspondiam a [CONFIDENCIAL]% do volume total produzido no país.

Em que pese a redução observada de P4 para P5, constatou-se aumento substancial das importações a preços de dumping, tanto em termos absolutos em relação a P1, quanto em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro, estes em relação a todos os períodos anteriores a P4.

Além disso, as importações objeto de dumping foram realizadas a preço CIF médio ponderado mais baixo que o preço médio das outras importações brasileiras em todos os períodos analisados.

7. DO DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

Conforme explicitado no item 5, para efeito da análise relativa à determinação de início da investigação, considerou-se o período de outubro de 2011 a setembro de 2016.

7.1. Dos indicadores da indústria doméstica

Em consonância com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, definiram-se como indústria doméstica as linhas de produção de tubos de aço inoxidável das empresas Aperam Inox Tubos do Brasil Ltda. e Marcegaglia do Brasil Ltda., que respondem por 100% da produção nacional do produto similar doméstico em P5, conforme se mencionou no item 4. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

Ademais, como já informado anteriormente, os indicadores da indústria doméstica incorporam alterações realizadas tendo em conta os resultados das verificações **in loco**.

Para adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pelas peticionárias, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo – Origem (IPA-OG), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

7.1.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de tubos de aço inoxidável de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica

	Vendas Totais (números-índices de t)	Vendas no Mercado Interno (números-índices de t)	Participação no Total (números-índices de %)	Vendas no Mercado Externo (números-índices de t)	Participação no Total (números-índices de %)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	102,4	102,3	100,0	112,3	100,0
P3	105,6	106,0	100,4	28,6	33,3
P4	80,8	80,3	99,4	166,0	200,0
P5	78,2	71,6	91,5	1.251,3	1.500,0

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno cresceu 2,3% de P1 para P2 e 3,7%, de P2 para P3, tendo havido queda nos intervalos seguintes – 24,2%, de P3 para P4, e 10,9%, de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de investigação, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno caiu 28,4% em P5, comparativamente a P1. Neste intervalo, a participação das vendas destinadas ao mercado interno no total decresceu [CONFIDENCIAL]p.p..

Com relação às vendas no mercado externo, houve aumento de 12,3% de P1 para P2 e, a despeito da redução de 74,6% verificada de P2 para P3, essas vendas retomaram trajetória de crescimento nos intervalos subsequentes – 481,5%, de P3 para P4, e 653,6%, de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, houve crescimento acumulado de 1.151,3%.

Ressalta-se, nesse ponto, que as vendas externas da indústria doméstica representaram, no máximo, [CONFIDENCIAL]% da totalidade de vendas de produto de fabricação própria ao longo do período de investigação de dano.

7.1.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

Apresenta-se, na tabela seguinte, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

	Vendas no Mercado Interno (números-índices de t)	Mercado Brasileiro (números-índices de t)	Participação (números-índices de %)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	102,3	101,9	100,2
P3	106,0	105,0	101,0

P4	80,3	94,2	85,3
P5	71,6	58,8	121,6

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável manteve-se praticamente inalterada de P1 para P2, quando aumentou [CONFIDENCIAL]p.p., o que foi seguido por aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. no intervalo seguinte (de P2 para P3). Após a queda de [CONFIDENCIAL]p.p. nessa participação, verificada de P3 para P4, houve aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, verificou-se crescimento de [CONFIDENCIAL]p.p. na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

A tabela seguinte esboça a distribuição do mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável consideradas as parcelas que couberam às vendas da indústria doméstica de fabricação própria, bem como as pertinentes às importações das origens investigadas e das demais.

Mercado Brasileiro

Em números-índices de %

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	100,2	577,8	90,8	100,0
P3	101,0	2.177,8	60,5	100,0
P4	85,3	4.900,0	26,4	100,0
P5	121,6	3.577,8	13,3	100,0

À exceção do intervalo de P4 para P5, quando houve queda de [CONFIDENCIAL]p.p., as importações das origens investigadas aumentaram sua participação no mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável em todos os intervalos analisados: [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4. Relativamente a P1, verificou-se crescimento de [CONFIDENCIAL]p.p. na participação das importações de Malásia, Tailândia e Vietnã no mercado brasileiro.

7.1.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

A produção do produto similar doméstico ocorre na planta da Aperam localizada em Ribeirão Pires (SP), sendo realizada por regime contínuo, com maquinário operando, normalmente, nos regimes de [CONFIDENCIAL], a depender do volume de vendas. A Marcegaglia, por sua vez, cuja planta está localizada em Garuva (SC), também produz em regime contínuo, de acordo com o cronograma de fabricação e sua carteira de pedido.

No caso da Aperam, outros produtos, incluindo tubos de aço inoxidável dos graus 317L, 409, 309 ou 444, compartilham as mesmas linhas de produção do produto similar doméstico. Já os outros produtos fabricados nas mesmas linhas da Marcegaglia são, basicamente, tubos de aço inoxidável da série 400, tendo havido a produção de tubos de aço carbono, ainda que com pouca representatividade.

Durante o período de investigação de dano, não houve mudança na capacidade instalada nominal da Aperam, ao passo que a Marcegaglia, em decorrência da instalação de nova linha de produção, contou com aumento, em P3, de sua capacidade.

Para fins de apuração de sua capacidade instalada nominal, a Aperam multiplicou por doze o maior volume mensal produzido, para cada linha de produção, ao longo do período de análise de dano como um todo, e alocou esse valor de P1 até P5, considerando-se que não houve alteração nessa capacidade. Já para o cálculo da capacidade efetiva, buscou-se, em cada período, qual foi o mês de maior produção e o volume encontrado foi, então, multiplicado por doze.

No período de investigação de dano, houve paradas na produção decorrentes de férias coletivas, ocasionadas por [CONFIDENCIAL]. De P1 a P5, essas paradas ocorreram nos intervalos: [CONFIDENCIAL].

Para o cálculo da capacidade instalada nominal da Marcegaglia, multiplicou-se por doze meses a maior capacidade efetiva mensal verificada, para cada linha de produção, em cada período de análise de dano. O cálculo da capacidade efetiva, por seu turno, considerou:

Capacidade efetiva = (horas disponíveis produção) x (produção efetiva por hora)

Onde: Horas disponíveis produção = (horas nominais disponíveis) – (paradas); Produção efetiva por hora = (produção) / (horas trabalhadas); Paradas = (**set-up**) + (manutenção) + (**laziness**: paradas para refeição, por exemplo); Horas trabalhadas = (horas programadas) – (**set-up**) – (manutenção) – (**laziness**)

A partir dessas fórmulas, calculou-se, para cada linha de produção, qual seria a capacidade instalada efetiva em cada mês do período de análise de dano. A fim de se evitarem distorções decorrentes da ausência de produção, em alguns meses, em determinada linha, foram somados os valores de cada um dos itens acima em cada período, calculando-se, então, a capacidade instalada efetiva ponderada.

Relativamente a paradas na produção, a Marcegaglia informou realizá-las anualmente, como férias coletivas. De P1 a P5, essas paradas ocorreram nos intervalos: [CONFIDENCIAL]. Outras paradas nos equipamentos se dão para manutenção corretiva e preventiva. Foram mencionadas as seguintes paradas significativas em algumas linhas de produção: [CONFIDENCIAL]

A capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, bem como o volume de produção do produto similar nacional e o grau de ocupação estão expostos na tabela a seguir.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

Em números-índices de toneladas

Período	Capacidade Instalada Efetiva	Produção (Produto Similar)	Produção (Outros Produtos)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	94,0	104,8	100,5	109,9
P3	131,9	112,0	99,1	81,9
P4	116,0	81,0	49,9	61,3
P5	111,2	80,4	47,0	62,6

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica cresceu 4,8% de P1 para P2 e 6,9% de P2 para P3, mas houve queda de 27,7% de P3 para P4 e de 0,7% de P4 para P5. De P1 para P5, o volume de produção diminuiu em 19,6%.

A produção de outros produtos também registrou decréscimo ao longo do período de análise, reduzindo-se em 53% de P1 para P5. Nos intervalos individuais, o volume de produção dos outros produtos cresceu 0,5% de P1 para P2, quando houve, na sequência, quedas de 1,5%, 49,6% e 5,9%, respectivamente, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5.

A capacidade instalada, quando considerados os extremos do período de análise de dano, apresentou crescimento de 11,2% em P5, comparativamente a P1. Ao longo dos intervalos individuais, a capacidade efetiva caiu 6% de P1 para P2, cresceu 40,3% de P2 para P3, voltando a se reduzir nos intervalos seguintes – 12% de P3 para P4 e 4,2% de P4 para P5.

O grau de ocupação da capacidade instalada cresceu [CONFIDENCIAL]p.p.de P1 para P2, mas se reduziu [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4, tendo havido aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. no intervalo seguinte, de P4 para P5. Relativamente a P1, observou-se, em P5, diminuição de [CONFIDENCIAL]p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

7.1.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período investigado, considerando o estoque inicial, em P1, de [CONFIDENCIAL]t.

Estoques

Em números-índices de toneladas

Período	Produção (+)	Vendas Mercado Interno (-)	Vendas Mercado Externo (-)	Importações/ Revendas (+/-)	Outras Entradas/ Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	104,8	102,3	112,3	118,6	-213,1	153,5
P3	112,0	106,0	28,6	100,8	-59,1	236,6
P4	81,0	80,3	166,0	77,7	166,7	230,7
P5	80,4	71,6	1.251,3	48,6	259,6	235,4

Registre-se que as vendas no mercado interno e no mercado externo já estão líquidas de devoluções. As outras entradas/saídas referem-se a: a) ajustes decorrentes de inventários físicos; b) baixas de estoques decorrentes de sinistros, perdas, danos ou roubos; c) baixas para sucata; d) baixa por consumo, quando o material passa por retrabalho, sendo necessário baixar o produto e apontá-lo novamente; e) baixa de materiais enviados para terceiros para industrialização por encomenda, e posterior entrada decorrente do retorno de material enviado; f) baixas e entradas de estoques decorrentes de transferências para ou de outros itens; g) remessa de amostras para clientes; e h) outros casos, como lançamentos sem identificação na movimentação (ajustes manuais / materiais em terceiros).

Relativamente ao item (e) supramencionado, trata-se de remessa para corte, por um fornecedor, de tubos produzidos na indústria doméstica, e não de produção (formação) de tubo (**tolling**).

O volume do estoque final de tubos de aço inoxidável da indústria doméstica aumentou 53,5%, de P1 para P2 e 54,1%, de P2 para P3; 14,9%. Houve queda de 2,5%, de P3 para P4, seguida de crescimento no interregno seguinte equivalente a 2%, de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, o volume do estoque final cresceu 135,4%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise:

Relação Estoque Final/Produção

Período	Estoque Final (números-índices de t) (A)	Produção (números-índices de t) (B)	Relação (A/B) (números-índices de %)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	153,5	104,8	146,6
P3	236,6	112,0	211,4
P4	230,7	81,0	285,2
P5	235,4	80,4	293,2

A relação estoque final/produção cresceu continuamente ao longo do período de análise de dano: [CONFIDENCIAL]p.p., de P1 para P2; [CONFIDENCIAL]p.p., de P2 para P3; [CONFIDENCIAL]p.p., de P3 para P4; e [CONFIDENCIAL]p.p., de P4 para P5. Comparativamente a P1, a relação estoque final/produção teve aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. em P5.

7.1.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica.

Conforme se mencionou no item 7.1.3, as peticionárias produzem segundo regime contínuo, com jornadas de [CONFIDENCIAL], a depender do volume de vendas.

Os dados relativos ao número de empregados e à massa salarial dos empregados envolvidos na linha de produção foram identificados a partir dos centros de custos das empresas. Para os empregados diretos e indiretos, nos casos em que não houve atribuição total do centro de custo a um ou a outro produto, considerou-se a participação do volume de produção dos tubos de aço inoxidável em relação ao volume total produzido em cada período. Para administração e vendas, verificaram-se os centros de custo que atendem às divisões dos tubos de aço inoxidável e utilizou-se a proporção sobre a representatividade do faturamento líquido do produto similar sobre o total da empresa.

Número de Empregados (em números-índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	101,8	98,8	78,9	86,1
Administração e Vendas	100,0	100,0	86,1	44,4	52,8
Total	100,0	101,5	96,5	72,8	79,7

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção cresceu 1,8% de P1 para P2, mas caiu 3% de P2 para P3 e 20,1% de P3 para P4, o que se modificou no interregno seguinte, de P4 para P5, quando houve aumento de 9,2%. Relativamente a P1, observou-se, em P5, diminuição de 13,9% nesse número.

O número de empregados em Administração e Vendas, por sua vez, ficou estável de P1 para P2, tendo oscilado negativamente em 13,9% e 48,4%, respectivamente, de P2 para P3 e de P3 para P4. No intervalo seguinte, de P4 para P5, houve aumento de 18,8%. Relativamente a P1, houve decréscimo de 47,2% em P5.

Em consequência, houve aumento no número total de empregados de P1 para P2 em 1,5%, seguido de reduções de 13,9% e 48,4%, respectivamente, de P2 para P3 e de P3 para P4, e de crescimento de 18,8%, de P4 para P5. Analisando-se os extremos da série, o número total de empregados caiu 47,2%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A tabela a seguir apresenta a produtividade por empregado da indústria doméstica em cada período de análise:

Produtividade por empregado ligado à produção

Período	Empregados ligados à produção (em números-índices)	Produção (em números-índices de t)	Produtividade (em números-índices de t/n)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	101,8	104,8	102,6
P3	98,8	112,0	113,3
P4	78,9	81,0	102,0
P5	86,1	80,4	93,1

A produtividade por empregado ligado à produção cresceu de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente, 2,6% e 10,4%, tendo decrescido nos intervalos subsequentes, 9,9%, de P3 para P4, e 8,7%, de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise de dano, a produtividade por empregado ligado à produção diminuiu 6,9%, como consequência de queda na produção superior à redução do número de empregados.

As informações sobre a massa salarial relacionada à produção/venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica encontram-se sumarizadas na tabela a seguir.

Massa Salarial

Em números-índices de mil R$ atualizados

---	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	98,5	90,4	93,0	79,8
Administração e Vendas	100,0	94,7	94,0	104,3	151,8
Total	100,0	97,6	91,3	95,7	96,9

Sobre o comportamento da massa salarial dos empregados da linha de produção, observaram-se reduções de 1,5% e 8,2%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, seguidas por aumento de 2,9%, de P3 para P4. De P4 para P5, registrou-se nova queda, de 14,3%. Na análise dos extremos da série, a massa salarial da linha de produção caiu 20,2% em termos reais.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas do produto similar cresceu 51,8% em P5, quando comparado com o início do período de análise, P1. Nos intervalos individuais, observaram-se quedas no indicador de 5,3% de P1 para P2 e 0,8% de P2 para P3, seguidas de aumentos nos intervalos seguintes: 11%, de P3 para P4, e 45,5%, de P4 para P5.

Com relação à massa salarial total, observou-se queda de 3,1% ao longo do período de análise de dano, de P1 para P5. Considerados os intervalos em separado, a massa total decresceu 2,4% e 6,5%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, e aumentou 4,9%, de P3 para P4, e 1,3%, de P4 para P5.

7.1.6. Do demonstrativo de resultado

7.1.6.1. Da receita líquida

A tabela a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida

Em números-índices de R$ atualizados

	---	Mercado Interno		Mercado Externo	
	Receita Total	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	100,2	100,2	100,0	99,0	100,0
P3	102,1	102,6	100,4	30,2	33,3
P4	85,5	85,0	99,4	159,1	200,0
P5	74,8	69,4	92,8	922,3	1.300,0

Conforme tabela anterior, a receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno cresceu de P1 para P2 (0,2%) e de P2 para P3 (2,4%), cursando com decréscimos nos interregnos seguintes equivalentes a 17,1% de P3 para P4 e 18,4% de P4 para P5. Ao se analisar os extremos da série, verificou-se diminuição de 30,6% da receita obtida no mercado interno.

A receita líquida obtida com as exportações do produto similar também variou ao longo do período de análise, nos seguintes percentuais: -1%, de P1 para P2; -69,5%, de P2 para P3; +426,1%, de P3 para P4; e +479,8%, de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou crescimento de 59,1%.

A receita líquida total, consequentemente, também oscilou ao longo do período de análise, havendo queda de [CONFIDENCIAL]% em P5, comparativamente a P1. Houve aumentos de [CONFIDENCIAL]% nessa receita, de P1 para P2, e de [CONFIDENCIAL]%, de P2 para P3, o que foi seguido por quedas de [CONFIDENCIAL]% e de [CONFIDENCIAL]%, respectivamente, de P3 para P4 e de P4 para P5.

7.1.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes da tabela seguinte, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de tubos de aço inoxidável, líquidas de devolução, apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica

Em números-índices de R$ atualizados/t

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	98,0	88,2
P3	96,7	105,8
P4	105,8	95,9
P5	97,0	73,7

O preço médio de venda no mercado interno declinou ao longo do período de análise de dano, à exceção do interregno de P3 para P4, quando aumentou 9,4%. Esse preço apresentou sucessivas reduções, em termos reais, nos demais intervalos, equivalentes a 2% de P1 para P2, 1,3% de P2 para P3, e 8,4% de P4 para P5. Considerados os extremos da série, houve queda acumulada de 3%.

O preço de venda praticado com as vendas para o mercado externo caiu 4,1% em P5, relativamente a P1. Nos intervalos individuais, esse preço decresceu 11,8% de P1 para P2, aumentou 19,9% de P2 para P3, e se reduziu novamente nos períodos seguintes: 9,4% de P3 para P4 e 23,1% de P4 para P5.

7.1.6.3. Dos resultados e margens

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultado obtido com a venda de tubos de aço inoxidável de fabricação própria no mercado interno.

As receitas e despesas operacionais foram calculadas com base em rateio, pela representatividade do faturamento líquido do produto similar nacional em relação ao faturamento total das empresas.

No que tange aos dados da Aperam pertinentes às despesas operacionais, cumpre notar que, em consequência dos resultados da verificação **in loco** constantes do Relatório respectivo, de 7 de julho de 2017, houve reclassificações e modificações do rol de contas que compunham a base de rateio, de modo que se procedeu à reestruturação dessas despesas a partir dos balancetes da Aperam de P1 até P5.

Demonstrativo de Resultados

Em números-índices de mil R$ atualizados

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	100,2	102,6	85,0	69,4
CPV	100,0	95,7	95,6	85,9	65,8
Resultado Bruto	-100,0	137,0	260,7	-133,1	119,5
Despesas Operacionais	100,0	94,8	84,3	77,2	87,4
Despesas administrativas	100,0	97,9	91,3	105,7	107,3
Despesas com vendas	100,0	101,9	84,1	82,3	75,8
Resultado financeiro (RF)	100,0	37,8	77,9	57,7	107,6
Outras despesas (OD)	100,0	216,1	89,3	72,8	26,5
Resultado Operacional	-100,0	-62,2	-35,9	-85,1	-58,4
Resultado Operac. s/RF	-100,0	-73,6	-16,2	-97,9	-35,3
Resultado Operac. s/RF e OD	-100,0	-39,4	1,4	-103,9	-37,4

O resultado bruto da indústria doméstica apresentou melhora de P1 para P2 (+237%), passando de prejuízo a lucro, o que se manteve de P2 para P3, quando o resultado cresceu 90,2%. De P3 para P4, com 151,1% de queda, verificou-se novo prejuízo bruto em P4. No interregno subsequente, considerado o aumento de 189,8% nesse indicador, verificou-se lucro bruto em P5. De P1 para P5, o resultado bruto com a venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica melhorou em 219,5%, passando de prejuízo a lucro.

Já o resultado operacional, negativo de P1 a P5, acumulou melhora de 41,6% considerados os extremos da série. Houve redução do prejuízo operacional de P1 para P2 e de P2 para P3 em, respectivamente, 37,8% e 42,4%, seguida de deterioração desse indicador no intervalo subsequente, com piora do prejuízo em 137,3% de P3 para P4. Observou-se redução do prejuízo operacional em 31,4%, ao se confrontar P5 com P4.

O resultado operacional, exceto resultado financeiro, negativo durante toda a série sob análise, apresentou redução do prejuízo em 26,4% e 78%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3. O resultado negativo se agravou no intervalo subsequente, de P3 para P4, quando houve piora em 504,4%. Houve recuperação de P4 para P5, com melhora do prejuízo em 63,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o prejuízo se reduziu o equivalente a 64,7%.

Desconsiderados resultado financeiro e outras despesas, o resultado operacional da indústria doméstica manteve-se negativo de P1 a P5, ressalvado P3. Verificou-se melhora do prejuízo em 60,6% de P1 para P2 e em 103,5% de P2 para P3, quando houve lucro. De P3 para P4, porém, esse indicador piorou em 7.628,2%, passando pela única vez no período de lucro a prejuízo, o que se seguiu de nova recuperação, em 64% de P4 para P5, ainda insuficiente para observação de resultado positivo. Considerados os extremos da série, o resultado operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas, cursou com melhora de 62,6% em P5, relativamente a P1.

Encontram-se apresentadas, na tabela a seguir, as margens de lucro associadas aos resultados detalhados anteriormente.

Margens de Lucro

Em números-índices de %

---	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	-100,0	142,1	257,9	-157,9	173,7
Margem Operacional	-100,0	-61,9	-34,5	-100,0	-84,2
Margem Operacional s/RF	-100,0	-73,4	-16,0	-116,0	-51,1
Margem Operacional s/RF e OD	-100,0	-39,5	1,3	-122,4	-53,9

A margem bruta, inicialmente negativa, se elevou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, tornando-se positiva, e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, com queda na sequência de [CONFIDENCIAL] p.p., de P3 para P4, do que decorreu a negativação dessa margem em P4. Houve aumento, de P4 para P5, de [CONFIDENCIAL] p.p., de modo que o indicador voltou a ser positivo em P5. Na comparação de P5 com P1, a margem bruta da indústria doméstica cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

A margem operacional, negativa em todos os períodos sob análise, apresentou comportamento semelhante, aumentando [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Após a queda de [CONFIDENCIAL] p.p. verificada de P3 para P4, houve recuperação de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Na comparação dos extremos da série, a elevação total foi equivalente a [CONFIDENCIAL] p.p.

A mesma tendência foi observada relativamente à margem operacional, exceto resultado financeiro, com aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, seguidos de queda, de P3 para P4, de [CONFIDENCIAL] p.p., e de novo crescimento de P4 para P5, equivalente a [CONFIDENCIAL] p.p.. Ao longo do período de análise, a referida margem se elevou em [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, na comparação com P1. Esse indicador também se mostrou negativo de P1 até P5.

Por último, a margem operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou melhora na comparação de P5 com o início da série (P1), de [CONFIDENCIAL] p.p. Na análise dos intervalos individuais, observaram-se crescimentos de P1 para P2 e de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente). Essa margem somente esteve positiva em P3. Com efeito, houve redução do indicador em [CONFIDENCIAL] p.p., de P3 para P4, seguida de melhora em [CONFIDENCIAL] p.p., de P4 para P5, insuficiente, no entanto, para que a margem se apresentasse positiva ao final da série.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por tonelada vendida.

Demonstrativo de Resultados

Em números-índices de R$ atualizados/t

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	98,0	96,7	105,8	97,0
CPV	100,0	93,5	90,2	107,0	91,9
Resultado Bruto	-100,0	133,9	245,8	-165,7	167,0
Despesas Operacionais	100,0	92,6	79,5	96,1	122,1
Despesas administrativas	100,0	95,6	86,1	131,6	149,9
Despesas com vendas	100,0	99,6	79,3	102,5	105,9
Resultado financeiro (RF)	100,0	37,0	73,5	71,9	150,3
Outras despesas (OD)	100,0	211,2	84,2	90,6	37,0
Resultado Operacional	-100,0	-60,8	-33,8	-105,9	-81,5
Resultado Operac. s/RF	-100,0	-72,0	-15,3	-121,8	-49,3
Resultado Operac. s/RF e OD	-100,0	-38,5	1,3	-129,3	-52,3

O CPV unitário, após se reduzir em 6,5% e em 3,6%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, cresceu no intervalo seguinte (P3 para P4) em 18,6%, quando houve novo decréscimo de 14,1%, de P4 para P5. Dessa forma, quando comparados os extremos da série, o CPV unitário acumulou redução de 8,1%.

O resultado bruto unitário da indústria doméstica variou positivamente de P1 para P2 (+233,9%), passando de prejuízo a lucro, o que se manteve de P2 para P3, quando o resultado cresceu 83,5%. De P3 para P4, houve queda de 167,4%, de modo que a indústria doméstica voltou a operar em prejuízo bruto em P4. No intervalo seguinte, esse quadro se reverteu diante de aumento de 200,8% nesse indicador, havendo lucro bruto em P5. Comparativamente a P1, o resultado bruto unitário com a venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica melhorou em 267% em P5, passando de prejuízo a lucro.

O resultado operacional unitário, por seu turno, manteve-se negativo durante todo o período de investigação de dano, a despeito da melhora de 18,5% desse indicador em P5, comparativamente a P1. Houve redução do prejuízo operacional de P1 para P2 e de P2 para P3 em, respectivamente, 39,2% e 44,4%, seguida de deterioração desse indicador no intervalo subsequente, com piora do prejuízo em 213,2% de P3 para P4. Na comparação de P5 com P4, observou-se redução do prejuízo operacional unitário em 23%.

O resultado operacional unitário, exceto resultado financeiro, negativo durante toda a série sob análise, apresentou comportamento no mesmo sentido, com melhora no prejuízo em 28% de P1 para P2 e em 78,8% de P2 para P3. No intervalo seguinte, esse resultado negativo se agravou, quando houve piora em 697,8%, de P3 para P4. A recuperação verificada de P4 para P5, com melhora do prejuízo em 59,5%, foi insuficiente para verificação de resultado positivo ao final da série. Ao se considerar todo o período de análise, o prejuízo unitário se reduziu o equivalente a 50,7%.

Por fim, o resultado operacional unitário da indústria doméstica, exceto resultado financeiro e outras despesas, manteve-se negativo de P1 a P5, à exceção de P3. Houve melhora do prejuízo em 61,5% de P1 para P2 e em 103,4% de P2 para P3, quando se verificou lucro. De P3 para P4, porém, houve deterioração em 10.040,2% desse indicador, que passou de lucro a prejuízo, o que se seguiu por nova recuperação, em 59,6% de P4 para P5, ainda que insuficiente para observação de resultado positivo. Considerados os extremos da série, observou-se melhora em 47,7% no resultado operacional unitário, excluído o resultado financeiro e outras despesas, em P5, comparativamente a P1.

7.1.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.1.7.1. Dos custos

No caso da Marcegaglia, tendo em vista a característica de haver produtos que, após fabricados, por serem cortados ou, então, cortados e embalados, têm sua codificação de produto alterada, entendeu-se ser mais adequado, para evitar duplicações ou necessidades de ajustes complexos, informar os custos dos produtos vendidos (CPV) efetivamente realizados para o produto similar, em cada um dos períodos do dano, em vez do custo de produção.

Conforme se observou na verificação **in loco**, os relatórios contábeis da empresa relativos ao CPV detalham as informações do custeio requeridas para fins de demonstração dos dados tal qual a tabela precedente, o que não ocorre relativamente aos dados de custo de produção. Assim, para a abertura do custo de produção nas rubricas em menção, haveria necessidade de levantamento de informações diversas para posterior alocação e rateio de valores, o que distorceria os dados, além da dificuldade de se rastrearem essas informações na contabilidade da empresa.

No caso da Aperam, verificou-se que, do sistema utilizado para gerar as informações relativas ao consumo de matéria-prima na produção, constavam os custos-padrão dessa rubrica, em vez do custo real, e que não havia possibilidade de se realizar o ajuste pertinente nem outra forma de obtenção desses dados.

Em consequência, restou inviabilizada a utilização dos custos de produção por rubrica da empresa e, por conseguinte, a divulgação, ainda que em bases confidenciais, dessas informações detalhadas por rubricas.

Assim, a tabela seguinte se refere aos dados de custos do produto vendido da Marcegaglia e da Aperam, considerando-se as quantidades vendidas para fins de se obterem os valores unitários.

Evolução dos Custos

Em números-índices de R$ atualizados/t

	P1	P2	P3	P4	P5
Custo dos Produtos Vendidos	100,0	93,7	90,3	107,2	91,9

Verificou-se que o custo unitário de tubos de aço inoxidável cresceu no interregno de P3 para P4, o equivalente a 18,7%, se reduzindo nos demais intervalos: 6,3% de P1 para P2, 3,7% de P2 para P3, e 14,2%, de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série, o CPV caiu 8,1% no acumulado.

7.1.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo e o preço, explicitada na tabela seguinte, indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de investigação de dano.

Participação do Custo no Preço de Venda

Período	Custo (A) (números-índices de R$ atualizados/t)	Preço no Mercado Interno (B) (números-índices de R$ atualizados/t)	(A) / (B) (números-índices de %)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	93,7	98,0	95,7
P3	90,3	96,7	93,4
P4	107,2	105,8	101,3
P5	91,9	97,0	94,8

A participação do custo no preço de venda diminuiu em todos os intervalos analisados, à exceção de P3 para P4, quando aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. Nos demais intervalos, houve decréscimo nessa razão de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, a participação do custo no preço de venda no mercado interno decresceu [CONFIDENCIAL] p.p..

7.1.7.3. Da comparação entre o preço do produto investigado e o similar nacional

O efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto investigado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, que ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência dessas importações.

A fim de se comparar o preço dos tubos de aço inoxidável importados da Malásia, da Tailândia e do Vietnã com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessas origens no mercado brasileiro.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido a partir dos dados das vendas líquidas reportadas na petição, calculados para cada código de identificação de produto (CODIP). Destaca-se que os valores e as respectivas quantidades de devoluções foram alocados às vendas do produto similar doméstico para o mercado interno proporcionalmente à quantidade vendida de cada operação reportada, considerando cada um dos períodos de investigação de dano.

O preço da indústria doméstica, para efeito de justa comparação com o preço do produto importado, foi ponderado pela participação de cada CODIP em relação ao volume total importado das origens investigadas. Nesse ponto, cumpre ressaltar que essa ponderação considerou: a) a característica do CODIP referente ao grau do aço (304 ou 316), dado ser essa a única passível de identificação em todas as operações de importação constantes dos dados da RFB; e b) a categoria do cliente.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil, em cada período de análise de dano, foram considerados os valores totais de importação do produto objeto da investigação na condição CIF, em reais, obtidos dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB, e os valores totais do imposto de importação (II), em reais. Foram, adicionalmente, calculados os valores totais do AFRMM, por meio da aplicação do percentual de 25% sobre o valor do frete internacional, quando pertinente, referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, e das despesas de internação, aplicando-se o percentual de 2,2% sobre o valor CIF de cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB. Esse percentual, a propósito, foi obtido a partir das repostas aos questionários dos importadores. Neste ponto, menciona-se que os dados reportados pela Jati foram ajustados, de modo a se excluírem valores reportados em duplicidade.

Em seguida, dividiu-se cada valor total supramencionado pelo volume total de importações objeto da investigação, a fim de se obter o valor por tonelada de cada uma dessas rubricas. Por fim, realizou-se o somatório dos valores unitários referentes ao preço de importação médio ponderado, ao Imposto de Importação, ao AFRMM e às despesas de internação de cada período, chegando-se ao preço CIF internado das importações objeto de dumping.

A tabela seguinte demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de análise de dano à indústria doméstica.

Subcotação do Preço das Importações das Origens Investigadas

----	P1	P2	P3	P4	P5
CIF (números-índices de R$/t)	100,0	99,3	96,2	127,6	127,4
II (números-índices de R$/t)	100,0	119,0	84,1	96,6	851,9
AFRMM (números-índices de R$/t)	100,0	99,0	94,8	126,7	56,3
Despesas de internação (números-índices de R$/t)	100,0	99,3	96,2	127,6	127,4
CIF Internado (números-índices de R$/t)	100,0	99,5	95,9	127,2	126,8
CIF Internado (números-índices de R$ atualizados/t)	100,0	94,1	85,2	109,8	100,3
Preço Ind. Doméstica[1] (números-índices de R$ atualizados/t)	100,0	109,3	100,6	109,5	100,9
Subcotação (números-índices de R$ atualizados/t)	100,0	1.461,5	1.476,2	84,2	152,6

[1] Preço ponderado pela participação de cada CODIP em relação ao volume total importado das origens investigadas, consideradas as categorias de clientes.

Da análise do quadro, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado das origens investigadas, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos.

A despeito de o CPV ter diminuído na série analisada, ressalvado o intervalo de P3 para P4, a indústria doméstica operou em prejuízo operacional e com margens negativas de P1 até P5.

De P3 para P5, em que pese a indústria doméstica tenha aumentado seu preço de venda em 0,2%, inexistindo, portanto, depressão de preços, essa majoração foi insuficiente para acompanhar a evolução do CPV, que cresceu 1,8%. Dessa forma, houve piora na relação CPV/preço, restando caracterizada a ocorrência de supressão. Com isso, todos os resultados financeiros da Aperam e da Marcegaglia pioraram no intervalo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.1.8. Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping dos produtores/exportadores do produto objeto da investigação identificados em P5, da Malásia, da Tailândia e do Vietnã, afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável fabricados pelas empresas não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

Considerando que o montante correspondente ao valor normal representa o menor preço pelo qual uma empresa pode exportar determinado produto sem incorrer na prática de dumping, procurou-se quantificar a qual valor os tubos de aço inoxidável chegariam ao Brasil, considerando os custos de internação, caso aquele preço fosse praticado nas suas exportações.

Para isso, os produtores/exportadores de cada origem foram classificados em três grupos, a saber:

- Grupo 1: empresas que responderam adequadamente ao questionário do produtor/exportador e tiveram suas margens de dumping apuradas individualmente;

- Grupo 2: empresas identificadas, porém não selecionadas para responder ao questionário do produtor/exportador; e

- Grupo 3: empresas que, embora selecionadas para responder ao questionário do produtor/exportador, permaneceram silentes.

Especificamente no caso na Malásia, como não houve seleção nos termos do art. 28 do Regulamento Brasileiro, foram incluídas no grupo 3 todas as empresas que não responderam ao questionário do produtor/exportador.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das empresas identificadas nos respectivos grupos.

Malásia	**Grupo 1**	Pantech Stainless & Alloy Industries Sdn Bhd
	Grupo 2	-
	Grupo 3	Roland Gensteel Industrial (Malaysia) Sdn. Bhd
		Superinox Max Fittings Industry Sdn.Bhd
		Superinox Pipe Industry Sdn. Bhd.
Tailândia	**Grupo 1**	Thai-German Products Public Co., Ltd.
	Grupo 2	Viax International Co., Ltd.
	Grupo 3	Eastern Metal Treinding Co., Ltd.
Vietnã	**Grupo 1**	Hoa Binh Production Trading Co., Ltd. (Inoxhoabinh Mill)
		Inox Hoa Binh Joint Stock Company (Inoxhoabinh Mill)
		Vinlong Stainless Steel (Vietnam) Co., Ltd.
	Grupo 2	Oss Daiduong International Joint Stock Company
		Sonha International Corporation
		Sonha Ssp Vietnam Sole Member Co., Ltd.
		Tien Dat Trade Import & Export Company Limited
	Grupo 3	-

Para as empresas do grupo 1, calculou-se valor normal, na condição CIF internado, a partir de suas respectivas respostas ao questionário. Utilizou-se, como ponto de partida o valor normal **ex fabrica**, considerado no cálculo da margem de dumping, atribuído às combinações CODIP/categoria de cliente/mês da venda para as quais houve exportação das empresas para o Brasil em P5. Adicionaram-se as despesas necessárias para levar a mercadoria até o porto brasileiro. Essas despesas foram apuradas com base nos dados de cada empresa e, quando necessário, nos dados de importação fornecidos pela RFB.

Também foram somados o imposto de importação, o AFRMM e as despesas de internação. Essas rubricas foram calculadas com base na mesma metodologia descrita no item 7.1.7.3, porém utilizando-se os dados relacionados especificamente às operações de cada empresa.

Especificamente no caso das empresas vietnamitas do grupo 1, utilizaram-se o valor normal **ex fabrica** e as despesas para levar a mercadoria até o porto de origem apurados para a TGPRO, porém considerando as combinações CODIP/categorias de cliente/mês da venda para as quais houve exportação do produto objeto da investigação dessas empresas para o Brasil em P5. As despesas restantes (frete e seguro internacional, imposto de importação, AFRMM e despesas de internação) foram calculadas considerando os dados das próprias empresa e os disponibilizados da RFB. [CONFIDENCIAL].

Para o preço da indústria doméstica, considerou-se o valor **ex fabrica** (líquido de abatimentos, frete interno, seguro interno, tributos e devoluções) atribuído às combinações CODIPs/categoria de cliente/mês da venda para os quais houve exportação do produto objeto da investigação de cada empresa para o Brasil em P5.

Os valores foram então convertidos de reais para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data de cada operação de venda.

Para as empresas do grupo 2, tanto o valor normal CIF internado quanto preço da ID foi calculado com base na média dos valores apurados para as empresas do grupo 1, ponderada pelos respectivos volumes importados.

Para as empresas do grupo 3, o valor normal, na condição FOB, foi calculado por meio da mesma metodologia utilizada para fins de início da investigação (construção a partir do custo de produção), porém com atualizações nos dados decorrentes das verificações **in loco**. O valor normal FOB foi convertido para a condição CIF internado por meio da adição do frete e do seguro internacionais, do imposto de importação, do AFRMM e das despesas de internação, apurados conforme descrito anteriormente. Já o preço da indústria doméstica para o grupo 3 também levou em conta o valor **ex fabrica** (líquido de abatimentos, frete interno, seguro interno, tributos e devoluções), porém considerando todas as operações de venda da Aperam e da Marcegaglia em P5.

Considerou-se na comparação entre os valores normais CIF internados e os preços da indústria doméstica o grau do aço do tubo exportado para o Brasil, característica identificada nos dados de importação fornecidos pela RFB.

A par da comparação efetuada conforme detalhado neste item, constatou-se que, na ausência da prática de dumping, o produto objeto da investigação ingressaria no mercado brasileiro, em média, **US$ 99,30/t (noventa e nove dólares estadunidenses e trinta centavos por tonelada)** acima do preço o preço praticado pela indústria doméstica, inexistindo, nestas condições, subcotação.

7.1.9. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa da indústria doméstica. Tendo em vista a impossibilidade de as empresas apresentarem fluxos de caixa completos e exclusivos para a linha de produção de tubos de aço inoxidável, a análise do fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios das peticionárias.

Fluxo de Caixa

Em números-índices de mil R$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-100,0	-93,7	56,2	8,0	211,2
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-100,0	-144,0	-71,5	-1,5	3,2
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	94,5	3,2	-5,6	-119,2
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	-141,3	244,1	-17,3	203,4

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica, inicialmente positivo em P1, caiu 241,3%, passando a ser negativo em P2. De P2 para P3, o indicador aumentou 272,7%, atingindo seu maior resultado. De P3 para P4, contudo, observou-se variação negativa de 107,1%, passando a figurar como negativo novamente em P4. Houve melhoria de 1.279% no indicador no intervalo de P4 para P5. Quando considerados os extremos da série (de P1 para P5), constatou-se melhoria de 103,4% no indicador, com redução do déficit de caixa gerado pelas empresas.

7.1.10. Do retorno sobre os investimentos

Apresenta-se, na tabela seguinte, o retorno sobre investimentos, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica pelos valores do ativo total de cada período, constantes das demonstrações financeiras das empresas. Ou seja, o cálculo refere-se aos lucros e ativo das peticionárias como um todo, e não somente os relacionados ao produto similar.

Retorno dos Investimentos

Em números-índices de mil R$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	-100,0	-160,3	-58,8	-34,1	-145,0
Ativo Total (B)	100,0	107,0	107,3	96,5	80,1
Retorno (A/B) (%)	-100,0	-150,0	-55,0	-35,0	-180,0

A taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica, negativa em todos os períodos analisados, decresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2. A despeito da melhora verificada de P2 para P3 e de P3 para P4, quando a taxa aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. e[CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, voltou a apresentar queda de P4 para P5, de [CONFIDENCIAL] p.p.. Considerando os extremos do período de análise de dano, houve queda de [CONFIDENCIAL] p.p. do indicador em questão.

7.1.11. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, e não exclusivamente para a produção do produto similar. Os dados aqui apresentados foram apurados com base nos balancetes trimestrais relativos às demonstrações financeiras das empresas relativas ao período de dano.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

Em números-índices de mil R$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Ativo Circulante	100,0	103,0	125,4	103,6	73,5
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,0	137,9	44,2	48,0	45,8
Passivo Circulante	100,0	99,3	117,6	81,7	48,4
Passivo Não Circulante	100,0	125,9	99,7	91,6	126,2
Índice de Liquidez Geral	100,0	101,3	97,4	109,1	93,5
Índice de Liquidez Corrente	100,0	104,4	106,7	127,8	152,2

O índice de liquidez geral oscilou durante o período sob análise: +1,3% de P1 para P2, -3,8% de P2 para P3, 12% de P3 para P4 e -14,3% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, esse indicador decresceu 6,5%.

O índice de liquidez corrente, por sua vez, aumentou continuamente de P1 até P5, acumulando crescimento de 52,2%. Analisando-se os intervalos separadamente, os aumentos foram calculados em: 4,4% de P1 para P2, 2,1% de P2 para P3, 19,8% de P3 para P4 e 19,1% de P4 para P5.

7.1.12. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno aumentou 2,3% e 3,7%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, apresentando quedas consecutivas nos demais interregnos: 24,2% (P3-P4) e 10,9% (P4-P5). Considerando-se o intervalo de P1 a P5, a diminuição atingiu o patamar de 28,4%.

De P1 para P2, as vendas da indústria doméstica cresceram 2,3%, quando o mercado brasileiro aumentou 1,9%, preponderantemente como resultado do aumento das importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã (+498,3%). No período, houve decréscimo das importações das outras origens (-7,4%). Na comparação com P1, a indústria doméstica ganhou [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado brasileiro, movimento discreto frente ao comportamento das importações investigadas, que ganharam [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado.

De P2 para P3, quando já estava em vigor direito antidumping contra China e Taipé Chinês, as vendas internas da indústria doméstica cresceram 3,7% e ganharam [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado brasileiro, ao passo que as importações das outras origens caíram 31,4% e perderam [CONFIDENCIAL]p.p. em participação. Nesse intervalo, verificou-se aumento de 290,6% ([CONFIDENCIAL]t) no volume importado das origens investigadas, cuja participação no mercado brasileiro cresceu [CONFIDENCIAL]p.p..

De P3 para P4 esse cenário se modifica, vez que o mercado brasileiro sofre 10,3% de retração. Nesse intervalo, na contramão da indústria doméstica, que sofreu 24,2% de redução em suas vendas internas, e das outras origens, cujas importações caíram 60,8%, as importações das origens investigadas conseguiram crescer 101,7%, atingindo, em P4, seu maior nível ([CONFIDENCIAL]t) no período de análise de dano. De P3 para P4, a indústria doméstica perdeu [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado, as importações das outras origens, [CONFIDENCIAL]p.p., enquanto as importações investigadas responderam por [CONFIDENCIAL]% do mercado em P4, dado o incremento de participação de [CONFIDENCIAL]p.p., comparativamente a P3.

De P4 para P5, o mercado brasileiro apresentou a retração mais significativa de todo o período de análise, de 37,5%, de modo que o menor volume foi verificado em P5. Nesse interregno, caíram tanto as vendas da indústria doméstica (-10,9%, [CONFIDENCIAL]t), quanto as importações das

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

origens investigadas (-54,4%, [CONFIDENCIAL]t) e das demais (-68,7%, [CONFIDENCIAL]t), que já vinham declinando desde P1. No intervalo em destaque, a indústria doméstica logrou ganhar [CONFIDENCIAL]p.p. em participação no mercado, ao passo que as importações investigadas e as outras origens perderam, respectivamente, [CONFIDENCIAL]p.p. e [CONFIDENCIAL]p.p. em participação.

Durante o período de análise de dano, de P1 para P5, quando o mercado brasileiro retraiu 41,2%, as importações investigadas cresceram 2.049%, enquanto as vendas da indústria doméstica e as importações das outras origens caíram, no mesmo período, respectivamente 28,4% e 92,2%. Em termos de participação no mercado, as vendas da indústria doméstica ganharam [CONFIDENCIAL]p.p. e as importações investigadas, [CONFIDENCIAL]p.p., frente à queda de [CONFIDENCIAL]p.p. na participação das importações das outras origens em P5, na comparação com P1. Considerados P1 até P5, a indústria doméstica encolheu em termos absolutos, mas não em termos relativos.

Merece destaque, nesse ponto, análise do crescimento da indústria doméstica em P4, comparativamente a P1. Com efeito, deve-se ponderar que, a despeito do impacto positivo, sobre seus indicadores, advindo da aplicação de medida antidumping sobre as importações de China e Taipé Chinês, o cenário de dano experimentado pelos produtores nacionais em P4 é ainda mais severo que aquele verificado em P1. Houve queda nas vendas no mercado interno (-19,7%), com perda de [CONFIDENCIAL]p.p. em participação no mercado. Nesse interregno, quando o mercado se retraiu 5,8%, as importações das origens investigadas cresceram 4.613%, ganhando [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado, quando as demais importações perderam [CONFIDENCIAL]p.p., caindo 75,1% em termos de volume. Comparativamente a P1, a indústria doméstica encolheu, em P4, tanto em termos absolutos, quanto relativos.

7.2. Do resumo dos indicadores de dano à indústria doméstica

A análise da evolução dos indicadores da indústria doméstica deve se dar período a período, vez que considerações embasadas em avaliações de pontas do período prejudicariam a determinação do impacto das importações originárias de Malásia, Tailândia e Vietnã.

De início, frise-se que, em P1 e P2, a indústria doméstica já enfrentava quadro de prejuízo em seus indicadores de rentabilidade, sobremaneira decorrente da concorrência desleal com os produtos originários de China e Taipé Chinês a preços de dumping. Com efeito, àquela época, as importações de tubos de aço inoxidável dessas origens eram responsáveis por [CONFIDENCIAL]% das importações, em P1, e [CONFIDENCIAL]% desse volume em P2, enquanto as importações originárias da China, da Malásia e do Vietnã representavam somente [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente. As importações investigadas, porém, cresceram a tal ponto desde P1 que, em P3, já respondiam por [CONFIDENCIAL]% do volume importado. Esse crescimento das importações das origens investigadas, que, até P3, deslocaram principalmente as importações anteriormente oriundas da China e de Taipé Chinês, em P4 passaram a afetar também o desempenho da indústria doméstica, causando nova deterioração em seus indicadores. Em P4, período em que os indicadores de dano da indústria doméstica estavam significativamente comprometidos, essas importações já respondiam por [CONFIDENCIAL]% daquele volume e, em P5, perfaziam [CONFIDENCIAL]% do total importado.

Com efeito, de P1 para P2, a indústria doméstica apresentou aumentos de 2,3% e 4,8%, respectivamente, em suas vendas internas e produção, interregno em que os estoques também se elevaram em 53,5%, ocasionando aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. na relação estoque/produção. O preço caiu 2% e o CPV, 6,3%, com queda de [CONFIDENCIAL] p.p. na relação custo/preço. A indústria doméstica operou com relação custo/preço de [CONFIDENCIAL] % em P1. Malgrado esse indicador tenha melhorado para [CONFIDENCIAL] % em P2, tal avanço ainda não foi suficiente para fazer com que a receita líquida superasse o CPV e as despesas operacionais. A despeito de o resultado bruto unitário ter melhorado em 233,9%, passando de prejuízo em P1 a lucro em P2, os resultados operacionais unitários permaneceram em patamares de prejuízo, com as respectivas margens negativadas. O resultado operacional unitário melhorou 39,2% e a margem, [CONFIDENCIAL] p.p.. Desconsiderado o resultado financeiro, o prejuízo operacional decresceu 28% e a margem, [CONFIDENCIAL] p.p.. Ao se desconsiderarem, também, as outras despesas, esse resultado melhorou 61,5% e a margem respectiva, [CONFIDENCIAL] p.p.. De P1 para P2, o número de empregados ligados à produção cresceu 1,8%, mas a massa salarial respectiva caiu 1,5%.

De P2 para P3, a indústria doméstica logrou apresentar relativa melhora em seus indicadores de desempenho. Majorou seu volume de vendas internas em 3,7%, o que fez com que sua participação no mercado brasileiro aumentasse [CONFIDENCIAL]p.p.. A produção cresceu 6,9% e os estoques, 54,1%, com aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. na relação estoque/produção. O preço caiu 1,3% e o CPV, 3,7%, com queda de [CONFIDENCIAL] p.p. na relação custo/preço. Com efeito, em P3, ocorre elevação de todos os resultados da indústria doméstica, sendo este o único período em que esta opera com resultados bruto e operacional (excluídas as despesas e receitas financeiras e as outras despesas e receitas operacionais) positivos. As melhoras nos resultados unitários, de P2 para P3, equivaleram a: 83,5% (resultado bruto), 44,4% (resultado operacional), 78,8% (resultado operacional exceto resultado financeiro) e 103,4% (resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais). Esse comportamento, aliado ao crescimento do volume de vendas, fez com que as respectivas massas e margens de lucro também se incrementassem no período. De P2 para P3, o número de empregados ligados à produção caiu 3% e a massa salarial, 8,2%.

Já em P4, a indústria doméstica viu sua participação nesse mercado ser reduzida de [CONFIDENCIAL]% para [CONFIDENCIAL]% (queda de [CONFIDENCIAL]p.p.). Simultaneamente, de P3 para P4, houve redução de 24,2% no volume de vendas da indústria doméstica. Quanto aos indicadores de rentabilidade, estes passam a ser todos negativos em P4, em decorrência das seguintes contrações observadas em relação ao período anterior: 167,4% (resultado bruto unitário), 213,2% (resultado operacional unitário), 697,8% (resultado operacional unitário exceto resultado financeiro) e 10.040,2% (resultado operacional unitário exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais). No intervalo, também evidenciam desempenhos negativos os seguintes indicadores: número de empregados relacionados à produção (redução de 20,1%), volume de produção do produto similar doméstico (queda de 27,7%) e relação custo/preço (piora de [CONFIDENCIAL] p.p.). Não se pode olvidar que, de P3 para P4 (assim como de P4 para P5) constatou-se contração do mercado brasileiro, de modo que as vendas da indústria doméstica caíram não somente em termos absolutos, mas também em relação à sua participação no mercado. Os efeitos da contração são tratados no item 8.4.

De P4 para P5, a indústria doméstica obteve, novamente, relativa recuperação, porém ainda insuficiente para retomar os patamares observados em P3 e para fazer com que apresentasse resultados positivos. Em que pese a diminuição de 10,9% no volume de vendas da indústria doméstica em P5, na comparação com P4, sua participação no mercado brasileiro cresceu [CONFIDENCIAL]p.p., atingindo [CONFIDENCIAL]%. Apesar da redução no preço de vendas no período (8,4%), a relação custo/preço apresentou melhora de [CONFIDENCIAL] p.p., devido à queda mais acentuada havida no CPV (14,2%). Os resultados unitários da indústria doméstica, por sua vez, apresentaram os seguintes aumentos: 200,8% (resultado bruto), 23% (resultado operacional), 59,5% (resultado operacional exceto resultado financeiro) e 59,6% (resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais). Mesmo assim, à exceção do resultado bruto, todos esses resultados revelaram-se negativos em P5. As massas e as margens de lucro no período também apresentaram comportamento análogo, evidenciando melhora no resultado das empresas, porém ainda negativos (mais uma vez, à exceção do resultado bruto).

Por fim, ao se comparar o desempenho econômico-financeiro da indústria doméstica em P5 com aquele observado em P3, constata-se que a melhora havida de P4 para P5 ainda não foi suficiente para que esta se recuperasse do quadro de dano ocasionado pelas importações a preços de dumping. De P3 para P5, o volume de vendas da indústria doméstica se reduziu em 32,5%. Não obstante, dada a contração no mercado brasileiro, a participação da indústria doméstica na demanda aumentou [CONFIDENCIAL]p.p.. A relação custo/preço no período piorou [CONFIDENCIAL] p.p. Com isso, seus resultados unitários revelaram as seguintes diminuições: 32,1% (resultado bruto), 141,1% (resultado operacional), 223,1% (resultado operacional exceto resultado financeiro) e 4.119,4% (resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais). Todos esses resultados, com exceção do resultado bruto, passaram a ser negativos em P5. As margens e massas de lucro também apresentaram comportamento similar. Ademais, de P3 para P5, verificaram-se os seguintes níveis de deterioração nos indicadores: produção do produto similar (28,2%), capacidade instalada efetiva (15,7%) e seu grau de ocupação ([CONFIDENCIAL] p.p.), estoques (queda de 0,5%), relação estoque final/produção (aumento de [CONFIDENCIAL]p.p.), número de empregados ligados à produção (queda de 12,8%) e massa salarial dos empregados ligados à produção (redução de 11,8%).

7.3. Das manifestações a respeito do dano

Acerca da comparação entre o preço do produto investigado e o similar nacional, a APRODINOX alegou, em 3 de agosto de 2017, que deveriam ser efetuados ajustes de modo a refletir o hiato temporal existente entre a data da compra da mercadoria importada e o seu respectivo desembaraço. Segundo a associação, poder-se-ia assumir, "por hipótese" um intervalo médio de 150 dias entre a compra e o desembaraço do produto objeto da investigação. Já para a indústria doméstica, assumiu, "também por hipótese e simplicidade" que a data da compra coincidiria com a data da entrega. Assim, admitindo os intervalos anteriores, sugeriu que o preço das importações desembaraçadas de outubro de 2015 a setembro de 2016 fosse comparado com as vendas da indústria doméstica realizadas entre abril de 2015 e maio de 2016.

Quanto ao preço de venda da indústria doméstica, a associação chamou atenção para a variação positiva de 0,3% de P3 para P5.

No tocante à capacidade instalada da indústria doméstica, a APRODINOX questionou a metodologia adotada pela Aperam para apuração de sua capacidade efetiva. A Aperam calculou este indicador a partir da multiplicação por doze, em cada período, da maior produção mensal verificada. Segundo a APRODINOX, tal metodologia não refletiria os momentos de indisponibilidade dos equipamentos, como tempos de parada, de **setup** e de manutenção, resultando, portanto, em capacidade e ociosidade superestimadas.

Por outro lado, a metodologia adotada pela Marcegaglia refletiria adequadamente a realidade da indústria doméstica. Segundo a associação, "o procedimento adotado pela Marcegaglia, descrito no § 223 do Parecer de abertura, reflete justamente esse entendimento. A capacidade efetiva subtrai da capacidade nominal os tempos de parada, de setup, de manutenção, entre outros momentos de indisponibilidade dos equipamentos".

Em 30 de agosto de 2017, a indústria doméstica ofereceu contrarrazões quanto à existência de dano material. Neste sentido, destacou que o aumento de 0,3% no preço de venda do produto similar doméstico foi acompanhado de elevação mais significativa no custo de produção, o que teria ocasionado deterioração de todas as margens de rentabilidade no período.

No que tange à defasagem temporal proposta pela APRODINOX para a subcotação, a indústria doméstica alegou que, além de também haver produção doméstica contra pedido, não haveria nenhuma informação que corroborasse os prazos hipotéticos apresentados.

Sobre a metodologia de cálculo da capacidade instalada efetiva da Aperam, a indústria doméstica lembrou que a metodologia teria sido verificada e aceita pela autoridade investigadora. Ademais, uma vez que foram considerados volumes de produção mensais, e não diários, os tempos de parada já estariam considerados no cálculo, pois não se esperaria que a produção de um mês completo ocorresse sem qualquer necessidade de interrupção para manutenção, trocas de **setups** e perdas de eficiência.

7.4. Dos comentários acerca das manifestações a respeito do dano

A APRODINOX sugeriu ajuste na comparação entre o preço do produto objeto da investigação, internado no Brasil, e o preço da indústria doméstica, levando em conta o intervalo temporal existente entre a venda daquele no exterior e o seu desembaraço no Brasil. Segundo o raciocínio da parte, ao se compararem vendas da indústria doméstica de um dado período com importações desembaraçadas no mesmo período estar-se-ia incorrendo em imprecisão, uma vez que a decisão do importador entre adquirir o produto nacional ou o importado teria se dado na data da venda, e não do desembaraço. Dessa forma, os períodos utilizados para selecionar as vendas da indústria doméstica deveriam corresponder aos períodos em que ocorreram os desembaraços das importações, porém deduzidos de uma defasagem. Essa defasagem, que "por hipótese" corresponderia a 150 dias, equivaleria à diferença entre à venda no exterior e seu desembaraço no Brasil.

A partir das respostas ao questionário do importador, buscou-se averiguar quais seriam, de fato, os intervalos existentes entre a venda do produto objeto da investigação e seu desembaraço. Esses intervalos, estimados por meio das diferenças entre as datas do embarque e do desembaraço, corresponderam aos seguintes valores médios: 33 dias para a Malásia, 36 dias para a Tailândia e 40 dias para o Vietnã.

Dessa forma, atendendo ao pleito da parte, realizou-se comparação entre o preço do produto objeto da investigação e o similar doméstico, levando-se em conta as defasagens apuradas por origem. Essas defasagens também foram consideradas para o cálculo dos índices médios de preços utilizados para a atualização dos valores. O cotejo sob comento foi efetuado somente de P2 a P5, uma vez que os dados defasados da indústria doméstica para comparação com as mercadorias desembaraçadas em P1 demandariam operações anteriores a 1º de outubro de 2011, as quais não se encontram disponíveis para análise.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Afora as especificidades mencionadas anteriormente, o exercício seguiu a mesma metodologia descrita no item 7.1.7.3. A tabela a seguir demonstra os resultados alcançados.

Subcotação das Origens Investigadas com Defasagem Temporal (em números-índices de R$)

	P2	P3	P4	P5
CIF	100,0	96,9	128,5	128,3
Imposto de Importação	100,0	95,8	128,0	128,3
AFRMM	100,0	70,6	81,2	60,8
Despesas de Internação	100,0	96,9	128,5	128,3
CIF Internado	100,0	96,4	127,9	127,4
CIF Internado R$ atualizados/t	100,0	90,5	116,7	106,6
Preço Ind. Doméstica R$ atualizados/t	100,0	90,4	100,5	90,7
Subcotação R$ atualizados/t	100,0	89,9	6,6	- 1,3

Como se observa a partir do resultado apresentado, ao se defasarem os períodos de venda da indústria doméstica, foi constatada subcotação em P2, P3 e P4, inexistindo, porém, em P5.

Um aspecto que não pode ser negligenciado, neste ponto, é que a indústria doméstica, ao longo de todo o período de análise de dano, apresentou todas as suas margens de lucro operacional negativas (com exceção da margem operacional, excluídos o resultado financeiro e as outras despesas e receitas operacionais de P3, a qual equivaleu a [CONFIDENCIAL] %). Dessa forma, o preço praticado pela Aperam e pela Marcegaglia no período foi insuficiente para cobrir seu CPV e suas despesas operacionais em conjunto, seja considerando, seja desconsiderando o resultado financeiro e as outras despesas e receitas operacionais.

O Artigo 3.2 do Acordo Antidumping determina que a autoridade investigadora deve "considerar", na análise do efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica, se houve subcotação de preços "ou" se as importações a preços de dumping tiveram por consequência a depressão ou a supressão dos preços da indústria doméstica. Ademais, em sua sentença final, o Acordo esclarece que "**no one or several of these factors can necessarily give decisive guidance**".

Posta assim a questão, entende-se que a ausência de subcotação em P5, por si, não permite concluir pela ausência de efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica, especialmente considerando a situação de prejuízo operacional vivenciada por esta no período.

Neste mesmo sentido, o Órgão de Solução de Controvérsias já se pronunciou, em mais de uma ocasião, acerca da prescindibilidade de se efetuar determinação positiva sobre a existência de subcotação para se concluir quanto aos efeitos das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica. Confira-se, a título de exemplificação, o que o Painel afirmou no caso **European Communities - Antidumping Measure on Farmed Salmon from Norway (EC - Salmon)**:

It is clear that the text of Article 3.2 provides no methodological guidance as to how an investigating authority is to "consider" whether there has been significant price undercutting. It is also clear that while the question of significant price undercutting must be considered, a finding of significant price undercutting is not necessary to a finding that dumped imports have had an effect on prices […] (para. 7.638)

De modo análogo, no caso **Korea – Anti-Dumping Duties on Imports of Certain Paper from Indonesia (WT/DS312)**, o Painel assim decidiu:

Article 3.1 provides that an injury determination under the Agreement requires an examination of (a) the volume of dumped imports, (b) effect of dumped imports on the prices of the domestic industry and (c) the consequent impact of these imports on the domestic industry in the importing country. Article 3.2 sets out details pertaining to the examination of the volume of dumped imports and their impact on the domestic industry's prices. Regarding the price analysis, Article 3.2 stipulates that the IA has to consider whether dumped imports have had one of the three possible effects on the prices of the domestic industry: (a) significant price undercutting, (b) significant price depression or (c) significant price suppression. In our view, what Article 3.2 requires is that the IA consider whether or not any of these three price effects are present in a given investigation. It does not, however, require that a determination be made in this regard. Finally, we note that the last sentence of Article 3.2 mentions that no one or several of these three injury factors can necessarily give decisive guidance. That is, even if the IA finds certain positive trends with respect to some of these factors, it can nevertheless reach the conclusion that there is injury, provided that that decision is premised on positive evidence and reflects an objective examination of the evidence as required by Article 3.1 of the Agreement. (para. 7.242)

[…]

One initial issue raised in these proceedings with respect to the KTC's price analysis is whether, in an investigation where the prices of dumped imports were above, or equal to, those of the domestic industry in certain segments of the injury POI, the IA is precluded from finding that dumped imports had a negative effect on the domestic industry's prices. In our view, as long as the IA's analysis conforms to the requirements of Article 3.1 of the Agreement, that is, an objective examination based on positive evidence, changes in the relative levels of prices of dumped imports and the domestic industry during the POI do not necessarily preclude the IA from concluding that dumped imports had negative effects on prices. We therefore do not agree with Indonesia's argument that because the prices of dumped imports remained above, or equal to, those of the domestic industry in certain segments of the POI, the KTC could not conclude that the Korean industry was suffering material injury. […] (para. 7.243)

Constatou-se, ademais, que houve supressão dos preços da indústria doméstica em P5, especialmente se comparado a P3 (período a partir do a qual a indústria doméstica encontrava-se protegida contra as importações a preços de dumping originárias da China e de Taipé Chinês). Além disso, a ausência de subcotação em P5 deve-se, em grande medida, ao fato de a indústria doméstica não haver conseguido praticar preços suficientes para operar em situação de lucro operacional.

Acerca da elevação no preço de venda da indústria doméstica, de P3 para P5, deve-se lembrar que esta foi acompanhada de majoração mais significativa no CPV, o que fez com que todas as margens de lucro das empresas (Aperam e Marcegaglia) piorassem.

Quanto ao cálculo da capacidade instalada efetiva da Aperam, cumpre assinalar que nem o Acordo Antidumping, em seu Artigo 3.4, nem o Decreto nº 8.058, em seu art. 30, § 3º, I, "g", especificam qual metodologia deve ser utilizada para sua mensuração. O que se dever ter em mente, conforme estipulado no Artigo 3.1 do Acordo Antidumping, é que a determinação de dano deverá se basear em evidências positivas e envolver exame objetivo (i) do volume das importações a preços de dumping e seu efeito no mercado doméstico do produto similar e (ii) do consequente impacto dessas importações nos produtores domésticos de tais produtos.

Assim, tem-se aceito metodologias variadas para apuração da capacidade instalada efetiva, desde que se baseiem em evidências positivas e permitam um exame objetivo impacto das importações a preços de dumping sobre a indústria doméstica, principalmente em se tratando de linhas multipropósito, ou seja, que produzem não somente o produto similar doméstico, mas também outros bens.

A capacidade instalada reportada pela Aperam foi considerada apropriada. Em que pese na fórmula matemática não haverem sido incluídos os tempos de parada das máquinas, o próprio nível de produção observado é influenciado por essas interrupções, como afirmado pela indústria doméstica em sua manifestação de 30 de agosto de 2017.

Além disso, não parece ser a metodologia adotada a responsável pelo elevado nível de ociosidade. Com efeito, [CONFIDENCIAL].

De toda sorte, a fim de se estimar o comportamento da indústria doméstica caso a capacidade da Aperam não houvesse sido determinada pelo volume máximo de produção, calculou-se, para cada linha de produção da empresa, operante de P1 a P5 da atual investigação (outubro de 2011 a setembro de 2016), a capacidade efetiva apurada para P5 da investigação encerrada por meio da Resolução CAMEX no 59, de 24 de julho de 2013 (contra exportações originárias da China e de Taipé Chinês), referente ao mesmo produto. Lembre-se que, naquela investigação, a capacidade instalada da Aperam foi calculada, conforme descrito no item 6.1.1 da aludida resolução, "considerando-se: i) o mix de produção para cada equipamento produtivo em função dos diâmetros, espessuras e normas produzidas; ii) o rendimento e eficiência de cada equipamento; iii) a padronização das velocidades de produção por diâmetro, espessura e norma do tubo; iv) o calendário de produção padrão, como o total de dias e horas produzidas por ano; v) o cálculo da capacidade por equipamento; e, vi) a somatória da capacidade de todos os equipamentos de produção".

Especificamente para a linha formadora [CONFIDENCIAL], conforme consta do relatório da verificação in loco realizada na Aperam de 21 a 25 de janeiro de 2013, à época, [CONFIDENCIAL]. Logo, exclusivamente para essa linha, manteve-se a capacidade calculada com base no volume máximo de produção.

Ademais, conforme dados verificados in loco na empresa, [CONFIDENCIAL].

A tabela a seguir demonstra a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica e seu grau de ocupação, considerando o recálculo efetuado para a Aperam, conforme descrito anteriormente.

Capacidade Instalada Recalculada, Produção e Grau de Ocupação (em números-índices de t e de %)

	Capacidade Instalada Efetiva	Produção (Produto Similar)	Produção (Outros Produtos)	Grau de ocupação (%)
1	100,0	100,0	100,0	100,0
2	95,8	104,8	100,5	108,0
3	135,0	112,0	99,1	79,9
4	118,3	81,0	49,9	60,1
5	121,3	80,4	47,0	57,5

Como se observa, após a alteração na metodologia de cálculo da capacidade instalada da Aperam, o grau de ocupação da indústria doméstica seguiu, de P1 a P4, a mesma tendência já observada anteriormente. Com efeito, no período, observaram-se os seguintes movimentos: [CONFIDENCIAL]. De P4 para P5, porém, houve reversão da tendência original. [CONFIDENCIAL].

Não obstante, ainda assim, manteve-se o significativo grau de ociosidade já observado. Quanto ao comportamento do grau de ocupação da capacidade instalada, este revelou-se, em P5, o menor de toda a série analisada.

Portanto, malgrado se repise a adequabilidade da metodologia adotada pela Aperam, a alteração proposta pela APRODINOX não altera a conclusão acerca do impacto das importações a preços de dumping sobre a indústria doméstica.

7.5. Da conclusão preliminar a respeito do dano

Por meio da análise dos dados apresentados, percebe-se clara deterioração de grande parte dos indicadores da indústria doméstica, particularmente os relacionados ao custo dos produtos vendidos e aos resultados e margens de lucro, os quais foram, em sua maioria, negativos ao longo de todo o período de análise de dano.

Em face do exposto, pôde-se concluir pela existência de dano à indústria doméstica no período analisado.

8. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços de dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e em outros fatores conhecidos, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

8.1. Do impacto das importações sobre a indústria doméstica

Consoante o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos da alegada prática desleal, as importações a preços de dumping contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

Previamente à análise em menção, cumpre reiterar que, a partir de 29 de julho de 2013, ou seja, quarto trimestre de P2, houve aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações brasileiras originárias da China e de Taipé Chinês. Ressalta-se que o volume destas importações a preços de dumping, conforme concluiu a investigação encerrada pela Resolução CAMEX nº 59, de 2013, era ainda bastante elevado em P1 e P2, o que só se modificou, de modo relevante, com a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

aplicação do direito. Com efeito, essas importações caíram 21,4% de P1 para P2, 37,1% de P2 para P3, 69,3% de P3 para P4 e 80,4% de P4 para P5, havendo decréscimo acumulado, em P5, de 97%, em comparação com P1. Observou-se que os tubos de aço inoxidável originários da China e de Taipé Chinês foram exportados, em todos os períodos, à exceção de P2 e P3, a preços superiores àqueles praticados pelas origens ora sob investigação.

A partir dos dados apresentados nos itens 6 e 7, é possível observar que as importações investigadas cresceram durante o período de análise de dano, de P1 para P5, alcançando aumento acumulado de 2.049%, enquanto as vendas da indústria doméstica caíram, no mesmo período, 28,4%. Ademais, essas mesmas importações estiveram subcotadas, em relação ao preço praticado de vendas no mercado interno, em todo o período de investigação de dano e de P2 a P4, ao se considerar a defasagem temporal, detalhada no item 7.4. Concomitantemente ao crescimento das importações do produto objeto da investigação, constatou-se supressão no preço da indústria doméstica, especialmente em se considerando o intervalo de P3 a P5, quando a indústria doméstica já estava protegida das importações a preços de dumping originárias da China e de Taipé Chinês.

Na sequência, detalha-se o impacto das importações a preços de dumping sobre a evolução dos indicadores da indústria doméstica, período a período.

De P1 para P2, o mercado brasileiro aumentou 1,9%, preponderantemente como resultado do aumento das importações originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã (+498,3%), a despeito de as vendas da indústria doméstica também terem crescido (2,3%) e do decréscimo das importações das outras origens (-7,4%).

Apesar de a indústria doméstica ter produzido volume 4,8% maior em P2, na comparação com P1, e ter aumentado suas vendas ([CONFIDENCIAL]t) no intervalo, o ganho de participação no mercado brasileiro, equivalente a [CONFIDENCIAL]p.p., mostrou-se discreto frente ao comportamento das importações investigadas, que cresceram 498,3% ([CONFIDENCIAL]t) e ganharam [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado. Nesse interregno, os estoques da indústria doméstica cresceram 53,5%, de modo que a relação estoque/produção aumentou [CONFIDENCIAL]p.p..

Com efeito, de P1 para P2, a indústria doméstica era ainda fortemente impactada pelas importações a preços de dumping originárias de China e Taipé Chinês. O mencionado aumento nas vendas internas ocorreu às expensas de redução dos preços (-2%), favorecido pela queda dos custos em 6,3%, o que ainda se mostrou insuficiente para que a indústria operasse com lucro operacional e margens positivas.

Pontua-se que o dano à indústria doméstica se traduziu, dentre outros fatores, em operação em prejuízo tanto em P1 quanto em P2, a despeito da melhora em 39,2% no resultado operacional unitário de um período para o outro, e aumento da margem operacional em [CONFIDENCIAL] p.p., a qual se manteve negativa em ambos os períodos. Além disso, desconsiderando-se o resultado financeiro, resultado operacional e a margem operacional, cresceram 28% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, o que foi insuficiente que a indústria doméstica não experimentasse prejuízo e margem negativa tanto em P1 quanto P2, a despeito tanto da queda do CPV (-6,3%) quanto da relação custo/preço ([CONFIDENCIAL] p.p.).

No mesmo interregno, o preço CIF internado ponderado nesse intervalo caiu 5,9%, estando subcotado em relação ao preço ponderado da indústria doméstica em P2, a despeito de este ter crescido 9,3%. De P1 para P2, a subcotação se aprofundou, aumentando 1.361,5%.

Já de P2 para P3, quando já estava em vigor direito antidumping contra China e Taipé Chinês, verificou-se aumento de 290,6% ([CONFIDENCIAL]t) no volume importado das origens investigadas, cuja participação no mercado brasileiro cresceu [CONFIDENCIAL]p.p.. As outras origens, por sua vez, perderam [CONFIDENCIAL]p.p. em participação. A melhora em indicadores da indústria doméstica, observada nesse intervalo, pode ser creditada à eficácia do direito aplicado. Essa melhora, contudo, mostrava-se ainda insuficiente para que houvesse lucro operacional, bem como margem operacional positiva.

O mercado brasileiro cresceu 3%, e as vendas internas e a produção aumentaram, respectivamente, 3,7% e 6,9%, de modo que se vislumbrou oportunidade de incremento da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, que cresceu 40,3% de P2 para P3.

Houve melhora no resultado operacional unitário de um período para o outro em 44,4%, e aumento em [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, a qual permaneceu negativa em ambos os períodos. Em se desconsiderando o resultado financeiro, resultado operacional e a margem operacional, cresceram 78,8% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, fôlego ainda insuficiente para que a indústria doméstica experimentasse lucro e margem positiva em P2 e P3. Porém, se desconsideradas as outras despesas e o resultado financeiro, após crescimento, de P2 para P3, de 103,4% e [CONFIDENCIAL] p.p. no resultado operacional e na margem, respectivamente, verificou-se, em P3, lucro operacional e margem positiva. Convém mencionar, ainda, que, no interregno em menção, houve queda do custo de produção em 6,3%, acompanhado por redução no preço de venda (-1,3%), de modo que a relação custo/preço caiu [CONFIDENCIAL] p.p. em P3, comparativamente a P2.

O fôlego experimentado pela indústria doméstica, entretanto, já se via ameaçado pela nova redução do preço CIF internado ponderado das importações investigadas, de 9,5%, proporcionalmente maior que o decréscimo do preço ponderado da indústria doméstica, de 7,9%, de P2 para P3. No intervalo, a subcotação cresceu 1%. Se considerada a subcotação defasada, esse indicador decresceu 10,1% em P3, relativamente a P2.

De P3 para P4 esse cenário se modifica. O mercado brasileiro sofre 10,3% de retração e as importações das origens investigadas conseguem crescer 101,7%, atingindo, em P4, seu maior nível ([CONFIDENCIAL]t) no período de análise de dano. Nesse intervalo, a indústria doméstica perdeu [CONFIDENCIAL] p.p. de participação no mercado, enquanto as importações investigadas respondiam por [CONFIDENCIAL]% do mercado, dado o incremento de participação de [CONFIDENCIAL]p.p. De P3 para P4, as importações das outras origens perderam [CONFIDENCIAL]p.p. em participação no mercado.

Nesse interregno, os indicadores da indústria doméstica se deterioraram de modo relevante. As vendas no mercado interno caíram 24,2% e a produção, 27,7%. Os estoques caíram 2,5%, mas a relação estoque/produção cresceu [CONFIDENCIAL]p.p.. O resultado bruto unitário caiu 167,4%, passando de lucro em P3 a prejuízo em P4, e a margem bruta, em decorrência de queda de [CONFIDENCIAL] p.p., negativou-se de P3 para P4. O prejuízo operacional unitário, por seu turno, se aprofundou em 213,2%, sendo que a margem operacional, já negativa em P3, se reduziu em [CONFIDENCIAL] p.p.. Excetuado o resultado financeiro, resultado operacional e sua respectiva margem, já condizentes com prejuízo e negativada, nessa ordem, também tiveram queda, de 697,8% e [CONFIDENCIAL] p.p, respectivamente. Desconsiderando-se resultado financeiro e outras despesas operacionais, o resultado operacional deteriorou-se em 10.040,2% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, passando de lucro a prejuízo e negativando-se, nessa ordem, em P4, na comparação com P3.

Ainda de P3 para P4, houve elevação do custo em 18,7%, não acompanhado por elevação proporcional no preço de venda (9,4%), de modo que a relação custo/preço aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. em P4 comparativamente a P3. Nesse interregno, notou-se supressão do preço da indústria doméstica.

A piora dos indicadores de resultado da indústria doméstica se deu a despeito do aumento (+28,9%), de P3 para P4, do preço CIF internado ponderado das importações das origens investigadas, quando o preço ponderado da indústria doméstica cresceu apenas 8,9%. Em P4, a subcotação decresceu 94,3% em relação a P3 e, considerando-se a defasagem temporal desse indicador, houve também redução, equivalente a 92,6%.

Por fim, de P4 para P5, o mercado brasileiro apresentou a retração mais significativa de todo o período de análise, de 37,5%, de modo que o menor volume foi verificado em P5. Nesse interregno, caíram tanto as vendas da indústria doméstica (-10,9%, [CONFIDENCIAL]t), quanto as importações das origens investigadas (-54,4%, [CONFIDENCIAL]t) e das demais (-68,7%, [CONFIDENCIAL]t), que já vinham declinando desde P1. No intervalo em destaque, a indústria doméstica logrou ganhar [CONFIDENCIAL]p.p. em participação no mercado, à custa de redução em 8,4% dos preços praticados, ao passo que as importações investigadas e as outras origens perderam, respectivamente, [CONFIDENCIAL]p.p. e [CONFIDENCIAL]p.p. em participação.

Nesse intervalo, a produção caiu 0,7% e a receita líquida, 18,4%. Considerada a queda de 14,2% dos custos e da relação preço/custo em [CONFIDENCIAL] p.p., houve melhora dos resultados e margens operacionais, insuficientes, porém, para se reverterem os quadros de prejuízo e de margens negativadas. A avaliação dos indicadores mostrou que resultado operacional e respectiva margem melhoraram em 23% e [CONFIDENCIAL] p.p.; resultado operacional exceto resultado financeiro e respectiva margem, em 59,5% e [CONFIDENCIAL] p.p.; e resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas operacionais e respectiva margem, em 59,6% e [CONFIDENCIAL] p.p..

O preço CIF internado ponderado das importações investigadas caiu 8,7%, queda superior à do preço ponderado da indústria doméstica, que se reduziu em 7,9%. De P4 para P5, a subcotação cresceu 81,2%. Ao se considerar a defasagem temporal, quando não se verifica subcotação em P5, observou-se redução de 120,4% nesse indicador, na comparação com P4.

Deve-se ponderar que, a despeito do impacto positivo, sobre indicadores da indústria doméstica, advindo da aplicação de medida antidumping sobre as importações de China e Taipé Chinês, o cenário de dano experimentado pelos produtores nacionais em P4 é ainda mais severo que aquele verificado em P1.

Analisando-se de P1 para P4, houve queda nas vendas no mercado interno (-19,7%) e na produção (-19%). Em P4, houve piora do resultado bruto unitário em 65,7%, com aprofundamento do prejuízo, bem como redução de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem bruta, já negativa. Prejuízo operacional unitário também se deteriorou (-5,9%), embora a respectiva margem não tenha se alterado. Desconsiderando-se o resultado financeiro, resultado operacional unitário e a margem operacional, decresceram 21,8% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, e também se mantiveram como prejuízo e negativa. Ao se excluírem, além do resultado financeiro, as outras despesas, o prejuízo operacional unitário piorou 29,3%, e a margem negativa correspondente decresceu [CONFIDENCIAL] p.p..

Com efeito, de P1 para P4, o agravamento dos prejuízos bruto e operacional da indústria doméstica, acompanhado da deterioração dos seus demais indicadores, implica quadro de dano, vez que não se entende que seja razoável supor que a normalidade de determinado negócio é a operação em prejuízo. Ademais, entre um prejuízo e outro a indústria doméstica não só logrou recuperar sua lucratividade como voltou a perdê-la e de modo ainda mais significativo. Ademais, verificou-se a existência de que a deterioração dos indicadores da indústria doméstica ocorreu concomitantemente à elevação das importações do produto objeto da investigação.

Em suma, da análise dos indicadores da indústria doméstica se conclui que, em P1 e P2, o quadro de dano estaria preponderantemente associado à concorrência desleal entre o produto similar doméstico e os importados originários de China e Taipé Chinês a preços de dumping. Com a aplicação do direito antidumping, a partir do último trimestre de P2, a indústria logrou recuperação relativa em seus indicadores de rentabilidade, atingindo sua melhor performance em P3. A partir deste período, porém, as importações das origens investigadas, crescentes desde P1, ultrapassam, em volume, as importações de China e Taipé.

A despeito da aparente influência das importações do produto objeto da investigação na situação de dano material suportado pela indústria doméstica, principalmente de P3 para P5, constatou-se, conforme será detalhado no item 8.4, que tanto a contração do mercado brasileiro, quanto a queda na produção de outros produtos, tiveram papel relevante na configuração desse quadro.

8.2. Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 3º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, identificaram-se outros fatores relevantes, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período analisado.

Registre-se que não houve consumo cativo de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica no período de análise de dano, qual seja, de outubro de 2011 a setembro de 2016.

8.2.1. Volume e preço de importação das demais origens

Com relação às importações das outras origens, de P1 para P5, houve redução de 92,2% do volume importado. Dentre essas origens, merecem destaque China e Taipé Chinês, haja vista, conforme já mencionado, que houve, a partir do quarto trimestre de P2, aplicação de direito antidumping sobre as exportações de tubos de aço inoxidável dessas origens para o Brasil, dado terem sido apurados dumping e dano dele decorrente nesses volumes, com base em investigação encerrada pela Resolução CAMEX nº 59, de 2013.

A representatividade, em termos de volume, das importações originárias de China e Taipé Chinês dentre as demais origens, excluídas aquelas ora sob investigação, correspondeu a [CONFIDENCIAL]% em P1, [CONFIDENCIAL]% em P2, [CONFIDENCIAL]% em P3, [CONFIDENCIAL]% em P4 e [CONFIDENCIAL]% em P5. Conforme já mencionado, essas importações caíram 21,4% de P1 para P2, 37,1% de P2 para P3, 69,3% de P3 para P4 e 80,4% de P4 para P5, havendo decréscimo acumulado, em P5, de 97%, em comparação com P1. Observou-se que os tubos de aço inoxidável originários da China e de Taipé Chinês foram exportados, em todos os períodos, à exceção de P2 e P3, a preços superiores àqueles praticados por Malásia, Tailândia e Vietnã, cumulativamente analisados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Feitas essas considerações, verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras originárias do universo de demais origens, que o dano causado à indústria doméstica não pode ser a elas atribuído de forma significativa, tendo em vista que o preço CIF ponderado do produto originário dessas outras, à exceção de P2 e P3, superou o preço das origens investigadas em todos os períodos sob análise. Além disso, à exceção do interregno entre P1 e P3, esse volume foi inferior ao volume das importações a preços de dumping.

Destaque-se que, enquanto o volume das importações das origens investigadas apresentou aumento acumulado de 2.049% ao longo dos cinco períodos, o volume importado de outras origens obteve redução acumulada de 92,2% nesse mesmo interstício. Em P1, as importações das outras origens correspondiam a [CONFIDENCIAL]% das importações totais, passando a representar, em P5, [CONFIDENCIAL]%.

A tabela seguinte compara os preços das demais origens com os preços da indústria doméstica ponderado pela participação de cada CODIP em relação ao volume total importado das outras origens. O valor unitário, em reais, do direito antidumping recolhido durante cada período foi obtido dos dados da RFB. Frise-se que, em média, 99% das importações das demais origens era passível de identificação do grau do aço e foi este o volume utilizado para fins da ponderação.

Subcotação do Preço das Importações das Outras Origens

----	P1	P2	P3	P4	P5
CIF (números-índices de R$/t)	100,0	98,96	102,54	163,52	262,33
II (números-índices de R$/t)	100,0	100,22	98,46	165,30	247,33
AFRMM (números-índices de R$/t)	100,0	119,01	77,68	94,59	121,46
Direito antidumping (números-índices de R$/t)		100,00	491,64	437,47	163,40
Despesas de internação (números-índices de R$/t)	100,0	99,0	102,5	163,5	262,3
CIF Internado (números-índices de R$/t)	100,0	106,6	137,9	195,2	271,4
CIF Internado demais origens (números-índices de R$ atualizados/t) (A)	100,0	100,9	122,5	168,5	214,8
Preço Ind. Doméstica[1] (números-índices de R$ atualizados/t) (B)	100,0	101,3	97,6	110,4	101,2
Subcotação demais origens (números-índices de R$ atualizados/t) (A – B)	100,0	132,3	-1.734,8	-4.163,8	-8.244,2

[1] Preço ponderado pela participação de cada CODIP em relação ao volume total importado das origens não investigadas.

O preço CIF internado ponderado em reais por tonelada das origens não investigadas somente esteve subcotado em relação ao preço ponderado da indústria doméstica em P1 e P2. Recorde-se que, a partir do último trimestre de P2, houve aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações originárias de China e Taipé Chinês.

Diante do exposto, conclui-se preliminarmente que o dano causado à indústria doméstica não pode ser atribuído ao volume das importações brasileiras das demais origens.

8.2.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações

Não houve alteração das alíquotas do Imposto de Importação de 14% aplicadas às importações brasileiras sob os subitens tarifários 7306.40.00 e 7306.90.20 no período de investigação de dano, de modo que não houve processo de liberalização dessas importações de P1 até P5.

8.2.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável acumulou crescimento de 5% em P3, na comparação com P1, o que se seguiu por sucessivas quedas: 10,3%, de P3 para P4, e 37,5%, de P4 para P5. Considerados os extremos da série, esse mercado decresceu 41,2%.

Os efeitos da mencionada contração do mercado estão analisados no item 8.4, juntamente com os impactos do decréscimo na produção de outros produtos. Como será demonstrado no referido item, concluiu-se, para fins de determinação preliminar, que esses dois fatores, em conjunto, parecem ter contribuído de modo relevante para a conformação do dano suportado pela indústria doméstica.

Menciona-se que, durante o período analisado, não houve mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro.

8.2.4. Práticas restritivas ao comércio e concorrência entre produtores domésticos e estrangeiros

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio dos tubos de aço inoxidável, pelos produtores domésticos ou pelos produtores estrangeiros, tampouco fatores que afetassem a concorrência entre eles.

8.2.5. Progresso tecnológico

Também não foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. Os tubos de aço inoxidável objeto da investigação e os fabricados no Brasil são concorrentes entre si.

8.2.6. Desempenho exportador

O volume de vendas de tubos de aço inoxidável ao mercado externo pela indústria doméstica cresceu tanto de P1 para P5 (+1.151,3%) quanto de P4 para P5 (+653,6%). Ressalte-se que, ao longo do período de análise de dano, as exportações sempre representaram percentual pequeno em relação às vendas no mercado interno. Apenas em P5, essas exportações representaram [CONFIDENCIAL]% das vendas totais, variando de [CONFIDENCIAL]% a [CONFIDENCIAL]% nos demais períodos, de forma que o dano à indústria doméstica não pode ser atribuído ao seu desempenho exportador.

Portanto, o dano à indústria doméstica não pode ser atribuído exclusivamente ao seu desempenho exportador.

8.2.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica diminuiu 6,9% e 8,7% em P5, em relação a P1 e P4, respectivamente. No entanto, quando analisado P1 com relação a P5, à queda da produtividade não pode ser atribuído o dano constatado nos indicadores da indústria doméstica, uma vez que essa queda decorreu da redução do volume produzido mais que proporcional ao decréscimo do número de empregados ligados à produção, causada pelo crescimento das importações da origem investigada. De P4 para P5, por sua vez, o número desses empregados cresce, mas a produção cai. Com efeito, a produção é algo mais facilmente ajustável à demanda no curto prazo do que a mão de obra, por decorrência de obrigações legais trabalhistas.

Ademais, cumpre notar que, ao se analisar o detalhamento do CPV da Marcegaglia associado à fabricação do produto similar pela indústria doméstica, haja vista que, conforme mencionado no item 7.1.7.1, restou inviabilizada a análise dos dados de custos da Aperam segregados por rubricas, verificou-se que, em média, [CONFIDENCIAL] % daquele custo corresponde a custos variáveis. Assim, a evolução dos custos no período de análise de dano está sobremaneira relacionada ao comportamento dos custos variáveis, de modo que à redução da produtividade da indústria doméstica não pode ser atribuído o dano constatado nos indicadores da indústria doméstica e demonstrado no item 7, sobretudo quando se considera que o fator mão de obra correspondeu em média a apenas [CONFIDENCIAL] % do custo total do produto no período de análise de dano.

8.2.8. Importações e revenda do produto importado pela indústria doméstica

De início, cumpre notar que, no universo definido como indústria doméstica, apenas a Aperam importou e revendeu, no mercado interno apenas, tubos de aço inoxidável.

O produto revendido foi adquirido basicamente no mercado interno, embora tenha havido também aquisição de produto no mercado externo. Essas compras ocorreram, quando a empresa, ao adquirir outros tipos de produto, principalmente ferríticos, por vezes, adquiriu, também, o produto similar, em pequenos volumes.

O produto importado foi revendido na forma em que é importado, podendo, ocasionalmente, haver apenas corte dos tubos em comprimentos menores.

Conforme se analisou por ocasião da verificação **in loco** na Aperam, a revenda do produto similar importado foi realizada, basicamente, para consumidores finais do segmento automotivo, podendo, esporadicamente, haver vendas a distribuidores de produtos siderúrgicos.

Destaque-se que a proporção das importações de tubos de aço inoxidável efetuadas pela indústria doméstica, em relação ao volume total importado do produto, considerando todas as origens, alcançou [CONFIDENCIAL]% em P1, [CONFIDENCIAL]% em P2, [CONFIDENCIAL]% em P3 e [CONFIDENCIAL]% em P4. Não houve importações dessa categoria em P5 e todo o volume importado pela indústria doméstica no período de análise de dano foi fabricado no Uruguai.

Em relação ao volume de vendas internas líquidas de produção da indústria doméstica, as revendas de produto, nacional e importado, representaram [CONFIDENCIAL]% em P1, [CONFIDENCIAL]% em P2, [CONFIDENCIAL]% em P3, [CONFIDENCIAL]% em P4 e [CONFIDENCIAL]% em P5.

Dessa forma, considerando a baixa representatividade de importações e revendas da indústria doméstica, bem como o fato de que não se importou em P5, esses volumes não podem ser tidos como fatores causadores de dano.

8.3. Das manifestações acerca do nexo de causalidade

No que tange ao nexo de causalidade entre as importações das origens investigadas e o dano à indústria doméstica, a APRODINOX afirmou, em 3 de agosto de 2017, que a queda na produção e nas vendas da indústria doméstica de P3 para P4 e de P4 para P5 seria resultado não das importações, mas da retração observada no mercado brasileiro. Esta, segundo a associação, deveria, portanto, ser analisada como um outro fator de dano.

A fim de isolar os efeitos da retração no mercado, a APRODINOX realizou exercício por meio do qual atribuiu a P5 a demanda brasileira de P3. Dessa forma, concluiu que, caso não houvesse retração mercado brasileiro de P3 para P5 e considerando a participação no mercado e o preço efetivamente praticado pela indústria doméstica no último período (P5), ter-se-ia observado aumento na sua receita líquida de 77%.

Além disso, de P3 para P4 e de P4 para P5, a indústria doméstica teria ganhado participação no mercado. Segundo a APRODINOX, "não se percebe, portanto, a relação de causalidade entre o dano das peticionárias e as importações ora investigadas, dado que a indústria doméstica, observou expressivos ganhos de participação de mercado, notadamente em P5".

Em que pese as importações investigadas também tenham ganhado participação no mercado brasileiro de P3 para P5, a associação atribuiu esse comportamento à queda da participação das demais origens, principalmente China e Taipé Chinês.

Quanto ao grau de ocupação da capacidade instalada, a APRODINOX afirmou que, além da retração no mercado, sua queda também estaria associada à diminuição na produção dos outros produtos. Além disso, o elevado grau de ociosidade apresentado pela indústria doméstica acarretaria "forte pressão baixista sobre o preço de venda" e perda de eficiência, resultando em maiores despesas e custos fixos e depreciação, em termos unitários.

A APRODINOX, também, ponderou que "considerando a evolução dos custos unitários e das despesas operacionais unitárias (exclusive resultado financeiro), conforme apresentadas no § 267 do Parecer de abertura, há fortes indícios de que a crise do mercado brasileiro teve impacto acentuado no desempenho da indústria doméstica, cujos indicadores de dano não guardam relação de causalidade com as importações investigadas".

Outro aspecto questionado pela APRODINOX, ainda tangente ao nexo de causalidade, se refere às condições de aquisição de matéria-prima. A associação afirmou que, segundo informações de mercado, "tudo leva a crer que a Aperam Inox é a principal, senão a única, fornecedora dessa matéria-prima para a Aperam Tubos devendo, portanto, tais transações serem tratadas como 'transações entre partes relacionadas'. A parte evocou o art. 14, §§ 5º e 6º do Decreto nº 8.058, de 2013, para alegar que operações entre partes relacionadas não seriam consideradas operações comerciais normais, uma vez que haveria a possibilidade de a controladora (Aperam Inox América do Sul S.A.) vender a matéria-prima para a sua parte relacionada (Aperam Inox Tubos Brasil Ltda.) por preço superior ao de mercado, o que poderia resultar em prejuízo artificial para a última. Solicitou, então, que o preço de aquisição da matéria-prima pela Aperam fosse cotejado com preços de mercado, ou seja, entre partes não relacionadas.

Em 30 de agosto de 2017, a indústria doméstica contestou alegação da T.C.A., contida em sua resposta ao questionário do importador, segundo a qual "os produtores nacionais, diferentemente dos produtores externos, estabelecem lotes mínimos para produção o que em alguns casos inviabiliza a compra". Segundo a Aperam e a Marcegaglia, os lotes mínimos somente seriam exigidos para produtos "com perfil de projetos específicos", política que seria igualmente adotada pelos produtores/exportadores estrangeiros. No entanto, para os produtos "**standards**", não haveria tal exigência. Destacou, ademais, as respostas fornecidas pela Sianfer, pela Jati e pela Artex, certificando a semelhança entre as políticas de venda da indústria doméstica e dos produtores/exportadores estrangeiros.

Também foi alvo de questionamento pela indústria doméstica o exercício realizado pela APRODINOX para isolar os efeitos da contração de mercado. O exercício em questão ignoraria o fato de que a indústria doméstica operou com prejuízo em P5, o qual se majoraria em caso de mero aumento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do volume de vendas. Outro fato alegadamente desconsiderado é que, em havendo expansão do mercado brasileiro, seguindo a mesma lógica adotada, o volume de importações das origens investigadas e o respectivo valor CIF também se majorariam. Assim, a queda na demanda não justificaria o dano sofrido pela indústria doméstica, mas sim as importações a preços de dumping, as quais somente não teriam crescido de forma mais significativa em função da redução nos preços da indústria doméstica.

Quanto à atribuição do dano à crise na demanda nacional, realizada pela APRODINOX, a indústria doméstica ponderou que "se não sofresse concorrência com importações realizadas a preços distorcidamente baixos em decorrência da prática de dumping, não haveria motivos para reduzir seus preços, amargando prejuízo operacional, em decorrência simplesmente da retração no mercado".

No que se refere à relação entre o grau de ociosidade observado e a contração do mercado brasileiro, a indústria doméstica ressaltou que a redução mais acentuada no volume de produção não ocorreu de P4 para P5, quando o mercado teria se retraído, mas de P3 para P4, período em que as importações investigadas teriam apresentado seu maior crescimento. De P4 para P5, a indústria doméstica teria logrado manter basicamente inalterado seu volume de produção, todavia à custa da redução de seu preço.

Também destacou que a relação entre as importações investigadas e a sua produção teria aumentado continuamente de P1 a P4, somente se reduzindo de P4 para P5 (em razão da redução nos seus preços).

Outro aspecto levantado relacionado ao elevado grau de ociosidade é que a linha de produção da indústria doméstica também fabrica outros produtos, além do similar doméstico. Assim, a capacidade instalada "é definida de forma a garantir o abastecimento do mercado brasileiro de tais produtos, ainda que seja claro que parcela desses mercados possa ser abastecida por importações das mais diversas origens". Também seria possível ajustar o número de turnos utilizados na produção, de modo a atender as demandas apresentadas. Por outro lado, o grau de ociosidade de P5 não poderia ser tomado como parâmetro, dada a contração do mercado brasileiro no período.

Acerca das condições de aquisição de matéria-prima pela Aperam, a indústria doméstica frisou que apresentou tais informações adequadamente na petição de início da investigação. Além disso, a Aperam não estaria obrigada a adquirir matéria-prima de sua parte relacionada. Segundo a indústria doméstica, a própria existência de outro produtor nacional (Marcegaglia) impediria a Aperam Inox América do Sul S.A. de praticar preços superiores ao de mercado para a Aperam Inox Tubos Brasil Ltda., uma vez que, caso isso ocorresse, esta última seria deslocada pela Marcegaglia, que adquiriria as bobinas em condições mais favoráveis.

8.4. Dos comentários acerca das manifestações

A APRODINOX mencionou, como outros possíveis fatores de dano à indústria doméstica, a contração do mercado brasileiro, observada de P3 para P4 e de P4 para P5, e o decréscimo na produção de outros produtos, ocorrida a partir de P2.

Quanto ao efeito da contração do mercado nos volumes de produção e de venda da indústria doméstica, deve-se analisar, período a período, como se comportaram os indicadores econômicos a partir de quando se iniciou a redução na demanda. De P3 para P4, houve diminuição de 10,3% no tamanho mercado brasileiro. Nesse intervalo, as importações das origens investigadas mais que dobraram seu volume (aumento de 101,7%), o que fez com que sua participação no mercado passasse de [CONFIDENCIAL] % para [CONFIDENCIAL] % ([CONFIDENCIAL]p.p.). Enquanto isso, a indústria doméstica assistiu ao declínio de suas vendas internas (24,2%), ocasionando a diminuição de sua participação no mercado, a qual passou de [CONFIDENCIAL]p.p. para [CONFIDENCIAL] p.p. ([CONFIDENCIAL]p.p.). Note-se que essa redução quantitativa, tanto absoluta quanto relativa, se deu em que pese a indústria doméstica tenha deteriorado sua relação CPV/preço em [CONFIDENCIAL] p.p. Com isso, as produtoras domésticas passaram a operar, inclusive, com margem bruta negativa, o que significa que sua receita líquida não foi suficiente para cobrir seu CPV. Ademais, em virtude desse movimento, em P4, a indústria doméstica operou com o pior patamar de toda a série histórica (de P1 a P5) para suas margens de lucro.

No intervalo seguinte, de P4 para P5, houve melhora na situação econômico-financeira da indústria doméstica. Com efeito, embora tanto o preço das importações das origens investigadas quanto o da indústria doméstica tenham se reduzido, a queda no CPV desta última revelou-se mais significativa, o que fez com que sua relação CPV/preço e todas as suas margens de lucro melhorassem. Mesmo assim, as empresas continuaram operando com prejuízo operacional (seja considerando, seja desconsiderando o resultado financeiro e as outras receitas e despesas operacionais) e todas as respectivas margens de lucro ainda se revelaram piores que em P3. Quanto aos volumes de produção e de venda, embora ambos tenham se reduzido de P4 para P5, com influência, de fato, da contração da demanda, observa-se que a indústria doméstica ganhou participação de mercado no período, alcançando, inclusive, patamar superior ao observado em P3.

A par disso, pode-se inferir, em primeira análise, que a contração da demanda impactou os indicadores da indústria doméstica a partir de P3, principalmente no que se refere aos volumes absolutos de produção e venda. Resta, então, analisar se a retração nos resultados financeiros da indústria doméstica foi significativamente influenciada pelas importações a preços de dumping ou, de outra parte, se essa deterioração está mais associada à contração do mercado e à queda na produção de outros produtos, como afirmou a APRODINOX.

Deve-se lembrar que a retração do mercado e a queda na produção de outros produtos têm efeitos outros, além do volume de vendas, uma vez que a queda deste e, consequentemente, da produção, pode ocasionar, inclusive, elevação do custo unitário fixo de produção.

O exercício apresentado pela APRODINOX para isolar os efeitos da contração de mercado mostrou-se demasiadamente perfunctório. Isso porque a conclusão do estudo desenvolvido colige o óbvio: se o mercado se mantivesse em patamar mais elevado do que o efetivamente observado, inalteradas as demais condições, especialmente no que se refere ao preço praticado e à participação da demanda ocupada pela indústria doméstica, seu volume de vendas seria mais elevado e, consequentemente, sua receita líquida de vendas também se expandiria. O estudo ignora, por exemplo, que, mantidas as proporções do CPV e das despesas operacionais na receita líquida, a indústria doméstica continuaria a operar com prejuízo operacional, como lembrou a indústria doméstica.

Assim, buscando esquadrinhar os efeitos não apenas da contração do mercado brasileiro, mas também da queda na produção de outros produtos, realizou-se exercício por meio do qual se estimou como se comportariam o CPV e, consequentemente, os resultados unitários da indústria doméstica, caso inexistissem esses dois possíveis fatores de dano. Para tanto, supôs-se que o mercado brasileiro permaneceria, em P4 e P5, com o mesmo tamanho observado em P3 e estimou-se quais seriam os volumes de venda da indústria doméstica, considerando os graus de participação no mercado efetivamente observados em cada período. A tabela a seguir demonstra, em números-índices, essa primeira etapa do exercício.

	Mercado Brasileiro (a)	Vendas Indústria Doméstica (b)	Participação da ID no Mercado Brasileiro (%) (c) = (b)/(a)	Mercado Brasileiro Ajustado (d)	Vendas Indústria Doméstica Ajustadas (e) = (c) x (d)	Aumento nas Venda da ID (f) = (e) - (b)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
P2	101,9	102,3	100,2	101,9	102,3	-
P3	105,0	106,0	101,0	105,0	106,0	-
P4	94,2	80,3	85,3	105,0	89,6	100,0
P5	58,8	71,6	121,6	105,0	127,8	609,7

Constatou-se, assim, que, caso o mercado brasileiro não houvesse se contraído, as vendas da indústria doméstica seriam [CONFIDENCIAL]t e [CONFIDENCIAL]t maiores que as efetivamente verificadas em P4 e P5, respectivamente. A partir disso, assumiu-se que a indústria doméstica aumentaria, em iguais volumes, sua produção do produto similar doméstico. Adicionalmente, assumiu-se que a produção dos outros produtos se manteria constante a partir de P2, período a partir de quando esse volume começou a declinar. A tabela a seguir apresenta os volumes calculados, em números-índices.

	Produção (Produto Similar)	Produção (Produto Similar) Ajustada	Produção (Outros Produtos)	Produção (Outros Produtos) Ajustada	Produção Total	Produção Total Ajustada
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	104,8	104,8	100,5	100,5	103,4	103,4
P3	112,0	112,0	99,1	100,5	107,8	108,3
P4	81,0	90,2	49,9	100,5	71,0	93,6
P5	80,4	136,8	47,0	100,5	69,6	125,2

Uma vez calculada a produção ajustada, buscou-se ajustar o custo dos produtos vendidos (CPV). Como se está trabalhando, tanto para a Marcegaglia quanto para a Aperam, com o CPV, em vez do custo de manufatura, apuraram-se as parcelas fixas e variáveis do CPV, as quais foram divididas pelos volumes de produção do produto similar de cada período, alcançando-se, assim, as parcelas do CPV em termos unitários.

Considerando que as linhas de produção da indústria doméstica são compartilhadas com outros produtos, não incluídos no escopo da investigação, calculou-se o CPV fixo total das linhas, por meio da multiplicação do CPV fixo unitário pelo volume total de produção dessas linhas (incluindo os demais produtos). O CPV fixo assim apurado foi, então, dividido pela produção total ajustada (no cenário de ausência de contração do mercado e da redução da produção dos demais produtos), apresentada na tabela anterior.

O CPV fixo unitário ajustado foi somado ao CPV variável unitário apurado para as empresas, alcançando-se o CPV unitário hipotético.

A tabela a seguir apresenta os cálculos desse CPV hipotético.

	CPV Fixo Total - Produto Similar (números-índices de mil R$ atualizados)	CPV Fixo Unitário - Produto Similar (números-índices de R$ atualizados/t)	CPV Fixo Total - Linha de Produção (números-índices de mil R$ atualizados)	CPV Fixo Unitário Ajustado - Linha de Produção (números-índices de R$ atualizados/t)	CPV Variável Unitário (números-índices de R$ atualizados/t)	CPV Hipotético Unitário (fixo + variável) (números-índices de R$ atualizados/t)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	98,6	94,1	97,3	94,1	88,5	89,1
P3	96,4	86,1	92,9	85,8	83,2	83,4
P4	94,7	117,0	83,0	88,8	103,2	101,7
P5	81,8	101,7	70,8	56,8	85,7	82,8

Mencione-se que, para a separação do CPV da Aperam entre parcelas fixas e variáveis, necessitou-se recorrer a dados da investigação encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 24 de julho de 2013, contra as exportações da China e de Taipé Chinês. Isso porque, durante a verificação **in loco** na empresa, não foi validado o custo apresentado, separado em rubricas. Dessa forma, calculou-se a proporção que cada parcela representava do custo total da empresa em P5 da aludida investigação, sendo os respectivos percentuais aplicados ao CPV da Aperam ora analisado.

O CPV hipotético foi comparado com o CPV real de cada período. No entanto, é importante frisar que o CPV real aqui utilizado foi divido pelas quantidades produzidas, e não vendidas, do produto similar doméstico, por questão de convergência metodológica com a apuração do custo hipotético. Portanto o CPV real unitário deste exercício (dividido pela quantidade produzida) difere do CPV constante da DRE apresentada no item 7.1.6 (dividido pela quantidade vendida). A tabela a seguir demonstra a comparação.

	CPV Unitário Real (números-índices de R$ atualizados/t)	CPV Unitário Hipotético (números-índices de R$ atualizados/t)	Diferença (números-índices de %)
P1	100,0	100,0	-
P2	89,1	89,1	0,0
P3	83,5	83,4	0,0
P4	104,6	101,7	100,0
P5	87,3	82,8	189,3

As diferenças percentuais encontradas foram aplicadas ao CPV unitário constante da DRE da indústria doméstica. Obteve-se, dessa forma, a DRE ajustada da indústria doméstica, a qual é apresentada a seguir.

Em números-índices de R$ atualizados/t

	1	2	3	4	5
Receita Líquida	00,0	8,0	6,7	05,8	7,0
CPV	00,0	3,5	0,2	04,0	7,1
Resultado Bruto	100,0	33,9	48,0	10,7	20,6
Despesas Operacionais	00,0	2,6	9,5	6,1	22,1
Despesas gerais e administrativas	00,0	5,6	6,1	31,6	49,9
Despesas com vendas	00,0	9,6	9,3	02,5	05,9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resultado financeiro (RF)	00,0	7,0	3,5	1,9	50,3
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	00,0	11,2	4,2	0,6	7,0
Resultado Operacional	100,0	60,8	33,5	84,1	45,9
Resultado Operacional (exceto RF)	100,0	72,0	14,8	89,9	,9
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	100,0	38,5	,9	89,7	2,5

Uma vez que as despesas operacionais são calculadas como proporção da receita operacional líquida e esta não última não foi ajustada, as despesas também se mantiveram inalteradas.

Como se infere, caso o mercado não houvesse se contraído a partir de P3, a indústria doméstica teria aumentado seu resultado operacional (excluído somente o resultado financeiro ou, além deste, as outras receitas e despesas operacionais), em P5, período em que este representaria o maior patamar da série histórica.

Dessa forma, como demonstrou o exercício anterior, o dano da indústria doméstica parece estar também fortemente relacionado ao aumento de custo decorrente das contrações na demanda e na produção dos outros produtos.

A questão será aprofundada ao longo da investigação, especialmente considerando eventuais argumentos trazidos pelas demais partes interessadas.

No que tange à alegação de que a indústria doméstica haveria sido afetada pela crise econômica brasileira, deve-se dizer que tal cenário afeta o poder de compra não somente dos clientes da indústria doméstica, mas também dos importadores, possuindo impacto horizontal, portanto, sob a ótica da demanda. Ademais, quanto a possíveis decréscimos na demanda brasileira, eventualmente relacionados à crise econômica, seus efeitos sobre os indicadores da indústria doméstica já foram objeto de análise anteriormente. Dessa forma, carece de maior especificidade a relação de causa e efeito apontada pela APRODINOX para que se possa imputar à crise o dano suportado pela indústria doméstica.

Acerca das condições de aquisição de matéria-prima pela Aperam, insta asseverar que o art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, no qual funda seu pedido a APRODINOX, trata especificamente de metodologias de apuração do valor normal, para o qual tem relevância o conceito de "operação comercial normal". Com efeito, o preço utilizado como parâmetro para comparação com o preço de exportação, denominado "valor normal", deve ser apurado com base em transações ocorridas "**in the ordinary course of trade**", conforme determinam os Artigos 2.1 e 2.2 do Acordo Antidumping. Nesse contexto, operações como vendas abaixo do custo (desde que atendidas alguns requisitos), amostras, transações entre partes relacionadas (também, desde que observadas algumas condições), dentre outras, podem ser descartadas quando da apuração do valor normal (§§ 1º a 7º do art. 14 Decreto nº 8.058, de 2013). Pelo mesmo motivo, o § 9º do dispositivo sob comento, ao tratar da construção do valor normal, a partir do custo de produção, estabelece que "as operações entre partes associadas ou relacionadas ou que tenham celebrado entre si acordo compensatório não serão consideradas no cálculo do custo relativo à produção, exceto se comprovado que os preços praticados em tais operações são comparáveis aos preços praticados em operações efetuadas entre partes não associadas ou relacionadas".

No entanto, o conceito de "operação comercial normal" não se aplica ao custo da indústria doméstica, sob o prisma da análise de dano material. Eventuais distorções no preço de aquisição de matéria-prima, decorrentes de relacionamento entre o fornecedor e o adquirente, podem ser analisadas, isto sim, para averiguação do nexo de causalidade entre as importações a preço de dumping e o dano. Precisamente buscando realizar tal análise, solicitou-se à Aperam Inox América do Sul S.A., em 25 de agosto de 2017, informações acerca das condições de fornecimento das bobinas de aço inoxidável. Portanto, a análise sobre esse possível outro fator de dano poderá ser aprofundada ao longo da investigação, conforme informações constantes dos autos.

Lembre-se que, em virtude dos resultados da verificação **in loco** na Aperam Inox Tubos Brasil Ltda., não se dispõe do custo de aquisição de matéria-prima da empresa, motivo pelo qual, não se pode concluir, desde logo, se há ou não as distorções supostas.

Acerca da suposta exigência de lotes mínimos de compra pela indústria doméstica, apresentada pela T.C.A., tal afirmação não condiz com os dados de venda da Aperam e da Marcegaglia. Com efeito, observou-se que, ao longo do período de análise de dano, [CONFIDENCIAL].

Quanto à questão do grau de ociosidade da indústria doméstica, alegadamente elevado, alguns pontos devem ser sopesados. Decerto, o planejamento e a implementação da capacidade instalada devem levar em conta a procura pelo produto manufaturado, de modo a se garantir o atendimento dos pedidos de compra, sem perda de receitas. Por outro lado, o excesso de capacidade pode ocasionar elevação nos custos, prejudicando a eficiência operacional da empresa, podendo, eventualmente, converter-se em fator de dano material.

Em termos práticos, todavia, não há parâmetro estabelecido que indique o nível ideal de capacidade instalada para atender à demanda das empresas (interna e externa), especialmente em se considerando que as linhas de produção são multipropósito e não se dispõe de informações acerca da demanda pelos demais produtos fabricados, não incluídos no escopo da investigação.

Não obstante, em comparação com os graus de ocupação reportados pelos produtores/exportadores investigados em suas respectivas respostas ao questionário, o nível de ociosidade da indústria doméstica aparenta ser elevado. Os impactos desse fator sobre os indicadores da indústria doméstica serão aprofundados.

8.5. Da conclusão preliminar a respeito da causalidade

Considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, e tendo em conta, especialmente, os efeitos da contração do mercado, bem como da redução da produção dos outros produtos, sobre os resultados alcançados no período pela indústria doméstica, não se pôde concluir preliminarmente pela existência de nexo de causalidade entre as importações das origens investigadas a preços de dumping e o dano causado à indústria doméstica.

9. DAS OUTRAS MANIFESTAÇÕES

A APRODINOX alegou, em 3 de agosto de 2017, que a Aperam Inox América do Sul S.A., "estaria em posição de conforto no que se refere ao suprimento da cadeia a jusante e se encontraria integrada verticalmente com os dois elos seguintes, representados pela produção e distribuição do produto". A Aperam Inox América do Sul S.A. deteria o monopólio no mercado brasileiro da produção de laminados planos de aço inoxidável. A associação mencionou, ainda, o processo de integração por meio do qual a Acesita S.A. adquiriu os ativos da Amorim S.A. Aços Inoxidáveis (atual Aperam Inox Serviços Brasil Ltda.) nos anos 2000. Conforme informado, à época, a Acesita era a única fabricante brasileira de aços inoxidáveis planos, enquanto a Amorim era uma distribuidora independente do produto. Embora a integração tenha sido aprovada sem restrições pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 2013 foi instaurado processo administrativo pela autarquia, apontando suposta conduta anticompetitiva, do qual resultou Termo de Compromisso de Cessão, estabelecendo-se um novo modelo de relacionamento entre a Aperam Inox América do Sul S.A. e os distribuidores.

Ademais, por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, ter-se-ia aplicado direito antidumping definitivo às importações brasileiras de produtos planos de aço inoxidável, laminados a frio, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã, origens que, em conjunto, representariam mais de 80% da produção mundial do produto.

Quanto aos impactos de eventual aplicação de medida antidumping ao produto objeto da investigação, a APRODINOX frisou que se trata de insumo bastante relevante para diversas cadeias de produção e afirmou que, oportunamente, serão juntadas aos autos manifestações de representantes de tais cadeias, demonstrando a preocupação com seu aumento de custo de produção.

A indústria doméstica, em 30 de agosto de 2017, alegou que parcela relevante da resposta ao item 2 da seção III do questionário do importador foi apresentada de modo confidencial pela T.C.A., desacompanhada do respectivo resumo restrito. Solicitou, portanto, que se requeresse à parte a apresentação, em bases restritas, pelo menos das "bases das argumentações apresentadas" ou, caso isso não fosse feito, que as argumentações fossem desconsideradas.

Pedido semelhante foi feito com relação às respostas ao questionário do importador apresentadas pela Elinox, pela Jati e pela Suprir.

Quanto à suposta situação de conforto da Aperam Inox América do Sul S.A., alegada pela APRODINOX, a indústria doméstica arguiu que se a empresa estivesse, de fato, em situação dominante, não teria sofrido dano em decorrência das importações, conforme teria sido constatado na investigação de dumping contra as exportações de laminados a frio originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã. Ademais, o direito antidumping decorrente dessa investigação haveria sido objeto de análise de interesse público pelo GTIP (Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público), tendo sido decidida a sua manutenção conforme aplicado pela Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013.

A política comercial da Aperam Inox América do Sul S.A também teria sido avaliada e aprovada pelo CADE.

Adicionalmente, sobre a existência de monopólio na produção de laminados planos de aço inoxidável, a indústria doméstica rechaçou a hipótese, uma vez que o mercado seria aberto à importação, bem como ao estabelecimento de novos produtores. Tampouco haveria políticas preferenciais na comercialização com partes relacionadas, sendo mencionada especificamente a Aperam Inox Serviços Brasil Ltda., a qual seria atendida como qualquer outra empresa do segmento de distribuição, incluindo as associadas à APRODINOX.

No que toca aos impactos de eventual medida antidumping sobre a cadeia produtiva, a indústria doméstica alegou que não caberia à autoridade investigadora realizar tal análise, existindo foro próprio para a discussão. De qualquer forma, sustentou que os benefícios da medida superariam seus malefícios, uma vez que permitiria que a indústria doméstica se recuperasse, gerando emprego, impostos e desenvolvimento e permitindo a realização de investimentos.

9.1. Dos comentários acerca das outras manifestações

Não compete à autoridade investigadora imiscuir-se em eventuais atos de concentração econômica e suas respectivas implicações na seara da defesa da concorrência, devendo tais aspectos serem discutidos em foro apropriado.

Não obstante, embora não esteja claro na manifestação da APRODINOX, caso de deseje insinuar que a suposta posição monopolista da Aperam Inox América do Sul S.A., juntamente com a imposição de direito antidumping concretizada por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, teria impacto sobre o custo da indústria doméstica de tubos de aço inoxidável, caracterizando-se como um outro fator de dano, algumas questões merecem ponderação. Com efeito, a aquisição de matéria-prima pela indústria doméstica (Aperam e Marcegaglia) não está adstrita às fontes nacionais de fornecimento, sendo lídimo a qualquer das empresas importar as bobinas de aço inoxidável, de qualquer origem, caso considere os preços e condições ofertados no mercado externo mais atrativos. Dessa forma, ainda que haja somente um produtor nacional da matéria-prima do produto similar, tem-se por óbvio que seus preços serão afetados pela concorrência externa.

No que tange à medida antidumping aplicada por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, esta se limitou, dentre os produtos laminados planos de aço inoxidável austenítico, aos do tipo 304, não abarcando, portanto, aqueles de grau 316. Além disso, a faixa de espessura incluída no escopo se limitou ao intervalo de 0,35 mm a 4,75 mm, enquanto os tubos objeto da investigação abarcam espessuras de 0,4 mm até 12,7 mm. Sobremais, a medida somente se impõe aos produtos laminados a frio, enquanto o produto ora investigado é fabricado a partir de bobinas, chapas ou tiras de aço inoxidável laminadas a quente, somente se utilizando, adicionalmente, laminagem a frio, em havendo necessidade de se atingir espessuras mais diminutas, não factíveis pelo processo de laminagem a quente da produtora. Finalmente, a medida afeta origens específicas (Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã), não afetando toda e qualquer fonte de fornecimento. Assim, a medida em questão somente afeta as importações de nicho bastante específico das matérias-primas empregadas no processo produtivo e, além disso, somente das origens mencionadas.

Portanto, nem a alegada "posição de conforto" da Aperam Inox América do Sul S.A., nem a medida antidumping em vigor são suficientes, por si, para descaracterizar o dano material constatado, conforme análise desenvolvida no item 7.

No que se refere aos impactos de eventual medida antidumping sobre o produto objeto da investigação para as cadeias produtivas à jusante, tal avaliação se situa no domínio do interesse público, sendo inclusive, expressamente mencionada no § 1º art. 3º da Resolução CAMEX nº 29, de 7 de abril de 2017, como um dos fatores passíveis de análise pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP). Desta forma, tais impactos escapam à conformação dos elementos ora avaliados, quais sejam, dumping, dano e nexo de causalidade entre ambos, não sendo objeto de exame pela autoridade investigadora.

Quanto à confidencialidade das respostas ao questionário do importador das empresas TCA, Jati e Suprir, informou-se, em 2 de agosto de 2017, que a solicitação de proteção das informações contidas no item 2 do questionário das três empresas e, também, no item 3 da resposta da Suprir poderia cercear o direito de defesa e do contraditório das demais partes interessadas. Solicitou-se, portanto, que os importadores reavaliassem o pedido de confidencialidade.

A Jati e a TCA atenderam à solicitação e, em 1º de setembro de 2017, reapresentaram as informações de modo restrito. A Suprir, por sua vez, protocolou pedido de dilação de prazo para resposta ao pedido de informações complementares na mesma data. Ocorre que a prorrogação pleiteada extrapolaria o prazo máximo passível de concessão estabelecido no § 2º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013. Dessa forma, considerou-se que a empresa não apresentou tempestivamente as informações complementares solicitadas. Por conseguinte, desconsideraram-se os trechos confidenciais da resposta aos itens 2 e 3 do questionário do importador da empresa.

Quanto à Elinox, considerou-se o pedido de confidencialidade adequado, já que as informações necessárias ao exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa pelas demais partes foram apresentadas de modo restrito ou constaram do resumo de que trata o § 2º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DA CORREGEDORA
Em 13 de outubro de 2017

PROCESSO nº 59000.000558/2011-07.
INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.
ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar - PAD com a finalidade de apurar os fatos noticiados no Processo MI n.° 59000.000558/2011-07, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente.

Vistos e Examinados os autos do Processo em apreço e considerando o contido na NOTA TÉCNICA nº 36/2017/GM/CORREGEDORIA, de 13 de outubro de 2017, ACATO suas razões e com fulcro no art. 168 da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, Decido: Acolho o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar; e Determino o arquivamento dos autos pela prescrição.

THAISE MORAES TORRES
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 179, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000339/2015-58, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 379, de 21 de outubro de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Franciscópolis - MG, para ações de Defesa Civil, para até 18/04/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria citada acima, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 180, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000718/2013-86, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 4º da Portaria n. 99, de 19 de abril de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Campinápolis/MT para ações de Defesa Civil, para até 17/11/2017.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria citada acima, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 181, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000449/2014-39, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 4º da Portaria n. 378, de 20 de outubro de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Itueta/MG para ações de Defesa Civil, para até 15/10/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria citada acima, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 183, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.001260/2014-63, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação de danos, previstos no art. 4º da Portaria n. 380, de 20 de outubro de 2018, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Estado do Rio Grande do Sul para ações de Defesa Civil, para até 17/02/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MI nº 178, de 16 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 199, em 17 de outubro de 2017, Seção 1, pag 27, onde se lê: para até 08/11/2016, leia-se: para até 08/11/2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a instituição da Política de Gestão de Riscos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

O COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO considerando o previsto no art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, e a Portaria nº 157, de 27 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Política de Gestão de Riscos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA

ANEXO

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Gestão de Riscos tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos a serem observados e seguidos aos planos estratégicos, programas, projetos e processos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

Art. 2º A Política de Gestão de Riscos e suas eventuais normas complementares, metodologias, manuais e procedimentos aplicam-se a todas as áreas e níveis de atuação da Sudeco.

§ 1º Qualquer área da Sudeco que necessite normatizar sua metodologia de trabalho em razão desta Resolução poderá fazê-lo, desde que esteja em conformidade com as regras desta Política de Gestão de Riscos.

§ 2º A Política de Gestão de Riscos tem como premissa o alinhamento ao Planejamento Estratégico da Sudeco ou documento que venha a exercer este papel no âmbito da autarquia.

Art. 3º Para efeitos desta Política, entende-se por:

I - accountability: conjunto de procedimentos adotados pelo órgão e pelos indivíduos que o integram para evidenciar as responsabilidades inerentes a decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho;

II - apetite a risco: nível de risco que a Sudeco está disposta a aceitar;

III - atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos para enfrentar os riscos e alcançar os objetivos da Sudeco;

IV - avaliação de risco: processo de identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos da Sudeco e a determinação de resposta apropriada;

V - consequência: resultado de um evento que afeta positiva ou negativamente os objetivos da Sudeco;

VI - controle: qualquer medida aplicada no âmbito da Sudeco, para gerenciar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados;

VII - controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da Sudeco;

VIII - ética: refere-se aos princípios morais, sendo pré-requisito e suporte para a confiança pública;

IX - fraude: quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança, que não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física;

X - gerenciamento de riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da Sudeco;

XI - gestão da integridade: conjunto de medidas de prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados esperados pela sociedade;

XII - governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da Sudeco, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os seus objetivos;

XIII - governança no setor público: compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

XIV - identificação de riscos: processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas e consequências potenciais, podendo envolver dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e de especialistas, e as necessidades das partes interessadas;

XV - incerteza: incapacidade de saber com antecedência a real probabilidade ou impacto de eventos futuros;

XVI - impacto: efeito resultante da ocorrência do evento;

XVII - mensuração de risco: processo que visa a estimar a importância de um risco e calcular a probabilidade de sua ocorrência;

XVIII - monitoramento: componente do controle interno que permite avaliar a qualidade do sistema de controle interno ao longo do tempo;

XIX - nível de risco: magnitude de um risco, expressa em termos da combinação de suas consequências e probabilidades de ocorrência;

XX - operações econômicas: operações nas quais a aquisição dos insumos necessários se dá na quantidade e qualidade adequadas, sendo entregues no lugar certo e no momento preciso, ao custo mais baixo;

XXI - operações eficientes: operações nas quais é consumido o mínimo de recursos para alcançar uma dada quantidade e qualidade de resultados, ou alcançado o máximo de resultado com uma dada qualidade e quantidade de recursos empregados;

XXII - política de gestão de riscos: declaração das intenções e diretrizes gerais da Sudeco relacionadas a gestão de riscos;

XXIII - procedimento de controle: políticas e os procedimentos estabelecidos para enfrentar os riscos e alcançar os objetivos da Sudeco;

XXIV - procedimentos de controle interno: procedimentos que a Sudeco executa para o tratamento do risco, projetados para lidar com o nível de incerteza previamente identificado;

XXV - processo de gestão de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, bem como de comunicação com partes interessadas em assuntos relacionados a risco;

XXVI - proprietário do risco: pessoa ou entidade com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;

XXVII - probabilidade: possibilidade de ocorrência de um evento;

XXVIII - resposta a risco: qualquer ação adotada para lidar com risco, podendo consistir em:

a) aceitar o risco por uma escolha consciente;

b) transferir ou compartilhar o risco a outra parte;

c) evitar o risco pela decisão de não iniciar ou descontinuar a atividade que dá origem ao risco; ou

d) mitigar ou reduzir o risco diminuindo sua probabilidade de ocorrência ou minimizando suas consequências;

XXIX - risco: possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade;

XXX - risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade dos riscos ou seu impacto;

XXXI - risco residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco;

XXXII - riscos de imagem ou reputação do órgão: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores, em relação à capacidade da Sudeco em cumprir sua missão institucional;

XXXIII - riscos financeiros ou orçamentários: eventos que podem comprometer a capacidade da Sudeco de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;

XXXIV - riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades da Sudeco;

XXXV - riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades da Sudeco, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;

XXXVI - tolerância ao risco: nível de variação aceitável quanto à realização dos objetivos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXXVII - tratamento de riscos: processo de estipular uma resposta a risco;

XXXVIII - categoria de riscos: classificação dos tipos de riscos definidos pela Sudeco que podem afetar o alcance de seus objetivos estratégicos, observadas as características de sua área de atuação e as particularidades do setor público;

XXXIX - método de priorização de processos: classificação de processos baseadas em avaliação qualitativa e quantitativa, visando ao estabelecimento de prazos para a realização de gerenciamento de riscos; e

XL - plano de implementação de controles: documento elaborado pelo gestor para registrar e acompanhar a implementação de ações de tratamento a serem adotadas em resposta aos riscos avaliados.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º As atividades de Gestão de Riscos, bem como seus instrumentos resultantes, devem guiar-se pelos seguintes princípios:

I - aderência aos valores éticos;

II - concepção e proteção de valores institucionais;

III - definição à alta administração do compromisso de atrair, desenvolver e reter pessoas com competências técnicas, em alinhamento com os objetivos institucionais;

IV - definição dos objetivos estratégicos que possibilitam a eficaz gestão de riscos e controles da gestão;

V - gestão sistemática, estruturada, oportuna e subordinada ao interesse público;

VI - utilização de informações relevantes e de qualidade para apoiar o funcionamento dos processos de riscos e dos controles internos da gestão;

VII - disseminação de informações necessárias ao fortalecimento da cultura e da valorização da gestão de riscos e dos controles internos da gestão;

VIII - realização de avaliações periódicas para verificar a eficácia da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, comunicando o resultado aos responsáveis pela adoção de ações corretivas, inclusiva a alta administração;

IX - gestão de riscos e controles internos da gestão suportada por níveis adequados de exposição a riscos;

X - integração e utilização das informações e resultados gerados pela gestão de riscos e controles internos da gestão na elaboração do planejamento estratégico, na tomada de decisões e na melhoria contínua dos processos organizacionais;

XI - aderência dos métodos e modelos de gerenciamento de riscos às exigências regulatórias;

XII - gestão dinâmica, interativa, capaz de reagir às mudanças e alinhada ao contexto e ao perfil de risco da instituição; e

XIII - gestão transparente e inclusiva, com a incorporação dos fatores humanos e culturais.

Art. 5º A Política de Gestão de Riscos tem por objetivos:

I - suportar a missão, a continuidade e a sustentabilidade institucional, pela garantia razoável de atingimento dos objetivos estratégicos;

II - proporcionar a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica dos processos de trabalho;

III - produzir informações íntegras e confiáveis à tomada de decisões, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas, que proporcione a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica dos processos de trabalho;

IV - assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e as normas internas da Sudeco;

V - salvaguardar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida;

VI - possibilitar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Sudeco está exposta, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;

VII - aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;

VIII - agregar valor por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização;

IX - estimular a cultura da melhoria contínua dos processos organizacionais, a partir dos resultados gerados pela gestão de riscos e controles internos da gestão no âmbito da Sudeco;

X - orientar os processos de identificação, comunicação, avaliação, classificação, priorização, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas na Sudeco; e

XI - incorporar a Gestão de Riscos à tomada de decisões em conformidade com as melhores práticas de Governança, por meio do acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Sudeco está exposta, bem como ao nível de exposição ao risco suportado.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 6º São diretrizes da Política de Gestão de Riscos:

I - subordinação ao interesse público, observando, especialmente, as premissas estabelecidas nas normas ABNT NBR ISO 31000:2009 e Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO (Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada);

II - a atuação da gestão de riscos deve ser dinâmica e formalizada por meio de metodologias, normas, manuais e procedimentos;

III - as metodologias e ferramentas implementadas devem possibilitar a obtenção de informações úteis à tomada de decisão para a consecução dos objetivos institucionais e para o gerenciamento e a manutenção dos riscos dentro de padrões definidos pelas instâncias supervisoras;

IV - níveis de exposição a risco adequados ao alcance dos objetivos institucionais da Sudeco;

V - a capacitação dos agentes públicos que exercem cargo, função ou emprego da Sudeco em gestão de riscos, deve ser desenvolvida de forma continuada, por meio de soluções educacionais, em todos os níveis;

VI - o desenvolvimento e implementação de atividades de controle da gestão considera a avaliação de mudanças, internas e externas, que contribuam para identificação e avaliação de vulnerabilidades que impactam os objetivos institucionais;

VII - a utilização de procedimentos de controles internos da gestão proporcionais aos riscos e baseada na relação custo-benefício e na agregação de valor à instituição;

VIII - tomada de decisão apoiada no mapeamento de riscos, com identificação de responsáveis e respectivas competências em todos os níveis da instituição;

§ 1° O mapeamento de riscos de que trata o inciso VIII deverá considerar, entre outras possíveis, as seguintes tipologias de riscos:

I - riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;

II - riscos de imagem/reputação do órgão: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional;

III - riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade; e

IV - riscos financeiros/orçamentários: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações e de convênios.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO DE RISCOS

Art. 7º São considerados gestores de riscos, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, o superintendente, os diretores, o chefe de gabinete, os coordenadores-gerais, o ouvidor, o corregedor, os coordenadores, os chefes de divisão, os chefes de serviço e os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais da Sudeco.

Art. 8º Compete aos gestores de riscos, relativamente aos processos de trabalho e iniciativas sob sua responsabilidade:

I - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a política de gestão de riscos da Sudeco;

II - monitorar o risco de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a política de gestão de riscos instituída; e

III - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis em todos os níveis da instituição.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 9º ° A Sudeco adotará um modelo próprio de processo de gestão de riscos, compreendido ao menos pelas seguintes fases:

I - estabelecimento do contexto: diz respeito à definição dos parâmetros externos e internos a serem levados em consideração ao gerenciar riscos e ao estabelecimento do escopo e dos critérios de risco;

II - identificação dos riscos: consiste na busca, reconhecimento e descrição de riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

III - análise dos riscos: refere-se à compreensão da natureza do risco e à determinação do respectivo nível de risco mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;

IV - tratamento dos riscos: consiste na seleção e implementação de uma ou mais ações de tratamento para modificar os riscos;

V - monitoramento e análise crítica: diz respeito à verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de risco, realizadas de forma contínua, a fim de determinar a adequação, suficiência e eficácia dos procedimentos de adequação e mitigação para atingir os objetivos estabelecidos;

VI - comunicação e consulta: consiste na manutenção de fluxo regular e constante de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

§ 1° A descrição detalhada das fases a que se refere o caput deste artigo, bem como os procedimentos e os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos, serão definidos no Plano de Gestão de Riscos, a ser estabelecido pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito da Sudeco em 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data de publicação desta Resolução e condicionado à aprovação do Planejamento Estratégico da Sudeco.

Art. 10. O processo de gestão de riscos deve ser realizado em ciclos não superiores a 2 (dois) anos, abrangendo os processos de trabalho das unidades administrativas da Sudeco.

§ 1° Os processos de trabalho a serem tratados em cada ciclo de gestão de riscos serão decididos pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles, levando em conta a capacidade técnico-operacional da Sudeco.

§ 2º O Plano de Gestão de Riscos poderá ser revisto a qualquer tempo, sempre que identificado um novo risco, por proposição de qualquer dos membros do Comitê.

§ 3° Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito da Sudeco.

§ 4° Para o ano de 2018, deverá ser definido projeto-piloto a ser desenvolvido no âmbito da Sudeco.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Tendo em vista a complexidade e abrangência do tema, a implementação da presente política na Sudeco será realizada de forma gradual em até 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação desta Resolução.

Art. 13. O Comitê de Governança, Riscos e Controles deverá definir os níveis toleráveis de riscos da Sudeco até 31 de dezembro de 2018.

Art. 14. Os casos omissos ou excepcionalidades serão solucionados pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 213, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, XV e Parágrafo Único do anexo ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, art. 10, IV do Regimento Interno desta Autarquia e para os fins previstos no artigo 24 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º - Optar pela conversão em ações ordinárias com direito a voto, das debêntures subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA pela Empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A., no valor de R$ 27.383.105,01 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e três mil, cento e cinco reais e um centavo), com vencimento na data de 15 de outubro de 2017, conforme cronograma aprovado pela Resolução Nº. 022/2010, que aprovou o Projeto de interesse da Empresa, com o objetivo de implantar linhas de transmissão e subestações, com início na subestação de Tucuruí, no estado do Pará e fim na subestação de Jurupari, também no estado do Pará. A presente decisão tem como fundamento o Parecer GEAFO - COMED Nº. 2017/114 de 30/08/2017, aprovado pela Diretoria do Banco da Amazônia, Agente operador do Projeto, Ofício-SEI n. 468/2017/GM, de 10/10/2017, do Ministério da Integração Nacional e Parecer nº 7/2017- CGFIN/DGFAI, de 11/10/2017, da Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da SUDAM e o artigo 24 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002.

Art. 2º - Autorizar o Banco da Amazônia S.A., Agente Operador do projeto a proceder ao cancelamento da dívida correspondente à parcela a vencer na data de 15/10/2017, bem como os encargos dela decorrentes.

Art. 3º - Determinar que em 90 dias a contar desta data a Empresa disponibilize à SUDAM as 17.841.481 (dezessete milhões, oitocentos e quarenta e uma mil, quatrocentos e oitenta e uma) ações ordinárias oriundas da presente conversão, calculadas pela SUDAM, com base no balanço patrimonial de 30.06.2017, conforme Parecer Técnico 12/2017 - CLF/CGFIN/DGFAI, de 11/10/2017, aptas a serem negociadas pelo Fundo.

Art. 4º - A SUDAM emitirá o Termo de Conversão com os critérios e condições para a conversão da parcela, em até 20 dias da data da opção pela conversão.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

MARGARETH DOS SANTOS ABDON
Diretora de Administração

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 214, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, XV e Parágrafo Único do anexo ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, art. 10, IV do Regimento Interno desta Autarquia e para os fins previstos no artigo 24 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - Optar pela conversão, em ações ordinárias com direito a voto, das debêntures subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA pela Empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no valor de R$ 25.851.175,37 (vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos), com vencimento na data de 15 de outubro de 2017, conforme cronograma aprovado pela Resolução Nº. 021/2010 que aprovou o Projeto de interesse da Empresa, com o objetivo de implantar linhas de transmissão e subestações, com início na subestação de Oriximiná, no estado do Pará e fim na subestação de Macapá, no estado do Amapá. A presente decisão tem como fundamento o Parecer GEAFO - COMED Nº. 2017/114 de 30/08/2017, aprovado pela Diretoria do Banco da Amazônia, Agente operador do Projeto, Ofício-SEI n. 469/2017/GM, de 10/10/2017 do Ministério da Integração Nacional e Parecer 8/2017 - CGFIN/DGFAI de 11/10/2017, da Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiament,o da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da SUDAM e o artigo 24 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002.

Art. 2º - Autorizar o Banco da Amazônia S.A., Agente Operador do projeto a proceder ao cancelamento da dívida correspondente à parcela a vencer na data de 15/10/2017, bem como os encargos dela decorrentes.

Art. 3º - Determinar que em 90 dias a contar desta data a Empresa disponibilize à SUDAM as 16.264.631 (dezesseis milhões, duzentas e sessenta e quatro mil, seiscentas e trinta e uma) ações ordinárias oriundas da presente conversão, calculadas pela SUDAM com base no balanço patrimonial de 30/06/2017, conforme Parecer nº 13/2017 - CLF/CGFIN/DGFAI, de 11/10/2017, aptas a serem negociadas pelo Fundo.

Art. 4º - A SUDAM emitirá o Termo de Conversão com os critérios e condições para a conversão da parcela, em até 20 dias da data da opção pela conversão.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

MARGARETH DOS SANTOS ABDON
Diretora de Administração

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 866, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o art 7º, caput, da Portaria nº 446, de 26 de fevereiro de 2014, que aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001; no art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, aprovado pela Portaria nº 446, de 26 de fevereiro de 2014; e na Resolução CGFNSP nº 1, de 18 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o art 7º, caput, do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, aprovado pela Portaria nº 446, de 26 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente mediante convocação do seu presidente ou em decorrência de requerimento de, no mínimo, dois terços dos seus integrantes." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 868, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007117/2015-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, GENIS MANAU MANSILLA, de nacionalidade espanhola, filho de Jose Maria Manau Ponts e Carmem Maria Mansilla Castro, nascida no Reino da Espanha, em 17 de novembro de 1982, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 869, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.028465/2016-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JUAN PABLO CARRIAZO BARBOSA, de nacionalidade boliviana, filho de Marilin Barbosa, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 16 de julho de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 870, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.028460/2016-07, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ANDREJ LICKO, de nacionalidade eslovaca, filho de Jan Licko e de Martha Licko, nascido na Eslováquia, em 5 de agosto de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 17 de outubro de 2017

Nº 1.529 - Processo Administrativo nº 08700.007351/2015-51. Representante: Cade ex-officio. Representados: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., EBE - Empresa Brasileira de Engenharia S.A., Techint Engenharia e Construções S.A., UTC Engenharia S.A., Adolfo de Aguiar Braid, Antonio Carlos D"Agosto Miranda, Carlos Maurício de Lima Paula Barros, Dalton dos Santos Avancini, Fábio Andreani Gandolfo, Flávio David Barra, Guilherme Pires de Mello, Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho, Henrique Pessoa Mendes Neto, Humberto Barra Neto, José Arnaldo Delgado, Luís Guilherme de Sá, Luiz Alfredo Lima Sapucaia, Luiz Carlos Martins, Marcelo Sturlini Bisordi, Odon David de Souza Filho, Paulo Massa Filho, Petrônio Braz Junior, Renato Ribeiro Abreu, Ricardo Ourique Marques e Ricardo Ribeiro Pessoa. Advogados: Tercio Sampaio Ferraz Júnior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago Francisco da Silva Brito, Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão, Amanda Fabbri Bareili, Rafaella Schwartz Jaroslavsky, Sérgio Varella Bruna, Caio Lacerda de Castro, Natalia S. Pinheiro da Silveira, Tito Amaral de Andrade, Marcos Paulo Veríssimo, Sérgio Ferraz e Opice, Carolina Maria Matos Vieira, Eduardo Caminati Anders, André Alencar Porto, Jessica Wright B. Olivieri, André Alencar Porto, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Marco Antonio Fonseca Júnior, Marcelo Henrique Rivera, Leonor Cordovil e outros. Acolho a Nota Técnica 70/2017/CGAA8 (0391605) e, com fulcro no § 1° do art. 50, da Lei n° 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela admissão da Eletrobras Termonuclear S.A - Eletronuclear, como terceira interessada apta a intervir no presente feito, nos termos delimitados na referida Nota Técnica.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.997, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/63162 - DPF/URA/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MULT SERVICE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 57.273.211/0007-00, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.002, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/71977 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0081-10, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

30 (trinta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.102, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59546 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPLENDOR - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 22.228.659/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2052/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.104, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59753 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALFA LIDER VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.820.394/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2070/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.149, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/60518 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0011-02, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.182, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57070 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO DO CONDOMINIO DO NORTH SHOPPING FORTALEZA, CNPJ nº 18.240.042/0001-65 para atuar no Ceará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.184, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62395 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.604.767/0002-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2123/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.264, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/61161 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MANDACARU VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.591.143/0001-03, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.284, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62572 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

AUTORIZAR a empresa REGISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 19.692.904/0001-53, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser REGISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.289, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78300 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA ISRAELENSE DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 17.168.228/0001-98, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.313, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75054 - DPF/ITZ/MA, resolve:

AUTORIZAR a empresa REAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 08.692.482/0001-08, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser REAL SEGURANÇA EIRELI

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.323, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68651 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PANZER - CENTRO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 10.659.272/0001-51, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

21000 (vinte e uma mil) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Estojos calibre 38

3776 (três mil e setecentos e setenta e seis) Gramas de pólvora

22000 (vinte e dois mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.326, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73667 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 13.649.411/0001-54, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

25 (vinte e cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.327, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75156 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0003-13, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

96 (noventa e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.330, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/77992 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMFORVIGIL EMPRESA ESPECIALIZADA FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/A, CNPJ nº 58.805.508/0001-47, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

491734 (quatrocentas e noventa e uma mil e setecentas e trinta e quatro) Espoletas calibre 38

80000 (oitenta mil) Gramas de pólvora

491429 (quatrocentos e noventa e um mil e quatrocentos e vinte e nove) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.342, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75481 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO RETIRO DAS PEDRAS, CNPJ nº 17.326.885/0001-16 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.352, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79771 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0001-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

200 (duzentas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.353, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62076 - DPF/SIC/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GEFORSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.597.560/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 2175/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.354, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/52127 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MTVIP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA-EPP, CNPJ nº 22.262.421/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 2170/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.356, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79589 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HUNTERS ESCOLA DE SEGURANCA S/A, CNPJ nº 01.289.220/0001-40, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre .380

3000 (três mil) Munições calibre 12

60000 (sessenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.375, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/60671 - DPF/GVS/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEG SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.423.276/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2160/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.385, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/36840 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SEGURANÇA E VIGILANCIA CÃO DE GUARDA, CNPJ nº 01.680.312/0002-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2154/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO DA DIRETORA

Determino o arquivamento do recurso, conforme previsto no art. 52 da Lei nº 9784/99, considerando a perda do objeto, bem assim mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/07/2013, Seção 1, pag. 32. Processo nº 08420017133201228 - JOSÉ ANTONIO PATINO PALACIOS

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/02/2017, Seção 1, página 34. Processo nº 08354.301750/2016-73 - LEONARDO MARIA D´AMORE

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os pedidos pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.054335/2017-25 - KINAN ABOU KHIR
Processo nº 08505.031217/2017-49 - FADI JERJI
Processo nº 08400.002122/2017-96 - MAHBOUBEH KHADEMOLHOSSEINI
Processo nº 08505.058937/2015-90 - HATEM MASRI

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Portaria nº 2.650/2012 do Exmo. Sr. Ministro da Justiça. Processo nº 08460.010221/2013-11 - FERNANDO MORALES MATOS

Tendo em vista a decisão do Conselho Nacional de Imigração que deferiu a autorização para a concessão de permanência aos estrangeiros abaixo relacionados, conforme decisão publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2014, Seção 1, págs. 64/66, DEFIRO a permanência definitiva com base na Resolução Normativa nº 27/98 do Conselho Nacional de Imigração, CONDICIONADO à inexistência de antecedentes criminais. Ficam os requerentes abaixo relacionados NOTIFICADOS de que deverão comparecer à Polícia Federal, para registro, ocasião em que serão realizadas as consultas complementares , mediante a apresentação dos seguintes documentos: requerimento; duas fotos 3x4; Certidão de Nascimento ou Casamento (traduzida por tradutor juramentado), ou certidão consular; Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida no Brasil; declaração de que não foi processado criminalmente no Brasil e nem no país de origem (ou, se caso positivo, declaração que informe os dados do processo e apresente documentação complementar a respeito do respectivo andamento); e comprovante de pagamento das taxas.

Processo nº 08491005275201390 - ROKIB HASAN
Processo nº 08491005332201331 - AL MUSTAJAB
Processo nº 08491005235201348 - JORIF AHMED
Processo nº 08491004384201390 - ABU SAYED
Processo nº 08491004372201365 - NAZRUL ISLAM
Processo nº 08491002875201304 - HELAL AHMED
Processo nº 08491003866201322 - KHAIRUL AMIN
Processo nº 08491004390201347 - MOHAMMAD ANWAR HUSSAIN
Processo nº 08491004387201323 - MONJUR AHMED
Processo nº 08491005333201385 - SAYDUL ISLAM CHOWDHURY
Processo nº 08491005231201360 - KABIR UDDIN
Processo Nº 08491005344201365 - ALTAF HUSSAIN
Processo nº 08491002471201311 - KHALED SAIFULLAH
Processo nº 08491003863201399 - MAMUN AHMED
Processo nº 08491003860201355 - MASUN AHMAD
Processo nº 08444001287201220 - DELOUR HOSSAIN
Processo nº 08391003960201318 - HABIBUR HAHMAN
Processo nº 08280036184201209 - MOHAMMED JASHIM UDDIN

Determino o arquivamento do pedido de republicação, protocolo nº 08709.013323/2014-10, com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, §2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08221.002682/2013-25 - ODLE JEAN BAPTISTE

IVON JORGE DA SILVA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 13 de outubro de 2017

Nnº 265/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.020742/2017-10
Filme: "ROTA DE COLISÃO"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes SA

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de dez anos" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de doze anos" por apresentar: violência.

JORGE DA SILVA

PORTARIA Nº 172, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Trailer: LAST FLAG FLYING (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Ginger Sledge/John Sloss
Diretor(es): Richard Linklater
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.057822/2017-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NO LIMITE (OVERDRIVE, França - 2017)
Produtor(es): Kinology
Diretor(es): Antonio Negret
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.058150/2017-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A VILÃ (THE VILLAINESS, Coréia do Sul - 2017)
Produtor(es): Jung Byung-Gil
Diretor(es): Jung Byung-Gil
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.059878/2017-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ASSIM É A VIDA (C`EST LA VIE, França - 2017)
Produtor(es): Gaumont/Main Journey
Diretor(es): Olivier Nakache/Eric Toledano
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060222/2017-40
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Clipe Musical: CLIPE CARMINHO - SABIÁ (Brasil - 2016)
Produtor(es): Biscoito Fino
Diretor(es): João Felipe Freitas Silva
Distribuidor(es): SARAPUÍ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060405/2017-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ANIQUILAÇÃO (ANNIHILATION, Espanha - 2017)
Produtor(es): Andrew Macdonald/Allon Reich
Diretor(es): Alex Garland
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.060705/2017-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: COM AMOR, VAN GOGH (LOVING VINCENT, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Dorota Kobiela/Hugh Welchman
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.060707/2017-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A ESTRELA DE BELÉM (THE STAR, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Atimothy Reckart
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060708/2017-88
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PROFESSOR MARSTON E AS MULHERES-MARAVILHAS (PROFESSOR MARSTON & THE WONDER WOMEN, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Jill Soloway
Diretor(es): Angela Robinson
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.060716/2017-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ME CHAME PELO SEU NOME (CALL ME BY YOUR NAME, Estados Unidos da América / França / Itália - 2017)
Produtor(es): Naima Abed
Diretor(es): Luca Guadagnino
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.060720/2017-92
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PEDRO COELHO (PETER RABBIT, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Jodi Hildebrand
Diretor(es): Will Gluck
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060726/2017-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SOBRENATURAL - A ÚLTIMA CHAVE (INSIDIOUS - THE LAST KEY, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Laura Altmann
Diretor(es): Adam Robitel
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.060728/2017-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: OLHANDO PARA AS ESTRELAS (Brasil - 2017)
Produtor(es): A.I. Peralta Produções Cinematográficas
Diretor(es): Alexandre Peralta
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060761/2017-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PAI EM DOSE DUPLA 2 - TRAILER 2 (DADDY`S HOME 2, Espanha - 2017)
Produtor(es): Will Ferrell/Adam Mckay
Diretor(es): Sean Anders
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060928/2017-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: INVISÍVEL (INVISIBLE, Brasil - 2017)
Produtor(es): Juan Pablo Miller/Ariel Rotter/Michael Wahrmann/Julia Alves/Silvia Cruz/Guillermo Rocamora/Javier Palleiro
Diretor(es): Pablo Giorgelli
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Sexo , Nudez e Conteúdo impactante
Processo: 08017.001166/2017-22
Requerente: VITRINE FILMES LTDA
Conjunto de Episódios: O DIÁRIO DE MIKA (Brasil - 2015)
Episódio(s): 52
Produtor(es): Supertoons
Diretor(es): Elizabeth Mendes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001197/2017-83
Requerente: MENDES BENTACOUR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - EPP

Filme: #SCREAMERS (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Trick Candle Productions
Diretor(es): Dean Matthew Ronalds
Distribuidor(es): CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001238/2017-31
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

Trailer: O FORMIDÁVEL (LE REDOUTABLE, França / Myanmar - 2017)
Produtor(es): Les Compagnons du Cinéma/La Classe Américaine/France 3 Cinéma
Diretor(es): Michel Hazanavicius
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001243/2017-44
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: PATTI CAKE$ (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): The Department Of Motion Pictures/RT Features
Diretor(es): Geremy Jasper
Distribuidor(es): RT FEATURES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001278/2017-83
Requerente: US ONE COMERCIO E SERV. DE CRIAÇÃO DE OBRAS E DIREITOS AUTORAIS SA

Trailer: BORG VS MCENROE (BORG/MCENROE, Suécia - 2017)
Produtor(es): SF Studios
Diretor(es): Janus Metz
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001301/2017-30
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Show Musical: MARCIA FELLIPE AO VIVO EM RECIFE (Brasil - 2017)
Produtor(es): TS Eventos e Editora Eireli ME
Diretor(es): Jose Afonso Sancho Neto
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.057528/2017-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VAZANTE (Brasil - 2016)
Produtor(es): Beto Amaral/Maria Ionescu/Sara Silveira
Diretor(es): Daniela Thomas
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.058352/2017-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A GUERRA DOS SEXOS (BATTLE OF THE SEXES, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Danny Boyle
Diretor(es): Jonathan Dayton/Valerie Faris
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.060742/2017-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SHOPKINS - CLUBE DE CULINÁRIA (SHOPKINS - CHEF CLUB, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Mark Zaslov
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.059865/2017-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O ESTADO DAS COISAS (BRAD`S STATUS, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Dede Gardner
Diretor(es): Mike White
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.059880/2017-99
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: TROLLS - DIAS DE FESTA (TROLLS HOLIDAY TV SPECIAL, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Walt Dohrn/Gina Shay/Holly Edwards
Diretor(es): Joel Crawford
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060403/2017-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MISSÃO CEGONHA (RICHARD THE STORK, Alemanha / Bélgica / Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Toby Genkel/Reza Memari
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001259/2017-57
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Show Musical: HAMILTON DE HOLANDA - CASA DE BITUCA (Brasil - 2016)
Produtor(es): Biscoito Fino
Diretor(es): André Michiles
Distribuidor(es): SARAPUÍ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.060408/2017-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Fiilme: DEPOIS DO FIM (Brasil - 2017)
Produtor(es): Milímmetros Produções Audiovisuais Ltda.
Diretor(es): Alvaro de Carvalho Neto
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001290/2017-98
Requerente: Milímmetros Produções Audiovisuais Ltda.

JORGE DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 173, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: DOOM VFR (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): BETHESDA SOFTWORKS
Distribuidor(es): NC GAMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.001239/2017-86
Requerente: BETHESDA SOFTWORKS

Título: HAND OF THE GODS - SMITE TACTICS (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): HI-REZ STUDIOS
Distribuidor(es): HI-REZ STUDIOS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001257/2017-68
Requerente: GABRIEL MUGHELLI

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - DESAFIO NO TRÂNSITO (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001268/2017-48
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - BOMBEIRO SALVA VIDAS (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001269/2017-92
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - BOMBEIRO (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001270/2017-17
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - CASA (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001271/2017-61
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - MOTORISTA E MOTOCICLISTA (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001272/2017-14
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - ESCOTEIRO (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001273/2017-51
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - ÁGUA E POLUIÇÃO (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001274/2017-03
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - POLICIAL (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001275/2017-40
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: CLUBINHO SALVA VIDAS - DEFESA CIVIL (Brasil - 2016)
Produtor(es): CLUBINHO SALVA VIDAS
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001276/2017-94
Requerente: PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Título: DIGIMON STORY CYBER SLEUTH: HACKER`S MEMORY (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): BANDAI NAMCO
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Luta
Plataforma: PlayStation Vita/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001310/2017-21
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: RAILWAY EMPIRE (Alemanha - 2018)
Produtor(es): KALYPSO MEDIA
Distribuidor(es): KALYPSO MEDIA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia/Simulação
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001316/2017-06
Requerente: TIM FREUND / KALYPSO MEDIA

JORGE DA SILVA

PORTARIA Nº 174, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Filme: BOM COMPORTAMENTO (GOOD TIME, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Elara Pictures/Reha Films
Diretor(es): Benny Safdie/Joshua Safdie
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.058354/2017-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: ACÚSTICO JOTA QUEST (Brasil - 2017)
Diretor(es): Joana Mazzucchelli
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.059614/2017-66
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

JORGE DA SILVA



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.722, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	NOVO ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ORIENTE	11389692000117003	329.950,00	0000	10302201585350001
CE	SAO LUIS DO CURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS DO CURU	12015253000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	ALTEROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTEROSA	10544842000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	CAMBUQUIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBUQUIRA	11721277000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO LOURENCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11367641000117007	80.000,00	0000	10302201585350001
PR	MORRETES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11938311000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	SANTA INES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09301952000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
RJ	JAPERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPERI	11294684000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000117715	680.000,00	0000	10302201585350001
RJ	MESQUITA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MESQUITA	06083453000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000117706	340.000,00	0000	10302201585350001
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000117009	170.000,00	0000	10302201585350001
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DE PADUA	04249257000117003	160.000,00	0000	10302201585350001
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	15713230000117009	80.000,00	0000	10302201585350001
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	15668251000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000117715	80.000,00	0000	10302201585350001
RR	RORAINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS	12236981000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
RR	SAO JOAO DA BALIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA BALIZA	11290944000117706	80.000,00	0000	10302201585350001
SC	RANCHO QUEIMADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RANCHO QUEIMADO	09522642000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442399000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401241000117709	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ARACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACATUBA	11834275000117027	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	14051649000117712	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARDOSO	12416736000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	GUARARAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARARAPES	12652353000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ITATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	14476316000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	JAGUARIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIUNA	11297035000117007	100.000,00	0000	10302201585350001
SP	JOSE BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSE BONIFACIO	13761577000117010	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	MACAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACAUBAL	13790889000117001	170.000,00	0000	10302201585350001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	MONTE APRAZIVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE APRAZIVEL	12885741000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	12218875000117026	250.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11389859000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117076	699.999,00	0000	10302201585350001
SP	SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROQUE	11348758000117019	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO SEBASTIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO	11817180000117013	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	VOTUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VOTUPORANGA	11966608000117015	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			36 PROPOSTAS	6.679.949,00		

PORTARIA Nº 2.724, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	OSASCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OSASCO	13897329000117005	32280010	300.000,00	300.000,00	10302201589333753
TOTAL			1 PROPOSTAS			300.000,00	

PORTARIA Nº 2.725, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AL	IGREJA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IGREJA NOVA	36000152962201700	91.000,00	81000174	91.000,00	10122201545257282	7510233	91.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARECHAL DEODORO	36000153251201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2702614	450.000,00
								7372116	50.000,00
AL	PORTO CALVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO CALVO	36000153359201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	4020510	500.000,00
MA	BACABAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BACABAL	36000152965201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2458055	600.000,00
MA	VIANA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	36000152979201700	394.000,00	81000174	394.000,00	10122201545257282	5307562	394.000,00
MG	ALTEROSA	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ALTEROSA	36000153026201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2172852	150.000,00
MG	ALTO RIO DOCE	HOSPITAL DE ALTO RIO DOCE	36000152874201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2202638	200.000,00
MG	ARAXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153142201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2165619	300.000,00
MG	BARBACENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153002201700	5.000.000,00	81000174	5.000.000,00	10122201545257282	2138875	5.000.000,00
MG	BARROSO	INSTITUTO NOSSA SENHORA DO CARMO	36000152631201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2123061	400.000,00
MG	CAMBUI	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMBUI	36000152557201700	350.000,00	81000174	350.000,00	10122201545257282	2128012	350.000,00
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	ASSOCIACAO RIOVERDENSE DE ASSISTENCIA E PROMOCAO HUMANA	36000153014201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2760827	100.000,00
MG	CRISTINA	FUNDACAO HOSPITALAR DE CRISTINA	36000152974201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2761165	100.000,00
MG	GUIMARANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153143201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2100975	250.000,00
MG	LIMA DUARTE	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LIMA DUARTE	36000152791201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	4041690	500.000,00
MG	PASSA QUATRO	CASA DE CARIDADE DE PASSA QUATRO	36000152556201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2764806	100.000,00
MG	POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMPEU	36000153165201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2155729	100.000,00
MG	POUSO ALTO	SANTA CASA DE MISERICORDIA SAO VICENTE DE PAULO	36000152844201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2776014	100.000,00
MG	SACRAMENTO	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SACRAMENTO	36000152663201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2109034	100.000,00
MS	COSTA RICA	FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA	36000152116201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2375826	600.000,00
MS	PEDRO GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000151177201700	204.324,00	81000174	204.324,00	10122201545257282	2376946	204.324,00
MS	PEDRO GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000151178201700	114.014,00	81000174	114.014,00	10122201545257282	2376989	114.014,00
MS	PEDRO GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000151179201700	1.028,00	81000174	1.028,00	10122201545257282	2676885	1.028,00
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	36000152960201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2678500	300.000,00
PB	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS	36000152389201700	10.000,00	81000174	10.000,00	10122201545257282	6929540	10.000,00
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152143201700	180.000,00	81000174	180.000,00	10122201545257282	2613565	180.000,00
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153057201700	394.000,00	81000174	394.000,00	10122201545257282	2516764	394.000,00
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153059201700	59.500,00	81000174	59.500,00	10122201545257282	7294972	59.500,00
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153060201700	6.500,00	81000174	6.500,00	10122201545257282	6400930	6.500,00
PE	SERRA TALHADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA TALHADA	36000153030201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	7027133	500.000,00
PE	SERRA TALHADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA TALHADA	36000153031201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2351714	100.000,00
PE	SERRA TALHADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA TALHADA	36000153034201700	55.000,00	81000174	55.000,00	10122201545257282	2351676	55.000,00
PE	SERRA TALHADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA TALHADA	36000153035201700	12.000,00	81000174	12.000,00	10122201545257282	6442277	12.000,00
PR	IBIPORA	ASSOCIACAO DA SANTA CASA DE IBIPORA	36000152358201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2729385	200.000,00
RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	36000152963201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2287919	695.000,00
								2287927	170.000,00
								2799308	135.000,00
RJ	PARAIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBA DO SUL - RJ	36000153392201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	3386953	400.000,00
RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152934201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2292319	100.000,00
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	36000152879201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2704706	100.000,00
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	36000152880201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2297655	100.000,00
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	36000152881201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2292424	100.000,00
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	36000152883201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	6488714	200.000,00
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	36000153104201700	897.000,00	81000174	897.000,00	10122201545257282	6885284	897.000,00
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	36000153107201700	144.000,00	81000174	144.000,00	10122201545257282	6950655	144.000,00
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	36000153108201700	240.000,00	81000174	240.000,00	10122201545257282	2754843	240.000,00
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	36000153109201700	719.000,00	81000174	719.000,00	10122201545257282	2789353	719.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	IBITINGA	SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA	36000152600201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2082640	200.000,00
SP	MARILIA	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL UNIVERSITARIO	36000153049201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	5860490	500.000,00
SP	PRADOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152898201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2058715	200.000,00
SP	QUATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATA	36000153301201700	180.000,00	81000174	180.000,00	10122201545257282	4049411	180.000,00
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	36000153017201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2033135	200.000,00
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTOS	36000153364201700	340.000,00	81000174	340.000,00	10122201545257282	2786338	340.000,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA S J RIO PRETO	36000151585201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2077396	1.000.000,00
SP	UBATUBA	SANTA CASA DE MISER DA IRSENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA	36000143275201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2702193	100.000,00
TOTAL			53 PROPOSTAS	19.291.366,00					

PORTARIA Nº 2.726, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	NOVA LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11181004000117007	30830011	250.000,00	250.000,00	10302201585350031
MT	NOVA MARILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11465066000117011	29360005	50.000,00	50.000,00	10302201585350051
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000117006	27240006	86.730,00	86.730,00	10302201585350026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000117007	27240006	1.300,00	1.300,00	10302201585350026
PR	RIO BRANCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO DO SUL	10409046000117002	37050003	99.990,00	99.990,00	10302201585350041
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117702	32680006	29.960,00	29.960,00	10302201585350033
RN	MAXARANGUAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11731856000117049	38060010	43.677,00	43.677,00	10302201585350024
SC	BOMBINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10606509000117004	38240003	99.960,00	99.960,00	10302201585350042
SP	UBATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBATUBA	11703889000117002	30890011	199.940,00	199.940,00	10302201585350035
TOTAL			9 PROPOSTAS			861.557,00	

PORTARIA Nº 2.727, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	ANAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAMA-AM	11874490000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	APUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUI	12834320000117012	168.500,00	0000	10302201585350001
AM	BOCA DO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12750099000117032	170.000,00	0000	10302201585350001
BA	CRISTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTOPOLIS	09551251000117002	496.000,00	0000	10302201585350001
PI	JAICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11806518000117009	216.880,00	0000	10302201585350001
PI	RIACHO FRIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHO FRIO-PI	11973312000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09201882000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
RJ	CARDOSO MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARDOSO MOREIRA	11389387000117018	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BOCAINA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE BOCAINA	12268425000117008	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	DIADEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIADEMA	11862440000117013	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	DOIS CORREGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS	11859367000117009	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	ITARARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARARE	13820532000117009	240.000,00	0000	10302201585350001
SP	MINEIROS DO TIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MINEIROS DO TIETE	12023090000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MONTEIRO LOBATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12518183000117008	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	RANCHARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11110540000117011	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11991547000117009	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTO ANASTACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANASTACIO	11950866000117020	80.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			17 PROPOSTAS	2.701.380,00		

PORTARIA Nº 2.728, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	SANTANA DO IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - (FMS) DE SANTANA DO IPANEMA	19433048000117004	25790002	467.500,00	467.500,00	10302201585350027
CE	VICOSA DO CEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VICOSA DO CEARA	11787351000117001	37360006	100.000,00	100.000,00	10302201585350023
MA	PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRO	11782162000117013	24350001	195.880,00	195.880,00	10302201585350692
MG	JANAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	15462027000117702	37430004	199.980,00	199.980,00	10302201585350031
MS	AQUIDAUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AQUIDAUANA	04589955000117007	30690002	79.940,00	79.940,00	10302201585350054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000117003	28380012	89.680,00	89.680,00	10302201585350054
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117034	36920009	36.100,00	36.100,00	10302201585350015
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000117001	27240006	45.000,00	45.000,00	10302201585350026
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117012	37050003 19700008	20,00 179.950,00	179.970,00	10302201585350041 10302201585350041
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000117011	32680006	80.000,00	80.000,00	10302201585350033
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	11136549000117001	29250017	99.960,00	99.960,00	10302201585350042
SP	ATIBAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13901091000117011	31600005 33460003	15.760,00 48.700,00	64.460,00	10302201585350035 10302201585350035
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000117010	28090011	6.320,00	6.320,00	10302201585350035
TOTAL			13 PROPOSTAS			1.644.790,00	

PORTARIA Nº 2.723, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	IBIQUERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIQUERA	11194798000117002	27460002	400.000,00	400.000,00	10302201585350029
BA	POTIRAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE POTIRAGUA	11008558000117001	27460002	399.940,00	399.940,00	10302201585350029
MS	NOVA ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA	10711980000117009	30690002	73.530,00	73.530,00	10302201585350054
MS	PARANHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANHOS	11864713000117017	14450007	99.730,00	99.730,00	10302201585350054
MT	JACIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11422534000117710	37920001	132.460,00	132.460,00	10302201585350051
PA	BREVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17298800000117708	31880003	96.585,00	96.585,00	10302201585350015
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194088000117013	26780014	39.280,00	39.280,00	10302201585350015
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194088000117020	26780014	99.940,00	99.940,00	10302201585350015
RN	BARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARAUNA	12512241000117002	37840001	99.730,00	99.730,00	10302201585350024

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	JI-PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JI-PARANA	19122075000117010	38510007	147.560,00	147.560,00	10302201585350011
SP	PERUIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERUIBE	97519444000117720	36900011	539.000,00	539.000,00	10302201585353789
TOTAL			11 PROPOSTAS			2.127.755,00	

PORTARIA Nº 2.729, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	BREJOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11426748000117013	36940007	369.990,00	369.990,00	10302201585350029
BA	BREJOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11426748000117020	36940007	21.670,00	21.670,00	10302201585350029
BA	BRUMADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUMADO	13759150000117003	32620007	500.000,00	500.000,00	10302201585350029
BA	DARIO MEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DARIO MEIRA	11383499000117008	27390006	180.000,00	180.000,00	10302201585350029
BA	DIAS D"AVILA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12284122000117005	36940007	199.730,00	199.730,00	10302201585350029
BA	IPUPIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	12211436000117003	31660008	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	NOVA SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA SOURE	13901361000117002	27450004 30620008	100.000,00 240.000,00	340.000,00	10302201585350029 10302201585350029
BA	PLANALTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINO	11394887000117005	27450004	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	PLANALTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINO	11394887000117007	27450004	79.990,00	79.990,00	10302201585350029
BA	SANTA INES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11344270000117001	37700005	299.940,00	299.940,00	10302201585350029
CE	CRATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATEUS CE	11341165000117025	20700007	76.570,00	76.570,00	10302201585350023
CE	CRATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CRATO	11737471000117004	24370004	100.000,00	100.000,00	10302201585350023
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	74031865000117006	20250011	500.000,00	500.000,00	10302201585358762
CE	TRAIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAIRI	11421654000117001	34330012	250.000,00	250.000,00	10302201585350023
CE	VICOSA DO CEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VICOSA DO CEARA	11787351000117002	37360006	200.000,00	200.000,00	10302201585350023
ES	ITAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUACU	14726175000117010	32640010 32640009	25.000,00 145.000,00	170.000,00	10302201585350032 10302201585350032
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000117017	14130004	300.000,00	300.000,00	10302201585350032
GO	ACREUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACREUNA	11328700000117009	29270008	120.000,00	120.000,00	10302201585350052
GO	CRISTALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALINA	11290797000117001	30700005	183.250,00	183.250,00	10302201585350052
GO	CRISTALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALINA	11290797000117707	30700005	116.750,00	116.750,00	10302201585350052
GO	CRISTALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALINA	11290797000117709	38000006	200.000,00	200.000,00	10302201585350052
GO	FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09105181000117712	19600010	25.000,00	25.000,00	10302201585350052
GO	FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09105181000117714	19600010 20210006 36300017	2.722,00 62.169,00 377.047,00	441.938,00	10302201585350052 10302201585350052 10302201585358854
GO	IPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07861703000117010	37040003	115.930,00	115.930,00	10302201585350052
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPURANGA	11321092000117001	37040003	200.000,00	200.000,00	10302201585350052
GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07816633000117002	20210006	25.000,00	25.000,00	10302201585350052
GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07816633000117009	20210006	10.000,00	10.000,00	10302201585350052
GO	RIO QUENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO QUENTE	08278113000117005	38000006	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	RIO QUENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO QUENTE	08278113000117007	38000006	129.970,00	129.970,00	10302201585350052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	SAO JOAO D"ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04244525000117003	19600010	68.000,00	68.000,00	10302201585350052
GO	SAO JOAO D"ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04244525000117004	19600010	32.000,00	32.000,00	10302201585350052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	11163358000117003	30810005	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	11163358000117004	30810005	80.000,00	80.000,00	10302201585350052
GO	VICENTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINOPOLIS	11258723000117002	29690009	100.000,00	100.000,00	10302201585350052
MA	PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRO	11782162000117006	24350001	680.000,00	680.000,00	10302201585350692
MS	ANTONIO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO JOAO - MS	11208632000117002	30690002	249.970,00	249.970,00	10302201585350054
MS	AQUIDAUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AQUIDAUANA	04589955000117002	30690002	170.000,00	170.000,00	10302201585350054
MS	NAVIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11221619000117014	30690002	244.000,00	244.000,00	10302201585350054
MS	NAVIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11221619000117016	30690002	5.960,00	5.960,00	10302201585350054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000117008	38030004	340.000,00	340.000,00	10302201585350054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000117014	28380012	126.000,00	126.000,00	10302201585350054
MT	BRASNORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14018343000117704	37920001	250.000,00	250.000,00	10302201585350051
MT	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13968133000117001	29360005	150.000,00	150.000,00	10302201585350051
MT	INDIAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDIAVAI	14533874000117002	29360005	150.000,00	150.000,00	10302201585350051
MT	JURUENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUENA	14010521000117003	29360005	149.900,00	149.900,00	10302201585350051
MT	NOVA MARILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11465066000117012	29360005	80.000,00	80.000,00	10302201585350051
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000117012	36920009	450.000,00	450.000,00	10302201585350015
PA	BRASIL NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11283607000117004	26780014	190.000,00	190.000,00	10302201585350015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117021	36920009	63.900,00	63.900,00	10302201585350015
PA	MELGACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11530230000117005	26780014	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	MELGACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11530230000117006	26780014	20.000,00	20.000,00	10302201585350015
PA	MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401857000117011	26780014 11410001	59.400,00 130.000,00	189.400,00	10302201585350015 10302201585350015
PA	PARAUAPEBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUAPEBAS	12581232000117004	36970004	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	PORTO DE MOZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO DE MOZ	11424241000117007	11410001	300.000,00	300.000,00	10302201585350015
PA	REDENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11190128000117008	32600004	194.700,00	194.700,00	10302201585350015
PA	RIO MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	34668962000117002	36920009	200.000,00	200.000,00	10302201585350015
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194088000117004	26780014	60.700,00	60.700,00	10302201585350015
PB	TAPEROA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEROA	11850452000117003	38470007	299.808,00	299.808,00	10302201585350025
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	10759784000117006	28840011	250.000,00	250.000,00	10302201585350026
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	11168783000117005	27180014	700.000,00	700.000,00	10302201585350026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000117002	27240006	59.500,00	59.500,00	10302201585350026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000117004	27240006	43.500,00	43.500,00	10302201585350026
PE	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA	09251115000117008	27240006	13.970,00	13.970,00	10302201585350026
PE	SAO LOURENCO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12257765000117711	10710013 37820003 28840011	350.000,00 834.770,00 1.000.000,00	2.184.770,00	10302201585350026 10302201585350026 10302201585350026
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARITINGA DO NORTE	08677960000117706	10740008	149.980,00	149.980,00	10302201585350026
PE	TORITAMA	TORITAMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11073548000117004	27240006	180.000,00	180.000,00	10302201585350026
PE	TORITAMA	TORITAMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11073548000117005	27240006	69.500,00	69.500,00	10302201585350026
PR	JURANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00814071000117004	28490004	100.000,00	100.000,00	10302201585350041
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117001	32680006	220.000,00	220.000,00	10302201585350033
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117736	32680006 27780005 27940006	40,00 346,00 203.000,00	203.386,00	10302201585350033 10302201585350033 10302201585350033
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000117717	13100012	232.600,00	232.600,00	10302201585353314
RJ	NOVA IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10497795000117709	32680006	191.438,00	191.438,00	10302201585350033
RJ	PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11129492000117705	23970007	240.000,00	240.000,00	10302201585350033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000117013	37490002	10.000,00	10.000,00	10302201585350033
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000117711	30390011	399.974,00	399.974,00	10302201585350033
RJ	TRES RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11405835000117003	37200012	220.000,00	220.000,00	10302201585353361
RJ	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VALENCA	11934211000117702	37200011	249.955,00	249.955,00	10302201585353362
RN	CURRAIS NOVOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11341031000117005	37420005	150.000,00	150.000,00	10302201585350024
RN	IELMO MARINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11463911000117001	37840001	69.870,00	69.870,00	10302201585350024
RN	IELMO MARINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11463911000117010	37840001	29.650,00	29.650,00	10302201585350024
RN	LAGOA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11415626000117702	37840001	200.000,00	200.000,00	10302201585350024
RN	MONTANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13402120000117005	37420005	135.000,00	135.000,00	10302201585350024
RO	CUJUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUJUBIM	11485023000117003	29470005	149.930,00	149.930,00	10302201585350011
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12756355000117003	29470005	180.000,00	180.000,00	10302201585350011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00733062000117015	24200006	170.000,00	170.000,00	10302201585350011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00733062000117016	34990007	2.593.010,00	2.593.010,00	10302201585350011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00733062000117018	24200006	168.500,00	168.500,00	10302201585350011
RS	ERVAL GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ERVAL GRANDE	11772998000117717	19860002	170.000,00	170.000,00	10302201585350043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000117013	25650003	150.000,00	150.000,00	10302201585350040

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	PASSO FUNDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PASSO FUNDO	12343387000117004	30670007	400.000,00	400.000,00	10302201585355007
RS	SAO JOSE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12071532000117013	28580011	125.000,00	125.000,00	10302201585350043
RS	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES RS	12193622000117001	28580012	125.000,00	125.000,00	10302201585350043
SP	ANGATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12329120000117709	15680010	149.890,00	149.890,00	10302201585350035
SP	BARUERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARUERI	12593563000117006	37370014	201.322,00	201.322,00	10302201585350035
SP	BARUERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARUERI	12593563000117007	37370014	183.500,00	183.500,00	10302201585350035
SP	CORDEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDEIROPOLIS	97536445000117025	37090001	30.000,00	30.000,00	10302201585350035
SP	DIADEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIADEMA	11862440000117006	25340018	140.000,00	140.000,00	10302201585350035
SP	DIADEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIADEMA	11862440000117012	25340018	110.000,00	110.000,00	10302201585350035
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	11814454000117707	33460003	69.900,00	69.900,00	10302201585350035
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	11814454000117708	33460003	180.000,00	180.000,00	10302201585350035
TO	ITACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACAJA	11372183000117003	26910004	141.285,00	141.285,00	10302201585350017
TOTAL			101 PROPOSTAS			22.760.496,00	

PORTARIA Nº 2.708, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO SUL	09174628000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	FLORIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIDA	08703778000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARA	09204028000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	PEABIRU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEABIRU	10572895000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	DOIS CORREGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS	11859367000117008	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	FLORA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FLORA RICA	13846352000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			6 PROPOSTAS	1.020.000,00		

PORTARIA Nº 2.709, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
SC	AGROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGROLANDIA	36000153015201700	47.000,00	71260001	47.000,00	10122201545250042	2377144	47.000,00
SC	ANTONIO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS	36000151860201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2672383	50.000,00
SC	ARAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAQUARI - SC	36000152221201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2658186	50.000,00
SC	ARMAZEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMAZEM	36000152275201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2550938	75.000,00
SC	BALNEARIO CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152392201700	650.000,00	71260001	650.000,00	10122201545250042	6854729	650.000,00
SC	BARRA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA VELHA	36000152311201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	5543940 6848389	90.000,00 60.000,00
SC	BIGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU	36000152308201700	200.000,00	71260001	200.000,00	10122201545250042	7486596	200.000,00
SC	BIGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU	36000152634201700	362.500,00	71260001	362.500,00	10122201545250042	3387739 5545331 5917867 6411169	53.750,00 60.000,00 53.750,00 195.000,00
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	36000152186201700	575.000,00	71260001	575.000,00	10122201545250042	2522209 2558246 2558254	175.000,00 200.000,00 200.000,00
SC	BRUSQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151649201700	375.000,00	71260001	375.000,00	10122201545250042	2513609 2522411 2522489	100.000,00 75.000,00 200.000,00
SC	CAMPO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152769201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664992	50.000,00
SC	CAMPO ERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ERE	36000151223201700	165.000,00	71260001	165.000,00	10122201545250042	2554887	165.000,00
SC	CAMPOS NOVOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS	36000152338201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2555824	50.000,00
SC	CANOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	36000152762201700	250.000,00	71260001	250.000,00	10122201545250042	2491249	250.000,00
SC	CAPINZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	36000152542201700	96.000,00	71260001	96.000,00	10122201545250042	2380358	96.000,00
SC	CATANDUVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	36000151360201700	17.000,00	71260001	17.000,00	10122201545250042	3341194	17.000,00
SC	CATANDUVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	36000151361201700	52.000,00	71260001	52.000,00	10122201545250042	2380005	52.000,00
SC	CATANDUVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	36000151362201700	20.000,00	71260001	20.000,00	10122201545250042	3965120	20.000,00
SC	CHAPECO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPECO	36000152780201700	400.000,00	71260001	400.000,00	10122201545250042	2537788 7286082	400.000,00 0,00
SC	COCAL DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL	36000151528201700	135.000,00	71260001	135.000,00	10122201545250042	2555549	135.000,00
SC	CONCORDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA	36000152298201700	242.067,00	71260001	242.067,00	10122201545250042	2303892	242.067,00
SC	CORUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORUPA	36000152349201700	120.000,00	71260001	120.000,00	10122201545250042	2300117	120.000,00
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	36000152366201700	1.393.567,00	71260001	1.393.567,00	10122201545250042	2419777 2419858 2419971 2706989 2758164	100.000,00 50.000,00 200.000,00 318.000,00 193.067,00
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	36000152366201700	1.393.567,00	71260001	1.393.567,00	10122201545250042	2758237 3297446 5034663	450.000,00 41.000,00 41.500,00
SC	CUNHA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CUNHA PORA	36000152523201700	302.407,00	71260001	302.407,00	10122201545250042	2626667	302.407,00
SC	DESCANSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152122201700	113.000,00	71260001	113.000,00	10122201545250042	2378922	113.000,00
SC	DIONISIO CERQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL SAUDE	36000152563201700	400.000,00	71260001	400.000,00	10122201545250042	2658372	400.000,00
SC	DOUTOR PEDRINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR PEDRINHO	36000151244201700	25.294,00	71260001	25.294,00	10122201545250042	2513404	25.294,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151652201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2380188	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151653201700	62.500,00	71260001	62.500,00	10122201545250042	2418304	62.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151654201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2418304	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151655201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2418304	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151658201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2418304	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151659201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691574	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151660201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691574	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151661201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2665085	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151664201700	475.000,00	71260001	475.000,00	10122201545250042	2301830	475.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151666201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2301830	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151667201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	2301830	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151668201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2410834	50.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151669201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300435	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151670201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2550938	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151671201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691523	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151672201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691477	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151674201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2420015	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151675201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377829	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151676201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2419246	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151677201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300184	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151679201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2543079	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151680201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2379163	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151685201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2543044	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151686201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377225	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151687201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377462	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151691201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6273874	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151692201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300516	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151693201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2626659	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151694201700	175.000,00	71260001	175.000,00	10122201545250042	2301830	175.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151695201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	2301830	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151696201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2538083	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151697201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664992	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151698201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664992	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151699201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2664992	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151700201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2380331	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151701201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2302101	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151702201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2302101	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151703201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2652099	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151705201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691868	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151706201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2420015	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151707201700	135.000,00	71260001	135.000,00	10122201545250042	2420015	135.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151708201700	125.000,00	71260001	125.000,00	10122201545250042	2385880	125.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151709201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6249604	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151710201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377829	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151711201700	65.000,00	71260001	65.000,00	10122201545250042	2300184	65.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151712201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2300184	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151713201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300184	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151714201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300184	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151715201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2379333	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151716201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2379341	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151717201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2538180	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151718201700	250.000,00	71260001	250.000,00	10122201545250042	2538180	250.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151719201700	115.000,00	71260001	115.000,00	10122201545250042	2538180	115.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151720201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2378108	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151721201700	60.000,00	71260001	60.000,00	10122201545250042	2300885	60.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151722201700	250.000,00	71260001	250.000,00	10122201545250042	2302500	250.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151723201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2411393	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151724201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2411393	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151725201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2411393	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151726201700	500.000,00	71260001	500.000,00	10122201545250042	2411393	500.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151727201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2411415	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151728201700	199.067,00	71260001	199.067,00	10122201545250042	2411415	199.067,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151729201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2299836	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151730201700	163.500,00	71260001	163.500,00	10122201545250042	2560771	163.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151731201700	85.000,00	71260001	85.000,00	10122201545250042	2538148	85.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151732201700	36.500,00	71260001	36.500,00	10122201545250042	2538148	36.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151733201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664984	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151734201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2305623	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151735201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2305623	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151736201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2377330	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151737201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377632	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151738201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2418177	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151739201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2538571	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151740201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2300516	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151741201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	6683134	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151742201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6683134	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151743201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6683134	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151744201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2538229	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151745201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2377616	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151746201700	64.000,00	71260001	64.000,00	10122201545250042	2377616	64.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151747201700	111.000,00	71260001	111.000,00	10122201545250042	2537826	111.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151749201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	3689603	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151751201700	66.533,00	71260001	66.533,00	10122201545250042	2537192	66.533,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151752201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2377373	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151753201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2378140	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151754201700	37.500,00	71260001	37.500,00	10122201545250042	2300885	37.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151755201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	0019283	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151756201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	2664879	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151758201700	400.000,00	71260001	400.000,00	10122201545250042	2691868	400.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151760201700	200.000,00	71260001	200.000,00	10122201545250042	2691884	200.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151761201700	200.000,00	71260001	200.000,00	10122201545250042	2379341	200.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151762201700	600.000,00	71260001	600.000,00	10122201545250042	2302969	600.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151764201700	800.000,00	71260001	800.000,00	10122201545250042	2555646	800.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151765201700	216.376,00	71260001	216.376,00	10122201545250042	2706369	216.376,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151767201700	82.470,00	71260001	82.470,00	10122201545250042	2691841	82.470,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151768201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2302950	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIANOPOLIS	36000152416201700	1.115.000,00	71260001	1.115.000,00	10122201545250042	0019402 3157245	950.000,00 165.000,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151595201700	3.883,00	71260001	3.883,00	10122201545250042	2419041	3.883,00

SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151598201700	67.745,00	71260001	67.745,00	10122201545250042	2419203	67.745,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151599201700	15.100,00	71260001	15.100,00	10122201545250042	2555530	15.100,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151600201700	1.828,00	71260001	1.828,00	10122201545250042	2660911	1.828,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151601201700	7.403,00	71260001	7.403,00	10122201545250042	2660938	7.403,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151602201700	240.075,00	71260001	240.075,00	10122201545250042	3251322	240.075,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151604201700	2.119,00	71260001	2.119,00	10122201545250042	4060288	2.119,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151605201700	1.885,00	71260001	1.885,00	10122201545250042	6484751	1.885,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151606201700	99.832,00	71260001	99.832,00	10122201545250042	7055463	99.832,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151607201700	25.999,00	71260001	25.999,00	10122201545250042	7246773	25.999,00
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151608201700	1.649,00	71260001	1.649,00	10122201545250042	7915217	1.649,00
SC	GAROPABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA	36000151410201700	814.500,00	71260001	814.500,00	10122201545250042	2555050 5352061 7597924	570.000,00 154.500,00 90.000,00
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV CELSO RAMOS	36000151411201700	135.000,00	71260001	135.000,00	10122201545250042	2418835 6455263	76.000,00 59.000,00
SC	GUARUJA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA DO SUL	36000152475201700	34.000,00	71260001	34.000,00	10122201545250042	2378736	34.000,00
SC	IMBUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA	36000151778201700	67.000,00	71260001	67.000,00	10122201545250042	2588897	67.000,00
SC	INDAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL	36000151351201700	500.000,00	71260001	500.000,00	10122201545250042	2521873	500.000,00
SC	IRANI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANI	36000151977201700	65.000,00	71260001	65.000,00	10122201545250042	7317727	65.000,00
SC	ITAJAI	FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ITAJAI	36000151445201700	623.067,00	71260001	623.067,00	10122201545250042	2522691	623.067,00
SC	ITAJAI	FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ITAJAI	36000151446201700	280.000,00	71260001	280.000,00	10122201545250042	2513889	280.000,00
SC	ITAJAI	FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ITAJAI	36000151447201700	20.000,00	71260001	20.000,00	10122201545250042	2514079	20.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000152150201700	125.000,00	71260001	125.000,00	10122201545250042	2377772 2377829	0,00 125.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000152153201700	70.000,00	71260001	70.000,00	10122201545250042	2377942	70.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000152154201700	65.000,00	71260001	65.000,00	10122201545250042	7704631	65.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000152156201700	70.000,00	71260001	70.000,00	10122201545250042	2377772	70.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000152157201700	70.000,00	71260001	70.000,00	10122201545250042	3976289	70.000,00
SC	JARAGUA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL	36000151624201700	775.000,00	71260001	775.000,00	10122201545250042	2306336 2306344	450.000,00 325.000,00
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	36000151559201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2521296	150.000,00
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	36000151560201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2511754	150.000,00
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	36000151561201700	224.000,00	71260001	224.000,00	10122201545250042	6048692	224.000,00
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	36000151563201700	1.850.000,00	71260001	1.850.000,00	10122201545250042	2436469	1.850.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152665201700	400.000,00	71260001	400.000,00	10122201545250042	2662914	400.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152666201700	400.000,00	71260001	400.000,00	10122201545250042	2662914	400.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152682201700	56.000,00	71260001	56.000,00	10122201545250042	3719871	56.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152683201700	56.000,00	71260001	56.000,00	10122201545250042	3719871	56.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152730201700	550.000,00	71260001	550.000,00	10122201545250042	2504316	550.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152731201700	550.000,00	71260001	550.000,00	10122201545250042	2504316	550.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152734201700	119.000,00	71260001	119.000,00	10122201545250042	3649113	119.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000152735201700	119.000,00	71260001	119.000,00	10122201545250042	3649113	119.000,00
SC	LAURO MULLER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152346201700	70.000,00	71260001	70.000,00	10122201545250042	2419246	70.000,00
SC	MAFRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152628201700	200.000,00	71260001	200.000,00	10122201545250042	2379317 4061314 7046928	60.000,00 40.000,00 100.000,00
SC	MONDAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151704201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2378108	50.000,00
SC	NAVEGANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES	36000151327201700	332.963,00	71260001	332.963,00	10122201545250042	7442947	332.963,00
SC	NAVEGANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES	36000151328201700	191.030,00	71260001	191.030,00	10122201545250042	2674319	191.030,00
SC	NAVEGANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES	36000151335201700	206.761,00	71260001	206.761,00	10122201545250042	5410649	206.761,00
SC	NAVEGANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES	36000151337201700	150.718,00	71260001	150.718,00	10122201545250042	5412153	150.718,00
SC	ORLEANS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS	36000152343201700	125.000,00	71260001	125.000,00	10122201545250042	2555840	125.000,00
SC	PALHOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152421201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2691442	150.000,00
SC	PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA	36000152671201700	333.000,00	71260001	333.000,00	10122201545250042	2693240 6976433 7045972	23.000,00 300.000,00 10.000,00
SC	PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA	36000152673201700	30.000,00	71260001	30.000,00	10122201545250042	2693240	30.000,00
SC	PORTO BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BELO	36000151432201700	74.000,00	71260001	74.000,00	10122201545250042	2303787	74.000,00
SC	POUSO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO	36000151895201700	140.000,00	71260001	140.000,00	10122201545250042	2377225	140.000,00
SC	RIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	36000152363201700	760.000,00	71260001	760.000,00	10122201545250042	2379430 2379627 2568713 2641445	50.000,00 150.000,00 175.000,00 385.000,00
SC	RIO NEGRINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NEGRINHO	36000152210201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	2521695	300.000,00
SC	RIQUEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIQUEZA	36000151517201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2378752	50.000,00
SC	SALETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALETE	36000151279201700	49.324,00	71260001	49.324,00	10122201545250042	2377632	49.324,00
SC	SANTA CECILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA	36000152227201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2302748	50.000,00
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151629201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	5261279 6997023	60.000,00 90.000,00
SC	SAO BENTO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO SUL	36000152167201700	500.000,00	71260001	500.000,00	10122201545250042	2521792	500.000,00

SC	SAO BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BONIFACIO	36000152004201700	40.000,00	71260001	40.000,00	10122201545250042	2622734	40.000,00
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO SUL	36000152320201700	200.000,00	71260001	200.000,00	10122201545250042	7105088	200.000,00
SC	SAO JOAO BATISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA	36000151541201700	475.000,00	71260001	475.000,00	10122201545250042	2418967	475.000,00
SC	SAO JOSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	36000152123201700	412.500,00	71260001	412.500,00	10122201545250042	2663635	412.500,00
SC	SAO JOSE DO CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO	36000151464201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2378809	50.000,00
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	36000151431201700	525.000,00	71260001	525.000,00	10122201545250042	2543400 2543419 2543427 3151190 3485501	64.000,00 126.000,00 14.000,00 50.000,00 30.000,00
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	36000151431201700	525.000,00	71260001	525.000,00	10122201545250042	3499472 5931436 6615759 7005849 7006373	100.000,00 6.000,00 5.000,00 30.000,00 30.000,00
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	36000151431201700	525.000,00	71260001	525.000,00	10122201545250042	7058616	70.000,00
SC	SIDEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SIDEROPOLIS	36000152279201700	98.000,00	71260001	98.000,00	10122201545250042	2419491	98.000,00
SC	TRES BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES BARRAS	36000152085201700	200.000,00	71260001	200.000,00	10122201545250042	2490927 2490935	100.000,00 100.000,00
SC	TROMBUDO CENTRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL	36000151618201700	275.000,00	71260001	275.000,00	10122201545250042	2377373	275.000,00
SC	VIDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151906201700	225.000,00	71260001	225.000,00	10122201545250042	2302063 2302500	125.000,00 100.000,00
SC	XAVANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151428201700	25.334,00	71260001	25.334,00	10122201545250042	2666065	25.334,00
TOTAL			193 PROPOSTAS	34.648.996,00					

PORTARIA Nº 2.710, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	ABDON BATISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA	36000151588201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	ABELARDO LUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL ABELARDO LUZ	36000151480201700	71260001	74.500,00	74.500,00	10122201545250042
SC	AGRONOMICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGRONOMICA	36000151482201700	71260001	189.470,00	189.470,00	10122201545250042
SC	AGUA DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AGUA DOCE	36000151898201700	71260001	122.138,00	122.138,00	10122201545250042
SC	AGUAS DE CHAPECO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE CHAPECO	36000151418201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	AGUAS FRIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS FRIAS	36000152332201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	AGUAS MORNAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS MORNAS	36000151405201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	ALFREDO WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER	36000152098201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA	36000152468201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	ANGELINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA	36000151986201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	ANITA GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL SAUDE ANITA GARIBALDI	36000152033201700	71260001	238.500,00	238.500,00	10122201545250042
SC	ANITAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS	36000151406201700	71260001	205.881,00	205.881,00	10122201545250042
SC	ANTONIO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS	36000152050201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	APIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA	36000151329201700	71260001	339.057,00	339.057,00	10122201545250042
SC	ARABUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA	36000152603201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	ARAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAQUARI - SC	36000152222201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	ARARANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARANGUA	36000151957201700	71260001	820.000,00	820.000,00	10122201545250042
SC	ARMAZEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMAZEM	36000152276201700	71260001	259.007,00	259.007,00	10122201545250042
SC	ARROIO TRINTA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	36000151911201700	71260001	172.280,00	172.280,00	10122201545250042
SC	ARVOREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARVOREDO	36000152802201700	71260001	39.988,00	39.988,00	10122201545250042
SC	ASCURRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ASCURRA	36000152071201700	71260001	281.319,00	281.319,00	10122201545250042
SC	ATALANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALANTA	36000152073201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA	36000151436201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151508201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE BALNEARIO BARRA DO SUL	36000151511201700	71260001	163.500,00	163.500,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO GAIVOTA	BALNEARIO GAIVOTA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151267201700	71260001	290.000,00	290.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO PICARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000151888201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO PICARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000151889201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO PICARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000151891201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO PICARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000151892201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO RINCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO	36000152100201700	71260001	285.000,00	285.000,00	10122201545250042
SC	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	36000151689201700	71260001	93.627,00	93.627,00	10122201545250042
SC	BELA VISTA DO TOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO	36000152792201700	71260001	84.402,00	84.402,00	10122201545250042
SC	BELMONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE	36000152061201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	BENEDITO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BENEDITO NOVO	36000151318201700	71260001	375.000,00	375.000,00	10122201545250042
SC	BIGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU	36000152307201700	71260001	97.500,00	97.500,00	10122201545250042
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	36000152182201700	71260001	500.000,00	500.000,00	10122201545250042
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	36000152187201700	71260001	68.000,00	68.000,00	10122201545250042
SC	BOCAINA DO SUL	FUNDO MUN DE SAUDE - BOCAINA DO SUL	36000152086201700	71260001	50.797,00	50.797,00	10122201545250042
SC	BOM JARDIM DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA	36000152105201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS	36000151481201700	71260001	86.949,00	86.949,00	10122201545250042
SC	BOM JESUS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE	36000152493201700	71260001	176.305,00	176.305,00	10122201545250042
SC	BOM RETIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO SC	36000152287201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	BOM RETIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO SC	36000152594201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	BOMBINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151286201700	71260001	488.067,00	488.067,00	10122201545250042
SC	BOTUVERA	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE DE BOTUVERA	36000151238201700	71260001	219.285,00	219.285,00	10122201545250042
SC	BRACO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO NORTE	36000152262201700	71260001	620.000,00	620.000,00	10122201545250042
SC	BRACO DO TROMBUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO	36000151403201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	BRUSQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151648201700	71260001	318.000,00	318.000,00	10122201545250042
SC	CACADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR	36000152640201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	CAIBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI SC	36000151519201700	71260001	191.440,00	191.440,00	10122201545250042
SC	CALMON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALMON	36000151610201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	36000151857201700	71260001	415.000,00	415.000,00	10122201545250042
SC	CAMPO BELO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO BELO DO SUL	36000151981201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	CAMPOS NOVOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS	36000152337201700	71260001	513.500,00	513.500,00	10122201545250042
SC	CANELINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANELINHA	36000152753201700	71260001	394.240,00	394.240,00	10122201545250042
SC	CANOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	36000152724201700	71260001	499.567,00	499.567,00	10122201545250042
SC	CAPAO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPAO ALTO	36000152107201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	CAPINZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	36000152547201700	71260001	321.400,00	321.400,00	10122201545250042
SC	CAPIVARI DE BAIXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIVARI DE BAIXO	36000152266201700	71260001	109.127,00	109.127,00	10122201545250042
SC	CATANDUVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	36000151358201700	71260001	211.000,00	211.000,00	10122201545250042
SC	CAXAMBU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXAMBU DO SUL	36000151486201700	71260001	135.000,00	135.000,00	10122201545250042
SC	CELSO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS	36000151273201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	CERRO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO NEGRO	36000152254201700	71260001	162.392,00	162.392,00	10122201545250042
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151289201700	71260001	122.618,00	122.618,00	10122201545250042
SC	CHAPECO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPECO	36000152766201700	71260001	237.500,00	237.500,00	10122201545250042
SC	COCAL DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL	36000151530201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	CONCORDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA	36000152299201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	CORDILHEIRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA	36000152811201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	CORONEL FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CORONEL FREITAS	36000151976201700	71260001	348.500,00	348.500,00	10122201545250042
SC	CORONEL MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS	36000152040201700	71260001	75.000,00	75.000,00	10122201545250042
SC	CORREIA PINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORREIA PINTO	36000152253201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	CORUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORUPA	36000152380201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	CORUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORUPA	36000152862201700	71260001	30.000,00	30.000,00	10122201545250042
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	36000152368201700	71260001	345.560,00	345.560,00	10122201545250042
SC	CUNHATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151331201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	CURITIBANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS-SC	36000151319201700	71260001	307.852,00	307.852,00	10122201545250042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	DESCANSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152125201700	71260001	387.000,00	387.000,00	10122201545250042
SC	DONA EMMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA	36000151399201700	71260001	240.000,00	240.000,00	10122201545250042
SC	DOUTOR PEDRINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR PEDRINHO	36000151247201700	71260001	151.176,00	151.176,00	10122201545250042
SC	ENTRE RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ENTRE RIOS	36000151942201700	71260001	113.500,00	113.500,00	10122201545250042
SC	ERVAL VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERVAL VELHO	36000152007201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	FAXINAL DOS GUEDES	PMFG - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151477201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	FLOR DO SERTAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DO SERTAO	36000151596201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIANOPOLIS	36000152424201700	71260001	400.000,00	400.000,00	10122201545250042
SC	FORMOSA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151948201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	36000151609201700	71260001	22.482,00	22.482,00	10122201545250042
SC	FRAIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	36000151462201700	71260001	719.067,00	719.067,00	10122201545250042
SC	FREI ROGERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152181201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	GALVAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO	36000152088201700	71260001	163.500,00	163.500,00	10122201545250042
SC	GARUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151235201700	71260001	314.572,00	314.572,00	10122201545250042
SC	GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	36000151321201700	71260001	875.000,00	875.000,00	10122201545250042
SC	GRAO PARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000151904201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	GRAVATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152376201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	GUARACIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA/SC	36000152021201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	GUARAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152716201700	71260001	75.000,00	75.000,00	10122201545250042
SC	GUARUJA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA DO SUL	36000152476201700	71260001	291.000,00	291.000,00	10122201545250042
SC	GUATAMBU	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE GUATAMBU - FMS	36000151678201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	HERVAL D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D OESTE	36000151748201700	71260001	518.378,00	518.378,00	10122201545250042
SC	IBIAM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152131201700	71260001	116.825,00	116.825,00	10122201545250042
SC	IBICARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBICARE	36000151353201700	71260001	227.529,00	227.529,00	10122201545250042
SC	IBIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151245201700	71260001	350.000,00	350.000,00	10122201545250042
SC	ICARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICARA/SC	36000151954201700	71260001	685.000,00	685.000,00	10122201545250042
SC	ILHOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHOTA	36000152075201700	71260001	260.000,00	260.000,00	10122201545250042
SC	IMARUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	36000151556201700	71260001	185.000,00	185.000,00	10122201545250042
SC	IMBITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152083201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	IMBUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA	36000151779201700	71260001	273.605,00	273.605,00	10122201545250042
SC	INDAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL	36000151352201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	IOMERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IOMERE - FMS - IOMERE	36000152014201700	71260001	64.465,00	64.465,00	10122201545250042
SC	IPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA	36000151919201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	IPORA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPORA DO OESTE	36000151545201700	71260001	428.500,00	428.500,00	10122201545250042
SC	IPUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151570201700	71260001	185.764,00	185.764,00	10122201545250042
SC	IPUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	36000151499201700	71260001	257.619,00	257.619,00	10122201545250042
SC	IRANI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANI	36000151980201700	71260001	85.000,00	85.000,00	10122201545250042
SC	IRATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRATI	36000152817201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	IRINEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS - FMSI	36000152169201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	ITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA	36000151324201700	71260001	158.293,00	158.293,00	10122201545250042
SC	ITAIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151613201700	71260001	225.000,00	225.000,00	10122201545250042
SC	ITAPEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA	36000151497201700	71260001	790.000,00	790.000,00	10122201545250042
SC	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA	36000151982201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	ITAPOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAPOA	36000152200201700	71260001	238.500,00	238.500,00	10122201545250042
SC	JABORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JABORA	36000152093201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	JACINTO MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACINTO MACHADO	36000151544201700	71260001	225.000,00	225.000,00	10122201545250042
SC	JAGUARUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000152488201700	71260001	272.500,00	272.500,00	10122201545250042
SC	JARAGUA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL	36000151625201700	71260001	675.000,00	675.000,00	10122201545250042
SC	JARDINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDINOPOLIS	36000151626201700	71260001	172.131,00	172.131,00	10122201545250042
SC	JOACABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JOACABA - FMS	36000151302201700	71260001	490.000,00	490.000,00	10122201545250042
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	36000151564201700	71260001	2.150.000,00	2.150.000,00	10122201545250042
SC	JOSE BOITEUX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151398201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	JUPIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUPIA SC	36000152289201700	71260001	154.628,00	154.628,00	10122201545250042
SC	LACERDOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS	36000151795201700	71260001	220.432,00	220.432,00	10122201545250042
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151546201700	71260001	320.000,00	320.000,00	10122201545250042
SC	LAURENTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURENTINO	36000151397201700	71260001	214.362,00	214.362,00	10122201545250042
SC	LAURO MULLER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152347201700	71260001	317.000,00	317.000,00	10122201545250042
SC	LEBON REGIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS	36000151848201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	LEOBERTO LEAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOBERTO LEAL	36000151415201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	LINDOIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOIA DO SUL	36000151515201700	71260001	163.500,00	163.500,00	10122201545250042
SC	LONTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LONTRAS	36000151396201700	71260001	225.000,00	225.000,00	10122201545250042
SC	LUIZ ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIS ALVES	36000152565201700	71260001	275.000,00	275.000,00	10122201545250042
SC	MACIEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA	36000151592201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	MAJOR GERCINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAJOR GERCINO	36000151416201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	MAJOR VIEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA	36000151506201700	71260001	278.500,00	278.500,00	10122201545250042
SC	MARACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA	36000151243201700	71260001	236.663,00	236.663,00	10122201545250042
SC	MARAVILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAVILHA	36000151393201700	71260001	67.286,00	67.286,00	10122201545250042
SC	MAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA	36000151479201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA	36000151807201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	MATOS COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATOS COSTA	36000151643201700	71260001	203.458,00	203.458,00	10122201545250042
SC	MELEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO	36000151275201700	71260001	219.677,00	219.677,00	10122201545250042
SC	MIRIM DOCE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MIRIM DOCE	36000152035201700	71260001	110.000,00	110.000,00	10122201545250042
SC	MONDAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151549201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	MONTE CARLO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151470201700	71260001	338.500,00	338.500,00	10122201545250042
SC	MONTE CASTELO	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MONTE CASTELO	36000151449201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	MORRO DA FUMACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA	36000152288201700	71260001	350.000,00	350.000,00	10122201545250042
SC	MORRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151310201700	71260001	211.200,00	211.200,00	10122201545250042
SC	NOVA ERECHIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151334201700	71260001	225.000,00	225.000,00	10122201545250042
SC	NOVA ITABERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ITABERABA	36000151627201700	71260001	250.081,00	250.081,00	10122201545250042
SC	NOVA TRENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152236201700	71260001	260.000,00	260.000,00	10122201545250042
SC	NOVA VENEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA	36000151257201700	71260001	625.000,00	625.000,00	10122201545250042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC	36000151452201700	71260001	65.934,00	65.934,00	10122201545250042
SC	ORLEANS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS	36000152341201700	71260001	343.500,00	343.500,00	10122201545250042
SC	OTACILIO COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA	36000152204201700	71260001	463.500,00	463.500,00	10122201545250042
SC	OURO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE OURO	36000151296201700	71260001	163.147,00	163.147,00	10122201545250042
SC	PAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL	36000151460201700	71260001	147.195,00	147.195,00	10122201545250042
SC	PAINEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAINEL	36000151502201700	71260001	165.090,00	165.090,00	10122201545250042
SC	PALMA SOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151313201700	71260001	350.000,00	350.000,00	10122201545250042
SC	PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRA	36000152458201700	71260001	100.266,00	100.266,00	10122201545250042
SC	PALMITOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMITOS	36000151494201700	71260001	132.993,00	132.993,00	10122201545250042
SC	PAPANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA	36000152159201700	71260001	425.000,00	425.000,00	10122201545250042
SC	PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152748201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	PASSO DE TORRES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000151450201700	71260001	357.637,00	357.637,00	10122201545250042
SC	PASSOS MAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS MAIA	36000151333201700	71260001	63.500,00	63.500,00	10122201545250042
SC	PAULO LOPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO LOPES	36000151252201700	71260001	310.000,00	310.000,00	10122201545250042
SC	PEDRAS GRANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES	36000152647201700	71260001	135.200,00	135.200,00	10122201545250042
SC	PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA	36000152674201700	71260001	132.000,00	132.000,00	10122201545250042
SC	PERITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA	36000151916201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	PESCARIA BRAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PESCARIA BRAVA	36000151487201700	71260001	385.000,00	385.000,00	10122201545250042
SC	PETROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PETROLANDIA	36000152356201700	71260001	75.000,00	75.000,00	10122201545250042
SC	PINHALZINHO	FUNDO DE SAUDE DE PINHALZINHO	36000151385201700	71260001	450.000,00	450.000,00	10122201545250042
SC	PINHALZINHO	FUNDO DE SAUDE DE PINHALZINHO	36000151386201700	71260001	226.231,00	226.231,00	10122201545250042
SC	PINHEIRO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151943201700	71260001	118.067,00	118.067,00	10122201545250042
SC	PIRATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRATUBA	36000152203201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	PLANALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000152532201700	71260001	61.500,00	61.500,00	10122201545250042
SC	POMERODE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMERODE	36000151295201700	71260001	675.000,00	675.000,00	10122201545250042
SC	PONTE ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE ALTA	36000152155201700	71260001	133.095,00	133.095,00	10122201545250042
SC	PONTE SERRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE SERRADA	36000151330201700	71260001	285.000,00	285.000,00	10122201545250042
SC	PORTO BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BELO	36000151433201700	71260001	368.000,00	368.000,00	10122201545250042
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO UNIAO	36000151996201700	71260001	190.000,00	190.000,00	10122201545250042
SC	POUSO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO	36000151893201700	71260001	450.000,00	450.000,00	10122201545250042
SC	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151457201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	PRESIDENTE GETULIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151226201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	PRESIDENTE NEREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU	36000152161201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	PRINCESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRINCESA	36000151533201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	QUILOMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO	36000151471201700	71260001	383.990,00	383.990,00	10122201545250042
SC	RANCHO QUEIMADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RANCHO QUEIMADO	36000151420201700	71260001	54.950,00	54.950,00	10122201545250042
SC	RIO DAS ANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DAS ANTAS	36000151308201700	71260001	264.125,00	264.125,00	10122201545250042
SC	RIO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151921201700	71260001	325.000,00	325.000,00	10122201545250042
SC	RIO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151290201700	71260001	272.373,00	272.373,00	10122201545250042
SC	RIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	36000152364201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	RIO DOS CEDROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS	36000151466201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	RIO FORTUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO FORTUNA	36000152260201700	71260001	218.068,00	218.068,00	10122201545250042
SC	RIO NEGRINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NEGRINHO	36000152211201700	71260001	300.000,00	300.000,00	10122201545250042
SC	RIQUEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIQUEZA	36000151518201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	RODEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RODEIO	36000151442201700	71260001	240.000,00	240.000,00	10122201545250042
SC	ROMELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROMELANDIA	36000151543201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	SALETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALETE	36000151281201700	71260001	414.176,00	414.176,00	10122201545250042
SC	SALTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTINHO	36000151381201700	71260001	40.000,00	40.000,00	10122201545250042
SC	SALTO VELOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO VELOSO	36000151621201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	SANGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANGAO	36000151258201700	71260001	226.790,00	226.790,00	10122201545250042
SC	SANTA CECILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA	36000152230201700	71260001	213.500,00	213.500,00	10122201545250042
SC	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA HELENA	36000152667201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	SANTA ROSA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151514201700	71260001	385.000,00	385.000,00	10122201545250042
SC	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	36000152313201700	71260001	210.500,00	210.500,00	10122201545250042
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	36000151422201700	71260001	170.000,00	170.000,00	10122201545250042
SC	SANTIAGO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTIAGO DO SUL	36000152824201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	SAO BENTO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO SUL	36000152168201700	71260001	225.000,00	225.000,00	10122201545250042
SC	SAO BERNARDINO	FUNDO DE SAUDE DE SAO BERNARDINO SC	36000152037201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	SAO BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BONIFACIO	36000152005201700	71260001	23.500,00	23.500,00	10122201545250042
SC	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS	36000151412201700	71260001	420.000,00	420.000,00	10122201545250042
SC	SAO CRISTOVAO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CRISTOVAO DO SUL	36000152245201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	36000151408201700	71260001	56.664,00	56.664,00	10122201545250042
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ITAPERIU/SC	36000151414201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	SAO JOAO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151682201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	SAO JOAO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151263201700	71260001	191.525,00	191.525,00	10122201545250042
SC	SAO JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM-SC	36000152623201700	71260001	354.526,00	354.526,00	10122201545250042
SC	SAO JOSE DO CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO	36000151465201700	71260001	270.000,00	270.000,00	10122201545250042
SC	SAO JOSE DO CERRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CERRITO	36000151307201700	71260001	239.125,00	239.125,00	10122201545250042
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE	36000151219201700	71260001	299.000,00	299.000,00	10122201545250042
SC	SAO LUDGERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE SAO LUDGERO	36000152842201700	71260001	325.000,00	325.000,00	10122201545250042
SC	SAO MARTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MARTINHO	36000152257201700	71260001	113.500,00	113.500,00	10122201545250042
SC	SAUDADES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDADES	36000152025201700	71260001	289.125,00	289.125,00	10122201545250042
SC	SEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA	36000152067201700	71260001	422.795,00	422.795,00	10122201545250042
SC	SERRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152001201700	71260001	132.625,00	132.625,00	10122201545250042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	SIDEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SIDEROPOLIS	36000152280201700	71260001	452.000,00	452.000,00	10122201545250042
SC	SOMBRIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOMBRIO	36000151565201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	SUL BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151628201700	71260001	185.000,00	185.000,00	10122201545250042
SC	TAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152605201700	71260001	411.016,00	411.016,00	10122201545250042
SC	TANGARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000151594201700	71260001	63.500,00	63.500,00	10122201545250042
SC	TIGRINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIGRINHOS	36000151379201700	71260001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	TIJUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS	36000151348201700	71260001	551.601,00	551.601,00	10122201545250042
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000151338201700	71260001	525.000,00	525.000,00	10122201545250042
SC	TIMBO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO GRANDE	36000151646201700	71260001	313.500,00	313.500,00	10122201545250042
SC	TREVISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREVISO	36000151240201700	71260001	250.000,00	250.000,00	10122201545250042
SC	TREZE DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO	36000152639201700	71260001	319.881,00	319.881,00	10122201545250042
SC	TREZE TILIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151593201700	71260001	111.567,00	111.567,00	10122201545250042
SC	TROMBUDO CENTRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL	36000152046201700	71260001	61.209,00	61.209,00	10122201545250042
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000151548201700	71260001	1.025.000,00	1.025.000,00	10122201545250042
SC	TUNAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS	36000152102201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151256201700	71260001	295.000,00	295.000,00	10122201545250042
SC	UNIAO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DO OESTE	36000151991201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	URUBICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUBICI	36000151285201700	71260001	493.067,00	493.067,00	10122201545250042
SC	URUPEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUPEMA	36000151578201700	71260001	125.000,00	125.000,00	10122201545250042
SC	URUSSANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUSSANGA-FMSU	36000151248201700	71260001	815.000,00	815.000,00	10122201545250042
SC	VARGEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VARGEAO	36000151488201700	71260001	175.000,00	175.000,00	10122201545250042
SC	VARGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM	36000151371201700	71260001	167.000,00	167.000,00	10122201545250042
SC	VARGEM BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM BONITA	36000151478201700	71260001	124.500,00	124.500,00	10122201545250042
SC	VIDAL RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS	36000151345201700	71260001	534.274,00	534.274,00	10122201545250042
SC	VIDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151907201700	71260001	294.274,00	294.274,00	10122201545250042
SC	VITOR MEIRELES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES	36000151402201700	71260001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	WITMARSUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151400201700	71260001	275.000,00	275.000,00	10122201545250042
SC	XANXERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XANXERE	36000151467201700	71260001	141.578,00	141.578,00	10122201545250042
SC	XAVANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000151427201700	71260001	185.000,00	185.000,00	10122201545250042
SC	XAXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	36000151542201700	71260001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
TOTAL			262 PROPOSTAS			61.151.640,00	

PORTARIA Nº 2.711, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	05816630000117712	71060002	7.939.494,00	7.939.494,00	10302201585358912
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117051	71250003	435.184,00	435.184,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117053	71250003	3.060.178,00	3.060.178,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117054	71250003	1.906.318,00	1.906.318,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117056	71250003	3.324.742,00	3.324.742,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117057	71250003	2.013.365,00	2.013.365,00	10302201585358904

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117058	71250003	1.500.479,00	1.500.479,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117059	71250003	2.103.214,00	2.103.214,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117060	71250003	1.143.372,00	1.143.372,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117061	71250003	855.500,00	855.500,00	10302201585358904
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117062	71250003	6.717.693,00	6.717.693,00	10302201585358904
TOTAL			11 PROPOSTAS			30.999.539,00	

PORTARIA Nº 2.712, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	SANTAREM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	17556659000117005	999.980,00	0000	10302201585350001
SP	ITU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11192194000117010	999.959,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	1.999.939,00		

PORTARIA Nº 2.713, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	NEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NEROPOLIS - FMS	12008540000117024	399.994,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	399.994,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.714, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	CRATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATEUS CE	11341165000117023	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	BALIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11328999000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	CRISTALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALINA	11290797000117710	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	GUARANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANESIA	12356128000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	IBIRACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18652424000117015	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	ITAMOGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14432445000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02595012000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MS	PONTA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11084263000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA DO PARA	07234361000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401241000117705	340.000,00	0000	10302201585350001
SP	GUARACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11437342000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ITAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAPURA/SP	11905427000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MERIDIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MERIDIANO	13026843000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	MIRANDOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDOPOLIS - SP	13878910000117010	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	POPULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97520318000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11100227000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	SALTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	97536392000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11389859000117007	168.500,00	0000	10302201585350001
SP	TANABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANABI	14122997000117711	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	VALENTIM GENTIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENTIM GENTIL	15716035000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			22 PROPOSTAS	3.188.500,00		

PORTARIA Nº 2.717, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 2.689/GM/MS, de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 48, por ter sido publicada em duplicidade.

RICARDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa n° 20, de 2 de outubro de 2017, publicada no DOU n° 190 de 3 de outubro de 2017, seção 1, pág. 46.

Onde se lê: (...), em reunião realizada em XX de XX de 2016, (...)

Leia-se: (...), em reunião realizada em 26 de setembro de 2017, (...)

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 17 de outubro de 2017

Nº 86 - O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante tanto do grande acervo de petições de pós-registro protocoladas antes da vigência da nova legislação quanto da ausência momentânea de um Diretor no quadro dirigente, resolve:

Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original, no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no anexo:

ANEXO

EMPRESA CNPJ
EXPEDIENTE DATA DE ENTRADA
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51.780.468/0001-87
0527065171 31/03/2017
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60.831.658/0001-77
0610671174 12/04/2017
LABORATÓRIOS PFIZER LTDA 46.070.868/0036-99
0695501171 20/04/2017
ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. 15.800.545/0001-50
0728204174 26/04/2017
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61.072.393/0001-33
0788995170 03/05/2017
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51.780.468/0001-87
0918866175 16/05/2017
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51.780.468/0001-87
0961250155 03/11/2015
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51.780.468/0001-87
0962975151 03/11/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 87 - O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante tanto do grande acervo de petições de registro protocoladas antes da vigência da nova legislação quanto da ausência momentânea de um Diretor no quadro dirigente, resolve:

Prorrogar por até 40 dias do prazo original, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no anexo:

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60.318.797/0001-00
0334139/17-5 24/02/2017
MERCK S/A 33.069.212/0001-84
1566140/17-7 26/07/2017
HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA 19.570.720/0001-10
1743976/17-1 17/08/2017

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.710, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

Empresa: G.S. Marcatti Comercio e Distribuidora - ME
CNPJ: 20.793.264/0001-57
Endereço: Rua Manoel Monteiro da Rosa Nº 97, Lote 14, Quadra 15 - Parte Flexeiras
Município: Magé UF: RJ CEP: 25900-279
Autorização de Funcionamento: 1.15.759-1
Expediente(s): 0517265/17-9
Motivo: Em desacordo com o inciso V do Art. 41 da RDC nº 39/2013: autorização de funcionamento da empresa solicitante não possui a atividade de distribuir e armazenar insumos farmacêuticos.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RETIFICAÇÕES

Na publicação do Diário Oficial da União n°198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 64, Suplemento, página 221,
Onde se lê: " Resolução-RE n° 2.743, de 11 de dezembro de 2017";
Leia-se: " Resolução-RE n° 2.743, de 11 de outubro de 2017";

Na publicação do Diário Oficial da União n° 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 64, Suplemento página 222,
Onde se lê: " Resolução-RE n° 2.744, de 11 de dezembro de 2017";
Leia-se: " Resolução-RE n° 2.744, de 11 de outubro de 2017";

Na publicação do Diário Oficial da União n° 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 64, Suplemento página 222,
Onde se lê: " Resolução-RE n° 2.745, de 11 de dezembro de 2017";
Leia-se: " Resolução-RE n° 2.745, de 11 de outubro de 2017";

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 303, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.435431/2017-71	ABDIAS DA SILVA MATOS	2902078	BA	CONCEICAO DO COITE
25000.435733/2017-49	ABRAAO JUNIOR PINTO DE OLIVEIRA	2902079	BA	SENTO SE
25000.434290/2017-79	ADAIRTON DE ALMEIDA	3503541	SP	CAMPINAS
25000.434295/2017-00	ADAMASTOR JOSE DO SANTOS	2902080	BA	RIBEIRA DO POMBAL
25000.435483/2017-47	ADAO MARTINS DE MENDONCA	3200517	ES	VILA VELHA
25000.435597/2017-97	ADAUTO SAMPAIO DOS SANTOS	1200274	AC	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA ALTO JURUA
25000.435610/2017-16	ADEILDO GONCALVES SOARES	2902081	BA	NOVA REDENCAO
25000.435655/2017-82	ADILBERTO MESSIAS SINHORINHO	3503542	SP	SAO PAULO
25000.435748/2017-15	ADRIAN EVERTON FACUNDES	2101169	MA	SAO BENTO
25000.435770/2017-57	ADRIANA BARBOSA DOS REIS	3300775	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435789/2017-01	ADRIANA BARRETO MOREIRA	3503543	SP	CAMPINAS
25000.435799/2017-39	ADRIANA BUZATTO	3503544	SP	SAO JOSE DO RIO PRETO
25000.435809/2017-36	ADRIANA CARLA CASTELUCCI	3101780	MG	BOM DESPACHO
25000.433678/2017-52	ADRIANA QUEIROZ SOBREIRA VIEIRA	3503545	SP	SAO PAULO
25000.435814/2017-49	ADRIANA SARAIVA MAIA CASTRO	3503546	SP	PIRACICABA
25000.435817/2017-82	ADRIANE BORGES MARTINS	4101332	PR	HONORIO SERPA
25000.435824/2017-84	ADRIANO CHIAPPIM HEREDIA	4101333	PR	GUAIRACA
25000.435828/2017-62	ADRIANO RODOLFO CALEGARI	4301765	RS	PORTO ALEGRE
25000.435834/2017-10	ADRIANO RODRIGUES DAS NEVES	2902082	BA	MACAUBAS
25000.435977/2017-21	ADRIANO VIANA INACIO	4101334	PR	SAPOPEMA
25000.435990/2017-81	ADSON DUARTE ARAUJO	3503547	SP	PRAIA GRANDE
25000.436004/2017-18	ADVIDES SILVA INGRE	4301766	RS	BOSSOROCA
25000.436015/2017-90	AECIO FARIAS GUEDES	2902083	BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
25000.436022/2017-91	AGNES ARIELLE ALVES DE ARAUJO	4101335	PR	QUERENCIA DO NORTE
25000.436033/2017-71	AGUINALDO PIRES DA SILVA JUNIOR	2200501	PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI
25000.436053/2017-42	ALAN CARLOS DE LIMA CAVALCANTE	3503548	SP	FRANCO DA ROCHA
25000.436068/2017-19	ALAN GRECCO	3503549	SP	FARTURA
25000.436087/2017-37	ALAN JOSE MEIRELES LOPES	2902084	BA	SENTO SE
25000.436103/2017-91	ALANE APARECIDA DA COSTA MOSA	3503550	SP	BOTUCATU
25000.436121/2017-73	ALANNA PAULLA MARQUES SIMAO	5200594	GO	NIQUELANDIA
25000.436136/2017-31	ALBERTO AUGUSTO	4101336	PR	SANTA FE
25000.436148/2017-66	ALCIDES DA SILVA ALVES	3503551	SP	CAMPINAS
25000.436161/2017-15	ALENA MARQUES PEREIRA	5000318	MS	COSTA RICA
25000.436176/2017-83	ALESSANDRA SILVA DE SOUZA	3300776	RJ	SAO JOAO DE MERITI
25000.436185/2017-74	ALESSANDRA SILVA DO NASCIMENTO	3503552	SP	CAMPINAS
25000.436201/2017-29	ALESSANDRO COSTA OSSUNA	3503553	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.436214/2017-06	ALESSANDRO DE CAMPOS	3101781	MG	MONTES CLAROS
25000.436224/2017-33	ALESSANDRO REIS COSTA	2902085	BA	JEQUIE
25000.436248/2017-92	ALEX ANDRE	3101782	MG	DIVISOPOLIS
25000.436282/2017-67	ALEX GOMES KADOR	1300811	AM	BERURI
25000.436296/2017-81	ALEX MULLER GROSSKLAUS	1501228	PA	BAGRE
25000.436315/2017-79	ALEX POLLI CASSIANO	4101337	PR	IPORA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.436344/2017-31	ALEX REMULO DA SILVA	2400377	RN	MACAIBA
25000.436358/2017-54	ALEXANDER ROBERTO GUIMARAES CAMPOS	3300777	RJ	ITABORAI
25000.436368/2017-90	ALEXANDRE ABDUCH	3503554	SP	SAO PAULO
25000.436382/2017-93	ALEXANDRE CARVALHO DIAS	2902086	BA	TEIXEIRA DE FREITAS
25000.436393/2017-73	ALEXANDRE DE SOUZA SANTOS	3101783	MG	UBERABA
25000.436403/2017-71	ALEXANDRE FERNANDES SIQUEIRA	3101784	MG	UBERABA
25000.436413/2017-14	ALEXANDRE LUIZ MULLER PASETTI	5000319	MS	CORUMBA
25000.436422/2017-05	ALEXANDRE MELO DE SOUZA	4301767	RS	GENERAL CAMARA
25000.436608/2017-56	ALEXANDRE STRAMANDINOLI CORREA DA SILVA	4101338	PR	COLOMBO
25000.436624/2017-49	ALEXSANDRA CARDOSO RIBEIRO FELIX	4301768	RS	PAROBE
25000.436638/2017-62	ALINE BRAGA FONG	4301769	RS	SENTINELA DO SUL
25000.434300/2017-76	ALINE FREIRE COSTA FREITAS	2902087	BA	ITAMARAJU
25000.436648/2017-06	ALINE FREITAS MERCHED	3300778	RJ	ANGRA DOS REIS
25000.436662/2017-00	ALINE KOTOWSKI	4301770	RS	SAO JERONIMO
25000.436680/2017-83	ALINE NATALIA DE OLIVEIRA	3101785	MG	ESMERALDAS
25000.436697/2017-31	ALINE RODRIGUES NOGUEIRA	5200595	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS
25000.436741/2017-11	ALINE SANTANA SIMOES	3101786	MG	MONTE CARMELO
25000.436753/2017-37	ALINE TATIANE BARZOTTO CORREIA DA SILVA	3300779	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436764/2017-17	ALINE TURINI	3503555	SP	ITAPUI
25000.436777/2017-96	ALINE VIANA TRELLES	3503556	SP	MAUA
25000.436785/2017-32	ALINE WANDERLEY DE ARAUJO	4301771	RS	CACHOEIRINHA
25000.436794/2017-23	ALINE ZANATTA CARAZZAI	4101339	PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
25000.436808/2017-17	ALINNE GERSSICA SOARES DE SOUZA	4301772	RS	IBIRUBA
25000.436823/2017-57	ALISSON DE CASTRO	1300812	AM	AMATURA
25000.436837/2017-71	ALLAN CAVILIA MIRANDA	1300813	AM	TABATINGA
25000.436847/2017-14	ALLAN FERREIRA NOIA	1300814	AM	TABATINGA
25000.436859/2017-31	ALLIAM BUARQUE DOS SANTOS	2902088	BA	SATIRO DIAS
25000.436865/2017-98	ALLINE CRISTINA DE PAULA	4301773	RS	LAGOAO
25000.436873/2017-34	ALLINY BRANA MENDONCA	4101340	PR	PRUDENTOPOLIS
25000.436893/2017-13	ALVARO MACHADO DA SILVA	3503557	SP	ITAPEVI
25000.436904/2017-57	ALVARO RODRIGUES DE FREITAS	2400378	RN	CAMPO REDONDO
25000.436920/2017-40	ALVIM JOAO FAUST	4101341	PR	CORONEL DOMINGOS SOARES
25000.436932/2017-74	ALYSSON DUARTE LIMA ALVES	2101170	MA	SERRANO DO MARANHAO
25000.436945/2017-43	AMANDA CRISTALDO SILVA CAMILO	1501229	PA	CANAA DOS CARAJAS
25000.436957/2017-78	AMANDA LAURIEN MARTINS SOARES	3503558	SP	PILAR DO SUL
25000.436970/2017-27	AMANDA RAFAELLA SEVERO BEZERRA	2500343	PB	MONTEIRO
25000.436976/2017-02	AMANDA SANTOS CHAGAS	2101171	MA	SANTA HELENA
25000.436985/2017-95	AMANDA SANTOS DIAS	2902089	BA	DOM BASILIO
25000.436992/2017-97	AMANDA VIDAL DE OLIVEIRA PRETO	2601045	PE	JAQUEIRA
25000.437001/2017-93	AMANDERSON ANTONIO DA FONSECA BARROSO	3503559	SP	CUBATAO
25000.437007/2017-61	AMAURY DE OLIVEIRA REGO FILHO	3503560	SP	SAO PAULO
25000.437013/2017-18	AMELIA POMPERMAYER DE ALMEIDA	1501230	PA	ULIANOPOLIS
25000.437020/2017-10	AMOIS BATISTA DOS SANTOS	3200518	ES	VILA VELHA
25000.437031/2017-08	AMOS LIMA MENDES	4301774	RS	RONDA ALTA
25000.437040/2017-91	ANA BEATRIZ GARCIA DA SILVA	2902090	BA	SENTO SE
25000.437044/2017-79	ANA CACIA DE SOUZA RODRIGUES	3503561	SP	OSASCO
25000.437052/2017-15	ANA CAROLINA AFONSO MARTINS	3503562	SP	SAO PAULO
25000.437057/2017-48	ANA CAROLINA EICHSTAEDT RITA	4200709	SC	AGUAS MORNAS
25000.437063/2017-03	ANA CAROLINNE BATISTA BRAGA RICARTE	2301214	CE	POTIRETAMA
25000.437212/2017-26	ANA CRISTINA LEAL DO NASCIMENTO	3300780	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.437221/2017-17	ANA CRISTINA PACHECO VERISSIMO	5200596	GO	JATAI
25000.437231/2017-52	ANA JULIANA PEREIRA FRANCA DANTAS	2902091	BA	ITAPICURU
25000.437239/2017-19	ANA KELE NUNES DA SILVA DE OLIVEIRA	2101172	MA	SAO PEDRO DOS CRENTES
25000.437256/2017-56	ANA LUIZA DA SILVA FRANCISQUETTI	4301775	RS	ANTONIO PRADO
25000.437265/2017-47	ANA NERI DA FONSECA	4301776	RS	SANTANA DO LIVRAMENTO
25000.437274/2017-38	ANA PATRICIA PEREIRA DE AMORIM	2902092	BA	CASA NOVA
25000.437289/2017-04	ANA PAULA APARECIDA MOREIRA	3101787	MG	CURVELO
25000.437295/2017-53	ANA PAULA DE SOUZA	4301777	RS	OSORIO
25000.437303/2017-61	ANA PAULA PONCE MEDEIROS	4200710	SC	DONA EMMA
25000.437315/2017-96	ANA PAULA RIBEIRO DOMINGUES	2902093	BA	IBIRAPUA
25000.437324/2017-87	ANALICE DA CONCEICAO LELIS	2902094	BA	GANDU
25000.437329/2017-18	ANALU LESSA SAMPAIO	3503563	SP	IBIUNA
25000.437335/2017-67	ANANDA MAYRA EVARISTO BARREIRA	2200502	PI	REDENCAO DO GURGUEIA
25000.434459/2017-91	ANDERSON APARECIDO DA COSTA	4101342	PR	SAO JERONIMO DA SERRA
25000.437343/2017-11	ANDERSON CALAZANS FERREIRA	5200597	GO	PLANALTINA
25000.437354/2017-93	ANDERSON CLAYTON ESTEVO AGUIAR	3503564	SP	HERCULANDIA
25000.437360/2017-41	ANDERSON FRANCISCO DO NASCIMENTO LUNAS	5300101	DF	BRASILIA
25000.437365/2017-73	ANDERSON GONCALVES	3503565	SP	CAMPINAS
25000.437406/2017-21	ANDERSON LUIS DOS SANTOS MARTINS JUNIOR	2200503	PI	SAO RAIMUNDO NONATO
25000.437420/2017-25	ANDERSON SANTOS CORREIA	3503566	SP	TUIUTI
25000.437429/2017-36	ANDRE ESTEVES	3503567	SP	IGARACU DO TIETE
25000.437438/2017-27	ANDRE FALCAO SILVA	2101173	MA	CURURUPU
25000.437441/2017-41	ANDRE RICARDO LIMA DO NASCIMENTO	4101343	PR	SANTA HELENA
25000.437451/2017-86	ANDRE RODRIGO SANTIN	3503569	SP	CARAPICUIBA
25000.437459/2017-42	ANDRE SAKZENIAN FERNANDES DE SOUZA	3503570	SP	PIRACICABA
25000.437470/2017-11	ANDRE STROPARO DYNIEWICZ	4101344	PR	RIO AZUL
25000.437477/2017-24	ANDREIA APARECIDA DE LIMA MATIAS	4101345	PR	MARILENA
25000.437489/2017-59	ANDREIA CASTRO DA SILVA	3503571	SP	SAO PAULO
25000.437499/2017-94	ANDREIA GOMES MAGALHAES	3503572	SP	SAO PAULO
25000.437511/2017-61	ANDREIA RIBEIRO DE BRITO	3503573	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.437518/2017-82	ANDREIA TOYOKAWA	4101346	PR	PEROBAL
25000.437525/2017-84	ANDREISI ALINE REBELLO	4101347	PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU
25000.437541/2017-77	ANDRES PAULO ANDIA DO NASCIMENTO	4101348	PR	GUAMIRANGA
25000.437554/2017-46	ANDRESSA ALMEIDA ABDALA	4301778	RS	ELDORADO DO SUL
25000.437565/2017-26	ANDRESSA BERTUOL BUENO	4301779	RS	CANGUCU
25000.437575/2017-61	ANDRESSA CAROLINA DA SILVA DE FREITAS ARAUJO	5200598	GO	VALPARAISO DE GOIAS
25000.437584/2017-52	ANDRESSA LAMAR RAYSA LOPES DA SILVA	5200599	GO	IACIARA
25000.437595/2017-32	ANDREY LIMA VIEIRA	3503574	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS
25000.437604/2017-95	ANDRIO GRIGOLO	1501231	PA	URUARA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.437614/2017-21	ANELA GABRIELA OBUGALSKI	4200711	SC	FAXINAL DOS GUEDES
25000.437659/2017-03	ANELITA GOMES BORGES	3503575	SP	BAURU
25000.437670/2017-65	ANGELA COSTA DE QUEIROZ	2902095	BA	EUCLIDES DA CUNHA
25000.437675/2017-98	ANGELA DE MENEZES GONCALVES	4301780	RS	GRAVATAI
25000.437681/2017-45	ANGELA MARIA DE FARIAS KLEY	3503576	SP	AVARE
25000.437687/2017-12	ANGELICA BORSOI DE FREITAS	4301781	RS	PORTO ALEGRE
25000.437691/2017-81	ANGELICA DE ARAUJO AMORIM	4301782	RS	GUAIBA
25000.437698/2017-01	ANGELICA OLIVEIRA DE SOUZA	4101349	PR	PORTO VITORIA
25000.434608/2017-11	ANGELO CARLOS DA SILVA E SILVA	1501232	PA	PRIMAVERA
25000.434616/2017-68	ANGELO DE OLIVEIRA TEODORO	3503577	SP	POTIM
25000.437701/2017-88	ANGELO WALTER LADANIUSKI LEON	4101350	PR	SIQUEIRA CAMPOS
25000.434621/2017-71	ANNA CAROLINA PINTO RIBEIRO	3101788	MG	SANTOS DUMONT
25000.434626/2017-01	ANNAJULIA MARCHI VALESE	4101351	PR	CLEVELANDIA
25000.434634/2017-40	ANNE CAROLINE BARBOSA PEREIRA DE OLIVEIRA	4200712	SC	IRANI
25000.434640/2017-05	ANOAR DE LIMA JEZINI	3300781	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.434644/2017-85	ANTONIA IRIS ARAUJO PONTES	3101789	MG	MONTES CLAROS
25000.437708/2017-08	ANTONIETA APARECIDA LAMBREHT RUVIARO	4301783	RS	TAQUARA
25000.434649/2017-16	ANTONIO CUIM DE BRITO	3503578	SP	LINS
25000.437715/2017-00	ANTONIO EDUARDO DOS SANTOS SILVA	2101174	MA	ARAME
25000.434652/2017-21	ANTONIO FRANCISCO ALMEIDA DA SILVA	4301784	RS	ALEGRETE
25000.437718/2017-35	ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA DE SOUSA	2101175	MA	BALSAS
25000.437724/2017-92	ANTONIO MENDONCA DE SOUZA JUNIOR	3503579	SP	EMBU-GUACU
25000.434659/2017-43	ANTONIO MUNIZ REGIS JUNIOR	3300782	RJ	ARARUAMA
25000.434663/2017-10	ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS	2101176	MA	ROSARIO
25000.437731/2017-94	ANTONIO WANDERLEY PEREIRA JUNIOR	1700238	TO	PARAISO DO TOCANTINS
25000.434668/2017-34	ANTONIVANIA RODRIGUES QUEIROZ MIRANDA	2101177	MA	DUQUE BACELAR
25000.434671/2017-58	AQUIM PEREIRA COSTA	2101178	MA	CANTANHEDE
25000.434675/2017-36	ARI MATER BASTOS PACHECO	3300783	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.437738/2017-14	ARIANY CRISTINNA CAIXETA CONCEICAO	3503580	SP	RIO CLARO
25000.434682/2017-38	ARISTIDES ZULUETA ZULUETA	2300043	CE	MARANGUAPE
25000.434698/2017-41	ARISTOTELES DE ARAUJO BRITO	2601046	PE	BUIQUE
25000.434702/2017-71	ARISTOTELES DE OLIVEIRA BORGES	4301785	RS	SAO SEPE
25000.434708/2017-48	ARISTOTELES FERNANDES DA SILVA KRULL	3101790	MG	COMERCINHO
25000.434722/2017-41	ARNON TSUYOSHI MORI	3503581	SP	ELDORADO
25000.434724/2017-31	ARTHUR CESAR NOGUEIRA LOPES DA SILVA	3503582	SP	UBATUBA
25000.434876/2017-33	ARTUR DE ECA BARBOSA SILVA	3503583	SP	DIADEMA
25000.434893/2017-71	ASTURIO BRUM CANTO	3503584	SP	SAO CARLOS
25000.435013/2017-83	AVILA JAMILE SOUZA SILVA	2902096	BA	SENTO SE
25000.437519/2017-27	AYLANNE PEREIRA CARVALHO	3101791	MG	PIEDADE DO RIO GRANDE
25000.435028/2017-41	BADIE HUMBERTO DAUD MOREIRA	4301786	RS	NOVO CABRAIS
25000.435030/2017-11	BERNARD PEREIRA BARROS MOURA	1700239	TO	JAU DO TOCANTINS
25000.435038/2017-87	BIANCA CRISTINA DE SOUZA BARBOSA	2902097	BA	IGAPORA
25000.437528/2017-18	BOAZ PEREIRA DOS ANJOS	3503585	SP	SAO PAULO
25000.435048/2017-12	BOHDAN BARANHUK NETO	4301787	RS	BOM PROGRESSO
25000.435062/2017-16	BRENA KAYSLA VERCOSA DE AVILAR	4301788	RS	ALEGRETE
25000.437536/2017-64	BRUNA ALMEIDA SANTOS	3101792	MG	CORREGO DANTA
25000.435086/2017-75	BRUNA GABRIELA MARCON	4200713	SC	BRUNOPOLIS
25000.437545/2017-55	BRUNA RAFAELA DE JESUS VICARIO	4101352	PR	SULINA
25000.435096/2017-19	BRUNA RAFAELA ROSA BARANHUK	4301789	RS	CRISSIUMAL
25000.435107/2017-52	BRUNA RAQUEL CESAR ALVES	3101793	MG	SENADOR CORTES
25000.437557/2017-80	BRUNNO DOS SANTOS LIMA	4101353	PR	PITANGA
25000.435117/2017-98	BRUNO CORREIA DA SILVA	3503586	SP	IBIUNA
25000.437561/2017-48	BRUNO DE ALMEIDA LAZARI	3503587	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.435127/2017-23	BRUNO FERNANDO VERMIEIRO	4101354	PR	PITANGA
25000.435133/2017-81	BRUNO LUIZ OLIVEIRA BARREIRO	4101355	PR	SENGES
25000.435138/2017-11	BRUNO MAIKI MAXIMIANO BUENO	4200714	SC	CHAPADAO DO LAGEADO
25000.435147/2017-02	BRUNO MARQUES SPOLADORI	4101356	PR	ITAGUAJE
25000.435157/2017-30	BRUNO NOGUEIRA RIBEIRO FERREIRA	3503588	SP	DIADEMA
25000.437573/2017-72	BRUNO RICARDO DA SILVA URBANSKI	3300784	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435174/2017-77	BRUYERE PINTO RODRIGUES	3503589	SP	PAULISTANIA
25000.435189/2017-35	CAIO CESAR DE SOUZA FIGUEIREDO	3503590	SP	SANTO ANDRE
25000.435202/2017-56	CAIO MARCK DE ALMEIDA	1501233	PA	ORIXIMINA
25000.435211/2017-47	CAMILA AZEVEDO	5100378	MT	COCALINHO
25000.435506/2017-13	CAMILA FONSECA VIEIRA	4301790	RS	TRIUNFO
25000.435513/2017-15	CAMILA MOREIRA DA SILVA	3503591	SP	NOVA INDEPENDENCIA
25000.437588/2017-31	CAMILA SANAE TSUCHIDA MAKINO	4101357	PR	CONSELHEIRO MAIRINCK
25000.435526/2017-94	CAMILA STEPHANY SCHWARTZ BERGMANN	4301791	RS	CERRO GRANDE DO SUL
25000.437602/2017-04	CAMILA VARGAS AGLIO	3503592	SP	SAO CARLOS
25000.435535/2017-85	CARINA DE SOUZA LEAO	3200519	ES	VILA VELHA
25000.435546/2017-65	CARINA DUARTE PEZZIN	1501234	PA	IPIXUNA DO PARA
25000.435555/2017-56	CARLA DOS SANTOS DE CARVALHO	3300785	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435902/2017-41	CARLA FERNANDA BERTO BARBOSA	4101358	PR	IVAIPORA
25000.435908/2017-18	CARLA FERNANDA MORAIS DOS SANTOS	4101359	PR	JUNDIAI DO SUL
25000.435912/2017-86	CARLA REGINA DA SILVA	4101360	PR	MANOEL RIBAS
25000.435915/2017-10	CARLA THAIS RODRIGUES BOM	2601047	PE	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA PERNAMBUCO
25000.437611/2017-97	CARLOS ALBERTO SILVA SANTOS JUNIOR	2101179	MA	VIANA
25000.435920/2017-22	CARLOS BENICIO TEODORO MAULAZ	3200520	ES	SANTA MARIA DE JETIBA
25000.435922/2017-11	CARLOS EDUARDO FARAGO	4101361	PR	MANOEL RIBAS
25000.437625/2017-19	CARLOS JONETH SANTANA DE OLIVEIRA	1501235	PA	OUREM
25000.435926/2017-08	CARLOS ROBERTO DE ANDRADE JUNIOR	3503593	SP	JACUPIRANGA
25000.435931/2017-11	CARLOS SWESNEY UMBELINA BATISTA	3503594	SP	SOROCABA
25000.435934/2017-46	CAROLINA BORTOLETTO	3503595	SP	SANTO ANDRE
25000.435941/2017-48	CAROLINA SOARES CERAVOLO	3300786	RJ	TRES RIOS
25000.437631/2017-68	CAROLINE COSTA WOLFF MEDEIROS	3503596	SP	HORTOLANDIA
25000.435944/2017-81	CAROLINE KRYZANOWSKI	2902098	BA	SITIO DO MATO
25000.435948/2017-60	CAROLINE MOTA ALMEIDA	2902099	BA	GENTIO DO OURO
25000.435953/2017-72	CASSIA LAUANE DE PAIVA JESUS	4301792	RS	SAO MARTINHO DA SERRA
25000.435959/2017-40	CASSIANO DOS SANTOS VARGAS	4101362	PR	VITORINO
25000.435965/2017-05	CASTA FERNANDA BREGENSE AZAD	3300787	RJ	RIO DE JANEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.435969/2017-85	CATARINA GLORIA NETA NAVES	1700240	TO	PARAISO DO TOCANTINS
25000.435972/2017-07	CAUBY VIANA FERREIRA	1501236	PA	MARABA
25000.435976/2017-87	CELI SOUZA DO NASCIMENTO	2902100	BA	SALVADOR
25000.435984/2017-23	CELSO DIAS DE MOURA JUNIOR	2101180	MA	TIMBIRAS
25000.435989/2017-56	CEZIANE GONCALVES SANTOS	4301793	RS	CANOAS
25000.435995/2017-11	CHARLES ALBERT ALMEIDA SANTOS	2902101	BA	SALVADOR
25000.436007/2017-43	CHARLES DA SILVA BEZERRA	1300815	AM	TABATINGA
25000.436012/2017-56	CHARLES RENAN BATISTA FARIA	2700351	AL	CARNEIROS
25000.437643/2017-92	CHRISTIANE PASTRO TONACO	2101181	MA	CURURUPU
25000.437654/2017-72	CIBELE NASCIMENTO DE SOUZA	4301794	RS	PORTO ALEGRE
25000.436016/2017-34	CICERO DAMIAO SILVA REZENDE	2601048	PE	BOM CONSELHO
25000.436020/2017-01	CINARA TROCOLI MOUGENOT	2500344	PB	SANTA RITA
25000.436028/2017-69	CINTIA NOGUEIRA CAIXETA	4301795	RS	GRAVATAI
25000.437661/2017-74	CLAUDIA APARECIDA MELO LIMA	4101363	PR	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
25000.436038/2017-02	CLAUDINA MARIA DA SILVA	3300788	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436044/2017-51	CLAUDINEIA VIEIRA DE JESUS	2902193	BA	CONCEICAO DO COITE
25000.436052/2017-06	CLEBER DA SILVA SOUZA	3503597	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.436058/2017-75	CLEBER DIAS DA SILVA	3101794	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.436067/2017-66	CLEBER JUSTIMIANO ARNOUD BATTANOLI FILHO	4301796	RS	CACIQUE DOBLE
25000.436076/2017-57	CLEBER SILVA WALLNER	4200715	SC	CONCORDIA
25000.436082/2017-12	CLEBERSON FARIAS DA ROCHA	3503598	SP	MAUA
25000.436091/2017-03	CLEGIO MARCIO SILVA DE ASSIS	3300789	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436099/2017-61	CLEIA OLIVEIRA DA SILVA	5300102	DF	BRASILIA
25000.437671/2017-18	CLEIDE DA SILVA SANTOS	2500345	PB	CUITE
25000.436107/2017-70	CLEITON DE OLIVEIRA	4301797	RS	PORTO ALEGRE
25000.436115/2017-16	CLEO RODRIGUES ROSSATI	4101364	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND
25000.436123/2017-62	CLEUSA APARECIDA TAVARES MATOS	5200600	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS
25000.434387/2017-81	CLOVIS BATISTA NETO	4200716	SC	SANTA ROSA DE LIMA
25000.434407/2017-14	CRISLANY CACAU DA SILVA	4301798	RS	SAPIRANGA
25000.434430/2017-17	CRISTIANE CAMARGO	4301799	RS	REDENTORA
25000.434437/2017-21	CRISTIANEIA SANTOS RECALDE	3503599	SP	SAO PAULO
25000.434450/2017-80	CRISTIANO APARECIDO BIANCO	5100379	MT	JURUENA
25000.434472/2017-40	CRISTIANO CAVALCANTE DA CONCEICAO	2500346	PB	BAYEUX
25000.437677/2017-87	CRISTIANO DOS SANTOS VICENTE	1501237	PA	CHAVES
25000.434501/2017-73	CRISTINA PEREIRA	1501238	PA	URUARA
25000.434515/2017-97	CRISTOFER LUIZ DEOLA	4200717	SC	ITA
25000.434532/2017-24	CRISTOVAO VACA CHAVES JUNIOR	3503600	SP	ITAQUAQUECETUBA
25000.434302/2017-65	CRISVANE DE OLIVEIRA MOREIRA	4301800	RS	GRAVATAI
25000.434545/2017-01	DAIANA GIMENEZ MAZEPA NUNES	4101365	PR	FERNANDES PINHEIRO
25000.434622/2017-15	DAIANE ALINE WOHLEMBERG	4101366	PR	PITANGA
25000.437680/2017-09	DAIANE DE LIMA SOUZA	3101795	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.437690/2017-36	DALILA MATTIELLO DA SILVA COELHO	5200601	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS
25000.434632/2017-51	DALILA SANTANA CABRAL	2902102	BA	ITAPICURU
25000.434642/2017-96	DANDARA RUANA SOARES BARBOSA	2301215	CE	GRACA
25000.434645/2017-20	DANIEL ALVES PEREIRA FILHO	3503601	SP	CARAPICUIBA
25000.434650/2017-32	DANIEL DE BARROS	3503602	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS
25000.434656/2017-18	DANIEL KOITI NAGAI FUGIKAWA	4101367	PR	QUEDAS DO IGUACU
25000.434658/2017-07	DANIEL MACIEL CALACA MARCELINO	2500347	PB	CAMPINA GRANDE
25000.434662/2017-67	DANIELA DE AZEVEDO SILVA	4101368	PR	MARILUZ
25000.437699/2017-47	DANIELA GONTIJO DE CARVALHO	3101796	MG	SETE LAGOAS
25000.434669/2017-89	DANIELE BARBOSA FERREIRA GONCALVES	3300790	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.437706/2017-19	DANIELE RIBEIRO NETTO BATISTA	3503603	SP	SAO CARLOS
25000.434672/2017-01	DANIELLA ALEJANDRA TOLEDO BERNAZZI	3101797	MG	BOM REPOUSO
25000.434679/2017-14	DANIELLA BARBOSA LOPES DE SOUZA	3503604	SP	CAMPINAS
25000.434684/2017-27	DANIELLA FERNANDA FERREIRA BORGES	3200521	ES	NOVA VENECIA
25000.437714/2017-57	DANIELLE BATISTA BEZERRA	1501239	PA	NOVA IPIXUNA
25000.434692/2017-73	DANIELLE BERNARDES NAKANO ARRUDA	4301801	RS	BAGE
25000.434695/2017-15	DANIELLE CRISTINA BONFIM DE OLIVEIRA SILVA	3503605	SP	JACUPIRANGA
25000.433809/2017-00	DANIELLE VITAL NUNES	3503606	SP	SAO PAULO
25000.434704/2017-60	DANIELLI KREFTA PEREIRA	4101369	PR	SAUDADE DO IGUACU
25000.434709/2017-92	DANIHELEN VALDIVINA DA COSTA MELO	4301802	RS	PORTO ALEGRE
25000.434713/2017-51	DANILLO CAVALCANTE COSTA	4301803	RS	TAQUARI
25000.434721/2017-05	DANILO ARISSON DE SOUZA ROMERO	3503607	SP	CARAPICUIBA
25000.434726/2017-20	DANILO BARRETTO ARRUDA	2902103	BA	MEDEIROS NETO
25000.434811/2017-98	DANILO DA SILVEIRA PRIMO	4200718	SC	GASPAR
25000.434817/2017-65	DANILO GUEDES EVANGELISTA	4301804	RS	CRISTAL
25000.434823/2017-12	DANILO JOSE GONCALVES ROSSI	3503608	SP	MOTUCA
25000.434828/2017-45	DANILO PEREIRA DA SILVA	5100380	MT	PORTO DOS GAUCHOS
25000.434830/2017-14	DANYELLA DOS SANTOS RODRIGUES	3101798	MG	VOLTA GRANDE
25000.434835/2017-47	DARLENE SANTIAGO FRANCO	3503609	SP	CAMPINAS
25000.434841/2017-02	DAVID BRUNO HORI VILARINHO	3503610	SP	MAUA
25000.434849/2017-61	DAVID CARLOS PIAUHY DE MARIA	3503611	SP	SAO PAULO
25000.434858/2017-51	DAYANA JOYCE CARVALHO DE SOUZA	1501240	PA	RONDON DO PARA
25000.434864/2017-17	DAYANA PRISCILA DE SOUZA BENEVIDES	3200522	ES	NOVA VENECIA
25000.434869/2017-31	DAYANE DE OLIVEIRA	3200523	ES	VILA VALERIO
25000.434879/2017-77	DAYANE ESSER	3200524	ES	VILA VELHA
25000.434885/2017-24	DEANDRO DE MATOS COELHO	1501241	PA	IPIXUNA DO PARA
25000.434894/2017-15	DEBRAIL ALVES NETO	4101370	PR	RAMILANDIA
25000.434902/2017-23	DEMIR PEREIRA DE SOUZA	5100381	MT	NOVA BANDEIRANTES
25000.434910/2017-70	DENISE CAROLINE GRANDE	4101371	PR	GUARACI
25000.434919/2017-81	DENISE CRISTINA DOS REIS ALE	3503612	SP	SAO PAULO
25000.434929/2017-16	DENISE PAOLA FRANCO LANDOLFI	5000320	MS	SONORA
25000.434942/2017-75	DETLEV VASCONCELOS ALEXANDRINO SARAIVA	4101372	PR	CASTRO
25000.434951/2017-66	DEYVIDIANE RAFAEL GOVEA	3200525	ES	MARILANDIA
25000.434971/2017-37	DHEFERSON RODRIGUES RICARDO DA SILVA	3101799	MG	HELIODORA
25000.434981/2017-72	DHIONNY PATRICIO	2500348	PB	GUARABIRA
25000.434992/2017-52	DIEGO BENTLIN	3503613	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.434996/2017-31	DIEGO CORREIA DE ARAUJO PIRES	2902104	BA	PINTADAS
25000.435003/2017-48	DIEGO DE ANDRADE MELO	2902105	BA	BANZAE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.435016/2017-17	DIEGO DOS SANTOS ARENA	3503614	SP	LAVINIA
25000.435027/2017-05	DIEGO LARGURA KAWANAMI	3503615	SP	MONTE MOR
25000.435034/2017-07	DIERIK MORAIS DA CRUZ	3503616	SP	ITAPEVI
25000.435044/2017-34	DIJANE ALEXANDRINA OLIVEIRA DOS SANTOS	2902106	BA	SALVADOR
25000.435049/2017-67	DIJINAHAS PEREIRA ALVES	1300816	AM	CAREIRO DA VARZEA
25000.437721/2017-59	DIMITRI RODRIGUES SOUSA CATUNDA	3200526	ES	COLATINA
25000.435059/2017-01	DINORAH COELHO LEMOS DE OLIVEIRA	1700241	TO	COLINAS DO TOCANTINS
25000.435064/2017-13	DIOGENES DE CASTRO PENHA	3503617	SP	SOROCABA
25000.435068/2017-93	DIOGO GUIDI FEITOSA	3200527	ES	LINHARES
25000.435074/2017-41	DIOLIZETE APARECIDA CORREA VAZ	4200719	SC	CANOINHAS
25000.435081/2017-42	DIONARA DE CARVALHO COSTA	1501242	PA	AURORA DO PARA
25000.435092/2017-22	DIULLY HELLEN ROMAO	1501243	PA	SAO JOAO DA PONTA
25000.437726/2017-81	DIVINA APARECIDA DA SILVA	5100382	MT	NOVO SAO JOAQUIM
25000.435102/2017-20	DJONATA STAUDT	4200720	SC	SAO LOURENCO DO OESTE
25000.437730/2017-40	DORIANA BEZERRA DE OLIVEIRA	3300791	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.437737/2017-61	DUNYA VALENTINE PEREIRA	4101373	PR	MARINGA
25000.435121/2017-56	DYANY TEREZA SOUZA ATHAN	1300817	AM	CODAJAS
25000.435131/2017-91	EDCARLOS GOMES DO NASCIMENTO	1400223	RR	BOA VISTA
25000.435137/2017-69	EDER CALDAS SOUZA	2902107	BA	EUNAPOLIS
25000.437747/2017-05	EDER LUIZ MARTINS MORAIS DE SOUSA	3503618	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.435142/2017-71	EDERSON ALEXANDRE ZUCHI	1501244	PA	ULIANOPOLIS
25000.435146/2017-50	EDERSON TAVARES	4200721	SC	ICARA
25000.435155/2017-41	EDIANE GODOI DA SILVA	1600221	AP	AMAPA
25000.437751/2017-65	EDIEL GOMES SILVA	1501245	PA	MARABA
25000.435158/2017-84	EDILSON LIMA DE OLIVEIRA	3503619	SP	BERTIOGA
25000.435168/2017-10	EDILSON MARAN	4101374	PR	IVAIPORA
25000.435175/2017-11	EDIMARCIA PATRICIA CORDEIRO SOARES	4301805	RS	GRAVATAI
25000.437753/2017-54	EDIVALDO ANTUNES DE FRANCA	4101375	PR	CASCAVEL
25000.435181/2017-79	EDMILSON DOS SANTOS NASCIMENTO	1501246	PA	IGARAPE-MIRI
25000.437748/2017-41	EDSON ALVES DE PORTUGAL	3503620	SP	BAURU
25000.437754/2017-07	EDSON IZIDIO GUIMARAES	1100384	RO	JI-PARANA
25000.435185/2017-57	EDSON LUIS MARTINS CHAVES	3503621	SP	BAURU
25000.435190/2017-60	EDSON LUIZ OLIVEIRA AZEVEDO	4101376	PR	ICARAIMA
25000.435194/2017-48	EDSON LUIZ ZEMIANI	4101377	PR	ENGENHEIRO BELTRAO
25000.435200/2017-67	EDSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR	4101378	PR	DIAMANTE D"OESTE
25000.435206/2017-34	EDSON RODRIGUES DE SOUZA	3503622	SP	SAO MIGUEL ARCANJO
25000.435210/2017-01	EDUARDO ALVES PALHARES BRANCO	3300792	RJ	ITABORAI
25000.435220/2017-38	EDUARDO APERIBENSE TORRES	2902108	BA	IPIAU
25000.107507/2016-90	EDUARDO BATISTA DE FREITAS	5200602	GO	GOIANIA
25000.435233/2017-15	EDUARDO NILACA DE ALMEIDA	2902109	BA	BURITIRAMA
25000.435237/2017-95	EDUARDO SAADI JUNIOR	3300793	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.434395/2017-28	EDUARDO SILVA GALHARDO	3503623	SP	EMBU-GUACU
25000.435579/2017-13	EDVAN DUARTE DE QUEIROZ	3503624	SP	DIADEMA
25000.434418/2017-02	ELAINE SOARES DE OLIVEIRA	5100383	MT	TERRA NOVA DO NORTE
25000.434432/2017-06	ELBERTE ARAUJO ANDRADE	1501247	PA	PARAGOMINAS
25000.434435/2017-31	ELCIO NUNES JUNIOR	4101379	PR	TEIXEIRA SOARES
25000.435599/2017-86	ELDER RIBEIRO FOGACA	2902110	BA	IUIU
25000.434444/2017-22	ELENICIO AMANCIO DOS SANTOS FILHO	2902111	BA	IRAMAIA
25000.434471/2017-03	ELIA DE OLIVEIRA SILVA	3503625	SP	IBIUNA
25000.434504/2017-15	ELIANA ALVES MACHADO	2902112	BA	MORRO DO CHAPEU
25000.434516/2017-31	ELIANE DA SILVA	4101380	PR	TOLEDO
25000.434523/2017-33	ELIANE OTAVIANA DE MOURA	2902113	BA	TUCANO
25000.434540/2017-71	ELIDA MARIA MESQUITA AZEVEDO	2200504	PI	DOM INOCENCIO
25000.434550/2017-14	ELIDIANE LIMA DE CARVALHO FERREIRA	3300794	RJ	ITABORAI
25000.435618/2017-74	ELIDIANI CASSIA DA VEIGA	4101381	PR	FIGUEIRA
25000.434556/2017-83	ELIDOMAR PEREIRA LEITE	5100384	MT	ARAGUAIANA
25000.434562/2017-31	ELIENE ARAUJO MARTINS	2500349	PB	SANTA RITA
25000.434567/2017-63	ELIONAY RODRIGUES MANOEL	2902114	BA	RIBEIRA DO POMBAL
25000.434574/2017-65	ELIS ROBERTA GALVAO DA SILVA	1300818	AM	ITACOATIARA
25000.434588/2017-89	ELISANDRA FRANCO BECHI SANTOS	4301806	RS	BAGE
25000.434952/2017-19	ELISANGELA BORGES DOS SANTOS TORMES	5100385	MT	SINOP
25000.434964/2017-35	ELISEU SANCHES NINCAO	5000321	MS	CORUMBA
25000.434979/2017-01	ELIVELTON BASILIO DE SOUZA	3503626	SP	SOROCABA
25000.434986/2017-03	ELIZABETE ALVES DOS SANTOS	2902115	BA	JACOBINA
25000.435666/2017-62	ELIZABETE FARIA RAMOS	2601049	PE	SERRA TALHADA
25000.435706/2017-76	ELIZABETH CRISTINA BRILHANTE OLIVEIRA	4301807	RS	BENTO GONCALVES
25000.434997/2017-85	ELIZANGELA ARAUJO ARRAES	5100386	MT	DOM AQUINO
25000.435015/2017-72	ELIZANGELA DE ARAUJO GOULART	3503627	SP	SOROCABA
25000.435033/2017-54	ELSENER DONATONI MACHADO	5200603	GO	QUIRINOPOLIS
25000.435735/2017-38	ELZA HERMINIA SABINO MENDES	2700352	AL	TEOTONIO VILELA
25000.435042/2017-45	EMANOEL ALTAIR MARQUES	4101382	PR	CORONEL VIVIDA
25000.435056/2017-69	EMANUEL VITOR DA SILVA	3101800	MG	TEIXEIRAS
25000.435754/2017-64	EMERSON BRUNO ALENCAR CRAVEIRO	3300795	RJ	DUQUE DE CAXIAS
25000.435063/2017-61	EMERSON CARIS DOS SANTOS	3503628	SP	CAMPINAS
25000.435075/2017-95	EMERSON ESPINDOLA DUARTE	3503629	SP	CAMPINAS
25000.435760/2017-11	EMILENE DE FIGUEIREDO RIBEIRO	3503630	SP	BAURU
25000.435768/2017-88	EMILENNE MOREIRA AMORIM	5200604	GO	JATAI
25000.435775/2017-80	EMILIA THUANY SANTOS LIMA	2902116	BA	NOVA CANAA
25000.435782/2017-81	ERIC VENANTE DE MATOS	3503631	SP	FRANCO DA ROCHA
25000.435786/2017-60	ERICA BARBOSA MIRANDA	3503632	SP	FARTURA
25000.435791/2017-72	ERICKA FERREIRA DE MELO	4301808	RS	PORTO ALEGRE
25000.435109/2017-41	ERIKA BERTELLI	3503633	SP	PINHALZINHO
25000.435123/2017-45	ERIKA FRANCIELLE BAZZANO PINHEIRO	2200505	PI	ESPERANTINA
25000.435164/2017-31	ERIKA MARIA DE FIGUEIREDO ALMEIDA SILVA	2500350	PB	CAMPINA GRANDE
25000.435173/2017-22	ERLON DA SILVA LEAL	5100387	MT	CONFRESA
25000.435184/2017-11	ESTEFANI CLAUDIA BRAGA HOLANDA	3101801	MG	UBERLANDIA
25000.435191/2017-12	ESTEFANIO LIMA DE AZEVEDO	3503634	SP	SAO PAULO
25000.435797/2017-40	ESTELAINE ROSA DA SILVA	4101383	PR	MANGUEIRINHA
25000.435808/2017-91	ESTEVAO ENDREO LIMA DINIZ	2200506	PI	IPIRANGA DO PIAUI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.435199/2017-71	EULER DO NASCIMENTO DUQUE	1300819	AM	CODAJAS
25000.435207/2017-89	EUNICE GOULART SILVA DE SOUZA	1100385	RO	PORTO VELHO
25000.435813/2017-02	EVANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA MOREIRA	5100388	MT	VILA RICA
25000.435213/2017-36	EVELIN GARCIA NASCIMENTO	3300796	RJ	ANGRA DOS REIS
25000.435252/2017-33	EVELYN FRANCIELI JACIA PIM	4301809	RS	PAROBE
25000.435260/2017-80	EVERSOM UBIALI	1300820	AM	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA ALTO SOLIMOES
25000.435263/2017-13	EVILLA DA SILVA BEZERRA	4301810	RS	CANOAS
25000.435266/2017-57	EVY FERREIRA CLAUDIO	1501248	PA	PORTO DE MOZ
25000.435816/2017-38	EZIO CARLOS BORGENS DOS SANTOS	4301811	RS	PORTO ALEGRE
25000.435278/2017-81	FABIANA BENEDITA DA SILVA	3101802	MG	CENTRALINA
25000.435281/2017-03	FABIANA BERNARDES RABELLO FERREIRA	3503635	SP	LIMEIRA
25000.435284/2017-39	FABIANA CHAVES FERREIRA	3200528	ES	BAIXO GUANDU
25000.435402/2017-17	FABIANO CONSOLI	4301812	RS	CAXIAS DO SUL
25000.435409/2017-21	FABIANO FABIANE	4101384	PR	ITAPEJARA D"OESTE
25000.435415/2017-88	FABIANO FERREIRA DOS SANTOS	2902117	BA	POCOES
25000.435821/2017-41	FABIANO VENANTE DE MATOS	3503636	SP	ITAQUAQUECETUBA
25000.435425/2017-13	FABIO ALESSANDRO PEREIRA MAIA	4101385	PR	PRUDENTOPOLIS
25000.435822/2017-95	FABIO BARBOSA COSTA	3503637	SP	CAMPINAS
25000.435429/2017-00	FABIO BEZERRA DE FRANCA	2301216	CE	CAMOCIM
25000.435435/2017-59	FABIO CRESPAN TRAGHETTA	3503638	SP	SAO PAULO
25000.435825/2017-29	FABIO FARIAS MAMEDIO COSTA	5200605	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS
25000.435445/2017-94	FABIO FELBER RETROZ	4200722	SC	CANOINHAS
25000.435455/2017-20	FABIO LEANDRO RAMPAZO	5100389	MT	SAO FELIX DO ARAGUAIA
25000.435465/2017-65	FABIO PAMPLONA NUNES DE FREITAS	3101803	MG	GURINHATA
25000.435473/2017-10	FABIO YAMIL FRANCO CORONEL	3300797	RJ	NOVA FRIBURGO
25000.435829/2017-15	FABIOLA CAVALCANTE DE OLIVEIRA	2101182	MA	CHAPADINHA
25000.435495/2017-71	FABIOLO MARTINS CAMPOS FREITAS	5200606	GO	MINEIROS
25000.435505/2017-79	FABRICIA GARCIA DA SILVA BOFF	3300798	RJ	ITABORAI
25000.435514/2017-60	FABRICIO AGUIAR DIAS	1501249	PA	PARAUAPEBAS
25000.435527/2017-39	FABRICIO ALCANTARA PESSOA	2500351	PB	JOAO PESSOA
25000.435833/2017-75	FABRICIO DE CARLO GARCIA FERREIRA	3503639	SP	SALMOURAO
25000.435980/2017-45	FABRICIO FRISSO DE SOUZA	2601050	PE	PETROLINA
25000.435532/2017-41	FABRICIO VON AHNT DA SILVA	4301813	RS	CAMAQUA
25000.435542/2017-87	FELIPE AUGUSTO NETO FERREIRA	4200723	SC	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA - INTERIOR SUL
25000.435996/2017-58	FELIPE CAMISAO CORREA FERNANDES	5200607	GO	BOM JESUS
25000.435549/2017-07	FELIPE RIBEIRO DA SILVA	4101386	PR	ARAPOTI
25000.435557/2017-45	FELIPE SENGER	4101387	PR	PRUDENTOPOLIS
25000.436014/2017-45	FELLIPY SANTANA FERREIRA MACHADO	5200608	GO	APARECIDA DE GOIANIA
25000.435567/2017-81	FERNANDA CAMPOS FURTADO DE OLIVEIRA	3503640	SP	SAO PAULO
25000.435573/2017-38	FERNANDA CAROLINE DOS SANTOS	3503641	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS
25000.435578/2017-61	FERNANDA DE FREITAS BASTOS SANTOS	2902118	BA	SIMOES FILHO
25000.436021/2017-47	FERNANDA GONCALVES PACHECO	4301814	RS	GRAVATAI
25000.435582/2017-29	FERNANDA LEMES RIBEIRO	5200609	GO	PADRE BERNARDO
25000.435633/2017-12	FERNANDA VERCOSA DO VALE	4301815	RS	VACARIA
25000.435637/2017-09	FERNANDO ARAUJO MARQUES	4101388	PR	SANTA INES
25000.435645/2017-47	FERNANDO ARIEL ADORNO CARDOZO	4101389	PR	QUEDAS DO IGUACU
25000.435651/2017-02	FERNANDO CARDOSO CIRQUEIRA	3503642	SP	SAO PAULO
25000.435668/2017-51	FERNANDO CASTRILLON LARA VEIGA	2902119	BA	EUNAPOLIS
25000.435676/2017-06	FERNANDO DARIO DE SOUSA REGO	2101183	MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA
25000.435684/2017-44	FERNANDO DIAS BARROS	3503643	SP	TABOAO DA SERRA
25000.435687/2017-88	FERNANDO HENRIQUE SAMPAIO DE SOUZA	3101804	MG	DIAMANTINA
25000.435692/2017-91	FERNANDO MOCELLIN DAMBROS	4301816	RS	GUABIJU
25000.435697/2017-13	FERNANDO ROBERTO TAGLIARI	4200724	SC	INDAIAL
25000.435712/2017-23	FERNANDO SILVA CARVALHO	3503644	SP	OSASCO
25000.435717/2017-56	FERNANDO SOTO GARNICA	2700353	AL	TAQUARANA
25000.435723/2017-11	FHELLIPE SANTANA SILVA	5200610	GO	SAO JOAO D"ALIANCA
25000.435727/2017-91	FIRMINIO HUMBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	5200611	GO	FORMOSA
25000.435731/2017-50	FLAVIA ROBERTA CAMPAROTO RUOCCO	4301817	RS	CAXIAS DO SUL
25000.435737/2017-27	FLAVIO DANIEL PANIAGUA MENDIETA	3503645	SP	POMPEIA
25000.435741/2017-95	FLAVIO JORIO AMBROSIO	2902120	BA	NOVA VICOSA
25000.435747/2017-62	FLAVIO LEONARDO FARIA DE ANDRADE	3503646	SP	SAO PAULO
25000.435762/2017-19	FLAVIO MACHADO BIDONE	4301818	RS	BAGE
25000.435766/2017-99	FRANCIELI BLOOT	3300799	RJ	MARICA
25000.435396/2017-72	FRANCIELLY KAROLINY DUTRA CASTRO	5200612	GO	FORMOSA
25000.434428/2017-30	FRANCIS ALVES COELHO MACIEL	3101805	MG	MARIO CAMPOS
25000.436034/2017-16	FRANCISCA GELVANIA RIBEIRO CRUZ	2101184	MA	ESTREITO
25000.436045/2017-04	FRANCISCO DA SILVA TEIXEIRENSE NETO	2902122	BA	SANTA RITA DE CASSIA
25000.434439/2017-10	FRANCISCO ERICO FONTENELE DE MEDEIROS FILHO	1300821	AM	IRANDUBA
25000.434452/2017-79	FRANCISCO FEITOZA HONORATO	3503647	SP	SAO PAULO
25000.436057/2017-21	FRANCISCO ITANILSON DE SOUZA REGO	2601051	PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO
25000.434467/2017-37	FRANCISCO RENATO MELO BANDEIRA FILHO	2200507	PI	PIRACURUCA
25000.434482/2017-85	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA NETO	3101806	MG	ARINOS
25000.434496/2017-07	FRANCISCO SOUZA DE FRANCA	1300822	AM	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA ALTO SOLIMOES
25000.434513/2017-06	FRANK WERLLEY LIMA DE SOUZA	3503648	SP	OSASCO
25000.434529/2017-19	FRED SCHINAIDER CERQUEIRA	3503649	SP	BAURU
25000.434559/2017-17	FREDDY BRUNO ALVARADO QUIROZ	3503650	SP	ITATIBA
25000.436072/2017-79	FREDERICO HAIKEL	3101807	MG	UBERABA
25000.434568/2017-16	GABRIEL ADRIANO PARISI	3503651	SP	BARUERI
25000.434576/2017-54	GABRIEL JUSTINIANO GALDINO	1501250	PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA
25000.434589/2017-23	GABRIELA DA SILVEIRA BARROS	3503652	SP	COSMOPOLIS
25000.434601/2017-08	GABRIELA DAMASIO SANTOS	2200508	PI	BENEDITINOS
25000.434614/2017-79	GABRIELA GRACIANO DE SOUZA	3503653	SP	TAUBATE
25000.434618/2017-57	GABRIELE BEZERRA DIAS	2902123	BA	FILADELFIA
25000.434625/2017-59	GABRIELI ANDRADE DO PILAR	4301819	RS	MAQUINE
25000.434627/2017-48	GARDENE MENDES DA SILVA	2200509	PI	RIBEIRA DO PIAUI
25000.434637/2017-83	GEFFERSON ADRIANO MARCAL	3503654	SP	DIADEMA
25000.434641/2017-41	GEISA BARRETO SANTOS DE SOUZA	2902124	BA	JEQUIE
25000.436094/2017-39	GELCIMARA MOSA NEVES	3503655	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.434691/2017-29	GEORGE FERNANDO SILVA SOARES	2101185	MA	TIMBIRAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.436102/2017-47	GEORGE HUMBERTO KAKU DA SILVA	4301820	RS	GRAVATAI
25000.434665/2017-09	GEORGE KLISMAN TAUMATURGO DA SILVA	3101808	MG	AGUA BOA
25000.434670/2017-11	GEORGE RICHARD VILLARROEL DAMASCENO	3503656	SP	SAO PAULO
25000.434678/2017-70	GEORGIA SAMILLA PEREIRA BARBOSA	2700354	AL	PENEDO
25000.434683/2017-82	GERALDO GONCALVES	3503657	SP	COSMORAMA
25000.434688/2017-13	GERFESON PEREIRA MARCELINO	1501251	PA	PORTO DE MOZ
25000.434689/2017-50	GERLANIA NICACIO DOS SANTOS	2601052	PE	SURUBIM
25000.436108/2017-14	GESANA ALVES MOREIRA	2601053	PE	LAJEDO
25000.434694/2017-62	GESIEL CRISTOPHER DE ALCANTARA COSTA	3503658	SP	SAO PAULO
25000.434707/2017-01	GILIANE DE ARAUJO PIANA	3503659	SP	AGUDOS
25000.434711/2017-61	GILIANI NUNES FLORIANO	4200725	SC	BRACO DO NORTE
25000.434718/2017-83	GILMARA RUBIA MACEDO LIMA	3503660	SP	SAO PAULO
25000.434725/2017-85	GILNETE MOREIRA ARAUJO	4301821	RS	REDENTORA
25000.434728/2017-19	GILSON LUIZ DA VEIGA JUNIOR	4301822	RS	CAPAO DO CIPO
25000.434797/2017-22	GIORGIO JEFFERSON DE NOVAIS	4200726	SC	ASCURRA
25000.434800/2017-16	GIOVANNY DOUGLAS DIAS DO NASCIMENTO	3300832	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.434805/2017-31	GIRLANE SOARES LARA	3101809	MG	SETE LAGOAS
25000.434807/2017-20	GISELE DOS SANTOS SORIA GALVARRO	3503661	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.436119/2017-02	GISELLE DE OLIVEIRA RODRIGUES	1300823	AM	MANAUS
25000.434812/2017-32	GISLAINE DA SILVA FERREIRA	3300800	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.434834/2017-01	GISLAINE FERNANDES RAMPAZO	5100390	MT	ALTA FLORESTA
25000.434839/2017-25	GIULIANO BRANDES	4200727	SC	TRES BARRAS
25000.434848/2017-16	GLADCE CAMYLE ESSER	3300801	RJ	ARARUAMA
25000.434861/2017-75	GLADYS RODRIGUES JUAREZ	2902125	BA	ITAMARAJU
25000.434866/2017-06	GLAUCIA GONCALVES BALBINO CURTY	3300802	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.434875/2017-99	GLAUCIELY COSTALONGA MOUTA	4101390	PR	ANTONINA
25000.434309/2017-87	GLEDSON ROBERTO BROZEGUINI DA COSTA	4101391	PR	RONCADOR
25000.434882/2017-91	GLEICE ANNE LUBIANA DE ARAUJO	5300103	DF	BRASILIA
25000.434887/2017-13	GLEIDSON DA SILVA TEODORO	5200613	GO	CHAPADAO DO CEU
25000.434896/2017-12	GUILHERME CAMPOS SILVA	4101392	PR	INACIO MARTINS
25000.434900/2017-34	GUILHERME DIRCEU	3101810	MG	PIEDADE DOS GERAIS
25000.436127/2017-41	GUILHERME EDUARDO LANZIANI DAS NEVES	4101393	PR	UMUARAMA
25000.436137/2017-86	GUILHERME HENRIQUE LIMA GONCALVES	4101394	PR	PORTO AMAZONAS
25000.434913/2017-11	GUILHERME LUIS BROERING	4200728	SC	RIO DO OESTE
25000.434935/2017-73	GUSTAVO ANDREY GRANJA FERREIRA	3503662	SP	MOGI-GUACU
25000.434943/2017-10	GUSTAVO AUGUSTO COUTO CARVALHO	3503663	SP	ITAPECERICA DA SERRA
25000.434950/2017-11	GUSTAVO COELHO PETTERSEN	3300803	RJ	SAPUCAIA
25000.434963/2017-91	GUSTAVO DIRCEU	3101811	MG	CANAPOLIS
25000.434968/2017-13	GUSTAVO EMMANUEL MARIANI MACIEL WANDERLEY	3503664	SP	MAUA
25000.434978/2017-59	GUSTAVO RODRIGUES CALDEIRA	4301823	RS	ELDORADO DO SUL
25000.436147/2017-11	HALINE DA SILVA LOPES	2301217	CE	CROATA
25000.434988/2017-94	HALINE RIVANIELA DA SILVA NASCIMENTO	2902126	BA	SALVADOR
25000.436166/2017-48	HAROLDO SALVADOR FREIRE	3503665	SP	COSMOPOLIS
25000.435024/2017-63	HEGNO PHABLO TEOTONIO FOLLI	1600222	AP	CALCOENE
25000.435029/2017-96	HELDER OLIVEIRA AQUINO	5200614	GO	TROMBAS
25000.433817/2017-48	HELDER PINHEIRO ALMEIDA	4301824	RS	ALVORADA
25000.435041/2017-09	HELEN CRISTINA DE MOURA VIANA	3503666	SP	TAGUAI
25000.435054/2017-70	HELIO SALES DE AMORIM	3503667	SP	GUARUJA
25000.435066/2017-02	HELLEN ROA TORRES	4101395	PR	LAPA
25000.435072/2017-51	HELOIZA CRISTINA PEREIRA	5100391	MT	ACORIZAL
25000.435076/2017-30	HENOCH MICHELIANO COELHO DA SILVA	3503668	SP	SAO PAULO
25000.435082/2017-97	HENRIQUE PRADO DE CASTRO	3503669	SP	SAO VICENTE
25000.435091/2017-88	HENRIQUI RAFAEL DE SOUZA DE MACEDO	4101396	PR	RIO BRANCO DO IVAI
25000.435104/2017-19	HERLON SOUZA NERES	3503670	SP	ARUJA
25000.435116/2017-43	HEVERTON BRUNO DE SOUSA	3503671	SP	CONCHAL
25000.435128/2017-78	HIGOR GOMES TORRES	2902127	BA	CANDEIAS
25000.436178/2017-72	HORSANA CARVALHO RUFO DE SOUSA	1700242	TO	PALMAS
25000.435143/2017-16	HUGO SAVIO XAVIER DE ALMEIDA	2902128	BA	CANSANCAO
25000.436198/2017-43	HUMBERTO ZEILER SILVA MADEIRA	4301825	RS	PORTO ALEGRE
25000.435150/2017-18	IANARA PONCIO BATALHA	3503672	SP	JAU
25000.435162/2017-42	IANE CAROLINE AMORIM OLIVEIRA	2601054	PE	OROBO
25000.435170/2017-99	IBRAHIM HUSSEIN KOURANI	3503673	SP	ITAPEVI
25000.435176/2017-66	ICURITI DE SOUZA PINHEIRO	3503674	SP	GUARUJA
25000.435183/2017-68	IGOR MEDEIROS DOS SANTOS	1700243	TO	COLINAS DO TOCANTINS
25000.435186/2017-00	ILDISON DO VALE SOARES	5200647	GO	CAMPINORTE
25000.436228/2017-11	INGLID LIMA QUEIROZ SANTOS	3300804	RJ	ITABORAI
25000.434317/2017-23	INGO SILVA MOTA GADELHA	4301826	RS	RIO GRANDE
25000.434347/2017-30	INGRA LORRANNA SOARES TORRES	3503675	SP	FRANCISCO MORATO
25000.434365/2017-11	INGRID MARIA BARROS MELO	4301827	RS	NOVO HAMBURGO
25000.434376/2017-00	INOZEMAR MARTINS DA SILVA ALMEIDA	4101397	PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES
25000.434381/2017-12	IOSHIRO FERNANDO SILES CARDOSO	3503676	SP	SAO PAULO
25000.436232/2017-80	IRACEMA SANTOS OLIVEIRA DOS ANJOS	3503677	SP	SAO PAULO
25000.434391/2017-40	IRANILDES GERMANA DA SILVA RODRIGUES	5000322	MS	CORUMBA
25000.436245/2017-59	IRINEU MARCOS TAVARES DE PAIVA	2902129	BA	JEQUIE
25000.436265/2017-20	IRIS MARA DE SOUZA SANTOS SILVA	2902130	BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
25000.434442/2017-33	ISABELA BRUNO DE SOUZA	3503678	SP	MONTE AZUL PAULISTA
25000.434458/2017-46	ISABELA RIBEIRO SILVA	4301828	RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS
25000.434469/2017-26	ISABELLA NOGUEIRA DE VASCONCELOS REIS	5200615	GO	DIORAMA
25000.436276/2017-18	ISAMAR PINTO DA SILVA	4301829	RS	PORTO ALEGRE
25000.434530/2017-35	ISAQUE CARVALHO DA CONCEICAO	3300805	RJ	GUAPIMIRIM
25000.434549/2017-81	ISNALDO CORDEIRO DA SILVA	2902131	BA	VARZEDO
25000.434573/2017-11	ISRAEL BRASIL VIANA	1501253	PA	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA - KAIAPO DO PARA
25000.434586/2017-90	ISTENES SILVA DA FONSECA	3503679	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.434591/2017-01	ITALO NERES RIBEIRO	3200529	ES	RIO BANANAL
25000.434597/2017-70	ITALO OLIVEIRA DE OLIVEIRA	4101398	PR	CONGONHINHAS
25000.436304/2017-99	ITALO TRASI FILHO	5100392	MT	BARRA DO GARCAS
25000.434604/2017-33	ITAMARA DA PENHA DE SOUZA	4301830	RS	GRAVATAI
25000.434617/2017-11	IVANILDE DE SOUZA MANASFI	3101851	MG	PARACATU
25000.434630/2017-61	IVANILDO LINDOSO DA SILVA JUNIOR	2500352	PB	SUME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.434643/2017-31	IVLENA MARTINS MENDES	3503680	SP	BOTUCATU
25000.435040/2017-56	IVO BRUNO MELO BARBOSA	4301831	RS	URUGUAIANA
25000.436316/2017-13	IVO CHARLES SEVERINO DOS ANJOS MELO	5200616	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS
25000.435055/2017-14	IZABEL CUIM	5100393	MT	GAUCHA DO NORTE
25000.435070/2017-62	IZANETE BATISTA DE MAGALHAES	3503681	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS
25000.435077/2017-84	IZIDE DAIANA GONCALVES RODRIGUES FORTES	2902132	BA	EUNAPOLIS
25000.433825/2017-94	IZIK REIR CARVALHO ALMEIDA	2301218	CE	RUSSAS
25000.435083/2017-31	JACKELINE OLIVEIRA CARVALHO	3300806	RJ	NOVA FRIBURGO
25000.435099/2017-44	JACKELINE VIEIRA NONATO CARDOSO	2902133	BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO
25000.436334/2017-03	JACKSON DOUGLAS SANTOS MARQUES	3503682	SP	GUARULHOS
25000.435110/2017-76	JAIR DOS SANTOS SOUZA	2902134	BA	CARINHANHA
25000.435120/2017-10	JAIR FRANCISCO LIMA DA SILVA	2902135	BA	ITAMARAJU
25000.435136/2017-14	JALISON JAIME FELIX PINHEIRO	3503683	SP	OSASCO
25000.438905/2017-36	JAMILENA FLORES QUEIROZ	2301219	CE	BARROQUINHA
25000.435151/2017-62	JAMILLE PAULA MOUTINHO MAGALHAES	3300807	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435214/2017-81	JANAINA KNAPP	4301832	RS	ITAQUI
25000.435225/2017-61	JANE DA SILVA ALENCAR	1501254	PA	ULIANOPOLIS
25000.436355/2017-11	JANE ERNESTO DA SILVA SOUSA	3503684	SP	GUARULHOS
25000.435232/2017-62	JANETE CARVALHO DA COSTA	5100394	MT	SAO JOSE DO RIO CLARO
25000.436362/2017-12	JANETE MORAIS DE ANDRADE	3503685	SP	OSASCO
25000.435235/2017-04	JANIA MERCE DA SILVA SOARES	5000323	MS	CORGUINHO
25000.433853/2017-10	JAQUELENE NOGUEIRA DE HOLANDA	3503686	SP	CAMPINAS
25000.435243/2017-42	JAQUELINE FONSECA DA SILVA LOBO	3503687	SP	SAO PAULO
25000.436374/2017-47	JAQUELINE MARIANE TAVARES	3503688	SP	SAO PEDRO
25000.435248/2017-75	JAQUELINE SOARES DA SILVA	1300824	AM	CARAUARI
25000.435356/2017-48	JARDENE OLIVEIRA DEODATO	3503689	SP	HORTOLANDIA
25000.435362/2017-03	JEAN FRANCISCO ARAUJO LEVI	2902136	BA	PALMAS DE MONTE ALTO
25000.436390/2017-30	JEAN MAYCON CHIOZINI CORREIA	3503690	SP	CABRALIA PAULISTA
25000.435370/2017-41	JEANINE FELICIANO CARNEIRO ALVES	3503691	SP	GUARULHOS
25000.435399/2017-23	JEANNE PIMENTEL CORREIA	2902137	BA	TUCANO
25000.435405/2017-42	JEANY DAS GRACAS CURY SANTOS	3101896	MG	CARMO DO CAJURU
25000.435411/2017-08	JEFERSON VOLPATO	3200530	ES	GUACUI
25000.435419/2017-66	JEFFERSON ENDRISSE	2400379	RN	CORONEL JOAO PESSOA
25000.435427/2017-11	JEFFERSON KLEBER BATISTA BARROS	3503692	SP	GUARULHOS
25000.435434/2017-12	JEFFERSON LOPES DE SOUZA	3200531	ES	PANCAS
25000.435459/2017-16	JELCINEIA DA SILVA PEREIRA	4301833	RS	PELOTAS
25000.435467/2017-54	JEMYLINE FREIRE DE LIMA	3503693	SP	TAPIRATIBA
25000.435475/2017-09	JENNIFER MARIA SANTOS	2902138	BA	CAMPO FORMOSO
25000.435490/2017-49	JENNIFER RODRIGUES DE BARROS	5100395	MT	GENERAL CARNEIRO
25000.436426/2017-85	JERCER JERONIMO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	2500353	PB	SANTA CRUZ
25000.436428/2017-74	JESSICA CAREN DE SOUZA GONCALVES	1501255	PA	JACUNDA
25000.436432/2017-32	JESSICA IZIDORO SALES	3101852	MG	BOM DESPACHO
25000.436458/2017-81	JESSICA PONTES DE OLIVEIRA	2902139	BA	CAMPO FORMOSO
25000.436462/2017-49	JESSICA REIS FERREIRA	3200533	ES	SAO GABRIEL DA PALHA
25000.436465/2017-82	JESSYCA MARTINS GURGEL	2902140	BA	ALAGOINHAS
25000.436467/2017-71	JEZREEL DA SILVA BESERRA	4301834	RS	PORTO ALEGRE
25000.437848/2017-78	JHEYME HORACIO DE SA SILVA	1501256	PA	OURILANDIA DO NORTE
25000.437914/2017-18	JHONATAN CHUMA PARADA	4301835	RS	PELOTAS
25000.437927/2017-89	JHONATAS JAIME NOVAIS	3101853	MG	JACUI
25000.437961/2017-53	JHONI MICHAEL DE OLIVEIRA CARDOSO	3503694	SP	BARIRI
25000.438013/2017-35	JHULIA NATASHA NOLETO DA SILVA NUNES	2101186	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO
25000.438049/2017-19	JIMMY SILVA PATROCINIO	1700244	TO	ARAGUANA
25000.436399/2017-41	JOABE REIS DE OLIVEIRA CORDEIRO	3503695	SP	BARUERI
25000.436406/2017-12	JOAO FELIX FERNANDES DE MORAIS	5200617	GO	CRISTALINA
25000.436412/2017-61	JOAO GUILHERME FERNANDES MOTA	3101854	MG	PIRANGUCU
25000.438059/2017-54	JOAO GUTHEMBERGUE FREITAS BATISTA	3101859	MG	JURAMENTO
25000.436630/2017-04	JOAO MARCELO ARAUJO SILVA	5200618	GO	CIDADE OCIDENTAL
25000.438073/2017-58	JOAO PAULO ALVES DA SILVA	2200511	PI	PAES LANDIM
25000.438090/2017-95	JOAO PAULO LIMA DO NASCIMENTO	2601057	PE	BETANIA
25000.436644/2017-10	JOAO PAULO MORAES	4200729	SC	VARGEM
25000.438100/2017-92	JOAO PAULO MOTA SILVA	2902141	BA	OLINDINA
25000.438124/2017-41	JOAO PAULO REZENDE	3503696	SP	SAO LUIZ DO PARAITINGA
25000.436654/2017-55	JODAIR FRANCISCO DE PAULA	3300808	RJ	NOVA FRIBURGO
25000.438137/2017-11	JOEDI LIVEIRA DOS SANTOS	4301836	RS	TAQUARA
25000.438150/2017-70	JOEDSON DIAS CRUZ	4301837	RS	DOM PEDRITO
25000.438162/2017-02	JOEL AUGUSTO DA SILVA ROMERO	4101399	PR	TUNEIRAS DO OESTE
25000.438193/2017-55	JOEL NEVES RAMOS	3101855	MG	BUGRE
25000.438221/2017-34	JOELTON MATEUS ALVES MOREIRA	2601055	PE	SURUBIM
25000.438236/2017-01	JOICE LUCIANA CODATO SERIGIOLI	4101400	PR	CIDADE GAUCHA
25000.436673/2017-81	JONAIDE RODRIGUES CHAVEIRO JUNIOR	5200619	GO	LUZIANIA
25000.438337/2017-73	JONATAN MONTANO RUIZ MORENO	4301838	RS	PORTO ALEGRE
25000.438626/2017-72	JONATHAN PECANHA DA SILVA	3300809	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.438632/2017-20	JONILSON CAIRO DOS SANTOS ROSENDO	2200510	PI	DOM INOCENCIO
25000.438640/2017-76	JORGE CATRINCK MENENGUCI	1501257	PA	URUARA
25000.438649/2017-87	JOSANA DA SILVA ANDRADE	3503697	SP	SAO PAULO
25000.438662/2017-36	JOSE ANTONIO DA SILVA	3503698	SP	SAO PAULO
25000.436696/2017-96	JOSE AUGUSTO LOPES DE CASTRO	4101401	PR	PINHAO
25000.438679/2017-93	JOSE EMERSON DE OLIVEIRA	4301840	RS	CANOAS
25000.436726/2017-64	JOSE FERNANDES GONCALVES JUNIOR	3101856	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.438690/2017-53	JOSE FRANCISCO PAVESI JUNIOR	4200730	SC	VIDAL RAMOS
25000.438695/2017-86	JOSE GETULIO DE ARAUJO JUNIOR	2500354	PB	SUME
25000.438815/2017-45	JOSE GILDO GALVAO FILHO	2902142	BA	JACOBINA
25000.438819/2017-23	JOSE LINDOLPHO DE LIMA NETO	1300825	AM	JAPURA
25000.438826/2017-25	JOSE MARIA DOS SANTOS JUNIOR	4301841	RS	NOVA SANTA RITA
25000.438831/2017-38	JOSE MARIA FLAVIO	4101403	PR	CAMPO MOURAO
25000.438834/2017-71	JOSE PAULO FERNANDES	1501258	PA	MEDICILANDIA
25000.438842/2017-18	JOSE RENAN ARRUDA RODRIGUES DOS SANTOS	3101858	MG	SANTA CRUZ DE SALINAS
25000.438847/2017-41	JOSE RIBAMAR VIEIRA DO REGO	3200532	ES	VILA VELHA
25000.438853/2017-06	JOSE RICARDO FERREIRA	2301220	CE	TAUA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.438858/2017-21	JOSEANE CIRTOL BUENO	1501259	PA	ANAPU
25000.438862/2017-99	JOSELIA DA SILVA ARAUJO	4101402	PR	RONCADOR
25000.438867/2017-11	JOSEMAR DOS SANTOS MOTA	3503699	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.436762/2017-28	JOSIANE DE CAMPOS CAMARGO	3503700	SP	CAMPINAS
25000.437908/2017-52	JOSIANE MILENA NUNES ANDRADE	3101857	MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS
25000.437936/2017-70	JOSIAS PADILHA DOS SANTOS	2101187	MA	BALSAS
25000.437959/2017-84	JOSIMAR VIEIRA PROTASIO	2101188	MA	CANTANHEDE
25000.437968/2017-75	JOSUE ALVES DE LIMA	4301839	RS	CAPAO DA CANOA
25000.437978/2017-19	JOVENILDO PINHO DA SILVA SANTOS	2902143	BA	GANDU
25000.437997/2017-37	JOYCE BETH MENEZES JERONIMO PINHEIRO	2601056	PE	SURUBIM
25000.438006/2017-33	JOYCIMEIRE DA SILVA ROCHA	2902144	BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES
25000.436776/2017-41	JUCARA FERNANDES SANTIAGO	3503701	SP	BAURU
25000.438019/2017-11	JULIANA CONTIERI MENEGASSI	4101404	PR	MARUMBI
25000.438030/2017-72	JULIANA FERREIRA MARTINS	2902145	BA	OUROLANDIA
25000.438036/2017-40	JULIANA MAGGIONI	4101405	PR	AMPERE
25000.438048/2017-74	JULIANA NOGUEIRA CALIXTO CHARAF	3503702	SP	SANTOS
25000.438057/2017-65	JULIANA PEREIRA DE CASTRO	3503703	SP	AVARE
25000.436789/2017-11	JULIANA REBECA MAIA COSTABILE	3503704	SP	FRANCISCO MORATO
25000.438067/2017-09	JULIANO DA SILVA FERREIRA	4101406	PR	IMBAU
25000.438084/2017-38	JULIANO PERICO TEIXEIRA	4101407	PR	TERRA RICA
25000.436795/2017-78	JUNIEL COELHO RAMOS	5200620	GO	NOVO GAMA
25000.438098/2017-51	JURANDIR TELES MACHADO JUNIOR	2601058	PE	BARREIROS
25000.438112/2017-17	JUVENIL SOUZA DA SILVA	5300104	DF	BRASILIA
25000.438128/2017-20	KACIO ANDRE TEIXEIRA DE SOUZA	1501260	PA	AGUA AZUL DO NORTE
25000.436817/2017-08	KAIO DA SILVA SANTANA	5200621	GO	NOVO GAMA
25000.438140/2017-34	KALINKA ANDREA QUEIROZ PIRES	3101860	MG	UBERABA
25000.436830/2017-59	KALLIL AMORIM OLIVEIRA SANTOS	3503705	SP	COTIA
25000.436860/2017-65	KALLION FANDINHO DE CASTRO	3503706	SP	SOROCABA
25000.438197/2017-33	KAMILA VARGAS PLEUTIM	4101408	PR	ALTAMIRA DO PARANA
25000.436877/2017-12	KAMYLA FABRYCIA BRAGA PESSOA	3503707	SP	SAO PAULO
25000.438203/2017-52	KAREN CAMILA TRINIDAD BARRIOS	4301842	RS	CANOAS
25000.436898/2017-38	KAREN DE OLIVEIRA RODRIGUES	3503708	SP	FERNAO
25000.438212/2017-43	KAREN EMANUELLE STEPHENS	4101409	PR	CRUZMALTINA
25000.438225/2017-12	KAREN MELISSA ROCHA GARCIA	5100396	MT	COLIDER
25000.438232/2017-14	KAREN SOUTO SOUSA	4301843	RS	CACHOEIRINHA
25000.438237/2017-47	KARINA CAMARGO LIMA	4101410	PR	REALEZA
25000.438245/2017-93	KARINA FARAH DE SOUZA	2500355	PB	JOAO PESSOA
25000.438252/2017-95	KARINA FERREIRA MARTINS	2902146	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE
25000.438258/2017-62	KARINA GARSKE DA SILVEIRA	4301844	RS	DOM PEDRITO
25000.442227/2017-14	KARINA GOMES GERMANO	3503709	SP	NOVAIS
25000.438264/2017-10	KARINE DE FATIMA BASTOS	2902147	BA	SALVADOR
25000.438271/2017-11	KARINE KRINDGES	4200731	SC	SAO BERNARDINO
25000.438279/2017-88	KARLISI JULIANI DE SA SANTOS	3503710	SP	SAO PAULO
25000.438286/2017-80	KARLLA KARYNA TETONIO FOLLI	2400380	RN	PARAU
25000.438290/2017-48	KARLLA RYOS JUNIOR	3101862	MG	PARACATU
25000.438296/2017-15	KARLY MICHELLE NERIS RODRIGUES	2101189	MA	VIANA
25000.438303/2017-89	KAROLINE BARAZETTI DA SILVA	4301845	RS	CERRO BRANCO
25000.438309/2017-56	KAROLINY DIAS DA SILVA	3503711	SP	NOVA CAMPINA
25000.438317/2017-01	KAROLYNE BATISTA SANTOS	2902148	BA	VITORIA DA CONQUISTA
25000.438324/2017-02	KASSIA KRISHNA SEVERINO DO VALLE	4301846	RS	PAROBE
25000.438328/2017-82	KATIA CRISTINA MARQUES NOGUEIRA	1300826	AM	MAUES
25000.436926/2017-17	KATIANE MARIA SEGURA	3503712	SP	IBIUNA
25000.438332/2017-41	KATIANE MOURA GOMES	5100397	MT	CAMPINAPOLIS
25000.436935/2017-16	KATIUSCE MAIA DE JESUS	5200622	GO	CIDADE OCIDENTAL
25000.438339/2017-62	KATIUSKA BOLIVIA NAVIA COCA	3502396	SP	ITAQUAQUECETUBA
25000.436941/2017-65	KEILA KATIUSCIA BRASIL	5200623	GO	CATALAO
25000.438344/2017-75	KEITT LORENA DOS SANTOS GARCIA	2601059	PE	POCAO
25000.433845/2017-65	KELCILENE FERREIRA BRITO	3300810	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.438355/2017-55	KELI CRISTINA VIEIRA E SILVA	3503713	SP	OSASCO
25000.436964/2017-70	KELLE DA SILVA ROCHA	5200648	GO	GOIANIA
25000.438363/2017-00	KELLY BESTENE LINS	4301847	RS	PORTO ALEGRE
25000.438372/2017-92	KELLY CRISTIANNE VARGAS GONZALES	4301848	RS	CAMPO BOM
25000.438375/2017-26	KELLY KAROLINY DE LEMOS SACCHI	2301221	CE	CROATA
25000.438380/2017-39	KELLY REGINA DE LUCENA PALONE FERNANDES	3503714	SP	GUARUJA
25000.438421/2017-97	KETLEN DE MELO MORAES	4301849	RS	MUCUM
25000.438427/2017-64	KETLEY CASTRO DA COSTA	3503715	SP	PITANGUEIRAS
25000.438429/2017-53	KEYNNA JEYSE SODRE	2902149	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE
25000.436974/2017-13	KISSILLA DIAS SILVA	3101861	MG	MATOZINHOS
25000.437900/2017-96	KLEYTON RIBEIRO DE ARAUJO	5200624	GO	POSSE
25000.436978/2017-93	LADY CARLA LOPES DE LOPES	1300827	AM	MANAUS
25000.437924/2017-45	LAION CINTRA DIAS	4101411	PR	PARANAVAI
25000.437946/2017-13	LAIS ACACIO CAVALCANTE	4301850	RS	LAVRAS DO SUL
25000.437965/2017-31	LAIS CRISTINE SANTOS SILVA	3503716	SP	GUARULHOS
25000.437986/2017-57	LAISA AZEVEDO DUTRA	3101863	MG	CAPARAO
25000.436987/2017-84	LAISA SUZANA PIRES FAVARATO	3101864	MG	SANTA HELENA DE MINAS
25000.438016/2017-79	LAND LANDLORD LORD NEVES	1501261	PA	ORIXIMINA
25000.438032/2017-61	LARA CARVALHO LOBO	2301222	CE	JUAZEIRO DO NORTE

25000.437005/2017-71	LARISSA ARGOLO RODOLFO	4101412	PR	ROSARIO DO IVAI
25000.438040/2017-16	LARISSA FRANCA DO ROSARIO	4101413	PR	PONTA GROSSA
25000.436994/2017-86	LARISSA SALES SILVA	3200534	ES	ECOPORANGA
25000.438074/2017-01	LARYSA ROSA PIRES	5100398	MT	TORIXOREU
25000.438091/2017-30	LAUDON SMYTH CARVALHO DE OLIVEIRA	3503717	SP	SANTO ANDRE
25000.438107/2017-12	LAURA CRISTINA NASCIMENTO DE MACEDO	1300828	AM	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA MANAUS
25000.438133/2017-32	LAURISSE MALUF FRANCO	3101865	MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS
25000.438176/2017-18	LAWRENCE BRAGA RODRIGUES BRANCO	5000324	MS	MIRANDA
25000.438187/2017-06	LAYG JANE CORREIA MACEDO	2902150	BA	EUCLIDES DA CUNHA
25000.438215/2017-87	LAYON GUIA MARCHIORI	4200732	SC	JOSE BOITEUX
25000.437009/2017-50	LAYS FERNANDA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	5000325	MS	BATAGUASSU
25000.437012/2017-73	LAZARO EURIPEDES CAMARGO	2101190	MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS
25000.437018/2017-41	LEA APARECIDA CORREIA DE OLIVEIRA	3503718	SP	CAMPINAS
25000.438231/2017-70	LEANDRO COUCEIRO	3503719	SP	MAUA
25000.438238/2017-91	LEANDRO DOS SANTOS LEMOS	4301851	RS	SAPUCAIA DO SUL
25000.438273/2017-19	LEANDRO FARIA CORREIA	3503720	SP	MAUA
25000.438285/2017-35	LEANDRO FERRAZ CASTRO	2101191	MA	CURURUPU
25000.438294/2017-26	LEANDRO JACOBINA ARAUJO	2902151	BA	ITAPARICA
25000.438302/2017-34	LEANDRO MACIEL DE ALBUQUERQUE REGO	5200649	GO	FLORES DE GOIAS
25000.438315/2017-11	LEANDRO NORTE MARTINS	1700245	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS
25000.438326/2017-93	LEANDRO VIEIRA LOPES	3200535	ES	VILA VELHA
25000.438334/2017-30	LEIANA SANDES DE ANDRADE	2101192	MA	RIACHAO
25000.438346/2017-64	LEIDIANI DE OLIVEIRA SOARES	1501262	PA	SANTANA DO ARAGUAIA
25000.438357/2017-44	LEONARDO DE FREITAS ALVES	4301852	RS	NOVA SANTA RITA
25000.437021/2017-64	LEONARDO DE OLIVEIRA SOUZA	2200512	PI	CRISTALANDIA DO PIAUI
25000.438368/2017-24	LEONARDO RODRIGUES LOURENCO FRAGA	5200625	GO	JARAGUA
25000.438376/2017-71	LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA	4301853	RS	RIO GRANDE
25000.437030/2017-55	LEONEL LINHARES DE OLIVEIRA	2101193	MA	SAO BENTO
25000.437041/2017-35	LEONILDE RODRIGUES DE SOUSA	2101194	MA	BALSAS
25000.438390/2017-74	LEOPOLDO CHRISTIAN PESSOA ALVES	2400381	RN	RODOLFO FERNANDES
25000.438400/2017-71	LETICIA DA SILVA SOUZA	3503721	SP	MAUA
25000.438410/2017-15	LETICIA DE CASSIA COSTA LIMA	3503722	SP	OSASCO
25000.438744/2017-81	LETICIA PAULINA FAUST	4301854	RS	PINHEIRO MACHADO
25000.438754/2017-16	LETICIA PIRES NUNES	4301855	RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO
25000.438766/2017-41	LETICIA RAYSA BRANDAO MACHADO	3503723	SP	PALMITAL
25000.438776/2017-86	LETICIA SANDI	4301856	RS	CAPAO DA CANOA
25000.437042/2017-80	LETICIA VIOTTO FERNANDES	3503724	SP	RIO CLARO
25000.438782/2017-33	LEYNA HIROMI NAKAMIGAWA PINTO	1501263	PA	BENEVIDES
25000.438798/2017-46	LIDIA MARIA DA SILVA AMARO	1100386	RO	BURITIS
25000.438806/2017-54	LIDIANE GONCALVES PANTOJA	1600223	AP	FERREIRA GOMES
25000.438820/2017-58	LIDIANE LIMA LEVY OLIVEIRA	2902152	BA	MULUNGU DO MORRO
25000.438827/2017-70	LIGIA ERIC SILVA SANTOS	3503725	SP	PINDORAMA
25000.438833/2017-27	LIGIA MARIA TON TIUSSI	3200536	ES	NOVA VENECIA
25000.437047/2017-11	LILIAN ALVES DE OLIVEIRA	4101414	PR	CAMBARA
25000.438841/2017-73	LILIAN ORTENSIA VILLALBA FERREIRA	4200733	SC	OURO VERDE
25000.438846/2017-04	LILIANE DOS SANTOS SALU	3503726	SP	ITAQUAQUECETUBA
25000.438852/2017-53	LINDOMAR ALENCAR PEREIRA	2101195	MA	TUNTUM
25000.438859/2017-75	LISANEAS DE OLIVEIRA MACIEL SILVA	4301857	RS	PORTO ALEGRE
25000.438865/2017-22	LISLAINE GOMES DE CARVALHO	3503727	SP	SOROCABA
25000.437056/2017-01	LISLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	3101866	MG	OURO BRANCO
25000.438872/2017-24	LORENA DEFACIO DOS REIS	1501264	PA	CHAVES
25000.438876/2017-11	LORENA MACHADO HERBSTER	3101867	MG	INDIANOPOLIS
25000.437067/2017-83	LOURISVALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR	3503728	SP	JUQUITIBA
25000.438881/2017-15	LUAN KOERICH	4301858	RS	DILERMANDO DE AGUIAR
25000.438886/2017-48	LUAN MARQUES MATOS	2902153	BA	TEIXEIRA DE FREITAS
25000.438623/2017-39	LUAN MICHAEL BUARQUE DOS SANTOS	2902154	BA	NOVO TRIUNFO
25000.438629/2017-14	LUAN PRAXEDES DE OLIVEIRA	4301859	RS	CRISTAL
25000.438633/2017-74	LUANA LOPES FALCAO	3503729	SP	SANTO ANDRE
25000.438642/2017-65	LUANA SANTANA RODRIGUES	3503730	SP	MAUA
25000.438648/2017-32	LUANA ZANATELI BARBOSA	3503731	SP	PILAR DO SUL
25000.438653/2017-45	LUCAS DE AGUIAR FAGUNDES SERRANO	2601060	PE	CASINHAS
25000.438655/2017-34	LUCAS DE LIMA SILVA	4301860	RS	RIO GRANDE
25000.438660/2017-47	LUCAS DE OLIVEIRA ALVES	2902155	BA	QUEIMADAS
25000.438664/2017-25	LUCAS ITALO FERRARI SANTOS	2902156	BA	IRAMAIA
25000.438669/2017-58	LUCAS LIMA DOS SANTOS	3300811	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA
25000.438672/2017-71	LUCAS MENEZES FREITAS	2902157	BA	URANDI
25000.438675/2017-13	LUCAS PANTALEAO DIAS	3101868	MG	MANHUACU
25000.438688/2017-84	LUCAS RODRIGUES	3101869	MG	INDIANOPOLIS
25000.438699/2017-64	LUCAS SANTANA NAVARRO	4301861	RS	BOA VISTA DO CADEADO
25000.438706/2017-28	LUCAS VINICIUS OLIVEIRA ALVES DE LARA	4101415	PR	MARQUINHO
25000.438716/2017-63	LUCIA MARIA MOREIRA SERPA	2902158	BA	BUERAREMA
25000.438721/2017-76	LUCIANA CAVALCANTE DA SILVA	3503732	SP	MAUA
25000.438724/2017-18	LUCIANA LIMA SILVA	2101196	MA	BURITICUPU
25000.437235/2017-31	LUCIANA LINS TAVEIRA	3101870	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.433906/2017-94	LUCIANA MENDES DE OLIVEIRA MESQUITA	3101871	MG	RIBEIRAO DAS NEVES
25000.438738/2017-23	LUCIANA RIBEIRO MOTA	3503733	SP	GUARUJA
25000.438748/2017-69	LUCIANA TOBIAS DE OLIVEIRA	3503734	SP	SAO PAULO
25000.438755/2017-61	LUCIANE SPAGNOL	4200734	SC	PASSO DE TORRES
25000.438762/2017-62	LUCIANO APARECIDO DA CUNHA	3101872	MG	CAMANDUCAIA
25000.438529/2017-80	LUCIANO DA SILVA	3503735	SP	GUARULHOS
25000.438528/2017-35	LUCIANO TOSTES PERISSE	3300812	RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA
25000.438527/2017-91	LUCINETE DE SOUZA FERNANDES	3200537	ES	VILA VELHA
25000.438526/2017-46	LUIS ALBERTO CLAROS COSSIO	3503736	SP	COTIA
25000.438525/2017-00	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR	3300813	RJ	ITABORAI
25000.438523/2017-11	LUIZ CARLOS MACHADO JUNIOR	3503737	SP	APIAI
25000.438522/2017-68	LUIZ CEZARIO DA COSTA	4101416	PR	LINDOESTE
25000.438520/2017-79	LUIZ COSTA FEITOSA JUNIOR	4101417	PR	NOVA LONDRINA
25000.438519/2017-44	LUIZ DE MESQUITA SOBREIRA	3200538	ES	VILA VELHA
25000.438517/2017-55	LUIZ EDUARDO SIMAO FILHO	3101873	MG	DIVISOPOLIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.438515/2017-66	LUIZ FERNANDO ALVES GARCIA	3200539	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO
25000.438514/2017-11	LUIZ FERNANDO PONTES LEITE	3101874	MG	ENTRE FOLHAS
25000.438513/2017-77	LUIZ HENRIQUE GALINDO DE BARROS	3503738	SP	IBIUNA
25000.438511/2017-88	LUIZ HENRIQUE MOURA DA SILVA	2601061	PE	SAO CAITANO
25000.438509/2017-17	LUIZ ROBERTO DE BRITO ROSA	3503739	SP	OSASCO
25000.438508/2017-64	LUIZA MARCELINO PISSOLATO	4101418	PR	TOMAZINA
25000.059281/2017-94	LUMENA MORAES SIMOES	3503740	SP	SANTO ANDRE
25000.438506/2017-75	LUZIMAR DE OLIVEIRA	5100399	MT	JUARA
25000.435198/2017-26	MACIELE PEREIRA SANTOS	3101875	MG	BURITIS
25000.437242/2017-32	MAGNA SCHMOOR SALES	4101419	PR	PINHAO
25000.438505/2017-21	MAGNUM DA SILVA GOMES	3300814	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.438504/2017-86	MAIARA DA SILVA NEVES	2902159	BA	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA BAHIA
25000.438503/2017-31	MAILTON DA COSTA GAMA	2700355	AL	TAQUARANA
25000.438500/2017-06	MANOEL AGUIAR DOS SANTOS JUNIOR	3503741	SP	SAO PAULO
25000.438498/2017-67	MANOEL DE FRANCA OLIVEIRA	4101420	PR	MANDIRITUBA
25000.437253/2017-12	MANOEL LOURENCO DE SOUSA JUNIOR	3300815	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.438438/2017-44	MANUEL DE SOUZA ARAUJO	3503742	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.438437/2017-08	MANUEL PEDRO BARROS SILVA	3503743	SP	SAO PAULO
25000.438391/2017-19	MANUELA LANZA BRANDAO MARTINS PAES GALVAO	2902160	BA	JACOBINA
25000.438378/2017-60	MANUELA MOTA SCHNEIDER	4301862	RS	SANTO CRISTO
25000.438374/2017-81	MARA LIGIA DA SILVA DE ARAUJO SOUZA	3503744	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS
25000.438367/2017-80	MARBIA SILENE DA SILVA BERTA	4301863	RS	BAGE
25000.438359/2017-33	MARCEL DE CARVALHO ROMEIRO	1501265	PA	MELGACO
25000.438353/2017-66	MARCELA MATTER MUZA	2902161	BA	BARREIRAS
25000.438349/2017-06	MARCELINO GOMES DE BRITO JUNIOR	4200735	SC	PORTO UNIAO
25000.438329/2017-27	MARCELLA DE SOUZA PEREIRA	3503745	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.437262/2017-11	MARCELLA GUIMARAES MARQUES	3101876	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.438323/2017-50	MARCELLE SANCHES DA SILVA	3503746	SP	MAUA
25000.438314/2017-69	MARCELO CRISTIANO LINS MARTINS	3200540	ES	VILA VELHA
25000.438307/2017-67	MARCELO DA SILVA AFONSO	5100400	MT	SAO PEDRO DA CIPA
25000.438190/2017-11	MARCELO MACHADO SALOMAO	3503747	SP	CAMPINAS
25000.438173/2017-84	MARCELO MARTINS DE MORAES	3300816	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.438160/2017-13	MARCELO PACHECO FRANCA	3101897	MG	MONTE CARMELO
25000.438152/2017-69	MARCELO SAKUR DE AZEVEDO	2902162	BA	IPIAU
25000.438147/2017-56	MARCELO SILVA DE OLIVEIRA	4101421	PR	UMUARAMA
25000.438139/2017-18	MARCIA ADRIANA PESSOA RIBEIRO	4301864	RS	VIAMAO
25000.438131/2017-43	MARCIA CAETANO DA SILVA	4101422	PR	LUIZIANA
25000.437275/2017-82	MARCIA DE OLIVEIRA MONTE	4301865	RS	PORTO ALEGRE
25000.438122/2017-52	MARCIA DOS SANTOS PRATES	4101423	PR	RIO BRANCO DO SUL
25000.437280/2017-95	MARCIA REGINA GOMES ALVES	3503748	SP	CAMPINAS
25000.438095/2017-18	MARCIA SIMONE DE JESUS FERREIRA	3503749	SP	SAO PAULO
25000.438089/2017-61	MARCIO BORGES DE CASTRO	4101424	PR	UNIAO DA VITORIA
25000.437852/2017-36	MARCIO SERRA CAMPOS	2101197	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO
25000.437832/2017-65	MARCIO VAUNEY BARDALES JERI	3503750	SP	AVARE
25000.435205/2017-90	MARCO ANTONIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE JUNIOR	2601062	PE	PEDRA
25000.437682/2017-90	MARCO AURELIO AGUIAR TEIXEIRA	5200636	GO	CAIAPONIA
25000.437635/2017-46	MARCO TULIO SOCOLA JUAREZ OLIVEIRA	2902163	BA	ITARANTIM
25000.437577/2017-51	MARCOS ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA	3101877	MG	PECANHA
25000.437526/2017-29	MARCOS ANTONIO BARBIERI	4101425	PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES
25000.437286/2017-62	MARCOS ANTONIO GUIMARAES DA COSTA	3503751	SP	CARAPICUIBA
25000.437010/2017-84	MARCOS BARBOSA SOUTO	2902164	BA	ITAMARAJU
25000.437292/2017-10	MARCOS DE SOUZA SILVA	1501266	PA	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA - KAIAPO DO PARA
25000.436719/2017-62	MARCOS LIMA PINHO	2902165	BA	OLINDINA
25000.437298/2017-97	MARCOS PITERSON SILVA FONSECA	1300829	AM	MANAUS
25000.437300/2017-28	MARCOS RIBEIRO SENA	3200541	ES	ECOPORANGA
25000.436459/2017-25	MARCOS RODRIGUES DA SILVA ARAUJO	2601063	PE	ARCOVERDE
25000.436456/2017-91	MARCUS FABIO SILVA FONTINELI	2101198	MA	CODO
25000.436453/2017-58	MARCUS VINICIOS MACIEL OLIVEIRA	5200650	GO	ARAGOIANIA
25000.436451/2017-69	MARIA APARECIDA DA CRUZ MENENGUCI	1501267	PA	URUARA
25000.436431/2017-98	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	3101878	MG	BOM DESPACHO
25000.436427/2017-20	MARIA APARECIDA FERREIRA	3503752	SP	CAMPINAS
25000.437316/2017-31	MARIA ASSUCENA LUNA ALENCAR	3503753	SP	OSASCO
25000.436425/2017-31	MARIA DA LIBERDADE SOUZA DA CRUZ BARBOSA	3503754	SP	GUARUJA
25000.436418/2017-39	MARIA DE LOURDES FERNANDES	5100401	MT	ALTO PARAGUAI
25000.435507/2017-68	MARIA EDUARDA HOLANDA AFONSO FERREIRA	1501268	PA	SANTA MARIA DO PARA
25000.435503/2017-80	MARIA HELENA DA SILVA CARNEIRO	2902166	BA	IPIAU
25000.435498/2017-13	MARIA JAQUELINE SALINA	3300817	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435488/2017-70	MARIA JOANA SANTANA CORREIA SANTOS	2902167	BA	TUCANO
25000.437322/2017-98	MARIA JOSE DE AMORIM HENTSCHKE	3503755	SP	CAMPINAS
25000.435477/2017-90	MARIA LUCIANA CABRAL DAVINO	3101879	MG	UBERABA
25000.433909/2017-28	MARIA LUCIANE SANTANA DA SILVA	1501269	PA	BELEM
25000.435464/2017-11	MARIA ROSA DE LIMA BATISTA	2301223	CE	TAUA
25000.435456/2017-74	MARIA SOLANGE COIMBRA ALVES FLOR	2601064	PE	SERTANIA
25000.435447/2017-83	MARIA SUYANE PARENTE PAULINO LINHARES	2301224	CE	IPAPORANGA
25000.435433/2017-60	MARIA VANILDA DOS SANTOS MELO	3503756	SP	CAMPINAS
25000.437327/2017-11	MARIANA DE QUEIROZ PAES	2601065	PE	GAMELEIRA
25000.437331/2017-89	MARIANA SELHORST BRAGA	4101426	PR	FLOR DA SERRA DO SUL
25000.435401/2017-64	MARIANE DA SILVA BIONDO	3503757	SP	CUBATAO
25000.435396/2017-90	MARIANE DOS SANTOS SAUCEDO	3503758	SP	SANTOS
25000.435390/2017-12	MARILIA GABRIELA ARAUJO ROCHA	2200513	PI	AVELINO LOPES
25000.435369/2017-17	MARILLIA ABREU LOPES	5200640	GO	MUNDO NOVO
25000.437336/2017-10	MARILLIA CARDOSO NOLETO	3503759	SP	BARRA DO CHAPEU
25000.435365/2017-39	MARINE MINETTO MENEZES	4101427	PR	FRANCISCO ALVES
25000.437351/2017-50	MARIO ARTHURO YEPEZ LANCUNA	5200637	GO	CACU
25000.435355/2017-01	MARJA FERNANDES PIZAO	3503760	SP	SAO PAULO
25000.435350/2017-71	MARJORI MIRANDA REAL	3503761	SP	JACAREI
25000.435342/2017-24	MARLEIDE FEITOSA DE PAULA	1501270	PA	BELEM
25000.435341/2017-80	MARLINGTON LIMA DO NASCIMENTO	3503762	SP	SAO PAULO
25000.435337/2017-11	MARLLON EMILIO SILVA	3101880	MG	SAO ROMAO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.435331/2017-44	MARLON FERREIRA	3503763	SP	SALTO
25000.437359/2017-16	MARLON LIMA DOS SANTOS	4101428	PR	IRETAMA
25000.437366/2017-18	MARLON RODRIGO PEREIRA LIMA	3503764	SP	OSASCO
25000.435312/2017-18	MARQUIONES DE SOUSA COELHO	3200542	ES	BREJETUBA
25000.435230/2017-73	MARVIO NETO ARAUJO	3101881	MG	SETE LAGOAS
25000.435223/2017-71	MARY GABRIELA ALBUQUERQUE DE FARAH	1100387	RO	GUAJARA-MIRIM
25000.435218/2017-69	MARYANNA VILELA DE PAULA	5100402	MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE
25000.435204/2017-45	MARZIO ANDRE CHECA CORNEJO	3101882	MG	GONCALVES
25000.435195/2017-92	MATHEUS AUGUSTO BAYMA ARAUJO	3101883	MG	FRANCISCO BADARO
25000.435154/2017-04	MATHEUS DE ANDRADE BARBOSA	2902168	BA	SALVADOR
25000.435145/2017-13	MATHEUS KARAGIANNIS DE SOUZA	4101429	PR	REALEZA
25000.435140/2017-82	MAURA ALVES DA SILVA	3503765	SP	SAO PAULO
25000.059120/2017-09	MAX JUNIOR DA SILVA	3503766	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.435132/2017-36	MAYARA ALEXANDRINA BARBOSA FREITAS	3503767	SP	CORONEL MACEDO
25000.435119/2017-87	MAYARA MESQUITA DA COSTA	2200514	PI	BARRAS
25000.435103/2017-74	MAYARA STEPHANIE ALVES DA COSTA JANUARIO	4301866	RS	SANTA MARIA
25000.435088/2017-64	MAYCON ADENAN CARVALHO PEREIRA	2200515	PI	COCAL
25000.435073/2017-04	MAYJANE SILVA DE SOUSA	2101199	MA	ESTREITO
25000.437474/2017-91	MAYKEL PATRICIA DE OLIVEIRA MARTINS	2500356	PB	SOUSA
25000.435061/2017-71	MAYKON CORREIA DE SOUZA	4101430	PR	PALMAS
25000.435053/2017-25	MAYLANE DE MACEDO LIMA	1501271	PA	BELEM
25000.435045/2017-89	MAYRA DEBORA MATIAZZO	3101884	MG	MORADA NOVA DE MINAS
25000.435037/2017-32	MAYRA IRINEU DE CARVALHO	4301867	RS	SAO JOAO DA URTIGA
25000.435012/2017-39	MAYSA TAVARES ARAUJO	2902169	BA	ITABUNA
25000.437487/2017-60	MAYZA MARA DINIZ SANT ANNA DE OLIVEIRA	3503768	SP	JUQUITIBA
25000.437496/2017-51	MELISSA SANTOS OLIVEIRA	3503769	SP	ITAPEVI
25000.434958/2017-41	MELISSA VARGAS	4301868	RS	URUGUAIANA
25000.434930/2017-41	MERCIA SANTOS PALMEIRA	2902170	BA	EUCLIDES DA CUNHA
25000.434922/2017-02	MICAEL FERREIRA DA SILVA	4301869	RS	DOM PEDRITO
25000.434899/2017-48	MICAELLA CRYSTINA FREITAS ARAUJO	2101200	MA	CENTRO NOVO DO MARANHAO
25000.434881/2017-46	MICHAEL ALVES DE OLIVEIRA	3503770	SP	OSASCO
25000.434867/2017-42	MICHEL DE ANDRADE ARAUJO	2500357	PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ
25000.434855/2017-18	MICHELLY MAGALHAES DE CASTRO	3101885	MG	UBERABA
25000.434847/2017-71	MICHELLY OLIVEIRA SOBRINHO	1501272	PA	OURILANDIA DO NORTE
25000.434623/2017-60	MICHELLY VALENTE COSTA	4301870	RS	ITATIBA DO SUL
25000.434593/2017-91	MICHELLY VALERIA DE SOUZA	5200627	GO	ITAGUARU
25000.434578/2017-43	MIEL MHARESSA DE LIMA REIS	4301871	RS	RIO PARDO
25000.434569/2017-52	MIGUEL ANGEL ANEZ PARADA	4301872	RS	IGREJINHA
25000.434564/2017-20	MILANE DE SOUZA LIMA	1300830	AM	PARINTINS
25000.434557/2017-28	MILTON JOAQUIM DA SILVA FILHO	3503771	SP	SAO PAULO
25000.437507/2017-01	MILTON MOREIRA DE SOUSA NETO	3503772	SP	FRANCO DA ROCHA
25000.434554/2017-94	MIQUEIAS PEREIRA COSTA BALIZA	2902171	BA	BARRA
25000.434548/2017-37	MIRIAM OLIVEIRA SOBRINHO	3503773	SP	MAUA
25000.434544/2017-59	MIRIAN GALDINO DE PAULA	5200628	GO	MINEIROS
25000.438113/2017-61	MIRIAN REGINA LEITE PICCOLO	3503774	SP	DIADEMA
25000.434542/2017-60	MIRKA SOLARES DATZER	4301873	RS	VIAMAO
25000.438157/2017-91	MIZAEL TOMAZ	3101886	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.434536/2017-11	MOACIR RODRIGUES DA SILVA	3503775	SP	CAMPINAS
25000.434531/2017-80	MOHAMAD ALI AKRE	4301874	RS	ARVOREZINHA
25000.434524/2017-88	MOISES SOUSA SILVA	1700246	TO	PARANA
25000.434502/2017-18	MONICA ROSTELLO	4101431	PR	RIBEIRAO DO PINHAL
25000.434474/2017-39	MONIQUE DE ANDRADE FONTENELLE	2902172	BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES
25000.438171/2017-95	MONIQUE DE CASTRO ROCHA	3101898	MG	POCOS DE CALDAS
25000.434490/2017-21	NABILA MURIELL LEITE PRADO	3503776	SP	PRAIA GRANDE
25000.434503/2017-62	NABYAICIA KARLA BARBOSA SANTOS	3503777	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS
25000.435197/2017-81	NADHYNE ARIAS PANOZO	3503778	SP	CARAPICUIBA
25000.438189/2017-97	NADIA TAMYRES SILVA LIMA	3503779	SP	FRANCO DA ROCHA
25000.435208/2017-23	NADYEGGI TENCA DA SILVA TRAGHETTA	3503780	SP	SAO PAULO
25000.435244/2017-97	NAIELLE KAREN ARAUJO MACAMBIRA	1501273	PA	ORIXIMINA
25000.435375/2017-74	NALLEN MARRA CAMPOS	1700247	TO	PIRAQUE
25000.435480/2017-11	NATACHA RAFAELA DE SOUSA REGO	2101201	MA	ALTAMIRA DO MARANHAO
25000.435529/2017-28	NATALIA BITTENCOURT DA SILVA	3503781	SP	LAGOINHA
25000.435580/2017-30	NATALINA MITSUE TAMASHIRO GARCIA	5100403	MT	JAURU
25000.438213/2017-98	NATALY ALEJANDRA TORO SALAZAR	3503782	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS
25000.435600/2017-72	NATTIELY SEITZ EMANUELLE	4101432	PR	SAO JORGE DO PATROCINIO
25000.435622/2017-32	NAYARA ATAIDE FERNANDES	2601066	PE	TUPANATINGA
25000.435640/2017-14	NAYARA PRAVATO MAZIERO	4101433	PR	FOZ DO JORDAO
25000.435659/2017-61	NAYARA YASMINI HAMER AZEVEDO	4101434	PR	SANTA CECILIA DO PAVAO
25000.435682/2017-55	NEILA CASSIA DE ARAUJO BENICIO	4301875	RS	ALVORADA
25000.435693/2017-35	NEILSON CHARLES DA SILVA	3300818	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435704/2017-87	NELCIMARA DA SILVA TAVARES	2700356	AL	SAO JOSE DA TAPERA
25000.435718/2017-09	NELSON DAS CHAGAS NETO	3503783	SP	PEREIRAS
25000.438222/2017-89	NERISVALDO CRUZ	2101202	MA	BALSAS
25000.435739/2017-16	NESIOMAR JOSE DA SILVA JUNIOR	3503784	SP	SAO PAULO
25000.435751/2017-21	NEYLA PINHEIRO CAVALCANTE	5200626	GO	CRISTALINA
25000.435759/2017-97	NICEIA DE SOUSA PEREIRA	3503785	SP	PIRACICABA
25000.435774/2017-35	NICELENE ROSSE PEREIRA CRESPO	4301876	RS	FONTOURA XAVIER
25000.435881/2017-63	NILDES CASTRO DE SOUSA	2101203	MA	ANAJATUBA
25000.435907/2017-73	NILO ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR	3503786	SP	MONTE MOR
25000.435917/2017-17	NIVALDO DA SILVA MARQUES	5100404	MT	JUARA
25000.435929/2017-33	NORBERTO FIGUEIREDO KLEIN	4301877	RS	TRES COROAS
25000.435943/2017-37	NORBERTO FRANCISCO DA COSTA	3101887	MG	SETE LAGOAS
25000.435957/2017-51	NUCIA SILVA MEDEIROS	3300819	RJ	ITABORAI
25000.436017/2017-89	OBERDAN MARQUES DE OLIVEIRA	3101888	MG	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO
25000.436027/2017-14	ODILIA DOMINGAS DA SILVA	3101889	MG	UBERABA
25000.434466/2017-92	ODIRLEI CASANOVA FLORIANO	4101435	PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA
25000.438424/2017-21	ODOMY AMORIM DE SOUZA	2902173	BA	JUAZEIRO
25000.438430/2017-88	ORCEDY SOARES SANTOS FILHO	5100405	MT	QUERENCIA
25000.438436/2017-55	OSMAEL LOURENCO DE SOUZA	4101436	PR	CARAMBEI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.436047/2017-95	OTHON CESAR DE BARROS GIROTTO	3503787	SP	BRAGANCA PAULISTA
25000.438545/2017-72	OTIMAR SOUSA BATISTA	3503788	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.436073/2017-13	PABLICIA BRAGA BALCAZAR	1700248	TO	PALMEIROPOLIS
25000.436086/2017-92	PABLO ABRAAO BATISTA DE ALMEIDA	1501274	PA	DOM ELISEU
25000.436116/2017-61	PABLO ANDRES NOVILLO CINTRA	5200629	GO	CIDADE OCIDENTAL
25000.436151/2017-80	PABLO GALARRAGA NOGUEIRA	4101437	PR	GOIOXIM
25000.436168/2017-37	PABLO LUAN DANTAS VIANA DA SILVA	2400382	RN	LUCRECIA
25000.436752/2017-92	PABLO MOREIRA LLUVIERA	4301878	RS	MANOEL VIANA
25000.436851/2017-74	PABLO OLIVEIRA MENEZES	3503789	SP	SAO PAULO
25000.436870/2017-09	PALOMA DE SOUSA CORDEIRO	4101438	PR	TRES BARRAS DO PARANA
25000.437491/2017-28	PALOMA MALDONADO FONSECA	4200736	SC	GUARUJA DO SUL
25000.437494/2017-61	PAMELA CRISTINA TUBARDINI PELLA	3503790	SP	VARGEM GRANDE DO SUL
25000.437502/2017-70	PAMELA MONSERRAT ARMOA LAILLA	4101439	PR	JARDIM ALEGRE
25000.437510/2017-16	PATRICIA ALVES DE CASTRO PORTO MARINHO	5200630	GO	LUZIANIA
25000.437523/2017-95	PATRICIA CASANOVA CHAMORRO	3300820	RJ	CAMBUCI
25000.437530/2017-97	PATRICIA CRISTINA DE ANDRADE	4101440	PR	PRUDENTOPOLIS
25000.437532/2017-86	PATRICIA CUSTODIO DA SILVA	3503791	SP	LARANJAL PAULISTA
25000.438550/2017-85	PATRICIA JESSICA MOREIRA IRAHOLA	3101890	MG	BERIZAL
25000.437540/2017-22	PATRICIA LIMA DE JESUS	3503792	SP	BALBINOS
25000.437548/2017-99	PATRICIA MONTEIRO DE SOUZA	3101891	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.437558/2017-24	PATRICIA RIBEIRO LETRINTA	4101441	PR	DOURADINA
25000.437564/2017-81	PATRICIA SAKUR DE AZEVEDO	2902174	BA	GANDU
25000.438552/2017-74	PATRICIA SANTIAGO TEIXEIRA	3503793	SP	SOROCABA
25000.438555/2017-16	PAULA FRASSINETTE RODRIGUES DA COSTA	1300831	AM	URUCURITUBA
25000.438559/2017-96	PAULA RAYSA DE OLIVEIRA ZAMPARI	1100388	RO	GUAJARA-MIRIM
25000.437571/2017-83	PAULA SAUER FERREIRA AGUILAR	4301879	RS	ITAQUI
25000.437581/2017-19	PAULA VANESSA FERRARI DIAS	3300821	RJ	SAO FIDELIS
25000.437585/2017-05	PAULINO JOSE DE NAZARE NETO	2902175	BA	SALVADOR
25000.438587/2017-11	PAULO CESAR BITTENCOURT JUNIOR	1501275	PA	SAO FELIX DO XINGU
25000.437590/2017-18	PAULO COSTA MOURA FERREIRA	1501276	PA	REDENCAO
25000.437594/2017-98	PAULO HENRIQUE FERRARE E SILVA	3503794	SP	ITATIBA
25000.437598/2017-76	PAULO HENRIQUE PEREIRA BARBOSA	4301880	RS	PORTO ALEGRE
25000.437603/2017-41	PAULO NADYSON SOUZA MIRANDA	4301881	RS	BROCHIER
25000.437606/2017-84	PAULO RICARDO GOMES PORDEUS	3101892	MG	RIO ACIMA
25000.437615/2017-75	PAULO RICARDO MEIRELES MESQUITA	3101893	MG	PIEDADE DE PONTE NOVA
25000.437621/2017-22	PEDRO ALVES SILVA NETO	2200516	PI	MANOEL EMIDIO
25000.437627/2017-08	PEDRO HENRIQUE ARAUJO CRUZ	2301225	CE	TABULEIRO DO NORTE
25000.437633/2017-57	PEDRO HENRIQUE GUIMARAES FRANCA	3503795	SP	SANTO ANDRE
25000.438595/2017-50	PEDRO HENRIQUE GUTEMBERG SILVEIRA	3503796	SP	DUARTINA
25000.437638/2017-80	PEDRO PAZ MONTEIRO JUNIOR	3503538	SP	RIO GRANDE DA SERRA
25000.438604/2017-11	PHAMILA DIAS DE FREITAS LIMA	3101894	MG	BRUMADINHO
25000.438607/2017-46	PHILLY BRUNO DOS SANTOS BALTAZAR	2902176	BA	ABARE
25000.437644/2017-37	POLYANA FERNANDA BELUSSI RIBEIRO	4101442	PR	SERTANEJA
25000.437648/2017-15	PRISCILA ALVES SIQUEIRA	4301760	RS	LAGOA VERMELHA
25000.437655/2017-17	PRISCILA BRUNA DA SILVA	1700249	TO	WANDERLANDIA
25000.437657/2017-14	PRISCILA DOS SANTOS ANDRADE	1501277	PA	ORIXIMINA
25000.437663/2017-63	PRISCILA RIBEIRO OLIVEIRA SILVA	1501278	PA	BELEM
25000.437809/2017-71	PRISCILLA ESTEVES PASSOS	4301882	RS	TAQUARA
25000.437820/2017-31	QUEILIANE RODRIGUES OLIVEIRA	2902177	BA	JEQUIE
25000.437837/2017-98	QUELIAN RODRIGUES DOS ANJOS	3503797	SP	CAMPINAS
25000.437856/2017-14	RAAMSES HUSSEIN BARAKAT	4101443	PR	FOZ DO IGUACU
25000.437867/2017-02	RAFAEL ACORSI SOARES	3503798	SP	SOROCABA
25000.437882/2017-42	RAFAEL APARECIDO MACEDO	4200737	SC	LEBON REGIS
25000.437896/2017-66	RAFAEL CAVALCANTE CHERNI	3101895	MG	PIRAUBA
25000.437901/2017-31	RAFAEL COSTA CRUS	5100406	MT	APIACAS
25000.437906/2017-63	RAFAEL DA SILVA PEREIRA	3101841	MG	BETIM
25000.437909/2017-05	RAFAEL DE OLIVEIRA	4101444	PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA
25000.437918/2017-98	RAFAEL FERNANDO WUNCH	4301883	RS	SAPUCAIA DO SUL
25000.437925/2017-90	RAFAEL GOMES DE SOUSA	3101842	MG	SENHORA DE OLIVEIRA
25000.437930/2017-01	RAFAEL MAZUTTI SACOMORI	3101843	MG	DIAMANTINA
25000.437934/2017-81	RAFAEL PEREIRA MORAES	4301884	RS	CAMPINA DAS MISSOES
25000.437939/2017-11	RAFAEL PERES	3101844	MG	PLANURA
25000.438611/2017-12	RAFAEL PIERRE FREITAS	5200631	GO	LUZIANIA
25000.437943/2017-71	RAFAELA FERREIRA DE OLIVEIRA	4301885	RS	ITAPUCA
25000.437951/2017-18	RAFAELA FRITSCH CARVALHO DA ROSA	4200738	SC	SALTINHO
25000.437957/2017-95	RAFAELLA SARDINHA AGOSTINHO	4101445	PR	NOVA SANTA BARBARA
25000.437970/2017-44	RAGER CHARAF	3503799	SP	SAO VICENTE
25000.437977/2017-66	RAIALLA APARECIDA MAZETI VEIGA	4101446	PR	ITAMBARACA
25000.437984/2017-68	RAILSON RODRIGUES DE LIMA	1300832	AM	MAUES
25000.437989/2017-91	RAIMUNDO NONATO DE SOUSA SILVA	3101845	MG	UBERLANDIA
25000.437994/2017-01	RAISSA ALVES SILVA	3101846	MG	ESMERALDAS
25000.437996/2017-92	RAIZA FIRMO DO NASCIMENTO	3503800	SP	IPEUNA
25000.438619/2017-71	RAIZA REGINA DOS ANJOS HOLANDA	5200638	GO	DAVINOPOLIS
25000.438001/2017-19	RAMON DELA VIUDA PADUA FERREIRA	4301886	RS	SAO SEBASTIAO DO CAI
25000.438009/2017-77	RAMON NAZARE BARBOSA DANGELIS	3101847	MG	SALINAS
25000.438015/2017-24	RAMONN COELHO DA ROCHA	3503801	SP	SAO PAULO
25000.438031/2017-17	RANIELE CRISTINA RODRIGUES REIS DE OLIVEIRA	4301887	RS	RIO GRANDE
25000.438034/2017-51	RAPHAEL AUGUSTO PEREIRA MAIA	4101447	PR	FAXINAL
25000.438038/2017-39	RAPHAEL SILVA DO NASCIMENTO	3503802	SP	ITATIBA
25000.438051/2017-98	RAPHAELA SILVA OLIVEIRA	3101848	MG	SANTA CRUZ DE MINAS
25000.438627/2017-17	RAQUEL AUGUSTA DA SILVA	3503803	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.438055/2017-76	RAQUEL BARRAL DE NAZARE	1501279	PA	SALVATERRA
25000.438064/2017-67	RAQUEL EDUARDA DA SILVA	4101448	PR	CASTRO
25000.438072/2017-11	RAQUEL GABRIELA LIMA WASHING	3503804	SP	SAO CARLOS
25000.438637/2017-52	RAQUEL MOURA DE OLIVEIRA	2200517	PI	SAO JOAO DO ARRAIAL
25000.438076/2017-91	RAUL BORGES RIBEIRO ROSA	3101849	MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS
25000.438087/2017-71	RAYANNE DA SILVEIRA VIEIRA	4101449	PR	SANTA AMELIA
25000.438092/2017-84	RAYLENO LAMEIRA DA SILVA	1501280	PA	BELEM
25000.438096/2017-62	REBECA PEREIRA RODRIGUES DOS SANTOS	3503805	SP	SALTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.438105/2017-15	REDINILSON AVILA FILHO	3503806	SP	ITAPETININGA
25000.438117/2017-40	REGINA MARIA ALVES LINO CARVALHO	2601067	PE	ARCOVERDE
25000.438126/2017-31	REGINALDO CESAR ALCALA	3503807	SP	SANTA ALBERTINA
25000.438135/2017-21	RENAN BARCELINI DE ARAUJO	4101450	PR	NOVA OLIMPIA
25000.438141/2017-89	RENAN SILVA SOUZA	1700250	TO	BOM JESUS DO TOCANTINS
25000.438123/2017-05	RENATA DANTAS WIZENFAD	4101451	PR	IVAI
25000.438109/2017-01	RENATA LIMA CARVALHO	1501281	PA	PARAUAPEBAS
25000.438093/2017-29	RENATA NAIANE MARQUES	4101452	PR	IVAIPORA
25000.438083/2017-93	RENATA VALERIA GOMES SIQUEIRA	2601068	PE	SERTANIA
25000.438069/2017-90	RENATO BEZERRA KITAHARA	3101850	MG	BOM REPOUSO
25000.438029/2017-48	RENATO FERREIRA DE SOUSA COSTA	3503808	SP	DIADEMA
25000.438020/2017-37	RENATO LEITE FERREIRA MENDES	3503809	SP	SAO PAULO
25000.438010/2017-00	RENATO LUIZ VICENSI DELIZA	4200739	SC	IRINEOPOLIS
25000.437990/2017-15	RENATO RAMOS SANTOS	3101831	MG	DIVINO
25000.437980/2017-80	RENILDO FELIX BELEM	3200543	ES	VILA VELHA
25000.438643/2017-18	REYCKA ANUTE VIGA LIMA	3503810	SP	ITAPEVI
25000.438651/2017-56	RHAMYS AILEY BARROSO LIMA	1300833	AM	URUCURITUBA
25000.437944/2017-16	RICARDO ALMEIDA DA SILVA	2601069	PE	SANHARO
25000.437937/2017-14	RICARDO EUGENIO COSTA	3101832	MG	BETIM
25000.437929/2017-78	RICARDO NUNES HONORATO	4301888	RS	BARROS CASSAL
25000.437922/2017-56	RICARDO PEREIRA DE MELO	3101833	MG	JOAO PINHEIRO
25000.438656/2017-89	RICHARD VIEIRA KENDRICK	4101453	PR	MANGUEIRINHA
25000.437917/2017-43	RICHERDSON MELO CAVALCANTE	3503811	SP	SAO PAULO
25000.437851/2017-91	RIDOEL DE MORAES CUNHA	4301889	RS	CRISTAL DO SUL
25000.438663/2017-81	RILTON DE ARAUJO SILVA	3503812	SP	PILAR DO SUL
25000.437839/2017-87	RITA ELIANE DOS SANTOS	5200632	GO	QUIRINOPOLIS
25000.437828/2017-05	ROBERTA NAYARA TAVARES LAFONTE	2902178	BA	TEOLANDIA
25000.438685/2017-41	ROBERTO ALBANIR DA SILVA JUNIOR	5200633	GO	PLANALTINA
25000.438691/2017-06	ROBERTO AMBIEL FILHO	3503813	SP	SAO PAULO
25000.437823/2017-74	ROBERTO CARVALHO FRANCO	3503814	SP	CAMPINAS
25000.438697/2017-75	ROBERTO TAVARES CARREIRO	1700251	TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
25000.437817/2017-17	ROBSON CERVANTES VIEIRA	3503815	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.438121/2017-16	ROBSON CLEMENTINO BATISTA JUNIOR	4101454	PR	CAMBARA
25000.437812/2017-94	ROBSON MARTINS DE SOUZA	1300834	AM	MAUES
25000.437804/2017-48	ROBSON ROGERIO BUZATTI	5100407	MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS
25000.437672/2017-54	ROCELMO ARAUJO SILVEIRA	3101834	MG	SETE LAGOAS
25000.437667/2017-41	RODILENE ALMEIDA DA SILVA	3503816	SP	OSASCO
25000.437660/2017-20	RODNEY ROSA MONTEIRO	5200634	GO	QUIRINOPOLIS
25000.438151/2017-14	RODOLFO LACERDA DE FREITAS	3503817	SP	HORTOLANDIA
25000.437629/2017-99	RODOLFO LINS DA SILVEIRA MACEDO	2400383	RN	ALTO DO RODRIGUES
25000.437617/2017-64	RODOLFO ROMERO DE AQUINO VIEIRA LEAL	2500358	PB	SANTA RITA
25000.438163/2017-49	RODRIGO BARBOSA DOS SANTOS PRADO	4200740	SC	SAO DOMINGOS
25000.438174/2017-29	RODRIGO BRITO DE ABREU	4101455	PR	MANGUEIRINHA
25000.437589/2017-85	RODRIGO COUCEIRO	3503818	SP	MAUA
25000.437583/2017-16	RODRIGO DA SILVA MORAIS	3503819	SP	ITAPEVI
25000.437572/2017-28	RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA	5000326	MS	TAQUARUSSU
25000.437562/2017-92	RODRIGO FERREIRA DE PAULA	1600224	AP	TARTARUGALZINHO
25000.434463/2017-59	RODRIGO GARCIA JORDAO	3503820	SP	NOVAIS
25000.437555/2017-91	RODRIGO MARTINS DE FREITAS	5100408	MT	SANTO ANTONIO DO LESTE
25000.437544/2017-19	RODRIGO PROENCA	4301890	RS	RIO PARDO
25000.434451/2017-24	RODRIGO SANTIAGO PALONE FERNANDEZ	3503821	SP	GUARUJA
25000.435227/2017-50	RODRIGO SEMEDO HILDEBRAND	3503822	SP	COSMOPOLIS
25000.437517/2017-38	RODRIGO SOUZA MOREIRA	3200544	ES	SOORETAMA
25000.437495/2017-14	ROGER DONIZETI CARVALHO DE MEDEIROS	4301891	RS	FLORES DA CUNHA
25000.437486/2017-15	ROGERIO ARAUJO DA SILVEIRA	3101835	MG	UBERABA
25000.437480/2017-48	ROGERIO BERNARDINO DA SILVA	1501282	PA	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA GUAMA TOCANTINS
25000.438181/2017-21	ROMARIO FELIPE COUTINHO PEREIRA	2902179	BA	MORTUGABA
25000.437475/2017-35	ROMARIO NASCIMENTO BRUSTOLON	3503823	SP	SALTO
25000.437440/2017-04	ROMULO MADUREIRA GARCIA	3300822	RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA
25000.437435/2017-93	RONALDO COELHO DA COSTA JUNIOR	4200741	SC	PRESIDENTE GETULIO
25000.437424/2017-11	RONALDO DOS SANTOS MACEDO	3503824	SP	BAURU
25000.437113/2017-44	RONALDO MOCHIZUKI DE OLIVEIRA	3503825	SP	SAO PAULO
25000.437109/2017-86	RONEI FUMAGALLI	4301892	RS	SAGRADA FAMILIA
25000.437107/2017-97	RONNY HERMANN NOGUEIRA DE SA	3101836	MG	MONTES CLAROS
25000.437104/2017-53	ROQUE WILLIANS DA SILVA BOFF	3300823	RJ	ITABORAI
25000.437103/2017-17	ROSANA ARAUJO LIMA	3503826	SP	CAMPINAS
25000.437100/2017-75	ROSELI DA SILVA DE OLIVEIRA FRANCA	3503827	SP	SAO PAULO
25000.437092/2017-67	ROSEMARY MACIEL DA SILVA	2601070	PE	CARUARU
25000.437091/2017-12	ROSENEY SOUZA DA ROCHA	4301893	RS	GRAMADO XAVIER
25000.435196/2017-37	ROSIMEIRE DOS SANTOS	4101330	PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES
25000.435222/2017-27	ROSIMERI RADUAN ALVA	5000327	MS	CORUMBA
25000.435240/2017-17	RSTANNIXON CORREA MATOS	2101168	MA	MIRINZAL
25000.435250/2017-44	RUBIANE TAISSA DE FREITAS MOREIRA	4301761	RS	SANTANA DO LIVRAMENTO
25000.435256/2017-11	RUDA MAIA SILVA	2601044	PE	AGUAS BELAS
25000.435269/2017-91	RUGGERU ANDREY ROCHA DE SOUZA	2902180	BA	DIAS D"AVILA
25000.435481/2017-58	RUI BARBOSA FERRO	4101456	PR	PRUDENTOPOLIS
25000.435523/2017-51	SABRINA NERES QUININO	3101777	MG	MATOZINHOS
25000.438192/2017-19	SABRINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	4101457	PR	SANTANA DO ITARARE
25000.438204/2017-05	SALEH ISSAN ISSA DE ALMEIDA SAHORI	5200635	GO	POSSE
25000.435577/2017-16	SAMILA BEATRIZ DE SOUZA ROCHA	3101837	MG	RIO PIRACICABA
25000.435586/2017-15	SAMUEL EDSON TONINI DA SILVA	3200545	ES	SANTA MARIA DE JETIBA
25000.435594/2017-53	SAMUEL KESKOSKI GONCALVES FILHO	4101458	PR	SIQUEIRA CAMPOS
25000.435602/2017-61	SAMUEL MASSAROTO MARIANO	4101459	PR	ATALAIA
25000.435608/2017-39	SAMUEL NEVES RAMOS	3503828	SP	ARTUR NOGUEIRA
25000.438220/2017-90	SAMYLLA ROSA DA SILVA	3101838	MG	IPIACU
25000.435613/2017-41	SANDERSON MAIA DA SILVA	3503829	SP	AMERICO DE CAMPOS
25000.435623/2017-87	SANDRA ALVES DOS SANTOS	3101839	MG	SETE LAGOAS
25000.435630/2017-89	SANDRA GARCIA LAVANHOLI	3200546	ES	VILA VELHA
25000.435635/2017-10	SANDRA NATALIA ARTEAGA DE FREITAS	5200639	GO	JATAI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.435641/2017-69	SANDRA REGINA SANTOS ROCHA	3503830	SP	GUARULHOS
25000.435646/2017-91	SANDRA RODRIGUES DE SOUSA	3503831	SP	SAO MIGUEL ARCANJO
25000.435652/2017-49	SANDRO DE SOUZA ARAUJO	2500359	PB	SOUSA
25000.435661/2017-30	SARA REGINA FEITOSA BARROSO	3200547	ES	CASTELO
25000.435669/2017-04	SARAH SANTOS DE SA	3300824	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.435673/2017-64	SAULO MONTEIRO GERMANO	3300825	RJ	LAJE DO MURIAE
25000.435681/2017-19	SAYONARA PENHA DA SILVA	4301894	RS	PEDRO OSORIO
25000.435685/2017-99	SEBASTIAO CLEMENTE CARVALHO	4101460	PR	GUAIRA
25000.438348/2017-53	SEBASTIAO JOSINO RODRIGUES	4301895	RS	PINHAL DA SERRA
25000.435686/2017-33	SELANDIA MARTINS DA SILVA	2301226	CE	JAGUARETAMA
25000.435690/2017-00	SEMIRAMES BARBOSA COUTO DE CARVALHO	5200641	GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA
25000.434423/2017-15	SERGIO ANDRE MARTINS CHAVES	4301896	RS	PORTO ALEGRE
25000.435703/2017-32	SERGIO DE ANDRADE CORREIA	3503832	SP	SANTOS
25000.435708/2017-65	SERGIO DINIZ	3101840	MG	CONTAGEM
25000.435711/2017-89	SERGIO HENRIQUE DINIZ FERREIRA	3101822	MG	BETIM
25000.435714/2017-12	SHAYENNE CAMILA MACEDO DE OLIVEIRA	2902181	BA	CATU
25000.435720/2017-70	SHEILA MACHADO DE CARVALHO	2902182	BA	ITAGUACU DA BAHIA
25000.435725/2017-01	SHERMAM KLEPTOM LIMA E FRANCA	5200642	GO	CAMPINACU
25000.435730/2017-13	SHIRLEY MEDEIROS SIQUEIRA	1501283	PA	PARAGOMINAS
25000.435736/2017-82	SIDNEY BARBOSA DE MACEDO	3101823	MG	MARIO CAMPOS
25000.435740/2017-41	SILAS VINICIUS REPEZZA DE LIMA	4301897	RS	NOVO HAMBURGO
25000.435743/2017-84	SILENIR CRUZ DE LIMA	2101204	MA	ESTREITO
25000.435750/2017-86	SILMARA BRITO DE OLIVEIRA	4200742	SC	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA - INTERIOR SUL
25000.435752/2017-75	SILVANA MARA FRANCA DA SILVA	3503833	SP	BAURU
25000.435755/2017-17	SILVANE MATOS DA SILVA	3503834	SP	PRAIA GRANDE
25000.434399/2017-14	SILVANE PEREIRA DE SOUZA SANTOS	3503872	SP	COTIA
25000.438354/2017-19	SILVANETH FREITAS DOS SANTOS	3503835	SP	CARAPICUIBA
25000.435758/2017-42	SILVANIA ALMEIDA MUNALDI	3503836	SP	CAMPINAS
25000.435761/2017-66	SILVIA GOMES DA COSTA	3101824	MG	PAULISTAS
25000.435764/2017-08	SIMONE FRANCISCA ANTONIO DEIRO	5200643	GO	CATALAO
25000.438371/2017-48	SOHAIB NAIM ABDEL RAHMAN IBRAHIM	4301898	RS	CANGUCU
25000.438377/2017-15	SOLIANE CRISTINA DE ABREU MIGUEL LARA	3503837	SP	AGUAI
25000.435767/2017-33	SOSTENA CHARLA RIBEIRO DE OLIVEIRA	3101825	MG	SANTA FE DE MINAS
25000.435771/2017-00	STEFANIA ZIERO	4301899	RS	CAXIAS DO SUL
25000.438388/2017-03	STEFANO LESSA DE MATTOS	3200548	ES	LINHARES
25000.438397/2017-96	STEFANO SPEROTO MOREIRA	2601071	PE	PAUDALHO
25000.435884/2017-05	STEFANY JOHANSSON LISBOA SILVA	1700252	TO	ARAGOMINAS
25000.435893/2017-98	STEPHANIE HENRIQUE DE ARAUJO MOREIRA	2301227	CE	LIMOEIRO DO NORTE
25000.435914/2017-75	STHEFANY PIMENTA ANTUNES	3101826	MG	BELO ORIENTE
25000.435919/2017-06	SUANGELA CAROLINE SIQUEIRA NASCIMENTO	2902183	BA	NOVA VICOSA
25000.435927/2017-44	SUELEN MARIA GURGEL DA SILVA	3300826	RJ	NOVA FRIBURGO
25000.435945/2017-26	SUENI DOS SANTOS SOARES	3503838	SP	CAMPINAS
25000.435947/2017-15	SUHELLEM SANTANA FOGLIATTO BUTRON	4101461	PR	NOVA CANTU
25000.438401/2017-16	SULIVAN ROBSON VIEIRA ROSSI	3200549	ES	VILA VELHA
25000.435956/2017-14	SUZANNE ALVES DE SOUZA MELO	2902184	BA	RIBEIRA DO AMPARO
25000.435974/2017-98	TABATA TELESFORO MARIANO	3503839	SP	GAVIAO PEIXOTO
25000.434414/2017-16	TACIANE MARIA DE PAULA	3503840	SP	SAO PAULO
25000.435979/2017-11	TACIO RENAN BATISTA DE SOUZA	2500360	PB	BARRA DE SAO MIGUEL
25000.436002/2017-11	TACISIO SOUTO PESSOA	4301900	RS	GRAVATAI
25000.438404/2017-50	TAINAN LANNA GOMES	5200651	GO	ARAGOIANIA
25000.436019/2017-78	TAIS FERNANDA KRUGER	3503841	SP	JAU
25000.436025/2017-25	TAISA ESCARLATE MOREIRA COSTA	3503842	SP	UBATUBA
25000.436031/2017-82	TAISMARA OLIVEIRA DA SILVA	4301901	RS	TAPES
25000.436041/2017-18	TALITA CAROLINA LAGARES DE ALMEIDA	3503843	SP	CARAPICUIBA
25000.436049/2017-84	TALITA CRISTINA CORREA BARATA	1501284	PA	BELEM
25000.436055/2017-31	TALITA FABIANA MARTINS	3300827	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436061/2017-99	TALITA FLAVIA MACIEL FARINA ALVES	3503844	SP	LEME
25000.436066/2017-11	TALLES ARTHUR SILVA SA	2601072	PE	TACARATU
25000.434409/2017-11	TALLES HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA	4301902	RS	ALVORADA
25000.436077/2017-00	TARCILIO ARAUJO BRITO	3300773	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436083/2017-59	TARCISO CUNHA OLIVEIRA	2902185	BA	ITABERABA
25000.436088/2017-81	TARCISO SA DE CARVALHO	3503845	SP	SOROCABA
25000.436097/2017-72	TARLEY DE ALMEIDA VILELLA	3503846	SP	VOTUPORANGA
25000.436105/2017-81	TARSO DE MELLO OLIVEIRA	4200743	SC	TIMBO GRANDE
25000.436110/2017-93	TASSIA HELENA DOS SANTOS RODRIGUES	4301762	RS	NOVO HAMBURGO
25000.436120/2017-29	TATIANA DA SILVA MORAIS	3503847	SP	HORTOLANDIA
25000.436162/2017-60	TATIANE APARECIDA FERREIRA	4301763	RS	ELDORADO DO SUL
25000.438409/2017-82	TATIANE FRANCIELLE DOS SANTOS	3503848	SP	SAO PAULO
25000.436169/2017-81	TATIANE SILVA DE CASTRO	4301903	RS	ERVAL GRANDE
25000.436177/2017-28	TAYNARA MARQUES DE OLIVEIRA	3101827	MG	REDUTO
25000.436181/2017-96	TAYSE CAMILA GRACIANI	3101778	MG	CAREACU
25000.436190/2017-87	TEREZINHA QUEIROZ DA CUNHA	3200550	ES	VILA VELHA
25000.436193/2017-11	THAIS CARLA MARQUES MARTINS	3200516	ES	BREJETUBA
25000.436203/2017-18	THAIS DE ARAUJO CORREIA	2902186	BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
25000.436209/2017-95	THAIS DIAS DE ARAUJO	3101828	MG	MERCES
25000.438387/2017-51	THAIS FERNANDA DE SOUSA CASTRO	1501285	PA	ALENQUER
25000.436216/2017-97	THAIS FERNANDES GOMES	2700357	AL	MARAVILHA
25000.436235/2017-13	THAIS KEILA RODRIGUES ALVES	5100409	MT	VILA RICA
25000.436242/2017-15	THAIS PORTIOLI CINTRA DE SOUZA	4301904	RS	BUTIA
25000.436252/2017-51	THAIS REGUERO DEMORI	3503539	SP	CHAVANTES
25000.436258/2017-28	THAIS SANTOS DE SANTANA	2902187	BA	SIMOES FILHO
25000.436269/2017-16	THAIS ZAMAI DE ARAUJO	2500342	PB	NOVA PALMEIRA
25000.436286/2017-45	THALES GUSTAVO CUNHA ALVES	3300828	RJ	SAO JOAO DE MERITI
25000.436293/2017-47	THALITA MARTINS CALIXTO	3503849	SP	SAO PAULO
25000.438422/2017-31	THALLES DAMON DIAS CAMPELO	4301905	RS	PAROBE
25000.438549/2017-51	THAMIRES MORAIS MARQUES	3503850	SP	SAO PAULO
25000.436299/2017-14	THAYNA LOPES CARDOSO DA MOTA	4301906	RS	SAO GABRIEL
25000.436313/2017-80	THEREZA CRISTINA DO CARMO ARANTES	5200593	GO	CATALAO
25000.436319/2017-57	THIAGO ALBINO DE MENEZES	2301228	CE	ACARAU

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25000.436329/2017-92	THIAGO DE LIMA ALVES	1300835	AM	TABATINGA
25000.436343/2017-96	THIAGO FERREIRA SULZER	3503851	SP	SAO PAULO
25000.436349/2017-63	THIAGO JOSE DE RAMOS	2101205	MA	PRESIDENTE MEDICI
25000.438553/2017-19	THIAGO LIMA FREIRE	3300829	RJ	GUAPIMIRIM
25000.436359/2017-07	THIAGO LUIZ QUEIROZ FERREIRA	3101829	MG	LAGOA SANTA
25000.436363/2017-67	THIAGO MAPPES MAIA	4200744	SC	JAGUARUNA
25000.436380/2017-02	THIAGO OLIVEIRA MEDEIROS DOS SANTOS WOLFF	3503852	SP	HORTOLANDIA
25000.436386/2017-71	THIAGO POSSMOSER SANTOS	3200551	ES	SOORETAMA
25000.438557/2017-05	THIAGO SOUSA SILVA	4301907	RS	PORTO ALEGRE
25000.436391/2017-84	THYAGO PEREIRA IVANOV	3503853	SP	SAO PAULO
25000.436397/2017-51	THYESCO SOUZA BENEVIDES FERREIRA	5100410	MT	ITIQUIRA
25000.438558/2017-41	TIAGO CHAVES TAVARES	5200652	GO	GOIANIA
25000.436401/2017-81	TIAGO DANTAS WIZENFAD	4301908	RS	VICENTE DUTRA
25000.436408/2017-01	TIAGO DE ASSIS BRONZEADO	3503854	SP	ALVINLANDIA
25000.436544/2017-93	TIAGO NITSCHE ASSONI	4301909	RS	AMARAL FERRADOR
25000.436547/2017-27	TIAGO OLIVEIRA VIEIRA	5200653	GO	TRES RANCHOS
25000.436553/2017-84	TIAGO SILVA DE BRITO	2101206	MA	PORTO FRANCO
25000.436555/2017-73	TISSIANE COSTA SANTOS	2902188	BA	RIBEIRA DO AMPARO
25000.436557/2017-62	TONY SANDER DA SILVA SANTOS	4301910	RS	SAPUCAIA DO SUL
25000.436562/2017-75	TULIO CEZAR GUIMARAES	3503855	SP	SAO PAULO
25000.436575/2017-44	TULLYO HENRIQUE ARAUJO SILVA	3503856	SP	GUAREI
25000.436587/2017-79	UANDERSON PEREIRA DA SILVA	4101462	PR	CURITIBA
25000.436599/2017-01	UBALDO BENTO DA SILVA NETO	2101207	MA	PEDRO DO ROSARIO
25000.436606/2017-67	VAGNER JUNIOR VIEIRA ESTEFANI	4101331	PR	SAO PEDRO DO IVAI
25000.436621/2017-13	VAGNER VALERIO PEREIRA	4301911	RS	PELOTAS
25000.436636/2017-73	VALDENICE DA SILVA	4101463	PR	TOLEDO
25000.436646/2017-17	VALDENIR ALVES SOARES	1501286	PA	SANTAREM
25000.436657/2017-99	VALDERCLEI GOULART DE MELLO	3503857	SP	CAMPINAS
25000.436663/2017-46	VALDINEI NOVAES FONTES	2902189	BA	IPIAU
25000.436668/2017-79	VALDIVINO RODRIGUES DE MOURA JUNIOR	3300774	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436714/2017-30	VALDO BERTOLDO LIMA FILHO	1501287	PA	IPIXUNA DO PARA
25000.436739/2017-33	VALERIA BRAGA BEZERRA	3101830	MG	SANTOS DUMONT
25000.438560/2017-11	VALERIA CRISTINA SILVA SOUSA	2200518	PI	SAO JOAO DO ARRAIAL
25000.436747/2017-80	VALERIO ARAUJO DA SILVEIRA	3101812	MG	BOM DESPACHO
25000.436751/2017-48	VALESKA VILELA CARVALHO	3101813	MG	UBERABA
25000.436761/2017-83	VALMES JUNIOR DE PAIVA BERTACCHINI	4101464	PR	CRUZEIRO DO OESTE
25000.436772/2017-63	VALMIR VIEIRA DOS SANTOS	3300830	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.436786/2017-87	VALTAIR VIEIRA DOS SANTOS	3503858	SP	SAO MIGUEL ARCANJO
25000.436828/2017-80	VALTER FILHO MENDES DA SILVA	4301912	RS	SELBACH
25000.436849/2017-03	VANDERLI ANTONIO PAGOTO JUNIOR	3101814	MG	RIBEIRAO DAS NEVES
25000.436868/2017-21	VANDRIANE OLIVEIRA LEITE	2101208	MA	NOVA COLINAS
25000.436876/2017-78	VANESSA ALVARENGA DE OLIVEIRA AMARAL	3503859	SP	MOGI MIRIM
25000.436891/2017-16	VANESSA BERTOLDI BOFF	4101465	PR	ALTO PIQUIRI
25000.436963/2017-25	VANESSA CRISTINA BRUM CARLIN	3503860	SP	MANDURI
25000.438563/2017-54	VANESSA DA SILVA BATISTA	4101466	PR	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA LITORAL SUL
25000.437162/2017-87	VANESSA DA SILVA DAMASCENO	3503861	SP	SAO JOSE DO RIO PARDO
25000.438567/2017-32	VANESSA GALDIOLI NERY	4301913	RS	TRES COROAS
25000.437170/2017-23	VANESSA GALIASSI COTRIM	3503862	SP	EMBU DAS ARTES
25000.437171/2017-78	VANESSA KELLIS GROSSKLANS	1501288	PA	RUROPOLIS
25000.437174/2017-10	VANESSA MORAES CRUZ	3300831	RJ	SAPUCAIA
25000.437179/2017-34	VANESSA TAVARES OLIVEIRA	3101815	MG	UBERLANDIA
25000.437195/2017-27	VANESSA TERESINHA PILATTI	4301914	RS	SANTA MARIA
25000.437201/2017-46	VENICE FERNANDA BARROSO BESSA	3503863	SP	CAMPINAS
25000.437206/2017-79	VERONICA NATALIA BUSATTA	4301915	RS	ROCA SALES
25000.437207/2017-13	VERONICA RITA PINTO DE ARAUJO	2902190	BA	SALVADOR
25000.437211/2017-81	VICTOR ALCANTARA DE CAMARGO	3503864	SP	CARAPICUIBA
25000.437220/2017-72	VICTOR DINIZ LINHARES	5200644	GO	QUIRINOPOLIS
25000.438597/2017-49	VINICIUS MENDES HERMOGENES	3503865	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.438601/2017-79	VINICIUS RAFAEL SOUZA LIMA	3101816	MG	RIO MANSO
25000.437223/2017-14	VINICIUS SA VELOZO	3503866	SP	SAO PAULO
25000.437230/2017-16	VIVIANE ANDRADE DE OLIVEIRA	2200519	PI	CAMPO MAIOR
25000.437249/2017-54	WAGNER VERAS DOS SANTOS	4101467	PR	GUAIRA
25000.437255/2017-10	WAGNER VIEIRA FREIRES	2902191	BA	JAGUAQUARA
25000.437261/2017-69	WAKSON MORENON OLIVEIRA SANTOS	4101468	PR	MATO RICO
25000.437268/2017-81	WALLYSSON BARROS FERNANDES	2200520	PI	MARCOLANDIA
25000.438605/2017-57	WALMIR MARTINS FARIAS JUNIOR	5300105	DF	BRASILIA
25000.437276/2017-27	WANDEIR LIMA DOS SANTOS	2800253	SE	JAPOATA
25000.437282/2017-84	WANDER ROMERO MARTINS	4101469	PR	CIANORTE
25000.438614/2017-48	WANDERSON BELCHIOR SEVERINO	1501289	PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA
25000.437285/2017-18	WANDERSON DA SILVA BARBOSA	3503867	SP	MONTEIRO LOBATO
25000.437293/2017-64	WANDERSON DE OLIVEIRA PAULA	3101817	MG	BELO ORIENTE
25000.437296/2017-06	WANDERSON MAIA GUEDES DA SILVA	2101209	MA	CURURUPU
25000.437310/2017-63	WANDERSON SILVA DO NASCIMENTO	3101818	MG	ALEM PARAIBA
25000.437339/2017-45	WANDERSON SILVA FERNANDES	3503868	SP	OSASCO
25000.437344/2017-58	WASHINGTON ALVES DE SOUZA	3101819	MG	NATALANDIA
25000.437352/2017-02	WASHINGTON MAGALHAES MENDES	2601073	PE	BUIQUE
25000.437361/2017-95	WELITON COSTA FERREIRA	5200645	GO	LAGOA SANTA
25000.437368/2017-15	WELLINGTON CARLOS DA SILVA	1501290	PA	PRIMAVERA
25000.437370/2017-86	WELLINGTON DA SILVA PARENTE	1700253	TO	TOCANTINOPOLIS
25000.437374/2017-64	WELLITON ARAUJO VIANA	1501291	PA	REDENCAO
25000.437381/2017-66	WELTON YURI FERNANDES DA SILVA	4301916	RS	PASSO DO SOBRADO
25000.437386/2017-99	WENDER PESSOA RIBEIRO	3101820	MG	PARA DE MINAS
25000.437389/2017-22	WENYO JOSE CARVALHO SANTOS	2101210	MA	AGUA DOCE DO MARANHAO
25000.437397/2017-79	WESLAINE SILVEIRA DOMINGUES	4101470	PR	PINHALAO
25000.437402/2017-43	WESLEY SAMUEL SGOBBI	4301764	RS	CORONEL BICACO
25000.437411/2017-34	WIARA MAYRA PENTEADO COSTA	3503869	SP	BAURU
25000.437419/2017-09	WILKA SIMONE DA SILVA BORGES	1200275	AC	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA ALTO RIO PURUS
25000.438625/2017-28	WILLIAM LINO BATISTA	3503870	SP	SAO CARLOS
25000.437428/2017-91	WILLIAN DOS REIS ALVES	3101779	MG	DOM BOSCO
25000.437434/2017-49	WILLIAN FERNANDEZ DA SILVA	1501227	PA	ALTAMIRA
25000.437439/2017-71	WILLIAN GUILHERME DE SOUZA	3101821	MG	DIVINO
25000.438634/2017-19	WILLIAN MATTIELLO DA SILVA COELHO	5200646	GO	PALESTINA DE GOIAS
25000.437446/2017-73	WILLIAN ROVER DA SILVA	5100411	MT	ARIPUANA
25000.437458/2017-06	WILLIANE MAIA DAS NEVES	3503540	SP	OSASCO
25000.437465/2017-08	WILLIANS REUTMANN LIMA GODOY	2902192	BA	ITAMARAJU
25000.437476/2017-80	YASSER RIVA SAMPAIO LUCENA	2301213	CE	CANINDE
25000.437481/2017-92	YURI ZANATTA CARAZZAI	4101471	PR	NOVA AMERICA DA COLINA
25000.437485/2017-71	ZACARIAS FERREIRA LIMA FILHO	3503871	SP	CAMPINAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 697, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado de multas de trânsito.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe conferem os incisos I e VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a forma de pagamento das multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo, adequando-a a métodos de pagamento mais modernos utilizados pela sociedade;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80001.002866/2003-35, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado de multas de trânsito.

Art. 2º O art. 23 da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. ...

(...)

§ 3º O recebimento de multas pela rede arrecadadora será feito exclusivamente à vista e de forma integral, podendo ser realizado parcelamento, por meio de cartão de crédito, por conta e risco de instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)."

Art. 3º A Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 25-A:

"Art. 25-A Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito poderão firmar, sem ônus para si, acordos e parcerias técnico-operacionais para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo com cartões de débito ou crédito, disponibilizando aos infratores ou proprietários de veículos alternativas para quitar seus débitos à vista ou em parcelas mensais, com a imediata regularização da situação do veículo.

§ 1º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito interessados em oferecer a alternativa prevista no caput poderão promover a habilitação, por meio de contratação ou credenciamento, de empresas credenciadoras (adquirentes), subcredenciadora (subadquirentes) ou facilitadoras para processar as operações e os respectivos pagamentos.

§ 2º As empresas referidas no §1º deverão ser autorizadas, por instituição credenciadora supervisionada pelo Banco Central do Brasil, a processar pagamentos, inclusive parcelados, mediante uso de cartões de débito e crédito normalmente aceitos no mercado, sem restrição de bandeiras, e apresentar ao interessado os planos de pagamento dos débitos em aberto, possibilitando ao titular do cartão conhecer previamente os custos adicionais de cada forma de pagamento e decidir pela opção que melhor atenda às suas necessidades.

§ 3º Os órgãos e entidades de trânsito poderão ceder espaço em suas instalações para que as empresas referidas no §1º prestem os serviços referidos no caput no mesmo ambiente em que ocorre o atendimento ao público.

§ 4º Os encargos e eventuais diferenças de valores a serem cobrados por conta do parcelamento via cartão de crédito ficam a cargo do titular do cartão de crédito que aderir a essa modalidade de pagamento.

§ 5º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito que adotarem essa modalidade de arrecadação de multas por meio de cartões de débito ou crédito deverão encaminhar relatórios mensais ao DENATRAN contendo o montante arrecadado de forma discriminada, para fins de controle dos repasses relativos ao FUNSET.

§ 6º Na ausência de prestação de contas a que se refere o §5º, o DENATRAN poderá suspender a autorização para que os órgãos e entidades de trânsito admitam o pagamento parcelado ou à vista de multas de trânsito por meio de cartões de débito ou crédito.

§ 7º O parcelamento poderá englobar uma ou mais multas de trânsito.

§ 8º A aprovação e efetivação do parcelamento por meio do Cartão de Crédito pela Operadora de Cartão de Crédito libera o licenciamento do veículo e a respectiva emissão do Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo - CRLV.

§ 9º O pagamento parcelado de multas já vencidas deverá ser acrescido de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), nos termos do § 4º do art. 284 do CTB, conforme disciplinado pelos artigos 21 e 22 desta Resolução.

§ 10. O valor total do parcelamento, excluído a taxa sobre a operação de Cartão de Crédito, deverá ser considerada como receita arrecadada, para fins de aplicação de recurso, conforme o art. 320 do CTB, bem como para fato gerador do repasse relativo ao FUNSET.

§ 11. Ficam excluídos do parcelamento disposto neste artigo:

I - as multas inscritas em dívida ativa;

II - os parcelamentos inscritos em cobrança administrativa;

III - os veículos licenciados em outras Unidades da Federação; e

IV - multas aplicadas por outros órgãos autuadores que não autorizam o parcelamento ou arrecadação por meio de cartões de crédito ou débito.

§ 12. O órgão ou entidade de trânsito autuador da multa de trânsito é o competente para autorizar o parcelamento, em caráter facultativo, podendo delegar tal competência, na forma do art. 25 do CTB.

§ 13. O DENATRAN ficará responsável por autorizar e fiscalizar as operações dos órgãos de trânsito que adotarem a modalidade de parcelamento com Cartão de Crédito para o pagamento das multas de trânsito, regulamentando as disposições deste artigo."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 698, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o trânsito de veículos novos nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, incisos I, e o art. 97, ambos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando que o veículo novo ou usado terá que ser registrado e licenciado no Município de domicílio ou residência do adquirente;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.009912/2017-32, resolve:

Art 1º Alterar a Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, com a redação dada pela Resolução CONTRAN nº 554, de 17 de setembro de 2015, para permitir a circulação de caminhões usados incompletos, por um prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º Alterar a ementa da Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o trânsito de veículos novos, nacionais ou importados, antes do registro e do licenciamento e de veículos usados incompletos, nacionais ou importados, antes da transferência."

Art. 3º Alterar o caput e o §1º do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a permissão para o trânsito de veículos novos, nacionais ou importados, que transportem cargas e pessoas, antes do registro e do licenciamento e de veículos usados incompletos, nacionais ou importados, antes da transferência.

§ 1º A permissão estende-se aos veículos inacabados novos ou veículos usados incompletos, no período diurno, no percurso entre os seguintes destinos: pátio do fabricante, concessionário, revendedor, encarroçador, complementador final, Posto Alfandegário, cliente final ou ao local para o transporte a um dos destinatários mencionados."

Art. 4º Alterar o caput e os §§ 1º e 2º do art. 4º da Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 554, de 17 de setembro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Antes do registro e licenciamento, o veículo novo ou usado incompleto, nacional ou importado, que portar a nota fiscal de compra e venda ou documento alfandegário poderá transitar:(...)

§ 1º No caso de veículo novo ou usado comprado diretamente pelo comprador por meio eletrônico, o prazo de que trata o inciso I será contado a partir da data de efetiva entrega do veículo ao proprietário.

§ 2º No caso do veículo novo ou usado doado por órgãos ou entidades governamentais, o município de destino de que trata o inciso I será o constante no instrumento de doação, cuja cópia deverá acompanhar o veículo durante o trajeto."

Art. 5º Incluir o §4º no art. 4º da Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 554, de 17 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 4º...

§ 4º No caso de veículo usado incompleto deverá portar além do previsto no caput deste art., prévia autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para troca de carroceria."

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 699, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Disciplina o registro e licenciamento de veículos de fabricação artesanal, nos termos do art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, incisos I e X, e o art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a segurança e o procedimento para o registro e licenciamento de veículos de fabricação artesanal;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.005115/2016-03, resolve:

Art. 1º Esta Resolução disciplina o registro e licenciamento de veículos de fabricação artesanal, nos termos do art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Art. 2º Considera-se veículo de fabricação artesanal todo e qualquer veículo de uso próprio, concebido e fabricado unitariamente sob responsabilidade individual de pessoa natural ou jurídica, atendendo a todos os preceitos de construção veicular.

Parágrafo único. Todo veículo artesanal deve ter um projeto técnico assinado por engenheiro responsável técnico, com formação ou habilitação na área mecânica, conforme regulamentação do respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e nos termos das Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

Art. 3º Para circular em vias públicas, o veículo de fabricação artesanal deve estar registrado e licenciado junto ao órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Cabe ao fabricante providenciar o registro e o licenciamento do veículo de fabricação artesanal junto ao órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal.

Art. 4º Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União regulamentar os procedimentos para a concessão de marca/modelo/versão e emissão do Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT) para o registro dos veículos de que trata esta Resolução no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).

§ 1º O nome da marca do fabricante do veículo artesanal deve coincidir com o nome do seu primeiro proprietário.

§ 2º A marca/modelo/versão para reboque será definida como R/F.PROPRIA + abreviatura do NOME DO INTERESSADO e, para os demais tipos de veículos, abreviatura do NOME DO INTERESSADO/F.PROPRIA + tipo do veículo abreviado.

§ 3º Para os fins do §2º, as abreviaturas dos tipos de veículo são as seguintes:

I - "CI" (ciclomotor);
II - "MT" (motoneta e motocicleta);
III - "TRI" (triciclo);
IV - "AU" (automóvel);
V - "QD" (quadriciclo);
VI - "CT" (camioneta);
VII - "CH" (caminhonete); e
VIII - "UT" (utilitário).

§ 4º O órgão máximo executivo de trânsito da União poderá solicitar ao fabricante do veículo a apresentação de relatórios de testes e ensaios que comprovem o atendimento dos requisitos de segurança veicular previstos na legislação, observadas as especificidades de cada tipo de veículo.

Art. 5º Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão encaminhar ao DENATRAN a documentação para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores e concessão de CAT, conforme regulamentação específica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º Para proceder ao registro e o licenciamento dos veículos de que trata esta Resolução, os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão:

I - conceder e autorizar a gravação do número de identificação veicular (VIN) conforme procedimentos estabelecidos no Anexo I;

II - emitir prévia autorização para a realização de inspeção de segurança veicular;

III - exigir a apresentação do Certificado de Segurança Veicular (CSV) expedido por Instituição Técnica Licenciada (ITL), conforme regulamentação específica;

IV - solicitar a apresentação do Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT) emitido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União;

V - exigir a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e a respectiva DANFE de todos os componentes utilizados, de acordo com as especificações do Anexo II.

Parágrafo único. Independentemente do tipo do veículo ou do projeto, cada fabricante poderá solicitar o registro e licenciamento de, no máximo, 2 (dois) veículos de fabricação artesanal no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 7º O veículo de fabricação artesanal deverá atender a todos os requisitos de segurança estabelecidos pela legislação, salvo exceções previstas em regulamentação específica.

Art. 8º O sistema de engate entre o reboque e o veículo trator deve atender ao disposto na Resolução CONTRAN nº 197, de 25 de julho de 2006, e, quando aplicável, estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR ISO 16122, NBR ISO 3853, NBR ISO 3732 e suas sucedâneas.

Art. 9º Ficam proibidos:

I - a fabricação de veículo artesanal do tipo ônibus, microônibus, motor-casa, caminhão, caminhão trator, semirreboque, trator de rodas, trator de esteira, trator misto, chassi plataforma, reboque com Peso Bruto Total (PBT) superior a 750 kg e motocicleta, motoneta, triciclo acima de 300cc.

II - a alteração de características originais de veículos fabricados artesanalmente.

Art. 10. Os Anexos desta Resolução encontram-se no sítio eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 11. Ficam revogadas a Resolução CONTRAN nº 63, de 21 de maio de 1998, e a Resolução CONTRAN nº 594, de 24 de maio de 2016.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 700, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Acrescenta o art. 9º-A à Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.006767/2017-38, resolve:

Art. 1° Esta Resolução acrescenta o art. 9º-A à Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 9º-A Prorrogar para o dia 1º de janeiro de 2018 o prazo para cumprimento das exigências dispostas no Anexo II desta Resolução, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 635/2016, facultando a antecipação de sua adoção total."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 701, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre os requisitos obrigatórios de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o disposto no art. 102 e seu parágrafo único, do CTB;

Considerando a necessidade de atualizar os requisitos de segurança no transporte de produtos siderúrgicos em veículos rodoviários de carga;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.003885/2017-94, resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece os requisitos de segurança obrigatórios para o transporte de produtos siderúrgicos por veículos de carga nas vias abertas a circulação no território nacional.

Art. 2º Os produtos siderúrgicos derivados do minério de ferro ou do minério de outro metal estão definidos neste artigo pelos mesmos termos e expressões empregados na NBR 5903, produtos planos laminados de aço, na NBR 6215, produtos siderúrgicos e na NBR 16229, sucata de ferro fundido e aço.

I - BARRA: produto retilíneo, não plano, cuja seção transversal é constante, constitui figura geométrica simples e é fabricada com tolerâncias dimensionais mais rigorosas do que as palanquilhas (tarugos);

II - BOBINAS: chapa ou tira enrolada em forma cilíndrica;

III - CHAPA: produto plano de aço, com largura superior a 500 mm (quinhentos milímetros), laminado a partir de placa;

IV - LINGOTE: produto resultante da solidificação do metal líquido em molde metálico, geralmente destinado a posterior conformação plástica;

V - PERFIL: produto industrial cuja seção transversal reta é composta de figura geométrica simples;

VI - SUCATA: material constituído de resíduos metálicos, que resultam dos processos de elaboração e transformação mecânica, bem como de desuso, e que só pode ser aproveitada por re-fusão;

VII - TARUGO/(palanquilhas): produto intermediário não plano, obtido por laminação a quente ou lingotamento contínuo, de eixo longitudinal retilíneo e seção transversal geralmente retangular ou quadrada, com área igual ou inferior a 22.500 mm^2 (vinte e dois mil e quinhentos milímetros quadrados) e com relação entre largura e espessura igual ou inferior a 2. Tem tolerâncias dimensionais menos rigorosas que as barras;

VIII - TUBO: produto acabado oco, de parede uniforme e seção transversal constante, geralmente circular e quase sempre retilíneo, revestido, ou não;

IX - VERGALHÃO: barra redonda ou fio-máquina, utilizado especialmente em armaduras de concreto armado;

X - BLOCOS COMPACTADOS: Sucata metálica prensada em blocos ou pacotes;

XI - PEÇAS ISOLADAS: Peças soltas de sucata metálica em formatos diversos como tarugos, blocos, chaparia, carcaças, partes de equipamentos, eixos, tubos, etc;

XII - EMARANHADO: sucata metálica em forma de arames, telas treliças, vergalhões e demais produtos longos;

XIII - GRANEL DE SUCATA: sucata metálica de dimensões reduzidas, em forma picotada, de cavacos, de limalha, etc.

Parágrafo único. A definição das características necessárias para a análise e a comparação dos tipos de material siderúrgico conforme a descrição dos tipos de sucatas deve ser regulamentada pelo DENATRAN em portaria específica.

Art. 3º O carvão a granel ou ensacado é considerado insumo dos produtos siderúrgicos.

Art. 4º O trânsito dos veículos que transportem produtos siderúrgicos ou seus insumos deve seguir às condições especificadas nesta Resolução quanto à arrumação e à amarração da carga na carroçaria dos mesmos.

Art. 5º No transporte de chapas metálicas devem ser atendidas as seguintes condições:

I - As chapas com comprimento e largura menores do que as da carroçaria do veículo devem estar firmemente amarradas às mesmas, por meio de cabos de aço, correntes ou cintas com resistência à ruptura por tração, de no mínimo, o dobro do peso total das chapas, garantindo assim sua estabilidade mesmo nas condições mais desfavoráveis;

II - As chapas com largura excedente a da carroçaria do veículo, além da amarração de que trata o inciso I deste artigo, devem ter seus vértices anteriores e posteriores protegidos por cantoneiras metálicas, conforme especificado no Anexo I.

Parágrafo único. Para transportar as chapas metálicas definidas no inciso II deste artigo, os veículos devem portar a Autorização Especial de Trânsito (AET), de que trata o art. 101 do CTB.

Art. 6º No transporte de bobinas metálicas, devem ser obedecidas as seguintes condições:

I - Composição dos dispositivos de amarração da bobina: - cintas, correntes ou cabos de aço, ganchos e catracas com resistência total e comprovada à ruptura por tração de, no mínimo, o dobro do peso da bobina para cada tipo de amarração: de topo e direta;

II - Quantidades de dispositivos de amarração:

a) para bobinas com peso menor que 20 toneladas, devem ser utilizados, no mínimo, dois dispositivos de amarração de topo e dois de amarração direta;

b) para bobinas com peso igual ou maior que 20 toneladas, devem ser utilizados, no mínimo, três dispositivos de amarração de topo e quatro de amarração direta.

III - Pontos de fixação dos dispositivos de amarração:

a) os pontos de fixação dos dispositivos de amarração devem ser afixados nas longarinas ou chassi do veículo, com as cintas, correntes ou cabos de aço passando por baixo da guarda lateral, nunca por cima;

b) as catracas tensoras das cintas, correntes ou cabos de aço devem estar afixadas nas longarinas ou chassis ou entre os dispositivos.

IV - Inspeção dos dispositivos de amarração: o transportador deve sempre inspecionar o estado de conservação dos dispositivos de amarração antes de carregar o veículo.

Art. 7º O transporte de bobinas colocadas sobre o veículo com seus eixos na posição vertical em relação ao plano da carroçaria do mesmo deve obedecer adicionalmente aos seguintes requisitos (Anexo II, figura A):

I - Posicionamento dos dispositivos de amarração:

a) O posicionamento da cinta, corrente ou cabo de aço sobre a bobina deve formar um "X" no seu centro para amarração de topo;

b) Para bobina com peso igual ou maior que 20 toneladas o terceiro dispositivo de amarração deve passar no centro da bobina;

c) Para amarração direta devem ser instalados no mínimo dois laços com dispositivos de amarração para bobina com peso menor que 20 toneladas e quatro laços para bobinas com peso igual ou maior que 20 toneladas.

II - Fixação da bobina no piso da carreta:

a) Devem ser colocadas mantas de neoprene/borracha/poliuretano de alta densidade e 15 mm de espessura, entre a bobina e o piso da carreta;

b) Bobinas com peso igual ou maior que 20 toneladas devem ser obrigatoriamente acomodadas sobre berço apropriado.

Art. 8º As bobinas colocadas sobre o veículo com seus eixos paralelos ao plano da carroçaria do mesmo (na horizontal) devem obedecer adicionalmente aos seguintes requisitos:

I - Posicionamento dos dispositivos de amarração (Anexo II, figura B):

a) a cinta, corrente ou cabo de aço deve estar entre 10 e 20 centímetros da extremidade da bobina;

b) para bobina com peso igual ou maior que 20 toneladas, o terceiro dispositivo de amarração deve estar posicionado no centro da bobina;

c) as bobinas devem receber amarração direta passando pelo centro das mesmas, em forma de laço, sendo dois dispositivos para bobina com peso menor que 20 toneladas e quatro dispositivos para bobina com peso igual ou maior que 20 toneladas.

II - As bobinas devem ser fixadas ao piso da carreta por meio de paletes ou berços planos confeccionados com metal ou de madeira, devidamente travados nas suas extremidades com parafusos, ou opcionalmente conforme inciso III a seguir;

III - Opcionalmente, as bobinas podem ser afixadas em berços reguláveis idênticos ou assemelhados ao do Anexo II, figura C, com mantas de neoprene/borracha/poliuretano de alta densidade e 15 mm de espessura entre o berço e o piso da carreta, fixados por cintas, correntes ou cabo de aço ou ainda em berços dotados de travas antideslizantes;

IV - O eixo da bobina poderá ser tanto paralelo quanto perpendicular ao eixo longitudinal da carroçaria. O caso de posicionamento perpendicular ao eixo longitudinal da carroçaria está ilustrado no Anexo II, figura D.

Art. 9º A montagem e a fixação da bobina nos veículos dotados de carroçaria especialmente construída para o transporte de bobinas devem ser feitas conforme Anexo II, figura B.

§ 1º A carroçaria bobineira deve ser forrada com lençol de borracha antideslizante e equipada com dispositivo de segurança para travamento das bobinas no cocho.

§ 2º Mesmo para este caso, será obrigatória a amarração à carroçaria, por meio de cabos de aço, correntes ou cintas com resistência total à ruptura por tração de, no mínimo, o dobro do peso da carga.

§ 3º O transporte de bobinas de cabos elétricos, quando não acondicionados em cavaletes especiais, deve obedecer às prescrições previstas neste regulamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. No transporte de tubos metálicos devem ser atendidas as seguintes condições:

I - Os veículos destinados ao transporte de tubos devem possuir sistema de proteção frontal (Anexo III, figura A) ou a utilização de redes, telas ou malhas que impeçam a movimentação da carga no sentido longitudinal (Anexo III, figura B);

II - Os tubos com diâmetro inferior a 15 cm (quinze centímetros) devem estar separados por pontaletes de madeira, camada por camada, firmemente amarrados com cabos de aço, correntes ou cintas, travados à carroçaria do veículo e contidos pela mesma;

III - Quando o transporte dos tubos com diâmetro inferior a 15 cm (quinze centímetros) for feito na forma de feixes amarrados, será obrigatória também a colocação de cunhas nas extremidades dos pontaletes, para contê-los firmemente na posição correta dentro da carroçaria;

IV - Os tubos, de diâmetro superior a 15 cm (quinze centímetros) e inferior ou igual a 40 cm (quarenta centímetros), devem ser transportados em feixes, de acordo com as condições estabelecidas no inciso II deste artigo ou em peças individuais;

a) Os produtos que serão transportados em peças individuais, em quantidades que obriguem ao empilhamento, devem ser acondicionados na horizontal e separados em camadas por berços que assegurem o perfeito posicionamento dos tubos durante o deslocamento, conforme especificado no Anexo IV, figura A;

b) Opcionalmente, será aceito o berço exemplificado no Anexo IV, figura B.

V - Os tubos com diâmetro superior a 40 cm (quarenta centímetros), para serem transportados em quantidades que obriguem o empilhamento, devem ser separados, individualmente na horizontal, por berços que proporcionem perfeita acomodação e segurança da carga, conforme especificado no Anexo V, figura A ou separados por pontaletes com cunhas nas laterais, na forma do Anexo V, figura B.

§ 1º Admite-se, também, a arrumação de tubos de grande diâmetro, até o máximo de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros), em forma de pirâmide, desde que as dimensões da carga não ultrapassem a 3,20 m (três metros e vinte centímetros) de largura, 4,70 m (quatro metros e setenta centímetros) de altura e 23 m (vinte e três metros) de comprimento, sem excesso de peso, conforme especificado no Anexo V, figura C.

§ 2º No transporte de tubos definido no parágrafo anterior, se as dimensões do veículo ou da carga excederem aquelas especificadas pelo CTB e pela Resolução CONTRAN nº 210/2006, o veículo deve portar à Autorização Especial de Trânsito, de que trata o art. 101 do mesmo Código.

§ 3º Os berços ou pontaletes a que se referem os incisos II, III, IV e V deste artigo, devem ser no mínimo em número de: 2 (dois) por camada, para tubos de até 6 m (seis metros) de comprimento, e de no mínimo 3 (três) por camada, para tubos de comprimento superior a 6 m (seis metros).

§ 4º Admite-se arrumação por encaixe de tubos, de modo que cada tubo tenha por apoio dois outros da camada inferior, quando a viga com cunhas laterais será exigida apenas na base do empilhamento, conforme Anexo V, figura D.

§ 5º Os tubos com quaisquer diâmetros podem ser transportados nas formas previstas desde que contidos, nas dimensões de largura e comprimento da carroçaria do veículo. A altura deve estar limitada de acordo com a regulamentação do CONTRAN.

§ 6º Opcionalmente, será admitido o transporte de tubos de mais de 40 cm (quarenta centímetros) de diâmetro na forma piramidal, com a utilização de cintas de amarração, de redes de contenção e de berços intermediários feitos sob medida, de forma a permitir o perfeito encaixe dos tubos e a perfeita distribuição de pesos e a evitar deslocamentos laterais (Anexo V, figura E e F).

§ 7º Todas as cargas devem estar amarradas com cabos de aço, correntes ou cintas com resistência total à ruptura correspondente a duas (2) vezes o peso da carga transportada, travados e contidos no chassi do veículo.

Art. 11. No transporte de perfis podem ser utilizados veículos com carroçarias convencionais ou com carroçarias dotadas de escoras laterais metálicas, perpendiculares ao plano do assoalho das mesmas e que ofereçam plena resistência aos esforços provocados pela carga, nas condições mais desfavoráveis. Os veículos devem possuir sistema de proteção frontal (Anexo III, figura A) ou a utilização de redes, telas ou malhas que impeçam a movimentação da carga no sentido longitudinal (Anexo III, figura B).

Parágrafo único. Em ambos os casos, os perfis devem estar firmemente amarrados à carroçaria do veículo através de cabos de aço, correntes ou cintas, com resistência total à ruptura por tração correspondente a duas (2) vezes o peso da carga transportada, nas extremidades e na parte central da carga (Anexo VI, figura A).

Art. 12. As barras, tarugos e vergalhões poderão ser transportados de forma individual, arrumados em rolos ou em feixes.

§ 1º Quando na forma de rolos, devem ser colocados com o eixo na horizontal, no sentido longitudinal da carroçaria, a qual deve ter suas guardas laterais interligadas entre si (lado esquerdo com lado direito), de forma a aumentar-lhes a resistência ao rompimento.

§ 2º Os rolos com diâmetro superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) poderão ser colocados com o eixo no sentido da largura da carroçaria, desde que devidamente escorados com calços apropriados, para evitar o seu deslocamento, devendo os rolos remontados serem interligados entre si.

§ 3º No transporte de barras ou vergalhões arrumados em feixes sobre o malhal e a cabine do veículo, só será obrigatória a utilização de cavalete intermediário afixado no assoalho da carroçaria, de forma a apoiar a parte central da carga, quando se tratar de ferragens pré-armadas (treliças).

§ 4º Quando as pontas das barras ou dos vergalhões excederem a parte posterior da carroçaria, devem ser dobradas em U, de forma a não se constituírem em material perfurante.

§ 5º Todas as cargas devem estar amarradas com cabos de aço, correntes ou cintas com resistência total à ruptura correspondente a duas (2) vezes o peso da carga transportada, travados e contidos no chassi do veículo (Anexo VI, figuras A e B).

Art. 13. Os lingotes metálicos poderão ser transportados em conjuntos, paletes ou pilhas amarrados e unitizados com fitas metálicas ou de forma individual sobre a carroçaria do veículo.

Parágrafo único. Devem ser amarrados à carroçaria do veículo por meio de cabos de aço, correntes, redes, telas ou cintas com resistência total à ruptura por tração de, no mínimo, o dobro do peso da carga.

Art. 14. O transporte de sucatas de metais poderá ser efetuado sob a forma de blocos compactados, peças isoladas de formatos diversos, emaranhados ou granéis.

§ 1º Todas as sucatas transportadas devem estar totalmente cobertas por lonas ou dispositivos similares, que devem cumprir os seguintes requisitos:

I - possibilidade de acionamento manual, mecânico ou automático;

II - estar devidamente ancorados à carroçaria do veículo;

III - cobrir totalmente a carga transportada de forma eficaz e segura;

IV - estar em bom estado de conservação, de forma a evitar o derramamento da carga transportada;

V - a lona ou dispositivo similar não deve prejudicar a eficiência dos demais equipamentos obrigatórios.

§ 2º No transporte de sucatas, o veículo deve possuir carroceria com guardas laterais:

I - Fechadas, cuja resistência e altura sejam suficientes para impedir o derramamento da carga, nas condições mais desfavoráveis; ou

II - Dotadas de telas metálicas com malha de altura e dimensões suficientes para impedir o derramamento do material transportado.

§ 3º No transporte, de granéis, não se admite que a carga ultrapasse a altura normal das guardas laterais da carroçaria.

§ 4º Peças isoladas ou blocos de grande porte que ofereçam risco de tombamento ou deslocamento devem ser convenientemente amarrados e travados com cabos de aço, correntes ou cintas, com resistência total à ruptura correspondente a duas (2) vezes o peso da carga transportada.

§ 5º O transporte de sucata em forma de granel será feita obrigatoriamente em carroçaria do tipo caçamba, não necessariamente basculante.

Art. 15. O transporte de minério a granel só poderá ser feito em vias públicas em caçambas metálicas, dotadas de dispositivo que iniba o derramamento de qualquer tipo de material ou resíduo em vias públicas, obedecidas ainda as seguintes regras:

I - Será obrigatória a utilização de lona para o transporte do minério a granel;

II - As caçambas usadas neste transporte serão dotadas obrigatoriamente de dispositivo para o transporte de minérios conforme o Anexo VII, figuras A e C:

a) rampas de retenção no assoalho, próximas à tampa traseira, para contenção de líquidos;

b) travas mecânicas de segurança destinadas a impedir a abertura acidental e proporcionar maior eficácia na vedação da tampa;

c) ressalto na parte interna da tampa traseira, margeando as bordas laterais e inferiores da caçamba, para permitir fechamento hermético.

III - As partes externas das caçambas e chassis dos veículos devem trafegar livres de todo e qualquer detrito que possa vir a se desprender ou ser arremessado na via contra veículos ou pessoas, conforme o Anexo VII, figura B.

Art. 16. O carvão acondicionado em sacos poderá ser transportado em caminhões com carroçarias convencionais, desde que atendidas as seguintes condições:

I - A carga não deve exceder a largura e o comprimento da carroçaria, nem as dimensões previstas nas normas do CONTRAN;

II - A carga não deve apresentar desalinhamento longitudinal ou vertical à carroçaria do veículo, de forma a comprometer sua estabilidade;

III - Quando ultrapassarem a altura das guardas laterais da carroçaria do veículo, limitada a 4,40 m (quatro metros e quarenta centímetros), as pilhas de sacos de carvão devem ser obrigatoriamente amarradas com cabos de aço, correntes ou cintas, com resistência total à ruptura por tração correspondente a 2 (duas) vezes o peso da carga transportada.

Art. 17. No transporte de carvão a granel, devem ser utilizados veículos dotados de carroçarias com guardas laterais fechadas ou guarnecidas de telas metálicas com malhas de dimensões tais que impeçam o derramamento do material transportado, obedecidas ainda as seguintes regras:

I - A carga não deve ultrapassar a altura das guardas laterais da carroçaria;

II - A parte superior da carga será, obrigatoriamente, protegida com lona fixada à carroçaria, de forma a impedir o derramamento da carga sobre a via.

Art. 18. Quando for necessário o uso de cabos de aço, correntes ou de cintas para amarrar a carga, estes devem possuir resistência total à ruptura por tração de, no mínimo, 2 (duas) vezes o peso da carga.

§ 1º Neste caso, os veículos devem estar equipados com molinetes, esticadores, catracas ou tambores com resistência idêntica à dos cabos, correntes ou cintas.

§ 2º Os pontos de fixação dos dispositivos de amarração devem ser afixados nas longarinas ou chassi do veículo.

§ 3º Sempre que forem utilizadas cintas têxteis, estas devem atender à Norma NBR 15.883.

§ 4º É responsabilidade do condutor verificar periodicamente durante o percurso o tensionamento dos dispositivos de amarração da carga, e reapertá-los quando necessário.

Art. 19. Para o transporte de peças indivisíveis que necessitem de veículos com peso bruto ou dimensões superiores aos previstos na legislação de trânsito, será necessária a obtenção, junto à autoridade com jurisdição sobre a via, da Autorização Especial de Trânsito, de que tratam o CTB e suas Resoluções.

Art. 20. O descumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará o infrator à aplicação das sanções previstas no art. 171, nos incisos IX e X do art. 230, na alínea a do inciso II e o inciso IV do art. 231 e no art. 235 do CTB.

Art. 21. O proprietário será responsável pelos danos que seu veículo venha a causar à via, à sua sinalização e a terceiros, como também responderá integralmente pela utilização indevida de vias e pelos danos ambientais que vier a provocar.

Art. 22. Os Anexos desta Resolução encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 23. Os requisitos desta Resolução serão exigidos a partir de 1º de janeiro de 2019, quando ficarão revogadas as Resoluções CONTRAN nº 293/2008, nº 494/2014 e nº 591/2016, sendo facultado antecipar sua adoção total ou parcial.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 702, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015, que dispõe sobre os requisitos mínimos para a circulação de veículos com dimensões excedentes aos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme o decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a necessidade de atualização da normativa e extensão das exigências técnicas dos materiais retrorrefletivos exigidos dos fabricantes e encarroçadores;

Considerando a garantia de qualidade e segurança proporcionada pelas exigências técnicas para os níveis de retrorrefletividade, luminância, cromaticidade e durabilidade dos materiais refletivos das placas;

Considerando a melhora da fiscalização com a exigência de Certificado de Conformidade do Material e o Código de Identificação incorporado ao material refletivo das placas de sinalização;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.003339/2017-53, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015, com objetivo de atualizar os requisitos técnicos dos materiais retrorrefletivos das placas de sinalização dos veículos.

Art. 2º O Anexo desta Resolução substitui os Anexos I, II, III, IV e V da Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015, com a redação dada pela Resolução CONTRAN nº 610, de 24 de maio de 2016, e acrescenta o Anexo VI.

Art. 3º Os Anexos desta Resolução encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 703, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece requisitos para o desempenho e a fixação de espelhos retrovisores.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a necessidade de atualização dos critérios de campo de visão do espelho retrovisor externo dos veículos, alinhando-os com os critérios internacionais; e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.113767/2016-11, resolve:

Art. 1º Estabelecer requisitos para o desempenho e a fixação de espelhos retrovisores.

Art. 2º Os espelhos retrovisores de automóveis, utilitários, camionetas, ônibus, micro-ônibus, caminhonetes, caminhões, caminhões tratores e motor-casa devem observar os requisitos estabelecidos nos anexos desta Resolução.

Parágrafo único. Os requisitos constantes nesta Resolução aplicar-se-ão aos novos projetos de veículos produzidos ou importados 5 (cinco) anos a partir da data de publicação desta Resolução e 7 (sete) anos a partir da data de publicação para todos os veículos em produção, sendo facultado antecipar a sua adoção total ou parcial.

Art. 3º Serão admitidos espelhos retrovisores que atendam o Regulamento Técnico das Nações Unidas ECE R46 série 4 ou versões posteriores ou a Normativa Americana FMVSS 111 ou versões posteriores.

Art. 4º Os Anexos desta Resolução encontram-se no sítio eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções CONTRAN nº 226, de 09 de fevereiro de 2007 e nº 43, de 21 de maio de 1998, a partir dos prazos estabelecidos no parágrafo único do art. 2º desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

RESOLUÇÃO Nº 704, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece padrões e critérios para sinalização semafórica com sinal sonoro para travessia de pedestres com deficiência visual.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando que o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito;

Considerando a necessidade de definir requisitos para implantação de mecanismos que sirvam de guia ou orientação para travessia na via pública de pessoas com deficiência visual ou com mobilidade reduzida, exigidos na forma prevista no Art. 9º da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Art. 17 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

Considerando que o Parágrafo Único, do Art. 9º, da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispõe que os semáforos para pedestres instalados em vias públicas de grande circulação, ou que deem acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave para orientação do pedestre;

Considerando a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.051045/2010-61, resolve:

Art. 1º Estabelecer padrões e critérios para sinalização semafórica com sinal sonoro para travessia de pedestres com deficiência visual.

Art. 2º O semáforo com sinal sonoro destinado a informar às pessoas com deficiência visual os períodos de verde, de vermelho intermitente e de vermelho fixo dos semáforos de pedestres deve operar segundo os padrões e critérios definidos nesta Resolução.

Art. 3º Para fins desta Resolução, define-se:

I - Semáforo com sinal sonoro: sinalização semafórica de regulamentação equipada com foco de pedestres e botoeira sonora para auxílio à travessia de pessoas com deficiência visual;

II - Botoeira sonora: dispositivo que emite sinais sonoros, visuais e vibratórios (localização, advertência e instrução) para auxiliar a travessia de pedestres, em especial as pessoas com deficiência visual;

III - Modo sonoro: modo de operação em que a botoeira sonora funciona com os dispositivos sonoros, visuais e vibratórios ativados;

IV - Sinalização de localização: composta de sinal sonoro de localização e sinal visual de localização que auxilia a orientação do pedestre quanto à localização física da botoeira sonora na via;

V - Sinal sonoro: som ou conjunto de sons que permitem a compreensão da informação pela audição;

VI - Sinal sonoro de localização: indica a localização física da botoeira sonora na via;

VII - Sinal sonoro de travessia: consiste no conjunto de sons emitidos durante os tempos de verde, vermelho intermitente e no início do vermelho na travessia dos pedestres;

VIII - Sinal visual: luz ou conjunto de luzes que permite a compreensão da informação pela visão;

IX - Sinal visual de localização: luz intermitente que indica a localização física da botoeira sonora na via;

X - Sinal visual de demanda: luz contínua que indica que a solicitação de travessia foi acionada;

XI - Sinal vibratório: vibração ou conjunto de vibrações que permite a compreensão da informação pelo tato;

XII - Mensagem verbal: sentença completa, na forma ativa e imperativa, que transmite instrução ou advertência, podendo ser digitalizada ou sintetizada.

Art. 4º O semáforo com sinal sonoro deve ser dotado de botoeira sonora, conforme especificado no Art. 5º desta Resolução.

Parágrafo único. O semáforo com sinal sonoro deve ter sua localização sempre identificada por sinalização tátil direcional e de alerta, em conformidade com as normas técnicas brasileiras de acessibilidade.

Art. 5º A botoeira sonora deve atender as seguintes condições:

I - possuir dispositivos que emitam sinais visuais, sonoros e vibratórios integrados;

II - possuir dispositivo sonoro que atenda as caraterísticas previstas no Art. 6º desta Resolução;

III - a botoeira sonora deve emitir mensagem verbal indicando que o usuário deve pressionar o botão de acionamento por 3 segundos para ativação do modo sonoro, sempre que o botão for acionado por tempo inferior a este e o modo sonoro não estiver ativado;

IV - possuir dispositivo que emita sinal visual de localização e sinal visual de demanda de cor azul;

V - possuir dispositivo que emita sinal vibratório instalado na sua parte frontal, preferencialmente com a utilização do botão de acionamento como elemento de vibração;

VI - possuir um botão com diâmetro mínimo de 40 mm;

VII - o botão deve estar posicionado a altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso, medido do centro do botão ao piso acabado;

VIII - o botão deve ter cor contrastante com o corpo da botoeira, respeitadas as condições definidas na norma ABNT NBR 9050 para sinalização e textos informativos;

IX - ser dotada de sinalização de localização conforme características e regras de funcionamento disciplinadas nos artigos 6º e 7º desta Resolução;

X - deve possuir sistema de proteção contra choques elétricos;

XI - o sinal visual de localização e de demanda deve estar disposto acima ou ao redor do botão, de modo que a sua visualização não seja obstruída no momento de seu acionamento.

§ 1º A sinalização de localização de que trata o inciso IX deste Artigo, deve possuir, além das características sonoras definidas no Art. 6º, sinal visual de localização visível sob insolação direta, com mesma intermitência do sinal sonoro de localização, com alcance visual no plano horizontal de no mínimo 120º, instalado na parte frontal da botoeira sonora;

§ 2º O sinal vibratório de que trata o inciso V deste Artigo deve corresponder a uma vibração na frequência entre 100 Hz a 200 Hz;

§ 3º A botoeira sonora deve permitir que o modo sonoro seja desligado em horários pré-determinados pelo órgão executivo de trânsito local e/ou em caso de conflito;

§ 4º Entende-se como caso de conflito:

I - o desligamento do semáforo;

II - a entrada em modo de amarelo intermitente do foco veicular;

III - outras situações a serem analisadas e justificadas pelo órgão de trânsito com circunscrição sobre a via.

§ 5º A botoeira sonora pode ser complementada com:

I - uma placa em escrita braile compatível com a mensagem sonora definida no inciso III deste Artigo, posicionada no topo do seu corpo;

II - dispositivo sonoro auxiliar separado do seu corpo, voltado para a travessia, funcionando em conjunto com o dispositivo sonoro principal.

Art. 6º Os sinais sonoros devem ter as seguintes características:

I - podem ser digitalizados ou sintetizados;

II - ter intensidade de 10 dBA acima do ruído momentâneo mensurado no local pela própria botoeira, obedecidos os limites máximos de emissão sonora conforme legislação vigente;

III - ter intermitência, duração e frequência em onda senoidal, conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Especificação de sinais sonoros

Momento	Intermitência	Duração	Frequência
Para o sinal sonoro de localização.	0,5 Hz (1 ciclo a cada 2 s)	60 ms (± 2 ms)	950 Hz (± 10 Hz)
Para o sinal sonoro de início do tempo de travessia (silvo inicial do tempo de verde do foco do pedestre).	1 pulso único, antecedendo o sinal sonoro de travessia.	160 ms (± 5 ms)	2000 Hz (± 10 Hz), decrescendo gradativamente até 500 Hz (± 10 Hz)
Para o sinal sonoro de travessia (tempo de verde do foco de pedestre).	1 Hz (1 ciclo/s)	160 ms (± 5 ms)	Frequência Modulada: 2000 Hz (± 10 Hz) + 500 Hz (±10 Hz)
Para o sinal sonoro de advertência de encerramento de travessia (tempo de vermelho intermitente do foco de pedestre).	2 Hz (2 ciclo/s)	160 ms (± 5 ms)	Frequência Modulada: 2000 Hz (± 10 Hz) + 500 Hz (±10 Hz)

IV - Quando cada sinal sonoro for reproduzido, o mesmo não deve ser iniciado ou finalizado em volume máximo, sendo:

a) dentro dos primeiros 05 (cinco) ms reproduzidos de cada pulso, o volume deve iniciar em zero e progressivamente aumentar até o volume máximo da reprodução;

b) antes de finalizar a reprodução, nos últimos 10% do tempo restante, o volume de cada pulso deve cair progressivamente até zero.

Parágrafo único. Os arquivos digitais com os sons a serem utilizados no semáforo sonoro estão disponíveis no site do DENATRAN.

Art. 7º O semáforo com sinal sonoro deve operar atendendo as seguintes regras de funcionamento:

I - A sinalização de localização deve funcionar com:

a) sinal de localização sonoro, que deve estar ativo sempre que não estiver em curso a mensagem verbal, ou o sinal sonoro de travessia;

b) sinal de localização visual, que deve estar ativo de modo intermitente sempre que não houver demanda registrada para a travessia de pedestres;

II - O sinal sonoro de travessia somente deve ser ativado quando pressionado por mais de 3 (três) segundos;

III - Acionada a botoeira sonora por menos de 3 (três) segundos, e se a programação do semáforo sonoro assim permitir, deve ser registrada a demanda da travessia de pedestres sem ativação do modo sonoro, devendo ser emitidos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) Sinal visual, aceso de modo contínuo até o início do tempo de verde destinado aos pedestres;

b) Mensagem verbal, informando que o botão deve ser pressionado por 3 (três) segundos para ativar o modo sonoro de travessia.

IV- Acionada a botoeira sonora por 3 (três) segundos ou mais, deve-se:

a) registrar a demanda da travessia de pedestres com a ativação do modo sonoro;

b) emitir sinal visual, aceso de modo contínuo até o início do tempo de verde destinado aos pedestres;

c) emitir sinal vibratório, ativo enquanto o botão estiver sendo pressionado, limitado a uma duração máxima de 3 (três) segundos;

d) emitir mensagem verbal, informando ao pedestre que a demanda foi registrada e que aguarde o tempo de verde destinado à sua travessia, exceto quando o modo sonoro de travessia estiver ativado, conforme estabelecido no Anexo desta Resolução.

V - O sinal sonoro de travessia reproduzido durante o tempo de verde e de vermelho intermitente do pedestre não deve ser interrompido por outro sinal sonoro ou mensagem verbal sob qualquer hipótese;

VI - Se o botão for acionado durante a reprodução do sinal sonoro de travessia nos tempos de verde, ou vermelho intermitente do pedestre, a mensagem sonora deve ser reproduzida somente quando iniciar o tempo de vermelho para os pedestres;

VII - Demandado o modo sonoro no tempo de verde ou de vermelho intermitente do pedestre, o seu acionamento deve ocorrer somente no próximo tempo de verde do pedestre.

§ 1º As regras de funcionamento para programação do semáforo com sinal sonoro devem atender ao disposto no Anexo desta Resolução.

§ 2º Em nenhuma hipótese, a botoeira sonora deve emitir qualquer sinal sonoro ou mensagem que conflite com a indicação luminosa apresentada pelo foco de pedestres que está sinalizando.

§ 3º As mensagens verbais podem ser gravadas com os seguintes textos, sem prejuízo às mensagens que o órgão de trânsito com circunscrição sobre a via deseje implementar a fim de conferir maior segurança à travessia de pedestre:

I - "PRESSIONE POR TRÊS SEGUNDOS PARA MODO SONORO"

II - "TRAVESSIA SOLICITADA. AGUARDE."

§ 4º As mensagens dispostas no §3º devem ser complementadas, sempre que necessário, com mensagem verbal para alertar o pedestre acerca de situações específicas de travessia, tais como a travessia em duas ou mais etapas, presença de ciclofaixa ou ciclovia, faixa exclusiva de ônibus, entre outras.

§ 5º Opcionalmente, mensagens verbais de caráter informativo relativas à orientação da travessia podem ser emitidas após o acionamento do modo sonoro, de modo a comunicar ao pedestre acerca de outras situações, como, por exemplo, nomes de ruas.

§ 6º Fica proibido o uso de mensagens publicitárias e/ou propaganda.

Art. 8º O dimensionamento dos tempos dos semáforos dotados do dispositivo sonoro deve considerar as características específicas do fluxo de pedestres com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O intervalo de vermelho geral deve ter duração mínima de 1 (um) segundo, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume V - Sinalização Semafórica.

Art. 9º Quando utilizado o sinal A-32b - "Passagem sinalizada de pedestres" ou o sinal A-33b - "Passagem sinalizada de escolares" -, estes podem ser complementados com a informação "TRAVESSIA DE CEGOS".

Art. 10. Devem ser respeitadas as demais disposições apresentadas nos Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e as normas técnicas brasileiras de acessibilidade.

Art. 11. O semáforo sonoro deve permanecer desativado nos casos em que a sinalização semafórica veicular estiver operando em amarelo intermitente e/ou nos casos em que o foco do pedestre estiver desligado.

Art. 12. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via deve adotar as providências necessárias para a instalação de novos semáforos sonoros e para a adequação daqueles existentes que estiverem em desacordo com o determinado nesta Resolução, até 31 de dezembro de 2019.

Art. 13. Fica alterado o item 7 da Resolução Contran nº 160, de 22 de abril de 2004, de modo a incluir o Quadro 1 (Especificação de sinais sonoros) apresentado no Art. 6º desta Resolução.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

ANEXO

REGRAS DE FUNCIONAMENTO PARA PROGRAMAÇÃO DO SEMÁFORO COM SINAL SONORO

A seguir estão descritas as regras de funcionamento do semáforo com sinal sonoro, relativas aos modos sonoros não ativado e ativado.

1.Modo Sonoro Não Ativado

A descrição de funcionamento encontra-se resumida no Quadro I.

1.1. Botão não pressionado

1.1.1. oco de Pedestres em Vermelho Fixo

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado;

b)Sinal Visual de Localização: Ativado, piscando na intermitência de 0,5 Hz;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Desativado;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.1.2. Foco de Pedestres em Verde

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado;

b)Sinal Visual de Localização: Ativado, piscando na intermitência de 0,5 Hz;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Desativado;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.1.3. Foco de Pedestres em Vermelho Intermitente

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado;

b)Sinal Visual de Localização: Ativado, piscando na intermitência de 0,5 Hz;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Desativado;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.2. Botão pressionado por tempo inferior a três segundos

1.2.1. Foco de Pedestres em Vermelho Fixo

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada, "Para modo sonoro pressione o botão por três segundos";

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco do pedestre fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.2.2. Foco de Pedestres em Verde

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Ativado, piscando na intermitência de 0,5 Hz. Não deve acender de modo contínuo, pois não deve aceitar armazenamento de demanda;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada, "Para modo sonoro, pressione o botão por três segundos";

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Desativado;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.2.3. Foco de Pedestres em Vermelho Intermitente

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada, "Para modo sonoro pressione o botão por três segundos";

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Ativado até que o foco de pedestre fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.3. Botão pressionado por tempo igual ou superior a três segundos

1.3.1. Foco de Pedestres em Vermelho Fixo

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada, "Travessia solicitada. Aguarde.";

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestre fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Ativado enquanto pressionado até o tempo máximo de 3 (três) segundos;

g)Essa função deve aguardar a mudança do foco de pedestres para o verde para iniciar o sinal sonoro de travessia.

1.3.2. Foco de Pedestres em Verde

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada, "Travessia solicitada. Aguarde";

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Ativado enquanto pressionado até o tempo máximo de 3 (três) segundos;

g)Essa função deve registrar a demanda solicitada para envio durante o tempo de vermelho intermitente do foco de pedestres. Deve também iniciar automaticamente o procedimento sonoro de travessia no próximo foco verde de pedestre.

1.3.3. Foco de Pedestres em Vermelho Intermitente

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b) Sinal Visual de Localização: Desativado;

c) Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d) Mensagem Verbal: Ativada "Travessia solicitada. Aguarde.";

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Ativado enquanto pressionado até o tempo máximo de 3 (três) segundos;

g)Essa função deve aguardar a mudança do foco de pedestres para o verde para iniciar o sinal sonoro de travessia.

2. Modo Sonoro Ativado

A descrição de funcionamento encontra-se resumida no Quadro II.

2.1. Botão não pressionado

2.1.1. Foco de Pedestres em Vermelho Fixo

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado;

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

2.1.2. Foco de Pedestres em Verde

a)Sinal Sonoro de Localização: Desativado;

b)Sinal Visual de Localização: Ativado piscando na intermitência de 0,5 Hz;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Ativado indicando sinal de travessia;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Demanda: Desativado;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.1.1.Foco de Pedestres em Vermelho Intermitente

a)Sinal Sonoro de Localização: Desativado;

b)Sinal Visual de Localização: Ativado piscando na intermitência de 0,5 Hz;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Ativado indicando sinal de advertência de encerramento de travessia;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Solicitação de Demanda: Desativado;

f)Demanda: Desativada;

g)Sinal Vibratório: Desativado.

1.2. Botão pressionado por tempo inferior a três segundos

1.2.1.Foco de Pedestres em Vermelho Fixo

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada "Travessia solicitada. Aguarde.";

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Desativado.

1.2.2.Foco de Pedestres em Verde

a)Sinal Sonoro de Localização: Desativado;

b)Sinal Visual de Localização: Ativado piscando na intermitência de 0,5 Hz;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Ativado indicando o sinal de travessia;

d)Mensagem Verbal: Desativada;

e)Sinal Visual de Demanda: Desativado;

f)Sinal Vibratório: Desativado;

g)Essa função deve ignorar a solicitação de demanda para o controlador semafórico.

1.2.3.Foco de Pedestres em Vermelho Intermitente

a)Sinal Sonoro de Localização: Desativado;

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Ativado indicando sinal de advertência de encerramento de travessia;

d)Mensagem Verbal: Desativada, a fim de evitar sobreposição de sons com o sinal sonoro em andamento (ver alínea g);

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo continuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Desativado;

g)Ao iniciar o próximo tempo de vermelho do foco de pedestre, deve-se emitir a mensagem verbal informando a necessidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de pressionar o botão por no mínimo 3 (três) segundos para ativar o modo sonoro.

1.3. Botão pressionado por tempo igual ou superior a três segundos

1.3.1.Foco de Pedestres em Vermelho Fixo

a)Sinal Sonoro de Localização: Ativado (interrompido durante a veiculação de mensagem);

b)Sinal Visual de Localização: Desativado;

c)Sinal Sonoro de Travessia: Desativado;

d)Mensagem Verbal: Ativada "Travessia solicitada. Aguarde.";

e)Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f)Sinal Vibratório: Ativado enquanto pressionado, até o tempo máximo de 3 (três) segundos;

g)Essa função deve aguardar a mudança do foco de pedestres para o verde para iniciar o sinal sonoro de travessia.

1.3.2. Foco de Pedestres em Verde

a) Sinal Sonoro de Localização: Desativado;

b) Sinal Visual de Localização: Desativado;

c) Sinal Sonoro de Travessia: Ativado indicando o sinal de travessia;

d) Mensagem Verbal: Desativada, a fim de evitar sobreposição de sons com sinal sonoro em andamento;

e) Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestres fique na cor verde;

f) Sinal Vibratório: Ativado enquanto pressionado até o tempo máximo de 3 (três) segundos;

f) Essa função deve aguardar a próxima mudança de foco do pedestre para a luz vermelha e atuar no controlador semafórico (se este permitir) para demandar o tempo de pedestre. Deve iniciar automaticamente o procedimento sonoro de travessia no próximo tempo de verde do pedestre;

g) Essa função deve emitir, no início do tempo de vermelho do foco de pedestre, mensagem verbal informando que travessia foi demandada e solicitar ao pedestre aguardar.

1.3.3. Foco de Pedestres em Vermelho Intermitente

a) Sinal Sonoro de Localização: Desativado;

b) Sinal Visual de Localização: Desativado;

c) Sinal Sonoro de Travessia: Ativado indicando o sinal de advertência de enceramento de travessia;

d) Mensagem Verbal: Desativada, a fim de evitar sobreposição de sons com o sinal sonoro em andamento (ver alínea g);

e) Sinal Visual de Demanda: Ativado de modo contínuo até que o foco de pedestre fique na cor verde;

f) Sinal Vibratório: Ativado enquanto pressionado, até o tempo máximo de 3 (três) segundos;

Essa função deve aguardar a próxima mudança de foco do pedestre para a luz vermelha e atuar no controlador semafórico (se este permitir) para demandar o tempo de pedestre. Deve iniciar automaticamente o procedimento sonoro de travessia no próximo tempo de verde do pedestre;

g) Essa função deve emitir, no início do tempo de vermelho do foco de pedestre, mensagem verbal informando que travessia foi demandada e solicitar ao pedestre aguardar.

QUADRO I - REGRA DE FUNCIONAMENTO MODO SONORO NÃO ATIVADO

1 - MODO SONORO NÃO ATIVADO										
BOTÃO		1.1 BOTÃO NÃO PRESSIONADO			1.2 BOTÃO PRESSIONADO TEMPO < 3 s			1.3 BOTÃO PRESSIONADO TEMPO >= 3 s		
INDICAÇÃO LUMINOSA DO PEDESTRE		1.1.1. VERMELHO FIXO	1.1.2. VERDE	1.1.3. VERMELHO INTERMITENTE	1.2.1 VERMELHO FIXO	1.2.2 VERDE	1.2.3. VERMELHO INTERMITENTE	1.3.1. VERMELHO FIXO	1.3.2. VERDE	1.3.3. VERMELHO INTERMITENTE
LOCALIZAÇÃO	SONORO	ATIVADO*	ATIVADO*	ATIVADO*	ATIVADO (1)	ATIVADO (1)	ATIVADO (1)	ATIVADO (1)	ATIVADO (1)	ATIVADO (1)
	VISUAL	ATIVADO*	ATIVADO*	ATIVADO*	-	ATIVADO*	-	-	-	-
SONORO	TRAVESSIA INICIADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CONCLUIR TRAVESSIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MENSAGEM VERBAL	PARA MODO SONORO PRESSIONE O BOTÃO POR 3 SEGUNDOS	-	-	-	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO	-	-	-
	TRAVESSIA SOLICITADA AGUARDE	-	-	-	-	-	-	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO
VISUAL DE DEMANDA	DEMANDA SOLICITADA	-	-	-	ATIVADO	-	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO
VIBRATÓRIO	ALERTA	-	-	-	-	-	-	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO

LEGENDA:

(*) SINAL EM CURSO

(1) SINAL SONORO ATIVADO INTERROMPIDO DURANTE VEICULAÇÃO DE MENSAGEM

QUADRO II - REGRA DE FUNCIONAMENTO MODO SONORO ATIVADO

2 - MODO SONORO ATIVADO (demanda já solicitada)										
BOTÃO		2.1. BOTÃO NÃO PRESSIONADO			2.2. BOTÃO PRESSIONADO TEMPO < 3 s			2.3. BOTÃO PRESSIONADO TEMPO >= 3 s		
INDICAÇÃO LUMINOSA DO PEDESTRE		2.1.1. VERMELHO FIXO	2.1.2. VERDE	2.1.3. VERMELHO INTERMITENTE	2.2.1. VERMELHO FIXO	2.2.2. VERDE	2.2.3. VERMELHO INTERMITENTE	2.3.1. VERMELHO FIXO	2.3.2. VERDE	2.3.3. VERMELHO INTERMITENTE
LOCALIZAÇÃO	SONORO	ATIVADO* (1)	-	-	ATIVADO* (1)	-	-	ATIVADO* (1)	-	-
	VISUAL	-	ATIVADO*	ATIVADO*	-	ATIVADO*	-	-	-	-
SONORO	TRAVESSIA INICIADA	-	ATIVADO*	-	-	ATIVADO*	-	-	ATIVADO*	-
	CONCLUIR TRAVESSIA	-	-	ATIVADO*	-	-	ATIVADO*	-	-	ATIVADO*
MENSAGEM VERBAL	PARA MODO SONORO PRESSIONE O BOTÃO POR 3 SEGUNDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TRAVESSIA SOLICITADA AGUARDE	--	-	-	ATIVADO*	-	-	ATIVADO	-	-
VISUAL DE DEMANDA	DEMANDA SOLICITADA	ATIVADO*	-	-	ATIVADO*	-	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO
VIBRATÓRIO	ALERTA	-	-	-	-	-	-	ATIVADO	ATIVADO	ATIVADO

LEGENDA:

(*) SINAL EM CURSO

(1) SINAL SONORO ATIVADO INTERROMPIDO DURANTE VEICULAÇÃO DE MENSAGEM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 705, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Acrescenta o art. 6º-A à Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, incisos I e X, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

onsiderando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.009330/2017-56, resolve:

Art. 1° Acrescentar o art. 6º-A à Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, com a seguinte redação:

"Art. 6º-A Quando da mudança de categoria, o retorno à categoria anterior dar-se-á assim que cessar a ação causadora da mudança, devendo o condutor submeter-se aos exames previstos para a renovação da referida categoria."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do passaporte
Sérgio Silveira Banhos	Ofício n. 4291 AIN, de 14 de setembro de 2017.	Tribunal Superior Eleitoral	02 anos
Isabel Rodrigues Paes de Andrade Banhos	Ofício n. 4291 AIN, de 14 de setembro de 2017.	Tribunal Superior Eleitoral	02 anos

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 403, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o que consta no Processo nº 48000.001318/2008-08, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, a Metodologia para o Cálculo do Benefício Indireto de Novas Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, que possuam reservatório de regularização mensal.

Art. 2º Na aplicação do disposto nesta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

I - Benefício Indireto - BI: montante de energia atribuído a Usina Hidrelétrica por proporcionar acréscimos ou decréscimos de energia no conjunto de empreendimentos que se encontram a jusante em função de regularização mensal, em MW médio; e

II - Volume Útil: obtido pela diferença do volume correspondente ao Nível d"Água máximo normal de montante pelo volume correspondente ao Nível d"Água mínimo normal de montante, expresso em hm^3.

Art. 3º O Benefício Indireto - BI da Usina Hidrelétrica "a" será calculado a partir da seguinte fórmula:

IMAGEM 1_MME_18_01

Sendo:

$$BI = \frac{\left(\sum_{j=1}^{n_j} EF_j^{cR} - \sum_{j=1}^{n_j} EF_j^{sR}\right)}{\sum_{h=1}^{n_h} EF_h^{cR}} \times EH^{cR}$$

BI (MW médio): benefício indireto obtido no conjunto de Usinas Hidrelétricas a jusante da Usina Hidrelétrica "a" decorrente de sua capacidade de regularização mensal;

j - Usina Hidrelétrica "j" a jusante da Usina Hidrelétrica "a" na cascata;

n_j - número de Usinas Hidrelétricas a jusante da Usina Hidrelétrica "a" na cascata;

h - Usina Hidrelétrica da configuração de referência;

n_h - número de Usinas Hidrelétricas na configuração de referência;

EF_j^{cR} (MW médio): energia firme da Usina "j" quando a Usina "a" está modelada com capacidade de regularização mensal, na configuração de referência, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

EF_j^{sR} (MW médio): energia firme da Usina "j" quando a Usina "a" está modelada sem capacidade de regularização mensal, na configuração de referência, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

EF_h^{cR} (MW médio): energia firme da Usina "h" quando a Usina "a" está modelada com capacidade de regularização mensal, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la; e

EH^{cR} (MW médio): oferta hidráulica da configuração de referência na qual a Usina "a" está modelada com capacidade de regularização mensal, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

(*)N.da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 17-10-2017, Seção 1, páginas 39, com incorreção

PORTARIA Nº 406, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o que consta no Processo nº 48000.001234/2010-81, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, os Fatos Relevantes e a Metodologia para a Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia de Usina Hidrelétrica Despachada Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Art. 2º Na aplicação do disposto nesta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

I - Agente: titular de autorização ou concessão para gerar energia a partir do empreendimento;

II - Empreendimento: Usina de Geração Hidrelétrica Despachada Centralizadamente no SIN; e

III - Benefício Indireto - BI: montante de energia atribuído a Usina Hidrelétrica por proporcionar acréscimos ou decréscimos de energia no conjunto de empreendimentos que se encontram a jusante em função de regularização mensal, em MW médio.

Art. 3º Para fins de Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia são considerados os empreendimentos outorgados mediante autorização ou contrato de concessão.

Art. 4º É considerado Fato Relevante, para motivação da Revisão Extraordinária de que trata esta Portaria, nos termos do art. 21, § 4º, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, a apresentação de alterações comprovadas em uma ou mais características técnicas do empreendimento, listadas a seguir:

I - Potência Instalada: capacidade bruta (MW) da central geradora para fins de outorga, regulação e fiscalização, definida em ato próprio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - Perdas Hidráulicas Nominais do Circuito Adutor (m): é o somatório das perdas de carga calculadas em cada trecho do circuito adutor de geração, nas condições nominais de queda bruta e vazão;

III - Rendimento Nominal da Turbina (%): é aquele decorrente de sua operação em condições nominais de queda líquida, vazão turbinada e limitação de abertura do distribuidor;

IV - Rendimento Nominal do Gerador (%): é aquele decorrente de sua operação em condições nominais de tensão, corrente e temperatura, descontadas as perdas elétricas e mecânicas inerentes à sua operação em condições nominais (perdas no cobre, ferro, ventilação, excitação e mancais);

V - Queda Líquida Nominal (m): é obtida pela diferença entre a queda bruta nominal (nível máximo normal montante subtraído do nível máximo normal jusante) e as perdas hidráulicas nominais calculadas ao longo do circuito adutor; e

VI - Número de Unidades Geradoras.

§ 1º Na ocorrência de alterações no rendimento nominal da turbina ou do gerador do empreendimento, o agente deverá apresentar uma tabela contendo as características da curva colina da turbina.

§ 2º Excepcionalmente, caberá ao Ministério de Minas e Energia determinar se os casos não contemplados nos incisos I a VI representam fatos relevantes para a Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia.

§ 3º A ocorrência de fatos relevantes não contemplados nos incisos I a VI deverá ser revestida do caráter extraordinário de que trata esta Portaria.

§ 4º Todas as solicitações de Revisão Extraordinária devem estar acompanhadas dos relatórios técnicos, econômicos e ambientais que justifiquem as alterações das características técnicas do empreendimento.

§ 5º Somente serão consideradas alterações de características técnicas de empreendimentos que tenham sido devidamente homologadas pelos órgãos competentes ou que decorram de ato do poder público.

§ 6º As hipóteses não contempladas neste artigo serão avaliadas nas Revisões Ordinárias de Garantia Física de Energia, estabelecidas no Decreto nº 2.655, de 1998.

Art. 5º Para fins de Revisão Extraordinária da parcela da garantia física de energia referente ao benefício indireto, é considerado fato relevante, nos termos do art. 21, § 4º, do Decreto nº 2.655, de 1998, a apresentação de alterações comprovadas em uma ou mais características técnicas do empreendimento, listadas a seguir:

I - Volume Útil: é obtido pela diferença do volume correspondente ao Nível d"Água máximo normal de montante pelo volume correspondente ao Nível d"Água mínimo normal de montante, expresso em hm^3; e

II - Tipo de Regularização.

Parágrafo único. Somente serão consideradas alterações de características técnicas de empreendimentos que tenham sido devidamente homologadas pelos órgãos competentes ou que decorram de ato do poder público.

Art. 6º As características técnicas referidas nos arts. 4º e 5º deverão ser aprovadas ou homologadas por meio de atos próprios a serem emitidos pela ANEEL.

Art. 7º As revisões decorrentes de alterações de características técnicas de que tratam os arts. 4º e 5º deverão ser solicitadas pelo agente à ANEEL, que as encaminhará ao Ministério de Minas e Energia.

§ 1º A qualquer tempo, a ANEEL poderá notificar ao Ministério de Minas e Energia, para avaliação, a ocorrência de fato que considere relevante, desde que devidamente comprovado.

§ 2º Quando ocorrer solicitação de Revisão de Garantia Física de Energia por parte do agente, a ANEEL deverá notificar o Ministério de Minas e Energia sobre a existência do pedido e de sua motivação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º As Revisões Extraordinárias dos Montantes de Garantia Física de Energia serão realizadas até duas vezes por ano e o bloco de empreendimentos passíveis de terem suas garantias físicas revistas será definido pelo Ministério de Minas e Energia até 30 de março e/ou até 30 de setembro de cada ano.

Parágrafo único. Excepcionalmente para 2017, será definido, até 31 de outubro, um bloco de empreendimentos passíveis de terem suas garantias físicas revistas em razão da apresentação de alterações de características técnicas nos termos do art. 5º.

Art. 9º A Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia será estabelecida adotando-se a Metodologia descrita a seguir:

I - GF0 (MW médio): garantia física de energia do empreendimento obtida a partir da Configuração de Referência CRA0, empregando-se a metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

II - GF1 (MW médio): garantia física de energia do empreendimento obtida a partir da Configuração de Referência CRA1, empregando-se a metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la. Na determinação da GF1 deve-se buscar igualar os Custos Marginais de Operação - CMOs obtidos no cálculo de GF0;

III - GF1* (MW médio): garantia física de energia do empreendimento obtida a partir da Configuração de Referência CRA1*, empregando-se a metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la. Na determinação da GF1* deve-se buscar igualar os Custos Marginais de Operação - CMOs obtidos no cálculo de GF0;

IV - ΔGF_{local} (MW médio): ganho ou redução de garantia física de energia local para os empreendimentos enquadrados apenas nas hipóteses do art. 4º, sendo resultante da diferença entre GF1 e GF0, conforme fórmula 1:

$\Delta GF_{local} = GF1 - GF0$ (1)

V - GF_{nova} (MW médio): novo montante de garantia física de energia para os empreendimentos enquadrados apenas nas hipóteses do art. 4º, obtido a partir da fórmula 2:

$GF_{nova} = GF_{vigente} + \Delta GF_{local}$ (2)

VI - ΔGF_{local_BI} (MW médio): ganho ou redução de garantia física de energia local para os empreendimentos enquadrados nas hipóteses do art. 5º ou nas hipóteses dos arts. 4º e 5º, sendo resultante da diferença entre GF1* e GF0, conforme fórmula 3:

$\Delta GF_{local\_BI} = GF1^* - GF0$ (3)

VII - ΔBI (MW médio): ganho ou redução de benefício indireto para os empreendimentos enquadrados nas hipóteses do art. 5º ou nas hipóteses dos arts. 4º e 5º, sendo resultante da diferença entre BI_{CRA1*} e BI_{CRA0}, conforme fórmulas 4, 5 e 6:

$\Delta BI = BI_{CRA1*} - BI_{CRA0}$ (4)

IMAGEM 1_MME_18_02

$$BI_{CRA0} = \frac{(\Sigma_{j=1}^{n_j} EF_j^{cR,CRAo} - \Sigma_{j=1}^{n_j} EF_j^{sR,CRAo})}{\Sigma_{h=1}^{n_h} EF_h^{cR,CRAo}} \; x \; EH^{cR,CRA0} \quad (5)$$

$$BI_{CRA1^*} = \frac{(\Sigma_{j=1}^{n_j} EF_j^{cR,CRA1^*} - \Sigma_{j=1}^{n_j} EF_j^{sR,CRA1^*})}{\Sigma_{h=1}^{n_h} EF_h^{cR,CRA1^*}} \; x \; EH^{cR,CRA1^*} \quad (6)$$

VIII - BI_{novo} (MW médio): novo montante de benefício indireto para os empreendimentos enquadrados nas hipóteses do art. 5º ou nas hipóteses dos arts. 4º e 5º, obtido a partir da fórmula 7:

$BI_{novo} = BI_{vigente} + \Delta BI$ (7)

IX - GF_{nova_BI} (MW médio): novo montante de garantia física de energia para os empreendimentos enquadrados nas hipóteses do art. 5º ou nas hipóteses dos arts. 4º e 5º, obtido a partir da fórmula 8:

$GF_{nova\_BI} = GF_{local\_vigente} + \Delta GF_{local\_BI} + BI_{novo}$ (8)

Sendo:

CRA0: Configuração de Referência Atual formada pelas Usinas Hidrelétricas - UHEs e pelas Usinas Termelétricas - UTEs integrantes do SIN em operação, concedidas ou autorizadas, e já licitadas. As Usinas com graves impedimentos, tanto para o início da construção, quanto para o início da operação comercial, bem como aquelas que estão em processo de devolução da concessão ou autorização serão excluídas da Configuração de Referência. Na CRA0 será considerado o bloco de empreendimentos que terão suas garantias físicas revistas sem contemplar as alterações nos parâmetros motivadores da Revisão Extraordinária relacionados nos arts. 4º e 5º;

CRA1: Configuração de Referência Atual formada pelas UHEs e pelas UTEs integrantes do SIN em operação, concedidas ou autorizadas e já licitadas. As Usinas com graves impedimentos, tanto para o início da construção, quanto para o início da operação comercial, bem como aquelas que estão em processo de devolução da concessão ou autorização serão excluídas da configuração de referência. Na CRA1 será considerado o bloco de empreendimentos que terão suas garantias físicas revistas contemplando as alterações nos parâmetros motivadores da Revisão Extraordinária relacionados apenas no art. 4º;

CRA1*: Configuração de Referência Atual formada pelas UHEs e pelas UTEs integrantes do SIN em operação, concedidas ou autorizadas e já licitadas. As Usinas com graves impedimentos, tanto para o início da construção, quanto para o início da operação comercial, bem como aquelas que estão em processo de devolução da concessão ou autorização serão excluídas da configuração de referência. Na CRA1* será considerado o bloco de empreendimentos que terão suas garantias físicas revistas contemplando as alterações nos parâmetros motivadores da Revisão Extraordinária relacionados no art. 5º ou nos arts. 4º e 5º;

$GF_{vigente}$ (MW médio): montante de garantia física de energia que estiver vigente na data de publicação do resultado da Revisão de que trata esta Portaria;

$BI_{vigente}$ (MW médio): montante de benefício indireto que estiver vigente na data de publicação do resultado da Revisão de que trata esta Portaria;

$GF_{local\_vigente}$ (MW médio): montante de garantia física de energia local que estiver vigente na data de publicação do resultado da Revisão de que trata esta Portaria, obtida a partir da diferença entre a $GF_{vigente}$ e o $BI_{vigente}$;

GF_{nova} (MW médio): novo montante de garantia física de energia do empreendimento enquadrado apenas nas hipóteses do art. 4º, definida pela aplicação da Metodologia definida neste artigo;

GF_{nova_BI} (MW médio): novo montante de garantia física de energia do empreendimento enquadrado nas hipóteses do art. 5º ou nas hipóteses dos arts. 4º e 5º, definida pela aplicação da Metodologia definida neste artigo;

BI_{CRA0} (MW médio): benefício indireto, na CRA0, obtido nos empreendimentos a jusante do empreendimento "a" decorrente de sua capacidade de regularização mensal;

BI_{CRA1*} (MW médio): benefício indireto, na CRA1*, obtido nos empreendimentos a jusante do empreendimento "a" decorrente de sua capacidade de regularização mensal;

j: empreendimento "j" a jusante do empreendimento "a" na cascata;

n_j: número de empreendimentos a jusante do empreendimento "a" na cascata;

h: empreendimento da configuração de referência;

n_h: número de empreendimentos na configuração de referência;

$EF_j^{cR,\ CRA0}$ (MW médio): energia firme do empreendimento "j" quando o empreendimento "a" está modelado com capacidade de regularização mensal, na CRA0, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

$EF_j^{sR,\ CRA0}$ (MW médio): energia firme do empreendimento "j" quando o empreendimento "a" está modelado sem capacidade de regularização mensal, na CRA0, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

$EF_h^{cR,\ CRA0}$ (MW médio): energia firme do empreendimento "h" quando o empreendimento "a" está modelado com capacidade de regularização mensal, na CRA0, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

$EH^{cR,\ CRA0}$ (MW médio): oferta hidráulica obtida da CRA0, na qual o empreendimento "a" está modelado com capacidade de regularização mensal, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

$EF_j^{cR,\ CRA1*}$ (MW médio): energia firme do empreendimento "j" quando o empreendimento "a" está modelado com capacidade de regularização mensal, na CRA1*, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

$EF_j^{sR,\ CRA1*}$ (MW médio): energia firme do empreendimento "j" quando o empreendimento "a" está modelado sem capacidade de regularização mensal, na CRA1*, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la;

$EF_h^{cR,\ CRA1*}$ (MW médio): energia firme do empreendimento "h" quando o empreendimento "a" está modelado com capacidade de regularização mensal, na CRA1*, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la; e

$EH^{cR,\ CRA1*}$ (MW médio): oferta hidráulica obtida da CRA1*, na qual o empreendimento "a" está modelado com capacidade de regularização mensal, obtida com o emprego da metodologia estabelecida na Portaria MME nº 101, de 2016, ou outra que venha a substituí-la.

§ 1º Na ocorrência de mais de um empreendimento, por bloco, enquadrado nas hipóteses do art. 5º ou nas hipóteses dos arts. 4º e 5º, será definida uma CRA1* para cada um destes empreendimentos.

§ 2º Na alteração do tipo de regularização do empreendimento de fio d"água para regularização mensal, o BI_{CRA0} será definido como zero.

§ 3º Na alteração do tipo de regularização do empreendimento de regularização mensal para fio d"água, o BI_{CRA1*} será definido como zero.

§ 4º O empreendimento com Benefício Indireto vigente, na data de publicação do resultado da Revisão de que trata esta Portaria, e que passou por alteração do tipo de regularização mensal para fio d"água, passará a ter o BI_{novo} igual a zero, sendo que eventuais ajustes de garantia física de energia serão realizados no ΔGF_{local_BI}.

§ 5º As Configurações de Referência Atual, CRA0, CRA1 e CRA1*, serão definidas pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e aprovadas pelo Ministério de Minas e Energia.

§ 6º A EPE deverá encaminhar, após a solicitação do Ministério de Minas e Energia, a CRA0, a CRA1 e a CRA1* convergidas segundo os critérios vigentes e acompanhadas das respectivas Notas Técnicas.

§ 7º A CRA0, a CRA1 e a CRA1* serão disponibilizadas nos sítios do Ministério de Minas e Energia e da EPE, após a publicação da Portaria com os novos montantes de Garantia Física de Energia, no Diário Oficial da União.

Art. 10. O agente responde pela veracidade das informações fornecidas, inclusive por eventuais danos causados a terceiros, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 11. Caso seja constatado erro ou inconsistência na documentação utilizada na Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia, de que trata esta Portaria, esses montantes terão seus valores revisados, considerando as informações corretas.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Fica revogada a Portaria MME nº 861, de 18 de outubro de 2010.

FERNANDO COELHO FILHO

(*)N.da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 17-10-2017, Seção 1, páginas 39 e 40, com incorreção

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 10 de outubro de 2017

Nº 3.451 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o previsto no art. 14 da Norma de Organização ANEL - 001, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004342/2014-06, decide: declarar a extinção do referido processo, no que se refere à emissão de autorização à Furnas Centrais Elétricas S.A. para implantar reforços na Subestação Barreiro 1, tendo em vista que o objeto da instrução se tornou prejudicado por fato superveniente qual seja, a necessidade de alteração do escopo da autorização, cuja instrução depende de julgamento pendente, a ser realizado no processo administrativo nº 48500.002381/2014-64.

REIVE BARROS DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de outubro de 2017

Nº 3.323. Processos nºs 48500.006722/2011-24, 48500.006718/2011-66, 48500.006712/2011-99, 48500.006715/2011-22 e 48500.006723/2011-79. Interessados: Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A., Energia dos Ventos X S.A. Decisão: alterar o sistema de transmissão de interesse restrito das EOLs Goiabeira, Ubatuba, Santa Catarina, Pitombeira e Ventos de Horizonte, cadastradas, respectivamente, sob os CEGs EOL.CV.CE.030920-6.01, EOL.CV.CE.030918-4.01, EOL.CV.CE.030924-9.01, EOL.CV.CE.030926-5.01, EOL.CV.CE.030925-7.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 13 de outubro de 2017

Nº 3.468 - Processo nº 48500.004501/2017-15. Interessados: Acasel Acabamento e Segurança Ltda. e Construnível Energias Renováveis Ltda. Decisão: (i) conferir o registro para elaborar os estudos de inventário referentes ao rio São Francisco Falso Braço Norte, desde o reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, CEG UHE.PH.PR.001161-4.01, até a nascente, integrante da sub-bacia 64, no estado do Paraná; e (ii) a empresa terá o prazo de até 540 dias, contados da publicação deste despacho, para a elaboração desses estudos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 16 de outubro de 2017

Nº 3.479 - Processo nº 48500.001544/2001-20. Interessado: Bioenergia Costa Pinto Ltda. Decisão: estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição - TUST e TUSD, incidindo tanto na produção quanto no consumo da energia comercializada pela UTE Costa Pinto, limitada sua aplicação a 30.000 kW de potência injetada, cadastrada sob o CEG nº UTE.AI.SP.028221-9.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.481 - Processos nº 48500.002781/2013-95 e 48500.000366/2017-21. Interessado: Brookfield Energia Renovável S.A. Decisão: (i) determinar a devolução da Garantia de Registro aportada como condição para a emissão do Registro Ativo para desenvolvimento do Projeto Básico da PCH São Luís. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.482 - Processo nº 48500.006420/2013-18. Interessado: Barcarena Geração de Energia Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Barcarena, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº UTE.CM.PA.029730-5.01, com 599.836 kW de Potência Instalada, localizada no município de Barcarena, no estado do Pará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na íntegra dos Despachos nº 295, 296, 297, 298 e 299, de 31 de janeiro de 2017, constantes dos Processos nº 48500.000056/2014-63, 48500.000055/2014-19, 48500.000058/2014-52, 48500.000079/2014-78 e 48500.006401/2013-91, publicados no DOU de 03.02.2017, seção 1, p. 37, v. 154, n. 25, e no Despacho nº 894, de 29 de março de 2017, constante do Processo nº 48500.000057/2014-16, publicado no DOU de 31.03.2017, seção 1, p. 106, v. 154, n. 63, o item (i.d) passará a ter a seguinte redação: "o sistema de transmissão de interesse restrito, a ser compartilhado pelas Eol Campo Largo III, IV, V, VI, VII e XXI será composto por uma subestação coletora 230/34,5 kV - 2 x 175 MVA, denominada SE Campo Largo, da qual derivará uma linha de transmissão em 230 kV, em circuito duplo, com cerca de 50 km de extensão, para interligar essa subestação ao barramento de 230 kV da futura SE Ourolândia II 500/230 kV, pertencente à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A."

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de outubro de 2017

Nº 3.483 - Processo nº: 48500.003673/2011-78. Decisão: publicar a tabela de referência elaborada pela ELETROBRAS com os custos diretos, em R$, do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada, para o cálculo da subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para as instalações realizadas no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2017.

A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 17 de outubro de 2017

Nº 3.500 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Portaria ANEEL nº 851, de 30 de janeiro de 2008, com fundamento na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nas Resoluções Normativas nº 414, de 09 de setembro de 2010 e nº 472, de 24 de janeiro de 2012, no que consta no processo 48500.000311/2016-30 e considerando a interposição de recurso em face do Despacho nº 2.685/2017, de 30 de agosto de 2017, resolve:

(i) dar provimento parcial ao pedido de reconsideração da Coelba, reduzindo a glosa para R$ 153.360,33;

(ii) encaminhar à Diretoria Colegiada o pedido de reconsideração da Coelba, para decisão em instância superior.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de outubro de 2017

Nº 3.503 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de setembro de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.258.983/0001-59, para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos ao mês de setembro de 2017, a serem aplicados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina no mês de setembro de 2017.

CVU [R$/MWh]

	setembro/2017
Norte Fluminense 1	50,29
Norte Fluminense 2	59,30
Norte Fluminense 3	112,54

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 688, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000903/2013-61, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da DA MATA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 08.110.543/0001-73, com capacidade de produção de 1.000 m³/dia de etanol hidratado e 800 m³/dia de etanol anidro, localizada na Estrada Municipal VPS 321, km 22,8, s/n°, Zona Rural, Valparaíso - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 322 de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 689, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.011586/2017-32 considerando os requisitos estabelecidos na Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007 e publicada em 10 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa GNV Aroeiras Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 07.141.961/0001-65, autorizada a realizar o Projeto Estruturante, cujo recebimento e compressão de Gás Natural ocorrem na Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) de Araraquara/SP (Autorização ANP nº 1.117/2015) e a descarga de GNC ocorre na base de descompressão que abastece a rede de distribuição de gás canalizado da Gás Brasiliano Distribuidora S/A no Município de Bebedouro, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 687, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.005155/2017-37, torna público o seguinte ato:

1º A PETRÓLEO SABBÁ S.A., CNPJ n.º 04.169.215/0035-30, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, responsável pela base compartilhada "POOL AÇAILÂNDIA", fica autorizada a operar as instalações (ampliadas com a inclusão do tanque n° 15) situadas na Rodovia BR 222, Km 306 - Parque de Piquiá - Açailândia/MA, CEP: 65.930-000, Coordenadas Geográficas aprox.: -4:54:08.500; -47:23:47.600 (SIRGAS 2000)

Integram a base compartilhada "Pool Açailândia":

Empresa	CNPJ	Participação (m^3)	Participação (%)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	33.337.122/0209-00	5.695,61	27,72
Petrobras Distribuidora S.A.	34.274.233/0330-27	5.510,69	26,82
Petróleo Sabbá S.A.	04.169.215/0035-30	9.340,63	45,46

As instalações de armazenamento, cuja autorização para operação está sendo solicitada, são constituídas pelos tanques aéreos apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento passa a ser de 20.546,93 m³

Tanque Nº	Diâmetro (m)	Comprimento / Altura (m)	Volume (m^3)	Produto Classe	Tipo	Obs
01	14,44	14,41	2.383,14	I, II ou III (antes II ou III)	Vertical	Em Operação
02	14,43	14,41	2.369,87	II ou III	Vertical	
03	9,62	9,43	692,57	I, II ou III	Vertical	
04	15,39	14,40	2.703,75	I, II ou III	Vertical	
05	5,78	9,04	238,10	I, II ou III	Vertical	
13	15,27	16,67	3.092,69	II ou III	Vertical	
14	2,53	2,52	49,33	I, II ou III	Horizontal	
15	19,07	19,07	5501,48	II ou III	Vertical	A.C. 655/2016 A Operar

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A PETRÓLEO SABBÁ S.A., CNPJ n.º 04.169.215/0035-30, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Fica revogada a Autorização n°509, publicada no Diário Oficial da União em 06 de novembro de 2012.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 17 de outubro de 2017

Nº 1.220 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0242449	BARBARA LUANA SALES 46501619831	27.851.504/0001-71	URUPES	SP	48610.011833/2017-09
GLP/RO0242450	E DA SILVA MOTA ME	28.248.944/0001-00	JI-PARANA	RO	48610.011844/2017-81
GLP/PE0242451	JAQUELINE SANTOS 00447969510	27.616.907/0001-36	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.011822/2017-11
GLP/MG0242452	MARCELO MIGUEL DE SOUZA 06038847685	28.301.054/0001-06	POUSO ALEGRE	MG	48610.011853/2017-71
GLP/PB0242453	MARIA SIMONE FARIAS DA SILVA 76897664472	27.478.194/0001-91	JOAO PESSOA	PB	48610.011869/2017-84
GLP/CE0242454	MICHAEL ALBERTO OLIVEIRA SOUSA ME	12.968.602/0002-05	ARARENDA	CE	48610.011836/2017-34
GLP/RN0242455	P C ALVES PEREIRA ME	27.830.762/0001-71	PAU DOS FERROS	RN	48610.011871/2017-53
GLP/MA0242456	T M COSTA COMERCIO - ME	27.953.682/0005-37	SAO LUIS	MA	48610.011843/2017-36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.221 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRCE0183554	A. CLEIA PEREIRA DA SILVA - EPP	09.640.179/0002-05	SOLONOPOLE	CE	48610.011561/2017-39
PRPB0183539	ACS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	25.278.489/0001-99	MAMANGUAPE	PB	48610.001407/2017-59
PRRS0183552	AUTO POSTO DO FORTE LTDA	27.880.060/0001-00	PORTO ALEGRE	RS	48610.010542/2017-95
PRGO0183556	AUTO POSTO ESMALTITA LTDA - ME	27.688.243/0001-10	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.012015/2017-15
PRGO0183555	AUTO POSTO K 46 LTDA - EPP	28.573.935/0001-86	LUZIANIA	GO	48610.012014/2017-71
PRMG0183542	AUTO POSTO KARIBE LTDA - EPP	27.375.718/0001-19	CHAPADA DO NORTE	MG	48610.012007/2017-79
PRPE0183544	CARLOS A FERRAZ DE LIMA - EPP	23.485.803/0001-89	SERRA TALHADA	PE	48610.012012/2017-81
PRDF0183553	CASCOL COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS LTDA	00.306.597/0096-68	BRASILIA	DF	48610.011025/2017-33
PRRS0183551	F. SCHERER ECHEVERRYA	28.026.533/0003-23	HERVAL	RS	48610.011341/2017-13
PRCE0183533	GREGORIO MARTINS BARBOSA - ME	05.479.415/0002-94	ITAPIPOCA	CE	48610.011908/2017-43
PRAM0183558	H S DE CASTRO E CIA LTDA - EPP	24.603.618/0001-04	MANAUS	AM	48610.011899/2017-91
PRPR0183532	JOSE JUNKI SATO & FILHOS LTDA - ME	12.645.365/0001-52	IBAITI	PR	48610.004533/2017-65
PRPE0183540	MAVIGO COMERCIO E DERIVADOS DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	16.837.404/0002-55	ARACOIABA	PE	48610.011244/2017-12
PRBA0183534	NOSSO ITAGI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.865.718/0001-83	ITAGIMIRIM	BA	48610.010340/2017-43
PRPA0183543	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	84.146.638/0001-25	XINGUARA	PA	48610.010006/2017-90
PRRJ0183541	POSTO DE COMBUSTIVEIS AMOR DE BANGU LTDA	19.528.183/0001-40	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.012004/2017-35
PRCE0183538	POSTO DE COMBUSTIVEL SERRA GRANDE EIRELI - ME	23.772.811/0001-06	GUARACIABA DO NORTE	CE	48610.011896/2017-57
PRTO0183536	POSTO ICCAR LTDA	02.280.133/0056-68	ARAGUAINA	TO	48610.011898/2017-46
PRSP0183537	POSTO MONTE CARLO DAMHA RIO PRETO LTDA - ME	23.623.548/0001-93	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.011252/2017-69
PRCE0183545	X. M. PRETOL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	27.374.853/0001-40	GROAIRAS	CE	48610.012010/2017-92
PRRS0183535	ZAISOV COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	26.544.291/0001-72	HUMAITA	RS	48610.011902/2017-76

Nº 1.222 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base no Art. 30, inciso I e Art. 31, IX, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0206195	A. P. BARBOSA GÁS - ME	12.940.257/0001-02	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.003265/2011-79
GLP/MG0220930	CRISTIANO RAFAEL DE OLIVEIRA 08071243620	17.823.187/0001-26	POUSO ALEGRE	MG	48610.005043/2013-52
GLP/RJ0202915	DIAMANTE AZUL COMERCIO DE GAS GLP LTDA.	12.014.118/0001-58	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.015926/2010-28
GLP/GO0236426	EGOR HENRIQUE MEIRELES DE SOUZA	24.992.282/0001-19	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.010750/2016-11
GLP/TO0212964	J. D. DO NASCIMENTO - ME.	11.169.654/0001-60	ARAPOEMA	TO	48610.000211/2012-32
GLP/MT0225730	J P SANTANA - ME	00.250.321/0001-44	SANTA CARMEM	MT	48610.005724/2014-00
GLP/SC0227665	JOAO CARLOS CARDOSO - ME	80.164.486/0002-13	ITAJAI	SC	48610.012184/2014-11
001/GLP/SP002073	JOAO FILHO DE LACERDA LIRA - ME.	07.726.288/0001-25	FRANCO DA ROCHA	SP	48610.004464/2008-07
GLP/MS0183600	JUCELINO MACEDO DE CARVALHO ME	04.179.421/0001-82	CAMPO GRANDE	MS	48610.001774/2010-86
GLP/MG0234361	MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA 02719031631	23.814.812/0001-76	UBERLANDIA	MG	48610.003729/2016-51
GLP/SP0175970	ODIR ANTONIO SILVEIRA - ME	05.116.688/0001-93	SAO PAULO	SP	48610.014322/2008-40
GLP/SP0186153	ULTRA AIX COMÉRCIO DE GÁS LTDA. EPP	10.969.943/0001-80	PIRASSUNUNGA	SP	48610.006182/2010-51
GLP/MG0238693	WELISSON LOPES 12682747639	26.198.789/0001-20	TIMOTEO	MG	48610.001763/2017-72

Nº 1.223 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004 ,e com base no Art. 7°, IV, e Art. 30, I da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RJ0172407	AUTO POSTO ALIANCA DE CABUCU LTDA	23.218.362/0001-59	NOVA IGUACU	RJ	48610.010332/2015-35
PR/GO0081685	AUTO POSTO ARANHA LTDA - ME	04.037.806/0001-05	ITAPACI	GO	48610.003864/2010-10
RS0200451	AUTO POSTO BONI LTDA.	08.155.697/0001-81	PORTO ALEGRE	RS	48610.008888/2006-71
RS0028640	AUTO POSTO ESS PARK LTDA	03.674.072/0001-02	PORTO ALEGRE	RS	48610.011737/2002-76
SC0012229	AUTO POSTO SAO MARTINHO LTDA	02.593.546/0001-29	TUBARAO	SC	48610.011587/2001-11
PR/SC0083188	AUTO POSTO 1500 LTDA	09.913.298/0001-03	BALNEARIO CAMBORIU	SC	48610.007134/2010-80
PR/RS0133482	ECHEVERRYA & SCHERER LTDA.	13.050.619/0002-33	HERVAL	RS	48610.002340/2013-46
PE0191471	JR & FILHOS LTDA.	07.522.420/0001-87	BELO JARDIM	PE	48610.009347/2005-89
RS0177589	NEIVA ONGARATTO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	01.852.437/0002-05	BARRA DO RIBEIRO	RS	48600.003892/2004-16
PR/GO0153624	POSTO SERTANEJO LTDA - ME	10.295.248/0001-80	LUZIANIA	GO	48610.002846/2014-36
MT0004245	TANAKA & CIA LTDA	03.951.902/0001-00	TANGARA DA SERRA	MT	48610.003180/2001-19

Nº 1.224 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
TO0002438	ALVES E ALVES LTDA	03.826.357/0001-11	MIRANORTE	TO	48610.011169/2000-41
PR/SP0150722	AUTO POSTO BORA LTDA	19.367.232/0001-00	BORA	SP	48610.000707/2014-78
PR/PR0119362	AUTO POSTO HU LTDA.	09.168.722/0001-24	MARINGA	PR	48610.009989/2012-15
SP0016349	BERTO & NESPOLI LTDA.	02.701.669/0001-36	BORA	SP	48610.013728/2001-39
RS0000411	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KALSING LTDA	88.761.994/0001-00	ESTRELA	RS	48600.009029/2000-22

Nº 1.225 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GO0213638	AUTO POSTO FAGUNDES LTDA.	08.544.479/0001-39	PALMEIRAS DE GOIAS	GO	48610.007945/2007-85
MT0160966	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SANTA LAURA LTDA	05.570.160/0001-90	CUIABA	MT	48610.005825/2003-11

Nº 1.226 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PFAM0183557	CACAPAVA COMERCIO DE PETROLEO LTDA	07.498.919/0004-49	PARINTINS	AM	48610.009303/2017-92
PF/AM83519	MARIA ELIONE GURGEL DOURADO COMERCIO - ME	00.388.209/0002-55	ENVIRA	AM	48610.008022/2017-12

MARIA INES SOUZA

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA Nº 212 REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2017

Às 10h30min, no Escritório do Rio de Janeiro da CPRM, localizado na Av. Pasteur, 404 - Urca. O Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, reuniu-se mediante prévia convocação dos Conselheiros determinada pelo Presidente do Conselho e na forma das disposições estatutárias em vigor em sua ducentésima décima segunda reunião, para deliberação sobre os assuntos constantes da Pauta, a saber: I) Avaliação da Ata da reunião anterior, de 07.07.2017; II) Ratificação da nomeação do Diretor Antônio Carlos Bacelar Nunes; III) Cronograma de Reuniões do Conselho - Proposta de Cronograma; IV) Sucessão da Chefia da Auditoria Interna; V) Proposta de criação das estruturas de Governança e Corregedoria; VI) Informes da Diretoria: Implementação das Resoluções CGPAR; Acompanhamento orçamentário 2017; Isenções tributárias - proposta de encaminhamento sobre passivos tributários; Revisão do Estatuto Social da CPRM; Planejamento Estratégico da CPRM; Implementação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI; Ambiente virtual para disponibilização de documentos aos Conselheiros; Informações sobre o processo licitatório das áreas; Carta anual de políticas públicas e governança corporativa; Regimento interno para o Conselho de Administração; etc; VII) Outros Assuntos. A reunião foi presidida pelo Conselheiro-Presidente, Otto Bittencourt Netto e contou com a presença do Conselheiro-Vice-Presidente, Eduardo Jorge Ledsham, e dos Conselheiros Cássio Roberto da Silva, Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar e Paulo Cesar Abrão, atuando como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Secretário-Geral da CPRM. A reunião, em momentos diversos, a depender do assunto tratado, contou ainda com as seguintes presenças: Juliano Oliveira, Diretor de Administração e Finanças, Francisco Modenesi, Chefe da COJUR, Izabela Giffoni, Chefe da SUPLAM, e Roberta Pereira, Chefe da DIDOTE/DEINF. Dando início à reunião, o Conselheiro Presidente agradeceu a presença de todos, e convidou o Analista em Geociências Palmiro Franco Capone a participar da reunião. Em seguida, pediu o registro em Ata do agradecimento do Conselho de Administração ao Dr. Capone, em reconhecimento à sua dedicação e excelência no apoio às atividades do Conselho, durante os muitos anos em que o mesmo esteve à frente da Secretaria Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(SEGER). Aproveitou ainda para dar as boas vindas ao novo SEGER, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. O Conselheiro Presidente informou o recebimento de carta de renúncia do Conselheiro Telton Elber Correa, entregou cópia da mesma aos demais Conselheiros, e pediu que ficasse registrado o agradecimento do Conselho de Administração à grande contribuição do Geólogo Telton Correa no período em que integrou o mesmo. Passou-se então para os itens da pauta. I) Avaliação da Ata da reunião anterior de nº 211, de 07.07.2017, que foi aprovada e assinada. II) Ratificação da nomeação do Diretor Antônio Carlos Bacelar Nunes. O Conselho de Administração ratificou o Ato nº 002/CA/2017, de 27.07.2017, "ad referendum do CA", de exoneração do Pesquisador em Geociências José Leonardo da Silva Andriotti, da função de Diretor Interino de Hidrologia e Gestão Territorial-DHT da CPRM, e de designação do Pesquisador em Geociências Antônio Carlos Bacelar Nunes, para o cargo de Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial-DHT da CPRM, a partir de 27.07.2017, com base no Ofício nº 510/2017/GM-MME, de 19.07.2017, aprovação da Casa Civil da Presidência da República, avaliação da Comissão Interna de Elegibilidade da CPRM-CIEL nº010/2017, de 18.07.2017 e comunicação feita pelo Secretário Geral da CPRM aos membros do Conselho de Administração, por e-mail de 25.07.2017: Antônio Carlos Bacelar Nunes, brasileiro, natural de Caxias, Maranhão, casado, geólogo, portador da carteira de identidade nº 116411, expedida pela SSP/MA, em 25/05/2011, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 297.509.897-91, domiciliado em São Luís, MA, na Av. Sambaquis, 01, Q-16, Calhau, Cep: 65.701.390. Na oportunidade o Conselho ratificou os atos praticados pelo Diretor José Leonardo da Silva Andriotti, na função de interinidade, respondendo pela Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial-DHT. III) Cronograma de Reuniões do Conselho - Proposta de Cronograma;

O Conselho deliberou pelo seguinte calendário de reuniões até o final de 2017:) 22.09.2017, sexta-feira, às 10:30, em Belo Horizonte; b) 20.10.2017, sexta-feira, às 10:30, no Rio de Janeiro; e c) 01.12.2017, sexta-feira, às 10:30, no Rio de janeiro. IV) Sucessão da Chefia da Auditoria Interna - O Diretor de Administração e Finanças explicou que, ao deixar a Auditoria Interna-AUDITE para assumir a Diretoria, o Analista em Geociências Dinei Dias da Silva, que já era seu substituto desde 2005, assumiu temporariamente a AUDITE. Explicou ainda ser esta uma solução transitória, porque a CPRM, no intuito de fortalecer a sua área de controles internos, pediu à CGU a indicação de alguns nomes do seu quadro que pudessem assumir a chefia da AUDITE, o que foi muito bem recebido na CGU. O Conselho decidiu aguardar até que a Diretoria Executiva lhe encaminhe a lista com os nomes indicados pela CGU, para então deliberar e designar o novo titular da Auditoria Interna da CPRM. V) Proposta de criação das estruturas de Governança e Corregedoria - Antes da discussão sobre a proposta propriamente dita, o Conselheiro Eduardo Alencar palestrou sobre "Governança Corporativa no Setor Público: Alinhamento e Implementação". Em seguida, o Diretor de Administração e Finanças da CPRM passou a apresentar a proposta para estruturação das áreas de Governança e Corregedoria. A primeira parte da proposta contempla a criação de uma área de Corregedoria, ligada ao Conselho de Administração, englobando as atividades de correição. A Corregedoria será a instância de apuração da CPRM, por onde passarão os processos que envolvam desvio de erário, sindicâncias, processos administrativos disciplinares, entre outros. A segunda parte da proposta contempla a criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles-CGRC, ligado à Diretoria de Administração e Finanças-DAF, englobando as áreas de gestão de riscos, controle interno, conformidade (compliance) e normativos. O Conselho aprovou a proposta apresentada, criando a área de Corregedoria, ligada ao Conselho de Administração, e o Comitê de Governança, Riscos e Controles-CGRC, ligado à Diretoria de Administração e Finanças. Quanto à indicação dos titulares para a Corregedoria e o CGRC, ficou decidido que o Diretor de Administração e Finanças, buscará junto à CGU, os pré-requisitos obrigatórios e/ou desejáveis para os ocupantes destes dois organismos, submetendo os do Corregedor à aprovação do Conselho. Em seguida, será organizada pelo Departamento de Recursos Humanos-DERHU da CPRM, duas chamadas internas para a seleção de interessados para as duas funções. No caso da Corregedoria, a partir da seleção efetuada pelo DERHU, a Diretoria da CPRM encaminhará uma lista de interessados para deliberação pelo Conselho de Administração. No caso do CGRC, a própria Diretoria escolherá o titular do Comitê, a partir da lista de interessados selecionados pelo DERHU. VI) Informes da Diretoria; a. Implementação das Resoluções CGPAR. O Diretor de Administração e Finanças informou que, além da criação da Corregedoria e do CGRC, aprovadas hoje pelo Conselho, houveram avanços com o novo Estatuto. Também estão sendo elaboradas a Carta Pública e o Regimento Interno do Conselho de Administração. Com isso, a CPRM passa o seu nível de implementação das Resoluções da CGPAR de 28% para cerca de 60%. b. Acompanhamento orçamentário 2017. O Conselho foi informado da situação orçamentária da CPRM, principalmente no que tange as ações discricionárias. Na LOA/2017, as ações discricionárias da CPRM totalizavam R$ 57 milhões, além de outros R$ 27 milhões para a ação de Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera da Bacia de Santa Catarina, totalizando cerca de R$ 85 milhões. Diante do contingenciamento, foi feita uma reprogramação das atividades, reduzindo os R$ 57 milhões para R$ 48 milhões, dos quais já foram executados R$ 23 milhões (49%), até 01.08.2017. Porém, os cerca de R$ 24 milhões restantes não estavam disponíveis, já que a CPRM ficou com disponibilidade zero de limite nas ações discricionárias, pois todo o limite restante foi resguardado para a ação da Bacia Carbonífera, por determinação ministerial. A partir das negociações da Diretoria junto ao MME, ficou definido que o Ministério vai assumir a ação da Bacia Carbonífera, ficando a CPRM como executora, assim, o limite que for necessário para a execução dessa ação vai ser liberado pelo MME. Além disso, a meta de execução para aquela ação, com base na nossa capacidade de execução, foi revista de R$ 27 milhões para R$ 17 milhões, dos quais cerca de R$ 5 milhões (30%) já foram executados, restando um saldo de limite disponível de R$ 12 milhões para a execução do restante da meta revista. A Diretoria informou ao Ministério do Planejamento e ao Ministério de Minas e Energia a necessidade de R$ 24 milhões, após a reprogramação efetuada, para execução das ações discricionárias, de agosto a dezembro, mas foi disponibilizado apenas R$ 10 milhões, o suficiente para os meses de agosto e setembro. A partir daí, novos recursos deverão ser negociados junto ao Ministério. Foi informado ser esta a situação orçamentária de um grande número de Instituições Governamentais. Quanto à PLOA2018, a mesma encontra-se em fase de finalização, e a CPRM propôs um aumento de R$ 21 para R$ 25 milhões na previsão orçamentária da ação "Administração da Unidade". Ressaltou-se que este ano não haverá a sempre esperada liberação de recursos no final do ano, já que o próprio orçamento do MME diminuiu de R$ 510 para R$ 322 milhões. c. Isenções tributárias - proposta de encaminhamento sobre passivos tributários - O Consultor Jurídico, Francisco Modenesi, informou que os honorários para a contratação de especialista em direito tributário são muito altos, o que a torna muito difícil diante da dificuldade orçamentária em curso. Apesar da equipe de advogados da CPRM não dispor de especialista nesta área, solicitou ao Diretor-Presidente um prazo de 20 dias para a busca de soluções internas, com o apoio da equipe da DAF, no sentido da tese da Imunidade Tributária, uma questão muito densa. Também consultará as empresas contratadas para o contencioso no sentido de verificar que tipos de ações judiciais poderiam ser utilizadas. Informou ainda que, na sua opinião, não seria uma boa estratégia ir direto ao STF, e que sua prioridade não é junto aos tributos federais, mas sim os estaduais e municipais. O caso do IPTU do escritório do Rio de Janeiro, cuja dívida alcança os R$ 77 milhões, não é de imunidade, mas sim de isenção. Segundo o Diretor-Presidente, caso no prazo acordado não se tenha avanços significativos, será necessário buscar apoio externo. O conselheiro Eduardo Alencar desaconselhou a contratação de escritório de advocacia para tratar do assunto e ponderou a necessidade da Consultoria Jurídica da CPRM realizar este trabalho. d. Revisão do Estatuto Social da CPRM - Segundo o Consultor Jurídico da CPRM, Francisco Modenesi, coordenador do grupo de trabalho encarregado de preparar o novo Estatuto Social da CPRM, nos termos da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016 que a regulamenta, a primeira fase já está concluída, passando agora à revisão do Grupo, cujo prazo é 31 de agosto de 2017. A proposta de novo Estatuto, resultante da atuação do grupo de trabalho, será encaminhada para apreciação da Diretoria Executiva e posteriormente do Conselho de Administração. Foi informado que a Assembleia que aprovará o novo Estatuto já está marcada para o dia 05 de dezembro de 2017, sendo necessário o encaminhamento, no mínimo 30 dias antes, da proposta já aprovada para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. e. Planejamento Estratégico da CPRM - A chefe da Superintendência de Planejamento e Métodos (SUPLAM), Izabela Giffoni, apresentou a situação atual do mapa estratégico da CPRM. O mapa é composto pelos objetivos estratégicos que a empresa pretende alcançar. Cada objetivo é composto por indicadores que, por sua vez, são compostos por iniciativas e estas últimas por projetos. Informou que a gestão do mapa será feita periodicamente, inicialmente de dois em dois meses, chegando posteriormente a uma frequência mensal, e efetuada pela equipe da SUPLAM. Essa equipe vai operacionalizar a ferramenta do mapa estratégico, atuando como um Escritório de Projetos (grupo constituído em 05.06.2017, com representantes de cada Diretoria). A gestão do mapa estratégico como ferramenta do Planejamento Estratégico da CPRM tem por consequência a gestão do próprio portfolio de projetos da empresa, subsidiando, inclusive, as respostas para as demandas de monitoramento do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), sobre as atividades e os recursos utilizados pela CPRM. A chefe da SUPLAM ilustrou a operacionalização do mapa estratégico, mostrando que cada objetivo leva à uma planilha com seus indicadores, que por sua vez refletem as iniciativa e os projetos a ele associados, suas metas e os responsáveis. A partir daí, acompanha-se o andamento da entrega desses indicadores, utilizando-se cores para sua representação, ou seja, verde para o que está sendo entregue dentro do previsto, laranja quando há algum ponto de atenção, vermelho para aqueles que apresentam problemas e azul quando não foi possível a apuração. O esquema de cores é refletido para os objetivos, possibilitando uma análise visual do andamento dos mesmos pela Diretoria.

O Conselheiro Eduardo Alencar sugeriu que, além do esquema de cores, se utilizasse um indicador percentual que, associado a uma classificação por peso dos indicadores e objetivos, ponderando a importância relativa dos mesmos, possibilitaria a geração de um indicador global para a CPRM. O Conselheiro Cássio indagou se seria possível incluir também o custo no acompanhamento, tendo a chefe da SUPLAM respondido afirmativamente. Segundo Izabela, uma das dificuldades atuais reside no fato dos dados estarem sendo alimentados manualmente, mas que futuramente a coleta de dados será automatizada, buscando-se, inclusive, a importação de dados a partir do Sistema de Gestão de Projetos (SGP). Informou também que em agosto será feito novo acompanhamento do mapa estratégico, com a posição relativa a julho. O Conselho parabenizou a Chefe da SUPLAM pela apresentação e pelos resultados alcançados. f. Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - A coordenadora do grupo de implantação do SEI, Roberta Pereira da Silva, apresentou as atividades desenvolvidas pelo grupo até o momento. Relatou que ainda não se obteve a autorização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), criador e detentor dos direitos do SEI, necessária para que possamos firmar Acordo de Cooperação com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável pela implantação do SEI no âmbito do governo federal e só então termos acesso ao Sistema para instalação e configuração. O Diretor-Presidente da CPRM informou que iria fazer gestões junto ao Ministério do Planejamento para acelerar o processo. g. Ambiente virtual para disponibilização de documentos aos Conselheiros - O Secretário Geral informou que a área de informática da CPRM já apresentou proposta e cronograma para o desenvolvimento de um ambiente virtual, acessível pelos Conselheiros através da Internet, onde os documentos referentes às reuniões poderão ser consultados.

A expectativa é de que o referido ambiente possa ser apresentado na próxima reunião do Conselho de Administração. h. Informações sobre o processo licitatório das áreas - O Conselheiro-vice-presidente informou que são quatro as áreas a serem licitadas: Zinco-Chumbo-Cobre de Palmeirópolis (TO), Carvão de Grande Candiota (RS), Cobre de Bom Jardim (GO) e Fosfato do Miriri (PE/PB). Porém, o TCU exigiu uma avaliação econômica externa, assim, estamos neste momento licitando essa avaliação.

O problema é que como são poucas as empresas que fazem esse tipo de trabalho, já foram feitas duas licitações sem sucesso. A terceira licitação acabou de ser publicada. Isso está gerando atraso no cronograma estabelecido. i. Os informes "Carta anual de políticas públicas e governança corporativa" e "Regimento interno para o Conselho de Administração" foram transferidos para a próxima reunião. VII) Outros assuntos:

1. O Conselheiro Eduardo Alencar entregou ao Conselheiro-vice-presidente um CD contendo o Sistema de Agenda utilizado no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2. O Conselheiro Eduardo Alencar informou que, face ao seu afastamento do país para realização de mestrado em políticas públicas no exterior, estará enviando nos próximos dias a sua carta de renúncia. O Conselheiro-Presidente agradeceu e elogiou a contribuição do Conselheiro Eduardo no período em que participou do Conselho de Administração. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata. Assinado: Otto Bittencourt Netto, Presidente; Eduardo Jorge Ledsham, Vice-Presidente; Cássio Roberto da Silva, Conselheiro; Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar, Conselheiro; Paulo Cesar Abrão, Conselheiro; João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Secretário-Geral.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 21/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7862/2017-884.140/2014-L KOTINSCKI ME-

7863/2017-884.056/2016-WALDISIO MOREIRA JUNIOR-

7864/2017-884.067/2016-LEONARDO MASSAO FERREIRA ITIKAWA-

7865/2017-884.068/2016-LEONARDO MASSAO FERREIRA ITIKAWA-

7866/2017-884.078/2016-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-

RELAÇÃO Nº 25/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7734/2017-871.851/2014-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-

7735/2017-870.859/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

7736/2017-870.259/2017-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-

7737/2017-870.320/2017-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-

7738/2017-870.390/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7739/2017-870.597/2017-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-

7740/2017-870.613/2017-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME-

7741/2017-870.668/2017-ANDRÉA PEREIRA SIQUEIRA-

7742/2017-870.669/2017-ROBERTO GABRIEL DUARTE-

7743/2017-870.676/2017-MATEUS PAIVA SOUZA-

7744/2017-870.677/2017-MATEUS PAIVA SOUZA-

7745/2017-870.744/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7746/2017-870.745/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7747/2017-870.746/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7748/2017-870.747/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7749/2017-870.748/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7750/2017-870.749/2017-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

7751/2017-870.750/2017-MINERAÇÃO E PROCESSAMENTO LTDA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7752/2017-870.783/2017-ALUIZIO ALFREDO ALVES DUTRA-
7753/2017-870.784/2017-ALUIZIO ALFREDO ALVES DUTRA-
7754/2017-870.967/2017-TREE STONE MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
7755/2017-870.970/2017-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-
7756/2017-870.971/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
7757/2017-870.974/2017-TRAMELA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.-
7758/2017-870.975/2017-ALCIDES SILVA SANTOS-
7759/2017-870.977/2017-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-
7760/2017-870.993/2017-RITA DIRLENE ALVES DA CRUZ 97137464572-
7761/2017-870.994/2017-GRAN GAZZONI EXPORT LTDA.-
7762/2017-870.996/2017-GRAN GAZZONI EXPORT LTDA.-
7763/2017-870.997/2017-GEODEEP SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFISICA LTDA EPP-
7764/2017-870.998/2017-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-
7765/2017-870.999/2017-RENOVAE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.-
7766/2017-871.001/2017-RENOVAE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.-
7767/2017-871.002/2017-RENOVAE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.-
7768/2017-871.003/2017-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7769/2017-872.613/2016-B4F NEFELINA DA BAHIA LTDA-
7770/2017-872.615/2016-B4F NEFELINA DA BAHIA LTDA-
7771/2017-870.437/2017-ALESSANDRO DOS SANTOS NASCIMENTO-
7772/2017-870.969/2017-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-
7773/2017-870.972/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
7774/2017-870.973/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
7775/2017-870.990/2017-GRANCOSTA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME-
7776/2017-870.991/2017-GRANCOSTA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME-
7777/2017-871.048/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7778/2017-871.207/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7779/2017-871.208/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7780/2017-871.209/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7781/2017-871.210/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7782/2017-871.211/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7783/2017-871.212/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7784/2017-871.213/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7785/2017-871.214/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7786/2017-871.215/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7787/2017-871.216/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7788/2017-871.217/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7789/2017-871.218/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7790/2017-871.219/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7791/2017-871.220/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7792/2017-871.221/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7793/2017-871.224/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-

RELAÇÃO Nº 26/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7794/2017-871.012/2017-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-
7795/2017-871.013/2017-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-
7796/2017-871.014/2017-CBV CONSTRUTORA LTDA-
7797/2017-871.016/2017-RIGO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-
7798/2017-871.017/2017-RIGO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-
7799/2017-871.025/2017-MPS MINERAÇÃO, PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI-
7800/2017-871.027/2017-PÉRICLES RICARDO NUNES DE SOUZA-
7801/2017-871.028/2017-PÉRICLES RICARDO NUNES DE SOUZA-
7802/2017-871.033/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7803/2017-871.034/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7804/2017-871.035/2017-ROBERTO FERREIRA DE SOUZA-
7805/2017-871.038/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
7806/2017-871.044/2017-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO LTDA. ME-
7807/2017-871.045/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7808/2017-871.061/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-
7809/2017-871.070/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
7810/2017-871.075/2017-CBV CONSTRUTORA LTDA-
7811/2017-871.081/2017-RITA DIRLENE ALVES DA CRUZ 97137464572-
7812/2017-871.083/2017-GRAN VALE LTDA EPP-
7813/2017-871.084/2017-GRAN VALE LTDA EPP-
7814/2017-871.086/2017-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-
7815/2017-871.087/2017-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-
7816/2017-871.088/2017-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-
7817/2017-871.089/2017-PEDREIRAS SANTA ISABEL LTDA-
7818/2017-871.090/2017-PEDREIRAS SANTA ISABEL LTDA-
7819/2017-871.094/2017-MINERAL BUSINESS BRASIL EIRELLI ME-
7820/2017-871.232/2017-SC ELETRODIESEL LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7821/2017-871.006/2017-SISNANDO MARQUES DE AZEVEDO SANTOS-
7822/2017-871.007/2017-SISNANDO MARQUES DE AZEVEDO SANTOS-
7823/2017-871.011/2017-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-
7824/2017-871.040/2017-SILVIO MARTINS DA SILVA-
7825/2017-871.046/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7826/2017-871.047/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7827/2017-871.062/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7828/2017-871.063/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7829/2017-871.065/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7830/2017-871.066/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7831/2017-871.067/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7832/2017-871.068/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
7833/2017-871.096/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE NOVO HORIZONTE-
7834/2017-871.229/2017-RANIERE BARBOZA CRUZ-
7835/2017-871.234/2017-RAFAEL HOISEL MALAGUTI-
7836/2017-871.235/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7837/2017-871.236/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7838/2017-871.237/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7839/2017-871.238/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7840/2017-871.239/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7841/2017-871.240/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7842/2017-871.241/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7843/2017-871.242/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7844/2017-871.243/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7845/2017-871.244/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7846/2017-871.245/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7847/2017-871.246/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-

RELAÇÃO Nº 72/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7848/2017-858.112/2017-R L NASCIMENTO-

RELAÇÃO Nº 74/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7851/2017-896.246/2013-VIVIANE DE SOUZA AMORIM-
7852/2017-896.035/2017-O. R. RINALDI NETO ME-
7853/2017-896.059/2017-MINERAÇAO MACHADO LTDA-
7854/2017-896.060/2017-COMANDO COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-
7855/2017-896.061/2017-PEMAGRAN MINERAÇÃO LTDA.-
7856/2017-896.103/2017-LUCAS LUCHI GUERRA-
7857/2017-896.109/2017-AROGRAN GRANITOS LTDA.-
7858/2017-896.118/2017-FABRICIO CAUS DE SOUZA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7859/2017-896.025/2017-3G MINERAÇÃO LTDA ME-
7860/2017-896.075/2017-IRMAOS CAFFEU AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-
7861/2017-896.116/2017-JL OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 94/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7849/2017-878.021/2017-MOACIR NOZARI DALBOSCO-
7850/2017-878.065/2017-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 99/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7674/2017-821.050/2012-JOÃO ROBERTO TAVARES DE MENDONÇA-
7675/2017-821.275/2012-GUARAZEMINI MINERAÇÃO LTDA EPP-
7676/2017-821.264/2014-CDR PEDREIRA CENTRO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.-
7677/2017-820.836/2015-SANTANA M. DA SILVA ME-
7678/2017-820.457/2016-SANSFER COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-
7679/2017-820.462/2016-ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT ANNA-
7680/2017-820.463/2016-ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT ANNA-
7681/2017-820.464/2016-ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT ANNA-
7682/2017-820.465/2016-ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT ANNA-
7683/2017-820.469/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO FLORESTA NEGRA LTDA.-
7684/2017-820.513/2016-VITOR BERVIND CAETANO-
7685/2017-820.533/2016-JOSÉ ROBERTO SCATOLIN ME-
7686/2017-820.551/2016-FLÁVIA ROMIO MARCHIONNO ME-
7687/2017-820.552/2016-FLÁVIA ROMIO MARCHIONNO ME-
7688/2017-820.563/2016-AREIAS VIEIRA S.A-
7689/2017-820.590/2016-CERÂMICA ENDO EIRELI EPP-
7690/2017-820.593/2016-TRANSPORTADORA SANTA LUZIA DOS TURCOS LTDA-
7691/2017-820.594/2016-ELDORADO TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-
7692/2017-820.607/2016-MINERAÇÃO AFF LTDA.-
7693/2017-820.608/2016-MINERAÇÃO AFF LTDA.-
7694/2017-820.609/2016-MÔNICA BEYRUTI-
7695/2017-820.610/2016-ANA MARIA VANTIN-
7696/2017-820.611/2016-MARIA ROSALI ALVES NUNES VALEZI-
7697/2017-820.613/2016-CLAUDINEI MARINHO CORAINI-
7698/2017-820.614/2016-CLAUDINEI MARINHO CORAINI-
7699/2017-820.615/2016-MAURICIO FERRARE MEIRA ME-
7700/2017-820.616/2016-MAURICIO FERRARE MEIRA ME-
7701/2017-820.617/2016-MAURICIO FERRARE MEIRA ME-
7702/2017-820.618/2016-MAURICIO FERRARE MEIRA ME-
7703/2017-820.630/2016-DIRCEU PAGOTTO STEIN-
7704/2017-820.637/2016-CPX BRASIL MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7705/2017-820.638/2016-AUGUSTO CESAR SILVEIRA RODRIGUES-
7706/2017-820.645/2016-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-
7707/2017-820.696/2016-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-
7708/2017-820.697/2016-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-
7709/2017-820.698/2016-MINERAÇÃO MARIA ROSA LTDA.-
7710/2017-820.699/2016-ANTONIO CARLOS FURLANETO-
7711/2017-820.700/2016-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP-
7712/2017-820.701/2016-VITORIA ARDUINI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-
7713/2017-820.702/2016-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
7714/2017-820.704/2016-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A-
7715/2017-820.705/2016-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7716/2017-820.872/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
7717/2017-820.155/2015-AHMAD ABDO YOSSEF MOHAMED GHANDOUR-
7718/2017-820.546/2016-LUIS ANTONIO ROLAND MONTEIRO-
7719/2017-820.547/2016-LUIS ANTONIO ROLAND MONTEIRO-
7720/2017-820.548/2016-LUIS ANTONIO ROLAND MONTEIRO-
7721/2017-820.549/2016-LUIS ANTONIO ROLAND MONTEIRO-
7722/2017-820.564/2016-MHR MINERAÇÃO LTDA-
7723/2017-820.570/2016-FERNANDO MONTEIRO COZZI-
7724/2017-820.604/2016-ANTONIO RODRIGUES DE MORAES-
7725/2017-820.606/2016-PEDRO WLADIMIR KRETCHETOFF-
7726/2017-820.619/2016-ÁGUAS PRATA LTDA.-
7727/2017-820.620/2016-AGUAPAR AGRÍCOLA LTDA.-
7728/2017-820.621/2016-JOAO DOS SANTOS JUNIOR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME-
7729/2017-820.624/2016-WALTEMIR MENDES DA SILVA-
7730/2017-820.625/2016-WALTEMIR MENDES DA SILVA-
7731/2017-820.634/2016-FUGINI ALIMENTOS LTDA.-
7732/2017-820.635/2016-SIMONE DA MATTA-
7733/2017-820.636/2016-ÁGUAS PRATA LTDA.-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 188/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
871.099/2010-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
Nega provimento a defesa apresentada(242)
872.234/2013-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
871.241/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.099/2010-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
872.708/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.709/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.838/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
870.570/2011-BAHIA IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA
870.840/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
871.163/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
871.165/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
871.587/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.928/2011-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA
872.519/2011-BR FERRO MINERAÇÃO S.A.
873.170/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
874.213/2011-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
870.648/2012-BRASILQUARTZ MINERAÇÃO LTDA EPP
870.649/2012-BRASILQUARTZ MINERAÇÃO LTDA EPP
871.373/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.374/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.375/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.376/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.383/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.915/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.563/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.572/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.573/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.576/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.757/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.758/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.858/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.859/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.860/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.336/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.515/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.827/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.580/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.583/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.590/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.709/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.862/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.998/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.999/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.002/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.634/2015-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
870.811/2015-MARCELO ANTONIO GONÇALVES CONCEIÇÃO
870.816/2015-LEANDRO PEREIRA DA SILVA
870.820/2015-MATA NATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
870.821/2015-MATA NATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
870.826/2015-VICENTE VIEIRA SANTANA
870.829/2015-VICENTE VIEIRA SANTANA
871.031/2015-POTIRAGUA MINERAÇÃO LTDA
871.033/2015-POTIRAGUA MINERAÇÃO LTDA
870.026/2016-VITORIA MINAS MINERAÇÃO LTDA ME
870.697/2016-JOSE GERONCIO FRAGA CARDOSO
870.700/2016-MARIA HELENE PALAVRO DE OLIVEIRA
871.287/2016-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME
871.382/2016-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME
871.883/2016-GRANSALES MINERAÇÃO LTDA.
871.884/2016-GRANSALES MINERAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 196/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
872.519/2016-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA EPP-DOU de 16/03/2017
Torna sem efeito a homologação da desistência do requerimento de pesquisa por vício de legalidade(2110)
871.170/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
872.489/2009-LGD DE QUEIROZ-OF. N°345/2017-DOU de 21/09/2017
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Licenciamento(741)
872.063/2016-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.- Licenciamento N°87/2017-Onde se lê: "data de vencimento:31/08/2017", leia-se, data de vencimento:31/08/2037.

RELAÇÃO Nº 200/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
871.433/2017-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.434/2017-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.435/2017-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.457/2017-ADILHO AQUINO RIGO
871.458/2017-ADILHO AQUINO RIGO
871.459/2017-ADILHO AQUINO RIGO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
871.172/2017-CHRISTOVAM MONTEIRO DE ALMEIDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
872.710/2011-SM 21 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
871.328/2015-ACWR TRANSPORTADORA E MINERADORA LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
873.375/2011-PJ COMERCIAL DE AREIA LTDA ME-OF. N°393/2017
872.239/2012-MINERADORA MONTE SANTO EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA. ME-OF. N°387/2017
872.447/2012-MINERAÇÃO DOIS MIL EIRELI LTDA-OF. N°385/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
872.445/2006-M.S.A. SERVIÇOS DE COLETA LTDA ME-OF. N°383/2017
872.447/2012-MINERAÇÃO DOIS MIL EIRELI LTDA-OF. N°384/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
871.446/2014-SM 21 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
871.750/2017-ACWR TRANSPORTADORA E MINERADORA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.851/2017-VIPLOC LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME-OF. N°389/2017
871.386/2017-PEDRO DE OLIVEIRA COSTA E CIA-OF. N°388/2017
871.630/2017-M. RIBEIRO DE FREITAS TRANSPORTE ME-OF. N°390/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
870.821/2017-ERCÍLIA MORAIS SILVA ME-OF. N°359/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
870.405/2017-CONSÓRCIO TORC VIA ENECON-OF. N°392/2017
871.627/2017-M DE OLIVEIRA MOREIRA EIRELI ME-OF. N°391/2017
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
871.039/2017-R. DOS REIS FONSECA
871.553/2017-VALE VERDE EXTRATORA DE AREIA E PEDRA LTDA ME
871.587/2017-R. DOS REIS FONSECA
871.651/2017-AREAL H F LTDA ME
871.692/2017-CERÂMICA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA EPP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2077)
870.874/2015-CERÂMICA ÁGUAS MORNAS DO JORRINHO LTDA-OF. N°360/2017

RELAÇÃO Nº 202/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
872.208/2013-INDUSTRIA DE MINERACAO CONQUISTA LTDA ME
872.350/2013-INDUSTRIA DE MINERACAO CONQUISTA LTDA ME
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.842/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
871.166/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
873.064/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.483/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.567/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.568/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.570/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.755/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.861/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

871.541/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.542/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.630/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.635/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.636/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.642/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.643/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.645/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.646/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.647/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.648/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.825/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.826/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.579/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.596/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.598/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.703/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.710/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.711/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.712/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.713/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.714/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.715/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.716/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.718/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.997/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.614/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
870.407/2016-MERCURIUS ENGENHARIA S A

RELAÇÃO Nº 203/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
871.916/2004-MANOEL ALVES DA ROCHA-AI N°3045/2012
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
870.216/2003-BGC - COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-AI N°1046/2008
870.218/2003-BGC - COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-AI N°3155/2008
870.873/2003-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- AI N°1146/2007
870.901/2003-RAUL MARTINS LOBATO- AI N°1488/2010
871.211/2003-NORD MINERADORA LTDA ME- AI N°1304/2008
871.776/2003-EDMILSON ALVES PEREIRA- AI N°1870/2008
872.162/2003-TEREZINHA MARIA FERNANDES SEIXAS- AI N°3218/2008
872.391/2003-EDILSON RODRIGUES MOUTINHO- AI N°2240/2008
870.056/2004-GILDÁZIO DE AMORIM CARVALHO- AI N°1449/2011
870.450/2004-RUBENS RODRIGUES DE SÁ- AI N°2196/2008
871.807/2004-ROBERTO PIECZUR- AI N°1658/2010
871.994/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- AI N°1619/2010
871.995/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- AI N°1632/2010
873.445/2006-MINERAÇÃO DE CAULIM MONTE PASCOAL S.A.- AI N°2267/2011

RELAÇÃO Nº 204/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
870.216/2003-BGC - COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-AI N°1046/2008
870.218/2003-BGC - COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-AI N°3155/2008
870.873/2003-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-AI N°1146/2007
870.901/2003-RAUL MARTINS LOBATO-AI N°1488/2010
871.211/2003-NORD MINERADORA LTDA ME-AI N°1304/2008
871.776/2003-EDMILSON ALVES PEREIRA-AI N°1870/2008
872.162/2003-TEREZINHA MARIA FERNANDES SEIXAS-AI N°3218/2008
872.391/2003-EDILSON RODRIGUES MOUTINHO-AI N°2240/2008
870.056/2004-GILDÁZIO DE AMORIM CARVALHO-AI N°1449/2011
870.450/2004-RUBENS RODRIGUES DE SÁ-AI N°2196/2008
871.807/2004-ROBERTO PIECZUR-AI N°1658/2010
871.994/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-AI N°1619/2010
871.995/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-AI N°1632/2010
873.445/2006-MINERAÇÃO DE CAULIM MONTE PASCOAL S.A.-AI N°2267/2011

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
800.075/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
800.571/2016-NADIA ADRIANA SILVEIRA SOUSA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.354/2013-MARCOS OLIVEIRA GARCIA-OF. N°1074/2017
800.507/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1065/2017
800.161/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°10402017
800.166/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1040/2017
800.167/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1040/2017
800.168/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1040/2017
800.169/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1040/2017
800.406/2014-REGINA CAMELO POSSIDONE-OF. N°989/2017
800.020/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1064/2017
800.390/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. N°1072/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.690/2013-OCS MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-FONÓLITO/BRITA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.740/2013-LIMA TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.
800.375/2014-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
800.376/2014-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
800.111/2015-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA
800.112/2015-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA
800.115/2015-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA
800.410/2015-M. E. DE SOUZA LIMA ME
800.482/2015-M. E. DE SOUZA LIMA ME
800.742/2015-M. E. DE SOUZA LIMA ME
Determina cumprimento de exigência- DIPEM RETIFICADORA- Prazo 60 dias(1020)
800.161/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1040/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.343/2010-THOR NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°951/2017
800.282/2011-MINERAÇÃO LOUGON EIRELI EPP-OF. N°1066/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA. EPP- FONTES: RIACHO DOCE i, RIACHO DOCE ii E RIACHO DOCE iii; MARCA: LÍMPIDA; 20 L SEM GÁS- AQUIRAZ/CE
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- FONTE: MURITI; MARCA: CAMBARÁ; 500 Ml e 1 L (AMBOS SEM GÁS)- CRATO/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
821.175/1969-MIDOL - MINERAÇÃO DOLOMITA LTDA.-OF. N°1073/2017
800.654/1995-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°1067/2017
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°984/2017 e 985/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°982/2017, 983/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.029/2017-MIKEIAS AUGUSTO SILVA DE SOUSA ME-OF. N°1028/2017
800.131/2017-KM MINERACAO E SERVICOS LTDA ME-OF. N°1029/2017
800.252/2017-ARISTEU SOUSA BARROSO 21072000334-OF. N°1030/2017

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

RELAÇÃO Nº 112/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Construtora Reno s a - 800399/11, 800400/11
Excellence Mineração do Brasil Ltda me - 800099/12
Geocorr Gestora de Ativos Minerários Ltda - 800689/12, 800514/12, 800515/12
Globest Participações Ltda - 800520/12, 800522/12
José de Oliveira Ferreira - 800829/11, 800004/16
Luzardo Extração de Minérios Ltda Epp - 800674/15, 800003/16
Pedro Alcantes Dos Santos - 800323/14
Ronaldo Diniz de Almeida - 800322/12
Sidney Diniz de Almeida - 800070/12

RELAÇÃO Nº 117/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Buxton Mineradora s a - 800367/12, 800368/12, 800369/12
José de Oliveira Ferreira - 800726/15, 800781/15

SAULO DE ALMEIDA GOMES
Substituto

RELAÇÃO Nº 109/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.176/2011-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1065/2017
800.177/2011-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1065/2017
800.179/2011-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1065/2017
800.181/2011-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1065/2017
800.096/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1064/2017
800.097/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1064/2017
800.108/2014-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1064/2017
800.111/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1065/2017
800.018/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°1064/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.178/2011-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.099/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.386/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.424/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.425/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.717/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.017/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.019/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.023/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.024/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.104/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.178/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.470/2015-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
800.646/2015-CSN MINERAÇÃO S.A.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.379/1987-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.- FONTE AZULÃO (200 mL, copo, 315mL, 315 mL, com gás, 500 mL, 500 mL, com gás, 1,5 L, 5 L, 10 L e 20 L); FONTE PINTASSILGO (200mL, copo, 315 mL, 315 mL, com gás, 315 Ml Brinq., 500 mL, 500 mL, com gás, , 1,5 L, 5 L, 10 L e 20 L) FONTE CANÁRIO (20 l0 e fonte sabiá (20 L)- FORTALEZA/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.534/1994-NEBLINA INDUSTRIA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1020/2017

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 219/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
804.106/1976-GOIASCAL MINERAÇÃO E CALCÁRIO LTDA- AI N° 756/2017
860.672/1993-AGUA MINERAL ALTOS DOS PINHEIROS LTDA- AI N° 752/2017
860.517/1998-RAIO DO SOL MINERAÇÃO LTDA ME- AI N° 759/2017
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
862.066/2007-PEDRAS DE PIRENÓPOLIS LTDA- AI N°1158/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
861.061/2014-PAULO JOSÉ SOARES-AI N°917/2017
861.085/2014-JCRM MINERAÇÃO EIRELI-AI N°918/2017
861.129/2014-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°919/2017
861.132/2014-PENERY MINERAÇÃO LTDA-AI N°920/2017
861.133/2014-PENERY MINERAÇÃO LTDA-AI N°921//2017
861.136/2014-SETA MINERAÇÃO LTDA-AI N°922/2017
861.154/2014-SEBASTIÃO ALVES DE CARVALHO JÚNIOR-AI N°923/2017
861.175/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-AI N°924/2017
861.209/2014-PENERY MINERAÇÃO LTDA-AI N°925/2017
861.210/2014-PENERY MINERAÇÃO LTDA-AI N°926/2017
861.407/2014-JOSE ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA-AI N°927/2017
861.448/2014-JORGE CANEDO RIESCO DE MATOS-AI N°928/2017
861.490/2014-RAIMUNDO PAIVA DA SILVA-AI N°929/2017
861.491/2014-RAIMUNDO PAIVA DA SILVA-AI N°930/2017
Fase de Licenciamento
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
860.321/1998-PEDREIRA ANHANGUERA S.A. - EMPRESA DE MINERAÇÃO -AI N°434/2016

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 99/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Erlie Lenz Cesar Filho - 846201/06 - Not.40/2017 - R$ 734,23
Pedro Rubens Guedes Marciel Neto - 846077/10 - Not.41/2017 - R$ 764,04

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
826.295/2017-INCEPAR IND CERAMICA E COM. DE MAT.DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.332/2013-EXTRA MINERAÇÃO LTDA ME
826.335/2013-EXTRA MINERAÇÃO LTDA ME
826.635/2016-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.915/2014-DANILO GERALDO VIEIRO. ME
826.046/2016-ATAUL CARVALHO & R. CIONEK LTDA ME
826.047/2016-ATAUL CARVALHO & R. CIONEK LTDA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.716/2015-RICARDO ALLAN CORREIA- Cessionário:Flávia Aranão de Almeida- CPF ou CNPJ 086.355.869-05- Alvará n°1838/2016
826.177/2016-REINALDO RENATO COSTA- Cessionário:Adir Jurandir Costa- CPF ou CNPJ 316.700.249-20- Alvará n°7420/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
826.202/2007-M. T. TORTATO EIRELI ME-MANDIRITUBA/PR - Guia n° 66/2017-50.000Toneladas-Areia- Validade:09/10/2018
826.104/2017-ANTONIO MORO & CIA. LTDA.-CARAMBEÍ/PR - Guia n° 65/2017-50.000toneladas-Granito- Validade:04/07/2021
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.534/2009-IVONEI ZOTTI & CIA. LTDA EPP- Área de 49,44 ha para 2,75 ha-Basalto
826.658/2009-AREAL DAS ÁGUAS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Área de 164,90 ha para 45,24 ha-Areia
826.627/2010-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-Área de 45,77 ha para 32,45 ha-Areia
826.049/2011-ANACLETO NAZARI- Área de 49,95 ha para 18,57 ha-Basalto
826.919/2011-WALFRIDO PAULISTA- Área de 485,97 ha para 49,97 ha-Areia, Argila
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.491/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS -Alvará N°366/2016
826.770/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME -Alvará N°6014/2015
826.671/2014-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA. -Alvará N°11186/2014
826.672/2014-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA. -Alvará N°11817/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.549/2007-ALAYDE BRANT DE CARVALHO DA COSTA LIMA - ME-Argila, Areia
826.002/2011-MANSUETO BENEDITO TAGLIAFERRO-Saibro
826.892/2014-MARIA IVONE GUBERT GARCEZ DUARTE-Areia
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.441/2013-ADEMIR PETRY-ALVARÁ N°5466/2014
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.906/2013-FUNDALQ FUNDAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
826.084/2014-AGISA AGRÍCOLA MERCANTIL LTDA.
826.540/2015-MARIA GORETE DA SILVA E CIA LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.089/2013-ATHENAS MINERADORA LTDA.-OF. N°1249/2017-DIFIS-DNPM/PR
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.662/2002-ALVES & BATEZATI LTDA-TIBAGI/PR - Guia n° 64/2017-50.000ton/ano-Areia- Validade:23/09/2019
826.706/2011-BRITADOR IGUAÇU LTDA ME-CAPANEMA/PR - Guia n° 67/2017-50.000toneladas/ano-Basalto- Validade:25/11/2020
826.801/2011-MINERAÇÃO LINHA BANDEIRANTES LTDA.-MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - Guia n° 68/2017-12.500toneladas/ano-Basalto- Validade:08/05/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.675/2011-JORGE LUIZ LINZMEYER- Alvará n° 16200/2011 - Cessionário: Mineração LB Ltda- CNPJ 81.875.908/0001-40
Nega provimento ao recurso interposto(2075)
826.288/2000-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA.
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
826.544/2014-AREAL COSTA LTDA- Cessionário:Shamantta Costa & Cia Ltda- CNPJ 27.208.644/0001-05- Licenciamento n°45/2014- Vencimento do Licenciamento: 30/06/2019
826.765/2016-MÁRCIO NUNES DA SILVA- Cessionário:Cascalheira Tucunduva Ltda Me- CNPJ 28.069.864/0001-89- Licenciamento n°18/2017- Vencimento do Licenciamento: 19/10/2021
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
826.529/2006-MINERAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.186/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA-OF. N°513/2017/DGTM/DNPM/PR
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
826.343/2017-MUNICÍPIO DE PALMAS- Registro de Extração N°05/2017 de 06/10/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.370/2017-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-OF. N°496/2017/DGTM/DNPM/PR
826.391/2017-AREAL SÃO LUIZ LTDA.-OF. N°509/2017/DGTM/DNPM/PR
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
826.099/2014-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.
826.529/2016-AREAL SÃO LUIZ LTDA.

RELAÇÃO Nº 63/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
826.787/2014-GTS MINÉRIOS LTDA- AI N°304/2017
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
826.845/2011-ITATINGA CALCÁRIO E CORRETIVOS LTDA - Publicado DOU de 21/08/2017, Relação n° 54/2017, Seção 1, pág. 46- Onde se lê: "...aprova o relatório final de pesquisa..."; Leia-se aprova o relatório final de pesquisa com redução de área de 82,13 ha para 51,13 ha...".
826.676/2013-ITATINGA CALCÁRIO E CORRETIVOS LTDA - Publicado DOU de 21/08/2017, Relação n° 54/2017, Seção 1, pág. 46- Onde se lê: "...aprova o relatório de pesquisa..."; Leia-se: "...aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 52,97 ha para 35,39 ha...".
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Notificação Administrativa(905)
820.352/1984-BOSCARDIN & CIA- NOT. N°55/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.366/2003-MINERADORA CAVALLIERE & CIA LTDA - Publicado DOU de 20/11/2007, Relação n° 86/2007, Seção 1, pág. 109- Onde se lê: "...nos municípios de Altônia e Guaira, estado do Paraná..."; leia-se: "...nos municípios de Altônia, Terra Roxa e Guaíra, estado do Paraná...".

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 86/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Alexander Machado Orsi - 886008/13
Mineração Jurua Ltda me - 886509/11

RELAÇÃO Nº 88/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Aparecido de Souza Lima me Cpf/cnpj :03.349.821/0001-26 - Processo minerário: 886316/06 - Processo de cobrança: 986345/17 Valor: R$.740,29
Titular: Base Solida Eireli Epp Cpf/cnpj :05.968.144/0001-50 - Processo minerário: 886242/01 - Processo de cobrança: 986344/17 Valor: R$.596,44
Titular: Ceramica Romana Ltda Cpf/cnpj :03.479.587/0001-51 - Processo minerário: 886565/04 - Processo de cobrança: 986346/17 Valor: R$.1.982,25
Titular: Ceramica Rosalino s a Cpf/cnpj :04.791.307/0001-09 - Processo minerário: 886039/03 - Processo de cobrança: 986349/17 Valor: R$.56,38
Titular: Construtora Castilho S.A. Cpf/cnpj :92.779.503/0009-82 - Processo minerário: 886135/00 - Processo de cobrança: 986348/17 Valor: R$.2.710,97
Titular: Deposito de Areia Familia Ltda me Cpf/cnpj :01.664.791/0001-17 - Processo minerário: 886567/04 - Processo de cobrança: 986325/17 Valor: R$.303,24, Processo minerário: 886567/04 - Processo de cobrança: 986327/17 Valor: R$.249,66

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 176/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.070/2011-CARLOS ROBERTO AMANTE-OF. N°3528/2017
815.023/2016-WAGNER PATRICIO-OF. N°3529/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.503/2013-ADRIANA BOZA
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
815.142/1996-LUCIDIO JOSÉ CELLA-Na Relação nº 23/2017, onde se lê: "EDITAL DISPONIBILIDADE N°7/2014", Leia-se: "EDITAL DISPONIBILIDADE N°08/2007"
Fase de Concessão de Lavra
Determina a interdição da lavra(442)
815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA- N° do Termo de Interdição:004/2017, de 31/08/2017- Lacre N° s/nº
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
008.694/1943-MINERAÇÃO CASTELO BRANCO LTDA-OF. N°3641/2017
810.241/1979-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3525/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

810.619/1979-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3526/2017

815.276/1984-ALTO VALE DE MINERAÇAO LTDA ME-OF. N°3656/2017

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

815.114/1998-TERFAL MAT. CONST. LTDA-TUBARÃO/SC, CAPIVARI DE BAIXO/SC - Guia n° 098/2017-50.000t-Areia- Validade:08/10/2018

815.641/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-MELEIRO/SC - Guia n° 099/2017-12.000t-Argila- Validade:06/10/2018

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.726/2004-RIGESA, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA-OF. N°3507/2017

815.071/2010-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.071/2010-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°3640/2017

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)

815.480/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA-OF. N°3524/2017

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

815.480/1987-CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Licenciamento N°:220 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.481/1987-CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Licenciamento N°:221 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.545/1987-MARGARETE MARIA SCHURHAUS MACHADO ME- Licenciamento N°:375 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.801/1996-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA. EPP.- Licenciamento N°:590 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.446/1997-EXTRAÇÃO DE AREIA VERDE VALE LTDA EPP- Licenciamento N°:771 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.597/2002-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA. EPP.- Licenciamento N°:1018 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.736/2005-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA. EPP.- Licenciamento N°:1255 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.665/2007-ANDRÉ REIS EPP- Licenciamento N°:1333 - Prorrogado por 5 (CINCO) ano(s)

815.574/2011-INDÚSTRIA DE PRODUTOS CERÂMICOS VÔ JOÃO LTDA ME- Licenciamento N°:1506 - Prorrogado por 05 (cinco) ano(s)

815.931/2011-RETITULHO TRANSPORTES LTDA EPP- Licenciamento N°:2012 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

816.052/2013-RUDNICK MINÉRIOS LTDA- Licenciamento N°:1984 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

815.583/2014-LUCIANO SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME- Cessionário:CONSTRUTORA WD EIRELI ME- CNPJ 19182027/0001-70- Licenciamento n°1667- Vencimento do Licenciamento: 20 (vinte) anos

Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1203)

815.097/1998-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Início:01/09/2017-Término:01/09/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)

815.108/2017-REFLORESTADORA MONTE CARLO LTDA.-Licenciamento N°2087 - Prazo: 10 (DEZ) ano(s)

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

815.898/2013-CONSTRUTORA H. I.M LTDA ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

815.566/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS-OF. N°3534/2017

815.567/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS-OF. N°3533/2017

815.568/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS-OF. N°3534/2017

815.570/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA-OF. N°3532/2017

815.573/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA-OF. N°3530/2017

815.575/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ-OF. N°3531/2017

Fase de Registro de Extração

Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)

815.735/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS-Registro de Extração N°03- DOU de 16/04/2008

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 304, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 564, de 17 de outubro de 2014, e o que consta no Processo nº 48340.004833/2017-71, resolve:

Art. 1º Retificar, na forma dos Anexos I e II à presente Portaria, os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas movidas a biomassa com CVU nulo, com base no art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 564, de 17 de outubro de 2014.

Parágrafo único. Em consequência da retificação de que trata o caput, ficam anulados os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas denominadas Asja BH, Baldin, Ipê e Simasa estabelecidos nos Anexos III e IV da Portaria SPE/MME nº 276, de 27 de setembro de 2017.

Art. 2º Anular os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos III e IV da Portaria SPE/MME nº 276, de 27 de setembro de 2017, referentes à Usina Termelétrica denominada Ibitiúva Bioenergética, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: UTE.AI.SP.027768-1.01.

Parágrafo único. Em consequência da anulação de que trata o caput, ficam restabelecidos os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes no Anexo I da Portaria SPE/MME nº 21, de 16 de julho de 2008 referentes à Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética.

Art. 3º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos I e II são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas.

Parágrafo único. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas dos Pontos de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 4º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos I e II terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 5º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos I e II poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO I

Revisão da Garantia Física de Energia das Usinas Termelétricas - UTEs a Biomassa com CVU nulo com Base na Geração Média de Energia Elétrica

UTE	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Garantia Física de Energia Revista (MWmed)
Asja BH(1)	UTE.RU.MG.030191-4.01	1,4
Baldin(1)	UTE.AI.SP.030169-8.01	10,4
Ipê(1)	UTE.AI.SP.030268-6.01	15,0
Simasa(1)	UTE.FL.MA.028500-5.01	0,7

1. Usina com parcelas agregadas

ANEXO II

Disponibilidade mensal de energia das Usinas Termelétricas a Biomassa com CVU nulo

UTE	CEG - ANEEL	Disponibilidade mensal de energia (MWh)											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Asja BH (1)	UTE.RU.MG.030191-4.01	1092	697	912	879	935	1127	1146	1110	1042	1032	1045	1030
Baldin (1)	UTE.AI.SP.030169-8.01	0	0	0	7855	10070	10986	14886	15494	14516	11417	5931	0
Ipê (1)	UTE.AI.SP.030268-6.01	135	15278	11533	11209	10558	12405	11179	10888	12258	11686	10862	13265
Simasa (1)	UTE.FL.MA.028500-5.01	267	153	0	0	0	1004	749	920	1252	958	315	245

1. Usina com parcelas agregadas

PORTARIA Nº 305, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.004019/2017-77, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 3 do Leilão nº 005/2016-ANEEL, de titularidade da empresa Energisa Goiás - Transmissora de Energia I S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.092.478/0001-08, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 24/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da Energisa Goiás - Transmissora de Energia I S.A, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Energisa Goiás - Transmissora de Energia I S.A deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Energisa Goiás - Transmissora de Energia I S.A deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Energisa Goiás - Transmissora de Energia I S.A		28.092.478/0001-08
03 - Logradouro		04 - Número
Praça Rui Barbosa		80
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
parte	-	36.770-901
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Cataguases	Minas Gerais	(21) 2122-6900
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Lote 3 do Leilão nº 005/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 24/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017).	
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 3 do Leilão nº 005/2016-ANEEL, compreendendo:	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	I - Linha de Transmissão 230 kV Rio Verde Norte - Jatai - Circuito Duplo, Cl e C2, com 136 km; II - Subestação 500/230 kV Rio Verde Norte (novo pátio 230 kV) - (6 + 1 Res) x 224 MVA.
	III - Conexões de Unidades de Transformacão, Entradas de Linha, Interligacões de Barramentos, Barramentos, instalacões vinculadas e demais instalações necessárias as funcões de medicão, supervisão, protecão, comando, controle, telecomunicacão, administração e apoio.
Período de Execução	De 11/8/2017 a 11/8/2021.
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Rio Verde e Jataí, Estado de Goiás.
12 - PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Ricardo Perez Botelho.	CPF: 738.738.027-91.
Nome: Evandro Pacheco Magalhães.	CPF: 482.466.546-91.
Nome: Vicente Cortes de Carvalho.	CPF: 194.381.256-04.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	137.993.066,44.
Serviços	109.547.053,84.
Outros	12.501.189,44.
Total (1)	260.041.309,72.
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	125.228.707,79.
Serviços	103.190.678,92.
Outros	12.501.189,44.
Total (2)	240.920.576,15.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 16 de outubro de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: FUNDAÇÃO LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE ANTÔNIO DIAS
CNPJ: 00.133.818/0001-82
Município: Camboriú/SC
Processo nº: 71000.052579/2015-29

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Instituto para Otimização da Aprendizagem - INODAP
CNPJ: 03.772.587/0001-45
Município: Curitiba /PR
Processo nº: 71000.067619/2014-56

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL PE. JAMIL ALVES DE SOUZA
CNPJ: 05.451.143/0001-33
Município: Orlândia/SP
Processo nº: 71000.070552/2015-18

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 98, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Autorização para operacionalizar Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV) Para Convenente por meio de tal operacionalidade no Portal dos Convênios (SICONV) em Termo de Parceria firmado pela União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições da Portaria nº 05, de 27 de janeiro de 2015, que alterou a Portaria nº 199, de 27 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a OSCIP Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) a operacionalizar OBTV para o Convenente no Portal dos Convênios (SICONV) nos instrumentos de ajuste firmados com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), conforme as condições e valores abaixo descritos:

OSCIP Parceira	Nº TP	Nº Siconv	Processo	Valor OBTV para Convenente
Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido - AP1MC	001/2014	811724	71000.009857/2014-47	R$ 2.115.351,13

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1.903, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.044, de 19 de junho de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 677ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga preventiva de uso de recursos hídricos a:

Nelson Fernando Padovani, rio Itaguari, Município de Cocos/Bahia, irrigação.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERRREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.044, de 19 de junho de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 677ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.899 - Cleiton da Costa Mesquita, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.900 - Nara Júnia Campos Ribeiro Garcia, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.901 - Hamilton José Batista Magalhães, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.902 - Thiago Dallapicula Gama, rio Cotaxé ou braço norte do rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Nº 1.904 - Julieta Gaia Lopes, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERRREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 668, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Cautário/RO. Processo Administrativo n° 02070.000275/2015-30.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 2.154/Casa Civil, de 7 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Cautário pertencente ao estado de Rondônia, constante do processo administrativo n º 02070.000275/2015-30.

Parágrafo único. A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico. Até que os limites sejam discutidos e aprovados, deverá ser utilizado como referencial para o licenciamento a Resolução 428/2010 do CONAMA, prorrogada pela Resolução CONAMA n° 473, de 11/12/2015.

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 146, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, previstas nos arts. 1º, inciso II e 56, incisos I e XXIII, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, aprovado pela Portaria GM/MP nº 152, de 5 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e dando cumprimento ao estabelecido na Portaria Interministerial MP/MDA nº 210, de 13 de junho de 2014, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04905.000198/2016-64, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União de 10.026,1608 hectares, localizado no arquipélago de Marajó, município de Cachoeira do Arari - PA, denominado Território Quilombola do Gurupá, classificado como terreno de marinha e acrescidos e nacional interior de ilha costeira sem sede municipal, conforme Nota Técnica 13700/2017-MP.

§ 1º O imóvel da União de que trata o caput está incorporado ao Patrimônio da União, por força de lei e em conformidade com o que consta do Processo nº 04905.000198/2016-64, apresentando as seguintes características e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AB-P-1, cravado na divisa com Sr. Fortunato Santos da Silva e o Sr. (RIO CARACARA), de coordenadas N 9.876.563,80 m. e E 746.202,75 m., situado no limite com Sr. Dilerço D. dos Santos (RIO CARACARA), deste, segue com azimute de 151°27"13" e distância de 3.741,37 m., confrontando neste trecho com herdeiros da posse boca do caracara, até o vértice AB-P-2; deste, segue com azimute de 84°14"33" e distância de 2.910,68 m., confrontando neste trecho com herdeiros da posse BOCA DO CARACARA e RIO CARACARA, até o vértice AB-P-3; deste, segue no sentido jusante pelo RIO CARACARA com uma distância de 1.218,95 m., confrontando neste trecho com o Ig. Campininha, até o vértice AB-P-4; deste, segue no sentido montante com uma distância de 4.967,55 m., confrontando neste trecho com BAIA DO MARAJÓ, até o vértice AB-P-5; deste, segue no sentido montante com uma distância de 3.282,38m, confrontando neste trecho com RIO GURUPÁ E RIO ARARI, até o vértice AB-P-6; deste, segue no sentido montante com uma distância de 11.628,71m, confrontando neste trecho com o RIO ARARI, até o vértice AB-P-7; deste, segue no sentido montante com uma distância de 3.393,45m, confrontando neste trecho com a RIO ARARI, até o vértice AB-P-8; deste, segue no sentido montante com distância de 3.873,26m, confrontando neste trecho com RIO ARARI E IGARAPÉ MURUTUCU, até o vértice AB-P-9; deste segue com azimute de 37°43"48"" e distância de 4.847,42m, confrontando neste trecho com a FAZENDA MURUTUCU, até o vértice AB-P-10;deste, segue com azimute de 77°04"12"" e distância de 5.216,17m, confrontando neste trecho com o Sr. Fortunato Santos da Silva, até o vértice AB-P-1 ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se- representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

§ 2º O imóvel tratado neste artigo é de interesse público na medida em que será destinado à regularização fundiária de interesse social em favor da Comunidade Quilombola de Gurupá no âmbito da Portaria Interministerial MP/MDA nº 210, de 13 de junho de 2014, beneficiando cerca de 146 famílias conforme RTID ARQ GURUPÁ (4118606) às fls. 449.

Art. 2º A SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Cartório de Ofício de Registro de Imóvel e à Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 022, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.005774/2016-66, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina, do imóvel constituído por terreno de marinha e acrescidos, medindo 81,87m2, situado na Rua Girassol, Praia de Morrinhos, na Cidade de Bombinhas, neste Estado.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao alargamento do acesso público à Praia de Morrinhos, com implantação de infraestrutura para atender a comunidade local.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outro explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A implantação de quaisquer obras no referido imóvel fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 860, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Resolução nº 553, de 2007, que aprovou o Regulamento do Fundo de Investimento do FI-FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, com base no disposto nas alíneas "c" e "h" do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990,

Considerando a conclusão dos trabalhos do Grupo instituído pela Resolução nº 821, de 30 de agosto de 2016, com a finalidade de discutir a governança, a alocação e o direcionamento dos recursos do FI-FGTS, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007, que trata do Regulamento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), que passa a vigorar nos termos do anexo desta Resolução.

Art. 2º O Comitê de Auditoria de que trata o art. 32 do anexo desta Resolução será instituído até 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

CNPJ 09.234.078/0001-45

CAPÍTULO I

DO FUNDO

Art. 1º O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), instituído pela Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, doravante denominado FUNDO, é constituído nos termos disciplinados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por Resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, regido por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, tem por finalidade investir em construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura nos seguintes setores: rodovia, porto, hidrovia, ferrovia, energia, saneamento e aeroporto.

§ 1º Para os fins deste Regulamento, os termos e expressões iniciados em maiúsculas, nele não definidos, terão o significado que lhes é atribuído no glossário deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

§ 2º O FUNDO poderá participar de projetos contratados sob a forma de parceria público-privada (PPP), instituída pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Regulamento.

§ 3º O FUNDO destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, após regulamentação da CVM, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS (FIC FI-FGTS), conforme previsto no art. 5º, inciso XIII, alínea "i", da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 4º Entende-se por setor a atividade-matriz de energia, rodovia, ferrovia, porto, saneamento, hidrovia e aeroporto e o conjunto de atividades econômicas representado por empreendimentos de infraestrutura complementares ao funcionamento finalístico da atividade-matriz.

§ 5º Consideram-se empreendimentos complementares os terminais e armazéns de cargas, nos casos dos setores de rodovia, ferrovia, porto, hidrovia e aeroporto.

§ 6º Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036, de 1990, será garantida, pela Caixa Econômica Federal, aos recursos alocados ao FUNDO, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do art. 13º da Lei nº 8.036, de 1990, que será apurada no momento de resgate total de cotas ou na liquidação do FUNDO, de que tratam os Capítulos IV e XI.

§ 7º Este Regulamento foi alterado pelo CCFGTS na Reunião Ordinária, de 22 de agosto de 2017, na forma da Resolução nº 860, e conforme previsto no art. 5º da Lei nº 8036, de 1990, com a redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º O FUNDO é administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela Caixa Econômica Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede na cidade de Brasília/DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, por meio da Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, sita na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, São Paulo/SP, CEP 01310-300, doravante designada, simplesmente, ADMINISTRADORA.

Art. 3º Os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, tesouraria e controladoria de ativo e de passivo do FUNDO serão prestados pelo Banco Bradesco S.A, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

Art. 4º Compete à ADMINISTRADORA a gestão do patrimônio do FUNDO, podendo realizar todas as operações, praticar todos os atos que se relacionem com o seu objeto e exercer todos os direitos inerentes à titularidade dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de promover medidas judiciais e administrativas, votação em assembleias gerais e especiais, abertura e movimentação de contas bancárias, aquisição e alienação de títulos pertencentes ao FUNDO, desde que observadas as restrições impostas por este Regulamento. Poderá, ainda, proceder à contratação de terceiros legalmente habilitados para a prestação de serviços relativos às atividades do FUNDO.

Art. 5º A ADMINISTRADORA e cada prestador de serviço contratado respondem perante a CVM, na esfera das respectivas competências, ou por seus próprios atos e omissões contrários à lei, a este Regulamento e às disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Art. 6º O FUNDO tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações:

I - Instrumentos de Participação Societária;

II - debêntures, notas promissórias e outros Instrumentos de Dívida corporativa;

III - cotas de fundos de investimento imobiliário;

IV - cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;

V - cotas de fundos de investimento em participações;

VI - certificados de recebíveis imobiliários;

VII - contratos derivativos;

VIII - títulos públicos federais.

§ 1º Os investimentos nos ativos financeiros referidos nos incisos I e II deste artigo serão condicionados a que as sociedades emissoras tenham suas demonstrações contábeis anuais auditadas por auditor independente registrado pela CVM.

§ 2º Os investimentos nos ativos financeiros referidos nos incisos III a VI deste artigo serão condicionados a que estes ativos sejam registrados pela CVM.

§ 3º Os investimentos em contratos derivativos referidos no inciso VII deste artigo terão por finalidade a proteção dos demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

§ 4º As Disponibilidades do FUNDO poderão ser aplicadas em títulos públicos federais (TPF), em cotas de fundos que invistam exclusivamente em TPF ou em operações compromissadas lastreadas em TPF.

§ 5º O objetivo estabelecido no caput deste artigo não se constitui, em qualquer hipótese, em garantia ou promessa de rentabilidade.

§ 6º O FUNDO somente aplicará em Instrumentos de Dívida com classificação de risco correspondente ou superior a baixo risco de crédito, emitida por agência classificadora de risco internacional em funcionamento no país.

§ 7º Pelo termo reforma a que se refere o caput deste artigo entende-se somente as obras que tenham por objetivo propiciar modernização e incremento de capacidade, excluindo as obras que sejam consideradas pelo Comitê de Investimento como tendo, preponderantemente, caráter de manutenção.

Art. 7º O FUNDO poderá realizar operações cuja contraparte seja a ADMINISTRADORA, bem como os fundos de investimento por ela administrados ou empresas a ela ligadas.

Art. 8º Os ativos que compõem a carteira do FUNDO, conforme o caput do art. 6º, estarão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

§ 1º Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente ou por meio do uso de derivativos ao risco das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas ou ambas.

§ 2º Quanto aos riscos associados ao investimento no FUNDO, destacam-se de forma não taxativa:

I - Risco de Mercado: está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do FUNDO, devido a alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato do FUNDO e/ou dos fundos de investimento nos quais o FUNDO aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do FUNDO pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo do tempo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

II - Risco de Crédito: está relacionado à possibilidade de os emissores ou contraparte dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do FUNDO e/ou dos fundos de investimentos nos quais o FUNDO investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e/ou dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - Risco de Liquidez: está relacionado à possibilidade de o FUNDO não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo CCFGTS nos prazos legais e/ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado e/ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do FUNDO e/ou dos fundos de investimento nos quais o FUNDO investe por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

Art. 9º A ADMINISTRADORA deve possuir área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do FUNDO.

§ 1º Para o gerenciamento do risco de mercado deverão ser utilizados modelos estatísticos, tais como: o VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado; e a Análise de "Stress", que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress.

§ 2º O controle do risco de crédito é realizado por meio de política de crédito e processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO.

§ 3º A despeito da diligência da ADMINISTRADORA na defesa dos interesses do cotista e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

Art. 10. Os limites de concentração por setor, empreendimento, classe de ativos e por ativo individual serão observados pela ADMINISTRADORA com base no Valor Total Comprometido do FUNDO.

§ 1º O limite de concentração por setor será de até 40% do Valor Total Comprometido do FUNDO.

§ 2º A exigência mínima de capital do próprio empreendedor será de 20% do valor total do empreendimento.

§ 3º Os limites de composição e diversificação por classe de ativos são:

I - até 40% do Valor Total Comprometido do FUNDO em ativos que representem participação, sendo que deste total:

a) até 100% em Instrumentos de Participação Societária;

b) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Participações;

c) até 25% em cotas de Fundos de Investimento Imobiliário.

II - até 100% do Valor Total Comprometido do FUNDO em ativos que representem Instrumentos de Dívida, sendo que deste total:

a) até 100% em debêntures, notas promissórias e outros Instrumentos de Dívida corporativa;

b) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados;

c) até 25% em Certificados de Recebíveis Imobiliários.

§ 4º A participação em cada Instrumento de Participação Societária não poderá representar mais que 20% do Valor Total Comprometido do FUNDO.

§ 5º A aquisição de Instrumentos de Dívida de único emissor não poderá representar mais que 20% do Valor Total Comprometido do FUNDO.

§ 6º A aquisição de cotas de único Fundo de Investimento Imobiliário ou Fundo de Investimento em Participações não poderá representar mais que 10% do Valor Total Comprometido do FUNDO.

§ 7º A aplicação em ativos financeiros de responsabilidade da ADMINISTRADORA, ou de empresa ligada, será de até 100% do Valor Total Comprometido, observados os limites aplicáveis a cada classe de ativos e a cada ativo individualmente.

Art. 11. As aplicações em empreendimentos controlados pelo mesmo grupo econômico não poderão exceder a 30% do Valor Total Comprometido do FUNDO.

Art. 12. É vedada ao FUNDO qualquer operação que caracterize repasse de recursos a instituições financeiras e bancos de desenvolvimento.

Parágrafo único. Entende-se por repasse operações cujo tomador do recurso responda pelo risco perante o FUNDO e se utilize do recurso para operações de financiamento.

Art. 13. O percentual máximo que o FUNDO poderá alocar em Instrumentos de Dívida será de até 50% do valor total de cada empreendimento.

§ 1º A participação a que se refere o caput deste artigo deverá contar com garantias tais como penhor das ações, fiança bancária, aval dos sócios, recebíveis, contratos de fornecimento garantido, ativos do empreendimento ou outras a serem negociadas.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, o percentual alocado pelo FUNDO será de até 100% do patrimônio líquido do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios investido, desde que sua administração seja realizada pela Caixa Econômica Federal exclusivamente para estruturar o FIC FI-FGTS.

Art. 14. O percentual máximo alocado pelo FUNDO será de até 30% do valor total do empreendimento quando o investimento for realizado em Instrumentos de Participação.

§ 1º O percentual máximo alocado pelo FUNDO em Fundos de Investimentos em Participações será de até 30% do patrimônio líquido do fundo investido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, o percentual alocado pelo FUNDO será de até 100% do patrimônio líquido do Fundo de Investimento em Participações investido, desde que sua administração seja realizada pela Caixa Econômica Federal, hipótese em que não haverá cobrança de Taxa de Administração sobre a gestão de tal instrumento.

Art. 15. Os títulos, valores mobiliários e operações no mercado de derivativos, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em nome do FUNDO, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela CVM.

CAPÍTULO IV

DAS INTEGRALIZAÇÕES E RESGATES DE COTAS

Art. 16. A integralização inicial de recursos do FUNDO corresponderá ao Valor de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) e será efetivada da seguinte forma:

a) o valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) deverá ser efetuado em até 30 dias após o registro do FUNDO na CVM.

b) o restante será integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

Parágrafo único. As integralizações serão efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo cotista em favor do FUNDO, observado o horário fixado pela ADMINISTRADORA.

Art. 17. Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada, até ser atingido o valor limite de R$ 62.047.576.000,00 (sessenta e dois bilhões, quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais), equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do FGTS, totalizando R$ 64.047.576.000,00 (sessenta e quatro bilhões, quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais).

Parágrafo único. As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do CCFGTS.

Art. 18. A integralização das cotas, iniciais e adicionais, poderá ser realizada em moeda corrente nacional ou títulos da dívida pública federal.

Art. 19. O valor da cota será calculado diariamente com base nas normas contábeis aplicáveis ao FUNDO.

§ 1º Os resultados obtidos pela variação diária dos ativos integrantes da carteira ou quaisquer outros proventos recebidos impactarão o valor da cota do FUNDO.

§ 2º A contabilização dos ativos financeiros do FUNDO será feita a mercado, conforme as regras estabelecidas pela CVM.

§ 3º As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e serão escriturais e nominativas.

§ 4º O valor da cota corresponderá à divisão do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas emitidas.

Art. 20. Anualmente, na primeira reunião ordinária após a aprovação do Relatório de Gestão do FUNDO, ou em eventual situação de risco de liquidez do FGTS, o CCFGTS deliberará sobre Reinvestimento ou resgate de cotas.

§ 1º Considerando a composição do patrimônio do FUNDO, serão passíveis de resgate os valores livres de obrigações contratuais, oriundos dos projetos aprovados em Proposta de Investimento e concluídos, desde que o seu resgate não signifique a necessidade de aporte no FUNDO para fazer frente às suas necessidades de capital usuais de manutenção, como despesas, custos e demais obrigações já estabelecidos nos acordos vinculados aos investimentos e ainda não desembolsados.

§ 2º Nos resgates solicitados até às 12h (horário de Brasília), a conversão das cotas dar-se-á pelo valor da cota apurado no encerramento do dia da solicitação (D+0), observados os limites previstos no Parágrafo Primeiro.

§ 3º O crédito referente ao valor da conversão das cotas será efetivado em 1 (um) Dia Útil, contado a partir do recebimento da solicitação (D+1).

§ 4º O valor a ser solicitado em resgate deverá observar o montante investido em Disponibilidades, descontadas as despesas e taxas já provisionadas, sendo o valor resultante, ou seja, o valor disponível para resgate, informado pela ADMINISTRADORA por ocasião da referida solicitação.

Art. 21. Os recursos resultantes de retorno sobre investimentos a título de amortizações, desinvestimentos, juros, multas contratuais, dividendos, vencimentos antecipados e prêmios por resgate antecipado, apurados ao final de cada exercício fiscal e apresentados no Relatório de Gestão do FUNDO, poderão ser reinvestidos em empreendimentos, se apresentada demanda pela ADMINISTRADORA, ou poderão ter o seu valor resgatado em cotas do FUNDO que retornarão ao patrimônio do FGTS.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser apresentados como parte integrante do Relatório de Gestão do FUNDO.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO

Art. 22. Após a subscrição inicial, a ADMINISTRADORA fará jus a uma Taxa de Administração a ser calculada e paga de acordo com as regras definidas abaixo:

§ 1º A Taxa de Administração a ser paga pelo FI-FGTS à ADMINISTRADORA corresponderá a 1,0% (um por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO, deduzidos os valores aplicados em Disponibilidades.

§ 2º Sobre as Disponibilidades, incidirá a Taxa de Administração de 0,10% a.a. (dez centésimos por cento).

§ 3º A remuneração da ADMINISTRADORA será calculada e provisionada todo Dia Útil, com base em 252 dias úteis, nos valores e nos percentuais referidos nos §§ 1º e 2º deste artigo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

§ 4º A Taxa de Administração mencionada no caput, deste artigo, no parágrafo primeiro e no parágrafo segundo deste artigo, não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo FUNDO.

§ 5º É vedada a cobrança de taxa de performance.

CAPÍTULO VI

DOS ENCARGOS E DESPESAS DO FUNDO

Art. 23. Constituirão encargos do FUNDO, além da remuneração de que trata o art. 21 deste Regulamento, as seguintes despesas:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio do FUNDO;

II - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações ao cotista, e com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento e na regulamentação pertinente;

III - honorários e despesas do auditor independente encarregado da auditoria das demonstrações contábeis do FUNDO;

IV - comissões, emolumentos e quaisquer outras despesas relativas às operações com ativos mobiliários efetuadas em nome ou para benefício do FUNDO;

V - honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, judicial ou extrajudicialmente, inclusive o valor de condenação eventualmente imputada ao FUNDO, se for o caso;

VI - parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro, desde que não decorra diretamente de culpa ou dolo da ADMINISTRADORA no exercício de suas funções;

VII - quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO, inclusive o registro dos documentos pertinentes, dentro dos limites estabelecidos neste Regulamento;

VIII - taxa de custódia de títulos e valores mobiliários, tesouraria e controladoria de ativo e de passivo do FUNDO;

IX - despesas com consultoria, pareceres técnicos e estudos especializados contratados pelo FUNDO;

X - despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pela ADMINISTRADORA ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação;

XI - remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

Art. 24. Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correrão por conta da ADMINISTRADORA.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Art. 25. O Comitê de Investimento do FUNDO será composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução sequencial, independentemente se for ocupar mandato de titular ou suplente, sendo:

I - 6 (seis) membros representantes da sociedade civil com assento no CCFGTS, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada dos trabalhadores e 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada patronal.

II - 6 (seis) membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no CCFGTS, sendo 1 (um) membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 (um) membro do Ministério da Fazenda, 1 (um) membro do Ministério das Cidades, 1 (um) membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 (um) membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 (um) membro da Caixa Econômica Federal.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimento serão técnicos aprovados e designados pelo CCFGTS, a partir de indicação dos órgãos e entidade de Governo e das bancadas da sociedade civil que o integram, não podendo ser indicados, concomitantemente, os Conselheiros do CCFGTS.

§ 2º As indicações formalizadas deverão ser acompanhadas dos currículos que comprovem a qualificação ou conhecimento técnico dos respectivos indicados, contendo formação superior ou experiência ou especialização ou certificação profissional nas seguintes áreas:

a) setores em que o FI-FGTS realiza os investimentos; ou

b) mercados financeiro ou de capitais; ou

c) gestão de fundos.

§ 3º Na hipótese de substituição de membros titulares ou suplentes com mandato em curso, considera-se iniciado novo mandato.

§ 4º Os suplentes dos representantes da sociedade civil serão designados como 1º, 2º e 3º suplentes, conforme indicação de cada bancada, o que determinará a sequência de eventual substituição de titulares, em caso de presença às reuniões de mais de um suplente da mesma bancada.

§ 5º Na hipótese de vacância do mandato de representantes da sociedade civil, a bancada deverá definir se a vaga será preenchida por membro suplente, observada a ordem de designação, ou por novo membro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 26. A presidência do Comitê de Investimento será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidade do Governo Federal, devendo o presidente ser eleito por, no mínimo, 7 (sete) de seus membros, com prazo de mandato de 1 (um) ano.

§ 1º A eleição do presidente do Comitê de Investimento deverá ser item de pauta de reunião previamente convocada para essa finalidade.

§ 2º A alternância descrita no caput deste artigo será dispensada caso não haja candidatos de representação diferente daquela que estiver exercendo a presidência, observada a necessidade de eleição de presidente.

§ 3º A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação do presidente e indicado previamente à eleição.

§ 4º O vice-presidente assumirá a presidência das reuniões nas ausências do presidente.

§ 5º Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

§ 6º Na hipótese de vacância do mandato de presidente, o vice-presidente assumirá, devendo a representação que estiver exercendo a presidência indicar novo vice-presidente, que completará o mandato.

§ 7º Na hipótese de vacância do mandato de vice-presidente, a representação que estiver exercendo a presidência poderá indicar substituto, que completará o mandato.

Art. 27. São atribuições do Comitê de Investimento:

I - aprovar seu Regimento Interno;

II - acompanhar as diretrizes a serem seguidas pelo FUNDO com relação à sua política de investimentos, estabelecida no Capítulo III;

III - deliberar sobre as Propostas de Investimento e Desinvestimento apresentadas pela Administradora e acompanhar a performance do FUNDO por meio de relatórios de governança e de gestão elaborados pela ADMINISTRADORA acerca do desempenho dos ativos integrantes de sua carteira;

IV - aprovar a contratação de consultoria e assessoria legal necessárias ao processo de aquisição, controle e venda dos ativos do FUNDO, bem como demais prestadores de serviço do FUNDO;

V - supervisionar as atividades previamente aprovadas pelo Comitê de Investimento e executadas pela ADMINISTRADORA;

VI - avaliar e deliberar em casos em que haja potencial conflito de interesses e avaliar sobre seu encaminhamento à deliberação do CCFGTS;

VII - dirimir eventuais conflitos de interesses na administração e gestão do FUNDO;

VIII - examinar eventual quebra de sigilo de que trata o § 2º do art. 44 deste Regulamento e deliberar sobre seu encaminhamento, por meio do Agente Operador do FGTS, à deliberação do CCFGTS;

IX - submeter ao CCFGTS proposta de alteração da política de investimento do FUNDO; e

Art. 28. O Comitê de Investimento reunir-se-á:

I - ordinariamente, no último decêndio de cada bimestre;

II - extraordinariamente, mediante convocação realizada pela ADMINISTRADORA ou por, no mínimo, 3 (três) de seus membros, em quaisquer ocasiões consideradas convenientes.

§ 1º As convocações para as reuniões do Comitê de Investimento indicarão a ordem do dia, bem como o local, data e hora das reuniões, devendo ser efetuadas por correspondência ou correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º As reuniões do Comitê de Investimento somente poderão ser instaladas com a presença de, no mínimo, 9 (nove) membros.

§ 3º Os membros do Comitê de Investimento que não puderem comparecer ao local definido para a realização da reunião poderão participar por meio de videoconferências ou por outros meios aprovados previamente ou pelos membros presentes na reunião.

§ 4º Serão dispensadas as formalidades de convocação quando a reunião do Comitê de Investimento contar com a presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimento.

Art. 29. As deliberações do Comitê de Investimento ocorrerão por reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º Nas reuniões do Comitê de Investimento, os membros presentes, na condição de titulares, terão direito a um voto cada.

§ 2º As decisões tomadas deverão ser registradas por escrito, devendo ser lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

§ 3º As deliberações do Comitê de Investimento sobre investimentos e desinvestimentos do FUNDO deverão contar com:

a) presença de, no mínimo, 9 (nove) membros na reunião;

b) aprovação de, pelo menos, 3/4 (três quartos) dos membros presentes à reunião.

§ 4º As deliberações do Comitê de Investimento sobre as Propostas de Investimento apresentadas pela ADMINISTRADORA deverão contar com aprovação de pelo menos 3/4 (três quartos) dos membros presentes à reunião.

§ 5º Os votos em cada deliberação serão abertos e deverão ser acompanhados de justificativa técnica por parte dos respectivos membros votantes e embasada, sobretudo, em aspectos de risco e retorno dos investimentos, respeitando o disposto no Regimento Interno.

§ 6º Caso algum membro deixe de apresentar suas justificativas, a ADMINISTRADORA deverá comunicar o fato ao Presidente do Comitê de Investimento sobre a não observância do § 5º deste art.

Art. 30. Aos membros do Comitê de Investimento não caberá qualquer tipo de remuneração do FUNDO pelo desempenho de suas funções.

Art. 31. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação das resoluções deste capítulo serão resolvidos em reunião do Comitê de Investimento.

CAPÍTULO VIII

DO COMITÊ DE AUDITORIA

Art. 32. O Comitê de Auditoria do FUNDO, órgão de assessoramento permanente do Conselho Curador do FGTS, cujo funcionamento será estabelecido em Regimento Interno, será composto por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução por prazo idêntico, sendo:

I - 1 membro representante indicado pela bancada dos trabalhadores;

II - 1 membro representante indicado pela bancada patronal;

III - 1 membro representante dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no CCFGTS.

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria serão técnicos aprovados e designados pelo CCFGTS, a partir de indicação dos órgãos e entidade de Governo e das bancadas da sociedade civil que o integram.

§ 2º Os membros indicados para o Comitê de Auditoria não poderão compor nem o Comitê de Investimento do FUNDO, nem o Conselho Curador do FGTS, nem o Grupo de Apoio Permanente (GAP), assim como não poderão ser cônjuges e nem parentes em linha reta, em linha colateral ou por afinidade até terceiro grau dos membros desses colegiados.

§ 3º Os membros indicados para o Comitê de Auditoria não podem ter tido qualquer vínculo nos últimos 5 (cinco) anos com a ADMINISTRADORA, Comitê de Investimento, Conselho Curador do FGTS, GAP ou com qualquer empresa, instituição ou entidade, e com entidades coligadas, que tenham operações realizadas, ou em andamento, com o FUNDO.

§ 4º Os membros indicados para o Comitê de Auditoria não podem ter tido qualquer vínculo nos últimos 5 (cinco) anos, com a Auditoria Independente do FUNDO;

§ 5º As indicações formalizadas deverão ser acompanhadas dos currículos que comprovem a qualificação ou conhecimento técnico exigidos na legislação, regulamentação e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pelo CCFGTS, nas áreas de contabilidade ou auditoria, com experiência de natureza financeira ou de capitais, constituindo pré-requisito para o exercício do cargo, dentre outros que vierem a ser estabelecidos, que o indicado seja residente no país.

§ 6º Na hipótese de substituição de membros, o designado iniciará novo mandato, sendo obrigatória a observância da paridade estabelecida no artigo 32 deste Regulamento.

§ 7º Sempre que possível, o CCFGTS renovará o Comitê de Auditoria parcialmente, de formar que um de seus membros tenha, na data da nomeação do novo integrante, no mínimo, seis meses de participação no Colegiado.

§ 8º As Bancadas dos Trabalhadores e Empregadores deverão disponibilizar ao Conselho Curador a forma de escolha de seus representantes.

Art. 33. A presidência do Comitê de Auditoria será designada pelo CCFGTS, com prazo de mandato de 2 (dois) anos, sendo que esta deve ser exercida de modo rotativo entre os membros do Comitê.

Art. 34. São atribuições do Comitê de Auditoria:

I - submeter à análise e aprovação do CCFGTS seu Regimento Interno e ulteriores alterações;

II - assessorar o Conselho Curador no que concerne ao exercício de suas funções relativas ao FUNDO.

III - aprovar a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário, observada as Big Four de Auditoria;

IV - acompanhar e avaliar o cumprimento, pela administração do FUNDO, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos e pelos órgãos de controle;

V - revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis anuais do Fundo;

VI - analisar e manifestar-se, previamente ao encaminhamento ao Conselho Curador do FGTS, sobre o Relatório de Gestão Anual do Fundo;

VII - verificar a regularidade das operações realizadas pelo Fundo quanto ao cumprimento da política de investimentos, das alçadas decisórias, dos limites de exposição e das normas de governança do Fundo;

VIII - recomendar à ADMINISTRADORA do Fundo e ao Comitê de Investimento, correções e aprimoramentos de práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

IX - reunir-se, em conjunto ou separadamente, no mínimo trimestralmente, com a ADMINISTRADORA do FUNDO, com a Auditoria Independente e com o Comitê de Investimentos com o objetivo de verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, formalizando em atas os conteúdos de tais encontros;

X - verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso IX, o cumprimento de suas recomendações pela Administradora do FUNDO e pelo Comitê de Investimentos;

XI - reunir-se com o Conselho Curador do FGTS, por solicitação do mesmo, para discutir acerca de práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua competência;

XII - realizar trabalhos específicos mediante solicitação do Conselho Curador do FGTS.

XIII - comunicar à ADMINISTRADORA e ao Comitê de Investimento qualquer irregularidade na tramitação da operação nas diversas instâncias do FUNDO, cabendo à ADMINISTRADORA e ao Comitê de Investimento regularizar a situação antes do prosseguimento da realização do investimento.

XIV - Acompanhar a tramitação das solicitações de investimentos no âmbito da ADMINISTRADORA.

Art. 35. O Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Auditoria", a ser encaminhado ao Conselho Curador do FGTS, contendo no mínimo as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II - avaliação das atividades do Fundo, priorizando a análise dos procedimentos da gestão, e sua aderência com as Normas, e análise de riscos do FUNDO, evidenciando as deficiências porventura detectadas;

III - descrição das recomendações apresentadas à ADMINISTRADORA e ao Comitê de Investimento, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas;

IV - avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com evidenciação das deficiências porventura detectadas.

V - outras informações que julgar pertinentes no âmbito de suas atribuições.

Art. 36. O Comitê de Auditoria reunir-se-á:

I - ordinariamente, pelo menos uma vez por mês;

II - extraordinariamente, mediante convocação realizada pela ADMINISTRADORA ou por seu Presidente ou por solicitação do Conselho Curador do FGTS;

§ 1º As convocações para as reuniões do Comitê de Auditoria indicarão a ordem do dia, bem como o local, data e hora das reuniões, devendo ser efetuadas por correspondência ou correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º As reuniões do Comitê de Auditoria somente poderão ser instaladas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) membros.

§ 3º Os membros do Comitê de Auditoria que não puderem comparecer ao local definido para a realização da reunião, poderão participar por meio de videoconferências ou por outros meios aprovados previamente ou pelos membros presentes na reunião.

§ 4º Serão dispensadas as formalidades de convocação quando a reunião do Comitê de Investimento contar com a presença da totalidade dos membros do Comitê de Auditoria.

Art. 37. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria constituirá ônus do FUNDO.

Art. 38. Cabe à ADMINISTRADORA do FUNDO suprir as condições de infraestrutura para funcionamento do Comitê de Auditoria.

Art. 39. Os membros do Comitê de Auditoria deverão observar os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Padrões de Condutas dos órgãos e entidades que atuam na gestão do FGTS, aprovado pela Resolução do CCFGTS nº 696, de 24 de julho de 2012.

Parágrafo Único. Os membros do Comitê de Auditoria deverão informar ao Conselho Curador do FGTS qualquer situação que os coloque potencial ou efetivamente em situação de conflito de interesses com o FUNDO.

Art. 40. Todos os documentos e assuntos analisados nas reuniões do Comitê de Auditoria tem caráter absolutamente confidencial, sendo impedida a sua divulgação, sob qualquer pretexto, observadas as informações passíveis de divulgação pela ADMINISTRADORA, nos termos do inciso VI do art. 32 deste Regulamento.

§ 1º É condição para participar das reuniões do Comitê de Auditoria que seus membros tenham assinado o termo de confidencialidade.

§ 2º Observadas as disposições legais pertinentes, a quebra do sigilo de que trata o caput deste artigo será examinada, conforme previsto na Resolução do CCFGTS nº 696, de 2012.

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Art. 41. Incluem-se entre as obrigações da ADMINISTRADORA, além das demais previstas neste Regulamento e nas normas legais e regulamentares:

I - elaborar e apresentar ao Comitê de Investimento todas as informações e documentos necessários à avaliação e aprovação dos investimentos e desinvestimentos;

II - disponibilizar as informações do FUNDO de forma equânime entre todos os interessados;

III - disponibilizar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO;

IV - disponibilizar aos interessados a composição da carteira do FUNDO, trimestralmente, discriminando a quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

V - submeter à aprovação do CCFGTS qualquer proposta de alteração do Regulamento do FUNDO.

VI - divulgar no sítio do FUNDO:

a) o calendário de reuniões;

b) a ordem do dia, contendo os assuntos em pauta e, no caso de propostas de investimento, a descrição de, pelo menos, o nome da empresa, setor, valor e instrumento envolvido;

c) extrato de ata, contendo os assuntos discutidos, o quórum de deliberação, com registro nominal dos votos de cada um de seus membros e, no caso de propostas de investimento, a descrição de, pelo menos, o nome da empresa, setor, valor e instrumento envolvido.

Parágrafo único. Aplicam-se também à ADMINISTRADORA as vedações, obrigações e normas de conduta previstas nos artigos 89 a 92 da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014.

CAPÍTULO X

DAS PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Art. 42. A ADMINISTRADORA remeterá aos cotistas, mensalmente, através de correio eletrônico, extrato da conta contendo:

I - saldo e valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo dele;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - rentabilidade do FUNDO auferida entre o último Dia Útil do mês anterior e o último Dia Útil do mês de referência do extrato; e

III - data de emissão do extrato da conta.

§ 1º Demais informações sobre o FUNDO poderão ser obtidas, a qualquer tempo, pelos cotistas na sede da ADMINISTRADORA.

§ 2º Caso o FUNDO possua posições ou operações em curso que possam ser prejudicadas por sua divulgação, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade dessas posições, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da carteira, devendo ser colocadas à disposição dos cotistas no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do mês.

Art. 43. A ADMINISTRADORA está obrigada a remeter à CVM e disponibilizar na sua sede os seguintes documentos:

I - trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem as seguintes informações:

a) valor do patrimônio líquido do FUNDO;

b) número de cotas emitidas e valor patrimonial da cota;

c) perfil trimestral, incluindo o resumo do teor dos votos proferidos pela ADMINISTRADORA, ou por seus representantes legalmente constituídos, nas assembleias gerais e especiais dos fundos de investimento e sociedades nas quais o FUNDO detenha participação e tenham sido realizadas no exercício;

d) justificativa sumária do voto proferido pela ADMINISTRADORA, ou por seus representantes legalmente constituídos, ou as razões sumárias para a sua abstenção ou não comparecimento à assembleia geral; e

e) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram.

II - semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

a) demonstrações contábeis relativas ao período;

b) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor; e

c) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do Exercício Social, as seguintes informações:

a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;

b) o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e

c) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

§ 4º O exemplar do Regulamento, consolidado com as alterações efetuadas, na data do início da vigência das alterações.

Art. 44. A ADMINISTRADORA é obrigada a divulgar imediatamente, por meio de correio eletrônico, aos cotistas e ao Comitê de Investimento, e de comunicado através do Sistema de Envio de Documentos, disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos integrantes de sua carteira.

Parágrafo único. Considera-se relevante qualquer ato ou fato que possa influenciar de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

CAPÍTULO XI

DAS NORMAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Art. 45. O FUNDO terá escrituração contábil própria e suas contas e demonstrações contábeis segregadas das contas e demonstrações da ADMINISTRADORA e do FGTS.

Art. 46. O exercício social do FUNDO será encerrado a cada 12 (doze) meses, no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as respectivas demonstrações contábeis relativas ao período findo.

Art. 47. As demonstrações contábeis deverão ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar à ADMINISTRADORA, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício.

Art. 48. As demonstrações contábeis do FUNDO deverão observar as normas específicas estabelecidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade.

Art. 49. As demonstrações contábeis do FUNDO serão apuradas da seguinte forma:

I - as ações sem cotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento;

II - debêntures conversíveis ou não: serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida pro rata temporis, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, ou pelo valor das ações em que sejam convertidas, calculadas nos termos do inciso I;

III - títulos públicos integrantes da carteira do FUNDO serão avaliados a preço de mercado;

IV - cotas de fundos de investimentos e demais títulos privados serão avaliados a preço de mercado, com vistas a refletir o valor real de negociação imediata do título e compatibilizar seu valor ao de transações realizadas por terceiros.

CAPÍTULO XII

DA LIQUIDAÇÃO

Art. 50. A liquidação do FUNDO somente poderá ser deliberada pelo CCFGTS.

§ 1º Quando da liquidação do FUNDO, a ADMINISTRADORA promoverá a divisão de seu patrimônio entre os cotistas, na proporção de suas cotas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do ato que determinar a liquidação.

§ 2º O auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações contábeis auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

§ 3º Deverá constar, das notas explicativas às demonstrações contábeis do FUNDO, análise quanto a terem os valores dos resgates sido ou não efetuados em condições equitativas e de acordo com a regulamentação pertinente, bem como quanto à existência ou não de débitos, créditos, ativos ou passivos não contabilizados.

§ 4º A ADMINISTRADORA deverá manter o parecer de auditoria a que se refere o § 2º à disposição da fiscalização da CVM mesmo após a liquidação do FUNDO.

CAPÍTULO XIII

DAS NORMAS DE CONDUTA

Art. 51. Os membros do Comitê de Investimento deverão observar os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Padrões de Condutas dos órgãos e entidades que atuam na gestão do FGTS, aprovado pela Resolução do CCFGTS nº 696, de 24 de julho de 2012.

Art. 52. Os membros do Comitê de Investimento deverão informar à ADMINISTRADORA e ao Comitê de Investimento qualquer situação que os coloque potencial ou efetivamente em situação de conflito de interesses com o FUNDO ficando, nesta hipótese, impedidos de votar.

§ 1º A ADMINISTRADORA deverá informar ao Comitê de Investimento qualquer situação que a coloque potencial ou efetivamente em situação de conflito de interesses com o FUNDO.

§ 2º Considera-se conflito de interesses qualquer transação ou contratação que envolva o FUNDO e a ADMINISTRADORA, bem como suas coligadas e controladas, ou o FUNDO e qualquer entidade administrada ou gerida por membro do Comitê de Investimento.

§ 3º Compete ao Comitê de Investimento deliberar a respeito das eventuais situações de conflito de interesses verificadas no caso concreto, buscando sempre as melhores condições para o FUNDO.

Art. 53. Todos os documentos e assuntos analisados nas reuniões do Comitê de Investimento têm caráter absolutamente confidencial, sendo impedida a sua divulgação, sob qualquer pretexto, observadas as informações passíveis de divulgação pela ADMINISTRADORA, nos termos do inciso VI do art. 32 deste Regulamento.

§ 1º É condição para participar das reuniões do Comitê de Investimento que seus membros, titulares e suplentes, tenham assinado o termo de confidencialidade.

§ 2º Observadas as disposições legais pertinentes, a quebra do sigilo de que trata o caput deste artigo será examinada pelo Comitê de Investimento, que poderá, por meio do Agente Operador do FGTS, submeter a situação à deliberação do CCFGTS.

CAPÍTULO XIV

DA TRIBUTAÇÃO

Art. 54. Conforme a Lei nº 11.491, de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do FUNDO.

Art. 55. A legislação fiscal estabelece que os recursos do FUNDO estão sujeitos à alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IO/Títulos) nos termos da legislação fiscal.

Art. 56. As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda.

Art. 57. A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo FUNDO, desde que relacionada em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) à alíquota zero.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. A ADMINISTRADORA exercerá o direito de voto do FUNDO em todas as assembleias gerais das sociedades nas quais o FUNDO detenha participação.

Art. 59. A ADMINISTRADORA não elaborará prospecto, conforme autorizado pela regulamentação aplicável.

Art. 60. Compete ao CCFGTS:

I - deliberar sobre a política de investimento do FUNDO por proposta do Comitê de Investimento, apresentada pelo Agente Operador do FGTS;

II - pronunciar-se sobre as contas do FI-FGTS apresentadas pela ADMINISTRADORA, por meio do Agente Operador do FGTS;

III - aprovar as alterações da política de investimento;

IV - deliberar sobre as alterações deste Regulamento;

V - deliberar sobre as propostas de Reinvestimento e/ou as distribuições de resultados positivos do FUNDO;

VI - aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria;

VII - aprovar o valor da remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

Art. 61. O FUNDO poderá adquirir, excepcionalmente, debênture simples do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou suas subsidiárias, emitida especialmente para sua aquisição, até o limite de R$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), não se submetendo este investimento aos parâmetros insertos no § 6º do art. 6º, e nos artigos 10 a 12 deste Regulamento.

Parágrafo único. As debêntures deverão estar vinculadas a projetos ou conjunto de projetos financiados pelo BNDES, observados os seguintes requisitos:

a) prazo e amortização: equivalentes, respectivamente, ao prazo e ao fluxo de pagamento do financiamento concedido pelo BNDES ou à sua média, na hipótese de um conjunto de contratos.

Art. 62. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília/DF, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações nos processos jurídicos relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FI-FGTS)

GLOSSÁRIO

ADMINISTRADORA: Caixa Econômica Federal

Agente Operador do FGTS: Caixa Econômica Federal, com a competência dada pelo art. 7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Comitê de Investimento: Comitê que tem a atribuição estabelecida na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, de aprovar os investimentos do FI-FGTS, cuja composição e funções estão disciplinadas no Capítulo VII do Regulamento.

CCFGTS: Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

CVM: Comissão de Valores Mobiliários.

Dia Útil: qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados em âmbito nacional.

Disponibilidades: aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa.

Exercício Social: exercício encerrado a cada 12 (doze) meses, no dia 31 de dezembro de cada ano, quando são levantadas as demonstrações contábeis do FUNDO relativas ao período findo.

FUNDO: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS).

Instrumentos de Dívida: debêntures, notas promissórias e outros e Instrumentos de Dívida corporativa, certificados de recebíveis imobiliários, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios e demais ativos financeiros que representem dívida.

Instrumentos de Participação Societária: títulos e valores mobiliários que representem participação societária.

Proposta de Investimento: relatórios apresentados, exclusivamente pela ADMINISTRADORA, sobre a conveniência do investimento, bem como parâmetros necessários à tomada de decisão pelo Comitê de Investimento.

Proposta de Desinvestimento: relatório apresentado, exclusivamente pela ADMINISTRADORA, sobre a conveniência do desinvestimento, bem como parâmetros necessários à tomada de decisão.

Regulamento: regulamento do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Reinvestimento: possibilidade dos valores recebidos a título de amortização, desinvestimentos, juros, multas contratuais, dividendos, vencimentos antecipados e prêmios por resgate antecipado, dos investimentos do FI-FGTS serem novamente investidos em empreendimentos conforme art. 1º deste Regulamento em vez de serem distribuídos aos cotistas, na forma de resgate de cotas ou amortização. Exclui-se desta qualificação de reinvestimento os aportes adicionais em ativos nos quais já tenham sido alocados recursos pelo FUNDO, sendo tais aportes considerados como investimentos.

Relatório de Gestão do FUNDO: relatório apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) como prestação de contas do FUNDO, elaborado de acordo com as instruções normativas aplicáveis e periodicidade emanadas do TCU.

Taxa de Administração: taxa devida pelo FUNDO à ADMINISTRADORA pelo serviço de administração e gestão do FUNDO, calculada e paga na forma do art. 22.

Valor Total Comprometido: somatório dos valores autorizados pelo Conselho Curador do FGTS para subscrição e integralização de cotas do FI-FGTS com os valores autorizados para reinvestimento.

Valor Total Subscrito: R$ 62.047.576.000,00 (sessenta e dois bilhões, quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais), equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do FGTS, totalizando R$ 64.047.576.000,00 (sessenta e quatro bilhões, quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais).

RESOLUÇÃO Nº 863, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Referenda a Resolução nº 859, de 10 de agosto de 2017, editada ad referendum do Conselho Curador do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma da alínea c do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do disposto no parágrafo único do inciso VII do art. 4º do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999, e

Considerando a publicação no Diário Oficial da União nº 154, de 11 de agosto de 2017, da Resolução nº 859, de 10 de agosto de 2017, editada ad referendum deste Conselho, que trata do índice aplicado para a realização da distribuição do resultado positivo do FGTS referente ao exercício de 2016, conforme disposto na Lei nº 13.446, de 2017, resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 859, de 10 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 17 de outubro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.002829/2013-12	200588222	Penedo Agro Industrial S.A	AL
2	46202.011560/2015-17	207294046	Powertech Comercial S/A	AM
3	47904.002755/2012-71	22768866	Max Forte Servicos de Seguranca Ltda	BA
4	46205.019329/2014-52	205122001	Reserva Jardim Incorporacoes Spe Ltda	CE
5	46206.102970/2014-47	17124212	2mm Eletro Telecomunicacoes Comercio Representacao Ltda	DF
6	46206.139919/2014-91	205484191	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
7	46206.139920/2014-15	205484221	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
8	46206.139921/2014-60	205484158	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
9	46206.139922/2014-12	205484131	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
10	46206.139923/2014-59	205484115	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
11	46206.139924/2014-01	205484182	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
12	46206.139925/2014-48	205484093	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
13	46206.140136/2014-50	205523102	Maia Sudoeste Supermercados Ltda	DF
14	46206.139705/2014-14	205314121	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
15	46206.002263/2014-51	202861597	Prado & Teixeira Ltda	DF
16	46207.007048/2014-37	204253306	Caixa Economica Federal	ES
17	46207.007294/2012-27	20577486	Caixa Economica Federal	ES
18	46207.009068/2013-61	201972123	Emec - Obras e Servicos Ltda	ES
19	46207.007276/2013-26	200351885	Estrutural Construtora e Incorporadora Ltda	ES
20	46207.007278/2013-15	201405644	Estrutural Construtora e Incorporadora Ltda	ES
21	46207.008559/2012-12	25143221	Fibria Celulose S.A	ES
22	46207.008560/2012-39	25143212	Fibria Celulose S.A	ES
23	46207.009073/2012-93	25142267	Gersino Coser Agropecuaria S/A	ES
24	46207.009074/2012-38	16569741	Gersino Coser Agropecuaria S/A	ES
25	46207.009075/2012-82	16569750	Gersino Coser Agropecuaria S/A	ES
26	46207.006268/2013-62	201336731	Servinel Comercio e Servicos Ltda	ES
27	46287.000301/2012-17	20553323	Unitelha Produtos Especiais Ltda	ES
28	46207.005988/2013-19	201214962	Valci Pereira Emerich	ES
29	46207.005989/2013-55	201215187	Valci Pereira Emerich	ES
30	46207.005990/2013-80	201215411	Valci Pereira Emerich	ES
31	46207.005991/2013-24	201215471	Valci Pereira Emerich	ES
32	46207.005992/2013-79	201215527	Valci Pereira Emerich	ES
33	46207.005993/2013-13	201215560	Valci Pereira Emerich	ES
34	46207.005994/2013-68	201215594	Valci Pereira Emerich	ES
35	46208.012885/2014-78	204569532	Joaquim F da Silva Orizona - ME	GO
36	46208.012883/2014-89	204569559	Joaquim F da Silva Orizona - ME	GO
37	46208.012884/2014-23	204569541	Joaquim F da Silva Orizona - ME	GO
38	46208.002094/2014-30	202914879	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
39	46208.002088/2014-82	202913228	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
40	46208.002089/2014-27	202913163	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
41	46208.002090/2014-51	202913091	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
42	46208.002091/2014-04	202913031	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
43	46208.002095/2014-84	202914755	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
44	46208.002098/2014-18	202913252	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
45	46208.002099/2014-62	202913236	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
46	46208.002649/2014-43	202994210	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
47	46208.002650/2014-78	202994112	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
48	46208.003065/2014-95	201993139	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
49	46208.005229/2014-19	203359593	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
50	46208.005230/2014-43	203359488	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
51	46208.005232/2014-32	203359704	Prisma Consultoria Ambiental Ltda - EPP	GO
52	46208.000662/2015-49	25636286	Usina Rio Verde Ltda	GO
53	46208.000995/2015-78	205848354	Usina Rio Verde Ltda	GO
54	46208.000996/2015-12	205860371	Usina Rio Verde Ltda	GO
55	46208.017660/2014-16	205411444	Usina Rio Verde Ltda	GO
56	46208.017661/2014-52	205411452	Usina Rio Verde Ltda	GO
57	46208.018630/2014-19	205630588	Usina Rio Verde Ltda	GO
58	46246.003109/2013-40	202407837	Associacao Educativa do Brasil - Soebras	MG
59	46246.003110/2013-74	202407926	Associacao Educativa do Brasil - Soebras	MG
60	46246.003111/2013-19	202407969	Associacao Educativa do Brasil - Soebras	MG
61	46246.003113/2013-16	202380050	Associacao Educativa do Brasil - Soebras	MG
62	46246.003104/2013-17	202407098	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
63	46246.003105/2013-61	202407187	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
64	46246.003106/2013-14	202407217	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
65	46246.003107/2013-51	202407250	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
66	46246.003108/2013-03	202407292	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
67	46246.003112/2013-63	202380084	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
68	46246.003103/2013-72	202406954	Associação Educativa do Brasil- Soebras	MG
69	47747.003254/2014-23	203371445	Direcional Patrimar Maragogi Empreendimentos Imobiliariarios Ltda.	MG
70	47747.002138/2014-97	203222148	Ematex Industrial e Comercial Textil Ltda.	MG
71	47747.002139/2014-31	203222130	Ematex Industrial e Comercial Textil Ltda.	MG
72	47747.000120/2015-31	205627960	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
73	47747.000121/2015-86	205627935	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
74	46504.003839/2013-52	202417395	Gilberto Alves	MG
75	46504.003840/2013-87	202417417	Gilberto Alves	MG
76	46504.003842/2013-76	202418197	Gilberto Alves	MG
77	46504.003843/2013-11	202418189	Gilberto Alves	MG
78	46504.003845/2013-18	202418111	Gilberto Alves	MG
79	46504.003846/2013-54	202417379	Gilberto Alves	MG
80	46239.001631/2013-86	201280108	Hotel Fazenda Poços de Caldas Ltda	MG
81	46239.001632/2013-21	201280191	Hotel Fazenda Poços de Caldas Ltda	MG
82	46239.001633/2013-75	201281554	Hotel Fazenda Poços de Caldas Ltda	MG
83	46239.003006/2014-50	204717540	Jose Carlos da Costa Souza	MG
84	46240.000163/2014-74	202979903	Jose Marcio Barbosa	MG
85	46239.002357/2014-43	25826654	Maria Lucia Moreira Junqueira Dias	MG
86	46504.002201/2013-02	201423090	Mec.In Service-Manutencao e Montagem Eletromecanica Ltda.	MG
87	46504.002202/2013-49	201479648	Mec.In Service-Manutencao e Montagem Eletromecanica Ltda.	MG
88	46237.002400/2013-18	201647095	Protop Construcoes e Projetos Ltda	MG
89	46246.002512/2014-32	204315867	Renato Pereira Costa	MG
90	46246.002513/2014-87	204315875	Renato Pereira Costa	MG
91	46246.002515/2014-76	204315905	Renato Pereira Costa	MG
92	46246.002516/2014-11	204315921	Renato Pereira Costa	MG
93	46249.002346/2013-63	201824922	Sankyu S/A	MG
94	46504.000167/2014-12	202667103	VDL Siderurgia Ltda	MG
95	46504.000169/2014-01	202667120	VDL Siderurgia Ltda	MG
96	46504.000170/2014-28	202667154	VDL Siderurgia Ltda	MG
97	46504.000171/2014-72	202667162	VDL Siderurgia Ltda	MG
98	46504.000218/2014-06	202683141	VDL Siderurgia Ltda	MG
99	46504.000219/2014-42	202683150	VDL Siderurgia Ltda	MG
100	46504.000220/2014-77	202683176	VDL Siderurgia Ltda	MG
101	46504.000221/2014-11	202683184	VDL Siderurgia Ltda	MG
102	46504.000222/2014-66	202683214	VDL Siderurgia Ltda	MG
103	46504.000223/2014-19	202683290	VDL Siderurgia Ltda	MG
104	46504.000224/2014-55	202683303	VDL Siderurgia Ltda	MG
105	46504.000225/2014-08	202683320	VDL Siderurgia Ltda	MG
106	46504.000226/2014-44	202683231	VDL Siderurgia Ltda	MG
107	46504.000227/2014-99	202683249	VDL Siderurgia Ltda	MG
108	46504.000228/2014-33	202683273	VDL Siderurgia Ltda	MG
109	46504.000229/2014-88	202683281	VDL Siderurgia Ltda	MG
110	46504.000231/2014-57	202685799	VDL Siderurgia Ltda	MG
111	46504.000232/2014-00	202685179	VDL Siderurgia Ltda	MG
112	46504.000233/2014-46	202685811	VDL Siderurgia Ltda	MG
113	46504.000235/2014-35	202685144	VDL Siderurgia Ltda	MG
114	46504.000239/2014-13	202685039	VDL Siderurgia Ltda	MG
115	46504.000240/2014-48	202685012	VDL Siderurgia Ltda	MG
116	46504.000241/2014-92	202684954	VDL Siderurgia Ltda	MG
117	46504.000242/2014-37	202684989	VDL Siderurgia Ltda	MG
118	46504.000243/2014-81	202684903	VDL Siderurgia Ltda	MG
119	46504.000215/2014-64	202683079	VDL Siderurgia Ltda.	MG
120	46504.000216/2014-17	202683095	VDL Siderurgia Ltda.	MG
121	46504.000217/2014-53	202683117	VDL Siderurgia Ltda.	MG
122	46312.006984/2014-23	205350089	Bonatto & Cia Ltda	MS
123	46312.006989/2014-56	205350631	Bonatto & Cia Ltda	MS
124	46312.006990/2014-81	205350062	Bonatto & Cia Ltda	MS
125	46312.002448/2015-30	207141711	Eloide Frete Miranda - ME	MS
126	46312.006973/2014-43	205358675	Gleidson Aparecido de Souza Oliveira - ME	MS
127	46312.006974/2014-98	205358641	Gleidson Aparecido de Souza Oliveira - ME	MS
128	46312.006975/2014-32	205358632	Gleidson Aparecido de Souza Oliveira - ME	MS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

129	46312.006976/2014-87	205358713	Gleidson Aparecido de Souza Oliveira - ME	MS
130	46312.006977/2014-21	205367020	Gleidson Aparecido de Souza Oliveira - ME	MS
131	46312.006978/2014-76	205370161	Gleidson Aparecido de Souza Oliveira - ME	MS
132	46312.002019/2015-62	206835311	King Food Comercio de Alimentos Ltda	MS
133	46312.002020/2015-97	206835469	King Food Comercio de Alimentos Ltda	MS
134	46312.002017/2015-73	206835531	King Food Comercio de Alimentos S/A.	MS
135	46312.002018/2015-18	206835574	King Food Comercio de Alimentos S/A.	MS
136	46312.000806/2015-70	205891420	Marcelo Fernandes Rocha	MS
137	46312.000807/2015-14	205891411	Marcelo Fernandes Rocha	MS
138	46312.000808/2015-69	205891403	Marcelo Fernandes Rocha	MS
139	46312.000810/2015-38	205891390	Marcelo Fernandes Rocha	MS
140	46312.000811/2015-82	205891365	Marcelo Fernandes Rocha	MS
141	46312.000812/2015-27	205891357	Marcelo Fernandes Rocha	MS
142	46312.000813/2015-71	205891349	Marcelo Fernandes Rocha	MS
143	46312.000814/2015-16	205891331	Marcelo Fernandes Rocha	MS
144	46312.000815/2015-61	205891322	Marcelo Fernandes Rocha	MS
145	46312.006987/2014-67	205358594	Posto Seara Ltda	MS
146	46653.002338/2014-26	203752937	BRF - Brasil Foods S/A.	MT
147	46653.002339/2014-71	203753259	BRF - Brasil Foods S/A.	MT
148	46653.002340/2014-03	203752635	BRF - Brasil Foods S/A.	MT
149	46653.002341/2014-40	203752783	BRF - Brasil Foods S/A.	MT
150	46653.003627/2014-42	204232341	BRF - Brasil Foods S/A.	MT
151	46653.002337/2014-81	203752864	BRF- Brasil Foods S/A.	MT
152	46653.002393/2014-16	203745485	Bunge Alimentos S/A	MT
153	46653.006235/2014-35	205275681	JBS S/A	MT
154	46653.006238/2014-79	205277411	JBS S/A	MT
155	46653.003205/2013-96	201135418	Maldaner & Cia Ltda - EPP	MT
156	46653.003206/2013-31	201135442	Maldaner & Cia Ltda - EPP	MT
157	46653.003207/2013-85	201135434	Maldaner & Cia Ltda - EPP	MT
158	46222.006444/2014-59	203047532	B. Importados Ltda	PA
159	46222.006445/2014-01	203047249	B. Importados Ltda	PA
160	46222.006446/2014-48	203047711	B. Importados Ltda	PA
161	46222.006121/2013-84	21172919	Comercio e Transportes Boa Esperanca Ltda	PA
162	46222.000360/2015-92	205680640	Sindicato dos Transportadores Rodoviarios Autonomos de Bens do Pará	PA
163	46222.000362/2015-81	205680623	Sindicato dos Transportadores Rodoviarios Autonomos de Bens do Pará	PA
164	46222.000371/2015-72	205680771	Sindicato dos Transportadores Rodoviarios Autonomos de Bens do Pará	PA
165	46222.000659/2015-47	205745474	Sindicato dos Transportadores Rodoviarios Autonomos de Bens do Pará	PA
166	46222.009676/2013-88	201615801	Vigia Industria e Comercio de Pescados - Eireli	PA
167	46222.009677/2013-22	201615797	Vigia Industria e Comercio de Pescados - Eireli	PA
168	46222.009678/2013-77	201615762	Vigia Industria e Comercio de Pescados - Eireli	PA
169	46222.007480/2013-59	201240432	Wab Engenharia Ltda - EPP	PA
170	46222.010725/2013-25	201776863	Wab Engenharia Ltda - EPP	PA
171	46222.009467/2013-34	201571960	Wab Engenharia Ltda - EPP	PA
172	46213.011328/2013-80	201150727	Eclipse Transportes Ltda.	PE
173	46213.011329/2013-24	201150719	Eclipse Transportes Ltda.	PE
174	46214.009695/2013-11	202554503	Jelta Veiculos e Maquinas Ltda	PI
175	47533.017304/2014-65	205332501	A P Nogueira Eletronicos - ME	PR
176	47533.016599/2014-52	205407927	A. Angeloni & Cia Ltda	PR
177	47533.003787/2015-00	206032749	Aladim Sene Bueno & Cia Ltda	PR
178	47533.002164/2015-10	206009283	Anaconda Industrial e Agricola de Cereais S A	PR
179	47533.015475/2014-50	205054625	Andali Operacoes Industriais Ltda	PR
180	47533.013565/2014-14	204693535	Atdl Transportes Rodoviarios Ltda	PR
181	47533.006793/2014-20	203060504	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
182	47533.009814/2014-69	204137012	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
183	47533.009815/2014-11	204136121	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
184	47533.009816/2014-58	204136733	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
185	47533.016188/2014-67	204770858	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
186	47533.016196/2014-11	205146961	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
187	47533.016200/2014-33	205148671	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
188	47533.016204/2014-11	205071147	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
189	47533.016205/2014-66	205071252	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
190	47533.016207/2014-55	205147615	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
191	47533.016208/2014-08	205071244	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
192	47533.016229/2014-15	205147585	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
193	47533.016234/2014-28	205141196	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
194	47533.016236/2014-17	204656605	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
195	47533.016238/2014-14	205147321	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
196	47533.016241/2014-20	205146937	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
197	47533.016248/2014-41	205147143	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
198	47533.016249/2014-96	205147283	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
199	47533.016275/2014-14	205141170	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
200	47533.016278/2014-58	204656532	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
201	47533.016287/2014-49	205071104	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
202	47533.016289/2014-38	205071201	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
203	47533.016294/2014-41	205071261	Avebom - Industria de Alimentos Ltda	PR
204	47533.016228/2014-71	205142907	Avebom - Indústria de Alimentos Ltda	PR
205	47533.016262/2014-45	205142117	Avebom - Indústria de Alimentos Ltda	PR
206	47533.016247/2014-05	205142176	Avebom - Indústria de Aliments Ltda	PR
207	47533.016230/2014-40	205147097	Avebom Industria de Alimentos Ltda	PR
208	47533.012818/2014-24	204591279	D. Laminados Ltda. - ME	PR
209	47533.012820/2014-01	204591155	D. Laminados Ltda. - ME	PR
210	47533.012809/2014-33	204591309	D. Laminados Ltda. - ME	PR
211	47533.012810/2014-68	204591562	D. Laminados Ltda. - ME	PR
212	47533.012812/2014-57	204591783	D. Laminados Ltda. - ME	PR
213	47533.012813/2014-00	204591864	D. Laminados Ltda. - ME	PR
214	47533.012814/2014-46	204592178	D. Laminados Ltda. - ME	PR
215	47533.012815/2014-91	204592712	D. Laminados Ltda. - ME	PR
216	47533.012816/2014-35	204591112	D. Laminados Ltda. - ME	PR
217	47533.012819/2014-79	204591163	D. Laminados Ltda. - ME	PR
218	47533.012821/2014-48	204591139	D. Laminados Ltda. - ME	PR
219	47533.012822/2014-92	204591619	D. Laminados Ltda. - ME	PR
220	47533.001124/2015-42	205855237	Inga Veiculos Ltda	PR
221	47533.008457/2014-11	204030927	Loyola & Eisfeld Ltda - ME	PR
222	47533.008341/2015-63	206762852	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
223	47533.008342/2015-16	206835671	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
224	47533.008350/2015-54	206762801	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
225	47533.008353/2015-98	206835612	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
226	47533.008336/2015-51	206835680	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
227	47533.008337/2015-03	206768249	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
228	47533.008338/2015-40	206773609	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
229	47533.008339/2015-94	206767684	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
230	47533.008340/2015-19	206763131	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
231	47533.008343/2015-52	206773617	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
232	47533.008344/2015-05	206835701	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
233	47533.008345/2015-41	206835752	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
234	47533.008346/2015-96	206835795	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
235	47533.008347/2015-31	206763140	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
236	47533.008348/2015-85	206762879	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
237	47533.008349/2015-20	206773633	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
238	47533.008351/2015-07	206763069	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
239	47533.008352/2015-43	206763018	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
240	47533.008354/2015-32	206762810	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
241	47533.008355/2015-87	206762798	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
242	47533.008356/2015-21	206762887	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
243	47533.008357/2015-76	206835779	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
244	47533.008358/2015-11	206763026	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR
245	47533.008360/2015-90	206763034	P.R.P. Assuncao - Construcao Civil Ltda - EPP	PR

246	47533.003841/2015-17	206337671	Renata Estigara	PR
247	47533.012371/2014-93	204720834	Sabaralcool S A Acucar e Alcool	PR
248	47533.009226/2014-25	203626303	Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda	PR
249	47533.008948/2014-62	203779614	Viacao Joia Ltda	PR
250	47533.008949/2014-15	203779649	Viacao Joia Ltda	PR
251	47533.008950/2014-31	203779631	Viacao Joia Ltda	PR
252	47533.008975/2014-35	203779622	Viacao Joia Ltda	PR
253	47533.008980/2014-48	203779606	Viacao Joia Ltda	PR
254	47533.000708/2015-09	205717969	Vilson Brugalli - ME	PR
255	46666.000651/2012-19	22848142	Latapack Ball Embalagens Ltda	RJ
256	46666.000652/2012-63	22848150	Latapack Ball Embalagens Ltda	RJ
257	46215.040693/2011-10	22942700	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil	RJ
258	46758.004257/2013-10	202283950	Dallas Comercio de Derivados de Petroleo Eireli - ME	RO
259	46758.004258/2013-56	202283941	Dallas Comercio de Derivados de Petroleo Eireli - ME	RO
260	46758.004283/2013-30	202145956	Energy Distribuidora Ltda	RO
261	46758.004284/2013-84	202145921	Energy Distribuidora Ltda	RO
262	47191.000035/2014-16	204566282	Antonio Raul Goncalves Fraga - ME	RS
263	46272.000702/2015-89	206142862	Associacao Hospitalar Beneficente Sao Vicente De Paulo	RS
264	46272.000791/2015-63	206143311	Bertol S.A Indústria Com e Exportação	RS
265	46272.000792/2015-16	206143265	Bertol S.A Indústria Com e Exportação	RS
266	46218.001634/2014-49	202726771	Caixa Economica Federal	RS
267	47157.001581/2014-91	205350950	Calçados Bottero Ltda	RS
268	46274.002122/2014-25	204232643	Comunidade Evangelica Luterana Sao Paulo - CELSP	RS
269	46274.003365/2014-81	205325246	Cooperativa Triticola Sepeense Ltda	RS
270	46271.004371/2014-85	205204210	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
271	46271.004372/2014-20	205204228	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
272	46271.004373/2014-74	205204244	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
273	46271.004374/2014-19	205204252	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
274	46271.004375/2014-63	205204261	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
275	46271.004376/2014-16	205204279	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
276	46271.004377/2014-52	205204287	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
277	46271.004386/2014-43	205205828	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
278	46271.004387/2014-98	205206387	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
279	46271.004605/2014-94	205279945	Dia Brasil Sociedade Ltda	RS
280	46271.004360/2014-03	205197388	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
281	46271.004378/2014-05	205204694	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
282	46271.004379/2014-41	205204716	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
283	46271.004380/2014-76	205205372	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
284	46271.004381/2014-11	205204775	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
285	46271.004382/2014-65	205205348	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
286	46271.004383/2014-18	205205356	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
287	46271.004384/2014-54	205205364	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
288	46271.004385/2014-07	205205381	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
289	46271.004388/2014-32	205206395	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
290	46271.004389/2014-87	205206441	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
291	46271.004604/2014-40	205279546	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
292	46271.004606/2014-39	205280609	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
293	46271.004607/2014-83	205281583	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
294	46271.004608/2014-28	205282067	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
295	46271.004609/2014-72	205285911	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
296	46271.004610/2014-05	205285953	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
297	46271.004611/2014-41	205290817	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
298	46271.004612/2014-96	205290841	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
299	46271.004613/2014-31	205280111	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
300	46271.004614/2014-85	205290892	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
301	46271.004615/2014-20	205290957	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
302	46271.004616/2014-74	205291007	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
303	46271.004617/2014-19	205296416	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
304	46271.004619/2014-16	205341691	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
305	46271.004620/2014-32	205341811	Dia Brasil Sociedade Ltda.	RS
306	46272.000380/2015-78	205875467	Expolight Metalurgica Ltda	RS
307	46271.000384/2015-66	205701787	Fundicao Rio Branco Ltda - EPP	RS
308	46271.000380/2015-88	205700373	Fundicao Rio Branco Ltda - EPP	RS
309	46271.000381/2015-22	205698671	Fundicao Rio Branco Ltda - EPP	RS
310	46271.000382/2015-77	205698697	Fundicao Rio Branco Ltda - EPP	RS
311	46271.000383/2015-11	205698701	Fundicao Rio Branco Ltda - EPP	RS
312	46218.011531/2014-97	204099609	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A	RS
313	46218.004589/2014-84	203124103	Hotel Embaixador Ltda	RS
314	46218.003957/2014-77	202892913	Hotisa Hoteis de Turismo S.A	RS
315	46218.003958/2014-11	202892891	Hotisa Hoteis de Turismo S.A	RS
316	46272.000249/2015-19	205797776	JBS Aves Ltda.	RS
317	46272.000253/2015-79	205797849	JBS Aves Ltda.	RS
318	46272.000255/2015-68	205797571	JBS Aves Ltda.	RS
319	46272.000290/2015-87	205751601	JBS Aves Ltda.	RS
320	46272.000291/2015-21	205732097	JBS Aves Ltda.	RS
321	46272.000293/2015-11	205802435	JBS Aves Ltda.	RS
322	46272.000294/2015-65	205802273	JBS Aves Ltda.	RS
323	46272.000295/2015-18	205802311	JBS Aves Ltda.	RS
324	46272.000298/2015-43	205802214	JBS Aves Ltda.	RS
325	46272.000300/2015-84	205802460	JBS Aves Ltda.	RS
326	46272.000301/2015-29	205802401	JBS Aves Ltda.	RS
327	46272.000302/2015-73	205802338	JBS Aves Ltda.	RS
328	46272.000307/2015-04	205802168	JBS Aves Ltda.	RS
329	46272.000311/2015-64	205802010	JBS Aves Ltda.	RS
330	46272.000312/2015-17	205801986	JBS Aves Ltda.	RS
331	46272.000315/2015-42	205802052	JBS Aves Ltda.	RS
332	46272.000474/2015-47	205959296	JBS Aves Ltda.	RS
333	46272.000475/2015-91	205959288	JBS Aves Ltda.	RS
334	46272.000476/2015-36	205959270	JBS Aves Ltda.	RS
335	46272.000477/2015-81	205959261	JBS Aves Ltda.	RS
336	46272.000478/2015-25	205959253	JBS Aves Ltda.	RS
337	46272.000485/2015-27	205959181	JBS Aves Ltda.	RS
338	46272.000487/2015-16	205959164	JBS Aves Ltda.	RS
339	46218.002766/2015-79	205979823	Lopes & Vaz Comercio de Combustiveis Ltda - ME	RS
340	46272.003192/2014-11	204140081	Mira Sul Industria Textil Ltda.	RS
341	46277.000088/2015-13	205663460	Premier Comercio de Calcados e Confeccoes Ltda	RS
342	46277.000937/2014-40	204036828	Premier Comercio de Calcados e Confeccoes Ltda	RS
343	46275.000887/2015-00	206389183	Scavol Transportes Eireli - EPP	RS
344	46272.005107/2014-59	205480969	Schuster Medeiros & Cia Ltda	RS
345	46272.005222/2014-23	205575978	Seara Alimentos S/A	RS
346	46272.005223/2014-78	205576001	Seara Alimentos S/A	RS
347	46272.005224/2014-12	205575994	Seara Alimentos S/A	RS
348	46272.005225/2014-67	205576010	Seara Alimentos S/A	RS
349	46272.005226/2014-10	205576044	Seara Alimentos S/A	RS
350	46272.005230/2014-70	205585922	Seara Alimentos S/A	RS
351	46272.000815/2015-84	206206381	Supermercado RMS Ltda - EPP	RS
352	46272.005326/2014-38	205603211	Thiago Pierre Pasolini - ME	RS
353	46275.000233/2015-78	205758797	Transvitor Transportes Ltda - EPP	RS
354	46277.001436/2014-81	204769825	Vaucher & Cia Ltda	RS
355	46303.000407/2014-37	202956580	Camilo & Ghisi Ltda.	SC
356	46304.003072/2014-07	205002838	Condor S.A	SC
357	46304.001763/2014-68	203786858	Incasa S/A	SC
358	46221.001766/2014-11	203048695	José Heleno Gonçalves Lima - ME	SE
359	46221.002701/2014-93	203247248	Rádio Carmópolis Ltda.	SE
360	46256.002058/2015-81	207031843	Belasco & Nalin Gas Ltda - ME	SP
361	46256.002059/2015-26	207031924	Belasco & Nalin Gas Ltda - ME	SP
362	46219.002735/2015-16	205845410	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
363	46219.002736/2015-52	205846866	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
364	46219.002738/2015-41	205846904	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
365	46219.002739/2015-96	205846912	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
366	46219.002740/2015-11	205846891	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
367	46219.002741/2015-65	205846921	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
368	46219.002743/2015-54	205846955	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
369	46473.014606/2009-11	21819033	Dormer Tools S.A	SP
370	46473.014607/2009-58	21819041	Dormer Tools S.A	SP
371	46219.025539/2011-88	21466262	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuaria	SP
372	46255.001571/2012-12	21672008	Goncalves S/A Transportes Especializados	SP
373	46255.001574/2012-56	21678510	Goncalves S/A Transportes Especializados	SP
374	46261.005387/2014-24	204130786	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
375	46261.005485/2014-61	204982260	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
376	46261.005487/2014-51	204982286	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
377	46261.005488/2014-03	204982294	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
378	46261.005489/2014-40	204982308	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
379	46261.005506/2014-49	204982316	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
380	46261.005507/2014-93	204982324	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
381	46261.005508/2014-38	204982332	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
382	46261.005768/2014-11	204982375	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
383	46261.005769/2014-58	204982383	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
384	46261.005771/2014-27	204982341	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
385	46261.005772/2014-71	204982367	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
386	46261.005773/2014-16	204982472	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
387	46261.005774/2014-61	204982481	Higi Serv Limpeza e Conservacao S/A	SP
388	46254.001212/2015-18	206329504	Industria de Plasticos Bariri Ltda	SP
389	46255.003093/2008-07	15987116	KN Equipamentos e Montagens Industriais Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

390	46256.004137/2013-65	201235919	Micro Metal Industria e Comercio Ltda - EPP	SP
391	46256.004136/2013-11	201235927	Micro Metal Industria e Comercio Ltda - EPP	SP
392	46256.004138/2013-18	201596652	Micro Metal Industria e Comercio Ltda - EPP	SP
393	46256.004139/2013-54	201596806	Micro Metal Industria e Comercio Ltda - EPP	SP
394	46256.004144/2013-67	201612763	Micro Metal Industria e Comercio Ltda - EPP	SP
395	46254.000171/2015-42	205724744	Prosegur Brasil S/A Transportadora de Valores e Segurança	SP
396	46219.019901/2014-24	24656259	Reserva Gastronômica Ltda	SP
397	46219.019902/2014-79	204851122	Reserva Gastronômica Ltda.	SP
398	46260.006336/2013-49	202171060	Sao Lucas Ribeirania Ltda	SP
399	46253.001471/2014-78	203381106	Sermo Clean Comercial Ltda - EPP	SP
400	46254.002680/2014-29	203786718	Triangulo Montagem, Instalacao, Fabricacao e Comercio de Suportes Metálicos Ltda. - EPP	SP
401	46255.003701/2008-75	13570749	Vinajum Produtos Alimenticios Ltda	SP
402	46255.003702/2008-10	13570757	Vinajum Produtos Alimenticios Ltda	SP
403	46226.022295/2013-54	202342484	Municipio de Tocantinopolis	TO
404	46226.022296/2013-07	202342450	Municipio de Tocantinopolis	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46222.006797/2014-59	200.271.300	Azete Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PA
2	46222.006798/2014-01	200.271.105	Azete Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PA
3	46222.006443/2014-12	200.246.577	B. Importados Ltda.	PA
4	47533.014396/2013-41	200.205.510	KRG Relaxamento e Bem-Estar Ltda. - ME	PR
5	46736.003007/2011-41	506.491.579	Colégio São Matheus S/S Ltda.	SP
6	46219.002781/2013-45	200.055.330	MD Papéis Ltda.	SP

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.001651/2014-03	202858839	Auge Engenharia Ltda.	GO

1.3 Pelo não conhecimento, mas mantendo a procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46220.003795/2014-28	203921054	Jorge Seif	SC
2	46220.003796/2014-72	203921127	Jorge Seif	SC
3	46220.003797/2014-17	203921143	Jorge Seif	SC
4	46220.003798/2014-61	203921119	Jorge Seif	SC
5	46220.003799/2014-14	203921089	Jorge Seif	SC
6	46220.003800/2014-01	203920716	Jorge Seif	SC
7	46220.003816/2014-13	203971191	Jorge Seif	SC
8	46220.003817/2014-50	203921011	Jorge Seif	SC
9	46220.003818/2014-02	203920741	Jorge Seif	SC
10	46220.003819/2014-49	203920732	Jorge Seif	SC
11	46221.009129/2013-11	202068331	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
12	46221.009130/2013-37	202068269	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
13	46221.004923/2014-41	203656881	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
14	46221.004925/2014-30	203656750	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
15	46221.004926/2014-84	203656792	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
16	46221.004927/2014-29	203656776	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
17	46221.009127/2013-13	202068340	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE
18	46221.009131/2013-81	202068528	Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda. - ME	SE

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.012838/2014-24	204560519	Joaquim F. da Silva Orizona - ME	GO

2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46216.003367/2014-64	204258383	MS Comércio & Serviços Ltda. - ME	RO

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1- Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.030279/2009-48	015925650	Bertin S.A.	SP

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 16 de outubro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1310/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato de Empregados Assalariados e Assalariadas Rurais de Nova Gloria - GO - SEAAR, CNPJ 20.957.230/0001-50, Processo 46208.015955/2014-40, para representação dos interesses profissionais, individuais e coletivos, dos (as) empregados (as) assalariados e assalariadas rurais, com abrangência municipal e base territorial em Nova Gloria, Estado do Goiás, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo 000152-82.2016.5.10.0002, procedente da 2ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1307/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDSERV-ILHA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ilha das Flores - Sergipe, CNPJ 14.277.549/0001-32, Processo 46221.008220/2015-72, para representar a Categoria dos Servidores Públicos Municipais, do poder legislativo e do poder executivo da administração direta e indireta do município de Ilha das Flores/SE, com abrangência Municipal e base territorial no município de Ilha das Flores no estado de Sergipe, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação da UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria dos Servidores Públicos Municipais, do poder legislativo e do poder executivo da administração direta e indireta no município de Ilha das Flores/SE, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 1311/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº. 46223.006036/2015-78, de interesse do Sindicato dos Servidores Municipais de Urbano Santos - MA (SINSERMUS), CNPJ 06.161.630/0001-24, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1309/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: Sindi-Educação - Sindicato Intermunicipal Dos Professores De Educação, Monitores Em Escolas Municipais De Vinhedo, Louveira E Valinhos, CNPJ 24.106.878/0001-74, Processo nº 46000.002250/2016-51; Sindicato dos Trabalhadores Municipais e Autarquias de Valinhos, CNPJ 00.417.875/0001-93, Processo 46000.002554/95-87; Sindicato dos Trabalhadores Municipais Ativos e Inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Louveira, CNPJ 11.575.433/0001-91, Processo: 46255.000624/2015-21; ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, CNPJ 00.676.296/0001-65, Processo: 24000.001266/90-77; Sindicato dos servidores municipais, CNPJ 68.003.813/0001-79, Processo:46000.007685/93-71, nos termos do art. 20 (alterado pela portaria n° 1.043/2017) e art. 22 c/c art. 45, § 2º, da Portaria 326/2013.

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0000460-60.2017.5.10.0010, procedente da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, na qual se determinou a conclusão dos autos no prazo de 30 dias, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 1308/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: a) REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO o SINDPREFPA - Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Estado do Pará (impugnado), processo de pedido de registro sindical n.º 46222.012319/2015-69 (SC17629), CNPJ n.º 07.151.807/0001-74, e SINPRO - Sindicato dos Professores no Estado do Pará (impugnante), carta sindical L029 P015 A1952, CNPJ n.º 04.569.216/0001-23, nos termos do art. 20 da Portaria n.º 326/2013 (alterado pela Portaria n.º 1.043, de 04 de setembro de 2017); b) ARQUIVAR a IMPUGNAÇÃO n.º 46000.007016/2017-09 nos termos do art. 18, inciso I, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento à Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo n°1000562-16.2017.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Federal Cível da SJDF, que determinou a imediata análise do requerimento administrativo n° 46211.000826/2016-60, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1306/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve REMETER para o procedimento de mediação as seguintes entidades: 1) Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas do Município de Contagem-SINDCAM CONTAGEM, CNPJ: 10.913.441/0001-38, Processo n° 46211.000826/2016-60; e 2) SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIARIOS AUTONOMOS DE CARGAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDITAC/MG, CNPJ: 19.557.941/0001-59, Processo L110 P089 A1987, Impugnação n° 46000.005583/2017-12, nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1303/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve NÃO CONHECER do Pedido de Reconsideração 46219.008698/2016-22, interposto pelo Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de São Paulo nos autos do Processo 47546.000215/2010-15 para MANTER o ato administrativo que anulou seu registro de alteração estatutária, consoante Nota Técnica 115/2016/GAB/SRT/MTE, publicada no DOU em 27/06/2016, Seção 1, nº 121, pág. 51, tendo em vista a inexistência de vício de legalidade na mesma e, com fundamento nos princípios da Administração Pública elencados no art. 2º da Lei 9.784/99, NOTIFICAR a entidade requerente da necessidade de realizar a AGE de que trata a Nota Técnica 115/2016/GAB/SRT/MTE no prazo improrrogável de cento e vinte dias, contados desta publicação, sob pena de arquivamento do pedido, nos termos do art. 27, inciso III da Portaria 326/2013.

Em cumprimento à Decisão Judicial exarada no Processo n.º 0001028-82.2017.5.10.0008, procedente da 8ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46208.010180/2016-88
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Vigilantes de Jataí e Região
CNPJ	25.106.663/001-16
Abrangência	Intermunicipal

Base territorial: Acreúna, Aparecida Do Rio Doce, Aragarças, Bom Jardim De Goiás, Cachoeira Alta, Caçu, Caiapônia, Castelândia, Chapadão Do Céu, Doverlândia, Gouvelândia, Iporá, Itajá, Itarumã, Jataí, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Perolândia, Piranhas, Portelândia, Quirinópolis, Santa Helena De Goiás, Santa Rita Do Araguaia, Santo Antônio Da Barra, São Simão, Serranópolis e Turvelândia.
Categoria Profissional: Trabalhadores vigilantes, dos demais empregados de empresas de segurança, vigilância e transporte de valores, dos trabalhadores em serviços de segurança, vigilância, segurança pessoal e patrimonial, dos empregados de escolas e curso de formação, especialização e reciclagem de vigilantes, dos empregados de empresas de vigilância orgânica, dos empregados em empresas de segurança eletrônica, dos empregados nos departamentos de vigilância e segurança de estabelecimentos ou empresas de outras atividades econômicas, privadas, e de todos os trabalhadores que compõe a categoria profissional diferenciada disciplinada pela lei n° 7.102.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 17 de outubro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.º 188/2007 e da Portaria n.º 326/2013.

Processo	46248.002552/2015-45 (SC17388)
Entidade	SINPROUDI - Sindicato dos Empregados, Propagandistas, Consultores, Vendedores e Representantes de Vendas de Produtos Farmacêuticos de Uberlândia
CNPJ	22.936.941/0001-74
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Minas Gerais: Uberlândia
Categoria	Empregados, Propagandistas, Consultores, Vendedores e Representantes de Vendas de Produtos Farmacêuticos

Processo	46253.000109/2014-80 (SC15886)
Entidade	Sindicato dos Representantes, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores das Indústrias Farmacêuticas de Araraquara e Região
CNPJ	14.292.281/0001-08
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	São Paulo: Araraquara, Matão e São Carlos
Categoria	Representantes, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores nas Indústrias Farmacêuticas

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando prosseguimento à decisao judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001347-60.2016.5.10.0016, procedente da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 1304/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Construção Pesada, Mobiliário, Artefatos de Cimento de Vitória do Mearim e Arari - MA, CNPJ 06.759.039/0001-73, Processo 46223.008323/2014-31, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos, montagens industriais e engenharia consultiva). Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem em geral (pontes, portos, canais, barragens, aeroportos, hidrelétricas e engenharia consultiva). Trabalhadores na Indústria de Olaria. Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso. Trabalhadores na Indústria de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento. Trabalhadores na Indústria de Cerâmica para Construção. Trabalhadores na Indústria de Mármores e Granitos. Trabalhadores na Indústria de Pintura, Decorações, Estuques e Ornatos. Trabalhadores na Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira. Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Serrarias e de Móveis de Madeira. Trabalhadores na Indústria de Móveis de Junco e Vime e de Vassouras. Trabalhadores na Indústria de Cortinados e Estofos. Trabalhadores na Indústria de Escovas e Pincéis. Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Cimento Armado. Oficiais Eletricistas e Trabalhadores na Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias. Tratoristas (excetuados os rurais) - diferenciada. Trabalhadores na Indústria de Refratários; com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Arari e Vitória do Mearim, Estado do Maranhão/MA, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Disciplina o Patrocínio no âmbito do Ministério do Turismo.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, art. 3º da Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e tendo em vista o disposto no art. 14, do Anexo I, da Portaria MTur nº 95, de 19 de junho de 2017 (Regimento Interno), resolve:

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina o patrocínio no âmbito do Ministério do Turismo.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa considera-se:

I - patrocínio: a ação de comunicação que busca agregar valor à marca, consolidar posicionamento, gerar identificação e reconhecimento, estreitar relacionamento com públicos de interesse, ampliar venda de produtos e serviços, divulgar programas e políticas de atuação, por meio da aquisição do direito de associação da imagem do órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, enquanto patrocinador de projetos de iniciativa de terceiros, de acordo com Instrução Normativa SG -PR nº 1, de 27 de julho de 2017;

II - objetivos do patrocínio: gerar identificação e reconhecimento do patrocinador por meio da iniciativa patrocinada; ampliar relacionamento com públicos de interesse; divulgar marcas, produtos, serviços, posicionamentos, programas e políticas de atuação; ampliar vendas e agregar valor à marca do patrocinador;

III - unidade patrocinadora: Secretaria, Departamento, Diretoria ou Coordenação-Geral que, no exercício de suas atividades, constata a conveniência e/ou oportunidade de patrocinar;

IV - patrocinado: pessoa física ou jurídica que oferece ao patrocinador a oportunidade de patrocinar projeto;

V- projeto de patrocínio: iniciativa do patrocinado, descrita em documento em que apresenta as características, as justificativas, a metodologia de sua execução, plano de trabalho e cronograma de desembolso, estabelece cotas de participação, contrapartidas e condições financeiras e informa outras singularidades da ação proposta ao patrocinador;

VI - contrapartida: obrigação contratual do patrocinado que expressa o direito de associação da marca do patrocinador ao projeto patrocinado, tais como:

a) exposição da marca do patrocinador e/ou de seus produtos e serviços nas peças de divulgação do projeto;

b) iniciativas de natureza negocial oriundas dessa associação;

c) autorização para o patrocinador utilizar nomes, marcas, símbolos, conceitos e imagens do projeto patrocinado; e

d) adoção pelo patrocinado de práticas voltadas ao desenvolvimento social e ambiental.

VII - contrato de patrocínio: instrumento jurídico para a formalização do patrocínio, em que patrocinador e patrocinado estabelecem seus direitos e obrigações.

Art. 3º Não são considerados patrocínio para os fins desta Instrução Normativa:

I - a cessão gratuita de recursos humanos, materiais, bens, produtos e serviços;

II - qualquer tipo de doação;

III - projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículo de divulgação, com entrega em espaços publicitários;

IV - a permuta de materiais, produtos ou serviços pela divulgação de conceito de posicionamento e/ou exposição de marca;

V - o aporte financeiro a projeto cuja contrapartida seja o recebimento de tempo e/ou espaço de mídia em veículo de divulgação para uso exclusivo do patrocinador, sem associação com o projeto patrocinado;

VI - o aporte financeiro a projeto de transmissão de evento executado por veículos de divulgação;

VII - a ação compensatória decorrente de obrigação legal do patrocinador;

VIII - a simples ocupação de espaço e/ou montagem de estande sem direito à divulgação de produtos, serviços, marcas, conceitos e programas do patrocinador ou de políticas públicas associadas ao evento; e

IX- a ação promocional executada pelo próprio patrocinador com o objetivo de divulgar ou promover produtos, serviços, marcas, conceitos ou políticas públicas junto a públicos de interesse.

Art. 4º O patrocinador deverá pautar sua atuação com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e nas seguintes diretrizes previstas no art. 2º do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, de acordo com as características de cada patrocínio:

I - afirmação dos valores e princípios da Constituição;

II - atenção ao caráter educativo, informativo e de orientação social;

III - preservação da identidade nacional;

IV - valorização da diversidade étnica e cultural e respeito à igualdade e às questões raciais, geracionais, de gênero e de orientação sexual;

V - reforço das atitudes que promovam o desenvolvimento humano e o respeito ao meio ambiente;

VI - valorização dos elementos simbólicos da cultura nacional e regional;

VII - vedação do uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VIII - adequação das mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público;

IX - uniformização do uso de marcas, conceitos e identidade visual utilizados na comunicação de governo;

X - valorização de estratégias de comunicação regionalizada;

XI - observância da eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos; e

XII - difusão de boas práticas na área de comunicação.

Art. 5º Constituem diretrizes adicionais para atuação do MTur, de acordo com as características de cada patrocínio:

I - transparência: divulgação ampla das políticas, diretrizes e normas de acesso ao patrocínio;

II - democratização: adoção preferencial de critérios e mecanismos de seleção pública;

III - regionalização: desconcentração espacial da execução do patrocínio, em especial dos beneficiados por incentivos fiscais;

IV - sintonia com políticas públicas afirmativas: estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas direcionadas à promoção da igualdade étnica, de gênero e de oportunidades e ao combate a quaisquer formas de discriminação;

V - sustentabilidade: adoção de critérios e de ações nos projetos patrocinados que fomentem o emprego de práticas sustentáveis em eventos; e

VI - acessibilidade: promoção da acessibilidade de idosos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos ambientes dos eventos ou aos produtos e serviços decorrentes do projeto patrocinado.

§ 1º Independentemente do processo de seleção adotado, a análise prévia das propostas de patrocínio deverá ser feita com base em critérios objetivos.

§ 2º Não é necessário que o patrocínio tenha pertinência temática com a área de atuação do Ministério do Turismo.

§ 3º No caso de patrocínio beneficiado por incentivo fiscal deve ser observada a legislação aplicável a cada área.

Seção II

Das Competências

Art. 6º Compete às unidades patrocinadoras:

I - receber, analisar e se manifestar sobre as propostas de patrocínio afetas à sua área de competência;

II - submeter os projetos de patrocínio aprovados à Assessoria de Comunicação Social (ASCOM);

III - monitorar e fiscalizar o contrato de patrocínio;

IV - analisar a prestação de contas de execução física (técnica) do contrato de patrocínio e encaminhar para prestação de contas financeira; e

V - propor adequações e melhorias nos processos de gestão de patrocínios.

Art. 7º Compete à Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Ministério do Turismo:

I - analisar e se manifestar sobre as propostas de patrocínio, ouvida a Comissão Permanente de Patrocínios, quando for o caso;

II - analisar e se manifestar sobre os programas, as políticas, as diretrizes e os planos de patrocínio encaminhados pelas unidades patrocinadoras do MTur;

III - analisar e se manifestar sobre os critérios e mecanismos de seleção de propostas de patrocínio encaminhados pelas unidades patrocinadoras do MTur;

IV - normatizar, estruturar, coordenar e supervisionar o funcionamento da Comissão Permanente de Patrocínios;

V - propor a adoção de normas atinentes a patrocínio;

VI - propor adequações e melhorias nos processos de gestão de patrocínios;

VII - estimular o intercâmbio de informações e a difusão de boas práticas;

VIII - orientar o uso de marcas do Ministério do Turismo nos patrocínios; e

IX - submeter os projetos de patrocínio aprovados ao Gabinete do Ministro e à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), quando for o caso, para análise e manifestação.

Parágrafo único. A ASCOM poderá adotar rotinas para acelerar suas atividades, mormente no tocante à análise e manifestação sobre as propostas de patrocínio aprovadas pelo patrocinador mediante seleção pública.

Art. 8º Compete ainda à ASCOM, no tocante às propostas de patrocínio:

I - controlar a observância dos objetivos e das diretrizes previstos nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 6.555, de 08 de setembro de 2008, e das diretrizes adicionais estabelecidas no art. 5º desta Instrução Normativa; e

II - articular e coordenar patrocínio que exija esforço integrado de comunicação de unidades patrocinadoras do MTur, órgãos e entidades da administração pública federal.

Art. 9º Fica instituída a Comissão Permanente de Patrocínio do Ministério do Turismo (COMPAT), com o objetivo de analisar os projetos de patrocínio encaminhados pela ASCOM, conforme critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa e de acordo com a Instrução Normativa SECOM-PR nº 9, de 19 de dezembro de 2014, e Instrução Normativa SG-PR nº 1, de 27 de julho de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. A COMPAT será composta pelo titular da ASCOM e por sete representantes das unidades patrocinadoras do MTur.

Parágrafo único. A coordenação da COMPAT será exercida pelo titular da ASCOM ou, em caso de ausência ou impedimento, por seu substituto eventual.

Art. 11. Para composição da Comissão, os titulares das Secretarias patrocinadoras indicarão dois representantes, titular e suplente, de cada Departamento ou Diretoria da estrutura regimental da Pasta, a serem designados pelo Ministro de Estado do Turismo ou a quem ele delegar a atribuição, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 12. A Comissão Permanente de Patrocínios do Ministério do Turismo tem caráter consultivo e atuará em regime de colegiado, cabendo-lhe:

I - manifestar-se sobre as propostas de patrocínio encaminhadas para sua apreciação;

II - auxiliar na formulação de políticas, diretrizes, planos anuais, programas, projetos e editais de patrocínio;

III - manifestar-se sobre aspectos de sustentabilidade dos projetos objeto das propostas de patrocínio analisadas;

IV - estimular propostas de patrocínio vinculadas a políticas públicas;

V - identificar e propor a difusão de boas práticas de patrocínios;

VI - estimular ações que contribuam para o aprimoramento de processos de seleção de propostas de patrocínio;

VII- identificar, divulgar e incentivar a troca de experiências sobre mecanismos e ferramentas de gestão de patrocínio que auxiliem no controle e monitoramento de resultados dos patrocínios;

VIII - incentivar a adoção de processos de seleção pública de propostas de patrocínio e a divulgação de seus regulamentos; e

IX - incentivar iniciativas compartilhadas que contribuam para a efetividade dos resultados dos patrocínios, considerados os propósitos de comunicação específicos dos patrocinadores.

Art. 13. As reuniões da COMPAT serão realizadas conforme calendário definido pela ASCOM e divulgado previamente aos seus integrantes.

Parágrafo único. A ASCOM poderá instituir, no âmbito da COMPAT, grupos técnicos temáticos com a finalidade de estudar e propor o aprimoramento dos processos de patrocínio.

Art. 14. A ASCOM editará Regimento Interno da COMPAT.

Art. 15. No exame das propostas de patrocínio, a Comissão atuará com isonomia, coerência e em conformidade com:

I - a Política Nacional do Turismo e o Plano Nacional do Turismo, instituídos pela Lei nº 11.771, de 17 setembro de 2008;

II - as diretrizes de patrocínio previstas nesta Instrução Normativa, na Instrução Normativa SECOM-PR nº 9, de 19 de dezembro de 2014, e Instrução Normativa SG-PR nº 1, de 27 de julho de 2017.

III - as regras e condutas estabelecidas nos atos da ASCOM e no Regimento Interno da Comissão; e

IV - a legislação aplicável.

Art. 16. As propostas a serem examinadas pela COMPAT deverão ser recebidas na ASCOM pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da reunião programada.

§ 1º A ASCOM, em caráter excepcional, poderá encaminhar à COMPAT proposta recebida fora do prazo definido no caput deste artigo para ser examinada como extra pauta, desde que acompanhada de justificativas sobre a intempestividade.

§ 2º A ASCOM poderá convidar para participar de reuniões da Comissão:

I - representantes de outras áreas do MTur e de outros órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM), livremente designados pelos titulares dos respectivos entes;

II - servidores da ASCOM do MTur ou de outros órgãos e entidades do Governo Federal; e

III - profissionais especialistas do mercado, em situações específicas, com o propósito de aprimorar a atuação da Comissão.

§ 3º As unidades patrocinadoras poderão convidar técnicos para subsidiar o exame de propostas de patrocínios pela Comissão, mediante prévia comunicação à ASCOM.

§ 4º Poderá ser retirada de pauta proposta de patrocinador cujo representante não compareça à reunião da Comissão.

Seção III

Da Seleção de Propostas de Patrocínio

Art. 17. A unidade patrocinadora adotará, preferencialmente, processos de seleção pública de propostas de patrocínio.

Art. 18. O instrumento de seleção pública de propostas será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Turismo na internet, no Diário Oficial da União e, caso necessário, em outros meios que assegurem sua ampla divulgação.

Art. 19. Na seleção de propostas, a unidade patrocinadora deverá observar os princípios da publicidade, da eficiência e da razoabilidade e assegurar:

I - divulgação ampla das etapas do procedimento, prazos de inscrição, montante de recursos, segmentos e faixas de distribuição; e

II - clareza e objetividade dos regulamentos.

Parágrafo único. As informações sobre as propostas de patrocínio e respectivos projetos classificadas em seleções públicas e não contratadas poderão ser disponibilizadas a outras unidades patrocinadoras do Ministério do Turismo.

Art. 20. Os processos de seleção pública serão submetidos à ASCOM, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua publicação, com o propósito, se for o caso, de auxiliar as unidades patrocinadoras na elaboração de políticas e diretrizes de patrocínio e de propor parâmetros e métodos de exame sintonizados com as políticas públicas.

Art. 21. É recomendável que a unidade patrocinadora facilite o acesso a informações e realize capacitação para os interessados quanto à estruturação de projetos conforme regras da seleção pública de propostas de patrocínio.

Art. 22. As propostas de valor inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), poderão ser analisadas e aprovadas pelas Secretarias a que se vincula a unidade patrocinadora.

§ 1º Deverão ser submetidas previamente à ASCOM as propostas de patrocínio de valor igual ou superior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), observado o disposto nesta Instrução Normativa.

§ 2º A manifestação da ASCOM sobre as propostas de valor igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) dependerá da prévia manifestação da COMPAT.

§ 3º O valor máximo por patrocínio, deverá ser de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), podendo ser a maior, quando for destinado a eventos turísticos institucionais.

§ 4º Um mesmo patrocinado não poderá obter mais e 1 (um) projeto de patrocínio aprovado por ano;

§ 5º Em caráter excepcional, a ASCOM poderá se manifestar sobre proposta de patrocínio sem consulta à COMPAT e submeter ao Gabinete do Ministro, mediante justificativas e razões apresentadas formalmente pela unidade patrocinadora.

§ 6º Em caráter extraordinário, mediante justificativas e razões apresentadas formalmente à unidade patrocinadora, a ASCOM convocará reunião extraordinária da COMPAT para análise e manifestação sobre propostas com valor superior a R$100.000,00 (cem mil reais).

§ 7º A exatidão das informações prestadas nas propostas de patrocínio submetidas à ASCOM é de exclusiva responsabilidade da autoridade competente da unidade patrocinadora.

§ 8º Qualquer alteração feita pela unidade patrocinadora em proposta que obteve conformidade da ASCOM, será por esta analisada para, se for o caso, indicar a necessidade de substituição ou cancelamento da proposta original.

§ 9º O cancelamento ou a substituição de proposta de patrocínio por iniciativa da unidade patrocinadora deverá ser justificada à ASCOM.

§ 10 A execução do patrocínio requer a prévia comunicação de conformidade à ASCOM, aprovação pelo Gabinete do Ministro, observadas as disposições desta Instrução Normativa, e aprovação da SECOM.

Art. 23. O procedimento de análise e manifestação sobre as propostas de patrocínio compreenderá as seguintes etapas:

I - No caso de valor inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais):

a) análise e manifestação acerca dos aspectos técnicos da proposta pela unidade patrocinadora;

b) manifestação de conformidade e aprovação, ou não, pela autoridade máxima a que se vincula a unidade patrocinadora; e

c) comunicado de aprovação e conformidade do patrocínio à ASCOM.

II - No caso de valor igual ou superior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais):

a)análise dos aspectos técnicos da proposta pela unidade patrocinadora;

b) manifestação de conformidade e aprovação pela autoridade máxima a que se vincula a unidade patrocinadora;

c) análise e manifestação acerca dos aspectos de comunicação da proposta pela ASCOM;

d) comunicado de aprovação de conformidade, ou não, do patrocínio, ao Gabinete do Ministro;

e) quando aprovada pelo GM, envio à SECOM para análise e manifestação; e

f) análise e manifestação acerca dos aspectos de comunicação da proposta pela SECOM.

II - No caso de valor igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais):

a)análise dos aspectos técnicos da proposta pela unidade patrocinadora;

b)manifestação de conformidade e aprovação pela autoridade máxima a que se vincula a unidade patrocinadora;

c)análise e manifestação da COMPAT;

d) análise e manifestação acerca dos aspectos de comunicação da proposta pela ASCOM;

e)comunicado de aprovação de conformidade, ou não, do patrocínio, ao Gabinete do Ministro;

f)quando aprovada pelo GM, envio à SECOM para análise e manifestação; e

g)análise e manifestação acerca dos aspectos de comunicação da proposta pela SECOM.

Parágrafo único. A ASCOM poderá solicitar informações ou esclarecimentos para a instrução de sua análise técnica.

Art. 24. O prazo para a análise técnica e manifestação da ASCOM é de até 5 (cinco) dias úteis, contado do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da proposta, e o prazo para análise e manifestação da SECOM é, também, de 5 (cinco) dias úteis, nos mesmos termos.

§1º O prazo para a análise técnica e manifestação da unidade patrocinadora é de até 10 (dez) dias úteis, contado do primeiro dia útil ao do recebimento da proposta.

§2º A unidade patrocinadora deverá observar as datas das reuniões da Comissão Permanente de Patrocínio previstas no calendário da ASCOM para encaminhar as propostas que dependam da manifestação do colegiado.

§ 3º Em caráter excepcional, mediante justificativa, e até o dia anterior ao do início de execução do projeto, a ASCOM poderá analisar e se manifestar sobre proposta encaminhada fora do prazo de análise de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O não cumprimento pela ASCOM do prazo para análise e manifestação sobre a proposta não implicará sua conformidade tácita.

Art. 25. A ASCOM atuará com isonomia na análise e manifestação sobre as propostas de patrocínio, observado o que segue, conforme as características de cada projeto:

I - enquadramento nas definições previstas nos arts. 2º e 3º desta Instrução Normativa;

II - adequação às diretrizes estabelecidas pela SECOM;

III - informações apresentadas pela unidade patrocinadora para justificar a conveniência e/ou oportunidade de patrocinar o projeto, em consonância com os critérios objetivos de que trata o art. 36 desta Instrução Normativa;

IV- pertinência e proporcionalidade de contrapartidas entre patrocinadores da administração pública federal;

V - uso obrigatório da marca do Governo Federal, exceto quando disposto em sentido contrário por norma legal ou da SECOM;

VI - correção do preenchimento dos formulários e sistemas disponibilizados pela SECOM;

VII - uniformidade de análise em relação a propostas similares;

VIII - observância de pareceres anteriores emitidos no âmbito da ASCOM e SECOM referentes a procedimentos em patrocínios; e

IX - detalhamento das contrapartidas em que houver citação ou exposição da marca do Ministério do Turismo, ou de seus produtos e serviços, em espaços de mídia em veículos de divulgação, de acordo com especificações técnicas fornecidas pela ASCOM.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, o uso da marca do Ministério do Turismo e do Governo Federal poderá ser dispensado pela ASCOM em razão de conveniência institucional ou mediante justificativas apresentadas pela unidade patrocinadora.

Art. 26. A unidade patrocinadora encaminhará à ASCOM planejamento anual de patrocínios com a indicação de suas políticas e diretrizes e das principais ações que pretende executar no exercício, segmentadas por área, conforme orientações editadas pela Secretaria-Executiva da SECOM.

Parágrafo único. A ASCOM, com o auxílio da Comissão Permanente de Patrocínios, estabelecerá o formato e a data do envio do planejamento previsto no caput deste artigo.

Seção IV

Do Contrato de Patrocínio

Art. 27. O contrato celebrado entre a unidade patrocinadora do MTur e o patrocinado, conforme definido no art. 2º, inciso VII, desta Instrução Normativa, constitui-se no instrumento necessário e suficiente para formalizar o patrocínio.

§ 1º A fixação do valor do patrocínio deverá ser pautada pela expectativa de atingimento dos objetivos previstos no inciso II do art. 2º desta Instrução Normativa, sem vinculação aos custos da iniciativa patrocinada.

§ 2º Para a contratação e pagamento do patrocínio ou de parcelas deste, a unidade patrocinadora deve exigir do patrocinado a apresentação dos documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal.

§ 3º A unidade patrocinadora deverá exigir do patrocinado, antes da assinatura do contrato, declaração formal de que está adimplente com exigências contratuais de eventual patrocínio anterior celebrado com órgão ou entidade da administração pública federal.

§ 4º É vedada a contratação de patrocínio por intermédio de agência de publicidade e/ou agência de promoção.

§ 5º É vedada a contratação de patrocínio com patrocinado que mantenha contrato de prestação de serviços de publicidade ou de promoção com o Ministério do Turismo.

§ 6º É vedada a contratação de patrocínio para projetos que já estão sendo apoiados por meio de convênios ou outro instrumento de repasse de recursos oriundos do Ministério do Turismo.

§ 7º É vedado o uso de recursos de emendas parlamentares para contratação de patrocínio.

Art. 28. O contrato deverá estipular a obrigação de respeitar os direitos sociais previstos nos arts. 6º a 11º da Constituição Federal, sobretudo as restrições quanto ao trabalho infantil e ao uso de mão de obra em condições análogas às de escravo.

Art. 29. O contrato deverá expressar o direito de associação por meio da divulgação da marca, produto, serviço, programa, posicionamento e/ou estratégias negociais da unidade patrocinadora.

Art. 30. Entre as contrapartidas, deverá constar obrigatoriamente:

I - a inclusão ou menção da marca do Governo Federal e Ministério do Turismo em ações de divulgação do projeto patrocinado, observado o disposto no inciso V do art. 11 da Instrução Normativa SECOM-PR nº 9, de 2014; e

II - a inclusão, na divulgação do patrocínio incentivado, da assinatura do Ministério do Turismo e de selos alusivos ao incentivo fiscal, conforme definido em legislação específica.

Parágrafo único. A aplicação de marcas deverá observar as orientações do manual de uso da marca do Ministério do Turismo e do Governo Federal e, conforme o caso, os manuais de aplicação de selo de lei de incentivo dos respectivos Ministérios.

Art. 31. Sempre que possível e sem ônus adicional, a unidade patrocinadora deverá estabelecer contrapartidas contratuais que assegurem o acesso do público aos produtos oriundos do patrocínio, mediante sua disponibilização em órgãos e entidades da administração pública e em outros meios de divulgação.

Art. 32. O contrato deverá prever as sanções a serem aplicadas nos casos de inexecução total ou parcial de seu objeto.

Art. 33. Cabe à unidade patrocinadora verificar o cumprimento das cláusulas contratuais.

Art. 34. A unidade patrocinadora e o patrocinado responderão pela boa execução do contrato de patrocínio.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção V

Da Avaliação de Resultados do Patrocínio

Art. 35. Cabe à unidade patrocinadora verificar o alcance dos objetivos de comunicação do patrocínio.

Parágrafo único. A avaliação de resultados poderá ser efetuada por meio de pesquisas, enquetes, relatórios gerenciais e controles sistematizados, entre outras formas de aferição.

Art. 36. Para a avaliação de resultados alcançados com os patrocínios, os patrocinadores deverão adotar critérios objetivos em consonância com:

I - os objetivos de comunicação;

II - a natureza e a diversidade das ações previstas;

III - o público-alvo;

IV - as diretrizes e estratégias do Ministério do Turismo; e

V - o volume de recursos despendidos.

Art. 37. Para a prestação de contas do patrocínio, a unidade patrocinadora exigirá do patrocinado, exclusivamente, a comprovação da realização da iniciativa patrocinada e das contrapartidas previstas no contrato, para fins de verificação da regular aplicação dos respectivos valores nas estritas finalidades para os quais foram destinados, conforme dispõe o inciso XI, do art. 2º, do Decreto nº 6.555, de 08 de setembro de 2008, e o Acórdão nº 545/2015 - TCU - Plenário.

§1º Os procedimentos pertinentes a patrocínio beneficiado por incentivo fiscal deverão observar a legislação aplicável e os atos normativos dos respectivos Ministérios.

§2º A análise da prestação de contas financeira deverá ser realizada pela Coordenação-Geral de Convênios (CGCV) do Ministério do Turismo.

Seção VI

Das Disposições Finais

Art. 38. O disposto nesta Instrução Normativa não dispensa a obediência e a observância da legislação aplicável a patrocínios e dos demais atos normativos pertinentes.

Art. 39. A ASCOM poderá editar orientações complementares com vistas ao cumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 40. Os casos não previstos serão analisados pela Comissão Permanente de Patrocínio do Ministério do Turismo em sintonia com o conceito de patrocínio adotado por esta Instrução Normativa, de acordo com a Instrução Normativa SECOM-PR nº 9, de 19 de dezembro de 2014, Instrução Normativa SG-PR nº 1, de 27 de julho de 2017, e submetidos ao Gabinete do Ministro.

Art. 41. Esta Instrução Normativa entra na data de sua publicação.

MARX BELTRÃO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 866, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de o Ministério prover um sistema único de informações das diversas modalidades de transportes, atualizado permanentemente com o objetivo de fomentar a supervisão ministerial;

Considerando a obrigação de o MTPA dar ampla divulgação aos dados públicos de competência da pasta, conforme disposto na Lei nº 12.527/2011;

Considerando a importância de se consolidar e integrar as informações em um único banco de dados, para facilitar o acesso à informação, bem como de difundir a visão sistêmica e multimodal da pasta;

Considerando as competências descritas nos incisos I e VI, do art. 10 do anexo I do Decreto n° 9.000, de 8 de março de 2017;

Considerando a necessidade de ampliar o fluxo de informações entre os órgãos específicos singulares e as entidades vinculadas a este Ministério, resolve:

Art. 1° Reestruturar o Banco de Informações de Transportes - BIT, criado pela Portaria nº 616, de 17 de novembro de 1994, o qual será coordenado pela Secretaria de Política e Integração - SPI, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA.

Art. 2º O BIT armazenará publicações, em página na internet, e bases georrefenciadas da infraestrutura e operação referentes aos sistemas de transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário.

Art. 3º Os órgãos específicos singulares do MTPA, através de seus setores, fornecerão sistematicamente ao BIT, as informações referentes aos sistemas de transportes.

Art. 4° As entidades vinculadas ao MTPA prestarão o apoio técnico necessário para alimentar e dar manutenção ao BIT, sempre que solicitado.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário definidas pela Portaria nº 616, de 17 de novembro de 1994.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3.432 de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 83, onde se lê: "O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC (...)JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ", leia-se: O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL ANAC (...)RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.439, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 1767 de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.001244/2014-39, resolve:

Art. 1º Revogar o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2012-05-4CNP-01-00, emitido em favor da sociedade empresária Panam Táxi Aéreo Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 556, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, Substituto, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 40 da Resolução ANTT nº 4.770/2015 e no que consta no processo nº 50500.345142/2015-25, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional nº 151 da empresa Auto Viação Gadotti Ltda. - EPP para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob regime de autorização.

Art. 2º As linhas e respectivas seções incluídas em cada Licença Operacional e as frequências mínimas dos mercados atendidos por cada empresa encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob regime de autorização, sob pena das penalidades cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 246, seção 1, de 23.12.2016, pág. 207, em razão da omissão do número da Licença Operacional - Lop da empresa



Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 1.103, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5/5/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.36.000.000503/2016-42, resolve:

Art. 1º Aplicar às pessoas jurídicas SMS de Miranda-EPP, CNPJ: 14.105.077.0001-30 e Transportadora Ney das Mudanças Ltda-ME, CNPJ: 08.290.111/0001-91, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 2 (dois) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

PORTARIA Nº 1.104, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5/5/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.19.000.000983/2016-22, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Frygelar - Carlos Alberto Silva de Araújo ME, CNPJ nº 08.965.494/0001-50, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 2 (dois) anos, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, nos itens 4.9.1 e .4.9.4.4 do edital e no item 10.2.1 do termo de referência do Pregão Eletrônico n° 05/2016- da PR/MA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

RESOLUÇÃO Nº 96, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Resolução nº 62/CSMPM, de 10 de maio de 2010, alterada pela Resolução nº 72/CSMPM, de 24 de outubro de 2012, e Resolução nº 88/CSMPM, de 11 de maio de 2016.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no exercício da competência conferida pelo artigo 131, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º - Alterar a redação dos artigos 1º, 3º, 6º, 14 e 16 da Resolução nº 62/CSMPM:

"Art. 1º (...)

§ 1º - O Conselho Superior do Ministério Público Militar é integrado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e pelos Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar e, na ausência destes, pelos seus substitutos legais, nas hipóteses previstas em lei;

Art. 3 (...)

§ 3º - Das reuniões será lavrada ata circunstanciada pelo Secretário do Conselho, com a aprovação do Colegiado, devendo a mesma ser publicada no Diário Oficial da União.

Art. 6º - Os Conselheiros são os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no art. 143 § 1º da Lei Complementar nº 75/1993, o Procurador da Justiça Militar ou Promotor da Justiça Militar que substituir o Subprocurador-Geral afastado integrará o Conselho, enquanto perdurar a substituição.

§ 2º - Ocorrendo impedimento, suspeição ou afastamento de Subprocurador-Geral que possa resultar em insuficiência de quorum, poderá ainda ser convocado Procurador da Justiça Militar ou Promotor da Justiça Militar para substituí-lo, exclusivamente para atuação no Conselho, observada a lista de antiguidade.

Art. 14 (...)

§ 2º - A segunda parte compreende a apreciação dos feitos em pauta, que deverão obedecer à seguinte ordem, salvo inversão de pauta aprovada pela maioria: os procedimentos disciplinares, os pedidos de vista e de remoção por interesse público e, quanto às demais, será observada a antiguidade de inclusão.

Art. 16 - Iniciada a ordem do dia, o Presidente dará a palavra ao Relator para a exposição do relatório, durante o qual só será admitida a intervenção em questão de ordem. Finalizado o relatório, não havendo intervenção de terceiros, em seguida serão iniciados os debates.

§ 1º Havendo interesse de qualquer pessoa ou entidade em se manifestar em razão de procedimento em discussão, deverá fazê-lo após solicitada a sua inscrição, imediatamente depois da apresentação do relatório.

§ 2º - A inscrição poderá ser indeferida, em decisão fundamentada pelo Presidente, ouvido o Conselho, se não guardar pertinência com a matéria em discussão ou se revelar inoportuno. Fica assegurada a defesa oral pelo interessado em até 15 minutos.

§ 3º - O Presidente dará a palavra aos conselheiros por ordem de inscrição.

§ 4º - As questões preliminares serão decididas antes do exame do mérito, se suscitadas pelo Relator ou qualquer dos conselheiros.

§ 5º - Proferido o voto do Relato, votarão os demais Conselheiros por ordem de antiguidade, registrando a Secretaria do Conselho cada voto proferido.

§ 6º - Na tomada de votos, sobrevindo pedido de vista, os Conselheiros que se considerarem aptos a fazê-lo poderão antecipar seus votos ou aguardar o retorno de vista.

§ 7º - O conselheiro que formular o pedido de vista poderá proferir o seu voto na mesma sessão ou, no máximo, na sessão ordinária subsequente à do pedido, quando restituirá os autos para prosseguimento da votação, ainda que ausente o Relator, computando-se os votos já proferidos.

§ 8º - Os Conselheiros que não presenciaram o relatório, os debates e o voto do Relator, não poderão votar, salvo quando se considerarem devidamente esclarecidos quanto à matéria.

§ 9º - Se necessário para obtenção do quorum ou desempate na votação, poderá ser renovado o relatório aos Conselheiros nas condições do parágrafo anterior, computando-se os votos já proferidos.

§ 10 - O Presidente participará de todas as votações, proferindo o último voto que prevalecerá em caso de empate, exceto em matéria disciplinar, hipótese em que prevalecerá a solução mais favorável ao investigado ou acusado.

§ 11 - A votação poderá ter a ordem alterada ou invertida e os votos colhidos em escrutínio secreto, a requerimento de qualquer Conselheiro e a critério do Conselho.

§ 12 - As deliberações só poderão ser tomadas com a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 13 - Uma vez arguida a suspeição ou impedimento de integrante do CSMPM, e não concordando com tal arguição, o arguido disporá de até 15 minutos para sua manifestação, quando então, logo após, será a matéria deliberada pelo CSMPM.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Presidente do Conselho

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Conselheiro-Relator

ROBERTO COUTINHO
Conselheiro

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Conselheiro

ALEXANDRE CONCESI
Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Conselheira

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Conselheiro

GIOVANNI RATTACASO
Conselheiro

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Conselheiro

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 443ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2017

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dr. Alexandre Concesi (Membro) e Dr. Clauro Roberto de Bortolli (Suplente). Aberta a reunião às 15h. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Instrução Provisória de Deserção 309-83.2014.7.01.0301.
Origem: 3ª Auditoria da 1ª CJM.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: INSTRUÇÃO PROVISÓRIA DE DESERÇÃO INSTAURADA CONTRA 3º SARGENTO DA MARINHA DO BRASIL QUE SE AUSENTOU POR MAIS DE 8 (OITO) DIAS, SEM LICENÇA, DA ORGANIZAÇÃO MILITAR EM QUE SERVIA. Termo de deserção lavrado com data anterior ao término do período de graça. Manifestação ministerial pelo arquivamento por inexistência da materialidade delitiva.
Discordância da autoridade judiciária. Referência correta à data do início da ausência. Erro material. Materialidade delitiva comprovada por outros elementos dos autos, especialmente a Portaria de agregação do
militar. Pela designação de outro Membro para oferecimento da denúncia.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar a promoção de arquivamento e decidiu encaminhar ao Procurador-Geral para designação de outro Membro do MPM para
oferecer denúncia.

1.2. Processo: Inquérito Policial Militar 114-05.2017.7.01.0201.
Origem: 2ª Auditoria da 1ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. ABANDONO DE POSTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. ATIPICIDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DO DELITO PARA INFRAÇÃO DISCIPLINAR.
DISCORDÂNCIA PELO JUÍZO *A QUO*. Juízo prelibatório. Crime formal e de perigo abstrato. Presunção de ofensa ao bem juridicamente tutelado. Indícios de autoria e materialidade. Remessa dos autos ao
Procurador-Geral de Justiça Militar. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar a promoção de arquivamento e decidiu encaminhar ao Procurador-Geral para designação de outro Membro do MPM para
oferecer denúncia.

1.3. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000022-25.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL INSTAURADO A PARTIR DE NOTÍCIA ANÔNIMA ENCAMINHADA À PJM RIO DE JANEIRO/RJ. A Notícia narra supostas falhas estruturais na cozinha do
Hospital Central do Exército, bem como o descumprimento de normas da ANVISA. Esclarecimentos e documentos apresentados pela autoridade militar. Inexistência de indícios mínimos de materialidade delitiva.
Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000007-69.2017.1401.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO - PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MILITAR. Solicita análise sobre supostas irregularidades no processo seletivo para carreira de militar da Marinha do Brasil. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000096-88.2017.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL INSTAURADO A PARTIR DE NOTÍCIA ANÔNIMA APRESENTADA PERANTE A PJM RIO DE JANEIRO/RJ. Na Notícia são narrados fatos supostamente
caracterizadores de assédio sexual praticado por capitão contra tenente, ambos militares da Aeronáutica. Instauração de IPM para a apuração dos fatos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000030-40.2017.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PIC. SUPOSTAS PERSEGUIÇÕES E IRREGULARIDADES À EMBARCAÇÃO COMERCIAL FLUTUANTE. LAGO PARANOÁ. INEXISTÊNCIA DE CRIME MILITAR. Procedimento Investigatório
Criminal instaurado para apurar supostas perseguições por documentação irregular e a não concessão de licença de serviço. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000023-79.2017.1201.
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL INSTAURADO PARA APURAR NOTÍCIA APRESENTADA POR CAPITÃO REFORMADO DO EXÉRCITO QUE ALEGA TER SOFRIDO MAUS-TRATOS
NO ÂMBITO DO 7º BEC E SIDO SUBMETIDO A CÁRCERE PRIVADO NO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL. Esclarecimentos prestados pela autoridade militar. Noticiante reformado por incapacidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

definitiva resultante de distúrbios psiquiátricos irreversíveis. Ausência de verossimilhança quanto à versão narrada pelo Noticiante. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000080-96.2017.1105.

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR.

Ausência de urbanidade entre vizinhos. Inocorrência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000141-17.2017.1105.

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. *DECLÍNIO* DE ATRIBUIÇÕES. Supostas irregularidades em escala de serviço. Questão Administrativa.

Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Notícia de Fato (PI) 000032-14.2017.1302.

Origem: PJM Bagé - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. Alexandre Concesi.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO INSTAURADA PARA APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ESTELIONATO CONSISTENTE EM OCUPAÇÃO IRREGULAR DE PNR MEDIANTE DECLARAÇÃO FALSA

QUANTO À COABITAÇÃO DE DEPENDENTE MENOR COM O PERMISSIONÁRIO. Diligências promovidas pelo Órgão Ministerial de 1ª instância. Arquivamento homologado com fulcro na

Resolução nº 174-CNMP/2017. Interposição de recurso. Novas alegações. Requisição de instauração de sindicância para o aprofundamento da investigação.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pelo retorno dos autos à origem para que seja requisitada à Autoridade Militar pela Procuradoria de origem o aprofundamento das

investigações militares.

1.11. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-93.2017.1701.

Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS PRÁTICAS DELITUOSAS PERPETRADAS POR TENENTE CORONEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA SOLDADO MILITAR DAQUELA

ORGANIZAÇÃO MILITAR. Ausência de envolvimento de militar das Forças Armadas do Brasil. Incompetência da Justiça Militar da União. Atribuição exclusiva do Ministério Público Estadual. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000035-37.2017.1601.

Origem: PJM Salvador - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. Alexandre Concesi.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO INSTAURADA PARA APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE INJÚRIA POR PARTE DE ENCARREGADO DE IPM DURANTE A OITIVA DE MILITAR. Diligências

promovidas pelo Órgão Ministerial de 1ª instância. Arquivamento homologado com fulcro na Resolução nº 174-CNMP/2017. Interposição de recurso. Ausência de novos fatos. Demonstração da ausência de *dolus*

injuriandi. Pela manutenção do arquivamento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela manutenção do arquivamento.

1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000154-59.2017.1105.

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Solicita análise sobre supostas irregularidades no

processo seletivo para carreira de militar. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000161-04.2017.1106.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Alexandre Concesi.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO INSTAURADA PARA APURAR SUPOSTO VÍCIO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SUPOSTO TRATAMENTO DESUMANO E CRUEL POR PARTE DE

OFICIAL, MEMBRO DO CONSELHO DE DISCIPLINA, AO SE RECUSAR A FALAR COM O NOTICIANTE DURANTE O PERÍODO DE BANHO DE SOL NO PRESÍDIO DA MARINHA. Inexistência de

verossimilhança das alegações. Conduta do Oficial harmônica com orientações recebidas da Administração. Ausência de vícios no Procedimento Administrativo Disciplinar. Arquivamento homologado com fulcro na

Resolução nº 174-CNMP/2017. Interposição de recurso. Manutenção da decisão de arquivamento. Ausência de fatos novos. Alegações desacompanhadas de provas. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela manutenção do arquivamento.

1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000010-62.2017.2001.

Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. IRREGULARIDADES, EM TESE, OCORRIDAS NA EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO PIPA NO 40º BATALHÃO DE INFANTARIA DA 10ª REGIÃO MILITAR, EM CRATEÚS/CE. Requisição de

instauração de IPM. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000073-36.2016.1701.

Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTOS MAUS-TRATOS CONSISTENTES EM CÁRCERE PRIVADO, AMEAÇAS E JORNADA EXCESSIVA DE SERVIÇOS IMPOSTOS À TROPA PELO COMANDANTE DO 72º

BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO EM PETROLINA/PE. Inquérito Policial Militar instaurado para apurar os fatos noticiados. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000166-53.2017.1105.

Origem: PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA RELATANDO ATRASO NA IMPLANTAÇÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE PARA ALUNOS DO CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE

SYLVIO DE CAMARGO. Matéria de ordem administrativa. Atipicidade de conduta. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000017-37.2017.1701.

Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. LAVRATURA DE TRÊS FATD. O PRIMEIRO POR INGRESSO NA OM EM HORÁRIO PROIBIDO, O SEGUNDO POR FALTAR COM A VERDADE AO PRESTAR

DECLARAÇÃO DE QUE IRIA ENTREGAR MATERIAL E O TERCEIRO POR APRESENTAR-SE NA OM COM CORTE DE CABELO INADEQUADO. O exame de mérito de punição disciplinar refoge às

atribuições do MPM. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000047-67.2017.1201.

Origem: 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.

Relatora: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. FISCALIZAÇÃO. ARMA DE FOGO ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. SFPC/2ª Região Militar/SP.

Atividade de fiscalização da PJM em São Paulo/SP - 1º Ofício. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-27.2017.1302.

Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE ADVOCACIA POR PARTE DE MILITAR OFICIAL. ATIVIDADE EXERCIDA NO PERÍODO EM QUE O MILITAR SE

ENCONTRAVA LICENCIADO DAS FILEIRAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Ausência de dolo. Outrossim, a caracterização do crime de exercício de comércio previsto no art. 204 do CPM presume a prática de atos

mercantis, o que não é o caso da advocacia. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000009-71.2017.1303.

Origem: PJM Santa Maria - 3º Ofício Geral.

Relatora: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM DESCONTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, NA CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO POR TRANSFERÊNCIA SEM O

ACOMPANHAMENTO DOS DEPENDENTES E NA OCUPAÇÃO DE PNR SEM DEPENDENTES. Inocorrência de irregularidades. Atipicidade de conduta. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000019-09.2017.2001.

Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTOS PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS A OFICIAIS POR GOZAREM DE LICENÇAS MÉDICAS POR PERÍODOS SUPERIORES AOS DAS PRAÇAS, CONQUANTO TODOS

DIAGNOSTICADOS COM CHIKUNGNYA. Falece de atribuição ao Ministério Público para averiguar a necessidade da concessão de licenças médicas por períodos de tempos diferentes. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000036-76.2017.1701.

Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NARRA SUPOSTA ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. Instauração de Inquérito Policial Militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000010-22.2017.1303.

Origem: PJM Santa Maria - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Solicita análise sobre supostas irregularidades no

processo seletivo para carreira de militar temporário. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000027-50.2016.1801.

Origem: PJM Belém - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Solicita análise em supostas irregularidades no

pagamento de indenizações de auxílios diversos. Não comprovação de irregularidades. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000135-17.2017.1106.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. TROTE APLICADO A ALUNO DO 1o ANO. PROIBIÇÃO DE CONTATOS FÍSICOS ABORDADA EM PALESTRAS MINISTRADAS AOS ALUNOS DO 3º ANO. Infração considerada

muito grave. Instauração de procedimento administrativo. Respeito ao contraditório e ampla defesa. Exclusão de aluno pelo conselho de ensino. Decisão fundamentada. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.27. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000113-31.2017.1105.

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. DISCRIMINAÇÃO EM FACE DE REVISTA EM VEÍCULOS QUANDO DO INGRESSO NO ARSENAL DE MARINHA SITUADO NA CIDADE DO RIO

DE JANEIRO/RJ. Procedimentos de segurança adotados pelo Comando da Organização Militar. Observância dos regulamentos militares. Atipicidade de conduta. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.28. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000049-03.2017.1901.

Origem: PJM Campo Grande - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Solicita análise em suposta procrastinação em

Procedimento Administrativo para emissão de Título de Embarcação Miúda. Questões administrativas. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000110-78.2017.1106.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Atividade paralela ao exercício da atividade militar. Militar na reserva remunerada. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.30. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000047-04.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. FISCALIZAÇÃO. ARMA DE FOGO ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. SFPC/9ª Região Militar/SP. Atividade de fiscalização da PJM em Campo Grande/MS. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.31. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000058-13.2017.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. TITULARIDADE DA POSSE DO AERÓDROMO DO CAMPO DE MARTE. IMPUGNAÇÃO QUANTO À POSSE PELA FORÇA AÉREA BRASILEIRA COM ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO) QUE TERIA RESULTADO EM COBRANÇA INDEVIDA DE ALUGUEL. Pretensa repetição de indébito. Matéria de natureza eminentemente civil e objeto de lide na esfera civil da justiça federal. Questão sem repercussão no âmbito do direito penal militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.32. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000009-68.2017.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA A OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COMARCA DE FORMIGA. Solicita análise no uso de estande de tiro e o perigo à vida dos residentes do bairro próximo a este local. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.33. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000145-12.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. O Ministério Público Militar na origem não vislumbrou ilegalidade na atuação da polícia judiciária. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.34. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000062-08.2017.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. FISCALIZAÇÃO. ARMA DE FOGO ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. SFPC/2ª Região Militar/SP. Atividade de fiscalização da PJM em São Paulo/SP - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.35. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000128-69.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Solicita análise sobre supostas irregularidades na promoção na carreira de militar. Ausência de crime militar. Marinha do Brasil. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000032-17.2017.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO FURTO. INOCORRÊNCIA. REGISTRO DO FATO EM DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EMBORA OCORRIDO NO RANCHO DA 1ª CIA DE GUARDAS EM PORTO ALEGRE. Bens localizados e já na posse da suposta vítima. Fatos esclarecidos. Perda de objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.37. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000021-17.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. CONDUTA JUSTIFICADA EM FACE DE ERRO OCORRIDO NO TRÂMITE INTERNO DA INTIMAÇÃO REQUISITÓRIA DE TESTEMUNHAS PARA A AUDIÊNCIA DESIGNADA PELO JUÍZO DA 9ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR. Dolo não comprovado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.38. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000227-98.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO. RELATO APÓCRIFO. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Colaboração em procedimento preparatório. Ministério Público Militar. Instauração de Inquérito Policial Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.39. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000023-95.2017.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. RELATO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS ASSENTOS FUNCIONAIS DE MILITAR, PREJUÍZO À PROMOÇÃO E PERDA DE OUTRAS VANTAGENS DECORRENTES DAS IRREGULARIDADES CONSTANTES DA FICHA DE AVALIAÇÃO DE GRADUADOS. Inquérito Policial Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.40. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-35.2017.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA OFENSA À HONRA DE MILITAR OCORRIDA DURANTE CONVERSAS ESCRITAS, EM GRUPO DE WHATSAPP. Conduta que ofende o pundonor militar e reveste-se de reprovabilidade. Indícios de autoria e materialidade. Remessa à instância para instaurar IPM. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, vencido o Dr. Alexandre Concesi, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de homologar o arquivamento e decidiu pelo encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral para designar outro Membro do MPM para oferecer denúncia, sem prejuízo de diligências eventualmente julgadas necessárias.

1.41. Processo: Procedimento Administrativo 0000077-46.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO DE MILITAR. Condenação Justiça Comum. Exclusão das Forças Armadas. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.42. Processo: Inquérito Policial Militar 112-09.2016.7.03.0203.
Origem: 2ª Auditoria da 3ª CJM.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. CRIMES MILITARES DE LESÃO CORPORAL E VIOLÊNCIA CONTRA INFERIOR, PRATICADOS POR 1º SARGENTO DA ATIVA, EM DESFAVOR DE 2º SARGENTO DA ATIVA, AMBOS DO EXÉRCITO E SERVINDO NA MESMA UNIDADE MILITAR. Fatos ocorridos em local estranho à administração militar. Ciência, pelo agressor, da condição funcional do ofendido. Competência da Justiça Militar da União, fixada pelo Superior Tribunal Militar. Pedido de arquivamento dos autos, sob pálio da insignificância da conduta e natureza levíssima das lesões causadas, repelido pela Autoridade Judiciária. Não pode ser considerada insignificante a conduta de superior hierárquico que atinge inferior com uma garrafada na cabeça, causando corte que necessitou ser suturado. Narrativa de conduta pretérita do inferior hierárquico, intra murus de aquartelamento, apontando para indícios de prática do delito militar de desrespeito a superior, a ser melhor apurada. Encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral da Justiça Militar, visando designação de outro membro do Parquet, para deflagração de Ação Penal em desfavor de 1º Sargento do Exército, pelos delitos militares de violência contra inferior e lesão corporal, bem como para requisitar a instauração de IPM, em desfavor de 2º Sargento da mesma Força, para apuração de possível prática do delito militar de desrespeito à superior.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar o arquivamento e decidiu pelo encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral para designar outro Membro do MPM para deflagração de Ação Penal em desfavor de 1º Sargento do Exército, pelos delitos militares de violência contra inferior e lesão corporal, bem como para requisitar a instauração de IPM, em desfavor de 2º Sargento da mesma Força, para apuração da possível prática do delito militar de desrespeito à superior.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador da CCR, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Coordenador

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 21, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve instaurar Inquérito Civil Público, para apuração de fatos relacionados ao Processo Administrativo nº: 132.000.984/2015, promovido pela Administração Regional de Taguatinga.

BERNARDO BARBOSA MATOS
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 22, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve instaurar Inquérito Civil Público, para apuração de fatos relacionados ao Processo Administrativo nº: 132.001.064/2015, promovido pela Administração Regional de Taguatinga.

BERNARDO BARBOSA MATOS
Promotor de Justiça

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO 1.093, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova o Regulamento Eleitoral do Sistema Confea/Crea.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando os dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que tratam da composição do Confea e dos Creas, em especial os artigos 30 e 31;

Considerando a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, que dispõe sobre eleições diretas para presidentes do Confea e dos Creas;

Considerando a necessidade de consolidação das normas eleitorais, bem como a adequação dos normativos que tratam das eleições no Sistema Confea/Crea;

Considerando que o processo eleitoral deve ser organizado de forma a assegurar a unidade de ação entre o Confea e os Creas, preconizada no art. 24, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Eleitoral do Sistema Confea/Crea, compreendendo o processo eleitoral para as seguintes funções:

I - Presidente do Confea;

II - Presidentes dos Creas; e

III - Conselheiros Federais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES
Presidente do Conselho
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

REGULAMENTO ELEITORAL DO SISTEMA CONFEA/CREA

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 1º As eleições para Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e Conselheiros Federais representantes dos grupos profissionais e seus suplentes dar-se-ão em todo o país, na primeira quinzena de novembro do ano respectivo, conforme estabelecido no calendário eleitoral.

Parágrafo único. As eleições serão realizadas em turno único, sendo considerado eleito o candidato que obtiver a maioria de votos, não computados os votos em branco e os votos nulos.

Art. 2º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais, no âmbito de suas competências, convocarão os profissionais inscritos para a votação em até sessenta dias antes do dia da eleição.

§ 1º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais promoverão, obrigatoriamente, ampla divulgação das eleições em seus sítios eletrônicos, em seus jornais, em seus boletins ou em seus meios de comunicação, sendo facultada a publicidade em rádio, televisão e jornais de grande circulação, fornecendo as informações necessárias, inclusive do processo eleitoral, sendo vedada qualquer publicidade de campanha dos candidatos.

§ 2º A não observância do parágrafo anterior pelos Conselhos Regionais implicará o procedimento previsto no art. 16 deste Regramento Eleitoral, podendo ensejar a suspensão do pleito regional até o cumprimento do dispositivo precedente.

Art. 3º A votação do Sistema Confea/Crea se dará, preferencialmente, por meio da rede mundial de computadores - internet, por sistema/plataforma eletrônico aprovado previamente pelo Plenário do Confea, com uso de certificado digital do registro do profissional.

§ 1º Excepcionalmente, na impossibilidade de utilização da rede mundial de computadores - internet, com o uso de certificado digital do registro do profissional, a realização da votação poderá ser realizada por sistema eletrônico, por meio de urnas do Tribunal Regional Eleitoral - TRE, desde que previamente aprovado pelo Plenário do Confea.

§ 2º Na impossibilidade de realização da votação pelos meios definidos no caput e no §1º, poderá ser realizada a votação manual, por meio de cédula eleitoral, desde que previamente aprovado pelo Plenário do Confea.

§ 3º Os meios previstos no § 1º e no § 2º deverão observar os critérios e especificações definidos pelo Plenário do Confea.

Art. 4º O voto é facultativo para todos os profissionais inscritos no Sistema Confea/Crea.

Seção I

Dos Órgãos do Processo Eleitoral

Art. 5º São órgãos do processo eleitoral:

I - o Plenário do Confea, com circunscrição em todo o território nacional;

II - a Comissão Eleitoral Federal - CEF, com circunscrição em todo o território nacional; e

III - a Comissão Eleitoral Regional - CER, na respectiva circunscrição.

Subseção I

Do Plenário do Confea

Art. 6º Compete ao Plenário do Confea:

I - instituir a CEF e designar seu coordenador;

II - atuar como órgão decisório do processo eleitoral, podendo intervir, a qualquer tempo, em qualquer órgão para assegurar a legitimidade e a moralidade do processo;

III - aprovar o calendário eleitoral proposto pela CEF;

IV - julgar recurso interposto contra decisão da CEF; e

V - homologar e divulgar o resultado da eleição.

Subseção II

Da Comissão Eleitoral Federal

Art. 7º A Comissão Eleitoral Federal será composta por 05 (cinco) Conselheiros Federais e igual número de suplentes, todos no exercício permanente da titularidade da função de Conselheiro Federal.

§ 1º Os Conselheiros Federais membros da CEF serão eleitos pelo Plenário do Confea e cada Conselheiro Federal poderá inscrever seu nome para concorrer como membro titular ou membro suplente na comissão.

§ 2º No caso da eleição para os 05 (cinco) suplentes da comissão, o conselheiro mais votado será o 1º suplente, o segundo mais votado o 2º suplente, o terceiro mais votado o 3º suplente e assim sucessivamente.

§ 3º O coordenador da CEF será eleito pelo Plenário do Confea dentre os membros titulares da CEF previamente eleitos.

§ 4º O coordenador-adjunto da CEF será eleito dentre os seus membros titulares.

§ 5º Havendo empate no processo eleitoral, o primeiro critério de desempate será o maior número de anos de registro junto ao Sistema Confea/Crea e o segundo critério de desempate o candidato de maior idade.

§ 6º Havendo vacância da titularidade de membro da CEF, a vaga será assumida seguindo a ordem de sucessão dos suplentes.

§ 7º O quórum para instalação e funcionamento da CEF corresponde ao número inteiro imediatamente superior ao da metade dos membros de sua composição.

Art. 8º São atribuições do coordenador e do coordenador-adjunto da CEF as mesmas previstas no regimento do Confea para os coordenadores e coordenadores-adjuntos de suas comissões permanentes.

Art. 9º A CEF poderá ser auxiliada pela Procuradoria Jurídica - PROJ no que concerne aos procedimentos eleitorais, e deverá ser auxiliada pela Superintendência de Integração do Sistema - SIS no que concerne às questões administrativas.

Parágrafo único. O Plenário do Confea e os Plenários dos Creas poderão deliberar acerca de auxílio por analista do Tribunal Superior Eleitoral ou dos Tribunais a ele vinculados às Comissões Eleitorais, para o que deve ser firmado convênio.

Art. 10. As decisões da CEF serão aprovadas por maioria simples.

Parágrafo único. Não sendo possível a presença de membro titular, será convocado o suplente na ordem de sucessão.

Art. 11. Compete à CEF:

I - convocar a eleição em âmbito nacional;

II - julgar requerimento de registro de candidatura à Presidência do Confea ou Conselheiro Federal representante de instituição de ensino superior, bem como em segundo grau os recursos de impugnação ao registro de candidatura de Presidente de Crea ou de Conselheiros Federais representantes dos grupos profissionais;

III - julgar recursos contra decisões da CER;

IV - atuar em âmbito nacional como órgão decisório, deliberativo, disciplinador, coordenador, consultivo e fiscalizador do processo eleitoral, podendo intervir nas instâncias inferiores, a qualquer tempo, de modo a assegurar a legitimidade e a moralidade do processo eleitoral;

V - elaborar o Manual Eleitoral, os mapas, as atas eleitorais, as decisões e as deliberações adotadas para o processo eleitoral;

VI - requisitar ao Confea os recursos orçamentários, financeiros e administrativos necessários à condução do processo eleitoral;

VII - julgar os pedidos de registros de candidatura;

VIII - julgar impugnações, recursos eleitorais, representações, manifestações e demais ações de cunho eleitoral;

IX - submeter o relatório final da eleição à apreciação do Plenário do Confea para fins de consolidação;

X - recepcionar as prestações de contas dos candidatos a presidente do Confea; e

XI - propor ao Plenário do Confea os critérios e especificações dos sistemas de votação previstos no art. 3º.

Art. 12. O Coordenador da CEF sorteará dentre os membros titulares o relator de cada processo eleitoral.

§ 1º O relator terá o prazo de até 5 (cinco) dias para elaborar seu relato e voto fundamentado, devendo apresentá-lo à CEF obrigatoriamente em sua primeira reunião após findo o prazo de elaboração.

§ 2º Submetido o voto aos demais membros, estes poderão acompanhar as conclusões ou delas divergir.

§ 3º Sendo vencido o relator, seu voto constará, como voto vencido, obrigatoriamente do preâmbulo da deliberação, que deverá contemplar as razões do decidido.

Art. 13. A Comissão Eleitoral Federal, durante o período eleitoral, reunir-se-á semanalmente, se necessário, na sede do Confea.

Subseção III

Da Comissão Eleitoral Regional

Art. 14. A Comissão Eleitoral Regional será composta por 05 (cinco) Conselheiros Regionais e igual número de suplentes, todos no exercício permanente da titularidade da função de Conselheiro Regional.

§ 1º Os Conselheiros Regionais membros da CER serão eleitos pelo Plenário do Crea e cada Conselheiro Regional poderá inscrever seu nome para concorrer como membro titular ou membro suplente na comissão.

§ 2º No caso da eleição para os 05 (cinco) suplentes da comissão, o conselheiro mais votado será o 1º suplente, o segundo mais votado o 2º suplente, o terceiro mais votado o 3º suplente e assim sucessivamente.

§ 3º O coordenador da CER será eleito pelo Plenário do Crea dentre os membros titulares da CER.

§ 4º O coordenador-adjunto da CER será eleito dentre os seus membros titulares.

§ 5º Havendo empate no processo eleitoral, o primeiro critério de desempate será o maior número de anos de registro junto ao Sistema Confea/Crea e o segundo critério de desempate o candidato de maior idade.

§ 6º Havendo vacância da titularidade, a vaga será assumida seguindo a ordem de sucessão dos suplentes.

§ 7º A CER poderá ser auxiliada pelo setor jurídico do respectivo Crea, admitindo-se o auxílio por advogados concursados pertencentes ao quadro de funcionários do Crea lotados em outras unidades administrativas.

§ 8º Em caso de absoluta impossibilidade do setor jurídico ou dos advogados concursados, a CER poderá requerer auxílio do quadro da Procuradoria Jurídica do Confea ou de empregado do Confea indicado pelo Plenário.

§ 9º O quórum para instalação e funcionamento da CER corresponde ao número inteiro imediatamente superior ao da metade de sua composição.

Art. 15. A CER é subordinada em todos os seus atos à CEF.

Art. 16. Havendo descumprimento da CER com relação às normas eleitorais do Sistema Confea/Crea, esta poderá ser destituída mediante proposta fundamentada da CEF a ser apreciada pelo Plenário do Confea.

Art. 17. O Coordenador da CER sorteará dentre os membros titulares o relator de cada processo eleitoral.

§ 1º O relator terá o prazo de até 5 (cinco) dias para elaborar seu relato e voto fundamentado, devendo apresentá-lo à CER obrigatoriamente em sua primeira reunião, após findo o prazo de elaboração.

§ 2º Submetido o voto aos demais membros, estes poderão acompanhar as conclusões ou delas divergir.

§ 3º Sendo vencido o relator, seu voto constará, como voto vencido, obrigatoriamente do preâmbulo da deliberação, que deverá contemplar as razões do decidido.

Art. 18. Compete à CER:

I - dar publicidade à convocação da eleição;

II - julgar, em primeira instância, requerimento de registro de candidatura à Presidência do Crea e de Conselheiro Federal representante de grupo profissional;

III - atuar como órgão regional, de primeira instância, coordenador, consultivo e fiscalizador do processo eleitoral em sua jurisdição;

IV - requisitar ao Crea os recursos necessários orçamentários, financeiros e administrativos à condução do processo eleitoral;

V - submeter à CEF, no prazo definido, lista dos profissionais aptos a votar, contendo endereço atualizado e registro profissional;

VI - coordenar os trabalhos eleitorais de sua circunscrição;

VII - encaminhar todos os documentos eleitorais de votação à CEF para consolidação do processo eleitoral;

VIII - elaborar atas de suas reuniões; e

IX - recepcionar as prestações de contas dos candidatos a Presidente de Crea e Conselheiro Federal.

Art. 19. São inelegíveis os membros da CEF e das CER, titulares ou suplentes, aos cargos de presidente do Confea ou do Crea, ou de Conselheiro Federal no ano em que houverem exercido a função naquelas comissões.

Parágrafo único. Aos membros da CEF e das CER é vedado assumir a Presidência do Confea ou do Crea no mesmo exercício.

CAPÍTULO II

DOS ELEITORES E DO REGISTRO DE CANDIDATURA

Seção I

Dos Eleitores

Art. 20. Estão aptos a votar e participar das eleições do Sistema Confea/Crea os profissionais devidamente registrados, quites com suas obrigações e anuidades e que não estejam cumprindo sanção de suspensão de registro por infração à legislação vigente.

Art. 21. São considerados quites com suas obrigações aqueles profissionais que efetuarem o pagamento da anuidade até o dia 30 de abril do ano da eleição.

Seção II

Do Pedido de Registro

Art. 22. O profissional interessado em concorrer à eleição para Presidente de Crea ou do Confea, ou para Conselheiro Federal e seu suplente deverá preencher as condições de elegibilidade, não incidir em inelegibilidade, apresentar o requerimento de registro de candidatura até 1º de agosto do ano da eleição e ter seu requerimento deferido na forma deste Regulamento Eleitoral.

Art. 23. É vedado o registro de um mesmo candidato para mais de um cargo eletivo.

Art. 24. Os candidatos a Presidente do Confea e Conselheiro federal representante de instituição de ensino serão registrados na sede do Confea, em Brasília-DF, e os candidatos a Presidente de Crea e Conselheiro Federal representantes dos grupos profissionais serão registrados nas sedes dos respectivos Creas.

Art. 25. O pedido de registro deverá ser apresentado, obrigatoriamente, em meio digital, gerado pelo Sistema de Registro de Candidatura - SRC, desenvolvido pelo Confea, acompanhado das vias impressas dos formulários e dos documentos obrigatórios.

Parágrafo único. Os candidatos deverão ter acesso ao Sistema de Registro de Candidatura - SRC através de cadastramento de login e senha no sítio eletrônico do Confea.

Art. 26. O formulário de registro de candidatura será obrigatoriamente apresentado com os seguintes documentos:

I - cópia da Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Confea nos termos da resolução especifica sobre o assunto;

II - declaração atual de bens;

III - certidões criminais e cíveis fornecidas:

a) pela Justiça Federal de 1º e 2º graus da circunscrição na qual o requerente tenha domicílio;

b) pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal de 1º e 2º graus da circunscrição na qual o requerente tenha domicílio;

c) pelos tribunais competentes quando o requerente gozar de foro especial;

IV - certidão de quitação eleitoral expedida pela zona eleitoral do domicílio eleitoral do requerente;

V - certidões negativas de contas julgadas irregulares expedidas pelos Tribunais de Contas da União e Estaduais (do domicílio do candidato);

VI - fotografia recente do requerente no formato 5cmX8cm;

VII - prova de desincompatibilização, quando for o caso; e

VIII - comprovante emitido pelo representante legal da instituição de ensino, com data de até 30 (trinta) dias antes do pleito, que demonstre o vínculo trabalhista do candidato com a instituição que representa.

§ 1º Os requisitos legais referentes à certidão negativa de débitos junto ao Crea e à certidão negativa de infração ao Código de Ética Profissional abrangendo os últimos cinco anos serão aferidos pelas Comissões Eleitorais respectivas com base nas informações constantes do banco de dados do Sistema Confea/Crea, sendo dispensada a apresentação de documentos comprobatórios pelos requerentes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Quando as certidões criminais a que se refere o inciso III do caput deste artigo forem positivas, o formulário de registro também deverá ser instruído, obrigatoriamente, com as respectivas certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados.

§ 3º As condições de elegibilidade devem ser aferidas pela CER ou CEF após a formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que as afastem.

§ 4º Obrigatoriamente, todos os candidatos que ocupem cargos ou funções, remunerados ou não, no Confea, no Crea ou na Mútua, devem desincompatibilizar-se até a data do registro de candidatura.

§ 5º Os ocupantes de cargos comissionados ou de confiança no Confea, no Crea ou na Mútua deverão fazer prova de sua exoneração, no mesmo prazo do § 4º, quando da apresentação do registro.

§ 6º Os empregados do Sistema Confea/Crea e Mútua que concorrerem ao pleito deverão solicitar licença remunerada pelo prazo previsto no § 4º até o dia da eleição à qual concorrer.

§ 7º Os presidentes, diretores, dirigentes, administradores, superintendentes ou representantes de entes sindicais, associações profissionais ou quaisquer entidades de classe vinculadas ao Sistema Confea/Crea deverão desincompatibilizar-se até a data do registro de candidatura.

Art. 27. Os formulários e todos os documentos que acompanham o pedido de registro são públicos e podem ser livremente consultados pelos interessados, que poderão obter cópia de suas peças, respondendo pelos respectivos custos e pela utilização que derem aos documentos recebidos.

Seção III

Das Inelegibilidades

Art. 28. São inelegíveis para qualquer cargo:

I - os declarados incapazes;

II - os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

III - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) de redução à condição análoga à de escravo;

i) contra a vida e a dignidade sexual; e

j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

IV - os que tiverem penalidade por infração ao Código de Ética Profissional nos últimos oito anos contados a partir da decisão transitada em julgado, até a data da publicação do edital convocatório das eleições;

V - os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, inclusive em conselhos de fiscalização profissional ou na Mútua, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes à rejeição de contas;

VI - houver sido destituído, perdido o mandato de cargo eletivo ou renunciado ao cargo após ter sido notificado de abertura de processo administrativo destinado a destituição ou perda de mandato, no âmbito do Sistema Confea/Crea e Mútua, inclusive no caso de Conselheiros Federais, por excessivo número de faltas às sessões ou às reuniões, nos termos do art. 50 da Lei nº 5.194, de 1966, nos últimos oito anos;

VII - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

VIII - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;

IX - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

X - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; e

XI - os que não se desincompatibilizarem no prazo previsto neste Regulamento Eleitoral.

§ 1º São inelegíveis os inalistáveis.

§ 2º São inelegíveis, no território de circunscrição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente do Confea, dos Presidentes dos Creas ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 3º O Presidente do Confea, os Presidentes de Creas, os Conselheiros Federais e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único mandato subsequente.

§ 4º Aplicam-se a esta Resolução as inelegibilidades previstas na Constituição Federal e as advindas das normas eleitorais federais.

Seção IV

Do Processamento do Pedido de Registro

Art. 29. Apresentados os pedidos de registro das candidaturas, a CER ou a CEF, conforme o caso, providenciará a leitura, no protocolo, dos arquivos digitais gerados pelo Sistema de Registro de Candidatura - SRC, com os dados constantes dos formulários do requerimento, emitindo um recibo de protocolo para o candidato e outro a ser encartado nos autos.

§ 1º Havendo qualquer falha ou omissão no pedido de registro que possa ser suprida pelo candidato, o relator converterá o julgamento em diligência para que o vício seja sanado no prazo de 03 (três) dias úteis contados da respectiva intimação a ser realizada por e-mail e publicação de edital nos sítios eletrônicos do Confea ou do respectivo Conselho Regional, conforme o caso;

§ 2º Transcorrido o prazo citado no § 1º, a Comissão Eleitoral competente publicará edital contendo os pedidos de registro para ciência dos interessados, conforme deliberação emitida pela CEF no ano da eleição.

§ 3º Da publicação do edital prevista no § 2º deste artigo correrá prazo de 05 (cinco) dias para a impugnação dos pedidos de registro de candidatura requeridos.

Seção V

Das Impugnações

Art. 30. Poderá qualquer candidato, Conselheiro Regional, Conselheiro Federal ou eleitor, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação do edital relativo aos pedidos de registro, impugná-lo em petição fundamentada em duas vias, de igual teor, protocolada na sede do Crea e dirigida a CER quando se tratar de impugnação ao registro de candidatura à Presidente do Crea ou Conselheiro Federal representante dos grupos profissionais, ou protocolada na sede do Confea e dirigida à CEF quando o impugnado for candidato a Presidente do Confea ou Conselheiro Federal representante de instituição de ensino superior.

Parágrafo único. O impugnante relatará os fatos, especificará desde logo os meios de prova, indicando indícios e circunstâncias com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando até 05 (cinco) testemunhas, se for o caso.

Art. 31. Terminado o prazo para impugnação, o candidato impugnado poderá, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação do edital contendo as impugnações, contestá-la ou se manifestar sobre a notícia de inelegibilidade, juntar documentos e indicar rol de testemunhas.

Art. 32. Decorrido o prazo para contestação, se não se tratar apenas de matéria de direito e a prova protestada for relevante, o relator designará os dois dias seguintes para oitiva das partes e inquirição das testemunhas do impugnante e impugnado, as quais comparecerão por iniciativa das partes que a tiverem arrolado.

Art. 33. O candidato cujo registro esteja sob análise da CER ou da CEF, conforme o caso, poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral.

Seção VI

Do Julgamento dos Pedidos de Registro

Art. 34. Encerrada a instrução, os autos serão conclusos para julgamento pelo Relator, que o submeterá aos demais membros da Comissão Eleitoral para apreciação e deliberação no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sendo o inteiro teor da decisão publicado no sítio eletrônico do Crea ou do Confea, conforme o caso, bem como afixado no mural eleitoral da respectiva sede.

§ 1º Caso a Comissão Eleitoral Regional não observe o prazo de julgamento definido no caput deste artigo, o interessado informará a Comissão Eleitoral Federal acerca do descumprimento de prazo legal, que poderá avocar os autos para julgamento da matéria.

§ 2º Da decisão proferida pela Comissão Eleitoral Federal caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias para o Plenário do Confea.

Art. 35. O pedido de registro será indeferido, ainda que não tenha havido impugnação, quando o candidato for inelegível ou não atender a qualquer das condições de elegibilidade.

Art. 36. O pedido de registro do candidato, a impugnação e a notícia de inelegibilidade serão processados nos próprios autos dos processos dos candidatos e serão julgados em uma só decisão.

Art. 37. Após o julgamento dos registros de candidaturas, impugnações e contestações, será publicado edital contendo extrato das decisões adotadas pela CEF ou pela CER, conforme o caso.

Parágrafo único. A CER encaminhará à CEF, imediatamente, relação contendo as candidaturas deferidas e indeferidas para ciência e controle.

Seção VII

Dos Recursos

Art. 38. Das decisões da CER cabe recurso à CEF e das decisões da CEF cabe recurso ao Plenário do Confea, que atuará em última instância.

Parágrafo único. Os recursos não terão efeito suspensivo.

Art. 39. Das decisões acerca de registro de candidatura poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação da decisão.

Art. 40. O recurso contra decisões relacionadas a candidaturas será interposto junto à própria Comissão que proferiu a decisão, no prazo descrito no art. 39, em petição fundamentada.

Parágrafo único. Não caberá dilação probatória, inovação fática ou da fundamentação jurídica em sede recursal.

Art. 41. Encerrado o prazo previsto no art. 40, a comissão respectiva publicará edital para ciência do recorrido, para fins de contrarrazões, cujo prazo será de 03 (três) dias.

Art. 42. Apresentadas as contrarrazões ou transcorrido o respectivo prazo, as peças serão inseridas nos autos dos processos, que deverão ser remetidos integralmente à instância superior para julgamento, no dia útil subsequente.

Parágrafo único. O retardo no envio integral dos autos do processo poderá ensejar responsabilidade dos agentes que a este derem causa, além das demais consequências previstas nesta resolução.

Art. 43. Nos recursos contra as decisões da CER, os autos serão recepcionados pela CEF, que observará o rito de julgamento previsto na Seção VI do Capítulo II desta Resolução.

Art. 44. Após o julgamento pela CEF, será publicado edital contendo o resultado dos recursos de candidaturas, abrindo-se os prazos previstos no art. 40 para interposição de recurso e apresentação de contrarrazões ao Plenário do Confea, na forma do art. 42.

Parágrafo único. Dos recursos dirigidos ao Plenário do Confea caberá solicitação de sustentação oral pelas partes, pelo tempo de 10 (dez) minutos, devendo haver inscrição prévia em até 15 (quinze) minutos antes do início da sessão.

Art. 45. Proclamado o resultado, será lavrada a Decisão Plenária na qual serão indicados o direito, os fatos e as circunstâncias com base nos fundamentos contidos no voto do relator ou no primeiro voto vencedor.

§ 1º Será publicado edital contendo o resultado final dos registros de candidaturas, transitando em julgado administrativamente as decisões.

§ 2º Não cabe pedido de reconsideração em matéria eleitoral julgada pelo Plenário do Confea.

CAPÍTULO III

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 46. São proibidas aos candidatos e aos Órgãos do Sistema Confea/Crea as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Pública direta ou indireta, em especial ao Sistema Confea/Crea ou à Mútua;

II - usar materiais ou serviços custeados pelo Crea, pelo Confea ou pela Mútua;

III - ceder servidor público, funcionário ou empregado do Crea, Confea ou Mútua, ou usar de seus serviços para a campanha eleitoral de candidato durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor, funcionário ou empregado estiver licenciado ou em gozo de férias;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato através da distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelas Federações, Confederações e Sindicatos ou pelo Crea, pelo Confea ou pela Mútua;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar empregado na circunscrição do pleito nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão, e a designação ou dispensa de funções de confiança; e

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados; e

VI - autorizar, nos três meses que antecedem o pleito, publicidade institucional dos atos, programas, obras, e serviços realizados durante a gestão do Sistema Confea/Crea e da Mútua;

§ 1º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput, o candidato ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma.

§ 2º A representação contra a não observância do disposto neste artigo observará o rito tratado em capítulo próprio desta Resolução e poderá ser ajuizada até a data da diplomação.

§ 3º O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 03 (três) dias a contar da data da publicação do julgamento.

Art. 47. Configura abuso de autoridade, para os fins deste dispositivo a infringência do disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro ou do diploma.

Art. 48. É proibido a qualquer candidato realizar, nos 6 (seis) meses que precedem o pleito, a divulgação de sua campanha em eventos oficiais ou custeados pelo Sistema Confea/Crea e Mútua.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma.

Art. 49. A aplicação das sanções cominadas nos artigos anteriores dar-se-á sem prejuízo de outras de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO IV

DAS REPRESENTAÇÕES CONTRA IRREGULARIDADES NO PROCESSO ELEITORAL

Art. 50. Caberá a qualquer candidato, Conselheiro Regional, Conselheiro Federal ou eleitor representar junto à respectiva Comissão Eleitoral até o prazo de 15 (quinze) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias, e pedir a abertura de investigação para apurar condutas em desacordo com as normas desta Resolução.

Art. 51. A Comissão Eleitoral respectiva notificará o representado a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, ofereça manifestação de defesa, juntada de documentos e rol de testemunhas, se cabível.

§ 1º O representado será notificado via correspondência registrada e com aviso de recebimento, e edital fixado no mural eleitoral na sede do respectivo conselho e no sítio eletrônico da respectiva comissão eleitoral para fins de conhecimento e apresentação de defesa no prazo previsto no caput.

§ 2º As representações deverão ser apresentadas em via original, que permanecerá nos autos do processo, e em tantas cópias quantos forem os representados, de igual teor e forma, inclusive com os documentos eventualmente acostados, que servirão de contrafé para fins de notificação dos representados.

Art. 52. Finda a instrução da representação, os autos serão encaminhados aos Membros da Comissão para julgamento.

Art. 53. Julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, a Comissão Eleitoral declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade, dos meios de comunicação ou utilização de fontes vedadas de patrocínio e propaganda.

Parágrafo único. Para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.

Art. 54. A Comissão Eleitoral formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.

Art. 55. Os recursos contra as decisões proferidas em sede de representações obedecerão à sistemática prevista na Seção VI do Capítulo II deste normativo.

CAPÍTULO V

DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 56. A propaganda eleitoral somente é permitida a partir do dia seguinte ao término do prazo para registro de candidaturas.

Art. 57. Não será considerada propaganda eleitoral antecipada:

I - a participação em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, desde que não haja pedido de votos ou a exposição de plataformas e projetos políticos;

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado, para tratar da organização dos processos eleitorais, debate de pré-candidatos ou alianças políticas visando às eleições; ou

III - a divulgação de atos de gestão e debates, desde que não se mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.

Art. 58. A propaganda, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais.

Art. 59. Não será tolerada propaganda, respondendo o infrator pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de poder:

I - de guerra, de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social, ou de preconceitos de raça, de gênero ou de classes;

II - que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

III - que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

IV - que desrespeite os símbolos nacionais.

Art. 60. É expressamente proibido realização de boca de urna e arregimentação de eleitor.

Art. 61. É vedado o apoio de qualquer forma ou patrocínio de campanha eleitoral, inclusive a manifestação de preferência de voto por federações, confederações e sindicatos, bem como pelo Confea, pelo Crea e pela Mútua.

Parágrafo único. A conduta ilícita descrita no caput deste artigo sujeita o candidato beneficiado à cassação de registro ou do mandato.

Art. 62. É permitida a propaganda eleitoral na internet a partir do dia seguinte ao término do prazo para registro de candidaturas.

Art. 63. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I - em sítio eletrônico do candidato, com endereço comunicado à Comissão Eleitoral respectiva;

II - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato; e

III - por meio de blogs, redes sociais, sítios eletrônicos de mensagens instantâneas e assemelhados cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou por qualquer pessoa natural.

Art. 64. É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios eletrônicos:

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; e

II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 65. O infrator e o beneficiário responderão pelas condutas previstas neste capítulo e, se for o caso, pelo abuso de poder, ensejando a cassação do registro ou do mandato.

Art. 66. São vedadas ao Confea, aos Creas e à Mútua:

I - a prática de atos que visem à promoção de candidatos de forma não igualitária;

II - a abordagem de temas que comprometam a imagem ou que ofendam a honra de candidatos; e

III - a realização ou o patrocínio de divulgação de pesquisa eleitoral.

Parágrafo único. Verificada afronta à lisura do pleito pela configuração de alguma conduta descrita neste artigo, responderá pela prática de abuso do poder político o candidato beneficiado e por ato de improbidade administrativa os gestores responsáveis.

CAPÍTULO VI

DA VOTAÇÃO

Art. 67. A eleição será realizada na data definida no calendário eleitoral, com início às oito horas e término às vinte horas do dia marcado, horário de Brasília.

Art. 68. A eleição será realizada preferencialmente pela Rede Mundial de Computadores, internet, por meio de sistema de informação específico.

§ 1° O sistema eletrônico de votação exibirá para o eleitor, primeiramente, o painel de votação referente à Presidência do Crea, em seguida o de Conselheiro Federal e, por fim, o de Presidência do Confea, quando houver.

§ 2° No sistema eletrônico deverá constar o nome e a fotografia do candidato, e a designação do cargo em disputa.

Art. 69. Na sede do Confea e em toda sede ou inspetoria dos Creas haverá no mínimo uma sala equipada com computador apto a realizar a votação pela internet, assegurando-se o seu sigilo e inviolabilidade.

Parágrafo único. As áreas elencadas no caput do artigo deverão contar sempre com um preposto da Comissão Eleitoral, bem como poderão contar com fiscais dos candidatos.

Art. 70. Qualquer violação ocorrida nos equipamentos sediados nas sedes do Confea e Creas será de responsabilidade dos ali presentes, respondendo todos nas esferas cível, criminal e administrativa.

Art. 71. Às vinte horas, horário de Brasília, o Confea bloqueará o sistema eletrônico de votação.

Art. 72. Após o encerramento o Confea enviará, até às vinte e duas horas, às Comissões Eleitorais Regionais o extrato da eleição respectiva, quando realizada a eleição pela internet.

Art. 73. A CEF encaminhará o relatório final das eleições ao Plenário do Confea para homologação do resultado do pleito.

Art. 74. A diplomação dos eleitos ocorrerá preferencialmente quinze dias após a divulgação do resultado, em sessão plenária do Confea, observadas as questões de inelegibilidades supervenientes;

Art. 75. A posse dos eleitos dar-se-á no primeiro dia do ano subsequente ao pleito.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 76. Os recursos destinados às campanhas eleitorais somente serão admitidos quando provenientes de:

I - recursos próprios dos candidatos; ou

II - doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 77. É vedado a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I - entidade ou governo estrangeiro;

II - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público;

III - concessionário ou permissionário de serviço público;

IV - entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V - entidade de utilidade pública;

VI - federações, confederações ou entidade sindical;

VII - entidades beneficentes e religiosas;

VIII - entidades esportivas;

IX - organizações não governamentais que recebam recursos públicos;

X - organizações da sociedade civil de interesse público;

XI - sociedades cooperativas de qualquer grau ou natureza, cujos cooperados sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos ou que estejam sendo beneficiados com recursos públicos;

XII - aglomerados econômicos ou empresariais; ou

XIII - pessoa jurídica de qualquer natureza.

Parágrafo único. A comprovação de doações das pessoas elencadas nos incisos deste artigo enseja ao candidato abuso do poder econômico.

Art. 78. Deverão prestar contas todos os candidatos, inclusive os não eleitos, no prazo de até 15 (quinze) dias da realização do pleito.

Art. 79. O candidato eleito que não prestar contas no prazo descrito nesta Resolução incorrerá em inelegibilidade superveniente, sendo vedada a sua diplomação.

Parágrafo único. Não sendo diplomado o candidato eleito por ausência de prestação de contas, será diplomado o segundo candidato mais votado que satisfizer a obrigação disposta no caput.

Art. 80. O candidato que não apresentar contas ficará inelegível até a prestação das mesmas, persistindo esses efeitos até o final do mandato a que concorreu.

CAPÍTULO VIII

DA ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO FEDERAL E DE SEU SUPLENTE, REPRESENTANTES DOS GRUPOS PROFISSIONAIS

Art. 81 A eleição será convocada pela CEF por meio de edital, cabendo-lhe dar publicidade da seguinte forma:

I - publicação no Diário Oficial da União - DOU;

II - publicação em um jornal local de grande circulação;

III - publicação nos sítios eletrônicos do Confea e dos Creas;

IV - afixação no mural da sede do Confea, do Crea e das inspetorias; e

V - envio às entidades de classe e instituições de ensino superior registradas e homologadas no Sistema Confea/Crea.

Parágrafo único. Deve constar, obrigatoriamente, do edital de convocação eleitoral:

I - calendário eleitoral;

II - local, horário, condições e prazos para registro de candidatura; e

III - local para retirada do Regulamento Eleitoral e dos demais atos administrativos normativos referentes ao processo eleitoral.

Art. 82. Os documentos a seguir constituirão o processo eleitoral e serão organizados individualmente pela CEF ou pela CER, conforme o caso:

I - decisão plenária referente à constituição e composição da comissão;

II - atas de reuniões e editais eleitorais expedidos;

III - recorte de jornal com a publicação do edital de convocação eleitoral;

IV - correspondência expedida e recebida;

V - modelo de correspondência de emissão de senhas para votação eletrônica;

VI - documentos de registro de candidatura;

VII - deliberações ou decisões expedidas;

VIII- atas e mapas eleitorais;

IX - relação dos profissionais aptos a votar; e

X - outros documentos considerados relevantes.

Parágrafo único. À medida que forem anexadas peças ao processo, suas folhas constituintes deverão ser numeradas e rubricadas, em ordem cronológica de instrução, começando da esquerda para a direita, sempre de forma crescente e sequencial.

Art. 83. O Conselheiro Federal e seu suplente serão eleitos pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, podendo candidatar-se profissional de nível superior, brasileiro, habilitado de acordo com a legislação pertinente ao Sistema Confea/Crea.

Art. 84. A eleição para Conselheiro Federal e seu suplente ocorrerá em turno único.

Art. 85. A eleição ocorrerá na data prevista no edital de convocação, cabendo ao Plenário do Confea deliberar sobre sua suspensão ou sua transferência.

Parágrafo único. Decidindo-se pela suspensão ou pela transferência da eleição, o Plenário do Confea marcará nova data, assegurando a manutenção dos atos legitimamente praticados.

Art. 86. O profissional interessado em concorrer à eleição para Conselheiro Federal ou seu suplente deverá preencher as condições de elegibilidade, não incidir em inelegibilidade, apresentar dentro do prazo fixado o requerimento de registro de candidatura e ter seu requerimento deferido na forma deste Regulamento Eleitoral.

Art. 87. Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos, na forma prevista pela Resolução nº 1.039 ou a que vier a substituí-la.

Art. 88. Para assumir qualquer função no Sistema Confea/Crea, o eleito deverá renunciar a qualquer função da qual seja mandatário no Sistema Confea/Crea até o dia anterior à posse, quando for o caso.

Parágrafo único. No caso de emprego ou função remunerada no Sistema Confea/Crea e Mútua, o eleito deverá licenciar-se sem vencimentos pelo período equivalente ao da duração do seu mandato.

Art. 89. O candidato não eleito detentor de emprego ou função remunerada no Confea, no Crea ou na Mútua retornará às suas funções no primeiro dia útil após a data da eleição.

Parágrafo único. O candidato que retornar às suas funções após a eleição fica proibido de presidir ou participar de sessão plenária ou reunião de diretoria em que for tratada matéria referente ao processo eleitoral no qual competiu, salvo a sessão de posse.

Art. 90. Na eleição de Conselheiro Federal e de seu suplente, observar-se-á a formação de chapa, nela constando os nomes dos candidatos, ambos da mesma modalidade profissional em disputa.

Art. 91. O requerimento de registro da chapa deverá ser instruído com os documentos dos candidatos a conselheiro titular e suplente previsto no Capítulo II deste Regramento Eleitoral.

Art. 92. O requerimento de registro da chapa deverá ocorrer no prazo previsto no calendário eleitoral, devendo ser protocolizado no Crea no horário normal de funcionamento do setor de protocolo.

Art. 93. Encerrado o prazo para requerimento de registro, deve a CER publicar edital contendo a relação dos requerimentos apresentados, abrindo-se o prazo para apresentação de impugnação.

Art. 94. Qualquer impugnação contra requerimento de registro apresentado deverá ser protocolizada junto ao Crea, no horário de funcionamento do protocolo, acompanhado, obrigatoriamente, da fundamentação legal e das provas do alegado, conforme procedimento previsto no Capítulo II, Seção V, deste Regramento Eleitoral.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Após o prazo referido no Capítulo II, Seção V, deste Regramento Eleitoral, será publicado edital contendo as impugnações apresentadas.

Art. 95. A chapa impugnada terá o prazo previsto no Capítulo II, Seção V, deste Regramento Eleitoral, contado da publicação do edital para apresentar contestação à CER.

Art. 96. A CER obrigatoriamente seguirá os procedimentos presentes no Capítulo II, Seção VI, para apreciar os registros e julgá-los.

Parágrafo único. A CER encaminhará à CEF relação contendo as candidaturas deferidas e indeferidas para ciência e controle no prazo máximo de 03 (três) dias.

Art. 97. O recurso contra decisões relacionadas a candidaturas e impugnações seguirá as previsões do Capítulo II, Seção VII, deste Regramento Eleitoral.

Art. 98. A propaganda e a campanha eleitoral têm como finalidade apresentar e debater propostas e ideias relacionadas às finalidades e aos interesses do Sistema Confea/Crea, e observarão o disposto neste Regramento Eleitoral.

Art. 99. Aplicam-se à Eleição prevista neste Capítulo todas as normas já estabelecidas neste Regramento Eleitoral, bem como as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO IX

ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO FEDERAL E SEU SUPLENTE, REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 100. A eleição ocorrerá na data prevista no edital de convocação, cabendo ao Plenário do Confea deliberar sobre sua suspensão ou sua transferência.

Parágrafo único. Decidindo-se pela suspensão ou pela transferência da eleição, o Plenário do Confea marcará nova data, assegurando a manutenção dos atos legitimamente praticados.

Art. 101. Pode candidatar-se para a função de Conselheiro Federal e seu suplente profissional de nível superior, brasileiro, docente, habilitado de acordo com a legislação pertinente ao Sistema Confea/Crea.

Art. 102. O Conselheiro Federal e seu suplente serão eleitos por delegados eleitores, em turno único, mediante votação pela internet, que ocorrerá na data prevista no edital de convocação.

Art. 103. Considera-se delegado eleitor o profissional docente representante de instituição de ensino superior que possua registro ou visto no Crea, que esteja em dia com as anuidades, inclusive a referente ao exercício em que ocorrer o pleito, e que não esteja impedido em face de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado.

Parágrafo único. Para o caso de eleição de representante da instituição de ensino superior, o delegado eleitor deverá ser do grupo profissional correspondente.

Art. 104. Cada instituição de ensino terá direito a apenas um voto, independentemente do número de cursos que ministre.

Art. 105. Um profissional poderá representar, como delegado eleitor, apenas uma instituição de ensino.

Art. 106. O delegado eleitor deverá ser credenciado junto à CEF, por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado pelo Confea, até 30 (trinta) dias antes do pleito, instruída com as cópias dos seguintes documentos:

I - carteira de identidade expedida pelo Sistema Confea/Crea;

II - certidão do Crea de que se encontra em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea;

III - comprovante emitido pelo representante legal da instituição de ensino, com data de até 30 (trinta) dias antes do pleito, que demonstre o seu vínculo trabalhista com a instituição que representa; e

IV - indicação do delegado eleitor, expedida pela direção da instituição de ensino.

Art. 107. A CEF terá o prazo de 05 (cinco) dias para julgar os credenciamentos de delegado eleitor, indeferindo os que estiverem com documentação incompleta.

Parágrafo único. A relação de delegados eleitores credenciados será divulgada em edital.

Art. 108. O Confea não se responsabilizará por quaisquer despesas de delegados eleitores ou das instituições de ensino superior.

Art. 109. A eleição será convocada pela CEF por meio de edital, cabendo-lhe dar publicidade da seguinte forma:

I - publicação no Diário Oficial da União - DOU;

II - publicação nos sítios eletrônicos do Confea e dos Creas; e

III - envio às instituições de ensino superior com registro homologado pelo Confea.

Art. 110. Deve constar do edital de convocação eleitoral:

I - calendário eleitoral;

II - grupo cujo mandato seja objeto de renovação;

III - local, horário, condições e prazos para registro de candidatura; e

IV - local para retirada do Regulamento Eleitoral e dos demais atos administrativos normativos.

Art. 111. O profissional interessado em concorrer à eleição para Conselheiro Federal ou seu suplente representante de instituição de ensino deverá preencher as condições de elegibilidade, não incidir em inelegibilidade, apresentar dentro do prazo fixado o requerimento de registro de candidatura e ter seu requerimento deferido, na forma deste Regulamento Eleitoral.

Art. 112. É vedado ao profissional candidatar-se a mais de um cargo eletivo no Sistema Confea/Crea, simultaneamente.

Art. 113. Na eleição de Conselheiro Federal e seu suplente representantes das instituições de ensino superior, observar-se-á a formação de chapa, nela constando os nomes dos candidatos, ambos da mesma modalidade profissional em disputa.

Art. 114. O requerimento de registro da chapa deverá ser instruído com os documentos do candidato a conselheiro titular e conselheiro suplente previstos no Capítulo II deste Regramento Eleitoral e comprovação de vínculo com instituição de ensino superior.

Art. 115. O pedido de registro deverá ser apresentado, obrigatoriamente, em meio digital, gerado pelo Sistema de Registro de Candidatura - SRC, desenvolvido pelo Confea.

Art. 116. Encerrado o prazo para requerimento de registro, deve a CEF publicar edital contendo a relação dos requerimentos apresentados, abrindo-se o prazo para apresentação de impugnação.

Art. 117. Qualquer impugnação contra requerimento de registro apresentado deverá ser protocolizada junto ao Confea, no horário de funcionamento do protocolo, acompanhado, obrigatoriamente, da fundamentação legal e das provas do alegado, conforme procedimento previsto no Capítulo II, Seção V, deste Regramento Eleitoral.

Parágrafo único. Após o prazo referido no Capítulo II, Seção V, deste Regramento Eleitoral, será publicado edital contendo as impugnações apresentadas.

Art. 118. A chapa impugnada terá o prazo previsto no Capítulo II, Seção V, deste Regramento Eleitoral, contados da publicação do edital para apresentar contestação à CEF.

Art. 119. A CEF obrigatoriamente seguirá os procedimentos presentes no Capítulo II, Seção VI, para apreciar os registros e julgá-los.

Parágrafo único. A CEF encaminhará ao Plenário, no prazo máximo de 03 (três) dias, relação contendo as candidaturas deferidas e indeferidas para ciência e controle.

Art. 120. O recurso contra decisões relacionadas a candidaturas e impugnações seguirá as previsões do Capítulo II, Seção VII, deste Regramento Eleitoral.

Art. 121. A propaganda e a campanha eleitoral têm como finalidade apresentar e debater propostas e ideias relacionadas às finalidades e aos interesses do Sistema Confea/Crea, e observarão o disposto neste Regramento Eleitoral.

Art. 122. Aplica-se à eleição prevista neste capítulo todas as normas já estabelecidas neste Regulamento Eleitoral, bem como as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO X

NORMAS GERAIS

Art. 123. Os Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia serão eleitos pelo voto direto dos profissionais registrados e em dia com suas obrigações para com os citados conselhos, podendo candidatar-se profissionais de nível superior, brasileiros, habilitados de acordo com a legislação pertinente ao Sistema Confea/Crea e nos termos fixados pelo presente Regulamento Eleitoral.

Art. 124. O processo eleitoral terá início com o registro de candidatura e será concluído com a homologação e a divulgação do resultado pelo Plenário do Confea.

Art. 125. O profissional adimplente, com visto em unidade da federação distinta daquela onde possua seu registro, poderá votar para Presidente de Crea e Conselheiro Federal representante de grupo profissional da unidade da federação onde tenha recolhido a anuidade no ano da eleição.

CAPÍTULO XI

DAS NULIDADES

Art. 126. É nula a votação:

I - quando realizada por meio diverso do previsto neste Regimento Eleitoral;

II - quando realizada em dia, hora ou local diferentes dos designados ou encerrada fora do horário fixado; ou

III - quando preterida formalidade essencial do sigilo do voto.

Art. 127. É anulável a votação:

I - quando votar alguém com falsa identidade em lugar do eleitor; ou

II - quando viciada de falsidade, fraude ou coação.

Art. 128. Ocorrendo quaisquer dos casos, o Confea tomará as providências cabíveis para apurar as responsabilidades e punir dos culpados.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 129. Quem, de qualquer forma, contribuir para a ocorrência de fraude ou descumprimento deste Regulamento Eleitoral estará sujeito às penalidades do Código de Ética Profissional, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal decorrentes.

Art. 130. Na condução do processo eleitoral, o Plenário do Confea e a CEF formarão sua convicção com base na legislação vigente, neste Regulamento Eleitoral e na livre apreciação dos fatos públicos e notórios e das provas produzidas, atentando para as circunstâncias ou os fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.

Art. 131. O Plenário do Confea, a CEF e a CER, em qualquer das fases do processo eleitoral, devem julgar os atos praticados que atentem contra este Regulamento Eleitoral, em especial aqueles que possam comprometer a legitimidade da eleição, a isonomia entre os candidatos, a garantia do sigilo do voto ou a legitimidade da apuração da eleição.

Art. 132. O presidente do Confea poderá convocar sessão plenária extraordinária sempre que se fizer necessário para apreciação de matéria eleitoral, devendo a convocação ocorrer com antecedência mínima de 03 (três) dias.

§ 1º O edital de convocação de sessão plenária extraordinária será afixado na sede do Confea e em seu sítio eletrônico, contendo a pauta daquela sessão, para conhecimento dos interessados.

§2º No início da sessão extraordinária o Presidente do Confea sorteará o Conselheiro Federal responsável pelo relato de cada processo.

§3º Após os sorteios a sessão será suspensa para que cada relator tenha conhecimento dos autos e elabore o seu voto, retornando a sessão no horário determinado pelo Presidente.

§4º O Plenário será fechado, sendo reaberto ao público quando do início dos julgamentos.

§5º O relator e demais Conselheiros Federais solicitarão auxílio jurídico, se necessário, aos membros da Procuradoria Jurídica do Confea.

Art. 133. As matérias eleitorais poderão ser divulgadas pelo Confea e pelos Creas por meio da internet, no respectivo sítio eletrônico.

Art. 134. Na ausência de normas expressas, aplica-se, supletivamente, a legislação eleitoral, no que couber.

Art. 135. Até 30 de abril do ano eleitoral, o Confea baixará os normativos necessários para a regulamentação da presente resolução, em especial no que concerne aos aspectos operacionais, de votação pela internet e demais sistemas previstos no artigo 3º desta norma, de Sistema de Registro de Candidaturas - SRC e calendário.

Art. 136. O sistema de votação pela internet será obrigatoriamente auditado por empresa contratada para esta finalidade.

Parágrafo único. O Confea poderá contratar empresa com a finalidade de testar o sistema de votação implantado.

Art. 137. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 138. Fica revogada a Resolução nº 1.021, de 22 de junho de 2007, bem como as demais disposições em contrário.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 614, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 108/2016. Recorrente: M. B. B. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de M. B. B. até o efetivo adimplemento da dívida.

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 615, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 28/2017. Recorrente: M. A. N. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de M. A. N. até o efetivo adimplemento da dívida.

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 616, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 26/2017. Recorrente: F. S. T. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de F. S. T. até o efetivo adimplemento da dívida.

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 617, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 27/2017. Recorrente: M. B. A. N. A. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de M. B. A. N. A. até o efetivo adimplemento da dívida.

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 618, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 15/2017. Recorrente: I. S. M. Q. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de I. S. M. Q. até o efetivo adimplemento da dívida.

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 619, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 24/2017. Recorrente: C. C. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de C. C. até o efetivo adimplemento da dívida.

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 620, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 101/2016. Recorrente: G. Z. F. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO-10. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de G. Z. F. até o efetivo adimplemento da dívida.

WILLEN HEIL E SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 621, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 31/2016. Recorrente: J. M. R. J. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO-10. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de J. M. R. J. até o efetivo adimplemento da dívida.

WILLEN HEIL E SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 622, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 32/2016. Recorrente: F. B. L. N. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO-10. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de F. B. L. N. até o efetivo adimplemento da dívida.

WILLEN HEIL E SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 623, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 34/2016. Recorrente: M. R. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO-10. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de M. R. até o efetivo adimplemento da dívida.

WILLEN HEIL E SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 624, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 18/2017. Recorrente: T. R. S. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de T. R. S até o efetivo adimplemento da dívida.

DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 625, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 20/2017. Recorrente: L. G. B. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de L. G. B. até o efetivo adimplemento da dívida.

DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 626, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 59/2017. Recorrente: V. F. T. S. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de V. F. T. S. até o efetivo adimplemento da dívida.

DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 627, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 22/2017. Recorrente: S. P. A. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de S. P. A. até o efetivo adimplemento da dívida.

DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 628, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 19/2017. Recorrente: T. T. T. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de T. T. T. até o efetivo adimplemento da dívida.

DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 629, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 13/2017. Recorrente: J. S. S. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de J. S. S. até o efetivo adimplemento da dívida.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 630, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 12/2017. Recorrente: A. R. L. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de A. R. L. até o efetivo adimplemento da dívida.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 631, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 11/2017. Recorrente: F. S. P. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de F. S. P. até o efetivo adimplemento da dívida.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 632, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 120/2016. Recorrente: A. F. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de A. F. até o efetivo adimplemento da dívida.

MARCELO RENATO MASSAHUD JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 633, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 10/2017. Recorrente: A. M. K. O. R. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de A. M. K. O. R. até o efetivo adimplemento da dívida.

MARCELO RENATO MASSAHUD JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 634, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 23/2017. Recorrente: R. L. B. C. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de R. L. B. C. até o efetivo adimplemento da dívida.

MARCELO RENATO MASSAHUD JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 635, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 14/2017. Recorrente: K. Y. T. A. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de K. Y. T. A. até o efetivo adimplemento da dívida.

MARCELO RENATO MASSAHUD JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 636, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 122/2016. Recorrente: R. R. M. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de R. R. M. até o efetivo adimplemento da dívida.

MARCELO RENATO MASSAHUD JÚNIOR
Conselheiro-Relator

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 637, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 95/2016. Recorrente: R. M. S. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO-10. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de R. M. S. até o efetivo adimplemento da dívida.

PATRÍCIA ROSSAFA BRANCO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 638, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 119/2016. Recorrente: M. C. C. C. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de M. C. C. C. até o efetivo adimplemento da dívida.

PATRÍCIA ROSSAFA BRANCO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 639, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 25/2017. Recorrente: D. L. C. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de D. L. C. até o efetivo adimplemento da dívida.

PATRÍCIA ROSSAFA BRANCO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 640, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 118/2016. Recorrente: J. S. C. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de J. S. C. até o efetivo adimplemento da dívida.

PATRÍCIA ROSSAFA BRANCO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 641, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 96/2016. Recorrente: F. C. H. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO-10. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela manutenção do Acórdão Regional, para suspender o exercício profissional de F. C. H. até o efetivo adimplemento da dívida.

PATRÍCIA ROSSAFA BRANCO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 643, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo: 104/2016. Recorrente: A. G. L. Recorrido: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região - CREFITO-4. Considerando a sessão de julgamento ocorrida no dia 30 de agosto de 2017, na 277ª Reunião Plenária, e exercendo a competência legal atribuída pelo artigo. 5°, inciso VIII, da Lei Federal n° 6.316/75, ACORDAM os Conselheiros Federais, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, à unanimidade, pela reforma do Acórdão Regional, para aplicar multa ao A. G. L. equivalente ao pagamento de 02 (duas) anuidades.

DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ
Conselheira-Relatora

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.171, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Suspende a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CFMV.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, resolve:

Art. 1º Suspender a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Conselho Federal de Medicina Veterinária, publicado no DOU do dia 5/10/2017 (S.1, p.284).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

AMILSON PEREIRA SAID
Secretário-Geral
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Cria o Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia (SAIN).

O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei nº 5.766/71;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14, do Decreto nº 3.591 de 6 de setembro de 2000;

CONSIDERANDO o Capítulo X, da Instrução Normativa 001/2001, de 6 de abril de 2001, emitida pela Secretaria Federal de Controle Interno;

CONSIDERANDO a decisão da Reunião Ordinária do XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, de 23 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Criar o Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia, vinculado à Diretoria, tendo como finalidades básicas a avaliação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Planejamento Estratégico Plurianual, dos resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação dos recursos públicos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO GIANNINI
Presidente do Conselho

PORTARIA N° 75, DE 15 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova as atribuições a serem desenvolvidas para o Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia (SAIN).

O Presidente do Conselho Federal de Psicologia no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1° Aprovar as atribuições a serem desenvolvidas pelo Setor de Auditoria do Conselho Federal de Psicologia, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO GIANNINI

ANEXO I

Capítulo I - Finalidades

Art. 1º Este dispositivo tem por finalidade regulamentar o Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia prevista na Resolução 15/2017, visando estabelecer as competências, organização e diretrizes da referida unidade para o desenvolvimento de suas atividades de acordo com a legislação.

Art. 2º O Setor de Auditoria do Conselho Federal de Psicologia, tem por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, atuando primordialmente de forma preventiva no sentido de adicionar valor à autarquia, fortalecendo seus controles e operações.

Art. 3º Para fins de atingimento de seus objetivos a realização e condução dos trabalhos de auditoria, com vista a avaliar o processo de gestão, no que se refere aos seus diversos aspectos, deverão ser observados, dentre outros, os seguintes pontos:

a) governança corporativa;

b) gestão de riscos; e

c) procedimentos de aderência às normas regulatórias, a fim de possibilitar o apontamento antecipado de eventuais desvios e vulnerabilidade às quais a autarquia está sujeita.

Capítulo II - Das Competências do Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia

Art. 4º Compete ao Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia:

I - Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, observada a legislação vigente e as normas internas vigentes;

II - Atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da autarquia, zelando pelo cumprimento da legislação vigente e das normas internas da mesma;

III - Realizar auditoria interna no Conselho Federal de Psicologia, compreendendo os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos;

IV - Submeter os relatórios à apreciação e aprovação da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia;

V - Realizar auditoria no Conselho Federal de Psicologia e orientar os Conselhos Regionais de Psicologia:

a) Auditoria de Gestão - Emissão de opinião quanto à regularidade das contas, verificação da execução de contratos, convênios e correlatos, da probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou na administração de valores e outros bens compreendendo, dentre outros: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativos e contábeis; verificação do cumprimento da legislação pertinente.

b) Auditoria Contábil - Exame dos registros e dos documentos contábeis e coleta de informações e confirmações pertinentes ao controle do patrimônio da autarquia; obtenção de elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios e normas e se as demonstrações deles originárias refletem adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômica-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

c) Auditoria Especial - Exames e verificações sobre os mesmos objetos das auditorias de gestão e contábil, porém circunstanciados a fatos relevantes e/ou específicos, sob demanda da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia ou por constatação relevante da auditoria rotineira.

VI - Realizar auditorias e exames, e emitir notas técnicas, pareceres e certificados de auditoria sobre as informações e demonstrações contábeis anuais ou sobre tomada de contas especial porventura instaurada, do Conselho Federal de Psicologia;

VII - Emitir os relatórios e os respectivos pareceres conclusivos sobre as prestações de contas anuais do Conselho Federal de Psicologia;

VIII - Avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à autarquia;

IX - Assegurar que o trabalho de auditoria cubra os principais riscos da área auditada, sugerindo alterações sempre que necessário;

X - Monitorar e subsidiar os serviços de auditoria independente porventura contratados pelo Conselho Federal de Psicologia;

XI - Acompanhar e avaliar o cumprimento, pelo Conselho Federal de Psicologia, das recomendações ou determinações advindas da Auditoria Interna, auditoria independente contratada, órgãos da estrutura de governança do CFP, Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU, e do Ministério Público Federal - MPF;

XII - Acompanhar e avaliar a implementação das recomendações críticas ou de prioridade elevada, conducentes a melhoria dos processos de controle interno, visando a mitigação do risco;

XIII - Atender diligências da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal sobre assuntos de sua área de atuação;

XIV - Participar das reuniões de planejamento orçamentário e Finanças do Conselho Federal de Psicologia, quando convocada, para manifestação sobre os assuntos de sua área de atuação, mormente encaminhando à apreciação pelas áreas de orçamento e finanças, dos pareceres previstos no inciso VII deste artigo;

XV - Manter a Diretoria do Conselho Federal de Psicologia devidamente informada sobre o andamento dos trabalhos de auditoria e situações de exceção que forem sendo detectadas, comunicando imediatamente qualquer irregularidade ou ilegalidade apurada no exercício de suas atribuições;

XVI - definir e submeter à aprovação da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia, até 30 de setembro de cada ano, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício seguinte, visando incorporação das atividades do Plano de Ação da Auditoria na programação orçamentária da autarquia;

XVII - encaminhar à Diretoria do Conselho Federal de Psicologia, até 28 de fevereiro de cada ano, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT do exercício anterior;

XVIII - encaminhar os relatórios de auditoria do Conselho Federal de Psicologia, consubstanciando os resultados dos trabalhos realizados, à Diretoria do Conselhos Federal de Psicologia e a Comissão do Orçamento e Finanças do CFP, nos prazos estabelecidos;

XIX - subsidiar a elaboração dos planos, orçamentos e das prestações de contas anuais e relatórios de gestão ao TCU do CFP e CRPs;

XX - criar trilhas, indicadores e procedimentos para subsidiar as ações de controle;

XXI - elaborar procedimentos e manuais sobre instrumentos e técnicas de trabalho de auditoria interna;

XXII - dar suporte técnico às ações de controle executadas pelo CFP no âmbito do conjunto autárquico;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXIII - executar as ações para o apoio à Comissão de Orçamento e Finanças do CFP na instituição e manutenção dos sistemas de informação referentes às ações de controle do CFP;

XXIV - manifestar-se sobre leis, decretos e demais atos normativos de interesse da Auditoria do CFP;

XXV - proceder à coleta, ao tratamento e ao arquivamento da legislação, normas regulamentares e jurisprudências relativas aos assuntos de interesse da Auditoria do CFP;

XXVI - dar conhecimento à Diretoria do CFP se os controles internos estabelecidos são suficientes para reduzir o risco de ocorrência de distorções materialmente relevantes na autarquia;

XXVII - prestar assessoramento à Coordenação Geral quanto à avaliação, diagnóstico e construção de controles internos;

XXVIII - dar suporte à elaboração dos normativos e manuais de procedimentos, com foco no âmbito do controle interno;

Art. 5º Os órgãos executivos de direção superior podem fazer uso da Auditoria do CFP no assessoramento relativo às atuações e decisões relevantes da autarquia, quando for o caso.

Capítulo III - Disposições Gerais

Art. 6º Os trabalhos do Setor de Auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico, que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas a empregar, consubstanciando-se seus resultados em notas técnicas, relatórios e/ou pareceres de auditoria a serem encaminhados aos responsáveis pelas áreas.

§ 1º Constatando-se, no decorrer dos trabalhos, indícios do cometimento de irregularidades deve ser dado o devido tratamento, com vistas a permitir que os responsáveis da autarquia possam adotar as providências cabíveis.

§ 2º Os trabalhos de auditoria devem levar em consideração as normas ou diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Secretaria Federal de Controle Interno, Tribunal de Contas da União e demais órgãos oficiais que emanem ou venham a emanar procedimentos técnicos pertinentes ao campo da Auditoria governamental.

Art. 7° O Setor de Auditoria, têm livre acesso a todas as dependências da autarquia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, qualquer processo, documento ou informação, devendo as informações e documentos de que tiver conhecimento ser tratados de forma confidencial e ser utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realizam.

Art. 8° Objetivando o exercício pleno de suas competências, o corpo técnico do Setor de Auditoria do CFP deve ser submetido a um programa permanente de capacitação técnica que abranja, inclusive, sua participação em treinamentos com escopo de conhecimentos específicos das áreas auditáveis, devendo estar ainda atualizado sobre toda a legislação aplicável à gestão da autarquia.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 357, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Aprova Normas de Orientação Técnico-Profissional para o exercício da Responsabilidade Técnica no Estado de Minas Gerais.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10 e a alínea "h" do art. 18 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968; o artigo 10 e a alínea "h" do artigo 17 do Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969; a letra "q" do artigo 4º e as letras "a", "b" e "i" do artigo 17 do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 342, de 1º de fevereiro de 2011, aprovado pela Decisão do egrégio Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, na página 112, do dia 11 de agosto de 2011,

considerando a necessidade de atualizar o Manual de Responsabilidade Técnica, instituído pela Resolução do CRMV-MG nº 345, de 28 de junho de 2011, a fim de torná-lo instrumento balizador do eficaz exercício profissional pelo médico-veterinário e pelo zootecnista, compatível com os atuais anseios da sociedade;

considerando o disposto na Resolução CFMV nº 1.091, de 23 de setembro de 2015;

considerando que a Responsabilidade Técnica exige do profissional competência e ética para o exercício das atividades relacionadas com a medicina veterinária e a zootecnia, e

considerando que a Responsabilidade Técnica não pode ser considerada apenas uma mera formalidade administrativa, mas que exige a presença atuante e consciente do profissional junto à pessoa jurídica na qual exerce sua função, resolve:

Art. 1º - Aprovar as Normas de Orientação Técnico-Profissional destinadas ao médico-veterinário e ao zootecnista que desempenham a função de Responsável Técnico junto a empresas, associações, companhias, cooperativas, entidades públicas, empresas de economia mista e outras que exercem atividades peculiares à medicina veterinária e à zootecnia.

Art. 2º - A função de Responsável Técnico será exercida por profissional regularmente inscrito e em dia com as suas obrigações perante o CRMV-MG.

Parágrafo único. Para assumir a função de Responsável Técnico é necessário que o profissional, além de sua graduação universitária, tenha conhecimento específico da área em que irá desempenhar a atividade.

Art. 3º - O desempenho da atividade de Responsável Técnico dar-se-á com carga horária mínima de 6(seis) horas semanais por estabelecimento, respeitado o limite máximo de 48(quarenta e oito) horas semanais.

§ 1º - Compete ao profissional distribuir sua carga horária durante a semana, sendo aconselhável fazer-se presente em horários distintos na empresa usuária de seus serviços, em dias diferentes, para melhor avaliar as atividades da empresa onde exerce sua função.

§ 2º - O profissional com vínculo empregatício pode desempenhar a função de Responsável Técnico, mediante acréscimo em sua carga horária até o limite de 48 (quarenta e oito) horas semanais.

§ 3º - A carga horária mínima de 6(seis) horas e máxima de 48(quarenta e oito) horas semanais poderá ser alterada, quando da prestação de serviços em atividades consideradas especiais, devendo, para tanto, ser regulamentada por Resolução específica.

Art. 4º - O Responsável Técnico, que não cumprir a carga horária mínima estabelecida pelo artigo 3º desta Resolução, poderá ter sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, cancelada e vir a responder a Processo Ético-Profissional perante o CRMV-MG, na forma da lei.

Art. 5º - O Responsável Técnico apresentará ao CRMV-MG a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, firmada com o Contratante.

§ 1º - O prazo máximo de vigência da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART é o determinado em Resolução específica do Conselho Federal de Medicina veterinária (CFMV), devendo o profissional fazer a respectiva renovação até o seu vencimento e recolher a respectiva taxa.

§ 2º - Após o vencimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, somente será possível o registro de nova Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com o recolhimento da respectiva taxa.

§ 3º - A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART homologada até 23 de setembro de 2015, terá a vigência estabelecida nas Resoluções nº 1.091, de 23 de setembro de 2015, e nº 1.101, de 18 de dezembro de 2015, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

Art. 6º - O CRMV-MG avaliará se a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, permite o fiel desempenho da responsabilidade técnica contratada, levando em consideração todas as funções assumidas pelo profissional, observada a compatibilidade de horário e a situação geográfica dos locais de trabalho e do seu domicílio.

Parágrafo único. O CRMV-MG pode revogar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, se não se convencer do comprometimento para o seu fiel desempenho e o alcance da responsabilidade que o profissional formalizou ou mesmo se verificar incompatibilidade na prestação de serviços.

Art. 7º - O desempenho da função de Responsável Técnico é incompatível com a atividade de fiscalização exercida por servidor público, exceto nos casos em que não haja conflito de atribuições, a critério do CRMV-MG.

Parágrafo único. O profissional que tiver sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, já firmada, identificada como incompatível com o disposto no caput deste artigo, fica obrigado a providenciar sua substituição em até 90(noventa) dias após a publicação desta Resolução, sob pena de vir a responder Processo Ético-Profissional perante o CRMV-MG.

Art. 8° - O profissional deve assegurar-se de que o estabelecimento no qual exercerá a função de Responsável Técnico encontra-se legalmente habilitado para o desempenho de suas atividades empresariais relativamente a sua constituição legal e os respectivos registros nos órgãos governamentais.

Art. 9° - É de Responsabilidade do Profissional realizar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, perante o CRMV-MG sendo proibido o exercício da Responsabilidade Técnica sem a devida Averbação no CRMV-MG.

Parágrafo único. O profissional que descumprir o disposto no caput deste artigo, além das sanções pecuniárias previstas em norma do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), responderá a Processo Ético Profissional.

Art. 9º - É proibida a prestação de serviços gratuitos e a prática de preços flagrantemente abaixo dos praticados na região, exceto por motivo personalíssimo, o que, se ocorrer, requer do profissional justificativa fundamentada encaminhada ao CRMV-MG para exame e deliberação.

Art. 10 - O Responsável Técnico, no desempenho de suas atribuições, deve pautar sua conduta de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor e, ainda:

a) manter junto ao estabelecimento Contratante, à disposição do CRMV-MG, um Livro exclusivo, com páginas numeradas, no qual serão registrados a sua presença, o cumprimento da carga horária semanal e as ocorrências que, a seu critério, sejam passíveis de relato para o seu desempenho técnico profissional;

b) manter bom relacionamento com os órgãos oficiais de fiscalização, executando suas atividades em consonância com as normas legais e regulamentares pertinentes;

c) notificar as autoridades sanitárias oficiais a ocorrência de Doenças de Notificação Compulsória;

d) propor revisão das normas legais e das decisões das autoridades do poder público sempre que estas conflitem com os aspectos científicos, técnicos e sociais, apresentando subsídios que proporcionem e justifiquem as alterações que entende necessárias, enviando cópia ao CRMV-MG;

e) emitir "Termo de Constatação e Recomendação", de acordo com o Anexo II desta Resolução, quando identificar problemas técnicos ou operacionais que necessitem de ações corretivas;

f) emitir "Laudo Informativo", de acordo com o do Anexo III desta Resolução, quando o proprietário ou responsável pela empresa negar-se a executar o que determinar ou criar obstáculo para o desempenho de sua função;

g) inteirar-se da legislação ambiental, orientando o usuário de seus serviços sobre a adoção de medidas preventivas e/ou reparadoras a possíveis danos ao meio ambiente; e

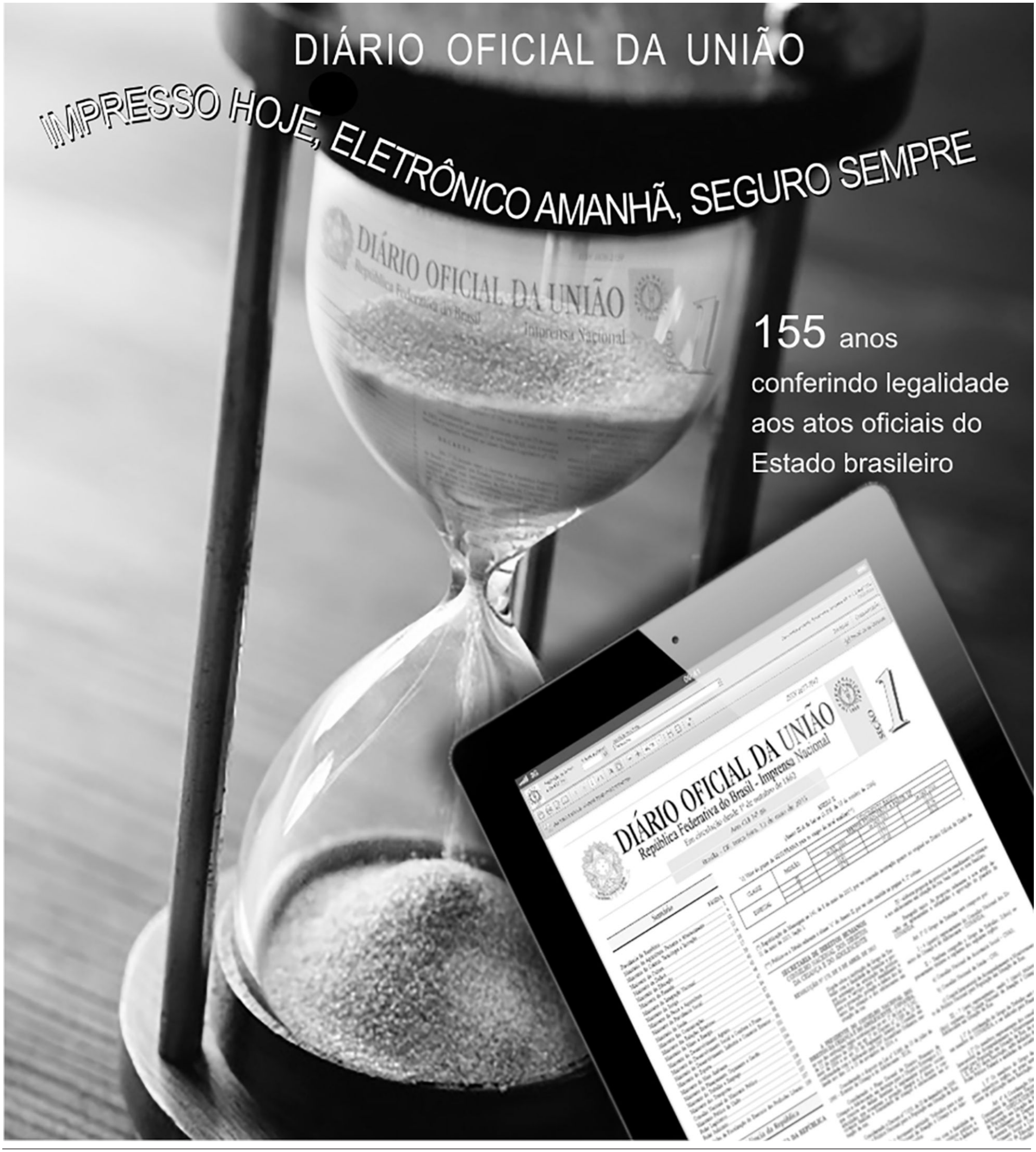
h) comunicar, imediatamente, ao CRMV-MG, por meio de formulário próprio para baixa, o cancelamento de sua Anotação Responsabilidade Técnica - ART, de acordo com o Anexo IV desta Resolução, sob pena de vir a responder como co-responsável por possíveis danos ao consumidor perante o CRMV-MG, o Ministério Público e o PROCON.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário, especialmente a Resolução CRMV-MG nº 331, de 27 de novembro de 2007, e a Resolução do CRMV-MG nº 345, de 28 de junho de 2011.

NIVALDO DA SILVA
Presidente do Conselho

THEREZINHA BERNARDES PORTO
Secretária-Geral do Conselho

Diário Oficial da União Digital
PRÁTICO, GRATUITO E CERTIFICADO
Você Sabia...
...que as edições eletrônicas do Diário Oficial da União, disponibilizadas no sítio da Imprensa Nacional, produzem os mesmos efeitos legais que as em papel, pois são certificadas digitalmente por autoridade certificadora integrante da ICP-Brasil?
ICP Brasil
Informações Oficiais
www.in.gov.br



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101800219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.

